



**CONGRESSO NACIONAL**

# **ANAIS DO SENADO FEDERAL**

ATAS DA 19ª SESSÃO À 23ª SESSÃO DA 4ª SESSÃO  
LEGISLATIVA ORDINÁRIA DA 52ª LEGISLATURA

VOLUME 30 Nº 14  
17 MAR. A 22 MAR.

SENADO FEDERAL  
SECRETARIA ESPECIAL DE EDITORAÇÃO E PUBLICAÇÕES  
**SUBSECRETARIA DE ANAIS**  
BRASÍLIA – BRASIL  
2006

## **VOLUMES NÃO PUBLICADOS DOS ANAIS DO SENADO FEDERAL**

**1919, 1920, 1927 a 1930, 1936, 1937, 1949 a 1952, 1963, 1964 e 1966.**

Anais do Senado / Senado Federal, Subsecretaria de Anais. – 1823-.  
Brasília, Senado Federal, Subsecretaria de Anais, 1823-  
v. ; 27 cm.  
Quinzenal.

Volumes anteriores a 1977 publicados sob numerações próprias, com periodicidade irregular. Editado pela Diretoria de Anais e Documentos Parlamentares no período de 1950-1955; pela Diretoria de Publicações no período de maio de 1956 a 1972 e pela Subsecretaria de Anais a partir de 1972.

Variações do título: Annaes do Senado do Império do Brazil, 1826-1889. Annaes do Senado Federal, 1890-1935. Anais do Senado Federal, 1946-

1. Poder legislativo – Anais. I. Brasil. Congresso. Senado Federal, Subsecretaria de Anais.

CDD 341.2531  
CDU 328(81)(093.2)

**Senado Federal  
Subsecretaria de Anais - SSANS  
Via N 2, Unidade de Apoio I.  
CEP - 70165-900 – Brasília – DF – Brasil.**



## **SENADO FEDERAL**

### **COMISSÃO DIRETORA (2005-2006)**

<b>PRESIDENTE</b>	<b>Senador RENAN CALHEIROS (PMDB-AL)</b>
<b>1º VICE-PRESIDENTE</b>	<b>Senador TIÃO VIANA (PT-AC)</b>
<b>2º VICE-PRESIDENTE</b>	<b>Senador ANTERO PAES DE BARROS (PSDB-MT)</b>
<b>1º SECRETÁRIO</b>	<b>Senador EFRAIM MORAIS (PFL-PB)</b>
<b>2º SECRETÁRIO</b>	<b>Senador JOÃO ALBERTO DE SOUZA (PMDB-MA)</b>
<b>3º SECRETÁRIO</b>	<b>Senador PAULO OCTÁVIO (PFL-DF)</b>
<b>4º SECRETÁRIO</b>	<b>Senador EDUARDO SIQUEIRA CAMPOS (PSDB-TO)</b>

### **SUPLENTE DE SECRETÁRIO**

<b>1º Senadora</b>	<b>SERYS SLHESSARENKO (PT- MT)</b>
<b>2º Senador</b>	<b>PAPALÉO PAES (PSDB-AP)</b>
<b>3º Senador</b>	<b>ALVARO DIAS (PSDB-PR)</b>
<b>4º Senador</b>	<b>AELTON FREITAS (PL-MG)</b>

## COMPOSIÇÃO DO SENADO FEDERAL NA 52ª LEGISLATURA

### Bahia

PFL – Rodolpho Tourinho\*<sup>S</sup>  
PFL – Antonio Carlos Magalhães \*\*  
PFL – César Borges\*\*

### Rio de Janeiro

BLOCO-PT – Roberto Saturnino\*  
PMR – Marcelo Crivella\*\*  
PMDB – Sérgio Cabral\*\*

### Maranhão

PMDB – João Alberto Souza \*  
PFL – Edison Lobão\*\*  
PFL – Roseana Sarney \*\*

### Pará

PMDB – Luiz Otávio\*  
BLOCO-PT – Ana Júlia Carepa\*\*  
PSDB – Flexa Ribeiro\*\*<sup>S</sup>

### Pernambuco

PFL – José Jorge\*  
PFL – Marco Maciel\*\*  
PSDB – Sérgio Guerra\*\*

### São Paulo

BLOCO-PT – Eduardo Suplicy\*  
BLOCO-PT – Aloizio Mercadante\*\*  
PFL – Romeu Tuma\*\*

### Minas Gerais

BLOCO-PL – Aelton Freitas\*<sup>S</sup>  
PSDB – Eduardo Azeredo\*\*  
PMDB – Wellington Salgado de Oliveira\*\*<sup>S</sup>

### Goiás

PMDB – Maguito Vilela\*  
PFL – Demóstenes Torres\*\*  
PSDB – Lúcia Vânia\*\*

### Mato Grosso

PSDB – Antero Paes de Barros \*  
PFL – Jonas Pinheiro \*\*  
BLOCO-PT – Serys Slhessarenko\*\*

### Rio Grande do Sul

PMDB – Pedro Simon\*  
BLOCO-PT – Paulo Paim\*\*  
PTB – Sérgio Zambiasi\*\*

### Ceará

PSDB – Reginaldo Duarte\*<sup>S</sup>  
BLOCO-PSB – Patrícia Saboya Gomes\*\*  
PSDB – Tasso Jereissati\*\*

### Paraíba

PMDB – Ney Suassuna \*  
PFL – Efraim Morais\*\*  
PMDB – José Maranhão \*\*

### Espírito Santo

PSDB – João Batista Motta\*<sup>S</sup>  
PMDB – Gerson Camata\*\*  
BLOCO-PL – Magno Malta\*\*

### Piauí

PMDB – Alberto Silva\*  
PFL – Heráclito Fortes\*\*  
PMDB – Mão Santa \*\*

### Rio Grande do Norte

PTB – Fernando Bezerra \*  
PMDB – Garibaldi Alves Filho\*\*  
PFL – José Agripino\*\*

### Santa Catarina

PFL – Jorge Bornhausen \*  
BLOCO-PT – Ideli Salvatti\*\*  
PSDB – Leonel Pavan \*\*

### Alagoas

P-SOL – Heloísa Helena\*  
PMDB – Renan Calheiros\*\*  
PSDB – Teotônio Vilela Filho \*\*

### Sergipe

PFL – Maria do Carmo Alves \*  
PMDB – Almeida Lima\*\*  
BLOCO-PSB – Antônio Carlos Valadares\*\*

### Amazonas

PMDB – Gilberto Mestrinho\*  
PSDB – Arthur Virgílio\*\*  
PDT – Jefferson Péres\*\*

### Paraná

PSDB – Alvaro Dias \*  
BLOCO-PT – Flávio Arns\*\*  
PDT – Osmar Dias\*\*

### Acre

BLOCO-PT – Tião Viana\*  
Sem partido – Geraldo Mesquita Júnior\*\*  
BLOCO-PT – Sibá Machado\*\*<sup>S</sup>

### Mato Grosso do Sul

PSDB – Juvêncio da Fonseca\*  
BLOCO-PT – Delcídio Amaral\*\*  
PMDB – Ramez Tebet\*\*

### Distrito Federal

PTB – Valmir Amaral\*<sup>S</sup>  
PDT – Cristovam Buarque \*\*  
PFL – Paulo Octávio \*\*

### Tocantins

PSDB – Eduardo Siqueira Campos\*  
BLOCO-PL – João Ribeiro \*\*  
PC do B – Leomar Quintanilha\*\*

### Amapá

PMDB – José Sarney \*  
PMDB – Gilvam Borges\*\*  
PSDB – Papaléo Paes\*\*

### Rondônia

PMDB – Amir Lando\*  
BLOCO-PT – Fátima Cleide\*\*  
PMDB – Valdir Raupp\*\*

### Roraima

PTB – Mozarildo Cavalcanti\*  
PDT – Augusto Botelho\*\*  
PMDB – Romero Jucá\*\*

### Mandatos

\*: Período 1999/2007 \*\*: Período 2003/2011

## ÍNDICE TEMÁTICO

	Pág.		Pág.
<b>ADMINISTRAÇÃO MUNICIPAL</b>		a relação entre o Citibank e os fundos de pensão. Senador Heráclito Fortes. ....	96
Reconhecimento, pelo povo de Camboriú, da competência e do trabalho desenvolvido pelo Senador Leonel Pavan. Aparte ao Senador Leonel Pavan. Senador Mão Santa. ....	7	Solicitação para que conste nos Anais do Senado, a entrevista concedida pelo Ex-presidente Fernando Henrique Cardoso à revista <i>Veja</i> , na qual fala sobre as forças políticas nacionais, bem como traça um perfil da sociedade brasileira. Senador Arthur Virgílio. ....	98
<b>ADMINISTRAÇÃO PÚBLICA</b>		Destaque para a entrevista concedida pelo caiseiro Francenildo ao jornal <i>O Globo</i> , edição de 20 de março de 2006. Senador Antero Paes de Barros. ...	108
Cobrança do filho do presidente Lula, do presidente do Sebrae, bem como de outros denunciados em crimes contra a Administração Pública que tenham um gesto democrático e autorizem a quebra de seus sigilos bancário, fiscal e telefônico. Senadora Heloísa Helena. ....	243	Registro do artigo intitulado “Entre o investimento e a mágica”, de autoria do jornalista Rolf Kuntz, publicado no jornal <i>O Estado de S.Paulo</i> , edição de 16 de março de 2006. Senador Arthur Virgílio. ....	145
Proferimento do Parecer nº 206, de Plenário, sobre o texto do Projeto de Lei de Conversão da Medida Provisória nº 269, de 2005, com a ementa transcrita em epígrafe. Senadora Fátima Cleide. ..	264	Solidariedade às populações de Humaitá e Manicoré, no Amazonas, as quais vivem em alerta pela enchente do Rio Madeira. Senador Arthur Virgílio. ....	145
<b>AGRONEGÓCIO</b>		Registro do editorial intitulado “Quem sustenta Palocci”, publicado no jornal <i>Folha de S.Paulo</i> , edição de 16 de março de 2006. Senador Flexa Ribeiro. ....	147
Preocupação em relação ao agronegócio no País. Senador Eduardo Azeredo. ....	474	Registro da matéria intitulada “Tema contrapõe PT à equipe econômica”, publicada no jornal <i>Valor Econômico</i> , edição de 14 de março de 2006. Senadora Lúcia Vânia. ....	148
<b>ARTIGO DE IMPRENSA</b>		Comentários sobre a matéria intitulada “PF entrega inquérito do mensalão ao Supremo”, publicada no jornal <i>O Estado de S.Paulo</i> , edição de 9 de março de 2006. Senador Juvêncio da Fonseca. ...	149
Transcrição do editorial do dia 16 de março no jornal <i>O Estado de S.Paulo</i> , a respeito da “República de Ribeirão Preto”. Senador Arthur Virgílio. .	13	Comentários sobre a matéria intitulada “PT prega intervenção no Banco Central, publicada no jornal <i>O Estado de S.Paulo</i> , edição de 9 de março de 2006. Senador Luiz Pontes. ....	150
Transcrição do artigo intitulado “Acabou em pizza”, de autoria do Ex-ministro José Dirceu. Senador Arthur Virgílio. ....	31	Registro da matéria intitulada “União deu R\$ 79 mil a invasoras da Aracruz”, publicada no jornal <i>Folha de S.Paulo</i> , edição de 14 de março de 2006. Senador Alvaro Dias. ....	151
Comentários sobre matéria divulgada pelo jornal <i>Globo</i> sobre o fenômeno da exploração sexual de crianças e adolescentes no País. Senadora Patrícia Saboya Gomes. ....	86		
Considerações sobre a matéria de autoria do Deputado Paulo Delgado, publicada no jornal <i>Correio Braziliense</i> , edição de 20 de março de 2006, sobre			

	Pág.		Pág.
Registro da matéria intitulada “Delegado diz que entregará provas cabais contra Palocci”, publicada no jornal <i>O Estado de S.Paulo</i> , edição de 7 de março de 2006. Senador Antero Paes de Barros. ..	152	Registro de matéria intitulada “STF atende PT e cala caseiro; oposição pede saída de Palocci”, publicada no jornal <i>Folha de S.Paulo</i> , em sua edição de 17 de março de 2006. Senador Flexa Ribeiro.	549
Comentários sobre a matéria intitulada “Garotinho chama Lula de ‘desgraçado’”, publicada no jornal <i>Folha de S.Paulo</i> , edição de 12 de março de 2006. Senador Leonel Pavan. ....	153	Registro da entrevista concedida pelo Ex-presidente Fernando Henrique Cardoso à revista <i>Veja</i> em sua edição de 22 de março de 2006, intitulada “Me considero de esquerda”. Senadora Lúcia Vânia. ....	551
Comentários à nota da coluna do jornalista Ancelmo Gois, a respeito de uma eventual solicitação por parte da Senadora Ideli Salvatti ao Presidente Renan Calheiros para que lhe cedesse as fitas do circuito interno de TV da Casa para saber se o caseiro Francenildo andou visitando algum colega da Oposição. Senador Antero Paes de Barros. ....	249	Registro de matéria intitulada “Palocci de novo na mira”, publicada pela revista <i>Veja</i> em sua edição de 15 de março de 2006. Senador Antero Paes de Barros. ....	557
Pedido de inserção nos Anais do Senado Federal de inúmeras matérias jornalísticas mostrando as contradições registradas entre o depoimento do Ministro Antônio Palocci, do motorista e do caseiro Francenildo dos Santos. Senador Antero Paes de Barros. ....	351	Registro da reflexão feita pelo economista e Ex-ministro da Fazenda, Pedro Malan, em artigo publicado no jornal <i>O Estado de S.Paulo</i> do dia 13 de março de 2006. Senador Antero Paes de Barros. ....	559
Registro de matéria intitulada “Ministro recebeu angolanos, diz Buratti”, publicada no jornal <i>Folha de S.Paulo</i> , edição de 9 de março de 2006. Senador Alvaro Dias. ....	366	Registro de matéria intitulada “Relatório da CPI vai citar o nome do Presidente Lula”, publicada no jornal <i>O Estado de S.Paulo</i> , em sua edição de 21 de março de 2006. Senador Arthur Virgílio. ....	560
Registro de matéria intitulada “Um projeto para jogar no lixo”, publicada na revista <i>Exame</i> , em sua edição de 15 de fevereiro de 2006. Senador Papaléo Paes. ....	367	Comentários sobre matérias publicadas na imprensa sobre: relatório da invasão de terras no país, palestra de Danuza Leão no Teatro Folha, em São Paulo e quebra do sigilo bancário do caseiro Francenildo dos Santos. Senador Arthur Virgílio. .	560
Comentários sobre artigo intitulado “Errando, até quando acerta”, publicado na seção Notas & Informações do jornal <i>O Estado de S.Paulo</i> , edição de 9 de março de 2006. Senador Luiz Pontes. ....	369	Comentários acerca de matéria intitulada “A Arte de Ser FHC”, de autoria de Mario Sabino, publicada na revista <i>Veja</i> , em sua edição de 22 de março de 2006. Senador Juvêncio da Fonseca. ...	569
Registro de matéria intitulada “CPI mira de novo no sigilo de Okamoto”, publicada pelo jornal <i>O Estado de S.Paulo</i> , em sua edição de 13 de março de 2006. Senador Flexa Ribeiro. ....	370	<b>ATUAÇÃO PARLAMENTAR</b>	
Comentários sobre a matéria intitulada “Governo vira trampolim para outros petistas”, publicada no jornal <i>O Estado de S.Paulo</i> , em sua edição de 6 de março de 2006. Senador Juvêncio da Fonseca. ....	371	Críticas à atuação do Senador Tião Viana que culminou com determinação judicial que impediu o depoimento do caseiro Francenildo. Senador Antonio Carlos Magalhães. ....	106
Inserção nos Anais do Senado de diversas matérias jornalísticas sobre a chamada “República de Ribeirão Preto”. Senador Leonel Pavan. ....	531	Discordância em relação a argumentos expostos pela Senadora Ideli Salvatti. Senador Antero Paes de Barros. ....	130
Registro de entrevista do Professor do Instituto de Administração de Lausanne, Stephane Garelli, publicado na revista <i>Época</i> , em sua edição de 20 de fevereiro de 2006. Senador Papaléo Paes. ....	546	Reconhecimento da Oposição como sendo a legítima representante dos anseios da Nação. Aparte ao Senador Roberto Saturnino. Senador Heráclito Fortes. ....	137
Registro de matéria intitulada “Pesquisa mostra que 58% dos brasileiros condenam MST”, publicada no jornal <i>O Estado de S.Paulo</i> , em edição de 9 de março de 2006. Senador Alvaro Dias. ....	548	Esclarecimentos sobre a solicitação de cessão de fitas do circuito interno do Senado. Senadora Ideli Salvatti. ....	250
		Contrariedade com a solicitação da Senadora Ideli Salvatti, que cerceia a liberdade dos Parlamentares. Senador César Borges. ....	251
		Preocupação com a postura da Líder do PT, Senadora Ideli Salvatti. Senadora Heloísa Helena. .	252

	Pág.		Pág.
Crítica à postura da Senadora Ideli Salvatti de querer “bisbilhotar” a vida dos Senhores Senadores. Senador Heráclito Fortes. ....	253	Apelo por uma pauta positiva de votações. Senador Heráclito Fortes. ....	486
Defesa da Líder do Governo no Senado, Ideli Salvatti. Senador Aloizio Mercadante. ....	253	Solidariedade ao Senador Heráclito Fortes em relação ao apelo de Sua Excelência por uma pauta positiva de votações. Aparte ao Senador Heráclito Fortes. Senador Ramez Tebet. ....	487
Destaque para as razões pelas quais Sua Excelência solicitou as fitas do sistema de câmeras do Senado. Senadora Ideli Salvatti. ....	255	Solidariedade ao Senador Heráclito Fortes em relação ao apelo de Sua Excelência por uma pauta positiva de votações. Aparte ao Senador Heráclito Fortes. Senador Gilvam Borges. ....	488
Resposta ao pronunciamento do Senador Heráclito Fortes em relação às fitas do sistema de câmeras do Senado, solicitadas por Sua Excelência. Senadora Ideli Salvatti. ....	255	BANCO	
Réplica ao pronunciamento da Senadora Ideli Salvatti. Senador Heráclito Fortes. ....	256	Considerações sobre denúncia feita pelo Deputado Paulo Delgado sobre a relação entre o Citibank e os fundos de pensão. Aparte ao Senador Heráclito Fortes. Senador Arthur Virgílio. ....	97
Denúncia das tentativas de setores do Governo em não apurar as denúncias de corrupção no País. Senador Almeida Lima. ....	257	Análise da situação do Banco Popular do Brasil. Senador Rodolpho Tourinho. ....	118
Defesa da demissão dos Ministros Antonio Palocci e Márcio Thomaz Bastos. Senador Almeida Lima. ....	257	Análise da situação do Banco Popular do Brasil. Aparte ao Senador Rodolpho Tourinho. Senador César Borges. ....	120
Protesto contra o requerimento da Senadora Ideli Salvatti. Senador Amir Lando. ....	258	Registro de recebimento de publicação da Caixa Econômica Federal, intitulada “2003-2005 - Números Históricos que beneficiam o Povo Brasileiro”. Senador Romero Jucá. ....	578
Solidariedade à Senadora Ideli Salvatti em virtude de retirada de requerimento. Senadora Fátima Cleide. ....	260	COMÉRCIO EXTERIOR	
Discordância em relação ao requerimento da Senadora Ideli Salvatti. Senador Sérgio Guerra. ..	260	Destaque para a chegada em Rondônia, da Cranston Transportes Integrados Ltda - CTIL. Senador Valdir Raupp. ....	576
Preocupação com o fato de ainda não se ter votado o Orçamento da União. Senador Sérgio Guerra. ....	260	CONCESSÃO HONORÍFICA	
Pedidos de desculpas pelos excessos cometidos em discurso. Senador Heráclito Fortes. ....	295	Saudação às empresas catarinenses ganhadoras do Prêmio “Mérito Lojista 2005”. Senador Leonel Pavan. ....	379
Comentários sobre controvérsia estabelecida pelo Senador Heráclito Fortes em relação a discurso proferido por Sua Excelência. Senadora Ideli Salvatti. ....	295	CORRUPÇÃO	
Comentários sobre noticiário o qual afirma que o líder do PT na Câmara volta a atacar a CPI dos Bingos. Senador Arthur Virgílio. ....	295	Comentários sobre a onda de corrupção que se abate sobre o País, representada na figura do Partido dos Trabalhadores – PT. Aparte ao Senador Antero Paes de Barros. Senador Mão Santa. ....	18
Apelo ao Governador do Estado do Pará para que se crie uma comissão especial da polícia para prender mandantes de crimes contra trabalhadores rurais. Senadora Ana Júlia Carepa. ....	348	(CPI)	
Considerações sobre declaração do Deputado Luiz Eduardo Greenhalgh, que fez ataque pessoal a Sua Excelência. Senador Antonio Carlos Magalhães. ....	472	Considerações a respeito da suspensão do depoimento do Senhor Franceniildo, na CPI dos Bingos, em razão de liminar concedida pelo Supremo Tribunal Federal. Senador José Jorge. ....	7
Solicitação à Mesa para que indague ao Ministro do Trabalho sobre a veracidade de notícias com relação ao orçamento da União. Senador Heráclito Fortes. ....	486		

	Pág.		Pág.
Comentários sobre as acusações feitas ao Ministro Palocci pelo caseiro Francenildo, na CPI dos Bingos. Aparte ao Senador José Jorge. Senador Sibá Machado. ....	10	Destaques para as motivações das Comissões Parlamentares de Inquérito instaladas no âmbito do Congresso Nacional. Senador Heráclito Fortes. ....	38
Comentários sobre as acusações feitas ao Ministro Palocci pelo caseiro Francenildo, na CPI dos Bingos. Aparte ao Senador José Jorge. Senadora Heloísa Helena. ....	11	Destaques para os motivos pelos quais o Senador Tião Viana impetrou mandado de segurança junto ao STF para impedir o depoimento do caseiro Francenildo. Senador Sibá Machado. ....	45
Considerações a respeito da liminar concedida pelo Supremo Tribunal Federal, que suspendeu o depoimento do caseiro Francenildo à CPI dos Bingos. Aparte ao Senador José Jorge. Senador Mão Santa. ....	12	Comentário sobre a suspensão do depoimento do caseiro Francenildo à CPI dos Bingos. Senador Alvaro Dias. ....	57
Considerações a respeito da liminar concedida pelo Supremo Tribunal Federal, que suspendeu o depoimento do caseiro Francenildo à CPI dos Bingos. Senador Antero Paes de Barros. ....	15	Considerações sobre a liminar que suspendeu o depoimento do caseiro Francenildo à CPI dos Bingos. Senadora Lúcia Vânia. ....	67
Comentários sobre os deslizes cometidos pelo caseiro Francenildo na CPI dos Bingos. Aparte ao Senador Antero Paes de Barros. Senador Sibá Machado. ....	16	Comentários sobre o acomodamento geral do Governo Lula diante dos erros freqüentes dentro do Governo Federal. Aparte ao Senador Heráclito Fortes. Senador Cristovam Buarque. ....	97
Comentários sobre o depoimento do caseiro Francenildo, na CPI dos Bingos. Aparte ao Senador Antero Paes de Barros. Senador Heráclito Fortes. ....	17	Refutações às críticas feitas a sua excelência pelo Senador Antonio Carlos Magalhães. Senador Tião Viana. ....	107
Considerações a respeito da liminar concedida pelo Supremo Tribunal Federal, que suspendeu o depoimento do caseiro Francenildo à CPI dos Bingos. Aparte ao Senador Antero Paes de Barros. Senador Cristovam Buarque. ....	19	Resposta às explicações do Senador Tião Viana, relativas à suspensão do depoimento do Senhor Francenildo, na CPI dos Bingos. Senador Antonio Carlos Magalhães. ....	108
Comentários sobre o depoimento do caseiro Francenildo, na CPI dos Bingos. Aparte ao Senador Antero Paes de Barros. Senadora Heloísa Helena. ....	19	Considerações sobre o episódio da quebra do sigilo bancário do caseiro Francenildo. Aparte ao Senador Antero Paes de Barros. Senador Arthur Virgílio. ....	109
Considerações a respeito da liminar concedida pelo Supremo Tribunal Federal, que suspendeu o depoimento do caseiro Francenildo à CPI dos Bingos. Aparte ao Senador Antero Paes de Barros. Senador Arthur Virgílio. ....	21	Considerações sobre o episódio da quebra do sigilo bancário do caseiro Francenildo. Aparte ao Senador Antero Paes de Barros. Senador Cristovam Buarque. ....	110
Críticas à suspensão do depoimento do caseiro Francenildo à CPI dos Bingos. Senador Alvaro Dias. ....	22	Considerações sobre o episódio da quebra do sigilo bancário do caseiro Francenildo dos Santos. Aparte ao Senador Antero Paes de Barros. Senador Alvaro Dias. ....	111
Solidariedade ao Senador Tião Viana, autor do mandado de segurança que permitiu a suspensão do depoimento do caseiro Francenildo à CPI dos Bingos. Senadora Fátima Cleide. ....	27	Considerações sobre o episódio da quebra do sigilo bancário do caseiro Francenildo. Aparte ao Senador Antero Paes de Barros. Senador Mão Santa. ..	111
Solidariedade ao Senador Tião Viana e ao Ministro Antônio Pallocci, refutando as acusações que pesam sobre Sua Excelência. Aparte à Senadora Fátima Cleide. Senador Sibá Machado. ....	30	Comentário sobre a liminar concedida pelo STF, que suspendeu o depoimento do caseiro Francenildo. Senadora Ideli Salvatti. ....	112
Repercussão da reunião da CPI dos Bingos ocorrida no dia 17 de março de 2006. Senador Geraldo Mesquita Júnior. ....	35	Comentários sobre o depoimento do Ministro Palocci nas CPI dos Bingos, com destaque para a demissão do Ministro. Aparte à Senadora Ideli Salvatti. Senador Arthur Virgílio. ....	113
		Negação por parte de Sua Excelência de ter qualquer relacionamento ou de ser o protetor do caseiro Francenildo. Senador Heráclito Fortes. ....	115
		Informação ao Plenário de que irá encaminhar à Mesa requerimento solicitando a quebra do sigilo bancário e documentos do Senhor Francenildo dos Santos Costa. Senador Tião Viana. ....	120



	Pág.		Pág.
Considerações sobre o pleito a ser apresentado pelo Senador Tião Viana, em relação à quebra do sigilo bancário do caseiro Francenildo. Senador Arthur Virgílio. ....	121	e de Fábio Luiz Lula da Silva, filho do Presidente da República. Senador Antonio Carlos Magalhães. ....	247
Repúdio à proposta de quebra do sigilo bancário do Senhor Francenildo. Senador Antero Paes de Barros. ....	122	Necessidade de se responsabilizar quem quebrou o sigilo bancário do caseiro Francenildo dos Santos. Senador Alvaro Dias. ....	383
Repúdio pela apresentação de requerimentos solicitando quebra de sigilo bancário. Senadora Ideli Salvatti. ....	123	Apoio ao discurso do Senador Alvaro Dias sobre a necessidade de se responsabilizar quem quebrou o sigilo bancário do caseiro Francenildo. Aparte ao Senador Alvaro Dias. Senador Mão Santa. ....	384
Destaque para a necessidade de se responsabilizar quem quebrou o sigilo bancário do caseiro Francenildo. Senador Alvaro Dias. ....	124	Encaminha à Mesa documentação e esclarecimentos sobre a falsa lista de Furnas, bem como as ações do PSDB e PFL requerendo investigação e punição dos responsáveis. Senador Arthur Virgílio. .	479
Demonstração de repúdio à quebra do sigilo bancário do caseiro Francenildo. Senador José Agripino. ....	126	Solicitação de esclarecimentos acerca do requerimento de Líder do PT, Ideli Salvatti, para ter acesso às fitas do circuito interno do Senado, para investigar a movimentação do caseiro Francenildo dos Santos Costa na Casa. Senador Almeida Lima. ....	511
Necessidade de se apurar os responsáveis pela quebra ilegal do sigilo bancário do caseiro Francenildo. Aparte ao Senador José Agripino. Senador César Borges. ....	126	Considerações sobre a quebra de sigilo bancário do caseiro Francenildo. Senador José Agripino. .	517
Encaminhamento de requerimento solicitando a quebra do sigilo bancário do Senhor Fábio Luiz Lula da Silva. Senador Antero Paes de Barros. ....	128	Considerações sobre a quebra de sigilo bancário do caseiro Francenildo. Aparte ao Senador José Agripino. Senador Heráclito Fortes. ....	519
Considerações sobre o requerimento do Senador Tião Viana para a quebra do sigilo bancário do caseiro Francenildo. Senadora Ideli Salvatti. ....	129	Considerações sobre a quebra de sigilo bancário do caseiro Francenildo. Aparte ao Senador José Agripino. Senador Rodolpho Tourinho. ....	520
Defesa da quebra do sigilo do Senhor Paulo Okamoto e da legitimidade da apresentação de requerimentos, tratando de quebra de sigilo bancário dos Senhores Paulo Tarcísio Okamoto e Fábio Luiz Lula da Silva. Senador Arthur Virgílio. ....	130	Considerações sobre a quebra de sigilo bancário do caseiro Francenildo. Aparte ao Senador José Agripino. Senador Antonio Carlos Magalhães. ....	520
Considerações sobre as denúncias contra o Ministro Antônio Pallocci. Senador César Borges. ....	134	Solicitação de providências na averiguação de interferências de equipes do Banco do Brasil na quebra do sigilo bancário do caseiro Francenildo. Senador Heráclito Fortes. ....	524
Considerações sobre o episódio da quebra do sigilo bancário do caseiro Francenildo. Senador José Jorge. ....	240		
Comentários sobre o suposto risco que o caseiro Francenildo estaria correndo em função das declarações feitas à CPI dos Bingos. Aparte ao Senador José Jorge. Senadora Heloísa Helena. ..	241	<b>DESENVOLVIMENTO REGIONAL</b>	
Comunicado sobre o recebimento de autorização concedida pelo Senhor Francenildo dos Santos para a quebra de seu sigilo bancário, fiscal e telefônico. Senador Efraim Morais. ....	243	Destaque para a urgente presença efetiva da Sociedade Brasileira para o Progresso da Ciência na região amazônica. Senador Arthur Virgílio. ....	145
Comunicação sobre a apresentação de requerimento convocando o presidente da Caixa Econômica Federal para esclarecer a violação de sigilo bancário do caseiro Francenildo dos Santos. Senador Antero Paes de Barros. ....	244	Saudação à empresa Alcoa Alumínio S/A, pela ampliação da fábrica de alumínio Redução, localizada em São Luiz-MA. Senador Edison Lobão. ...	577
Defesa da celeridade na votação dos requerimentos de quebra de sigilo bancário, fiscal e telefônico do presidente do Sebrae, Senhor Paulo Okamoto,		<b>EDUCAÇÃO</b>	
		Apoio à proposta de emenda à Constituição que institui o Fundo de Manutenção e Desenvolvimento da Educação Básica e de Valorização dos Profissionais de Educação-Fundeb. Senadora Fátima Cleide. ....	27
		Pedido de mais verbas no Orçamento, destinadas à educação básica. Senador Ney Suassuna. ..	75

	Pág.		Pág.
Destaque para a necessidade de se investir mais em educação e informa com vistas a mudar a realidade das crianças pobres do Brasil. Aparte ao Senador Ney Suassuna. Senador Sérgio Zambiasi. ....	76	ESTADO BRASILEIRO	
Apelo para que o Fundeb, que está na Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania, seja aprovado. Senadora Serys Slhessarenko. ....	78	Crise de identidade do Estado Brasileiro. Senador Alvaro Dias. ....	57
Apelo pela aprovação do Fundeb, indicando, porém, qual será sua fonte de recursos. Senador Osmar Dias. ....	83	GOVERNO FEDERAL	
Pedido de acesso à análise feita pela Confederação Nacional dos Municípios que trata do investimento dos Municípios em educação. Aparte ao Senador Osmar Dias. Senadora Ideli Salvatti. ....	84	Destaques para a necessidade de se demitir o Ministro Palocci, como forma de se demonstrar respeito pelo interesse público. Aparte ao Senador José Jorge. Senador Arthur Virgílio. ....	9
Comentários sobre a análise feita pela Confederação Nacional dos Municípios que trata do investimento dos Municípios em educação. Aparte ao Senador Osmar Dias. Senador Rodolpho Tourinho. ....	85	Pronunciamento em defesa do afastamento do Ministro da Fazenda, Antônio Palocci. Senador Antero Paes de Barros. ....	15
Comentários sobre a criação do Fundef e a contribuição dos Municípios para a formação desse fundo. Aparte à Senadora Patrícia Saboya Gomes. Senador Mão Santa. ....	87	Comentários sobre a crise de identidade do Estado brasileiro, representado pelo Poder Executivo. Senador Alvaro Dias. ....	22
Destaques para o programa de educação à distância que com o advento da revolução tecnológica tomou grande impulso e alcançou importância significativa, bem como para as iniciativas do Governo em relação ao referido programa. Senador Romero Jucá. ....	373	Destaques para a instabilidade ministerial no Governo Lula. Aparte ao Senador Alvaro Dias. Senador Arthur Virgílio. ....	24
Relato da preocupação dos municípios brasileiros em relação ao Fundeb e à origem das fontes de recursos. Senador Rodolpho Tourinho. ....	468	Destaques para a onda de corrupção que se abate sobre o Governo Lula. Aparte ao Senador Alvaro Dias. Senador Heráclito Fortes. ....	25
Críticas à utilização do Fundef por parte do Governo com fins eleitoreiros com a criação de uma Universidade no Estado da Bahia. Aparte ao Senador Rodolpho Tourinho. Senador César Borges. ....	469	Comentários sobre a incapacidade de gerenciamento do Governo Federal, no que tange, principalmente, à questão de se fazer cumprir o Orçamento. Aparte ao Senador Geraldo Mesquita Júnior. Senador Alvaro Dias. ....	37
ELEIÇÃO		Destaques para o autoritarismo do Governo Federal, bem como para a crise de corrupção que se abateu sobre o mesmo. Senador Heráclito Fortes. ....	38
Análises qualitativas das pesquisas de intenção de voto para Presidente nas eleições de 2006. Senadora Ideli Salvatti. ....	112	Registro da notícia de que o e-mail de Antonio Grassi, da Funarte, foi usado para propagar a chamada "lista de Furnas". Senador Arthur Virgílio. ...	42
ESPORTE		Comentários sobre a política econômica do Governo Lula, com destaques para o Orçamento público, o qual, segundo Sua Excelência, necessita mudanças substanciais. Aparte ao Senador Sibá Machado. Senador Cristovam Buarque. ....	48
Preocupação diante da possibilidade de codificação da transmissão dos jogos da Copa do Mundo, fato, que segundo Sua Excelência, impediria a participação e acompanhamento das partidas por milhões de brasileiros. Senador Arthur Virgílio. ....	63	Destaques para a necessidade de se investigar contas do Governo Federal. Senador Alvaro Dias. ....	57
		Defesa da demissão do Ministro Antonio Palocci. Senador Arthur Virgílio. ....	63
		Comentários sobre o impacto da corrupção do Governo Lula na queda da credibilidade do Presidente. Aparte ao Senador Arthur Virgílio. Senador Mão Santa. ....	64
		Defesa do Governo Lula salientando seus programas sociais. Senadora Serys Slhessarenko. ...	78

	Pág.		Pág.
Destaque para a corrupção no governo Lula. Senador Antonio Carlos Magalhães. ....	106	Homenagem aos indígenas brasileiros, com destaques para a formação desse povo há cerca de 11 mil anos. Senador Gilvam Borges. ....	33
Críticas ao Governo Lula pela quebra do sigilo bancário do caseiro Francenildo. Senador Antero Paes de Barros. ....	108	Comemoração dos 101 anos do município de Chapurí/AC. Senador Geraldo Mesquita Júnior. ...	35
Crença nas instituições e no aparecimento da verdade em relação às denúncias veiculadas contra o Governo. Senador Roberto Saturnino. ....	136	Homenagem à Ministra Ellen Gracie Northfleet, que passará a presidir o Supremo Tribunal Federal. Senadora Lúcia Vânia. ....	67
Reconhecimento das políticas públicas executadas pelo Governo Federal em benefício do social. Senador Roberto Saturnino. ....	136	Congratulações ao Prefeito Hilário Junges, do município de Tupandi-RS, vencedor do Prêmio Sebrae Prefeito Empreendedor Loureiro da Silva 2005. Senador Sérgio Zambiasi. ....	77
Solidariedade ao Pronunciamento do Senador Roberto Saturnino. Aparte ao Senador Roberto Saturnino. Senadora Ideli Salvatti. ....	138	Destaque para o Dia de São José, comemorado no dia 19 de março de cada ano, fato importante para a democracia brasileira. Senador Mão Santa. ....	80
Oposição ao pronunciamento do Senador Roberto Saturnino. Aparte ao Senador Roberto Saturnino. Senador Arthur Virgílio. ....	138	Justificação de Requerimento de Voto de aplauso ao Jornal Diário do Amazonas e à Radio Amazonas FM pelo transcurso do vigésimo primeiro aniversário de criação. Senador Arthur Virgílio. ....	107
Cobranças de explicações da Petrobrás sobre o relatório do Tribunal de Contas da União que aponta superfaturamento no contrato da plataforma de petróleo P-34. Senador Antonio Carlos Magalhães. ....	247	Encaminhamento do Requerimento nº 293, de 2006, que requer Voto de Congratulações pelo transcurso do aniversário de noventa anos do ilustre brasileiro, baiano de Santo Amaro da Purificação, Monsenhor Gaspar Sadoc da Natividade. Senador Antonio Carlos Magalhães. ....	117
Comentários sobre o Veto do Presidente da República ao Projeto de Lei da Câmara 142, de 2005. Senador César Borges. ....	251	Encaminhamento do Requerimento nº 293, de 2006, que requer Voto de Congratulações pelo transcurso do aniversário de noventa anos do ilustre brasileiro, baiano de Santo Amaro da Purificação, Monsenhor Gaspar Sadoc da Natividade. Senador Rodolpho Tourinho. ....	117
Comentários sobre as mudanças a serem impetradas no Itamaraty com a criação de novos 400 cargos. Senador Arthur Virgílio. ....	278	Encaminhamento do Requerimento nº 293, de 2006, que requer Voto de Congratulações pelo transcurso do aniversário de noventa anos do ilustre brasileiro, baiano de Santo Amaro da Purificação, Monsenhor Gaspar Sadoc da Natividade. Senador Heráclito Fortes. ....	118
Comentários sobre as discussões em torno das Agências Reguladoras no País. Senador Sérgio Cabral. ....	278	Encaminhamento do Requerimento nº 293, de 2006, que requer Voto de Congratulações pelo transcurso do aniversário de noventa anos do ilustre brasileiro, baiano de Santo Amaro da Purificação, Monsenhor Gaspar Sadoc da Natividade. Senador Paulo Octávio. ....	118
Comentários sobre as discussões em torno das Agências Reguladoras no País. Senadora Fátima Cleide. ....	287	Encaminhamento do Requerimento nº 293, de 2006, que requer Voto de Congratulações pelo transcurso do aniversário de noventa anos do ilustre brasileiro, baiano de Santo Amaro da Purificação, Monsenhor Gaspar Sadoc da Natividade. Senador César Borges. ....	118
Destaque para a falta de solução, por parte do Governo Federal, para o problema do agronegócio no Brasil. Aparte ao Senador Eduardo Azeredo. Senador Ramez Tebet. ....	475	Transcurso do aniversário de noventa anos do ilustre brasileiro, baiano de Santo Amaro da	
Destaques para as arbitrariedades praticadas pelo Governo Federal. Aparte ao Senador Heráclito Fortes. Senador Jefferson Péres. ....	487		
Críticas à declaração do Presidente Lula, na qual o Presidente chama os parlamentares de invejosos. Aparte ao Senador Heráclito Fortes. Senador Romeu Tuma. ....	488		
<b>HOMENAGEM</b>			
Saudação à Ministra Ellen Gracie Northfleet, que passará a presidir o Supremo Tribunal Federal. Senador Arthur Virgílio. ....	12		

	Pág.		Pág.
Purificação, Monsenhor Gaspar Sadoc da Natividade. Senador Rodolpho Tourinho. ....	118	Homenagem à Campanha da Fraternidade da CNBB de 2006. Senadora Maria do Carmo Alves. ..	424
Registro das comemorações dos 40 anos do PMDB. Senador Mão Santa. ....	230	Homenagem à Campanha da Fraternidade da CNBB de 2006. Senador Paulo Paim. ....	424
Destaque para os nomes que fizeram do PMDB um Partido democrático. Aparte ao Senador Mão Santa. Senador Leonel Pavan. ....	231	Homenagem à Campanha da Fraternidade da CNBB de 2006. Senador Flexa Ribeiro. ....	425
Solidariedade ao pronunciamento do Senador Mão Santa em virtude dos 40 anos de existência do PMDB. Aparte ao Senador Mão Santa. Senador Almeida Lima. ....	231	Homenagem à Campanha da Fraternidade da CNBB de 2006. Senador Paulo Octávio. ....	426
Registro e comentários sobre a Resolução 47/93, da ONU, que declara o dia 22 de março como o Dia Mundial da Água. Senador Valdir Raupp. ....	242	Destaque para a celebração, em 22 de março de 2006, em todo o planeta, do Dia Mundial da Água. Senador Antônio Carlos Valadares. ....	448
Destaque para a comemoração do “Dia Internacional da Síndrome de Down”, em 21 de março. Senador Flávio Arns. ....	374	Convite para a solenidade de denominação do Primeiro Tribunal do Juri Ministro Evandro Lins e Silva e para a inauguração de seu busto. Senador Mão Santa. ....	472
Homenagem à Campanha da Fraternidade da CNBB de 2006. Senador Aloizio Mercadante. ....	407	Considerações sobre os 40 anos do PMDB. Senador Maguito Vilela. ....	477
Homenagem à Campanha da Fraternidade da CNBB de 2006. Senador Flávio Arns. ....	409	Cumprimenta o Sr. Milton Zuanazzi, que assumiu a presidência da Agência Nacional de Aviação Civil - ANAC. Senador Leonel Pavan. ....	478
Homenagem à Campanha da Fraternidade da CNBB de 2006. Senadora Heloísa Helena. ....	411	Cumprimentos ao PMDB pelos seus 40 anos de existência. Senador Heráclito Fortes. ....	486
Homenagem à CNBB pela Campanha da Fraternidade de 2006. Senadora Lúcia Vânia. ....	413	Comentários sobre a indicação da Ministra Ellen Gracie Northfleet para presidir o Supremo Tribunal Federal. Senadora Ideli Salvatti. ....	494
Homenagem à Campanha da Fraternidade da CNBB de 2006. Senador Pedro Simon. ....	415	Homenagem ao Ministro Nelson Jobim e reconhecimento do trabalho realizado pelo Ministro à frente do Conselho Nacional de Justiça, bem como a sua atuação como Presidente do Supremo Tribunal Federal. Senador Aloizio Mercadante. ....	494
Homenagem à Campanha da Fraternidade da CNBB de 2006. Senador Arthur Virgílio. ....	417	Comentários sobre a indicação da Ministra Ellen Gracie Northfleet para presidir o Supremo Tribunal Federal. Senador Antonio Carlos Magalhães. ....	495
Homenagem à Campanha da Fraternidade da CNBB de 2006. Senador Marco Maciel. ....	418	Comentários sobre a indicação da Ministra Ellen Gracie Northfleet para presidir o Supremo Tribunal Federal. Senador Marcelo Crivella. ....	495
Homenagem à CNBB pela Campanha da Fraternidade 2006. Aparte ao Senador Marco Maciel. Senador Tião Viana. ....	419	Comentários sobre a indicação da Ministra Ellen Gracie Northfleet para presidir o Supremo Tribunal Federal. Senador Flexa Ribeiro. ....	495
Homenagem à CNBB pela Campanha da Fraternidade 2006. Aparte ao Senador Marco Maciel. Senador Eduardo Suplicy. ....	420	Comentários sobre a indicação da Ministra Ellen Gracie Northfleet para presidir o Supremo Tribunal Federal. Senador Mozarildo Cavalcanti. ....	496
Homenagem à Campanha da Fraternidade da CNBB de 2006. Senador Cristovam Buarque. .	421	Solicitação de sessão especial em homenagem ao Ministro Nelson Jobim. Senador Aloizio Mercadante. ....	496
Homenagem à Campanha da Fraternidade da CNBB de 2006. Senador Antônio Carlos Valadares. ....	422	Comentários sobre a indicação da Ministra Ellen Gracie Northfleet para presidir o Supremo Tribunal Federal. Senador Luiz Otávio. ....	496
Homenagem à Campanha da Fraternidade da CNBB de 2006. Aparte ao Senador Antônio Carlos Valadares. Senador Eduardo Azeredo. ....	423	Comentários sobre a indicação da Ministra Ellen Gracie Northfleet para presidir o Supremo Tribunal Federal. Senador Mão Santa. ....	497
Homenagem à Campanha da Fraternidade da CNBB de 2006. Aparte ao Senador Antônio Carlos Valadares. Senadora Ana Júlia Carepa. ....	423		

Pág.	Pág.
<p>Encaminhamento do Parecer nº 226, de 2006, da Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania, sobre o Ofício “S” nº 5, de 2006, Mensagem nº 12/2006, na Origem de indicação da Senhora Ministra Ellen Gracie Northfleet para exercer a Presidência do Conselho Nacional de Justiça. Senador Romero Jucá. ....</p>	<p>dência do Conselho Nacional de Justiça. Senador Augusto Botelho. .... 500</p>
<p>Encaminhamento do Parecer nº 226, de 2006, da Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania, sobre o Ofício “S” nº 5, de 2006, Mensagem nº 12/2006, na Origem de indicação da Senhora Ministra Ellen Gracie Northfleet para exercer a Presidência do Conselho Nacional de Justiça. Senador Pedro Simon. ....</p>	<p>Homenagem à Petrobrás em virtude da auto-suficiência alcançada na produção de petróleo no País. Aparte ao Senador Roberto Saturnino. Senador Flexa Ribeiro. .... 513</p>
<p>Encaminhamento do Parecer nº 226, de 2006, da Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania, sobre o Ofício “S” nº 5, de 2006, Mensagem nº 12/2006, na Origem de indicação da Senhora Ministra Ellen Gracie Northfleet para exercer a Presidência do Conselho Nacional de Justiça. Senador Antônio Carlos Valadares. ....</p>	<p>Homenagem à cidade de Florianópolis-Santa Catarina, que completou 280 anos, no dia 23 de março de 2006. Senador Leonel Pavan. .... 516</p>
<p>Encaminhamento do Parecer nº 226, de 2006, da Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania, sobre o Ofício “S” nº 5, de 2006, Mensagem nº 12/2006, na Origem de indicação da Senhora Ministra Ellen Gracie Northfleet para exercer a Presidência do Conselho Nacional de Justiça. Senador Fernando Bezerra. ....</p>	<p>Convite para a solenidade de denominação do Primeiro Tribunal do Juri Ministro Evandro Lins e Silva e para a inauguração de seu busto. Senador Mão Santa. .... 517</p>
<p>Encaminhamento do Parecer nº 226, de 2006, da Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania, sobre o Ofício “S” nº 5, de 2006, Mensagem nº 12/2006, na Origem de indicação da Senhora Ministra Ellen Gracie Northfleet para exercer a Presidência do Conselho Nacional de Justiça. Senador Heráclito Fortes. ....</p>	<p>Elogios à iniciativa da empresa Vale do Rio Doce, de promover a articulação entre ensino profissionalizante e sistema produtivo. Senador Gerson Camata. .... 530</p>
<p>Encaminhamento do Parecer nº 226, de 2006, da Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania, sobre o Ofício “S” nº 5, de 2006, Mensagem nº 12/2006, na Origem de indicação da Senhora Ministra Ellen Gracie Northfleet para exercer a Presidência do Conselho Nacional de Justiça. Senador José Agripino. ....</p>	<p>Considerações sobre o “Dia Mundial da Água”, comemorado no dia 22 de março de 2006. Senador Augusto Botelho. .... 579</p>
<p>Encaminhamento do Parecer nº 226, de 2006, da Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania, sobre o Ofício “S” nº 5, de 2006, Mensagem nº 12/2006, na Origem de indicação da Senhora Ministra Ellen Gracie Northfleet para exercer a Presidência do Conselho Nacional de Justiça. Senador Magno Malta. ....</p>	<p>HOMENAGEM PÓSTUMA</p>
<p>Encaminhamento do Parecer nº 226, de 2006, da Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania, sobre o Ofício “S” nº 5, de 2006, Mensagem nº 12/2006, na Origem de indicação da Senhora Ministra Ellen Gracie Northfleet para exercer a Presidência do Conselho Nacional de Justiça. Senador</p>	<p>Solicitação para que conste, nos Anais do Senado Federal, Voto de Lembrança ao ensejo do centenário de nascimento de Arthur Reis, pensador historiador e Governador indireto do Amazonas. Senador Arthur Virgílio. .... 503</p>
<p>Encaminhamento do Parecer nº 226, de 2006, da Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania, sobre o Ofício “S” nº 5, de 2006, Mensagem nº 12/2006, na Origem de indicação da Senhora Ministra Ellen Gracie Northfleet para exercer a Presidência do Conselho Nacional de Justiça. Senador</p>	<p>Homenagem a Arthur Reis, pensador historiador e Governador indireto do Amazonas, pelo ensejo do centenário de seu nascimento. Aparte ao Senador Arthur Virgílio. Senador Roberto Saturnino. .... 504</p>
<p>Encaminhamento do Parecer nº 226, de 2006, da Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania, sobre o Ofício “S” nº 5, de 2006, Mensagem nº 12/2006, na Origem de indicação da Senhora Ministra Ellen Gracie Northfleet para exercer a Presidência do Conselho Nacional de Justiça. Senador</p>	<p>Homenagem a Vicente Lorenzon, morto em acidente, no dia 25 de fevereiro de 2006, em Vitória/ES. Senador Gerson Camata. .... 530</p>
<p>Encaminhamento do Parecer nº 226, de 2006, da Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania, sobre o Ofício “S” nº 5, de 2006, Mensagem nº 12/2006, na Origem de indicação da Senhora Ministra Ellen Gracie Northfleet para exercer a Presidência do Conselho Nacional de Justiça. Senador</p>	<p>IMPrensa</p>
<p>Encaminhamento do Parecer nº 226, de 2006, da Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania, sobre o Ofício “S” nº 5, de 2006, Mensagem nº 12/2006, na Origem de indicação da Senhora Ministra Ellen Gracie Northfleet para exercer a Presidência do Conselho Nacional de Justiça. Senador</p>	<p>Questionamento sobre o editorial “Hora de o Congresso dizer basta” do jornal <i>O Estado de S.Paulo</i>. Senador Eduardo Suplicy. .... 510</p>
<p>Encaminhamento do Parecer nº 226, de 2006, da Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania, sobre o Ofício “S” nº 5, de 2006, Mensagem nº 12/2006, na Origem de indicação da Senhora Ministra Ellen Gracie Northfleet para exercer a Presidência do Conselho Nacional de Justiça. Senador</p>	<p>Comentários à nota de esclarecimento público apresentada pela Petrobrás a respeito de matérias publicadas pelo jornal <i>O Estado de S.Paulo</i>. Senador Roberto Saturnino. .... 512</p>
<p>Encaminhamento do Parecer nº 226, de 2006, da Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania, sobre o Ofício “S” nº 5, de 2006, Mensagem nº 12/2006, na Origem de indicação da Senhora Ministra Ellen Gracie Northfleet para exercer a Presidência do Conselho Nacional de Justiça. Senador</p>	<p>JUDICIÁRIO</p>
<p>Encaminhamento do Parecer nº 226, de 2006, da Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania, sobre o Ofício “S” nº 5, de 2006, Mensagem nº 12/2006, na Origem de indicação da Senhora Ministra Ellen Gracie Northfleet para exercer a Presidência do Conselho Nacional de Justiça. Senador</p>	<p>Informação sobre Representação Disciplinar que Sua Excelência dará entrada junto ao Ministro</p>

	Pág.		Pág.
Corregedor do Conselho Nacional de Justiça, contra o Ministro Edson Vidigal, do Superior Tribunal de Justiça. Senador Almeida Lima. ....	491	de Sua Excelência do orçamento impositivo. Aparte ao Senador Geraldo Mesquita Júnior. Senador Arthur Virgílio. ....	37
<b>LEGISLAÇÃO ELEITORAL</b>		Comentários sobre o impasse na votação do Orçamento. Senador Arthur Virgílio. ....	489
Saudação à permanência da verticalização por seis votos a zero. Senador Leonel Pavan. ....	511	<b>PARECER</b>	
<b>MENSAGEM DO PRESIDENTE DA REPÚBLICA</b>		Parecer nº 204, de 2006, da Comissão de Educação, sobre o Projeto de Lei da Câmara nº 127, de 2005 (nº 4.671/2004, na Casa de origem), que altera o art. 67 da Lei nº 9.394, de 20 de dezembro de 1996, incluindo, para os efeitos do disposto no § 5º do art. 40 e no § 8º do art. 201 da Constituição Federal, definição de funções de magistério. Senador Sérgio Zambiasi.	1
Mensagem nº 102, de 2006 (nº 159/2006, na origem), de 13 de março de 2006, restituindo autógrafos do Projeto de Lei da Câmara dos nº 92, de 2005 (nº 3.096/2004, na Casa de origem), que denomina “Rodovia Governador José Richa” o trecho da rodovia BR-476 entre as cidades de Adrianópolis e Curitiba, no Estado do Paraná, sancionado e transformado na Lei nº 11.286, de 13 de março de 2006. ....	158	Parecer nº 205, de 2006, da Comissão de Assuntos Econômicos, sobre a Mensagem nº 103, de 2006 (nº 169/2006, na origem), do Presidente da República, que encaminha pleito do Estado de Minas Gerais, solicitando autorização do Senado Federal para que seja contratada operação de crédito externo, com garantia da República Federativa do Brasil, entre o Estado de Minas Gerais e o Banco Interamericano de Desenvolvimento – BID, no valor total de até US\$50,000,000.00 (cinquenta milhões de dólares dos Estados Unidos da América), de principal, destinada a financiar, parcialmente, a primeira fase do Programa de Melhoria da Acessibilidade de Municípios de Pequeno Porte – PROACESSO. Senador Luiz Otávio. ....	207
<b>MOVIMENTO ESTUDANTIL</b>		Parecer nº 206, de 2006, de Plenário, em substituição à Comissão Mista, sobre o Projeto de Lei de Conversão nº 2, de 2006, referente à Medida Provisória nº 269, de 2005, que altera as Leis nºs 9.986, de 18 de julho de 2000, que dispõe sobre a gestão de recursos humanos das Agências Reguladoras; 10.768, de 19 de novembro de 2003, que dispõe sobre o Quadro de Pessoal da Agência Nacional de Águas – ANA; 10.862, de 20 de abril de 2004, que dispõe sobre a criação do Plano Especial de Cargos da Agência Brasileira de Inteligência – ABIN; 10.871, de 20 de maio de 2004, que dispõe sobre a criação de carreiras e organização de cargos efetivos das autarquias especiais, denominadas Agências Reguladoras; 11.182, de 27 de setembro de 2005, que cria a Agência Nacional de Aviação Civil – ANAC; cria cargos na Carreira de Diplomata, no Plano de Cargos para a Área de Ciência e Tecnologia, do Grupo-Direção e Assessoramento Superiores – DAS e Funções Gratificadas – FG; autoriza a prorrogação de contratos temporários firmados com base no art. 81- A da Lei nº 8.884, de 11 de junho de 1994, e no art. 30 da Lei nº 10.871, de 2004; e dá outras providências. Senadora Fátima Cleide. ....	266
Destaque para o manifesto do Centro Acadêmico XI de Agosto pedindo ética e mais respeito do governo brasileiro ao seu povo. Senador Arthur Virgílio. ....	134		
<b>OFÍCIO</b>			
Ofício nº 186, de 2006, que encaminha a inclusão da Medida Provisória nº 277, de 2006, do Poder Executivo, aprovada na Sessão Plenária do dia 16-3-06, que “Abre crédito extraordinário, em favor dos Ministérios da Agricultura, Pecuária e Abastecimento e das Relações Exteriores, no valor de R\$ 74.564.000,00 (setenta e quatro milhões, quinhentos e sessenta e quatro mil reais), para os fins que especifica”, conforme o disposto no art. 62 da Constituição Federal, com a redação dada pela Emenda Constitucional nº 32, de 2001. Encaminha, em anexo, o processado da referida Medida Provisória e os autógrafos da matéria aprovada nesta Casa. ....	298		
<b>ORÇAMENTO</b>			
Contingenciamento das emendas ao Orçamento de autoria de Sua Excelência. Senador Geraldo Mesquita Júnior. ....	35		
Necessidade do orçamento impositivo. Senador Geraldo Mesquita Júnior. ....	35		
Comentários sobre o pronunciamento do Senador Geraldo Mesquita Júnior em relação à defesa			

Pág.	Pág.
<p>Parecer nº 207, de 2006, da Mesa do Senado, sobre o Requerimento nº 1.137, de 2005. Senador Eduardo Siqueira Campos. ....</p> <p>Parecer nº 208, de 2006, da Mesa do Senado Federal, sobre o Requerimento nº 107, de 2006. Senador Efraim Morais. ....</p> <p>Parecer nº 209, de 2006, da Mesa do Senado Federal, sobre o Requerimento nº 111, de 2006. Senador Efraim Morais. ....</p> <p>Parecer nº 210, de 2006, da Mesa do Senado Federal, sobre o Requerimento nº 112, de 2006, relativo a envio de informações pelo Ministro de Estado da Educação. Senador Eduardo Siqueira Campos. ....</p> <p>Parecer nº 211, de 2006, da Mesa do Senado Federal, sobre o Requerimento nº 117, de 2006. Senador Efraim Morais. ....</p> <p>Parecer nº 212, de 2006, da Mesa do Senado Federal, sobre o Requerimento nº 122, de 2006, que requer, do Ministro de Estado da Fazenda, informações relativas à venda, no mercado, de 7,5% do capital do Banco do Brasil. Senador Eduardo Siqueira Campos. ....</p> <p>Parecer nº 213, de 2006, da Mesa do Senado Federal, sobre o Requerimento nº 126, de 2006. Senador Efraim Morais. ....</p> <p>Parecer nº 214, de 2006, da Mesa do Senado Efraim Morais, sobre o Requerimento nº 127, de 2006. Senador Efraim Morais. ....</p> <p>Parecer nº 215, de 2006, da Mesa do Senado Federal, sobre o Requerimento nº 128, de 2006. Senador Efraim Morais. ....</p> <p>Parecer nº 216, de 2006, da Mesa do Senado Federal, sobre o Requerimento nº 140, de 2006, que solicita informações ao Ministério da Fazenda sobre condições de pagamento da dívida externa. Senador Eduardo Siqueira Campos. ....</p> <p>Parecer nº 217, de 2006, da Mesa do Senado Federal, sobre o Requerimento nº 175, de 2006. Senador Efraim Morais. ....</p> <p>Parecer nº 218, de 2006, da Mesa do Senado Federal, sobre o Requerimento nº 176, de 2006. Senador Efraim Morais. ....</p> <p>Parecer nº 219, de 2006, da Mesa do Senado Federal, sobre o Requerimento nº 177, de 2006. Senador Efraim Morais. ....</p> <p>Parecer nº 220, de 2006, da Mesa do Senado Federal, sobre o Requerimento nº 184, de 2006. Senador Efraim Morais. ....</p> <p>Parecer nº 221, de 2006, para instruir decisão da Mesa do Senado Federal, sobre e Requerimento nº 200, de 2006, que requer informações ao Ministro de Minas e Energia a respeito dos contratos ou convênios de patrocínio estabelecidos pela Com-</p>	<p>panhia Hidroelétrica do São Francisco – CHESF. Senador João Alberto Souza. ....</p> <p>Parecer nº 222, de 2006, para instruir decisão da Mesa do Senado Federal, sobre o Requerimento nº 202, de 2006, que solicita ao Ministro de Estado de Minas e Energia informações a respeito dos contratos e convênios de patrocínios estabelecidos pelo Petróleo Brasileiro S.A. (PETROBRAS), nos anos de 2003 até a presente data. Senador João Alberto Souza. ....</p> <p>Parecer nº 223, de 2006, da Mesa do Senado Federal, sobre o Requerimento nº 219, de 2006. Senador João Alberto Souza. ....</p> <p>Parecer nº 224, de 2006, da Mesa do Senado Federal, sobre o Requerimento nº 220, de 2006. Senador João Alberto Souza. ....</p> <p>Parecer nº 225, de 2006, da Mesa do Senado Federal, sobre o Requerimento nº 238, de 2006, relativo a pedido de informações ao Ministro de Estado Chefe da Secretaria Geral da Presidência da República. Senador João Alberto Souza. ....</p> <p>Parecer nº 226, de 2006, da Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania, sobre o Ofício “S” nº 5, de 2006, Mensagem nº 12/2006, na Origem de indicação da Senhora Ministra Ellen Gracie Northfleet para exercer a Presidência do Conselho Nacional de Justiça. Senador Antonio Carlos Magalhães. ....</p> <p><b>PARTIDO POLÍTICO</b></p> <p>Destaque para a corrupção que atinge o Partido dos Trabalhadores, excetuando-se, no entanto, alguns políticos do Partido. Aparte à Senadora Fátima Cleide. Senador Heráclito Fortes. ....</p> <p>Destaques para a defesa da Senadora Fátima Cleide ao Governo, ressaltando a crise de corrupção que atinge o Partido dos Trabalhadores. Aparte à Senadora Fátima Cleide. Senador Arthur Virgílio. ....</p> <p>Comentários sobre a real mudança de postura do Partido dos Trabalhadores – PT, em relação ao uso indevido de recursos financeiros. Aparte ao Senador Heráclito Fortes. Senador Sibá Machado. ....</p> <p><b>PECUÁRIA</b></p> <p>Considerações sobre a gravidade da gripe aviária. Senador Leonel Pavan. ....</p> <p><b>PODERES CONSTITUCIONAIS</b></p> <p>Comentários sobre a interferência dos Poderes Judiciário e Executivo nas ações do Poder Legislativo. Senador Cristovam Buarque. ....</p>
<p>429</p> <p>430</p> <p>431</p> <p>431</p> <p>432</p> <p>432</p> <p>433</p> <p>434</p> <p>434</p> <p>434</p> <p>434</p> <p>435</p> <p>435</p> <p>436</p> <p>436</p>	<p>436</p> <p>438</p> <p>439</p> <p>439</p> <p>440</p> <p>440</p> <p>29</p> <p>29</p> <p>40</p> <p>531</p> <p>61</p>

	Pág.		Pág.
Apelo para um entendimento entre os Poderes nesse momento de crise institucional. Senador Jefferson Péres. ....	244		
Sugestão ao Presidente do Senado, Senador Renan Calheiros, que entabule entendimentos com o Presidente do Supremo Tribunal Federal para que se trate das prerrogativas de cada poder da Federação. Senador Arthur Virgílio. ....	248		
Preocupação com os atos de arbitrariedade praticados no País contra cidadãos. Senador Jefferson Péres. ....	251		
<b>POLÍTICA AGRÍCOLA</b>		<b>POLÍTICA FUNDIÁRIA</b>	
Comentários sobre a preocupação dos agricultores brasileiros com o problema do agronegócio. Senador Maguito Vilela. ....	237	Críticas ao administrador substituto da Funai em Roraima, pela determinação imposta de se cancelar ou transferir para outro local as festividades de comemoração dos 60 anos da Vila do Surumu, programadas para o fim de semana passado. Senador Mozarildo Cavalcanti. ....	223
Preocupação com a dívida dos agricultores, bem como com a crise do setor rural. Aparte ao Senador Maguito Vilela. Senador Antero Paes de Barros. ....	238	Cobranças das promessas feitas pelo Ministro Thomaz Bastos de reassentar famílias retiradas de áreas tomadas pela Funai. Aparte ao Senador Mozarildo Cavalcanti. Senador Augusto Botelho. .	224
Preocupação com a dívida dos agricultores, bem como com a crise do setor rural. Aparte ao Senador Maguito Vilela. Senador Eduardo Azeredo. ....	238	Comentários sobre os dados alarmantes sobre as terras do Estado de Roraima. Senador Mozarildo Cavalcanti. ....	453
Preocupação com a situação dos produtores rurais do Estado do Mato Grosso. Senador Jonas Pinheiro. ....	470	<b>POLÍTICA INDIGENISTA</b>	
<b>POLÍTICA DE TRANSPORTE</b>		Defesa da implantação do Plano de Carreira Indigenista, em benefício dos funcionários da Fundação Nacional do Índio, FUNAI. Senador Gilvam Borges. ....	33
Registro da criação de uma nova linha internacional da TAM, ligando Manaus a Miami. Senador Arthur Virgílio. ....	145	<b>POLÍTICA ORÇAMENTÁRIA</b>	
<b>POLÍTICA DO MEIO AMBIENTE</b>		Discussão do Projeto de Lei de Conversão nº 2, de 2006, que altera as Leis nºs 9.986, de 18 de julho de 2000, que dispõe sobre a gestão de recursos humanos das Agências Reguladoras; 10.768, de 19 de novembro de 2003, que dispõe sobre o Quadro de Pessoal da Agência Nacional de Águas – ANA; 10.862, de 20 de abril de 2004, que dispõe sobre a criação do Plano Especial de Cargos da Agência Brasileira de Inteligência – ABIN; 10.871, de 20 de maio de 2004, que dispõe sobre a criação de carreiras e organização de cargos efetivos das autarquias especiais, denominadas Agências Reguladoras; 11.182, de 27 de setembro de 2005, que cria a Agência Nacional de Aviação Civil – ANAC; cria cargos na Carreira de Diplomata, no Plano de Cargos para a Área de Ciência e Tecnologia, do Grupo-Direção e Assessoramento Superiores – DAS e Funções Gratificadas – FG; autoriza a prorrogação de contratos temporários firmados com base no art. 81- A da Lei nº 8.884, de 11 de junho de 1994, e no art. 30 da Lei nº 10.871, de 2004; e dá outras providências. Senador Jorge Bornhausen. ....	271
Críticas ao pronunciamento da Ministra Marina Silva sobre o projeto que regula acesso aos recursos genéticos, proferido na Convenção sobre Diversidade Biológica, realizado em Curitiba. Senador Osmar Dias. ....	449	Discussão do Projeto de Lei de Conversão nº 2, de 2006, que altera as Leis nºs 9.986, de 18 de julho de 2000, que dispõe sobre a gestão de recursos humanos das Agências Reguladoras; 10.768, de 19 de novembro de 2003, que dispõe sobre o Quadro de Pessoal da Agência Nacional de Águas	
Pedido para que conste nos Anais do Senado Federal, comemoração do Dia Mundial da Água. Senadora Serys Slhessarenko. ....	525		
<b>POLÍTICA EXTERNA</b>			
Relato das providências que as autoridades da República do Paraguai pretendem adotar no Brasil para a busca de uma alternativa diplomática ao impasse criado em torno da frota de táxis daquele país, que está sendo apreendida pela Receita Federal. Senador Alvaro Dias. ....	232		



– ANA; 10.862, de 20 de abril de 2004, que dispõe sobre a criação do Plano Especial de Cargos da Agência Brasileira de Inteligência – ABIN; 10.871, de 20 de maio de 2004, que dispõe sobre a criação de carreiras e organização de cargos efetivos das autarquias especiais, denominadas Agências Reguladoras; 11.182, de 27 de setembro de 2005, que cria a Agência Nacional de Aviação Civil – ANAC; cria cargos na Carreira de Diplomata, no Plano de Cargos para a Área de Ciência e Tecnologia, do Grupo-Direção e Assessoramento Superiores – DAS e Funções Gratificadas – FG; autoriza a prorrogação de contratos temporários firmados com base no art. 81- A da Lei nº 8.884, de 11 de junho de 1994, e no art. 30 da Lei nº 10.871, de 2004; e dá outras providências. Senador Arthur Virgílio. ....

272

Discussão do Projeto de Lei de Conversão nº 2, de 2006, que altera as Leis nºs 9.986, de 18 de julho de 2000, que dispõe sobre a gestão de recursos humanos das Agências Reguladoras; 10.768, de 19 de novembro de 2003, que dispõe sobre o Quadro de Pessoal da Agência Nacional de Águas – ANA; 10.862, de 20 de abril de 2004, que dispõe sobre a criação do Plano Especial de Cargos da Agência Brasileira de Inteligência – ABIN; 10.871, de 20 de maio de 2004, que dispõe sobre a criação de carreiras e organização de cargos efetivos das autarquias especiais, denominadas Agências Reguladoras; 11.182, de 27 de setembro de 2005, que cria a Agência Nacional de Aviação Civil – ANAC; cria cargos na Carreira de Diplomata, no Plano de Cargos para a Área de Ciência e Tecnologia, do Grupo-Direção e Assessoramento Superiores – DAS e Funções Gratificadas – FG; autoriza a prorrogação de contratos temporários firmados com base no art. 81- A da Lei nº 8.884, de 11 de junho de 1994, e no art. 30 da Lei nº 10.871, de 2004; e dá outras providências. Senador Antero Paes de Barros. ....

272

Discussão do Projeto de Lei de Conversão nº 2, de 2006, que altera as Leis nºs 9.986, de 18 de julho de 2000, que dispõe sobre a gestão de recursos humanos das Agências Reguladoras; 10.768, de 19 de novembro de 2003, que dispõe sobre o Quadro de Pessoal da Agência Nacional de Águas – ANA; 10.862, de 20 de abril de 2004, que dispõe sobre a criação do Plano Especial de Cargos da Agência Brasileira de Inteligência – ABIN; 10.871, de 20 de maio de 2004, que dispõe sobre a criação de carreiras e organização de cargos efetivos das autarquias especiais, denominadas Agências Reguladoras; 11.182, de 27 de setembro de 2005, que cria a Agência Nacional de Aviação Civil – ANAC; cria cargos na Carreira de Diplomata, no Plano de Cargos para a Área de Ciência e Tecnologia, do Gru-

po-Direção e Assessoramento Superiores – DAS e Funções Gratificadas – FG; autoriza a prorrogação de contratos temporários firmados com base no art. 81- A da Lei nº 8.884, de 11 de junho de 1994, e no art. 30 da Lei nº 10.871, de 2004; e dá outras providências. Senador Heráclito Fortes. ....

273

Discussão do Projeto de Lei de Conversão nº 2, de 2006, que altera as Leis nºs 9.986, de 18 de julho de 2000, que dispõe sobre a gestão de recursos humanos das Agências Reguladoras; 10.768, de 19 de novembro de 2003, que dispõe sobre o Quadro de Pessoal da Agência Nacional de Águas – ANA; 10.862, de 20 de abril de 2004, que dispõe sobre a criação do Plano Especial de Cargos da Agência Brasileira de Inteligência – ABIN; 10.871, de 20 de maio de 2004, que dispõe sobre a criação de carreiras e organização de cargos efetivos das autarquias especiais, denominadas Agências Reguladoras; 11.182, de 27 de setembro de 2005, que cria a Agência Nacional de Aviação Civil – ANAC; cria cargos na Carreira de Diplomata, no Plano de Cargos para a Área de Ciência e Tecnologia, do Grupo-Direção e Assessoramento Superiores – DAS e Funções Gratificadas – FG; autoriza a prorrogação de contratos temporários firmados com base no art. 81- A da Lei nº 8.884, de 11 de junho de 1994, e no art. 30 da Lei nº 10.871, de 2004; e dá outras providências. Senador César Borges. ....

274

Discussão do Projeto de Lei de Conversão nº 2, de 2006, que altera as Leis nºs 9.986, de 18 de julho de 2000, que dispõe sobre a gestão de recursos humanos das Agências Reguladoras; 10.768, de 19 de novembro de 2003, que dispõe sobre o Quadro de Pessoal da Agência Nacional de Águas – ANA; 10.862, de 20 de abril de 2004, que dispõe sobre a criação do Plano Especial de Cargos da Agência Brasileira de Inteligência – ABIN; 10.871, de 20 de maio de 2004, que dispõe sobre a criação de carreiras e organização de cargos efetivos das autarquias especiais, denominadas Agências Reguladoras; 11.182, de 27 de setembro de 2005, que cria a Agência Nacional de Aviação Civil – ANAC; cria cargos na Carreira de Diplomata, no Plano de Cargos para a Área de Ciência e Tecnologia, do Grupo-Direção e Assessoramento Superiores – DAS e Funções Gratificadas – FG; autoriza a prorrogação de contratos temporários firmados com base no art. 81- A da Lei nº 8.884, de 11 de junho de 1994, e no art. 30 da Lei nº 10.871, de 2004; e dá outras providências. Senador Sérgio Cabral. ....

276

Discussão do Projeto de Lei de Conversão nº 2, de 2006, que altera as Leis nºs 9.986, de 18 de julho de 2000, que dispõe sobre a gestão de recursos humanos das Agências Reguladoras; 10.768,

	Pág.		Pág.
de 19 de novembro de 2003, que dispõe sobre o Quadro de Pessoal da Agência Nacional de Águas – ANA; 10.862, de 20 de abril de 2004, que dispõe sobre a criação do Plano Especial de Cargos da Agência Brasileira de Inteligência – ABIN; 10.871, de 20 de maio de 2004, que dispõe sobre a criação de carreiras e organização de cargos efetivos das autarquias especiais, denominadas Agências Reguladoras; 11.182, de 27 de setembro de 2005, que cria a Agência Nacional de Aviação Civil – ANAC; cria cargos na Carreira de Diplomata, no Plano de Cargos para a Área de Ciência e Tecnologia, do Grupo-Direção e Assessoramento Superiores – DAS e Funções Gratificadas – FG; autoriza a prorrogação de contratos temporários firmados com base no art. 81- A da Lei nº 8.884, de 11 de junho de 1994, e no art. 30 da Lei nº 10.871, de 2004; e dá outras providências. Senador José Agripino. ....	279	cria cargos na Carreira de Diplomata, no Plano de Cargos para a Área de Ciência e Tecnologia, do Grupo-Direção e Assessoramento Superiores – DAS e Funções Gratificadas – FG; autoriza a prorrogação de contratos temporários firmados com base no art. 81- A da Lei nº 8.884, de 11 de junho de 1994, e no art. 30 da Lei nº 10.871, de 2004; e dá outras providências. Senador Leonel Pavan. ....	285
Discussão do Projeto de Lei de Conversão nº 2, de 2006, que altera as Leis nºs 9.986, de 18 de julho de 2000, que dispõe sobre a gestão de recursos humanos das Agências Reguladoras; 10.768, de 19 de novembro de 2003, que dispõe sobre o Quadro de Pessoal da Agência Nacional de Águas – ANA; 10.862, de 20 de abril de 2004, que dispõe sobre a criação do Plano Especial de Cargos da Agência Brasileira de Inteligência – ABIN; 10.871, de 20 de maio de 2004, que dispõe sobre a criação de carreiras e organização de cargos efetivos das autarquias especiais, denominadas Agências Reguladoras; 11.182, de 27 de setembro de 2005, que cria a Agência Nacional de Aviação Civil – ANAC; cria cargos na Carreira de Diplomata, no Plano de Cargos para a Área de Ciência e Tecnologia, do Grupo-Direção e Assessoramento Superiores – DAS e Funções Gratificadas – FG; autoriza a prorrogação de contratos temporários firmados com base no art. 81- A da Lei nº 8.884, de 11 de junho de 1994, e no art. 30 da Lei nº 10.871, de 2004; e dá outras providências. Senador Aloizio Mercadante. ....	280	Encaminhamento do Projeto de Lei de Conversão nº 2, de 2006, que altera as Leis nºs 9.986, de 18 de julho de 2000, que dispõe sobre a gestão de recursos humanos das Agências Reguladoras; 10.768, de 19 de novembro de 2003, que dispõe sobre o Quadro de Pessoal da Agência Nacional de Águas – ANA; 10.862, de 20 de abril de 2004, que dispõe sobre a criação do Plano Especial de Cargos da Agência Brasileira de Inteligência – ABIN; 10.871, de 20 de maio de 2004, que dispõe sobre a criação de carreiras e organização de cargos efetivos das autarquias especiais, denominadas Agências Reguladoras; 11.182, de 27 de setembro de 2005, que cria a Agência Nacional de Aviação Civil – ANAC; cria cargos na Carreira de Diplomata, no Plano de Cargos para a Área de Ciência e Tecnologia, do Grupo-Direção e Assessoramento Superiores – DAS e Funções Gratificadas – FG; autoriza a prorrogação de contratos temporários firmados com base no art. 81- A da Lei nº 8.884, de 11 de junho de 1994, e no art. 30 da Lei nº 10.871, de 2004; e dá outras providências. Senador Heráclito Fortes. ....	291
Discussão do Projeto de Lei de Conversão nº 2, de 2006, que altera as Leis nºs 9.986, de 18 de julho de 2000, que dispõe sobre a gestão de recursos humanos das Agências Reguladoras; 10.768, de 19 de novembro de 2003, que dispõe sobre o Quadro de Pessoal da Agência Nacional de Águas – ANA; 10.862, de 20 de abril de 2004, que dispõe sobre a criação do Plano Especial de Cargos da Agência Brasileira de Inteligência – ABIN; 10.871, de 20 de maio de 2004, que dispõe sobre a criação de carreiras e organização de cargos efetivos das autarquias especiais, denominadas Agências Reguladoras; 11.182, de 27 de setembro de 2005, que cria a Agência Nacional de Aviação Civil – ANAC;		Encaminhamento do Projeto de Lei de Conversão nº 2, de 2006, que altera as Leis nºs 9.986, de 18 de julho de 2000, que dispõe sobre a gestão de recursos humanos das Agências Reguladoras; 10.768, de 19 de novembro de 2003, que dispõe sobre o Quadro de Pessoal da Agência Nacional de Águas – ANA; 10.862, de 20 de abril de 2004, que dispõe sobre a criação do Plano Especial de Cargos da Agência Brasileira de Inteligência – ABIN; 10.871, de 20 de maio de 2004, que dispõe sobre a criação de carreiras e organização de cargos efetivos das autarquias especiais, denominadas Agências Reguladoras; 11.182, de 27 de setembro de 2005, que cria a Agência Nacional de Aviação Civil – ANAC; cria cargos na Carreira de Diplomata, no Plano de Cargos para a Área de Ciência e Tecnologia, do Grupo-Direção e Assessoramento Superiores – DAS e Funções Gratificadas – FG; autoriza a prorrogação de contratos temporários firmados com base no art. 81- A da Lei nº 8.884, de 11 de junho de 1994, e no art. 30 da Lei nº 10.871, de 2004; e dá outras providências. Senador Arthur Virgílio. ....	292

Encaminhamento do Projeto de Lei de Conversão nº 2, de 2006, que altera as Leis nºs 9.986, de 18 de julho de 2000, que dispõe sobre a gestão de recursos humanos das Agências Reguladoras; 10.768, de 19 de novembro de 2003, que dispõe sobre o Quadro de Pessoal da Agência Nacional de Águas – ANA; 10.862, de 20 de abril de 2004, que dispõe sobre a criação do Plano Especial de Cargos da Agência Brasileira de Inteligência – ABIN; 10.871, de 20 de maio de 2004, que dispõe sobre a criação de carreiras e organização de cargos efetivos das autarquias especiais, denominadas Agências Reguladoras; 11.182, de 27 de setembro de 2005, que cria a Agência Nacional de Aviação Civil – ANAC; cria cargos na Carreira de Diplomata, no Plano de Cargos para a Área de Ciência e Tecnologia, do Grupo-Direção e Assessoramento Superiores – DAS e Funções Gratificadas – FG; autoriza a prorrogação de contratos temporários firmados com base no art. 81- A da Lei nº 8.884, de 11 de junho de 1994, e no art. 30 da Lei nº 10.871, de 2004; e dá outras providências. Senador Ney Suassuna. ....

294

Encaminhamento do Projeto de Lei de Conversão nº 2, de 2006, que altera as Leis nºs 9.986, de 18 de julho de 2000, que dispõe sobre a gestão de recursos humanos das Agências Reguladoras; 10.768, de 19 de novembro de 2003, que dispõe sobre o Quadro de Pessoal da Agência Nacional de Águas – ANA; 10.862, de 20 de abril de 2004, que dispõe sobre a criação do Plano Especial de Cargos da Agência Brasileira de Inteligência – ABIN; 10.871, de 20 de maio de 2004, que dispõe sobre a criação de carreiras e organização de cargos efetivos das autarquias especiais, denominadas Agências Reguladoras; 11.182, de 27 de setembro de 2005, que cria a Agência Nacional de Aviação Civil – ANAC; cria cargos na Carreira de Diplomata, no Plano de Cargos para a Área de Ciência e Tecnologia, do Grupo-Direção e Assessoramento Superiores – DAS e Funções Gratificadas – FG; autoriza a prorrogação de contratos temporários firmados com base no art. 81- A da Lei nº 8.884, de 11 de junho de 1994, e no art. 30 da Lei nº 10.871, de 2004; e dá outras providências. Senadora Ideli Salvatti. ....

294

Encaminhamento do Projeto de Lei de Conversão nº 2, de 2006, que altera as Leis nºs 9.986, de 18 de julho de 2000, que dispõe sobre a gestão de recursos humanos das Agências Reguladoras; 10.768, de 19 de novembro de 2003, que dispõe sobre o Quadro de Pessoal da Agência Nacional de Águas – ANA; 10.862, de 20 de abril de 2004, que dispõe sobre a criação do Plano Especial de

Cargos da Agência Brasileira de Inteligência – ABIN; 10.871, de 20 de maio de 2004, que dispõe sobre a criação de carreiras e organização de cargos efetivos das autarquias especiais, denominadas Agências Reguladoras; 11.182, de 27 de setembro de 2005, que cria a Agência Nacional de Aviação Civil – ANAC; cria cargos na Carreira de Diplomata, no Plano de Cargos para a Área de Ciência e Tecnologia, do Grupo-Direção e Assessoramento Superiores – DAS e Funções Gratificadas – FG; autoriza a prorrogação de contratos temporários firmados com base no art. 81- A da Lei nº 8.884, de 11 de junho de 1994, e no art. 30 da Lei nº 10.871, de 2004; e dá outras providências. Senador José Agripino. ....

298

POLÍTICA PARTIDÁRIA

Críticas às ações do PT que visam impedir a candidatura própria do PMDB à presidência da República. Senador Mão Santa. ....

59

Solidariedade ao pronunciamento do Senador Mão Santa no qual tece severas críticas às ações do PT que visam impedir a candidatura própria do PMDB à presidência da República. Aparte ao Senador Mão Santa. Senador Heráclito Fortes. ....

60

Críticas às medidas adotadas pelo Judiciário que visaram impedir a realização de prévias pelo PMDB. Senador Mão Santa. ....

80

POLÍTICA SOCIAL

Comentários à política de habitação do Governo Lula. Senadora Lúcia Vânia. ....

67

Destaque para o trabalho desenvolvido pelo Padre Wilson Grow junto a jovens dos morros de Florianópolis. Aparte à Senadora Patrícia Saboya Gomes. Senadora Ideli Salvatti. ....

88

Considerações sobre a desigualdade social no País, com destaques para os programas sociais criados pelo Governo com vistas a diminuir a injustiça social existente no Brasil. Aparte ao Senador Paulo Octávio. Senador Roberto Saturnino. ....

132

Sugestões para a criação de uma frente multipartidária que lute para melhorar as condições de vida dos meninos e meninas brasileiros. Senador Cristovam Buarque. ....

245

Comentários sobre a diminuição nos investimentos sociais no Governo Lula. Senadora Lúcia Vânia. ....

521

Comentários sobre o aumento dos postos de trabalho no Brasil, durante o Governo Lula. Senadora Serys Slhessarenko. ....

525

	Pág.		Pág.
Dados positivos sobre o desempenho da economia brasileira nas localidades mais carentes. Senadora Serys Silhessarenko. ....	525	que aprova o ato que outorga concessão à Rádio FM Serrote Ltda., para explorar serviço de radiodifusão sonora em onda média na cidade de Ubajara, Estado do Ceará. ....	162
Questionamentos sobre os programas sociais de transferência de renda do Governo Lula, já implantados no Governo Fernando Henrique Cardoso. Senador Luiz Pontes. ....	529	Projeto de Decreto Legislativo nº 186, de 2006 (nº 1.971/2005, na Câmara dos Deputados), que aprova o ato que autoriza a Associação Rádio Comunitária Atalaia de Bagé a executar serviço de radiodifusão comunitária na cidade de Bagé, Estado do Rio Grande do Sul. ....	171
<b>PRESIDENTE DA REPÚBLICA</b>			
Relato sobre protestos, decorrentes da falta de investimentos em infra-estrutura, a serem realizados no dia 17 de março de 2006, em Santa Catarina, durante a visita do Presidente Lula ao estado. Senador Leonel Pavan. ....	5	Projeto de Decreto Legislativo nº 187, de 2006 (nº 1.986/2005, na Câmara dos Deputados), que aprova o ato que autoriza a Associação Comunitária de Desenvolvimento Cultural e Artístico de Santa Fé a executar serviço de radiodifusão comunitária na cidade de Santa Fé, Estado do Paraná. ....	172
Críticas ao Presidente e à política econômica brasileira. Aparte ao Senador Leonel Pavan. Senador Arthur Virgílio. ....	6	Projeto de Decreto Legislativo nº 188, de 2006 (nº 1.987/2005, na Câmara dos Deputados), que aprova o ato que autoriza a Associação Comunitária João Kominek a executar serviço de radiodifusão comunitária na cidade de Itaiópolis, Estado de Santa Catarina. ....	176
Críticas ao Presidente Lula no que se refere à homologação de terras indígenas. Senador Arthur Virgílio. ....	15	Projeto de Decreto Legislativo nº 189, de 2006 (nº 1.996/2005, na Câmara dos Deputados), que aprova o ato que renova a concessão da Rádio Marajá Ltda. para explorar serviço de radiodifusão sonora em onda média na cidade de Rosário do Sul, Estado do Rio Grande do Sul. ....	178
Destaque para o descumprimento, pelo Presidente Lula, da promessa de conclusão do chamado linhão de Tucuruí, feita durante visita a Parintins e outros municípios do baixo rio Amazonas. Senador Arthur Virgílio. ....	21	Projeto de Decreto Legislativo nº 190, de 2006 (nº 2004/2005, na Câmara dos Deputados), que aprova o ato que autoriza a Associação “Marechal Rondon” de Campinápolis – MT a executar serviço de radiodifusão comunitária na cidade de Campinápolis, Estado de Mato Grosso. ....	181
Demonstração de apoio à reeleição do Presidente Lula. Senador Sibá Machado. ....	45	Projeto de Decreto Legislativo nº 191, de 2006 (nº 2.014/2005, na Câmara dos Deputados), que aprova o ato que outorga concessão à Fundação Ernesto Benedito de Camargo para explorar serviço de radiodifusão de sons e imagens na cidade de Cotia, Estado de São Paulo. ....	184
Comentários sobre a política econômica adotada pelo Presidente Lula em seu Governo. Aparte ao Senador Sibá Machado. Senador Heráclito Fortes. .	47	Projeto de Decreto Legislativo nº 192 de 2006 (nº 2.025/2005, na Câmara dos Deputados), que aprova o ato que Autoriza a Associação de Assistência aos Menores Carentes de Barra do Mendes – Bahia a executar serviço de radiodifusão comunitária na cidade de Barra do Mendes, Estado da Bahia. ....	186
Comentários sobre a ida do Presidente Lula à Bahia, onde teceu críticas infundadas ao Legislativo. Senador César Borges. ....	450	Projeto de Decreto Legislativo nº 193, de 2006 (nº 2.031/2005, na Câmara dos Deputados), que aprova o ato que outorga permissão a Fundação Educativa e Cultural Goiás Vivo – FONGOV - para executar serviço de radiodifusão sonora em	
Comentários sobre o discurso do Presidente Lula quando de sua ida a Alagoas. Aparte ao Senador César Borges. Senadora Heloísa Helena. ..	452		
Críticas à declaração do Presidente Lula, na qual o Presidente chama os parlamentares de invejosos. Aparte ao Senador Heráclito Fortes. Senador Gilberto Mestrinho. ....	488		
<b>PROJETO DE DECRETO LEGISLATIVO</b>			
Projeto de Decreto Legislativo nº 184, de 2006 (nº 1.463/2004, na Câmara dos Deputados), que aprova o ato que autoriza a Associação Comunitária Paranaitense para o Desenvolvimento Artístico e Cultural a executar serviço de radiodifusão comunitária na cidade de Paranaita, Estado de Mato Grosso. ....	158		
Projeto de Decreto Legislativo nº 185, de 2006 (nº 1.957/2005, na Câmara dos Deputados),			

Pág.	Pág.
freqüência modulada na cidade de Caldas Novas, Estado de Goiás. ....	190
Projeto de Decreto Legislativo nº 194, de 2006 (nº 2.033/2005, na Câmara dos Deputados), que aprova o ato que autoriza a Associação dos Moradores do Centro de Borda da Mata a executar serviço de radiodifusão comunitária na cidade de Borda da Mata, Estado de Minas Gerais. ....	191
Projeto de Decreto Legislativo nº 195, de 2006 (nº 2.035/2005, na Câmara dos Deputados), que aprova o ato que autoriza a Associação Comunitária, Cultural e Educativa de Radiodifusão de Itumirim/MG – ACREDITAR a executar serviço de radiodifusão comunitária na cidade de Itumirim, Estado de Minas Gerais. ....	195
Projeto de Decreto Legislativo nº 196, de 2006 (nº 2.039/2005, na Câmara dos Deputados), que aprova o ato que outorga concessão à Fundação Jose Posidônio Peixoto para executar serviço de radiodifusão de sons e imagens na cidade de Caucaia, Estado do Ceará. ....	198
<b>PROJETO DE LEI DA CÂMARA</b>	
Projeto de Lei da Câmara nº 22, de 2006 (nº 5.919/2005, na Casa de origem), de Iniciativa do Presidente da República, que cria 1.951 (mil novecentos e cinqüenta e um) cargos da Carreira da Seguridade Social e do Trabalho, para o quadro do Ministério do Trabalho e Emprego; extingue 2.191 (dois mil, cento e noventa e um) cargos vagos disponíveis no Sistema de Pessoal Civil da Administração Federal – SIPEC; e dá outras Providências. ..	200
Projeto de Lei da Câmara nº 23, de 2006 (nº 4.927/2001, na Casa de Origem), que dá nova redação ao inciso II do caput do art. 7º da Lei nº 9.394, de 20 de dezembro de 1996. ....	204
Projeto de Lei da Câmara nº 24, de 2006 (nº 4.070/2004, na Casa de origem), que denomina o trecho da BR-235 entre a cidade de Aracaju e a divisa dos Estados de Sergipe e da Bahia “Rodovia Padre Pedro”. ....	205
Projeto de Lei da Câmara nº 25, de 2006 (nº 5.180/2005, na Casa de origem), que declara o sociólogo Florestan Fernandes patrono da Sociologia brasileira. ....	205
<b>PROJETO DE LEI DO SENADO</b>	
Projeto de Lei do Senado nº 65, de 2006, que padroniza o boletim de ocorrência e dá instruções sobre seu preenchimento. Senador Valdir Raupp. .	4
Projeto de Lei do Senado nº 66, de 2006, que altera a Lei nº 7.102, de 20 de junho de 1983, para dispor sobre a constituição e funcionamento das cooperativas de vigilantes. Senador Cristovam Buarque. ....	71
Projeto de Lei do Senado nº 67, de 2006, que altera a Lei nº 10.826, de 22 de dezembro de 2003, para estender a posse legal da arma de fogo aos limites da propriedade rural, moderar as penas dos crimes previstos nos arts. 12, 14 e 15, diminuir para 21 anos a idade mínima para aquisição da arma de fogo, reduzir o valor de taxas, admitir a cessão aos órgãos de segurança pública das armas apreendidas ou entregues voluntariamente, além de outras providências. Senador Juvêncio da Fonseca. ....	217
Projeto de Lei do Senado nº 68, de 2006 – Complementar –, que altera o art. 33 da Lei Complementar nº 87, de 13 de setembro de 1996, que dispõe sobre o imposto dos Estados e do Distrito Federal sobre operações relativas à circulação de mercadorias e sobre prestações de serviços de transporte interestadual e intermunicipal e de comunicação, e dá outras providências, para prorrogar os prazos previstos em relação à apropriação dos créditos de ICMS. Senador Rodolpho Tourinho. ...	221
Projeto de Lei do Senado nº 69, de 2006, que dá nova redação ao § 1º do art. 30 da Lei nº 11.101, de 9 de fevereiro de 2005, para restringir o impedimento de integrar o Comitê de Credores e exercer a função de administrador judicial, além dos parentes e dependentes, ao amigo íntimo e ao inimigo capital do devedor. Senador Valdir Raupp. ....	443
<b>PROJETO DE RESOLUÇÃO</b>	
Projeto de Resolução nº 24, de 2006, que autoriza o Estado de Minas Gerais a contratar operação de crédito externo, com garantia da União, com o Banco Interamericano de Desenvolvimento – BID, no valor de até US\$50.000.000,00 (cinqüenta milhões de dólares dos Estados Unidos da América). ....	210
Projeto de Resolução nº 25, de 2006, que cria o Grupo de Parlamentar “Amizade Brasil-Zâmbia”, com a finalidade de desenvolver e incentivar as relações bilaterais entre seus Poderes Legislativos. ....	444
Projeto de Resolução nº 26, de 2006, que altera a redação do Regimento Interno do Senado Federal para modificar a competência do Segundo, Terceiro e Quarto Secretários do Senado Federal e criar a Olvidaria Parlamentar do Senado Federal. .	445

	Pág.		Pág.
<b>RECURSOS HIDRÍCOS</b>			
Destaque para o potencial hidrográfico do Brasil. Senador Valdir Raupp. ....	57	rente ou cheques; emissão de ordens de crédito ou documentos assemelhados; resgates em contas de depósitos à vista ou a prazo, inclusive de poupança; descontos de duplicatas, notas promissórias e outros títulos de crédito; e operações com cartões de crédito e quaisquer outras operações de natureza semelhante que venham a ser autorizadas pelo Banco Central do Brasil, ou outro órgão competente, relativas ao cidadão Francenildo dos Santos Costa, fixando-se como termo inicial das informações solicitadas o dia 1º de janeiro de 2006 e termo final a data de apresentação do presente requerimento. Senador Tião Viana. ....	125
<b>REQUERIMENTO</b>			
Requerimento nº 288, de 2006, que requer Voto de Pesar pelo precoce falecimento do jovem Ilais Alexandre Brito Freitas, ocorrido no dia 16 de março de 2006, em Manaus. Senador Arthur Virgílio. ....	4	Requerimento nº 296, de 2006, que requer sejam solicitadas a Sua Excelência o Senhor Ministro de Estado da Fazenda, o fornecimento ao Senado Federal das informações e documentos sigilosos disponíveis no Banco Central do Brasil (art. 10-A, da Lei nº 9.613, de 1998), em instituições financeiras públicas ou privadas, no Conselho de Controle de Atividades Financeiras – COAF concernentes a depósitos à vista e a prazo em conta-corrente e de poupança; pagamentos efetuados em moeda corrente ou cheques; emissão de ordens de crédito ou documentos assemelhados; resgates em contas de depósitos à vista ou a prazo, inclusive de poupança; descontos de duplicatas, notas promissórias e outros títulos de crédito; e operações com cartões de crédito e quaisquer outras operações de natureza semelhante que venham a ser autorizadas pelo Banco Central do Brasil, ou outro órgão competente, relativas ao cidadão Paulo Tarcísio Okamoto, fixando-se como termo inicial das informações solicitadas o dia 1º de janeiro de 2001 e termo final a data de apresentação do presente requerimento. Senador Antonio Carlos Magalhães. ....	127
Requerimento nº 289, de 2006, que requer Voto de Pesar pelo falecimento, em Brasília, de Osires Lopes da Silva Neto. Senador Arthur Virgílio. .	4	Requerimento nº 297, de 2006, que requer sejam solicitadas a Sua Excelência o Senhor Ministro de Estado da Fazenda, o fornecimento ao Senado Federal das informações e documentos sigilosos disponíveis no Banco Central do Brasil (art. 10-A, da Lei nº 9.613, de 1998), em instituições financeiras públicas ou privadas, no Conselho de Controle de Atividades Financeiras – COAF concernentes a depósitos à vista e a prazo em conta corrente e de poupança; pagamentos efetuados em moeda corrente ou cheques; emissão de ordens de crédito ou documentos assemelhados; resgates em contas de depósitos à vista ou a prazo, inclusive de poupança; descontos de duplicatas, notas promissórias e outros títulos de crédito; e operações com cartões de crédito e quaisquer outras operações de natureza semelhante que venham a ser autorizadas pelo Banco Central do Brasil, ou outro	
Requerimento nº 290, de 2006, que requer Voto de Aplauso ao Jornal Diário do Amazonas e à Rádio Amazonas-FM, pelo transcurso do 21º aniversário de criação desses dois veículos de comunicação de Manaus. Senador Arthur Virgílio. ...	73		
Requerimento nº 291, de 2006, que requer Voto de Aplauso ao Ex-presidente Fernando Henrique Cardoso, pelo lançamento de seu livro “A Arte da Política – A História que Vivi”. Senador Arthur Virgílio. ....	73		
Requerimento nº 292, de 2006, que requer Voto de Aplauso ao ortopedista e pesquisador gaúcho Carlos Alberto Souza Macedo, pela criação de prótese para quadril, na Universidade Federal do Rio Grande do Sul, com tecnologia, aprovada nos testes internacionais ISO e ASTM. Senador Arthur Virgílio. ....	74		
Requerimento nº 293, de 2006, que requer Voto de Congratulações pelo transcurso do aniversário de noventa anos do ilustre brasileiro, baiano de Santo Amaro da Purificação, Monsenhor Gaspar Sadoc da Natividade. Senador Antonio Carlos Magalhães. ....	117		
Requerimento nº 294, de 2006, que solicita informações ao Senhor Ministro de Estado de Minas e Energia sobre o prejuízo que a Petrobrás acumularia na licitação aberta pela Transpetro para a construção de 26 navios petroleiros. Senador Arthur Virgílio. ....	124		
Requerimento nº 295, de 2006, que requer sejam solicitadas a Sua Excelência o Senhor Ministro de Estado da Fazenda, o fornecimento ao Senado Federal das informações e documentos sigilosos disponíveis no Banco Central do Brasil (art. 10-A, da Lei nº 9.613, de 1998), em instituições financeiras públicas ou privadas, no Conselho de Controle de Atividades Financeiras – COAF concernentes a depósitos à vista e a prazo em conta-corrente e de poupança; pagamentos efetuados em moeda cor-			

Pág.	Pág.		
<p>órgão competente, relativas ao cidadão Fábio Luis Lula da Silva, fixando-se como termo inicial das informações apresentadas, no período dos últimos cinco anos. Senador Antero Paes de Barros. ....</p> <p>Requerimento nº 298, de 2006, que requer seja encaminhado ao Excelentíssimo Senhor Ministro Presidente do Banco Central do Brasil a solicitação de remessa do registro de todas as operações de mercado com Notas do Tesouro Nacional (NTN-B), Código 760199 – ISIN BRSTNCNTB0A6, emitidas em 15 de julho de 2005, com vencimento em 15 de maio de 2045, realizadas no período de 1º de dezembro de 2005 a 28 de fevereiro de 2006 no Sistema Especial de Liquidação e de Custódia – Selic, informando o número de operações, e, por operação, a quantidade de títulos negociados e o valor dos títulos. Senador João Ribeiro. ....</p> <p>Requerimento nº 299, de 2006, que requer a apresentação de voto de congratulações à TV Cidade Verde, pela passagem do seu aniversário de 20 anos, levando imagem, notícia e diversão a mais de uma centena de municípios do Estado do Piauí. Aos seus diretores proprietários Dr. Jesus Elias Tajra e Jesus Elias Tajra Filho, aos jornalistas e apresentadores; Amadeu Campos; Elivaldo Barbosa; Nadja Rodrigues; Elvira Raulino; Laércio Andrade; Virgínia Fabris; Hebert Henrique e Cleiton Riedel. Aos ex-funcionários que fizeram história na TV Cidade Verde, os jornalistas: Gilberto Melo (<i>in memoriam</i>), Carlos Augusto de Araújo Lima, Luís Carlos Maranhão, Deoclécio Dantas e Chico Viana, e a todos os funcionários que hoje contribuem de certa forma para boa imagem da TV Cidade Verde no Piauí. Senador Mão Santa. ....</p> <p>Requerimento nº 300, de 2006, que solicita seja o presente requerimento encaminhado ao Excelentíssimo Senhor Ministro de Estado do Planejamento, Orçamento e Gestão, para que este providencie, no estrito termo do prazo constitucional, junto aos órgãos competentes, informação com os documentos comprobatórios. Senador Antero Paes de Barros. ....</p> <p>Requerimento nº 301, de 2006, que requer Voto de Aplauso ao jornalista e ex-Deputado Federal João Mellão Neto, pela edição de seu livro O Pensamento Liberal. Senador Arthur Virgílio. ....</p> <p>Requerimento nº 302, de 2006, que requer a realização de Sessão Especial do Senado Federal destinada a homenagear o transcurso dos 40 anos de fundação do MDB. Senador Pedro Simon. ....</p> <p>Requerimento nº 303, de 2006, que requer, nos termos do artigo 218 do Regimento Interno, a inserção, em ata, de Voto de Pesar pelo falecimento, na cidade de Belém do Pará, do jornalista Arthênio</p>	<p>129</p> <p>214</p> <p>215</p> <p>216</p> <p>216</p> <p>261</p>	<p>Guimarães. Nascido em Belém do Pará, Arthênio Guimarães foi Diretor Administrativo e Financeiro dos Diários Associados e um dos melhores quadros do extinto jornal paraense “A Província do Pará”. Era viúvo e deixou sete filhos, Heliana Rocha, Silvana Rodrigues, Ivaldo Guimarães, Rosana Avelar, Arthênio Guimarães Júnior, Ronaldo Guimarães e Ademir Guimarães. Arthênio Guimarães marcou a sua vida em defesa da liberdade de imprensa e dos direitos civis, deixando inúmeros seguidores e admiradores nos meios de comunicação do Estado do Pará e da Região Norte. E que também requer que o voto de pesar do Senado Federal seja encaminhado aos Diários Associados, ao sindicato dos jornalistas do Estado do Pará e à sua família. Senador Luiz Otávio. ....</p> <p>Requerimento nº 304, de 2006, que requer sejam prestadas informações pelo Excelentíssimo Senhor Ministro dos Transportes. Senador Cristovam Buarque. ....</p> <p>Requerimento nº 305, de 2006, que requer destaque para votação em separado do art. 29, constante do art. 1º do PLV nº 2, de 2006. Senador Jorge Bornhausen. ....</p> <p>Requerimento nº 306, de 2006, que requer destaque para votação em separado do art. 29-A, constante do art. 2º do PLV nº 2, de 2006. Senador Jorge Bornhausen. ....</p> <p>Requerimento nº 307, de 2006, que requer destaque para votação em separado do art. 11 do PLV nº 2, de 2006. Senador José Agripino. ....</p> <p>Requerimento nº 308, de 2006, que requer destaque para votação em separado do art. 12 do PLV nº 2, de 2006. Senador José Agripino. ....</p> <p>Requerimento nº 309, de 2006, que requer destaque para votação em separado do art. 13 do PLV nº 2, de 2006. Senador José Agripino. ....</p> <p>Requerimento nº 310, de 2006, que requer destaque para votação em separado da Emenda nº 6, de autoria do Senador Álvaro Dias, oferecida ao PLV nº 2, de 2006 (Proveniente da Medida Provisória nº 269, de 2005). Senador Alvaro Dias. ....</p> <p>Requerimento nº 311, de 2006, que requer destaque para votação em separado da Emenda nº 7, de autoria do Senador Álvaro Dias, oferecida ao PLV nº 2, de 2006 (Proveniente da Medida Provisória nº 269, de 2005). Senador Alvaro Dias. ....</p> <p>Requerimento nº 312, de 2006, que requer destaque para votação em separado da Emenda nº 8, de autoria do Senador Arthur Virgílio, oferecida ao PLV nº 2, de 2006 (Proveniente da Medida Provisória nº 269, de 2005). Senador Arthur Virgílio. ....</p>	<p>262</p> <p>262</p> <p>289</p> <p>289</p> <p>289</p> <p>289</p> <p>289</p> <p>289</p> <p>290</p> <p>290</p> <p>290</p>

	Pág.		Pág.
Requerimento nº 313, de 2006, que requer a retirada, em caráter definitivo do PLS nº 35, de 2005, de minha autoria, que “Inclui na jurisdição federal os trechos rodoviários que especifica, coincidentes com a diretriz da rodovia federal BR-497 estabelecida no Plano Nacional de Viação (PNV)”. Senador Aelton Freitas. ....	348		
Requerimento nº 314, de 2006, que requer Voto de Aplauso ao jornalista e historiador Hugo Studart pelo lançamento do livro A Lei da Selva, mais uma contribuição para a história da guerrilha da Araguaia; requer seja consignado, nos Anais do Senado, Voto de Aplauso ao jornalista e historiador Hugo Studart, pelo lançamento, dia 21, em Brasília, do livro A Lei da Selva, mais uma excelente contribuição para se entender o que de fato ocorreu na guerrilha do Araguaia. E requer, ademais, que o Voto de Aplauso seja levado ao conhecimento do homenageado. Senador Arthur Virgílio. ....	429	mento de Hainsi Gralow, ocorrido 1º de março 2006, Hainsi Gralow há 23 anos na presidência da Afubra, entidade que integrava há 31 anos, Hainsi Gralow teve a sua trajetória marcada pela luta em defesa da fumicultura e dos pequenos agricultores. Coragem e determinação são eufemismo para traduzir a impressionante trajetória deste líder nato, que se empenhou como poucos para divulgar e valorizar a importância socioeconômica da fumicultura brasileira. À frente da entidade, que se expandiu e ganhou notoriamente reconhecimento nacional e internacional, Gralow, filho de um dos primeiros fumicultores da região do Vale do Rio Pardo concretizou, com a força do seu trabalho, a integração de todos os produtores de tabaco nos três estados do Sul do Brasil. Este voto de pesar deve ser enviado para Associação dos Fumicultores do Brasil – AFUBRA, na Rua Júlio de Castilhos, 1031 – Santa Cruz do Sul – RS – CEP 96810-010. Senador Paulo Paim. ....	505
Requerimento nº 315, de 2006, que requer voto de Aplauso ao cineasta amazonense Alexandre Serrão, pela produção do filme Nas Trilhas de Milton Hatoum, documentário sobre a obra literária de um dos maiores escritores do Amazonas; requer que seja consignado, nos Anais do Senado, Voto de Aplauso ao cineasta Alexandre Serrão, pela produção do filme Nas Trilhas de Milton Hatoum, documentário sobre a obra literária de um dos mais importantes escritores do Amazonas. E requer, ademais, que o Voto de Aplauso seja levado ao conhecimento do homenageado e do escritor Milton Hatoum. Senador Arthur Virgílio. ....	429	Requerimento nº 320, de 2006, que requer a retirada, em definitivo, do Requerimento nº 294/2006. Senador Arthur Virgílio. ....	506
Requerimento nº 316, de 2006, que requer a realização de Sessão Especial do Senado, no dia 29 de março de 2006, destinada a homenagear o Ministro Nelson Jobim, Presidente do Supremo Tribunal Federal. Senador Aloizio Mercadante. ....	497	Requerimento nº 321, de 2006, que requer autorização para o desempenho de missão no período de 28 de março a 1º de abril de 2006. Informa que estará ausente do País no período de 27-3-2006 a 3-4-2006. Senadora Maria do Carmo Alves. ....	506
Requerimento nº 317, de 2006, requer que a sessão seja realizada no dia 23 de março de 2006. Senador Ney Suassuna. ....	502		
Requerimento nº 318, de 2006, que requer Voto de Lembrança ao ensejo do centenário de nascimento de Arthur Reis, pensador, historiador e Governador (indireto) do Amazonas. Requer ainda que seja consignado, nos Anais do Senado, Voto de Lembrança ao ensejo do centenário de nascimento de Arthur Reis, pensador e historiador amazonense, que governou o Amazonas de junho de 1964 a janeiro de 1967, por nomeação do então Presidente Humberto Castelo Branco, bem como que o Voto de Aplauso seja levado ao conhecimento dos familiares do homenageado. Senador Arthur Virgílio. .	502		
Requerimento nº 319, de 2006, que requer que seja inserido em ata Voto de Pesar pelo faleci-			
		<b>RESOLUÇÃO</b>	
		Resolução nº 38, de 2006, que declara a perda do mandato do Senhor Deputado Pedro Corrêa por conduta incompatível com o decoro parlamentar.	71
		<b>SAÚDE</b>	
		Preocupação com a situação dos agentes de controle de endemias - os “mata-mosquitos”. Senador Papaléo Paes. ....	81
		Apoio ao pronunciamento do Senador Papaléo Paes no qual Sua Excelência demonstra preocupação com a situação dos agentes de controle de endemias, os “mata-mosquitos”. Aparte ao Senador Papaléo Paes. Senador Rodolpho Tourinho. ....	83
		<b>VIOLÊNCIA</b>	
		Comentários sobre matéria divulgada pelo programa Fantástico, na Rede Globo de Televisão, que abordou a situação de crianças envolvidas com o tráfico. Senadora Patrícia Saboya Gomes. ....	86
		Comentários sobre o documentário intitulado “Falcão - Os meninos do Crime”, transmitido pela	



	Pág.		Pág.
Rede Globo. Aparte à Senadora Patrícia Saboya Gomes. Senador Cristovam Buarque. ....	89		
Solidariedade ao pronunciamento da Senadora Patrícia Saboya Gomes o qual trata do envolvimento de crianças com o tráfico. Senador Paulo Octávio. ....	131	Comentários sobre o documentário “Falcão - Os meninos do tráfico”, transmitido no último domingo pela Rede Globo de Televisão. Aparte à Senadora Lúcia Vânia. Senador Antero Paes de Barros. ....	236
Comentários sobre o documentário intitulado “Falcão - Os meninos do Crime”, transmitido pela Rede Globo. Aparte ao Senador Paulo Octávio. Senador Romeu Tuma. ....	132	Comentário sobre matéria exibida no Programa “Fantástico”, da Rede Globo de Televisão, com o título “Falcão - Meninos do Tráfico, retratando o submundo do narcotráfico nas periferias do Brasil. Senador Amir Lando. ....	372
Comentários sobre o documentário intitulado “Falcão - Os meninos do Tráfico”, transmitido pela Rede Globo. Senadora Heloísa Helena. ....	233	Comentários sobre o documentário intitulado “Falcão - Meninos do Tráfico”, transmitido pela Rede Globo, no programa Fantástico. Senador Paulo Paim. ....	522
Solidariedade ao discurso da Senadora Heloísa Helena, em relação à violência da qual são vítimas as crianças brasileiras. Aparte à Senadora Heloísa Helena. Senador Cristovam Buarque. ....	234	Reflexão sobre o documentário intitulado “Falcão - Meninos do Tráfico”, transmitido pela Rede Globo, no programa Fantástico. Senador Demóstenes Torres. ....	527
Comentários sobre o documentário “Falcão - Os meninos do tráfico”, transmitido pela Rede Globo de Televisão. Senadora Lúcia Vânia. ....	235		



# Ata da 19ª Sessão Não Deliberativa, em 17 de março de 2006

4ª Sessão Legislativa Ordinária da 52ª Legislatura

Presidência dos Srs. Alvaro Dias e Mão Santa

*(Inicia-se a sessão às 9 horas.)*

**O SR. PRESIDENTE** (Alvaro Dias. PSDB – PR)

– Havendo número regimental, declaro aberta a sessão.

Sob a proteção de Deus, iniciamos os nossos trabalhos.

Sobre a mesa, parecer que passo a ler.

É lido o seguinte:

## **PARECER Nº 204, DE 2006**

**Da Comissão de Educação, sobre o Projeto de Lei da Câmara nº 127, de 2005 (nº 4.671/2004, na Casa de origem), que altera o art. 67 da Lei nº 9.394, de 20 de dezembro de 1996, incluindo, para os efeitos do disposto no § 5º do art. 40 e no § 8º do art. 201 da Constituição Federal, definição de funções de magistério.**

Relator: Senador **Sérgio Zambiasi**

### **I – Relatório**

Vem ao exame desta Comissão o Projeto de Lei da Câmara (PLC) nº 127, de 2005, de autoria da Deputada Neyde Aparecida, que se destina a alterar a Lei nº 9.394, de 20 de dezembro de 1996, conhecida como Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional (LDB), no sentido de dar definição ao que seja funções de magistério, tal como a expressão aparece no art. 40, § 5º e art. 201, § 8º, da Constituição Federal.

O PLC em tela altera especificamente o art. 67 da LDB, que passa a vigorar acrescido de § 2º, renumerando-se o atual parágrafo único para § 1º. Leia-se a seguir o parágrafo proposto:

§ 2º Para os efeitos do disposto no § 5º do art. 40 e no § 8º do art. 201 da Constituição Federal, são consideradas funções de magistério as exercidas por professores e especialistas em educação no desempenho

de atividades educativas, quando exercidas em estabelecimento de educação básica em seus diversos níveis e modalidades, incluídas, além do exercício da docência, as de direção de unidade escolar e as de coordenação e assessoramento pedagógico. (NR)

A proposição dispõe que as funções de magistério abrangem o exercício da docência, bem como outras atividades ligadas intimamente à vida da escola e ao seu funcionamento integral, como o assessoramento pedagógico e a direção de unidade escolar.

Este projeto de lei visa dar aos profissionais do magistério o direito à aposentadoria especial prevista no referido dispositivo constitucional.

Não é caso de se considerar a docência como atividade única do Magistério, como se a relação educativa se desse tão só no microcosmo fechado de preceptor e discípulo e preterisse o conjunto da estrutura institucional da escola.

A lei em que se transformar o projeto deverá entrar em vigor na data de sua publicação.

Na Casa de origem, o projeto recebeu pareceres favoráveis na Comissão de Educação e Cultura e na Comissão de Constituição e Justiça e de Cidadania, com aprovação unânime, tendo-lhe sido conferido mérito e isenção de vícios legais.

No Senado, distribuído apenas a esta Comissão, o PLC nº 127, de 2005, não recebeu emendas.

### **II – Análise**

Os sujeitos envolvidos na educação foram, em passado remoto, apenas o mestre e seu aluno. Historicamente, as premissas do trabalho pedagógico foram evoluindo e com o progresso da sociedade ocidental a escola passou a ser uma importante entidade institucionalizada, mantida pelo Estado. Tal dependência estatal começou no período romano, para a escola de oradores. Hoje, a escola não pode prescindir de uma estrutura que é tanto baseada nas leis quanto nos sujeitos envolvidos na sua manutenção e funcionamento. Todos esses obreiros (professores,

profissionais do magistério, profissionais da educação ou trabalhadores da educação ou que nome se lhes dê) são fundamentais ao bom desenvolvimento pedagógico. A escola atual não existe sem o suporte institucional que a conforma, e todos os membros do como escolar são sujeitos implicados necessariamente no ato educativo.

As pessoas que exercem funções de magistério podem ser tipificadas como sendo aquelas que atuam no âmbito educativo. Segundo a Resolução nº 3, de 8 de outubro de 1997, do Conselho Nacional de Educação (CNE) que fixa diretrizes para os Novos Planos de Carreira e de Remuneração para o Magistério dos Estados, do Distrito Federal e dos Municípios, ficou estabelecido que tanto os profissionais que exercem a docência como os que oferecem suporte pedagógico direto às atividades de direção ou administração escolar, planejamento, inspeção, supervisão e orientação educacional são membros integrantes da carreira do magistério nos sistemas de ensino público.

A experiência docente de pelo menos dois anos é tida como pré-requisito para o exercício profissional de quaisquer [outras] funções de magistério, seja ela adquirida em qualquer nível ou sistema de ensino, público ou privado, como informa o § 1º do art. 3º da citada resolução do CNE, que ainda dispõe sobre o exercício da docência na carreira de magistério, deixando claro o entendimento de que a docência é um sub-conjunto de tal carreira: o magistério não se subsume na docência.

A resolução esclarece que as demais atividades – leia-se funções – de magistério exigem a graduação em Pedagogia ou pós-graduação, de conformidade com a LDB. Finalmente, a resolução abre mesmo a possibilidade de instalação de um fundo de aposentadoria para o magistério, com vencimentos integrais (art. 9º).

Um ponto de vista explorado em outra ocasião chama atenção para a isonomia. Pessoas na mesma atividade-fim tratadas de forma diferenciada tomam problemáticas as relações dentro da instituição em que realizam atividades igualmente importantes e necessárias. Na base dessa discriminação está a ignorância de quais são as atividades específicas realizadas por um supervisor, um coordenador, ou um administrador. A existência da escola, se não houver isonomia, é algo que beira a impraticabilidade.

Julgamos que a proposição é meritória, pelo exposto e por atender aos anseios de mais de um milhão de servidores que se empenham em dar aos brasileiros uma educação digna.

No que se refere aos aspectos de juridicidade, constitucionalidade e técnica legislativa, não há reparos a fazer à proposição em tela.

### III – Voto


O voto é pela aprovação do PLC nº 127, de 2005.

Sala da Comissão, 7 de março de 2006.


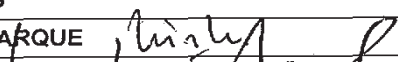

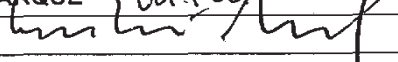


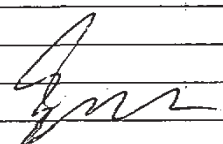
## COMISSÃO DE EDUCAÇÃO

ASSINAM O PARECER AO PLC Nº 127/05 NA REUNIÃO DE 07/03/06  
OS SENHORES SENADORES:

PRESIDENTE:

 (Senador Gerson Camata)

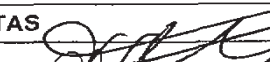
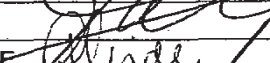
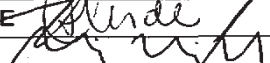
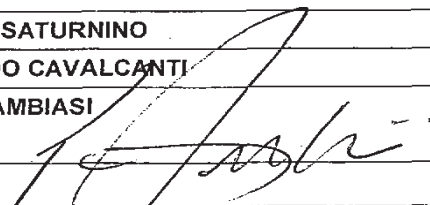
### BLOCO DA MINORIA (PFL E PSDB)

DEMÓSTENES TORRES	1- ROSEANA SARNEY
JORGE BORNHAUSEN	2- JONAS PINHEIRO
JOSÉ JORGE	3- CÉSAR BORGES
MARIA DO CARMO ALVES 	4- CRISTOVAM BUARQUE 
EDISON LOBÃO 	5- MARCO MACIEL 
MARCELO CRIVELLA	6- ROMEU TUMA
TEOTÔNIO VILELA FILHO	7- EDUARDO AZEREDO
GERALDO MESQUITA 	8- SÉRGIO GUERRA
LEONEL PAVAN 	9- LÚCIA VÂNIA
(VAGO)	10- JUVÊNCIO DA FONSECA 

### PMDB

WELLINGTON SALGADO DE OLIVEIRA	1- AMIR LANDO
MAGUITO VILELA	2- GARIBALDI ALVES FILHO
VALDIR RAUPP 	3- GILVAM BORGES
GERSON CAMATA 	4- (VAGO)
SÉRGIO CABRAL	5- MÃO SANTA
JOSÉ MARANHÃO	6- LUIZ OTÁVIO
NEY SUASSUNA	7- ROMERO JUCÁ
GILBERTO MESTRINHO	8- (VAGO)

### BLOCO DE APOIO AO GOVERNO (PT, PSB E PL)

AELTON FREITAS	1-(VAGO)
PAULO PAIM 	2- ALOÍZIO MERCADANTE
FÁTIMA CLEIDE 	3- FERNANDO BEZERRA
FLÁVIO ARNS 	4- DELCÍDIO AMARAL
IDELI SALVATTI	5- ANTÔNIO CARLOS VALADARES
ROBERTO SATURNINO	6- MAGNO MALTA
MOZARILDO CAVALCANTI	7- PATRÍCIA SABOYA GOMES
SÉRGIO ZAMBIASI	8- JOÃO RIBEIRO
RELATOR: 	

### PDT

AUGUSTO BOTELHO	1- (VAGO)
-----------------	-----------



**O SR. PRESIDENTE** (Alvaro Dias. PSDB – PR)

– Com referência ao parecer que acaba de ser lido, a Presidência comunica ao Plenário que o **Projeto de Lei da Câmara nº 127, de 2005** (nº 4.671/2004, na Casa de origem), que *altera o art. 67 da Lei nº 9.394, de 20 de dezembro de 1996, incluindo, para os efeitos do disposto no § 5º do art. 40 e no § 8º do art. 201 da Constituição Federal, definição de funções de magistrário*, ficará perante a Mesa durante cinco dias úteis a fim de receber emendas, nos termos do art. 235, II, “d”, do Regimento Interno.

**O SR. PRESIDENTE** (Alvaro Dias. PSDB – PR)

– A Presidência recebeu o **Aviso nº 12, de 2006** (nº 85/2006, na origem), de 9 do corrente, do Ministério da Fazenda, encaminhando o demonstrativo das emissões do Real referente ao mês de janeiro de 2006, as razões delas determinantes e a posição das reservas internacionais a elas vinculadas.

O expediente vai à Comissão de Assuntos Econômicos.

**O SR. PRESIDENTE** (Alvaro Dias. PSDB – PR)

– Encerrou-se ontem o prazo para apresentação de emendas ao **Projeto de Lei do Senado nº 390, de 2005 – Complementar**, de iniciativa do Senador Renan Calheiros e outros Senhores Senadores, que *altera os arts. 1º e 22 da Lei Complementar nº 64, de 1990 – Lei das Inelegibilidades* (dispõe sobre crimes e procedimentos relativos a inelegibilidades e sobre o sistema de prestação de contas eleitorais).

Ao Projeto não foram oferecidas emendas.

A matéria será incluída em Ordem do Dia oportunamente.

**O SR. PRESIDENTE** (Alvaro Dias. PSDB – PR)

– Sobre a mesa, requerimentos que passo a ler.

São lidos os seguintes:

**REQUERIMENTO Nº 288, DE 2006**

**Requer Voto de Pesar pelo precoce falecimento do jovem Ilais Alexandre Brito Freitas, ocorrido hoje, dia 16 de março de 2006, em Manaus.**

Requeiro, nos termos do art. 218, do Regimento Interno, a inserção em ata, de Voto de Pesar pelo precoce falecimento ocorrido hoje, 16 de março de 2006, em Manaus, do jovem Ilais Alexandre Brito Freitas.

Requeiro, também, que esse Voto de Pesar seja levado ao conhecimento de sua família e em especial a seu pai, o Cinegrafista Sr. Osvaldino de Oliveira Freitas.

**Justificação**

Com profunda consternação, tomei conhecimento do precoce falecimento, hoje, dia 16 de março de 2006, do jovem Ilais Alexandre Brito Freitas, filho do correto profissional de comunicação social, o Cinegrafista Osvaldino de Oliveira Freitas, chamado pelos amigos de Cabodão. Ele morreu esta manhã, vítima de complicações cardíacas e deixa um vazio no seio de seus familiares e em Manaus. O Voto de Pesar que requeiro merece, pois, a acolhida do Senado da República.

Sala das Sessões, 17 de março de 2006. - Senador **Arthur Virgílio**, Líder do PSDB.

**REQUERIMENTO Nº 289, DE 2006**

**Requer Voto de Pesar pelo falecimento, em Brasília, de Osires Lopes da Silva Neto.**

Requeiro, nos termos do art. 218, do Regimento Interno, a inserção em ata, de Voto de Pesar pelo falecimento do advogado Osires Lopes da Silva Neto, ocorrido na semana passada em Brasília, vítima de acidente caseiro.

Requeiro, também, que o voto de pesar do Senado seja comunicado aos familiares de Osires, especialmente ao pai, o Dr. Osires Lopes da Silva Filho, ex-Secretário da Receita Federal

**Justificação**

Com profunda consternação, tomei conhecimento do falecimento do Dr. Osires Lopes da Silva Neto, jovem e brilhante advogado, vitimado por acidente doméstico em sua residência, em Brasília. Ele é filho de outro ilustre brasileiro, o ex-Secretário da Receita Federal, Dr. Osires Lopes Filho, que, já aposentado é um dos mais eminentes advogados tributaristas do Brasil e era sócio do escritório do filho em Brasília. É justo, pois, o Voto de Pesar que requeiro ao Senado da República.

Sala das Sessões, 17 de março de 2006. - Senador **Arthur Virgílio**, Líder do PSDB.

**O SR. PRESIDENTE** (Alvaro Dias. PSDB – PR)

– A Presidência encaminhará os votos de pesar solicitados.

Os Requerimentos que acabam de ser lidos vão ao Arquivo.

Sobre a mesa, projeto que passo a ler.

É lido o seguinte:

**PROJETO DE LEI DO SENADO Nº 65, DE 2006**

**Padroniza o boletim de ocorrência e dá instruções instruções sobre seu preenchimento.**

O Congresso Nacional decreta:

Art. 1º O boletim de ocorrência, documento preenchido pelo Delegado de Polícia para registro dos casos em que pode ter havido conduta criminosa, deve conter as seguintes informações:

I – nome, endereço e profissão da pessoa que noticia o crime;

II – data, hora e local em que foi prestada a informação;

III – narração do fato e das circunstâncias que indiquem o cometimento de crime;

IV – a individualização do suposto autor do delito, com nome, endereço e profissão, se possível, ou seus sinais característicos;

V – tipificação da conduta, com indicação expressa do dispositivo legal penal;

VI – nome, endereço e profissão, ou simples indicação de possíveis testemunhas;

VII – assinaturas do informante e do Delegado de Polícia.

§ 1º As observações acerca da narrativa ou do preenchimento do documento deverão ser lançadas em campo apropriado.

§ 2º Ainda que, diante das informações, não seja possível concluir qual delito foi cometido, deve ser indicado o tipo provável, registrada a ressalva no campo das observações.

Art. 2º No prazo de cento e oitenta dias, as polícias estaduais e federais deverão promover as alterações necessárias nos formulários de boletim de ocorrência, para atender aos requisitos definidos no art. 1º desta Lei.

Art. 3º Esta Lei entra em vigor trinta dias após sua publicação.

### Justificação

O boletim de ocorrência é de fundamental importância para as estatísticas criminais; Seu preenchimento equivocado ou deficiente prejudica o planejamento por parte dos órgãos de segurança pública, pois desvirtua a realidade. É com base nessas estatísticas que as polícias estabelecem linhas de ação, programas, projetos. Além de serem ferramenta imprescindível para a boa atuação dos aparatos policiais, servem para informar e alertar a população acerca da segurança e da incidência de crimes nos locais freqüentados pelas pessoas.

Ocorre que não há nenhuma padronização para o registro das ocorrências. Hoje, cada Estado define o modelo de boletim que entende mais adequado, isso sem falar na inexistência de regras para preencher o documento. Decorre daí que as estatísticas revelam cenários que não condizem com a realidade, o que

contribui para a ineficácia das ações policiais e dos programas governamentais na área de segurança pública.

O presente projeto pretende estabelecer requisitos mínimos que devem constar dos boletins de ocorrência utilizados em todo o País. Informações como a descrição do delito, com tempo e local, as circunstâncias em que cometido o crime, bem como a tipificação da conduta, entre outras, são essenciais para que se possa realizar um trabalho estatístico consistente. Ademais, a obrigatoriedade de se indicar o provável tipo penal evita a perniciosa prática de se omitir essa informação, com vistas a distorcer ou esconder os índices de criminalidade.

Consideramos que a inovação legislativa proposta é conveniente e oportuna e contribuirá efetivamente para o planejamento das ações de segurança pública. Em vista disso, conclamamos os nobres pares para a aprovação do presente Projeto de Lei.

Sala das Sessões, 17 de março de 2006. – **Valdir Raupp.**

*(À Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania – decisão terminativa.)*

**O SR. PRESIDENTE** (Alvaro Dias. PSDB – PR) – O Projeto que acaba de ser lido será publicado e remetido à Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania, em decisão terminativa.

**O SR. PRESIDENTE** (Alvaro Dias. PSDB – PR) – Pela Liderança do PSDB, com a palavra o Senador Leonel Pavan.

**O SR. JOSÉ JORGE** (PFL – PE) – Sr. Presidente, vou falar substituindo o Senador Romeu Tuma.

**O SR. PRESIDENTE** (Alvaro Dias. PSDB – PR) – V. Exª será o primeiro orador da lista de inscritos e falará logo após o discurso do Senador Leonel Pavan, de Santa Catarina.

**O SR. LEONEL PAVAN** (PSDB – SC. Pela Liderança do PSDB. Sem revisão do orador.) – Sr. Presidente Alvaro Dias; Senadora Heloísa Helena, Senador José Jorge, Srªs e Srs. Senadores, hoje o Presidente Lula está visitando o meu Estado, Santa Catarina. Pela manhã, estará em Itajaí. O dia será marcado por protestos.

Ocorrem em Santa Catarina algumas festas criadas em função da grande produção e da rentabilidade do agricultor, com o objetivo de comemorar a safra, o consumo e os benefícios auferidos. A cidade lucrava com a realização dessas festas. O agricultor tinha orgulho de ser agricultor porque tinha condições de plantar, de produzir e de vender.

Hoje ocorre no meu Estado, na cidade de Ituporanga, a Festa Nacional da Cebola, sob a coordena-

ção de Gervásio Maciel, ex-Deputado e ex-Prefeito, do Prefeito Carlão e do Vice-Prefeito Lazinho. Também hoje, em Campo Alegre, inicia-se a Festa da Ovelha, sob a coordenação do Prefeito Renato Bar e do Vice-Prefeito Vilmar Groscof. Há, ainda, a grande Festa do Milho, em Xanxerê, sob a coordenação do Vice-Prefeito Eroni Barbieri e do Prefeito Avelino Menegola. Vamos também comemorar o aniversário de São José, sob a batuta do Prefeito Fernando Helias.

Essas festas, que antes visavam comemorar a produção, hoje estão servindo para protestos. Lula visita Santa Catarina, onde inúmeras entidades de classe, associações de moradores, sindicatos, empresários de vários setores, como o moveleiro, o madeireiro, o pesqueiro, o calçadista e o têxtil, assim como agricultores familiares e grandes produtores de milho e de soja estão desesperados e protestam contra a falta de investimento em infra-estrutura, contra o chamado tapa-buraco que fizeram e já está deteriorado, aliás, o buraco foi fechado pelo pensamento e pelos projetos do Governo Lula. O buraco é tão grande que, mesmo que o queiram, já não conseguem fechá-lo. Há buraco no Governo e nas estradas.

No norte de Santa Catarina, os empresários do setor moveleiro fecharam a BR-280, tentando chamar a atenção e pedindo socorro ao Presidente Lula e do Ministro Palocci, que – cai, não cai; explica, não explica – diz que não sabia de nada, enquanto outros dizem que sabia de tudo o que está ocorrendo neste Governo.

Milhares de empregados se sentem inseguros, porque, com a falência das empresas, muito desemprego poderá ocorrer. O setor madeireiro, em Pouso Redondo, também pretende fechar a BR-470 para chamar a atenção do Governo. O setor pesqueiro hoje vai fazer uma mobilização com a participação dos pescadores e dos empresários, para perguntar: “Lula, cadê as suas promessas? Cadê as linhas de crédito? Você esteve aqui em Itajaí na campanha! Ó Presidente Lula, você discursa fácil, você diz que o Brasil está evoluindo, que está gerando empregos, diz que está liberando recursos. Onde estão as linhas de créditos para o setor pesqueiro?” Haverá muito protesto hoje em Itajaí.

As empresas do setor calçadista estão indo embora porque o Lula foi à China e abriu as portas do Brasil para os produtos chineses. O setor calçadista está passando por dificuldades. É melhor abrir empresas na China e vender para o Brasil do que produzir no Brasil e exportar.

No setor têxtil, acontece a mesma.

**O Sr. Arthur Virgílio** (PSDB – AM) – V. Ex<sup>a</sup> me permite um aparte?

**O SR. LEONEL PAVAN** (PSDB – SC) – Com muito prazer, concedo um aparte ao nobre Líder Arthur Virgílio.

**O Sr. Arthur Virgílio** (PSDB – AM) – Senador Leonel Pavan, o Presidente Lula, em determinado momento, misturou política internacional com os interesses da nossa economia. Fez muito mal à política internacional do País. Por exemplo, o Brasil passou a considerar economia de mercado a China, que não é economia de mercado; com isso ameaçou arrebentar a indústria calçadista, a indústria têxtil e criou sérios embaraços para a nossa economia. E não conseguiu o voto da China para a pretensão, já malograda, de o Brasil virar membro permanente do Conselho de Segurança da ONU. Em outras palavras, misturou as estações, faltou competência, faltou lucidez. E V. Ex<sup>a</sup>, agora, traz um problema prático que, sem dúvida alguma, ainda está mascarado pelo bom momento mundial, mas que representa um claro fracasso num dos itens da política econômica brasileira.

**O SR. LEONEL PAVAN** (PSDB – SC) – Meu Líder, recentemente recebi uma pesquisa mostrando a evolução dos números pró-Lula. Eu não encontro, não vejo mais manifestações nas ruas favoráveis ao Presidente; não encontro mais. E tem mais: aqueles que apoiaram o Presidente Lula hoje estão protestando contra o Presidente, porque foram promessas. Aquela carta aos brasileiros que mostrava os seus programas e projetos foi jogada no lixo. Os estudantes pedem a criação de mais universidades federais, a federalização da Furb, da Univille, a criação de universidades no oeste de Santa Catarina, mais escolas técnicas. Isso é no Brasil inteiro. Não adianta dizer que construíram dez, abriram dez. O Brasil é enorme, é um dos maiores países do mundo.

Os números são insignificantes para quem disse que ia colocar em cada canto deste Brasil, em cada canto dos Estados do País, novas universidades federais. Prometeu e não cumpriu. Hoje, o Lula tem de fugir dos protestos. Certamente, vai chegar em Santa Catarina, meu Líder, e vai fugir. A segurança do Presidente vai fazer com que ele não note, vai mostrar alguém aplaudindo e não vai mostrar o outro lado da rua, ou, nas ruas, as faixas de protesto pedindo a saída do Lula, revoltados por não investir na educação, na saúde, na infra-estrutura, nas micro e pequenas empresas. O Lula, certamente, está vendo só o que está em sua volta: os seus seguranças e aqueles que tentam esconder a realidade do nosso País.

Para encerrar, Sr. Presidente Senador Alvaro Dias, no meu Estado, o Serra tinha mais de 50%, e agora o Alckmin já começa a subir também e vai ultrapassar o Lula, porque o povo não quer mais um Presidente



que disse que não sabia e que não sabe nada deste País! O povo não quer mais um Presidente que promete e não cumpre! O povo não quer mais demagogos no Governo!

**O Sr. Mão Santa** (PMDB – PI) – V. Ex<sup>a</sup> me permite um aparte?

**O SR. LEONEL PAVAN** (PSDB – SC) – Permita-me conceder um aparte, Sr. Presidente, ao Senador Mão Santa? Peço mais dois minutos.

**O SR. PRESIDENTE** (Alvaro Dias. PSDB – PR) – Eu pediria aos Srs. Senadores o respeito ao Regimento, em função dos demais oradores inscritos, pois, embora seja sexta-feira, hoje temos uma extensa lista de oradores inscritos.

**O Sr. Mão Santa** (PMDB – PI) – Eu gostaria de dar o meu testemunho quanto à maioria do Serra. Não é bem assim não. Eu conheço o seu Estado, por curiosidade pela história política e pela história do Brasil mais contemporânea. Eu quero dizer que fui precisamente a Gaspar, na Ceval, que se transformou em Bunge, a maior multinacional de alimentos, e instalou uma, vamos dizer, beneficiadora de soja lá no Piauí, na cidade de Uruçuí. Fui hospedado por essa multinacional, quando cuidava dessa implantação, lá em Camboriú. Aí eu senti...

*(Interrupção do som)*

**O Sr. Mão Santa** (PMDB – PI) – ... o que significa a simpatia daquele povo por este extraordinário líder, que eu não conhecia. Foi a primeira vez que fiquei em Camboriú. Depois das negociações, eu fui jantar em um restaurante, e todos vieram me perguntar se eu conhecia Leonel Pavan. Leonel Pavan tinha surgido de uma história bela. Ele tinha trabalhado desde muito cedo, tinha sido garçon. Eu os vi orgulhosos com V. Ex<sup>a</sup>, como símbolo de trabalho, símbolo de competência, e ostentavam a taça que nenhum de nós tem. Foi V. Ex<sup>a</sup> três vezes prefeito. Eu sei o significado disso. Mas não foi três vezes prefeito: foi três vezes excelente prefeito, o melhor prefeito do Brasil. Deus fez o mar, fez o céu, fez o vento, os rios, a lagoa, a gente, mas V. Ex<sup>a</sup> urbanizou e tornou Camboriú um dos pontos mais agradáveis. Então, o Serra tem porque V. Ex<sup>a</sup> é esse símbolo da política lá. Eu vi, eu senti, eu não o conhecia. Quando eu li – uma das minhas surpresas – que V. Ex<sup>a</sup> era Senador e retardou, eu quis visitá-lo no Hospital. Eu já tinha aderido ao entusiasmo popular pela liderança de V. Ex<sup>a</sup>, que se confirma. Se Serra tinha 52%, V. Ex<sup>a</sup> tinha 92%. V. Ex<sup>a</sup> me indicando, eu teria mais do que o Serra lá.

**O SR. LEONEL PAVAN** (PSDB – SC) – Para encerrar, Sr. Presidente, quero dar boas-vindas ao Presidente em Santa Catarina. Nós somos da oposição

e nós somos educados. Boas-vindas ao Presidente em Santa Catarina! Mas traga recursos, traga coisas concretas para o nosso Estado. Não venha mais com esses discursos vazios, demagogos, populistas. Nós precisamos que as coisas aconteçam. Eu sei que está em campanha eleitoral, mas não pode fazer campanha eleitoral com o dinheiro público. Traga, use o dinheiro público...

*(Interrupção do som.)*

**O SR. LEONEL PAVAN** (PSDB – SC) – Sr. Presidente, encerro.

Nós precisamos que o Presidente visite Santa Catarina, como todos os Estados do Brasil, mas não para aquele discurso fácil, aquela coisa demagógica: “não querem que eu viaje”. Nós queremos que viaje, queremos que visite o Brasil – essa é a missão do Presidente –, mas não para fazer política.

Disseram-me que, esses dias, ele foi para uma região do nosso País e descerrou uma placa, onde estava escrito: “Lula esteve aqui”.

Ó, Lula! O que é que é isso? Com dinheiro público?

Visite Santa Catarina, seja bem-vindo. Lamentavelmente, está deixando Imbituba de lado só porque é administrada pelo PSDB. Vai à nossa querida Laguna, grande cidade, história marcante do nosso País, que é do PT; vai à nossa querida Itajaí, vizinha de Balneário Camboriú, terra onde estudei, administrada pelo PT. Visite todo o Estado. Visite as regiões do nosso Estado e sinta a diferença. Veja o que está acontecendo no Estado, as dificuldades pelas quais estamos passando.

Seja bem-vindo a Santa Catarina, mas traga resultados positivos, recursos, soluções e não apenas palavras vazias e promessas novamente para o ano que vem.

No ano que vem – infelizmente para você, para o PT –, não estará mais governando o País. Infelizmente. Agora, felizmente para nós, teremos um Presidente comprometido com as causas sociais do nosso País. Certamente será Geraldo Alckmin.

**O SR. PRESIDENTE** (Alvaro Dias. PSDB – PR) – Concedo a palavra ao primeiro orador inscrito, Senador José Jorge, por cessão do Senador Romeu Tuma.

S. Ex<sup>a</sup> dispõe de 15 minutos para o seu pronunciamento.

**O SR. JOSÉ JORGE** (PFL – PE. Pronuncia o seguinte discurso. Sem revisão do orador.) – Sr. Presidente, Sr<sup>as</sup> e Srs. Senadores, ontem, passamos por um momento de constrangimento na CPI dos Bingos, no depoimento do caseiro da famosa casa de negócios e festas – antigamente, chamava-se casa de negócios,

mas agora, Senadora Heloísa Helena, o nome tem de ser ampliado para casa de negócios e festas. Por uma liminar do Supremo Tribunal Federal, pedida pelo Senador Tião Viana, em nome do PT, foi suspensa a audiência pública que estava sendo realizada. É um caso inédito nesta Casa.

É de se admirar, Senador Alvaro Dias, porque este tema de Ribeirão Preto já vem sendo investigado na nossa CPI há praticamente cinco ou seis meses. Já estiveram aqui para depor, em relação a essa questão de Ribeirão Preto, o Ministro Palocci, o Sr. Rogério Buratti – por três ou quatro vezes –, o Sr. Ademirson, o Sr. Juscelino e o Sr. Poletto. O Sr. Ralf Barquete não veio porque já morreu, senão, teria estado aqui. Quer dizer, todos os elementos principais já depuseram na CPI sem que o PT, o Senador Tião Viana ou quem quer que seja tivessem pedido que os depoimentos fossem interrompidos.

Então, no momento em que essa história já está sendo investigada pela CPI, em que já há ligações com os bingos pelas doações dos bingueiros à campanha do Presidente Lula feito por meio desse esquema – já está comprovado, inclusive pelo depoimento do motorista, que os bingueiros estiveram no Ministério da Fazenda. Então, depois de todos esses depoimentos, de uma hora para outra, o PT resolve que não quer mais que esse assunto seja investigado. Por quê? Essa é a pergunta que fica para todo o povo brasileiro. Se eles não querem que investigue...

E hoje os jornais dizem, Presidente Senador Alvaro Dias, que o Presidente Lula foi quem comandou pessoalmente esse esquema para impedir que a investigação prossiga. O que significa que o Presidente Lula não está cumprindo aquela sua promessa que ele sempre repete na televisão: de que quer tudo investigado, de que quer que a CPI investigue. Na realidade, ele não quer – e está trabalhando para isto – que a CPI chegue ao fundo das questões relevantes desses problemas que está investigando.

Mas eu gostaria de tentar fazer um resumo sobre essa questão de Ribeirão Preto, especialmente para aqueles que não a conhecem em detalhe. Na verdade, qual é a situação lá em Ribeirão Preto? Nós tivemos um grupo, que é formado, segundo as investigações, por um mínimo de seis pessoas. Existem outros, mas os principais são estes: o Ministro Antonio Palocci Filho, Sr. Rogério Buratti, o Sr. Ralf Barquete (já falecido); Sr. Ademirson, Sr. Juscelino e o Sr. Poletto.

Então, na realidade, quais são as acusações que pesam sobre esse grupo? As acusações vêm desde o tempo que o Ministro Palocci era Prefeito de Ribeirão Preto. E quem eram essas pessoas? Essas pessoas

participavam nos diversos cargos da administração da Prefeitura.

Então, a partir daí, por meio da Câmara de Vereadores e depois de uma série de investigações que foram realizadas, chegou-se à conclusão de que havia uma transferência de recursos da Prefeitura para a empresa Leão&Leão. E para isso era utilizado um contrato do que se chama de “varrição”, quer dizer, de varrer a rua, de limpar a cidade. E, nesse contrato, era feita uma transferência a mais de cerca de 400 mil reais por mês. A partir daí, os membros desse grupo se transferiram para Brasília. Quando o Presidente Lula nomeou o Ministro Antonio Palocci para Ministro da Fazenda, ele trouxe essas pessoas com ele. Quem é que veio com ele? Veio o Sr. Ralf Barquete, que foi o assessor da Caixa econômica; o Sr. Ademirson, que foi secretário particular; e o Sr. Juscelino, que era o chefe de gabinete. E, fora do Governo, vieram também o Sr. Buratti e o Sr. Poletto.

Quer dizer, todo o grupo se deslocou para Brasília com a vinda do Ministro Antonio Palocci. E o que eles queriam fazer aqui? Eles queriam fazer negócio. Chegaram aqui, alugaram uma casa no Lago Sul, pela qual pagaram, à vista, em dinheiro, R\$60 mil. Ora, qualquer coisa que se paga em dinheiro, Senadora Heloísa Helena, nesse valor de R\$60 mil já é suspeito. Quem vai pagar uma casa à vista sem necessidade? Podia pagar mensalmente. E quem vai pagar em dinheiro R\$60 mil?

Então, a partir desse pagamento, a casa começou a funcionar da forma como está na imprensa todo dia. E o caseiro já mostrou, e o motorista já mostrou como era que essa casa funcionava. E começou a agir nos negócios. A primeira ação desse grupo foi exatamente na renovação de contrato da Gtech, quando o Sr. Buratti, juntamente com o Sr. Ralf Barquete, tentaram interferir na renovação desse contrato – coisa já comprovada pela CPI –, inclusive disputando com outro grupo do Governo que tentava interferir, que era o grupo comandado, no caso, pelo Ministro José Dirceu via Sr. Waldomiro Diniz.

Então, o que é que se tem hoje? Tem-se comprovada essa retirada de R\$400 mil reais a mais no contrato de varrição para a empresa Leão&Leão. A empresa Leão&Leão, quando recebia o dinheiro, transformava-o em notas fiscais de empresas pequenas, que eram notas falsas, frias, que a polícia já tem, e essas notas fiscais eram transformadas em dinheiro, e o dinheiro, distribuído como propina. Essa é uma operação já conhecida e comprovada não só pela CPI, mas também pela polícia nas investigações, quando o delegado disse que tem os documentos. E a CPI teve o depoimento, além do Buratti, de todos aqueles funcionários que

participaram da falsificação – estiveram na CPI para dizer que havia falsificação três funcionários que participaram, por ordem superior, da falsificação.

Então, hoje temos uma fraude comprovada, e o Ministro Palocci, quando o Sr. Rogério Buratti o acusou, disse o seguinte: “Na minha gestão, não vou fazer como o Presidente Lula, que diz que não sabe das coisas. Se aconteceu, eu sei; e, se aconteceu e eu não sei, a responsabilidade é minha, que é o que acontece nesse caso”.

A partir daí, essas pessoas abriram essa casa de negócios e começaram a se entender entre si, porque, quando se abriu o sigilo telefônico dessas pessoas – e a CPI tem esse sigilo telefônico –, obtivemos o registro de centenas de telefonemas entre todos eles. Era um grupo que trabalhava em conjunto. O Sr. Ademirson era o que estava mais perto e o que segurava o telefone do Ministro. É quem andava com o telefone do Ministro, recebia centenas de telefonemas dos outros membros desse grupo.

Houve aquela famosa operação do transporte das caixas, que costumamos chamar dos dólares de Cuba, mas vamos supor que não sejam os dólares de Cuba e seja uísque mesmo. Foram três caixas de uísque transportadas num avião particular cedido por um empresário de Brasília para São Paulo de forma supersuspeita. E quem fez essa operação? O Sr. Poletto e o Sr. Ralf Barquete, em conjunto com empresários amigos do Ministro Palocci.

Sr<sup>as</sup> e Srs. Senadores, quando estive na CPI, o Ministro Palocci se contradisse em relação à questão do avião em que ele voou, do empresário Roberto Kurzweil, dizendo, em primeiro lugar, que o avião havia sido pago pelo PT. Depois, o empresário disse que ninguém havia pago e que o avião havia sido emprestado. Em segundo lugar, ele disse que nunca havia ido a essa famosa casa de negócios de Ribeirão Preto. Ora, era de estranhar que ele nunca houvesse ido ali, porque era uma casa montada pelos seus amigos, freqüentada por seu chefe de gabinete, freqüentada por seu secretário particular. Todas as pessoas que estavam ali eram de Ribeirão Preto e praticamente haviam vindo para Brasília com ele, e a casa havia sido alugada em nome deles. Então, nessa época, já era difícil de acreditar.

Depois disso, veio o motorista que servia a esse mesmo grupo, que disse que levou, diversas vezes, o Ministro Palocci... Aliás, levou não. Ele disse que nunca levou porque o Ministro Palocci ia em outros carros, mas ele disse que viu o Ministro Palocci lá três ou quatro vezes.

Agora, vem o caseiro, que disse que viu o Ministro Palocci na casa dez, vinte vezes.

Então, na realidade, o Ministro Palocci mentiu à CPI. Ele não disse a verdade à CPI, a não ser que o motorista esteja mentindo, que o caseiro esteja mentindo, que Rogério Buratti esteja mentindo, que o Brasil esteja mentindo, e o Ministro Palocci, sozinho, esteja dizendo a verdade.

Outra questão também que acho que não é verdadeira é que o Ministro Palocci disse que não era amigo de Rogério Buratti. Ora, o caseiro, na sua linguagem simples, ontem, disse o seguinte: “Bom, se ele não é amigo, o que ele é?” Isso porque realmente não dá para acreditar que o Ministro não tenha sido amigo do Buratti, que foi seu auxiliar, trabalhou na Leão&Leão.

E ele disse que não conhecia o Poletto. Ora, o Poletto era o executivo, era o cara que fazia os pagamentos, que andava com a mala de dinheiro, que alugou a casa. Quer dizer, o Poletto era uma figura importante. Foi ele que transportou os dólares de Cuba no avião. Portanto, ele era aquela pessoa que conhecia todos os detalhes dessa operação.

Assim, é muito difícil acreditarmos, Senador Alvaro Dias, que o Ministro não conhecia o Sr. Poletto. Aliás, o caseiro já disse que eles andavam todos juntos, estavam sempre presentes, e o “Sr. Poletto era o meu chefe” disse o caseiro. Todos eles chamavam o Ministro de “chefe”, exatamente para que ele não fosse identificado, o que em si já representa uma situação nova.

Para concluir, muita gente pergunta: “O Ministro Palocci vai continuar ou não?” Eu acho que essa é uma questão de foro íntimo do Ministro e do Presidente Lula, que foi quem o nomeou. O Presidente Lula é responsável pelo Ministro que nomeia. Antigamente, o homem público não só tinha que ser correto como também tinha que parecer correto.

**O Sr. Arthur Virgílio** (PSDB – AM) – Permite-me um aparte, Senador?

**O SR. JOSÉ JORGE** (PFL – PE) – Pois não. Concedo um aparte a V. Ex<sup>a</sup>.

**O Sr. Arthur Virgílio** (PSDB – AM) – Ontem, até as Lideranças do Governo estavam fazendo certa confusão. Eu, dessa tribuna que hoje V. Ex<sup>a</sup> ocupa com brilho, disse que estava na hora de o Ministro Palocci se demitir das elevadas funções que exerce, por falta de condições efetivas, práticas e até morais de continuar exercendo essa função. Os Líderes do Governo diziam que essa prerrogativa não é do Senador Arthur Virgílio; é do Presidente. Evidente que é. Se fosse minha, eu já o teria demitido.

**O SR. JOSÉ JORGE** (PFL – PE) – É verdade. E minha também, Senador.

**O Sr. Arthur Virgílio** (PSDB – AM) – Como é do Presidente, e estou cobrando dele que respeite o

interesse público e que atenda ao que está virando um anseio nacional mesmo. Agora, ontem, o caseiro foi sinceridade do começo ao fim. Ele é uma pessoa simplória, é mais que uma pessoa simples: sinceridade do começo ao fim. Não há 1% nele de propensão à mentira, porque ele é uma figura até primariamente construída na verdade. Impressionou-me muito e até me comoveu o que foi dito pelo Sr. Francenildo.

**O SR. JOSÉ JORGE** (PFL – PE) – Concedo um aparte ao Vice-Líder do Governo presente, Senador Sibá Machado.

**O Sr. Sibá Machado** (Bloco/PT – AC) – Senador José Jorge, acompanhei ativamente o debate de ontem. Não pude vir ao plenário porque tive que acompanhar uma cirurgia do meu filho, mas ouvi pelo rádio uma parte e depois assisti pela televisão. Saí dos debates de ontem com a convicção de que o que o caseiro falou do Ministro, sendo verdade, é muito forte. Porém, como eu disse durante o debate na CPI, ainda acredito na palavra do Ministro. S. Ex<sup>a</sup> reafirma que não participou daquele tipo de coisa e admitiu, com todas as letras, que jamais esteve naquele lugar. Então, somente ele poderá, ou concordando, ou discordando, convencer-nos num outro momento aqui. Estou convencido disso.

**O SR. JOSÉ JORGE** (PFL – PE) – Agora, V. Ex<sup>a</sup> acha que, se ele tivesse comparecido da forma como o caseiro disse, ele teria condições de continuar como Ministro?

**O Sr. Sibá Machado** (Bloco/PT – AC) – Acho complexo se ele tiver dito: “Não vim, nunca fiz”, tendo participado. Isso é complicado. O que quero dizer a V. Ex<sup>a</sup> é que ontem ouvi com muita tranqüilidade a parte do depoimento do Sr. Francenildo e preocuparam-me duas coisas. Primeiro, quando ele foi bastante enfático na hora de reconhecer algumas das imagens apresentadas, das fotografias, titubeou em outras, em alguns momentos, falou que era à noite – não tinha muita certeza –, em outras ele tinha absoluta certeza. Na minha opinião, em algum momento foi irônico. Acho que isso depõe contra ele, tira um pouco daquela aura que nós todos estávamos esperando. Espero que ele tenha vindo como todos nós esperávamos: de corpo aberto, desprovido e assim por diante, porque me preocupou se havia alguma orientação. Isso foi o que me preocupou. A ironia dele foi muito ferina ontem. Aquela coisa do “patrãozinho”, não sei mais o quê, a piadinha. É muito sério. É muito sério, porque, não sendo verdade, ao expor o nome de uma pessoa, desconstruir essa exposição no momento de volta é complicado. Fiquei constrangido na pessoa do Sr. Hummel, por ocasião da prisão dele, e depois se configurou que ele era completamente inocente. E aí como é que se

refaz a imagem de uma pessoa inocente? Como se faz isso? Então, é nesse sentido que acho que todos nós estamos imbuídos de ouvir a palavra do Ministro. V. Ex<sup>a</sup> e todos nós estamos querendo ouvir se ele vai admitir ou não aquilo. Se não admitir, é palavra contra palavra, e o menino foi muito forte na hora de falar isso. Portanto, Senador José Jorge, resolvi refletir um pouco mais sobre esse assunto. Ontem, houve discussões acaloradas na reunião da CPI, até mesmo por conta do pedido de mandado de segurança para suspender o depoimento; a animosidade...

**O SR. JOSÉ JORGE** (PFL – PE) – A emoção...

**O Sr. Sibá Machado** (Bloco/PT – AC) ...tomou conta da Casa; porém quero dizer a V. Ex<sup>a</sup> que, independentemente desse fato, atendo-me a esse outro problema, fiquei um pouco preocupado com isso. O caseiro, algumas vezes, disse a outros jornalistas que jamais tinha falado com o Ministro, que falou por interfone. E ele estava perdido: “Não, mas ele ia antes, na primeira vez, acompanhado de outra pessoa, até que se acostumou”.

**O SR. JOSÉ JORGE** (PFL – PE) – Veio sozinho.

**O Sr. Sibá Machado** (Bloco/PT – AC) – E o caseiro contou como é que o Ministro se perdeu no caminho na hora de saída; disse também que, se tivesse um celular, poderia ter fotografado. Depois se esqueceu de que tinha um lapso de...

*(Interrupção do som.)*

**O Sr. Sibá Machado** (Bloco/PT – AC) ...que teria visto numa tarde, à luz do sol e assim por diante. Então, penso que há algumas contradições naquele depoimento. Não estou dizendo que seja falso; apenas que há contradições. Que existia uma turma que fazia festa naquela casa, para mim, isso está muito notório. A casa está lá, fotografia, caseiro, motorista, etc. Mas daí a dizer que o Ministro Palocci tem participação nisso tenho dúvidas. É quanto a esse ponto que eu gostaria que aprofundássemos o tema com toda a tranqüilidade que requer a situação. Fiquei até assustado ontem quando ouvi o nosso grande Senador Arthur Virgílio pedindo já a demissão do Ministro. Isso é questão de foro íntimo do Ministro. Só ele poderá dizer imediatamente ao Presidente: “Diante das circunstâncias, apesar da minha inocência, eu me sinto indisposto de continuar”. Mesmo mantendo a inocência dele. É uma decisão pessoal dele. A outra é uma decisão pessoal do Presidente, de dizer: “Diante desses fatos, embora eu ache que o senhor seja inocente, diante dessas condições, tomamos essa decisão”. Pois bem, diante das circunstâncias, eu pediria alguma cautela, porque o caminho de volta inexistente.

**O SR. JOSÉ JORGE** (PFL – PE) – Muito obrigado.

**O Sr. Mão Santa** (PMDB – PI) – Concede-me um aparte, Senador José Jorge?

**O SR. JOSÉ JORGE** (PFL – PE) – Infelizmente não vou poder conceder o aparte. Só se forem trinta segundos, porque eu vou viajar agora.

**O Sr. Mão Santa** (PMDB – PI) – Pois é, mas...

**O SR. JOSÉ JORGE** (PFL – PE) – Vou conceder o aparte ao Senador Mão Santa e à Senadora Heloísa Helena. A Senadora fala primeiro, pois é mais rápida no gatilho.

**A Sr<sup>a</sup> Heloísa Helena** (P-SOL – AL) – Senador José Jorge, de fato, sei que V. Ex<sup>a</sup>, como sempre, está aqui presente às sextas-feiras, mas vai precisar viajar. Eu nem ia falar, mas eu me senti estimulada a falar sobre o depoimento belo, simples, honesto, inocente que foi dado ontem pelo Nildo. Por quê? Ele é uma pessoa tão simples, inocente, tão do bem que não tem a maldita e cínica sofisticação para a ironia, para a mentira. Não tem. Quando eu perguntei ao Ministro Palocci, dei detalhes sobre a casa que ele freqüentava. Ele teve toda a chance de ter dito que tinha amizade – não necessariamente ter amizade significa se comprometer com os crimes contra a Administração Pública que o outro poderia estar patrocinando. Ele mentiu. Teve a chance de se corrigir. Não o fez. Imagina se alguém tem sofisticação e ironia, Senador Antero, para responder daquela forma quando eu afirmei: “Mas ele disse aqui que não era amigo do Buratti”. Nildo respondeu assim: “Vixe Maria!”. Ele disse isso com a simplicidade dos inocentes e dos bons, dos que nasceram pobres e não se venderam para ficar de bem com o poder. Ele disse até com a delicadeza dos pobres, dos simples e inocentes: “Vixe Maria!”. Só faltou dizer: “Vixe Maria, Dona! Se aquilo não é amigo...” Desse jeito. “Se aquilo não é amizade...” Depois, eu perguntei: “Mas, meu filho, você confirma mesmo todo o depoimento que você deu?” Ele me disse: “Confirmo até a morte. O problema é que sou pequeno, sou pobre; o homem é rico...” Desse jeito. O que é isso? Pelo amor de Deus! Quero, mais uma vez, fazer um tributo à inocência, à honestidade, ao compromisso com a verdade daquele simples rapaz. Agora, é fato que, numa sociedade elitista e preconceituosa como a nossa, é muito mais cômodo, fácil e sedutor ficar do lado do Ministro do que de um pobre caseiro. Claro que é mais fácil. Não estou dizendo que gente pobre não possa mentir. E mente com direito, porque é tanta gente canalha, grande, mentirosa, ladra que o pequeno às vezes mente, coitado. Agora, é completamente distinto. Aquele depoimento ontem foi um atestado de tanta honestidade... O Senador Arthur Virgílio disse que até se emocionou,

porque tudo que ele dizia era tão de pronto que não dava nem para treinar um depoimento daquele. Ele nem conseguia, na sua inocência, articular direito o raciocínio, as palavras; ele ia, de pronto, respondendo às questões que ele vivenciou, falando até detalhes do que ele fazia lá. “Não, eu limpava a churrasqueira; não, ele era um bom patrão. É, mas ele só brigava se eu não ficasse o dia todo para limpar a churrasqueira.” “E como é que o senhor fazia?” “Eu fazia...” Em algum momento, ele disse: “Não, isso aí pode ter sido, mas eu não me lembro direito, pode ter sido de noite.” Eu até lhe fiz uma pergunta, atrapalhando o Senador Alvaro Dias, que falava. Eu disse: “Mas o fato de ser à noite não confundiria o senhor não?” porque já havia um murmúrio da base bajulatória atrás. Aí, de pronto, ele disse: “Não, porque de dia também eu vi, porque eu fui comprar cerveja quando estavam jogando tênis. Não, eu sei o que eu vi.” Então, se quisessem armar, a coisa mais fácil teria sido isto: pegar outras fotos, de outras pessoas que eram importantes para a CPI. Se fosse para armarem com o rapaz, pegariam outras pessoas importantes para a CPI. Pegariam as pessoas que estavam vinculadas com os bingos e outras coisas mais e treinariam o rapaz para dar justificativa às questões relacionadas aos bingos, se fosse para fazerem uma conspiração. Agora, há muitas pessoas envolvidas nessa conspiração. Realmente, nunca vi uma conspiração como essa, porque conspiração não é assim que se faz. É um monte de gente. É fulana, é fulana, é fulana, é fulana, e fulano, e fulano; há caseiro; há outras meninas; há outras moças, há empresário, há amigo, há ex-amigo, há o assessor do Ministro. São muitas pessoas envolvidas para ser uma conspiração. Então, saúdo o pronunciamento de V. Ex<sup>a</sup>. Apesar da tragédia de ontem, que reproduz a promiscuidade entre o Palácio do Planalto, o Congresso Nacional e o Judiciário, apesar de tudo isso, penso que devemos é fazer um esforço para prestar um tributo à honestidade, à sinceridade, à inocência e à verdade de um homem pobre. Isso é o mais importante, porque, quando o Senador Alvaro Dias lhe mostrava as fotos, quem ele não conhecia ele apontava de pronto, dizendo: “Conheço não; conheço não; esse sim; esse sim”. Quando ele disse “meu patrãozinho”, foi porque o rapaz o tratava bem. Ele disse que os rapazes o tratavam bem e o pagavam direito. Ele só não podia omitir exatamente o que acontecia.

**O SR. JOSÉ JORGE** (PFL – PE) – Mentir, não é!?

**A SRA. Heloísa Helena** (P-SOL – AL) – Exatamente. Eu não tenho nada contra fazer festa, absolutamente nada. O universo masculino é diferente do feminino. Eu não tenho problema nenhum com que se realizem fantasias. Está tudo muito bem! Agora,

só não pode com o dinheiro público roubado. Aí realmente não tem condição. Roubo do dinheiro público e promiscuidade entre o setor público e o setor privado é só o que não pode. O resto está tudo bem.

**O SR. JOSÉ JORGE** (PFL – PE) – Muito obrigado.

Senador Mão Santa, ouço V. Ex<sup>a</sup>, para eu encerrar.

**O Sr. Mão Santa** (PMDB – PI) – Senador José Jorge, nunca me permitiram participar dessa CPI e de nenhuma outra. O Senador Ney Suassuna não me escala, e eu fico aqui.

**O SR. JOSÉ JORGE** (PFL – PE) – Injustamente.

**O Sr. Mão Santa** (PMDB – PI) – Mas eu participei, porque sou Senador da República, no caso do médico legista e dei grande contribuição, porque eu fui médico legista. Eu vi que aquele rolo estava grave, porque diretor não dá laudo. São dois que assinam o laudo, e deu no que deu. A nossa contribuição acabou complicando mais. E fui à CPI nesse caso porque se tratava de um homem do Piauí. Eu vi nos jornais e fui. Fiquei decepcionado com a intervenção do Supremo Tribunal Federal, calando aquele piauiense. Depois, fui até ele para dar-lhe a minha solidariedade, porque eu penso que foi um ato indevido e que eles erraram, principalmente em relação a essas dúvidas, com tantas inteligências, Senadores capacitados, e tenho oportunidade de esclarecer. Mas quero dar o meu testemunho como piauiense. Primeiro, o homem é fruto da genética e do meio ambiente. A genética dele é piauiense, é muito boa. Os méritos do Sibá estão aí; ele está separado, como o joio do trigo. Ele é trigo no Acre, no PT, porque a genética dele é piauiense.

**O SR. JOSÉ JORGE** (PFL – PE) – A genética dele é boa também.

**O Sr. Mão Santa** (PMDB – PI) – E produto do meio. Atentai bem! Quem é que tem oito anos aqui? Oito anos é muito tempo, Antero Paes! Já conhecemos as virtudes e o caráter de cada um. Estamos há três anos e poucos meses aqui. Oito anos é mais do que uma faculdade de Medicina. Então, se aquele homem não tivesse virtude, jamais um empresário rico... Porque quem tem uma casa daquela, um homem inteligente, de negócio, iria permitir um contrato, carteira assinada de oito anos, para quem não tivesse virtudes? Portanto, ele é um homem virtuoso. Agora lamentamos o ocorrido, e eu faço uma psicanálise: sempre achei esse Palocci muito frio, muito frio. Está aí. Mas o que quero dizer é que conheço a região dele, e ele é produto do meio. Ele é de Nasária, um povoado agrícola de Teresina, cuja vereadora é Carmem Lúcia – eu tenho uma vereadora lá. Esse povoado quer se transformar em cidade. É aquele pessoal do campo,

pessoal honrado, trabalhador. Ele está aqui como mais de 200 mil piauienses que vieram buscar trabalho e ajudar a construir Brasília. Então, penso que foi uma grande perda para o Tião, nosso amigo. O Heráclito ontem o comparou com o Lima, que joga em todas as posições; e eu o comparo com o Zico, que foi o atleta mais virtuoso, mais simpático, mais alegre, mais educado, mas perdeu o pênalti. Então, ontem houve essa infelicidade para o Tião de não permitir o fortalecimento da CPI e do Congresso.

**O SR. JOSÉ JORGE** (PFL – PE) – Agradeço o aparte ao Senador Mão Santa, porque terei que encerrar.

Considero que o responsável por esse pedido de **habeas corpus** foi o Presidente Lula, e o responsável também para tomar as providências que o País espera é o Presidente Lula.

Muito obrigado.

**O SR. ARTHUR VIRGÍLIO** (PSDB – AM) – Pela ordem, Sr. Presidente.

**O SR. PRESIDENTE** (Alvaro Dias. PSDB – PR) – Concedo a palavra ao Senador Arthur Virgílio, pela ordem.

**O SR. ARTHUR VIRGÍLIO** (PSDB – AM. Pela ordem. Sem revisão do orador.) – Sr. Presidente, para publicação nos Anais, quero fazer uma saudação à Ministra Ellen Gracie Northfleet, que dia 30 deste mês passa a presidir o Supremo Tribunal Federal. Pelo que representa de seriedade, pelo fato de significar um enorme avanço na luta da melhor condição feminina, saúdo a Ministra.

Do mesmo modo, peço a publicação do editorial de ontem do jornal **O Estado de S. Paulo**, que denuncia a tal “República de Ribeirão Preto”.

Do mesmo modo, cumprimento o Deputado Jovino Cândido, do PV de São Paulo, autor de denúncia de fraude eleitoral em 2004, na cidade de Guarulhos, São Paulo.

Finalmente, Sr. Presidente, vamos à notícia de que o Presidente Lula, que vive fazendo comparações, homologou dez terras indígenas em 2006. No Governo passado, em 1998 apenas, 45 terras indígenas foram homologadas. Ou seja, compromissos todos, de um a um, foram sendo deixados de lado por alguém que realmente se mostrou um vira-casaca na hora das suas opções.

#### **SEGUEM, NA ÍNTEGRA, DISCURSOS DO SR. SENADOR ARTHUR VIRGÍLIO.**

**O SR. ARTHUR VIRGÍLIO** (PSDB – AM. Sem apanhamento taquigráfico.) – Sr. Presidente, Sr<sup>as</sup> e Srs. Senadores, primeira mulher a chegar ao Supremo Tribunal Federal. Primeira mulher a presidir, a partir do

dia 30, a mais alta corte de justiça do Brasil, eleita que foi na tarde de ontem. E, quem sabe, neste ano eleitoral, a primeira mulher a assumir, mesmo interinamente, a Presidência da República.

Não sei qual desses títulos é o mais relevante.

Simplifico, dizendo apenas:

Ellen Gracie Northfleet, juíza brasileira.

Ela que, ao ascender ao Supremo, com emoção, considerou sua escolha como *considerável progresso para a condição feminina*.

Concordo com ela.

É de fato “*um considerável avanço*” da mulher brasileira. Mas faço uma breve ressalva: ela não chegou ali apenas por ser mulher. Chegou pelo seu saber jurídico, que, honrando a mulher brasileira, ensajou-lhe o lastro, no Rio Grande do Sul, para a brilhante carreira que compõe seu honroso currículo, inclusive como juíza do Tribunal Regional Federal (TFR) da 4ª Região (Porto Alegre).

Com sua eleição ontem e a posse no dia 30, a Ministra Ellen chega ao mais alto posto no STF numa fase reconhecidamente difícil para o País, pelo que sob suas mãos honradas serão depositadas as expectativas da sociedade.

Mais do que expectativa, confiança. Confiança baseada na sua trajetória de cinco anos como Ministra da Suprema Corte, somados aos anos anteriores de exercício das atividades jurídicas. Lembramo-nos, por exemplo, do voto por ela ali exarado e que permitiu a continuidade do processo de cassação do mandato do então Deputado José Dirceu, envolvido no processo de corrupção iniciado em ante-salas contíguas ao gabinete do Presidente Lula no Palácio do Planalto.

Por isso tudo, e sobretudo pelos méritos da digna Ministra, faço este registro, saudando a Dra. Ellen Gracie.

Era o que tinha a dizer.

**O SR. ARTHUR VIRGÍLIO** (PSDB – AM. Sem apanhamento taquigráfico.) – Sr. Presidente, Sr<sup>as</sup> e Srs. Senadores, estou anexando a este curto pronunciamento o editorial da edição de ontem do jornal **O Estado de S. Paulo**, que é um retrato sincero da vida política brasileira da atualidade.

Neste momento, ao pedir essa transcrição, não faço qualquer comentário. Limito-me a ler dois trechos do editorial, síntese perfeita do Brasil da Era de Lula, que tem como condômino esse estranho Estado dentro de um Estado, a chamada *República de Ribeirão Preto*, – (*peço desculpas bravo povo de Ribeirão Preto, que nada tem com essa célula de corrupção*) – comandada pelo Ministro Antonio Palocci, o *chefe* – como o definiu o caseiro do Lago Sul e que tem a protegê-lo uma fiel corporação formada pelos petistas, em tudo parecida

com *aguarda pretoriana*, em muitos pontos assemelhando-se aos tempos de Roma: (...) *como Otávio, que, depois de conquistar o Egito, retornou a Roma e recebeu o título de Príncipe (para Nildo, o chefe) e criou a guarda pretoriana, para sua proteção pessoal.*

Passo a ler:

*Tome-se o caso do acuada ministro da Fazenda, Antonio Palocci – que já contribuiu para o léxico da temporada 2005/2006 das denúncias de corrupção com a sua ‘impropriedade terminológica’ (no caso do uso de um avião alugado pelo PT). Um motorista e um caseiro, insuspeitos, salvo prova em contrário, de agir por motivos espúrios, asseguraram que ele esteve, sim, na sede da República de Ribeirão Preto, em Brasília, por onde circulavam moeda corrente e damas da noite (...) se o depoente invocar o seu direito constitucional para não dizer nem mesmo quantos filhos tem, como se chamam e como se chama a sua mulher, poderá sair do recinto algemado por escárnio à comissão. (como acontece nos Estados Unidos)*

*Delcídio deveria ter ido ao fim da linha. Não tomando ele próprio a iniciativa, os membros da CPI que se dão ao respeito exigiriam que desse voz de prisão ao ex-marqueteiro de Paulo Maluf e Lula da Silva.*

**ANEXO: EDITORIAL DE O ESTADO DE S. PAULO.**

Acinte e mansidão na CPI

### **NOTAS & INFORMAÇÕES**

Nos Estados Unidos, a 5ª Emenda à Constituição estipula que ninguém pode ser compelido a testemunhar contra si próprio. Ali, portanto, quem queira guardar silêncio ao depor a uma comissão parlamentar, por exemplo, pode invocar *The Fifth* – expressão que ficou famosa na caça às bruxas promovida nos anos 50 pelo senador Joseph McCarthy, na Comissão de Atividades Antiamericanas do Senado. Mas, se o depoente invocar o seu direito constitucional para não dizer nem mesmo quantos filhos tem, como se chamam e como se chama a sua mulher, poderá sair do recinto algemado por escárnio à comissão. Não correria esse risco no Brasil, a julgar pela mansidão com que a CPI dos Correios se houve diante do acintoso comportamento do publicitário Duda Mendonça na parte aberta do seu segundo depoimento ao colegiado, na quarta-feira. Munido de um desses habeas-corpus costumeiramente fornecidos pelo Supremo Tribunal

Federal (STF) aos chamados a se explicar em inquéritos parlamentares e orientado por um advogado que interpretou a salvaguarda concedida ao cliente como uma armadilha que o tornaria invulnerável, Duda fez de sua nova ida à CPI uma palhaçada. Mas não foi ele o palhaço. Papel infeliz tiveram os seus patéticos inquiridores – que, mesmo sabendo que as suas perguntas não seriam respondidas, se exibiam perante a mídia – e, por falta de pulso, o indignado presidente da comissão, senador Delcídio Amaral. Como observou ontem neste jornal a colunista Dora Kramer, ele alertou para os perigos da situação em que um depoente, de posse de um habeas-corpus, se nega a falar seja o que for, sob o cínico pretexto de não saber distinguir quais respostas poderiam ou não incriminá-lo. Mas Delcídio deveria ter ido ao fim da linha. Não tomando ele próprio a iniciativa, os membros da CPI que se dão ao respeito exigiriam que desse voz de prisão ao ex-marqueteiro de Paulo Maluf e Lula da Silva quando se recusou a dizer quantos filhos tem – ou em qualquer outra passagem similar do seu espetáculo desmoralizador para a comissão de inquérito. Sobre o pseudodepoente poucas dúvidas há. É farta a documentação liberada pelas autoridades americanas que atesta que ele mentiu no seu outro depoimento, quando admitiu ter apenas uma conta não declarada, a Dusseldorf, no exterior. Outras quatro já foram identificadas. A questão, em última análise institucional, que se coloca é a do poder do Congresso para elucidar crimes capitulados em lei, ainda mais contra o patrimônio público. Decerto nem a mentira aberta nem o silêncio debochado impedem uma CPI de indiciar o acusado, no seu relatório final. Mas isso não elide o problema do alcance das decisões judiciais que tolhem a apuração dos fatos pelo Legislativo. Anteontem, numa situação literalmente extrema, o presidente da CPI dos Correios e os seus pares perderam uma ótima oportunidade de testar os limites da proteção concedida pelo STF a uma figura cuja imagem nem o melhor dos marqueteiros, a esta altura, seria capaz de recompor. Às vezes, o único delito caracterizado de um suspeito pode ser o de faltar com a verdade. Tome-se o caso do acuado ministro da Fazenda, Antonio Palocci – que já contribuiu para o léxico da temporada 2005/2006 das denúncias de corrupção com a sua ‘impropriedade terminológica’ (no caso

do uso de um avião alugado pelo PT). Um motorista e um caseiro, insuspeitos, salvo prova em contrário, de agir por motivos espúrios, asseguraram que ele esteve, sim, na sede da República de Ribeirão Preto, em Brasília, por onde circulavam moeda corrente e damas da noite. Em duas entrevistas, uma ao **Estado**, outra coletiva, Francenildo, o caseiro, contou com riqueza de detalhes as visitas do ministro à mansão do Lago Sul onde nunca teria posto os pés, como afirmou categoricamente à CPI dos Bingos. Confirmou tudo ontem à mesma CPI, antes de seu depoimento ser suspenso por uma liminar do STF. Na segunda entrevista, Francenildo lembrou que certa vez Palocci lhe pediu ajuda pelo interfone porque não conseguia sair do casarão – acabou saindo pela porta dos fundos, providencialmente aberta pelo empregado. Eis uma metáfora perfeita para as atribuições do ex-prefeito de Ribeirão Preto: ele não consegue sair da encrenca em que mergulhou com a sua negativa à CPI. A menos grave das acusações que pesam contra ele é a que está complicando mais a sua vida.

Era o que eu tinha a dizer, Sr. Presidente. Muito obrigado.

**O SR. ARTHUR VIRGÍLIO** (PSDB – AM. Sem apanhamento taquigráfico.) – Sr. Presidente, Sr<sup>as</sup> e Srs. Senadores, faço este breve registro para cumprir o Deputado Jovino Cândido (PV-SP), autor de denúncia de fraude eleitoral em 2004, na cidade de Guarulhos, no Estado de S. Paulo.

A pedido do parlamentar, o TCU promoveu auditoria naquele município, constatando a veracidade da denúncia. Cândido leu, no Plenário da Câmara trecho da auditoria, que aponta “como primeiros indícios de fraude relatórios emitidos pelo TER de S. Paulo, mostrando erros nas codificações das urnas eletrônicas.”

Segundo explicou o Deputado, as eleições realizaram-se no dia 3 de outubro de 2004. Em 27 do mesmo mês, 23 dias após a totalização final, à noite e fora do expediente do cartório eleitoral, foram infiltrados indevidamente no sistema de informática 99 flashes de votação.”

Explicou ainda que com sua denúncia não pretendeu pôr em dúvida a votação eletrônica, mas tão somente a insegurança do sistema.

Jovino Cândido resolveu requerer a auditoria do TCU principalmente depois de constatar que, no segundo turno de outro pleito em Guarulhos, no ano de 2000, faltou energia elétrica no ginásio onde se realizavam as apurações. “Após 41 minutos, o candidato que estava em segundo lugar venceu as eleições, com



uma diferença de 1.107 votos, em um universo de 600 mil eleitores. Com as apurações, chegou-se à conclusão de que o disquete havia sido trocado.”

Encerro, cumprimentando o parlamentar de São Paulo pelo seu zelo.

Era o que eu tinha a dizer.

Muito obrigado.

**O SR. ARTHUR VIRGÍLIO** (PSDB – AM. Sem apanhamento taquigráfico.) – *Lula Vai Homologar 10 Terras Indígenas em 2006. FHC homologou 45 em 1998, quase seis vezes mais*

Sr. Presidente, Sr<sup>as</sup> e Srs. Senadores, para registrar e para repor a realidade dos números, inteiramente diferentes da manipulação dos dados pelo Governo petista do Presidente Lula. E verdadeiros, contra a mentira petista.

Está no **Jornal do Brasil**, edição de 14 de março de 2006:

Em 2006, o Governo Lula deverá homologar 10 terras indígenas.

E antes?:

Em 1998, o então Presidente Fernando Henrique Cardoso homologou quase cinco vezes mais do que o total homologado por Lula. FHC homologou 45 terras indígenas.

Que fique sabendo o Governo Lula: 45 são 10 + 10 + 10+10 e, de quebra + 5. Total, 45.

Ponto final. O que o Governo Lula faz é, como sempre, mentir.

Era o que eu tinha a dizer.

Muito obrigado.

**O SR. PRESIDENTE** (Alvaro Dias. PSDB – PR) – V. Ex<sup>a</sup> será atendido.

Com a palavra o Senador Antero Paes de Barros, por permuta ou por cessão do Senador João Batista Motta.

S. Ex<sup>a</sup> dispõe de 15 minutos.

**O SR. ANTERO PAES DE BARROS** (PSDB – MT. Pronuncia o seguinte discurso. Sem revisão do orador.) – Sr. Presidente, Sr<sup>as</sup> e Srs. Senadores, o Ministro Palocci continua Ministro até hoje pela manhã porque o Presidente Lula é radicalmente teimoso. O Ministro Palocci não tem condições, já há algum tempo, de continuar Ministro. Entretanto, não se pode desconhecer que a crise se agravou ontem com o depoimento do caseiro. Mas os fatos vêm de longe.

O próprio relatório preliminar do Senador Garibaldi Alves Filho já indiciava praticamente toda a “República de Ribeirão Preto”. O relatório só não indiciava Ralf Barquete porque já morreu. Ora, o relatório indiciava Ademirson, Rui Barquete, Rogério Buratti, Francelino e o chefe de gabinete do Palocci – todos eles ligados ao Ministro da Fazenda –, Vladimir Poletto – o patrãozinho, segundo

o caseiro. Todas essas pessoas foram indiciadas em função das ligações com o caso Gtech.

Então, a CPI tenta marcar a presença do Ministro Palocci, tenta convocá-lo, mas Palocci diz que só aceita vir a convite. A Oposição – na minha avaliação pessoal, equivocadamente condescendente – aceita que ele venha como convidado. O Ministro, indagado por mim se aceitaria a quebra dos seus sigilos bancário, telefônico e fiscal, disse que resolveria depois com o Presidente da CPI e com o Relator. Até hoje não resolveu; até hoje não fez contato.

Em seu depoimento, o Ministro mente exaustivamente à CPI. Depois, uma a uma, as mentiras vão caindo.

Ele disse, Senador Mão Santa, que voou no avião patrocinado pelo PT. Eu tinha os dados da prestação de contas do PT e disse que aquilo não constava. Depois disso, o empresário, dono do avião, disse que nunca o alugou, que nunca recebeu um centavo pelo vôo feito pelo avião. Ou seja, o Ministro mentiu.

Depois, o Ministro Palocci – que está virando “Palóccio”, para não virar Pinóquio – manda uma carta à CPI, em que mente novamente. O Ministro mente dizendo que nunca se encontrou com Rogério Buratti depois que eles se desentenderam em Ribeirão Preto. Rogério Buratti, em depoimento anterior, havia dito que se encontrou de cinco a sete vezes com ele em Brasília. E ontem o caseiro disse que eles se encontraram, sim, naquela casa do Lago Sul. Pergunto ao Ministro se ele conhece a casa; ele diz que não. Eu tinha, naquela época do depoimento do Ministro, a informação de que ele jogava tênis na casa. Ele dizia que não. E ontem o caseiro confirmou que ele freqüentava a casa e que já havia jogado tênis lá.

O Ministro mentiu mais; mentiu dizendo que não se encontrava com Rogério, que tinha uma amizade interrompida. E, na sua inocência, o caseiro respondera à Senadora Heloísa Helena: “Vixe, Maria! Se eles não são mais amigos, então, não sei o que é ser amigo”.

Portanto, houve uma série de mentiras consecutivas do Ministro Palocci. Ele não pode, não tem condições de continuar como Ministro da Fazenda. E ele só quer continuar no cargo porque contra ele pesam os depoimentos do motorista, do caseiro, do delegado que veio aqui à CPI.

Há uma frase do delegado, Presidente Alvaro Dias, que é esclarecedora. Por que o chefe Lula quer proteger o chefe Palocci? Porque isso é uma quadrilha; Palocci é o chefe, mas o chefe é quem protege o chefe. E por que existe essa proteção? Porque o Ministro Palocci ouviu o depoimento do delegado. Perguntou-se: “O senhor vai indiciar o prefeito que sucedeu Palocci?” O delegado respondeu claramente: “Vou”. “Em

quais crimes?” Aí ele citou os crimes. “Mas não cabe também formação de quadrilha?” Ele titubeou e depois confirmou: “Cabe, sim, formação de quadrilha”. “Bom, e se o Palocci não fosse ministro?” “Eu o indiciaria também”. É por isso que ele não quer sair. O Palocci deve estar lá, perturbando Lula: “Eu não posso sair, eu não posso deixar de ser ministro”. Porque, se sair, vai ser indiciado e está com medo de ser preso em Ribeirão Preto. Essa é a verdade. Essa é a mais pura verdade dessa blindagem que está sendo feita ao Ministro da Fazenda, Antonio Palocci. Essas dúvidas não existem mais, Senador Alvaro Dias.

Lula convive bem com essa situação toda. Não consegue indignar-se com roubo. Agora tem até a desculpa de que isso é política, é ano eleitoral. As denúncias contra Palocci pululam desde 2004, quando ainda se estava muito longe de qualquer reeleição. As denúncias contra Henrique Meirelles pululam desde antes de ele tomar posse, muito longe, portanto, de qualquer reeleição. A verdade é que o Governo Lula não aprendeu a conviver com os ensinamentos do Padre Vieira: não roubar e não deixar roubar. Esse Governo perdeu totalmente a capacidade de indignação diante daqueles que roubam. O Ministro Antonio Palocci não pode continuar Ministro da Fazenda.

Ontem tivemos um espetáculo triste nesta Casa, porque observamos um Senador do PT, que tem uma história democrática e é Vice-Presidente do Senado da República, ir ao Supremo Tribunal Federal pedir uma liminar para suspender o depoimento do caseiro em função de que poderia estar havendo uma devassa na vida pessoal do Ministro Antonio Palocci. Nenhum Senador da Oposição brasileira citou algum fato que se ligasse à vida privada, pessoal do Ministro Palocci. A discussão não era se Palocci é ou não um marido fiel. Ninguém discutiu isso na CPI. Apenas uma Senadora tratou desses assuntos: a Líder do PT, Senadora Ideli Salvatti, que fez referência a camisinha e a Viagra. A única Senadora que tratou desse assunto na CPI foi a Senadora Ideli Salvatti. A Oposição não tocou no assunto; ao contrário, compromissou-se em não tratar do assunto. O caseiro, quando citou alguns fatos, citou-os inadvertidamente. Ele citou presenças das mulheres na casa, até porque ele não tem toda essa sofisticação intelectual para ficar preservando informações em um depoimento que ele dava como testemunha. Não cabe a continuação desse Ministro, por todos esses fatos.

O Senador Tião Viana vai ao Supremo Tribunal Federal. O Ministro Peluso é induzido a erro, porque, informado na petição de que estaríamos aqui fazendo uma devassa na vida privada do Ministro, determina a suspensão da reunião. Pergunto: se o Presidente Renan

Calheiros licenciar-se, quem vai defender o Senado? O algoz do Senado, o Senador Tião Viana, por quem tenho profundo respeito político e pessoal? Quem vai defender a Instituição? Como é que a CPI não pode ouvir um caseiro? Como é que pode continuar Ministro da República quem não suporta mais do que vinte minutos de um depoimento do Sr. Francenildo?

Nesse episódio, Senadora Heloísa Helena, a excelência é o Francenildo. Quem tem que ser reconhecido como excelência, como cidadão brasileiro, como quem trata os assuntos da verdade é o cidadão Francenildo, que, na sua humildade, dizia: “Sou apenas um caseiro, e ele é o Ministro da Fazenda. Mas, ainda assim, confirmo até morrer”. Quem diz que confirma até morrer, com a segurança de que é fraco e está falando dos fortes, está dizendo a mais absoluta verdade.

Ele levou sim, Senador Sibá, as pessoas ao riso, na CPI, mas não pela sua ironia, e sim pela sua simplicidade. Quando falou “já passei os olhos aqui e não vi ninguém daqui na casa”, é evidente que ele levou as pessoas ao riso na CPI.

Foram mostradas ao Francenildo algumas fotos. É evidente que poderiam ter sido mostradas outras fotos, para que ele identificasse mais, mais e mais... Por que razão um cidadão com aquela simplicidade mentiria?

Concedo um aparte a V. Ex<sup>a</sup>, Senador Sibá Machado, e depois ao Senador Mão Santa.

**O Sr. Sibá Machado** (Bloco/PT – AC) – Senador Antero, não estou querendo, em nenhum momento, desmontar o depoimento de uma pessoa simples que vem a esta Casa, segundo ele mesmo, para contar o que viu. Mas eu me dou o direito de dizer que percebo nas palavras dele alguns deslizos, algumas imprecisões. Eu ia perguntar a ele, quando chegasse o momento, se a renda dele é compatível com o pagamento do advogado. Até imagino que nem era preciso advogado, a não ser que o advogado venha daquela Rede Nacional Autônoma de Advogados Populares, que prestam serviço comunitário. Não sei a resposta, mas vou fazer a pergunta quando chegar o momento.

**O SR. ANTERO PAES DE BARROS** (PSDB – MT) – Essa pergunta não pôde ser feita porque o PT interrompeu a reunião.

**O Sr. Sibá Machado** (Bloco/PT – AC) – Não, vai chegar o momento, com certeza. Mas era uma pergunta que eu gostaria de fazer.

**O SR. ANTERO PAES DE BARROS** (PSDB – MT) – Então V. Ex<sup>a</sup> está entusiasmado como eu para que o Supremo reveja a decisão?

**O Sr. Sibá Machado** (Bloco/PT – AC) – Como é?

**O SR. ANTERO PAES DE BARROS** (PSDB – MT)

– Então V. Ex<sup>a</sup> pensa como eu, que o Supremo errou e vai rever a decisão?

**O Sr. Heráclito Fortes** (PFL – PI) – Senador Sibá, V. Ex<sup>a</sup> me permite uma sugestão?

**O Sr. Sibá Machado** (Bloco/PT – AC) – Bom...

**O SR. ANTERO PAES DE BARROS** (PSDB – MT) – Estou concedendo um aparte ao Senador Sibá e depois concederei ao Senador Heráclito.

**O Sr. Heráclito Fortes** (PFL – PI) – Seria uma sugestão exatamente para resolver essa questão do advogado, que ele tem toda a razão. Senador Sibá, V. Ex<sup>a</sup> disse muito bem: o depoente é uma pessoa humilde. E via-se perfeitamente que o seu advogado também era um advogado de escritório humilde. Eu queria propor a V. Ex<sup>a</sup> que assinássemos um documento exigindo da CPI que mostrasse a conta dos advogados de todos os que foram ali depor, dos escritórios milionários de São Paulo sediados na avenida Paulista que defendem vários militantes do PT que chegam à CPI para depor. Então, nós faríamos uma coisa ampla, geral e irrestrita, não discriminaríamos o pobre e o rico. Faríamos um documento exigindo da CPI cópia do contrato de cada um dos advogados. Tenho certeza de que V. Ex<sup>a</sup>, como é um homem justo, será o primeiro signatário desse documento. Agradeço.

**O Sr. Sibá Machado** (Bloco/PT – AC) – Essa pergunta inquietou muita gente em todos os momentos. Estas perguntas eram feitas na abertura de todos os depoimentos: quem é o advogado, qualificação do advogado...

**A Sr<sup>a</sup> Heloísa Helena** (P-SOL – AL) – Mas não da conta, do pagamento, não.

**O Sr. Sibá Machado** (Bloco/PT – AC) – Vou já chegar lá, Senadora Heloísa. Em todas as oitivas são feitas as perguntas sobre...

**O SR. ANTERO PAES DE BARROS** (PSDB – MT) – Mas é bom ficarmos sabendo de tudo isso.

**O Sr. Sibá Machado** (Bloco/PT – AC) – ... quem era o advogado, o escritório, o endereço, o preço do contrato, se era pago, como era pago. Estas perguntas foram feitas na abertura de todos os depoimentos, todos. Não houve um a quem não tenham sido feitas essas perguntas. Mas, quanto ao Senador Tião Viana, acho que está havendo uma cobrança desnecessária a respeito do pedido de mandado de segurança. O exercício da Presidência da Casa é uma coisa e o exercício do direito do mandato parlamentar é outra.

**O SR. ANTERO PAES DE BARROS** (PSDB – MT) – Quer dizer que V. Ex<sup>a</sup> admite que ele possa recorrer contra si mesmo se estiver no exercício da Presidência da Casa?

**O Sr. Sibá Machado** (Bloco/PT – AC) – No exercício do mandato parlamentar, ele exerceu seu direito, tanto que, quando está na CPI, ele está como Senador da República, não como Vice-Presidente do Senado Federal, pois há a permissão para membros da Mesa participarem das Comissões Parlamentares, e não das Comissões Permanentes.

**O SR. ANTERO PAES DE BARROS** (PSDB – MT) – Eu acho que não é injustiça, não.

**O Sr. Sibá Machado** (Bloco/PT – AC) – Então, neste momento, quero fazer a defesa do Senador Tião Viana, que acho que é merecedor. É preciso tirar esse fantasma daqui para não ficarmos, digamos, no meu entendimento, até jogando uma culpabilidade desse tamanho em cima dele. Ele fez isso como Senador da República, representante do meu Estado, no pleno exercício de seu direito. Portanto, o fato tem de ser separado do exercício da Vice-Presidência da Casa, porque ele não estava respondendo por ela naquele momento. Então, quero dizer a V. Ex<sup>a</sup> que penso que está havendo um exagero em relação à pessoa do Senador Tião Viana, pois o recurso poderia ter sido assinado por qualquer outro Senador. No momento da instalação da CPI, houve o entendimento de que ela deveria ser instalada, houve o pedido de posicionamento do Supremo Tribunal, que foi favorável à instalação da mesma, e foi o que aconteceu. O pedido de suspensão da reunião de ontem, assim como o pedido de instalação, era um direito que assistia a qualquer um dos Senadores, nesse caso o Senador Tião Viana, que tinha inteira razão.

**O SR. ANTERO PAES DE BARROS** (PSDB – MT) – Quero agradecer a V. Ex<sup>a</sup> e dizer que estou responsabilizando muito mais o PT do que o Senador Tião Viana. O PT poderia ter escolhido outro Senador, mas fez questão de sacrificar o Vice-Presidente do Senado, exatamente pelo despreço que o Partido tem pela democracia, pelas instituições democráticas.

**O Sr. Heráclito Fortes** (PFL – PI) – Senador Antero, V. Ex<sup>a</sup> me concede um aparte?

**O SR. ANTERO PAES DE BARROS** (PSDB – MT) – Antes de ceder o aparte ao Senador Heráclito e, depois, ao Senador Mão Santa, quero só fazer um parêntese e dizer que considero muito bom o debate sobre essa questão dos advogados. Aliás, Senador Sibá Machado, V. Ex<sup>a</sup> sabe quem foi o advogado que entrou com o mandado de segurança em nome do Senador Tião Viana?

**O Sr. Sibá Machado** (Bloco/PT – AC) – Não li a petição ainda, mas posso procurar imediatamente.

**O SR. ANTERO PAES DE BARROS** (PSDB – MT) – Então vou dar-lhe a informação. O advogado

que entrou em nome do Senador Tião Viana foi o Sr. Márcio Luiz da Silva.

V. Ex<sup>a</sup> sabe quem é o Márcio Luiz da Silva? Ele é advogado, foi advogado das campanhas presidenciais de 1998 e 2002, consultor do Diretório Nacional para campanhas gerais, delegado nacional do PT perante o Tribunal Superior Eleitoral, assessor da Bancada para as áreas de Direito Eleitoral, Direito Político, Direito Civil, Direito Constitucional e Direito Processual.

Um detalhe: o advogado Márcio Luiz da Silva é servidor da Câmara dos Deputados. É uma informação que precisa ser checada, que eu acabo de receber. Se ele, efetivamente, for servidor, se se confirmar a informação de que ele é servidor da Câmara dos Deputados, é evidente que ele não poderia peticionar por causa do impedimento do Estatuto da Ordem.

**O Sibá Machado** (Bloco/PT – AC) – Senador, temos que tirar uma dúvida: pode ser um servidor de carreira ou um servidor que presta serviço ao parlamentar. Eu estou dizendo que não conheço a situação, mas...

**O SR. ANTERO PAES DE BARROS** (PSDB – MT) – Ele pode ser servidor de carreira, ele pode ser servidor DAS, mas, se ele é servidor – isso tem que ser investigado –, ele não poderia sequer peticionar. Está claro, no Estatuto da Ordem dos Advogados do Brasil, que é a Lei nº 8.906, de 4 de julho de 1994, que são impedidos de exercer a advocacia os servidores da administração direta, indireta e fundacional contra os órgãos que lhes remuneram, e o Senado e a Câmara recebem da Fazenda Pública, recebem duodécimo.

Se isso aqui se confirmar, é gravíssimo para a situação funcional do advogado que peticionou em nome do Senador Tião Viana. Eu, sinceramente, espero, até pela carreira do advogado, que essa questão não se confirme, porque, se ela se confirmar, vai ser mais um erro grosseiro do Partido dos Trabalhadores na área jurídica.

Concedo a palavra ao Senador Heráclito Fortes e, em seguida, ao Senador Mão Santa.

**O Sr. Heráclito Fortes** (PFL – PI) – Senador Antero, é louvável o esforço que faz o Senador Sibá Machado para defender, neste plenário, não só um colega de Partido, mas também de Estado. Acho que, como cidadão, como Senador da República, o Senador Tião Viana – e digo isso com o coração em pranto, porque tenho por ele a maior admiração – tinha o direito de tudo, mas não tinha o de assinar uma petição que pede que não se apurem os responsáveis pelos assassinatos de Celso Daniel e de

Toninho do PT. O Senador Tião Viana, pela história que tem no PT, pelo trânsito de que goza nesta Casa com as diversas facções políticas e até por dever de consciência, não tinha o direito, não podia assinar aquela petição. Sei até que o Tião Viana foi vítima da estrutura maquiavélica do seu Partido. Por que esse documento não foi assinado pelos Líderes? Por que os Líderes se omitiram a discutir e até a defender o Senador Tião Viana no plenário? O Tião foi vítima de uma pressão partidária e, infelizmente, está pagando por isso. Agora, Senadora Heloísa Helena, o positivo disso tudo – e os jornais de hoje escancaram – é que quem comandou tudo isso foi o Presidente Lula. Como Chefe da Nação, jamais poderá dizer Sua Excelência para o Brasil que não sabia das coisas, que não sabia de nada, porque assina, participou da feitura de uma petição, em que exatamente se discute detalhadamente o mar de lama em que o seu Partido está envolvido. A partir de agora, o Brasil precisa ficar atento, porque essa história de dizer que “eu não sabia”, “eu não vi”, “é falácia”, é conversa para boi dormir. Acorda, Lula!

**O SR. ANTERO PAES DE BARROS** (PSDB – MT) – Concedo o aparte ao Senador Mão Santa.

**O Sr. Mão Santa** (PMDB – PI) – Senador Antero, V. Ex<sup>a</sup>, com esse aspecto de extraordinário político – já o era –, agora é jurista. Mas eu quero dizer para o meu amigo Sibá algo sobre esse negócio de honorários gratuitos. Leia Graciliano Ramos, **Memórias do Cárcere**; ele estava lá, e Sobral Pinto chegou, espontaneamente. Por isso, ele foi o Vice de Ulysses Guimarães. Lembro Evandro Lins e Silva. Eu, na minha profissão mesmo, por que é que estou aqui? A milhares e milhares de pessoas, gratuitamente, eu servi numa Santa Casa. Ali eu estava fazendo o bem, até crescendo profissionalmente, ganhando experiência, assim como esse advogado. Ele é de origem humilde e tem um ideal de justiça. Então, fez a defesa. A história se repete. Atentai bem! V. Ex<sup>a</sup> é do Piauí, e o caseiro é do Piauí, e eu represento também essa verdade que trazemos na história. Mas a história se repete. Está aqui o Professor Cristovam Buarque. A mais bonita frase é de um intelectual. O poder da submissão, esse é o resultado. Eu queria aqui analisar a história. Bill Clinton, no seu livro, *Monica Lewinsky*, não sei o quê e tal. Atentai bem, Sibá Machado! Ninguém está analisando paixões, amor, vida, isso respeitamos. Mas ele foi chamado diante do escândalo. Ele não mentiu, o outro mentiu aqui. Eu ficaria com o meu pai, acima do Senado, porque ele está no céu. Meu pai me deu muita surra de cin-

turão, dizendo: “Quem mente rouba”, “Quem mente rouba”, “Quem mente rouba”. Então, essa é a minha formação. Lá no Senado, Bill Clinton – é o jogo da verdade, vamos ver a diferença –, para os Senadores disse que realmente tinha omitido a verdade por amor à esposa, à família, que não queria constranger. Mas ele disse: “Não tive relações sexuais, tive relações indevidas”. E o Senado o absolveu. Absolveu por quê? Atentai para a história. Esta aí o Professor Cristovam Buarque. Hamlet: “Há algo de podre no reino da Dinamarca”. Aqui não há algo de podre, não. Está todo podre o reino de Lula. Lula é uma ilha isolada de desconhecimento, rodeado pela podridão de corrupção. O Senado americano absolveu Bill Clinton porque não havia corrupção, não havia essa podridão. Aqui há a podridão do Buratti. Então, quero lhe dizer que ele se apresenta agora como pai da corrupção. Eu estou com Ulysses, do meu PMDB, que vai fazer convenção no dia 19, contra os governistas, pela Pátria e pela democracia. Ulysses disse: a corrupção é o cupim que mais destrói a democracia. E ele está acusado, o Buratti, de ser o cupim que tornou toda podre – não é algo, não – a “República do PT”.

**O SR. ANTERO PAES DE BARROS** (PSDB – MT) – Muito obrigado ao Senador Mão Santa pelo aparte, que incorporo ao meu pronunciamento.

Concedo o aparte ao Senador Cristovam Buarque.

**O Sr. Cristovam Buarque** (PDT – DF) – Senador Antero, é claro que compartilho com todas as suas manifestações, preocupações, denúncias sobre esse caso específico, mas quero tentar trazer a sua atenção e a dos outros Senadores e Senadoras para o fato de que este não é um caso específico, é mais grave que isso. O que foi feito ontem não apenas proibiu um jovem de fazer o seu depoimento, aquilo diminuiu o Senado. Não consigo nem entender a lógica do PT ao fazer aquilo, porque não trouxe vantagens para o PT. Ao contrário, elevou o escândalo a uma dimensão muito maior. Creio que temos que nos preocupar, nesta Casa, porque essa não é a primeira, a segunda ou a terceira vez em que a soberania do Congresso, em relação aos outros dois Poderes, a independência entre os três Poderes, está ameaçada no Brasil. Há algo mais sério. O Senador Mão Santa fala que há algo de podre. Quero dizer que, além de algo de podre em alguns setores, algo está errado na maneira como as instituições públicas brasileiras estão funcionando. Ao mesmo tempo em que se entra na Justiça para trazer de volta o Francenildo, ao mesmo tempo em que se leva adiante a CPI, que é

uma obrigação do Senado, é preciso que, paralelamente, as lideranças do Senado e o Presidente do Senado trabalhem para descobrir quais são as brechas na nossa Constituição que fazem com que não saibamos como vai ser a eleição daqui a menos de seis meses, com que não saibamos como vai ser o desenrolar de uma CPI. Hoje o Brasil é governado por medidas provisórias e mandados judiciais. Um país governado por mandados judiciais e medidas provisórias é um país sem congresso, e um país sem congresso não é uma república.

**O SR. ANTERO PAES DE BARROS** (PSDB – MT) – Agradeço a V. Ex<sup>a</sup> o aparte. Uma das soluções que temos é que as lideranças peçam urgência para a votação do projeto do Senador Alvaro Dias. Trata-se de um projeto que limita a análise de liminar ao Pleno do Supremo Tribunal Federal, não permitindo que seja uma ação exclusiva de um Ministro do Supremo Tribunal Federal.

Concedo o aparte à Senadora Heloísa Helena e, em seguida, ao Líder Arthur Virgílio.

**A Sr<sup>a</sup> Heloísa Helena** (P-SOL – AL) – Senador Antero Paes de Barros, desculpe-me interromper o pronunciamento de V. Ex<sup>a</sup>. Já o fiz no pronunciamento do Senador José Jorge, sentindo-me na obrigação de fazer a defesa do que vi no depoimento de Francenildo. Com a intervenção, no pronunciamento de V. Ex<sup>a</sup>, de um Senador do PT cobrando quem pagava o advogado do pobre do Francenildo, realmente não consigo deixar de me indignar. É uma sina da peste o que essa elite safada e corrupta quer promover como destino para os pobres. Quer dizer que o pobre não pode nem ter um advogado? Quem acompanhou o depoimento ontem viu que o Dr. Ulisses, o advogado dele, ao contrário, vou repetir, em nenhum outro depoimento de CPI – em nenhum outro! – o Deputado Arnaldo, até de forma vigilante e também por ser advogado, todas as vezes que alguém ia prestar depoimento, ele pedia que ficasse registrado o nome dos advogados. Nunca se tratou – e por isso a proposta do Senador Heráclito Fortes é boa – de fazer um levantamento de todos os advogados. V. Ex<sup>a</sup> sabe como foi contratado o advogado do Nildo? Quem acompanhou o depoimento ontem viu que o Dr. Ulisses, o advogado de Francenildo, é um homem simples e corajoso. Para se meter num negócio desse, tem de ser um homem corajoso. Ele é um advogado simples e não um advogado de uma elite que vem depor protegida com **habeas corpus**. Não se tratou de uma oitiva em que o depoente nem falava e se dava o direito de dizer “não digo nem o nome dos meus filhos”, como no caso do publicitário

Duda Mendonça e de muitos outros. Eu fui buscar a história. O que aconteceu? Francenildo, morrendo de medo, coitado, conhecia algumas pessoas que trabalham como corretor, alugando imóveis. Como ele era caseiro de uma casa, sempre se procura saber quem alugava imóvel. O rapaz, preocupado e atemorizado com essa confusão toda, contou a história. Ele, então, indicou esse advogado, que não recebeu um real, que está tendo prejuízo, porque o Francenildo não tem como pagar um lanche. Quem está pagando o lanche do Francenildo é o advogado. Penso até que quem quiser pode fazer uma coleta aqui. É importante que o próprio PT faça isto: que crie uma cota para pagar o advogado do Francenildo, garantindo, assim, que não receba dinheiro de outra pessoa. Quero ver se vão conseguir mudar a cabeça do advogado ou a do Francenildo. Pronto. Deviam pagar para ver o que estava acontecendo. Realmente, isso é muito triste. Desculpe-me interromper o pronunciamento de V. Ex<sup>a</sup>, Senador Antero Paes de Barros, mas eu não me conformo. Só porque é pobre não pode ter advogado? Porque é pobre não pode enfrentar o Ministro? Porque é pobre isso, aquilo outro... Muitas pessoas, quando são os ricos e poderosos que vêm depor na CPI – V. Ex<sup>a</sup> precisa ver –, parecem uns gatinhos miando, acovardados. Agora, quando é o pobre, querem rugir contra ele, como se fossem leões. Realmente, eu fico muito triste ao ver essas coisas. É melhor ficarem caladinhas e caladinhas, se argumentos não têm para fazer a defesa. Podem até dizer que acreditam na palavra do Ministro, e pronto. Mas querer desqualificar o outro porque é caseiro e pobre, realmente é muito triste. Eu até busquei a história porque sabia disso, vi que estava acontecendo. Pois é. Os desqualificados são outros: o desqualificado do Poletto, do Palocci, do Lula e outros mais. É melhor dizer isso. Mas desqualificar só o caseiro, não. Se quiser desqualificar um grande, uma Senadora, um Senador, um Ministro, um banqueiro, pode. Mas tem de ter mais cautela para desqualificar o pequenininho que estava lá. Agora, não querer nem que o coitado tenha um advogado!... Senador Antero Paes de Barros, V. Ex<sup>a</sup> viu, ele não perguntou, nem uma vez, nada. Nem o advogado falava. Estavam tranquilos de que ele falaria a verdade, ao contrário de todos os outros depoimentos de CPIs, em que, sempre, o cliente pergunta alguma coisa ao advogado, e o advogado lá, cheio de papeluchos, para fazer alguma intervenção. Absolutamente nada. Portanto, saúdo o pronunciamento de V. Ex<sup>a</sup> e a solidariedade de V. Ex<sup>a</sup> ao Francenildo.

**O SR. ANTERO PAES DE BARROS** (PSDB – MT) – Senadora Heloísa Helena, agradeço o aparte de V. Ex<sup>a</sup>. É realmente importante o esclarecimento que V. Ex<sup>a</sup> presta. E ousaria até dizer que não é possível o PT ter piorado tanto; não é possível que o Lula, com barba, seja pior do que o Collor, sem barba. Porque, no caso do Collor, houve um motorista, o Eriberto; no caso do Lula, há o motorista, há o caseiro e muitas denúncias. Existem muito mais denúncias contra o Lula do que contra o Collor. Se fosse o filho de qualquer Presidente da República que tivesse feito o que o Lulinha fez, cairiam 15 repúblicas e haveria cem mil pessoas aqui na Esplanada.

Senadora Heloísa Helena, V. Ex<sup>a</sup> disse uma frase que fiz até questão de anotar: “Podem até dizer: eu acredito na palavra do Ministro”. Mas sabe qual é verdade? Eles podem até dizer que acreditam na palavra do Ministro, mas, se consultarmos a consciência deles, se eles forem para o confessionário antes de comungar, no domingo, dirão ao padre: “Olha, eu acredito é na palavra do caseiro”.

Não há ninguém do PT que não se sinta enganado pelo Ministro Antonio Palocci. É um esforço hercúleo que os Senadores do PT fazem na defesa de algo que é indefensável. Entre o Ministro Pinóquio e o motorista, é o motorista que é “S. Ex<sup>a</sup>”. Entre o Ministro Pinóquio e o caseiro, é o caseiro que é a “Excelência”. O PT sabe disso. A militância do PT sabe disso. A militância do PT sabe que isso é qua-dri-lha! Não há outra expressão. É evidente que a militância do PT sabe disso. Tenho certeza absoluta. Eles não podem confessar – a que ponto chegou o PT! –, eles não podem dizer em quem realmente acreditam, mas tenho a convicção: eles acreditam é no caseiro, não no Ministro.

Concedo o aparte a V. Ex<sup>a</sup> e, em seguida, ao Líder Arthur Virgílio.

**A Sr<sup>a</sup> Heloísa Helena** (P-SOL – AL) – É bem rápido também, antes do Senador Arthur Virgílio. Também estou me sentindo muito constrangida, porque está publicado no **Jornal do Senado** de hoje – o **Jornal do Senado** reproduz o que aconteceu e os pronunciamentos de ontem – a posição de algumas pessoas que ficam todo o tempo querendo dar uma conotação pública de que o que está havendo é uma tentativa de invasão na vida privada do Ministro ou de quem quer que seja. Pelo amor de Deus, não tenho nada a ver com os casamentos não contabilizados. Não é meu problema, não estou querendo saber dessas coisas, não; não é nada disso. A única coisa importante a ser dita é que ninguém está preocupado com

isso. É triste ver a manchete do **Jornal do Senado** em função da fala do Líder do Governo: que ele tem direito à intimidade. Não tenho absolutamente dúvida alguma sobre disso. É por isso que foi até uma sorte – não que esteja aniquilada qualquer outra possibilidade – que tenha sido um caseiro, como muitos outros deram depoimento. Imaginem se fosse o depoimento de uma menina que tivesse prestado outros serviços. Imaginem o quanto essas pessoas iam desqualificar, utilizar palavras chulas para acusar e atacar as pobres mulheres, filhas da classe trabalhadora, utilizadas nas orgias com dinheiro público roubado. Imaginem. Ainda bem que não foram. Ainda bem que quem estava prestando depoimento, especialmente numa sociedade machista e preconceituosa como a nossa, era um rapaz, um caseiro, um motorista e outros mais. Era apenas para deixar isso claro. Ninguém está absolutamente preocupado. Só nos preocupa quando a relação privada estabelece uma promiscuidade com o setor público. As amizades são tantas, e são amizades em que se paga para estar com alguém e os dois tornam-se parte de uma grande estrutura de corrupção montada para parasitar a máquina pública. Agradeço e peço desculpas por ter prolongado o pronunciamento de V. Ex<sup>a</sup>.

**O SR. ANTERO PAES DE BARROS** (PSDB – MT) – Esse é outro exagero do PT. Aliás, recentemente, houve a festa do Oscar. Já perdemos o Oscar com **O Jardineiro Fiel**. Não vamos tentar ganhar o Oscar, politicamente, com “O Marido Infiel”. Não é nosso assunto.

Concedo o aparte ao Senador Arthur Virgílio.

**O Sr. Arthur Virgílio** (PSDB – AM) – Senador Antero Paes de Barros, ontem, junto com outros colegas nossos, eu também tive oportunidade de usar a tribuna para solicitar ao Presidente Renan Calheiros que abrisse uma conversa profunda e definitiva com o Supremo Tribunal Federal. Tudo que não pode acontecer é o choque entre dois Poderes que são tão essenciais para o funcionamento pleno da democracia brasileira. O Presidente Renan se comprometeu com isso. Ou seja, eu não questiono a justeza da concessão dos **habeas corpus**. Eu questiono a forma como as CPIs têm tolerado certos abusos de parte dos beneficiários dos **habeas corpus**. Mas eu questiono sim o ato de ontem do Ministro Cezar Peluso, que é um Ministro respeitável, tenho muito respeito por ele. Enfim, eu não me pus de acordo com o que li, com o que vi. Está na hora de uma conversa muito profunda entre os dois Poderes. Uma coisa é fato: não interessa a ninguém, ao Supremo muito menos, que o

Congresso fique mutilado em uma de suas prerrogativas básicas, que é, por exemplo, a de investigar, por intermédio de Comissões Parlamentares de Inquérito. Se as CPIs perdem a validade, se elas podem ser contestadas a qualquer momento e desmontadas na sua ação investigativa, é melhor nós ficarmos cingidos aos limites da Comissão de Fiscalização e Controle. Portanto, parabéns a V. Ex<sup>a</sup> e parabéns também ao Senador Alvaro Dias pelo oportuno projeto que, a meu ver, esclarece muito bem essas dúvidas que estamos vivendo. Tudo que desejo é o melhor para o Supremo Tribunal Federal e o melhor para o Congresso Nacional, porque isso vai significar o melhor para a Nação brasileira e para a nossa democracia.

**O SR. ANTERO PAES DE BARROS** (PSDB – MT) – Agradeço o aparte de V. Ex<sup>a</sup>, com o qual concordo inteiramente. Mas existe um pedaço da tarefa que é nossa. Precisamos modificar a legislação, inclusive os critérios para a indicação dos Ministros do Supremo Tribunal Federal.

Era isso, Sr. Presidente.

*Durante o discurso do Sr. Antero Paes de Barros, o Sr. Alvaro Dias, Suplente de Secretário, deixa a cadeira da presidência, que é ocupada pelo Sr. Mão Santa.*

**O SR. ARTHUR VIRGÍLIO** (PSDB – AM) – Peço a palavra, pela ordem.

**O SR. PRESIDENTE** (Mão Santa. PMDB – PI) – V. Ex<sup>a</sup> está inscrito, pelo art. 17.

O nosso companheiro usou apenas 42 minutos, mas dividiu o tempo com todos nós que o aparteamos.

V. Ex<sup>a</sup> tem a palavra, pela ordem.

**O SR. ARTHUR VIRGÍLIO** (PSDB – AM. Pela ordem. Sem revisão do orador.) – Peço a palavra para encaminhar à Mesa um pronunciamento brevíssimo reclamando o cumprimento das promessas do Presidente Lula com o Município de Parintins e outros Municípios do baixo rio Amazonas, o tal linhão de Tucuruí.

O Presidente foi a Parintins, viu o boi-bumbá, prometeu e não cumpriu. Reconheço a competência do atual Presidente da Companhia Energética do Estado do Amazonas (CEAM), mas sei também das suas limitações. O fato é que o comércio e a indústria estão-se ressentindo do vexame que é a falência do setor energético. Os alunos, do mesmo modo, estão revoltados, e o Prefeito de Parintins, Bi Garcia, está a cobrar do Presidente Lula que não faça mais nem menos mas apenas o que prometeu. Já estão dizendo no Governo, nos corredores dos ministérios, que o

linhão de Tucuruí só estará pronto daqui a dois anos. Daqui a dois anos nós teremos outro Presidente, se Deus quiser, que não o Presidente Lula. Ele prometeu em junho de 2003, está terminando o seu governo e não consegue cumprir a promessa.

É uma satisfação que dou ao povo de Parintins.

Muito obrigado.

**SEGUE, NA ÍNTEGRA, DISCURSO DO SENADOR ARTHUR VIRGÍLIO.**

**O SR. ARTHUR VIRGÍLIO** (PSDB – AM. Sem apanhamento taquigráfico.) – *Lula prometeu (e não cumpriu) o Linhão de Tucuruí, a Ceam recolhe-se na incompetência e Parintins fica às escuras*

Sr. Presidente, Sr<sup>as</sup> e Srs. Senadores, Parintins está praticamente às escuras, sujeita a rigoroso racionamento de energia elétrica. Está à espera da tão decantada promessa do *linhão* de Tucuruí. Promessa, sim, solenemente anunciada pelo Presidente Lula, logo no início de seu Governo, quando ele lá esteve.

Parintins não merece esse tratamento. Não merece mesmo. E por isso, o Prefeito do Município, Bi Garcia, num ato de coragem, que é um de seus atributos, esteve pessoalmente na sede da Companhia Energética do Amazonas – CEAM. Bi foi dizer que Parintins não aceita essa situação, que tolhe seu desenvolvimento.

A crise de energia em Parintins já era dramática e agora se complicou ainda mais, a partir do dia 3 último, com a paralisação de um dos mais potentes grupos geradores da Ceam, com capacidade de produzir até 1.600 kw de energia.

Reconheço tanto a competência quanto as dificuldades do Presidente da Ceam, Willannys Frota. Recentemente, por exemplo, o Prefeito Bi Garcia recebeu um telefonema do dr. Frota, garantindo que *estavam para chegar ao município dois novos geradores de 1.200 kwa cada*. No andar de cima, porém, na Esplanada dos Ministérios, a crise não anda.

Chega de tanta protelação, Presidente Lula! Chega de promessas e mais promessas. A promessa de Lula foi tão incisiva que a população chegou a comemorar. Hoje, a população chora.

O resultado dessa desídia vem na forma de prejuízo para o comércio e a indústria. Nas escolas, chega a ser um vexame. Quase não há aulas, por falta de energia elétrica. Com isso, os jovens os escolares revoltam-se. Na semana passada, por exemplo, li na imprensa de Manaus o desabafo de um aluno, Antonio José Freitas Ferreira: *cadê o linhão? Chega de conversa mole e de promessas não cumpridas*.

É incrível, mas a crise energética em Parintins é tamanha que a fabricação rudimentar de velas de cera está próspera. É realmente de desanimar. Uma dona de casa, ouvida pela imprensa, desespera-se: *dizem agora que o linhão prometido por Lula só virá daqui a dois anos, ou seja, em pleno exercício do mandato do próximo mandatário da Nação*.

Definitivamente, Parintins não pode esperar. Que o Governo pare de prometer em vão e aja, trabalhe. No mínimo, em respeito à população parintinense.

Em Brasília, os parlamentares das bancadas do Amazonas na Câmara e no Senado demonstraram unidade e conseguiram aprovar R\$50 milhões, em emendas orçamentárias, para a conclusão do *linhão*. Mas nada, até agora.

Era o que eu tinha a dizer.

Muito obrigado.

**O SR. PRESIDENTE** (Mão Santa. PMDB – PI) – V. Ex<sup>a</sup> será atendido, nos termos regimentais.

Com a palavra o Senador Alvaro Dias, por cessão do Senador Flexa Ribeiro.

Em seguida, estão inscritos: Senadora Fátima Cleide, Senador Gilvam Borges, Senador Geraldo Mesquita Júnior, Senador Heráclito Fortes, Senador Sibá Machado, Senador Mão Santa e Senador Cristovam Buarque, que é meu companheiro de inscrição pelo art. 17, mas nós vamos usar da palavra.

Com a palavra V. Ex<sup>a</sup>, com o espírito da lei de Montesquieu, porque vai pegar o avião.

**O SR. ALVARO DIAS** (PSDB – PR. Pronuncia o seguinte discurso. Com revisão do orador.) – Sr. Presidente, Sr<sup>as</sup> e Srs. Senadores, o Estado brasileiro está vivendo terrível crise de identidade nesta semana em que prevalece a imagem serena, refletindo a paz dos homens dignos, exposta à Nação, por meio da CPI dos Bingos, pelo caseiro Francenildo. Há aí um contraste gritante da dignidade do povo brasileiro, retratada na figura serena de quem só diz a verdade, com o estado



precário das instituições nacionais, que se reflete na crise de identidade dos três Poderes: Legislativo, Judiciário e Executivo, a começar pelo Poder Legislativo. Nesta semana, a frustração campeonou mais uma vez, atingindo os lares brasileiros, diante do espetáculo da absolvição daqueles que não podem colocar-se como inocentes diante das exigências nacionais de ética na atividade pública. O que prevaleceu foi a opção pela salvação corporativista. Entre preservar a instituição parlamentar ou colegas acusados, a maioria na Câmara dos Deputados continua insistindo em preservar colegas denunciados por prática ilícita, supostamente envolvidos no chamado mensalão. Repito que preferiria uma injustiça que atingisse um cidadão a uma que atingisse uma instituição de tanta importância na consolidação do processo democrático neste País, como é a parlamentar.

Portanto, a crise se abate sobre o Parlamento brasileiro, que não satisfaz as aspirações da sociedade e não atende aos pleitos nacionais de combate implacável à corrupção e de moralização da atividade pública. A crise passa pelo Poder Judiciário, sim, porque as decisões que conferem liminares autorizando o espetáculo do silêncio, quando a transparência deveria prevalecer para colocar o mal à luz, a fim de que possa ser investigado, denunciado, combatido e condenado, caminham na contra-mão das aspirações da sociedade brasileira. O ato monocrático de um Ministro do Supremo Tribunal Federal, em que pese o fato de guardar relação com o que é constitucional, com o que é juridicamente perfeito, acaba afrontando o sonho brasileiro de moralidade pública.

Estamos, portanto, caminhando na contramão da história.

O fato ocorrido ontem é mais grave. A decisão monocrática de um Ministro não tratou de preservar direitos individuais de quem quer que seja. Houve invasão de competência, porque, em que pese o respeito que devoto – a exemplo do Senador Arthur Virgílio – ao Ministro Cezar Peluso, a decisão dele deu-se com base em presunção. O Ministro presumiu que na CPI se devassaria a vida privada do Ministro Palocci, e nós não estávamos interessados nela. Não estamos discutindo se Ministro tem vida privada ou tem vida pública. Não estamos discutindo se o Parlamento norte-americano agiu corretamente ao expor ao mundo o episódio Clinton/Monica Levinski. Não é essa a discussão que estamos trazendo a esta tribuna. Somos mais modestos. Estamos exigindo menos. Nós estamos trazendo a esta tribuna apenas a defesa do interesse e do direito de investigar, do dever de

investigar para atender às exigências da população brasileira. O Ministro, portanto, usou – é figura de retórica, mas é a forma didática que encontro para expor meu pensamento nesta hora – a bola de cristal para tentar prever ou para tentar adivinhar o que ocorreria na reunião de ontem. E, mais do que isso, avançou; usou a mesma bola de cristal para prever o que ainda poderá ocorrer em eventuais diligências que possa a CPI realizar em várias linhas de investigação: Ribeirão Preto, Santo André, dólares de Cuba, caixa dois...

**O Sr. Heráclito Fortes (PFL – PI) – Dinheiro na cueca.**

**O SR. ALVARO DIAS (PSDB – PR) – Exatamente,** apreendido no aeroporto de São Paulo, transporte ilegal de dólares em mala preta, aviões que, nos ares do Brasil, transportam valores ilícitamente. Enfim, o Ministro proíbe tudo por provocação de um parlamentar, em nome de um partido e de um Governo. Portanto, é preciso, sim, rever determinadas normas. Por exemplo, há um projeto do Senador Jefferson Péres, que altera critérios para nomeação de Ministro no Supremo Tribunal Federal, porque há sempre essa ilação, prevalecendo sobre o interesse nacional, extrapolando os limites do que a norma jurídica possibilita, o interesse político-partidário resultante de compromissos assumidos em função da nomeação de natureza política.

Outro projeto de nossa autoria altera a Constituição, para impedir que decisões monocráticas defiram liminares relativamente a atos praticados pelo Congresso Nacional, como no caso de ontem, com a interrupção dos trabalhos da CPI dos Bingos. Decisão dessa natureza só poderá, se o projeto for aprovado, ser adotada pelo Plenário do Supremo Tribunal Federal.

Haveria, dessa forma, a responsabilização de todos pela decisão. A decisão seria democrática e, portanto, não haveria alternativa, a não ser o respeito a ela. Compartilhar responsabilidade é o caminho que nós encontramos adequado, neste momento, para que decisões do Supremo Tribunal Federal não atuem na contramão do interesse nacional e não estabeleçam esse clima de turbulência entre dois Poderes da República: o Legislativo e o Judiciário.

Olha, Sr. Presidente, o tempo se esgota e eu pretendo encurtar este discurso. Mas, vamos ao que mais interessa neste momento: a crise de identidade do Estado, no seio do Poder Executivo. O que há no Governo Federal? O que há com o Presidente Lula? Fica a impressão de que está anestesiado, absoluta-

mente insensível diante dos escândalos. Nada abala o Presidente da República, porque não interessa a ele combater corrupção. A impressão que fica é que, para o Presidente Lula, a corrupção é indispensável. Para o Presidente Lula, que desejava, que sonhava – não sei se ainda sonha – com um projeto de longo prazo, a corrupção é imprescindível. A impressão que fica é que, para ele, não se sustenta projeto de longo prazo sem corrupção.

Dizer que o Presidente da República não participou desse esquema complexo, sofisticado, organizado de corrupção é ser ingênuo em excesso, e nós não temos esse direito. Eu tenho a convicção plena, com a maior tranqüilidade, com a serenidade de quem acredita estar dizendo a verdade, de que o Presidente participou da arquitetura desse projeto de longo prazo, que entendeu que os fins justificam os meios e que, portanto, para sustentar o projeto de poder, a corrupção se tornou imprescindível.

O Presidente da República dizer que o Ministro Antonio Palocci é intocável é um direito dele, porque está eleito. Não se instaurou o processo de *impeachment*, em que pesem todos os elementos existirem para tal.

**O Sr. Arthur Virgílio** (PSDB – AM) – Permite, Senador?

**O SR. ALVARO DIAS** (PSDB – PR) – Concederei, Senador Virgílio. Mas o que não pode o Presidente da República esperar é que deixemos de afirmar que o Ministro Palocci está, sim, com a sua função de Ministro contaminada pelos escândalos de corrupção, que começaram em Ribeirão Preto e que perduram no Planalto Central, porque os vínculos que ligam o Ministro àquela equipe de Ribeirão Preto, já preliminarmente indiciada por formação de quadrilha, não foram rompidos após a posse de Palocci como Ministro da Fazenda. Consolidaram-se. Os vínculos perduraram. Não sei se ainda perduram diante de tantas denúncias, mas prevaleceram com o aparelho instalado para a operação marginal junto ao Governo Federal por aqueles que vieram do aprendizado da República de Ribeirão Preto.

Ou nós temos que ignorar o que vimos? Ou temos que fechar os olhos para a realidade de tantas ações em várias áreas – Caixa Econômica Federal, Banco do Brasil, BNDES, Eletronorte? Nós temos que fechar os olhos...

**O Sr. Heráclito Fortes** (PFL – PI) – Permite-me V. Ex<sup>a</sup> um aparte?

**O SR. ALVARO DIAS** (PSDB – PR) – ... para tudo que vemos?

Na verdade, o que querem, Senador Heráclito Fortes, é fechar os olhos da Nação, blindando um Ministro e outros, blindando o Presidente da República e seus subalternos, com as mais variadas formas, desde **habeas corpus** concedidos monocraticamente por Ministro do Supremo Tribunal Federal.

Concedo o aparte ao Senador Arthur Virgílio, inicialmente, e depois ao Senador Heráclito Fortes.

**O Sr. Arthur Virgílio** (PSDB – AM) – Na verdade, fizemos um acerto de assuntos, eu e o Senador Heráclito Fortes, para incluirmos os nossos pontos de vista no discurso de V. Ex<sup>a</sup>, de maneira bastante sucinta. Evidentemente, o Presidente Lula tem a prerrogativa de nomear e supostamente de demitir ministros, e deveria ser assim num governo normal. Acontece que nomear José Dirceu foi ele quem fez, mas quem demitiu foi Roberto Jefferson com a aquela história de “sai daí, Zé, sai daí rápido!”. No dia seguinte, José Dirceu caía. Numa democracia, numa sociedade aberta como o Brasil está se tornando e numa democracia consolidada como a nossa, não adianta a teimosia do Presidente. Ou não há razão objetiva para se desestabilizar um ministro ou um ministro se desestabiliza e cai, a despeito do que possa pensar ou querer o Presidente da República, porque existe imprensa, existe sociedade vigilante. E dou um exemplo bem claro: ontem, para cumprir a palavra que não empenhei – mas, para cumprir a palavra, eu sou escravo disso –, concordei com uma sessão reservada. Meu computador ficou entupido de *e-mails* contra a minha posição. É uma sociedade muito vigilante, que acompanha passo a passo o que nós fazemos e dizemos aqui. Portanto, o Presidente pode ficar com qualquer ilusão que ele queira, mas o Ministro Palocci, a meu ver, perdeu as condições de ser Ministro da Fazenda, sim. Obrigado.

**O SR. ALVARO DIAS** (PSDB – PR) – Senador Arthur Virgílio, V. Ex<sup>a</sup> tem sido brilhante, e mesmo que se discorde de uma atitude como essa, que para quem está a distância não percebe as razões dela, aquele atendimento a um pleito da base aliada de que a reunião fosse secreta, é bom dizer que, às vezes, há má-fé até na interpretação. Eu participei da reunião que aprovou o requerimento, de minha autoria...

*(Interrupção do som.)*

**O SR. PRESIDENTE** (Mão Santa. PMDB – PI) – O tempo de V. Ex<sup>a</sup> está esgotado. Concedemos a V. Ex<sup>a</sup> mais um minuto.

**O SR. ALVARO DIAS** (PSDB – PR) – Não, Senador Mão Santa, o critério aqui é outro, não é? O orador que me antecedeu falou 45 minutos. Eu não

peço nem a metade, mas eu quero atender aos apertes solicitados e concluir o meu discurso, com a condescendência de V. Ex<sup>a</sup>, que, aliás, é o mais condescendente de todos os Senadores quando assume a Presidência. Até estou estranhando que esse espírito piauiense hoje não esteja incorporado em V. Ex<sup>a</sup> ao presidir esta sessão.

**O SR. PRESIDENTE** (Mão Santa. PMDB – PI) – É porque os dois aparteantes são do Piauí e eles estão inscritos em seguida. Cada um vai falar meia hora.

**O SR. ALVARO DIAS** (PSDB – PR) – Exatamente, mas hoje temos muito tempo pela frente, Senador Mão Santa.

Eu quero dizer, Senador Heráclito Fortes, em alusão ao aparte do Senador Arthur Virgílio, que participei da reunião que aprovou o requerimento de convocação do caseiro e não houve esse acordo invocado na reunião. O requerimento de minha autoria não previa nenhuma reunião secreta e foi aprovado. O Regimento, em seu art. 110, diz que as reuniões são públicas, a menos que ocorra uma deliberação da própria Comissão.

O que houve foi uma tentativa de se esconder o depoimento do caseiro, que, felizmente, foi frustrada porque o caseiro falou o que devia dizer, disse o que pretendia falar e não necessitava dizer mais nada além do que disse até que chegasse o fax do Supremo Tribunal Federal para encerrar o seu depoimento.

**O Sr. Heráclito Fortes** (PFL – PI) – Permite-me V. Ex<sup>a</sup> um aparte, nobre Senador Álvaro Dias?

**O SR. ALVARO DIAS** (PSDB – PR) – Concedo, com satisfação, o aparte ao Senador Heráclito Fortes.

**O Sr. Heráclito Fortes** (PFL – PI) – Meu caro Senador Alvaro Dias, não resta dúvida alguma de que este Governo é uma verdadeira máquina de produzir escândalos. Se o Senador Mão Santa me permitir, eu vou copiá-lo e dizer: Senadora Heloísa Helena, atentai bem! Os jornais de hoje mostram, Senador Alvaro Dias, que V. Ex<sup>a</sup> tem sido um dos mais assíduos Senadores da República nas comissões parlamentares de inquérito. Vai ver que a determinação do Governo é cercar as apurações. Ontem, foi o fato do caseiro. Hoje, o que aparece? O Governo faz uma manobra para enxugar o relatório do Deputado ACM Neto, que apura irregularidades ou denúncias de irregularidades em fundos de pensão. Sr. Presidente, Sr<sup>as</sup> e Srs. Senadores, o Brasil está cansado de saber que, neste Governo, corre frouxo, exatamente nessa estrutura, um dos veios mais férteis de financiamento

pouco esclarecido para a base do Governo. Aí, vem agora esta manobra que dá direito ao Deputado Maurício Rands – por quem tenho o maior respeito, não só como Parlamentar, mas como grande advogado, proprietário de uma banca de advocacia, em Recife, reconhecido por todos por sua competência... Mas ele não tem o direito de ser censor nem bedel do trabalho de um Parlamentar que foi designado Sub-Relator para apurar um fato específico. Senador Arthur Virgílio, não podemos permitir que isso aconteça. Essa notícia dos jornais é tão grave como aquela relacionada ao caseiro. Só que essa aí vai pegar peixe grande. Portanto, Senador Alvaro Dias, sabendo que V. Ex<sup>a</sup> é um homem atento ao que acontece na CPI, eu lhe lembro desse fato da maior gravidade. Resta-me aqui uma esperança: que isso seja um mal-entendido e que o Deputado Serraglio, Relator-Geral, que até agora tem tido um comportamento correto, não permita que esse fato tenha sequer possibilidade de ser verdade. Muito obrigado.

**O SR. ALVARO DIAS** (PSDB – PR) – Obrigado a V. Ex<sup>a</sup>, Senador Heráclito Fortes. O Senador Sibá Machado também está pedindo aparte? É um aparte?

**O Sr. Sibá Machado** (Bloco/PT – AC) – Senador Álvaro Dias, abro mão do aparte. Eu já ia perdendo o *feeling* do momento.

**O SR. ALVARO DIAS** (PSDB – PR) – O Senador Sibá Machado abre mão do aparte, para que eu possa, então, concluir o meu pronunciamento.

**O SR. PRESIDENTE** (Mão Santa. PMDB – PI) – É o Presidente? Estou seguindo V. Ex<sup>a</sup>, que é o nosso ícone. Substituí V. Ex<sup>a</sup>, que permitiu. Quando cheguei, o Antero Paes já estava com 32 minutos e eu prolonguei por dez minutos. Aliás, viu, como V. Ex<sup>a</sup> dá o exemplo?

**O SR. ALVARO DIAS** (PSDB – PR) – Senador Mão Santa, ...

**O SR. PRESIDENTE** (Mão Santa. PMDB – PI) – E eu estou aplicando a filosofia dos antigos.

**O SR. ALVARO DIAS** (PSDB – PR) – Eu gostaria que esta Casa respeitasse o Regimento de forma rigorosa. Não tem respeitado em relação ao tempo dos oradores. Sobretudo na sexta-feira, há uma condescendência em razão de termos aqui, sempre na sexta, um número menor de Senadores. É por essa razão que, na esteira do que se tem adotado aqui, possibilitamos ao Senador Antero Paes de Barros um tempo mais alongado para seu pronunciamento. Da mesma forma V. Ex<sup>a</sup>, com a generosidade de sempre, está nos permitindo e agradeço.

**O SR. PRESIDENTE** (Mão Santa. PMDB – PI)  
– Permita-me dizer que estou agindo aqui como os filósofos antigos, que dizem: “Tolera e te abstem”. Agora, não sei a tolerância dos oradores que estão em seguida.

**O SR. ALVARO DIAS** (PSDB – PR) – Sem problemas, Senador Mão Santa. Pretendo, evidentemente depois...

*(Interrupção do som.)*

**O SR. ALVARO DIAS** (PSDB – PR) – Senador Mão Santa, se tocar a campanha de um minuto em um minuto, o discurso será interrompido a toda hora. Pretendo concluir em cinco minutos, Senador Mão Santa.

**O SR. PRESIDENTE** (Mão Santa. PMDB – PI)  
– Em respeito ao Paraná e a V. Ex<sup>a</sup>...

**O SR. ALVARO DIAS** (PSDB – PR) – Até porque um discurso tão atropelado dessa forma perde o roteiro.

**O SR. PRESIDENTE** (Mão Santa. PMDB – PI)  
– E ainda quero atestar aqui que os quatro meses mais tristes nesta Casa foram quando V. Ex<sup>a</sup> tirou licença. Foi com a volta de V. Ex<sup>a</sup> que ressurgiu a liberdade e a coragem neste plenário.

**O SR. ALVARO DIAS** (PSDB – PR) – Muito obrigado, Senador Mão Santa, é bondade de V. Ex<sup>a</sup>. Mas faço uma indagação ao Presidente Lula. É claro que é prerrogativa do Presidente da República manter o Ministro Palocci. E podem até discutir o fato de a Oposição ter ou não ter autoridade para pedir sua demissão, mas o que não se discute é a autoridade que tem a Oposição para indagar do Presidente da República: Como pode um Ministro contaminado por escândalos de corrupção representar o nosso País nas negociações com as grandes nações do mundo, tratando da política protecionista, com barreiras alfandegárias ou não alfandegárias, com subsídios que comprometem o desempenho da competente agricultura brasileira porque jogada a uma concorrência absurdamente desigual no cenário internacional? Como pode o Ministro, que deveria ser o grande negociador, discutir a administração da dívida externa ou interna brasileira, como fez o Presidente da Argentina, que levou aquele país a alcançar índices de crescimento notáveis? Como discutir o alongamento da dívida, que é condição básica indispensável para a recuperação da capacidade de investir do Estado brasileiro? Como discutir com banqueiros nacionais ou estrangeiros a nossa dívida um Ministro fragilizado, desacreditado em função das contundentes denúncias de corrupção não esclarecidas, não respondidas? Como pode

o Ministro da Fazenda trabalhar para aumentar o fluxo de recursos internacionais no nosso País para incrementar a produção, gerar empregos, renda e receita pública e promover um crescimento econômico que fuja desse estado de mediocridade em que nos encontramos em que pesem as promessas dos espetáculos de crescimento a que temos assistido no Brasil? Enfim, o povo brasileiro admite a corrupção? O povo brasileiro entende que um governo pode abrir as portas para a corrupção, escancará-las da forma como escancara o Presidente Lula as portas do seu Governo para a corrupção?

Seria acreditar que o povo brasileiro perdeu a noção do que é dignidade e nisso eu não acredito. Eu acredito na dignidade serena do caseiro que enfrenta o poderoso, mas diz a verdade. Acredito na dignidade de um povo que paga impostos pesadamente e vê, indignado, aquele que segura a chave do cofre da Nação denunciado por corrupção, diante da absoluta apatia, complacência e insensibilidade do Presidente da República que elegeram. Não acredito em reeleição. Dessa forma, não. Não acredito em reeleição, porque acredito na inteligência do povo brasileiro. O Brasil não pode estar entregue aos corruptos. Este País, que tem potencialidades extraordinárias, está desperdiçando-as, não só em razão da incompetência de quem governa, mas, sobretudo, em razão da insensibilidade de quem governa diante dos corruptos e da corrupção.

O Brasil vive um momento dramático da crise de identidade do Estado brasileiro, que se agrava a cada passo, em função de fazer prevalecer a impunidade. A nossa reação não tem sido à altura. Ouvimos isso sempre, a cobrança é permanente. A Oposição não está sendo tão vigorosa quanto deveria ser, mas creio que a oposição não é apenas a que se faz no parlamento, mas a que se faz nas entidades e nas ruas do País. Há, sim, que se fortalecer a Oposição, que tem que ser mais exigente, mais rigorosa, mais contundente e mais afirmativa.

Senador Mão Santa, muito obrigado.

**O SR. PRESIDENTE** (Mão Santa. PMDB – PI)  
– V. Ex<sup>a</sup> ainda tem 12 minutos para quantitativamente se igualar ao orador do Mato Grosso do Sul, porque, em qualidade, todos foram brilhantes.

Consultando a lista de oradores e a paciência dos inscritos, concedo a palavra à Senadora Fátima Cleide, PT do Estado de Rondônia.

Em seguida, Senadores Gilvam Borges, Geraldo Mesquita Júnior, Heráclito Fortes, Sibá Machado,

Cristovam Buarque e Senador Mão Santa, pelo artigo 17.

**A SRA. FÁTIMA CLEIDE** (Bloco/PT – RO. Pronuncia o seguinte discurso. Sem revisão da oradora.) – Sr. Presidente, Sr<sup>as</sup> e Srs. Senadores, todos aqui me conhecem, sou do tipo que não me meto nas questões polêmicas, porém não poderia deixar de, neste momento, expressar minha solidariedade ao Senador Tião Viana.

O que ocorre na CPI dos Bingos, no meu entender, já passou dos limites. Fui membro dessa Comissão. Saí para compor uma outra Comissão e, em meu lugar, entrou o Senador Tião Viana. Na primeira reunião da CPI dos Bingos, diante de um artigo publicado no jornal **Folha de S. Paulo** por seu Presidente, eu já dizia naquele momento que não estava ali para compor uma Comissão que não tivesse um fato determinado. E todos os dias que tenho oportunidade vejo nesta tribuna e neste Plenário o Senador Magno Malta, que é propositor dessa CPI, dizer que o fato que o levou ao STF para pedir a instalação da CPI foi a necessidade de se investigar a jogatina neste País. Infelizmente, até o presente momento, ainda não vi nós nos debruçarmos sobre a investigação dos bingos, que era o objetivo explícito no Requerimento nº 245, de 2004, que faço questão de registrar:

Objetivo de investigar e apurar a utilização das casas de bingos para a prática de crime de lavagem ou ocultação de bens, direitos e valores, bem como a relação dessas casas e das empresas concessionárias de apostas com o crime organizado, com a duração de 120 dias.

Sr. Presidente, creio que o Senador Tião Viana tem todo o respeito desta Casa, pois, a todo momento, vê-se a solidariedade de vários Parlamentares, com relação à atuação do Senador. No entanto, de repente, pelo cumprimento de uma atribuição constitucional dada ao Parlamentar que ocupa uma cadeira no Senado Federal, vemos desde ontem vários pronunciamentos tentando desqualificar-lhe a ação. É por esse motivo que faço questão, neste momento, de me solidarizar com ele.

Eu poderia aqui trazer...

**O Sr. Heráclito Fortes** (PMDB – PI) – V. Ex<sup>a</sup> me permite um aparte?

**A SRA. FÁTIMA CLEIDE** (Bloco/PT – RO) – Posteriormente, Senador.

Eu poderia trazer manchete do Jornal **Correio Braziliense** de hoje, que diz que o patrão do jovem caseiro que depôs ontem na CPI é filiado a um par-

tido de Oposição, mas não vou fazê-lo porque eu lhe respeito a atuação. Considero natural que se busquem, principalmente num ano eleitoral, fatos políticos que promovam o debate. É mais natural ainda, Sr. Presidente, que isso ocorra no momento em que temos o resultado das últimas pesquisas dando ampla preferência do eleitorado brasileiro à reeleição do Presidente Lula. É muito natural que haja todas as manifestações da Oposição.

Agora, Sr. Presidente, não vou entrar no debate, na discussão estéril. Estou aqui agora para dizer ao povo brasileiro que eu, Senadora Fátima Cleide, sou petista, com muito orgulho e com muita honra, porque essa foi a minha academia. Foi pela luta e pela sobrevivência que me filiei ao Partido dos Trabalhadores. Não a sobrevivência das comissões de gabinete, não; foi pela luta à sobrevivência na rua, lutando por políticas públicas, por melhoria da condição de vida da população mais pobre deste País, onde eu me incluo. Eu estou Senadora, mas eu sou professora. Alguns chamam, até querendo desqualificar, de professorinha, mas eu sou com muito orgulho uma professora que sofreu todas as mazelas da falta de políticas públicas voltadas à educação deste País. Eu não vou aceitar que aqui se fale em quadrilha do PT, porque eu não sou ladra, eu não sou corrupta. Vou aqui defender a minha dignidade e a de meus companheiros e de minhas companheiras, que nunca tiveram medo de enfrentar a polícia na rua, para lutar pela melhoria da qualidade de vida de toda a população brasileira, principalmente dos mais pobres, coisa que muitos dos que aqui estão hoje falando bonito nunca fizeram, muito pelo contrário. Acho que basta ver. Coloco à disposição de quem quiser o meu patrimônio para que, esse, sim, sirva de radiografia para dizer neste País quem é que tem e quem é que não tem.

**O Sr. Arthur Virgílio** (PSDB – AM) – Permite-me um aparte, Senadora?

**A SRA. FÁTIMA CLEIDE** (Bloco/PT – RO) – Então, Sr. Presidente, assim como respeito todos os que fazem parte da Oposição ao Governo do Presidente Lula hoje, gostaria também que, nas suas críticas, houvesse um pouco mais de respeito à militância, aos dirigentes, aos parlamentares desse Partido. Quero dizer ao Ministro Palocci que não se preocupe. Tenha calma, mantenha a tranquilidade, siga o seu rumo na condução da política econômica, que já foi tão elogiada neste plenário, porque ele será Ministro enquanto o Presidente Lula assim o quiser.

Quero, Sr. Presidente, a partir de agora, fazer o meu pronunciamento. Penso que já está na hora

de esta Casa retomar os debates importantes que a sociedade brasileira espera que façamos. Um deles foi resultado do nosso trabalho nos últimos dias de convocação extraordinária e nos primeiros dias do ano legislativo, que é o debate sobre o Fundo de Manutenção e Desenvolvimento da Educação Básica e Valorização dos Profissionais da Educação.

Esse debate, Sr. Presidente, faz jus à importância da educação que, além de ser um dos pilares do desenvolvimento econômico de toda a sociedade, é o também elemento fundamental na construção da cidadania, o primeiro passo da inclusão política e social do nosso povo.

É consenso nesses debates – e tivemos várias audiências aqui na Casa – que a educação em todos os níveis deve se constituir em um sistema integrado, devendo ser tratada de maneira equânime.

O Fundef, Sr. Presidente, que expira este ano, representou um avanço nos investimentos da educação – e devo dizer que foi um avanço promovido pelo governo passado – ao distribuir solidariamente os recursos, porém limitado ao ensino fundamental.

A comunidade da educação, que há muito demanda a implantação de um fundo que atenda a toda a educação básica, avança sobre esses limites e, em parceria com o Governo Federal do Presidente Lula, luta pela implementação do Fundeb.

Em ato público realizado nesta Casa, no último dia 9, redes e instituições mobilizaram-se para acelerar a aprovação do Fundeb. Demandando o diálogo com o Parlamento, estiveram em audiência com o Presidente desta Casa, Senador Renan Calheiros, representantes da Confederação Nacional dos Trabalhadores em Educação, da Campanha Nacional pelo Direito à Educação, do Fórum Nacional dos Direitos da Criança e do Adolescente, do Fórum Nacional de Promoção e Erradicação do Trabalho Infantil, da Fundação Abrinq, do Instituto Ethos de Responsabilidade Social, do Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem Terra, da União Nacional dos Dirigentes Municipais de Educação, do Movimento Interfórum de Educação Infantil, da Marcha Mundial de Mulheres, da Fundação Orsa, da Associação Brasileira de Magistrados pela Infância; da Rede de Monitoramento Presidente Amigo da Criança e mais outras trinta organizações com o apoio da Frente Parlamentar da Criança e do Adolescente, da Bancada Feminina do Congresso Nacional, do Conselho Nacional da Criança e do Adolescente, do Unicef e do Pnud.

Entre as conquistas do Fundeb, Sr. Presidente, uma em especial demarca um novo patamar nas po-

líticas educacionais de nosso País, que é o financiamento da educação infantil.

**O SR. PRESIDENTE** (Mão Santa. PMDB – PI) – Senadora, fique à vontade. V. Ex<sup>a</sup> terá o tempo que considerar necessário para conceder os apartes, em respeito a V. Ex<sup>a</sup>, ao Senador Tião Viana e às “professorinhas”. Eu mesmo casei com uma.

Então, V. Ex<sup>a</sup> fique à vontade. Já houve um orador que usou 42 minutos.

**A SRA. FÁTIMA CLEIDE** (Bloco/PT – RO) – Eu sou das que preferem cumprir o Regimento, Sr. Presidente. Entretanto, como às sextas-feiras a palavra aqui é liberada, eu estarei sempre vigilante com relação a isso, mas falarei um pouquinho mais para concluir o meu discurso.

**O SR. PRESIDENTE** (Mão Santa. PMDB – PI) – Agrada a nós e ao País ouvir V. Ex<sup>a</sup>.

**A SRA. FÁTIMA CLEIDE** (Bloco/PT – RO) – Muito obrigada.

Sr. Presidente, como eu falava, uma das conquistas é a creche, a educação infantil que atende crianças nos primeiros anos de vida, promovendo seu pleno desenvolvimento a partir de um atendimento especializado e qualificado.

Por outro lado, Sr. Presidente, a participação da mulher no mercado de trabalho, principalmente as mães assalariadas, torna imprescindível o investimento em educação infantil.

Para a mulher trabalhadora, a creche é a única alternativa saudável e confiável, tanto pela alimentação e pelo cuidado quanto pelo caráter educacional que deve contemplar.

Os municípios responsáveis pela educação infantil contarão com os recursos do salário educação, mais 25% do Imposto de Renda dos servidores municipais, mais o ISS, mais o ITBI, além de 5% dos recursos que comporão o Fundeb.

A proposta que chegou ao Senado Federal é resultado, Srs. Parlamentares, de mais de dois anos de negociação entre o Governo Federal, os representantes municipais, os dirigentes da educação, organizados na Undime, os representantes de secretários estaduais de educação, organizados no Consed, além de profundas e exaustivas discussões na Câmara dos Deputados, que, após isso, aprovou a proposta em segundo turno por 339 votos a favor, dois contra e duas abstenções.

A regulamentação deverá prever situações controversas e, a partir disso, definir os parâmetros para investimento nos níveis de ensino.

Esse projeto é balizado pelos interesses nacionais, e sua pronta aprovação é uma grande expectativa social.

Sr. Presidente, Sr<sup>as</sup> e Srs. Parlamentares, este é o momento oportuno para esta Casa comprovar, na prática, seu compromisso com a educação, já expresso no manifesto assinado por todos os Senadores desta Casa, aprovando e encaminhando a proposta de emenda constitucional que cria o Fundeb à sanção presidencial.

Os debates, é claro, precisarão continuar, mas não podemos deixar que milhares de crianças, milhares de mães, milhares de mulheres, milhares de trabalhadores neste País aguardem ainda mais a nossa boa vontade de legislar. Já estamos bem atrasados com relação a isso.

Usarei ainda os dois minutos que V. Ex<sup>a</sup> me concede para ouvir os Senadores Heráclito Fortes e Arthur Virgílio e, em seguida, o Senador Sibá Machado, com muito prazer.

**O SR. PRESIDENTE** (Mão Santa. PMDB – PI) – V. Ex<sup>a</sup> terá o tempo que considerar necessário, principalmente em respeito à postura de V. Ex<sup>a</sup>, que enriquece as professoras e este Senado.

**A SRA. FÁTIMA CLEIDE** (Bloco/PT – RO) – Muito obrigada.

**O Sr. Heráclito Fortes** (PFL – PI) – Senadora Fátima Cleide, V. Ex<sup>a</sup> deve ficar absolutamente tranqüila porque o PT que a Oposição ataca, critica e no qual bate diariamente, com certeza, não é o de V. Ex<sup>a</sup>. O PT tem várias facções, e essa que atacamos não atinge. V. Ex<sup>a</sup> não participou de mensalão, não participou desses escândalos que estão aí, como infelizmente alguns companheiros de V. Ex<sup>a</sup> participaram. Então, fique absolutamente tranqüila – e digo isso para a Nação brasileira –, porque o PT que estamos combatendo não é o seu. Até porque V. Ex<sup>a</sup> é minoria no PT em que acreditou durante 20 anos. O PT que tem princípios, o PT do combate à Alca, o PT do rompimento com o FMI é o PT de V. Ex<sup>a</sup>. Estamos falando do outro PT que nos obriga inclusive a defender os acertos da política econômica do Ministro Palocci, porque são continuação dos acertos de governos que defendemos, mas não nos obriga a sermos aliados de seus erros. Segundo ponto: fique também absolutamente tranqüila de que é com muito constrangimento que trazemos à tribuna o episódio em que a outra ala do Partido de V. Ex<sup>a</sup> envolveu o Senador Tião Viana. Pergunto a V. Ex<sup>a</sup>, que deve ter lido a petição: V. Ex<sup>a</sup> dormiria tranqüila ao assinar uma petição cujo primeiro item é proibir que se dê pros-

seguimento a apurações como a morte de Celso Daniel e de Toninho do PT de Campinas, companheiros ilustres de V. Ex<sup>a</sup> que foram assassinados? A vinda do caseiro é apenas uma peça na petição encaminhada ao Supremo. Se V. Ex<sup>a</sup> analisar os sete itens em que se solicitam proibições ao Supremo Tribunal Federal, tenho certeza de que V. Ex<sup>a</sup>, admirada pelo seu Estado como o é, jamais assinaria uma petição com tanto cerceamento à liberdade como aquela. Muito obrigado.

**A SRA. FÁTIMA CLEIDE** (Bloco/PT – RO) – Senador Arthur Virgílio.

**O Sr. Arthur Virgílio** (PSDB – AM) – Senadora Fátima Cleide, tenho V. Ex<sup>a</sup> na conta de uma colega respeitável e estimada. Antes de mais nada, mantenho todo o meu respeito e carinho pessoal pelo Senador Tião Viana, fraterno amigo meu. Entendo que S. Ex<sup>a</sup> adotou um gesto polêmico, que revelou a expressão, a meu ver, equivocada de um Governo que encontrou nele a coragem para assinar. Mas o Senador Heráclito Fortes disse muito bem. Tampouco me refiro a V. Ex<sup>a</sup> quando critico o seu Partido. Ou seja, critico setores do seu Partido, critico Delúbio, critico Sílvio Pereira. Não são quaisquer petistas, um, Secretário-Geral; o outro, Tesoureiro – e com uma importância que jamais vi nenhum outro partido dar a um tesoureiro. Critico o Presidente Lula, com essa insistência de dizer que não viu nada, que não sabe de nada. Critico o Ministro José Dirceu, que agora virou articulista e ganha R\$20 mil por mês. Toda vez que ele publica um artigo falando em ética, acho engraçado e insiro nos Anais da Casa – vou já fazer isso de novo. Critico, portanto, exercendo o meu papel de liderança de um partido de Oposição, o que vejo de equivocado no administrativo, o que vejo de equivocado no plano ético, no plano do desacerto ético. Quando V. Ex<sup>a</sup> vem à tribuna para emitir a sua opinião, eu só a respeito mais, por entender que esse é o seu papel. O seu papel é esse mesmo e deve ser feito com a galhardia de que V. Ex<sup>a</sup> é capaz. Portanto, cada um cumprindo com o seu papel, a democracia funciona bem. É uma pena que estejamos vendo o Ministro da Fazenda – tão defendido por mim em tantos momentos difíceis – contradizendo-se, sendo publicamente acareado com o jovem caseiro de 24 anos, dizendo que não foi à tal mansão, quando sabemos que foi. Em tudo que ele dizia eu acreditava, até o momento em que a corda estourou, rompeu. Não tenho como deixar de admitir que ele fez um belíssimo trabalho macroeconômico, nesse tempo em que pôde ser Ministro pleno; mas não vejo mais condições de se continuar dando a ele a

possibilidade de sobreviver – porque já não é mais um Ministro inteiro, é um sobrevivente. Parabeno V. Ex<sup>a</sup> pela defesa que faz do Governo no qual acredita, do partido em que V. Ex<sup>a</sup> realmente deve acreditar poder reerguer, e já lhe dei minha opinião sobre o Senador Tião Viana, que é um dos mais estimados colegas e amigos que tenho aqui nesta Casa.

**A SRA. FÁTIMA CLEIDE** (Bloco/PT – RO) – Obrigada.

Ouçõ o aparte do Senador Sibá Machado.

**O Sr. Sibá Machado** (Bloco/PT – AC) – Senadora Fátima Cleide, em primeiro lugar, quero dizer da admiração que tenho por V. Ex<sup>a</sup> – que não é de hoje, pois já a conheço há algum tempo –, sempre se portando como uma das vozes de esperança do Estado de Rondônia. V. Ex<sup>a</sup> sempre trabalhou à frente das lutas dos movimentos sociais daquele Estado, com brilhantismo, dentro do Movimento Sindical, e V. Ex<sup>a</sup> honra, com todas as letras, o mandato de Senadora da República, que lhe foi concedido por vontade do povo de Rondônia. V. Ex<sup>a</sup> tem atuado com brilhantismo nesta Casa, na defesa dos seus princípios, tem defendido ardorosamente esses princípios, não só aqui dentro, como também na instância do Partido dos Trabalhadores, e é importante que uma pessoa com todo esse arcabouço venha à tribuna e fale o que V. Ex<sup>a</sup> está falando. Sobre o que já disse, a respeito do nosso colega de Bancada...

*(Interrupção do som.)*

**O Sr. Sibá Machado** (Bloco/PT – AC) – ...Vice-Presidente desta Casa, Senador Tião Viana, não tenho mais palavras a complementar. Creio que realmente seja uma injustiça pensar que o Senador Tião Viana estivesse fazendo qualquer ato que desabonasse o seu papel de Vice-Presidente desta Casa. Acabo de falar com o Senador ao telefone, e S. Ex<sup>a</sup> diz que o fez por total preservação do Regimento Interno do Senado Federal e em total obediência e observação à Constituição Federal do País. Ao instar o Supremo Tribunal Federal sobre um fato consumado dessa Comissão, a CPI dos Bingos, S. Ex<sup>a</sup> o fez com total isenção e observação à legislação da Casa e à legislação federal. Portanto, quanto a isso, não resta dúvida alguma. Pretendo, ainda mais tarde, falar sobre o assunto. A respeito do Ministro Palocci, o que está sendo dito contra sua pessoa considero até desumano, porque os fatos trazidos até agora em nenhum momento S. Ex<sup>a</sup> se furtou de vir aqui explicar. O que trouxe à baila este assunto do Ministro Palocci neste momento foi se ele teria participado ou não daquele tipo de festa. Foi isso que gerou atração, essa foi a novidade. Parece que se mostra isso como um troféu: “Temos agora um troféu para apresentar”. Digo dessa

forma porque, confirmando-se a inocência do Ministro – e acredito que ela vá se confirmar, porque acredito nele, em suas palavras –, com certeza o caminho de volta ninguém vai querer se interessar em fazer. Refiro-me a que S. Ex<sup>a</sup> possa entrar triunfalmente nesses ambientes de que hoje está sendo alijado e ocupar os mesmos espaços da imprensa para pregar sua inocência. Todos os outros que foram injustamente atacados não encontraram esse caminho de volta; ficaram dentro de suas casas, acuados, como citei ainda há pouco o caso do Dr. Hummel e outros casos que ocorreram em outros momentos, em outros lugares. Conheço um fato também lá no Estado do Pará, de um colega que chegou a ser preso, arrancado de sua casa, de cima de sua cama, para mostrarem que estavam tendo serviço, e depois se confirmou que não havia absolutamente nada. Mesmo assim, para os vizinhos que assistiram àquilo, para os filhos dele que assistiram àquilo, ficou aquela imagem na cabeça. Isso não é tão simples assim. Eu gostaria que pudéssemos tratar do fato que tem de ser respondido: se o Ministro tinha ou não participação em questões ilícitas. Qualquer outro assunto que venha a se tornar importante é complicado, porque o caminho de volta é quase impossível. Portanto, Senadora Fátima Cleide, o Ministro Antonio Palocci pode ter absoluta certeza de que goza da nossa inteira e incontestada confiança. O Ministro assumiu aquele posto enfrentando críticas internas no Partido dos Trabalhadores – isso é verdade – sobre o receituário econômico que foi estabelecido, mas os resultados estão aqui agora. Todos estamos vendo os resultados. Acabo de ver aqui, na imprensa, que podemos chegar ao mês de junho com uma das mais baixas taxas de juros que o País já teve. Isso pode ocorrer ainda em junho. E, pelo que se dizia, espera-se que até dezembro possamos estar com a taxa de juros real abaixo de um dígito, e que isso foi o equilíbrio fiscal colocado. Quero reportar-me aqui a uma fala do nosso Senador Cristovam Buarque, que sempre gosto de reproduzir por onde ando agora quando vou falar um pouco sobre economia: o mais difícil para um Presidente da República, na história da República brasileira, é conciliar democracia, crescimento e equilíbrio fiscal – palavras do Senador Cristovam Buarque, pessoa que também muito admiro. Penso que, atualmente, essa mágica a que o Senador Cristovam Buarque se referiu naquele momento, na Bancada, acaba de acontecer. Entre mágica, milagre ou pura dedicação de trabalho, prefiro acreditar que foi pura dedicação de trabalho. Esse é o Ministro Palocci que conhecemos. Portanto, vamos até o fim na defesa incontestada de sua inocência. Com certeza, ele vai elucidar tudo isso. E queremos



de volta o caminho do restabelecimento da imagem do nosso grande companheiro Antonio Palocci, de Ribeirão Preto, São Paulo.

**A SRA. FÁTIMA CLEIDE** (Bloco/PT – RO) – Obrigada, Senador Sibá.

Quero dizer, Senador Heráclito, que me sinto atingida. Faço parte do Campo Majoritário do Partido dos Trabalhadores; não nego isso a ninguém. E a maioria do Partido também se sente atingida com as palavras ásperas, duras que são ditas aqui. Que houve erros todos nós concordamos – isso está escrito em nossos documentos –, mas foi o único Partido que sempre apurou e que teve a coragem de expulsar. Isso está em nossa história.

Tenho mais uma afirmação a fazer: eu assinaria o mandado, como fez o Senador Tião Viana. E faria isso para ser coerente com aquilo que falei na primeira reunião da CPI dos Bingos, quando chamei a atenção do Presidente, naquele momento, dizendo que eu ali estava para investigar a jogatina e que esperava que realmente fizéssemos isso. Infelizmente, até o presente momento, ainda não vi essa investigação, até porque há muita gente que não tem interesse nisso.

**O Sr. Heráclito Fortes** (PFL – PI) – Senadora Fátima Cleide, pelo apreço que lhe tenho...

**A SRA. FÁTIMA CLEIDE** (Bloco/PT – RO) – Já ouvi o aparte de V. Ex<sup>a</sup>. Preciso terminar porque há outros companheiros Senadores...

**O Sr. Heráclito Fortes** (PFL – PI) – Apenas meio minuto. V. Ex<sup>a</sup> falou muito bem. Sente-se atingida, porque é do campo majoritário, pela crítica da Oposição. Mas o que a atinge mais: as críticas que a Oposição faz ou um colega seu, do campo majoritário, ser flagrado numa operação de transporte ilegal de dólar para Fortaleza, dentro da cueca?

**A SRA. FÁTIMA CLEIDE** (Bloco/PT – RO) – Senador Heráclito Fortes, tudo isso está sendo investigado. Aliás, nunca houve tanta investigação neste País.

**O Sr. Heráclito Fortes** (PFL – PI) – O que atinge mais V. Ex<sup>a</sup>?

**A SRA. FÁTIMA CLEIDE** (Bloco/PT – RO) – Penso que todas as palavras duras que são endereçadas aqui a qualquer militante do Partido dos Trabalhadores dizem respeito a mim, e todas as vezes que me sentir indignada, eu assim responderei. Falei que assinaria, para ser coerente inclusive com a minha fala na Comissão.

Senador Sibá, como V. Ex<sup>a</sup>, também acredito na inocência do Ministro Antonio Palocci. Penso que democracia e participação popular são coisas que incomodam. E democracia, autonomia de poderes, inclusive

para investigar, com tantas CPIs como estamos tendo agora, só vi na História do Brasil acontecer neste Governo. Quiçá daqui para frente seja melhor ainda.

Era o que eu tinha a dizer.

Muito obrigada, Sr. Presidente.

**O SR. PRESIDENTE** (Mão Santa. PMDB – PI) – V. Ex<sup>a</sup> utilizou apenas trinta minutos. Salvaguardamos aqui o debate democrático, o debate qualificado, e queremos aqui manifestar o nosso apreço ao Senador Tião Viana. Sem dúvida nenhuma, faço-o primeiro como médico, pois ele tornou a ciência médica a mais humana das ciências e como médico é um grande benfeitor. Como Senador da República, ele é um dos mais virtuosos.

No Parlamento francês, quando se iniciou a democracia, Voltaire disse: “Daria até a vida pelo direito e a liberdade que cada um tem de dizer o que quiser, mas não abro mão de contestar”. Particularmente, as palavras que usei contra aquele que acho dos mais virtuosos Senadores foram comparando-o – **errare humanum est**, como disse Cícero no Parlamento romano – com Zico, para mim a figura mais simpática, mais cordial, que muito me encantou no futebol. Eu estudava no Rio de Janeiro quando Zico perdeu um pênalti. O erro do Senador Tião Viana seria o pênalti que perdeu na vida desse extraordinário homem virtuoso, nosso companheiro, de que todos nos orgulhamos.

E agora foi buscar lá no art. 17, do Regimento Interno, meu companheiro e de Cristovam Buarque, o Senador Arthur Virgílio, que encontrou uma “escada” e trouxe um documento para usar a palavra...

**O SR. ARTHUR VIRGÍLIO** (PSDB – AM) – Aguardo, Sr. Presidente.

**O SR. PRESIDENTE** (Mão Santa. PMDB – PI) – Não, mas V. Ex<sup>a</sup> está com um documento e...

**O SR. ARTHUR VIRGÍLIO** (PSDB – AM. Sem revisão do orador.) – Sr. Presidente, tenho que dar uma entrevista. Quero apenas encaminhar, para que faça parte dos Anais da Casa, o artigo de hoje do ex-Ministro José Dirceu. Tenho feito isso sempre. O título é: “Acabou em pizza?”. É impagável porque S. Ex<sup>a</sup> agora virou árbitro, depois de ter sido cassado como chefe do “mensalão”, da questão ética no País. Faço questão de fazer incluir cada artigo desse, em homenagem ao bom humor, nos Anais da Casa.

**DOCUMENTO A QUE SE REFERE O SR. SENADOR ARTHUR VIRGÍLIO EM SEU PRONUNCIAMENTO.**

(Inserido nos termos do art. 210, inciso I e § 2º, do Regimento Interno)

ARTUR JACQUES

# Acabou em pizza?

JOSÉ DIRCEU

EX-CHEFE DA CASA CIVIL

A cena é patética. Sem Serra, a cúpula tucana comemorou, mas não parecia a escolha do seu candidato à Presidência da República. Sem discussão programática, sem debates democráticos, consultas ou prévias, o quase ex-governador de São Paulo foi ungido, pelo ex-presidente Fernando Henrique Cardoso, o AntLula.

A escolha de Alckmin é a vitória dos liberais de direita no ninho tucano, com total apoio e cobertura da cúpula pefelista, uma derrota fragorosa para a chamada social democracia tucana. Assim ela foi recebida pelo chamado mercado, e são os serristas que estão espalhando essa pequena verdade, que só não vê quem não quer.

Ficou decidido que tudo continuará como antes, ou seja, continua a hegemonia liberal paulista-fernandista no PSDB, o resto é discurso de campanha. O programa, que já tem seus contornos definidos, dará continuidade aos oito anos de FHC.

De acordo com matéria publicada, no dia 15, no site Carta Maior, uma das principais idéias que orienta o grupo de especialistas, que se vem reunindo com Alckmin para discutir seu programa de governo, é o "choque de gestão" com o objetivo de pôr em prática os princípios da eficiência

e do combate ao desperdício do Estado. Diz a matéria: "Reforma trabalhista radical, com corte de encargos e direitos; privatização de todos os bancos estaduais; fusão dos ministérios da Agricultura e da Reforma Agrária; adoção da política de déficit nominal zero; menor peso ao Mercosul e retomada das negociações da Área de Livre Comércio das Américas (Alca)". Essas são algumas das idéias defendidas no esboço de um eventual programa de governo.

Não adianta o candidato falar em projeto nacional ou em banho de ética, pois o discurso não bate com a prática e com a realidade histórica. O país não se esqueceu dos oito anos de FHC, época em que falar em desenvolvimento, política industrial e tecnológica, em Estado e planejamento era

uma heresia. Projeto nacional era palavrão de dinossauros da esquerda burra, ou o candidato já se esqueceu?

Causa espanto à sociedade ouvir, agora, da boca de um grão-tucano, ungido candidato, que "dará um banho de ética no Brasil". Se, de fato, se preocupa com a ética, seria mais eficiente e mais prático começar pelas atuais CP-MIs e investigar as denúncias que atingem a oposição e envolvem o senador Antero de Barros, Furnas, o ex-governador Eduardo Azeredo, os fundos de pensão no governo FHC. Ou, ainda, permitir a instalação das CPIs que

estão nas gavetas das Assembleias Legislativas de MG, PA, BA e São Paulo. Ou a ética, defendida pelos tucanos, só vale para o governo e a situação?

A desmontagem tucana, ao falar em ética, só é superada pelo cinismo golpista pefelista que transformou a CPI dos Bingos em instrumento de um complô para derrubar o governo Lula. Aí vale tudo, investigam qualquer notícia ou denúncia, sobre o PT e o governo, não importa que o ato seja ilegal e inconstitucional. Essa farsa só tem tido continuidade porque conta com a cobertura e a cumplicidade, quando não, com o apoio, de certa mídia, a verdadeira tropa de choque das CP-MIs, que perdeu a compostura e a

vergonha, como nos idos de 61 e 64, e toma partido abertamente, abandonando um dos princípios do bom jornalismo, como o é a apuração isenta dos fatos:

No final da semana passada, assistimos a cenas explícitas de partidarização, falta de imparcialidade no trato da notícia e editorialização do noticiário, começando pelas matérias articuladas com o firme objetivo de atingir o ministro da Fazenda, Antonio Palocci, e o presidente do Sebrae, Paulo Okamoto, tendo, como alvo final, o presidente.

A verdade nua e crua é que Geraldo Alckmin e o PSDB não têm autoridade moral para falar em ética. Nada expressa melhor essa verdade do que a declaração do líder do PSDB na Câmara dos Deputados, Jutahy Magalhães Jr, para justificar o voto tucano pela absolvição do deputado Roberto

Brant: "Caixa dois é crime eleitoral punível com multa pela Justiça, não com perda de mandato".

A questão que se coloca para o PT e para o governo Lula é responder à movimentação golpista pefelista, lançando

um amplo movimento de mobilização da sociedade em apoio a um segundo mandato de Lula, com um programa de desenvolvimento nacional, baseado nas conquistas de seu primeiro mandato.

**O SR. PRESIDENTE** (Mão Santa. PMDB – PI)

– V. Ex<sup>a</sup> será atendido nos termos regimentais.

V. Ex<sup>a</sup> vai usar da palavra depois como inscrito ou como Líder?

**O SR. ARTHUR VIRGÍLIO** (PSDB – AM) – Como inscrito.

**O SR. PRESIDENTE** (Mão Santa. PMDB – PI)

– Aguardamos.

Então, continuando a lista dos oradores inscritos, ansiosamente anunciamos e aguardamos a palavra do Senador Gilvam Borges, do PMDB do Estado do Amapá.

Está no Livro de Deus: “Pedi e dar-se-vos-á”. Então eu pediria que todos fossem sintéticos, para que todos usássemos da palavra no tempo previsto para o término da sessão, às 13 horas e 30 minutos.

**O SR. GILVAM BORGES** (PMDB – AP. Pronuncia o seguinte discurso. Sem revisão do orador.) – Sr. Presidente, Sr<sup>as</sup> e Srs. Senadores, descendentes remotos das antigas populações asiáticas, que há milênios migraram para o continente americano, os povos indígenas brasileiros constituem sua história a partir dos caçadores da América do Norte, que alçaram o Sul pelo istmo do Panamá. Há cerca de 11 mil anos, esses caçadores primitivos já ocupavam de largas extensões do subcontinente sul-americano.

Foi só a partir do final do século XV, dentro da empresa colonial que espanhóis e portugueses realizaram nessa porção da América, que os indígenas começaram a sofrer na pele a bárbara escalada de exploradores toscos e inclementes. No que acabou se configurando como América hispânica, por contraposição à lusitana, de vocação inicial atlântica, os povos indígenas viram a destruição de sua cultura, a desonra de seus deuses e a profanação de seus templos, a ocupação de seus territórios e o virulento ataque pessoal e coletivo, que não poupava ninguém, nem mesmo mulheres, crianças ou velhos. Por seu turno, ainda que pacientes de violência em doses elevadas, os indígenas que originalmente habitavam nossas terras padeceram um pouco menos do que seus semelhantes, contabilizando, contudo, incontáveis perdas culturais, materiais e humanas, como logo se verá.

Nós do Amapá somos descendentes da tribo Tucuju, contatados por Vicente Pinzón em 1513, no século XIV. Índios valentes e guerreiros, cujo nome, Tucuju, deriva de tucumã, uma deliciosa fruta da Amazônia.

O contato com a civilização terminou por dizimar a tribo Tucuju em 1758.

Nos cinco séculos que se interpõem entre a chegada dos portugueses e os dias de hoje, os indígenas brasileiros sofreram toda a sorte de perseguições e

perturbações, que marcaram e afetaram diretamente seu meio ambiente, seus costumes e sua cultura. Não faltaram sequer reiteradas tentativas de escravização, no largo período em que essa odiosa prática vigorou entre nós. Dizimados, reduzidos por germes e armas, confinados a espaços demarcados restritivos de sua mobilidade, os indígenas brasileiros transformaram-se, no fim das contas, em heróicos sobreviventes da ferocidade que lhes foi destinada pelo homem português, o europeu, dito civilizado.

No censo populacional mais recente, nosso País registra a existência de 345 mil índios, membros de 215 sociedades indígenas, que responderiam por aproximadamente 0,2% da população nacional. O número refere-se tão-somente àqueles indígenas que vivem em aldeias, estimando-se que, além desses, existam entre 100 mil e 190 mil situados fora das terras indígenas, inclusive em áreas urbanas. Por outro lado, indícios apontam para a existência de mais de 50 grupos que ainda não foram contatados. Agreguem-se, também, alguns grupos que no momento demandam o reconhecimento de sua condição indígena à Funai – Fundação Nacional do Índio.

Se quisermos, Sr<sup>as</sup> e Srs. Senadores, obter uma noção mais clara do perverso processo enfrentado pelos povos indígenas brasileiros nos últimos 500 anos, basta uma breve comparação, em termos quantitativos. Em 1500, a população nativa do território brasileiro era estimada entre 1 milhão e 10 milhões de habitantes, um arco reconhecidamente amplo e impreciso. Ainda assim, mesmo utilizando números ultraconservadores, no caso tomando como base 1 milhão de indígenas, veremos que, nesses cinco séculos, os índios brasileiros foram reduzidos em cerca de dois terços.

Mesmo durante o último século, a partir da criação do Serviço de Proteção ao Índio, em 1910, substituído há pouco menos de 40 anos pela Funai, as populações indígenas continuam enfrentando seriíssimos dilemas. Cotidianamente, vêem-se envolvidas com garimpeiros, madeireiros e toda sorte de modernos exploradores de suas riquezas; estão também expostas a recorrentes problemas de saúde que, não raro, redundam em óbitos. Ocorre que as estruturas oficiais existentes se têm mostrado insuficientes e reclamam urgente adequação às várias necessidades de nossos índios, com a prevalência de um modelo ágil e flexível, que atenda completa e rapidamente os reclamos detectados, em termos de saúde, educação ou preservação cultural.

De qualquer forma, independentemente de inadequação e das carências estruturais, é preciso ressaltar o extraordinário trabalho que homens e mulheres abnegados na condição de sertanista e de indigenistas

realizaram e realizam em favor das populações indígenas brasileiras. Do extraordinário Marechal Rondon, no alvorecer do século XX, a Sidney Possuelo, reconhecido internacionalmente como um de nossos mais competentes profissionais dedicados às causas indígenas na atualidade.

Estabelecemos, nesse marco, uma tradição em que se destacam igualmente nomes como o nosso colega de Senado, já falecido, Darcy Ribeiro. Nosso querido muitas vezes esteve no debate nesta augusta Casa, em sua vida fértil prestou serviços inestimáveis aos índios brasileiros, bem como os irmãos Villas Boas, Roberto da Matta, Manuel Carneiro da Cunha, Alcida Rita Ramos e Júlia Melatti. São apenas algumas figuras, entre tantas outras, que dedicaram parcelas consideráveis de suas vidas às questões indígenas, na Academia ou na aldeia, junto ao Poder Público ou em fóruns nacionais ou internacionais.

No Amapá, a Funai, a Funasa e o Governo Estadual cuidam dos Galibis do Oipoque, dos Galibis Marworno, das aldeias Karipunas, Palikur, Tiriyós, Waiãpi, Waiana e Apalais e de todos os índios do nosso Estado.

O Brasil e os brasileiros, Sr. Presidente, precisam conhecer e reconhecer aqueles que lutam cotidianamente pela preservação de nossos indígenas. Logo, é preciso também destacar que operando anonimamente, na rotina de um labor muitas vezes adverso e penoso, estão algumas centenas de funcionários públicos respeitáveis. São os servidores da Funai, nossa Fundação Nacional do Índio, repositório natural de técnicos especializados de alto nível que oferecem sua reiterada contribuição profissional. Esses servidores reclamam e merecem melhores condições de trabalho; reclamam e merecem uma remuneração à altura da contribuição que prestam ao Brasil.

Por outro lado, é imprescindível atrair novos quadros funcionais, renovando e repondo o atual. Para tanto, a carreira deve tornar-se verdadeiramente atraente e competitiva em relação aos demais postos oferecidos no serviço público federal.

Exatamente por isso, Sr. Presidente, Sr<sup>as</sup> e Srs. Senadores, valho-me desta intervenção para pedir enfaticamente ao Presidente Luiz Inácio Lula da Silva e ao Ministro Márcio Thomaz Bastos, a quem está subordinada a Funai, que dêem vida e conseqüência ao Plano de Carreira Indigenista, ora em discussão no âmbito do Governo. Trata-se de um projeto que reúne os pressupostos mínimos e indispensáveis para a melhoria segura das condições funcionais e operacionais da Fundação Nacional do Índio, e exatamente por isso deve receber apoio e aprovação.

Desde 1990, como Deputado Federal, já defendia no Congresso Nacional as causas indígenas, especialmente as demarcações das reservas em todo o País.

Naquela época, apenas os Galibis do Oipoque tinham suas terras demarcadas. Nossa luta foi produtiva, e hoje os índios do Amapá têm o privilégio de possuírem todas as suas reservas demarcadas, fruto também do esforço de suas lideranças, de lideranças religiosas, de organizações que se associam à grande luta em defesa dos povos indígenas. Aí, a conquista veio depois de longos anos. Muito me honra também estar incluído nessa luta, pois meus amigos das comunidades indígenas de Uaçá, Juminã, Santa Izabel, Kumarumã, Espírito Santo, Estrela, Flexa e Ariramba, entre tantas outras comunidades que se estendem do Amapari ao Oipoque e Serra do Tumucumaque, precisam da adequada assistência e proteção do Poder Público, especialmente por meio da Funai.

Disponho de informações confiáveis de que o Plano de Carreira Indigenista, atualmente estacionado na Coordenação-Geral de Carreiras do Ministério do Planejamento, conta com a simpatia do Palácio do Planalto, mas sofre forte resistência do órgão de planejamento. Ora, Presidente Lula e Ministro Thomaz Bastos, chega a ser natural, porque historicamente recorrente, a oposição do Planejamento a qualquer benefício às carreiras públicas.

*(O Sr. Presidente faz soar a campanha.)*

**O SR. GILVAM BORGES** (PMDB – AP) – Já estou encerrando, Sr. Presidente.

Aliás, esse é o motivo pelo qual, nas últimas décadas, o serviço público federal, em inúmeros e críticos setores, tem sido privado dos melhores talentos, das melhores cabeças. Portanto, apelo à sensibilidade e ao peso político de Sua Excelência o Presidente da República para que sejam superadas rapidamente as resistências, com a conseqüente aprovação e implantação do Plano de Carreira Indigenista.

Assim, certamente, o Governo vai injetar nova motivação nos valorosos quadros funcionais da Funai – destinatários de nosso respeito e reconhecimento pelo trabalho extraordinário que desenvolvem –, além de conseguir atrair novos e jovens valores para a continuada luta em benefício dos povos indígenas brasileiros.

Sr. Presidente Senador Mão Santa e Exm<sup>os</sup> Srs. Senadores, esse é um resgate que precisa ser feito. Tenho certeza da sensibilidade do Presidente Lula no compromisso com essas minorias massacradas por

séculos e no compromisso da resposta à comunidade internacional. Há necessidade de uma determinação enfática ao Ministério do Planejamento, Orçamento e Gestão para que seja restaurada a Fundação Nacional do Índio, pois sem ela não há políticas públicas. Trata-se de uma população abandonada. A Funai está à beira da falência, seus quadros estão praticamente no final. É preciso realizar concursos, é preciso estimular, é preciso reorganizar.

É o apelo que faço ao Presidente da República e a todas as autoridades: que se restabeleça a força da Funai a fim de que a assistência e as políticas públicas federais atendam a grande demanda das populações indígenas em todo o território nacional.

Era o que eu tinha a dizer, Sr. Presidente.

**O SR. PRESIDENTE** (Mão Santa. PMDB – PI)

– Senador Gilvam Borges, presidindo esta sessão, cumprimento-o pelo tema de proteção aos índios. Cito o exemplo do nosso Piauí, onde chegou um português, Domingos Jorge Velho, e dizimou todos os índios. Não tivemos um defensor como V. Ex<sup>a</sup> para preservá-los. V. Ex<sup>a</sup> foi buscar inspiração em um dos melhores senadores, educador, depois, que teve a vivência cultural na etnia dos índios, Darcy Ribeiro. E considero como o melhor livro dele o que trata da verdadeira formação do povo brasileiro. Portanto, eu cumprimento V. Ex<sup>a</sup>. E é com tristeza que nós, piauienses, recordamos que foram todos dizimados pelo português Domingos Jorge Velho, no passado. Imagino que sou descendente dos índios Tremembés, que nos dão grande saudade.

**O SR. GILVAM BORGES** (PMDB – AP) – Agradeço, Excelência.

**O SR. PRESIDENTE** (Mão Santa. PMDB – PI)

– Convido para fazer uso da palavra o Senador Geraldo Mesquita Júnior, do PMDB do Estado do Acre.

Senador Geraldo Mesquita Júnior, na próxima semana, o PMDB faz 40 anos. Quero crer que o Partido, que é abençoado por Deus, pois é para defender o povo de Deus, deu o maior presente para o fortalecimento da nossa História, quando V. Ex<sup>a</sup> optou em se inscrever no PMDB. Conheço os novos filiados, e nenhum lhe excede em honradez e honestidade, o que, com certeza, garante a grandeza do Partido.

**O SR. GERALDO MESQUITA JÚNIOR** (PMDB

– AC. Pronuncia o seguinte discurso. Sem revisão do orador.) – Senador Mão Santa, como de costume, V. Ex<sup>a</sup> nos brinda com sua generosidade. V. Ex<sup>a</sup> é um dos Senadores de reconhecida estima em todo o País, não apenas em seu Estado, Piauí. Já dei meu depoimento acerca disso: ando em meu Estado e um dos companheiros por quem a população mais pergunta é V. Ex<sup>a</sup>: “E o Mão Santa?” Respondo: “Está lá, na lida

diária, tentando defender o seu Estado, os interesses do País”. Portanto, também é nosso dever – dever agradável – sempre aqui agradecer a sua gentileza, a sua cordialidade, a sua generosidade. Seu coração é bem maior do que seu corpo físico, tenho certeza disso. Parabênzo o povo do Piauí pelo grande Senador que tem a representá-lo.

Sr. Presidente, Sr<sup>as</sup> e Srs. Senadores, de ontem para hoje, o assunto em pauta é o fato ocorrido na CPI dos Bingos: o depoimento de um modesto rapaz de 24 anos, um caseiro, que trouxe fatos que repercutem no âmbito do Governo, no seio da população brasileira. De ontem para hoje, por várias horas, ilustres Senadores refletiram, analisaram o fato. Não seria o meu pronunciamento que acrescentaria absolutamente nada ao que já foi dito aqui. Quero apenas revelar a minha tristeza pelo fato ocorrido.

O que tenho a dizer, sinteticamente, é que acomodado esse fato junto a tantos outros produzidos no âmbito deste Governo, desta gestão, após percorrer um caminho de extrema alegria e imensa satisfação por participar de uma campanha vitoriosa do Presidente Lula, para quem, aliás, pedi votos desde a primeira campanha. Aliás, Senador Mão Santa, quando o Presidente era candidato a Deputado Federal constituinte, eu, mesmo não sendo paulista, onde estava, tentava identificar um paulista que pudesse sugerir a seus conterrâneos que votassem no candidato Lula, porque acreditava que ele, eleito Deputado, naquela ocasião, seria algo muito interessante, um legítimo representante do movimento sindical, um homem de luta, respeitado no País. Sempre pensei que a sua presença no Parlamento seria no sentido de dignificá-lo ainda mais. Portanto, sou eleitor do Presidente Lula. Sempre fui, não sou mais, daqueles que costumamos dizer “de carteirinha”.

O fato ocorrido ontem, como eu dizia, é mais um que coleciono no rol daqueles que me levaram da extrema alegria, do prazer imenso de participar daquela campanha, a uma escalada, primeiro, de susto, em seguida, de decepção, mais ainda, de tristeza, de absoluta amargura pelo que vem acontecendo no País. Creio que este Governo não errou apenas politicamente. A nossa grande decepção se prende também ao fato de que, a par dos equívocos, dos erros políticos cometidos, encontram-se erros e equívocos cometidos também no plano administrativo.

Antes de me referir a esse fato, gostaria, com ousadia, inclusive, de tentar corrigir o Senador Heráclito Fortes, que aparteu a nossa querida companheira e amiga Fátima Cleide, que falou há poucos instantes. A Senadora é uma pessoa que merece o nosso respeito

e a nossa admiração por ser uma militante que honra cada um dos votos que recebeu do povo de Rondônia, e aqui está também para dignificar o mandato que recebeu. O Senador Heráclito Fortes, aparteando a Senadora Fátima Cleide, referiu-se ao fato de que o PT tinha facções. Como eu disse, com ousadia, tento corrigir o Senador Heráclito, porque acho que o PT nunca teve facções; o PT sempre teve tendências políticas. E, enquanto assim se manteve, percorreu uma trajetória de sucessos, a ponto de conquistar a Presidência da República.

**O Sr. Heráclito Fortes** (PFL – PI) – Queria de antemão pedir permissão a V. Ex<sup>a</sup> e até perdão ao sério militante do PT, porque facção é no crime organizado; realmente, no PT há tendências.

**O SR. GERALDO MESQUITA JÚNIOR** (PMDB – AC) – Era exatamente a isso que eu ia me referir, Senador. Aqui não faltará de minha parte, como não falta da parte de todos os Senadores que aqui se manifestam, a consideração e o respeito pela enorme maioria de militantes do PT neste País e por seus representantes. Aqui no Senado alguns Parlamentares me emocionam, Senador Mão Santa, para não dizer todos os colegas, Senadores e Senadoras do PT que nos acompanham.

Eu digo que o PT começou a operar em equívoco, Senador Heráclito Fortes, quando permitiu que em seu seio se instalasse uma verdadeira facção. Aí sim, concordo com V. Ex<sup>a</sup>. Mas, até então, eu como o País não tinha conhecimento da existência de facções no PT. Havia, sim, tendências, legítimas, que disputavam o comando do partido, como é natural. Eu não tenho registro – e este País também não o tem – de facções no Partido dos Trabalhadores; surgiu recentemente uma facção no seio do PT, que empanou o Partido, que – tenho certeza absoluta – envergonha a maioria dos seus militantes e causa profundo constrangimento e consternação a todos nós e a todo o País. E foi exatamente essa facção, Senador Heráclito Fortes, que levou o Partido dos Trabalhadores, que é o sustentáculo do atual Governo Federal e de algumas outras administrações, a errar e a se desviar de seus compromissos e de seus propósitos originais.

Como eu estava dizendo, o PT não operou em erro só politicamente. Creio que, até por conta dos erros políticos, o PT enveredou pela imprecisão, pela incorreção, pelo cometimento de erros administrativos. Sou a testemunha viva, Senador Arthur Virgílio, do cometimento de tais erros. Até fevereiro de 2005, eu fazia parte da base de sustentação do Governo do Presidente Lula, como é sabido, como é do conhecimento desta Casa. Veja, Senador Mão Santa, como

esse erro ocorreu com relação à atuação do mandato do Senador Geraldo Mesquita, por exemplo. Até então, Senador Arthur Virgílio, das emendas pessoais que tive o privilégio de indicar no Orçamento-Geral da União no exercício de 2004, obtive um percentual de liberação de cerca de 58%. A partir do exercício de 2005, quando eu já não fazia parte da base de sustentação deste Governo, esse percentual caiu para 19%.

*(Interrupção do som.)*

**O SR. GERALDO MESQUITA JÚNIOR** (PMDB – AC) – Esse é um critério absolutamente equivocado, política e administrativamente errado, porque o Governo mirou no meu peito para me atingir, mas atingiu populações inteiras do meu Estado, que foram privadas, Senador Mão Santa, de recursos essenciais para investimentos em atividades extremamente necessárias em municípios longínquos do Estado do Acre.

Senador Mão Santa, desde que assumi este mandato, a minha rotina é severa. Passo o ano todo andando pelo meu Estado, conversando com as comunidades, com as prefeituras, com as instituições, para me valer do critério mais rigoroso na indicação e na alocação de recursos relativos às minhas emendas pessoais. Faço isso com absoluto critério, discutindo com as comunidades, andando, principalmente no meio rural, porque creio que, hoje, o grande desafio do nosso Estado é resgatar a sua auto-suficiência na produção de alimentos. Eu destino, prioritariamente, as indicações das minhas emendas ao meio rural do meu Estado, seja para que atividade for, principalmente a produtiva. Portanto, digo que é um equívoco, associado ao erro político cometido por esse Governo. Esta aí um erro administrativo da maior gravidade.

Estou aqui fazendo um apelo ao Governo Federal para que não prejudique a população do Estado do Acre porque o Senador Geraldo Mesquita saiu da base de sustentação do Governo. Como eu disse: miram no meu coração e acertam o estômago do povo acreano. O tiro sai pela culatra, Senador Mão Santa.

Fico mais impressionado, Senador Arthur Virgílio, porque eu não distingo, eu não discrimino. Devo dizer a V. Ex<sup>a</sup> que a grande maioria dos recursos que eu aloco do Orçamento são para prefeituras dirigidas pelo próprio Partido dos Trabalhadores, e, por incrível que pareça, mesmo assim os recursos não são liberados. Quero crer que isso ocorre de forma perversa, para mostrar à população do Estado que o Senador Geraldo Mesquita não tem prestígio, que o Senador Geraldo Mesquita não consegue liberar as emendas.

Fico triste com encaminhamento como esse dado a um assunto tão importante. Senador Arthur Virgílio,

creia que pequenos valores, R\$200 mil, R\$300 mil, R\$400 mil para populações e comunidades paupérrimas do meu Estado fazem uma diferença enorme; acrescentam um pouquinho de qualidade à vida de pessoas que vivem ali na amargura, na miséria, na pobreza, e poderiam significar muita coisa.

Então, trago aqui este registro como prova de um equívoco terrível cometido por esse Governo, que, ao tentar punir um Senador que se desligou da base de sustentação, pune, na verdade, comunidades inteiras de um Estado que não tem nada a ver com a nossa disputa política, com a nossa pendenga, com a peleja que travamos aqui.

Ouço o Senador Alvaro Dias.

**O Sr. Alvaro Dias** (PSDB – PR) – Senador Geraldo Mesquita, quero me solidarizar com V. Ex<sup>a</sup>. Em primeiro lugar, esse Governo é incapaz de – o que é mínimo – cumprir o Orçamento. Não consegue aplicar sequer os recursos disponibilizados no Orçamento da União. De um lado – essa é a verdade –, é por incompetência mesmo, é por incapacidade de gerenciamento; de outro lado, fica a impressão de discriminação, de perseguição política, porque, a exemplo de V. Ex<sup>a</sup>, eu também e certamente outros Senadores da Oposição estamos sendo, de forma absoluta, ignorados quando se trata de liberação de recursos das emendas orçamentárias. E não há nenhum critério de prioridade. Não importa o projeto, não importa a ação social escolhida para a aplicação dos recursos públicos, não importa a causa. O que importa para o Governo, lamentavelmente, é o seu projeto de poder. Daí essa arquitetura do “mensalão”, do “valerioduto”, etc. O Orçamento é uma peça de ficção. Não há respeito pelo Orçamento. Não há respeito pelo Parlamentar, pelo Congresso, pelas instituições. Não há respeito pela população do País, na verdade.

**O SR. GERALDO MESQUITA JÚNIOR** (PMDB – AC) – Muito obrigado, Senador Alvaro Dias.

Esta Casa deliberou recentemente pela alteração nas regras que dizem respeito à tramitação de medidas provisórias no Congresso Nacional. Eu creio que é chegada a hora de encararmos também, com a maior seriedade, projeto se não me engano de autoria do Senador Antonio Carlos Magalhães e de outros Senadores, que torna impositiva a execução do Orçamento, da forma como ele é aprovado pelo Congresso Nacional.

Uma das muitas demonstrações do desprestígio do Congresso Nacional é que ele aprova um Orçamento e não tem qualquer controle sobre a sua execução, pois o Orçamento é contingenciado sem critério e sem

lógica, em total e completo desrespeito ao Parlamento que o aprovou.

Creio que é chegada a hora de grandes Líderes nesta Casa, como o Senador Arthur Virgílio, comandarem um movimento decisivo no sentido de que aprove-mos ou o projeto do Senador Antonio Carlos Magalhães ou projeto de igual importância que tramite nesta Casa, tornando o Orçamento Federal impositivo, porque, do contrário, nós vamos permanecer nessa insegurança e instabilidade, que não fazem bem ao País.

Senador Arthur Virgílio, por gentileza, ouço V. Ex<sup>a</sup>.

**O Sr. Arthur Virgílio** (PSDB – AM) – Senador Geraldo Mesquita, aborda V. Ex<sup>a</sup> agora, com muita percuciência, a questão orçamentária, e eu lhe dou muito rapidamente a minha opinião. O Senador Antonio Carlos prega algo com que eu concordo, o Orçamento impositivo, e, como é uma mudança brusca, eu gostaria de ver a facilitação disso pela via de uma transição. Seria, por exemplo, marcarmos as datas para que, paulatinamente, em poucos anos, marchássemos para tornar completamente impositivo o Orçamento. Mas, de início, impositivo seria aquele que o Congresso decidisse para o Congresso. Ou seja, as emendas parlamentares representam 3%, 4%, algo assim, do Orçamento total. Nessas não haveria como o Governo mexer, porque isso prejudicaria as localidades beneficiadas, poderia abrir espaço para a barganha política, poderia abrir espaço, como abre espaço, para a perseguição política. Por outro lado, eu vou mais além. Entendo que tem razão o Senador Sérgio Guerra quando prega o fim da Comissão de Orçamento; as matérias, tudo aquilo iria para as comissões temáticas da Câmara e do Senado – por exemplo, Saúde passaria pela Comissão de Assuntos Sociais da Câmara e do Senado. E tudo desaguaria, depois, numa Comissão de Sistematização, como se deu na Constituinte, e nós teríamos muito mais agilidade, porque estamos terminando março, e o Governo não consegue votar o Orçamento, voltando a uma prática meio *cucaracha* que o Brasil já tinha vencido. E quero aproveitar o discurso de V. Ex<sup>a</sup>, figura estimada e querida por todos nós, que fala aqui como legítimo representante do povo acreano, para dizer que, como representante do povo do Amazonas, eu dei um aviso – e o Senador Heráclito Fortes fez a mesma coisa pelo Piauí – em dezembro de 2005. Não havia quórum numa sessão do Congresso, e me pediram: “Ah! por favor, não peça verificação de quorum, porque senão vai prejudicar o funcionamento da máquina pública. Há muitos créditos sendo votados”. Eu digo: Muito bem, eu vou concordar, mas, quando chegar o dia da votação do Orçamento em plenário, se não tiverem devolvido

os R\$ 110 milhões que tungaram do gasoduto Coari-Manaus, numa obra que custa setecentos e tantos milhões de reais, compromisso do Presidente Lula, se não devolverem os R\$110 milhões – eram cento e quarenta e poucos milhões, deixaram R\$31 milhões e retiraram R\$110 milhões, eu queria ver o que havia no Orçamento para o gasoduto, naquele instante, para 2007, e queria que repusessem os R\$ 110 milhões –, eu digo: eu vou, muito constrangidamente, cumprir a minha palavra. Vou chegar aqui e pedir verificação de quórum. Se tiverem número, votem. Se não tiverem, podem dizer o que quiserem, reclamar, espernear do jeito que acharem melhor, mas eu vou cumprir o meu dever de Parlamentar do Amazonas. Afinal de contas, não dá para o Presidente Lula ficar nos *outdoors*, propagandeando que é a favor do gasoduto e, na prática, tirar o dinheiro do gasoduto Coari-Manaus, que ele disse que concluiria no Governo dele. Pois bem, o Governo dele está acabando, e nada de gasoduto. Portanto, aproveito...

*(Interrupção do som.)*

**O Sr. Arthur Virgílio** (PSDB – AM) – ... aproveito o seu discurso para dizer que já conversei com o Senador Fernando Bezerra, figura muito cordial que está lutando para resolver esse impasse. Já procurei – e não obtive resposta – o Relator da Comissão Mista de Planos, Orçamentos Públicos e Fiscalização, o Deputado Carlito Merss, estou aguardando que ele me devolva a ligação que lhe fiz, e já conversei sobre isso com o meu colega de Bancada do Amazonas e meu amigo, Senador Gilberto Mestrinho, que, aliás, está preocupado com o tema também. Eu só não quero é que digam depois que vim aqui para fazer política, ou porque era eleição, ou porque o Lula estava assim, ou estava assado na pesquisa. Vou agir como representante do Amazonas nesta data e vou pedir verificação de quórum, sim. Se não tiver Senador e Deputado bastante aqui, a sessão vai parar. Estou avisando com lealdade, de maneira frontal, para ninguém ter ilusão a meu respeito, porque estou aqui para cumprir os meus deveres, e um dos meus deveres – aliás, o primeiro deles – é representar o Amazonas condignamente. Muito obrigado a V. Ex<sup>a</sup> e parabéns pelo discurso corajoso que profere.

**O SR. GERALDO MESQUITA JÚNIOR** (PMDB – AC) – Eu é que lhe agradeço, Senador Arthur Virgílio.

Encerrarei, Sr. Presidente. Como terça-feira e quarta-feira são sempre dias em que temos uma disputa renhida aqui para usar a tribuna – já vislumbro aqui até a possibilidade de não consegui-lo –, antecipo as

minhas congratulações ao povo de Xapuri, Município que já foi o centro social e econômico do meu Estado. Tudo passou por ali: a economia acreana, a sociedade acreana. Rio Branco, para V. Ex<sup>as</sup> terem uma idéia, no início do século passado era, pode-se dizer até, um pequeno apêndice do que representava Xapuri, com a sua pujança de produção de borracha, uma economia viva e pulsante.

*(Interrupção do som.)*

**O SR. GERALDO MESQUITA JÚNIOR** (PMDB – AC) – Xapuri completa, na quarta-feira, 101 anos de existência. Quero desta tribuna, desde já, felicitar o bravo e heróico povo de Xapuri por este fato relevante: são 101 anos de existência do Município que começou com o fausto da produção de borracha e que, com o declínio daquele ciclo, veio num caminho de volta, mingando sua economia, mas hoje tenta recuperar a capacidade produtiva e a grandeza que teve outrora.

Por isso, parabeno o povo de Xapuri, que brindo com uma pequena publicação que tive o interesse de tornar pública, pela gráfica do Senado, no contexto da Enciclopédia dos Municípios Acreanos.

Senador Mão Santa, faço questão de entregar um exemplar a V. Ex<sup>a</sup> como referência a esta sessão na qual fiz menção ao aniversário daquele grande Município.

Era o que eu tinha a dizer.

Muito obrigado.

**O SR. PRESIDENTE** (Mão Santa. PMDB – PI) – Concedemos a palavra ao orador inscrito Senador Heráclito Fortes, do PFL do Estado do Piauí.

**O SR. HERÁCLITO FORTES** (PFL – PI. Pronuncia o seguinte discurso. Sem revisão do orador.) – Sr. Presidente, Sr<sup>as</sup> e Srs. Senadores, a cada dia me convenço mais do acerto, meu caro Dr. Carreiro, da instalação da TV Senado nesta Casa. É impressionante a repercussão da discussão que travamos ontem aqui, no final da tarde, sobre a crise política que começa a se abater sobre o País. Eu digo começa porque há alguma coisa no ar que cheira a uma caminhada de desatinos regiadamente orquestrados, tendo como comandante os dirigentes do Palácio do Planalto.

Senador Alvaro Dias, a sociedade, perplexa – eu dizia na semana passada e tive a concordância do Senador Cristovam Buarque –, vive um momento entre anestesia e amnésia. O Governo com mais força do que a Oposição para impor as suas posições na mídia, incorporador e portador de um cinismo sem par, estranha o porquê da CPI dos Bingos. Mas, para que a população brasileira entenda o que acontece hoje



no Congresso Nacional, Senador Cristovam Buarque, é preciso que retornemos ao começo de tudo.

Por que esta crise de hoje? E por que a CPI dos Bingos? Porque um funcionário graduado do Planalto, que era o porta-voz dos interesses do Governo junto à Câmara dos Deputados, Sr. Waldomiro Diniz, foi flagrado, corrompendo ou sendo corrompido pelo empresário cuja atividade maior era o jogo do bicho. E, para não ofender o Governo, àquela época, e esta posição tem sido moderada e responsável, ao invés, de propor a CPI do Jogo do Bicho, propôs a CPI dos Bingos, para que se pudesse apurar os fatos ali apresentados; fatos concretos e não boatos. O bicheiro foi pego, com um funcionário do Governo, em uma dependência do Aeroporto de Brasília, transportando valores, para suborno, em período eleitoral. Foi afastado do cargo.

Por que a CPI dos Correios? Um funcionário dos Correios, a serviço do Governo, foi flagrado, recebendo de um empresário, R\$3 mil, o Sr. Maurício, cujo sobrenome já não me lembro mais. Instalou-se a CPI dos Correios exatamente por isso. Depois, ficou provado que R\$3 mil era apenas um pequeno troco, diante do volume de recursos envolvidos. Aí já não mais somente nos Correios, mas em toda a máquina pública, já totalmente carcomida e contaminada pela prática desbragada da corrupção.

Por que a CPI do Mensalão? Porque o presidente de um partido denunciou essa prática, Senador Arthur Virgílio, a prática habitual e contínua do mensalão, para resolver votações e prestigiar políticos da base do Governo. Criou-se, então, a já abortada CPI do Mensalão. Mas vamos admitir que tudo isso tenha sido inseqüência da Oposição. É possível; existem radicalismos e luta. Então, por que aconteceram fatos que mostram exatamente o contrário? Por que é que, por conta do mensalão, o presidente do PL teve de renunciar? Por que é que, por conta do mensalão, o presidente do próprio PT, numa situação constrangedora – e até ressalvo: pessoalmente é um homem de bem, mas envolveu-se familiarmente no episódio –, também teve de renunciar? Por que é que o presidente do PTB foi cassado? Por que é que o presidente do PP foi cassado esta semana? Tudo isso envolvendo os partidos da base do Governo e uma verdadeira estrutura paralela de arrecadação de fundos.

Senador Sibá Machado, V. Ex<sup>a</sup> sabe muito bem que o que gerou essa crise toda não foi o caixa dois de campanha. Vamos reconhecer, para não sermos hipócritas, que o caixa dois existe aqui e também na Inglaterra, onde a imprensa acusa Tony Blair de seu uso. Vários são os fatores que, eventualmente, podem levar alguém à prática do caixa dois. Mas o que

levou o Governo ao mar de lama em que se encontra foi uma arrecadação paralela pós-eleição e o Partido, para livrar-se dele, pegou próceres da sua militância para sair pelo Brasil afora chantageando empresários brasileiros.

Senador Arthur Virgílio, esse episódio é muito parecido com o do Governo Collor, quando os empresários, com medo da eleição do Lula, procuraram o alagoano para ajudar-lhe na campanha. Acharam que haviam cumprido o seu papel. Acabou a eleição, um cavaleiro solitário, o Sr. PC Farias, voltou a pedir ajudas aos empresários brasileiros, os quais, desesperados, começaram a protestar. Naquele episódio, Senador Cristovam Buarque, era apenas um, nesse caso, homem da iniciativa privada, sem nenhum vínculo direto com o Governo. Neste caso agora, os funcionários, os envolvidos são, em sua maioria, pessoas com vínculo direto com o Governo e com o Presidente da República, pessoas da sua intimidade, pessoas da sua ligação, pessoas que conviveram com ele nessa caminhada do PT, onde, em praça pública, se pregava aquele discurso, do qual, confesso, Senador Sibá, eu tinha muita inveja, porque era o monopólio da seriedade, da virtude e dos bons propósitos! Como era bonito ver o PT, na praça pública, dizer que tudo estava acabado e que era a única salvação! Como era bonito ver o PT esconjurar o acordo que o Governo passado queria fazer com a Alca, criando um mercado comum nas Américas! Como era bonito ver o PT, na praça pública, combater as ações do FMI e dizer que o Brasil não crescia porque o FMI não deixava! Como fazia inveja ver o Partido dos Trabalhadores, na praça pública, dizer que, em seu palanque, não subia ladrão! Hoje, um homem sério, como V. Ex<sup>a</sup>, ao subir no palanque, deve olhar para o lado e dizer aqui quem não é ladrão. Como o tempo mudou, Senador!

Ouçó o Senador Arthur Virgílio.

**O Sr. Arthur Virgílio (PSDB – AM)** – Senador Heráclito Fortes, o PT é de fato um Partido paradoxal, à revelia de certos setores mais obscuros, mais atrasados da sua militância. Mas, se, ao chegar ao governo, adotou um discurso mais econômico, mais moderno, mais consentâneo com o mundo que nos rodeia, é verdade que, no campo ético, deu para trás. Quando procurava se afirmar pelo campo ético, dizia os maiores disparates em matéria de economia. Quando evoluiu no terreno do debate econômico, regride de maneira dolorosa no campo ético, ou seja, é paradoxal mesmo e algo que talvez nem Freud explique.

**O SR. HERÁCLITO FORTES (PFL – PI)** – Senador Arthur Virgílio, tivemos a honra de, juntos, trabalhar no governo passado. E vimos alguns dos membros

daquele governo ser massacrado, humilhado, pelo Partido dos Trabalhadores, porque tiveram a ousadia de pegar um avião e se dirigir à ilha de Fernando de Noronha. Nunca se quis saber o objetivo das viagens, se certa ou se errada. Nos dois casos, um não tinha nenhuma razão para ir. Mas os outros...

**O Sr. Arthur Virgílio** (PSDB – AM) – Acho até que erraram, mereciam mesmo ser multados, mas fizeram um grande carnaval em cima de um caso que nem de leve se compara com este festival de corrupção que aí está.

**O SR. HERÁCLITO FORTES** (PFL – PI) – É aonde quero chegar exatamente. Foram execrados previamente. Agora, se usam aviões para transportar dinheiro de origem cubana ou para transportar ministro – aviões privados –, comprometendo o agente público, e considera-se que tudo isso é certo.

Senador Sibá Machado, com o maior carinho, ouço V. Ex<sup>a</sup>.

**O Sr. Sibá Machado** (Bloco/PT – AC) – Primeiro quero dizer que o Senador Mão Santa hoje elastizou o coração à temperatura do Estado do Piauí. Agradeço-lhe. Senador Heráclito, agradeço as palavras de elogio de V. Ex<sup>a</sup>. Tenho certeza de que o nosso Partido dos Trabalhadores vai resolver o problema que culminou no ano passado. Esse problema foi declarado pelo Delúbio e não representa – eu já disse – o nosso Partido, que tem 850 mil filiados, e não pode ser imputado ao conjunto do PT, porque não é o seu conjunto. Temos total segurança de que foi desvio de conduta – sabemos disso – e queremos, sim, a punição para esse tipo de comportamento, que não pode virar de jeito nenhum uma simbologia para a política do País. Nós fizemos, sim, mudanças durante esse período, que, no meu entendimento, foram para muito melhor. O Partido foi constituído a partir de algumas vertentes, como intelectuais que saíram daquele movimento de resistência da ditadura, que estavam dentro do MDB, os trabalhadores rurais, os operários, os intelectuais da Igreja Católica; era a efervescência da Teologia da Libertação; o que havia à época era a Guerra Fria; o socialismo **versus** capitalismo. E é claro que todos bebíamos na fonte dessa escola. E lembro ainda que, no início do PT, não era uma coisa posta, havia um debate interno de que se devia renunciar à disputa pelo Executivo. Deveríamos trabalhar apenas pela disputa no Legislativo, porque era uma tribuna na qual deveria haver o debate mais ideológico, e o Executivo era tratado como o Estado burguês e assim por diante. Isso era dito em alguns manuais. Mas, ao se aproximar dessa constituição do Partido dos Trabalhadores, uma das pregações do Lula, naquela época, é de que

era preciso, inevitavelmente, que o Partido entendesse que tinha de disputar normalmente como qualquer outro o Executivo. De lá para cá, ao se aproximar do Executivo, as regras do Estado são as que estamos vivendo, as constitucionais. Toda legislação nacional é uma regra que diz que nosso País...

*(Interrupção do som.)*

**O Sr. Sibá Machado** (Bloco/PT – AC) – ...Obrigado. As regras do nosso Brasil são capitalista, e, como tal, é preciso lutar pela soberania. E lutamos. Podemos ter Alca, desde que se mantenha a soberania deste País. Podemos ter relações na OMC, na ONU e em quaisquer instituições multilaterais do mundo que dirimam conflitos da economia. E, com o fim da Guerra Fria e da queda do muro de Berlim, isso ficou consolidado. Já disse aqui o Senador Arthur Virgílio que isso não imputa ao PT ou a qualquer outro partido político qualquer comportamento de uso indevido de recursos financeiros. Quanto a isso, tenho absoluta segurança de que o meu Partido, o Partido dos Trabalhadores, renuncia, de pronto, a uma reedição de um problema como esse. Isso, com certeza. Que a lição única valha para o resto da vida. Então, neste caso, tenho a absoluta tranquilidade de que a nossa participação na eleição deste ano, como em qualquer outra que vier daqui para frente, tem de ser exatamente nos marcos dessa legalidade que todos nós aqui preconizamos. Portanto, V. Ex<sup>a</sup> apenas nos faz uma referência, que pode muito bem ser entendida como uma sugestão, um conselho, que deve ser, sim, levada a sério e a cabo por cada um de nós. Obrigado.

**O SR. HERÁCLITO FORTES** (PFL – PI) – Senador Sibá, quero aqui dizer, de público, todos sabem, do meu apreço e da minha reverência a V. Ex<sup>a</sup>. V. Ex<sup>a</sup> é dos poucos que restam, Senador Arthur Virgílio, na tendência vermelha do PT. Os outros mudaram de cor, vamos reconhecer. V. Ex<sup>a</sup> é daquele bloco dos que estão vermelhos no cheque especial do Banco do Brasil porque luta com honestidade para honrar o seu mandato. Os seus companheiros mudaram de costume, de hábito, de vício e foram contaminados pela amnésia. V. Ex<sup>a</sup> tem razão. O Brasil é um país capitalista, o mundo é aberto e o mercado é de todos. Só que já era capitalista na eleição do Presidente Lula. O mercado já era aberto quando o Lula ia a praça pública prometer o rompimento com o FMI, e foi eleito em praça pública com um discurso que não honrou e nem cumpriu com o povo brasileiro. Por que, se já era tudo assim, prometeu mudança? Por que, se sabia das dificuldades, prometeu dobrar o salário mínimo do povo brasileiro? Por que, se sabia que o mercado era aberto, pregou,

inclusive nas igrejas brasileiras, a não adesão ao programa da Alca? Por que dizer que não pagaria as dívidas com o FMI com o sacrifício do povo brasileiro? Por que, Senador Sibá Machado, buscar exatamente nos quadros do PSDB um banqueiro internacional de competência, Dr. Meirelles, para presidir o Banco Central, dando continuidade à política de Governo, à política econômica que tanto combateu durante oito anos? Por que foi buscar no quadro do PT o moderado Dr. Palocci, que é o continuador mais seguro da política econômica do Presidente Lula?

O PT não tinha o direito de enganar o povo da maneira que enganou. O Partido a que V. Ex<sup>a</sup> se refere foi o Partido que expulsou dos seus quadros três Parlamentares que votaram contra o Colégio Eleitoral, mas é o mesmo Partido, Senador Alvaro Dias, que não cassou e não puniu os que estão aí envolvidos em corrupção, inclusive o que transportou dólar na cueca para Fortaleza. Fez uma mobilização usando estrutura governamental para absolver alguém sem defesa. Quem o seu Partido puniu por estar envolvido em corrupção? Quem foi ao Conselho de Ética, como no passado, quando, por pequenos deslizamentos, eram humilhados?

Senador, a sorte desse partido é a amnésia e a anestesia que, no momento, toma conta de parte do povo brasileiro. Mas é também o desapontamento dos que acreditaram no nordestino que veio do seio da fome, desafiando a poeira, o barro, vencendo a dor e chegando à Presidência da República, mas que não se orgulha hoje de visitar as palafitas do seu Estado; que não se orgulha nem faz apologia da seca do sertão, e, sim, do fausto e da riqueza com que a Rainha Elizabeth lhe recebeu no luxuoso Palácio, em Londres.

Um trabalhador brasileiro que assume a Presidência da República, por mais honrosa que fosse a homenagem, não podia aceitar a hospedagem no Palácio da Inglaterra, quando um trabalhador como ele, que para lá emigrou, foi barbaramente assassinado no metrô da cidade. E a polícia londrina não tem o menor interesse de apurar, tampouco de reparar o prejuízo das vítimas.

Eu fico triste em ter que falar estas coisas.

Este final de semana, os jornais mostram que o Presidente da República recebeu no seu Palácio os atores que estão fazendo a novela JK, precisamente José Wilker e Leticia Sabatella. E o teor da conversa: a viagem à Inglaterra. Por que não pediu a esses atores que fossem transmissores do seu pensamento com relação à dor dos nordestinos famintos, dos desassistidos? É muito bom se falar do fausto, da riqueza, da pompa, vendo o povo que lhe colocou ali na mais

absoluta miséria. Por que não pediu a Tony Blair ajuda para os de Guaribas, Senador Mão Santa, onde implantaram o programa Fome Zero? E esse programa se transformou em um verdadeiro *spa*, porque quem esperar de maneira concreta ajuda efetiva emagrece a vai à mingua.

Meu caro Senador Sibá Machado, agradeço a tolerância do Senador Mão Santa, meu conterrâneo, e a paciência dos companheiros que ainda farão uso da palavra, mas é chegado o momento de se dar um basta, porque, se nós, Senador Cristovam Buarque, não tivermos a maturidade e a coragem de começar a alertar a Nação para esse continuado seriado de coincidências, todas elas de cunho autoritário, todas elas contrariando o que a cartilha do Partido dos Trabalhadores pregava ao longo do tempo, nós ainda poderemos chorar tarde, de arrependimento.

Senador Arthur Virgílio, o episódio de ontem...

*(Interrupção no som.)*

**O SR. HERÁCLITO FORTES** (PFL – PI) – ... fez uma grande vítima, Senador Mão Santa – e aí a minha segunda grande preocupação –, que é o Senador Tião Viana. Talvez a mais qualificada fonte para, nas horas da crise, servir de interlocutor entre o Governo e a Oposição, pela sua credibilidade, pela sua sensibilidade e, acima de tudo, pela sua palavra – coisa rara na Base do Governo. Será que não pegaram um companheiro e jogaram às feras? Será que o ciúme dos seus Pares não fez com que S. Ex<sup>a</sup> fosse feito boi de piranha para cumprir essa missão? Onde estavam os Líderes Partidários, responsáveis maiores para cumprir tarefa dessa magnitude, que não se manifestaram?

Considero isso tudo muito estranho, muito difícil de ser dada resposta convincente de maneira fácil, Senador Valdir Raupp, para que não estivéssemos aqui na ressaca do que aconteceu ontem, quando tivemos simbolicamente o fechamento do Congresso no momento em que as atividades de uma CPI foram cerceadas pelo ato de força, a pedido do Partido dos Trabalhadores. O Partido pediu inclusive que não se apurasse crime de prefeitos do próprio Partido dos Trabalhadores. É muito grave isso tudo; é muito grave o que está acontecendo.

Meu caro Senador Sibá Machado, sei do seu compromisso com a democracia e da coerência da sua vida. V. Ex<sup>a</sup> saiu, como eu e o Senador Mão Santa, das barrancas do rio Parnaíba para chegar até aqui. Sei que o coração de V. Ex<sup>a</sup>, como o de qualquer um de nós, também está cheio de amargura e indignação.

Senador Arthur Virgílio, quando lamento que se tenha dinamitado a ponte chamada Tião Viana, digo

publicamente – pelo respeito que lhe tenho e pelo que S. Ex<sup>a</sup> representa para o povo do Acre – que S. Ex<sup>a</sup> foi vítima de uma armadilha.

O Governo só precisava agir de uma forma ontem: sustentar que o seu Ministro nunca tivesse entrado naquela casa porque, se verdade fosse, com certeza, elitista como é o País, a palavra do Ministro valeria mais que a do caseiro. Mas não! Procurou-se desvirtuar a ida do caseiro como se a presença daquele humilde senhor naquela CPI fizesse devassa pessoal na vida de quem quer que seja. Em nenhum momento, a Oposição tratou disso. Quem abordou o assunto foram os membros do Governo, de maneira desonesta, desleal e, acima de tudo, sórdida.

É preciso, Senador Arthur Virgílio, que essas coisas sejam ditas. Nós da Oposição responsáveis...

*(Interrupção do som.)*

**O SR. HERÁCLITO FORTES** (PFL – PI) – Estou encerrando, Sr. Presidente.

**O SR. PRESIDENTE** (Mão Santa. PMDB – PI) – Senador Heráclito Fortes, eu, o Piauí e o Brasil gostaríamos de ouvi-lo muito mais, mas os companheiros aguardam para se pronunciarem. V. Ex<sup>a</sup> já ultrapassou os trinta minutos.

**O SR. HERÁCLITO FORTES** (PFL – PI) – Nós da Oposição sustentamos, em momento delicado, a permanência do Ministro Palocci na defesa da economia brasileira porque estávamos exatamente defendendo aquilo em que acreditamos. É muito diferente! Defendem-se os acertos. Nada nos obriga a defender os erros. O caminho mais próximo entre dois pontos é a reta; e a reta, neste caso, é a verdade. Quem correr dela vai pagar o preço.

Muito obrigado, Sr. Presidente.

**O SR. ARTHUR VIRGÍLIO** (PSDB – AM) – Sr. Presidente, tenho uma comunicação muito grave para fazer à Casa.

**O SR. PRESIDENTE** (Mão Santa. PMDB – PI) – Após o brilhante pronunciamento do Senador Heráclito Fortes, concedemos a palavra ao Senador Arthur Virgílio.

**O SR. ARTHUR VIRGÍLIO** (PSDB – AM. Para uma comunicação inadiável. Com revisão do orador.) – Sr. Presidente, Sr<sup>as</sup> e Srs. Senadores, acabo de receber uma informação pela minha assessoria. Tenho

em mãos um enxerto do *blog* do jornalista Fernando Rodrigues afirmando que o *e-mail* do Presidente da Funarte, o ator Antonio Grassi, foi usado para propagar aquela lista falsa de Furnas. Que a lista falsa eu sei, disse aqui. Que a lista é falsa sabe o Presidente Lula e sabe o Ministro Márcio Thomaz Bastos. Que a lista é falsa sabe a Polícia Federal. Que a lista é falsa já sabem os peritos que a examinaram. Que a lista é falsa sabe, sobretudo, quem a falsificou, aquele tal Sr. Newton lá de Minas.

O grave foi o Ministro ter deixado a coisa pairar no ar. O grave foi o Sr. Antonio Grassi, da Funarte, figura olhada com simpatia por todos nós, ter permitido ou ter tomado a iniciativa de, pelo seu *e-mail*, divulgar a tal lista de Furnas, ou seja, usando um próprio público, usando um computador oficial para difamar pessoas, para dar cobertura à montagem de um chantagista.

Estou pedindo à Comissão de Fiscalização e Controle da Casa a convocação do Sr. Antonio Grassi. Entrarei com o requerimento ainda hoje e quero ver aqui o dirigente da Funarte explicando esse fato, que me parece um *link* muito claro entre o oficialismo, o Governo Lula, e a lista falsa de Furnas, caso parecido com o daquele Deputado que entrou no carro de Valério e saiu de lá com uma lista apócrifa – e que, depois, mergulhou um pouco para que se esquecessem dele naquela hora mais dura de cassação de mandatos e outras coisas que tais.

Grave, Sr. Presidente, muito grave é o envolvimento do Presidente Lula com a falsificação; é o envolvimento do Governo do Presidente Lula com a falsificação; é o envolvimento de um agente público de relevância do Governo Federal envolvido com a falsificação, divulgando a falsificação. Em vez de trabalhar pela cultura brasileira, está trabalhando para difamar pessoas, em comum acordo com um chantagista reconhecido como tal em todos os foros deste País.

Era o que eu tinha a dizer, Sr. Presidente.

Muito obrigado.

**DOCUMENTO A QUE SE REFERE O SR. SENADOR ARTHUR VIRGÍLIO EM SEU PRONUNCIAMENTO.**

*(Inserido nos termos do art. 210, inciso I e § 2º, do Regimento Interno.)*

## **E-mail de Antonio Grassi, da Funarte, foi usado para propagar "lista de Furnas"**

O e-mail funcional do presidente da Funarte, o ator Antonio Grassi, foi usado no último dia 9 de fevereiro para ajudar a propagar a chamada "lista de Furnas" –um conjunto de informações sem confirmação sobre um suposto esquema de corrupção dentro da estatal federal de energia. A maior parte do conteúdo da "lista de Furnas" compromete políticos do PSDB e do PFL. A Funarte é uma fundação do governo federal, comandada fortemente por pessoas ligadas ao PT.

O e-mail com a "lista de Furnas" propagado pelo endereço eletrônico de Antonio Grassi veio de Ana de Hollanda, diretora do Cemus (Centro de Música da Funarte). Ana teve o cuidado de enviar a "lista de Furnas" usando seu e-mail pessoal, às 23h19 do dia 8 de fevereiro passado. Ela aparentemente mandou as informações para uma lista de funcionários da própria fundação, pois aparece o seguinte no campo de destinatários: "@funarte.gov.br".

Este blog recebeu o e-mail de Grassi por meio de um dos seus destinatários. Por dez dias o blog trocou várias informações com Grassi, que não conseguiu até agora dar uma explicação conclusiva para o fato de seu correio eletrônico ter sido usado. No seu penúltimo comunicado, o ator afirmou que tentaria mandar algum detalhamento técnico sobre o episódio até 15 de março. Depois, entraria em férias. O dia 15 chegou. E nada. Ontem, 16 de março, às 19h51, mandou uma mensagem curta depois que o blog insistiu várias vezes: "O gabinete da Funarte, por minha solicitação, está lhe respondendo". Até o momento, nada.

Como a resposta não veio, o blog publica o que recebeu. A cópia do e-mail de Grassi propagando a "lista de Furnas" pode ser acessada nesta página, na seção "Documentos" (só para assinantes do UOL). Os nomes dos destinatários foram retirados, até porque não têm responsabilidade pelo eventual erro cometido pela pessoa que usou o e-mail de Antonio Grassi –o próprio Grassi ou alguém ainda incógnito.

No post seguinte, as explicações (inconclusas) de Grassi.

:: Escrito por Fernando Rodrigues às 07h44  
[(80) Comentários] [Regras] [envie esta mensagem]

### **Antonio Grassi tenta se explicar**

Como é possível que o e-mail funcional de Antonio Grassi (que não está disponível para o público na página sobre a estrutura do órgão) tenha sido usado para propagar esse papelório de Furnas?

Responde o presidente da Funarte: "O e-mail da presidência da Funarte é acessado, aberto diariamente, pela assessoria do gabinete. Muitas das respostas são feitas diretamente pelos assessores".

Nessa sua primeira resposta, Grassi também afirmou: "Na primeira quinzena de fevereiro encontrava-me fora do Brasil, acompanhando o Ministro da Cultura em viagem oficial".

OK, OK. O blog fez então duas perguntas:

1) é possível saber qual assessor usou o e-mail, até porque o servidor da Funarte deve registrar tudo isso (pelo menos, a máquina de onde saiu a mensagem)?

2) em 9 de fevereiro, quando foi enviado o e-mail de Grassi, o ministro da Cultura, Gilberto Gil, estava em Belo Horizonte na parte da manhã, e no Rio, na parte da tarde. Como é possível Grassi ter ido ao exterior com o ministro se o ministro estava no Brasil?

Fatos são fatos. Grassi então mudou um pouco a história...

"Fernando, quanto à agenda, você tem razão. Fizeram uma confusão de datas por aqui". Apesar do desmonte de sua versão inicial, uma conclusão curiosa: "Isso não tem relevância na sua investigação".

Explica: "É possível acessar o e-mail pelo webmail da Funarte, de qualquer lugar do mundo". E mais: "Verificando os itens enviados da máquina do gabinete não consta o envio do mesmo. O pessoal aqui do gabinete garante que do meu computador não saiu isso. A propósito me deram o exemplo de e-mail que estarei lhe enviando a seguir (um convite que recebi de você). Me dedico a esse trabalho porque não quero ser acusado de algo que não fiz".

OK, OK. O blog recebeu então um tosco e-mail "falsificado". Algum assessor(a)/amigo(a) de Grassi que usa o e-mail olivarfb@ctorio.org.br mandou uma mensagem com o nome deste blogueiro no campo de remetente.

Este blogueiro respondeu de maneira detalhada ao presidente da Funarte: "Sobre falsificar um remetente, sinto dizer que não é bem assim. O que se falsifica com facilidade é apenas o nome que aparece no campo do remetente — não o e-mail propriamente. No e-mail que vc. me enviou separadamente, basta passar o mouse por cima do 'meu' nome e verificar que se trata, na realidade, de olivarfb@ctorio.org.br o remetente real. No caso do e-mail com o seu nome [o da "lista de Furnas"], ao passar o mouse por cima do seu nome, aparece o seguinte: antoniograssi@funarte.gov.br. Ou seja, foi mesmo usado o seu e-mail".

Bingo. E agora?

Fala Grassi: "Não tenho noções mais precisas da internet e agradeço seu esclarecimento".

E finaliza: "Solicitei à informática sobre o provedor (...) lhe encaminho qualquer novidade. Para isso vou checar na Funarte Brasília, São Paulo e Belo Horizonte. Espero poder lhe retornar antes do dia 15, quando entro de férias até 01 de abril".

E mais nada.

**A propósito:** segundo a pesquisa "Corporate Email User Habits", 72% dos usuários admitem usar e-mail do trabalho para mandar piadas, fotos, vídeos etc. para amigos.

A exemplo de Lula sobre o caixa dois (todo mundo faz), Grassi pode dizer que usar o e-mail do trabalho dentro do governo federal para mandar mensagens pessoais também "todo mundo faz". É isso aí.

**O SR. PRESIDENTE** (Mão Santa. PMDB – PI)

– V. Ex<sup>a</sup> será atendido na forma regimental.

V. Ex<sup>a</sup> pode usar da palavra como Líder e, pacientemente, aguarda sua vez como orador inscrito. Se quiser falar como Líder, V. Ex<sup>a</sup> tem prioridade.

**O SR. ARTHUR VIRGÍLIO** (PSDB – AM. *Fora do microfone.*) – Eu aguardo, Sr. Presidente.

**O SR. PRESIDENTE** (Mão Santa. PMDB – PI)

– V. Ex<sup>a</sup> aguarda pacientemente, adotando a filosofia do “tolera e se abstém”.

Concedemos a palavra ao próximo orador inscrito, Senador Sibá Machado, emprestado pelo Piauí para ser Senador pelo Acre.

**O SR. SIBÁ MACHADO** (Bloco/PT – AC. Pronuncia o seguinte discurso. Sem revisão do orador.) – Sr. Presidente Senador Mão Santa, Sr<sup>as</sup> e Srs. Senadores, em primeiro lugar, preciso parabenizar o Presidente Lula por seu gesto, que considero dos mais cordiais, nítido de um estadista, de um líder nacional. Refiro-me ao cumprimento dirigido pelo Presidente Lula ao Governador Geraldo Alckmin – depois de ter insistido nisso com sua assessoria –, ontem, em solenidade no Supremo Tribunal Federal. É claro que não podiam ali estabelecer uma conversa prolongada, mas o fato de se cumprimentarem mostra que podemos ter, sim, um embate muito civilizado e à altura do que espera toda a população brasileira.

O Presidente Lula diz, em todos os instantes, que ainda não se decidiu sobre a candidatura, embora dentro do PT já haja esse pedido, Sr. Presidente. Em todo o Brasil, há um pedido muito forte para que o nosso Presidente se candidate à reeleição. Como o PSDB já escolheu o Governador Geraldo Alckmin, foi muito importante que esse cumprimento ocorresse, porque, sendo o Presidente Lula candidato – e espero que seja –, trata-se de dois candidatos que cuidarão de assuntos de interesse do País.

Sr. Presidente, quanto ao debate que foi feito, inscrevi-me mais para voltar a esclarecimentos, porque às vezes estamos aqui, no calor da emoção, e fazemos um pronunciamento, e quem assiste à TV Senado pode ficar com algumas dúvidas ou talvez com algumas quase-certezas. Então, é preciso fazer alguns contrapontos.

A primeira questão é se o Senador Tião Viana pode ou não, regimentalmente, por ser Vice-Presidente da Casa, impetrar um mandado de segurança da forma como foi feito ontem. Conversei com S. Ex<sup>a</sup> ao telefone, Sr. Presidente. O Senador Tião Viana pediu-me para reproduzir as seguintes palavras: que

o fez na total preservação do Regimento Interno do Senado Federal e da Constituição Federal. Trata-se de um direito parlamentar, porque já se contestou, várias vezes, se a CPI dos Bingos está ou não focada no seu verdadeiro objeto. E qualquer um dos membros desta Casa – não importa se integrante ou não da Mesa – tem que preservar o que foi jurado no momento da posse: resguardar o Regimento da Casa, as leis nacionais e, é claro, a maior delas, a Constituição Federal. Portanto, o Senador Tião Viana tem total direito e até dever de fazer o que foi feito.

Quanto ao advogado Márcio Silva, se ele podia ou não assinar aquela peça, leio o que diz o art. 30 do Estatuto da OAB:

Art. 30. São impedidos de exercer a advocacia:

I – os servidores da administração direta, indireta e fundacional, contra a Fazenda Pública que os remunere ou à qual seja vinculada à entidade empregadora;

II – os membros do Poder Legislativo, em seus diferentes níveis, contra ou a favor das pessoas jurídicas de direito público, empresas públicas, sociedades de economia mista, fundações públicas, entidades paraestatais ou empresas concessionárias ou permissionárias de serviço público;

Parágrafo único. Não se incluem nas hipóteses do inciso I os docentes dos cursos jurídicos.

Ocorre que o Sr. Márcio Silva é um advogado de carreira, com escritório particular, e que sempre prestou serviço para a instância do Partido dos Trabalhadores. É contratado para isso. Ele tem um cargo comissionado na assessoria da Liderança do PT, na Câmara dos Deputados. Quanto à peça que ele assina, Sr. Presidente, trata-se de interpretação de um ato de uma Comissão, de uma instância do Senado Federal. Portanto, é plenamente cabível o advogado assinar aquela peça. Não há dúvida alguma sobre se o advogado poderia ou não assinar.

Se o advogado Márcio Luiz Silva, regularmente inscrito na OAB, seção do Distrito Federal, sob o nº 12.415/DF, é servidor comissionado da Liderança do Partido dos Trabalhadores, na Câmara dos Deputados, não há nenhum impedimento para a impetração de mandado de segurança contra ato de membro ou Comissão do Senado Federal, como foi o caso. A questão jurídica é simples. Não comporta dúvida alguma. Se os Srs. Membros do Congresso, principalmente

aqui do Senado, têm levantado dúvidas sobre a atuação do nosso advogado, ou seja, pretendem pedir ao Supremo Tribunal Federal que decrete a nulidade da decisão de legalidade de representação, esse não é o caso.

Alguns atuantes do meio jurídico chamam isso de **jus sperniandi**, o direito de espernear.

Não gosto muito da frase, mas quer dizer que é um direito do advogado Márcio Luiz Silva.

Sr. Presidente, ainda sobre a decisão do Supremo, o que se coloca? O Senador Magno Malta apresenta um requerimento ao Senado Federal para instauração de CPI com o objetivo de investigar e apurar a utilização das casas de bingo para a prática de crime de “lavagem” ou ocultação de bens, direitos e valores, bem como relação dessas casas e das empresas concessionárias de apostas com o crime organizado, com a duração de 120 dias. É o que diz o requerimento assinado pelo Senador Magno Malta. Foi pedido que não se instaurasse essa Comissão, e o Supremo deu ganho para a imediata instalação, que foi feita, de pronto, pelo Presidente desta Casa, da decisão do Ministro Cezar Peluso.

A decisão foi:

1. Trata-se de mandado de segurança impedido pelo Senador Sebastião Afonso Viana Macedo Neves [o Tião Viana], contra a Comissão Parlamentar de Inquérito dos Bingos, que, instaurada no Senado Federal para apurar a *“utilização das casas de bingo para a prática de crimes de ‘lavagem’ ou ocultação de bens, direitos e valores, bem como relação dessas casas e das empresas concessionárias de apostas com o crime organizado”*, estaria exorbitando de seus poderes ao entrar a investigar outros fatos, sem nenhuma prova prévia de conexão com o fato determinado que lhe justificou a instauração.

O impetrante invoca direito líquido e certo, que consistiria na prerrogativa parlamentar de exigir se atenha a Comissão ao seu objeto formal, e enumera outros fatos que, sem nenhum liame aparente com tal objeto, estariam sendo investigados, o que evidenciaria desvio de finalidade, na forma de abuso de poder, na atuação da CPI, que não alterou, como podia fazê-lo, o objeto original.

E releva o Requerimento nº 52/06, aprovado na data de ontem, para inquirição de France-

nildo Santos Costa, cuja entrevista demonstraria que se trata de pessoa simples que se propõe a fazer afirmações constrangedoras sobre a vida íntima de pessoas ligadas ao Governo, concorrendo para sua desestabilização política ou antecipação da campanha eleitoral.

Em caráter liminar, pede sejam suspensas diligências que desbordem do fato objeto da CPI, em particular sobre temas que discrimina e a cujo respeito já teria a Comissão estendido investigação, ou seja, suspensas diligências impertinentes e abusivas, como seria o caso do Requerimento nº 52/06.

2. É caso de liminar.

Neste juízo prévio e sumário, a **cognitio** é, por definição, superficial e provisória, porque se atém à estima de dados unilaterais, ante o caráter de urgência da tutela pretendida.

Nessa perspectiva, não parece desarrazoada a afirmação da existência de direito líquido e certo do impetrante, enquanto diz com o exercício de prerrogativa parlamentar tendente a, como membro de Comissão Parlamentar de Inquérito, conter-lhe as atividades nos limites constitucionais do fato determinado que lhe justificou a criação (art. 58, § 3º, da Constituição da República), sob pena de comprometimento de sua eficácia como órgão específico de fiscalização do Parlamento.

[...]

Mas é força convir em que, a levar a sério, como se deve, a justificação mesma do Requerimento nº 052/06, não se encontra nenhum fato que, já provado, fora suscetível de se reputar conexo com o objeto formal da CPI, pois seus termos, sobre apoiarem-se basicamente em reportagens, aludem a supostos ilícitos que, não obstante possam fundamentar e legitimar a criação... de outras tantas CPIs, em nada entendem com o fato determinado a que deve ater-se a Comissão já criada. Eventual partilha de dinheiro, em certo local, não tem por si presunção alguma de que estaria ligada ao uso de casas de bingo para a prática de crimes de “lavagem” ou ocultação de bens, direitos e valores.



Portanto, o Ministro do Supremo Tribunal Federal, Dr. Cezar Peluso, determina a suspensão daquela reunião, aguardando a decisão do Pleno.

Sr. Presidente, é comum, na Casa, com já foi em outros momentos, que matérias dessa forma sirvam de motivo para embate, o que já ocorreu em outros momentos. O caso do Deputado Júlio Semeghini, contestado pelo Deputado Professor Luizinho – na época o Presidente da sessão ...

*(Interrupção do som.)*

**O SR. SIBÁ MACHADO** (Bloco/PT – AC) – ... sessão era o então Deputado Efraim Morais, hoje Senador –, é parecido com esse. Um Parlamentar que se sente prejudicado, recorre, em questão de ordem, à decisão da Mesa, que dá decisão favorável a um dos lados. O lado que se sente prejudicado recorre ao Supremo, que decide como achar mais correto. Isso é comum, é corriqueiro nesta Casa. Fica, às vezes, preocupante para nós que o debate tenha chegado ao nível que chegou. Não há nenhuma necessidade de chegar aonde chegou.

Quero falar aqui, Sr. Presidente, sobre a personalidade do Ministro Palocci. Eu estava, em aparte, ainda há pouco, ao Senador Heráclito Fortes, falando um pouco desse histórico do nosso Partido. Quando estávamos na campanha para a eleição de 2002, foi dito que o Partido dos Trabalhadores seria um fracasso de Governo, que o Presidente Lula seria um fracasso.

*(Interrupção do som.)*

**O SR. SIBÁ MACHADO** (Bloco/PT – AC) – Os números, em todas as reportagens que vemos hoje, mostram exatamente o contrário. Estamos vendo um País equilibrado nas suas contas, um País que disputa, sim, esse cenário do mundo atual, respeitando as instituições que dirigem os conflitos do mundo, como a OMC, na área da economia, como a ONU, na área de segurança internacional dos povos e das Nações, como foi no debate sobre a Alca, que, da forma como foi estabelecido com outros países, como é o caso do Chile, não interessa ao Brasil, não interessa à nossa população, estamos brigando em todos os momentos por uma soberania com a solidariedade dos povos, chamando os países mais pobres do mundo a se darem as mãos para que preservem as suas economias e as suas soberanias, para que jamais tratem com os países mais ricos da forma com que sempre foram tratados, o que todos nós acompanhamos muito bem. Portanto, este é o Brasil.

Na área do nosso País, reconhecemos que não conseguimos vencer todos os desafios que tínhamos colocado. Reconhecemos isso. Ainda há coisas impossíveis de serem executadas em sua totalidade em quatro anos. Mas o caminho está pavimentado, está aberto, com certeza.

Tenho defendido aqui e em outros lugares que sou contra a reeleição. Fui e continuo sendo, mas agora ela está posta e é um direito do Presidente da República tentar a reeleição.

**O Sr. Heráclito Fortes** (PFL – PI) – Senador Sibá Machado...

**O SR. SIBÁ MACHADO** (Bloco/PT – AC) – Ouço já V. Ex<sup>a</sup>.

Portanto, quero fazer a defesa do Presidente Lula vir, novamente, a ser o Presidente da República, porque foi aberto esse precedente constitucional. Espero que, numa segunda gestão, possamos concluir esses pontos que ficaram carentes de continuidade. Gostaríamos de ter distribuído um salário mínimo nos valores do Dieese, o que seria importantíssimo para o Brasil, gostaríamos de ter feito uma reforma agrária do tamanho que o MST e tantas outras organizações camponesas têm reivindicado, temos a vontade de ter dado um melhor salário para o servidor público em todas as suas esferas, temos tido a vontade de distribuir a renda para todos os Estados que hoje exportam ou não, de equilibrar todas as diferenças locais e regionais do Brasil. Esses gargalos ainda não foram resolvidos, mas, com certeza, já se aponta para uma solução.

Ouço o Senador Heráclito Fortes.

**O Sr. Heráclito Fortes** (PFL – PI) – Senador Sibá, não tenha dúvida de que nós, pelo menos eu, não criticamos a política econômica do Presidente Lula, porque seria incoerência da minha parte, porque é a mesma política econômica que defendi durante oito anos. O Presidente Lula a ela deu continuidade sem colocar ou tirar nenhuma vírgula. O que eu questiono é por que o Presidente Lula combateu tanto essa política, mostrando ao povo brasileiro que ela estava errada, e, ao assumir, fez exatamente o contrário. Outra coisa que não se explica, Senador Tião, aliás, Senador Sibá – estou com tanta tristeza com relação ao Senador Tião que estou com o nome de S. Ex<sup>a</sup> no inconsciente –, o que não se entende é que, após aquele encontro do mês de agosto, em que o Presidente Lula esteve com os banqueiros em São Paulo, os banqueiros, que durante os outros pleitos do Presidente Lula tinham um pavor a vê-lo no Go-

verno, imediatamente se calaram, fizeram silêncio e começaram a apoiar a sua candidatura, em detrimento da candidatura de José Serra. Esse pacto da calada da noite, feito com a comunidade de banqueiros internacionais, é que o PT não vai conseguir explicar, porque enganou a opinião pública, enganou o povo brasileiro. Sabe V. Ex<sup>a</sup> que o Partido que durante oito anos esperava os balanços dos bancos para criticar o lucro e a liquidez do sistema brasileiro, já nesses três anos e meio, proporcionou lucros bem maiores que o Governo passado. Combato a incoerência e acima de tudo a falta de lealdade com o povo brasileiro. Eu lhe pergunto uma coisa: V. Ex<sup>a</sup>, em praça pública, durante a campanha de Lula, defenderia a ida do Sr. Henrique Meirelles, Presidente do Banco de Boston, para Presidente do Banco Central? O Presidente da República concordaria com a manobra esquisita do seu Governo de fazer com que um Deputado Federal de Goiás, no caso o Sr. Meirelles, que teve 180 mil votos, renunciasse o mandato que povo lhe deu para ocupar um cargo demissível **ad nutum**? São essas questões, meu caro amigo, são essas reflexões que precisamos fazer. Como V. Ex<sup>a</sup>, até por origem e por formação, estava junto com a igreja brasileira naquela cruzada de combate à Alca, sei que não está satisfeito com o que vê hoje. Eu sei que V. Ex<sup>a</sup> não está satisfeito. V. Ex<sup>a</sup> é um homem que consegue passar, no seu sertanejo olhar, os seus inconformismos e as suas tristezas. Evidentemente, por fidelidade partidária, às vezes, V. Ex<sup>a</sup> se cala. Mas a política econômica, eu até elogio. Mas não entendo como o Partido de V. Ex<sup>a</sup> tenha mudado tão rápido de opinião em relação a tudo isso.

**O SR. SIBÁ MACHADO** (Bloco/PT – AC) – Agradeço ao Senador Heráclito Fortes as palavras. Sobre os pontos das imperfeições do Governo, acabei de citá-las. Existem muitas coisas que são da nossa inteira vontade. Entre a nossa vontade e a realidade, existe uma certa diferença. Todos aprendemos, na história do Brasil, que o sistema financeiro sempre passou muito bem por qualquer Governo, por todos os Governos, independentemente. Mas agora estamos a ponto de encerrar este ano com a coisa que seria mais normal para ocorrer em relação ao grande lucro do sistema financeiro, que é a economia migrar para o setor produtivo e não para o capital financeiro.

Se vencermos este ano – conforme já está sendo ali anunciado pelos jornais desde o início da semana passada, que podemos ter a mais baixa taxa de juros no País ao final deste ano, a partir do dia 20

de junho, mantendo a atual queda que está, na faixa de próximo a um ponto percentual –, inevitavelmente, em dezembro, os recursos das aplicações no sistema financeiro serão transferidos para o setor produtivo por total desinteresse de aplicação, porque não valerá mais a pena. Esse caso ocorrendo, podemos ter distribuição de renda equilibrada.

Estava ainda há pouco conversando com o Senador Cristovam: como é que fazemos uma transferência de renda sem gerar também um impacto de uma grande procura de consumo e sem trazer de volta para o País o fantasma da inflação?

Com isso feito, acredito que cresceremos holisticamente, de uma forma consolidada, de forma sustentável, e essas imperfeições, que são reais, verdadeiras, deverão ser quebradas, até mesmo porque acredito que todo o Governo deve suceder, de maneira melhor, o anterior, inclusive quem se auto-sucedede. Teremos de cumprir o novo mandato, superando essas dificuldades.

Aceito a crítica da Igreja, aceito a crítica dos movimentos sociais. Considero aceitáveis todas as críticas que venham a aperfeiçoar o nosso trabalho. O Presidente Lula gosta de dizer que os apressados comem cru, mas quatro anos é muito pouco para o exercício de um mandato.

Se transformarmos o fim da reeleição em ampliação de mandato, tirando aquela eleição existente a cada dois anos, haverá no País, no meu entendimento, um crescimento verdadeiro, alianças políticas mais consolidadas, partidos políticos mais consolidados e responsabilidades mútuas mais consolidadas.

Se o coração e a generosidade do nosso Senador Mão Santa continuar como estava antes do meio-dia, gostaria de ouvir o aparte do Senador Cristovam Buarque.

**O SR. PRESIDENTE** (Mão Santa. PMDB – PI) – V. Ex<sup>a</sup> está se aproximando e vai empatar com o Heráclito no tempo de tribuna.

**O Sr. Heráclito Fortes** (PFL – PI) – O Piauí é majoritário.

**O Sr. Cristovam Buarque** (PDT – DF) – Senador Sibá Machado, agradeço a oportunidade do aparte, lembrando uma observação minha de que, no Brasil, não se conseguia ao mesmo tempo democracia, crescimento e estabilidade monetária. De fato, o Governo Lula consegue, apesar da baixa taxa de crescimento, assim como o Governo Fernando Henrique. Esse foi um grande avanço, e vou continuar defendendo isso. Fiz campanha pelo Lula e não me arrependo, porque,

naquele momento, era o certo, mas esperava o salto para crescimento, democracia, estabilidade e mudança social, uma reforma social, cujos resultados demoram dez anos, mas podem começar nos primeiros dez meses. A Educação tentou até fazer isso, e nós começamos. Em 2004, parou. Podia-se fazer algo mais na área social. Muitas vezes, em debates, eu disse – até me contrapondo ao próprio Senador Aloizio Mercadante – que, para mim, o problema não é a política econômica, mas a política social. A grande arena do debate ideológico é o Orçamento público, em que não fizemos as mudanças substanciais. Para concluir, cito um exemplo: em 2005, a contribuição no Fundef foi menor em 2004. O Fundef aumentou bastante – de R\$18 bilhões para R\$23 bilhões –, mas graças, Sr. Presidente, aos Municípios e aos governos estaduais. Não há contribuição da União. Aí, o Brasil podia ter dado um salto. Não vejo como dar esse salto em um segundo mandato. A história mostra que, se um governo não faz no primeiro mandato, no segundo mandato ele faz menos ainda, sobretudo se vier o Governo Lula amarrado totalmente aos partidos mais conservadores.

**O SR. SIBÁ MACHADO** (Bloco/PT – AC) – Senador Cristovam Buarque, agradeço o aparte.

*(Interrupção do som.)*

**O SR. SIBÁ MACHADO** (Bloco/PT – AC) – Já vou concluir, Sr. Presidente.

As pesquisas de janeiro, fevereiro e março mostram a avaliação do Governo, a retomada da popularidade do Presidente e tratam um pouco da campanha eleitoral. Não gosto de tratar das pesquisas de campanha eleitoral porque, favorável ou desfavorável, usam-na como querem. Eu gostaria de separar.

**O SR. PRESIDENTE** (Mão Santa. PMDB – PI) – Senador Sibá Machado, regimentalmente, a sessão se encerra com quatro horas e trinta minutos. Entretanto, esta Presidência vai prorrogá-la por mais meia hora, a fim de que V. Ex<sup>a</sup> conclua o seu discurso.

Hoje, baixou o espírito de Fidel Castro aqui; todos os oradores falaram muito. Santo Estevão, na Bíblia, falou muito, mas atiraram pedras nele. De agora por diante, vamos usar a síntese da oratória de Cristo, que era muito rápido. Observem o Pai-Nosso, que é um

belo discurso, e o Sermão da Montanha. Sob os céus, há um tempo determinado para cada propósito.

Portanto, prorrogamos o tempo de V. Ex<sup>a</sup> para que conclua o seu pronunciamento. Faltam apenas três minutos para que V. Ex<sup>a</sup> empate com o Senador Heráclito Fortes, e assim eu ficaria bem porque dividi igual. Em seguida, vamos ouvir os oradores inscritos: Valdir Raupp, Mão Santa, Arthur Virgílio, Cristovam Buarque, e Lúcia Vânia.

**O SR. SIBÁ MACHADO** (Bloco/PT – AC) – Encerro em apenas três minutos, Sr. Presidente.

O Senador Mão Santa foi convidado, agora, pelo Senador Heráclito Fortes para um almoço, penso que a fome antecipou.

Mas, Sr. Presidente, eu falava sobre as pesquisas. Neste ponto, eu gostaria que analisássemos friamente que, em todas as áreas, o Governo está muito bem avaliado. Quando a avaliação aborda faixa etária, escolaridade, renda, espaço geográfico, região, Estado, em todas as áreas, a avaliação do Governo é muito positiva. Digo isso porque, para aqueles que desejavam o fracasso do Governo do Presidente Lula, espero que estejam agora cientes de que a população brasileira acompanha de perto o que é o sucesso de um Governo que faz muito bem para o Brasil, e, com certeza, continuará fazendo...

*(Interrupção do som.)*

**O SR. SIBÁ MACHADO** (Bloco/PT – AC) – ...muito bem a toda a população.

Muito obrigado, Sr. Presidente, pela tolerância. Mas V. Ex<sup>a</sup> nem ligou o relógio para os outros. Eu sei que o tempo está passando, sei que os colegas, funcionários da Casa, também precisam descansar, mas este ano não vai ser moleza, este é um ano em que – infelizmente ou felizmente – o debate vai ser esticado, continuado. Vou até trazer pó de guaraná a fim de afastar o cansaço físico – cansaço mental sei que ninguém tem –, pois as sessões, com certeza, serão bem mais prolongadas.

Muito obrigado. Vou ouvir atentamente o pronunciamento dos demais colegas.

**DOCUMENTOS A QUE SE REFERE O SR. SENADOR SIBÁ MACHADO EM SEU PRONUNCIAMENTO.**

*(Inseridos nos termos do art. 210, inciso I e § 2º, do Regimento Interno.)*

---

[Questão de Ordem](#) [Contradita](#) [Decisão](#) [Recurso](#) [Texto Integral](#)

## Questão de Ordem 736

51ª Legislatura (21/05/2002)

**Autor:** JÚLIO SEMEGHINI (PSDB-SP)

**Presidente:** EFRAIM MORAIS (PFL-PB)

### Ementa

Solicita a nulidade da sessão realizada em 15.05.02 na **Comissão Parlamentar de Inquérito** destinada a investigar irregularidades praticadas durante a vigência do regime de administração temporária do BANESPA, que aprovou Requerimento nº 34/02 convocando, na qualidade de testemunha, o Sr. RICARDO SÉRGIO e outros; entende que a CPI extrapolou sua competência quando decidiu investigar fatos que não teriam pertinência com sua investigação, já que ocorreram em período anterior àquele abrangido no requerimento de constituição da Comissão Parlamentar.

### Dispositivos Regimentais

[Art.35 \(§ 1º\)](#)

### Dispositivos Constitucionais

[Art.58 \(§ 3º\)](#)

**Indexação** (clique para exibir)

---

## Contradita

**Autor:** PROFESSOR LUIZINHO (PT-SP)

### Ementa

Contradita a questão de ordem alegando sua intempestividade, já que a aprovação do Requerimento ocorreu há algum tempo e já produziu seus efeitos, a propósito de questionamento suscitado pelo Deputado Júlio Semeghini acerca da nulidade da sessão realizada em 15.05.02 na **Comissão Parlamentar de Inquérito** destinada a investigar irregularidades praticadas durante a vigência do regime de administração temporária do BANESPA, que aprovou Requerimento nº 34/02 convocando, na qualidade de testemunha, o Sr. RICARDO SÉRGIO e outros.

**Indexação**

---

## Decisão

**Presidente:** EFRAIM MORAIS (PFL-PB)

### Ementa:

Já provimento à questão de ordem suscitada pelo Deputado Júlio Semeghini acerca da nulidade da sessão realizada em 15.05.02 na **Comissão Parlamentar de Inquérito** destinada a investigar irregularidades praticadas durante a vigência do regime de administração temporária do BANESPA, que aprovou o requerimento nº 34/02 convocando, na qualidade de testemunha, o Sr. RICARDO SÉRGIO e outros; torna em efeito a aprovação do requerimento e nula a convocação das testemunhas nela referidas; cita que a criação de CPIs depende de juízo prévio da Presidência, com relação ao requisito "fato determinado", cabendo a ela

**MED. CAUT. EM MANDADO DE SEGURANÇA 25.885-3 DISTRITO FEDERAL**

RELATOR : MIN. CEZAR PELUSO  
IMPETRANTE(S) : SEBASTIÃO AFONSO VIANÁ MACEDO  
NEVES  
ADVOGADO(A/S) : MÁRCIO LUIZ SILVA  
IMPETRADO(A/S) : COMISSÃO PARLAMENTAR DE INQUÉRITO  
DO SENADO FEDERAL - CPI DOS BINGOS

**DECISÃO: 1.** Trata-se de mandado de segurança impetrado pelo senador Sebastião Afonso Viana Macedo Neves, contra a Comissão Parlamentar de Inquérito dos Bingos, que, instaurada no Senado Federal para apurar “*utilização das casas de bingo para a prática de crimes de ‘lavagem’ ou ocultação de bens, direitos e valores, bem como relação dessas casas e das empresas concessionárias de apostas com o crime organizado*”, estaria exorbitando de seus poderes ao entrar a investigar outros fatos, sem nenhuma prova prévia de conexão com o fato determinado que lhe justificou a instauração.

O impetrante invoca direito líquido e certo, que consistiria na prerrogativa parlamentar de exigir se atenha a Comissão ao seu objeto formal, e enumera outros fatos que, sem nenhum liame aparente com tal objeto, estariam sendo investigados, o que evidenciaria desvio de finalidade, na forma de abuso de poder, na atuação da CPI, que não alterou, como podia fazê-lo, o objeto original.

E releva o Requerimento nº 52/06, aprovado na data de ontem, para inquirição de Francenildo Santos Costa, cuja entrevista demonstraria que se trata de pessoa simples que se propõe a fazer afirmações constrangedoras sobre a vida íntima de pessoas ligadas ao governo, concorrendo para sua desestabilização política ou antecipação da campanha eleitoral.

Em caráter liminar, pede sejam suspensas diligências que desbordem do fato objeto da CPI, em particular sobre temas que discrimina e a cujo respeito já teria a Comissão estendido investigação, ou sejam suspensas diligências impertinentes e abusivas, como seria o caso do Requerimento nº 52/06.

2. É caso de liminar.

Neste juízo prévio e sumário, a *cognitio* é, por definição, superficial e provisória, porque se atém à estima de dados unilaterais, ante o caráter de urgência da tutela pretendida.

Nessa perspectiva, não parece desarrazoada a afirmação da existência de direito líquido e certo do impetrante, enquanto diz com o exercício de prerrogativa parlamentar tendente a, como membro de Comissão Parlamentar de Inquérito, conter-lhe as atividades nos limites constitucionais do fato determinado que lhe justificou a criação (art. 58, § 3º, da Constituição da República), sob pena de comprometimento de sua eficácia como órgão específico de fiscalização do Parlamento.

Escusaria advertir que, se se perde CPI na investigação de fatos outros que não o determinado como seu objeto formal, configuram-se-lhe desvio e esvaziamento de finalidade, os quais inutilizam o trabalho desenvolvido, afrontando a destinação

constitucional, que é a de servir de instrumento poderoso do Parlamento no exercício da alta função política de fiscalização. Nenhum parlamentar pode, sem descumprimento de dever de ofício, consentir no desvirtuamento do propósito que haja norteado a criação de CPI e na conseqüente ineficácia de suas atividades.

Conquanto sejam públicos e notórios alguns episódios narrados na inicial, os quais revelariam dispersão dos trabalhos da CPI na investigação de fatos que, à míngua de prova prévia de conexão, não guardariam vínculo algum com o objeto formal da chamada CPI dos Bingos, seria excessivo impor, nesta sede, sem audiência da autoridade tida por coatora, limitação genérica às atividades da CPI.

Mas é força convir em que, a levar a sério, como se deve, a justificação mesma do Requerimento nº 052/06, não se encontra nenhum fato que, já provado, fora suscetível de se reputar conexo com o objeto formal da CPI, pois seus termos, sobre apoiarem-se basicamente em reportagens, aludem a supostos ilícitos que, não obstante possam fundamentar e legitimar a criação de outras tantas CPIs, em nada entendem com o fato determinado a que deve ater-se a Comissão já criada. Eventual partilha de dinheiro, em certo local, não tem por si presunção alguma de que estaria ligada a uso de casas de bingo para a prática de crimes de "lavagem" ou ocultação de bens, direitos e valores. Doutro modo, qualquer notícia ou reportagem sobre corrupção poderia ser abrangida como alvo dessa CPI, a qual se transformaria numa como Comissão Geral de Investigação da República, ou reviveria órgão análogo de épocas de autoritarismo.

Observe-se – e isto é de toda relevância e, de certo modo, decisivo na resposta ao pedido de liminar – que a “Justificação” do Requerimento nº 052/06 não faz menção alguma à possibilidade de que a referida testemunha conheceria a origem do dinheiro que, alegadamente, teria sido distribuído na casa de que se cuida. Noutras palavras, seu depoimento em nada ajudaria a esclarecer ou provar a suposição de que seria dinheiro oriundo de casas de jogo! E é o que se presume à condição cultural e ao próprio trabalho que a testemunha desempenharia no local apontado.

E nem precisaria notar que outros fatos, ainda que censuráveis do ponto de vista dos costumes ou da moral social, à medida que só respeitam à vida privada das pessoas, não podem, sequer em tese, ser objeto de CPI, porque a esta só é dado investigar assunto sobre o qual tenha competência legislativa o Parlamento. Vida e negócios privados, enquanto tais, sem vínculo com interesse coletivo, esses não entram na competência legislativa do Parlamento e, portanto, estão fora do alcance de CPI.

Daí, em resumo, diante do risco de desvio de finalidade e de comprometimento da função da CPI, de que faz parte o impetrante, coexistirem os requisitos para tutela provisória, cuja concessão não impedirá que, seja outra a decisão final, possa a CPI realizar a diligência que, à primeira vista, parece como impertinente com seu objeto formal. Nem, muito menos, que os mesmos fatos possam justificar a criação de outra ou outras CPIs.

3. Do exposto, **concedo, em parte, liminar**, para suspender, até julgamento final da causa, a inquirição do Sr. Francenildo Santos Costa.

Comunique-se incontinenti à autoridade, requisitando-lhe informações.  
Publique-se. Int..

Brasília, 16 de março de 2006 (13h06).

Ministro **CEZAR PELUSO**  
Relator

## Dispositivos Regimentais

## Dispositivos Constitucionais

Art.58: (§ 3º) Art.35 (§ 1º)

**Indexação** [Clique para exibir](#)**Recurso**

Número: 241/2002

Autor: JOÃO PAULO (PT-SP)

**Ementa:**

Recorre contra Decisão da Presidência que deu provimento à questão de ordem suscitada pelo Deputado Júlio Semeghini acerca da nulidade da sessão realizada em 15.05.02 na CPI destinada a investigar irregularidades praticadas durante a vigência do regime de administração temporária do BANESPA, que aprovou Requerimento nº 34/02 convocando, na qualidade de testemunha, o Sr. RICARDO SÉRGIO e outros.

**Datas da CCJR**

Envio: 02/06/04/0

**Ementa do parecer**

Em 04.06.02 - A Presidência considerou intempestivo o recurso, tendo em vista que a questão de ordem foi decidida em 21.05.02, sem que qualquer Senhor Deputado interpusesse recurso na ocasião.

**Observações**

Em 04.06.02 - A Presidência considerou intempestivo o recurso, tendo em vista que a questão de ordem foi decidida em 21.05.02, sem que qualquer Senhor Deputado interpusesse recurso na ocasião.

**Texto Integral**

O SR. JULIO SEMEGHINI - Sr. Presidente, peço a palavra para uma questão de ordem.

O SR. PRESIDENTE (Efraim Morais) - Tem V.Exa. a palavra.

O SR. JULIO SEMEGHINI (PSDB-SP. Questão de ordem. Sem revisão do orador.) - Sr. Presidente, levanto a presente questão de ordem, para interpelar o Requerimento nº 34, de 2002, referente à CPI do BANESPA, aprovado na reunião de 15 de maio de 2002, cujo objeto requer sejam ouvidos, na qualidade de testemunhas, o Sr. Ricardo Sérgio de Oliveira e outros. Com base no § 3º do art. 55 da Constituição Federal, a CPI tem poder de investigação sobre fato determinado. O art. 35, § 1º, do Regimento Interno da Câmara dos Deputados considera fato determinado o acontecimento de relevante interesse para a vida pública e a ordem constitucional, legal, econômica e social do País, que quer devidamente caracterizado no requerimento de constituição da Comissão. Conforme o Requerimento da CPI nº 5, de 1999, a instituição da CPI BANESPA é para apurar denúncias de irregularidades praticadas durante a vigência do regime de administração temporária, conhecida por RAET, no BANESPA. Nessas circunstâncias, evidencia-se que o Requerimento nº 34, de 2002, objeto desta questão de ordem, extrapola a competência específica prevista no art. 55 do Regimento Interno da Câmara dos Deputados, "A nenhuma Comissão cabe manifestar-se sobre o que não for de sua atribuição específica.", uma vez que os fatos onde surgiram o nome das referidas testemunhas não dizem respeito ao período relativo ao fato ora apurado pela Comissão. Dessa forma, solicito a V.Exa. tornar nula a votação dia 15/05/2002, em que fora aprovado o Requerimento nº 34, de 2002. Sr. Presidente, estou entregando à Mesa a questão de ordem e peço que a mesma seja respondida, para que tomemos as devidas providências até a data de amanhã, para quando estaria prevista a realização da reunião.

O SR. PRESIDENTE (Efraim Morais) - Nobre Deputado Julio Semeghini, a Mesa recolhe o requerimento de V.Exa., que será analisado com a Assessoria, e tentará decidir a questão de ordem até o final desta sessão.

O SR. JULIO SEMEGHINI - Muito obrigado, Sr. Presidente.

O SR. PROFESSOR LUIZINHO - Sr. Presidente, peço a palavra pela ordem, para contraditar.

O SR. PRESIDENTE (Efraim Morais) - Tem V.Exa. a palavra, para contraditar.

O SR. JULIO SEMEGHINI (PSDB-SP. Pela ordem. Sem revisão do orador.) – Sr. Presidente, gostaria de agradecer ao Deputado Efraim Morais, Presidente à época, que acatou o pedido e a todos os membros da Mesa que participaram da CPI. Esta Casa tem como ferramenta importante, para o combate à corrupção, a CPI. É importante que a CPI se mantenha dentro do foco desejado. Nós, paulistas, e o PSDB queremos que o processo da RAET seja esclarecido. Queremos saber por que o banco foi privatizado, se o Brasil ganhou ou perdeu com ela e qual foi o impacto causado nos funcionários e na sociedade. Essa é a nossa preocupação e iremos até o final com as investigações. Estivemos presentes desde o início na CPI e, em nenhum momento, criamos dificuldade; pelo contrário, temos colaborado o máximo possível. Deixamos claro que qualquer denúncia sobre as pessoas que não serão ouvidas farão parte do relatório a nosso pedido, caso o Relator não as convoque. Os fatos deverão ser esclarecidos. O Brasil exige transparência nesse processo. Não queremos aproveitar o momento importante, visto que os trabalhos estão em fase final, conclusiva, e transformar a CPI em um debate eleitoral. Não podemos nos esquecer de que ainda faltam mais de quatro meses para as eleições e temos muito de trabalhar até lá. Parabenizo a todos os técnicos desta Casa que contribuíram de forma brilhante para que o instrumento da CPI continue sendo valorizado, para que possa esclarecer os fatos e cumprir os objetivos. Muito obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Augusto Nardes) – Deputado Júlio Semeghini, tenho convicção de que esta Casa procura preservar o importante instrumento da Comissão Parlamentar de Inquérito. Tenho certeza que assim pensa o Presidente Efraim Morais, a Mesa Diretora da Casa e o Presidente Aécio Neves.

O SR. LUIZ ANTONIO FLEURY - Sr. Presidente, peço a palavra pela ordem.

O SR. PRESIDENTE (Augusto Nardes) - Tem V.Exa. a palavra.

O SR. LUIZ ANTONIO FLEURY (PTB-SP. Pela ordem. Sem revisão do orador.) - Sr. Presidente, como Presidente da Comissão Parlamentar de Inquérito, quero deixar registrado que, quando apresentei requerimento para criação da CPI e por ocasião de sua instalação, quando fui eleito Presidente, ouvi críticas pelo fato de sua abrangência se dar somente a partir da decretação da RAET. Para não haver dúvida, naquele momento abri mão do meu sigilo fiscal e bancário. Ao mesmo tempo, numa reunião da CPI, decidimos investigar os fatos anteriores à decretação da RAET, o que foi feito, assim como foram investigadas as empresas devedoras e assim por diante. Como o fato em questão se referia ao ano de 1992, anterior, portanto, à decretação da RAET, a Comissão decidiu tomar o depoimento dessas pessoas. Com a decisão da Mesa, evidentemente fica prejudicada a reunião marcada para amanhã. Mesmo assim, viajaremos para São Paulo, porque, na quinta-feira, ouviremos os investidores, pessoas que compraram ações do BANESPA e com elas especularam, ganhando fortunas. Essas pessoas precisam explicar como se anteciparam e conseguiram obter lucros extraordinários. Muito obrigado, Sr. Presidente.



concursos de prognósticos explorados pela Caixa Econômica Federal e, mais recentemente, os bingos.

Desde o início de suas atividades, em 1993, as casas de bingos têm prestado um deserviço a Nação. Além de incentivar o terrível vício do jogo, sob o falso manto de contribuir para o financiamento de clubes desportistas, algumas dessas entidades vêm sendo utilizadas para dar ares de legalidades a recursos oriundos de atividades criminosas.

Importante observar que os bingos têm por sócios, por vezes ocultos, pessoas notoriamente relacionadas ao crime e a contravenção, as quais não raro, representam os interesses de organizações mafiosas com raízes no exterior.

Nossa firme convicção de que os bingos devem ser extintos está expressa no documento que cria a Frente Parlamentar contra a legalização da exploração dos jogos de azar no Brasil.

Ressaltamos, contudo, que na Frente Parlamentar possui caráter eminentemente preventivo. Para investigar e apurar os abusos que vêm sendo observados, julgamos que somente uma comissão parlamentar de inquérito, com poderes de investigação próprios de autoridades judiciais, terá força para desbaratar as quadrilhas que se valem da exploração das casas de bingo para lavar dinheiro proveniente das atividades criminosas.

Em face de todo o exposto, conclamamos os ilustres Senadores e Senadoras a assinarem o presente requerimento, com finalidade de ver instalada uma comissão parlamentar de inquérito para investigar e apurar a utilização das casas de bingo para a prática de crimes de "lavagem" ou ocultação de bens, direitos e valores, bem como a relação dessas casas e das empresas concessionárias de apostas com o crime organizado.

Sala das Sessões, 5 de março de 2004. – **Magno Malta**.

**REQUERIMENTO Nº, DE 2004**  
(do Senador Magno Malta e outros)

Requeremos em conformidade com o art. 145 do Regimento Interno, conjulgado com o art. 58, § 3º, da Constituição Federal, a criação de uma comissão parlamentar de inquérito, composta de 15 membros e igual número de suplentes, com o objetivo de investigar e purar a utilização das casas de bingo para a prática de crime de "lavagem" ou ocultação de bens, direitos e valores, bem como a relação dessas casas e das empresas concessionárias de apostas com o crime organizado, com duração de cento e vinte dias, estimando-se em R\$200.000,00 (duzentos mil reais)

os recursos necessários ao desempenho de suas atividades. (continuação, folha nº 3)

**Magno Malta – Heloisa Helena – Serys Sinesarenko – Papaléo Paes – João Capiberibe – Efaim Moraes – Ana Julia Carepa – Arthur Virgílio – Sibá Machado – Tasso Jereissati – Eduardo Azevedo – Mão Santa – Garibaldi Alves Filho – Hello Costa – Jefferson Peres – Ramez Tebet – Pedro Simon – Tião Viana – Mão Santa – Augusto Botelho – Eduardo Suplicy – Flávio Arns – Geraldo Mesquita Júnior.**

**REQUERIMENTO Nº, DE 2004**  
(do Senador Magno Malta e outros)

Requeremos em conformidade com o art. 145 do Regimento Interno, conjulgado com o art. 58, § 3º, da Constituição Federal, a criação de uma comissão parlamentar de inquérito, composta de 15 membros e igual número de suplentes, com o objetivo de investigar e purar a utilização das casas de bingo para a prática de crime de "lavagem" ou ocultação de bens, direitos e valores, bem como a relação dessas casas e das empresas concessionárias de apostas com o crime organizado, com duração de cento e vinte dias, estimando-se em R\$200.000,00 (duzentos mil reais) os recursos necessários ao desempenho de suas atividades. (continuação, folha nº 4)

**Antero Paes de Barros – Demóstenes Torres – Almeida Lima – José Jorge – Reginaldo Duarte – Alvaro Dias – Cristovan Buarque – Osmar Dias – José Agripino – Romeu Tuma – Leonel Pavan – Jorge Bonhausen – Sérgio Cabral – Heraclito Fortes – João Tenório – Lúcia Vânia.**

Senhor Presidente,

Comunico a Vossa Excelência que, nos termos do art. 243. do Regimento Interno do Senado Federal, minha assinatura aposta ao requerimento de criação da CPI dos "Bingos" é apenas de apoio.

Sala das Sessões, 2 de março de 2004. – **Sibá Machado**.

Senhor Presidente,

Considerando que o Presidente da República proibiu, por meio da Medida Provisória Nº 168, de 2004, a exploração de todas as modalidades de jogos de bingo e jogos em máquinas eletrônicas denominadas "caça-níqueis", retiro, nos termos do art. 244. do Regimento Interno do Senado Federal, minha assinatura aposta ao Requerimento da CPI dos "Bingos".

Sala das Sessões, de fevereiro de 2004. – **Hélio Costa**.

FATO DETERMINA  
 ↳ O QUE MENOS FEZ FOI INVESTIGAR BINGOS; ~~DE~~  
 ↳ INVESTIGA: • MORTE DE CELSO DAMIEN  
 • EMP. LEÃO LEÃO E CONTRATOS CIA-PR

ESTATUTO DA OAB

investidura.

**Art. 30** - São impedidos de exercer a advocacia:

I - os servidores da administração direta, indireta e fundacional, contra a Fazenda Pública que os remunere ou à qual seja vinculada a entidade empregadora;

*II - os membros do Poder Legislativo, em seus diferentes níveis, contra ou a favor das pessoas jurídicas de direito público, empresas públicas, sociedades de economia mista, fundações públicas, entidades para estatais ou empresas concessionárias ou permissionárias de serviço público.*

Parágrafo Único - Não se incluem nas hipóteses do inciso I os docentes dos cursos jurídicos.

**\* O advogado Márcio Luiz Silva é regularmente inscrito na OAB – Seção do Distrito federal sob o número 12.415/DF.**

**É servidor comissionado da liderança do Partido dos Trabalhadores na Câmara dos Deputados. Não há nenhum impedimento para impetração de Mandado de Segurança contra ato de membro ou comissão do Senado Federal, como foi o caso.**

**A questão jurídica é simples, não comporta dúvida alguma.**

**Se os senhores membros da oposição permanecem com dúvidas a respeito, podem consultar a OAB ou pedir ao Supremo Tribunal Federal a nulidade da decisão por ilegalidade de representação, o que não ocorrerá.**

**Isso é o que os atuantes do meio jurídico chamam de “JUS ESPERNIANDI” – O direito de espernear, quando não se conformam com uma decisão.**

**O SR. PRESIDENTE** (Mão Santa. PMDB – PI)

– V. Ex<sup>a</sup> será atendido na forma regimental.

Concedi a V. Ex<sup>a</sup> o mesmo tempo que concedi ao Senador Heráclito Fortes, que, para V. Ex<sup>a</sup> ver, como irmão do Piauí, não o discriminei por ter saído do Piauí.

**O SR. ALVARO DIAS** (PSDB – PR) – Sr. Presidente, pela ordem.

**O SR. PRESIDENTE** (Mão Santa. PMDB – PI) – Pela ordem, concedo a palavra ao Senador Alvaro Dias.

**O SR. ALVARO DIAS** (PSDB – PR. Pela ordem. Sem revisão do orador.) – Sr. Presidente, necessito, devo transferir à Mesa uma preocupação em relação àquilo que considero desrespeito ao Senado Federal por parte do Poder Executivo.

Há algum tempo, estamos trabalhando com o objetivo de investigar os gastos do Governo através dos cartões corporativos. Pedidos de informações, auditoria do Tribunal de Contas da União, e acabamos revelando irregularidades encontradas junto à Presidência da República com notas frias, causando despesas fictícias com recursos sacados através da utilização dos cartões corporativos. Aprovamos, aqui, um requerimento que nos permitiu solicitar informações à Casa Civil.

Alegou a Ministra Dilma Rousseff a impossibilidade de remeter a documentação. Aprovamos outro requerimento, designando um consultor para, na área da Presidência da República, investigar a documentação existente. A Mesa do Senado aprovou, designou um consultor oriundo do Tribunal de Contas da União, que passou a realizar esse trabalho. Enquanto o trabalho se deu relativamente a despesas que não chegavam ao redor do Presidente da República, houve a permissão para a realização do trabalho. Quando nos aproximamos de despesas do Presidente da República com cartões corporativos, houve o impedimento, uma nota técnica utilizada para a decisão da Casa Civil:

Cabe questionar se o Poder Legislativo poderia ter amplo e irrestrito acesso às informações detalhadas dos gastos com a utilização do cartão corporativo. Entendemos, com a devida vênia, que não.

Depois:

Entendemos que, como o ilustre servidor designado pelo Senado já está tendo acesso ao mencionado documento de caráter sigiloso, deve-se-lhe negar imediatamente esse acesso.

E, ao final, diz o seguinte:

Deve-se negar imediatamente acesso do servidor a serviço do Senado Federal aos processos de prestação de contas relativos ao uso

do cartão de pagamento do Governo Federal, mormente aqueles relacionados às despesas efetuadas com o Presidente da República, por se tratar de informações sigilosas.

Portanto, Sr. Presidente, tudo é sigiloso neste Governo. O Senado Federal não pode exercitar uma função primacial que é a de investigar o Governo. As contas do Governo devem ser públicas. Alega-se que ao Tribunal de Contas cabe esse trabalho de auditoria. O Tribunal de Contas é órgão auxiliar do Senado Federal. Portanto, a responsabilidade do Tribunal de Contas é a de funcionar como órgão auxiliar. A responsabilidade da fiscalização é, sim, do Senado Federal. Por isso, consideramos um desrespeito, uma obstrução ao trabalho de investigação do Senado Federal junto à Presidência da República.

Estamos submetendo à Mesa o fato para posterior deliberação. Sei que V. Ex<sup>a</sup> haverá de comunicar, por meio do Secretário Raimundo Carreiro, à Presidência da Mesa essa informação para que, afinal, a Mesa do Senado Federal se pronuncie a respeito.

Muito obrigado, Sr. Presidente.

**O SR. PRESIDENTE** (Mão Santa. PMDB – PI) – Atenderemos a solicitação de V. Ex<sup>a</sup>.

Concedo a palavra ao próximo orador inscrito, Senador Valdir Raupp. Como já estamos na prorrogação, invoco para a sua competência sintética.

**O SR. VALDIR RAUPP** (PMDB – RO. Pronuncia o seguinte discurso. Sem revisão do orador.) – Sr. Presidente, prometo não gastar mais do que 50% do tempo dos oradores que me antecederam.

Sr. Presidente, Sr<sup>as</sup> e Srs. Senadores, mercê de seu imenso potencial hidrográfico, o Brasil pôde, ao longo do século passado, criar um sistema energético eficiente e limpo, baseado na geração de eletricidade em usinas hidrelétricas. A região amazônica concentra cerca de 51% de todo o potencial hidrelétrico brasileiro e, portanto, impõe-se como natural a sua vocação para os empreendimentos que visam à produção de energia elétrica de origem hídrica.

A certa altura, porém, tais obviedades pareceram turvar-se, e o País, desviado de um caminho vitorioso e único no mundo, andou investindo em geração de energia em usinas térmicas movidas a óleo combustível, com severos impactos ambientais e a um custo financeiro igualmente elevado. Felizmente, houve uma reorientação estratégica, e o Governo, hoje, mostra-se mais uma vez disposto a investir na produção de energia hidrelétrica, na região mais propícia do território nacional: o Norte.

Com efeito, a continuação do complexo do rio Madeira, formado por duas hidrelétricas deste lado da fronteira e outras duas na Bolívia, irá gerar, na parte

brasileira, cerca de 6.500 megawatts, montante imprescindível para compor os investimentos em energia nova, necessários para sustentar a projeção de consumo a partir de 2010, afastando os riscos de novo ciclo de desabastecimento energético.

Mas, Sr. Presidente, Sr<sup>as</sup> e Srs. Senadores, estou otimista! Vale a pena ressaltar que os estudos ambientais avançaram rapidamente em 2005, e há uma expectativa de que o licenciamento prévio seja emitido pelo Ibama já em abril ou maio deste ano.

Quanto às opções de licitação, o Governo está estudando uma forma inédita de leilão, reservando 49% do projeto para um consórcio formado por Furnas, Chesf e Eletronorte.

Todavia, aqui e acolá começam espocar críticas ao projeto e insinuações mal fundamentadas sobre o complexo do rio Madeira. Ora criticam os valores previstos, da ordem de 20 bilhões de reais, ora fustigam o modelo escolhido pelo Governo. O fato é que ninguém discute a necessidade de aumentar o ritmo de crescimento de nossa economia – e, para tanto, todos sabem, é mister investir em infra-estrutura e produção de energia!

Permitam-me, pois, Sr<sup>as</sup> e Srs. Senadores, rebater as duas principais vertentes críticas ao complexo do Madeira. Um simples exercício aritmético será capaz de desmistificar o alegado alto custo do investimento. Estudos preliminares feitos por Furnas apontam um potencial de geração de riqueza da ordem de 2,36 bilhões de reais ao ano, somente com a geração de energia. Outros 5,24 bilhões de reais podem advir do incremento agrícola na região, da produção do maquinário para mover as 88 turbinas e da imensa demanda por serviços, como hotelaria, turismo e setor de alimentos. Assim, em curto período de tempo, haverá o devido retorno do investimento.

De outro lado, cumpre esclarecer que os 49% da Eletrobrás e suas subsidiárias ajudam a assegurar o interesse da iniciativa privada pelos demais 51%, viabilizando o projeto. E não falamos de um projeto qualquer, mas de uma gigantesca iniciativa, a maior do Plano Plurianual de 2004 a 2007 na área de infra-estrutura. Trata-se de uma iniciativa estratégica do Governo Federal, que conta com o apoio dos governos locais.

Parte das críticas associa a construção das usinas de Santo Antônio e de Jirau à proximidade das eleições. Mesmo profissionais de imprensa que reputo muito competentes, como a colunista Míriam Leitão, têm-se deixado contaminar por esse tipo de percepção errônea, e sou fã e admirador de Míriam Leitão. A verdade dos fatos é que o projeto do rio Madeira não nasceu agora, às portas da eleição – V. Ex<sup>as</sup>, que acompanham meus pronunciamentos, sabem muito

bem disso. Quero crer que a jornalista Míriam Leitão, por essa vez, não logrou ouvir fontes fidedignas e, em consequência, acabou emitindo opinião sem o devido amparo dos dados técnicos corretos.

O Jornal **Valor Econômico**, por exemplo, mostrou em edição recente que um dos principais benefícios produzidos pelo complexo do rio Madeira será a interligação de parte da Região Norte ao sistema elétrico nacional. Além dos ganhos sistêmicos, traduzidos em maior escala, haverá a substituição do chamado sistema isolado, feito com geração termelétrica a óleo combustível. Essa energia, além de poluidora, é cara, pois somente o óleo custa cerca de R\$4,5 bilhões por ano. Tais valores são pagos por todos os cidadãos brasileiros, em sua...

*(Interrupção do som.)*

**O SR. VALDIR RAUPP** (PMDB – RO) – ...conta de luz, ocultos sob a rubrica denominada Conta de Consumo de Combustível, CCC. E o que é pior: essa conta não pára de crescer. Entre 2005 e 2006, a variação foi de quase 25%. Por isso, advogo a tese da construção do gasoduto Urucu-Porto Velho, obra que, a curto e a médio prazo, vai trazer uma economia muito grande na geração de energia elétrica, até que saiam as usinas do complexo do Madeira.

De todo modo, convidamos a um debate sério e qualificado sobre o projeto. Sabemos que ficaria demonstrado o impacto inestimável para a economia de Rondônia e do Norte do País. Por exemplo, apenas de *royalties*, prevê-se o aporte do equivalente a 5% da arrecadação total do Estado. Para o Município de Porto Velho, a cifra é ainda mais vistosa, pois significa 30% de sua arrecadação atual. Os demais Municípios receberiam, pelo ICMS gerado pela energia, 25% também dessa arrecadação.

Nunca é demais frisar o enorme resultado na geração de empregos. Cerca de 50 mil empregos diretos e o dobro disso nas atividades de apoio às obras. Em momento de picos, nas obras de engenharia, estima-se que cada uma das usinas poderia empregar 40 mil operários, quase todos da própria região, pois já existem investimentos em qualificação de mão-de-obra local.

Sr. Presidente, Rondônia desponta como um de nossos principais pólos de geração de energia, pois de acordo com o projeto de Furnas, tem capacidade para gerar 17 mil *megawatts*, oriundos de hidrelétricas, o que corresponde a quase 19% de toda a capacidade instalada no País.

Também são promissoras as atividades de mineração, do agronegócio e do setor madeireiro, depois da aprovação da Lei de Licitação das Florestas Públi-

cas. Com o processo de instalação do complexo do rio Madeira, a Prefeitura de Porto velho e o Governo do Estado julgam que as obras possam ajudar a formar um parque industrial, a fim de fornecer máquinas e equipamentos para a construção das usinas.

Pelo exposto, acredito que esteja se consolidando um novo perfil socioeconômico para o Estado, em tudo mais dinâmico e versátil que o anterior. Para tanto, é fundamental que se mantenha o ritmo e não se atrase o cronograma previsto para o andamento dos trabalhos de implementação do complexo do rio Madeira. Quem ganha, sem dúvida, é o povo rondoniense e a sociedade brasileira, beneficiados com um projeto de exploração energética sustentável e de longo prazo.

*(O Sr. Presidente faz soar a campanha.)*

**O SR. VALDIR RAUPP** (PMDB – RO) – Era o que eu tinha a dizer, Sr. Presidente, Sr<sup>as</sup> e Srs. Senadores, agradecendo a todos pela atenção dispensada.

Durante o discurso do Sr. Valdir Raupp, o Sr. Mão Santa, deixa a cadeira da presidência, que é ocupada pelo Sr. Alvaro Dias, Suplente de Secretário.

**O SR. PRESIDENTE** (Alvaro Dias. PSDB – PR) – Muito obrigado, Senador Valdir Raupp.

A ordem de inscrição é: Senador Mão Santa, Senador Arthur Virgílio, Senador Cristovam Buarque e Senadora Lúcia Vânia, que são os últimos inscritos.

Senador Mão Santa, V. Ex<sup>a</sup> dispõe de dez minutos, com mais cinco, se o desejar.

**O SR. MÃO SANTA** (PMDB – PI. Pronuncia o seguinte discurso. Sem revisão do orador.) – Sr. Presidente Alvaro Dias, Sr<sup>as</sup> e Srs. Senadores, brasileiras e brasileiros aqui presentes e que nos assistem pela televisão, companheiro Heráclito Fortes – o uso do termo “companheiro” não tem nada a ver com o PT. Foi um homem como nós, médico como nós, atentai bem, Valdir Raupp, Che Guevara, que disse: “Se és capaz de tremer de indignação diante de uma injustiça feita em qualquer lugar do mundo, és companheiro”.

Todo o Brasil está cheio de indignação. Todo o Brasil! Edison Vidigal, político, é candidato lá no Maranhão. O outro, Jobim, queria ser candidato. Essa é a Justiça.

Atentai bem, Senador Arthur Virgílio! Montesquieu pula, estrebucha na sua sepultura diante da ignomínia no Brasil pelos poderes que ele sonhou. O *L'État c'est moi* acabado com o povo que foi às ruas e gritou: “liberdade, igualdade e fraternidade!” O governo do povo, pelo povo, e para o povo.

Atentai bem, nesses da Justiça, Senador Heráclito Fortes, pulando lá para o mundo político. Não foi isto que Montesquieu idealizou e sonhou, a traquina-

gem. O PMDB, Senador Arthur Virgílio, do MDB, neto do PTB do pai de V. Ex<sup>a</sup>, aqui cassado.

Dezembro de 2004. Uma Assembléia, uma convenção. O Partido, Senador Heráclito Fortes, decide que quer ter candidatura própria. Não é preciso, Senador Sibá, até o Lula deve entender isso, porque lá no Grêmio Tiradentes, lá no Ginásio São Luiz Gonzaga, eu sabia que a Assembléia era soberana. É a convenção. Essa a vontade. Dezembro de 2004, sucessivas reuniões das executivas e todas elas se mantêm pela candidatura própria.

Atentai bem, Senador Alvaro Dias! Estupro, crime odioso... Senadora Lúcia Vânia, é estupro levar para a cama, forçar uma mulher ao ato sexual. Este é o mais vergonhoso estupro que está na democracia: o PT de Lula quer levar para cama, para o banquete eleitoral, para as eleições, o PMDB, que não quer ir com essa porcaria!

**O Sr. Heráclito Fortes** (PFL – PI. Fora do microfone.) – Casamento de coronel.

**O SR. MÃO SANTA** (PMDB – PI) – É! É o estupro democrático. Nós não queremos, Arthur Virgílio, Heráclito! Que saudade do MDB de Heráclito!

Eu vi, num salão como este, numa assembléia do Piauí, Heráclito, que era do PMDB, se rolar na discussão democrática com outro, mas para prevalecer a liberdade. Então, é a nossa história do PMDB, o PMDB que não tremeu diante dos canhões, diante de Geisel, o PMDB de Ulysses Guimarães e Sobral Pinto.

Atentai bem, Lúcia Vânia! Nem a ditadura ousou isso. O PMDB, na nossa cidade, Heráclito, em 1972, lá em Parnaíba, nós conquistamos, contra a ditadura, contra Médici, a prefeitura. Nem a ditadura impedia o PMDB de participar da democracia. Ulysses, Teotônio Vilela, moribundo, com câncer; Tancredo, que se imolou. Quantas diverticulites operei, Heráclito, na Santa Casa. Mas Tancredo retardou, entrando num fenômeno de septicemia, para fazer a transição democrática. E transitou dessas aos céus. Juscelino, cassado... Mas lutamos pela democracia.

E, agora, o PT impedir o PMDB de ter candidato? Heráclito, V. Ex<sup>a</sup> tem uma história muito bonita no PMDB. Eu até digo o que o cantor diz: ninguém se perde no caminho de volta. Quero convidá-lo para voltar.

Mas quero dizer que nunca dantes o PMDB teve um Presidente tão firme, tão competente, tão digno como Michel Temer. Essa é a inveja e a mágoa dos outros, sem nenhuma liderança.

Atentai bem, ó Heráclito Fortes! Respeito a vivência de V. Ex<sup>a</sup> neste Parlamento. Eu mesmo vi Deputados Federais, que para mim simbolizavam as suas ações, de chofre, se reunirem em número de 53 e retirarem o líder que se mostrou governista. Eu nun-

ca vi uma reação como esta: 53 Deputados Federais destituírem um líder.

Então, depois desse movimento, a executiva se reúne, indignada. Heráclito, eles não foram; eles correram e, vergonhosamente, comprometeram a justiça. Eles fugiram da raia e da luta. Eles deveriam estar lá. Pediram que a executiva se manifestasse, procuraram a traição em nome da justiça.

Ulysses dizia, Ó Arthur Virgílio: ouça a voz rouca do povo. Ouvi, na última reunião, os militantes cantarem. Esses governistas vão atrás de quem dá mais. O coro do outro lado, pátria amada, quer um PMDB sem marmelada. Está aqui a marmelada. Olha, ninguém mais justo. Isso é da cultura. A democracia é do povo e é universal. Essas prévias são da cultura democrática, os países civilizados as fazem.

O militante, o delegado, o suplente, o vereador, o prefeito, o vice-prefeito, o deputado, todos escolheram seu candidato à Presidente da República. É claro, estamos no pluripartidarismo.

Nós não temos a cara do PSDB. Nós não temos a cara do PT, que é o neoliberal do PSDB, mas coligado à corrupção e à vergonha – e não mais só à corrupção, mas à falta de pudor e de exemplo. Nós somos diferentes. Somos o PMDB. Mas o PMDB é do povo e da democracia, ele não faltou.

Estou aqui graças ao PMDB. Esta tribuna, este poder que assumimos em nome do povo, eu o quero, Heráclito Fortes, permitir a outros. Lembro-me de V. Ex<sup>a</sup> começando... Foi nas fileiras do PMDB. Nós lutamos com isso para que outros pudessem, usando esta avenida da democracia, chegar a representar o povo.

Nós estamos aqui com o Presidente e falando no nome dele. Só há um Presidente. Unidade de comando e unidade de direção. É Michel Temer.

E estamos lutando. Estamos lutando. Eu, eu, pessoalmente, há muito. Ó, Deus, eu vos agradeço, por ter me dado a coragem de tanto detectar como profetizar essa corrupção. E Ulysses, Heráclito: o cupim da democracia é a corrupção. E ele nunca que imaginou, Senador Arthur Virgílio, que ia ter tanto cupim neste Brasil, neste Brasil do PT.

Então, nós estamos aqui neste momento para salvar o PMDB, que é da Pátria e da batalha jurídica. É! Senador Álvaro Dias, Shakespeare: “Há algo de podre no reino da Dinamarca”. Aqui no Brasil está tudo é podre. O Executivo? Que podridão! Aqui a podridão que o PT trouxe com o mensalão e que compromete a Justiça. Nós entendemos, nós entendemos, Arthur Virgílio, como Aristóteles, que a coroa da Justiça brilhe mais do que a coroa dos reis! Que a coroa da Justiça esteja mais alta do que a coroa dos santos! E a Justiça é divina. É aquela dos mandamen-

tos da lei de Deus que eu queria, pelo menos, que Lula e o PT aprendessem. Uma delas é o 4<sup>o</sup> Mandamento: – Não roubarás. Eu e o Brasil cristão. Divina, quando Cristo não tinha, uma tribuna, uma televisão, e subia, às montanhas, e dizia: Bem-aventurados os que têm fome e sede de justiça. Isso não é justiça; isso é maldandragem. Isso se arrasta desde 2004. Uma prévia. Marcada. Assisti à última reunião da Executiva. Toda lá. Os outros, Senador Arthur Virgílio – como lá no meu Piauí diz-se – correram da raia. Os outros governistas, para não caírem, se deixaram no chão e foram enxovalhar a justiça. Comprometer.

Olha, bem-aventurados os que têm fome e sede de justiça. O PMDB é esse Partido bem-aventurado. Quarenta anos na próxima semana: de luta, desse ideal, da ditadura, da anistia, das Diretas Já. Agora muito mais, Arthur Virgílio, eu acho que o PMDB tem que ficar forte, porque, pior do que... Na ditadura eles eram mais honestos do que os que estão aí. Eu estudei na ditadura. Tinha universidade que prestava. Então, o PMDB agora, com a coragem que combateu a ditadura, reconquistou a liberdade, a anistia e as diretas. Temos que lutar e voltar fortes para garantirmos neste País a ética, a decência e a dignidade.

**O Sr. Heráclito Fortes** (PFL – PI) – V. Ex<sup>a</sup> me concede um aparte?

**O SR. MÃO SANTA** (PMDB – PI) – Esta é a nossa... E convidamos todos, em nome do Presidente de nosso Partido, a estarem na convenção do PMDB, que é a Pátria, e a Pátria tem que ter Poder Judiciário, Legislativo e Executivo. E o PMDB serve à Pátria.

Concedo o aparte ao Senador Heráclito Fortes.

**O Sr. Heráclito Fortes** (PFL – PI) – Já dizia o velho Ulysses Guimarães: “A pátria é o povo, e o povo vencerá”. Senador Mão Santa, não me é dado o direito de entrar na economia interna de Partidos que não o meu – sou muito cioso desse comportamento –, mas V. Ex<sup>a</sup>, vez ou outra, me faz lembrar aqui o querido e memorável momento que não só eu, mas também o Senador Arthur Virgílio, tivemos no PMDB. Nosso Presidente eventual da Mesa é outro. Tivemos um momento de glória no PMDB, em que Álvaro Dias no Paraná arrastou multidões e fez uma Liderança consolidada. O meu aparte é de solidariedade ao ato, porque um ato de economia interna de um Partido, no meu modo de ver, deve ser decidido nos seus quadros. Não sei em que uma convenção fere a lei, uma convenção é ilegal, principalmente uma prévia, em que o Partido quer apenas ter o direito de dizer o que quer. Mas o meu aparte a V. Ex<sup>a</sup> tem um outro propósito, e o faço com muito carinho e muita sinceridade. São as referências que V. Ex<sup>a</sup> faz ao Deputado Michel Temer. Tive a felicidade de compor a Mesa da Câmara dos

Deputados durante quatro anos com o Deputado paulista Michel Temer: S. Ex<sup>a</sup>, Presidente; e eu, 1<sup>o</sup> Vice-Presidente. Concordo com V. Ex<sup>a</sup>: é um homem fino, educado, firme, determinado, que sabe o que quer e, acima de tudo, um dos melhores juristas deste País. De forma que a minha impressão é de que o Presidente do Partido tomará as medidas necessárias...

*(O Sr. Presidente faz soar a campanha.)*

**O Sr. Heráclito Fortes** (PFL – PI) – ...para que, em outra instância, essa questão seja revista e a democracia desejada para o PMDB seja praticada como desejam seus militantes no próximo domingo. Felicito V. Ex<sup>a</sup> pelo pronunciamento e espero que essa coincidência crescente de equívocos, todos com o manto do autoritarismo, tenha um basta no Brasil o mais breve possível. Muito obrigado.

**O SR. MÃO SANTA** (PMDB – PI) – Senador Heráclito, agradeço a V. Ex<sup>a</sup> que contribuiu com um amigo seu, Ulysses, para esta grandeza que vivemos: o PMDB.

Mas, Senadora Lúcia Vânia, V. Ex<sup>a</sup>, muito culta, como diz lá o poeta luso “quando a bela e velha Musa canta ou se levanta”. Eu vi essa musa, Pedro Simon, agora, na Executiva: Ramez Tebet. O PMDB se levantou por esses fatores de dignidade e grandeza.

Senador Heráclito, V. Ex<sup>a</sup> se lembra da ditadura? O nosso caminho foi longo e sinuoso.

Arthur Virgílio, ninguém mais do que V. Ex<sup>a</sup> que teve, não o sacrifício, mas o exemplo do honrado pai, Senador da República. Senador Arthur Virgílio, nós, do PMDB, vencemos eleição para prefeito, no começo dos anos 70, lá na Parnaíba. A reação dos militares foi essa mesmo. Atentai bem, Heráclito! Eu me lembro de que quando entrevistado, de manhã, na Rádio Pindorama, por Deoclécio Dantas, iam tomar e não iam deixar. A ditadura. A ditadura era melhor do que estes. Atentai bem, lá, Deoclécio Dantas, Rádio Pindorama: – “Mão Santa, tem um imbróglio aí na Justiça”. Igual a este. A justiça é divina, mas essa é feita por homens passíveis de corrupção. Atentai bem, Heráclito! Deoclécio Dantas me entrevistava nas madrugadas, às seis horas da manhã, o que eu achava daquilo. Estava uma história dessas liminares...

*(Interrupção do som.)*

**O SR. MÃO SANTA** (PMDB – PI) – ...para que Elias Ximenes do Prado não assumisse a prefeitura. Aí eu respondi.

**O SR. PRESIDENTE** (Alvaro Dias. PSDB – PR) – Senador Mão Santa, V. Ex<sup>a</sup> tem mais 2 minutos.

**O SR. MÃO SANTA** (PMDB – PI) – Dois são suficientes. Eu respondi, Senador Heráclito: Deoclécio, o

que me faz lembrar a história da velha Áustria, Prússia e Alemanha. Havia um moinho. Aí Frederico da Prússia se embelezou, queria adquiri-lo, levá-lo para a sua propriedade, para o seu castelo, e chamou o camponês: “Olha, eu quero comprar esse moinho”. Atentai bem, Senador Cristovam. Aí o camponês disse: “Eu não posso me desfazer desse moinho, porque ele foi de meu avô, de meu pai, e eu conservo a tradição”. “Você sabe com quem está falando? Sou Frederico da Prússia, o rei. Quero o moinho”. Aí o camponês se virou e disse: “Majestade, ainda existem juizes em Berlim”.

E agora eu digo: malandros, traquinas, ainda existem juizes em Brasília para derrubar essa imoralidade! (Muito bem! Palmas.)

**O SR. PRESIDENTE** (Alvaro Dias. PSDB – PR) – Senador Cristovam Buarque, a relação agora se alterou: Senador Cristovam Buarque, Senadora Lúcia Vânia e Senador Arthur Virgílio são os próximos oradores inscritos.

Com a palavra o Senador Cristovam Buarque, por 15 minutos.

**O SR. CRISTOVAM BUARQUE** (PDT – DF. Pronuncia o seguinte discurso. Sem revisão do orador.) – Sr. Presidente, Sr<sup>as</sup> e Srs. Senadores, nesses últimos dias, de ontem para hoje, aliás, temos discutido assunto extremamente importante, que é a intervenção do Poder Judiciário com o Poder Executivo no Poder Legislativo. E não há dúvida de que isso não pode continuar. Essa realidade tende a desfazer o equilíbrio entre nossas instituições e, com isso, desfazer o que caracteriza uma república. Não temos falado na importância desses últimos dias aqui sobre o porquê desse desequilíbrio que sentimos ultimamente: nesses últimos meses, nesses últimos anos em que surgiu a aliança de um Poder com o outro contra o terceiro. E esse terceiro Poder, hoje submetido a quase uma ditadura, é aquele que, de fato, representa o povo brasileiro: o Congresso. Por isso, creio que deveríamos perguntar-nos o porquê da submissão do Congresso, o porquê da perda de influência, o porquê de hoje sermos governados por medidas provisórias do Poder Executivo e por mandados judiciais do Poder Judiciário, o porquê de ser proibida a consulta aos membros do PMDB, de ser suspensa por um tribunal, por um juiz isolado. É isso que, a meu ver, Presidente, já não é apenas intromissão, mas deboche. O que a justiça fez ao interromper, Senador Mão Santa, já é um deboche, já não é mais nem uma intervenção. Por quê? Essa é a pergunta. Por que conseguem fazer isso? Por que o voto de líderes como V. Ex<sup>a</sup> já não vale nada? Por que o mandato não é respeitado? Por que uma assinatura de um juiz monárquico consegue impedir a decisão de líderes nacionais que se juntaram para fazer uma

consulta às bases? Que bases? Vinte e três mil, se não me engano, de líderes, cada um deles com uma liderança, por que essa liderança não vale mais nada, Senador? Estamos nos perguntando não o porquê, mas como fizeram. Quero me perguntar por quê. E acredito que o Poder Judiciário e o Executivo fazem essa intervenção porque perdemos o respeito diante da opinião pública. E perdemos por duas razões: a primeira é que, de tantos nos submetemos àquilo que determinam, vai-se perdendo o respeito, e segundo porque o povo não está vendo esta Casa como representante dele. Porque se discute exaustivamente, mas não os problemas concretos que afligem o nosso Povo.

Senador, acredito que aqui deveria ter um painel com o nome de todos os desempregados do Brasil, para que o Senado se lembrasse a cada instante quantos milhões de brasileiros estão desempregados. Deveríamos ter aqui um anúncio dizendo quantas crianças estão fora da escola; quantas não terminam o ensino médio; qual o número de analfabetos. Deveríamos nos lembrar todos os dias da aflição do povo brasileiro, mas não lembramos; ao não lembrarmos, não oferecemos alternativas e, ao não oferecer alternativas, não somos respeitados; ao não sermos respeitados, o Supremo Federal faz o que quer conosco, e o Poder Executivo manda para cá as medidas provisórias que quer.

Só para dar o exemplo de uma despreocupação: estamos numa guerra civil neste País e não trazemos esse assunto para cá. Refiro-me à guerra civil que custou, de 1980 para cá, 800 mil mortos. Para dar o número exato, de acordo com as estatísticas do IPEA, foram 794 mil assassinatos nesses últimos vinte e cinco anos. Isso dá quatro assassinatos por dia. Isso faz com que nós, enquanto estamos discutindo aqui essas coisas, um número significativo de assassinatos ocorreu. Ao longo dessa semana, em que gastamos tanto tempo discutindo uma coisa importantíssima, como a proibição de um depoimento na CPI, nesse mesmo período, um número bastante grande de brasileiros foi assassinado. Há uma guerra civil com características de genocídio. Se formos olhar quais as vítimas, veremos que são, sobretudo, pobres, negros e jovens e não discutimos esse assunto.

E o povo percebe o que de nós? Que não estamos sendo a Casa do povo. E pior: em consequência disso, que estamos sendo uma Casa desrespeitada por um Presidente que manda medidas provisórias todo o tempo e um Poder Judiciário que impede o livre exercício desta Casa.

Por isso, além de ter esses anúncios aqui, que podem tomar como uma metáfora, obviamente, não como uma proposta concreta, até porque temos também a ditadura dos arquitetos e, se quisermos colocar um

anúncio diferente, provavelmente, não será permitido, nós temos de trazer os problemas do povo aqui para dentro, do dia-a-dia, e discutir questões importantes, como a intervenção do Poder Judiciário, nos intervalos da discussão dos verdadeiros problemas deste País. Se a gente não fizer isso, o Poder Judiciário e o Poder Executivo continuarão interferindo e continuaremos sem o apoio popular para enfrentarmos esses outros dois Poderes. Mas quero ir além na nossa pergunta. Por que a gente não gasta tempo aqui discutindo os assuntos concretos da vida do povo? Por que, Senador Alvaro Dias? Porque continuamos uma Casa com pouquíssima diferença do que havia no tempo do Império. Esta é uma Casa em que se trata dos nobres, não de cidadãos; esta é uma Casa que cuida dos organizados, dos grupos corporativos, seja de trabalhadores ou de empresários. Esta não é a Casa que realmente represente o povo. Basta dizer que, até por uma razão que possamos justificar do ponto de vista do funcionamento, aqui só entra de gravata. Sem gravata, no máximo, pode-se ficar ali em cima, olhando. Não há razão que justifique a Casa do povo exigir gravata. Mas existe um simbolismo nisso, qual seja o de que esta não consegue ser a Casa da imensa maioria do povo brasileiro.

Nós continuamos a ser os representantes de uma casta da população brasileira, tanto hoje como no tempo do Império, em que não havia participação de negros escravos nem a discussão dos assuntos deles, até quando se fez a Lei da Abolição, mesmo assim incompleta, porque se libertou, mas sem dar terra, escola; não se tomaram medidas para um desenvolvimento que gerasse emprego. Foi uma abolição incompleta. E essa realidade continua até hoje.

Por isso, volto a insistir em algo que falei esta semana, aqui. Está na hora de esta Casa não apenas discutir a cada tipo de intervenção do Poder Judiciário aqui dentro, como se fosse um soluço. Está na hora de tomarmos uma decisão séria. Não estou propondo nenhuma revolução, nenhuma revolta, mas colocarmos, Senador Arthur Virgílio – V. Ex<sup>a</sup>, como um dos Líderes –, o colégio de Líderes para se sentar e discutir por que estamos nesta posição de grande instabilidade.

Volto a insistir: o que não é óbvio vira óbvio se repetido muitas vezes. Por enquanto, nós nos revoltamos com o fato de um juiz impedir um depoimento aqui. Mas, depois da segunda, da terceira, da quarta vez, nem surpresa vamos ter. Estamos surpresos porque o Superior Tribunal de Justiça proibiu a prévia do PMDB. Mas, daqui a pouco, de tantas proibições de prévias, um dia decidirão suspender as eleições, porque algum argumento alguém vai utilizar para dar uma liminar suspendendo as eleições. E aí talvez seja tarde demais



para conseguirmos tomar o poder que esta Casa tem de ter para que a democracia funcione.

O colégio de Líderes, ao mesmo tempo em que tem de discutir onde são as brechas constitucionais que provocam essa instabilidade, deve colocar ao lado a discussão, com uma autocrítica, de onde é que estamos errando na nossa agenda para que o povo não nos dê o suporte de que precisamos para enfrentar o Poder Judiciário, o Poder Legislativo. Não para sermos superiores a eles, mas para mantermos o equilíbrio entre os Poderes, sem o que não há democracia.

É preciso trazer para a nossa agenda os problemas do povo. Temos que discutir a situação desta guerra civil que o Brasil vive, para a qual estamos fechando os olhos. Oitocentos mil mortos em 25 anos é mais do que a Guerra do Vietnã matou de soldados norte-americanos em igual período. É quase igual a todos os últimos genocídios a que assistimos, raros, na África. Assistimos calados, como se nada tivesse a ver conosco, como se apenas os atos absurdos ainda dos juízes – absurdos enquanto não se repetem muito – tomassem e justificassem o nosso tempo.

Eu esperei até aqui, Sr. Presidente, para fazer, neste último dia da semana, esta manifestação.

Não podemos deixar que continue a intervenção do Poder Judiciário e do Poder Executivo sobre a Casa que representa o poder do povo. Mas, só discurso isolado do sentimento, da alma do povo brasileiro, pouco vai adiantar. Se só reclamamos, não vencemos. Se não descobrirmos onde estamos errando, não teremos o apoio do povo para vencer.

Está na hora de percebermos que eles usam essa força graças à nossa fraqueza, que vem do fato de que esta é a Casa do povo, mas ele não a reconhece como tal porque a nossa agenda não é a agenda do povo. Está na hora de descobrirmos quais são as brechas constitucionais que impedem o bom relacionamento entre os Poderes, que permitem que juízes façam deboche com esta Casa. Não é mais interferência, e sim deboche o que fizeram ao suspender as prévias do PMDB.

Falo com a maior tranqüilidade, porque, do ponto de vista do meu Partido, Senador Alvaro Dias, é positiva essa suspensão. Se não fizerem as prévias do PMDB, todos os seus membros e votantes desaguarão no candidato de outros Partidos. Se o nosso companheiro Jefferson Péres for o candidato do PDT à Presidência, é certo que receberá os votos que o Garotinho e o Rigotto têm para si. Eles votarão em quem? Na ótica do PDT, do ponto de vista oportunista, o juiz que suspendeu a prévia fez um favor, mas, do ponto de vista dos interesses nacionais, prestou um grande desfavor. E estou aqui não para representar

um partido, mas para representar um sentimento que tenho do que o povo brasileiro quer. Ele quer ver uma Casa forte, mas, para isso, é preciso que ela represente bem o povo brasileiro. E não estamos fazendo o nosso dever de casa com a correção que o povo que nos elegeu merece.

**O SR. PRESIDENTE** (Alvaro Dias. PSDB – PR) – Concedo a palavra ao Senador Arthur Virgílio e, na seqüência, à Senadora Lúcia Vânia.

**O SR. ARTHUR VIRGÍLIO** (PSDB – AM. Pronuncia o seguinte discurso. Com revisão do orador.) – Sr. Presidente, Sr<sup>as</sup> e Srs. Senadores, começo com uma questão que diz respeito ao meu Estado e à minha região. Preocupado com recentes notícias de que, por exigência contratual da Fifa – Federação Internacional de Futebol, a transmissão via satélite da Copa do Mundo de 2006 deverá ser codificada, enviei ofício ao Ministro das Comunicações, Hélio Costa, dizendo que se isso ocorrer milhões de brasileiros estarão aliçados de participar e acompanhar o principal evento esportivo mundial, intensamente celebrado no Brasil.

Impedir o brasileiro de ter acesso televisivo a uma Copa do Mundo representa uma perversidade que a ninguém poderia interessar. Consideramos essa situação absurda e inadmissível e, diante de um fato de tamanha gravidade, solicito a esse Ministério, disse eu ao Ministro Hélio Costa, que envide todos os esforços e adote as medidas cabíveis, visando a que não se negue a toda a população o direito de assistir a todas as partidas que serão transmitidas e distribuídas via satélite pela TV aberta no País.

O Brasil reúne todas as condições para distribuição e utilização de sinais de televisão via satélite. É isso que permite, numa vastidão territorial como a brasileira, levar a televisão a uma população majoritariamente pobre e heterogeneamente distribuída, convivendo num macro-ambiente constituído por grandes florestas, imensos bolsões de pobreza, alta concentração de atividade econômica e amplos espaços desabitados.

Contamos com mais de 14 milhões de sistemas de recepção de televisão via satélite instalados, proporcionando acesso livre e gratuito, a partir de tecnologia nacional e popular, a um contingente de cerca de 50 milhões de habitantes, metade dos quais localizados nas mais remotas e isoladas localidades do País, como no interior da região amazônica, em postos de fronteira, em plataforma de exploração de petróleo, em minas ou em locais de geografia extremamente acidentada.

Diante dessa realidade, a distribuição da programação de televisão via satélite representa um dos principais instrumentos de democratização de acesso à informação, à cultura, ao lazer, ao entretenimento,

bem como importante ferramenta de garantia da integração federativa.

Se, no passado, a virtual hipótese da codificação da programação das emissoras de televisão já provocou debates intensos no âmbito do Governo e da iniciativa privada, atualmente, a codificação desprovida de planejamento e alternativas poderia, no mínimo, ser classificada como atitude irresponsável.

Qualquer obstáculo à preservação de condições de integração nacional, conquistada pela disseminação gratuita de entretenimento e jornalismo em português, representaria o desrespeito aos direitos básicos e à cidadania de milhões de brasileiros.

Em maio de 2002 – no governo passado, portanto –, pouco antes dos Jogos Mundiais da Coreia e do Japão, também surgiram idênticas ameaças de codificação dos sinais de transmissão dos jogos, o que levou o então Presidente Fernando Henrique Cardoso a baixar o Decreto nº 4.251, estabelecendo que os sons e as imagens da íntegra da transmissão ao vivo por qualquer meio de transporte de sinais, seja via radiodifusão, satélite e outros, dos jogos das Seleções pela Copa do Mundo de 2002, a ser disputada na Coreia do Sul e no Japão, não poderiam ser, por qualquer forma, codificadas pela concessionária de serviços de radiodifusão de sons e imagens que transmitirem esse evento. Foi essa a decisão acertada, tomada àquela época pelo Presidente Fernando Henrique Cardoso, e é a mesma que solicito – já fiz isso, já solicitei – ao Ministro das Comunicações, Senador Hélio Costa.

O Presidente Lula, Senador Cristovam Buarque, esteve recentemente em Aracaju, como sempre soberbo – e agora ainda mais, porque se acha muito bem aquinhoado por pesquisas, e vou provar que não é bem assim –, e lá fez algumas declarações. Alguns manifestantes estavam lá protestando contra a presença dele, contra o seu Governo, e ele, de maneira desrespeitosa, como sempre falando tolices, disse que a massa encefálica dele, Lula, era mais inteligente do que a massa encefálica dos manifestantes. Não sei se ele quer que se peça um exame médico para medir a inteligência da massa encefálica dele.

Além disso, o Presidente Lula diz assim: “Quero ver qual é a mulher e o homem de Sergipe” – um Estado tradicionalmente contrário às obras de transposição das águas do rio São Francisco – “que negue que essa gente possa recuperar o rio São Francisco e tirar 1% da água e levar para onze milhões de famílias de nordestinos”.

Depois, ele vem com outra agressão ao povo sergipano. Essa, então, é terrível. É de uma grosseria, Senadora Lúcia Vânia, que é de fazer corar um monge. O Presidente Lula, que quer comparar a massa encefálica dele, como supostamente inteligente, em con-

traposição à massa encefálica dos manifestantes, que não seria tão inteligente – o Presidente parece aquela Magda, da televisão, para falar tolices –, também disse: “Agora todo mundo se sente dono do rio, agora, para jogar fezes lá dentro e esgoto; ninguém cuidou do rio”. Ou seja, ele entende que tudo que o povo sergipano fez foi jogar fezes e esgotos dentro do rio.

Essa linguagem chula não surpreende ninguém, mas, sinceramente, não é o que se espera de um Chefe de Estado. Sinceramente, não é.

Eu falava das pesquisas, e li com muita atenção a pesquisa do Ibope, Senadora Lúcia Vânia. O Presidente estava sozinho no páreo, só ele candidato. Temos agora um candidato excelente, correto, competitivo como é o Governador Geraldo Alckmin; o PMDB luta para ter direito a lançar o seu candidato; o PDT está em processo de escolha igualmente; a Senadora Heloísa Helena já é candidata pelo P-SOL. Ou seja, a situação vai ficando mais clara agora.

Vamos à pesquisa do Ibope. O Presidente divulgou bastante aquilo que interessava a ele; passo agora à parte que a ele não interessa: 45% dos consultados reprovam o Programa de Combate à Fome, carro-chefe do Governo Lula; 41% reprovam as ações de Lula em educação e saúde; 64% reprovam Lula na segurança pública; 50% reprovam-no no combate à inflação; 62% reprovam-no em relação à política de juros; 57% reprovam-no em relação ao desemprego; 69% reprovam-no quanto aos impostos, 54% querem que o próximo Presidente faça reformas profundas na política econômica em vigor; 60% consideram que a característica principal do próximo Presidente é ser honesto – esse dado é relevantíssimo; 36% julgam Lula pior do que supunham; 43% não confiam nele, sendo que, antes do mensalão, 34% eram os que não confiavam – já esteve pior, é verdade, mas bom não está, está muito ruim para ele, pois tem a desconfiança de 43% dos cidadãos que governa; 39% desaprovam seu Governo como um todo, contra 33% diante do mensalão; 42% acreditam que a inflação vai aumentar; 42% crêem que o desemprego vai aumentar, contra 24% que crêem que o Governo vai diminuir. São dados do Ibope.

Ouçõ o aparte do Senador Mão Santa.

**O Sr. Mão Santa** (PMDB – PI) – Senador Arthur Virgílio, V. Ex<sup>a</sup> traz um assunto muito importante: a pesquisa. A pesquisa foi um casamento da estatística com a matemática, está certo, mas está indicando aí popularidade. A mídia, a todo instante, promove esses artistas de televisão, de mídia e de novela, que têm também uma popularidade extraordinária. Mas, na hora do voto, é preciso ter outra coisa: cre-di-bi-li-dade. Quanto a Lula, a sua popularidade atingiu o maior

patamar que existe. Ninguém na história deste Brasil apareceu tanto na mídia, na televisão. Nem o Sérgio Chapelin apareceu tanto. Quem apareceu mais na televisão brasileira foi Lula. Nem aquele outro, que veio antes do Chapelin, apareceu tanto. Então, isso deu a Lula popularidade. Esta subiu, e toda hora, quando se liga a televisão, está lá o Lula, está lá a Petrobras fazendo propaganda do Lula.

**O SR. ARTHUR VIRGÍLIO** (PMDB – AM) – Marcos Valério está meio sumido; só tem aparecido ele mesmo.

**O Sr. Mão Santa** (PMDB – PI) – É, isso é popularidade. Agora, a credibilidade desceu, na medida em que subiu a popularidade, porque todos os veículos de comunicação estão à disposição dele. A credibilidade desceu. Todo mundo sabe da existência da corrupção na história do Brasil, que os portugueses a trouxeram, mas nunca dantes ela foi tão grande. E corrupção enterra credibilidade. Então, está enterrada a candidatura Lula.

**O SR. ARTHUR VIRGÍLIO** (PSDB – AM) – Obrigado, Senador Mão Santa. V. Ex<sup>a</sup> sabe, como sempre, contribuir muito para que o meu discurso encontre o melhor eixo.

Refiro-me agora ao episódio que envolve o Ministro Palocci e a esse menosprezo que o Presidente Lula aparenta dedicar à opinião das Oposições. Diz ele que temos que deixar o Ministro trabalhar. Ora, quem perdeu as condições de trabalhar, Sr. Presidente Senador Alvaro Dias, foi precisamente o Ministro Palocci, ao deixar-se enredar em uma verdadeira teia de suspeição, ao desmentir-se, ao faltar com a verdade, ao perder credibilidade, como muito bem diz o Senador Mão Santa.

O Presidente Lula pensa que pode manter o Ministro Palocci só porque quer, assim como buscou manter o Sr. José Dirceu, depois das denúncias publicadas contra Waldomiro Diniz, sub-Chefe da Casa Civil envolvido com empresários de jogos, tráfico de influência e propinas. Ele nomeou José Dirceu, mas quem o demitiu não foi Lula; foi o então Deputado Roberto Jefferson, com aquela célebre fala: “Sai daí, Zé! Sai logo daí!” Foi ali que caiu José Dirceu. Então, não é bem assim. O Presidente não é dono absoluto das decisões deste País.

Pergunto se o Presidente acredita que poderá fazer o mesmo para garantir o Ministro Palocci, a qualquer preço, contra as evidências, a despeito de sua desidratação política e da perda de credibilidade – novamente essa palavra mágica. Dirceu tinha atrás dele Waldomiro e mensalões, Palocci carrega todo o condomínio da “República de Ribeirão Preto”. Em outras palavras, como Lula tem manifestado apoio público a

Palocci, a pergunta que se faz hoje na sociedade brasileira é: quem será o novo Roberto Jefferson? Vamos aguardar, Sr. Presidente.

Vejamos onde está a confiança do Presidente Lula, em matéria do jornal **O Globo** de hoje, assinada pelos jornalistas Alan Gripp, Evandro Éboli e Gerson Camarotti:

A decisão de recorrer ao Supremo Tribunal Federal (STF) para tentar engessar a CPI dos Bingos foi tomada ontem de manhã, no Palácio do Planalto, momentos antes de o caseiro Francenildo Santos Costa começar a depor. Há pelo menos quatro meses o Governo estudava essa possibilidade e já tinha preparado o mandado de segurança, mas o martelo só foi batido ontem pelo Presidente Luiz Inácio Lula da Silva em reunião com ministros da coordenação política e senadores.

O Ministro da Fazenda, Antonio Palocci, participou da reunião e, segundo um dos integrantes do grupo, estava muito abatido e falou pouco.(...)

“Não vejo qualquer movimento do Presidente para abrir mão de Palocci. Esse tema não está na agenda do Presidente” – disse o Ministro das Relações Institucionais, Jacques Wagner.

(...)

Lula já teria a convicção de que Palocci realmente frequentou a mansão onde era feito o *lobby* da República de Ribeirão Preto. Mas acredita que as visitas na mansão do Lago Sul eram motivadas unicamente pela amizade com os seus ex-assessores na prefeitura de Ribeirão Preto. A ser verdade isso, porém, Lula teria admitido que Palocci mentiu, já que o ministro nega ter ido à casa da República de Ribeirão.\*

Isso tudo foi dito por um observador do Palácio.

E eu acrescento, faço o meu complemento. O Ministro Palocci faltou com a verdade diante do Senado Federal, diante da CPI dos Bingos, sob o crivo atento da Nação brasileira. O Presidente Lula pensa que pode simplificar mediocrementemente todas as coisas. Ele pensa que pode tratar tudo na brincadeira. O Senador Álvaro Dias hoje disse algo de muita profundidade: a acreditar que seja possível mesmo o Presidente dar essa tal volta por cima, isso tudo levaria a acreditar que a sociedade brasileira está muito pouco preocupada com a questão ética, com a questão da correção no trabalhar a coisa pública. Não acredito nisso, sob nenhuma hipótese. Curvo-me a qualquer resultado elei-

total, sou um democrata, mas não acredito nisso, sob nenhuma hipótese. Acredito que a sociedade brasileira vai-se pronunciar na hora certa, no momento certo, e dizendo não a um certo “ademarismo”, um populismo “ademarista” de esquerda, tenha a cor que tiver, mas “ademarismo” sim, que não pode voltar a ser considerado como força política de primeiro nível neste País.

Procurei ajudar bastante o Ministro Palocci ao longo desses três anos em que ele dirigiu a economia do País. E não fiz isso sozinho; fiz sempre ao lado do atual Presidente do meu Partido, Senador Tasso Jereissati, sempre ao lado dos meus companheiros de Bancada, com as exceções sempre respeitáveis de alguns Senadores que tinham lá a sua posição, fiz isso sempre em sintonia com o Presidente Fernando Henrique, com o Governador Alckmin, com o Prefeito José Serra, fiz isso em sintonia com os meus companheiros. Não me arrependo um só minuto. Sei que contribuí, com esses gestos todos, para evitar sobressaltos e transtornos para a economia brasileira, poupando, portanto, transtornos para a própria população brasileira como um todo.

Trata-se agora de testarmos a economia, saberemos se ela está madura ou se ela depende do Ministro Palocci. Se for assim, se sem o Ministro Palocci não dá para andar, temos de cercá-lo de segurança, colocá-lo numa redoma para não respirar bactérias, cuidar, enfim, da saúde do único homem que seria capaz de manter em funcionamento pleno a economia do País. Como não é assim, está na hora, sim, de debatermos aqui se o Ministro tem condição de ficar ou não. Eu acho que não, que ele perdeu a condição de ficar. Perdeu porque caiu no descrédito em relação a todos que nele confiaram; perdeu porque caiu no descrédito em relação a todos que nele depositaram fé.

A mim o Ministro, em diversas ocasiões, me declarou não ter nada com essa tal “república de Ribeirão Preto”. Isso explica a posição tímida que tive nas vezes em que o Ministro compareceu a esta Casa para prestar explicações. Isso deixa à mostra todas as articulações que fiz, dentro da minha Bancada e dentro das Oposições, visando a poupar o Ministro de dissabores ao máximo, levando em conta ser ele – e ele era – a espinha dorsal de equilíbrio de um Governo sem equilíbrio, como é o caso do Governo Lula. Mas chegamos a um ponto que não dá mais, que não dá mais mesmo! Chegamos a um ponto em que a corda esticou e partiu. E se a corda esticou e partiu, não tenho a não ser que cumprir o dever de explicitar que o PSDB se sentiu traído. O PSDB perdeu a confiança no Ministro e, portanto, o PSDB cobra a demissão dele, sim.

Aí diz o Presidente, por meio de seu acólitos ou por suas palavras: “Quem demite é o Presidente, quem

nomeia é o Presidente”. Quem nomeia é o Presidente, mas quem demite às vezes é o Roberto Jefferson, conforme vimos no episódio José Dirceu. Não estou com a menor pretensão de nomear ninguém no Governo Lula. Posso até querer demitir, talvez. Insisto: o Presidente não é dono dos movimentos todos da Nação brasileira. Não é! O Presidente não controla os movimentos dessa sociedade complexa e exigente que aí está.

Finalizo, Sr. Presidente, dizendo a V. Ex<sup>a</sup> que acabei de entrar com um pedido – eu ia dar entrada apenas na Comissão de Fiscalização e Controle, mas estou estendendo também à Comissão de Educação – para saber do Sr. Antonio Grassi, que, supostamente, espalhou, que divulgou aquela lista falsa, fraudada, de Furnas, se ele acha que esse é um trabalho pedagógico, se ele pensa que está fazendo bem à cultura brasileira.

Como se trata de cultura na Comissão de Educação, a idéia seria juntarmos as duas Comissões para ouvirmos o que tem a dizer o Sr. Antonio Grassi, ator que, dessa vez, cumpriu o seu próprio papel, o papel de canastrão. Dessa vez ele não merece ponta em nenhuma novela deste País, porque o computador oficial dele não foi feito para divulgar listas falsas e não se espera de um governo que se acumplicie com chantagistas visando a fins políticos a favor do Presidente da República. Ele não foi contratado para isso, mas para trabalhar, na Funarte, pela divulgação e para o desenvolvimento da cultura deste País. Foi para isso que foi contratado.

Vamos averiguar profundamente tudo isso, mas me parece muito patente essa ligação do Governo Lula com a fraude. Estava evidente que a lista era fraudada, estava evidente. O Ministro Márcio Thomaz Bastos sabia, a Polícia Federal não poderia deixar de saber, mas fingiu, pois o Governo Lula manietou a Polícia Federal. O Ministro Thomaz Bastos fazia cara de inocente, cara de paisagem, e dizia que iam ver, que ainda não haviam completado os exames. Como é que uma lista pode passar meses na Polícia Federal sem sair um laudo? No entanto, agora saíram laudos da Polícia Federal e laudos independentes. Na próxima semana vou voltar à carga nesse ponto.

O fato é que a lista falsa de Furnas é uma lista tão falsa que revela seu lado mais falso agora: o conúbio entre o fraudador e o Governo meio pirata que usou computadores oficiais para despachar a lista Brasil adentro.

Senadora Lúcia Vânia, Senador Cristovam Buarque, Senador Alvaro Dias e Senador Mão Santa, eu dizia, ainda há pouco, a uma jornalista de importante jornal brasileiro que a maior prova da falsidade dessa lista – todos aqui lidamos com notícias – está

num fato: se a lista não fosse falsa, uma lista que tem o nome de Alckmin e de Serra, os dois candidatos do PSDB, se a lista não fosse falsa, o mundo acabava, acabava o PSDB. Então, na medida em que ninguém escandalizou a lista, é porque todos sabiam que a lista era falsa, porque, senão, a notícia era muito forte mesmo, uma notícia terrível. No entanto, ninguém teve a coragem de dizer que a lista era falsa, pelo simples fato de que, se ela não fosse falsa, seria uma revolução neste País.

Assim, ficou aquela coisa em banho-maria, muito ao gosto do Ministro Thomaz Bastos, porque percebo que ele gosta dessa história de ficar por ali, naquela história de advogado criminalista. Respeito muito a profissão, mas ele não está ali como advogado criminalista, mas como homem de Estado que deveria ser, que deveria se espelhar não no Armando Falcão, mas, sim, em Paulo Brossard.

Vamos continuar com as coisas. É bom a gente não mentir, porque posso voltar à tribuna para dizer sempre a mesma coisa. Eu volto e digo sempre a mesma coisa. Alguém pode dizer que sou chato. Posso ser chato, mas não incoerente. Posso ser chato, mas não mentiroso. Estou o tempo todo voltando aqui para dizer as mesmas coisas para não me envergonhar de nenhuma das minhas posições. E vejo essa gente do Governo toda cheia de queda de asas, toda cheia de requebros para um lado e para o outro.

Muito bem, Sr. Presidente. Volto a dizer que o Ministro Palocci perdeu – e concluo – todas as condições de gerenciar a economia deste País. O futuro mostrará se tenho razão ou não.

Era o que eu tinha a dizer.

Muito obrigado.

**O SR. PRESIDENTE** (Alvaro Dias. PSDB – PR) – Muito obrigado ao Senador Arthur Virgílio.

Para encerrar a sessão de hoje, concedo a palavra à Senadora Lúcia Vânia, a quem agradeço pela paciência com que esperou pela sua vez.

S. Ex<sup>a</sup> dispõe de 15 minutos para o seu pronunciamento.

**A SR<sup>a</sup> LÚCIA VÂNIA** (PSDB – GO. Pronuncia o seguinte discurso. Sem revisão da oradora.) – Sr. Presidente, Sr<sup>s</sup> e Srs. Senadores, estamos assistindo, desde ontem, a uma situação, no mínimo, constrangedora para esta Casa.

A suspensão do depoimento do caseiro Franceinaldo Santos Costa, na CPI dos Bingos, por força de liminar, mostrou a fragilidade do atual Governo, incapaz de ser confrontado com possíveis fatos que venham prejudicar integrantes do seu Partido.

Eu gostaria de manifestar o meu apoio ao Senador Efraim Morais, Presidente da CPI dos Bingos, por

sua irretocável atitude em aceitar a decisão do Supremo Tribunal Federal de suspender o depoimento do caseiro e, ao mesmo tempo, de anunciar que tomará as medidas jurídicas cabíveis para continuar com as investigações.

O Senado Federal precisa manter sua independência e mostrar à sociedade que está somente cumprindo com o seu dever de legislar e investigar fatos que comprometem a Nação.

Sr. Presidente, Sr<sup>s</sup> e Srs. Senadores, em sua coluna Panorama Político, publicada no último dia 15, a jornalista Teresa Cruvinel escreveu uma frase que faço questão de reproduzir: “Há brasileiros que desiludem o País. Há também os que elevam sua auto-estima.”. A jornalista se referia ao Dr. Aloysio Campos da Paz, Diretor-Presidente do Conselho Deliberativo da Rede Sarah de Hospitais, único nome da América do Sul a constar de livro sobre a história da cirurgia ortopédica a ser publicado pela Academia Americana de Cirurgias Ortopédicas.

O Dr. Aloysio merece, sem dúvida, essa referência, pois seu trabalho e de toda a Rede Sarah é referência nacional e internacional na área da medicina do aparelho locomotor.

A referida frase também se aplica à Ministra \*Ellen Gracie, eleita Presidente do Supremo Tribunal Federal. Primeira mulher a ingressar no Supremo, a Ministra poderá ser a primeira mulher a assumir a Presidência da República.

A eleição da Ministra Ellen Gracie neste mês de março, quando se comemora o Dia Internacional da Mulher, é uma feliz coincidência. Nas palavras da própria Ministra a sua escolha representou um considerável progresso para a condição feminina.

Cumprimento a Ministra e agora Presidente do Supremo Tribunal Federal por essa conquista tão representativa para as mulheres brasileiras.

Sr. Presidente, eu gostaria de fazer algumas considerações sobre a política de habitação do Governo Lula ou, para ser mais exata, sobre aquilo que o Governo Federal vem chamando equivocadamente de política de habitação.

Na verdade, Sr<sup>s</sup> e Srs. Senadores, não sei se existe, neste Governo, algum setor em que possa vislumbrar um esboço, um rascunho que seja de política pública que efetivamente tenha dado certo.

É assim na educação, na saúde, na segurança pública, nos transportes, enfim em todo os setores em que se requeira a ação do Estado para atender os interesses e anseios da população. O que existe são ações isoladas que não conseguem esconder o interesse eleitoral. Acima de tudo, este Governo adora lançar programas como se fossem novos, se possível

com siglas e nomes pomposos. Trata-se de programas que, em sua maioria, foram criados no Governo anterior, deram certo e, exatamente por isso e por terem ficado conhecidos da população, causam tanto desconforto ao Governo do Presidente Lula, que mudou imediatamente os seus nomes para implantar a sua marca.

No setor da habitação, seguramente um dos que tem mais importância para o dia-a-dia do cidadão, o Governo não tem agido de forma diferente.

Em novembro de 2004, quase dois anos depois da posse, o Governo Lula distribuiu um caderno pretensioso a que deu o nome de “Política Nacional de Habitação”. Num total de 100 páginas, o material chamava a atenção por dois motivos: o texto era um exercício de divagações, que fazia questão de ressaltar os nomes de dirigentes e funcionários do Ministério das Cidades. Penso que essas páginas repletas de nomes não deixam de ser um bom exemplo do tão alardeado aparelhamento do Estado promovido pelo PT.

O fato é que a política nacional de habitação do Governo do Presidente Lula permaneceu esquecida até o começo deste ano de 2006, exatamente num ano de eleições, um ano em que o Governo se deu conta, finalmente, de que precisa mostrar que está fazendo alguma coisa.

E é por isso que o Presidente Lula decidiu lançar, em fevereiro, um “pacote de bondades” na área habitacional composto por três medidas: crédito imobiliário para a classe média, ampliação de recursos para habitação social e desoneração de materiais de construção.

Mas é preciso analisar se esse é mesmo um pacote de bondades.

Em matéria publicada no jornal **O Globo**, a Dr<sup>a</sup> Ermínia Maricato, Professora de Planejamento Urbano da Universidade de São Paulo, afirma que “o Governo falha ao não trabalhar em conjunto com as Prefeituras, já que a urbanização de favelas, a regularização fundiária e a produção de novas unidades são fundamentais”. E prossegue: “Acho que o Governo teria de exigir a escritura para evitar que a renúncia fiscal sobre material de construção estimule construções informais”.

Sr. Presidente, Sr<sup>as</sup> e Srs. Senadores, a Dr<sup>a</sup> Maricato era, há poucos meses, a Secretária Executiva do Ministério das Cidades e foi responsável por essa política nacional de habitação de que falei há pouco. Agora, é ela quem nos aponta as medidas eleitoreiras alinhavadas e anunciadas às pressas pelo Governo como políticas públicas sérias. E não é só isso.

O impacto da isenção do Imposto sobre Produtos Industrializados sobre os 13 itens da cesta de materiais de construção e de redução de 5% da alíquota sobre os outros 28 produtos foi avaliado pelo Sindicato da

Indústria da Construção Civil do Estado de São Paulo. A informação é de que a redução no custo final dos imóveis será apenas de 1,2%.

O economista e sociólogo Carlos Vainer, da Universidade Federal do Rio de Janeiro, e a consultora Maria Henriqueta Alves, da Câmara Brasileira da Indústria da Construção Civil, são unânimes em afirmar: as populações com renda de até três salários mínimos não estão sendo atendidas.

As críticas à política de habitação do Governo Federal partem de especialistas do setor; partem também da mídia; partem até de pessoas que, há pouquíssimo tempo, eram responsáveis por essa política no âmbito do Ministério das Cidades. Estão partindo também de Estados e Municípios, que, no fim das contas, serão os verdadeiros responsáveis por esse programa habitacional que o Governo Federal lança como uma grande benesse para a população mais carente.

A redução do IPI de que tanto falei acima vai onerar sobremaneira os Municípios e os Estados. O Imposto sobre Produtos Industrializados compõe o Fundo de Participação dos Municípios, junto com o Imposto de Renda. No total arrecadado desses impostos, são retirados 22,5% líquidos para os Municípios. Com essa verba, a prefeitura investe em obras, saneamento e folha de pagamento.

Este ano, compulsoriamente, o Governo terá de investir nesse programa para fazê-lo uma bandeira a mais para o seu tão decantado programa social, que apenas existe no papel. Quando demanda articulação com Estados e Municípios e respeito partidário às prefeituras, nada fazem este Governo e este Partido que está no poder.

Com tantos reclamos partindo de tantos setores da sociedade, as críticas não podem ser creditadas a uma eventual má vontade da Oposição. A falta de investimentos em moradia popular não está afetando apenas as pessoas que sonham com a casa própria. O cidadão que está sem trabalho também percebe que não há, de parte deste Governo, uma ação efetiva para reduzir o desemprego.

O Ministro das Cidades anuncia que o pacote de bondades tem potencial para criar 877 mil empregos diretos e indiretos no País.

Mas já se sabe que, na verdade, serão gerados três vezes menos empregos do que aquilo que o Governo promete. E os R\$18,7 bilhões tão anunciados no pacote habitacional não serão capazes de criar mais de 300 mil empregos.

Está na hora de o Governo se dedicar, com um pouco mais de seriedade, à questão. O setor da construção civil é um dos que mais contribuem com o País.

Em 2005, o Produto Interno Bruto do setor atingiu cerca de R\$120,9 bilhões.

Precisamos ser apresentados a uma política habitacional efetiva e coerente, que atinja, de verdade, a população mais carente.

Por fim, Sr. Presidente, eu gostaria de aqui cumprimentar o Líder do nosso Partido, Senador Arthur Virgílio, por suas colocações em relação à lista de Furnas. É verdade que o nosso Partido, o PSDB, desde o início, solicitou informações urgentes ao Ministro da Justiça, Márcio Thomaz Bastos, para que S. Ex<sup>a</sup> apresentasse uma declaração de que a lista era falsa. Convivemos por vários meses com essa dúvida diante da população. Obviamente, a população esperava do PSDB uma decisão efetiva.

E é com muita alegria que hoje vimos a imprensa nacional focar a decisão dos peritos que analisaram a lista, dizendo, portanto, que a lista de Furnas é falsa. E foi essa lista falsa que fez com que o Governo mantivesse a expectativa, durante longos meses, de desgastar o PSDB, portanto, a Oposição.

Muito obrigada, Sr. Presidente.

**O SR. PRESIDENTE** (Alvaro Dias. PSDB – PR)

– Obrigado, Senadora Lúcia Vânia.

Nada mais havendo a tratar, a Presidência vai encerrar os trabalhos.

**O SR. PRESIDENTE** (Alvaro Dias. PSDB – PR)

– Está encerrada a sessão.

*(Levanta-se a sessão às 15 horas e 03 minutos.)*

## Ata da 20ª Sessão Não Deliberativa, em 20 de março de 2006

4ª Sessão Legislativa Ordinária da 52ª Legislatura

*Presidência do Sr. Papaléo Paes, da Sra. Serys Shessarenko, e dos Srs. Alvaro Dias,  
Mão Santa e Romeu Tuma*

*(Inicia-se a sessão às 14 horas.)*

**O SR. PRESIDENTE** (Papaléo Paes. PSDB – AP) – Havendo número regimental, declaro aberta a sessão.

Sob a proteção de Deus, iniciamos os nossos trabalhos.

Sobre a mesa, ofício que passo a ler.

É lido o seguinte:

Ofício nº 8, de 2006–CN(GRAPE-2006/0323, na origem), do Presidente do Banco do Nordeste do Brasil S/A, encaminhando ao Congresso Nacional, as Demonstrações Contábeis do Fundo Constitucional de Financiamento do Nordeste – FNE, referente ao exercício de 2005, de acordo com o art. 20, §4º, da Lei nº 7.827, de 27 de setembro de 1989.

**O SR. PRESIDENTE** (Papaléo Paes. PSDB – AP) – O expediente lido vai à Comissão Mista de Planos, Orçamentos Públicos e Fiscalização.

Será feita a devida comunicação à Câmara dos Deputados.

Sobre a mesa, ofícios que passo a ler.

São lidos os seguintes:

OF/GAB/I/Nº 127

Brasília, 17 de março de 2006

Senhor Presidente,

Encaminho a Vossa Excelência a relação dos nomes dos Deputados Titulares do PMDB, que comporão a Comissão Mista destinada a apreciar e proferir parecer à Medida Provisória nº 285/2006, em substituição aos anteriormente indicados.

### Titulares

Eunício Oliveira  
Moraes Souza

### Suplentes

Albérico Filho  
Carlos Eduardo Cadoca

Por oportuno, apresento a Vossa Excelência protestos de estima e elevada consideração.

Deputado **Waldemir Moka**, Líder do PMDB.

OF/GAB/I/Nº 128

Brasília, 17 de março de 2006

Senhor Presidente,

Comunico a Vossa Excelência que a Deputada Marinha Raupp passa a integrar, na qualidade de Suplente, a Comissão Parlamentar Mista de Inquérito com a finalidade de “apurar os crimes e outros delitos penais e civis praticados com e emigração ilegal de brasileiros para os Estados Unidos da América”, em substituição ao Deputado Marcelino Fraga.

Por oportuno, renovo a Vossa Excelência protestos de estima e elevada consideração.

Deputado **Waldemir Moka**, – Líder do PMDB.

**O SR. PRESIDENTE** (Papaléo Paes. PSDB – AP) – Serão feitas as substituições solicitadas. Sobre a mesa, ofício que passo a ler.

É lido o seguinte:

Of. nº 174/06/PS-GSE

Brasília, 17 de março de 2006

Assunto: comunica envio de PL à sanção

Senhor Secretário,

Comunico a Vossa Excelência que foi aprovado nesta Casa o Projeto de Lei nº 4.217, de 2001, do Senado Federal (PLS nº 601/99), o qual “Dispõe sobre a gratuidade na inscrição no Cadastro de Pessoas Físicas”.

Na oportunidade, informo a Vossa Excelência que a referida proposição foi, nesta data, enviada à sanção.

Atenciosamente, – Deputado **Inocêncio Oliveira**, Primeiro-Secretário.

**O SR. PRESIDENTE** (Papaléo Paes. PSDB – AP) – O expediente que acaba de ser lido será juntado ao processado do Projeto de Lei do Senado nº 601, de 1999, e encaminhado à publicação.

Sobre a mesa, ofício que passo a ler.

É lido o seguinte:



OF. Nº SGM/P Nº 791/06

Brasília, 20 de março de 2008

Assunto: Comunica a Declaração de Perda do Mandato Parlamentar

Senhor Presidente,

Comunico a Vossa Excelência, para os devidos fins, a Declaração de Perda do Mandato Parlamentar, ocorrida em 15 de março do corrente, do Senhor Pedro Corrêa (PP/PE), nos termos do art. nº 55, inciso II e 1º da Constituição Federal; dos arts. 240, inciso II, e 244 do Regimento Interno da Câmara dos Deputados; e do art. 4º, inciso II do Código de Ética e Decoro Parlamentar da Câmara dos Deputados, conforme a Resolução nº 38, de 2006, publicada no Suplemento ao Diário da Câmara dos Deputados nº 44, de 16 de março de 2006, exemplar em anexo.

Atenciosamente, – Deputado **Aldo Rebelo**, Presidente da Câmara dos Deputados

#### **RESOLUÇÃO Nº 38, DE 2006**

**Declara a perda do mandato do Senhor Deputado Pedro Corrêa por conduta incompatível com o decoro parlamentar.**

Faço saber que a Câmara dos Deputados aprovou e eu promulgo a seguinte Resolução:

Art. 1º É declarada a perda de mandato do Senhor Deputado Pedro Corrêa por conduta incompatível com o decoro parlamentar, com fundamento no inciso II e no § 1º do art. 55 da Constituição Federal; no inciso II do art. 240 e no art. 244 do Regimento Interno da Câmara dos Deputados; e no inciso II do art. 4º do Código de Ética e Decoro Parlamentar da Câmara dos Deputados.

Art. 2º Esta Resolução entra em vigor na data de sua publicação.

Câmara dos Deputados, 15 de março de 2006.



**O SR. PRESIDENTE** (Papaléo Paes. PSDB – AP)  
– O expediente lido vai à publicação.

Sobre a mesa, projeto de lei do Senado que passo a ler.

É lido o seguinte:

#### **PROJETO DE LEI DO SENADO Nº 66, DE 2006**

**Altera a Lei nº 7.102, de 20 de junho de 1983, para dispor sobre a constituição e funcionamento das cooperativas de vigilantes.**

O Congresso Nacional decreta:

Art. 1º O art. 1º e os **caput** dos arts. 14 e 23 da Lei nº 7.102, de 20 de junho de 1983, passam a vigorar com a seguinte redação:

“Art. 10. ....

§ 2º As empresas especializadas em prestação de serviços de segurança, vigilância e transporte de valores, constituídas sob a forma de empresas privadas, bem como as cooperativas constituídas de vigilantes, além das hipóteses previstas nos incisos do **caput** deste artigo, poderão se prestar ao exercício das atividades de segurança privada a pessoas; a estabelecimentos comerciais, industriais, de prestação de serviços e residências; a entidades sem fins lucrativos; e a órgãos e empresas públicas.

§ 3º Serão regidas por esta lei, pelos regulamentos dela decorrentes e, no que couber, pelas disposições da legislação civil, comercial, trabalhista, previdenciária e penal, as empresas e as cooperativas definidas no parágrafo anterior.

§ 5º As cooperativas constituídas para fins do disposto no § 2º ficam obrigadas ao cumprimento do disposto nesta lei e demais legislações pertinentes.(NR)”

“Art. 14. São condições essenciais para que as empresas especializadas e as cooperativas de vigilantes operem nos Estados e no Distrito Federal:

“Art. 14. São condições essenciais para que as empresas especializadas e as cooperativas de vigilantes operem nos Estados e no Distrito Federal:

..... (NR)”

“Art. 23. As empresas especializadas, as cooperativas de vigilantes e os cursos de formação de vigilantes que infringirem disposições desta lei ficarão sujeitos às seguintes penalidades, aplicáveis pelo Ministério da Justiça, ou, mediante convênio, pelas Secretarias de Segurança Pública, conforme a gravidade da infração, levando-se em conta a reincidência e a condição econômica do infrator:

..... (NR)”

Art. 2º Esta lei entra em vigor na data de sua publicação.

### Justificação

O setor de segurança privada tem desempenhado importante papel na criação de novos postos de trabalho, empregando hoje cerca de 365 mil vigilantes.

Infelizmente, esse segmento de trabalhadores está aguardando quase um milhão de novas vagas, que não são efetivadas, em consequência do alto custo da intermediação empresarial imposta pela Lei nº 7.102, de 20 de junho de 1983.

O objetivo da proposta é a de incluir no referido diploma legal a participação de sociedades cooperativas e, especificamente, as cooperativas de trabalho constituídas por vigilantes, na prestação de serviços de segurança.

Vale lembrar que a Constituição Federal, no § 2º do art. 174, estabelece que a lei deverá apoiar e estimular o cooperativismo e outras formas de associativismo e preceitua, como um dos seus princípios fundamentais, a liberdade para o exercício de qualquer trabalho, ofício ou profissão, atendidas as qualificações que a lei determinar (art. 5º, XIII, CF).

Assim, não pode a lei perpetrar restrições que impeçam a participação das cooperativas no setor de segurança privada, eis que, além de desrespeitar os princípios constitucionais, representa um retrocesso ao crescimento já alcançado por elas. Seu papel e atuação positivos na economia brasileira atestam que elas devem ser vistas como uma solução e não como um entrave ao desenvolvimento econômico e social do País.

A Organização Internacional do Trabalho (OIT), no Texto de Recomendação sobre a Promoção de Cooperativas (Conferência Internacional do Trabalho, 90ª reunião, Genebra, 2002), é enfática ao afirmar que as cooperativas devem beneficiar-se de condições, de acordo com a legislação e práticas nacionais, que não sejam menos favoráveis do que as que se concedam a outras formas de empresa e de organização social. Os governos deveriam adotar, quando adequado, medidas apropriadas de apoio às atividades das cooperativas que respondam a determinados objetivos de política social e pública, como a promoção de emprego ou desenvolvimento de atividades em benefícios de grupos ou regiões menos favorecidos.

Ressalte-se que as ações solidárias e a cultura do cooperativismo foram capazes de reerguer a economia de muitos países arrasados por guerras e conflitos internacionais.

Sob o aspecto econômico, cabe destacar que os cooperados têm a probabilidade de perceber 30% a mais do que ganhariam como empregados. Por outro lado, os preços cobrados pelos serviços prestados pelas cooperativas seriam da ordem de 20% a 40%

inferiores aos praticados pelas empresas especializadas em segurança, representando, desse modo, uma significativa economia nos gastos das empresas contratantes.

Por essas razões, esperamos contar com o apoio de nossos eminentes pares no Congresso Nacional para a aprovação desta proposição legislativa.

Sala das Sessões, 20 de março de 2006. – Senador **Cristovam Buarque**.

### LEGISLAÇÃO CITADA

LEI Nº 7.102, DE 20 DE JUNHO DE 1983

**Dispõe sobre segurança para estabelecimentos financeiros, estabelece normas para constituição e funcionamento das empresas particulares que exploram serviços de vigilância e de transporte de valores, e dá outras providências.**

O Presidente da República, faço saber que o Congresso Nacional decreta e eu sanciono a seguinte lei:

.....  
Art. 10. São considerados como segurança privada as atividades desenvolvidas em prestação de serviços com a finalidade de: (Redação dada pela Lei nº 8.863, de 1994)

I – proceder à vigilância patrimonial das instituições financeiras e de outros estabelecimentos, públicos ou privados, bem como a segurança de pessoas físicas;

II – realizar o transporte de valores ou garantir o transporte de qualquer outro tipo de carga.

§ 1º Os serviços de vigilância e de transporte de valores poderão ser executados por uma mesma empresa. (Renumerado do parágrafo único pela Lei nº 8.863, de 1994)

§ 2º As empresas especializadas em prestação de serviços de segurança, vigilância e transporte de valores, constituídas sob a forma de empresas privadas, além das hipóteses previstas nos incisos do **caput** deste artigo, poderão se prestar ao exercício das atividades de segurança privada a pessoas; a estabelecimentos comerciais, industriais, de prestação de serviços e residências; a entidades sem fins lucrativos; e órgãos e empresas públicas. (Incluído pela Lei nº 8.863, de 1994)

§ 3º Serão regidas por esta lei, pelos regulamentos dela decorrentes e pelas disposições da legislação civil, comercial, trabalhista, previdenciária e penal, as empresas definidas no parágrafo anterior. (Incluído pela Lei nº 8.863, de 1994)

§ 4º As empresas que tenham objeto econômico diverso da vigilância ostensiva e do transporte de valores, que utilizem pessoal de quadro funcional próprio, para execução dessas atividades, ficam obrigadas ao cumprimento do disposto nesta lei e demais legislações pertinentes. (Incluído pela Lei nº 8.863, de 1994)

Art. 14 – São condições essenciais para que as empresas especializadas operem nos Estados, Territórios e Distrito Federal:

I – autorização de funcionamento concedida conforme o art. 20 desta Lei; e

II – comunicação à Secretaria de Segurança Pública do respectivo Estado, Território ou Distrito Federal.

Art. 23 – As empresas especializadas e os cursos de formação de vigilantes que infringirem disposições desta lei ficarão sujeitos às seguintes penalidades, aplicáveis pelo Ministério da Justiça, ou, mediante convênio, pelas Secretarias de Segurança Pública, conforme a gravidade da infração, levando-se em conta a reincidência e a condição econômica do infrator:

I – advertência;

II – multa de quinhentas até cinco mil Ufirs: (Resolução dada pela Lei nº 9.017, de 1995)

III – proibição temporária de funcionamento; e

IV – cancelamento do registro para funcionar.

Parágrafo único – Incorrerão nas penas previstas neste artigo as empresas e os estabelecimentos financeiros responsáveis pelo extravio de armas e munições.

**O SR. PRESIDENTE** (Papaléo Paes. PSDB – AP) – O Projeto que acaba de ser lido será publicado e remetido à Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania, em decisão terminativa.

**O SR. PRESIDENTE** (Papaléo Paes. PSDB – AP) – A Presidência recebeu a **Mensagem nº 103, de 2006** (nº 169/2006, na origem), de 20 do corrente, pela qual o Presidente da República, nos termos do art. 52, inciso V, da Constituição Federal, solicita seja autorizada a contratação de operação de crédito externo, com garantia da República Federativa do Brasil, no valor total de até cinqüenta milhões de dólares dos Estados Unidos da América, de principal, entre o Governo do Estado de Minas Gerais e o Banco Interamericano de Desenvolvimento – BID, destinada a financiar, parcialmente, a primeira fase do Programa de Melhoria da Acessibilidade de Municípios de Pequeno Porte – PROCESSO.

A matéria vai à Comissão de Assuntos Econômicos.

**O SR. PRESIDENTE** (Papaléo Paes. PSDB – AP) – Sobre a mesa, requerimento que passo a ler.

É lido o seguinte:

#### **REQUERIMENTO Nº 290, DE 2006**

**Requer Voto de Aplauso ao jornal Diário do Amazonas e à Rádio Amazonas-FM, pelo transcurso do 21º aniversário de criação desses dois veículos de comunicação de Manaus.**

Requeiro, nos termos do art. 222, do Regimento Interno, e ouvido o Plenário, que seja consignado, nos anais do Senado, Voto de Aplauso ao jornal **Diário do Amazonas** e à Rádio Amazonas-FM, pelo transcurso do 21º aniversário de criação desses dois importantes veículos de comunicação do Amazonas.

Requeiro, ainda, que o Voto de Aplauso seja levado ao conhecimento da direção do **Diário do Amazonas** e da Rádio Amazonas-FM e, por seu intermédio, aos seus repórteres, redatores, fotógrafos, gráficos, cinegrafistas e funcionários administrativos.

#### **Justificação**

O Voto de Aplauso que proponho ao Plenário do Senado da República é justo. Os dois veículos de comunicação – **Diário do Amazonas** e Rádio Amazonas-FM – completam 21 anos de bons serviços como informativos que já se consolidaram entre as populações de Manaus e do Amazonas.

Sala das Sessões, 20 de março de 2006. – Senador **Arthur Virgílio**, Líder do PSDB.

**O SR. PRESIDENTE** (Papaléo Paes. PSDB – AP) – A Presidência encaminhará o voto de aplauso solicitado.

O Requerimento que acaba de ser lido vai ao Arquivo.

Sobre a mesa, requerimento que passo a ler.

É lido o seguinte:

#### **REQUERIMENTO Nº 291, DE 2006**

**Requer Voto de Aplauso ao ex-Presidente Fernando Henrique Cardoso, pelo lançamento de seu livro “A Arte da Política – A História que Vivi.”**

Requeiro, nos termos do art. 222, do Regimento interno, e ouvido o Plenário, que seja consignado, nos anais do Senado, Voto de Aplauso ao ex-Presidente da República, Fernando Henrique Cardoso, pelo lançamento nacional, hoje, dia 20 de março de 2006, de seu Livro **A Arte da Política – A História que Vivi.**

Requeiro, ademais, que o Voto de Aplauso do Senado Federal seja levado ao conhecimento do ex-Presidente Fernando Henrique Cardoso e ao jornalista Ricardo Setti, coordenador editorial da obra.

### Justificação

O Brasil passa a contar, a partir de hoje, com uma excelente contribuição à História contemporânea, que é o livro do ex-Presidente Fernando Henrique Cardoso, "A Arte da Política – A História que Vivi." Segundo a revista **Veja**; o livro explica o Brasil, com revelações dos bastidores políticos. A edição do livro contou com a ajuda do jornalista Ricardo Setti, coordenador editorial da obra. É pois merecido o Voto de Aplauso que proponho ao Senado da República.

Sala das Sessões, 20 março de 2006. – Senador **Arthur Virgílio**, Líder do PSDB.

**O SR. PRESIDENTE** (Papaléo Paes. PSDB – AP) – Nos termos do art. 222, § 1º, do Regimento Interno, o requerimento será despachado à Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania.

Sobre a mesa, requerimento que passo a ler.

É lido o seguinte:

### REQUERIMENTO Nº 292, DE 2006

**Requer Voto de Aplauso ao ortopedista e pesquisador gaúcho Carlos Alberto Souza Macedo, pela criação de prótese para quadril, na Universidade Federal do Rio Grande do Sul, com tecnologia, aprovada nos testes internacionais ISO e ASTM.**

Requeiro, nos termos do art. 222, do Regimento Interno, e ouvido o Plenário, que seja consignado, nos anais do Senado, Voto de Aplauso ao médico ortopedista gaúcho Dr. Carlos Alberto Souza Macedo, pela criação de prótese para quadril, com 95% de tecnologia brasileira e aprovado nos testes internacionais de ISO e ASTM.

Requeiro, também, que esse Voto seja levado ao conhecimento do Dr. Carlos Alberto e à UFRGS.

### Justificação

O pesquisador e ortopedista gaúcho Carlos Alberto Souza Macedo criou, na UFRGS, onde é professor, um modelo de prótese para quadril, usando 95% de tecnologia nacional e que mereceu aprovação nos testes internacionais ISO e ASTM. Sua invenção destina-se a pessoas portadoras de doenças que desgastam as cartilagens, como a osteoartrite, que atinge ao idosos com mais de 65 anos de idade. O custo da prótese é 60% inferior ao valor de venda das próteses importadas. A prótese do Dr. Carlos Alberto poderá beneficiar milhares de brasileiros, já que, dados do Instituto Na-

cional de Traumato-Ortopedia, indicam existirem no País mais de 200 mil pessoas obrigadas a usar cadeiras de rodas por falta de um implante ortopédico. Com o implante da prótese de quadril, todas essas pessoas teriam condições de andar no dia seguinte.

Saia das Sessões, 20 de março de 2006. – Senador **Arthur Virgílio**, Líder do PSDB.

**O SR. PRESIDENTE** (Papaléo Paes. PSDB – AP) – A Presidência encaminhará o voto de aplauso solicitado.

O Requerimento que acaba de ser lido vai ao Arquivo.

Sobre a mesa, ofícios que passo a ler.

São lidos os seguintes:

OF. Nº 26/2606 – PRES/CAS

Brasília, 16 de março de 2006

Senhor Presidente,

Comunico a Vossa Excelência que esta Comissão aprovou o Substitutivo ao Projeto de Lei do Senado nº 124, de 2005, de autoria do Senador Papaléo Paes, que "Altera o art. 2º da Lei nº 9.965, de 27 de abril de 2000, que restringe a venda de esteróides ou peptídeos anabolizantes e dá outras providências, para tipificar a venda desses produtos como crime punível com penas equivalentes às do tráfico ilícito de substância entorpecente".

A matéria será incluída na pauta da próxima reunião, para apreciação em turno suplementar, nos termos do disposto no art. 282, combinado com o art. 92 do Regimento Interno do Senado Federal.

Atenciosamente, Senador **Antônio Carlos Valadares**, Presidente

OF. Nº 27/2006 – PRES/CAS

Brasília, 16 de março de 2006

Senhor Presidente

Comunico a Vossa Excelência que esta Comissão aprovou o Substitutivo ao Projeto de Lei do Senado nº 75, de 2002, de autoria do Senador Carlos Bezerra, que "Altera o artigo 12 da Lei nº 9656, de 3 de junho de 1998 que "dispõe sobre os planos e seguros privados de assistência à saúde", para acrescentar, entre as exigências mínimas dos planos que incluïrem internação hospitalar, a cobertura de despesas com cirurgia e transporte de órgãos destinados a transplante".

A matéria será incluída na pauta da próxima reunião, para apreciação em turno suplementar, nos termos do disposto no art. 282, combinado com o art. 92 do Regimento Interno do Senado Federal.

Atenciosamente, Senador **Antônio Carlos Valadares**, – Presidente.

**O SR. PRESIDENTE** (Papaléo Paes. PSDB – AP)

– Com referência aos expedientes que acabam de ser lidos, a Presidência comunica ao Plenário que aos Substitutivos aos Projetos de Lei do Senado nºs 75, de 2002; e 124, de 2005, poderão ser oferecidas emendas até o encerramento da discussão, no turno suplementar, perante a Comissão de Assuntos Sociais.

**O SR. PRESIDENTE** (Papaléo Paes. PSDB – AP)

– Há oradores inscritos.

**O SR. SÉRGIO ZAMBIASI** (PTB – RS) – Sr. Presidente, peço a palavra pela ordem.

**O SR. PRESIDENTE** (Papaléo Paes. PSDB – AP)

– Concedo a palavra, pela ordem, ao Senador Sérgio Zambiasi.

**O SR. SÉRGIO ZAMBIASI** (PTB – RS. Pela ordem.) – Solicito minha inscrição para uma comunicação de interesse partidário, como Líder.

**O SR. PRESIDENTE** (Papaléo Paes. PSDB – AP)

– V. Ex<sup>a</sup> será atendido.

Concedo a palavra ao Senador Ney Suassuna, primeiro orador inscrito.

S. Ex<sup>a</sup> fará uso da palavra por dez minutos, prorrogáveis por mais cinco minutos, se necessário for.

**O SR. NEY SUASSUNA** (PMDB – PB. Pronuncia o seguinte discurso. Sem revisão do orador.) – Muito obrigado, Sr. Presidente.

Sr. Presidente, Sr<sup>as</sup> e Srs. Senadores, chegamos ao final da convocação extraordinária e já vamos ao término do primeiro mês do ano legislativo sem concluirmos a votação do Orçamento para 2006. Hoje são 20 de março, e continuamos sem a aprovação do Orçamento.

Esta é uma época do período legislativo que guarda, por características diversas e por vezes contraditórias, um significado muito especial para os Parlamentares.

Não é a primeira oportunidade que tenho de acompanhar, como Líder, o debate orçamentário. Não é também a primeira vez que observo tomar conta do Congresso Nacional o sentimento conflituoso que opõe a esperança – representada pela real possibilidade de fazer o novo, o justo e o certo – ao senso de realidade, dada a consciência concreta de todas as dificuldades que cercam o processo de negociação do Orçamento.

O ano de 2005 viu questões candentes afetas ao tema do Orçamento serem colocadas à avaliação da Câmara dos Deputados e do Senado Federal. O orçamento impositivo foi uma delas; a adoção de regras para a correção do salário mínimo, outra.

O fato é que, apesar dos avanços e dos recuos, pude sentir nos sinais enviados durante a convocação – de resto bastante produtiva no Senado Federal – que há a possibilidade de que, em temas de grande impacto para o desenvolvimento nacional, seja no

campo econômico, seja no campo social, haja espaço para o consenso e a deliberação multipartidária já nos primeiros dias do ano legislativo que se iniciou.

Como disse o Presidente desta Casa, Senador Renan Calheiros, há que se preservar espaços para o debate de itens críticos pertinentes a uma agenda estrutural, de interesse da Nação, apesar da crise política ou até mesmo por causa dela. Nesse espírito, entendo fundamental que, no Orçamento-Geral da União, façamos por criar tal oportunidade.

Assim, com espírito de humildade e de colaboração, ensaio a proposição de temas que, sem a menor dúvida, representam consenso e convergência em ambas as casas congressuais, dentro do princípio geral de que é impostergável a melhoria da qualidade do dispêndio público, seja ele referente aos investimentos, seja ele referente às despesas com custeio.

Sr. Presidente, hoje, de manhã, ouvia na Band Rio comentário do jornalista Ricardo Boechat a respeito da continuação de um déficit orçamentário de 16 bilhões e da arrecadação de 60 bilhões. E ele reclamava que, em vez de se procurar diminuir os custos da máquina estatal, se buscava encontrar meios para arrecadar mais.

Sabemos que o País tem prioridades. Uma delas é a estrutura viária, porque o modelo de transporte escolhido foi o rodoviário. A produção é escoada por estradas mal conservadas, que não oferecem às pessoas que se movimentam por elas confiabilidade e segurança. Por isso, é preciso que as estradas ocupem a primeira posição da lista de prioridades ainda neste primeiro semestre.

Entendemos esse aspecto, mas existem outros que precisam ser constantemente observados, como, por exemplo, saneamento básico e ambiental, que, freqüentemente, chama a atenção pelo impacto social que provoca. À medida que fazemos o saneamento básico e ambiental, não só estamos preservando o meio ambiente, mas principalmente preservando o ser humano, porque a ausência de esgotamento sanitário, de saneamento, de tratamento da água se reflete enormemente na saúde.

Entretanto, há um assunto que gostaria de sugerir como fundamento maior, como o tema que melhor expressa e traduz minhas preocupações: a educação básica.

As necessidades do ser humano são muitas: alimentação, habitação, vestuário, saúde e educação. Mas a educação, Srs. Senadores, tem o poder de exponenciar todas as demais, porque o cidadão que recebe educação cuida melhor da higiene, da alimentação, de todos os demais itens. A educação é, pois, uma alavanca para a melhoria dos outros itens.

Se é grande a necessidade de se qualificar o gasto público, de se obterem melhores resultados com os

parcos recursos livres do Orçamento federal e de se fazerem valer, para as prioridades da sociedade, as disponibilidades do Tesouro Nacional, para tudo isso, a educação é o ponto ideal, o ponto em que se obtém melhor retorno para os investimentos públicos.

É perceptível, Sr. Presidente, que a educação – a educação básica, em especial – encontra-se subamparada, pois, apesar de todos os projetos, de todas as investidas que fizemos, ainda continua, comparativamente com outros países, subamparada em termos de investimentos federais.

Na execução orçamentária de 2005, por exemplo, na coluna dos valores autorizados, conta a educação com percentual equivalente a 47,4% dos recursos alocados à saúde, portanto, inferior aos recursos da saúde. Os montantes financeiros empenhados são, por sua vez – na mesma linha de comparação –, ainda menores, da ordem de 43,2%.

Não se trata aqui, evidentemente, de reduzir a importância dos recursos alocados à saúde, de maneira nenhuma. No final de semana passado, estive no Hospital Napoleão Laureano, em João Pessoa, no Hospital Universitário e na Maternidade Elpidio de Almeida, em Campina Grande, esta última na esfera municipal. Em todos eles, a carência de recursos ainda persiste num montante muito elevado. Nem falo dos particulares. Outro dia conversávamos sobre recursos, sobre a tabela do SUS. Esses aspectos são insignificantes se considerarmos que, para se engraxar um sapato se paga, em média, R\$5,00, e, para uma consulta médica pela tabela do SUS, R\$2,50. Ou seja, é preciso que um médico faça duas consultas para engraxar seu sapato. Realmente, a saúde continua sendo muito importante. E não estou aqui, de maneira alguma, pregando que se tire nada da saúde. O que quero é que se aumentem recursos para a educação.

Portanto, não se trata aqui, evidentemente, de reduzir a importância dos recursos alocados à saúde, fundamentais para o desenvolvimento social, em especial nas regiões menos prósperas e mais carentes do País, como é o caso do meu Estado, a Paraíba.

Trata-se, pelo contrário, de questionar a pouca contribuição que a União vem dando, no contexto federativo, à educação. Queria que fosse mais. É possível que com esse plano que estamos votando agora consigamos mais recursos. Mas é um plano de longo prazo, e eu sou mais imediatista.

Eu assisti ontem no Fantástico – todos os senhores devem ter assistido – e hoje no Bom Dia Brasil ao documentário Falcão. Eu me senti mal de ser parlamentar em um país onde crianças não têm a menor opção nos morros. Eu falava aqui do meu Estado, mas, na periferia das grandes cidades, a educação, princi-

palmente nos morros, continua sendo um problema gritante. Ontem, me senti mal de ver crianças de 13 e 14 anos dizendo: “Sei que, se eu morrer, vai nascer um outro, talvez até pior ou melhor do que eu, mas, lá em casa já morreram três e eu sou o quarto que está aqui no tráfico”. Fiquei chocado. Ontem à noite, fiquei muito chocado de ver o quanto está faltando de ímpeto para resolver o problema educacional brasileiro. Crianças estão sendo jogadas na vala do lixo e estão na contramão de uma vida saudável.

Poderíamos até perguntar se a prioridade, que ao menos nominalmente o setor educacional alcança, em todos os documentos oficiais, em todos os discursos governamentais vem ocorrendo efetivamente. Eu diria, Sr. Presidente, e certamente todos aqui me acompanhariam, que não.

As verbas para a educação são colocadas nos Estados, 25%, mas não são verdadeiras. Todas as pessoas contratadas e à disposição das assembleias são enfiadas ali dentro para compor os 25%. Eu fico muito preocupado quando vejo isso.

Ouçó o nobre Senador Sérgio Zambiasi.

**O Sr. Sérgio Zambiasi (PTB – RS)** – Senador Ney Suassuna, em primeiro lugar quero cumprimentá-lo pela sensibilidade ao tratar de um tema de tamanha relevância. Acho que todo o Brasil está impactado com a reportagem que a Rede Globo mostrou ontem à noite, impactado com esta realidade que convive com o nosso dia-a-dia e da qual, muitas vezes, nós que legislamos permanecemos distantes – eu não digo desligados, mas afastados. Seria interessante que a Comissão de Assuntos Sociais trouxesse a esta Casa os produtores do programa para que o centro do poder pudesse refletir, com mais intensidade, sobre essas questões. Tenho abordado constantemente aqui um tema que considero relevante, que é o da paternidade responsável. Entendo que ela só alcançará esse patamar a partir do investimento em educação e em informação, dois aspectos fundamentais que dependem da iniciativa pública, da iniciativa governamental. Com melhores níveis educacionais e com um patamar de informação melhor, vamos melhorar esses índices das periferias. Entendo que deveríamos pressionar para que a publicidade oficial não servisse apenas para fazer propaganda do Governo e sim para que os cidadãos fossem servidos com informações; que esses espaços privilegiados da publicidade oficial pudessem ser transformados em informações para a sociedade. É uma forma, com certeza, de gerar junto a essa população um nível de informação adequado de maneira que, com uma formação cidadã, o nível de exigência do cidadão eleve-se, e, em consequência, a cobrança ao Estado seja mais forte e mais fiel. Obrigado pela

oportunidade e parabéns pelo seu pronunciamento, Senador Ney Suassuna.

**O SR. NEY SUASSUNA** (PMDB – PB) – Muito obrigado, Senador Sérgio Zambiasi.

Eu diria a V. Ex<sup>a</sup> que ontem, ao assistir àquele documentário mostrado pela televisão, eu fazia um paralelo entre o que acontece no meu Estado e nos Estados nordestinos. Cada vez que vem uma estiagem, os homens saem de lá, alguns vão para o Sul, outros para Brasília, outros para São Paulo, e as famílias se desmoronam. E aí, o que vemos? Não o tráfico, mas a prostituição. São centenas de meninas às margens das estradas se prostituindo, até mesmo – por que esconder? – nas calçadas, nas praias da capital do Estado.

Vemos isso na capitais dos Estados, com constringimento. Percebemos que muitas pessoas são insensíveis ao problema, tanto que eu ouvi comentários como este: “Não, agora aumentou porque tem o *kit* prostituição.” E eu indaguei de quem estava falando: como é essa história de *kit* prostituição? “É só dar um aparelho ortodôntico e um telefone celular a uma garota e com certeza terá todo o acesso a essa criança”. Trata-se de crianças. Isso me constrange, seja porque estão no tráfico, seja porque estão na prostituição.

Nós, Parlamentares, somos responsáveis pelo encontro de soluções. Eu queria trazer essa preocupação na hora em que estamos votando o Orçamento, pois deveremos votá-lo esta semana. Temos de lutar por mais verbas para a educação, porque é o único caminho para mudar este triste quadro. Estamos assistindo a conterrâneos nossos, patrícios nossos nesse caminho sem volta.

Muito obrigado.

**O SR. PRESIDENTE** (Papaléo Paes. PSDB – AP) – Concedo a palavra ao nobre Senador Sérgio Zambiasi, pela Liderança do PTB, amparado no art. 66, “a”, parágrafo único.

S. Ex<sup>a</sup> terá cinco minutos para o uso da palavra e, se necessário for, dois de tolerância.

**O SR. SÉRGIO ZAMBIASI** (PTB – RS. Pela Liderança do PTB. Sem revisão do orador.) – Muito obrigado.

Sr. Presidente, Senador Papaléo Paes; Sr<sup>as</sup> e Srs. Senadores, se de um lado acompanhamos o pronunciamento do Senador Ney Suassuna, falando da repercussão do programa que tratou dos gravíssimos problemas enfrentados pela nossa população periférica, que realmente impactou a Nação, e os jornais de hoje repercutem a questão da prostituição infantil e mostram que cerca de mil municípios brasileiros também registram essa verdadeira calamidade, de outro lado, trago aqui uma notícia de um pequeno município do Rio Grande do Sul, localizado a 90 quilômetros da ca-

pital gaúcha, um verdadeiro exemplo de administração pública, motivo de orgulho para todos os gaúchos, especialmente para mim e para meu Partido, o PTB.

Estou falando do Município de Tupandi. O seu Prefeito, o petebista Hilário Junges, que foi declarado vencedor, acaba de receber o grande Prêmio Sebrae Prefeito Empreendedor Loureiro da Silva 2005, entregue na última quarta-feira, em cerimônia realizada em Porto Alegre.

A vitória do Município, que tem pouco mais de três mil habitantes e uma área de apenas 62 quilômetros quadrados, foi resultado do estímulo da prefeitura municipal ao empreendedorismo dos pequenos produtores rurais da comunidade, valorizando as vocações naturais da região, voltadas especialmente para a agropecuária.

Para isso, a administração de Tupandi, que como eu disse fica a 90 quilômetros de Porto Alegre, na região do vale do rio Caí, desenvolveu o projeto Fundat – Fundo de Desenvolvimento Agropecuário de Tupandi – em parceria com o Banco do Brasil.

Em 1993, em sua primeira administração, o Prefeito Hilário Junges – laureado vencedor –, preocupado com a baixa qualidade de vida dos cidadãos e com o apoio das lideranças comunitárias, implantou o projeto com o objetivo de desenvolver a economia do Município, melhorar a qualidade de vida dos cidadãos, fixar o homem no campo e viabilizar as pequenas propriedades rurais – que têm, em média, Presidente Papaléo Paes, 9,6 hectares. Esse é o tamanho das propriedades agropecuárias do Município de Tupandi. Comparado em nível de Brasil, são menores do que sítios de lazer na maioria dos Estados brasileiros.

Pois bem. Nessas pequenas áreas, implantado esse programa, além de absorver a mão-de-obra familiar disponível, criou mão-de-obra especializada e aumentou a arrecadação do ICMS.

Essa ação interrompeu o êxodo rural e estimulou o espírito empreendedor dos pequenos produtores rurais, melhorando sua subsistência financeira e também, claro, a sua qualidade de vida. Também resultou na elevação de todos os índices referenciais de qualidade e progresso. Hoje, 680 das 720 pequenas propriedades rurais do município são beneficiadas pela iniciativa, que também elevou a renda das famílias do município.

O Fundat fez de cada pequena propriedade uma empresa geradora de renda para os proprietários e para o município. De acordo com o prefeito, Hilário Junges, o programa alavancou a economia do município e beneficiou 95% das propriedades rurais. Hoje, enquanto o PIB **per capita** no Brasil é de R\$ 9.700,00 e no Rio Grande do Sul é de R\$ 14.000,00, o índice em Tupandi é de mais de R\$ 30.000,00.

Apenas para exemplificar o que o projeto significou na melhoria da qualidade de vida da população

municipal, citamos os benefícios na área da educação. Em Tupandi, foi desenvolvido o Projeto Universitário, inicialmente com apenas três participantes, hoje tem mais de cem alunos universitários e de cursos profissionalizantes que recebem auxílio financeiro no valor de uma cadeira por semestre e 50% do valor das passagens, para deslocar-se até uma das universidades da região. Para os alunos de cursos técnicos, a Prefeitura custeou 50% do valor do curso e 50% do valor do transporte. Além disso, as crianças passaram a ser atendidas no turno oposto à escola, com oficinas de desenvolvimento e alimentação.

No setor de obras e infra-estrutura, também houve benefícios significativos. Após a implantação do Fundat, 80% das estradas municipais foram pavimentadas. Atualmente, 100% da população conta com energia elétrica e 98,89% dos habitantes têm água potável, água encanada. O município desenvolveu também um projeto de loteamentos populares, no qual a Prefeitura adquire os lotes, providencia a infra-estrutura necessária e subsidia 70% do valor para a população.

E o índice de mortalidade infantil, Presidente – V. Ex<sup>a</sup> que é médico –, que é um dos principais dados para avaliar o desenvolvimento de uma comunidade de acordo com a ONU, em Tupandi, no ano de 2005, foi zero de mortalidade infantil, motivo, talvez, de maior orgulho para todos nós.

O projeto desenvolvido no Município disputou com outros de 71 Prefeituras do Rio Grande do Sul, que se inscreveram na promoção do Serviço de Apoio às Micro e Pequenas Empresas no Rio Grande do Sul (Sebrae/RS). O objetivo do prêmio é incentivar administradores públicos que contribuem para o desenvolvimento das micro e pequenas empresas e oportunizar que as lideranças políticas no Estado dêem transparência ao seu trabalho.

O Prefeito Hilário virá representar o Rio Grande do Sul na etapa final do prêmio, em Brasília, no dia 25 de abril.

Os administradores que quiserem conhecer melhor o Fundat, desenvolvido pelo Município de Tupandi, podem acessar o *site* do PTB/RS, no endereço [www.ptbrs.org.br](http://www.ptbrs.org.br).

Sr. Presidente Papaléo Paes, encerrando esta manifestação, tenho convicção de que o Município de Tupandi é um exemplo para todas as cidades gaúchas e brasileiras – por que não? Exemplo de que, com ações simples e o estímulo às vocações locais, é possível promover o desenvolvimento e a melhoria da qualidade de vida dos cidadãos.

Parabéns ao Prefeito Hilário Junges e a toda a comunidade do Município de Tupandi.

Muito obrigado.

**O SR. PRESIDENTE** (Papaléo Paes. PSDB – AP)

– Parabéns, Senador Sérgio Zambiasi.

As informações trazidas por V. Ex<sup>a</sup> são um alento para nós que lidamos com a área da saúde e que vemos que essa área está em uma situação muito difícil em todo o País.

Parabéns ao Rio Grande do Sul e ao município que V. Ex<sup>a</sup> divulgou entre nós.

Concedo a palavra ao nobre Senador Alvaro Dias, como orador inscrito.

S. Ex<sup>a</sup> terá dez minutos para o seu pronunciamento e cinco minutos de prorrogação, se necessário for.

**O SR. ALVARO DIAS** (PSDB – PR. Pronuncia o seguinte discurso. Sem revisão do orador.) –

**DISCURSO PRONUNCIADO PELO SR. SENADOR ALVARO DIAS, QUE, RETIRADO PELO ORADOR PARA REVISÃO, SERÁ PUBLICADO POSTERIORMENTE.**

(Art. 201, §§ 2º e 3º, do Regimento Interno.)

**A SRA. SERYS SLHESSARENKO** (Bloco/PT – MT) – Sr. Presidente, peço a palavra pela ordem.

**O SR. PRESIDENTE** (Papaléo Paes. PSDB – AP) – Pela ordem, concedo a palavra à Senadora Serys Slhessarenko.

**A SRA. SERYS SLHESSARENKO** (Bloco/PT – MT. Pela ordem.) – Sr. Presidente, eu gostaria de pedir a palavra para uma comunicação inadiável.

**O SR. PRESIDENTE** (Papaléo Paes. PSDB – AP) – V. Ex<sup>a</sup> poderá fazer uso da palavra neste momento, pois em se tratando de uma sessão não deliberativa, intercalamos um orador inscrito com uma comunicação inadiável.

Então, V. Ex<sup>a</sup> poderá fazer o uso da palavra por cinco minutos, com dois minutos de prorrogação, se necessário for.

**A SRA. SERYS SLHESSARENKO** (Bloco/PT – MT. Para uma comunicação inadiável. Sem revisão da oradora.) – Sr. Presidente, Sr<sup>as</sup> e Srs. Senadores, gostaria de fazer uma colocação breve antes de falar do assunto que me traz a esta tribuna. O que está acontecendo hoje é, sim, enfrentamento eleitoral. É legítimo que o seja. A Oposição está no papel dela. É legítimo que a Oposição esteja fazendo o enfrentamento eleitoral desde já.

Agora, não tenho dúvida de que a sociedade brasileira quer duas coisas no Brasil. A primeira é que se apure absolutamente tudo. E isso está sendo feito pelas CPs, pelo Ministério Público, pela Polícia Federal, com total e absoluto apoio do Governo. Que se apure tudo. E a segunda: a sociedade brasileira quer que deixem o Presidente Lula governar! Deixem-no governar, porque



ele é o Presidente da República, e o povo brasileiro quer que o Brasil seja governado, senhores! O povo brasileiro precisa que o Orçamento seja aprovado. Já estamos na segunda quinzena de março e não se aprova o Orçamento. Não se quer deixar o Presidente Lula governar neste ano, porque é um ano de eleições.

É legítimo a Oposição fazer um enfrentamento eleitoral, mas não é legítimo não permitir que o Governo Lula governe. Todos os brasileiros e brasileiras precisam que o Governo ande. Ele não tem culpa de ser um ano eleitoral e existir a disputa eleitoral. Que a disputa se faça, mas deixem – esta é a conclamação que faço – o Presidente Lula governar.

Quero falar aqui, Sr. Presidente, sobre assunto da mais alta relevância. Antes de ser Senadora, sou educadora. Fui professora na Universidade Federal de Mato Grosso por 26 anos. Vemos aí avanços e mais avanços significativos na Educação. Vou citar o ProUni: são 225 mil – não dá para esconder, pois não é possível fazer de conta que os dados não existem – são 225 mil estudantes que não podiam freqüentar uma universidade particular e hoje podem, graças ao ProUni, um programa do Governo Lula. Duzentos e vinte e cinco mil já estão dentro de universidades particulares, freqüentando o ensino superior. Isso é ou não importante?

Eu não citarei outros programas porque não vim falar disso agora. Mas comparem o Luz para Todos com, por exemplo, o Luz no Campo, do Governo passado. As pessoas que aderiram ao Luz no Campo estão enclacradas, literalmente, por 10 anos, porque têm de pagar mensalmente prestações que vão de R\$ 100,00 a R\$ 300,00; o pequeno produtor rural, aquele que pratica agricultura familiar, não tem a menor possibilidade de fazê-lo.

Por outro lado, o Luz para Todos é absolutamente de graça. De graça! E são 12 milhões de famílias beneficiadas. Até 2008, a continuar esse Programa, não teremos mais nenhuma casa no meio rural, nenhuma residência ou família sem energia elétrica, pois é um gigantesco programa.

Não posso abordar outros programas porque estou falando para uma comunicação inadiável, e o tempo é pouco. Mas quero falar aqui do Fundeb.

Não querem deixar o Governo Lula governar e dizem que não vão aprovar o Orçamento por isso ou aquilo. Mas vamos aprová-lo, sim, porque o povo brasileiro quer e dele precisa.

E vamos aprovar o Fundeb, que está na Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania. Este é o projeto mais importante, na área da Educação, da história do Brasil! Vai mudar, realmente, a vida do povo brasileiro. Eu, como educadora, acredito, Sr. Presidente, tenho convicção de que é pela educação, pela conscientização,

pelo conhecimento e pela compreensão da realidade brasileira que chegaremos à transformação. Somente por aí. E só chegaremos a conhecer, a compreender a realidade e a transformá-la, por conseguinte, se tivermos realmente educação para todos e de qualidade. Não aquela educação que diz que um mais um são dois, mas aquela que diz a favor de quem está a soma e contra quem está a subtração; a favor de quem está a multiplicação e contra quem está a divisão. É essa a educação de que precisamos para a compreensão da realidade e para a construção do conhecimento na mentalidade de cada um que freqüenta as nossas escolas.

O Fundeb é isso, senhoras e senhores. O Fundeb é a transformação, é uma educação de qualidade, é uma educação que vai colocar todos dentro da escola, trazendo o conhecimento para valer, para que cada um compreenda essa realidade e, a partir do momento em que a compreenda, possa transformá-la. Esse é um projeto do Governo Lula, e não é porque é dele que vamos deixar de aprovar – e aprovar com urgência –, porque isso é bom para o Brasil, para os brasileiros e brasileiras, para a educação fundamental e para o ensino médio.

Não é justo que se fique protelando a aprovação do Fundeb porque a Oposição quer fazer disso uma bandeira contra o Governo Lula. Que deixem aprovar todos os bons projetos. Que se aprovelem os projetos; que se aprove o Orçamento. Vamos deixar o Presidente Lula governar e vamos realmente medir forças nas urnas, na hora do voto secreto. Cada cidadão e cidadã terá a possibilidade de exercer esse direito no dia da eleição.

Não existe voto mais importante ou menos importante. No dia da eleição, todos os votos são absolutamente iguais. Desde o daquele que tem mais dificuldade de sobreviver pela questão econômica ao daquele mais poderoso economicamente no Brasil. Vamos medir essa força no dia da eleição, nas urnas, mas vamos deixar o Presidente Lula governar. Vamos fazer com que realmente ele possa levar programas importantes como o Fundeb, a Super-Receita e outros mais que estão aí para serem aprovados e que vêm sendo protelados porque não querem deixar que bons projetos deste Governo avancem. Estão fazendo disso, sim, enfrentamento eleitoral, e isso é contra o povo brasileiro, é contra homens e mulheres. Não aprovar o Fundeb é contra todas as nossas crianças, da primeira infância aos adolescentes.

Portanto, espero e acredito que, amanhã, na CCJ, consigamos aprovar o Fundeb.

Muito obrigada.

*Durante o discurso da Sra. Serys Slhessarenko, o Sr. Papaléo Paes, suplente de Secretário, deixa a cadeira da Presidência, que é ocupada pelo Sr. Alvaro Dias, suplente de Secretário.*

**O SR. PRESIDENTE** (Alvaro Dias. PSDB – PR) – Com a palavra, pela ordem de inscrição, o Senador Mão Santa, do Piauí.

S. Ex<sup>a</sup> dispõe de dez minutos, com a prorrogação de cinco, se desejar. Depois do Senador Mão Santa, usará da palavra o Senador Papaléo Paes.

**O SR. MÃO SANTA** (PMDB – PI. Pronuncia o seguinte discurso. Sem revisão do orador.) – Sr. Presidente, Senador Alvaro Dias; Senadoras, Senadores, brasileiras e brasileiros que nos assistem pelo sistema de comunicação do Senado e brasileiros aqui presentes, ontem, o calendário cristão comemorava, Senador Heráclito, o Dia de São José. Senador Osmar Dias, que tem uma vida dedicada ao campo e à produção, nosso homem do campo tem uma crença: se a chuva não chega no Dia de São José, haverá seca. Graças a Deus, choveu antes desse dia. É uma crença! Ontem, o Dia de São José foi um dia muito importante na história da democracia do Brasil.

Senador Heráclito, todos sabemos que a democracia é difícil. Senador Alvaro Dias, Winston Churchill disse que a democracia é complicada e difícil, mas que não conhecia modelo melhor.

O homem, que é um animal político, segundo Aristóteles, visa a buscar o melhor com a sua racionalidade. O modelo de governo dos reinados perdeu muito porque havia o místico: o rei era um deus na terra. Deus seria um rei no céu. Mas o povo, Senador Alvaro Dias, estava insatisfeito com os reis. Era bom para quem estava na corte. Fora da corte, desprezo, sofrimento, pobreza, miséria. Esse povo, então, foi às ruas e gritou: “Liberdade, igualdade e fraternidade”. Aí nasceu a democracia. Então, ela é do povo, criada pelo povo e pertencente ao povo. Em nosso País, chegou tardiamente, um século depois, Senador Alvaro Dias, desse grito na França.

Senador Heráclito, D. João VI disse: “Filho, coloque a coroa antes que um aventureiro o faça.” Era porque Simon Bolívar estava derrubando reis nos países vizinhos e iria fazer o mesmo aqui. Era El Libertador.

Nasceu, e aí vivemos. Foi difícil. Na França foi complicado. Houve a guilhotina, Marat, Robespierre, Danton e Napoleão. Aqui também houve a ditadura civil, com Vargas. Embora fosse generoso, a ditadura nunca é boa. Está aí o livro “Memórias do Cárcere”, de Graciliano Ramos. As memórias militares conhecemos recentemente, além da obra de Hélio Gaspari.

O meu Partido esteve aqui para libertar o povo da ditadura. Falo do MDB. Senador Alvaro Dias, falo dos autênticos, de Ulysses Guimarães, candidatando-se contra os canhões de gás; de Sobral Pinto; de Teotônio Vilela, com câncer, trazendo esperança, já moribundo, lutando; de Tancredo Neves, que se imolou

com uma doença banal, pois retardou o seu tratamento para poder fazer a transição. Imolou-se. Juscelino foi humilhado, cassado. Mas foi o MDB.

Senador Heráclito, que fez essa luta toda, não sei por que, mas tenho uma saudade do PMDB do Heráclito. S. Ex<sup>a</sup> foi do PMDB dos momentos difíceis, eu o vi lutando em convenções. Companheiro de Ulysses, de Tancredo e de outros, como Renato Archer. E lutou também nos momentos mais difíceis. Mas, ontem, o PMDB, por intermédio desse extraordinário líder, nosso Presidente Michel Temer, deu a maior contribuição à nossa história democrática.

Olha, Senador Osmar Dias, esse Montesquieu quis aprimorá-la, como todos nós. Então, tirou o **L'etat cest moi**, o poder único dos reis, e o dividiu em três: Legislativo, no qual estamos; Executivo, em que o Lulinha está na boa acolá; e Judiciário. Contrapoderes equipotentes, harmônicos, respeitosos. Ele nunca imaginou. Ô Tião Viana, o Montesquieu está pulando na sepultura, porque aqui é como se um quisesse pular no outro, aproveitando-se desse poder. Um quer ser o vice do Lula; o outro quer ser Governador do Maranhão. Não foi isso que imaginou Montesquieu. Não foi isso que imaginaram os idealistas que estão servindo ao Poder Judiciário, que queremos aperfeiçoar. Sabemos porque somos cristãos. “Bem-aventurados os que têm fome e sede de justiça!” Moisés recebeu as Tábuas da Lei, mas não pensava nessa traquinagem de alguém se aproveitar da justiça, não.

Senador Alvaro Dias, que a coroa da justiça brilhe mais do que a coroa dos reis. Esse pensamento não é meu, mas de Aristóteles. Que a coroa da justiça esteja mais alta do que os santos. A justiça é o pão de que mais a humanidade necessita. Mas não é essa traquinagem, não. A justiça é divina. Esses homens têm só um ideal. O que está havendo agora é uma conturbação. Estão misturando as coisas. O sujeito aproveita a toga ou o poder para pular para o outro e sair na dianteira. Isso é malandragem! Isso não é justiça.

Liberdade foi o grito da democracia. Então, aqueles que fazem o Partido, Senador Osmar Dias, atentai bem, saem de lá – são 800 quilômetros – sem mensalão, sem ser ladrão, porque os do mensalão e dos ladrões estão cheios os outros poderes. Cotizaram-se para alugar uma van – vereadores, delegados de partido, os militantes, a fim de irem à convenção. Não podem escolher.

O grito foi liberdade, Professora Serys! Acabou a democracia. Cercear essa liberdade é obsceno, canalhice desses vendilhões. Senador Osmar Dias, nem a ditadura impediu o PMDB de ter um candidato. Agora, esses corruptos velhos vão impedir a nossa luta de ter candidato?

A Senadora Patrícia Saboya entende de estupro infantil, assédio sexual, e não vou dizer que seria porque

o PMDB vai completar 40 anos, mas, Senador Heráclito, o que estão fazendo aí é um estupro. O Lula, o PT, quer que o PMDB vá se casar com ele, que vá para a cama no dia da eleição com ele, e nós não queremos. Não queremos, não queremos. Repudiamos o Lula, a sua base e a sua corrupção.

Ó Deus, permita-me ir deste mundo se isso acontecer. Já disse aqui, em nome do pobre, do aposentado, da professorinha, quando lhes tiraram os direitos, que três coisas só fazemos uma vez na vida: nascer, morrer e votar no PT. Mas ontem houve, com a coragem, igualdade. Todo o mundo se manifesta, e nós não podemos escolher um candidato. Liberdade, igualdade e fraternidade, como tem de ser um partido, uma família. E nos reunimos.

Cumprimento Michel Temer, que escreveu a mais bela – isso foi mais bonito do que a candidatura do Ulysses –, porque afrontamos a corrupção. E Ulysses disse que a corrupção é o cupim que destrói e corrói a democracia. Ninguém nunca viu.

O fato é que faz a lei. Foram contra todas as maquinações, contra todas as trapalhadas, contra todas as imoralidades, mas não abdicamos do grito do povo: liberdade, igualdade e fraternidade, e o Piauí lá. Então, o Piauí ajudou o Brasil; ajudou o PMDB a escolher o seu candidato e a entrar no banquete da democracia, que é a eleição, reconhecendo que não são poderes o Executivo, o Legislativo, nem o Judiciário; são instrumentos da democracia. Senador Osmar Dias, o poder é o povo, que paga a conta; é o povo, que trabalha, é soberano e decide. Esse é o poder. É Deus. E a sabedoria diz que a voz do povo é a voz de Deus.

Então, o PMDB quer isso; quer continuar com o cumprimento, com o compromisso do sonho de Ulysses: “Ouça a voz rouca das ruas”. Quem está na rua é o povo. Ele nasceu com essa intimidade com o povo, com esse compromisso com o povo, para defender a democracia, que é do povo.

E, na riqueza da democracia, Senador Papaléo Paes, V. Ex<sup>a</sup> foi um dos que estava na canoa do PMDB, desconfiado dessas forças malignas e ocultas. V. Ex<sup>a</sup> criou asas e voou. Mas estamos nessa canoa, que queremos levar ao povo, ter uma opção. Dois partidos não é o nosso modelo e a nossa tradição. Foi o regime da ditadura. Agora, não! O povo tem opção. Não.

A mídia paga pelo Governo que mais gastou dinheiro com os banqueiros; depois, com a propaganda. De um lado, o modelo tucano, que o PT acusou de neoliberal, que era pai dos banqueiros. Agora, conhecemos o outro lado, o lado do PT. Se o PSDB, com FHC, foi o pai dos banqueiros, o Lula tem sido a mãe dos banqueiros, muito mais. Atolado, afogado, não só por juros, mas pela corrupção, o cupim da democracia.

E nós queremos estar no meio, e está no livro de Deus que a verdade está no meio; a virtude está no meio – não se ajoelhando aos banqueiros, aos poderosos, mas servindo ao trabalho e ao trabalhador, que vêm antes e precisam ter primazia, respeito e apoio. O trabalho é quem dá origem às riquezas, e é essa candidatura que queremos construir no nosso PMDB com o nosso candidato.

Uma tradição do trabalhismo de Getúlio Vargas, que falava pouco no Dia do Trabalho. Eu escutei muito a expressão “trabalhadores do Brasil”. É essa esperança de desenvolvimento que só vem por meio do trabalho, desenvolvimento que é o nosso passado: Juscelino, bem aí, cassado, do PMDB.

É esse o Partido a que pertencemos e cuja candidatura queremos oferecer. Quero dar um conselho para os dois, dois heróis da nossa geração democrática: Garotinho e Rigotto. Que belas figuras! Que homens extraordinários! Que esperança a nascer!

O Lula não gosta de estudar, mas acho que as coisas só valem, Raimundo Carreiro da Silva, com estudo. O Senador Papaléo estudou muito anatomia, cardiologia, o eletrocardiograma. Eu acho que o Partido dele é o PQRSTU, as zonas do eletrocardiograma.

Nos Estados Unidos, em uma luta democrática, um Presidente forte, histórico, herói de guerra, honesto, honrado, Eisenhower, teve como vice Nixon. As oposições tiveram um jovem democrático, exemplo maior para a nossa geração: John Fitzgerald Kennedy. Foi um embate como este entre Garotinho e Germano. John Fitzgerald Kennedy ganhou e foi buscar Lyndon Johnson. Fizaram uma chapa e ganharam as eleições.

Esta é a orientação que dou ao PMDB: vamos, pelo meio, pela aposta na vergonha, que levará este País, pelo trabalho, à prosperidade e à vitória, salvaguardando a grandeza da democracia que é a alternância do poder.

**O SR. PRESIDENTE** (Alvaro Dias. PSDB – PR) – Obrigado, Senador Mão Santa.

Por permuta com a Senadora Patrícia Saboya, concedo a palavra ao Senador Papaléo Paes.

S. Ex<sup>a</sup> dispõe de dez minutos, com a prorrogação de mais cinco minutos, para o seu pronunciamento.

**O SR. OSMAR DIAS** (PDT – PR) – Sr. Presidente, peço a palavra para me inscrever como Líder do PDT.

**O SR. PRESIDENTE** (Alvaro Dias. PSDB – PR) – V. Ex<sup>a</sup> poderá fazer uso da palavra logo após o discurso do Senador Papaléo Paes.

**O SR. PAPALÉO PAES** (PSDB – AP. Pronuncia o seguinte discurso. Sem revisão do orador.) – Sr. Presidente, Sr<sup>as</sup> Senadoras, Srs. Senadores, a longa e penosa história dos agentes de controle de endemias,

popularmente conhecidos como “mata-mosquitos”, parece nunca encontrar um fim satisfatório, apesar de todo o esforço despendido nessa direção pelo Senado Federal e pela Câmara dos Deputados.

Quero fazer um registro aqui de que debatemos, na Subcomissão de Saúde, esse tema, de grande importância para a saúde pública brasileira, cujo Relator foi o Senador Mão Santa, porque milhares de funcionários, milhares de trabalhadores ficaram prejudicados, na sua saúde, no seu trabalho, na sua renda, exatamente porque não foram olhados com dignidade por parte do Governo.

Esses mais de seis mil funcionários, vários deles oriundos da extinta Sucam, foram contratados em regime temporário, a partir de 1993, pela Fundação Nacional de Saúde – Funasa, com a finalidade principal de combater os focos do mosquito transmissor da dengue, em vários municípios brasileiros.

Os parâmetros a partir dos quais foi inicialmente definida tal contratação eram, obviamente, inadequados, visto que previam um prazo extremamente exíguo para o desenvolvimento dos trabalhos de apenas seis meses. A partir de sucessivos permissivos legais, os contratos foram sendo prorrogados, até que, por iniciativa governamental, em junho de 1999, precipitou-se processo de demissão em massa.

Entre os demitidos, Sr. Presidente, encontrava-se um número muito grande de funcionários portadores de graves e persistentes problemas de saúde, provocados por um longo tempo de exposição às substâncias tóxicas que manipulavam e com as quais executavam a sua nobre missão de proteger a população brasileira, eliminando os vetores epidemiológicos. No processamento das rescisões contratuais, nem sequer foram realizados os exames demissionais obrigatórios, por meio dos quais a lei objetiva proteger o trabalhador de ver-se demitido em caso de doença laboral impeditiva do trabalho.

Esse equívoco já foi corrigido – ao menos ele! –, por força de decisão proferida, em última instância, pela 5ª Turma do Superior Tribunal de Justiça, acompanhando voto de S. Ex<sup>a</sup> a Ministra Laurita Vaz, que determinou a nulidade dos atos rescisórios, precisamente com fundamento na inobservância da obrigatoriedade do exame.

Ocorre, Srs. Senadores, que não foi reconhecido o direito desses profissionais à estabilidade nem foi o mesmo direito estendido aos agentes que optaram pela alternativa trazida pela Lei nº 10.667, de 2003, que prorrogava em 24 meses o contrato daqueles que desistissem da ação de reintegração, patrocinada pelo Sindicato dos Trabalhadores em Saúde, Trabalho e Previdência Social do Estado do Rio de Janeiro. No dilema

entre o seguro e o duvidoso, muitos abriram mão de direitos que outros haveriam de alcançar.

Em que situação estamos neste momento em relação às várias situações que o caso abrange?

Em primeiro lugar, Sr. Presidente, é imperioso que a Funasa, que já procedeu à reintegração tal como determinada pelo STJ, identifique os casos de doença ocupacional, uma vez que esses funcionários gozarão de estabilidade temporária, proporcionalmente variável em função das características e da gravidade de cada caso. É uma medida justa, elementarmente justa, para com os trabalhadores que, por vezes à custa da própria saúde, ajudaram a prevenir o adoecimento de milhões de pessoas, vítimas potenciais das endemias associadas ao mosquito.

Em segundo lugar, é sumamente relevante que sejam disponibilizados, com urgência, os recursos para pagamento dos vencimentos atrasados, pagamento esse que deverá ser feito segundo a decisão do STJ, por meio de precatório alimentício. A urgência é altamente justificada, visto que há casos de “agentes mata-mosquitos” cujas famílias se encontram em graves dificuldades e até mesmo pesadamente endividadas em virtude do longo período sem recebimento de salário.

Há, finalmente, o caso daqueles que poderão ser dados como aptos à demissão, após a realização dos exames demissionais. Para esses é também necessária uma atenção especial.

Sabemos que, por força da Emenda Constitucional nº 51, promulgada pelo Congresso Nacional em fevereiro último, esses profissionais ficam dispensados de se submeter a novo processo seletivo para efeito de ser admitido pelos Estados, Municípios e Distrito Federal, que agora assume com exclusividade as atividades do controle endêmico.

Não tenho dúvidas, Sr. Presidente, de que são precisamente essas as pessoas mais indicadas para continuar prestando aos outros níveis federativos os bons serviços de que até agora se beneficiou o Governo Federal, mercê da experiência acumulada em todos esses anos. Mas também sabemos dos inúmeros percalços, atrasos e dificuldades burocráticas que quase sempre acabam por se interpor entre a solução imaginada para um problema e a sua plena e efetiva solução.

É por isso que gostaria de solicitar a todos os órgãos envolvidos – ao Ministério da Saúde e à Funasa, à Procuradoria da República, que propugna pela rápida implementação da sentença, e aos próprios Estados e Municípios, atuais detentores da competência constitucional – que se coordenem para o melhor aproveitamento da extraordinária qualidade profissional, representada pelos “mata-mosquitos”; dessa gente

de cuja atuação toda a Nação brasileira, sem dúvida, sente-se devedora.

Vejam, Sr<sup>as</sup> e Srs. Senadores, que está ao alcance dos órgãos envolvidos a oportunidade de dar encaminhamento definitivo à angustiante situação em que vivem esses funcionários. Talvez não seja esse o desenlace que todos nós gostaríamos de acompanhar, mas tão somente o que foi possível construir. Talvez seja muito pouco o que teremos para oferecer a quem tanto mérito demonstrou, no decurso de anos de trabalho efetivo e diuturno, em prol da saúde dos cidadãos deste País.

Com muita honra, concedo o aparte ao Senador Rodolpho Tourinho.

**O Sr. Rodolpho Tourinho** (PFL – BA) – Senador Papaléo Paes, quero, em primeiro lugar, dizer da propriedade do discurso de V. Ex<sup>a</sup> sobre um tema tão importante para a vida de tantas pessoas, sobretudo dos agentes comunitários de saúde e dos agentes de endemia. Tendo sido Relator desse projeto que aprovamos no Senado, evitando o concurso público, mas por um processo de seleção, pela importância de eles residirem na comunidade. Depois disso, apresentei o Projeto de Lei do Senado nº 41 exatamente para regulamentar a profissão. Sua posição é muito importante. Já havia, inclusive, um projeto sobre o enquadramento para a CLT, Consolidação das Leis do Trabalho. A regulamentação ainda tem de ser discutida. Tenha a certeza de que estou junto com V. Ex<sup>a</sup> em toda essa discussão, apoiando seus pronunciamentos e ações, por entender, em primeiro lugar, que V. Ex<sup>a</sup> conhece muito esse assunto e, em segundo lugar, porque é muito importante a regulamentação da vida dessas pessoas que ganham muito pouco e que se dedicam à causa tão nobre de ajudar na saúde das pessoas.

**O SR. PAPALÉO PAES** (PSDB – AP) – Muito obrigado, Senador Rodolpho Tourinho.

Gostaria de reparar até o que posso classificar como injustiça: não ter citado V. Ex<sup>a</sup> como Relator da matéria já aprovada e como proponente de um projeto que realmente vem atender e muito à ansiedade de todos nós e dos trabalhadores da área da saúde, que são fundamentais para a população brasileira. Faço o reconhecimento da relatoria de V. Ex<sup>a</sup> e da proposta feita por V. Ex<sup>a</sup>, que, se Deus quiser, será aprovada, para atender às necessidades desses bravos trabalhadores brasileiros.

Esses órgãos e instâncias têm, sem a menor dúvida, o poder de fazer com que os transtornos, as dificuldades e as inseguranças do processo sejam menores.

É esse, Sr. Presidente, o objetivo maior deste meu pronunciamento, deste meu desabafo, ante a continuada desarticulação e a constante postergação de soluções que caracterizam todo esse caso.

Há muitos funcionários doentes que devem ser amparados e tratados. Há salários atrasados que fazem falta a milhares de famílias, hoje em dificuldades. Há, por fim, profissionais experientes a serem realocados por absoluto impedimento de sua continuidade nos quadros da União.

É esse o balanço que faço dos imperativos e das urgências que o caso requer e que, talvez, somente venham a ser realizados com um posicionamento inequívoco e corajoso desta Casa.

Era o que eu tinha a dizer, Sr. Presidente. Muito obrigado.

**O SR. PRESIDENTE** (Alvaro Dias. PSDB – PR) – Concedo a palavra ao Senador Osmar Dias, como Líder do PDT, por cinco minutos, nos termos do art. 14, inciso II, alínea “a”, do Regimento Interno. Haverá prorrogação, se houver necessidade.

**O SR. OSMAR DIAS** (PDT – PR. Como Líder. Sem revisão do orador.) – Sr. Presidente, Sr<sup>as</sup> e Srs. Senadores, a Senadora Serys Slhessarenko fez um pronunciamento cobrando a votação do Fundeb.

Creio que ninguém é contra o Fundeb. Ao contrário, todos são a favor, mas é preciso ver como está a proposta do Governo. Tenho em mão uma análise da Confederação Nacional dos Municípios, cujo Presidente é o ex-Prefeito Paulo Ziulkoski, que fez apresentação na Comissão de Educação mostrando que não podemos aprovar o Fundeb sem fazer uma revisão profunda de algumas coisas que não são apenas detalhes, mas a essência do programa.

Temos hoje uma população de até cinco anos de 23 milhões de crianças. Apenas 21% dessas crianças, ou seja, 4,9 milhões, estão sendo atendidas na rede de educação infantil do País – quatro milhões na pré-escola e novecentos mil nas creches. É enorme a quantidade de crianças, principalmente de dois a seis anos, que estão fora das escolas ou das creches, trazendo, com isso, as conseqüências que conhecemos, como o não-atendimento às famílias mais carentes do País.

O sucesso que foi o Fundef é demonstrado pelos dados: 31 milhões de crianças foram atendidas, o que significa 97% do universo. É quase a universalização do ensino fundamental na idade. A criação dele, em 1995, proporcionou um avanço extraordinário, porque, com os recursos do Fundef, melhorou a qualidade, ampliou-se o número de vagas, melhorou o equipamento das escolas. Só isso já sugere que a idéia da criação do Fundeb, para educação infantil e creches, é, sem dúvida alguma, importante demais.

Já se corrigiu um erro, porque o primeiro projeto do Governo não abrangia as creches. Com isso, os Municípios seriam obrigados a absorver ainda mais despesas. Mas esse erro já foi corrigido. Agora já se

admitiu, com o Fundeb, que as creches sejam também contempladas.

A grande pergunta que se faz é: de onde virão os recursos para proceder à necessária ampliação da soma de recursos, para que se atenda o Fundeb, ou seja, o ensino fundamental, e também a educação infantil e as creches? Essa pergunta não tem resposta, pelo menos no projeto do Governo. Não há como considerarmos, pois, a possibilidade de aprovarmos a PEC do Governo como está sendo proposta, porque não prevê – desobedecendo, inclusive, à Lei de Responsabilidade Fiscal – de onde sairão os recursos para cobrir as necessidades.

Só para termos uma idéia, os dados citados pelo Presidente da Confederação Nacional de Municípios dão conta de que os Municípios já investem muito mais que a União nesses níveis de ensino. Os Municípios investem R\$29 bilhões, e a União, R\$15 bilhões.

O que se pretende com essa proposta é impor mais um ônus aos Municípios, que já não conseguem dar conta das tarefas que passaram a ter com a Constituição de 1988, pois as reformas feitas para aumentar a arrecadação só beneficiam a União, porque ocorrem nas contribuições.

Não é por outra razão que propus que, das contribuições, 10% sejam destinados aos Municípios e 10% aos Estados, o que representaria R\$15 bilhões para os Municípios e R\$15 bilhões para os Estados, todos os anos.

Há outras perguntas que a Confederação Nacional dos Municípios fez e que também não encontram respostas. Por exemplo: que critérios serão adotados para a definição dos pesos diferenciados para os alunos de cada etapa de ensino?

Os pesos propostos pelo Ministério da Fazenda são oriundos de uma conta de chegada para zerar a transferência de recursos dos Estados para os Municípios e para aumentar a perda para R\$7 bilhões. A regulamentação desses pesos se dará por lei ordinária, como todos os demais aspectos da PEC. Essa lei não deveria ser complementar? Não corremos o risco da edição de uma medida provisória que é, sem dúvida alguma, um risco grande que se corre neste Governo? Como melhorar a qualidade de ensino fundamental com menos recursos?

O que os Municípios estão calculando é que, se essa PEC for aprovada da forma como veio da Câmara, haverá uma transferência dos Municípios de cerca de R\$7 bilhões todos os anos. Fica a dúvida: o Governo vai aumentar os impostos para compensar essa perda? O Governo vai tirar das contribuições o dinheiro que já tem destinação específica para cobrir a falta de recursos que ocorrerá? Essas respostas precisam

ser dadas. Nós queremos votar, sim, a PEC que cria o Fundeb, mas não podemos votá-la colocando mais esse peso sobre os Municípios, porque votar como ela está será transferir para a conta dos Municípios cerca de R\$ 7 bilhões todos os anos.

**A Sr<sup>a</sup> Ideli Salvatti** (Bloco/PT – SC) – V. Ex<sup>a</sup> me permite um aparte, Senador Osmar Dias?

**O SR. OSMAR DIAS** (PDT – PR) – Pois não, Senadora Ideli Salvatti, dentro do tempo, concedo-lhe o aparte.

**A Sr<sup>a</sup> Ideli Salvatti** (Bloco/PT – SC) – Senador Osmar Dias, gostaria de ter acesso ao documento da Confederação Nacional dos Municípios, a que V. Ex<sup>a</sup> se refere, porque temos uma situação em termos comparativos dos impostos que serão incluídos no Fundeb dos que já estão incluídos no Fundef, e houve uma preocupação significativa no sentido de deixar os impostos municipais fora da obrigatoriedade de contribuição com o Fundo. Diferentemente do Fundef, porque, atualmente, temos os impostos municipais dos quais 15% vêm para o Fundo redistributivo de cada Estado. Portanto, gostaria de ter acesso ao documento, porque toda a avaliação que temos é que, comparativamente ao Fundef, a arrecadação municipal é vinculada, obrigatoriamente 15% desses impostos devem vir para o Fundef, e o que vai acontecer com a proposta que estamos apreciando em termos de Fundeb é exatamente deixar os impostos municipais todos sem vinculação a esse Fundo. É claro que o Município tem a obrigatoriedade constitucional de aplicar 25% do que arrecada em educação. Mas todos sabemos que, ao fazer a vinculação ao Fundeb ou ao Fundef, o que entra é redistribuído, e a distribuição se dá por número de alunos matriculados. Existem situações muito concretas, desde o início da implantação do Fundef, em que Municípios, por terem muito poucos alunos matriculados na rede própria, acabavam “perdendo a arrecadação” (entre aspas), porque 15% dos impostos, inclusive vários municipais, ia para o Fundo, e retornava para aquele Município apenas o custo aluno proporcional ao número de alunos matriculados. Assim, entre o que ia e o que retornava, havia uma diferença de perda para o Município. Com relação aos impostos municipais, no caso do Fundeb, não vejo esse risco, porque todos ficaram de fora. Por isso, tenho bastante curiosidade de ver a documentação e a argumentação que a Confederação Nacional dos Municípios apresenta, já que não confere com o que temos analisado e apreciado em termos de Fundeb, inclusive no que diz respeito ao cuidado de não trazer prejuízo aos Municípios.

**O SR. OSMAR DIAS** (PDT – PR) – Senadora Ideli Salvatti, vou pedir ao Presidente da Confederação que encaminhe a V. Ex<sup>a</sup> a análise feita por eles, porque a

grande dúvida é de onde virão os recursos federais para alimentar o Fundeb. Se o documento não citar a fonte, já é uma desobediência à Lei de Responsabilidade Fiscal. Além disso, resta a preocupação de que os recursos poderão sair exatamente das contas dos Municípios e dos Estados, que já estão por demais sobrecarregados.

Repito: sou a favor da criação do Fundeb, mas não para afundar ainda mais na situação de carência financeira em que já se encontram os Municípios brasileiros.

Faço um apelo no sentido de que todos apóiem minha emenda à Constituição, que propõe que 10% de todos os recursos das contribuições sejam destinados aos Municípios. Aí, poderíamos dar conta também da tarefa que seria o Fundeb.

**O Sr. Rodolpho Tourinho** (PFL – BA) – V. Ex<sup>a</sup> me concede um aparte, Senador Osmar Dias?

**O SR. OSMAR DIAS** (PDT – PR) – Senador Rodolpho Tourinho, meu tempo está se esgotando, mas acredito que o Sr. Presidente permitirá o aparte de V. Ex<sup>a</sup>.

**O Sr. Rodolpho Tourinho** (PFL – BA) – Muito obrigado, Senador Osmar Dias. É importante analisarmos a questão do Fundeb. Depois da modificação do projeto na Câmara dos Deputados, em que foram acrescentadas mais atribuições ao Fundo, mas com os mesmos valores, a grande preocupação que devemos ter agora – e V. Ex<sup>a</sup> é uma pessoa tão dedicada a este assunto – é que corremos o risco de ter reduzido o valor médio por aluno, o que significa baixar a qualidade do ensino. Essa é a grande preocupação. E temos inclusive discutido em audiências públicas que esse é o risco que corremos. Não há dúvida a esse respeito, pois, no momento em que se acrescentam mais alunos mantendo a mesma estrutura de receita, matematicamente, pode-se incorrer nesse erro. É esse o grande perigo que deve ser analisado no Senado Federal.

**O SR. OSMAR DIAS** (PDT – PR) – Esse é realmente o grande problema apontado pela Confederação Nacional dos Municípios. Levanta-se, primeiro, a fonte de recursos e, segundo, se não há fonte de recursos, vamos distribuir o mesmo bolo por uma quantidade muito maior de alunos, porque vão se somar ao Fundef os alunos da educação básica, o que, evidentemente, tornará inviável para o Fundef a existência daqueles recursos, que serão diminuídos, e, para o Fundeb, não resolverá o problema também.

**A Sr<sup>a</sup> Ideli Salvatti** (Bloco/PT – SC) – Mas, Senador Osmar Dias, há progressividade na implantação, inclusive alterações de percentuais dos impostos que serão alocados para o Fundeb; e há, indiscutivelmente, recursos da União que serão incluídos no Fundeb, de forma também gradativa.

**O SR. OSMAR DIAS** (PDT – PR) – Mas é preciso citar a fonte, Senadora.

**A Sr<sup>a</sup> Ideli Salvatti** (Bloco/PT – SC) – Pois é. Esta é a questão que precisamos verificar: a fonte. Não da forma como muitas vezes temos ouvido, de que não há recurso. Haverá recurso. Tem de haver recurso. É claro que se vamos colocar mais pessoas para receber o benefício, só existe um jeito de não diminuir o custo-aluno: colocar mais recurso na conta da divisão. O assunto é pertinente, e nós o temos debatido nas audiências públicas. Há o convencimento de que vamos ter mais recursos, porque é o que está demonstrado em todos os trabalhos que temos acompanhado. Apenas em termos da União, algo em torno de quatro bilhões a mais.

**O SR. OSMAR DIAS** (PDT – PR) – Senadora, a preocupação é que não seja através do aumento da carga tributária. Essa é a preocupação. Se for para aumentar a carga tributária, fica fácil.

**O Sr. Rodolpho Tourinho** (PFL – BA) – Senador Osmar Dias, por favor.

**A Sr<sup>a</sup> Ideli Salvatti** (Bloco/PT – SC) – Indiscutivelmente, não há esse viés de carga tributária. Até porque isso contraditaria todos os esforços que o Governo tem feito para a redução de carga, para a desoneração de setores, como fez agora, recentemente, com relação à construção civil. Não tem coerência imaginar que se aumentarão recursos aumentando-se a carga tributária, porque esse não é o comportamento que o Governo vem adotando numa série de medidas de desoneração tributária.

**O SR. OSMAR DIAS** (PDT – PR) – Mas não tem coerência o Governo dizer que vai aumentar os recursos e não citar a fonte.

**A Sr<sup>a</sup> Ideli Salvatti** (Bloco/PT – SC) – Então, vamos discutir a questão da fonte.

**O SR. OSMAR DIAS** (PDT – PR) – Neste caso, podemos acreditar que é por aumento de carga tributária.

**A Sr<sup>a</sup> Ideli Salvatti** (Bloco/PT – SC) – Mas, se não há citação da fonte e se se pressupõe que vai aumentar a carga tributária ou que vai diminuir o valor aluno, esse pressuposto não é coerente com aquilo que o Governo vem praticando.

**O SR. OSMAR DIAS** (PDT – PR) – Mas, para o Governo ser coerente, ele precisa obedecer à Lei de Responsabilidade Fiscal e citar a fonte.

Senador Tourinho, meu tempo já terminou. O Presidente tem sido complacente, tem sido um verdadeiro irmão... (Risos.)

*(O Sr. Presidente faz soar a campainha.)*

**O SR. OSMAR DIAS** (PDT – PR) – Concedo o aparte a V. Ex<sup>a</sup>.

**O Sr. Rodolpho Tourinho** (PFL – BA) – É só uma observação. O número de alunos que passaram a integrar o Fundeb cresceu, mas o montante de recursos postos à disposição não cresceu. Conseqüentemente, neste momento, queira ou não o Governo, tem-se uma tendência de queda do valor médio por aluno, ou seja, queda da qualidade. Não tenho dúvida disso. Tanto é assim que aquela parte que o Governo Federal deve alocar, de um bilhão e novecentos, deve ser antecipada, porque só se vai atingir os quatro ou cinco bilhões no quinto ano, no final do quinto ano, apesar de o Governo já estar anunciando, em todas as emissoras de televisão do Brasil, o Fundeb como um fundo financeiro já existente. Isso não é verdade, porque está em discussão no Senado, e aquele valor que só será atingido no quinto ano está sendo colocado para o País como se fosse uma obrigação imediata do Governo.

**O SR. OSMAR DIAS** (PDT – PR) – Sr. Presidente, eu vou encerrar porque se foram alguns minutos além do meu tempo.

Mas gostaria de deixar bem claro: somos a favor da criação do Fundeb, mas com citação de fontes e recursos. Não concordo que se coloque um programa em funcionamento e, depois, para justificá-lo, se aumente a carga tributária, sacrificando assim, mais uma vez, o setor produtivo nacional. Essa é a nossa posição.

**O SR. PRESIDENTE** (Alvaro Dias. PSDB – PR) – A próxima inscrita é a Senadora Patrícia Saboya, por permuta com o Senador Papaléo Paes.

S. Ex<sup>a</sup> dispõe de dez minutos, prorrogáveis por mais cinco.

**A SRA. PATRÍCIA SABOYA GOMES** (Bloco/PSB – CE. Pronuncia o seguinte discurso. Sem revisão da oradora.) – Obrigada.

Sr. Presidente, Sr<sup>as</sup> e Srs. Senadores, eu conversava agora há pouco com a Senadora Ideli Salvatti e com o Senador Cristovam Buarque, que eu encontrei na entrada do plenário, sobre o assunto que me traz à tribuna hoje. S. Ex<sup>as</sup> demonstravam a mesma indignação e preocupação que eu também tenho procurado trazer a esta Casa por intermédio da tribuna, dos debates, da coordenação da Frente Parlamentar de que tenho o privilégio de ser coordenadora aqui no Senado, ou por meio das comissões de que faço parte, discutindo assuntos relacionados à educação, à saúde e principalmente às políticas sociais para os mais pobres e humildes do Brasil.

Neste domingo, nós, brasileiros, tomamos mais um brutal choque de realidade por meio de duas importantes reportagens. Uma delas, publicada pelo jornal **O Globo**, traz dados e informações contundentes sobre o fenômeno da exploração sexual de crianças e adolescentes no Brasil e mostra, de forma precisa, que, passados três

anos da CPMI do Congresso Nacional que investigou esse tema, as redes criminosas identificadas pelo nosso trabalho continuam atuando a pleno vapor.

A outra reportagem, veiculada ontem pelo programa Fantástico, da TV Globo, é um impressionante e corajoso documentário sobre o envolvimento de meninas e meninos no submundo do tráfico de drogas. Intitulado “Falcão – Meninos do Tráfico”, o filme foi produzido pelo **rapper** MV Bill e pelo coordenador da Central Única de Favelas, Celso Athayde.

Ambas retratam o Brasil real, o Brasil que muitos de nós que vivemos entre os salões azul e verde do Congresso Nacional, as Comissões Parlamentares de Inquérito e as acirradas disputas políticas e partidárias não conseguimos ver, não conseguimos sentir e não conseguimos enfrentar.

Sr. Presidente, Sr<sup>as</sup> e Srs. Senadores, com a duração de 58 minutos, o documentário de MV Bill e Celso Athayde apresenta depoimentos impactantes de crianças e adolescentes, moradores de várias favelas brasileiras, que vivem no seu dia-a-dia a perversa realidade do tráfico de drogas. São meninos que entram cada vez mais cedo nesse mundo. Tornam-se soldados do tráfico com menos de dez anos, arriscam a vida cotidianamente, trabalham horas a fio, madrugada adentro, tentando manter-se à custa de drogas, acordados e “anestesiados” para, assim, fugir de sentimentos como alegria, tristeza, ódio, frustrações, mágoas e carências.

MV Bill e Athayde captaram 217 horas de imagens entre os anos de 1998 e 2003, e, dos 16 personagens, Senadores e Senadoras, dos 16 personagens principais, 15 morreram. De acordo com Athayde, o único sobrevivente está preso.

As histórias registradas nesse documentário, Sr<sup>as</sup> e Srs. Senadores, não são desconhecidas de todos nós. Ao contrário, diariamente lemos, escutamos no rádio ou vemos na televisão relatos de tragédias envolvendo meninas e meninos que moram nas periferias das grandes cidades brasileiras.

Semana passada, o Senador Cristovam Buarque trouxe para este plenário, mais uma vez, o assunto da exploração sexual e da falta de políticas públicas no nosso País, seja no âmbito Federal, seja no Estadual, seja no Municipal; referiu-se a Governantes que se esquecem, ao assumir o mandato, da prioridade estabelecida lá atrás nas campanhas, nas televisões, nos rádios, nos programas eleitorais de Partidos, em que diziam que as crianças devem ser prioridade, que devem ser olhadas com um olhar diferente, não de piedade, mas de solidariedade, para que pudéssemos construir...; assinam documentos, comprometendo-se a defender os direitos da criança e do adolescente, mas, infelizmente, quando voltamos para esta Casa,



vemos um Orçamento minguado e, depois, ainda há o contingenciamento do dinheiro público necessário às áreas de políticas sociais.

É um Governo que, mais uma vez, não prioriza o combate à exploração sexual de crianças e adolescentes. Neste ponto, assumo a responsabilidade de ter falado, sim, a jornalistas. Parabenizo o jornalista Alan Gripp, que me entrevistou e me perguntou qual era a situação da infância das crianças de nosso País depois da votação do relatório da CPI e das recomendações severas e duras que havíamos feito para que esse problema fosse enfrentado. Respondi que nada tinha acontecido de lá para cá. Ou, se aconteceu, digo que muito pouco – muito pouco – e ainda não aquilo que sonhamos, queremos e pretendemos para o presente das nossas crianças. Não falo mais nem do futuro. Falo do presente, do dia-a-dia, do Brasil real, daquele a que nós todos brasileiros, ou a grande maioria, Senadora Ideli Salvatti, assistimos ontem no programa Fantástico.

As histórias registradas nesse documentário são as mais terríveis possíveis. Infelizmente, porém, não são raras as vezes em que essas crianças viram apenas mais um número nas estatísticas frias sobre violência urbana. Daí a importância do filme, que mostrou de forma inédita, a partir do olhar das crianças e de suas famílias, o triste cenário da verdadeira guerra civil que o Brasil vivencia dia após dia.

O documentário mostra, Senadora Ideli, sem filtros, como a vida dessas crianças não vale mais nada. Os sonhos típicos da infância não puderam ser vividos, mas estão lá guardados na alma e no coração dos meninos.

Fiquei particularmente impactada, Senador Mão Santa, com algumas frases ditas pelos adolescentes. Um deles, um garoto que provavelmente tem cerca de dez anos, ao ser perguntado se não tinha medo de morrer disse, simplesmente: “Se eu morrer, nasce outro que nem eu, pior ou melhor. Se eu morrer, vou descansar. É muito esculacho nessa vida.” Outro menino, provavelmente também com dez anos, ao responder à clássica pergunta sobre o que queria ser quando crescesse afirmou, com naturalidade, que queria ser bandido, com uma voz rouca e poucos dentinhos. Dava para ver que eram dentes ainda malformados, dentes-de-leite, dentes de uma criança envolvida com o tráfico de armas e de drogas em uma das grandes favelas deste País.

Ficou evidente, em vários depoimentos, a vontade daquelas meninas e daqueles meninos de sair do tráfico, o desejo de abandonar a bandidagem. Sempre adiam. “É só mais um dia; só mais um mês; só até conseguir dinheiro para comprar minha casa; é só

até conseguir dinheiro para fazer o supermercado; só até eu conseguir dinheiro para comprar alguma coisa que vou largar a bandidagem, que vou sair do tráfico. Esses são os comentários que fazem. No entanto, geralmente, não chegam até os dezessete anos, porque morrem antes. Há pais adolescentes, e filhos vêem os pais adolescentes morrer na porta de casa com um tiro na cabeça.

Hoje, enquanto estamos aqui discutindo se o PMDB – como ouvi o Senador Mão Santa falar – fará ou não prévias, se apoiará o Presidente Lula, se o Lula será candidato à reeleição, se será Alckmin, se será Serra, nossos filhos estão morrendo! Morrendo!

Estou cansada, Senadora Ideli Salvatti, de vir a esta tribuna falar todos os dias sobre isso. Não agüento mais – e não é como Senadora, é como mulher, como cidadã, como mãe – ver essa guerra que está acontecendo neste País. Nós estamos aqui discutindo juro, PIB – abaixa, diminui, aumenta –, enquanto o País está aí. E é isso o que estamos deixando de herança. O que eles têm na cabeça, o que eles vêem são maus exemplos. Quando eles estão lá morrendo, não há ninguém para acudi-los. Quando eles estão lá sofrendo, não há ninguém para falar por eles, porque a mãe já morreu, porque a mãe está passando fome, porque a mãe está se prostituindo, porque a mãe está trabalhando de babá na casa dos ricos, cuidando dos filhos dos ricos. É assim a realidade. E isso tem me doído muito. Mas, mais do que doído, tem me indignado. Mais do que me indignado – permitam-me, Senadoras e Senadores –, tem me revoltado, porque sou Senadora e consigo fazer muito pouco por aquilo em que acredito. Às vezes, os bastidores da política nos dão nojo, porque sabemos que lá fora está o povo, que precisa de nós; não é aqui. Nós nos prendemos a tanta coisa pequena, a tanta besteira, a tanta bobagem, enquanto os nossos filhos estão morrendo. Não os meus, porque, graças a Deus, tive condições de criá-los bem. Graças a Deus, estão todos estudando, prestes a se formarem, mas os filhos das marias, que não têm ninguém que fale por elas. São os filhos desses homens e dessas mulheres que não têm ninguém que fale por eles.

Concedo um aparte ao Senador Mão Santa.

**O Sr. Mão Santa** (PMDB – PI) – Senadora Patrícia Saboya Gomes, é muito importante o depoimento de V. Ex<sup>a</sup>. É uma vida. Somos vizinhos do Ceará. Aqui nunca votamos juntos porque, mais velho, mais sofrido, pude antever determinadas coisas. Fui prefeito, lutei, vi a luta de V. Ex<sup>a</sup> no Ceará e vi – vamos dizer – a gratidão e o respeito que o povo tem por V. Ex<sup>a</sup>. Então, o que houve é simples. A Constituição tem um

sentido. Rui Barbosa disse que só há um caminho para a salvação: “A lei e a justiça”. Todos nós vimos Ulysses beijar a Constituição e dizer: “Desobedecer à Constituição é rasgar a bandeira, é cavar uma cova para entregar a liberdade”. E a Constituição prevê isso. Fui prefeitinho. Isso a que V. Ex<sup>a</sup> se referiu era mais fácil para as primeiras-damas – como foi V. Ex<sup>a</sup>, com muita grandeza – com as virtudes, a grandeza e os compromissos de mulher, porque o bolo está previsto. De toda a receita do País, 53% destinam-se ao Governo Federal, 25,5% aos Governos Estaduais, 21,5% às Prefeituras. Então estipularam 2% para o FNE. Criaram essas taxas de tal maneira que os prefeitinhos, que estão próximos de suas esposas – V. Ex<sup>a</sup> foi esposa de um Governador – não pode mais dar aquela assistência. Como era fácil, quando fui prefeito, a minha esposa criar, pela LBA, uma creche. Então, eles esvaziaram de 21,5% da receita para 14,25%. O caminho é obedecer a Constituição. Esse era o meu depoimento. Para criar o Fundef e o Fundeb, tiraram mais do prefeitinho. Quando foi fundado o Fundef – eu era Governador, e o Tasso Jereissati também –, eles pegaram 25%, sendo 15% obrigatório. Isso ia para um poço. Quem tinha mais aluno tirava mais. O Governo Federal nada deu. Acabou a LBA. As crianças estão abandonadas, mas graças a Deus o povo do Ceará teve a sabedoria de mandar V. Ex<sup>a</sup> para cá, a fim de, com seu trabalho, despertar sensibilidade e responsabilidade em todos nós.

**A SRA. PATRÍCIA SABOYA GOMES** (Bloco/PSB – CE) – Obrigada, Senador Mão Santa. Sempre é muito importante ouvir o depoimento de V. Ex<sup>a</sup>, que teve experiência como prefeito e tem aqui defendido, de forma séria, o povo do seu Estado, o Piauí. É meu conterrâneo, colega nesta Casa, com quem tenho procurado aprender também sobre as políticas, principalmente sociais.

Ouçõ, com muito prazer, a Senadora Ideli Salvatti.

**A Sr<sup>a</sup> Ideli Salvatti** (Bloco/PT – SC) – Senadora Patrícia, tinha certeza absoluta de que V. Ex<sup>a</sup> seria uma das vozes na tribuna hoje, depois do programa do Fantástico, exibido ontem à noite. Ao longo do programa, apareceram imagens e personagens que envolvem a minha querida Florianópolis, onde moro desde 1988. Acompanho a evolução do domínio do tráfico, do crime organizado, em vários locais. É um domínio progressivo, absoluto. Para enfrentá-lo é preciso ter muitos recursos, mas principalmente muita coragem. Nesse período todo que acompanho a evolução do domínio do tráfico em vários morros, em várias localidades pobres de Florianópolis, uma figura se destaca pelo trabalho que lá desenvolve há muitos anos. É o

Padre Wilson Grow. O Padre Wilson Grow faz um trabalho de articulação das escolas, de formação, de curso preparatório para vestibular para os jovens do morro, que têm obtido aprovação significativa na Universidade Federal. Quem acompanha toda essa evolução do domínio do tráfico em Florianópolis compreende uma frase que o Padre Wilson diz sempre e que para mim é a mais forte. Ele diz: “Enquanto eu tento convencer pelos projetos e por tudo aquilo que conseguimos montar na rede de interligação das comunidades que estão sofrendo o avanço do tráfico e do crime organizado, enquanto tento convencer e cooptar, trazer alternativa de vida, oferecendo – quem sabe? –, lá na frente, um emprego de salário mínimo ou um pouquinho mais, o tráfico oferece a esse mesmo jovem muito mais do que um salário mínimo por semana, tão-somente para ele ser olheiro”. Então é absolutamente desigual porque a oferta, o que é apresentado para a nossa criança, para o nosso adolescente, em termos de momento, e todos sabem o que é aquele momento. O que o Fantástico mostrou é como essas crianças estão ali colocadas naquele momento e vão viver com aquele recurso a mais, com aquele dinheiro a mais, tanto fazendo se depois vão morrer rapidamente ou vão perder a vida, porque é muito atrativo, e a alternativa é muito longínqua e muito difícil. Em Santa Catarina, estamos acompanhando a implantação de algo pelo qual brigamos muito para termos. Estamos com o Consórcio da Juventude, que é um dos programas do Governo Federal – inclusive, agora, no dia 31, será a formatura de mil e duzentos jovens, aproximadamente 10% dos jovens em situação de risco na grande Florianópolis, jovens que estão exatamente sendo disputados com o narcotráfico, com o crime organizado. Eles estão recebendo formação, ajuda de custo e vão agora se formar no dia 31. É muito pouco, Senadora Patrícia Saboya, é muito pouco. Tenho acompanhado este projeto. Alguns dos que apareceram no Programa do Fantástico perderam a vida entre o anúncio e o início do programa, coisa de dois ou três meses; perdemos alguns jovens, que foram assassinados. Agora, este programa Consórcio da Juventude tem feito uma verdadeira revolução nessas comunidades, porque cria uma alternativa efetiva para o jovem se capacitar, ter uma convivência mais sadia, mais integrada, e com chance, com esperança. Porque esses jovens, se não tiverem esperança, se entregam mesmo. Não tendo alternativa, eles se entregam. Então, todo esforço é pequeno, é pouco. E, como diz o padre Vilson Groh: eu, que estou nestas comunidades e neste trabalho há mais de três décadas, é a primeira vez que consigo colocar, com a magnitude, com o volume de recursos e de expectativa, para dar uma saída. Então, eu queria

deixar aqui este registro, porque nós brigamos muito. Dois milhões e seiscentos estão sendo aplicados na capacitação, na formação e na perspectiva de emprego para 10% dos jovens em situação de risco da grande Florianópolis. Durante esse mesmo período, com o mesmo recurso, foi instalado um posto com heliporto no topo da maior comunidade que tem narcotráfico em Florianópolis, que é o Morro da Caixa. O que os jovens e a comunidade pede é o seguinte: em vez de repressão, se nós tivéssemos mais recursos para capacitação e para formação, talvez combatêssemos o narcotráfico com mais eficiência. Por isso, parabeno V. Ex<sup>a</sup> por trazer o tema com esta indignação. No meu Estado, na minha Santa e bela Catarina, nós temos uma expectativa criada – que ainda é muito pouco – a partir de uma política pública de formação e de capacitação, desenvolvida pelo Governo Federal, que é o Consórcio da Juventude, com o qual teremos a capacidade de estender, cada vez mais, para um volume maior ainda de comunidades. Porque a única maneira de sairmos vitoriosos na disputa da juventude com o narcotráfico, com o crime organizado, é oferecer educação e alternativa de emprego. Senão, já perdemos há muito tempo esta guerra.

**A SRA. PATRÍCIA SABOYA GOMES (PSB – CE)** – Obrigada, Senadora Ideli Salvatti. Quero até parabenizar V. Ex<sup>a</sup> porque acho que essa é uma conquista importante. Como V. Ex<sup>a</sup> diz, é um passo que se dá. É pouco, mas é um passo, e cada passo que se dá é importante ser comemorado.

Ainda continuo batendo na mesma tecla. Às vezes falamos que 98% das crianças estão na escola, 99% em alguns lugares, mas esses numerinhos que faltam para completar são esses que estamos vendo no Fantástico, são aqueles que não estão na escola; são aqueles que não têm nenhum tipo de perspectiva de vida; são aqueles que não tiveram acesso a nenhum tipo de complementação escolar; são aqueles que não tiveram acesso ao esporte, que nunca tiveram acesso à cultura, ao lazer, e que continuam ainda na batalha do dia-a-dia pela sobrevivência. Porque acaba sendo certamente mais sedutor, no mundo e no País em que vivemos, acabar sendo bandido, até porque os exemplos não são muito bons.

Senador Cristovam Buarque, ouço V. Ex<sup>a</sup>.

**O Sr. Cristovam Buarque (PDT – DF)** – O pior, Senadora, é que muitos desses estão entre os 96% ou 98% que estão na escola, porque estão apenas matriculados. Este é um dado falso, dizer que há 96% das crianças brasileiras na escola. No máximo, podemos dizer que há 96% das crianças matriculadas no ensino fundamental. Vão um dia, não vão outro. Mas eu queria falar é que a Senadora Serys tocou na pa-

lavra certa: a indignação que V. Ex<sup>a</sup> trouxe aqui, e isso está faltando nesta Casa. Aquele filme deveria passar aqui em sessão plenária, para ver se despertamos. Mas não é só aqui não que está faltando isso. No Governo Federal, no Poder Executivo também. Hoje de manhã, no programa Café com o Presidente, na rádio, eu tinha certeza de que ele iria tocar nesse ponto. Eu tinha certeza de que ele iria falar da matéria de ontem de **O Globo** e do Fantástico, mas não. Falou até sobre um programa que tem a ver com educação, Segundo Tempo, um grande programa, mas comemorou cinquenta mil vagas novas. Cinquenta mil, gente, é 0,1% dos quarenta milhões de crianças e jovens nessa idade! Quarenta milhões nós temos! Dividam aí, acabo de dividir: cinquenta mil por quarenta milhões dá 0,1%, uma em cada mil. Comemorando isso? Falta indignação. É por falta dessa indignação – e vou suspender a minha fala para não atrapalhar o discurso fundamental da Senadora – que em fevereiro de 2003, numa reunião no Ministério da Justiça entre quatro Ministérios, foi defendida a necessidade de criar um órgão, uma pessoa que lute concentradamente pelo fim da prostituição infantil. Faz três anos. Há mais de um ano, V. Ex<sup>a</sup> fez um discurso aqui concluindo a CPI. E a indignação continua. Não é falta de dinheiro, porque não custa muito. É falta de indignação. Nós nos acomodamos com a realidade presente, e isso é injustificável do ponto de vista do Poder Executivo, é injustificável do ponto de vista do Presidente Lula, mas é injustificável também aqui no Congresso Nacional. Felizmente, existem vezes como a sua, que trazem aqui a indignação, como disse a Senadora Serys.

**A SRA. PATRÍCIA SABOYA GOMES (Bloco/PSB – CE)** – Muito obrigada, Senador Cristovam Buarque, agradeço suas palavras sempre tão certas, com tanta indignação. Eu tenho aprendido muito nesta Casa, ouvindo seus depoimentos, seus pronunciamentos nas Comissões, como se envolve de coração nessa causa. Acho que é isso que falta a todos nós, brasileiros. Se fôssemos aqui pensar, botar a mão na consciência, eu acho que falta por todos nós. E está dito na Constituição, como o Senador Mão Santa disse, que a criança é responsabilidade de todos nós. Se falha a família, se falha o Estado, se falha a sociedade, o que é que resta para cada uma delas?

Eu peço ao Senador Presidente que me dê a oportunidade apenas de terminar o meu pronunciamento, porque recebi apartes muito importantes e gostaria de concluí-lo.

Há muito tempo eu bato na mesma tecla, repito as mesmas palavras, luto pela mesma causa e acho, sinceramente, que não podemos mais perder um minuto sequer. Cada minuto sem uma ação contundente

te de resgate da infância e da adolescência significa a morte de milhares de meninos e meninas. Significa perder essas crianças para o mundo das atividades ilícitas, como disse a Senadora Ideli Salvatti, para as drogas, a exploração sexual, para o trabalho humilhante e insalubre. Cada minuto sem que nós façamos algo pelas nossas crianças significa desperdiçar um gigantesco potencial de crescimento, de desenvolvimento do nosso País.

O que poderia ser mais importante para o Brasil senão o investimento nas pessoas, senão o investimento em políticas públicas capazes de recuperar a auto-estima e a dignidade dessas famílias? Será que esses meninos e meninas nascem querendo virar bandidos ou prostitutas? É claro que não.

Muito me impressionou o depoimento de uma mãe que disse que o seu filho de menos de três anos já sabe o que são drogas, o tráfico, o que é essa insanidade na guerra que está acontecendo nas favelas, na periferia do Brasil. No entanto, ela diz com uma tremenda força e determinação, que acho que só uma mãe pode dizer: “mas eu quero mostrar para ele o que existe além do tráfico.” Ou seja, uma mulher que vive nessas condições! Em todos os depoimentos, Senador Heráclito Fortes, a que assisti ontem, no Fantástico, dos meninos, percebia-se respeito, amor e carinho pelas mães. É impressionante como esses meninos endurecidos, brutalizados pelo crime, pela marginalidade, pela dor, pela fome, pela tristeza, pela mágoa e pela revolta, ainda se levantam para defender suas mães, aquelas que os fizeram, aquelas que os carregaram no ventre.

Sr. Presidente, Srs. Senadores,...

**O SR. PRESIDENTE** (Mão Santa. PMDB – PI)

– Fique tranqüila, porque estamos conquistando audiência como nunca dantes e V. Ex<sup>a</sup> tem mais cinco minutos ou quantos quiser.

**A SRA. PATRÍCIA SABOYA GOMES** (Bloco/PSB

– CE) – Muito obrigada, Senador Mão Santa.

Sabemos que a luta contra problemas complexos como o tráfico de drogas e a exploração sexual não é uma tarefa simples, não se resolve com uma varinha de condão. Mas sabemos também que é viável, sim, reverter esse ciclo vicioso que contaminou a vida de milhões de famílias brasileiras. Não me canso de dizer que o que essas crianças pedem, na verdade, é muito pouco. Elas querem acesso a uma boa escola, elas querem jogar bola, querem brincar de bonecas, pular cordas, soltar raia, papagaio, correr na praia, na calçada, freqüentar, quem sabe, um curso de língua estrangeira para aprender a falar o inglês, um curso de informática, poder desenvolver suas potencialida-

des natas, como tantas outras crianças no País podem fazer.

No entanto, nós sociedade brasileira; nós políticos, para não falar só de alguns; nós representantes do Poder Público, não temos sido capazes de enfrentar esse “monstro”, como disse o próprio Celso Athayde ao se referir à guerra instalada do tráfico de drogas. Por que não conseguimos dar as condições necessárias para que essas famílias tenham uma vida digna? E isso começa no ventre, começa na barriga. Não começa quando a criança tem 10, 12, 13 anos, e já foi cooptada pelo tráfico. Aí não tem mais jeito. Não tem mais jeito trocar o Bolsa-Família, ou o Peti, ou qualquer que seja a Pochete ou a Bolsa, por algo que o tráfico dará para essas crianças, que, como disse a Senadora Ideli, é muito mais. Vai oferecer muito mais. E aí nós já perdemos essa batalha, já perdemos essa guerra.

A minha luta começa desde quando a criança está na barriga da mãe; começa por prorrogar a licença-maternidade, para que essas crianças tenham o cuidado, o carinho, o afeto de sua mãe.

Que coisa de cofre público! Tudo que falamos agora é: “E os cofres públicos!”; “Vai desestabilizar a economia!...” Meu Deus, e não vai desestabilizar uma criança!? Não vai criar seqüela na vida de uma criança, se a criança não pode mamar no peito da mãe agora? Não pode mais! Não pode, porque o empresário lá vai ficar com raiva; o Governo Federal não pode dar estímulo, incentivo de imposto, porque tem que pagar juros, porque tem que pagar dívida, porque tem que pagar isso ou aquilo... Cansei desse discurso. Isso não é verdade! E o povo brasileiro precisa saber que isso não é verdade, porque, se tem dinheiro para construir, para jogar fora, para deixar ir pelo ralo, então tem dinheiro para investir em escola, tem dinheiro para investir em educação, tem dinheiro para investir em saúde. Este discurso de que vai desestabilizar as coisas é muito fácil e falso, e eu não vou mais ficar calada diante deles. Recebo promessas, as pessoas se comprometem, as pessoas juram que vão fazer e vão acontecer e, quando viramos as costas, está lá, a mesma situação que deixei quando presidi a CPI, Senador Mão Santa.

Fico com vergonha! Com vergonha, porque fui Presidente de uma CPI, andei por 22 Estados brasileiros com um monte de Senadores, Deputados e Deputadas. Ouvi crianças dizerem o que pensavam. Denunciaram, tiveram coragem. E agora estão lá do mesmo jeito. O criminoso continua passeando na calçada à beira-mar. O turista alemão chega à minha terra e diz: “Aqui, é muito fácil ganhar uma criança. Basta se oferecer um prato de comida que elas se vendem. Elas

fazem sexo”. Sabe a idade dela, Senador Mão Santa? Cinco a seis anos. São essas crianças!

O jornal **O Globo** publicou três páginas de reportagem. Agradeço ao jornal de novo porque pode ser que, a imprensa escrevendo, sejamos ouvidos. Às vezes, penso que os governantes ficam tão cercados de tantos cuidados, de tantas pessoas que dizem “você está ótimo; continue; está bom demais, é assim mesmo”, que a pessoa vai-se iludindo. Não estou falando somente do Presidente Lula, não. Estou falando dos governantes como um todo, até de nós Senadores.

Não me esqueço do Senador Pedro Simon me dizendo quando cheguei aqui: “A gente fica aqui nestes tapetes azuis, nestas luzes que parecem luzes de boate” – foi assim que S. Ex<sup>a</sup> disse – “e, às vezes, nos esquecemos do que existe do lado de fora, à porta”.

Por isso, às vezes, quem está fazendo um trabalho sério e quem é honesto fica revoltado. Quando aparece, aparece todo mundo. “Todos os políticos não prestam; todos são ladrões, todos são corruptos”. Eu não sou. Não sou! Estou fazendo o que eu posso. Mas também estou cansada e desiludida com toda essa situação.

*(O Sr. Presidente faz soar a campainha.)*

**A SRA. PATRÍCIA SABOYA GOMES** (Bloco/PSB – CE) – Por isso, perdoem-me o desabafo que faço hoje desta tribuna, mas não agüento mais ouvir esse tipo de coisa quando chegamos lá fora. As pessoas nos dão puxão de orelha com razão porque elas só ficam escutando exemplos ruins e pensando: o que há para a gente?

Qual é o ídolo? No Fantástico, ontem, diziam: “Meu ídolo é aquele que toma conta de mim”. É o traficante um pouquinho mais velho que já está tomando conta dos mais novos. E o repórter pergunta: “Quem é o seu ídolo? É ele”. Não é o Presidente, não é o Senador Cristovam Buarque, não é a Senadora Patrícia, não é um atleta, um corredor. O ídolo é um bandido que está lá na favela. É com quem ele consegue uma graninha para comprar uma roupa da moda, para comprar um tênis, para dar comida à namorada. É assim. O mundo em que vivemos está desse jeito.

Se o Brasil investisse desde cedo nas suas crianças, tenho certeza de que evitaríamos esse caminho tortuoso. Por isso, volto a dizer que é fundamental garantir a toda a criança brasileira uma educação de qualidade, libertadora, desde a primeira infância. Somente isso não é suficiente. Temos que olhar para dentro dessas famílias, que muitas vezes estão desestruturadas, sendo mantidas – Deus sabe como – com a garra e a determinação de milhares de mulheres.

É claro que tivemos avanços. Nos últimos anos, houve várias políticas sociais. Foram importantes, mas creio que precisamos ir além do arroz com feijão. Recentemente, li na revista **Época** uma lúcida entrevista com o economista Ricardo Paes de Barros, do Ipea. Ele fez uma sugestão pertinente no sentido de que pudéssemos avançar, por meio dos programas de transferência de renda, que tiveram êxito no Governo Lula. Precisamos avançar, aprimorar e capacitar esses programas para que possam atender integralmente às famílias. Assim, acredita ele que seria mais fácil conhecer as necessidades e as demandas, as peculiaridades de cada uma dessas famílias, como um caminho de libertação desse tipo de ação que muitas vezes é assistencialista.

Não quero mais me alongar nessa fala, Sr<sup>as</sup> e Srs. Senadores. Acho que o documentário, Senador Mão Santa, e as reportagens publicadas pelo jornal **O Globo** falam por si. É só querermos ver, é só querermos sair do imobilismo. Precisamos agir e agir já, com urgência, em várias frentes, com a participação de vários atores.

Eu gostaria, finalmente, de parabenizar o *rapper* MV Bill e o produtor Celso Athayde, pela coragem e determinação na condução desse trabalho. Eu gostaria de parabenizar, na verdade, toda a equipe da TV Globo envolvida nessa empreitada. E, finalmente, parabenizar os repórteres e editores do jornal **O Globo**, que também, corajosamente, mergulharam no triste e complexo universo da exploração sexual.

Por fim, Sr. Presidente, eu solicito, se possível, a inclusão dessas reportagens, tanto o documentário como as matérias publicadas no jornal **O Globo**, nos Anais desta Casa e pedir – evidentemente que talvez V. Ex<sup>a</sup> não possa me dar a resposta agora – que a TV Senado peça à Rede Globo o direito à retransmissão desse filme, para que seja possível, como disse o Senador Cristovam Buarque, veiculá-la durante pelo menos uma semana em diversos momentos, a fim de estimular o debate em torno do Brasil real.

Sr<sup>as</sup> e Srs. Senadores, que o grito de socorro dos meninos e meninas entrevistados por essas reportagens – e quase todos já morreram, já se foram; repito: de dezesseis, quinze já morreram – possam tocar os nossos corações e sejam capazes de nos tirar da inércia e de nos conduzir à construção de um País verdadeiramente justo, digno da grandeza de seu povo.

Muito obrigada.

**DOCUMENTOS A QUE SE REFERE A SRA. SENADORA PATRÍCIA SABOYA GOMES EM SEU PRONUNCIAMENTO.**

*(Inserido nos termos do art. 210, inciso I, e § 2º, do Regimento Interno.)*

# O GLOBO

## Meninas se prostituem por R\$ 1,99

### Fim da prostituição infantil, questão de honra para Lula, ainda é utopia no Brasil

• Doze anos atrás, o cetro R\$ 1,99 virou um símbolo da estabilidade econômica popularizado em milhares de lojas de todo o país. Hoje, R\$ 1,99 é como sêdo conhecidas ruas de Curitiba e Paranaguá, no Paraná, onde meninas de 11 ou 12 anos — muitas já envolvidas com drogas — fazem programas ao ar livre por R\$ 1,99 do último valores tribuários. No bairro Santo Amaro, na periferia de

Recife, dezenas de garotas pobres de 5 ou 6 anos recebem R\$ 0,50 para fazer sexo oral escondidas em terrenos baldios ou dentro de carros. Numa série de reportagens que começa hoje e se estenderá durante a semana, O GLOBO mostra que a exploração da prostituição infantil ainda é um crime sem castigo três anos depois de o presidente Lula eleger e combater ao problema como

questão de honra para seu governo. "Temos muitos casos de meninas que venderam o corpo por um prato de comida", diz Cristina Mendonça, de uma ONG especializada no assunto em Recife. Um levantamento mostra que 17 das principais organizações criminosas identificadas em 2003 pela CPI da Prostituição Infantil do Congresso não foram sequer investigadas e continuam atuando livremente. **Páginas 14 a 16**

## A vergonha da prostituição infantil a R\$ 1,99

Valor que foi símbolo da estabilidade econômica apelida ruas do Paraná onde meninas de 11 e 12 anos se vendem

Ricardo Galvão

**Brasil infantil**  
 • PARANAGUÁ (PR) Em meados dos anos 90, a cota R\$ 1,99 virou símbolo da estabilidade econômica. Passado 12 anos, o número simboliza a carência de programas sociais que combatam os problemas sociais. Em Curitiba e em Paranaguá, R\$ 1,99 é como são conhecidas ruas onde meninas de 11 ou 12 anos se vendem a câmbios de drogas, marfins, e todo tipo de objeto. A cota se refere ao valor — real e subjetivo — da infância das jovens.

— Têm meninas aqui que por causa do crack fazem fechos que qualquer criança, R\$ 2, R\$ 3. Tarece que lá houve até brigas, mas quem não quer não é obrigado a fazer programa — disse J. de 17 anos, referindo-se a ruas do R\$ 1,99 de Curitiba, perto do bairro Rebouças.

No primeiro 14 dias de 2006, o programa Sentinela atendeu a 23 casos de exploração sexual comercial infanto-juvenil em Paranaguá, um dos maiores portos do país. Nélio de um caso a cada três das mais de 140 mil habitantes o que levou de Deus o desenvolvimento. Município (MTE) acima da Região Sul.

**Rua do Cincão:** outro ponto de prostituição infantil. Também frequentada a Rua do Cincão em Curitiba, outro lugar do bairro conhecido pelo valor do programa (R\$ 3) feito pelas meninas produtoras. Ela denuncia a situação conhecida das drogas, especialmente o consumo do crack, que acaba sempre a prostituição.

placado chegou a receber a visita do ministro Martin Amaro. (Desenvolvimento Social e Combate à Fome). Mas o programa sobrevive, com cerca de R\$ 13 mil mensais da União e uma cota-partido de 25% da prefeitura.

— A greve esteve cobrada do R\$ 15 ou R\$ 20, mas não final da obra, quando o movimento é fraco, quando o movimento é fraco, quando o movimento é fraco — disse Q. 17 anos, que se prostitui na rua do R\$ 1,99 de Paranaguá desde os 14.

As meninas geralmente começam a se prostituir cedo, por volta dos 10 anos, estimuladas por amigas, primas, Ias e até mães. Existem casos de famílias que procuram que o filho ou filha vá trabalhar em uma loja de roupas ou de produtos de limpeza.

— Estou aqui há mais de 30 anos e desde aquela época elas vinham com 12, 13 anos. Conheci as avós dessas meninas de hoje — conta Nussa Morgado do bar Casa Branca.

No ano passado, o Sentinela registrou o caso de uma menina de 9 anos.

— Não conseguimos registrar e segurar informações da está grávida — disse Nussa Mary Machado, coordenadora do Sentinela em Paranaguá.

Todas as famílias são a exploração infantil é vista como coisa normal em Paranaguá.

— Aqui é uma questão quase trivial, porque lá vem de vários garotos — avalia Catinéia Bortol, psicóloga do Sentinela.

O principal ponto de exploração é um posto de combustíveis na entroncamento da BR-277 com a estrada que leva ao pólio de cangaço do bairro. Ali, na rua do R\$ 1,99, meninas de camuflagem costumam para tirar e até se venderem as meninas. Assim o movimento de prostitutas e lanchonetes do posto. Há dois anos, o governo estadual fechou as lanchonetes e restrição o acesso ao pólio. As medidas só provocaram a mudança do local da prostituição.

ros e funcionários de empresas de reparação lotado bordô, como a Bocha Congelados, na Bota da Barra, Tupy-leira, e Congelados, entre outros de lanchonetes, alemães, indones e filipinas. Eles pagam em dólar e sustentam o lado mais "soturno" da prostituição na cidade: Uma das conselheiras é a disseminação de Aids. Com mais de 800 casos, Paranaguá é a primeira no ranking do Paraná e terceira do Brasil.

Ano passado, a dona da Bota da Barra, Bortol, perto de Igreja de Nossa Senhora do Rosário, pedreiros do Paraná, foi obrigada a pagar uma multa de 16 anos. Outras crianças pela armação cercada de dois moradores em mãos, mas por outros com drogas, a R\$ 200.

— No futuro? (Você quer dinheiro?) — perguntam

**Cidade estrangeira,**  
o sonho das meninas

Topar com gringo rico que se mostra em dólar é o sonho da maioria das meninas. As garotas geralmente não têm carteira, mas existe uma rede organizada para muitas gente fazer com a exploração infantil. São donas do bares, motéis e principalmente taxistas e mototaxistas de crack. Há uma regra na cidade pela qual as prostitutas andam e trabalham e só pagam quando pegam um estrangeiro.

— Já de turistas costumam sair se garotas para o lado de fora e crack só que, vendidas, das referem à rua do R\$ 1,99. Também são frequentes os relatos de exploração por policiais civis e militares. Nas duas noites que passei no R\$ 1,99, o repórter viu vários casos de PM no local, atendendo passivamente o grupo das adolescentes. **A**

(RICARDO GALVÃO) - São Paulo de Curitiba, de Curitiba

• AMANHA: A prostituição de crianças e adolescentes é um problema que precisa ser tratado com mais firmeza.

## Uma veterana de 17 anos

Y, três anos de rua, carregá na barriga cicatrizes de dois partos

• PARANAGUÁ (PR) Barriga de lata, jeans de cintura larga, top azul com botões brancos e tênis amarelos. Apesar de ser 17 anos: Y é uma veterana da rua do R\$ 1,99, o principal ponto de exploração sexual infantil do Paraná, onde as mais jovens tem entre 12 e 15 anos. As leticias e tentativas infantis são camufladas pela aparência de uma mulher, muito mais velha. Queimaduras na boca demarcam o uso de crack. A barriga de Y já mostra cicatrizes de dois partos.

Y vive de vender o corpo desde os 11. Seu caso é excepcional: O pai é bilíngue em português e espanhol e mora em Curitiba. Ela vive com a mãe e o pai em Curitiba. Ela vive com a mãe e o pai em Curitiba. Ela vive com a mãe e o pai em Curitiba.

— Em vez de barriga, meu marido quer um beijo no rosto dele (do estrangeiro). Ele é muito bonito, mas quer o dinheiro. Mas o delegado não deu bola — disse Y.

— Aos 13, já fui abusada em casa. Y, foi abusada em casa e abusada em casa. Y, foi abusada em casa e abusada em casa. Y, foi abusada em casa e abusada em casa.

— Passar uma temporada em gringo não me dá um bom dia de dormir e uma noite de sono. Até que eu vou e trabalho por um mês de casa com uma carteira de dinheiro. Vou para a Espanha e lá eu trabalho — lembra Y.

Y chegou ao R\$ 1,99 de 180. Nos primeiros três meses cobrou R\$ 15, no máximo R\$ 20. Começou em Curitiba e continuou. O preço vai aumentando ao ocorrer o uso de drogas, o consumo de álcool e o uso de crack.

— Até pouco tempo atrás eu trabalhava em Curitiba e depois fui para Curitiba. — contou Y.

— Quando eu fui para Curitiba, eu trabalhava em Curitiba e depois fui para Curitiba. — contou Y.

— Quando eu fui para Curitiba, eu trabalhava em Curitiba e depois fui para Curitiba. — contou Y.

— Quando eu fui para Curitiba, eu trabalhava em Curitiba e depois fui para Curitiba. — contou Y.

— Quando eu fui para Curitiba, eu trabalhava em Curitiba e depois fui para Curitiba. — contou Y.

infância  
vendida

# Em Recife, miséria regula o mercado livre do sexo

Em bairros da periferia, meninas de 5 ou 6 anos fazem sexo oral às vistas de todos por valores entre R\$ 0,10 e R\$ 0,50

Leandro Lima

o RECIFE. A miséria dita as regras do mercado do sexo em Pernambuco. Se na Praia de Boa Viagem, na Zona Sul de Recife, onde fica o epicentro do turismo sexual, um programa pode render até R\$ 200 por noite, na periferia da capital as meninas começam a sofrer abusos a partir dos 5 anos, quando se submetem a todo tipo de humilhação por valores de R\$ 1. Entre os 11 e aos 12 anos, já estão na via, chegando a sair com até seis homens num só dia, por preços que variam de R\$ 15 a R\$ 30.

Foi o que O GLOBO constatou depois de conversar com entidades não governamentais que atuam em Recife e no interior acompanhando menores em situação de risco. É também ao visitar um bairro da capital, onde em apenas uma rua meninas são vendidas com idades inferiores a 15 anos que se acumulam ruas, ruas e ruas, intertubos. Das oito ses "trabalham" sem que os pais tenham conhecimento e, duas o fazem por influência da própria mãe. Elas batem ponto em praças da Zona Norte onde o sexo custa

mais barato. Já tentaram a beira da praia, em busca de um trabalho melhor, mas afirmam que foram recebidas com hostilidade pelos profissionais da praia.

Meninas são vítimas de abusos desde muito cedo.

Se na Zona Sul as garotas buscam grupos porque dólares rendem roupas e sapatos de grife, na periferia o motivo é o que conta: não é a primeira necessidade, o prato de comida. O problema pode ser observado à luz do dia, em praças centrais, como a da Independência, ou da periferia, como a do Trabalho, no bairro de Casa Amarela, a dez quilômetros do centro. Duas décadas atrás, próximo a uma vila militar e à sede da vice-governadoria. Ali, às vistas de todos, meninas com 5 e 6 anos já são vítimas de abusos nas ruas.

— Normalmente essas meninas penetração ainda não se observa. Mas tenho visto garotas pedintes, residentes em favelas do bairro de Sesto Anário, que recebem R\$ 0,50 para fazer sexo oral no meio do mato, no interior dos automóveis — afir-

ma Eliane Pereira, militante da Frente de Combate ao Abuso Sexual de Recife e integrante do Comitê de Comunidade e Cidadania da Casa da Passagem, uma das mais antigas ONGs que lidam com meninas em situação de risco no estado.

De acordo com uma das trabalhadores de entidade, Cristina Mendonça, mais de 30% das meninas atendidas já sofreram algum tipo de exploração sexual.

— A miséria torna grande a vulnerabilidade e temos muitos casos de crianças e adolescentes que venderam o corpo por um prato de comida.

Pobres e negras são as mais exploradas, diz a ONG.

Leonor téfornia que entre os 5 e os 7 anos as garotas são levadas para participação nos atos de sexo oral, para exibirem à turba nos homens da praça que elas se masturbam. Na semana passada, um policial militar foi flagrado com uma menina de 12 anos. Ele fez sexo no carro com a garota e depois a deixou lá.

— Eu sou um tirador como policial civil, policial militar. Vou para motel, para a casa deles, leço tudo por R\$ 15, afirma C., residente na Zona Norte que, aos

11 anos, já chamou pelo menos três amigos para sair com homens. C. não gosta de estudar e na última aula-letra chegou em casa às cinco da manhã. Disse a mãe que dormira na casa de uma amiga.

De acordo com Adriana Duarte, da ONG Coletivo Mulher Vida, em Pernambuco acontece de tudo na exploração sexual de crianças e adolescentes: o turismo sexual; a pornografia; a prostituição infantil e por fim o tráfico para exploração sexual.

— As exploradas são basicamente meninas, pobres e negras — diz.

Ela lembra que se na praia de Boa Viagem o turismo sexual pode render boas divisidas, as garotas, que chegam a ganhar em dólares, já vivem a trajetória das meninas que não do bairro da Zona Norte.

— Boa Viagem todo mundo quer. Mas quem chegou lá já passou pelo que passa C. Já vendeu o corpo por R\$ 0,10, R\$ 0,50, R\$ 15. A que chega lá, no turismo sexual, sobreviveu é quem preferiu ao prostituição e chegou lá formada e doadora em exploração sexual — diz Adriana, e

## L., 12, uma gravidez e um aborto

Menina conta que cobra de R\$ 15 a R\$ 30 por programa nas ruas de Recife

os 11 e 12 anos apenas 12 meninas. Franzi, corpo alado de menina. Quem olha para L. passa imagem que ela já enfrentou uma gravidez e um aborto. A mãe é dona de casa e o pai, taxista. A família tem nove filhos. L. frequenta um colégio estadual mas não gosta de estudar. Também não tem ideia do que o futuro lhe reserva. Cobra entre R\$ 15 e R\$ 30 por programa, e chega a fazer seis por noite. Vai ao hotel à casa do cliente ou faz o que for necessário no carro, no meio da rua. Começou a ser sexualmente explorada acompanhando amigas da mesma idade, quando ainda era virgem e recebia para o cliente mantilhas e roupas ainda em formação.

— Eu vi elas saírem, entrar no carro dos homens e voltarem vivas. Achei que aquilo ia acontecer a alguma coisa. Na primeira vez não foi só, fui eu, mais duas amigas e uma de 18 anos. Daí foi no banco da mãe e a gente na mala porque é de noite. Não teve relações, o homem só je-

gou por cinco minutos. Não sei bem, cobrei R\$ 30. Ele disse que não deveria ser cobrado no motel por isso pouco custa. Se eu de manhã e se a polícia chegar me prenderá aqui. Já me pagou com dinheiro.

Afirma que inicialmente desceu o preço do programa de R\$ 30 para R\$ 15, porque "o movimento está ruim". L. tentou a Praia de Boa Viagem, mas foi roubada e maltratada pelas ambulâncias mais experientes.

L. não é um caso isolado no Visconde da Ilha. Há de um mês só na OCB (ONG) localizada em terrenos que trabalham na noite, duas delas com conhecimento na zona. Em Boa Viagem situações como a de L. se repetem, é mais só no turismo sexual. Nos finais, meninas que tinham trocado hospedando para bebidas criavam histórias de exploração sexual (tráfico), uma delas disse que nem assim deixa de receber centenas.

— Os homens parecem perguntar quanto é o programa? Conversei com eles — conta B., 15 anos.

Infância vendida

Três anos após CPI, um crime ainda sem castigo

Levantamento mostra que 17 das principais organizações identificadas por comissão estão atuando livremente.

Alan Grupp

BRASILIA. Dois retratos de momentos distintos, separados por três anos, revelam uma mesma triste realidade: a exploração sexual de crianças e adolescentes no Brasil. À primeira hora seguinte, o relatório do GLOBO em 2003 por uma CPI mostra a Câmara e do Senado passaram a ser o ponto de partida para a prostituição infantil pouco se alterou. Dezoito das principais organizações criminosas identificadas pela comissão naquele ano: e classificadas ao Ministério da Justiça, continuam atuando livremente.

Por intermédio delas, milhões de meninas e meninos são vendidos a famílias pobres, são obrigados em burlas, burros, rodovias, portos e ruas de cidades das quatro costas do país. E há também a matéria-prima para uma rede de tráfico interestadual e internacional de crianças e adolescentes, que abastece um mercado no sudeste de capitais brasileiras, sul-americanas e europeias.

Margaret Motos de Carvalho, que investiga o caso — 38 epcotamais meninas de 11, 12 anos. Se tem vergem chaga. O ponto de heveis leilão — relata Margaret. A paricunura tambem descree a exploração sexual infantil na turística Rio de Janeiro. A cidade segue uma rede de turismo de meninas que se prostituem no Paraguai e na Argentina. Tambem possui fronteiras fronteiras, segundo ela, por estradas e autoridades locais. Margaret diz não ter apoio para combater o crime e desaba. — Não-temo a força para atuar aqui, a exploração sexual está institucionalizada. Se uma dessas casas é fechada, outra abri no dia seguinte e quase sempre no nome de terceiros. No Rio de Janeiro, a exploração sexual de meninas acontece de forma quase imperceptível no porto mais badminto da cidade, os distritos da Praia das Pedras. Segundo uma investigadora do Ministério Público estadual, os programas, a maioria dos estudantes, são gerenciados por um francês radicada na cidade, que negocia por telefonia com os clientes.

Em São Paulo, no Rio Grande, duas estradas são usadas pelo comércio de pedras preciosas também alimentam uma rede de prostituição infantil. Ao contrário da maioria dos casos, o crime, denunciado em 2003, foi investigado e os envolvidos foram denunciados. Mas segundo o vereador José Giovanni (PT) ninguém foi punido e as adolescentes são ameaçadas. — Uma das meninas que eu conheço foi estuprada e o marido assassinado. Aqui, a polícia não tem força e o Ministério Público é lento — denuncia o vereador. Na Paraíba, encostos são recrutadas como domésticas. Na Paraíba, o curador de infância e do Adolescente do Ministério Público, Adelfieldo Soares de Oliveira, conta que no município de Patos, meninas continuava sendo recrutadas para trabalhar como empregadas domésticas em estados como Pernambuco, Ceará e Rio Grande do Norte. Chegando lá, no entanto, são obrigadas a se prostituir para sobreviver. — O caféto ainda é uma legião muito presente em Patos. Os programas são feitos com ganhos para políticos, empresários — diz ele. Ao saber que pouca coisa mudou desde o fim da CPI, a senadora Patricia Saboya critica o serviço da comissão. — Tenho certeza que o comércio de exploração sexual infantil não é uma prioridade, apesar de já fazer do ministro Márcio Thomaz Bastos.

O mapa da prostituição de crianças

REDES DE EXPLORAÇÃO SEXUAL INFANTIL DENUNCIADAS EM 2003 POR COMISSÃO DE ENQUETAMENTO DO SENADO FEDERAL

Mapa de Brasil com legendas regionais: Sudeste, Nordeste, Centro-Oeste, Sul, e Rio de Janeiro. Cada região contém descrições de casos de exploração sexual infantil, como em Minas Gerais, Pernambuco, Paraíba, Ceará, e Rio Grande do Norte.

Programa federal caminha lentamente

Para coordenadora, solução do problema passa por mudanças culturais

Denise Weber
e BRASILIA. O presidente Luiz Inácio Lula da Silva já declarou que o fim da prostituição infantil era uma questão de honra para o seu governo. Três anos e dois meses do mandato depois, porém, serviram para mostrar que a exploração sexual de crianças e adolescentes não acabou por obra do governo federal. É o que diz a coordenadora do Programa de Enfrentamento à Violência Sexual contra Crianças e Adolescentes da Secretaria Especial de Direitos Humanos, Cristina Albuquerque.

"A gente tem que avançar. Mas há 15 anos ninguém falava sobre o assunto. Estamos no caminho". Cristina Albuquerque, Assessora do Ministério da Justiça, afirma sobre o assunto. Ela lembra que o setor de turismo atualizaram alguns métodos para enfrentar o problema, assim como caminhar o setor. Na última passada, diz Cristina, os dois segmentos eram avessos ao assunto. — É um trabalho de longo prazo. Não estamos isolando de ninguém. Estamos fazendo mudanças culturais — diz. Embora o Estatuto da Criança e do Adolescente seja de 1990, foi só no ano 2000 que foi lançado o Plano Nacional de Enfrentamento à Violência Sexual Infantil-Juvenil. — Até então, eram muitas isoladas protagonizadas pela sociedade civil — diz Cristina. A coordenadora afirma que o Programa Federal investiga as redes de prostituição infantil e o combate na CPI que investigou o tema no Congresso. Segundo ela, as investigações são sigilosas, o que pode dar a falsa impressão de que nada está sendo feito.

Atualmente, afirma, há muitos métodos para enfrentar o problema, assim como caminhar o setor. Na última passada, diz Cristina, os dois segmentos eram avessos ao assunto. — É um trabalho de longo prazo. Não estamos isolando de ninguém. Estamos fazendo mudanças culturais — diz. Embora o Estatuto da Criança e do Adolescente seja de 1990, foi só no ano 2000 que foi lançado o Plano Nacional de Enfrentamento à Violência Sexual Infantil-Juvenil. — Até então, eram muitas isoladas protagonizadas pela sociedade civil — diz Cristina. A coordenadora afirma que o Programa Federal investiga as redes de prostituição infantil e o combate na CPI que investigou o tema no Congresso. Segundo ela, as investigações são sigilosas, o que pode dar a falsa impressão de que nada está sendo feito.



infância  
venérea

# Prostituição infantil já atinge 927 municípios

Nordeste lidera o ranking da exploração, com 31,1%. Regiões Sul e Sudeste concentram 43,2% do total de casos

Ricardo Galvão

• SÃO PAULO. Levantamento feito pela Universidade de Brasília em parceria com a Secretaria Nacional de Direitos Humanos e o Unicef registra casos de exploração sexual comercial em 927 cidades, em 2002 e 2003, o total de 5.561 municípios brasileiros. A pesquisa é a primeira do estado mais rico do país. São Paulo, com casos registrados em 93 cidades, não lidera o ranking da exploração sexual infantil, geralmente associada à miséria.

De acordo com o levantamento, que inclui dados registrados entre 2002 e 2003, a região que mais apresenta casos ataca é o Nordeste, com ocorrência em 288 cidades (31,1% do total). Mas as regiões Sul e Sudeste, que concentram a maior parte da riqueza nacional, tiveram ocorrências em 402 cidades, 43,2% do total nacional. Os números refletem, em parte, a maior estrutura dos estados dessas regiões. Mas também ajudam a derrubar o mito de que a exploração infantil sexual se concentra nas regiões mais miseráveis.

— Dependendo da mobilização em cada município o número de denúncias pode ser maior. O número não necessariamente está vinculado à pobreza, mas à vulnerabilidade social, que é um conceito mais complexo — diz a professora Maria Lídia Leite Lima, que coordenou o levantamento. Depois de São Paulo, o estado que registrou maior número de municípios é Rio de Janeiro, com 92, seguido por Pernambuco, com 83 cidades. Acontece em várias classes sociais, econômicas e culturais. Há violência intrafamiliar, trabalho infantil, drogas — explica a professora.

## Cidade pequena surpreende

• No início deste ano, a Frente Parlamentar de Combate à Exploração Sexual Comercial Infantil Juvenil da Assembleia Legislativa de São Paulo registrou um número surpreendente de casos em pequenas cidades, com população entre 6 mil e 15 mil habitantes, nas regiões mais ricas do estado, como as de Santos e Ribeirão Preto, conhecidas como a Califórnia Brasileira. O caso que mais chamou atenção dos deputados é o da pequena Colômbia, com menos de 7 mil habitantes, na divisa com Minas Gerais.

A pacata cidade, conhecida como destino de turistas estrangeiros para a pesca do dorado, balançou com o relatório de que o Conselho Tutelar havia descoberto 20 meninas com idades entre 13 e 16 anos que se prostituíam em ranchos de pesca.

O prefeito de Colômbia, Fábio Alexandre Barbosa (PTB), pretende empurrar o problema para a vizinha Itanora, em Minas Gerais.

O problema é que o padre de Itanora proibiu os curros de fora na praça e estas meninas vieram para cá, onde damos mais liberdade do que no próprio.

Mas as investigações o contradizem. Dos seis casos comprovados pela Polícia Civil, três são de Colômbia. Estes três supõem-se que um infante comerciante local agenciou as meninas para os pescadores.

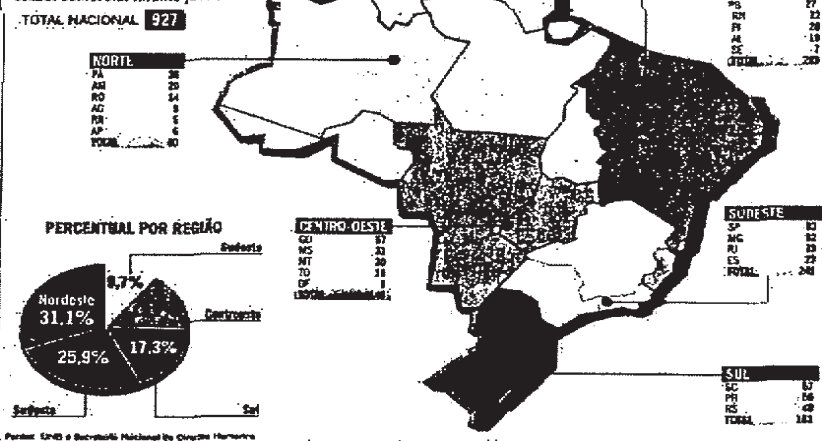
Segundo o prefeito, a cidade não é de escrupulosa proscrição e nem castração.

— Aqui só se dá trabalho para quem não quer — afirmou. A deputada estadual Ilete Sabão (PT), integrante de frente disse ter ficado surpresa com a alta incidência de casos em cidades como Colômbia.

— Em uma cidade com seis mil habitantes as pessoas se conhecem e as ações não se desenvolvem de modo muito privado.

## O mapa da exploração

Número de cidades brasileiras em que foram registrados casos comprovados de exploração sexual comercial infantil juvenil



## Senado pedirá explicações ao governo

Ministros serão convocados para falar sobre ineficiência no combate à exploração

Alain Galvão

• MISÉRIA. A comissão de Direitos Humanos do Senado vai pedir explicações ao governo sobre a ineficiência dos programas de combate à prostituição infantil no Brasil. O presidente da comissão, senador Cristóvam Buarque (PDT-DF), disse ontem que vai convocar nesta quarta-feira para uma audiência pública os quatro ministros titulares das pastas responsáveis pelo trabalho: Marcelo Thomas Bastos (Justiça), Patrícia Amorim (Desenvolvimento Social), Luiz Melchiori (Trabalho) e Fernando Haddad (Educação). A audiência deverá ser marcada para a próxima semana.

O pedido de explicações

foi motivado pela série de reportagens de GLOBO sobre a prostituição infantil, que começou a ser publicada ontem. O jornal revelou que pelo menos 17 redes de exploração sexual de crianças e adolescentes desovadas à Polícia Federal em 2004 por um CPI-mista da Câmara e do Senado continuam atuando em cidades espalhadas por todo o país. As reportagens também mostraram casos em Paranaguá, no Paraná, em que meninas de 11 e 12 anos faziam programas ao ar livre por R\$ 1,95.

A reportagem do GLOBO também mostrou que em cidades como Recife há casos de crianças de 5 anos sendo exploradas sexualmente e troca de R\$ 0,10, R\$ 0,50, e

até mesmo de um prato de comida.

— Não há escândalo maior no país do que o que foi mostrado pelo GLOBO. É lamentável que isso ainda exista — disse o senador.

“É preciso criar uma instituição que coordene e combata”

Cristóvam Buarque, que foi ministro da Educação no primeiro ano do governo da presidente Lúcia Inácio Lula da Silva, defendeu que o combate à prostituição seja coordenado apenas por um ministério, a exemplo do que acontece com o programa Fome Zero.

— É preciso criar uma instituição que coordene esse trabalho. Enquanto não tiver um encarregado, um ministro jo-

gará a responsabilidade para o outro — disse.

Presidida pela senadora Patrícia Saboya Gomes (PSB-CE), a CPI da Exploração Sexual Infantil fez diligências em 22 estados brasileiros e ouviu 235 depoimentos. O relatório final do comitê foi entregue em dezembro de 2003 pela comissão ao ministro da Justiça Mécio Thomaz Bastos, que garantiu que a Polícia Federal daria continuidade às investigações.

Os iniciadores de crimes, no entanto, continuam agindo. Testemunhas e autoridades das cidades onde ocorreram as denúncias de exploração sexual infantil relataram uma situação quase idêntica à constatada pelos integrantes da CPI há três anos. ■

## Filmé retrata exploração aos 12 anos

• Em 1996, uma reportagem número sete no episódio de uma minissérie de 12 anos que se passava em Serra Talhada, em Pernambuco, era R\$ 0,50. Valor pago pelas crianças. O texto foi guardado pelo cineasta Rudi Lagemann, que por nove anos pesquisou o tema na região. Lagemann, conhecido como Foguinho, acaba de finalizar “Antes do sol”, filme de ficção sobre a prostituição na vida de uma menina de 12 anos (interpretada por Fernanda Cavido). Ele se inspira nas histórias contadas nas notícias. São meninhas de dez anos de idade.

— Tenho reportagens como as publicadas hoje (extinto) no GLOBO, mas com outra data. O impressionante é que a realidade não mudou. É sempre que há uma nova reportagem me sinto revivendo mais real — diz Foguinho.

O longa-metragem garbado na semana passada o prêmio de melhor filme pelo Juri popular do Festival Internacional de Miami e deve estrear no Brasil em agosto deste ano. Filme de estréia com risco de falhar, como define o diretor, foi filmado no Rio, na Bahia e na Amazônia.

O Nordeste, além de ser onde o Brasil foi derrotado, é um grande pólo de atração do turismo sexual. É na Amazônia o garimpo (através da prostituição), tem muito material sobre isso. A Amazônia é ainda uma homenagem ao Jorge Bordinho, que dirigiu “Jardém”, que no Brasil tem o único filme brasileiro que toca no assunto.

Indo além do emparelhamento, Foguinho vai lançar um livro de três meses o site www.jardem.com.br, que vai divulgar todas as reportagens reunidas por ele e uma lista de ONGs que tratam de exploração sexual.

— O importante é manter o assunto na mídia. (Sandro Welton)

## No Ceará, programas à luz do dia

Nas ruas de Fortaleza, menores de 9 anos se prostituem

Isabela Martini

• FORTALEZA. O mal ainda está a pôr-nos capital e, adolecidos caminham sozinhos em duplas pela calçada municipal da Avenida Padaria Espiritual, corredor de trânsito que liga os nobres de Fortaleza ao distrito industrial de Maracá, na região metropolitana. Elas não estão lá à toa. Procuram clientes para programas sexuais. No final da tarde, são dezenas: maiores e menores de idade.

Por ser um dos principais destinos turísticos do país, as zonas mais conhecidas de prostituição em Fortaleza são a Praia de Iracema e a Avenida Beira Mar, cartão postal e onde converte-se a rede hoteleira. Mas não é apenas o turismo queazonalmente incentiva esse mercado. Na beira estação em pontos mais periféricos, são os próprios estudantes os clientes do sexo. Com idade média de 12 a 24 anos, mas encontrando-se até de 9 anos, as meninas costumam referir-se aos clientes como coroa.

A prostituição e a exploração sexual de menores em particular são temas investigados pelas autoridades. Para Renato Ruzzeno, coordenador do Centro de Defesa da Criança e do Adolescente (Cedeca), Ong que trabalha pela proteção jurídico-social das vítimas, o combate não pode se limitar à repressão e punição do explorador. As políticas públicas devem ter também o eixo da prevenção e res-

taurais e dignidade das meninas

— Não se consegue superar a exploração sexual com ações isoladas — diz Ruzzeno.

Além de políticas públicas o combate à exploração sexual infantil requer demanda de investimento. Ruzzeno denuncia que até novembro do ano passado o governo do estado não havia executado um único centavo de rubrica “combate específico à exploração sexual infantil-juvenil e contra o tráfico de mulheres”, no valor de R\$ 886,6 mil, do orçamento da Secretaria de Segurança Pública.

Apesar de atuante na capital, a exploração sexual de menores ocorre com visibilidade em 50 dos 184 municípios cearenses, segundo a deputada estadual Tânia Gurgel (PSDB), relatora da CPI da Exploração Sexual de Crianças e Adolescentes de Assembleia Legislativa, encerrada em dezembro do ano passado.

— Se Fortaleza que é a capital tem dificuldade de dar retaguarda e esse atendimento, no interior é pior. Se nada for feito, daqui a cinco anos a situação estará insustentável — diz a deputada.

A prefeitura de Fortaleza começa a dispor para o assunto. A prefeita Leticiane Lins (PT), que assumiu no ano passado, assinou um convênio com a Secretaria Especial de Direitos Humanos para capacitação e integração da rede de atendimento às vítimas. O convênio é de R\$ 150 mil para este ano.

*Durante o discurso da Sra. Patrícia Sa-  
boya Gomes, o Sr. Alvaro Dias, suplente de  
Secretário, deixa a cadeira da Presidência,  
que é ocupada pelo Sr. Mão Santa.*

**O SR. PRESIDENTE** (Mão Santa. PMDB – PI)  
– V. Ex<sup>a</sup> será atendida nos termos regimentais.

Solicito o especial empenho do Secretário-Geral da Mesa, Raimundo Carreiro da Silva, nesse sentido. Cumprimento V. Ex<sup>a</sup> pelo brilhante pronunciamento.

Passo a Presidência ao Senador Alvaro Dias.

*O Sr. Mão Santa, deixa a cadeira da  
Presidência, que é ocupada pelo Sr. Alvaro  
Dias, suplente de Secretário.*

**O SR. PRESIDENTE** (Alvaro Dias. PSDB – PR)  
– Concedo a palavra ao Senador Heráclito Fortes, por dez minutos, prorrogáveis por mais cinco, se desejar, e, em seguida, ao Senador Antonio Carlos Magalhães.

**A SRA. IDELI SALVATTI** (Bloco/PT – SC) – Sr. Presidente, eu havia combinado com o Senador Mão Santa minha permuta com o Senador Sibá Machado.

**O SR. PRESIDENTE** (Alvaro Dias. PSDB – PR)  
– Então, logo após o Senador Antonio Carlos Magalhães, V. Ex<sup>a</sup> fará uso da palavra.

**A SRA. IDELI SALVATTI** (Bloco/PT – SC) – Obrigada.

**O SR. HERÁCLITO FORTES** (PFL – PI. Pronuncia o seguinte discurso. Sem revisão do orador.) – Sr. Presidente, Sr<sup>as</sup> e Srs. Senadores, tenho dito nesta Casa sistematicamente que a Oposição brasileira ainda não teve a capacidade de criar nenhuma crise para o Governo Lula. O Governo Lula é quem cria todas. Espero que não seja cansativo repetir aqui. A crise dos bingos, por que começou, gerando a CPI dos Bingos? Pegaram o Sr. Waldomiro Diniz, no aeroporto de Brasília, transportando valores e, posteriormente, conversando, em um ambiente fechado, com um bicheiro. Na crise do mensalão, pegaram um funcionário dos Correios recebendo propina de um empresário. (Pausa.)

É tanta crise que temos que lembrar de todas elas, Senador Cristovam. Enfim, na crise do mensalão, houve o envolvimento de presidentes de partidos da Base do Governo, aliciando aliados para interferir em votação ou em rumos de decisão do Congresso Nacional.

Senador Arthur Virgílio, líder atento aos fatos que aqui ocorrem, hoje o **Correio Braziliense** traz um artigo que, com certeza, apesar da falta de capacidade de indignação do País, como diz o Senador Cristovam Buarque, vai obrigar o Governo a prestar muitas explicações.

Senador Antonio Carlos, este não é um assunto novo; ele vem sistematicamente sendo tratado nesta

Casa. E o Deputado Paulo Delgado, fundador do PT, uma das figuras mais respeitadas e admiradas no Partido dos Trabalhadores, escreveu hoje um artigo cujo teor é gravíssimo, sob o título “E o Banco reincide”, que trata das relações promíscuas entre o Citibank e os Fundos de pensão do Brasil.

Senador Antonio Carlos, em vez de dizer que não sabia de nada, o Presidente Lula deveria ter amanhecido determinando a apuração urgente dos fatos que aqui estão. Se o seu companheiro de tantas lutas estiver mentindo e caluniando, ao final dessas apurações, o levasse para o Conselho de Ética e pedisse punição – Conselho de Ética do Partido dos Trabalhadores –; se ao contrário fosse, que punisse todos os envolvidos nessa questão.

Peço antecipadamente ao Presidente da Casa que envie cópias deste artigo ao Presidente do CPI dos Correios, ao Presidente da CPI dos Bingos, ao Presidente da Comissão de Justiça, Senador Antonio Carlos Magalhães, ao Presidente da Comissão de Assuntos Econômicos e ao Presidente da Comissão de Fiscalização Financeira.

O que está dito aqui por um Parlamentar da Base do Governo é da maior gravidade. E é preciso que não haja silêncio da Nação com relação a isso, Senador Mão Santa.

Não vou ler todo o artigo, pois ele será transcrito, mas, lerei apenas um pequeno trecho:

Não há como salvar as aparências: [palavras do Deputado Paulo Delgado] são tortuosos, cheios de truques e falsamente complexos os contratos de opção de venda obtidos pelo Citibank junto aos fundos de pensão brasileiros. É um acordo de coação, certamente resultado do indevido senso de segurança obtido pelo Citi diante do que deve considerar o “espírito” do país. Inexplicavelmente mantido apesar da condenação e advertências recebidas pelas suas ousadas e heterodoxas operações e ações, identificadas pelo comitê de finanças do Senado norte-americano. [E aí vai, Senador Antonio Carlos Magalhães] no México, Chile, Japão e Argentina. No Japão, a rejeição feroz a infringências legais levou ao fechamento de agências, em virtude deste modelo de gestão temerária em busca de posição no ranking nacional a qualquer custo.

Podemos estar diante [palavras do Deputado Paulo Delgado] de mais um dos escândalos corporativos e dos controversos contratos em que se envolve ao redor do mundo o Citibank, rompendo regras de reciprocidade e

elementares princípios do *Trade act*, internacionalmente partilhado.

Sr. Presidente, Sr<sup>as</sup> e Srs. Senadores, não é de hoje que se vem falando nesta questão. Ele discorre, Senador Antonio Carlos, Presidente da Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania do Senado, para, em determinado momento, dizer que, na Segunda Vara empresarial do Rio de Janeiro – cita inclusive a reportagem –, o processo tem sentença que não é da juíza. E fala aqui de uma juíza que deu sentença nesse caso, não sei lhe dizer do que se trata porque peguei essa matéria há pouco. É preciso que haja uma investigação severa e séria sobre esses fatos.

Alerto para esse ponto, Senador Antero Paes de Barros, porque estamos finalizando a CPI dos Correios, e temos nela ações envolvendo recursos e desvios de Fundos de pensão, e os presidentes dos principais Fundos não foram ouvidos. O Presidente do Citibank, que é citado desde o início, um uruguaio que reside no Brasil, também não foi ouvido. Não podemos nos calar. Essa indignação tem que ser um direito de defesa do País, como foi na Argentina, no México e pelo mundo afora.

Ouçó, com prazer, o Senador Cristovam Buarque.

**O Sr. Cristovam Buarque** (PDT DF) – Senador Heráclito, só para lembrar que tudo isso tem a ver com algo que V. Ex<sup>a</sup> falou aqui na semana passada: o Brasil está anestesiado e sofrendo de amnésia. O que V. Ex<sup>a</sup> falou agora tem a ver com o que falou a Senadora Patrícia Saboya há pouco; tem a ver com o caso da intromissão na vida privada de um jovem só porque ele veio aqui fazer um depoimento. Há uma anestesia, que é o que causa a falta de indignação por parte do Governo. Para mim, o mais grave que aconteceu nesse tempo todo foram menos os atos de corrupção de um ou de outro do que o acomodamento geral de todos aqueles que fazem o Governo Lula hoje; o acomodamento geral diante de tudo o que acontece dentro do Governo, juntamente com uma indignação geral diante de tudo o que acontece nas ruas. Essas duas coisas casadas, e que têm a ver, é que provocam essa anestesia de que V. Ex<sup>a</sup> fala e que precisamos quebrar.

**O SR. HERÁCLITO FORTES** (PFL PI) – Senador Cristovam, o mais grave disso é que, daqui a meia hora, nós vamos ver transitando pelos corredores do Senado os lobistas desse Banco, batendo em gabinetes, pedindo que não levem o caso adiante, dizendo que isso pode gerar um desconforto internacional. Coisa nenhuma! Esses esclarecimentos, inclusive, estão na filosofia do próprio Congresso americano, que proibiu o Citibank de novos investimentos até que se esclare-

çam fatos nebulosos envolvendo a participação desse grupo, inclusive na Itália.

Senadora Serys, se essa denúncia fosse feita por alguém da base da Oposição, amanhã estaria o Presidente da República dizendo que não querem deixá-lo governar, que estão querendo impedi-lo de tocar o Governo. Mas não: essa é uma advertência feita por um dos fundadores do Partido dos Trabalhadores, o Deputado Paulo Delgado. Aliás, não é a primeira advertência sobre esse assunto e sobre essa matéria.

Senador Arthur Virgílio, mais uma vez, o Governo nos frustra e nos tira o direito de mostrar os escândalos, porque o próprio Governo se encarrega disso.

**O Sr. Arthur Virgílio** (PSDB – AM) – Permite-me um aparte, Senador Heráclito Fortes?

**O SR. HERÁCLITO FORTES** (PFL PI) – Ouço o Senador Arthur Virgílio, com o maior prazer.

**O Sr. Arthur Virgílio** (PSDB – AM) – Senador Heráclito Fortes, eu tenho o Deputado Paulo Delgado como uma figura pública da maior seriedade e de muita independência. S. Ex<sup>a</sup> se portava de maneira independente em relação aos pontos de vista de seu Partido, sem perder a coerência de petista. Não a perdeu em momento algum no Governo passado. Neste Governo, ele é de muita lealdade ao Presidente Lula, mas não aquela lealdade cega, cabisbaixa, genuflexa. É uma figura que eu admiro, a par de ser um querido amigo pessoal. O Deputado Paulo Delgado faz uma denúncia que merece ser examinada com seriedade por todo aquele que se pretenda um administrador sério deste País. Parabéns a V. Ex<sup>a</sup> duas vezes. Primeiro, por citar um adversário que, embora desse valor, é um adversário. E citá-lo positivamente, como V. Ex<sup>a</sup> o faz, o que mostra a isenção de V. Ex<sup>a</sup> também. Segundo, por V. Ex<sup>a</sup> abordar um tema desse calibre, embaçado que foi na denúncia do Deputado Paulo Delgado, que ilustra a representação das Minas Gerais.

**O SR. HERÁCLITO FORTES** (PFL – PI) – O artigo é muito grave, e o tema merece a atenção da Nação.

Com certeza, não vamos esperar que a Secretaria de Previdência Complementar haja sobre isso. Pelo contrário, ela tem motivo de sobra para não o fazer. Mas o Congresso Nacional, o Senado da República não pode se curvar nem se calar diante desses fatos.

Portanto, Senador Alvaro Dias, que preside esta sessão, faço um apelo para que V. Ex<sup>a</sup> determine à Mesa que mande às Comissões citadas aqui cópias desse artigo, com pedido das devidas providências.

Muito obrigado.

**O SR. PRESIDENTE** (Alvaro Dias. PSDB – PR) – Senador Heráclito Fortes, V. Ex<sup>a</sup> será atendido na forma do Regimento.

**O SR. ARTHUR VIRGÍLIO** (PSDB – AM) – Sr. Presidente, pela ordem.

**O SR. PRESIDENTE** (Alvaro Dias. PSDB – PR) – Pela ordem, tem a palavra o Senador Arthur Virgílio.

**O SR. ARTHUR VIRGÍLIO** (PSDB – AM. Pela ordem. Sem revisão do orador.) – Sr. Presidente, encaminho aos Anais pronunciamento curtíssimo registrando matéria da revista **Veja** com entrevista do ex-Presidente Fernando Henrique Cardoso a respeito do seu livro lançado agora nacionalmente: **A Arte da Política: A História que Vivi**. É um depoimento de um homem preparado como ele, vivido como ele, sob todos os ângulos, pessoalmente, politicamente, maduro intelectualmente sobretudo, e que merece ser levado à meditação do povo brasileiro.

Obrigado, Sr. Presidente.

**SEGUE, NA ÍNTEGRA, DISCURSO DO SR. SENADOR ARTHUR VIRGÍLIO.**

**O SR. ARTHUR VIRGÍLIO** (PSDB – AM. Sem apanhamento taquigráfico.) – Sr. Presidente, Sr<sup>as</sup>. e Srs. Senadores: No mesmo dia em que é lançado nacionalmente seu livro **A Arte da Política – A História**

**que Vivi**, o ex-Presidente Fernando Henrique Cardoso concede entrevista à Revista **Veja**, com uma oportuna análise das forças políticas nacionais e, ainda, uma apreciação acerca do estágio da sociedade brasileira, a seu ver extraordinário.

Na sua apreciação sobre o atual Governo, Fernando Henrique sustenta que "(...) ninguém sente que Lula está no comando. Ele é tático, não é estratégico, é preciso ter formação. É necessário dominar conceitos a partir dos quais é possível escolher determinados caminhos. O petista (Lula) perdeu-se nos escaninhos do poder e suas facilidades."

A entrevista do ex-governante é longa e vai anexada a este pronunciamento para que conste dos Anais do Senado da República.

Era o que eu tinha a dizer, Sr. Presidente. Muito obrigado.

**DOCUMENTO A QUE SE REFERE O SR. SENADOR ARTHUR VIRGÍLIO EM SEU PRONUNCIAMENTO.**

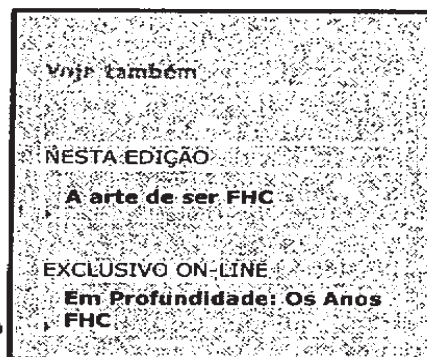
(Inserido nos termos do art. 210, inciso I e § 2º, do Regimento Interno.)

**Mas ser de esquerda, reitera FHC, não significa ser tolo, fiel a anacronismos. Na entrevista que se segue, o ex-presidente faz uma análise das forças políticas nacionais, fala do atual estágio da sociedade brasileira e diz que é extraordinário ouvir Lula. "Chego até a pensar: 'Mas esse é o Lula ou sou eu?'"**

.....  
Mario Sabino

Duas semanas antes do lançamento de *A Arte da Política: a História que Vivi*, o ex-presidente recebeu VEJA no Instituto Fernando Henrique Cardoso, no centro de São Paulo, para a seguinte entrevista:

**O senhor foi acusado de ter feito na Presidência um "pacto com o diabo", ao tecer alianças com partidos conservadores e parlamentares que foram ligados ao regime militar. Para justificar tais alianças, o sociólogo alemão Max Weber é evocado no início de seu livro. Segundo Weber, há a ética das convicções e a da responsabilidade. Na política, a ética das convicções seria o pano de fundo de valores sobre o qual deve ser praticada a ética da responsabilidade – a movimentação pragmática que visa ao convencimento dos adversários e à consecução de objetivos. Nesse processo, trata-se de transformar "maus" em "bons". O senhor acredita que conseguiu operar de fato essa metamorfose?**



■Acredito que sim. Inclusive porque, como esse é um processo permanente, dialético, muitos daqueles que ainda eram considerados "maus" já eram "bons". Pegue-se o exemplo do regime militar. No final, quando houve a eleição do Tancredo, o Partido da Frente Liberal, composto basicamente de gente que apoiou o regime militar, coadjuvou fortemente a transição para a democracia. Personalidades ilustres, como Severo Gomes e Teotônio Vilela, foram homens do regime que depois se tornaram ícones da oposição democrática. Eu acho que hoje, depois que o governo do PT se juntou a tantos "maus", sem preocupar-se em transformá-los em "bons", essa crítica que me fazem até perde a atualidade. O importante, no entanto, é entender que o jogo político não é aristotélico – você é de um certo jeito e está acabado. Ao contrário, é preciso tentar ganhar o outro, influenciá-lo. Claro que às vezes você perde a parada para o diabo. Mas, com frequência, demônios se tornam querubins. Fundamental para as transformações que ocorreram foi a consolidação da democracia brasileira. Ela, atualmente, é um dado que ninguém discute. Veja o caso do Sarney. É marcante em sua trajetória o fato de ter sido um presidente democrata – ele, que foi presidente do PDS, o partido que dava sustentação ao regime militar. Quanto às alianças que fiz na Presidência da República, elas sempre estiveram baseadas numa ética de convicções. No livro, eu insisto na necessidade de o governante tê-la, porque é importante contar com um programa, com objetivos. É isso que permite, no fim do governo, fazer um balanço para verificar se as pessoas caminharam no rumo que você desejava ou não. Eu acho, no meu caso, que esse balanço é positivo. O meu programa sempre foi explícito, escrevi livros sobre o que eu desejava para o país. Eu queria quebrar alguns monopólios, flexibilizar outros, manter a abertura da economia e dar prevalência ao público sobre o estatal. Nesse sentido, muita gente foi sendo ganha ao longo dos meus mandatos.

**O senhor acha que o PT, ao converter-se às regras da economia de mercado, se transformou na sua essência de "mau" em "bom"?**

■Essa conversão foi mais de circunstância do que de fundo. Eles jamais propuseram nada disso – pelo contrário. O que é um erro, claro. Outro dia, eu estava lendo uma entrevista que dei à revista *Playboy* em 1984, muito antes de ser eleito presidente da República – uma entrevista, aliás, que me deu muita dor de cabeça. Nela, eu já falava que para ser de esquerda não é preciso ser tolo. Com isso, eu queria dizer que havia muitas coisas, no ideário da esquerda, que eram anacrônicas. E que você não precisava manter pontos de vista anacrônicos só para ser fiel – fiel a quê, ao anacronismo? Você, na verdade, precisa ser fiel à essência dos seus valores.

**Em *A Arte da Política*, o senhor explica que o Príncipe moderno, ao contrário do Príncipe descrito pelo pensador italiano Nicolau Maquiavel (1469-1527), é um protagonista que deve impor-se necessariamente pela persuasão. Ao realizar reformas que abriram a economia e um programa de privatizações que diminuiu o Estado, o senhor teria agido como esse Príncipe moderno. Mas o ideário nacionalista-estatizante ainda sobrevive no Brasil, com forte penetração nas camadas populares. Na sua visão, existe a possibilidade de retrocesso no país, comandado por um Príncipe moldado no populismo?**

■No processo político, não há nada irreversível. Acho, no entanto, que um retrocesso desse tipo se chocaria de tal maneira com os interesses enraizados no país que seria difícil que ele tivesse um prosseguimento efetivo. De alguma maneira, o que aconteceu com o PT foi isso: não é que eles tenham renunciado de fato às suas idéias anacrônicas, estatizantes, mas é que no contexto atual elas não funcionam de forma nenhuma. Quanto ao nacionalismo, é importante ressaltar que o sentimento nacional

permanecerá sempre – o problema é como ele se manifesta. Aqui no Brasil aconteceu uma confusão muito grande entre sentimento nacional e estatismo. E as camadas populares se ressentem bastante disso, porque há anos lhes é martelada a idéia de que o Estado é a nação. Não se justifica mais pensar que o Estado é a expressão do sentimento nacional. A sociedade, sim, é que o expressa. Isso não significa que se deve jogar fora o Estado, e sim ter clareza de que ele não pode ter a primazia. Para que o sentimento nacional corresponda, sem anacronismos, aos interesses da nação, é preciso entender que o mundo de hoje é diferente daquele do passado. As barreiras do Estado nacional não têm a mesma força coibitiva. Não se consegue mais manter a economia fechada – e menos ainda a cabeça fechada. Quem tem internet salta fronteiras. Mas, ainda que a internet não respeite fronteiras e os países se integrem cada vez mais ao mercado mundial, o sentimento nacional, a identidade nacional, não desaparece, e nem deve. É esta a dificuldade: mostrar que os interesses do seu país são mais bem defendidos quando, sem perder de vista os valores nacionais, se tomam providências que levam seu povo a ser mais competitivo, mais aberto aos ares do mundo. A visão estatista ainda existe em todos os partidos, inclusive no meu. Como a média brasileira é essa, quem tem uma proposição avançada paga sempre um preço pelo pioneirismo. Veja o meu caso, por exemplo: fui acusado de traição à pátria e tal, até que as pessoas progressivamente, mesmo sem reconhecer, mesmo sem beijar a cruz, foram passando para o meu lado. Acho extraordinário ouvir o Lula hoje em dia. Chego até a pensar: "Mas esse é o Lula ou sou eu?"

**O filósofo italiano Giambattista Vico (1668-1744), citado em seu livro, foi o primeiro a tentar compreender a história como um processo lógico. Grosso modo, Vico compara o desenvolvimento das sociedades humanas com a própria maturação emocional e intelectual da espécie. Ele escreveu: "Primeiro os homens sentem sem aperceber-se; depois se apercebem com o ânimo perturbado e emocionado; finalmente refletem com a mente pura". Não lhe parece que a sociedade brasileira, muito direcionada pela emoção e irracionalidade, ainda estaria na adolescência?**

■ Sem dúvida nenhuma, nós ainda não atingimos o estado mental em que a razão prevalece. Mas nós podemos amadurecer mais rapidamente nessa direção por meio da informação. Como sou democrata, acredito que informando e convencendo os elementos racionais podem ser ampliados. Se não acreditasse nisso, eu nem teria como explicar as duas vezes em que fui eleito presidente. Em ambas, eu me opus a um ícone do oposto à razão. Ganhei por quê? Porque as pessoas entenderam naquele momento – da perspectiva de Vico, sentiram, mais do que entenderam – que a racionalização que eu estava imprimindo lhes era conveniente. De qualquer forma, ainda que a emoção tenha forte apelo entre os brasileiros – e talvez nunca deixe de ter completamente –, acho que a mentalidade política avançou razoavelmente nos últimos cinquenta anos. É difícil, por exemplo, que o estilo populista volte a impor-se.

**Lula não pertenceria a uma vertente populista?**

■ Embora às vezes o chamem de populista, não acho que o Lula seja um populista no sentido clássico. Ele usa da emoção para atingir seus objetivos, mas sua ação de Estado não é irracional. Por que é assim? Porque não tem mais jeito de ser totalmente irracional no Brasil. As estruturas existentes de interesses e valores, reitero, já são suficientemente poderosas para impedir que isso ocorra.

**Em seu livro, o senhor revela que, por ocasião da sabatina de Armínio Fraga no Senado, antes de ele ser efetivado como presidente do Banco Central, o senhor recomendou-lhe que agisse com prudência porque "os brasileiros não**

**gostam de capitalismo, eles não sabem por que não gostam, mas não gostam". Até que ponto o senhor gosta de capitalismo?**

■Você deve ter visto como, no meu livro, eu mesmo às vezes reajo contra o capitalismo. Porque o capitalismo tem um problema que me irrita: a desigualdade. É da sua essência. No Brasil, vive-se pedindo que haja um rápido crescimento econômico acompanhado de maior igualdade. Ora, quando um país cresce depressa, aumenta a desigualdade, não a igualdade. O país tem de acumular riqueza primeiro. Isso é da natureza do capitalismo. No socialismo também é assim. Só que, nesse sistema, existe a suposição teórica de que não há apropriação privada da produção. No capitalismo, o mercado – e olhe eu aqui desabafando outra vez – traz um elemento de desigualdade e também de irracionalidade: A especulação, o efeito manada, tudo isso é irracional. Como o mercado não é um ente racional perfeito, o Estado, dependendo de como ele seja organizado, pode introduzir um ingrediente adicional de correção da desigualdade. É nesse sentido que, no meu livro, reajo contra o capitalismo. Porque não acredito que, por si só, o mercado seja a consubstanciação da racionalidade.

**Pode-se concluir que o senhor se considera de esquerda?**

■Sim, me considero. Mas da esquerda democrática, à la Bobbio [*Norberto Bobbio (1909-2004), filósofo e cientista político italiano*]. Sou de esquerda quanto à defesa de valores como a justiça social e a igualdade.

**Por que nenhum político brasileiro diz que é de direita?**

■Porque no Brasil a palavra "direita" está associada historicamente à ditadura. É uma questão semântica. Mas existe um outro lado: não existe direita no Brasil, no sentido clássico do conceito. Fiquei impressionado, certa vez, com uma intervenção do Sérgio Buarque de Holanda. Foi na defesa de uma tese de livre-docência sobre os estilos de pensamento político no Brasil do século XIX. A autora estabelecia uma diferença entre o marquês de Paraná, figura maior do pensamento conservador, e Joaquim Nabuco, expoente do pensamento progressista, quando o Sérgio Buarque fez um aparte: "A senhora acha que esses homens do império eram realmente conservadores, leram Burke [*o pensador irlandês Edmund Burke (1729-1797), considerado o pai do conservadorismo*] ou eles eram atrasados?" Pois é isso: no Brasil, mais do que conservadorismo, temos uma mentalidade atrasada. O pensamento conservador filla-se a uma tradição ocidental que estabelece como pilar da ordem a família, a propriedade, os costumes. O nosso conservadorismo não é nada disso. Tem a ver com clientelismo, patrimonialismo, uso indevido dos recursos do Estado. Ele não é composto de um ideário, e sim de aproveitadores. Por que a "direita", no Brasil, apóia todos os governos, não importa qual? Na história recente, ela apoiou os militares, apoiou o Sarney, apoiou o Collor, apoiou a mim, apóia o Lula. Porque seus integrantes não são de direita. Essa gente toda só quer estar perto do Estado, tirar vantagens dele. É claro que um e outro podem ser convertidos de "maus" em "bons". Mas o grosso desse pessoal continua a ser fisiológico.

**E quanto à esquerda brasileira, como classificá-la?**

■Esse é um aspecto interessante. O nosso sistema político, da mesma forma que a nossa sociedade, exibe uma enorme mobilidade. A existência de uma posição estável é difícilíssima no Brasil. Sociologicamente, a transformação do PT ilustra bem isso. O PT, na sua origem, era composto basicamente de três setores: o ideológico, o eclesial e o sindical. Quem ganhou foi o setor sindical, é ele que está no governo. Trata-se de um fenômeno mais "americano" do que europeu. O pessoal na Europa fala do PT como se ele fosse um partido moldado na esquerda européia tradicional. No início até dava essa impressão, mas a verdade é que não tem nada a ver. Eles nem falam mais em classe trabalhadora. A liderança do PT é de classe média, de gente que ascendeu socialmente, via sindicalismo, e se comporta hoje quase como se vivesse o "american dream" – algo como "eu cheguei lá, consegui deixar minha classe de origem para trás".

**Qual é o futuro do PT, se é que o partido tem futuro?**

■No fundo, o PT está descobrindo o que ele é no governo. Se desse para fazer uma comparação com a Europa, eu acho que o PT é um partido social-democrata. Aliás, eu não queria que o PSDB se chamasse social-democrata...

**Por quê?**

■Porque nós não tínhamos sindicatos, o berço da social-democracia. Eu dizia que íamos usar uma denominação européia para uma história completamente diferente. Mas fui voto vencido. Hoje, num certo sentido, o PSDB é social-democrata porque na Europa os partidos desse tipo mudaram. Eles se tornaram menos associados a uma classe e passaram a representar um aspecto mais amplo da sociedade, como é o caso do PSDB desde o início. O PT também caminha nessa direção. No Brasil, portanto, temos dois partidos que ocupam o mesmo espaço no espectro político. A diferença é a auto-representação. Alguns setores do PT ainda se pensam revolucionários e o PSDB nunca se pensou como tal. Essa auto-representação é um problema para o PT, porque impediu que ele tivesse uma prática política conseqüente. No governo, fiz alianças porque tinha propostas para o país. O PT chegou ao governo sem nenhuma. Teve de tecer alianças sem programa – e, quando você tem de fazê-las dessa forma, acaba sendo engolido por elas. É patético ver o Lula correndo atrás do PMDB. Quais são as propostas que estão por trás disso? Não há.



**Constata-se no seu livro que o senhor, como presidente, se empenhou profundamente nas discussões sobre os rumos a seguir na economia. Num mundo complexo como o de hoje, é possível um país como o Brasil ser liderado por alguém sem formação intelectual compatível?**

■Acho que ninguém precisa ter universidade no currículo para ser presidente. Afinal de contas, há muita gente com grau superior que não sabe nada. Mas acho importante que o político tenha aprendido algo. Ele tem de ler, tem de ter curiosidade intelectual. Porque, senão, você fica sem bases mais sólidas para discernir. O presidente Lula tem muita sorte. Não passou por nenhuma crise econômica com efeitos globais como as que tive de enfrentar. Não foi provado. Fica mais fácil, assim, comportar-se apenas como um relações-públicas do próprio governo. Não quero desmerecê-lo, mas ninguém sente que ele está no comando. O presidente Lula é tático, não é estratégico. Para ser estratégico, é preciso ter formação. É necessário dominar conceitos a partir dos quais é possível escolher determinados caminhos.

**Na conclusão de *A Arte da Política*, o senhor diz que Lula se perdeu nos escaninhos do poder e suas facilidades. A falta de preparo intelectual não teria tido um papel nessa perdição?**

■Pode ter tido, sim, porque se você tem um certo preparo fica mais difícil deslumbrar-se. A capacidade de autocrítica é maior, tem-se mais noção da transitoriedade das coisas. O preparo intelectual também permite que você perceba que herdou muito. O presidente Lula dá a impressão de que acha que está fundando o Brasil. Acho que isso é autêntico nele, porque o Lula não tem um conhecimento mais profundo da história. Então, acredita mesmo que está fazendo tudo pela primeira vez.

**Como é sua relação com Lula?**

■Pessoalmente, temos uma relação fácil. Mas esse negócio de o Lula viver dizendo que fez mais do que eu... Qualquer hora ele vai comemorar o fato de que, quando deixar o governo, haverá mais brasileiros vivos do que no fim do meu último mandato.

**Durante seu governo o Brasil cresceu pouco, mas cresceu proporcionalmente em relação ao mundo. Por que o país não cresce mais rápido?**

■O governo Lula tem uma linha de continuidade como a do meu no que se refere à macroeconomia – câmbio, juros e responsabilidade fiscal. Mas ele errou na condução da política de juros, porque houve momentos em que era possível baixar a taxa mais depressa. Isso também aconteceu durante o meu governo, só que, no de Lula, os panoramas que permitiam essa redução eram mais claros, não havia ameaça nenhuma. A manutenção de uma taxa de juros elevada causou um problema no câmbio. Quando a taxa é mais baixa, o governo pode intervir no câmbio, comprando dólares, sem maior impacto fiscal. Mas, quando ela está lá em cima, isso fica difícil. Ou seja, a política do governo Lula é a mesma, mas a operação não está correta. Política econômica não é ciência, é navegação. Você tem de navegar: se tem uma pedra no caminho, você contorna. A atual equipe econômica não navega – ela

traça uma linha reta e segue em frente de todo jeito, como se não houvesse contexto mais ou menos favorável. Há ainda um outro lado: a política macroeconômica não faz o país crescer. Crescimento depende de investimentos. Em parte, os investimentos respondem à taxa de juros, mas só em parte. Eles também dependem de fatores como confiança. Não se tem estabilidade nas agências reguladoras, que foram muito ameaçadas durante o governo Lula. A segurança na manutenção das regras diminuiu e, com isso, também o incentivo para o setor privado. Para completar, o investimento público caiu drasticamente neste governo e as reformas foram paralisadas. A reforma da Previdência, por exemplo: no início, houve uma euforia, porque nós votamos a favor daquilo que, no meu governo, eles votavam contra. Não foram feitas, no entanto, as leis complementares que permitiriam a sua implantação. Com isso, teremos neste ano um déficit na Previdência de 50 bilhões de reais – um buraco que certamente causará um problema fiscal mais adiante.

### **O Brasil, então, ainda paga o custo PT?**

■ Sim, ainda paga, mesmo que esse custo tenha sido amortecido. Como o mercado financeiro está muito bom, as pessoas deixaram de prestar atenção às questões relevantes. Ninguém mais cobra a reforma do mercado de trabalho, a reforma da Previdência – tudo aquilo que cobravam de mim. Mas o fato de não cobrarem não resolve a questão. A falta de reformas impede que o Estado tenha mais recursos e o setor privado possa investir mais. A economia não depende apenas da taxa de juros. Se fosse assim, o Japão estaria estourando há anos, já que lá a taxa era de 0% até a semana passada.

**Os arautos do "Delenda FHC", como o senhor chama no livro a oposição que vivia pedindo o seu impeachment, certamente ironizarão a defesa que o senhor faz de seus governos nos episódios da aprovação da emenda que permitiu a sua reeleição, cercada de notícias sobre a compra de votos de parlamentares por parte do governo, e do programa de privatizações, em que muitos viram indícios de corrupção.**

■ Nada disso tinha a ver conosco, como narro no meu livro, mas não adianta responder a essas acusações. Os acusadores têm interesse político em mantê-las. Se houve corrupção, que se apure. Por que não apuram? A diferença é que, no atual governo, a corrupção foi feita de maneira organizada pelo partido do presidente. Tanto é que toda a cúpula do PT caiu. Se Lula não sabia do mensalão, que ingenuidade a dele, hein?



Com o ex-presidente americano Bill Clinton: "É importante poder pegar o telefone e dizer: 'Estou precisando disso'"

**Na Presidência, o senhor manteve uma relação próxima com o presidente americano Bill Clinton e o primeiro-ministro inglês Tony Blair. Até que ponto a empatia ou mesmo a amizade pessoal entre governantes de diferentes países é importante para as relações diplomáticas?**

■ Não substituí os interesses organizados do país, mas complementa. Em certos momentos, é importante poder pegar o telefone e dizer: "Eu estou precisando disso". Mas tudo tem de ser feito com naturalidade. Quando abordo no meu livro as conversas que mantive com outros chefes de Estado, não é para me exibir. Estou muito velho para isso. É para mostrar que o presidente do Brasil, não importa quem seja ele, pode falar de igual para igual com qualquer presidente ou primeiro-ministro de país rico.

**É verdade que o senhor foi cogitado para ser secretário-geral da ONU?**

■ Não, nunca houve movimentação nesse sentido. Meu candidato era o Clinton. Mas ele não poderá ser secretário-geral porque a Hillary sairá candidata a presidente dos Estados Unidos. Aí não dá mais. Meu apoio a Clinton resume o que penso da ONU. Ela precisa ter um secretário-geral com peso global e muita força entre os americanos. Só assim funcionaria a contento.

**No livro, o senhor brinca com a sua fama de vaidoso. O senhor não se considera vaidoso?**

■ Muitos jornalistas escreveram que minha vaidade é incomensurável. Minha vaidade é apenas intelectual. Física, não tenho nenhuma. Faz tempo saiu na VEJA que eu era um dos homens mais elegantes do Brasil. Imagine só! A Ruth vive me dando bronca porque me visto errado e coisa e tal. Não tenho nem vaidade política – não me acho insuperável.

**Na conclusão de *A Arte da Política*, o senhor fala da sua decepção com a morosidade com que andam as reformas tão essenciais ao Brasil. O senhor acredita sinceramente que o país tem chance de recuperar o terreno perdido no último quarto de século?**

■ Tem, mas nada está garantido. Continuamos a perder tempo. Na comparação com a Índia e a China, a nossa vantagem é que já passamos por um intenso processo de urbanização e esses países ainda não. Além disso, a pressão demográfica aqui é muito menor. Por isso é que fico aflito: se os governos e a sociedade não perceberem que a nossa hora é agora, com um crescimento demográfico que está longe de ser explosivo e uma população que ainda não é velha, talvez percamos o bonde de vez. A sociedade brasileira tem de acelerar o passo, e atingir logo aquele estado de "mente pura" de que fala Vico. A razão precisa triunfar no Brasil.

**O SR. PRESIDENTE** (Alvaro Dias. PSDB – PR) – V. Ex<sup>a</sup> será atendido nos termos regimentais.

Com a palavra o nobre Senador Antonio Carlos Magalhães, para uma comunicação inadiável, pelo prazo de cinco minutos, com a prorrogação que se fizer necessária, nos termos do art. 14, inciso VII, do Regimento Interno.

**O SR. ANTONIO CARLOS MAGALHÃES** (PFL – BA. Para uma comunicação inadiável. Sem revisão do orador.) – Sr. Presidente, V. Ex<sup>a</sup> considera meu pronunciamento uma informação inadiável, e é inadiável mesmo.

O Tribunal de Contas da União detecta superfaturamento de R\$23 milhões em um projeto da Petrobras, em contrato com a GDK, a empresa que presenteou o Land Rover ao Sr. Silvinho e que ia presentear o Sr. Jaques Wagner. Quando o assunto foi denunciado, o Land Rover já estava numa garagem na Av. Sete de Setembro para se dirigir à casa do Sr. Jaques Wagner. O Sr. Jaques Wagner, evidentemente, cancelou o mimo da GDK e obteve – é óbvio – outras vantagens para que a empresa continuasse mandando e roubando na Petrobras.

Quando eu disse isso aqui, quando o Deputado ACM Neto falou isso na Comissão dos Correios, negaram. Depois, o próprio Silvinho teve que devolver o carro da GDK, um Land Rover.

Agora, o espantoso é que, em todos os contratos da Petrobras, ou em quase todos, o Tribunal de Contas encontra roubalheiras.

No dia em que se abrir uma CPI de verdade... Se o Supremo Tribunal deixar, Senador Tião Viana, porque também vai ensejar algo que ficará muito esclarecido: onde houver alguém do PT fazendo falcatura, não se pode apurar. Vamos ver se o Supremo terá essa tese, que é do nosso Senador Tião Viana.

Conseqüentemente, vamos aguardar se os prefeitos do PT podem ser chamados à CPI. Provavelmente não podem. Isso também está no requerimento do Sr. Tião Viana. Também está no requerimento do Sr. Tião Viana que nada relativo a dinheiro envolvendo alguém do PT pode ser apurado; ele, Tião Viana, que é homem sério e que sabe que no PT há muitos ladrões, se ele pede que não se apure, avalie o que não pedirão os verdadeiros ladrões.

Isso é grave, isso é gravíssimo. Abre-se uma luta com o Supremo Tribunal por isso. E hoje vem o meu amigo Tião Viana me comunicar que vai pedir a abertura do sigilo bancário do caseiro Nildo. Abrir um sigilo bancário que o Governo já abriu há muito tempo e já divulgou, para tirar qualquer impacto das denúncias feitas aqui? Vai arrombar porta aberta, Senador? Tenha

paciência! Procure uma porta mais fechada. E, no PT, há muitas! Não arrombe a porta aberta do caseiro.

O fato é que o caseiro pôde falar. Não falou tudo – muito bem –, pois foi proibido por um Ministro de alta relevância. Não é um Ministro qualquer, é um Ministro de valor o Sr. Cezar Peluso. Não nego isso. V. Ex<sup>a</sup>, Senador Tião Viana, ainda está esperando o desdobrar do seu requerimento, feito com papel do Senado, mas no Palácio do Planalto. O Palácio do Planalto agora faz os requerimentos para os Senadores.

O País está vivendo realmente uma época de muita tristeza. Quando o Senador Tasso Jereissati disse aqui que aquele Ivan Guimarães não prestava, foi um deus-nos-acuda. “É um dos melhores homens que este País tem!” O Senador Aloizio Mercadante veio à tribuna defendê-lo. Agora, o Banco Popular está com R\$82 milhões de prejuízo. E chamamos a atenção, com muita veemência, há mais de seis meses, há quase um ano. Isso não pode continuar assim. O País não agüenta. Já bastam os Lulinhas que a Petros vem defender, e não a Telemar. Quem tem de defender o Lulinha é a Telemar, já que seu pai não o defende. Nesse ponto, ele é até precavido. Por que vou defender o menino se sei que a coisa é errada? Esse é o raciocínio do Presidente, mas não é o raciocínio da Petros, que, participando de um fundo que tem ações na Previ, vem defender esse caso. Não é a Previ que defende, não é a Petrobras que defende, não é o Banco do Brasil que defende. Quem defende é a Petros.

Sr. Presidente, a situação é cada vez mais grave. As coisas se agravam neste País. Por isso, quando surge um nome para a disputa, a pesquisa muda logo. Em três dias, a pesquisa mudou e vai mudar muito mais, porque há muita coisa para aparecer ainda nas corretoras e nos fundos de pensão, coisas gravíssimas em que o Governo sempre é parte.

Não sei, Sr. Presidente, por que não se quer quebrar o sigilo do Okamoto. O Senador Tião Viana votou contra abrir o sigilo do Okamoto e hoje quer abrir o sigilo do pobre caseiro. É inacreditável! Chego a acreditar, meu Deus, que estamos vivendo em outra época.

Será possível que continue esta situação de se protegerem os ladrões e, quem sabe, procurar prender os homens de bem? Há uma inversão total. Por isso, todo dia há problemas em penitenciárias, com reféns. Os ladrões se revoltam por verem ladrões maiores do que eles perambulando por aqui, levando dinheiro de “mensalão” e não acontecendo nada. Essas revoltas são fruto de tudo isso. É a impunidade, é a impunidade que está levando o País a esta situação.

Mas, como pode punir se é o Presidente o incentivador dos atos ilícitos, sobretudo aqueles que envolvem dinheiro público?

Amanhã, essa figura vai à Bahia inaugurar o que já foi inaugurado, visitar o que já foi feito pelos outros.

Alagados – todo o mundo sabe – foi um trabalho meu com o Ministro Mário Andreazza; depois, foi do então Governador César Borges e, agora, do Governador Paulo Souto. Mas ele vai amanhã para o Viver Melhor, que é um programa nosso, dizer que vai inaugurar casas para os trabalhadores. Cara de pau! Cara de pau! Deveria ter mais senso de oportunidade, procurar pintar alguma casinha e dizer que é dele. E vai para a Universidade do Recôncavo inaugurar ou lançar a pedra fundamental, quando, na realidade, foi uma idéia de Antonio Carlos Magalhães e Waldeck Ornélas. Nós fizemos o projeto! Houve uma ajuda na fase final, na Câmara, de Walter Pinheiro, mas o Presidente nunca soube de universidade alguma, até porque tem horror a universidade e a livro, a essas coisas todas. Dou um prêmio a qualquer brasileiro que apontar que Lula leu um livro do princípio ao fim. Dou um prêmio. Jamais leu. Ele não agüenta. Só lê notícia, quando levam, resumida, porque não tem paciência. A vontade dele é só enganar, usar o dinheiro público nas televisões, nos jornais, com informes publicitários que envergonham a todos nós.

Por isso, Sr. Presidente, fiz questão de vir à tribuna. Ainda hoje, virei para outro assunto, que não tem nada a ver com o Governo. Mas fiz questão de trazer a todo o povo brasileiro, por intermédio da TV Senado, esses fatos desabonadores e tristes que estão acontecendo no Brasil, agora com anuência até de Senador, e que tanto entristecem a Nação brasileira.

Muito obrigado.

**O SR. TIÃO VIANA** (Bloco/PT – AC) – Sr. Presidente, por ter sido citado, com base no art. 14, peço a palavra a V. Ex<sup>a</sup>.

**O SR. PRESIDENTE** (Alvaro Dias. PSDB – PR) – V. Ex<sup>a</sup> tem a palavra, por cinco minutos, por ter sido citado, conforme o art. 14.

**O SR. ARTHUR VIRGÍLIO** (PSDB – AM) – Pela ordem, Sr. Presidente.

**O SR. PRESIDENTE** (Alvaro Dias. PSDB – PR) – Tem a palavra, pela ordem, o Senador Arthur Virgílio.

**O SR. ARTHUR VIRGÍLIO** (PSDB – AM. Pela ordem.) – Sr. Presidente, encaminho à Mesa requerimento de voto de aplauso ao jornal **Diário do Amazonas** e à Rádio Amazonas FM pelo transcurso do 21º aniversário de criação desses dois relevantes veículos de comunicação do meu Estado.

**O SR. PRESIDENTE** (Alvaro Dias. PSDB – PR) – Com a palavra o Senador Tião Viana.

**O SR. TIÃO VIANA** (Bloco/PT – AC. Para uma explicação pessoal. Sem revisão do orador.) – Sr. Presidente, Sr<sup>s</sup> e Srs. Senadores, o Senador Antonio Carlos Magalhães, no uso de suas prerrogativas, usou a tribuna e me fez críticas diretas, como é do seu feitio. É um dos traços de respeito que tenho pela figura dele, aqui age no debate em campo aberto, com coragem.

Ao mesmo tempo, uma das riquezas da democracia é que podemos divergir em teses e entendimentos e conviver nessa capacidade de racionalidade, que é a vida do Parlamento. No entanto, gostaria de expressar a minha total divergência em relação aos pontos de vista que ele apresentou aqui.

Entendo que o Senador Antonio Carlos Magalhães comete uma injustiça quando acha que eu estaria a favor da supressão de investigação sobre os supostos delitos praticados pelo Partido dos Trabalhadores, porque o que fiz foi honrar em profundidade aquilo que é a razão do meu mandato.

Não esqueço, Senador Antonio Carlos, do meu primeiro dia aqui, quando jurei, perante o Senado Federal, guardar a Constituição e as leis do meu País. E V. Ex<sup>a</sup> é sabedor do afinco com que tenho procurado respeitar o Regimento do Senado Federal. Já lhe externei, inclusive, que me identifico com V. Ex<sup>a</sup> porque V. Ex<sup>a</sup> sempre defendeu as prerrogativas desta Casa, a autoridade que ela deve ter na democracia. V. Ex<sup>a</sup> nunca defendeu que o Congresso se curvasse ao Poder Executivo, sempre defendeu a autonomia e a força democrática que deveria ter o Legislativo. Eu já lhe externei inúmeras vezes o respeito que tenho a V. Ex<sup>a</sup> por assim pensar.

V. Ex<sup>a</sup> há de convir que cabe a mim, mais do que a qualquer um, chegar aqui e defender o Regimento Interno do Senado Federal e a Constituição. Portanto, sinto-me absolutamente tranqüilo, em paz com a minha consciência pela decisão que tomei naquele dia, pois procurei, durante meses, o entendimento, procurei conciliar os propósitos da base do Governo, da base da Oposição sobre o que seria investigar aquilo que se supunha ser irregularidade, sim, praticada por setores do Partidos dos Trabalhadores e entendo que é mais do que sagrado o direito da investigação.

Agora, quando a CPI chegou a um limite que me pareceu transbordar de sua competência, que foi entrar na vida da pessoa, entrar na vida da família, pareceu-me que ali haveria um limite, no meu entendimento, e tentei a todo custo que aquela investigação fosse levada adiante, que o caseiro fosse devidamente ouvido por uma subcomissão insuspeita, com o que V. Ex<sup>a</sup> havia concordado no dia anterior, e que o Ministro Palocci também fosse ouvido sobre aquele tema, já que eu entendia tratar-se de um tema reservado.

Infelizmente, fui derrotado na tese. E achei que aquilo estava em desacordo...

**O Sr. Antonio Carlos Magalhães** (PFL – BA)

– Por que tema de reserva?

**O SR. TIÃO VIANA** (Bloco/PT – AC) – Da reserva do caseiro?

**O SR. PRESIDENTE** (Alvaro Dias. PSDB – PR)

– Não é permitido aparte.

**O SR. TIÃO VIANA** (Bloco/PT – AC) – O que saiu no dia anterior, nos meios de comunicação, sobre a vida pessoal do Ministro, sobre a intimidade de uma família, se não é motivo de reserva, confesso não entender. Talvez V. Ex<sup>a</sup> não tivesse tido acesso às informações que setores da imprensa veicularam. Mas eu tenho fitas gravadas que comprovam exatamente o que estou dizendo. E isso, para mim, extrapolou os limites da CPI.

Por essa razão, pautado em todas as prerrogativas, é que procurei uma instância da democracia, do Estado democrático que protege o ordenamento jurídico e constitucional, que é o Supremo Tribunal Federal, e fui acolhido por um Ministro insuspeito. Agora, eu não poderia defender ali apenas aquele caso específico. O meu entendimento era de que se deveria apurar se todos os fatos em questão estariam ou não em desacordo com as prerrogativas do Regimento do Senado Federal.

Então, do mesmo jeito que acho legítimo que a advocacia do Senado vá defender o que julgo ser uma transgressão da qual foram vítimas o Regimento da Casa e a Constituição, tenho o direito legítimo de fazer tal defesa. Por essa razão, discordo de V. Ex<sup>a</sup>. Sinto-me completamente em paz com a minha consciência de cidadão brasileiro e de defender causas.

Eu lembraria Max Weber quando fala da ética das convicções e da responsabilidade. Acho que a ética das convicções é sagrada, pautada em Aristóteles, em Sócrates e outros, e a da responsabilidade é a da política. Eu prefiro ter sempre as duas se envolvendo e guiando minha vida. Penso que agi de acordo com a minha consciência.

Eu lembraria a V. Ex<sup>a</sup> um exemplo importante da História. Churchill, disputando a eleições, o Partido Conservador assumindo as condições de governabilidade, foi duramente criticado pela política tributária que estava sendo imposta. Ele saiu de perto, ficou colocado num canto e, em conformidade com a opinião pública, defendeu as teses da opinião pública, que eram contrárias.

No final da eleição, ele perdeu por optar pela ética da conveniência. Eu prefiro defender aquilo que julgo correto. Na minha opinião, o Ministro Palocci merece todo o respeito do meu Partido e da minha pessoa, e

agindo à luz da Constituição Federal e do Regimento, sinto-me muito bem por ter feito o que fiz.

Muito obrigado pela atenção dos que me ouvem.

**O SR. ANTONIO CARLOS MAGALHÃES** (PFL – BA) – Sr. Presidente, eu poderia fazer uso da palavra pelo art. 14?

**O SR. PRESIDENTE** (Alvaro Dias. PSDB – PR) – V. Ex<sup>a</sup> tem o direito, já que, pelo Regimento, é possível conceder em duas oportunidades. O Senador Tião fez uso da palavra uma vez e V. Ex<sup>a</sup> fará uso dela pela segunda.

Concedo a palavra a V. Ex<sup>a</sup>.

**O SR. ANTONIO CARLOS MAGALHÃES** (PFL – BA. Para uma explicação pessoal. Sem revisão do orador.) – Sr. Presidente, primeiro, quero felicitar o Senador Tião Viana, que passou a ser discípulo de Fernando Henrique e não de Lula, porque está citando Max Weber, que é um autor de que Fernando Henrique gosta muito, citando Aristóteles. Ele está realmente progredindo, e isso ele não aprendeu na reunião do Palácio em que foi designado para atacar o pobre do caseiro Francenildo. De modo que só tenho a agradecer ao Senador não só por suas palavras, mas, sobretudo, por essa sua evolução científica. Isso não é coisa do PT; isso foi Fernando Henrique que soltou para S. Ex<sup>a</sup>, que hoje, aqui, está realmente retribuindo as gentilezas do Presidente Fernando Henrique quando S. Ex<sup>a</sup> era Governo e o Senador já estava no Acre.

Muito obrigado.

**O SR. PRESIDENTE** (Alvaro Dias. PSDB – PR) – Com a palavra, pela ordem dos inscritos, a Senadora Ideli Salvatti, por cessão do Senador Sibá Machado. (Pausa.)

Com a palavra o Senador Antero Paes de Barros.

S. Ex<sup>a</sup> dispõe de dez minutos, prorrogáveis, se necessário, por mais cinco minutos.

**O SR. ANTERO PAES DE BARROS** (PSDB – MT. Pronuncia o seguinte discurso. Sem revisão do orador.) – Sr. Presidente, Sr<sup>as</sup> e Srs. Senadores, creio que o assunto que me traz à tribuna é o mais grave do Governo Lula desde o início de seu mandato. O escândalo Waldomiro Diniz foi grave, o escândalo da “república de Ribeirão” é grave, mas o Governo Lula ultrapassou todos os limites toleráveis pelo Estado democrático de direito ao atentar contra a Constituição brasileira, contra os direitos e garantias individuais.

Está lá no inciso X do art. 5º da nossa Constituição Federal, é cláusula pétrea, inclusive internacionalmente, já que o Brasil é signatário do Tratado dos Direitos Humanos, que “são invioláveis a intimidade, a vida privada, a honra e a imagem das pessoas, as-

segurado o direito à indenização pelo dano material ou moral decorrente de sua violação”.

Não venha o Ministro da Justiça, Márcio Thomaz Bastos, dono de excelente experiência como advogado criminalista, dizer que se está discutindo um vazamento de informações. Não é, Senador Romeu Tuma! O que se está discutindo é a violência do Estado brasileiro, que invadiu a vida privada de um caseiro entrando na sua conta bancária em uma instituição centenária: a Caixa Econômica Federal.

Isso dói no coração da gente, particularmente no meu, pois sou filho de economiário. Minha mãe é economiária aposentada da Caixa Econômica Federal. Minha mãe é Presidente da Associação dos Aposentados da Caixa Econômica Federal. A Caixa Econômica Federal é uma instituição seriíssima, jogada no ralo pelo aparelhamento petista. Foi nisso que deu o aparelhamento do PT.

Quero destacar aqui algumas afirmações estampadas no jornal **O Globo** de hoje. Pergunta o jornal ao Francenildo: “Onde você estava às 20 horas, 58 minutos e 21 segundos da última quinta-feira?” Resposta: “Estava sob proteção da Polícia Federal. Eles estavam fazendo o processo de inscrição no programa” – deduz-se que seja o Programa de Proteção à Testemunha –, “tirando cópias para eu poder assinar e entrar no programa, numa sala lá”.

“Você estava sozinho?” Francenildo: “Estávamos eu e algumas pessoas da Polícia Federal. Nunca estive só na sala. Estava sempre acompanhado de dois ou três”.

“Seus documentos estavam com você?” Francenildo: “A identidade foi selecionada, e o CPF, para inscrever no programa. Aí, na última hora veio para pedir meu cartão de crédito do banco; me perguntou se tinha conta. Disse que sim. Aí pediu meu cartão e eu entreguei. Foi só isso”.

“O que eles diziam para você?” Francenildo: “Que tava demorando por causa de uma máquina de xerox lá, para tirar cópias das três folhas”.

“Quanto tempo você ficou esperando para tirar cópia dos documentos?” Francenildo: “Dez ou vinte minutos”.

Não é possível que o Ministro Márcio Thomaz Bastos diga que isso aqui é vazamento de informações. Isso é uma violência de invasão da conta bancária do Francenildo. Lembro o art. 5º, inciso X, da Constituição Federal.

Aqui está, Senador Arthur Virgílio, a declaração do Presidente do Supremo Tribunal Federal Nelson Jobim: “Violação da conta é crime e choca o País”. Violação da conta é crime e choca o País, diz o Presidente do Supremo Tribunal Federal. Diz ainda: “Quem garante

que, amanhã, eu, como cidadão, não possa ter o meu sigilo violado?” Eu diria mais: ele, como Presidente do Supremo Tribunal Federal!

É isto que o Lula conseguiu, com o seu Governo: colocar para discutir novamente o apreço à tese democrática do estado de direito. É isto que representa a candidatura à reeleição de Lula: uma violência contra a democracia brasileira.

**O Sr. Arthur Virgílio** (PSDB – AM) – Permite-me V. Ex<sup>a</sup> um aparte?

**O SR. ANTERO PAES DE BARROS** (PSDB – MT) – Concedo o aparte ao Senador Arthur Virgílio.

**O Sr. Arthur Virgílio** (PSDB – AM) – Senador Antero, vou dar dois exemplos que, para mim, esclarecem muito bem a imagem que tenho desses episódios todos. V. Ex<sup>a</sup> diz: até de Nelson Jobim, Presidente do Supremo Tribunal Federal, poderiam quebrar os sigilos para efeito de chantagem política, por bisbilhotagem arapongueira. Dou o meu próprio exemplo e imagino uma cena, o Presidente dizendo assim: Márcio, agora queremos quebrar o sigilo do Arthur Virgílio. E o Márcio faz, e o Presidente é capaz de mandar. Ficaria ofendido se ainda não o fizeram. Ditatoriais como são e mesquinhos como são, ficaria ofendido se ainda não o fizeram porque estariam dizendo que não dão importância à minha atuação de opositorista, que não se incomodam com a minha atuação de opositorista ou que não me consideram um opositorista vigoroso como procuro ser. Tenho como favas contas que, a essa altura, devem ter mexido na minha vida do avesso para trás, de trás para o avesso. Portanto, se quebraram o sigilo do Francenildo não deve ter sido o meu que não teriam quebrado. O Ministro Márcio Thomaz Bastos não entende. Há uma diferença brutal entre o advogado criminalista que exerce, com brilho, a sua função fora do Ministério e o Ministro. Ou seja, Guilherme de Pádua mata brutalmente Daniela Perez, aquela atriz da TV Globo. Foi defendido por um bom advogado; seis anos depois, estava na rua. Infelizmente. Por mim, teria ficado perpetuamente na prisão. Estava na rua pouco tempo depois. Ele precisava ter um advogado. Ninguém pode ser condenado sem direito de defesa. Isso é da democracia e é um princípio geral do Direito. Agora, eu não condenaria Márcio Thomaz Bastos jamais se ele tivesse sido o advogado de Guilherme de Pádua. Não. As pessoas têm que ter um advogado. O que não pode é fazer papel de advogado de Guilherme de Pádua no Ministério da Justiça. É sempre o que digo para o Ministro: Ministro, procure ser mais Brossard e menos Armando Falcão. Ele está sendo mais Armando Falcão e menos Brossard. A cada dia, eu me convenço; a cada dia, eu me decepiono; a cada dia, sou obrigado a registrar isso com muita cruzeza

– não é nem com tristeza, porque também nunca tive grandes ligações com ele e não tenho que ficar com muita tristeza. Estou registrando e estou em posição de luta, por entender que ele está sendo organizador a mando de Lula nesse processo de aparelhamento do Estado brasileiro, para violar direito de cidadãos, servindo a um projeto espúrio de poder; espúrio porque vinculado à corrupção.

**O SR. ANTERO PAES DE BARROS (PSDB – MT)**

– Agradeço a V. Ex<sup>a</sup> o aparte e quero só registrar que passo despercebido da imprensa o fato de, quando daquela fita do Waldomiro Diniz, uma denúncia ter sido publicada num dos jornais de Brasília, mostrando que a conta de um dos jornalistas que fez a denúncia foi invadida e conhecida pelos organismos do Governo brasileiro. Não tenho dúvida alguma de que vida privada, no Brasil, não existe. O PT, o Governo Lula vasculha o que quer.

Concedo o aparte ao Senador Cristovam Buarque.

**O Sr. Cristovam Buarque (PDT – DF)** – Senador Antero Paes de Barros, fico feliz em ver alguém trazer este assunto com ênfase. São pequenos gestos que vão ferindo a ordem institucional e que terminam gerando a destruição dessa ordem. Não é o único caso. Vimos a expulsão do jornalista americano. Vimos a criação de uma entidade para controlar as informações. A cada dia, tenta-se isso legalmente. Às vezes, fechamos os olhos. Ilegalmente, não sabemos o que está sendo feito. Agora, estourou um caso. Casos como esse acontecem se houver tolerância para com os subordinados. Alguém fez isso. Se o Diretor da Polícia não identifica quem o fez, ele não merece ficar no cargo, por incompetência. Se ele identifica, ele tem de demitir a pessoa. Se ele não o fizer, o Ministro deve demitir o Diretor da Polícia. Se o Ministro não o fizer, ou o Presidente Lula dá um exemplo, demitindo uma pessoa tão respeitada por nós como o Márcio Thomaz Bastos, ou essa tolerância com esse fato levará a que seus subordinados, mesmo sem ordem dele, comecem a usar o sigilo bancário, o sigilo telefônico. A partir daí, espionar cada de um nós é um passo que será dado sem nem percebermos. De repente, acordamos com a sociedade absolutamente controlada pelo Governo.

**O SR. ANTERO PAES DE BARROS (PSDB – MT)**

– Agradeço a V. Ex<sup>a</sup> o aparte.

Os suspeitos são muitos. Não digo que a suspeição reside apenas e tão-somente na Polícia Federal. É estranho esse depoimento do Francenildo, que teve de entregar documentos à Polícia Federal. Minutos depois, sua conta bancária estava percorrendo as redações da imprensa brasileira. É muito estranho!

Quem tem interesse de desmoralizar o depoimento do caseiro? É evidente que o Ministro Palocci tinha interesse de desmoralizar o depoimento do caseiro! Quem pilota instituição financeira é subordinado à qual Ministério? A instituição financeira Caixa Econômica Federal é subordinada ao Ministro Palocci. De cara, há uma responsabilidade intransferível do Presidente da Caixa Econômica Federal, Sr. Jorge Mattoso, já constando do relatório parcial da CPI dos Bingos, de autoria do Senador Garibaldi Alves Filho.

Esse é um responsável imediato. Foi da instituição secular da Caixa Econômica Federal que saíram as informações, a jato, para a imprensa brasileira, levadas pelo Aerolula. É inaceitável.

O Ministro da Justiça orientou aquele pronunciamento do Presidente da República, lá de Paris, para dizer que a roubalheira das empresas públicas era caixa dois. Mas não o é. É muito mais grave do que caixa dois. Vem, agora, querer minimizar, tratando a questão como vazamento de informações. Mas não o é. É escandalosamente invasão de privacidade.

Não tenho dúvida alguma de que o Ministro da Justiça, Sr. Márcio Thomaz Bastos, precisa ser investigado. É impossível que o Estado brasileiro não dê uma resposta. O Senador Cristovam Buarque é Presidente de uma das mais importantes instituições do Senado da República e do Congresso Nacional: a Comissão de Direitos Humanos e Legislação Participativa. E isto aqui, Senador, atenta contra o direito da pessoa humana. O Brasil pode ser denunciado nas Cortes internacionais por não haver aqui segurança jurídica. Aqui, o Governo pensa que pode bisbilhotar a vida das pessoas.

Fico triste ao ouvir Senadores que antes defendiam o Estado democrático de direito defender que vão pedir a quebra do sigilo bancário do caseiro. Por que fico triste? Por um simples motivo. O inciso X do art. 5º eu já li. Não o vou reler em razão do tempo. Mas a Lei Complementar nº 105, Senador Arthur Virgílio e Senador Alvaro Dias, que trata da questão do sigilo das operações bancárias, diz, em seu art. 1º, § 4º:

A quebra do sigilo bancário poderá ser decretada, quando necessária para apuração de ocorrência de qualquer ilícito, em qualquer fase do inquérito ou do processo judicial, e especialmente nos seguintes crimes:

I – de terrorismo;

Em primeiro lugar, que ilícito cometeu o caseiro? Falar a verdade sobre o que testemunhou naquela casa de Ribeirão? Pode-se acusar o caseiro de terrorista? Não.



Continuo:

II – de tráfico ilícito de substâncias entorpecentes ou drogas afins [também não];

III – de contrabando ou tráfico de armas, munições ou material destinado a sua produção [também não];

IV – de extorsão mediante seqüestro [também não];

V – contra o sistema financeiro nacional [não é o caso];

VI – contra a Administração Pública [não; os que ele denunciou é que estão praticando crimes contra a administração pública];

VII – contra a ordem tributária e a previdência social;

VIII – lavagem de dinheiro ou ocultação de bens, direitos e valores;

IX – praticados por organização criminosa.

Vão enquadrar o caseiro onde? É inteiramente inaceitável que esses fatos estejam ocorrendo em um País em que se diz estar vigente o Estado democrático de direito.

Concedo um aparte ao Senador Alvaro Dias.

**O Sr. Alvaro Dias** (PSDB – PR) – Senador Antero Paes de Barros, V. Ex<sup>a</sup> tem razão. Cabe, sim, uma denúncia à Comissão de Direitos Humanos da Organização dos Estados Americanos, na qual, aliás, o Brasil foi condenado por mais de uma vez. É um atentado ao direito do cidadão trabalhador – o caseiro. Senador Antero Paes de Barros, o que espanta mais é o preconceito. As pessoas que autorizam, de forma ilegal, a quebra do sigilo bancário desse trabalhador insinuam que um trabalhador não tem o direito de ter conta bancária. É uma postura preconceituosa de quem entende ser impossível a um trabalhador brasileiro ter conta bancária e movimentar financeiramente modestos recursos, como é o caso, e passam a fazer insinuações, tentando fazer a ilação ridícula de que poderia ter sido o caseiro corrompido pela Oposição. Veja aonde chegamos, Senador Antero Paes de Barros! Esperamos que a CPI, amanhã, na reunião administrativa, aprove o requerimento que estou propondo, a fim de que a Polícia Federal instaure inquérito a respeito dos últimos fatos para ouvir o caseiro, o corretor de imóveis, o motorista e os freqüentadores dessa mansão do tráfico de influência. Agora, é dever da Polícia Federal instaurar inquérito, em face dos últimos acontecimentos, inclusive levando em conta a quebra do sigilo bancário do caseiro Nildo.

**O SR. ANTERO PAES DE BARROS** (PSDB – MT)

– Já estou chegando ao final, mas posso conceder um aparte ao Senador Mão Santa, Sr. Presidente?

**O SR. PRESIDENTE** (Romeu Tuma. PFL – SP)

– Peço que seja rápido, por favor.

**O SR. ANTERO PAES DE BARROS** (PSDB – MT)

– Concedo o aparte ao Senador Mão Santa.

**O Sr. Mão Santa** (PMDB – PI) – Com a compreensão do grande Presidente desta sessão, o Senador Romeu Tuma, farei este aparte, companheiro Senador – até esse termo foi um assalto do PT; não tem nada com o PT. Esse termo foi usado por um homem da minha geração, médico como eu, argentino, Che Guevara, que disse: “Se és capaz de tremer por indignação diante de uma injustiça em qualquer lugar que ocorra no mundo, és companheiro”. V. Ex<sup>a</sup> está incluído nesse termo. E eu represento o repúdio do Piauí a essa ignomínia, a essa vergonha, ao Governo do PT. Esse caseiro é um homem do Piauí, cristão. E a nossa tradição é que mandou para cá Petrônio Portella – esse sim, exemplo de justiça –, Evandro Lins e Silva, João Paulo dos Reis Velloso, Carlos Castello Branco. E o Francenildo é da mesma índole cristã da gente piauiense. Filho de mãe piauiense, de zona rural, de Nazario e de Teresina, que nasceu fruto de... Esse filho está lá. O que a Caixa Econômica Federal faz é um estupro à sua vida privada, à sua conta bancária, à tradição. E provou a dignidade dele. Todo o Piauí sabe. Ele tem um pai que é empresário e fez um depósito. E eles queriam nos culpar, a nós políticos, pelo depósito. Nós, políticos do Piauí, também nos lançamos, assim como V. Ex<sup>a</sup>, a advertir o mal que o PT está a praticar. Mas o perigo agora é para todas as instituições; ou seja, o Governo do PT, além de estar podre lá no Poder Executivo, está levando essa podridão à Caixa Econômica, que era uma instituição em que, desde menino, os pais piauienses faziam uma carteira de poupança – isso é da tradição – para os filhos. Essa credibilidade foi agora destruída pela falta de decência e de dignidade do Governo do PT.

**O SR. ANTERO PAES DE BARROS** (PSDB – MT)

– Agradeço o aparte de V. Ex<sup>a</sup>, Senador Mão Santa.

Para finalizar, Sr. Presidente, deixo claro aqui que há uma diferença nítida entre vazamento e quebra ilegal de sigilo bancário. O vazamento é de quem já obteve legalmente a informação e a difunde tendo a responsabilidade de manter o sigilo, e quebra ilegal é um crime grave. O Ministro, como jurista, como dos mais estudiosos do Direito, sabe perfeitamente disso. E é preciso que o Estado brasileiro apure esse atentado contra os direitos humanos praticados contra o Francenildo.

Se este Governo tivesse qualquer resquício ético, Antônio Palocci não seria mais Ministro; seria um Ministro virtual. Cometem-se violências desse tamanho para tentar protegê-lo. De nada valeu, piorou ainda mais a situação do Ministro.

Era o que eu tinha a dizer, Sr. Presidente.  
Muito obrigado.

*Durante o discurso do Sr. Antero Paes de Barros, o Sr. Alvaro Dias, suplente de Secretário, deixa a cadeira da Presidência, que é ocupada pelo Sr. Romeu Tuma.*

**O SR. PRESIDENTE** (Romeu Tuma. PFL – SP)  
– Muito obrigado, Senador Antero Paes de Barros.

Concedo a palavra à Senadora Ideli Salvatti, pela Liderança do Bloco. V. Ex<sup>a</sup> dispõe de cinco minutos, prorrogáveis por mais algum tempo.

**A SRA. IDELI SALVATTI** (Bloco/PT – SC. Como Líder. Sem revisão da oradora.) – Sr. Presidente, Sr<sup>as</sup> e Srs. Senadores, os últimos dias têm sido extremamente intensos entre determinações, decisões, declarações, e todas elas obviamente merecem o nosso respeito e a nossa atenção.

A primeira delas, que não tive a oportunidade de me reportar aqui na tribuna, é com relação à liminar concedida pelo Ministro César Peluso, no dia 16 de março, às 13 horas e 06 minutos, que suspendeu o depoimento em andamento do Sr. Francenildo.

Estamos aqui falando de Estado democrático de direito, de afronta aos ditames democráticos arduamente reconquistados pelo povo brasileiro, e entendo absolutamente relevante reproduzir aqui do trecho que embasou, de forma consistente, a liminar emitida pelo Ministro César Peluso ao Mandado de Segurança que, em boa hora, o Senador Tião Viana. Senador este que deve ser avaliado aqui de forma respeitosa por todos, porque outros Senadores também recorreram ao Supremo Tribunal Federal quando entenderam que a Constituição estava sendo afrontada, e nunca mereceram qualquer tipo de questionamento em plenário, de repúdio na imprensa, como infelizmente aconteceu com o Senador Tião Viana – ataque por todos nós aqui repudiado. S. Ex<sup>a</sup> estava no seu direito legítimo de recorrer ao Supremo Tribunal Federal, por entender que a forma como estava sendo conduzida a CPI dos Bingos afrontava artigo da Constituição segundo o qual a CPI tem que se vincular ao fato determinado que a originou.

Então, o trecho da liminar do Ministro Cezar Peluso que me traz à tribuna é o seguinte:

Mas é força convir em que, a levar a sério, como se deve, a justificação mesma do Requerimento nº 52/06 [o requerimento da oitiva do

Sr. Francenildo] não se encontra nenhum fato que, já provado, fora suscetível de se reputar conexo com o objeto formal da CPI, pois seus termos, sobre apoiarem-se basicamente em reportagens, aludem a supostos ilícitos que, não obstante possam fundamentar e legitimar a criação de outras tantas CPIs, em nada entendem com o fato determinado a que deve se ater a Comissão já criada.

Portanto, é muito forte e contundente o texto do Ministro Peluso. Em seguida, ele diz o seguinte:

Eventual partilha de dinheiro, em certo local, não tem por si só presunção alguma de que estaria ligada ao uso de casas de bingo para a prática de crimes de “lavagem” ou ocultação de bens, direitos e valores. Doutra modo, qualquer notícia ou reportagem sobre corrupção não poderia ser abrangida como alvo dessa CPI, a qual se transformaria numa Comissão Geral de Investigação da República, ou reviveria órgão análogo de épocas de autoritarismo.

Portanto, Senador Tião Viana, a liminar concedida pelo Ministro Peluso deixa no ar que determinado tipo de procedimento, afrontando texto constitucional, desfocando o fato determinado, colocando na CPI tudo aquilo que possa ser conveniente para a maioria obtida naquela CPI se assemelha e pode ser configurado como a Comissão Geral de Investigação da época da ditadura.

É nada mais nada menos isso o que está colocado no texto do Ministro Peluso: procedimentos que podem reviver fatos que nenhum de nós, Senador Tuma, quer ver neste País, ou seja, procedimentos equivalentes às Comissões Gerais de Investigação da época da ditadura. Portanto, eu não poderia deixar aqui de mencionar esse trecho da liminar do Ministro Peluso.

Por outro lado, houve uma série de questões trazidas ao plenário do Senado da República nesta tarde de segunda-feira que eu entendo ser de fundamental importância ressaltar. Vazamento tem sido uma constante, tem sido uma constante! Vazamento e quebra ilegal de sigilo têm sido uma constante! Infelizmente, dia sim, outro também, esse tipo de procedimento ocorre no Congresso Nacional e é veiculado pela imprensa. E todo e qualquer vazamento, toda e qualquer quebra ilegal de sigilo, violação do direito constitucional individual estabelecido no art. 5º da Constituição brasileira, deve ser por todos nós combatido, defenestrado, repudiado contundentemente. Mas, infelizmente, Senador Tuma, há dois pesos e duas medidas: quando o vazamento e a quebra ilegal atinge setores, pessoas, personalida-

des do Governo Lula, parece que é algo normal, pode acontecer, não tem nenhum problema.

Lembro-me, Senador Tião Viana, de que V. Ex<sup>a</sup> ficou rouco de pedir ao Presidente da CPI que verificasse como estavam sendo vazados determinados dados, inclusive com decisões do Supremo Tribunal Federal que impediam a quebra do sigilo de tais dados e que exigiam a reserva deles. Mas aí fizeram isso por vias transversas, por maneiras transversas, porque, por meio da quebra de sigilo de outras pessoas, chegaram àquela pessoa que não poderia ter sigilo quebrado, por determinação do Supremo. E foi parar nos jornais. Esse foi o caso do sigilo telefônico do Okamoto.

Houve outro expediente lamentável, Senador Romeu Tuma. O Sr. Buratti prestava depoimento sigiloso, reservado ao Ministério Público, mas o Procurador suspende o depoimento, dá uma coletiva, vaza todo o depoimento, que vai ao Jornal Nacional. No entanto, não vi aqui repúdio algum a essa atitude, porque obviamente aquele vazamento atingia pessoas do PT, do Governo Lula.

Outro exemplo foi o depoimento em que a comitiva foi a São Paulo, reservadamente, com o Toninho Barcelona – o Toninho sentado na cadeira maior, acima de todos nós, Senador Tuma, na ponta da mesa, comandando o espetáculo. O que aconteceu naquele depoimento sigiloso? Um parlamentar gravou o depoimento, que foi parar no Jornal Nacional. Era um depoimento reservado. A CPMI tinha tomado todo o cuidado para que ele reservado fosse. Mas vaza!

O ex-Deputado José Dirceu entrou na Comissão de Ética da Câmara contra o Deputado Onyx Lorenzoni porque houve vazamento do sigilo dele. E o processo está em andamento.

Então, há dois pesos e duas medidas. Isso é escandalosamente visível. Há o repúdio e a indignação, mas eu gostaria que todos tivessem a mesma indignação de forma equânime. Todos os vazamentos devem ser questionados, devem ser combatidos, devem ser impedidos. Toda quebra ilegal de sigilo, como aconteceu por via transversa, também tem que ser combatida. Mas não. Somente quando é um determinado caso.

É interessante, porque agora saiu da tribuna dizendo que precisa investigar o Ministro Márcio Thomaz Bastos pelos procedimentos. Quando S. Ex<sup>a</sup> apresentou o debate necessário a respeito do que acontece quando veiculados são sigilos e vazamentos que afrontam o texto constitucional, foi acusado de autoritário e foi acusado de cercear o sagrado direito da imprensa. A imprensa tem todo o sagrado direito, obviamente, de divulgar. Agora, não se pode afrontar o direito individual estabelecido na Constituição, pelos vazamentos sucessivos, que, na maior parte das vezes, 99% até

agora, tiveram como objetivo central desestabilizar, incriminar e criar situação de ingovernabilidade.

Não poderia deixar de mencionar ainda aspectos que me causam bastante apreensão. Vim a esta tribuna, pelo menos três vezes, comentar as análises qualitativas das pesquisas, não o percentual de voto – até considero irrelevante alguém ter mais ou menos percentual de intenção de votos neste momento –, mas as pesquisas qualitativas. Todas, da CNT/Sensus, do Datafolha, do Ibope, todas elas apresentam uma vinculação direta entre a melhoria da avaliação de Governo, de intenção de voto, às mudanças no cotidiano. É exatamente o combate à inflação, o aumento de renda, a diminuição do desemprego, a perspectiva concreta de 2006 ser um ano muito melhor que 2005. É este cenário extremamente melhor, positivo, vivenciado cotidianamente pela população em função das políticas adotadas pelo Governo Lula e, principalmente, as que têm vinculação diretamente com a condução da economia do País.

Sr. Presidente, Sr<sup>as</sup> e Srs. Senadores, pode ser só coincidência, pode ser só coincidência um recrudescimento do ataque ao Ministro Palocci.

*(Interrupção do som.)*

**A SRA. IDELI SALVATTI** (Bloco/PT – SC) – Já vou concluir, Sr. Presidente.

Espero que seja só coincidência. Perguntaram aqui a quem interessava desmoralizar o depoimento do caseiro, por meio da quebra de sigilo ilegalmente ou vazando informações. Quem tinha o interesse? Mas eu tenho também o direito de perguntar a que interesse servem determinados recrudescimentos do ataque ao Ministro Palocci.

**O Sr. Arthur Virgílio** (PSDB – AM) – Senadora, permite-me um aparte?

**A SRA. IDELI SALVATTI** (Bloco/PT – SC) – Pois não, Senador Arthur Virgílio.

**O SR. PRESIDENTE** (Romeu Tuma. PFL – SP) – Pediria a V. Ex<sup>a</sup> que fosse breve.

**O Sr. Arthur Virgílio** (PSDB – AM) – Senadora, V. Ex<sup>a</sup> há de convir comigo, aliás, defendi, até porque me interesse por matéria econômica, políticas macroeconômicas adotadas pelo Ministro Palocci talvez com mais ardor até e, com certeza, com mais ciência um pouco do que V. Ex<sup>a</sup>. Pergunto a V. Ex<sup>a</sup> se acha que, aqui, temos de dar um cheque em branco ao Ministro Palocci. Então, ele pode mentir, seus companheiros podem fazer negociatas, pode dizer que esteve onde não esteve, que não esteve onde esteve. Se alguém questiona que uma alta autoridade não deve se envolver em mentira, em negociatas ou andar com negociatas, então isso tem a ver com a desestabilização de

uma política que sempre defendi? Quero que V. Ex<sup>a</sup> preste atenção, pelo viés da coerência, porque não é o que se espera da Líder de um Partido do peso do seu, que tem a responsabilidade de ser a espinha da governabilidade que está aí. Eu não estou, em nenhum momento, criticando o grosso do que o Ministro Palocci faz em economia. Acho até que ele não fica como Ministro. Isso é tolice. Lula já sabe; é questão de mais dias. Que saibam substituí-lo por alguém bom como ele, correto como ele do ponto de vista técnico. Para mim, perdeu as condições morais, inclusive, de ficar à frente do Ministério. O Ministro Palocci não tem o direito, por ser um bom Ministro, de, a partir daí, não ter compromisso com a verdade, não ter compromisso com a ética pública. Não tem. É olharmos se ele está ou não está transgredindo... E mais ainda, se está ou não está diminuído; se está ou não está menor; se está ou não está pequeno; se está ou não está, hoje em dia, impedido de falar com autoridade sobre matéria econômica, com receio até de ser contestado. Ele está calado. Ele está com receio de ser contestado. Ele está entocado. Ele está com receio de aparecer à luz. Alguém que não pode ser visto, ser ouvido ou ser falado por jornalistas o dia inteiro é alguém que, sinceramente, já era; mas não por que alguém esteja boicotando a política econômica dele, que não é ruim, mas, sim, porque alguém não está conformado com o fato de ele ter mentido para a CPI, mentido para o Senado e faltado com a verdade até para segmentos que, como eu, acreditaram sobremaneira em tudo que ele havia dito até então. Chegou o momento que entornou o copo d'água. Com aquela gotinha que entornou, não deu para aturar mais.

**A SRA. IDELI SALVATTI** (Bloco/PT – SC) – Senador Arthur Virgílio, na última vez em que estivemos juntos aqui – e que acabou sendo reproduzido no principal jornal de comunicação televisiva... O Ministro Palocci é Ministro do Presidente Lula e tem, da parte do Presidente Lula, absoluta confiança.

Tive oportunidade de estar com o Presidente durante toda a sexta-feira passada, quando ele foi questionado por jornalistas e teve oportunidade de colocar publicamente, em três pronunciamentos, o reconhecimento que tem ao Ministro Palocci pelas ações que ele desenvolveu à frente do Ministério da Fazenda e pelo benefício que isso trouxe para a população brasileira, mudando o cotidiano das pessoas.

**O Sr. Arthur Virgílio** (PSDB – AM) – Estou reconhecendo isso agora.

**A SRA. IDELI SALVATTI** (Bloco/PT – SC) – Exatamente. Por isso, Senador Arthur Virgílio... Pena que eu não tenha aqui o editorial, que ficou lá embaixo.

**O Sr. Arthur Virgílio** (PSDB – AM) – Entendi que V. Ex<sup>a</sup> teria dito que é o Presidente Lula quem demite. É isso?

**A SRA. IDELI SALVATTI** (Bloco/PT – SC) – Exatamente.

**O Sr. Arthur Virgílio** (PSDB – AM) – Mas não é. Quem demitiu José Dirceu foi Roberto Jefferson. Lembra-se da história do “sai, Zé, sai rápido daí”? Daqui a pouco, chega outro e diz: “Sai, Palocci, sai rápido daí”. Vai ser assim.

*(Interrupção do som.)*

**A SRA. IDELI SALVATTI** (Bloco/PT – SC) – Sr. Presidente, peço a compreensão de V. Ex<sup>a</sup>, tendo em vista o aparte do Senador Arthur Virgílio, que me conceda um pouco mais de tempo.

**O SR. PRESIDENTE** (Romeu TUMA. PFL – SP) – Pode ter certeza de que proroguei o tempo de V. Ex<sup>a</sup>. Não tenho segurado nenhum minuto. Tenho tolerado e prorrogado permanentemente.

**A SRA. IDELI SALVATTI** (Bloco/PT – SC) – Agradeço-lhe muito, Senador.

Fiz, inclusive, a provocação fora do microfone. Como a prerrogativa é do Presidente, só outro presidente poderá colocar ou tirar.

**O Sr. Arthur Virgílio** (PSDB – AM) – Roberto Jefferson não é presidente e foi ele quem demitiu José Dirceu. Foi Roberto Jefferson.

**A SRA. IDELI SALVATTI** (Bloco/PT – SC) – Senador Arthur Virgílio, quem nomeia e quem mantém é o Presidente. Partindo do pressuposto...

**O Sr. Arthur Virgílio** (PSDB – AM) – Neste Governo, quem nomeia é Lula e quem demite é Roberto Jefferson. Ficou provado isso.

**A SRA. IDELI SALVATTI** (Bloco/PT – SC) – Não, Senador Arthur Virgílio, quem nomeia e quem demite é o Presidente Luiz Inácio Lula da Silva.

**O Sr. Arthur Virgílio** (PSDB – AM) – Mas quem disse “sai daí, Zé; sai logo daí, Zé”, foi Roberto Jefferson.

**A SRA. IDELI SALVATTI** (Bloco/PT – SC) – Se o Sr. Roberto Jefferson falou ou deixou de falar é irrelevante. Quem nomeia e quem demite é o Presidente da República. Se quiser dar palpite a respeito do ministro do Presidente Lula, o Brasil terá que eleger outro Presidente. Sei que V. Ex<sup>as</sup> estão muito ocupados em encontrar...

**O Sr. Arthur Virgílio** (PSDB – AM) – Palocci sairá antes, será demitido antes. Anote isso. Anote esse vaticínio. Não irá até o final. Anote isso. Está lhe falando uma pessoa experiente em matéria de política. Não irá até o final.

**A SRA. IDELI SALVATTI** (Bloco/PT – SC) – Senador Arthur Virgílio, V. Ex<sup>a</sup> pode devolver-me a palavra? Pode?

**O Sr. Arthur Virgílio** (PSDB – AM) – Claro.

**A SRA. IDELI SALVATTI** (Bloco/PT – SC) – Estou com a palavra. Quem tem o poder de tirar ou não o Ministro Palocci é o Presidente Luiz Inácio Lula da Silva. Quem tem o direito de tirar o Senhor Presidente Luiz Inácio Lula da Silva do cargo é somente o povo brasileiro nas eleições, nas urnas. Por isso, precisamos ter toda a calma do mundo. Sabemos de tudo que está ocorrendo na Oposição para encontrar as candidaturas mais adequadas, as alianças. Mas isso quem vai determinar é, lá na frente, o povo brasileiro.

Quero concluir, porque o que me trouxe à tribuna são as insinuações. Pena que eu não tenha trazido aqui o editorial do **O Globo**. Não é nenhum petista falando. Porque é assim: pressupõe-se que um está falando a verdade, mas o Ministro está mentindo. Um está falando a verdade, mas o Ministro está mentindo. Então, o que precisamos, de forma muito clara e contundente, é não ter dois pesos e duas medidas, formas diferenciadas de tratar coisas graves, como a questão da quebra ilegal de dados sigilosos, vazamento, porque há dois pesos e duas medidas escandalosamente colocados atualmente na divulgação no plenário e no comportamento da Oposição.

Então, temos que trazer isso. O Ministro Peluso disse, quando concedeu a liminar, que senão reviveria órgão análogo de épocas do autoritarismo. Essa declaração não é de qualquer pessoa, mas de um Ministro do Supremo. Determinados procedimentos, determinadas formas como se processam o ataque e o combate nesse período eleitoral, em alguns momentos lembram, sim, a época da ditadura. E não sou eu que estou dizendo. É nada mais nada menos do que um Ministro do Supremo, ao avaliar – ao conceder a liminar – a maneira como os assuntos vêm sendo tratados na CPI dos Bingos.

Por isso, Sr. Presidente, encerro minha fala. Se houver necessidade, depois me inscrevo novamente.

**O SR. HERÁCLITO FORTES** (PFL – PI) – Sr. Presidente, solicito a palavra para uma explicação pessoal a respeito de um assunto grave.

**O SR. PRESIDENTE** (Romeu Tuma. PFL – SP) – Concedo a palavra a V. Ex<sup>a</sup>, por cinco minutos.

O próximo orador é o Senador Rodolpho Tourinho.

**O SR. PAULO OCTÁVIO** (PFL – DF) – Sr. Presidente, tenho um requerimento da Minoria.

**O SR. ARTHUR VIRGÍLIO** (PSDB – AM) – Sr. Presidente, eu gostaria de saber em que lugar estou inscrito.

**O SR. PRESIDENTE** (Romeu Tuma. PFL – SP) – O Senador José Agripino está inscrito antes de V. Ex<sup>a</sup>.

**O SR. ARTHUR VIRGÍLIO** (PSDB – AM) – Antes do Senador Paulo Octávio?

**O SR. PRESIDENTE** (Romeu Tuma. PFL – SP) – Antes do Senador Paulo Octávio.

**O SR. ARTHUR VIRGÍLIO** (PSDB – AM) – E eu?

**O SR. PRESIDENTE** (Romeu Tuma. PFL – SP) – Depois, V. Ex<sup>a</sup>.

**O SR. ARTHUR VIRGÍLIO** (PSDB – AM) – Como orador inscrito?

**O SR. PRESIDENTE** (Romeu Tuma. PFL – SP) – Em seguida, fará uso da palavra o Senador Rodolpho Tourinho.

**O SR. HERÁCLITO FORTES** (PFL – PI. Para uma explicação pessoal. Sem revisão do orador.) – Sr. Presidente, agradeço a V. Ex<sup>a</sup> e peço desculpas aos companheiros, mas espero a compreensão de S. Ex<sup>as</sup> pela tolerância.

Há poucos minutos, fui abordado por vários jornalistas, principalmente de televisões brasileiras, que me indagaram sobre possível participação minha no caso que envolve o meu conterrâneo Francenildo e a quebra de seu sigilo.

Desde sexta-feira, tenho sido procurado por jornalistas com a informação truncada, com origem no Governo, de que eu seria o protetor do Francenildo e de sua família.

Em primeiro lugar, quero pedir desculpas porque fui omissivo; eu devia ter me colocado à disposição desse rapaz e de sua família desde o primeiro momento. Era meu dever. É um piauiense que, embora não o conheça, nem tampouco a sua família, está passando por um momento difícil. Como Senador, era meu dever tomar providência dessa natureza. Não o fiz em parte, talvez, porque o noticiário dizia que esse rapaz estava sob a proteção da Polícia Federal.

Pois bem. Hoje, a mãe, numa entrevista – não tenho conhecimento da entrevista – dada numa televisão em Teresina, disse que no Senado, em Brasília, estaria recebendo apoio meu e do Senador Mão Santa.

Sr. Presidente, que também é Corregedor desta Casa, o único apoio que dei – e tenho certeza de que foi nesses termos também que assim procedeu o Senador Mão Santa, que pode confirmar – foi o apoio da tribuna, o apoio moral e a presença na Comissão. Aliás, quero deixar claro que só tomamos conhecimento de que ele era piauiense, ele já sentado na Comissão para depor.

De forma que o Governo querer desviar os fatos e acusar a Oposição, no caso pessoal a mim, não me

intimida, não me curva, mas é, acima de tudo, uma insensatez e uma prova de desespero.

Sr. Presidente, como eu teria acesso a um sigilo bancário às oito e meia da noite? Como saberia, desde janeiro, que o Francenildo tinha algo a declarar e pedir a seu pai que lhe mandasse dinheiro para Brasília?

**O Sr. Arthur Virgílio** (PSDB – AM) – Mas quem disse que foi V. Ex<sup>a</sup>?

**O SR. HERÁCLITO FORTES** (PFL – BA) – Acabo de dar uma entrevista em que a imprensa me aborda sobre esse tema. A imprensa geralmente tem o direito de guardar a fonte, mas sei que as fontes são palacianas, são do Governo, são fontes maldosas, sem nenhum fundamento. Aliás, até a semana passada, Senador Antonio Carlos, eu era tido nesta Casa como defensor do Ministro Palocci, como protetor do Ministro Palocci, quando o seu Partido não o defendia.

**O Sr. Antonio Carlos Magalhães** (PFL – BA) – Isso tudo é a pesquisa, é a última pesquisa Data-Folha.

**O SR. PRESIDENTE** (Romeu Tuma. PFL – SP) – Eu pediria que não houvesse aparte porque V. Ex<sup>a</sup> está dando uma explicação pessoal, Senador, por favor.

**O SR. HERÁCLITO FORTES** (PFL – BA) – E, agora, o Partido fez as pazes com Palocci, resolveu mudar, não o combate mais e se abraça com a política do Ministro Palocci. E aí querem pegar a mim e ao Senador Mão Santa como bode expiatório.

Senador Corregedor, abro de antemão o meu sigilo bancário, telefônico e até do pensamento. Se descobrirem uma ligação, um contato meu com o Francenildo, com o pai do Francenildo, com a mãe do Francenildo e quem quer que seja que tenha ligação com o Francenildo, da data que quiserem à data que bem acharem... Agora, é lamentável que se use esse tipo de expediente.

A primeira informação, Senador Tião Viana, é de que, procurado em Teresina pelo Governo, o Governo do PT lá do Piauí deu informações de que isso era coisa de quem faz oposição aqui. É o caminho mais fácil.

Agora, venhamos e convenhamos, Senador Mão Santa, e vamos ser bem claros. Não estou acusando porque acho que esse sigilo saiu daqui. Mas nós temos episódios nebulosos, Senador Antonio Carlos Magalhães, no Piauí, envolvendo a Caixa Econômica. Na última campanha eleitoral, vazaram inclusive filmagens do circuito interno de televisão, para expor o candidato do nosso Partido. E quero lembrar que o Governador do Estado é funcionário da Caixa, foi Presidente do Sindicato, e a indicação do superintendente de lá é da sua lavra.

**O Sr. Antonio Carlos Magalhães** (PFL – BA) – Quem é esse B. de Sá?

**O SR. HERÁCLITO FORTES** (PFL – PI) – Quero deixar bem claro, para que não fique nenhuma dúvida: não conheço o Presidente da Caixa – nunca entrei na Caixa Econômica –, o Diretor da Caixa, o Superintendente, ou sei lá que diabo seja! Nunca entrei na Caixa Econômica do Piauí. Agora, não admito que fatos dessa natureza...

**O Sr. Antero Paes de Barros** (PSDB – MT) – Senador Heráclito.

**O SR. PRESIDENTE** (Romeu Tuma. PFL – SP) – Eu pediria que não houvesse aparte porque é uma explicação pessoal. Desculpe, Senador. Todos estamos com ele.

**O SR. HERÁCLITO FORTES** (PFL – PI) – Portanto, Senador José Agripino, estou fazendo esse registro aqui, mostrando a minha surpresa e indignação. Pensei no começo que fosse um fato isolado de um repórter aqui ou de outro por lá, mas hoje vi que não, que é uma decisão de Governo. Não vou me amedrontar com isso. Só exijo desta Casa que se apure até as últimas consequências esse episódio envolvendo esse caseiro, porque, ao que me parece, tem bem mais lama por trás disso do que até agora foi anunciado.

Eu nunca vi uma perseguição contra um cidadão que apenas disse que viu um Ministro numa casa suspeita. Se o Ministro nunca foi àquela casa, o que precisava? Manter a afirmação de que não foi e provar que não foi. Estava encerrado o episódio. Agora, querer encontrar na Oposição bode expiatório para o vazamento e para a quebra de sigilo bancário, não aceitaremos. A Oposição não aceita isso. A Oposição não tem acesso a esse tipo de sigilo nem a esse tipo de informação.

Portanto, Sr. Presidente, que é o Corregedor da Casa, coloco-me à disposição. Agora, gostaria que os caluniadores, se tiverem mandato, que coloquem também os seus sigilos à disposição e que se submetam à Comissão de Ética, porque irei levá-los até lá. Muito obrigado.

**O SR. PRESIDENTE** (Romeu Tuma. PFL – SP) – Senador Heráclito, V. Ex<sup>a</sup> invocou a Corregedoria, diria eu, com uma representação oral, em termos. Eu acho que há duas hipóteses. É claro que vou tomar providências e vou pedir o requerimento de V. Ex<sup>a</sup>.

A segunda, a agressão primária, foi à CPI dos Bingos. A apuração tem de ser acompanhada pela CPI dos Bingos, sem prejuízo da apuração individual do que atinge V. Ex<sup>a</sup>.

Então, vamos tomar as providências. Mas eu acho que a CPI dos Bingos não pode se afastar da apuração da ocorrência malfadada que está registrada em todos os jornais e revistas.

**O SR. HERÁCLITO FORTES** (PFL – PI) – Eu agradeço a V. Ex<sup>a</sup> e me coloco à inteira disposição para os esclarecimentos necessários.

**O SR. PRESIDENTE** (Romeu Tuma. PFL – SP) – Obrigado.

**O SR. PRESIDENTE** (Romeu Tuma. PFL – SP) – Passo a ler agora o requerimento que está sobre a mesa.

É lido o seguinte:

### REQUERIMENTO Nº 293, DE 2006

Requeremos, nos termos do art. 222, do Regimento Interno, seja aprovado Voto de Congratulações pelo transcurso do aniversário de noventa anos do ilustre brasileiro, baiano de Santo Amaro da Purificação, Monsenhor Gaspar Sadoc da Natividade.

#### Justificação

Padre por vocação, Monsenhor Gaspar Sadoc da Natividade – que prefere ser chamado apenas de “padre” – comemora hoje seu nonagésimo aniversário.

Gaspar Sadoc da Natividade nasceu em 1916, em Santo Amaro da Purificação. Em 1929, antes de completar 13 anos, mudou-se para Salvador, onde fez o curso básico no Seminário Menor São José, e filosofia e teologia no Seminário de São José Maior.

Ordenado em 1941, foi o primeiro vigário da Paróquia de São Cosme e São Damião, na Liberdade, onde ficou por sete anos. Depois, foi ajudar a construir a Paróquia Cristo Rei São Judas Tadeu, na Baixa de Quintas, e permaneceu no local por 17 anos. De lá, saiu para a Paróquia Nossa Senhora da Vitória, onde até hoje celebra missas e embevece a assistência de fiéis como um dos maiores oradores que a Bahia já produziu.

Como professor de latim ou história, lecionou no Ginásio Dom Macedo Costa e colégios da Polícia Militar e Sofia Costa Pinto, além da Escola Técnica. Foi também mestre de vários padres e bispos da arquidiocese.

É porque a Bahia está em festa nesse dia – e o Senado não pode faltar a ela – que apresento o presente Requerimento de Congratulações ao Padre Sadoc, à Paróquia de Nossa Senhora da Vitória e ao povo baiano.

Sala das Sessões, 20 de março de 2006. – **Antonio Carlos Magalhães**.

**O SR. ANTONIO CARLOS MAGALHÃES** (PFL – BA) – Peço a palavra para encaminhar, Sr. Presidente.

**O SR. PRESIDENTE** (Romeu Tuma. PFL – SP) – Para encaminhar, passo a palavra ao Senador Antonio Carlos Magalhães.

**O SR. ANTONIO CARLOS MAGALHÃES** (PFL – BA. Para encaminhar o requerimento. Sem revisão do orador.) – A Bahia está em festa, em particular Santo Amaro da Purificação, terra de Dona Canô, de Bethânia e de Caetano, pelos noventa anos do Padre Sadoc da Natividade, que é o Vigário-Geral da Arquidiocese de Salvador. É um padre por vocação, Sr. Presidente, que prefere ser chamado de padre a monsenhor, e que comemora noventa anos com uma lucidez notável, sendo talvez o maior orador sacro do Brasil. Nascido em 1916, em Santo Amaro, mudou-se, em 1929, para Salvador, onde fez o curso básico no Seminário Menor de São José e Teologia no Seminário de São José Maior.

Ordenado em 1941, foi o primeiro vigário da Paróquia de São Cosme e São Damião, onde ficou por sete anos. Depois de ajudar a construir a Paróquia do Cristo Rei São Judas Tadeu, onde ficou na Baixa de Quintas, permaneceu no local 17 anos, sendo queridíssimo nesse local. De lá foi para a Paróquia Nossa Senhora da Vitória, a minha Paróquia, onde até hoje celebra missas, batizados, casamentos e, sobretudo, é um grande orador sacro da Bahia.

Sempre recordo que ele se encaminhou juntamente com Dom Eugênio Araújo Sales, quando este foi nomeado Cardeal do Rio de Janeiro. Os oradores foram dois baianos: Padre Sadoc da Natividade e Pedro Calmon, dois brilhantes baianos. E ninguém pode dizer hoje quem fez a melhor homilia ou discurso, se foi Pedro Calmon ou se foi Padre Sadoc. Padre Sadoc é uma entidade na Bahia.

Todos nós aqui estamos felizes. Acabamos de falar com ele. Neste instante está havendo – ou vai haver às 18 horas – uma missa solene onde toda Bahia estará presente. Ele está inteiro aos 90 anos, lícido, perfeito. É afro-descendente. E continua a trabalhar pela Igreja, com o apoio de vários cardeais. E ainda agora o tem do Cardeal Dom Geraldo Majela, que é o Arcebispo Primaz de Salvador e o Presidente da Conferência Nacional dos Bispos do Brasil.

Padre Sadoc merece essa homenagem do Senado. Daí por que eu peço a V. Ex<sup>a</sup> que coloque em votação e faça chegar à família baiana e ao Padre Sadoc esse nosso requerimento da Bancada baiana.

Muito obrigado a V. Ex<sup>a</sup>.

**O SR. PRESIDENTE** (Romeu Tuma. PFL – SP) – Muito obrigado a V. Ex<sup>a</sup>.

**O SR. RODOLPHO TOURINHO** (PFL – BA) – Peço a palavra para encaminhar, Sr. Presidente.

**O SR. PRESIDENTE** (Romeu Tuma. PFL – SP) – Senador Rodolpho Tourinho, V. Ex<sup>a</sup> é o próximo orador.

**O SR. RODOLPHO TOURINHO** (PFL – BA. Para encaminhar o requerimento. Sem revisão do orador.) – Sr. Presidente, somente quero, neste momento, associar-me a essas homenagens ao Padre Sadoc e subscrever tudo aquilo que foi dito aqui pelo Senador Antonio Carlos Magalhães em homenagem a esse grande santo-amarense e orador sacro que é o Padre Sadoc.

**O SR. CÉSAR BORGES** (PFL – BA) – Sr. Presidente, peço a palavra.

**O SR. PRESIDENTE** (Romeu Tuma. PFL – SP) – A Mesa convida V. Ex<sup>a</sup>, Senador Tourinho, para assinar o requerimento.

Com a palavra o Senador César Borges.

**O SR. CÉSAR BORGES** (PFL – BA. Para encaminhar o requerimento. Sem revisão do orador.) – Sr. Presidente, eu também quero me associar a essa homenagem tão justa prestada pelo Senador Antonio Carlos Magalhães – o grande amigo do Padre Sadoc – quando ele completa 90 anos de vida dedicada à sua fé e ao povo baiano.

Eu tenho a maior admiração pelo Monsenhor Sadoc pela sua dedicação a todos os seus paroquianos e à sua querida Santo Amaro, que também deve ser homenageada neste momento.

Portanto, eu me associo – e o assinarei com a maior satisfação – a esse requerimento, a esse voto de congratulação de iniciativa do Senador Antonio Carlos Magalhães.

**O SR. HERÁCLITO FORTES** (PFL – PI) – Sr. Presidente, peço a palavra para encaminhar.

**O SR. PAULO OCTÁVIO** (PFL – DF) – Sr. Presidente, peço a palavra.

**O SR. PRESIDENTE** (Romeu Tuma. PFL – SP) – Concedo a palavra, para encaminhar, ao Senador Heráclito Fortes. E, em seguida, ao Senador Paulo Octávio.

**O SR. HERÁCLITO FORTES** (PFL – PI. Para encaminhar o requerimento. Sem revisão do orador.) – Sr. Presidente, é com a maior alegria que eu me associo ao requerimento do Senador Antonio Carlos Magalhães nessa homenagem que presta ao Monsenhor Gaspar Sadoc da Natividade.

Quero dizer que tive a oportunidade de conhecê-lo, inclusive, na casa do Senador Antonio Carlos Magalhães, apresentado a ele que fui pelo meu grande amigo, Luís Eduardo Magalhães, e tive a oportunidade de, em três ou quatro ocasiões, ouvi-lo por diversas vezes. Uma cultura fantástica, um homem simples e, acima de tudo, atualizado com sua gente

e com o seu tempo. Era, talvez, uma das pessoas a quem – e o Senador sabe bem disso – o Deputado Luis Eduardo Magalhães admirava, exatamente pelo seu comportamento com relação aos caminhos que a Igreja aqui tomava.

Portanto, associo-me a V. Ex<sup>a</sup> por esta justa homenagem que presta.

**O SR. PRESIDENTE** (Romeu Tuma. PFL – SP) – Concedo a palavra ao Senador Paulo Octávio.

**O SR. PAULO OCTÁVIO** (PFL – DF. Para encaminhar a votação. Sem revisão do orador.) – Sr. Presidente, não tive o privilégio de conhecer o Monsenhor Gaspar Sadoc da Natividade, amigo do Senador Antonio Carlos Magalhães, mas em nome da grande Bancada baiana que temos em Brasília – temos quase 40 mil baianos e muitos deles conviveram com o Monsenhor Sadoc...

**O SR. ANTONIO CARLOS MAGALHÃES** (PFL – BA) – Seus eleitores.

**O SR. PAULO OCTÁVIO** (PFL – DF) – Deus te ouça, Senador! Quero me solidarizar – e também ter o privilégio de assiná-lo – com o requerimento encaminhado pelos Senadores da Bahia.

**O SR. PRESIDENTE** (Romeu Tuma. PFL – SP) – Senador Antonio Carlos Magalhães, esta Presidência pede licença para endossar o requerimento de V. Ex<sup>a</sup>. Quando V. Ex<sup>a</sup> diz que um homem é santo é porque ele é mesmo.

A Presidência comunica ao Plenário que os votos de congratulações serão encaminhados conforme a solicitação feita.

O requerimento vai ao Arquivo.

Estou admirado com a postura da Senadora Patrícia, observando V. Ex<sup>a</sup> falar sobre o padre. Como ela já é uma presença meio santificada nesta Casa, ilustrou o discurso de V. Ex<sup>a</sup> com um olhar fixo em suas palavras.

**O SR. PRESIDENTE** (Romeu Tuma. PFL – SP) – Lerei a ordem de inscrição e de Lideranças dos Srs. Senadores. O primeiro inscrito é o Senador Rodolpho Tourinho, em seguida falará o Senador José Agripino como Líder, depois o Senador Arthur Virgílio como inscrito, o Senador Paulo Octávio como Líder da Minoria por delegação, em seguida o Senador César Borges como inscrito e o Senador Cristovam Buarque, também como inscrito.

Com a palavra o Senador Rodolpho Tourinho, por dez minutos.

**O SR. RODOLPHO TOURINHO** (PFL – BA. Pronuncia o seguinte discurso. Sem revisão do orador.) – Sr. Presidente, Sr<sup>as</sup> e Srs. Senadores, o Senador Antonio Carlos Magalhães trouxe, hoje, um assunto importante: o Banco Popular do Brasil. Quero dizer que, enquanto



todos os Bancos, neste País, ganham dinheiro, o Banco Popular do Brasil perde dinheiro.

Quero fazer uma outra afirmação aqui, dizendo o seguinte: ele vai quebrar, Senador Antonio Carlos. Em seis meses, matematicamente, esse Banco vai quebrar, porque, a continuar como está, com o desempenho que demonstrou em 2005, ele terá que constituir uma provisão de tal forma, para aquilo que está vencido, que vai ficar com o patrimônio líquido negativo. E o Banco Central será obrigado a fazer uma intervenção nesse Banco. Essa é a primeira colocação que faço.

Vou até analisar alguns dados do seu balanço publicado...

**O SR. PRESIDENTE** (Romeu Tuma. PFL – SP)

– Há um orador na tribuna. Por favor!

**O SR. RODOLPHO TOURINHO** (PFL – BA) – Balanço publicado na calada da noite do carnaval. Ele tinha um patrimônio líquido, em dezembro de 2004, de cerca de R\$90 milhões. Fecha dezembro de 2005 com R\$28,8 milhões, representando, pois, uma perda de R\$62 milhões. É bom lembrar que esse Banco foi constituído com aporte do Governo Federal de cerca de R\$90 milhões, que foi o que se constituiu, inicialmente, no seu patrimônio líquido.

O que é o crédito de liquidação? São aquelas operações que o banco é obrigado a lançar a prejuízo depois que elas ficam, determinado tempo, vencidas por 60 ou 90 dias, Senador César Borges. Esse aumento do crédito de liquidação que ocorreu ao longo desse tempo levou a que um terço das suas operações “em ser” da sua carteira tenha sido levado a crédito de liquidação. É um número absurdamente alto e que não dá para entender.

No momento em que se analisa essa própria carteira, verifica-se que cerca de 50% da carteira hoje estão vencidos. Não estou tirando conclusões. Essa é a Nota 6 do relatório do banco sobre o seu balanço. Está lá escrito. E dois terços desses 50% estão vencidos há mais de 90 dias. Quem tem algum conhecimento de banco sabe que operações vencidas com 90 dias são operações de difícil recebimento, são operações não viáveis daí para frente. A consequência disso, então, é que o Banco se descapitalizou, mais uma vez, e viu seu patrimônio líquido reduzido de 90 para 28. Em 18 meses de atividade, um ano e meio, Senador Romeu Tuma, 75% do patrimônio líquido foi perdido, foi jogado fora.

O exame da demonstração de lucros e perdas demonstra que o Banco está perdendo dinheiro operacionalmente, fruto do grande volume de operações vencidas.

O Senador Antonio Carlos Magalhães referiu-se aqui à ímpolita figura do Sr. Ivan Guimarães, consi-

derado um grande mestre na arte de tomar conta de bancos. Naquele tempo, o que havia? No primeiro ano em que o banco operou, em seis meses, gastou R\$ 24 milhões em publicidade. Anunciou, quando houve a intervenção do Senador Tasso Jereissati e a minha, sobre esse caso – aliás, o Governo ficou de dar informações e nunca o fez –, que iria gastar, em 2005, mais R\$ 20 milhões. Se não tivesse havido essa intervenção de nossa parte, diria que, hoje, o banco estaria quebrado porque teriam gastado dos R\$ 20 milhões e consumido quase todo o patrimônio líquido. Não gastaram. Gastaram apenas R\$ 2 milhões em 2005, depois das denúncias feitas neste Plenário, na Comissão em que se analisava a questão do Banco Popular do Brasil.

Com isso, verificamos aquilo que eu já disse e repito: com mais algum tempo, em seis meses, o Banco vai quebrar. não tenho a menor dúvida. E ainda: algumas receitas contabilizadas e que são difíceis de serem entendidas, dando até a perceber que alguma coisa de relação com o Banco do Brasil ainda existe de forma não muito clara, desde que, nas notas do balanço, é esquisito reparar que R\$ 9 milhões foram repassados pelo Banco do Brasil ao Banco Popular do Brasil por serviços prestados.

Ora, esses Bancos fazem a mesma coisa. Aliás, quando digo isso, é porque não havia nenhuma razão para esse Banco ter sido criado porque ele faz bancalização, ou seja, ele quer aquele processo de inclusão bancária das populações mais carentes ou que tem menos recursos. Mas isso o Banco do Brasil faz. Isso a Caixa Econômica faz, Senador César Borges. E não tem o menor sentido se criar um banco para fazer isso. Porque ele não trabalha no microcrédito orientado. Esse é que o grande problema. Porque, se trabalhasse dentro daquilo que foi estabelecido do microcrédito orientado, creio que haveria alguma defesa. Mas o que ele tem feito é comprar carteira de outros bancos. E já vimos como o BMG e o Banco Rural foram beneficiados nesse processo com a Caixa Econômica Federal e com outros bancos estatais e, sobretudo, propiciando um grande aumento do crédito que elevou o consumo ao valor que nunca existiu, oriundo basicamente desse aumento do crédito, sobretudo naquelas operações consignadas, discutíveis mais do que nunca quando feitas com aposentados, que não têm a menor condição de ter uma renda adicional que venham a pagar e fazer face a juros, por mais baixos que sejam.

Dentro dessas condições, operando mal como opera, não entendo primeiro por que foi feito e afirmo tranquilamente que, não estando ele inserido no contexto do microcrédito produtivo, concorrendo com o Banco do Brasil e com a Caixa Econômica Federal,

com o que os bancos estatais fazem, descapitalizando-se, vai necessitar de recursos.

Concedo, com muito prazer, um aparte ao Senador César Borges.

**O Sr. César Borges** (PFL – BA) – Senador Rodolpho Tourinho, V. Ex<sup>a</sup> trata de uma gestão desastrosa à frente do Banco Popular. Tudo leva a crer, segundo o que ouvimos do Sr. Ivan Guimarães na CPI dos Correios, que esse Banco foi criado para fazer parte do valerioduto, porque efetivamente o que fez foi contratar as empresas do Sr. Marcos Valério para transferir esses recursos. E o Sr. Ivan Guimarães é conhecido, da origem sindicalista do próprio Banco, como um grande captador de recursos para o Partido dos Trabalhadores. O que menos fez foi crédito e, quando o fez, procedeu dessa forma, promovendo uma inadimplência inacreditável. Gostaria de fazer a V. Ex<sup>a</sup> uma pergunta. O Banco está quebrado do ponto de vista do patrimônio líquido; está indo para a insolvência. Mas, evidentemente, tem uma controladora, que é o Banco do Brasil. O Governo, como disse V. Ex<sup>a</sup>, disponibilizou o capital. Então, esse Banco vai sobreviver, Senador Rodolpho Tourinho, porque o Governo vai aportar recursos do Banco do Brasil, do próprio Governo Federal, recursos dos contribuintes, que poderiam estar sendo aplicados em saúde, educação, para manter essa gestão desastrosa, utilizando os recursos sagrados do contribuinte brasileiro. Pergunto a V. Ex<sup>a</sup> se é essa a conclusão. Porque o Governo ou o Banco do Brasil deixam fechar o Banco e ele quebrar, ou vai capitalizá-lo para não quebrar. E capitalizando, o faz com recursos do contribuinte, que será desviado. Pergunto-lhe se essa análise é a correta.

**O SR. RODOLPHO TOURINHO** (PFL – BA) – Senador César Borges, é absolutamente perfeita a sua análise. O Banco tem uma das maiores inadimplências de que já ouvi falar, que é jogar em prejuízo um terço da sua carteira, 33% de sua carteira. Isso é, pelo menos, dez vezes maior do que a média do mercado do setor privado. Então, ele não tem a menor condição de, no prazo de seis meses, reverter a posição que, matematicamente, o levará a um patrimônio líquido negativo. Se se transformar em patrimônio líquido negativo, só há duas hipóteses: a primeira é a intervenção ou liquidação pelo Banco Central; a segunda é de que o dinheiro do contribuinte brasileiro seja novamente aportado, como foi da primeira vez – foram cerca de 90 milhões –, para salvar o Banco. E outra vez, como esse Banco não tem conserto nem finalidade, ele vai outra vez consumir – garanto desta tribuna – aquilo que for aportado como aumento de capital.

De forma que não vejo outra saída a não ser a de encerrar imediatamente as atividades desse Banco

ou já preparar recursos do contribuinte brasileiro para mais um rombo que verificamos neste momento.

Muito obrigado, Sr. Presidente.

**O SR. PRESIDENTE** (Romeu Tuma. PFL – SP) – Agradeço a V. Ex<sup>a</sup> pelo cumprimento do horário.

**O SR. TIÃO VIANA** (Bloco/PT – AC) – Sr. Presidente, peço a palavra pela ordem.

**O SR. PRESIDENTE** (Romeu Tuma. PFL – SP) – Concedo a palavra a V. Ex<sup>a</sup> pela ordem, Senador Tião Viana.

**O SR. TIÃO VIANA** (Bloco/PT – AC. Pela ordem. Sem revisão do orador.) – Sr. Presidente, informo a V. Ex<sup>a</sup> que estou encaminhando neste momento um requerimento ao Presidente do Senado Federal com amparo no art. 4º, § 2º, da Lei Complementar nº 105, de 2001, nos termos do art. 8º, § 3º, do Ato da Mesa nº 01, de 2001, e com base também no art. 10a, da Lei nº 9.613/98, para que haja o fornecimento à Casa do sigilo bancário, conta bancária, poupança e tudo o que determina a abertura de sigilo bancário de um cidadão, cartão de crédito também, do Sr. Francenildo dos Santos Costa, desde o dia 1º de janeiro de 2006 até a data de hoje.

Isso é um ato que pode, no final, confirmar todo o entendimento do caseiro, de que venha a ser vítima de alguma conspiração política, para desqualificá-lo ou pode colocar a verdade nos termos. O que importa é que a verdade seja devidamente apurada e apresentada com transparência à sociedade brasileira.

**O SR. ANTONIO CARLOS MAGALHÃES** (PFL – BA) – Peço a palavra pela ordem.

**O SR. ARTHUR VIRGÍLIO** (PSDB – AM) – Peço a palavra pela ordem.

**O SR. TIÃO VIANA** (Bloco/PT – AC) – Agradeço a V. Ex<sup>a</sup> o encaminhamento processual legítimo dessa matéria.

**O SR. ANTONIO CARLOS MAGALHÃES** (PFL – BA) – Com uma emenda para Paulo Okamoto também.

**O SR. ARTHUR VIRGÍLIO** (PSDB – AM) – Peço a palavra pela ordem, Sr. Presidente.

**O SR. ANTONIO CARLOS MAGALHÃES** (PFL – BA) – Porque o Senador Tião Viana disse que vai votar Okamoto, que ele não votou na Comissão dos Bingos.

**O SR. TIÃO VIANA** (Bloco/PT – AC) – Senador Antonio Carlos, na Comissão dos Bingos, isso não era adequado do ponto de vista processual, regimental e constitucional. O meu entendimento da quebra do sigilo do Sr. Okamoto aqui o é. Peço a V. Ex<sup>a</sup> que determine que seja feito...

**O SR. ANTONIO CARLOS MAGALHÃES** (PFL – BA) – V. Ex<sup>a</sup> já havia votado uma vez.

**O SR. TIÃO VIANA** (Bloco/PT – AC) – Não; fui contrário.

**O SR. ANTONIO CARLOS MAGALHÃES** (PFL – BA) – Okamoto, não; a primeira vez votou a favor.

**O SR. TIÃO VIANA** (Bloco/PT – AC) – Acho que o único voto a favor foi o meu, Senador Antonio Carlos. Vamos apurar e trazer à lembrança.

**O SR. ANTONIO CARLOS MAGALHÃES** (PFL – BA) – Não.

**O SR. TIÃO VIANA** (Bloco/PT – AC) – O único pedido é que não seja emenda, mas que seja feito um requerimento nos mesmos termos, que não haverá nenhuma objeção da minha parte.

**O SR. ANTONIO CARLOS MAGALHÃES** (PFL – BA) – Eu farei nos mesmos termos para que se votem ambos juntos.

**O SR. ARTHUR VIRGÍLIO** (PSDB – AM) – Sr. Presidente, peço a palavra pela ordem.

**O SR. PRESIDENTE** (Romeu Tuma. PFL – SP) – Concedo a palavra, pela ordem, sobre o mesmo tema, ao Senador Arthur Virgílio.

**O SR. ARTHUR VIRGÍLIO** (PSDB – AM. Pela ordem. Sem revisão do orador.) – Sr. Presidente, faço um intróito que se refere ainda ao pronunciamento da Líder do PT, porque há uma diferença muito grande entre se ter ido ao Supremo para garantir uma CPI que iria investigar e se ir ao Supremo para obstaculizar a investigação. Essa é uma diferença grande.

A Senadora referiu-se também a vazamento. Vazamento é uma coisa, quebra de sigilo do jeito que foi feita configura algo muito mais grave. No episódio ao qual S. Ex<sup>a</sup> se referiu também, do Sr. Onyx Lorenzoni, do PFL, o Deputado acusado de vazamento trabalhou com uma sessão onde todos ali estavam, com documentos que não tinham por que ficar escondidos. Qualquer um poderia ter feito aquilo.

Entendo, Sr. Presidente, que não podemos fugir do fato de que, se há denúncia de corrupção e se há a denúncia de irregularidade, ela tem que ser investigada.

Mas vou fazer um adendo, vou me dispor a assinar, com o Senador Antonio Carlos Magalhães, seguindo a sugestão de S. Ex<sup>a</sup>, esse requerimento pedindo a quebra dos sigilos do Sr. Paulo Okamoto. Entendo que seria possível se fazer isso na Comissão sim; entendo que não há por que não se abordar por aqui também. Nós dois faremos nos mesmos termos que ele sugere para o Sr. Francenildo, apenas mudaremos os nomes. Agora, com uma diferença: vamos abrir a caixa preta do Sr. Okamoto, mas de maneira policialesca, inclusive com uma grave ameaça para a vida do Sr. Francenildo, que perdeu a confiança na Polícia Federal. Não sei se foi ela, mas ele acusa a Polícia Federal de ter tirado os

documentos dele e, a partir daí, ter quebrado o sigilo. E eu dizia hoje à Senadora Heloísa Helena, que foi quem me deu a notícia, que não precisa necessariamente ter sido a Polícia Federal. O Governo pode ter, a essa altura, domínio sobre o sigilo do Senador José Agripino ou sobre o meu e não precisa estar com o meu documento nas mãos. Existem meios eletrônicos, existem meios de informática que facilmente satisfariam esse desejo policialesco do Governo.

Denuncio o fato de que vimos, em 24 horas, quebrado o sigilo do Sr. Francenildo, o jovem caseiro de 24 anos que cometeu o crime de dizer que viu o Sr. Palocci na casa das negociatas, aonde ele disse que não ia, e não conseguimos, em quatro meses, quebrar o sigilo do Sr. Paulo Okamoto.

Fico feliz, Senador Tião Viana, com a sua decisão de apoiar o nosso requerimento. Do mesmo modo, não me oponho à quebra do sigilo do Sr. Francenildo, portanto a apoio, porque apenas a verdade deve vir à tona, de uma vez por todas. Mas tentei fazer a diferença entre vazamento e esse crime de quebra de sigilo; entre o vazamento, que poderia corresponder à leviandade de alguém que quisesse sair de noite no Jornal Nacional – e não foi esse, nem de leve, o caso do Deputado Onyx Lorenzoni –, e o crime que representa um estado policial em marcha neste País, um estado policial contra o qual todos devemos nos insurgir. Nenhuma ditadura, nenhum regime autoritário começa com tudo. Começa sempre do nada, geralmente com uma figura ridícula, e temos na república do rabo preso várias figuras ridículas. Hitler parecia uma figura ridícula no começo. Começa com uma figura grotesca, como o Sr. Chávez, e vai, aos poucos, fazendo cair os pilares da democracia; vai, aos poucos, fazendo cair a resistência daqueles que se opõem aos golpes que seriam intentados mais adiante.

A quebra de sigilo é grave! O que fizeram ilegalmente é grave! Significa a violência contra um homem humilde como ele, mas significa uma ameaça sobre todos aqueles que possam ameaçar o projeto de poder que aí está, já que projeto de País não existe, e projeto de Governo tampouco.

Portanto, entendo que devo assinar o requerimento com o Senador Antonio Carlos Magalhães, se S. Ex<sup>a</sup> não se opuser. Assinarei o requerimento e, Senador Tião Viana, endosso todas as quebras de sigilo que V. Ex<sup>a</sup> sugeriu em relação ao Sr. Francenildo e concordo com elas.

Sr. Presidente, vou dar um palpite pessoal meu. Houve pessoas do Governo, do PT, dizendo que iria surgir uma notícia. Parece até que alguns sabiam que ia sair uma notícia envolvendo esse tal depósito. Observe como esse Governo começa a ter muito

azar. Preste atenção, Sr. Presidente, como começa a ter azar. Caseiro, geralmente, é gente pobre. Caseiro com R\$25 mil na conta e com movimentação de R\$38 mil talvez só haja esse, em Brasília. Talvez não exista outro. Então, quebraram criminosamente o sigilo do caseiro. Chegaram lá, viram que ele tinha uma movimentação de conta anormal, acima do que seria de se esperar da conta de um caseiro, e depois quebraram a cara quando ele mostrou que tinha procedência e que havia lá o homem do Piauí, pai dele. Eu não gosto dessa expressão “pai natural”, pois pai verdadeiro, para mim, pode ser natural ou não, pode ser no papel ou não. Os dois são pais naturais. Todo aquele que é pai mesmo é pai natural. Mas se chama assim, nesse linguajar meio conservador, de “pai natural”. Ele mostrou recibos, enfim. E o que passou imediatamente pela cabeça da cúpula do Governo – e estou cada dia mais distante do Sr. Thomaz Bastos – foi o seguinte: “Eles da Oposição subornaram; eles da Oposição deram dinheiro a ele; eles da Oposição fizeram o caseiro, a soldo de dinheiro, fazer a denúncia que fez”. Porque se acostumaram, talvez, eles do Governo, com a idéia da propina, com a idéia do suborno, com a idéia de entender que esse é o método, que essa é a forma de se governar o País. Se foi assim o mensalão, por que não seria assim agora com o caseiro, de nossa parte? Se é possível de lá, por que os daqui não o fariam também? Simplesmente quebraram a cara, Sr. Presidente, porque tem dinheiro do Piauí, do empresário de ônibus, os recibinhos na mão dele. É um azar danado. Quando eles viram dinheiro na conta de um caseiro pobre, falaram: “Ih! Meu Deus, isso deve ter sido R\$5 mil do Antonio Carlos, R\$5 mil do Arthur Virgílio, R\$5 mil do José Agripino, R\$5 mil do Heráclito, R\$5 mil não sei de quem, no total, trinta mil e não sei quantos”. Quebraram a cara!

Começam a dar azar, juntando com o fato de que a última pesquisa DataFolha é muito auspiciosa: o Governador Alckmin mal dá os primeiros passos e já cresce seis pontos, Lula cai um, assim como, quanto aos indicadores do Governo, alguns poucos se estabilizaram e os demais todos se deterioraram. Isso é sinal de que parou aquela fase de se falar sozinho, de não se ter contraponto. Já se começa novamente a oferecer uma opção à Nação.

De qualquer maneira, vale a pena quebrar o sigilo que já estava quebrado e vale a pena termos o apoio significativo desse homem público que eu respeito e que tem um saldo enorme em conta corrente nesta Casa, pelo que já fez pelo País e pelo que já fez de diálogo democrático com a Oposição, o Senador Tião Viana. Vale a pena ter o apoio dele, pelo que representa de prático e de simbólico, para finalmente conseguirmos

fazer isto que já é anseio dos editorialistas de jornais, é o anseio do cidadão comum das ruas, é o anseio de todos de bem deste País: ver o que há e o que não há por trás das contas desse homem misterioso, essa espécie de bombril de mil e uma utilidades da República que é o Sr. Paulo Okamoto.

De minha parte, eu assino um. Se for o caso, estou pronto para assinar os dois. Assino mais oito ou dez, se aparecerem.

**O SR. ANTERO PAES DE BARROS** (PSDB – MT)  
– Pela ordem, Sr. Presidente.

**O SR. PRESIDENTE** (Romeu Tuma. PFL – SP) – Senador Antero Paes de Barros, é sobre o assunto?

**O SR. ANTERO PAES DE BARROS** (PSDB – MT)  
– É sobre o assunto.

**O SR. PRESIDENTE** (Romeu Tuma. PFL – SP)  
– Então, tem V. Ex<sup>a</sup> a palavra.

**A SRA. IDELI SALVATTI** (Bloco/PT – SC) – Pela ordem, Sr. Presidente.

**O SR. PRESIDENTE** (Romeu Tuma. PFL – SP)  
– Senadora, é sobre o assunto também?

**A SRA. IDELI SALVATTI** (Bloco/PT – SC) – Pelo art.14, por ter sido citada.

**O SR. PRESIDENTE** (Romeu Tuma. PFL – SP) – Senador José Agripino, também é sobre o assunto?

**O SR. JOSÉ AGRIPINO** (PFL – RN) – Eu estou inscrito como Líder.

**O SR. PRESIDENTE** (Romeu Tuma. PFL – SP)  
– Sim. Mas é somente para terminar o assunto.

Eu pediria urgência para terminarmos a solicitação do Senador Tião Viana.

**O SR. ANTERO PAES DE BARROS** (PSDB – MT. Pela ordem. Sem revisão do orador.) – Está bem. Eu vou encaminhar o assunto.

Eu fico triste. Com muita sinceridade, fico triste. Se partisse de uma figura menos querida, isso não me assustaria tanto. Mas fico triste quando o Senador Tião Viana propõe isso.

Senador Tião, o que o PT deveria fazer era propor a esse caseiro o que propôs àquele cidadão dos Correios que achou os dez mil e os devolveu. Esse cidadão não é para ser investigado, mas é para ser condecorado!

Não existe nada, absolutamente nada na lei que autorize o Senado da República a endossar a violência do PT, a violência de setores do Governo que invadiram a conta do caseiro. Por que isso? Quebrar o sigilo bancário do caseiro? Está quebrado! Está quebrado o sigilo do Sr. Francenildo. Ou não está?

Ele deu o depoimento de manhã e, no outro dia, estava nas redações dos jornais.

**O Sr. Antonio Carlos Magalhães** (PFL – BA)  
– Eles só arrombam porta aberta.

**O SR. ANTERO PAES DE BARROS** (PSDB – MT) – Estava na redação dos jornais. Querer fazer troca disso? O cidadão é simples e é honrado. O Sr. Paulo Okamoto não é simples e tem o que esconder. É diferente.

Perguntaram para o garoto, e ele explicou rapidamente a questão das suas contas. Tenho dificuldades de fazer essa violência contra os humildes. Essa violência é injustificável. Proporia que se quebrasse o sigilo de nós todos da Oposição, do Senado inteiro, para verificar se foi alguém que contribuiu. Por que fazer essa violência contra o rapaz que teve a coragem cívica, diante de uma CPI, com todas as luzes, de dizer que existia, sim, a República de Ribeirão? Por que, em vez de condecorá-lo, o Sr. Luiz Inácio Lula da Silva manda invadir a conta do caseiro? Ou isso também o Lula não sabia? Ou isso também ele não sabe? Não dá para aceitar isso.

Sr. Presidente, vou reapresentar a quebra de sigilo do Sr. Paulo Okamoto na CPI, enquadrando-o conforme a decisão do Supremo Tribunal Federal – no prazo e para quebrar.

Inclusive, essa é uma prática antiga do PT. Lembro o episódio do Ibsen Pinheiro, quando o Sr. Waldomiro Diniz foi lá, todo serelepe, entregar o sigilo que acabou resultando na cassação do Sr. Ibsen Pinheiro. Depois, a história documentou, pela reportagem da revista **Istoé**. Então, não dá autorização ao PT, porque agia assim quando estava na Oposição, de entender que agora é a Oposição quem está irrigando essa questão do caseiro.

Vou diariamente pedir ao meu chefe de gabinete para informar a minha conta. Só tenho uma conta, que é no Banco do Brasil, e vou diariamente mandar a conta para o Márcio Thomaz Bastos, porque já sabe mesmo. Hoje, liguei para o Banco para pegar o saldo, que é de R\$ 13.547,00. Todo dia darei o saldo aqui para o Sr. Márcio Thomaz Bastos. Incrivelmente, é credor.

*Durante o discurso do Sr. Antero Paes de Barros, o Sr. Romeu Tuma, deixa a cadeira da Presidência, que é ocupada pela Srª Serys Silhessarenko, suplente de Secretário.*

**A SRA. PRESIDENTE** (Serys Silhessarenko. Bloco/PT – MT) – Com a palavra a Senadora Ideli Salvatti, que já declarou que falará sobre o assunto.

**A SRA. IDELI SALVATTI** (Bloco/PT – SC) – É o art. 14, por ter sido citada. Pode ser pela ordem, pelo art. 14 ou pelo art. 33, segundo o Senador Arthur Virgílio.

Quero falar, continuando na mesma toada que tive da tribuna. Vazamento e quebra de sigilo devem ser combatidos sempre, para com todos, de todas as

formas, e não venha me dizer que isso não é vazamento, porque citei aqui vários exemplos, que não tiveram controvérsia ou polêmica. Não houve discursos inflamados de ninguém da Oposição quando se quebrou sigilo fiscal por meio transversal; sigilo que estava impedido de ser quebrado ou divulgado.

Fizeram por meios transversais a quebra dos sigilos telefônico e fiscal de outras pessoas. Foram divulgados dados de alguém que tinha impedimento pelo Supremo de quebra de sigilo. O Senador Tião Viana está dizendo que nem transversal foi.

Chamam muito a nossa atenção – volto a dizer – os dois pesos e as duas medidas. Quando é para atingir alguém do Governo, não há problema. Pode-se quebrar, pode vazar, pode-se tudo. Quando é para outra modalidade, a controvérsia e a polêmica vêm.

O Senador Tião Viana, com toda a calma e a tranquilidade de S. Ex<sup>ª</sup>, está pedindo algo absolutamente necessário. Nada há contra a pessoa do Sr. Francenildo, que tem total e absoluto respeito de todos nós.

No episódio Francenildo, houve um vazamento de algo que não sabemos como foi processado porque a revista tem direito de reservar sua fonte. Até agora, há um monte de ilações. De novo, as ilações já são peremptórias e transitadas em julgado. Já estão transitadas em julgado a culpa do Ministro Márcio Thomaz Bastos, a culpa do Sr. Jorge Mattoso e a culpa do Governo como um todo. Neste Plenário, julga-se e a decisão transita em julgado com uma rapidez que nunca vi, desde que isso signifique atingir o Governo, o PT e ministros do Governo Lula.

Não há problema algum. A tranquilidade com que o Senador Tião Viana pede a quebra do sigilo bancário do Sr. Francenildo poderá trazer as informações a público, de forma clara, sem demérito a ninguém no procedimento. Teremos, sim, a tranquilidade para avaliar se houve ou não algum tipo de intermediação ou interesse outro que não o de um cidadão brasileiro que veio prestar um depoimento e disse o que viu ou deixou de ver.

Portanto, Sr<sup>ª</sup> Presidente, quero dizer que a tranquilidade não foi rompida pela Bancada governista, muito ao contrário. Todos os pronunciamentos extremamente apaixonados, peremptórios, empolgados, com muita vibração, não foram da parte da Bancada governista, que está buscando portar-se nesse episódio com a tranquilidade que o assunto exige de todos nós, apesar de sua gravidade. Que se apure, que se investigue, que se passe a limpo, inclusive essa situação que é tão interessante.

Falaram aqui das pesquisas. Um caiu um ponto; o outro subiu seis. Quem não imaginava que haveria va-

riações? Ficaria muito admirada se, depois de definido o candidato, não houvesse mudança na pesquisa.

Creio que se deve ter calma e tranqüilidade. O momento exige de todos nós a tranqüilidade que não vi hoje na Oposição. Esta, aliás, continua muito afoita – afoita! – a buscar atingir de forma sistemática o Governo Lula, seus ministros e as personalidades do PT.

**O SR. ALVARO DIAS** (PSDB – PR) – Sr<sup>a</sup> Presidente, peço a palavra como Líder da Minoria.

**A SRA. PRESIDENTE** (Serys Slhessarenko. Bloco/PT – MT) – Há outros inscritos: os Senadores José Agripino, Arthur Virgílio, Paulo Octávio.

**O SR. ALVARO DIAS** (PSDB – PR) – Então, Sr<sup>a</sup> Presidente, peço a palavra pela ordem.

**A SRA. PRESIDENTE** (Serys Slhessarenko. Bloco/PT – MT) – Pela ordem, concedo a palavra ao Senador Alvaro Dias.

**O SR. ALVARO DIAS** (PSDB – PR. Pela ordem. Sem revisão do orador) – É sobre o assunto, Sr<sup>a</sup> Presidente. Vou falar sem nenhuma pretensão de ser exacerbado, atendendo à recomendação da Líder Ideli Salvatti. Sem exacerbação, com muita serenidade, com muita tranqüilidade, a mesma tranqüilidade com que o caseiro Francenildo se apresentou como testemunha ocular de fatos que comprometem o Ministro Palocci.

O que nos cabe, neste momento, não é quebrar o sigilo já quebrado do caseiro Francenildo, mas responsabilizar quem quebrou de forma ilegal o sigilo de um trabalhador. Parece-me, Sr<sup>a</sup> Presidente, que querem estabelecer aqui um precedente extremamente perigoso. Estamos extrapolando os limites da nossa autoridade. Não nos assiste autoridade para propor aqui a quebra de sigilo bancário de quem quer que seja, mesmo que o sigilo já esteja quebrado, como é o caso. Cabe, sim, à Comissão Parlamentar de Inquérito, que é o fórum adequado para essa discussão e para essa providência. É lá que temos, por exemplo, que quebrar o sigilo bancário do Sr. Paulo Okamoto, que é alvo de investigação. O caseiro não está sendo investigado por ninguém. Não há inquérito instaurado, não há denúncia formulada e não cabe nem mesmo petição judicial para se quebrar o sigilo bancário do caseiro. Nenhuma argumentação jurídica sustentaria uma petição judicial com esse objetivo. O que houve foi uma afronta à Constituição, uma invasão da privacidade de um cidadão trabalhador, numa atitude fascista, reacionária e covarde do oficialismo. E quando alguém pretende legalizar, **a posteriori**, um ato ilegal, propondo aqui a quebra de um sigilo bancário que já foi quebrado, faz-se a insinuação de que o caseiro possa ser desonesto. Pois bem, Sr<sup>a</sup> Presidente, é uma insinuação preconceituosa que parte do princípio de que um trabalhador humilde não pode sequer ter conta bancá-

ria, não pode sequer ter uma movimentação financeira modesta, como é o caso do caseiro Francenildo.

Portanto, esta Casa não pode se associar à violência contra direitos individuais. Não temos nenhuma justificativa que nos autorize a quebrar o sigilo do caseiro, em que pese o fato, repito, de ele ter sido agredido nos seus direitos individuais com a devassa da sua modesta movimentação financeira na Caixa Econômica Federal.

O Governo está com a palavra. Cabe ao Governo, por se tratar de um banco público, responsabilizar os autores desse crime. É isto que devemos, neste instante, requerer: a responsabilização dos autores desse crime que afrontou a Constituição do País.

**A SRA. PRESIDENTE** (Serys Slhessarenko. Bloco/PT – MT) – Antes de passarmos à leitura do requerimento, prorrogamos a sessão por trinta minutos.

Sobre a mesa, requerimento que passo a ler.

É lido o seguinte:

#### **REQUERIMENTO Nº 294, DE 2006**

##### **Solicita informações ao Sr. Ministro de Estado de Minas e Energia sobre o prejuízo que a Petrobras acumularia na licitação aberta pela Transpetro para a construção de 26 navios petroleiros.**

Senhor Presidente,

Com fundamento no art. 50, § 2º, da Constituição Federal, combinado com o art. 216, inciso I, do Regimento Interno, requero que, ouvida a Mesa, sejam solicitadas as seguintes informações ao Sr. Ministro de Estado das Minas e Energia sobre o prejuízo que a Petrobras acumularia na licitação aberta pela Transpetro para a construção de 26 navios petroleiros:

1) A Transpetro possui algum estudo com os preços nacionais e internacionais para a construção desses navios? Em caso afirmativo, anexar cópia do referido estudo.

2) Se os preços internacionais forem mais baixos do que os preços nacionais, qual a justificativa para a opção pela indústria nacional?

3) A opção pela indústria nacional, com preços mais elevados, não estaria contribuindo para a dissipação do patrimônio da Petrobras?

4) Existe alguma intenção da Transpetro de chamar as empresas participantes para negociar uma redução nos preços apresentados pelas mesmas?

5) Quais foram as empresas e consórcios excluídos do referido processo licitatório e quais foram as justificativas para essas decisões?

6) Quais foram os preços apresentados pelas empresas que participaram do processo licitatório?

7) Quantos e quais são os tipos de navios que serão construídos em função desse processo licitatório?

8) Quais as justificativas para o atraso de quase dois anos no Programa de Modernização e Expansão da Frota?

### Justificação

O jornal **O Globo**, em sua edição de 15 de março do corrente, publicou matéria intitulada “Navios custam 40% a 50% mais no Brasil” com a seguinte notícia:

“Os estaleiros e consórcios instalados no país que participam da licitação aberta pela Transpetro – subsidiária da Petrobras – para a construção de 26 navios petroleiros apresentaram preços básicos (sem adicionais como motor de propulsão com injeção eletrônica e sistema integrado de automação) cerca de 40% acima dos valores internacionais, chegando em alguns casos a 50%”.

A licitação, realizada no âmbito do Programa de Modernização e Expansão da Frota, prevê que a construção de navios petroleiros será integral e obrigatoriamente realizada em estaleiros localizados no território nacional, com o objetivo de capacitar a indústria nacional para competir no exterior.

Ocorre que tal decisão implicaria no pagamento de preços acima daqueles cobrados no exterior, o que poderia gerar prejuízos consideráveis para o patrimônio da Petrobras.

Assim, o presente requerimento visa a obter as informações necessárias sobre o processo licitatório que está em andamento no âmbito do Programa de Modernização e Expansão da Frota e as possíveis consequências para a sociedade brasileira.

Sala das Sessões, 20 de março de 2006. – Senador **Arthur Virgílio**, Líder do PSDB.

**A SRA. PRESIDENTE** (Serys Slhessarenko. Bloco/PT – MT) – O requerimento que acaba de ser lido será despachado à Mesa para decisão, nos termos do art. 216, III, do Regimento Interno.

Sobre a mesa, requerimento que passo a ler.

É lido o seguinte:

### REQUERIMENTO Nº 295, DE 2006

Excelentíssimo Senhor Presidente do Senado Federal,

Requeiro, com amparo no art. 4º, § 2º, da Lei Complementar nº 105, de 2001 e nos termos do art. 8º, § 3º do Ato da Mesa nº 1, de 2001, sejam solicitadas a Sua Excelência o Senhor Ministro de Estado da Fazenda, o fornecimento ao Senado Federal das informações e documentos sigilosos disponíveis no Banco Central do Brasil (art. 10-A, da Lei nº 9.613, de 1998), em instituições financeiras públicas ou privadas, no Conselho de Controle de Atividades Financeiras – COAF concernentes a depósitos à vista e a prazo em conta-corrente e de poupança; pagamentos efetuados em moeda corrente ou cheques; emissão de ordens de crédito ou documentos assemelhados; resgates em contas de depósitos à vista ou a prazo, inclusive de poupança; descontos de duplicatas, notas promissórias e outros títulos de crédito; e operações com cartões de crédito e quaisquer outras operações de natureza semelhante que venham a ser autorizadas pelo Banco Central do Brasil, ou outro órgão competente, relativas ao cidadão Francenildo dos Santos Costa, fixando-se como termo inicial das informações solicitadas o dia 1º de janeiro de 2006 e termo final a data de apresentação do presente requerimento.

### Justificação

A Revista **Época**, em sua edição nº 409, de 20 de março de 2006, divulga matéria em que o cidadão acima apontado, testemunha convocada para depor na Comissão Parlamentar de Inquérito “destinada a investigar e apurar a utilização das casas de bingo para a prática de crimes de lavagem ou ocultação de bens, direitos e valores, bem como a relação dessas casas e das empresas concessionárias de apostas com o crime organizado” (CPI dos “Bingos”), a despeito de sua condição profissional, teria efetuado movimentação financeira vultosa, no exercício financeiro de 2006 (ver fonte citada, pág. 42 e seguintes).

Não obstante decisão liminar prolatada pelo Excelentíssimo Senhor Ministro Cezar Peluso, nos autos do Mandado de Segurança nº 25.885, impetrado pelo requerente, no sentido de sustar o depoimento do referido cidadão, quando a Presidência da CPI dos Bingos dela tomou conhecimento, o depoente já fora ouvido por cerca de 40 minutos, tempo bastante para promover dano moral a autoridade, sem que entre essa e a matéria que é objeto do inquérito parlamentar se verifique qualquernexo causal. Tal foi a repercussão do irregular depoimento que a edição semanal do **Jornal do Senado** estampou em primeira página: “caseiro diz muito” e recheou a página 20 com fortes aleivosias que, segundo o veículo, “impressionou os senadores”.

Encontra-se, agora, pois, a Casa em uma encruzilhada: o depoimento prestado foi fidedigno ou contaminado por favorecimentos?

A despeito da necessidade de apuração de eventual ilícito penal, quanto à divulgação de dados sigilosos, impõe-se a essa instituição, na forma da lei, e atenta à necessidade de conservação da natureza confidencial dos dados que lhe devam ser transferidos, aferir a exata consistência e isenção do depoimento prestado, razão pela qual se torna imperioso o conhecimento de suas movimentações financeiras, motivação do presente requerimento que há de ser aprovado pelos eminentes Pares, para afirmação da credibilidade institucional do Senado Federal.

Sala das Sessões, 20 de março de 2006. – Senador **Tião Viana** – Senadora **Ideli Salvatti** – Senador **Roberto Saturnino** – Senadora **Serys Slhessarenko**.

**A SRA. PRESIDENTE** (Serys Slhessarenko. Bloco/PT – MT) – Por orientação da Assessoria da Mesa, pedimos a atenção do Senador Tião Viana. Com base no Regimento, que o requerimento, cujo primeiro subscritor é S.Exa. deverá conter, na medida do possível, dados como o nome do titular, número da conta, instituição financeira, de modo a contribuir para a celeridade da coleta das informações solicitadas.

A matéria vai à Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania.

**A SRA. PRESIDENTE** (Serys Slhessarenko. Bloco/PT – MT) – Com a palavra o Senador José Agripino, Líder do PFL por cinco minutos, prorrogáveis por mais dois.

**O SR. JOSÉ AGRIPINO** (PFL – RN. Como Líder. Sem revisão do orador.) – Sr<sup>a</sup> Presidente, Srs. Senadores, eu estou pasmo! Senador Arthur Virgílio, V. Ex<sup>a</sup> leu o requerimento que acabou de ser anunciado? Eu estou pasmo!

O que o Senador Tião Viana, meu diletíssimo amigo, está propondo é que nós coonestemos um crime. Sr<sup>a</sup> Presidente, pelo amor de Deus, vamos fazer uma avaliação racional, ponderada, do que aconteceu!

Senador César Borges, o Francenildo veio aqui, trouxe denúncias, não é acusado de nada, veio porque foi chamado, não veio voluntariamente... No fim de semana apareceram, vazadas, evidentemente, informações sobre sua conta bancária. Ele, imediatamente, Senador Arthur Virgílio, pega do bolso ou de onde guardou, uns papeizinhos. Eu queria ver o Okamoto com papéis semelhantes. Senador Tião Viana, quero ver Okamoto com papéis semelhantes aos que Francenildo exibiu. A tevê e os jornais mostraram o caseiro Francenildo mostrando que o dinheiro que está na conta dele – perversamente colocado ao Brasil como “bola”, como propina, como dinheiro ilegítimo dado a

ele para que ele dissesse o que talvez não queria dizer – veio do Piauí, do seu suposto pai biológico.

Ele trouxe uma denúncia e é colocado como criminoso. Sr<sup>a</sup> Presidente, ele está sendo colocado como um criminoso, porque o que se quer é que seu sigilo bancário seja quebrado. Ele é acusado, certamente, de um crime. O que ele tem que provar? Ele já provou, ele já mostrou. Querem que agora nós coonestemos.

Senador César Borges, a imprensa mostrou, no final de semana, um crime. Sua conta bancária, sem ninguém mandar, sem qualquer amparo legal, sem qualquer crime praticado, sua vida pessoal – certamente porque é pobre, porque é modesto – foi exposta para que colocassem uma dúvida sobre seu depoimento. Um crime foi apresentado ao País, e agora apresentam um requerimento para coonestar o crime. Não contem comigo. Não contem comigo para coonestar crime.

Se quiserem investigar, o foro é a CPI, mas só depois de se investigar, Senador César Borges, quem foi que quebrou o sigilo bancário do Francenildo. O crime está para ser investigado. Primeiro de tudo, antes de qualquer coisa, vamos ver em que circunstância se quebrou o sigilo bancário de Francenildo. Quem foi? Foi a Caixa Econômica, foi o Banco Central, foi o Governo?

Aliás, uma jóia. O Ministro Márcio Thomaz Bastos declara: “vazamento é uma praga”. Então estamos aqui para coonestar uma praga, um crime e uma praga? Disse o Ministro Márcio Thomaz Bastos: “vazamento é uma praga”. Está no UOL. Então vamos coonestar um crime e uma praga ou vamos investigar primeiro quem vazou? Se foi o aparelho do Estado, o que tem a Polícia Federal a dizer sobre isso, Senador Antero Paes de Barros? O que a Polícia Federal republicana tem a dizer sobre isso? Primeiro é preciso investigar esse fato. Depois, se a CPI quiser, pede-se a quebra do sigilo bancário do Sr. Francenildo, que não cometeu crime nenhum.

Não vamos inverter os fatos. Quem está sendo acusado de prática de dolo é o Sr. Paulo Okamoto, e aqui a Base do Governo quer impedir, há muito tempo, a quebra do sigilo bancário do Sr. Paulo Okamoto.

Ouçó, com prazer, o Senador César Borges.

**O Sr. César Borges** (PFL – BA) – Senador José Agripino, eu gostaria apenas de acrescentar o que está hoje na imprensa: que essa quebra de sigilo e esses dados estavam de posse do Ministério da Fazenda e que circulou no Ministério da Fazenda, com o conhecimento do Ministro Palocci e de seus assessores, inclusive em reunião política para decidir a crise que estava instalada. Então, eles tiveram conhecimento desse dado que circulou dentro do Governo. Então, a responsabilidade, como bem V. Ex<sup>a</sup> coloca, é no sentido



de apurar quem fez essa quebra de sigilo, totalmente ilegal e criminosa.

**O SR. JOSÉ AGRIPINO** (PFL – RN) – Senador César Borges, querem inverter a coisa. Como sempre querem inverter a coisa. Querem colocar o denunciante como criminoso e o criminoso como denunciante.

Li, no final de semana, todos os jornais. Numa prestigiosa coluna, Senador Alvaro Dias, foi anunciado, foi feita, por importantes próceres da Base do Governo, a declaração “você não perdem por esperar os anúncios do final de semana”. Na hora em que era anunciado o embargo, por parte do Supremo Tribunal Federal, da palavra do Francenildo, o desgaste decorrente do Senado, da instituição...

**O Sr. Antonio Carlos Magalhães** (PFL – BA) – Perdoe-me, Excelência, mas quem disse isso foi o Presidente Lula.

**O SR. JOSÉ AGRIPINO** (PFL – RN) – Perfeito. Mais grave ainda, pois foi quem comandou, Senador Antonio Carlos. O Presidente Lula foi quem comandou todo o processo de inquirição ao Supremo Tribunal Federal. Foi quem comandou toda essa rede. Está na imprensa. Todos os indícios são neste sentido: foi o próprio Presidente Lula, que declara claramente que não vai demitir o Palocci diante de todas as evidências. Insisto em dizer: que assuma essa responsabilidade. É um problema dele, pessoal dele, manter ou não manter.

**O Sr. Antonio Carlos Magalhães** (PFL – BA) – Inclusive, levando o nosso Tião para lá. Coitado!

**O SR. JOSÉ AGRIPINO** (PFL – RN) – Agora, Senador Antonio Carlos, o que me causa espécie é a rede de ilações. Entram no Supremo, ficam esperando a decisão na porta do Ministro Peluso, correm para a CPI, interrompem o depoimento e anunciam “Vocês não sabem o que vai vir no fim de semana”. Aí, vem o vazamento a que o Ministro se refere como uma praga, com insinuações de que o Francenildo teria recebido dinheiro ilegítimo para dizer o que disse. Francenildo tem as provas, exhibe os papezinhos. Eu quero ver se o Okamoto tem papéis semelhantes para exhibir das contas que pagou de Lula e de Lurian. Agora, vem o requerimento para coonestar o crime, como se o criminoso fosse o Francenildo. Essa, não. Ah, essa não, Presidente!

Vamos trabalhar com a lógica e a racionalidade. Vamos, primeiro de tudo, investigar quem foi que vazou as contas, quem foi que quebrou ilegalmente a conta do caseiro Francenildo. Depois, quebramos o sigilo bancário, se for o caso, de quem quer que seja, de quem quer que seja. Agora, não vamos subverter a ordem e transformar denunciante em criminoso. Essa não! O meu Partido vai se mover.

**A SRA. PRESIDENTE** (Serys Slhessarenko. Bloco/PT – MT) – Com a palavra, pela inscrição, o Senador Arthur Virgílio.

**O SR. ARTHUR VIRGÍLIO** (PSDB – AM. Pronuncia o seguinte discurso. Sem revisão do orador.) –

**DISCURSO PRONUNCIADO PELO SR. SENADOR ARTHUR VIRGÍLIO, QUE, RETIRADO PELO ORADOR PARA REVISÃO, SERÁ PUBLICADO POSTERIORMENTE.**

(Art. 201, §§ 2º e 3º, do Regimento Interno.)

**A SRA. PRESIDENTE** (Serys Slhessarenko. Bloco/PT – MT) – Sobre a mesa, requerimento que passo a ler.

É lido o seguinte:

#### **REQUERIMENTO Nº 296, DE 2006**

Excelentíssimo Senhor Presidente do Senado Federal,

Requeiro, com amparo no art. 4º, § 2º da Lei Complementar nº 105, de 2001, e nos termos do art. 8º, § 3º, do Ato da Mesa nº 1, de 2001, sejam solicitadas a Sua Excelência o Senhor Ministro de Estado da Fazenda, o fornecimento ao Senado Federal das informações e documentos sigilosos disponíveis no Banco Central do Brasil (art. 10-A, da Lei nº 9.613, de 1998), em instituições financeiras públicas ou privadas, no Conselho de Controle de Atividades Financeiras – COAF concernentes a depósitos à vista e a prazo em conta-corrente e de poupança; pagamentos efetuados em moeda corrente ou cheques; emissão de ordens de crédito ou documentos assemelhados; resgates em contas de depósitos à vista ou a prazo, inclusive de poupança; descontos de duplicatas, notas promissórias e outros títulos de crédito; e operações com cartões de crédito e quaisquer outras operações de natureza semelhante que venham a ser autorizadas pelo Banco Central do Brasil, ou outro órgão competente, relativas ao cidadão Paulo Tarcísio Okamoto, fixando-se como termo inicial das informações solicitadas o dia 1º de janeiro de 2001 e termo final a data de apresentação do presente requerimento.

#### **Justificação**

Em depoimento perante a denominada CPI dos Bingos, o Senhor Rogério Buratti afirmou que a campanha do Sr. Luis Inácio Lula da Silva à Presidência da República contou com recursos oriundos de empresários de bingos e máquinas caça-níqueis do Rio de Janeiro e de São Paulo.

Em um primeiro depoimento à mesma CPI, o Sr. Okamoto afirmou que atuou como coordenador da campanha do ano de 2002:

“Particpei também como tesoureiro da campanha presidencial da Frente Brasil Popular em 1989; junto com o Presidente Lula, constituímos o Governo Paralelo e o Instituto Cidadania. Também fui participante da coordenação da campanha de 2002. Assumi lá a função de administração e de infra-estrutura.

Como agravante, pesam sobre o Senhor Okamoto acusações feitas pelo Senhor Paulo de Tarso Venceslau, ex-secretário de finanças de São José dos Campos durante a administração da prefeita petista Ângela Guadagnin:

“Em dezembro de 2003, entreguei à tesouraria do Partido R\$12.000,00. Para fazer isso, pedi à minha mulher que fosse ao Banco, ela foi ao Banco Bradesco em São Bernardo do Campo e sacou o dinheiro para cumprir os compromissos que havia assumido junto ao Partido dos Trabalhadores. Também saquei das minhas contas no Banco do Brasil as importâncias suficientes para fazer frente a essa responsabilidade. Paguei, depois, no final de janeiro de 2004, no final de fevereiro de 2004 e também paguei no final de março de 2004. Esses valores foram entregues à tesouraria do partido.”

Ao ser indagado pelos parlamentares da CPI, Paulo Okamoto não soube responder por que não pagou diretamente o empréstimo por meio de depósito bancário ou transferência eletrônica nas contas do PT. Também, não explicou o fato de não ter feito um depósito ao invés de diversos saques em dinheiro para pagar a dívida, o que levanta suspeitas de uma operação de lavagem de dinheiro.

Cabe salientar que o Senhor Okamoto não apresentou qualquer documento que demonstrasse o pagamento da dívida, nem a retirada dos R\$29.436,26 de suas contas bancárias, o que reforçam as suspeitas de que ele não teria pago a dívida.

Além disso, sabe-se que antes de assumir a presidência do Sebrae, Paulo Okamoto teria como única fonte de renda os lucros de uma boutique de roupas e utensílios do PT, chamada Red Star.

Ainda segundo informações contidas em relatório do Coaf o Senhor Paulo Tarcísio Okamoto, CPF 726.248.248-34, teria movimentado R\$93.000,00 mil na conta corrente nº 55468 da agência Ferrazonópolis do Banco Bradesco, operação que necessita ser investigada, uma vez que o relatório do Coaf indica uma possível

triangulação entre Okamoto e o PT com a finalidade de promover lavagem de dinheiro e garantir recursos para o pagamento da dívida do Presidente Lula.

Encontra-se, agora, pois, a Casa em uma encruzilhada: o depoimento prestado foi fidedigno ou contaminado por favorecimentos?

A despeito da necessidade de apuração de eventual ilícito penal, quanto à divulgação de dados sigilosos, impõe-se a essa instituição, na forma da lei, e atenta à necessidade de conservação da natureza confidencial dos dados que lhe devam ser transferidos, Aferir a Exata Consistência e Isenção do Depoimento Prestado, razão pela qual se toma imperioso o conhecimento de suas movimentações financeiras, motivação do presente requerimento que há de ser aprovado pelos eminentes Pares, para afirmação da credibilidade Institucional do Senado Federal.

Sala das Sessões, 20 de março de 2006. – **Antonio Carlos Magalhães – Arthur Virgílio.**

**A SRA. PRESIDENTE** (Serys Slhessarenko. Bloco/PT – MT) – Solicitamos, como já fizemos ao Senador Tião Viana e ao Senador Antonio Carlos Magalhães, que, com base no Regimento Interno, o requerimento de iniciativa de Senador ou Comissão deverá conter, na medida do possível, dados com o nome do titular, número da conta, instituição financeira, de modo a contribuir para a celeridade da coleta das informações solicitadas.

A matéria vai à Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania.

Após discussão, retornará ao Plenário para ser discutida e votada.

**O SR. ANTERO PAES DE BARROS** (PSDB – MT) – Peço a palavra pela ordem, Sr<sup>a</sup> Presidente.

**A SRA. PRESIDENTE** (Serys Slhessarenko. Bloco/PT – MT) – Pois, não. Com a palavra o Senador Antero.

**O SR. ANTERO PAES DE BARROS** (PSDB – MT. Pela ordem. Sem revisão do orador.) – Sr<sup>a</sup> Presidente, quero fazer um outro requerimento nos mesmos termos daquele apresentado originalmente pelo Senador Tião Viana.

Requeiro, com amparo no art. 4º, §2º, da Lei Complementar nº 105, de 2001, e nos termos do art. 8º, §3º, do Ato da Mesa nº 1, de 2001, sejam solicitadas a S. Ex<sup>a</sup>, o Sr. Ministro de Estado da Fazenda, o fornecimento ao Senado Federal das informações e documentos sigilosos disponíveis no Banco Central do Brasil (art. 10-A da Lei n. 9.613, de 1998), em instituições financeiras públicas ou privadas, no Conselho de Controle de Atividades Finan-

ceiras – Coaf, concernentes a depósito à vista e a prazo em conta corrente e de poupança; pagamentos efetuados em moeda corrente ou cheques; emissão de ordens de crédito ou documentos assemelhados; resgate de contas de depósitos à vista ou a prazo, inclusive de poupança; desconto de duplicatas, notas promissórias e outros títulos de crédito; e operações com cartões de crédito e quaisquer outras operações de natureza semelhante que venham a ser autorizadas pelo Banco Central do Brasil, ou outro órgão competente, relativas ao cidadão Fábio Luiz Lula da Silva, fixando-se como termo inicial das informações a presente data, no período dos últimos cinco anos.

A justificativa segue em anexo.

**A SRA. PRESIDENTE** (Serys Slhessarenko. Bloco/PT – MT) – Senador Antero Paes de Barros, com a mesma advertência feita aos requerimentos anteriores em relação aos dados necessários, a matéria segue à Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania.

Sobre a mesa, requerimento que passo a ler.

É lido o seguinte:

#### REQUERIMENTO Nº 297, DE 2006

Senhor Presidente

Requeiro, com amparo no art. 4º, § 2º, da Lei Complementar nº 105, de 2001 e nos termos do art. 8º, § 3º, do Ato da Mesa nº 1, de 2001, sejam solicitadas a Sua Excelência o Senhor Ministro de Estado da Fazenda, o fornecimento ao Senado Federal das informações e documentos sigilosos disponíveis no Banco Central do Brasil (art. 10-A, da Lei nº 9.613, de 1998), em instituições financeiras públicas ou privadas, no Conselho de Controle de Atividades Financeiras – COAF concernentes a depósitos à vista e a prazo em conta corrente e de poupança; pagamentos efetuados em moeda corrente ou cheques; emissão de ordens de crédito ou documentos assemelhados; resgates em contas de depósitos à vista ou a prazo, inclusive de poupança; descontos de duplicatas, notas promissórias e outros títulos de crédito; e operações com cartões de crédito e quaisquer outras operações de natureza semelhante que venham a ser autorizadas pelo Banco Central do Brasil, ou outro órgão competente, relativas ao cidadão Fábio Luis Lula da Silva, fixando-se como termo inicial das informações a presente data, no período dos últimos cinco anos.

#### Justificação

Foi amplamente noticiado pela imprensa nacional que o Sr. Fábio Luis Lula da Silva, um dos filhos

do Presidente da República Luiz Inácio Lula da Silva, foi beneficiado com recursos de uma empresa concessionária de serviço público, que aplicou montante considerável de recursos em sua empresa Gamecorp, recentemente constituída.

Inicialmente foi informado que o volume de recursos seria da ordem de R\$5 milhões de reais. No entanto, a Revista Veja em sua edição do dia 1-3-2006 noticiou que o volume de recursos envolvendo a operação não foi de R\$5 milhões de reais, mas sim no montante de R\$15 milhões de reais. Ainda na mesma matéria, ficou evidenciado que a operação em que se envolveu o filho do Presidente era bem mais complexa, porque envolvia claros indícios de tráfico de influência, conforme o disposto no art. nº 332 do Código Penal, com o propósito de alterar a legislação relativa ao sistema de telefonia.

Essas denúncias precisam ser cabalmente apuradas, pois não pode pairar dúvida sobre a conduta de pessoa próxima ao Presidente da República.

Sala das Sessões, 20 de março de 2006. – Senador **Antero Paes de Barros** – Senador **Mão Santa**.

**A SRA. PRESIDENTE** (Serys Slhessarenko. Bloco/PT – MT) – O requerimento que acaba de ser lido será despachado à Mesa para decisão, nos termos do art. 216, III, do Regimento Interno.

**A SRA. IDELI SALVATTI** (Bloco/PT – SC) – Pela ordem, Srª Presidente.

**A SRA. PRESIDENTE** (Serys Slhessarenko. Bloco/PT – MT) – Pela ordem, tem a palavra a Senadora Ideli Salvatti. Logo após, pela Liderança da Minoria, concedo a palavra ao Senador Paulo Octávio.

**A SRA. IDELI SALVATTI** (Bloco/PT – SC. Pela ordem. Sem revisão da oradora.) – O procedimento do Senador Antero Paes é afrontoso, de forma inequívoca, a toda e qualquer regra de convivência dentro desta Casa. Afrontoso, algo inadmissível, porque demonstra...

**O Sr. César Borges** (PFL – BA. *Fora do microfone.*) – Por quê?

**A SRA. IDELI SALVATTI** (Bloco/PT – SC) – Vou dizer o porquê. Porque demonstra...

**O Sr. César Borges** (PFL – BA. *Fora do microfone.*) – É direito do Senador.

**A SRA. IDELI SALVATTI** (Bloco/PT – SC) – É direito, é claro que tem todo o direito. Aqui todo mundo tem o direito de fazer o que bem entender, com as consequências de todos os seus atos. Com as consequências de todos os seus atos. Certo? Agora, o que está colocado nesse requerimento é aquilo que foram à tribuna falar em termos de chantagem, de ameaça, disso e daquilo. E agora a atitude se configura de forma inequívoca, porque mexer com nada mais, nada menos

que o filho do Presidente da República... Nós vamos considerar isso como, Senador Cristovam Buarque? Como? Como nós vamos entender isso neste momento? Como vamos entender? Eu acho tão interessante o seguinte: o caseiro é alguém que paira acima de toda e qualquer suspeita. Até prova em contrário, paira acima de toda e qualquer suspeita mesmo, entende? Toda e qualquer suspeita mesmo. Mesmo! Agora, ter toda essa reação porque o Senador Tião Viana apresentou um pedido para que o sigilo desse cidadão seja quebrado de janeiro deste ano até o dia de hoje? Toda essa reação? Qual é o problema? Eu quero perguntar qual é o problema, se estão tão seguros assim a respeito da idoneidade? Eu não tenho nenhum motivo para questionar ou duvidar. Mas, qual é o problema, para vir, em seguida, tantas outras proposições? Eu somente posso entender aqui que é represália à iniciativa do Senador Tião Viana. Somente posso considerar dessa forma. Não tenho como considerar de outra forma aquilo que está sendo feito neste momento. E todos nós, que temos responsabilidade neste País, temos, obviamente, que monitorar e trabalhar em cima do que está acontecendo neste momento, aqui no Congresso, na sala do Senado da República.

**O SR. ARTHUR VIRGÍLIO** (PSDB – AM) – Pela ordem, Sr. Presidente.

**A SRA. PRESIDENTE** (Serys Slhessarenko. Bloco/PT – MT) – Eu solicito ao Senador...

**O SR. ANTERO PAES DE BARROS** (PSDB – MT) – Eu fui citado, Senadora. Eu gostaria de pedir prioridade para argumentar.

**A SRA. PRESIDENTE** (Serys Slhessarenko. Bloco/PT – MT) – Será concedida a palavra para ambos os Senadores que a estão pedindo, Senador Arthur Virgílio e Senador Antero Paes de Barros.

**O SR. ANTERO PAES DE BARROS** (PSDB – MT) – Eu peço a preferência.

**A SRA. PRESIDENTE** (Serys Slhessarenko. Bloco/PT – MT) – Mas temos um orador na tribuna.

**O SR. ARTHUR VIRGÍLIO** (PSDB – AM) – Tenho a impressão que o Senador Paulo Octávio concordaria. Ele concorda tranquilamente com isso. concordaria.

**O SR. ANTERO PAES DE BARROS** (PSDB – MT) – Eu pediria a compreensão do Senador Paulo Octávio.

**A SRA. PRESIDENTE** (Serys Slhessarenko. Bloco/PT – MT) – Eu pediria que fosse muito breve.

Concedo a palavra ao Senador Antero Paes de Barros.

**O SR. ANTERO PAES DE BARROS** (PSDB – MT. Pela ordem. Sem revisão do orador) – Será brevíssimo, depois dessa aula de ética que acabamos de receber aqui, vai ser brevíssimo. Investigar o caseiro honesto,

nenhum absurdo. Que absurdo investigar o Fábio Luiz Lula da Silva! Que absurdo investigar porque é filho do Presidente! O caseiro pobre, não tem problema investigar. O caseiro sem crime, não tem problema investigar. O Fábio Luiz Lula da Silva, que nunca contestou a informação jornalística de que recebeu 15 milhões – é o nosso Bill Gates, pela genialidade da sua empresa – isso é um absurdo!

Eu recolho mais essa aula de ética do PT, mas fico com a minha convicção que a boa democracia é aquela que pode investigar todos, inclusive o filho do Presidente da República. Imaginem se fosse o filho do Presidente Fernando Henrique Cardoso que tivesse recebido 15 milhões se não estaria lotada aqui esta Praça dos Três Poderes com pedido de *impeachment*. Isso precisa, sim, ser investigado, há motivos.

É o que quero deixar absolutamente registrado.

**O SR. ARTHUR VIRGÍLIO** (PSDB – AM) – Sr<sup>a</sup>. Presidente, pela ordem.

**A SRA. PRESIDENTE** (Serys Slhessarenko. Bloco PT – MT) – Com a palavra ao Senador Arthur Virgílio.

Reforço a solicitação sobre a brevidade, pois o Senador Paulo Octávio está na tribuna, por favor.

**O SR. ARTHUR VIRGÍLIO** (PSDB – AM. Pela ordem. Sem revisão do orador.) – Sr<sup>a</sup>. Presidente, Srs. Senadores, é hora de tirarmos uma certa máscara de farisaísmo. Não assinei o requerimento do Senador Antero Paes de Barros, apesar de ter sido convidado a fazê-lo. Questão de foro íntimo mesmo, mas é preciso se tirar da face de alguns uma dose excessiva e até cavalgar de farisaísmo.

Quando alguém disse que, em determinado momento, não conseguiram, porque eles não deixaram, os do Planalto da época – e isso não é verdade –, não conseguiram investigar o filho do Presidente Fernando Henrique, porque alguém tentou e, se alguém tentou, é porque esse alguém não tinha compromisso com proteger o filho do Presidente da República.

Logo, se se podia investigar o filho do Presidente Fernando Henrique, é porque se poderá investigar o filho do Presidente Lula agora. E se alguém não deixou – leia-se Fernando Henrique – é porque alguém tentou – leia-se PT. Agora os casos eram completamente diferentes. Artificializava-se na Feira de Hannover uma denúncia completamente vazia. Nada parecido com a gravidade desse episódio que aí está. Nada parecido.

O que houve aqui, de fato, Sr<sup>a</sup> Presidente, foi muito simples. O Senador Tião Viana, legitimamente, faz um requerimento, é tratado com todo o respeito, apresenta o requerimento à Mesa e concerta conosco, da Oposição, que concorda ele com a quebra do sigi-

lo do Sr. Paulo Okamoto. O Senador Antonio Carlos pede a palavra e diz: “Vamos quebrar então, também, o do Paulo Okamoto”. Eu disse: vamos quebrar o do Paulo Okamoto e o do Francenildo também. José Agripino diz: “Não dá para quebrar o de Francenildo”. Alvaro Dias diz: “Não dá para quebrar o de Francenildo. Vamos coonestar um crime”. Aí Francenildo liga e diz: “Dá para quebrar o meu sigilo, sim”.

Essa é a diferença essencial. Francenildo quer que quebre o sigilo dele. Ele não tem nada a esconder, porque quer que quebre os sigilos dele mesmo. Quem não quer que quebre é Okamoto; portanto, não tem nada de absurdo. Posso eventualmente até não concordar, eu pessoalmente. Não tem nada de absurdo, e o Senador Antero de Barros, responsável por seus atos, se dispor a apresentar o requerimento, solicitando que se discuta a vida empresarial de quem quer que seja, filho ou não filho do Presidente da República. Não tem nada de absurdo.

**O SR. ANTONIO CARLOS MAGALHÃES** (PFL – BA) – O Okamoto é doador universal.

**O SR. ARTHUR VIRGÍLIO** (PSDB – AM) – É “O” negativo.

Ainda há pouco, falavam de dois pesos e duas medidas. Estamos vendo aqui dois pesos e duas medidas: do caseiro pode, de outros não deve e de alguns não pode.

Portanto, Sr<sup>a</sup> Presidente, está na hora mesmo de estabelecermos certas conexões com o passado. Falou-se aqui em vazamento. O PT cresceu como sendo a central de vazamento ligada ao que havia de pior no Ministério Público. Leia-se Luiz Francisco e Guilherme Schelb, que está sendo processado por irregularidades, e aquela promotora Eliana não-sei-de-quê, que não fala mais nada. O PT cresceu fazendo esse conluio com certa parte, a pior parte, do Ministério Público. O PT era chamado e diziam a ele: “Você faz a denúncia”.

*(Interrupção do som.)*

**O SR. ARTHUR VIRGÍLIO** (PSDB – AM) – Ou o contrário: “Tenho aqui indício não-sei-de-quê, e você abre inquérito civil público”. Era uma acumpliciamento brutal, que não tinha nenhum compromisso com a verdade. Não é esse o nosso procedimento.

O Senador Antero Paes de Barros dizia que, se fosse o contrário, estariam aí todos aqueles, com o dinheiro do Fundo de Amparo ao Trabalhador, pedindo o *impeachment* do presidente que não fosse do PT. Não estamos fazendo nada disso; estamos apenas dizendo que, se é justo querer abrir os sigilos do Sr. Francenildo, que já foram abertos, arrombados ao arrepio da lei, queremos, em troca, o sigilo do Sr. Paulo Okamoto. O Senador Antero Paes de Barros tem o direito de

pedir a quebra do sigilo de quem bem queira. Não dá para imaginarmos que, aí sim, possam caber os dois pesos e as duas medidas.

Portanto, Sr<sup>a</sup> Presidente, vamos manter sempre a porta aberta para conversas. Se o Senador Antero Paes de Barros se mantiver firme na sua disposição, terá sua propositura avaliada para ser apoiada ou não na CCJ. O acordo que foi feito envolvia Okamoto e Francenildo. Então, não há nada demais.

A diferença essencial é que vejo a *paura*, o pavor, de quebrarem o sigilo de qualquer um do lado de lá. Vimos uma pessoa que não é do lado de lá, é de cá, é do povo apenas, ligar e dizer para acabarmos com a miudeza, nós, da Oposição. O Senador José Agripino não queria que fosse quebrado; eu dizia que vai quebrar; Alvaro Dias não queria que fosse quebrado; Antero Paes de Barros diz que é para quebrar. Acabamos com a miudeza. Francenildo ligou e disse que faz questão que quebre os sigilos dele. Francenildo se porta como um homem de bem, dando a idéia de como seria bom se tivéssemos mais gente como ele administrando este País.

Muito obrigado, Sr<sup>a</sup> Presidente.

**A SR<sup>a</sup> PRESIDENTE** (Serys Slhessarenko. Bloco/PT – MT) – Em respeito ao Senador que se encontra na tribuna, concedo a palavra ao Senador Paulo Octávio, inscrito pela Minoria.

**O SR. MÃO SANTA** (PMDB – PI) – Peço a palavra pela ordem, Sr<sup>a</sup> Presidente.

**A SRA. PRESIDENTE** (Serys Slhessarenko. Bloco/PT – MT) – Concedo a palavra pela ordem ao Senador Mão Santa, por um minuto. Há um Senador na tribuna.

**O SR. MÃO SANTA** (PMDB – PI. Pela ordem. Sem revisão do orador.) – Peço ao Secretário Raimundo Carreiro que me traga o requerimento do extraordinário Senador Antero Paes de Barros. Quero assiná-lo. É pela igualdade. Se estão abrindo as contas bancárias, o sigilo, de um filho do Piauí, que tem muito mais história, quero abrir também o sigilo do filho do Presidente da República, do Lulinha. Peço igualdade.

Gritou o povo: “Liberdade, igualdade e fraternidade.” Daí nasceu a república.

**A SRA. PRESIDENTE** (Serys Slhessarenko. Bloco/PT – MT) – Os requerimentos estão sobre a mesa.

Concedo a palavra ao Senador Paulo Octávio, pela Liderança da Minoria.

**O SR. PAULO OCTÁVIO** (PFL – DF. Como Líder. Sem revisão do orador.) – Sr<sup>a</sup> Presidente, Sr<sup>s</sup> e Srs. Senadores, em primeiro lugar, quero registrar – até para um relaxamento, devido ao momento um pouco tenso que vivemos aqui – que está aqui a Miss Brasil, Carina

Beduschi, de Santa Catarina, que está sendo devidamente cumprimentada pelo Senadores Arthur Virgílio e José Agripino, e também a Miss Brasília, que é uma jovem de Taguatinga, Ana Cláudia Pimenta, que foi vitoriosa e ganhou o Concurso Miss Brasília. Então, aqui estão as representantes da beleza da mulher brasileira. Parabéns a todas, aqui devidamente cumprimentadas pelos ilustres Senadores desta Casa.

Ao nos solidarizarmos com a Senadora Patrícia Saboya em seu pronunciamento sobre crianças traficantes, enfatizamos que o envolvimento de crianças e jovens adolescentes brasileiros com o tráfico de drogas deixou de ser, tão-somente, um problema localizado desta ou daquela polícia, deste ou daquele Estado ou comunidade. Faço este apoio também em nome do meu Partido, o PFL, com a devida aprovação do nosso Líder, Senador José Agripino.

Com a exibição do documentário “Falcão, os meninos do tráfico”, no programa Fantástico, da TV Globo, neste último domingo, a questão ultrapassou as fronteiras da segurança pública e invadiu todos os lares brasileiros e, principalmente, as nossas consciências e as nossas responsabilidades de dirigentes políticos deste País.

É um problema nacional. Ganhou dimensão social e cultural para toda uma sociedade que trabalha duro pelo progresso, pelo desenvolvimento econômico, buscando firmar-se como Nação soberana e modelar, exemplo para os demais países do planeta.

Não podemos seguir em nossa caminhada rumo ao pleno emprego, a auto-suficiência energética e a soberania econômica, se não riscarmos de imediato de nossa história essa mancha de vergonha e insanidade, algo que faz lembrar os tempos de escravidão.

Como todo cidadão brasileiro, também estou chocado e indignado com o que foi mostrado e vivenciado pelos realizadores do documentário, o *rapper* MV Bill e o produtor Celso Athayde. Sim, eles prestaram um grande serviço à nação, pois o assunto passou a fazer parte do debate público do Brasil. \*\*

**O Sr. Roberto Saturnino** (Bloco/PT – RJ) – Permite-me V. Ex<sup>a</sup> um aparte, eminente Senador?

**O SR. PAULO OCTÁVIO** (PFL – DF) – Pois não.

**O Sr. Roberto Saturnino** (Bloco/PT – RJ) – Senador Paulo Octávio, cumprimento V. Ex<sup>a</sup> pela oportunidade do pronunciamento que faz porque este, na verdade, é o grande escândalo do País: esta desigualdade, esta injustiça estrutural, esta injustiça de há séculos na nossa República, que demanda providências urgentes, que, a meu juízo, estão sendo iniciadas com o salário mínimo, o Bolsa Família, a agricultura familiar, mas que ainda precisam avançar muito mais. Então,

regozijo-me com o bom senso de V. Ex<sup>a</sup> de tratar deste assunto da maior gravidade, que chocou a Nação inteira, e interromper essa série de pronunciamentos acusatórios que, no fundo, só servem para deixar a população perplexa. Cumprimento V. Ex<sup>a</sup> pela substância do pronunciamento que está fazendo.

**O SR. PAULO OCTÁVIO** (PFL – DF) – Muito obrigado, Senador Roberto Saturnino, grande Líder. Tenho certeza de que o mesmo choque que levei com o documentário apresentado pela TV Globo V. Ex<sup>a</sup> também teve. É triste e é realmente o grande drama do nosso País.

Ninguém de sã consciência, Senador, pode dormir em paz, após ouvir de uma criança com pouco mais de doze anos, metralhada debaixo do braço, dizer, sem nenhuma expressão de emoção nos lábios ou no olhar: “Se eu morrer nasce outro. Ou melhor ou pior. Se eu morrer vou descansar.”

Isso foi dito por um menino de doze anos.

Um adolescente de 17 anos conta – um dos momentos mais emocionantes é justamente este – que o seu maior desejo, desde pequeno, era visitar um circo, programa que nunca fez porque a sua mãe não pôde levá-lo. Ele diz que ainda hoje sonha em ser palhaço e entrar numa escola de circo. Esse menino já perdeu a mãe e já perdeu a vida.

O flagelo dos meninos armados a serviço do tráfico de drogas nas comunidades mais carentes de vários Estados brasileiros deve ser combatido com o mesmo rigor do flagelo da fome. As raízes são as mesmas: o desemprego, a falta de políticas públicas voltadas para o desenvolvimento dessas comunidades, carência de escolas e centros culturais e esportivos nestas localidades. Enfim, comunidades abandonadas produzem seus próprios monstros, esses soldadinhos de carne e osso que geralmente morrem antes de completar dezoito anos sem, ao mínimo, terem conhecido um simples brinquedo.

**O Sr. Romeu Tuma** (PFL – SP) – Senador, V. Ex<sup>a</sup> me permite?

**O SR. PAULO OCTÁVIO** (PFL – DF) – Senador Tuma, com o maior prazer.

**O Sr. Romeu Tuma** (PFL – SP) – Se eu entendo, V. Ex<sup>a</sup> está referindo-se ao programa do Fantástico.

**O SR. PAULO OCTÁVIO** (PFL – DF) – Exatamente.

**O Sr. Romeu Tuma** (PFL – SP) – Hoje, pela manhã, vi a parte resumida no jornal da manhã. Posso dizer com toda honestidade a V. Ex<sup>a</sup> que não deu para dormir sossegado. Claro que já tenho os filhos criados e tenho os meus netos, como V. Ex<sup>a</sup> tem os seus filhos. Mas é uma coisa tão triste, tão amarga, aquela mãe dizendo: o meu filho tem três anos, vive aqui no morro, sabe o

que é maconha, sabe o que é cocaína e faz perguntas a respeito. Eu vou explicar para ele que o irmão morreu desta forma, sendo um soldado do tráfico. É claro que o autor dessa reportagem teve uma vontade de alma e de coração de mostrar o que acontece, como V. Ex<sup>a</sup> faz da tribuna, jamais mostrando que a polícia agia ou não agia nesse crime. O que ele faz é um apelo para que o Governo, para que a sociedade olhe com mais carinho e evite que se dê continuidade a esse tipo de atividade para crianças que não têm nenhum tipo de oportunidade. E não fez uma referência aos morros do Rio de Janeiro. Ele levou para vários Estados brasileiros. É uma situação tão triste que, às vezes, sem dúvida nenhuma, o Bolsa Família não resolve. Acho que V. Ex<sup>a</sup> está no caminho certo. Vou parar para não me emocionar, mas acredito piamente que alguém vai ouvir o seu grito desta tribuna.

**O SR. PAULO OCTÁVIO (PFL – DF)** – Senador Tuma, certamente é o nosso grito, é o grito também do nosso Partido, o Partido da Frente Liberal. Estou aqui também falando pelo Senador José Agripino, nosso Líder, e tenho certeza de que estaremos todos alertando a Nação sobre essa grave questão.

Segundo levantamentos de entidades e ONGs ligadas à defesa dos Direitos Humanos, já são mais de seis mil jovens ligados ao tráfico de drogas em todo o País. Que potencialidade perdida! Imaginemos esses jovens praticando esportes, freqüentando escolas com razoável alimentação, produzindo cultura e artes. Quanto o Brasil não ganharia, Senador Romeu Tuma.

Chega! É o momento de disputarmos criança por criança – vamos disputar criança por criança, vamos lá na rua – com esse flagelo nacional que é o crime organizado do tráfico de drogas. Não podemos permitir que nossa juventude perca a esperança, jogue no ralo a saúde e a criatividade tão importantes para essa fase da nossa vida.

Aqui em Brasília, conforme as diretrizes para um plano de governo que tivemos a honra de apresentar à imprensa e aos formadores de opinião pública para o Governo do Distrito Federal, na condição que sou de pré-candidato, está no nosso programa desenvolver projetos que envolvam cada dia mais nossos jovens com atividades educacionais, culturais e esportivas; realizar programas com escolas técnicas preparadoras de mão de obra para o mercado de trabalho e escolas integradas que funcionem em dois turnos, e que nos fins de semana produzam atividades culturais que congreguem as comunidades e as famílias.

É duro, é cruel, é lamentável, mas, acima de tudo, é indigno silenciarmos diante de tamanha barbárie. A juventude carente brasileira, a que vive em favelas, bairros de periferia e entornos, merece outro horizonte.

Vamos nos mirar nos exemplos de Ronaldinho, de Daiane e tantos outros que saíram de comunidades carentes para transformarem-se em gente do bem, exemplos para toda a humanidade.

Por fim, Sr<sup>a</sup> Presidente, quero apoiar o pedido da Senadora Patrícia e solicitar à TV Senado que peça à Rede Globo o direito de retransmissão deste filme, para que seja possível veicularmos várias vezes e estimular o debate em torno deste Brasil real.

Precisamos sensibilizar toda população brasileira para que governos e sociedade civil organizada busquem uma solução para o drama que aflige e que atormenta todo o País: o drama que vivem essas crianças abandonadas que, em sua grande maioria, não chegam a viver até os 18 anos.

**A SRA. PRESIDENTE (Serys Slhessarenko. Bloco/PT – MT)** – Muito obrigada, Senador Paulo Octávio, especialmente pelo respeito ao tempo, o que significa respeito aos Senadores inscritos. A Mesa levará sua solicitação com relação à TV Senado à Presidência da Casa.

**O SR. MÃO SANTA (PMDB – PI)** – Sr<sup>a</sup> Presidente, peço a palavra pela ordem.

**A SRA. PRESIDENTE (Serys Slhessarenko. Bloco/PT – MT)** – Concedo a palavra ao Senador Mão Santa, pela ordem. V. Ex<sup>a</sup> dispõe de cinco minutos.

**O SR. MÃO SANTA (PMDB – PI. Pela ordem. Sem revisão do orador.)** – Eu perguntaria à Mesa e ao Secretário Dr. Raimundo Carreiro se, a exemplo do honrado caseiro piauiense, que telefonou para o Senador Alvaro Dias disponibilizando toda a sua vida, assim fez o Sr. Okamoto? Se chegou algum telefonema dele – e do Lulinha também – disponibilizando sua vida, a bem da verdade, a respeito da igualdade que fez nascer a democracia?

**A SRA. PRESIDENTE (Serys Slhessarenko. Bloco/PT – MT)** – Vou prorrogar a sessão até às 19 horas e 46 minutos, concedendo cinco minutos ao Senador César Borges, cinco minutos ao Senador Tião Viana e cinco minutos ao Senador Roberto Saturnino.

**O SR. ARTHUR VIRGÍLIO (PSDB – AM)** – Sr<sup>a</sup> Presidente, peço a palavra pela ordem. Conceda-me um minuto pela ordem, Sr<sup>a</sup> Presidente.

**A SRA. PRESIDENTE (Serys Slhessarenko. Bloco/PT – MT)** – Pela ordem, concedo a palavra ao Senador Arthur Virgílio.

**O SR. MÃO SANTA (PMDB – PI. Sem revisão do orador.)** – Não! Pela ordem, Sr<sup>a</sup> Presidente. E a minha resposta? Eu fiz uma indagação!

**A SRA. PRESIDENTE (Serys Slhessarenko. Bloco/PT – MT)** – Senador Mão Santa, eu não tenho a resposta para V. Ex<sup>a</sup>. Eu estou na Presidência e ninguém

me ligou. Não sei se tem que ligar para a Presidência, mas ninguém me ligou.

Concedo a palavra, pela ordem, ao Senador Arthur Virgílio.

**O SR. ARTHUR VIRGÍLIO** (PSDB – AM. Pela ordem. Sem revisão do orador.) – Sr<sup>a</sup> Presidente, aliás, eu aqui deixo isto bem claro para o Senador Romeu Tuma.

Senador Romeu Tuma, é com muito orgulho que digo que fui procurado pela Diretoria do Centro Acadêmico XI de Agosto, a 104<sup>a</sup> Diretoria do Centro Acadêmico XI de Agosto, pedindo que inserisse nos Anais da Casa um Manifesto que condena o que, para eles, para mim e para amplos segmentos da população brasileira, é um estado de corrupção, de desrespeito ao ordenamento jurídico e à ética na vida pública. O Centro Acadêmico XI de Agosto manifesta claramente a sua opinião de que isso não é tolerável.

Estiveram aqui por ocasião da posse dessa excelente figura que é o Ministro Henrique Ricardo Lewandowski, professor deles, e não quiseram deixar passar a oportunidade de, aqui na Capital Federal, se posicionarem, os líderes do Centro Acadêmico XI de Agosto, pedindo ética e mais respeito do Governo Brasileiro ao seu povo.

**A SRA. PRESIDENTE** (Serys Slhessarenko. Bloco/PT – MT) – Com a palavra o Senador César Borges, por cinco minutos.

**O SR. CÉSAR BORGES** (PFL – BA) – Senadora que preside neste momento a sessão, eu lhe pediria compreensão – e eu tive muita compreensão; muitas questões de ordem; ouvimos a todos com paciência – para que eu possa ter o mesmo tempo que os outros Senadores tiveram aqui, pois eu estava inscrito para os dez minutos.

**A SRA. PRESIDENTE** (Serys Slhessarenko. Bloco/PT – MT) – Presto-lhe um esclarecimento. Nós prorrogamos a sessão por quinze minutos. Há três oradores. Pela prorrogação, nós teríamos somente cinco minutos para cada orador. Por isso, estou solicitando que cada um...

**O SR. CÉSAR BORGES** (PFL – BA) – Prorrogue mais, por favor. Prorrogue por uns trinta minutos. Enquanto Senadores tiverem questões importantes a serem debatidas, eu acho que devem ser os dez minutos regulamentares, regimentais.

**A SRA. PRESIDENTE** (Serys Slhessarenko. Bloco/PT – MT) – Com a palavra o Senador César Borges.

**O SR. CÉSAR BORGES** (PFL – BA. Pronuncia o seguinte discurso. Sem revisão do orador.) – Eu lhe agradeço, Sr<sup>a</sup> Presidente, com todo apreço que tenho por V. Ex<sup>a</sup>. Mas é lamentável que a Senadora Ideli tenha se ausentado neste momento, porque, Sr<sup>a</sup> Presidente,

eu assisti à reunião da CPI dos Bingos e verifiquei que a linha de defesa do Partido dos Trabalhadores se deu em torno de que deveria ser preservada a vida privada, sem levar em conta o Partido dos Trabalhadores de que, com isso, há um reconhecimento explícito de que o Ministro esteve na casa do Lago Sul, que, lamentavelmente, tem o número 25, o número do meu Partido, na porta. Péssima escolha fez a República de Ribeirão Preto ao alugar essa casa.

Sr<sup>a</sup> Presidente, o importante é que o Brasil, neste momento, tem um Ministro da Fazenda, a principal autoridade financeiro-monetária do País, que não aparece em público desde a viagem do Presidente Lula à Inglaterra. Não despacha mais no Ministério da Fazenda e se reporta apenas à opinião pública por meio de notas. Não vai ao Ministério, porque a imprensa vai assediá-lo e ele não tem como responder às perguntas. Ou seja, temos um Ministro da Fazenda que, reconhecidamente, até pelos Srs. Membros do Partido dos Trabalhadores, nesta Casa, e pela defesa que fizeram de que não se poderia avançar pelas relações íntimas, pessoais do Ministro da Fazenda, cometeu um crime de perjúrio.

Senador Roberto Saturnino, V. Ex<sup>a</sup> é do PT. Ele veio à CPI dos Bingos e disse que não esteve naquela casa. Senadora Ideli, ele disse que não esteve naquela casa. Ele disse a todos nós, não apenas aos Senadores, mas a todo o País. Ele reafirmou de forma categórica que não esteve na casa, ele reafirmou de forma categórica que há muito tempo não tinha relacionamento com a República de Ribeirão Preto, principalmente com o Sr. Buratti, o que não é verdade e está sobejamente demonstrado que não é verdade.

Então, nós temos hoje o Ministro da Fazenda manietado e sobre o qual o Presidente da República diz, por sua vontade imperial, que merece toda confiança e permanecerá no Governo.

Que não se use a desculpa de que a economia sofreria com a saída de um ministro que hoje sofre todo tipo de suspeição! A economia e os seus fundamentos estão assegurados pelos índices que hoje nós verificamos no nível de mercado tão contemplado e apreciado pelo Governo Federal, porque precisa deixar o mercado tranqüilo. O mercado está tranqüilo. Não há o menor problema.

Hoje, o **Globo On Line** publica **As Suspeitas contra Palocci**:

Denúncia de mesada em Ribeirão Preto.

Rogério Buratti, que foi secretário de Governo de Antonio Palocci em Ribeirão Preto, afirmou que a empresa Leão & Leão pagou,



entre 2001 e 2002, uma mesada de R\$50 mil ao então prefeito da cidade, Antonio Palocci.

#### **As Suspeitas contra Palocci:**

Suspeita de lobby para bingos.

Em depoimento ao Ministério Público, Rogério Buratti, que foi secretário de Governo de Palocci em Ribeirão Preto, também teria dito que o então prefeito esteve em 2002 num encontro com dois angolanos, donos de bingos.

E aí vem toda a relação dessas investigações pela CPI dos Bingos.

#### **As Suspeitas contra Palocci:**

Acusação de tráfico de influência.

Adhemar Palocci, irmão do ministro da Fazenda, é acusado de tráfico de influência para beneficiar a seguradora Interbrazil. A empresa fez doações para a campanha petista em Goiânia, onde Adhemar foi secretário municipal. Adhemar também é acusado de operar um caixa dois de campanhas petistas em Goiás.

#### **As Suspeitas contra Palocci:**

Os dólares de Cuba.

Ex-assessores do ministro em Ribeirão Preto, Ralph Barquete e Vladimir Poletto teriam intermediado remessa de dólares de Cuba para a campanha de Lula em 2002.

#### **As Suspeitas contra Palocci:**

Ligações para Juscelino Dourado.

O chefe de gabinete do ministro da Fazenda, Juscelino Dourado, saiu do cargo depois que vieram a público ligações telefônicas dele com o advogado Rogério Buratti. Dourado acabou admitindo que também recebeu Buratti diversas vezes no Ministério da Fazenda. Mas alegou que era só para tratar de assuntos particulares.

#### **As Suspeitas contra Palocci:**

O celular do secretário.

Secretário particular do ministro da Fazenda, Ademirson Ariovaldo da Silva, recebeu num celular ligações de Buratti e Vladimir Poletto. Esse telefone já teria sido usado pelo ministro Palocci ainda há época do governo de transição, mas a assessoria garante que o número era do assessor. Foram 1.434 ligações somente com Poletto e Ademirson, de março de 2003 até agosto deste ano, mais de 51 horas de conversas.

#### **As Suspeitas contra Palocci:**

Casa do Lago.

Em depoimento na CPI dos Bingos, Buratti revelou que ele e ex-assessores de Palocci em Ribeirão Preto se reuniam numa luxuosa casa no Lago Sul de Brasília. Segundo Buratti, a mansão seria uma “central de negócios”. Em janeiro, também na CPI, o ministro disse que nunca esteve na casa. Dois meses depois, o motorista Francisco das Chagas e o caseiro Francenildo Santos afirmaram na CPI que Palocci freqüentava a mansão.

É isso hoje é reconhecido até pela Senadora Ideli Salvatti, que o Ministro lá esteve, apenas que não é possível invadir a privacidade do Ministro, que esteve praticando...

Essa foi a linha de defesa do PT, para tentar impedir, no Supremo Tribunal, inclusive, o depoimento, e pedindo, reservadamente, o depoimento do caseiro Francenildo.

**A Srª Ideli Salvatti** (Bloco/PT – SC) – Senador César Borges, não autorizo o senhor a dar declarações a respeito do que eu penso, do que eu disse ou do que eu imagino.

**O SR. CÉSAR BORGES** (PFL – BA) – Não preciso de sua autorização. Está gravado o que V. Exª declarou.

**A Srª Ideli Salvatti** (Bloco/PT – SC) – Porque, em nenhum momento, eu fiz declarações desse porte, como V. Exª está reportando da tribuna.

**A SRª PRESIDENTE** (Serys Slhessarenko. Bloco/PT – MT) – Por favor, um instante. Por favor.

**O SR. CÉSAR BORGES** (PFL – BA) – Declarou. Não preciso de nenhuma autorização de V. Exª. A linha de defesa para pedir uma sessão reservada é que havia fatos privados...

**A Srª Ideli Salvatti** (Bloco/PT – SC) – Reservada e que havia fatos privados.

**O SR. CÉSAR BORGES** (PFL – BA) – ... fatos privados com relação à vida...

**A Srª Ideli Salvatti** (Bloco/PT – SC) – Da vida privada de pessoas.

**O SR. CÉSAR BORGES** (PFL – BA) – Por que privada?

**A SRA. PRESIDENTE** (Serys Slhessarenko. Bloco/PT – MT) – Um instante.

**A Srª Ideli Salvatti** (Bloco/PT – SC) – Porque, naquela casa, aconteciam questões de foro íntimo de pessoas.

**O SR. CÉSAR BORGES** (PFL – BA) – Então, o Ministro esteve na casa?

**A Srª Ideli Salvatti** (Bloco/PT – SC) – Em nenhum momento eu disse do Ministro. Em nenhum momento.

**O SR. CÉSAR BORGES** (PFL – BA) – Não, fatos íntimos revelados pelo caseiro da casa do Lago Sul de número 25?

**A Srª Ideli Salvatti** (Bloco/PT – SC) – Em nenhum momento. Naquela casa aconteciam atos relacionados à vida íntima de pessoas.

**A SRª PRESIDENTE** (Serys Slhessarenko. Bloco/PT – MT) – Senador César Borges.

**A Srª Ideli Salvatti** (Bloco/PT – SC) – Portanto, não ponha na minha boca o que eu não disse, Senador César Borges.

**O SR. CÉSAR BORGES** (PFL – BA) – Disse; está explícito.

**A Srª Ideli Salvatti** (Bloco/PT – SC) – Não disse, não disse.

**O SR. CÉSAR BORGES** (PFL – BA) – É claro.

*(A Srª Presidente faz soar a campanha.)*

**A Srª Ideli Salvatti** (Bloco/PT – SC) – Isso aí é inferência e conclusão de V. Exª, que não está autorizado a colocar na minha boca coisa que eu não disse.

*(A Srª Presidente faz soar a campanha.)*

**O SR. CÉSAR BORGES** (PFL – BA) – Coloco da forma que eu desejar. Na tribuna, é livre. E V. Exª fez uma linha de defesa com o seu Partido, que, para todos nós, está muito claro que, na casa do Lago Sul, esteve o Ministro Palocci, porque não se deseja que se revele a parte íntima, a parte da vida privada. Isso é um reconhecimento explícito – não é implícito, não – de que ele lá esteve. Ou seja, temos um Ministro da Fazenda que mentiu na CPI dos Bingos e que mentiu para a Nação brasileira. Isso é o importante, Senador Antero Paes de Barros. Como manter a principal autoridade monetária deste País, o Ministro da Fazenda, sob essa suspeição? E ele não veio explicar absolutamente nada. Tentou-se calar o Francenildo e invadir, aí sim, o seu sigilo, que é sagrado e que só poderia ser quebrado por ordem judicial. Essa é a verdade a que estamos assistimos.

Mais do que isso, Srª Presidente: o motorista diz hoje ter levado dinheiro ao Ministério da Fazenda. O motorista fala mais. Fala que levava dinheiro, em envelopes, e o entrega aos assessores – o Sr. Ademirson Ariovaldo da Silva. Olhem a suspeição sobre o Ministro da Fazenda!

Há outra testemunha: corretor diz ter visto Palocci com lobistas. Está dito na **Folha de S. Paulo** – não sou eu que estou dizendo: terceira testemunha apareceu e afirmou ter visto o Ministro Antonio Palocci na companhia de seus ex-assessores da Prefeitura de

Ribeirão Preto num imóvel alugado em Brasília. É o corretor Carlos Magalhães, que intermediou a alocação de uma casa no Setor de Mansões Dom Bosco, bairro nobre de Brasília, para o grupo hoje conhecido como República de Ribeirão Preto.

Com isso, Srª Presidente, Srªs e Srs. Senadores, está sobejamente demonstrado que o Ministro Palocci, por mais simpático, educado e cavalheiro que seja, não tem condições hoje de permanecer no cargo de Ministro da Fazenda, sob pena de termos um Ministro totalmente desacreditado para negociar em nome do País e para ditar as regras necessárias à estabilidade econômica que queremos, sim, para o País.

Era o que eu tinha a dizer.

Obrigado, Srª Presidente.

**A SRA. PRESIDENTE** (Serys Slhessarenko. Bloco/PT – MT) – Prorrogo a sessão por 15 minutos.

O Senador César Borges usou do tempo a que tinha direito pela inscrição. Agora, alternando a inscrição, concedo a palavra ao Senador Roberto Saturnino por dez minutos. Logo após, concederei a palavra ao Senador Tião Viana, pela Liderança.

**O SR. ROBERTO SATURNINO** (Bloco/PT – RJ. Pronuncia o seguinte discurso. Sem revisão do orador.) – Srª Presidente, Srªs e Srs. Senadores, creio que nem vou precisar dos dez minutos para dizer o que me vem à mente e ao coração neste momento.

Em primeiro lugar, quero dizer que confio plenamente na consciência política, na inteligência do povo brasileiro, que nos vê, que nos escuta, que lê os jornais, que, enfim, dialoga sobre os acontecimentos que estão ocorrendo neste País. Confio também nas nossas instituições, que são capazes de trazer a verdade.

Há oito ou dez meses, afirmávamos que a verdade apareceria. CPs trabalharam e trouxeram à tona muitas verdades, assim como a questão do caseiro Nildo e sua palavra contra o Ministro Palocci. Essa questão também será esclarecida e a verdade aparecerá. Não tenho a menor dúvida disso. Confio nas instituições e, no aparecimento da verdade, que resulta do seu funcionamento.

Srª Presidente, ficar escutando neste plenário estes qualificativos de “Governo podre, chantagista, bolchevique, Governo que acabou” me traz à mente coisas que escutei em passado muito remoto, mas que estão aí presentes; a velha vocação udenista de criar escândalos, a velha vocação dos liberais deste País, que sempre serviram ao mercado, sempre serviram às privatizações, sempre serviram, enfim, aos interesses que acabam dominando a capacidade do povo de realizar seus desígnios e o progresso que refleta em benefício deles.

Quer dizer, esse modelo que esteve presente tanto tempo neste País é que produziu essa doença refletida no documentário a que toda a Nação brasileira assistiu chocada e eu também, triste e revoltado, domingo, o grande documentário feito pelo Celso Athayde e MV Bill a respeito da vida do tráfico e do envolvimento das crianças brasileiras, que não têm mais esperança no trabalho, que não têm mais nenhuma expectativa na dignidade vinda do trabalho, em razão de toda essa falta da presença do Estado em políticas públicas capazes de contrariar a tendência de fabricação de injustiça e de concentração que o mercado produz.

Então, é a velha consciência, é a velha vocação de criar escândalos para que não se discuta o Bolsa-Família – tudo bem, gostei de escutar o Senador Romeu Tuma dizer que o Bolsa-Família não basta; também acho que não basta. Quero que vá para frente, que aprofunde mais. O salário mínimo da mesma forma, que se transforme numa política de longo prazo. Temos que decidir e votar isso, uma proposta de recuperação substantiva do salário mínimo a longo prazo; a agricultura familiar; o microcrédito, o Fundeb, que temos a responsabilidade de votar no menor tempo possível, porque é um grande avanço, é uma redenção sobre a população brasileira, que precisa de educação.

Enfim, Sr. Presidente, enquanto essas urgências estão postas e o povo esperando exatamente a crítica sobre aquilo que falta ainda, porque o Governo não é perfeito, tem ainda deficiências que precisam ser corrigidas, não convém esse bombardeio, essa artilharia de acusações que são absolutamente deprimentes e que vão vir à tona. A verdade emergirá. Não depende da nossa alteração, porque a verdade vai aparecer no prazo correto, como toda verdade.

Então, o que é importante é que se reconheçam as políticas públicas que estão sendo executadas em benefício exatamente da justiça social, da melhoria desta situação de desigualdade que leva à descrença da possibilidade de uma vida digna e que leva os meninos a aderirem ao tráfico, conforme mostrou o documentário de MV Bill e Celso Athayde.

**O Sr. Heráclito Fortes** (PFL – PI) – Permite-me V. Ex<sup>a</sup> um aparte?

**O SR. ROBERTO SATURNINO** (Bloco/PT – RJ) – Claro, com muito prazer, nobre Senador Heráclito Fortes.

**A Sr<sup>a</sup> Ideli Salvatti** (Bloco/PT – SC) – Gostaria que depois V. Ex<sup>a</sup> também concedesse a mim um aparte, Senador Roberto Saturnino.

**O Sr. Heráclito Fortes** (PFL – PI) – Senador Roberto Saturnino, V. Ex<sup>a</sup> é um dos Parlamentares desta Casa que a Nação gosta de ouvir. Mas eu lhe perguntaria se a Oposição pode-se calar ou deve-se calar diante

dos escândalos constantes que aparecem. V. Ex<sup>a</sup> há de convir que o transporte do dinheiro na mala ou na cueca não foi obra da Oposição, e sim de militantes do PT ou de membros do Governo; que a denúncia do mensalão, feita até por um conterrâneo de V. Ex<sup>a</sup>, Deputado Roberto Jefferson, também não foi obra nossa; que o episódio do Sr. Maurício Marinho não foi obra nossa, assim como o do Waldomiro Diniz. O que a Oposição faz, cumprindo o seu dever e V. Ex<sup>a</sup> foi um opositor brilhante nesta Casa, é desempenhar um papel de ser a ressonância da Nação. Trazemos aqui o que a Nação cobra nas ruas: esclarecimentos sobre esses fatos. Imagine V. Ex<sup>a</sup> a Oposição se calar diante disso. Não há nenhum espírito lacerdista, como V. Ex<sup>a</sup> quis impor à Oposição atual, embora muitos aqui e eu me incluo entre eles tenham admiração pelo ex-Governador do Rio de Janeiro, o Sr. Carlos Lacerda. Mas não, estamos diante de fatos. Cabe ao Governo mostrar o lado positivo; cabe à Oposição criticar. Sempre foi assim, e não vamos desvirtuar o nosso papel.

**O SR. ROBERTO SATURNINO** (Bloco/PT – RJ) – Senador Heráclito, V. Ex<sup>a</sup> usou a expressão correta. É dever da Oposição fazer essas questões, como o fez V. Ex<sup>a</sup>. Todas essas questões foram levadas para as CPIs e apuradas. Mal ou bem, com atritos aqui e ali, mas foram apuradas de uma forma em que o Governo, a instituição governamental não foi posta em xeque.

Agora, se o tipo de acusação deriva para o mar de lama, muda de categoria.

**O Sr. Heráclito Fortes** (PFL – PI) – Temos agora esse episódio desse rapaz, que teve o sigilo bancário quebrado.

**O SR. ROBERTO SATURNINO** (Bloco/PT – RJ) – Trata-se de um episódio; então, vamos apurá-lo. Isso vai ser apurado, mas não significa que o Governo esteja sufocado, asfixiado por um mar de lama ou por um mar de que sei lá que outra porcaria.

Mas o fato é que isso é o importante, porque o papel da Oposição tem de ser exercido, evidentemente. V. Ex<sup>a</sup> falou corretamente.

**O Sr. Heráclito Fortes** (PFL – PI) – Agradeço a V. Ex<sup>a</sup>

**O SR. ROBERTO SATURNINO** (Bloco/PT – RJ) – Agradeço o aparte de V. Ex<sup>a</sup> e ouço a Senadora Ideli Salvatti.

**A Sr<sup>a</sup> Ideli Salvatti** (Bloco/PT – SC) – Senador Saturnino, ao longo de toda a tarde, V. Ex<sup>a</sup> se manteve atento aos debates. É a primeira vez que V. Ex<sup>a</sup> está utilizando a palavra nesta conturbada sessão e V. Ex<sup>a</sup> vem à tribuna com a voz de alguém da sabedoria da sua idade, da sabedoria dos que acompanham fatos ao longo da história brasileira que em muitos momen-

tos se assemelham ao que estamos vivenciando hoje. Em muitos momentos!

**O SR. ROBERTO SATURNINO** (Bloco/PT – RJ) – É verdade, Senadora. Por isso eu me referi a eles.

**A Sr<sup>a</sup> Ideli Salvatti** (Bloco/PT – SC) – E foi muito interessante, porque não tive oportunidade de assistir à série JK e fui alertada por nada mais, nada menos do que o Presidente Lula, num dos seus pronunciamentos, sexta-feira, em Santa Catarina, quando ele teve a oportunidade de assistir a um dos capítulos. É muito interessante a maneira como determinados fatos ocorreram na história, os tais mares de lama, acusações conturbando e impedindo, em outros momentos, determinados presidentes de governar, principalmente quando estavam afrontando os interesses ou fazendo modificações significativas nos interesses da elite brasileira. O Presidente Lula utilizou, em Santa Catarina, uma expressão assim: “Se formos fazer o exame de DNA dos que hoje falam e dos que falaram antigamente, vamos encontrar muita coincidência”. Então, fico aqui muito satisfeita em ouvir a sabedoria da sua voz, colocando as coisas nos seus devidos lugares, numa sessão tão conturbada, em que vários de nós nos passamos, como costumamos dizer em termos mais populares. Além do mais, V. Ex<sup>a</sup> traz outra questão: muito disso – como já aconteceu em outras épocas e pode estar acontecendo agora – é para encobrir e impedir que as políticas públicas adequadas para a maioria da população prossigam. Então, a Senadora Serys terminou o seu discurso inicial, do qual só escutei o final, de uma forma muito clara: “Deixem o Lula governar”. A Oposição faz oposição, mas deixem o Lula governar, porque a população quer governo, ações, políticas públicas que melhorem o seu cotidiano. E creio que é isso o que apavora tanto e faz com que tenhamos repetição de episódios muito assemelhados a outros que já vivenciamos em nosso País.

**O SR. ROBERTO SATURNINO** (Bloco/PT – RJ) – Obrigado, Senadora Ideli Salvatti. V. Ex<sup>a</sup> interpretou muito bem o sentimento que me trouxe à tribuna e reforçou enormemente o meu pronunciamento.

**O Sr. Arthur Virgílio** (PSDB – AM) – Senador, V. Ex<sup>a</sup> me concede um aparte?

**O SR. ROBERTO SATURNINO** (Bloco/PT – RJ) – Ouço o Senador Arthur Virgílio.

**O Sr. Arthur Virgílio** (PSDB – AM) – Senador Roberto Saturnino, sempre tive por V. Ex<sup>a</sup> um carinho pessoal muito grande. Em algum momento, chegamos a nos exacerbar aqui, mas me senti em outro momento capaz de fazer justiça a V. Ex<sup>a</sup>. Mas quero lhe dizer que V. Ex<sup>a</sup> citou várias expressões que eram minhas, precisamente minhas. O apreço que lhe tenho é enorme, mas não há nada que supere a minha consciência da

própria liberdade. Não vou pedir licença a V. Ex<sup>a</sup> para fazer oposição da maneira que eu bem entender, não vou. Espero que isso não o ofenda. Quanto a DNA, não tenho nenhum DNA de golpe em mim. Votei nulo em 1970, quando o Sr. Lula votou na Arena. Lula foi arenista em 1966, quando a ditadura se implantava. Não se pode dizer que ele não tinha consciência, porque era um operário que se alfabetizou. Afinal, outros votaram contra. Não é possível! Lembro-me dele quando era olhado com muita desconfiança por nós da esquerda, como alguém que seria vinculado ao AFL-CIO dos Estados Unidos. Não sei nem se V. Ex<sup>a</sup> mesmo já não o julgou com essa dureza. V. Ex<sup>a</sup> e eu temos uma raiz parecida. Não sei se V. Ex<sup>a</sup> já não o julgou com essa dureza que julguei eu e tantos outros, como Brizola, que era tão companheiro seu. O DNA dele não é tão bom assim, não. Votou na Arena em 1966 e votou na Arena em 1970. Era uma figura que recalcitrava na hora em que se precisava fazer frentes únicas contra o regime autoritário para acumular forças e substituir a ditadura por algo parecido com uma transição. Queríamos pela direta, mas não foi possível, e acabou sendo pela indireta. De maneira bastante hipócrita, orientou seus deputados aqui, sabendo que não eram relevantes no número, a não votarem em Tancredo Neves no Colégio Eleitoral. Alegavam que era por causa de Sarney; alegavam que era por causa do Colégio Eleitoral. Ou seja, se todos pensassem como eles, não teria havido a vitória de Tancredo, não teria havido a transição democrática. Tenho certeza absoluta de que V. Ex<sup>a</sup> foi crítico acerbo daquele esquerdismo infantil do PT àquela altura; não tenho dúvida alguma disso. Portanto, devo lhe dizer que, se, na opinião de V. Ex<sup>a</sup>, não há um mar de lama, na minha, há; se, na opinião de V. Ex<sup>a</sup>, as coisas estão andando às mil maravilhas no campo ético do País, eu diria que não estão; se, na opinião de V. Ex<sup>a</sup>, há alguém que seja serviçal do mercado – e discordo bastante de V. Ex<sup>a</sup> em economia –, ninguém mais do que Antonio Palocci seguiu à risca, mais do que todos, o receituário liberal. Quanto ao Presidente Lula governar, ele continua me devendo o que eu pedi dele: uma demonstração clara. Eu o queria em uma escrivania, com as mangas arregaçadas, trabalhando, porque não consegui ver isso ainda. Eu o vejo fazendo discurso, discurso e discurso, metendo os pés pelas mãos, falando demais. Mas não vejo uma ação concreta. Eu vejo um homem muito bafejado – e graças a Deus que é assim – por uma conjuntura internacional virtuosa, que não acontece há cinqüenta anos, e mesmo assim apresentando, sem nenhuma crise de fora para dentro, resultados pífios, bastante inexpressivos do ponto de vista do crescimento econômico. Sinceramente me sinto mais do que no direito,

mas no dever de fazer oposição a ele. E se de alguma forma o meu palavreado constrangeu V. Ex<sup>a</sup>, eu devo lamentar. Mas se V. Ex<sup>a</sup> veio fazer o seu desabafo e dizer o que sente, quando eu assomo àquela tribuna, eu não vou com menos sinceridade. Eu vou exatamente sentindo o que eu sinto. E o que eu sinto é que há clima de mar de lama, sim; que há clima de garroteamento das liberdades, sim. Eu sinto que preciso lutar por liberdade neste País, nesta quadra, tanto quanto V. Ex<sup>a</sup> e eu lutávamos antes, e tanto quanto o Lula não lutou no início da ditadura, pois ele chegou bem tarde à nossa luta. Ele chegou tardinho, tardinho. Ele não era criança, não. Ele chegou tardinho, tardinho. Ele chegou quando muitos operários já tinham morrido. Ele chegou quando muita gente já tinha sido presa, e ele votando na Arena, votando não sei no que, argumentando que era uma pessoa alienada. Ou seja, DNA por DNA, eu sou muito mais o meu do que o dele. E eu duvido que V. Ex<sup>a</sup>, que conhece os dois DNAs, se tivesse de escolher um deles para sobreviver, por DNA, ficasse com ele. Eu duvido.

**O SR. ROBERTO SATURNINO** (Bloco/PT – RJ) – Senador Arthur Virgilio, eu fui crítico do Senhor Luiz Inácio Lula da Silva durante muito tempo e do PT também; eu sou recente no PT. Agora, o que eu quero é reconhecer os avanços que estão sendo produzidos depois daquela calamidade do neoliberalismo, que não foi só do Presidente Fernando Henrique, foi desde o Presidente Collor, e que ele está efetivamente mudando. Por quê? Porque parou as privatizações, restabeleceu as políticas desenvolvimentistas das estatais, porque está fazendo os programas sociais. O que eu quero é que ele avance mais. Fiz as minhas críticas também à própria política do Governo e à própria política do Ministro Palocci. Só que eram críticas construtivas. Eu criticava para que fosse feito um avanço maior. Não eram críticas nos termos que hoje escutei aqui. Não. Deus me livre. Não quero, nem de longe passou pela minha cabeça a pretensão de tirar de V. Ex<sup>a</sup> o direito do desabafo. V. Ex<sup>a</sup> disse que teve o mesmo sentimento agora. Também faço a minha crítica dentro do espírito que me parece adequado a esta instituição.

Escuto V. Ex<sup>a</sup>.

**O Sr. Arthur Virgilio** (PSDB – AM) – Se tem uma coisa que eu respeito em V. Ex<sup>a</sup> é precisamente a honradez. Honradez para mim não é brincadeira.

**O SR. ROBERTO SATURNINO** (Bloco/PT – RJ) – Devo dizer que da mesma forma o respeito é absolutamente recíproco.

**O Sr. Arthur Virgilio** (PSDB – AM) – A honradez, tanto para V. Ex<sup>a</sup> quanto para mim, quanto para as demais pessoas, deve ser essa óbvia de V. Ex<sup>a</sup> e eu não tenho medo de quebrarem nossos sigilos. O Okamoto-

tem. É um fato. V. Ex<sup>a</sup> e eu não temos, o Okamoto tem. Também a honradez intelectual...

*(Interrupção do som.)*

**O Sr. Arthur Virgilio** (PSDB – AM) – ... V. Ex<sup>a</sup>, a considerar neoliberal não só o Governo passado como outros, talvez esteja se referindo ao Governo do Presidente Itamar ou o do Collor mesmo, que tinha esse corte de abertura, enfim, eu não sei que diferenças tão extraordinárias acharia, se se manteve, se se aprofundou a política econômica, se o tal rompimento com o FMI não foi rompimento. Ao contrário, foi a quitação. Foi o primeiro da sala, o mais bom moço de todos que quitou e está com a banca aberta para, ao primeiro problema, correr para lá. Ou seja, V. Ex<sup>a</sup> é crítico de uma política da qual eu não sou crítico. Eu sou crítico da forma como está se comportando no plano moral o Sr. Palocci. Não sou crítico da política dele. V. Ex<sup>a</sup> é. Eu não acho que nem eu nem Palocci sejamos neoliberais. Agora, V. Ex<sup>a</sup> não poderia, a meu ver, cantar louros dos resultados da política econômica que V. Ex<sup>a</sup> combate. V. Ex<sup>a</sup> combate a política de Palocci. Eu digo que não. Eu digo que, sem ela, seria o caos. V. Ex<sup>a</sup> acha que teria uma outra melhor. Mas não dá para, ao mesmo tempo, V. Ex<sup>a</sup> dizer: “Então, foi feita uma grande transformação fundada na política na qual eu, Roberto Saturnino, não creio.” Eu entendo que não houve neoliberalismo em nenhum desses momentos, nem com Itamar nem com Fernando Henrique. Se eu vejo alguma coerência em Palocci, e tenho visto muita, ele não deixaria de privatizar se houvesse um estoque de empresas para privatizar. Eu não consigo imaginar que ele faça a política que está fazendo e não privatize. Quebra dos monopólios. Se meu pai fosse vivo, teria sido contra o meu voto a favor da quebra dos monopólios, tenho certeza absoluta. V. Ex<sup>a</sup> o conheceu bem, e eu, mais do que ninguém, o conheci. Meu pai seria uma pessoa, hoje, talvez ... Meu pai era o Brizola, ia por onde fosse. Por outro lado, quando hoje se comemora a auto-suficiência em petróleo, eu ligo à seqüência de trabalhos que a Petrobras fez, à cultura dessa empresa, ligo à reforma administrativa que se fez no Governo passado, ligo à quebra do monopólio que tornou a empresa mais ágil, menos cartorial, mais firme para competição. Começo em Bilac Pinto, em Getúlio Vargas, começo em Horta Barbosa, vou passando por todos até chegar no Presidente Lula, que recebeu 4% a menos de auto-suficiência. No entanto, estão preparando agora, com Duda Mendonça, isso não é moral, R\$30 milhões de propaganda para dar a entender que também a Petrobras foi descoberta neste Governo. Se tem uma pessoa que imagino que vai saber ser coerente e não embarcar nesse canto de sereia é V. Ex<sup>a</sup>, que tem todo

o direito de me criticar. Tenho a maior honra de estar aqui debatendo com V. Ex<sup>a</sup>. Aí cobro o tino de V. Ex<sup>a</sup> pelo respeito e pelo carinho que lhe tenho.

**A SRA. PRESIDENTE** (Serys Slhessarenko. Bloco/PT – MT) – Senador Roberto Saturnino, solicito que V. Ex<sup>a</sup> encerre o seu pronunciamento.

**O SR. ROBERTO SATURNINO** (Bloco/PT – RJ) – Vou encerrar, Sr<sup>a</sup>. Presidente.

Finalizando, muito brevemente, quero dizer ao Senador Arthur Virgílio, como disse várias vezes desta tribuna, que não acho que a política do Governo Lula seja a mesma política dos governos anteriores. É a mesma política fiscal e monetária, mas política econômica não é só isso. O neoliberalismo é a retirada do Estado, é a privatização, é a entrega total ao mercado, e isso o Presidente Lula reformulou, colocando as empresas estatais a serviço do desenvolvimento.

**O Sr. Arthur Virgílio** (PSDB – AM) – Nós vimos a privatização do Estado para o Delúbio. O Estado foi privatizado para o Delúbio e para o Marcos Valério.

**A SRA. PRESIDENTE** (Serys Slhessarenko. Bloco/PT – MT) – Por favor, por favor.

**O SR. ROBERTO SATURNINO** (Bloco/PT – RJ) – Estou falando em outros termos. V. Ex<sup>a</sup> está mudando os termos da minha afirmação. Estou dizendo que a política é bem diferente, não só a política de intervenção do Estado, como a política de natureza social. Por conseguinte, é diferente, e quero manter isso que foi o avanço e ampliar esse avanço.

**A SRA. PRESIDENTE** (Serys Slhessarenko. Bloco/PT – MT. Fazendo soar a campanha.) – Por favor, Senador.

**O Sr. Arthur Virgílio** (PSDB – AM) – Quando os bancos lucraram mais do que agora? Em que época os bancos lucraram mais do que agora?

**A SRA. PRESIDENTE** (Serys Slhessarenko. Bloco/PT – MT) – Senador, por favor, solicite um aparte.

**O Sr. Arthur Virgílio** (PSDB – AM) – Senador Saturnino, em que época os bancos lucraram mais do que agora?

**O SR. ROBERTO SATURNINO** (Bloco/PT – RJ) – Sim, a política monetária e fiscal é a mesma, e claro que a tendência é aumentar mesmo.

**O Sr. Arthur Virgílio** (PSDB – AM) – Mas o resto havia: o Bolsa-Escola, o Programa de Erradicação do Trabalho Infantil, isso tudo havia. Se não houver, há uma explosão social no País.

**O SR. ROBERTO SATURNINO** (Bloco/PT – RJ) – Não, houve muito avanço. O Fundeb é um avanço significativo, que nós temos de votar.

**O Sr. Arthur Virgílio** (PSDB – AM) – E o Fundef não? O Fundef não?

**O SR. ROBERTO SATURNINO** (Bloco/PT – RJ) – Foi, mas o Fundeb é outro papo.

**O Sr. Arthur Virgílio** (PSDB – AM) – Mas qual é a diferença?

**A SRA. PRESIDENTE** (Serys Slhessarenko. Bloco/PT – MT) – Solicito ao Senador Saturnino que conceda um aparte ao Senador. Não podemos continuar com esse debate dessa forma!

**O SR. ROBERTO SATURNINO** (Bloco/PT – RJ) – É porque eu pretendia encerrar, mas o Senador Arthur Virgílio não se conformou e, com todo o direito, quer mais um esclarecimento.

**A SRA. PRESIDENTE** (Serys Slhessarenko. Bloco/PT – MT) – Solicito ao Senador Arthur Virgílio, se quiser usar da palavra, solicite o aparte, por favor.

**O Sr. Arthur Virgílio** (PSDB – AM) – Quando há mais apego e mais respeito ao debate, deve-se prorrogar. Alguém vai para o cinema?

**A SRA. PRESIDENTE** (Serys Slhessarenko. Bloco/PT – MT) – Solicite o aparte, Senador.

**O Sr. Arthur Virgílio** (PSDB – AM) – Prorroge até às 22 horas a sessão.

**A SRA. PRESIDENTE** (Serys Slhessarenko. Bloco/PT – MT) – Solicite o aparte.

**O Sr. Arthur Virgílio** (PSDB – AM) – As pessoas lá fora trabalham que é um horror. Aqui, estamos achando que temos de ir para casa às 19 horas para ver a novela?

**A SRA. PRESIDENTE** (Serys Slhessarenko. Bloco/PT – MT) – Solicite o aparte ao Senador que está na tribuna.

**O Sr. Arthur Virgílio** (PSDB – AM) – Sim, mas nós estamos fazendo um aparte aqui. Prorroge, deixe-o falar por uma hora e eu o aparteio por mais o tempo que eu quiser. Agora, não dá para achar que temos de encerrar a sessão. Isso não existe.

**O SR. ROBERTO SATURNINO** (Bloco/PT – RJ) – Eu não quero falar mais uma hora, não.

**A SRA. PRESIDENTE** (Serys Slhessarenko. Bloco/PT – MT) – O senhor tem de respeitar, por favor.

**O SR. ROBERTO SATURNINO** (Bloco/PT – RJ) – O que quero dizer é que, se o Presidente Lula não tivesse sido eleito, hoje, o BNDES, o Banco do Brasil e a Caixa Econômica estariam todos privatizados, porque estava tudo prontinho para privatizar.

**O Sr. Arthur Virgílio** (PSDB – AM) – Não, é uma suposição de V. Ex<sup>a</sup>.

**O SR. ROBERTO SATURNINO** (Bloco/PT – RJ) – Só a Petrobras é que não eu sei.

**O Sr. Arthur Virgílio** (PSDB – AM) – É uma suposição de V. Ex<sup>a</sup>.

**O SR. ROBERTO SATURNINO** (Bloco/PT – RJ) – Ela, talvez, precisasse de um pouco mais de tempo.

**O Sr. Arthur Virgílio** (PSDB – AM) – Não vejo. Como é que se iria privatizar o BNDES? Como se vai lucrar privatizando...

**A SRA. PRESIDENTE** (Serys Slhessarenko. Bloco/PT – MT) – Pergunto ao Senador Saturnino, por favor! Eu pergunto se o senhor concedeu o aparte ao Senador Arthur Virgílio.

**O SR. ROBERTO SATURNINO** (Bloco/PT – RJ) – Não, mas o Senador gosta de...

**A SRA. PRESIDENTE** (Serys Slhessarenko. Bloco/PT – MT) – Não, conceda o aparte, por favor.

**O Sr. Arthur Virgílio** (PSDB – AM) – Então, eu lhe peço o aparte, Senador.

**O SR. ROBERTO SATURNINO** (Bloco/PT – RJ) – Está concedido.

**O Sr. Arthur Virgílio** (PSDB – AM) – Muito bem. Senador, como é que se vai privatizar o BNDES? Como é que se vai imaginar que a infra-estrutura do Município de Maués, no Amazonas, vai ser feita com dinheiro particular? V. Ex<sup>a</sup> é funcionário do BNDES. V. Ex<sup>a</sup> não acredita nisto, que alguém fosse...

**O SR. ROBERTO SATURNINO** (Bloco/PT – RJ) – Acredito, acredito, porque eu assisti ao Sr. Roberto Campos, que era um prócer neoliberal, querer privatizar.

**O Sr. Arthur Virgílio** (PSDB – AM) – Não, mas ele não tinha nada com o governo passado.

**O SR. ROBERTO SATURNINO** (Bloco/PT – RJ) – Ele criou os bancos de investimentos para isso.

**A SRA. PRESIDENTE** (Serys Slhessarenko. Bloco/PT – MT) – Por favor, Senador Saturnino, está concedido o aparte. Vamos aguardar o término do aparte.

**O Sr. Arthur Virgílio** (PSDB – AM) – Ele não tinha nada com o governo passado. Ele não tinha nada com o nosso governo.

**A SRA. PRESIDENTE** (Serys Slhessarenko. Bloco/PT – MT) – Senador Roberto Saturnino, está concedido o aparte. Vamos aguardar o término do aparte.

**O SR. ROBERTO SATURNINO** (Bloco/PT – RJ) – Tem tudo a ver, porque era um neoliberal, com as mesmas políticas. A tese de que o Estado atrapalha, e é preciso...

**O Sr. Arthur Virgílio** (PSDB – AM) – V. Ex<sup>a</sup> vê fantasmas.

**A SRA. PRESIDENTE** (Serys Slhessarenko. Bloco/PT – MT) – Senador Roberto Saturnino, por favor, V. Ex<sup>a</sup> concedeu o aparte. Aguarde o Senador Arthur Virgílio terminar o aparte.

**O Sr. Arthur Virgílio** (PSDB – AM) – O Estado hoje é outro, não mais aquele Estado mamute. As privatizações foram boas até do ponto de vista ético. Imagine o Delúbio com mais teles. Não teria havido a revolução das telecomunicações, não teria havido o novo passo que será dado da televisão digital, que teve a ver com o primeiro passo que foi o da quebra

dos monopólios. Tenho a impressão de que essa é a compreensão que, inclusive, o Presidente Lula tem hoje com clareza. Essa é a compreensão do Palocci. Não consigo imaginar um governo que governe diferente. Reclamo dele por outros aspectos. Há uma inação administrativa grande.

*(Interrupção do som.)*

**O Sr. Arthur Virgílio** (PSDB – AM) – Há uma propaganda excessiva, que, para mim, chega a ser “fascizante”. Não posso entrar num avião sem ver a propaganda. Aquilo me irrita. Estou pagando a passagem e tenho que ficar ouvindo aquela propaganda. Ao mesmo tempo, não vejo coerência entre se ter essa política econômica e não se privatizar tudo quanto o Governo privatizou, se porventura o estoque de empresas estatais estivesse à mão. Palocci ia lutar muito por isso. Marcos Lisboa também. E não tenho dúvida de que Lula iria atendê-los. Vamos convir que, até agora, em matéria econômica, V. Ex<sup>a</sup> não foi atendido em nada.

**O SR. ROBERTO SATURNINO** (Bloco/PT – RJ) – Fui atendido, sim, Senador.

**O Sr. Arthur Virgílio** (PSDB – AM) – Em quê? Em matéria econômica?

**O SR. ROBERTO SATURNINO** (Bloco/PT – RJ) – Sim.

**O Sr. Arthur Virgílio** (PSDB – AM) – V. Ex<sup>a</sup> está de acordo com um trilhão de dívida pública interna?

**O SR. ROBERTO SATURNINO** (Bloco/PT – RJ)

– Não. Fui atendido na encomenda da Petrobras das plataformas e dos navios no Brasil e no fato de o BNDES retomar a política de planejamento e financiamento. Fui atendido nos programas sociais a que deram início e em que precisam se aprofundar. Fui atendido no reajuste do salário mínimo. Eu me sinto atendido. Agora, eu quero mais. É diferente!

**O Sr. Arthur Virgílio** (PSDB – AM) – V. Ex<sup>a</sup> me permite outro aparte? V. Ex<sup>a</sup> é um homem inteligente e um emérito debatedor. Aliás, quando eu pensava como V. Ex<sup>a</sup>, eu queria que V. Ex<sup>a</sup> tivesse sido Ministro da Fazenda lá atrás, se tivéssemos porventura derrotado o regime militar. Mas estamos falando de outra coisa. Estou falando da política econômica. V. Ex<sup>a</sup> tinha muito com o que contribuir, mas nem sua voz nem a de pessoas que pensam como V. Ex<sup>a</sup> foram ouvidas. Nas plataformas já estão falando de corrupção, de propina, de *overprice*. V. Ex<sup>a</sup> não tem nada a ver com isso. Não estou falando das plataformas. Estou falando que o essencial, que a espinha dorsal do Governo, que é, precisamente, o conjunto de suas políticas macroeconômicas, não teve a contribuição de V. Ex<sup>a</sup>. Entre V. Ex<sup>a</sup>, Paul Singer e, por exemplo, Carlos Lessa, o Governo optou pelos assessores de Palocci, a começar por Marcos Lisboa. É um fato ou não é?

**O SR. ROBERTO SATURNINO** (Bloco/PT – RJ)

– Na parte fiscal e monetária é, mas há um todo na política econômica. A política econômica tem muitas outras vertentes, tem muitas outras facetas, muitos outros predicados que não apenas...

**A SRA. PRESIDENTE** (Serys Slhessarenko. Bloco/PT – MT) – Solicito ao Senador Roberto Saturnino que encerre em um minuto, por favor.

**O SR. ROBERTO SATURNINO** (Bloco/PT – RJ)

– Vou encerrar.

Nobre Presidente, agradeço a V. Ex<sup>a</sup> pela condescendência e agradeço ao Senador Arthur Virgílio pelo aparte, que enriqueceu o meu pronunciamento. Eu fiz o que queria fazer: vim a esta tribuna e trouxe minha mensagem de desabafo e de inconformidade com esse tipo de crítica exaltada que se faz, além do limite do construtivo, do que realmente serve à Nação e ao povo.

Muito obrigado a V. Ex<sup>a</sup>.

**A SRA. PRESIDENTE** (Serys Slhessarenko. Bloco/PT – MT) – Concedo a palavra ao Senador Tião Viana. (Pausa).

Sobre a mesa, ofício que passo a ler.

É lido o seguinte:

Mensagem nº12/2006

Brasília, 15 de março de 2006

Senhor Presidente

Comunico a Vossa Excelência que a Excelentíssima Senhora Ministra Ellen Gracie Northfleet foi indicada pelo Supremo Tribunal Federal para exercer a Presidência do Conselho Nacional de Justiça.

Atenciosamente, – Ministro **Nelson Jobim** Presidente do Supremo Tribunal Federal.

Natural do Rio de Janeiro, RJ, graduou-se em Ciências Jurídicas e Sociais pela Faculdade de Direito da Universidade Federal do Rio Grande do Sul (1970); pós-graduada, em nível de especialização, em Antropologia Social pela Universidade do Vale do Rio dos Sinos – UNISINOS (1982).

Exerceu a advocacia liberal, integrou o Conselho Seccional da OAB/RS; foi Diretora-fundadora da Escola Superior da Advocacia da OAB/RS (1986-1987), sendo eleita Vice-Presidente do Instituto dos Advogados do RS (1988).

Membro do Ministério Público Federal (1973-1989); integrou a composição original do TRF/4<sup>a</sup> Região, em vaga destinada ao quinto constitucional; participou da Comissão elaboradora do Regimento Interno da Corte (1989); representou a Justiça Federal perante o Tribunal Regional Eleitoral do Rio Grande do Sul (1990-1991); presidiu a Comissão de Estudos e Cursos da Casa (1992-1994) e,

nessa condição participou da Comissão Permanente de Magistrados do Centro de Estudos Judiciários do Conselho da Justiça Federal (1993-1994); eleita pelo Plenário do Tribunal para compor o seu Conselho de Administração (1994); exerceu na mesma Corte, por biênios sucessivos, a Vice-Presidência (1995-1997) e a Presidência (1997-1999). Presidente da 1<sup>a</sup> Turma do TRF/4<sup>a</sup> (1999-2000). Em 14 de dezembro de 2000 foi empossada no cargo de Ministra do Supremo Tribunal Federal; compôs a Comissão Permanente de Regimento (2001/2002) e a Comissão Permanente de Documentação (2002), integra a Comissão Permanente de Coordenação do mesmo Tribunal; atuou no Tribunal Superior Eleitoral como Ministra Substituta (Fev-Jun/2001) e depois como membro efetivo (Jun/2001 – Jun/2003). Reconduzida como Ministra efetiva (Jun/2003-Jun/2005). Assumiu a Vice-Presidência do TSE em Fev/2003. Em 3-6-04 assumiu a Vice-Presidência do Supremo Tribunal Federal.

Professora de Direito Constitucional da Universidade do Vale do Rio dos Sinos (licenciada). Presidente-fundadora da Associação de Diplomadas Universitárias do Rio Grande do Sul. Bolsista da Fundação Fullbright – EUA (Hubert H. Humpfrey Fellowship Program) (1991-1992), com dedicação ao tema “Administração da Justiça”. Membro fundadora do Conselho Consultivo da GLIN – Global Legal Information Network. Jurista em Residência da Biblioteca do Congresso dos EUA (1992)

Exm<sup>o</sup> Sr. Presidente do Senado Federal  
Senador Renan Calheiros

Tendo sido indicada pelo Supremo Tribunal Federal para compor o Conselho Nacional de Justiça, previsto no art. 103-B da Emenda Constitucional nº 45, de 2004, declaro a V. Ex<sup>a</sup> e, por seu alto intermédio, à douta Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania do Senado Federal, que não sou cônjuge, companheira ou parente, em linha reta ou colateral, até o terceiro grau inclusive, de membro do Congresso Nacional, do Poder Legislativo dos Estados, do Distrito Federal ou dos Municípios.

Brasília – DF, 20 de março de 2006. – **Ellen Gracie Northfleet.**

Exm<sup>o</sup> Sr. Presidente do Senado Federal  
Senador Renan Calheiros

Tendo sido indicada pelo Supremo Tribunal Federal para compor o Conselho Nacional de Justiça, previsto no art. 103-B da Emenda Constitucional nº 45, de 2004, informo a V. Ex<sup>a</sup> e, por seu alto intermédio, a douta Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania do Senado Federal, que não sou cônjuge, companheira nem parente, em linha reta ou colateral, até o terceiro grau inclusive, de membro ou servidor do Supremo Tribunal Federal.



Brasília – DF, 20 de março de 2006. – **Ellen Gracie Northfleet**.

Exmo. Sr. Presidente do Senado Federal  
Senador Renan Calheiros

Tendo sido indicada pelo Supremo Tribunal Federal para compor o Conselho Nacional de Justiça, previsto no art. 103-B da Emenda Constitucional nº 45, de 2004, declaro a V. Ex<sup>a</sup> e, por seu alto intermédio, à douta Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania do Senado Federal, sob as penas da Lei, que não sou sujeito passivo de cumprimento de sanções criminais ou administrativo-disciplinares, nem constam instaurados contra minha pessoa quaisquer procedimentos dessa natureza no Poder Judiciário.

Brasília – DF, 20 de março de 2006. – **Ellen Gracie Northfleet**

*LEGISLAÇÃO CITADA ANEXADA  
PELA SECRETARIA-GERAL DA MESA*

CONSTITUIÇÃO DA  
REPÚBLICA FEDERATIVA DO BRASIL

**Emenda Constitucional nº 45, de 2004**  
(Publicada no DOU de 31-12-2004)

**Altera dispositivos dos arts. 5º, 36, 52, 92, 93, 95, 98, 99, 102, 103, 104, 105, 107, 109, 111, 112, 114, 115, 125, 126, 127, 128, 129, 134 e 168 da Constituição Federal, e acrescenta os arts. 103-A, 103-B, 111-A e 130-A, e dá outras providências.**

.....  
“Art. 103-B. O Conselho Nacional de Justiça compõe-se de quinze membros com mais de trinta e cinco e menos de sessenta e seis anos de idade, com mandato de dois anos, admitida uma recondução, sendo:

I – um Ministro do Supremo Tribunal Federal, indicado pelo respectivo tribunal;

II – um Ministro do Superior Tribunal de Justiça, indicado pelo respectivo tribunal;

III – um Ministro do Tribunal Superior do Trabalho, indicado pelo respectivo tribunal;

IV – um desembargador de Tribunal de Justiça, indicado pelo Supremo Tribunal Federal;

V – um juiz estadual, indicado pelo Supremo Tribunal Federal;

VI – um juiz de Tribunal Regional Federal, indicado pelo Superior Tribunal de Justiça;

VII – um juiz federal, indicado pelo Superior Tribunal de Justiça;

VIII – um juiz de Tribunal Regional do Trabalho, indicado pelo Tribunal Superior do Trabalho;

IX – um juiz do trabalho, indicado pelo Tribunal Superior do Trabalho;

X – um membro do Ministério Público da União, indicado pelo Procurador-Geral da República;

XI – um membro do Ministério Público estadual, escolhido pelo Procurador-Geral da República dentre os nomes indicados pelo órgão competente de cada instituição estadual;

XII – dois advogados, indicados pelo Conselho Federal da Ordem dos Advogados do Brasil;

XIII – dois cidadãos, de notável saber jurídico e reputação ilibada, indicados um pela Câmara dos Deputados e outro pelo Senado Federal.

§ 1º O Conselho será presidido pelo Ministro do Supremo Tribunal Federal, que votará em caso de empate, ficando excluído da distribuição de processos naquele tribunal.

§ 2º Os membros do Conselho serão nomeados pela Presidente da República, depois de aprovada a escolha pela maioria absoluta do Senado Federal.

§ 3º Não efetuadas, no prazo legal, as indicações previstas neste artigo, caberá a escolha ao Supremo Tribunal Federal.

§ 4º Compete ao Conselho o controle da atuação administrativa e financeira do Poder Judiciário e do cumprimento dos deveres funcionais dos juízes, cabendo-lhe, além de outras atribuições que lhe forem conferidas pelo Estatuto da Magistratura:

I – zelar pela autonomia do Poder Judiciário e pelo cumprimento do Estatuto da Magistratura, podendo expedir atos regulamentares, no âmbito de sua competência, ou recomendar providências;

II – zelar pela observância do art. 37 e apreciar, de ofício ou mediante provocação, a legalidade dos atos administrativos praticados por membros ou órgãos do Poder Judiciário, podendo desconstituí-los, revê-los ou fixar prazo para que se adotem as providências necessárias ao exato cumprimento da lei, sem prejuízo da competência do Tribunal de Contas da União;

III – receber e conhecer das reclamações contra membros ou órgãos do Poder Judiciário, inclusive contra seus serviços auxiliares, serventias e órgãos prestadores de serviços notariais e de registro que atuem por delegação do poder público ou oficializados, sem prejuízo da competência disciplinar e correicional dos tribunais, podendo avocar processos disciplinares em curso e determinar a remoção, a disponibilidade ou a aposentadoria com subsídios ou proventos proporcionais ao tempo de serviço e aplicar outras sanções administrativas, assegurada ampla defesa;

IV – representar ao Ministério Público, no caso de crime contra a administração pública ou de abuso de autoridade;

V – rever, de ofício ou mediante provocação, os processos disciplinares de juízes e membros de tribunais julgados há menos de um ano;

VI – elaborar semestralmente relatório estatístico sobre processos e sentenças prolatadas, por unidade da Federação, nos diferentes órgãos do Poder Judiciário;

VII – elaborar relatório anual, propondo as providências que julgar necessárias, sobre a situação do Poder Judiciário no País e as atividades do Conselho, o qual deve integrar mensagem do Presidente do Supremo Tribunal Federal a ser remetida, ao Congresso Nacional, por ocasião da abertura da sessão legislativa.

§ 5º O Ministro do Superior Tribunal de Justiça exercerá a função de Ministro-Corregedor e ficará excluído da distribuição de processos no Tribunal, competindo-lhe, além das atribuições que lhe forem conferidas pelo Estatuto da Magistratura, as seguintes:

I – receber as reclamações e denúncias, de qualquer interessado, relativas aos magistrados e aos serviços judiciários;

II – exercer funções executivas do Conselho, de inspeção e de correição geral;

III – requisitar e designar magistrados, delegando-lhes atribuições, e requisitar servidores de juízos ou tribunais, inclusive nos Estados, Distrito Federal e Territórios.

§ 6º Junto ao Conselho oficialão o Procurador-Geral da República e o Presidente do Conselho Federal da Ordem dos Advogados do Brasil.

§ 7º A União, inclusive no Distrito Federal e nos Territórios, criará

.....  
Faço saber que o Senado Federal aprovou, e eu, Renan Calheiros, Presidente, nos termos do art. 48, inciso XXVIII, do Regimento Interno, promulgo a seguinte

### **RESOLUÇÃO Nº 7, DE 2005**

#### **Estabelece normas para apreciação das indicações para composição do Conselho Nacional de Justiça e do Conselho Nacional do Ministério Público, em face do que dispõe a Emenda Constitucional nº 45, promulgada 8 de dezembro de 2004.**

O Senado Federal resolve:

Art. 1º Esta Resolução estabelece as normas para apreciação das indicações para composição do Conselho Nacional de Justiça e do Conselho Nacional do Ministério Público, em face do que dispõe a Emenda Constitucional nº 45, promulgada 8 de dezembro de 2004.

Art. 2º Todos os indicados serão sabatinados pela Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania, em datas a serem fixadas pelo seu Presidente, observando-se os prazos regimentais.

Art. 3º Para cada indicação haverá um relator, que opinará perante a Comissão.

§ 1º O relatório será apreciado em sessão pública, sendo a votação procedida por escrutínio secreto.

§ 2º Aprovada ou rejeitada a indicação pela Comissão, esta será submetida à decisão do Plenário.

Art. 4º Havendo a rejeição de qualquer nome pelo Plenário, será oficiado à autoridade máxima do órgão ou instituição competente para a indicação, a fim de que novo nome seja apresentado no prazo improrrogável de 15 (quinze) dias.

Art. 5º As indicações de nomes deverão ser acompanhadas de amplos esclarecimentos sobre o candidato e instruídas com os seguintes documentos:

I – *curriculum vitae* do indicado no qual conste, detalhadamente, sua qualificação, formação acadêmica e experiência profissional;

II – informação do indicado de que não é cônjuge, companheiro ou parente, em linha reta ou colateral, até terceiro grau inclusive, de membro ou servidor do Poder ou instituição responsável por sua indicação, salvo, no caso de servidor, se for ocupante de cargo de provimento efetivo e, observada esta condição, não servir junto à autoridade a que esteja vinculado pelo parentesco antes mencionado;

III – declaração sobre eventual cumprimento de sanções criminais ou administrativo-disciplinares, bem como acerca da existência de procedimentos dessa natureza instaurados contra o indicado;

IV – declaração do indicado de que não é membro do Congresso Nacional, do Poder Legislativo dos Estados, do Distrito Federal ou dos Municípios, ou cônjuge, companheiro ou parente, em linha reta ou colateral, até o terceiro grau, inclusive, de membro desses Poderes;

V – se o indicado for magistrado ou membro do Ministério Público, declaração de que renuncia ao direito de concorrer à promoção por merecimento ou a integrar lista para ingresso em qualquer Tribunal, durante o mandato e até 2 (dois) anos após o seu término;

VI – para os demais integrantes, indicados pela Câmara dos Deputados, pelo Senado Federal e pela Ordem dos Advogados do Brasil, declaração de que renuncia ao direito de integrar lista para concorrer ao ingresso em qualquer Tribunal, durante o mandato e até 2 (dois) anos após o seu término.

Art. 6º O preenchimento de vaga para a composição do Conselho Nacional de Justiça e do Conselho Nacional do Ministério Público, cuja indicação for do Se-

nado Federal, dar-se-á no prazo de 5 (cinco) dias úteis contado do conhecimento oficial de abertura da vaga.

§ 1º A indicação do candidato, feita pelas lideranças da Casa à Mesa do Senado, obedecido ao disposto no art. 5º, *caput* e seus incisos, não poderá contemplar membro do Congresso Nacional, do Poder Legislativo dos Estados, do Distrito Federal ou dos Municípios, ou, ainda, cônjuge, companheiro ou parente, em linha reta ou colateral, até o terceiro grau, inclusive, de membro desses Poderes.

§ 2º A indicação mencionada no § 1º será submetida à Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania; e ao Plenário, dando-se por aprovada, nesse último caso, se houver maioria absoluta de votos.

§ 3º Não se aplica o prazo previsto no *caput* deste artigo para o preenchimento das vagas decorrentes da instalação dos Conselhos referidos nesta Resolução.

Art. 7º Esta Resolução entra em vigor na data de sua publicação.

Senado Federal, 27 de abril de 2005. – Senador **Renan Calheiros**, Presidente do Senado Federal.

**A SRª PRESIDENTE** (Serys Slhessarenko. Bloco/PT – MT) – A matéria vai ao exame da Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania.

**A SRA. PRESIDENTE** (Serys Slhessarenko. Bloco/PT – MT) – Os Srs. Senadores Arthur Virgílio, Flexa Ribeiro, Lúcia Vânia, Juvêncio da Fonseca, Luiz Pontes, Alvaro Dias, Antero Paes de Barros e Leonel Pavan enviaram discursos à Mesa, que serão publicados na forma do disposto no art. 203 do Regimento Interno.

Suas Excelências serão atendidos.

**O SR. ARTHUR VIRGÍLIO** (PSDB – AM. Sem apanhamento taquigráfico.) – Sr. Presidente, Srªs. e Srs. Senadores, ocupo a tribuna neste momento para fazer o registro do artigo intitulado “Entre o investimento e a mágica”, de autoria do jornalista Rolf Kuntz, publicado pelo jornal **O Estado de S. Paulo**, em sua edição de 16 de março do corrente.

O jornalista Rolf Kuntz, em seu artigo, faz uso da publicação Panorama Conjuntural do último boletim trimestral do IPEA para afirmar que “para crescer entre 4% e 5% nos próximos anos, o Brasil terá de elevar rapidamente o investimento produtivo e de retomar os ganhos de produtividade observados na primeira metade dos anos 90, na fase inicial da abertura econômica”.

O jornalista conclui seu artigo dizendo que “Não é com palavras mágicas, como desenvolvimentismo, que se produz a modernização da economia”.

Sr. Presidente, para concluir, requeiro que o referido artigo passe a integrar os Anais do Senado Federal.

Quero também, como segundo assunto, Sr. Presidente registrar e aplaudir a criação de uma nova linha internacional da TAM, ligando Manaus a Miami, com frequência diária. Será uma nova rota, a partir de 1º de junho, que simplifica o embarque de passageiros também do Norte, Nordeste e de Brasília, sem necessidade de ir a Guarulhos, em São Paulo. O vôo começa em Fortaleza e faz escala em Belém e em Brasília.

Além da sua importância turística, a linha será estratégica para as exportações de produtos do Pólo Industrial de Manaus para os Estados Unidos.

A criação dessa nova rota era uma antiga reivindicação das populações de Manaus e do Amazonas. Eu mesmo tive ocasião de reivindicá-la, transmitindo apelos a mim feitos pelas classes empresariais e pelos habitantes de meu Estado.

Cumprimento a TAM, parabenizando todo o povo do Amazonas.

O terceiro assunto que desejo comentar, Sr. Presidente, Srªs. e Srs. Senadores, é o fato de que é correta, necessária e urgente a postulação feita pela Sociedade Brasileira para o Progresso da Ciência por uma maior presença de ações científicas na Amazônia.

A reivindicação, formalizada em carta dirigida a seis Ministérios pelo Presidente da SBPC, Enni Candotti, é, a seu ver, “uma das formas de alavancar o desenvolvimento sustentável da nossa mais estratégica região”.

Minha convicção é também nesse mesmo sentido. Já tive ocasião de destacar, neste mesmo Plenário, a relevância do fortalecimento das bases de ciência e tecnologia naquela área.

Como diz agora o professor Candotti, de nada adianta apelar para o não desmatamento da Amazônia sem que se ofereçam alternativas adequadas para as populações da área. E, ademais, não se pode entender o distanciamento da ciência na Amazônia.

E, ainda, levar mais ciência e tecnologia para a área é um dos meios mais eficazes para evitar que outras nações o façam, como ainda temos na lembrança pesquisas de empresas japonesas na Amazônia, as quais chegaram a tentar a patente do aproveitamento do cupuaçu para seu aproveitamento industrial em cosmética e alimentação.

Como quarto assunto, também falo, Sr. Presidente, para levar minha mais irrestrita solidariedade às populações de Humaitá e Manicoré, duas cidades do meu Estado, o Amazonas, neste momento vivendo em alerta pela enchente do Rio Madeira que inunda uma vasta área, com sérios transtornos para milhares de pessoas.

Recebo informações de lá, dando conta que 2 mil crianças estão sem aulas e as populações vivem em sobressalto, com medo de jacarés e cobras.

De acordo com as informações que chegam ao meu conhecimento, o nível do Madeira já se aproxima da cota máxima de emergência, que é de 25,59 metros. Ao contrário dos outros rios, que sobem nesta fase do ano, o Madeira está subindo além do esperado. Em 1997, quando houve ali uma enchente assemelhada, o nível do Madeira chegou a 27,26 metros, cota muito próxima da atual.

Leio no noticiário que o Prefeito Roberto Rui Guerra, de Humaitá, viu-se no dever de suspender as atividades de 40 das 107 escolas do Município. Ele

acrescenta que a água já cobriu diversas escolas e em outras a água está na altura da janela.

Com a minha solidariedade às populações atingidas, faço um apelo às autoridades do Estado e do Governo Federal, para que medidas de emergência sejam adotadas com urgência.

Era o que eu tinha a dizer, Sr. Presidente.

Muito obrigado.

**DOCUMENTO A QUE SE REFERE O  
SR. SENADOR ARTHUR VIRGÍLIO EM SEU  
PRONUNCIAMENTO.**

(Inserido nos termos do art. 210, inciso I e § 2º, do Regimento Interno.)

JORNAL	DIA/MÊS/ANO:	EDITORIA:	CADERNO:	PÁGINA:
<b>O ESTADO DE S. PAULO</b>	16 mar. 06	<b>Economia</b>	<b>B</b>	23

## Entre o investimento e a mágica



**Rolf Kuntz\***

res aumentos de eficiência ocorreram no período 1992-94, com o ritmo anual de 2,3%. Ficaram em 1,4% ao ano entre 1995 e 1998 e, em seguida, se tornaram negativos, com perda anual de 0,2% entre 1999 e 2002 e de 1,1% entre 2003 e 2005.

Esses números foram obtidos pela comparação do crescimento do PIB, excluído o setor agropecuario, com a evolução da mão-de-obra ocupada. A população ocupada é a das áreas metropolitanas cobertas pela Pesquisa Mensal de Emprego do IBGE. Os cálculos da variação de produtividade são, portanto, sujeitos a qualificações e, além disso, os números agregados podem esconder ganhos importantes ocorridos em alguns segmentos da indústria e, certamente, do agronegócio.

Esses detalhes não são discutidos no texto e estão longe de ser desprezíveis. O crescimento da exportação brasileira nos últimos dois anos, apesar dos custos elevados e do câmbio desfavorável, não parece explicável apenas pelas boas condições do mercado internacional. Além disso, as vendas de máquinas e equipamentos no mercado interno continuaram a crescer nos últimos anos.

As diferenças entre os setores e segmentos de atividade não aparecem no cenário apre-

sentado pelo *Panorama*. É preciso, portanto, imaginar muitas informações não explicitadas nesse quadro geral. Por exemplo: é muito provável que boa parte dos novos postos de trabalho tenha surgido em atividades pouco dinâmicas, como é o caso da maior parte dos serviços urbanos, no Brasil.

De toda forma, o recado geral é relevante: no conjunto, a economia brasileira está perdendo capacidade de crescimento, apesar dos ganhos de eficiência ainda sustentados em algumas áreas.

O valor prático da mensagem é evidente: qualquer debate sobre políticas de crescimento econômico e de combate à pobreza será inútil, se não incluir a busca de soluções para os problemas do investimento e da produtividade. O palavrório sobre o crescimento deverá marcar a disputa eleitoral, mas nada garante, por enquanto, que os candidatos se voltem para as questões essenciais.

A reforma do gasto público é, obviamente, uma dessas questões. As despesas primárias do governo central - isto é, sem contar o pagamento de juros - aumentaram 7,1% em 2004 e 10,2% em 2005, muito mais, portanto, do que o PIB (4,9% num ano e 2,3% no outro). Esse ritmo é insustentável.

Além disso, a maior parte das verbas públicas é destinada a despesas correntes, pouco restando para o investimento. E uma boa parte da fração investida - o texto nem menciona este detalhe - é apenas dinheiro pulverizado em projetos de baixa ou nenhuma prioridade em termos nacionais.

Reformas que abram espaço para o aumento da poupança do governo, limitando o crescimento da despesa corrente, deveriam figurar entre as prioridades da agenda legislativa do período 2007-2010, segundo os autores do *Panorama*.

De tão repetida, a discussão do problema fiscal tende a tornar-se maçante. Os argumentos envolvidos têm pouco ou nenhum apelo em disputas eleitorais convertidas em espetáculos para grandes públicos. No entanto, não se pode produzir um programa sério de governo sem cuidar detalhadamente dessas questões.

Não é com palavras mágicas, como desenvolvimentismo, que se produz a modernização da economia. Mas palavras mágicas e pensamento mágico ainda terão, provavelmente, um peso considerável nas campanhas deste ano. ■

\*Rolf Kuntz é jornalista

**O SR. FLEXA RIBEIRO** (PSDB – PA. Sem apanhamento taquigráfico.) – Sr. Presidente, Sr<sup>as</sup>. e Srs. Senadores, ocupo a tribuna neste momento para fazer o registro do editorial intitulado “Quem sustenta Palocci”, publicado no jornal **Folha de S. Paulo**, de 16 de março do corrente.

O editorial trata do desgaste do Ministro Antonio Palocci em função de seu envolvimento com seus assessores à época em que era prefeito de Ribeirão Preto. Testemunhas afirmam que o Ministro esteve várias vezes na casa que foi montada em Brasília para funcionar como uma central de *lobby*.

Segundo o editorial, “não há paralelo no ciclo democrático recente de um ministro da Fazenda cuja

conduta tenha estado sujeita a tantos questionamentos quanto Antonio Palocci Filho”.

Sr. Presidente, para concluir, requeiro que o referido editorial passe a integrar os Anais do Senado Federal.

Era o que eu tinha a dizer, Sr. Presidente.

Muito obrigado.

**DOCUMENTO A QUE SE REFERE O  
SR. SENADOR FLEXA RIBEIRO EM SEU  
PRONUNCIAMENTO.**

(Inserido nos termos do art. 210, inciso I e § 2º, do Regimento Interno.)

# FOLHA DE S. PAULO

UM JORNAL A SERVIÇO DO BRASIL ★ ★ ★  
Publicado desde 1921 · Propriedade da Empresa Folha da Manhã S/A

Presidente: LUÍS FRIAS

Diretor Editorial: OTAVIO FRIAS FILHO

Superintendentes: ANTONIO MANUEL TEIXEIRA MENDES E JUDITH BRITO

Editora-executiva: ELBONORA DE LUCENA

Conselho Editorial: ROGÉRIO CEZAR DE CERQUEIRA LEITE, MARCELO COELHO,  
JANIO DE FREITAS, GILBERTO DIMENSTEIN, LUÍS NASSIF, CLÓVIS ROSSI,  
CARLOS HEITOR CONY, CÉLSON PINTO, ANTONIO MANUEL TEIXEIRA MENDES,  
LUÍS FRIAS E OTAVIO FRIAS FILHO (SECRETÁRIO)

**EDITORIAIS**  
E-mail: editoriais@uol.com.br

## QUEM SUSTENTA PALOCCI?

**N**ÃO HÁ paralelo no ciclo democrático recente de um ministro da Fazenda cuja conduta tenha estado sujeita a tantos questionamentos quanto Antonio Palocci Filho. Agora o perseguem indícios de que, já chefe da política econômica, tenha frequentado um notório círculo de assessores formado em torno do então prefeito de Ribeirão Preto.

Duas testemunhas afirmam que Vladimir Poletto, Rogério Burattini e Ralf Barquete (morto em 2004) não partilham com Palocci apenas o sobrenome de origem italiana e as relações no passado interiorano. Um motorista e um caseiro que serviram em mansão alugada por Poletto em Brasília —visitada amíúde por companheiros de Ribeirão e empresários— sustentam que o ministro esteve mais de uma vez na casa.

Não consta —a partir da narrativa do caseiro e de apurações policiais e parlamentares— que as reuniões na residência do Lago Sul tenham se reduzido àqueles nostálgicos reencontros entre amigos para reviver os bons tempos. Evidências e relatos indicam que ali se montou uma central de *lobby*; e que o inquilino Poletto

mantinha contato estreito com Ademirson Ariovaldo, assessor direto do ministro e também oriundo da cidade do interior paulista.

Palocci reitera o que disse à CPI: nunca pôs os pés na mansão brasiliense; as acusações teriam motivação eleitoral. O ministro já teve de corrigir duas vezes, sempre a reboque dos fatos, informações sobre uma viagem que realizou a bordo de um avião de José Colnaghi. Esse empresário foi quem cedeu uma aeronave para transportar caixas de bebida de conteúdo suspeito de Brasília a Campinas —o episódio envolveu Poletto, Barquete, um carro locado para a campanha petista de 2002 e um motorista hoje lotado na Fazenda.

Se o desgaste de Palocci se aprofunda a olhos vistos, a rede de apoio que colocava um anteparo entre os escândalos e o ministro vai se esfaleando. O mercado financeiro está indiferente; na oposição, debandaram os adeptos do paloccismo; o PT escreve texto criticando a política econômica. O presidente da República ainda sustenta Antonio Palocci, mas dificilmente o fará a qualquer custo.

**A SRA. LÚCIA VÂNIA** (PSDB – GO. Sem apanhamento taquigráfico.) – Sr. Presidente, Sr<sup>as</sup>. e Srs. Senadores, ocupo a tribuna neste momento para fazer o registro da matéria intitulada “Tema contrapõe PT à equipe econômica”, publicada no jornal **Valor Econômico**, de 14 de março do corrente.

A matéria evidencia mais um conflito entre o atual Governo Lula e o seu partido. Segundo a matéria, “Defendida pela equipe econômica do governo e combatida pelo PT, a terceira reforma da Previdência terá dificuldades para avançar caso o presidente Luiz Inácio Lula da Silva seja reeleito”.

Sr. Presidente, para concluir, requiro que a referida matéria passe a integrar os Anais do Senado Federal.

Era o que eu tinha a dizer, Sr. Presidente. Muito obrigada.

**DOCUMENTO A QUE SE REFERE A SR<sup>a</sup> SENADORA LÚCIA VÂNIA EM SEU PRO-NUNCIAMENTO.**

(Inserido nos termos do art. 210, inciso I e § 2º, do Regimento Interno.)

# Tema contrapõe PT à equipe econômica

De São Paulo

Defendida pela equipe econômica do governo e combatida pelo PT, a terceira reforma da Previdência terá dificuldades para avançar caso o presidente Luiz Inácio Lula da Silva seja reeleito. É um quadro diferente do enfrentado pelo presidente em 2003, quando propôs a reforma no setor público e teve a oposição da ala petista vinculada com mais força ao funcionalismo. Desta vez, com o alvo no setor privado, a reforma é criticada pela cúpula do partido.\*

“Na prática, não há déficit no Regime Geral da Previdência. Para que a soma das receitas ultrapasse a despesa, o que é preciso é assegurar o crescimento econômico e melhorar a gerência, com o combate à informalidade e à terceirização fraudulenta”, disse o presidente nacional da sigla, Ricardo Berzoini, o ministro da Previdência que enviou em 2003 a proposta de reforma constitucional do governo Lula, descartando tanto a introdução da idade mínima para os segurados do regime geral quanto a desvinculação entre o salário mínimo e a previdência.

Na Splanada dos Ministérios, contudo, a discussão é outra. Integrantes da equipe do ministro da Fazenda, Antonio Palocci, têm mantido constantes encontros com as entidades do setor privado que defendem uma reforma da

Previdência, como as que reúnem os fundos de pensão abertos (Anapp) e fechados (Abrapp) e o ministro do Planejamento, Paulo Bernardo, comentou com interlocutores que julga um novo ciclo de reformas imprescindível. O próprio Berzoini admite que há distância entre governo e partido. “Meu pensamento é a posição majoritária do partido, mas esta pode não ser a opinião de todos os ministros”, disse o dirigente.

O assunto é tratado com cuidado, para não virar tema de campanha e evidenciar o conflito entre o Executivo e o partido do presidente da República, em uma circunstância onde a candidatura à reeleição de Lula ainda é frágil. Em linhas gerais, os técnicos da equipe econômica são simpáticos a uma reforma nos mesmos moldes da proposta de estudiosos ligados ao PSDB e no mesmo feito da defendida pelo setor privado.

O presidente Lula por enquanto é lacônico ao comentar publicamente suas prioridades no segundo mandato. Em sua recente entrevista à revista inglesa “The Economist”, Lula mencionou a reforma tributária, a sindical e a trabalhista como os principais itens da agenda do Executivo no Congresso. Afirmou que o déficit da Previdência deverá cair com as medidas administrativas que tomou, como o censo previdenciário e a criação da Super Recei-

ta, que unificou os mecanismos de arrecadação no país. Mas, de forma reservada, autorizou a equipe econômica a estudar cenários com uma reforma previdenciária profunda.

Diante da dificuldade de aprovação no Congresso da idade mínima de aposentadoria para os beneficiados do regime geral, discute-se entre governo e setor privado um novo cálculo para o fator previdenciário, de modo a desestimular ainda mais a aposentadoria antes dos 65 anos, independente de gênero.

Em fim de mandato e com divisões internas, as discussões com o setor privado não são centralizadas e nem realizadas de maneira regular. “Não há um único interlocutor com o governo, são diversas pessoas. Este assunto só será tratado de maneira efetiva no próximo ano, porque o grande campo de batalha será no Legislativo, e não no Executivo”, afirmou o presidente da Anapp, Osvaldo Nascimento. “A Previdência é uma questão de ajuste do gasto público e se imporá como prioridade, independente de quem seja eleito”, comentou o presidente da Abrapp, Fernando Pimentel.

A resistência petista a uma nova reforma da Previdência está dentro de uma contestação global à estratégia da equipe econômica de manter uma política de taxas de juros altas enquanto não se fi-

zer um corte de gastos públicos de maneira estrutural. Dentro deste debate, a oposição é feita à qualquer proposta que não envolva o corte imediato dos juros.

“Existe um descontentamento generalizado em relação ao atual comando do Banco Central. É muito mais fácil cortar 1% da Selic e proporcionar uma economia de R\$ 10 bilhões em gastos com a conta de juros do que promover um ajuste público com mudanças negociadas no Legislativo e que sacrifiquem a economia”, afirmou o economista Amir Khair, filiado ao PT e presença constante nos debates internos da sigla.

O aumento da importância da CUT na máquina petista, evidenciado pela nomeação do presidente da central, Luiz Marinho, para o Ministério do Trabalho, também não irá colaborar para que a reforma tenha trânsito fácil no governo em um eventual segundo mandato. A central está reivindicando exatamente o oposto do que prega a equipe econômica: pretende-se o aumento real para todas as categorias de aposentados.

“Tem havido aumento real para os aposentados que ganham o salário mínimo, mas não para as categorias maiores. Quem aposta numa reforma da Previdência pode ver o governo indo na direção exatamente oposta”, disse João Vaccari Neto, secretário de Relações Internacionais da CUT. (CF)

**O SR. JUVÊNCIO DA FONSECA** (PSDB – MS. Sem apanhamento taquigráfico.) – Sr. Presidente, Sr<sup>as</sup>. e Srs. Senadores, ocupo a tribuna no dia de hoje para comentar a matéria intitulada “PF entrega inquérito do mensalão ao Supremo”, publicada no jornal **O Estado de S. Paulo**, em sua edição de 9 de março do corrente.

Segundo a matéria, “A Polícia Federal entregou ontem ao Supremo Tribunal Federal (STF) o inquérito do mensalão, iniciado em junho de 2005 para apurar o suposto pagamento de mesada a parlamentares e partidos da base aliada em troca de apoio ao governo”.

A matéria mostra, também, que a lista, encabeçada por Marcos Valério, conta com outros personagens

importantes do governo Lula e do PT como José Genoíno, Delúbio Soares e Henrique Pizzolato.

Sr. Presidente, solicito que a matéria acima citada seja considerada como parte integrante deste pronunciamento para que, assim, passe a constar dos Anais do Senado Federal, permitindo ao pesquisador do futuro avaliar o que foi a gestão petista no Governo Federal.

Era o que eu tinha a dizer, Sr. Presidente. Muito obrigado.

**DOCUMENTO A QUE SE REFERE O SR SENADOR JUVÊNCIO DA FONSECA EM SEU PRONUNCIAMENTO.**

*(Inserido nos termos do art. 210, inciso I e § 2º, do Regimento Interno.)*

---

## PF entrega inquérito do mensalão ao Supremo

---

**Vannildo Mendes**

BRASÍLIA

A Polícia Federal entregou ontem ao Supremo Tribunal Federal (STF) o inquérito do mensalão, iniciado em junho de 2005 para apurar o suposto pagamento de mesada a parlamentares e partidos da base aliada em troca de apoio ao governo. Até agora já foram indiciadas 5 pessoas e outras 40 estão relacionadas para indiciamento. No relatório, a PF pediu mais prazo, uma vez que ainda falta concluir o trabalho de perícia contábil nas empresas de Marcos Valério Fernandes de Souza, acusado de operar o mensalão.

A PF informou que foram tomados 226 depoimentos, cumpridos seis mandados de busca e apreensão e realizadas 30 perícias em documentos e computa-

dores. O material que produziu está dividido em 21 volumes, um total 4.500 páginas.

A equipe é integrada por 20 policiais e 3 técnicos da Polícia Federal. Ainda conta com o apoio da Diretoria de Combate ao Crime Organizado, da Divisão de Repressão a Crimes Financeiros, da Diretoria de Inteligência Policial e da Diretoria Técnico-Científica.

Entre os indiciados pela PF encontra-se o ex-marqueteiro Duda Mendonça, acusado de lavagem de dinheiro, evasão de divisas e crime contra a administração pública. Entre os nomes que a PF apontou para indiciamento aparecem políticos, empresários, operadores do mercado financeiro, lobbistas e servidores públicos.

A lista é encabeçada por Marcos Valério. Abaixo dele aparecem outros personagens centrais do mensalão, como o ex-presidente do PT, José Genoíno, e o ex-tesoureiro do partido, Delúbio Soares. Está igualmente relacionado o ex-diretor de Marketing do Banco do Brasil (BB) Henrique Pizzolato, acusado de ser um dos abastecedores do caixa 2 petista. O ex-ministro da Casa Civil e ex-deputado José Dirceu (PT-SP) não figura na lista. ●

**O SR. LUIZ PONTES** (PSDB – CE. Sem apanhamento taquigráfico.) – Sr. Presidente, Sr<sup>as</sup>. e Srs. Senadores, ocupo a tribuna neste momento para comentar a matéria intitulada “PT prega intervenção no Banco Central”, publicada pelo jornal **O Estado de São Paulo**, do dia 9 de março do corrente.

A matéria mostra que o jornal obteve dois relatórios reservados do PT que serão discutidos pelo Diretório Nacional nos dias 18 e 19 deste mês, em São Paulo. Os relatórios pregam a intervenção no Banco Central e critica a gestão Lula por ter ficado prisioneira do discurso da Fazenda e do Banco Central.

Por fim, Sr. Presidente, requiro que a referida matéria passe a integrar este pronunciamento, a fim de que conste dos Anais do Senado Federal.

Era o que eu tinha a dizer, Sr. Presidente. Muito obrigado.

**DOCUMENTO A QUE SE REFERE O SR. SENADOR LUIZ PONTES EM SEU PRONUNCIAMENTO.**

(Inserido nos termos do art. 210, inciso I e § 2º, do Regimento Interno.)

# PT prega intervenção no Banco Central

'Estado' teve acesso a documentos que serão discutidos pelo Diretório Nacional, nos dias 18 e 19

Vera Rosa  
BRASILIA

Documento reservado do PT sobre *Conjuntura, Tática e Política de Alianças* para a campanha de reeleição do presidente Luiz Inácio Lula da Silva prega a intervenção no Banco Central num eventual segundo mandato petista, que terá o desafio de construir “um Brasil pós-neoliberal”. Mais: destaca que, a partir de 2007, o social será o “carro-chefe do governo”, com hegemonia da esquerda sobre os ministérios da área, e crítica a gestão Lula por ter ficado “prisioneira”, até hoje, do discurso da Fazenda e do Banco Central.

Um segundo texto, com diretrizes para a elaboração do programa petista, admite que a obra do governo Lula ainda é “parcial, desigual e incompleta”. “Foi insuficiente (nem daria tempo!!!) para mudar de conjunto a realidade social afilada do País”, diz um dos trechos. A ênfase é para a necessidade de um novo mandato com “inflação” no discurso do governo.

Os dois relatórios, obtidos pelo Estado, serão apresentados na reunião do Diretório Nacional, dias 18 e 19, em São Paulo. Preparados por comissões formadas por integrantes de várias tendências, os documentos servirão de subsídio para a plataforma de Lula à reeleição. São versões preliminares, que receberão emendas e terão de passar pelo crivo do diretório. Tudo o que ali for aprovado será submetido ao 13º Encontro Nacional do PT, no fim de abril.

“(...) Em nosso segundo mandato, o Banco Central incluirá entre seus objetivos, além da moeda, o crescimento e o emprego”, diz o texto sobre conjuntura, escrito pelo secretário de

Relações Internacionais do PT, Valter Pomar, no qual se lê “proibida a circulação”.

“O período 2003-2006 deve ser entendido como o de uma transição necessária de um ve-

## Para partido, obra de Lula foi insuficiente para mudar realidade social

lho Brasil para um novo projeto nacional de desenvolvimento”, sustenta o documento redigido por Marco Aurélio Garcia, assessor especial de Lula. Vice-presidente do PT, Marco Aurélio diz que “o último ano deste governo deve ser entendido como o primeiro ano do próximo”.

### DEVASSA E ALIANÇA

Os calhamaços chegaram ao Palácio do Planalto e causaram preocupação pelo “alto teor de radicalidade” no que se refere à condução da economia, segundo definiu um ministro. Criticam o Banco Central, que recorre a altas taxas de juros como “solução” para o controle da inflação, o elevado superávit primário e observam que a política econômica “encobriu” os aspectos positivos do governo. São, na prática, o oposto do que o PT defendeu na *Carta ao Povo Brasileiro*, de junho de 2002.

As análises dos petistas abordam o “duro golpe” da crise de 2005 e pregam o confronto político-ideológico com o PSDB nesta temporada eleitoral. Marco Aurélio afirma que, se o candidato do PSDB for o prefeito José Serra, a campanha tucana adotará discurso “profundamente conservador”, com críticas à política econômica e “ace-

nos desenvolvimentistas”.

Pomar, por sua vez, condena o governo Lula por não ter feito “nenhuma devassa” contra a administração do ex-presidente Fernando Henrique. Além disso, diz que essa atitude amistosa em relação ao PSDB só trouxe prejuízos ao PT e ao Planalto. “A decisão de não realizar a devassa, os cuidados tomados na composição do ministério (...), o tratamento concedido aos setores empresariais, a política de boa vizinhança com os grandes meios de comunicação, a atitude frente à direção do PSDB não alteraram a conduta dos tucanos: as recentes declarações de FHC, segundo o qual a ‘ética do PT é o roubo’, são uma demonstração do baixo nível da oposição”.

Para a comissão petista que trata da política de alianças, o casamento de Lula com PTB, PP e PL, além dos efeitos colaterais no campo da ética, construiu uma “maioria congressional instável”, sem hegemonia política. A proposta “preferencial” do grupo é de coligação no primeiro turno com partidos de esquerda (PC do B e PSB) e “alianças sociais com movimentos e setores democráticos”.

De qualquer forma, o documento menciona vários cenários e admite a possibilidade de alianças com siglas que integram a base do governo, mesmo as envolvidas no escândalo do mensalão. Observa, ainda, algumas “incógnitas” no horizonte. Na lista do imponderável cita o desfecho da novela sobre a verticalização das alianças, regra que obriga os partidos a reproduzirem nos Estados a parceria para a disputa presidencial, e a prévia para a escolha do candidato do PMDB, dia 19. ●

### TRECHOS DOS DOCUMENTOS RESERVADOS DO PARTIDO

● **Direita** – “O avanço da direita deveu-se, em certa medida, a opções políticas equivocadas do nosso partido e governo. Esses erros vão desde a contratação de R\$ 20 milhões em shows até a promiscuidade com personagens que funcionavam como caixas de campanha para o PSDB”.

● **Carro-chefe** – “Mesmo que haja controvérsia, dentro do PT, sobre o espaço da área econômica, está claro que um segundo mandato deve conferir à área social a condição de carro-chefe do governo. Esta opção ‘economicista’ fez parecer que o Ministério da Fazenda era o pilar central, competindo inclusive com o presidente eleito”.

● **Alternativa** – “Tendo conduzido a transição de um paradigma neoliberal para outro padrão de desenvolvimento, a obra do governo Lula é ainda parcial e incompleta. Foi insuficiente (nem daria tempo!!!) para mudar a realidade do País”.

● **Adversários** – “O perfil dos pré-candidatos sugere uma candidatura PSDB-PFL que tentará articular discurso profundamente conservador com críticas à política econômica e acenos desenvolvimentistas, sobretudo se for Serra”.

● **Impotência** – “O partido não foi capaz de construir um discurso de apoio ao governo e manter sua independência. Ficou impotente e perplexo quando membros da executiva enveredaram pelo caminho da aventura, tentando, de forma temerária, construir uma base de sustentação a partir de prebendas de partidos aliados”.

● **Juros** – “Taxas de juros elevadas foram as únicas soluções do BC contra a inflação. As metas de inflação foram definidas de forma unilateral pelo BC, que tem de submeter-se mais à sociedade. Não pode ser apenas guardião da moeda, mas instituição preocupada com o crescimento e o emprego”.



**O SR. ALVARO DIAS** (PSDB – PR. Sem apanhamento taquigráfico.) – Sr. Presidente, Sr<sup>as</sup>. e Srs. Senadores, ocupo a tribuna neste momento para fazer o registro da matéria intitulada “União deu R\$79 mil a invasoras da Aracruz”, publicada no jornal **Folha de S.Paulo**, em sua edição de 14 de março do corrente.

A matéria mostra que o Movimento das Mulheres Camponesas recebeu ajuda de ministérios do Meio Ambiente e do Desenvolvimento Agrário. Segundo a matéria, “associações de mulheres camponesas que promoveram a invasão de instalações da Aracruz Ce-

lulose na semana passada contaram com dinheiro dos cofres públicos para atividades de formação”.

Sr. Presidente, solicito que a matéria acima citada passe a integrar este pronunciamento e, assim, conste dos Anais do Senado Federal.

Era o que eu tinha a dizer, Sr. Presidente. Muito obrigado.

**DOCUMENTO A QUE SE REFERE O SR SENADOR ALVARO DIAS EM SEU PRONUNCIAMENTO.**

(Inserido nos termos do art. 210, inciso I e § 2º, do Regimento Interno.)

# União deu R\$ 79 mil a invasoras da Aracruz

MARTA SALOMON  
SAS QUORUM DE 1994 SL 4

Associações de mulheres camponesas que promoveram a invasão de instalações da Aracruz Celulose na semana passada contaram com dinheiro dos cofres públicos para atividades de formação. Em dezembro do ano passado, o Sisti (sistema informatizado de acompanhamento de gastos federais) registrou o repasse de R\$ 79 mil a duas associações estaduais subordinadas ao Movimento das Mulheres Camponesas.

Ao garantir a transferência de pouco mais de R\$ 26 mil à Associação do Movimento de Mulheres Camponesas de Roraima, em 23 de dezembro, o Ministério do Meio Ambiente detalhou o destino do dinheiro: “Potencializar as mulheres camponesas (...), promovendo melhores condições no exercício do debate e das práticas diárias no meio em que vivem”.

A associação estadual do Pará

recebeu quase R\$ 53 mil em 12 de dezembro, referente a uma parcela do contrato firmado com o Ministério do Desenvolvimento Agrário. O objetivo do contrato é, segundo o ministério, “promover processos de mobilização para a gestão participativa do processo de desenvolvimento sustentável do território rural”.

Na madrugada da última quarta-feira, cerca de 2.000 mulheres invadiram o horto florestal da Aracruz Celulose em Barra do Ribeiro (RS). O objetivo, segundo a página eletrônica do MMC Brasil, é denunciar o avanço de plantações destinadas à produção de celulose. “Somos contra os desertos verdes”, afirma o texto. “A terra deve cumprir função social, deve alimentar a vida, não os lucros. Os hortes foram destruídas 1 milhão mudas e material de pesquisa, valorado de 15 milhões de trabalho. Rosângela Cordeiro, da coordenação do Movimento das Mulhe-

res Camponesas, confirmou que as associações nos Estados do Pará e de Roraima, beneficiárias de repasses de recursos públicos, integram a entidade nacional e participam da Via Campesina, que assumiu a responsabilidade pela destruição de mudas e viveiros da Aracruz. Cordeiro disse que não acompanha o repasse de verbas federais. Outras dirigentes do movimento não foram localizadas.

## Contrato em curso

A assessoria do Ministério do Desenvolvimento Agrário informou que o contrato com a associação das mulheres camponesas do Pará ainda está em curso e a prestação de contas só será exigida no final de setembro, de acordo com os prazos estabelecidos.

Segundo o ministério, o dinheiro foi destinado à mobilização das mulheres camponesas para participar de processos de desenvolvimento sustentável, não à invasão

de propriedades. O ministro Miguel Rosseto divulgou nota na semana passada condenando o ato.

Procurada pela Folha, a assessoria da ministra Marina Silva (Meio Ambiente) não se manifestou até a conclusão desta edição.

As ordens bancárias e notas de empenho que beneficiaram as associações foram pesquisadas pela equipe do site Contas Abertas, especializado em acompanhamento de contas públicas.

## Pasecata

Uma passecata reuniu cerca de mil pessoas ontem em Guaíba (região metropolitana de Porto Alegre), onde fica a fábrica para a qual era reindeida a produção de Barra do Ribeiro, para dar apoio à empresa Aracruz.

Os manifestantes, organizados por moradores, comerciantes e a prefeitura, pediram punição e mais proteção.

Colaborou LEO GERCHMANN, da Agência Folha, em Porto Alegre

**O SR. ANTERO PAES DE BARROS** (PSDB – MT. Sem apanhamento taquigráfico.) – Sr. Presidente, Sr<sup>as</sup>. e Srs Senadores, ocupo a tribuna neste momento para registrar a matéria intitulada “Delegado diz que entregará ‘provas cabais’ contra Palocci”, publicada no jornal **O Estado de S. Paulo**, em sua edição de 7 de março do corrente.

Segundo a matéria, o delegado seccional da Polícia Civil em Ribeirão Preto, Benedito Antonio Valencise, vai entregar aos Senadores membros da CPI dos Bingos documentos que seriam “provas cabais” do esquema de corrupção na administração de Palocci em Ribeirão Preto em 2001/2004.

Segundo o delegado, “as provas são claras, são evidentes. Temos falsificação de documentos. Documentos foram apreendidos. Temos provas de que expediram

certidões e relatórios para justificar varrição que não era feita. Aí a prefeitura pagava valores exorbitantes. O dinheiro saía dos cofres públicos. O rastreamento mostra que parte desse dinheiro ia para um partido”.

Sr. Presidente, solicito que a matéria acima citada seja considerada parte deste pronunciamento, para que passe a constar dos Anais do Senado Federal.

Era o que eu tinha a dizer.

Muito obrigado.

**DOCUMENTO A QUE SE REFERE O SR. SENADOR ANTERO PAES DE BARROS EM SEU PRONUNCIAMENTO.**

(Inserido nos termos do art. 210, inciso I e § 2º, do Regimento Interno.)

**INVESTIGAÇÃO**

# Delegado diz que entregará ‘provas cabais’ contra Palocci

Valencise vai quinta à CPI e promete “mostrar tudo” que há no inquérito

**Fausto Macedo**

Benedito Antonio Valencise, delegado seccional da Polícia Civil em Ribeirão Preto, vai à CPI dos Bingos nesta quinta-feira para depor e entregar aos senadores documentos que, segundo ele, “são provas cabais” de suposto esquema de corrupção, superfaturamento, peculação, sonegação “e outros crimes” na administração municipal, período 2001/2004 – gestão Antônio Palocci, hoje ministro da Fazenda, e seu sucessor, Gilberto Magionni.

“Vou levar cópias dos principais documentos e mostrar tudo o que tem no inquérito”, disse Valencise. “Eu não sou testemunha dos fatos, mas sou testemunha do que foi apurado. Vou à CPI para esclarecer tudo o que for necessário.” Sobre o que dirá de Palocci à comissão de inquérito, o delegado observou: “Quem acompanhar meu depoimento verá.”

As provas, informa o delegado, “atingem a gestão dele (Palocci) como prefeito e quem o substituiu”. Ele ressalva que não pode indiciar o ministro nem tem autoridade legal para isso. A competência para investigar ministros é do Supremo Tribunal Federal.

“Eu não tenho nada a ver com o ministro, nem posso ouvi-lo, eu estou falando do prefeito e daquilo que foi apurado sobre atos ocorridos em sua gestão”, anota Valencise, 30 anos de carreira. “As provas são claras, são evidentes. Temos falsificação de documentos. Documentos foram apreendidos. Temos provas de que expediram certidões e relatórios para justificar varrição que não era feita. Aí a prefei-

## Ele mantém clima de suspense: ‘Quem acompanhar meu depoimento verá’

tura pagava valores exorbitantes. O dinheiro saía dos cofres públicos. O rastreamento mostra que parte desse dinheiro ia para um partido. Não vou dizer o nome do partido, mas falo sem medo de errar: de 3 partes do contrato, duas eram ilegais.”

**ROMBO**

Palocci foi prefeito de Ribeirão pelo PT entre 2001 e 2002, quando deixou o cargo para assumir a coordenação da campanha de Lula à Presidência. “O rombo mesmo, ou melhor o roubo, era na varrição. Eles criaram uma tal varrição volante que nunca existiu. Vou dar um exemplo: eles registravam serviço em um bairro, mas esse bairro tal nunca foi varrido. Ouvimos os moradores. Eles disseram: ‘aquilo ninguém varria nada’. Então está supercomprovado. Fomos às ruas, conversamos com moradores de vários bairros. Não há como falar em perseguição política.”

O delegado espera concluir até o fim de março o inquérito que incrimina a gestão Palocci e revela como eram fechados contratos e feitos os pagamentos. Ele pretende indiciar “até 7 pessoas”.

Entre os papéis que compõem a investigação existem notas fiscais e livros que indicam o tamanho do rombo. A prefeitura pagava R\$ 1,2 milhão por mês pela varrição.

O contrato durou 4 anos. “Isso está comprovado. Todo mês a prefeitura pagava esse valor. Um terço efetivamente correspondia a trabalho realizado. Dois terços eram referentes a serviços que não aconteceram. É só fazer o cálculo em 48 meses para apurar o prejuízo. Isso foi no contrato de limpeza em geral.”

Rogério Buratti, que assessorou Palocci na prefeitura e que denunciou o ministro como suposto receptor de uma cabinha de R\$ 50 mil mensais em Ribeirão, é testemunha-chave. “Ele forneceu dados muito importantes que completam a investigação”, diz o delegado.

**FATOS GRAVES**

O relato de Valencise à CPI terá início às 11 horas. “Temos crimes de peculação, sonegação, superfaturamento, uma série de fatos graves que aconteceram. Temos documentos e depoimentos de testemunhas que comprovam tudo isso.”

No relatório final do inquérito que entregará à Justiça, o

chefe da Polícia em Ribeirão Preto pretende “demonstrar todas as provas, inclusive contra outras pessoas que tiveram participação”. Na próxima sexta, ele vai tomar novos depoimentos; inclusive o de Wilney Barquete, ex-diretor da empresa Leão Leão, que teria sido uma das principais beneficiadas na gestão Palocci.

“Se houver comprovação do envolvimento dele (Palocci) vou enviar ao Judiciário para que encaminhe ao STF.”

Os promotores de Justiça que investigam o esquema também avaliam que Palocci pode ser incriminado. “No que se refere ao ministro realmente há muita coisa que pode responsabilizá-lo.” ●

**O SR. LEONEL PAVAN** (PSDB – SC. Sem apanhamento taquigráfico.) – Sr. Presidente, Sr<sup>as</sup>. e Srs Senadores, ocupo a tribuna neste momento para comentar a matéria intitulada “Garotinho chama Lula de ‘desgraçado’”, publicada no jornal **Folha de S.Paulo**, de 12 de março do corrente.

Segundo a matéria, o ex-governador do Rio de Janeiro, Anthony Garotinho, chamou o Presidente Lula de “desgraçado” em comício realizado na cidade de Campos, na noite do dia 10 de março do corrente.

Sr. Presidente, requiro que a referida matéria passe a integrar este pronunciamento, a fim de que conste dos Anais do Senado Federal.

Era o que eu tinha a dizer.

Muito obrigado.

**DOCUMENTO A QUE SE REFERE O SR. SENADOR LEONEL PAVAN EM SEU PRONUNCIAMENTO.**

(Inserido nos termos do art. 210, inciso I e § 2º, do Regimento Interno.)

*O ex-governador do Rio acusa governo de querer instalar cinco pedágios na BR-101 e de não instalar refinaria no Estado*

# Garotinho chama Lula de ‘desgraçado’

SERGIO TORRES

ENVIADO ESPECIAL A CAMPOS (RJ)

Pré-candidato do PMDB à Presidência da República, o ex-governador do Rio Anthony Garotinho chamou o presidente Luiz Inácio Lula da Silva (PT) de “desgraçado” em comício realizado em sua cidade natal, Campos (280 km ao norte do Rio), na noite de anteontem. O presidente Lula estava ontem no Chile para acompanhar a cerimônia de posse da presidente Michelle Bachelet.

Diante de cerca de 3.000 pessoas reunidas na principal praça do município, Garotinho, 45, atacou Lula de maneira bastante dura.

“Esse desgraçado do presidente Lula, além de não dar a refinaria, quer botar cinco pedágios na BR-101 daqui até o Rio de Janeiro. A Rosinha [governadora do Estado do Rio pelo PMDB e mulher de Garotinho] disse que não aceita, mas a rodovia é federal. Temos que juntar todos os prefeitos da região e não deixar botar pedágio na BR-101. Daqui ao Rio você vai pagar R\$40 de pedágio”, disse.

A instalação de uma refinaria de petróleo no norte fluminense pelo governo federal é umas das rei-

vindicações da administração Rosinha. A BR-040 corta o município. É o principal acesso de Campos ao norte e ao sul do país. A maior parte das cidades das regiões norte e noroeste do Estado é controlada por Garotinho, que teria facilidade em convocar prefeitos aliados para protestar contra a privatização da rodovia.

Sem Rosinha, que estava “muito febril”, Garotinho participou do último comício da campanha do peemedebista Geraldo Pudim à Prefeitura de Campos. A eleição de 2004 foi anulada pelo TRE (Tribunal Regional Eleitoral), que concluiu ter havido irregularidades cometidas na campanha pelo prefeito eleito, Carlos Alberto Campista (PDT), e pelo próprio Pudim, que tinha o apoio explícito do casal.

Campista perdeu o mandato. Pudim, como Garotinho e Rosinha, em primeira instância na Justiça Eleitoral de Campos, foi tornado inelegível por três anos. O TRE absolveu os três. O Ministério Público Eleitoral recorreu ao TSE (Tribunal Superior Eleitoral) contra a decisão de segunda instância. O TSE ainda não se manifestou sobre o recurso.

## Campanha calma

Com cinco candidatos, a nova eleição teve uma campanha muito mais calma do que a anterior. Mesmo assim, acusações de uso das máquinas estadual e municipal têm sido feitas pelos candidatos. A principal queixa dos adversários de Pudim é, mais uma vez, quanto ao apoio explícito do casal Garotinho. As propagandas do candidato foram colocadas ao lado de outdoors que enaltecem programas e realizações do governo estadual. Na quarta, os outdoors foram retirados às pressas porque o PT ingressou na Justiça pedindo a impugnação da candidatura de Pudim.

Um dos adversários de Pudim é o deputado federal Paulo Feijó (PSDB), que recebeu na sexta-feira a visita de tucanos importantes, como o senador Artur Virgílio (AM) e o deputado federal Eduardo Paes (RJ). Outro adversário, o atual prefeito, Alexandre Mocaiher (PDT), tem sido atacado por Garotinho, que o considera o principal adversário do peemedebista. Também concorrem candidatos do PT (Doutor Makhoul) e do PFL (Rockfeller de Lima).

**A SRA. PRESIDENTE** (Serys Slhessarenko. Bloco/PT – MT) – Nada mais havendo a tratar, a Presidência vai encerrar os trabalhos, lembrando às Sr<sup>as</sup> e aos Srs. Senadores que constará da sessão deliberativa ordinária de amanhã, a realizar-se às 14 horas, a seguinte

### ORDEM DO DIA

– 1 –

PROJETO DE LEI DE CONVERSÃO Nº 2, DE 2006  
(Proveniente da Medida Provisória  
nº 269, de 2005)

(Encontra-se sobrestando a pauta, nos termos  
do § 6º do art. 62 da Constituição Federal)

Discussão, em turno único, do Projeto de Lei de Conversão nº 2, de 2006 (proveniente da Medida Provisória nº 269, de 2005), que altera as Leis nºs 9.986, de 18 de julho de 2000, que dispõe sobre a gestão de recursos humanos das Agências Reguladoras; 10.768, de 19 de novembro de 2003, que dispõe sobre o Quadro de Pessoal da Agência Nacional de Águas – ANA; 10.862, de 20 de abril de 2004, que dispõe sobre a criação do Plano Especial de Cargos da Agência Brasileira de Inteligência – ABIN; 10.871, de 20 de maio de 2004, que dispõe sobre a criação de carreiras e organização de cargos efetivos das autarquias especiais, denominadas Agências Reguladoras; 11.182, de 27 de setembro de 2005, que cria a Agência Nacional de Aviação Civil – ANAC; 9.074, de 7 de julho de 1995, que estabelece normas para outorga e prorrogações das concessões e permissões de serviços públicos; cria cargos na Carreira de Diplomata, no Plano de Cargos para a Área de Ciência e Tecnologia, do Grupo – Direção e Assessoramento Superiores – DAS e Funções Gratificadas – FG; autoriza a prorrogação de contratos temporários firmados com base no art. 81-A da Lei nº 8.884, de 11 de junho de 1994, e no art. 30 da Lei nº 10.871, de 20 de maio de 2004; revoga dispositivos das Leis nºs 5.989, de 17 de dezembro de 1973; 9.888, de 8 de dezembro de 1999; 10.768, de 19 de novembro de 2003; 11.094, de 13 de janeiro de 2005; e 11.182, de 27 de setembro de 2005; e dá outras providências.

Relatora revisora: Senadora Fátima Cleide.

Prazo final: 13.4.2006

– 2 –

MEDIDA PROVISÓRIA Nº 270, de 2005  
(Encontra-se sobrestando a pauta, nos termos  
do § 6º do art. 62 da Constituição Federal)

Discussão, em turno único, da Medida Provisória nº 270, de 2005, que abre crédito extraordinário, em

favor da Câmara dos Deputados, do Senado Federal, da Presidência da República, dos Ministérios da Fazenda e da Integração Nacional e de Transferências a Estados, Distrito Federal e Municípios, no valor global de oitocentos e vinte e cinco milhões, novecentos e oito mil, novecentos e sessenta e oito reais, para os fins que especifica.

Relator revisor: Senador Tião Viana.

Prazo final: 14.4.2006

– 3 –

MEDIDA PROVISÓRIA Nº 271, de 2005  
(Encontra-se sobrestando a pauta, nos termos  
do § 6º do art. 62 da Constituição Federal)

Discussão, em turno único, da Medida Provisória nº 271, de 2005, que autoriza a União a prestar auxílio financeiro complementar aos Estados, ao Distrito Federal e aos Municípios, com o objetivo de fomentar as exportações do País.

Relator revisor: Senador Wellington Salgado Oliveira.

Prazo final: 25.4.2006

– 4 –

PROJETO DE LEI DE CONVERSÃO Nº 3, DE 2006  
(Proveniente da Medida Provisória nº 272, de 2005)  
(Encontra-se sobrestando a pauta, nos termos  
do § 6º do art. 62 da Constituição Federal)

Discussão, em turno único, do Projeto de Lei de Conversão nº 3, de 2006 (proveniente da Medida Provisória nº 272, de 2005), que altera as Leis nºs 10.355, de 26 de dezembro de 2001, que dispõe sobre a estruturação da Carreira Previdenciária no âmbito do Instituto Nacional do Seguro Social - INSS; 10.855, de 1º de abril de 2004, que dispõe sobre a reestruturação da Carreira Previdenciária, de que trata a Lei nº 10.355, de 26 de dezembro de 2001, instituindo a Carreira do Seguro Social; 10.876, de 2 de junho de 2004, que cria a Carreira de Perícia Médica da Previdência Social e dispõe sobre a remuneração da Carreira de Supervisor Médico-Pericial do Quadro de Pessoal do INSS, 10.997, de 15 de dezembro de 2004, que institui a Gratificação Específica do Seguro Social - GESS; 8.112, de 11 de dezembro de 1990, que dispõe sobre o regime jurídico dos servidores públicos civis da União, das Autarquias e das Fundações Públicas Federais; e fixa critérios temporários para pagamento da Gratificação de Desempenho de Atividade Médico-Pericial - GDAMP.

Relator revisor: Senador Sérgio Guerra.

Prazo final: 25.4.2006

– 5 –

PROJETO DE LEI DE CONVERSÃO Nº 4, DE 2006  
(Proveniente da Medida Provisória  
nº 273, de 2005)

(Encontra-se sobrestando a pauta, nos termos do § 6º do art. 62 da Constituição Federal)

Discussão, em turno único, do Projeto de Lei de Conversão nº 4, de 2006 (proveniente da Medida Provisória nº 273, de 2005), que abre crédito extraordinário, em favor do Ministério dos Transportes e de Encargos Financeiros da União, no valor global de quinhentos e dezesseis milhões, cento e trinta e dois mil, novecentos e noventa e quatro reais, para os fins que especifica.

Relator revisor: Senador João Ribeiro.  
Prazo final: 26.4.2006

– 6 –

PROJETO DE LEI DE CONVERSÃO Nº 5, DE 2006  
(Proveniente da Medida Provisória  
nº 274, de 2005)

(Encontra-se sobrestando a pauta, nos termos do § 6º do art. 62 da Constituição Federal)

Discussão, em turno único, do Projeto de Lei de Conversão nº 5, de 2006 (proveniente da Medida Provisória nº 274, de 2005), que acrescenta e altera dispositivos na Lei nº 5.917, de 10 de setembro de 1973, que aprova o Plano Nacional de Viação; revoga o art. 3º da Medida Provisória nº 2.217-3, de 4 de setembro de 2001; e dá outras providências.

Relator revisor: Senador Romero Jucá.  
Prazo final: 28.4.2006

– 7 –

MEDIDA PROVISÓRIA Nº 275, de 2005  
(Encontra-se sobrestando a pauta, nos termos do § 6º do art. 62 da Constituição Federal)

Discussão, em turno único, da Medida Provisória nº 275, de 2005, que altera a Lei nº 9.317, de 5 de dezembro de 1996, que institui o Sistema Integrado de Pagamento de Impostos e Contribuições das Microempresas e das Empresas de Pequeno Porte – Simples, em função da alteração promovida pelo art. 33 da Lei nº 11.196, de 21 de novembro de 2005, e dispõe que o prazo a que se refere o art. 2º da Lei nº 8.989, de 24 de fevereiro de 1995, para reutilização do benefício da isenção do Imposto sobre Produtos Industrializados – IPI, na aquisição de automóveis para utilização no transporte autônomo de passageiros, bem como por pessoas portadoras de deficiência física, aplica-se inclusive às aquisições realizadas antes de 22 de novembro de 2005.

Relator revisor:  
Prazo final: 28.4.2006

– 8 –

PROJETO DE LEI DE CONVERSÃO Nº 7, DE 2006  
(Proveniente da Medida Provisória  
nº 276, de 2006)

(Encontra-se sobrestando a pauta, nos termos do § 6º do art. 62 da Constituição Federal)

Discussão, em turno único, do Projeto de Lei de Conversão nº 7, de 2006 (proveniente da Medida Provisória nº 276, de 2006), que abre crédito extraordinário, em favor do Ministério dos Transportes, no valor de trezentos e cinquenta milhões de reais, para os fins que especifica.

Relator revisor:  
Prazo final: 1º.5.2006

– 9 –

SUBSTITUTIVO À  
PROPOSTA DE EMENDA À CONSTITUIÇÃO  
Nº 12, DE 2003

Primeira sessão de discussão, em segundo turno, do Substitutivo à Proposta de Emenda à Constituição nº 12, de 2003, tendo como primeiro signatário o Senador Osmar Dias, que *altera os artigos 21 e 22 da Constituição Federal, para definir a competência da União no ordenamento do Sistema Nacional de Meteorologia e Climatologia.*

Parecer sob nº 5, de 2006, da Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania, Relatora: Senadora Serys Slhessarenko, oferecendo a redação para o segundo turno.

– 10 –

PROPOSTA DE EMENDA À CONSTITUIÇÃO  
Nº 66, DE 2005

(Votação nominal, se não houver emendas)

Quinta e última sessão de discussão, em primeiro turno, da Proposta de Emenda à Constituição nº 66, de 2005, tendo como primeiro signatário o Senador José Jorge (apresentada como conclusão do Parecer nº 2.054, de 2005, da Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania), que *acrescenta o inciso XVI e o § 2º ao art. 52 da Constituição, para atribuir ao Senado Federal competência para indicar membros do Conselho Diretor ou da Diretoria das Agências Reguladoras.*

– 11 –

PROJETO DE LEI DA CÂMARA Nº 96, DE 2005

Discussão, em turno único, do Projeto de Lei da Câmara nº 96, de 2005 (nº 5.788/2001, na Casa de origem), que *institui o Dia Nacional de Conscientização da Esclerose Múltipla.*

Parecer favorável, sob nº 2.249, de 2005, da Comissão de Educação, Relator: Senador Augusto Botelho, com a Emenda 1-CE, de redação, que apresenta.

– 12 –

PROJETO DE LEI DA CÂMARA Nº 100, DE 2005

Discussão, em turno único, do Projeto de Lei da Câmara nº 100, de 2005 (nº 3.883/2004, na Casa de origem), que *acrescenta inciso ao art. 473 da Consolidação das Leis do Trabalho – CLT, aprovada pelo Decreto-Lei nº 5.452, de 1º de maio de 1943, para permitir a ausência do trabalhador ao serviço, sem prejuízo do salário, na hipótese de participação em reunião oficial de organismo internacional ao qual o Brasil seja filiado.*

Parecer favorável, sob nº 2.148, de 2005, da Comissão de Assuntos Sociais, Relator: Senador Paulo Paim.

– 13 –

REDAÇÃO FINAL DO PROJETO DE LEI  
DO SENADO Nº 14, DE 2005

Discussão, em turno único, da Redação Final (apresentada pela Comissão Diretora como conclusão de seu Parecer nº 2.202, de 2005, Relator: Senador Tião Viana), do Projeto de Lei do Senado nº 14, de 2005 (apresentado pela Comissão de Direitos Humanos e Legislação Participativa como conclusão de seu Parecer nº 24, de 2005, Relator: Senador José Maranhão), que *altera a Lei nº 5.917, de 10 de setembro de 1973, que aprova o Plano Nacional de Viação, de modo a incluir, na Relação Descritiva das Rodovias do Sistema Rodoviário Federal, a rodovia que especifica.*

– 14 –

PROJETO DE LEI DO SENADO Nº 174, DE 2000  
(Incluído em Ordem do Dia nos termos  
do Recurso nº 21, de 2003)

Discussão, em turno único, do Projeto de Lei do Senado nº 174, de 2000, de autoria do Senador Luiz Pontes, que *altera a Lei nº 9.656, de 3 de junho de 1998, que dispõe sobre os planos e seguros privados de assistência à saúde (para assegurar a cobertura de despesas de acompanhante, no caso de paciente menor de dezoito anos, inclusive quando se tratar de internação em unidade de terapia intensiva ou similar).*

Pareceres sob nºs 711, de 2003, e 1.515, de 2005, das Comissões

– de Assuntos Econômicos, Relator: Senador Mão Santa, favorável, com a Emenda nº 1-CAE, que apresenta; e

– da Comissão de Assuntos Sociais (em audiência, nos termos do Requerimento nº 336, de 2003),

Relator: Senador Leonel Pavan, favorável, com a Emenda nº 2-CAS, que apresenta, com voto contrário, em separado, da Senadora Ideli Salvatti.

– 15 –

PROJETO DE LEI DO SENADO Nº 15, DE 2006  
(Tramitando nos termos dos arts.  
nº 142 e 143 do Regimento Comum)

Discussão, em segundo turno, do Projeto de Lei do Senado nº 15, de 2006, de iniciativa da Comissão Parlamentar Mista de Inquérito da Emigração Ilegal, que *altera o Código Penal para criminalizar o tráfico internacional de pessoas para fins de emigração, e a Lei nº 9.613, de 3 de março de 1998, para inserir a mencionada conduta entre os crimes antecedentes da lavagem de dinheiro.*

– 16 –

REQUERIMENTO Nº 1.355, DE 2005

Votação, em turno único, do Requerimento nº 1.355, de 2005, do Senador Antonio Carlos Magalhães, solicitando ao Ministro de Estado da Fazenda informações a respeito de operações financeiras eventualmente efetuadas entre o Banco do Nordeste do Brasil (BNB) com a empresa controladora do empreendimento *Beach Park*, localizado em Porto de Dunas, Ceará, ou com qualquer das empresas controladas por ela.

Parecer favorável, sob nº 162, de 2006, da Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania, Relator *ad hoc*: Senador Romeu Tuma.

**A SRA. PRESIDENTE** (Serys Slhessarenko. Bloco/PT – MT) – Está encerrada a sessão.

*(Levanta-se a sessão às 20 horas e 12 minutos.)*

# Ata da 21ª Sessão Deliberativa Ordinária em 21 de março de 2006

## 4ª Sessão Legislativa Ordinária da 52ª Legislatura

*Presidência dos Srs. Renan Calheiros, Tião Viana, Efraim Morais e Papaléo Paes*

ÀS 14 HORAS, ACHAM-SE PRESENTES  
AS SRAS. E OS SRS. SENADORES:

### SESSÃO DELIBERATIVA ORDINÁRIA ÀS 14:00 HORAS

Período : 21/3/2006 07:22:28 até 21/3/2006 21:28:02

Partido	UF	Nome	Pres	Voto	Partido	UF	Nome	Pres	Voto
Bloco-PL	MG	AELTON FREITAS		X					
PMDB	SE	ALMEIDA LIMA		X					
Bloco-PT	SP	ALOIZIO MERCADANTE		X					
PSDB	PR	ALVARO DIAS		X					
PMDB	RO	AMIR LÂNDÓ		X					
Bloco-PT	PA	ANA JÚLIA CAREPA		X					
PSDB	MT	ANTERO PAES DE BARROS		X					
PFL	BA	ANTONIO CARLOS MAGALHÃES		X					
Bloco-PSB	SE	ANTÔNIO CARLOS VALADARES		X					
PSDB	AM	ARTHUR VIRGÍLIO		X					
PDT	RR	AUGUSTO BOTELHO		X					
PFL	BA	CÉSAR BORGES		X					
PDT	DF	CRISTOVAM BUARQUE		X					
PFL	GO	DEMÓSTENES TORRES		X					
PFL	MA	EDISON LOBÃO		X					
PSDB	MG	EDUARDO AZEREDO		X					
Bloco-PT	SP	EDUARDO SUPLYCY		X					
PFL	PB	EFRAIM MORAIS		X					
Bloco-PT	RO	FÁTIMA CLEIDE		X					
PTB	RN	FERNANDO BEZERRA		X					
Bloco-PT	PR	FLÁVIO ARNS		X					
PSDB	PA	FLEXA RIBEIRO		X					
PMDB	AC	GERALDO MESQUITA JÚNIOR		X					
PMDB	ES	GERSON CAMATA		X					
PMDB	AM	GILBERTO MESTRINHO		X					
PMDB	AP	GILVAM BORGES		X					
P-SOL	AL	HELOISA HELENA		X					
PFL	PI	HERÁCLITO FORTES		X					
Bloco-PT	SC	IDELI SALVATTI		X					
PDT	AM	JEFFERSON PÉRES		X					
PMDB	MA	JOÃO ALBERTO SOUZA		X					
PSDB	ES	JOÃO BATISTA MOTTA		X					
Bloco-PL	TO	JOÃO RIBEIRO		X					
PFL	MT	JONAS PINHEIRO		X					
PFL	SC	JORGE BORNHAUSEN		X					
PFL	RN	JOSÉ AGRIPINO		X					
PFL	PE	JOSÉ JORGE		X					
PMDB	PB	JOSÉ MARANHÃO		X					
PMDB	AP	JOSÉ SARNEY		X					
PSDB	MS	JUVÊNCIO DA FONSECA		X					
PCdoB	TO	LEOMAR QUINTANILHA		X					
PSDB	SC	LEONEL PAVAN		X					
PSDB	GO	LÚCIA VÂNIA		X					
PMDB	PA	LUIZ OTÁVIO		X					
PSDB	CE	LUIZ PONTES		X					
PMDB	GO	MAGUITO VILELA		X					
PMDB	PI	MÃO SANTA		X					
PMR	RJ	MARCELO CRIVELLA		X					
PFL	PE	MARCO MACIEL		X					
PFL	SE	MARIA DO CARMO ALVES		X					
PTB	RR	MOZARILDO CAVALCANTI		X					
PMDB	PB	NEY SUASSUNA		X					
PDT	PR	OSMAR DIAS		X					
PSDB	AP	PAPALÉO PAES		X					
Bloco-PSB	CE	PATRÍCIA SABOYA GOMES		X					
PFL	DF	PAULO OCTÁVIO		X					
Bloco-PT	RS	PAULO PAIM		X					
PMDB	RS	PEDRO SIMON		X					
PMDB	MS	RAMEZ TEBET		X					
PMDB	AL	RENAN CALHEIROS		X					
Bloco-PT	RJ	ROBERTO SATURNINO		X					
PFL	BA	RODOLPHO TOURINHO		X					
PMDB	RR	ROMERO JUCÁ		X					
PFL	SP	ROMEU TUMA		X					
PFL	MA	ROSEANA SARNEY		X					
PMDB	RJ	SÉRGIO CABRAL		X					
PSDB	PE	SÉRGIO GUERRA		X					
PTB	RS	SÉRGIO ZAMBIASI		X					
Bloco-PT	MT	SERYS SLHESSARENKO		X					
Bloco-PT	AC	SIBÁ MACHADO		X					
Bloco-PT	AC	TIÃO VIANA		X					
PMDB	RO	VALDIR RAUPP		X					
PTB	DF	VALMIR AMARAL		X					
PMDB	MG	WELLINGTON SALGADO DE OLIVEIRAX		X					

**Compareceram: 74 Senadores**

**O SR. PRESIDENTE** (Papaléo Paes. PSDB – AP)

– A lista de presença acusa o comparecimento de 74 Srs. Senadores. Havendo número regimental, declaro aberta a sessão.

Sob a proteção de Deus, iniciamos nossos trabalhos.

Sobre a mesa, mensagem que passo a ler.

É lida a seguinte:

### MENSAGEM DO PRESIDENTE DA REPÚBLICA

Nº 102, de 2006 (nº 159/2006, na origem), de 13 do corrente, restituindo autógrafos do Projeto de Lei da Câmara dos nº 92, de 2005 (nº 3.096/2004, na Casa de origem), que denomina “Rodovia Governador José Richa” o trecho da rodovia BR\_476 entre as cidades de Adrianópolis e Curitiba, no Estado do Paraná, sancionado e transformado na Lei nº 11.286, de 13 de março de 2006.

**O SR. PRESIDENTE** (Papaléo Paes. PSDB – AP)

– Será encaminhado à Câmara dos Deputados um exemplar de autógrafo do projeto sancionado.

O processado vai ao Arquivo.

**O SR. PRESIDENTE** (Papaléo Paes. PSDB – AP)

– Esgotou-se ontem o prazo previsto no art. 91, §3º, do Regimento Interno, sem que tenha sido interposto recurso, no sentido da apreciação, pelo Plenário, das seguintes matérias.

- **Projeto de Lei do Senado nº 270, de 2004**, de autoria do Senador Paulo Paim, que *altera a Lei nº 8.213, de 24 de julho de 1991, de forma a permitir que o valor da aposentadoria do segurado que necessitar da assistência permanente de outra pessoa, por razões decorrentes de doença ou deficiência física, seja acrescido de vinte e cinco por cento;*
- **Projeto de Lei do Senado nº 299, de 2004**, de autoria do Senador Paulo Paim, que *autoriza o Poder Executivo a criar o Programa Nacional de Inclusão Social da População de Rua e dá outras providências;* e
- **Projeto de Lei do Senado nº 392, de 2005**, de autoria do Senador Renan Calheiros e outros Srs. Senadores, que *dispõe sobre incentivos fiscais às doações para Partidos Políticos e candidatos.*

Tendo sido aprovados terminativamente pelas Comissões competentes, as matérias vão à Câmara dos Deputados.

**O SR. PRESIDENTE** (Papaléo Paes. PSDB

– AP) – A Presidência comunica ao Plenário que,

uma vez findo o prazo fixado no parágrafo único do art. 254 do Regimento Interno, sem interposição do recurso ali previsto, determinou o arquivamento definitivo do **Projeto de Lei da Câmara nº 30, de 2003** (nº 4.702, de 94, na Casa de origem), que *dispõe sobre a criação da farmácia popular e dá outras providências.*

Será feita a devida comunicação à Câmara dos Deputados.

**O SR. PRESIDENTE** (Papaléo Paes. PSDB – AP) – A Presidência recebeu o **Ofício nº 10**, de 16 de janeiro último, da Deputada Federal Sandra Batista, encaminhando abaixo-assinado coletado no Estado do Pará, que solicita a anulação da Resolução nº 85, de 1998, da Agência Nacional de Telecomunicações – Anatel, que “aprova o regulamento do serviço telefônico fixo comutado.

O expediente, autuado como **Ofício nº S/4, de 2006**, vai ao exame da Comissão de Serviços de Infra-Estrutura.

**O SR. PRESIDENTE** (Papaléo Paes. PSDB – AP) – A Presidência comunica ao Plenário que designou o nobre Senador José Sarney para representar o Senado Federal nos funerais do escritor e acadêmico Josué Montello, realizados no último dia 16 de março.

**O SR. PRESIDENTE** (Papaléo Paes. PSDB – AP) – Sobre a mesa, projetos recebidos da Câmara dos Deputados que passo a ler.

São lidos os seguintes:

### PROJETO DE DECRETO LEGISLATIVO Nº 184, DE 2006

(Nº 1.463/2004, na Câmara dos Deputados)

**Aprova o ato que autoriza a Associação Comunitária Paranaitense para o Desenvolvimento Artístico e Cultural a executar serviço de radiodifusão comunitária na cidade de Paranaíta, Estado de Mato Grosso.**

O Congresso Nacional decreta:

Art. 1º Fica aprovado o ato a que se refere a Portaria nº 493, de 22 de setembro de 2003, que autoriza a Associação Comunitária Paranaitense para o Desenvolvimento Artístico e Cultural a executar, por 10 (dez) anos, sem direito de exclusividade, serviço de radiodifusão comunitária na cidade de Paranaíta, Estado de Mato Grosso.

Art. 2º Este decreto legislativo entra em vigor na data de sua publicação.



**MENSAGEM Nº 509, DE 2004**

Senhores Membros do Congresso Nacional,

Nos termos do art. 49, inciso XII, combinado com o § V do art. 223, da Constituição, submeto à apreciação de Vossas Excelências, acompanhadas de Exposições de Motivos do Senhor Ministro de Estado das Comunicações, autorizações às entidades abaixo relacionadas para executar, pelo prazo de dez anos, sem direito de exclusividade, serviços de radiodifusão comunitária, conforme os seguintes atos:

1 – Portaria nº 2.840, de 11 de dezembro de 2002, alterada pela de nº 633, de 9 de dezembro de 2003 – Associação Comunitária de Amparo Social, na cidade de Álvares Machado – SP;

2 – Portaria nº 2.851, de 11 de dezembro de 2002, alterada pela de nº 616, de 9 de dezembro de 2003 – Associação de Radiodifusão Comunitária de Itapuranga, na cidade de Itapuranga – GO;

3 – Portaria nº 483, de 22 de setembro de 2003 – Associação Comunitária de Nova Canãa Diácono Bruno Oliveira – ACNCDBO, na cidade de Nova Canãa – BA;

4 – Portaria nº 493, de 22 de setembro de 2003 – Associação Comunitária Paranaitense para o Desenvolvimento Artístico e Cultural, na cidade de Paranaíta – MT;

5 – Portaria nº 555, de 5 de novembro de 2003 – Fundação Jean Cavalcante, na cidade de Potíretama – CE;

6 – Portaria nº 556, de 5 de novembro de 2003 – Associação dos Meditantes de Guritiba, na cidade de Mulungu – CE; e

7 – Portaria nº 606, de 4 de dezembro de 2003 – Associação Comunitária e Educativa de Nova Olinda – ACRENO, na cidade de Nova Olinda – PB.

Brasília, 20 de agosto de 2004. – **Luiz Inácio Lula da Silva.**

MC Nº 436 EM

Brasília, 30 de setembro de 2003

Excelentíssimo Senhor Presidente da República,

1. Encaminho a Vossa Excelência Portaria de outorga de autorização e respectiva documentação para que a entidade Associação Comunitária Paranaitense para o Desenvolvimento Artístico e Cultural, na cidade de Paranaíta, Estado de Mato Grosso, explore o serviço de radiodifusão comunitária, em conformidade com o **caput** do art. 223, da Constituição e a Lei nº 9.612, de 19 de fevereiro de 1998.

2. A referida entidade requereu ao Ministério das Comunicações sua inscrição para prestar o serviço, cuja documentação inclui manifestação de apoio da comunidade, numa demonstração de receptividade da filosofia de criação desse braço da radiodifusão, de maneira a incentivar o desenvolvimento e a sedimentação da cultura geral das localidades postulantes.

3. Como se depreende da importância da iniciativa comandada por Vossa Excelência, essas ações permitem que as entidades trabalhem em conjunto com a comunidade, auxiliando não só no processo educacional, social e cultural mas, também, servem de elo à integração, por meio de informações benéficas a todos os segmentos e a todos esses núcleos populacionais.

4. Sobre o caso em espécie, cumpre informar que o Grupo de Trabalho, instituído por meio da Portaria nº 83, de 24 de março de 2003, com a finalidade de proceder criteriosa análise dos processos pendentes, referentes à autorização de funcionamento e execução das Rádios Comunitárias, manifestou-se favoravelmente ao pleito, constatando a legalidade e a regularidade do Processo Administrativo nº 53690.000561/99, que ora faço acompanhar, com a finalidade de subsidiar os trabalhos finais.

5. Em conformidade com os preceitos educacionais e legais, a outorga de autorização, objeto do presente processo, passará a produzir efeitos legais somente após deliberação do Congresso Nacional, a teor do § 3º, do art. 223, da Constituição Federal.

Respeitosamente, – Assinado eletronicamente por **Miro Teixeira.**

**PORTARIA Nº 493 DE 22 DE SETEMBRO DE 2003**

O Ministro de Estado das Comunicações, no uso de suas atribuições, considerando o disposto nos artigos 10 e 19 do Decreto nº 2.615, de 3 de junho de 1998, e tendo em vista o que consta do Processo Administrativo nº 53690.000561/99 e do PARECER/CONJUR/MC nº 1.118/2003, resolve:

Art. 1º Autorizar a Associação Comunitária Paranaitense para o Desenvolvimento Artístico e Cultural, com sede na Rua 107, nº 65, lote nº 7, Setor Residencial Sul, na cidade de Paranaíta, Estado de Mato Grosso, a executar serviço de radiodifusão comunitária, pelo prazo de dez anos, sem direito de exclusividade.

Art. 2º Esta autorização reger-se-á pela Lei nº 9.612, de 19 de fevereiro de 1998, leis subseqüentes, seus regulamentos e normas complementares.

Art. 3º A entidade fica autorizada a operar com o sistema irradiante localizado nas coordenadas geográficas com latitude em 09º40'11 S e longitude em 56º28'35"W, utilizando a frequência de 87,9 MHz.

Art. 4º Este ato somente produzirá efeitos legais após deliberação do Congresso Nacional, nos termos do § 3º do art. 223 da Constituição, devendo a entidade iniciar a execução do serviço no prazo de seis meses a contar da data de publicação do ato de deliberação.

Art. 5º esta portaria entra em vigor na data de na publicação. – **Miro Teixeira.**

### RELATÓRIO Nº 194 /2003-DOSR/SSR/MC

**Referência:** Processo nº 53690000561/99, protocolizado em 7-10-99.

**Objeto:** Requerimento de autorização para a exploração do Serviço de Radiodifusão Comunitária.

**Interessado:** Associação Comunitária Paranaitense para o Desenvolvimento Artístico e Cultural, localidade de Paranaíta, Estado do Mato Grosso.

#### I – Introdução

1. A Associação Comunitária Paranaitense para o Desenvolvimento Artístico e Cultural, inscrita no CNPJ sob o número 03.208.270/0001-80, no Estado do Mato Grosso, com sede na Rua 107, nº 65, lote 7, Setor Residencial Sul, cidade de Paranaíta, dirigiu-se ao Senhor Ministro de Estado das Comunicações, conforme requerimento datado de 16 de agosto de 1999, subscrito por representante legal, no qual demonstrou interesse na exploração do Serviço de Radiodifusão Comunitária nos termos do artigo 12, do Regulamento do Serviço de Radiodifusão Comunitária, aprovado pelo Decreto nº 2.615, de 3 de junho de 1998.

2. A entidade, que doravante passa a ser tratada como requerente, baseou o seu pleito nos termos do Aviso de Habilitação publicado no **Diário Oficial da União – DOU** de 6 de setembro de 2001, que contempla a localidade onde pretende instalar o seu transmissor, assim como o sistema irradiante e respectivo estúdio.

3. Em atendimento à citada convocação e ainda, considerando a distância de 4 km entre as interessadas nesta localidade, comunicamos que apenas a mencionada entidade demonstrou seu interesse na prestação do referido serviço, não havendo concorrentes.

#### II – Relatório

##### • atos constitutivos da entidade/documentos acessórios e aspectos técnicos

4. O Departamento de Outorga de Serviços, em atendimento às Normas e critérios estabelecidos para a regular análise dos requerimentos, passou ao exame do pleito formulado pela requerente, de acordo com petição de folha 1, bem como toda a documentação apresentada e vem por meio deste, relatar toda a instrução do presente processo administrativo, em conformidade com a legislação, especialmente a Lei nº 9.612, de 19-2-1998, o Regulamento do Serviço de Radiodifusão Comunitária, aprovado pelo Decreto nº 2.615, de 3-3-1998 e Norma nº 02/98, de 6-8-1998.

5. Preliminarmente, a requerente indicou em sua petição que os equipamentos seriam instalados em área abrangida pelo círculo de raio igual a 1 km, com centro localizado na Praça Ariosto da Riva nº 65, centro, na cidade de Paranaíta, Estado do Mato Grosso, de coordenadas geográficas em 09º40'07"S de latitude e 56º28'44"W de longitude, conforme os dados constantes do Aviso publicado no **DOU.**, de 6-9-01.

6. A análise técnica desenvolvida, demonstra que as coordenadas geográficas indicadas deveriam ser mantidas, pelo que se depreende da memória do documento de folha 123, denominado de "Roteiro de Análise Técnica de RadCom", que por sua vez trata de outros dados, quais sejam: informações sobre geração de coordenadas geográficas, instruções sobre coordenadas coincidentes com os levantamentos do IBGE, compatibilização de distanciamento do canal, situação da estação em faixa de fronteira, endereço proposto para instalação da antena; planta de arruamento, endereços da sede e do sistema irradiante, outros dados e conclusão. Vale salientar que ao final, a entidade apontou novas coordenadas e endereço, o que foi objeto de análise e conclusão por este Departamento, que constatou a possibilidade de aceitação dos novos dados.

7. Das análises técnico-jurídicas realizadas e considerando a documentação que foi encaminhada pela requerente, constataram-se pendências passíveis do cumprimento das seguintes exigências: para a apresentação da documentação elencada no subitem 6.7 incisos II, III, IV, V, VIII, da Norma nº 2/98, comprovação de necessária alteração estatutária, cópia do CNPJ da requerente e declaração do endereço da sede, cujo cumprimento e aplicação dos critérios estabelecidos na legislação específica resultou no saneamento dos autos e posterior seleção da Enti-

dade, tendo sido solicitada a apresentação do projeto técnico (fls. 125 a 226).

8. Ao cumprir as exigências, foi encaminhado o “Formulário de Informações Técnicas” – fls 177/178, firmado pelo engenheiro responsável, seguindo-se o roteiro de verificação de instalação da estação, constatando-se conformidade com a Norma nº 2/98, em especial as exigências inscritas em seu item 6.11, conforme observa-se nas folhas 209 e 210. Ressaltamos que nestes documentos constam as seguintes informações: identificação da entidade; os endereços da sede administrativa e de localização do transmissor, sistema irradiante e estúdio; características técnicas dos equipamentos (transmissor) e acessórios (antena e cabo coaxial), com indicação da potência efetiva irradiada e intensidade de campo no limite da área, de serviço, diagramas de irradiação do sistema irradiante e características elétricas.

9. Por fim, a documentação exigida pela legislação específica e contida nos autos, mais especificamente no intervalo de folhas 1 a 227, dos autos, corresponde ao que se segue:

- Estatuto Social devidamente registrado e em conformidade com os preceitos dispostos no Código Civil Brasileiro e adequados às finalidades e requisitos da Lei 9612/98;
- ata de constituição e atual ata de eleição dos dirigentes devidamente registradas e em conformidade com os preceitos dispostos no Código Civil Brasileiro e adequados às finalidades e requisitos da Lei nº 9612/98;
- comprovantes relativos a maioria e nacionalidade dos dirigentes;
- manifestações de apoio à iniciativa da requerente, formulados e encaminhados pela comunidade;
- planta de arruamento e declaração de acordo com o disposto no subitem 6.7 incisos XIX e X da Norma Complementar nº 2/98, bem como o Projeto Técnico conforme disposto no subitem 6.11 e incisos da Norma Complementar nº 2/98; declarações relativas aos integrantes do quadro administrativo da requerente, demonstrando a sua regularidade, conforme indicado no subitem 6.7, incisos III, IV, V e VIII da Norma Complementar nº 2/98 e ainda, demais declarações e documentos requeridos com intuito de confirmar alguns dados informados;

### III – Conclusão/Opinamento

10. O Departamento de Outorga de Serviços, a quem cabe a condução dos trabalhos de habilitação de

interessados na exploração do Serviço de Radiodifusão Comunitária, conclui a instrução dos presentes autos, após detido exame do rol de documentos, os quais estão compatíveis com a legislação atinente, seguindo-se abaixo as informações básicas sobre a entidade:

#### • nome

Associação Comunitária Paranaitense para o Desenvolvimento Artístico e Cultural;

#### • quadro diretivo

Presidente: Pedro Hideyo Miyanima

Secretário: Shuber Leite Bezerra

Tesoureiro: Maria de Fátima Gomes da Silva

Diretor Comunitário: Nelson da Silva Moura

Suplente: Adão Licieski

#### • localização do transmissor, sistema irradiante e estúdio

Rua 107 nº 65 lote 07, Setor Residencial Sul, cidade de Paranaíta, Estado do Mato Grosso;

#### • Coordenadas geográficas

09°40'11”S de latitude e 56°28'35”W de longitude, correspondentes aos dados dispostos no “Roteiro de Análise de Instalação da Estação” – fls.” 209 e 210, bem como “Formulário de Informações Técnicas” – fls. 177 e 178, que se referem à localização da estação.

11. Por todo o exposto, opinamos pelo deferimento do pedido formulado pela Associação Comunitária Paranaitense para o Desenvolvimento Artístico e Cultural, no sentido de conceder-lhe a autorização para a exploração do serviço de radiodifusão comunitária, na localidade pretendida, dentro das condições circunscritas no Processo Administrativo nº 53690000561/99, de 7 de outubro de 1999.

Brasília, 1º de agosto de 2003. – Relator da conclusão Técnica, **Neide Aparecida da Silva**, Relator da conclusão Jurídica. – **Cristiane Cavalheiro Rodrigues**, Chefe de Serviço /SSR.

De acordo.

À consideração do Senhor Diretor do Departamento de Outorga de Serviços.

Brasília, 5 de agosto de 2003. – **Jayme Marques de Carvalho Neto**, Coordenador- Geral de Outorga de Serviço de Áudio e Imagem.

(À Comissão de Educação – decisão terminativa.)

**PROJETO DE DECRETO LEGISLATIVO  
Nº 185, DE 2006**

(Nº 1.957/2005, na Câmara dos Deputados)

**Aprova o ato que outorga concessão à  
Rádio FM Serrote Ltda., para explorar servi-  
ço de radiodifusão sonora em onda média  
na cidade de Ubajara, Estado do Ceará.**

O Congresso Nacional decreta:

Art. 1º Fica aprovado o ato a que se refere o Decreto s/nº, de 9 de fevereiro de 2005, que outorga concessão à Rádio FM Serrote Ltda., para explorar, por 10 (dez) anos, sem direito de exclusividade, serviço de radiodifusão sonora em onda média na cidade de Ubajara, Estado do Ceará.

Art. 2º Este decreto legislativo entra em vigor na data de sua publicação.

**MENSAGEM Nº 78, DE 2005**

Senhores Membros do Congresso Nacional,

Nos termos do art. 49, inciso XII, combinado com o § 3º do art. 223, da Constituição, submeto à apreciação de Vossas Excelências, acompanhado de Exposição de Motivos do Senhor Ministro de Estado das Comunicações, o ato constante do Decreto de 9 de fevereiro de 2005, que "Outorga concessão à entidade que menciona para explorar serviço de radiodifusão, e dá outras providências".

Brasília, 16 de fevereiro de 2005.



MC Nº 242 EM

Brasília, 2 de setembro de 2004

Excelentíssimo Senhor Presidente da República,

1. Em conformidade com as atribuições legais e regulamentares cometidas a este Ministério, determinou-se a instauração de procedimento licitatório, na modalidade Concorrência, com vistas à outorga de concessão para explorar serviço de radiodifusão, na localidade e Unidade da Federação abaixo indicada.

2. A Comissão Especial de Licitação, constituída pela Portaria nº 811, de 29 de dezembro de 1997, e suas alterações, após analisar a documentação de habilitação e as propostas técnica e de preço das entidades proponentes, com observância da Lei nº 8.666, de 21 de junho de 1993, e da legislação específica de radiodifusão, concluiu que obteve a maior pontuação do valor ponderado, nos termos estabelecidos pelo Edital, tomando-se assim vencedora da Concorrência, conforme atos da mesma Comissão, que homologuei, a seguinte entidade:

Rádio FM Serrote Ltda., serviço de radiodifusão sonora em onda média na cidade de Ubajara, Estado do Ceará (Processo nº 53650.000323/2002 e Concorrência nº 007/2000-SSR/MC);

3. Nessa conformidade, e em observância ao que dispõe o art. 29 do Regulamento dos Serviços de Radiodifusão, aprovado pelo Decreto nº 52.795, de 31 de outubro de 1963, com a redação que lhe foi dada pelo Decreto nº 1.720, de 28 de novembro de 1995, submeto à elevada consideração de Vossa Excelência projeto de decreto que trata da outorga de concessão à referida entidade para explorar o serviço de radiodifusão mencionado.

4. Esclareço que, nos termos do § 3º do art. 223 da Constituição, o ato de outorga somente produzirá efeitos legais após deliberação do Congresso Nacional, para onde solicito seja encaminhado o referido ato.

Respeitosamente,

**DECRETO DE 9 DE FEVEREIRO, DE 2005**

**Outorga concessão à entidade que  
menciona para explorar serviço de radio-  
difusão, e dá outras providências.**

O Presidente da República, no uso das atribuições que lhe conferem os arts. 84, inciso IV, e 223, caput, da Constituição, e 34, § 1º, da Lei nº 4.117, de 27 de agosto de 1962, e tendo em vista o disposto no art. 29 do Regulamento dos Serviços de Radiodifusão, aprovado pelo Decreto nº 52.795, de 31 de outubro de 1963, e tendo em vista o que consta do Processo nº 53650.000323/2002, Concorrência nº 007/2000-SSR/MC,

Decreta:

Art. 1º Fica outorgada concessão à Rádio FM Serrote Ltda. para explorar, pelo prazo de dez anos, sem direito de exclusividade, serviço de radiodifusão sonora em onda média, no Município de Ubajara, Estado do Ceará.

Art. 2º A concessão ora outorgada reger-se-á pelo Código Brasileiro de Telecomunicações, leis subsequentes, regulamentos e obrigações assumidas pela outorgada.

Art. 3º Este ato somente produzirá efeitos legais após deliberação do Congresso Nacional, nos termos do § 3º do art. 223 da Constituição.

Art. 4º O contrato decorrente desta concessão deverá ser assinado dentro de sessenta dias, a contar da data de publicação da deliberação de que trata o art. 3º, sob pena de tomar-se nula, de pleno direito, a outorga concedida.

Art. 5º Este decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Brasília, 9 de fevereiro de 2005: 184º da Independência e 117º da República. – **Luiz Inácio Lula da Silva.**

SERVIÇO PÚBLICO FEDERAL  
 MINISTÉRIO DAS COMUNICAÇÕES  
 CONFERE COM O ORIGINAL  
 Em. 24/06/04  
 RECD Nº 23200.852.689 ★ 01



CONTRATO SOCIAL DE CONSTITUIÇÃO

RÁDIO FM SERROTE LTDA

SÉRGIO LUIZ RODRIGUES LIMA

Brasileiro, Solteiro, Maior, Advogado, residente e domiciliado na cidade de Fortaleza, Estado do Ceará, na Avenida Santos Dumont nº 7.797 – Aptº 501 - Dunas, portador da identidade profissional nº 5.267, expedida pela Ordem dos Advogados do Brasil – Seção Ceará – OAB/CE, inscrito no CPF sob o número 122.358.143 - 87; e

LUIS MOURA DA COSTA

Brasileiro, Casado, Representante Comercial, residente e domiciliado na cidade de Fortaleza, Estado do Ceará, à Rua Dr. Ratisbona nº 175 - Fátima, portador da cédula de identidade RG Nº 97002597174 – S.S.P./CE, inscrita no CPF sob o número 041.309.872 - 91.

CONSTITUEM,

Entre si, na melhor forma de direito, Sociedade Comercial por cotas de responsabilidade limitada, cujos negócios serão regidos pelas cláusulas e condições, a saber:

**CLÁUSULA PRIMEIRA**

A sociedade se denominará **RÁDIO FM SERROTE LTDA**, e terá por finalidade a execução dos serviços de radiodifusão sonora em Frequência Modulada (F.M.) ou Onda Média (O.M.), mediante autorização do Poder Concedente, na forma da lei e da legislação vigente.



Esta cláusula contém o original do **CLÁUSULA SEGUNDA**

Os objetivos expressos da sociedade, de acordo com o que preceitua o Artigo 3º do Decreto nº 52.795, de 31 de outubro de 1963, que

DR. SÉRGIO LUIZ RODRIGUES LIMA  
 Advogado  
 OAB - 6287

JOÃO CLIVAR LOPES DA SILVA  
 Escritor

*[Handwritten signatures and initials]*

SERVIÇO PÚBLICO FEDERAL  
 MINISTÉRIO DAS COMUNICAÇÕES  
 CONFERE COM O ORIGINAL  
 Em. 24/06/04

PROT. Nº 23200.852.689 ★



(Continuação do contrato social de constituição da RÁDIO FM SERROTE LTDA - fl. 02)

instituiu o Regulamento dos Serviços de Radiodifusão, serão a divulgação de programas de caráter educativo, cultural, informativo e recreativo promovendo, ao mesmo tempo, a publicidade comercial para a suportação dos encargos e sua necessária expansão.



**CLÁUSULA TERCEIRA**

A sede e foro da sociedade tem como endereço a cidade de **PACATUBA**, Estado do **CEARÁ**, na **Avenida José Guilherme nº 566 – Nova Pavuna**, podendo abrir e fechar agências, sucursais e escritórios em qualquer ponto do território nacional, sempre que assim convier, **NÃO TENDO FILIAIS PRESENTEMENTE.**

**CLÁUSULA QUARTA**

A sociedade é constituída para ter vigência por prazo indeterminado, e suas atividades terão início a partir de **27 de Março de 2.000**. Se necessário for a sua dissolução, serão observados os dispositivos da lei.

**CLÁUSULA QUINTA**

- a) As cotas representativas do capital social são inalienáveis a estrangeiros ou pessoas jurídicas e inalienáveis a estrangeiros;
- b) Qualquer alteração contratual, assim como a transferência de cotas, dependerá de prévia autorização do Poder Concedente

**CLÁUSULA SEXTA**

A sociedade se obriga a observar, com o rigor que impõem as leis, decretos, regulamentos, códigos ou decisões emanadas do Poder

DR. SÉRGIO LUIZ RODRIGUES LIMA  
 Advogado  
 OAB 6297



4 MAR 2000

com o original dou fé

DEPARTAMENTO DE REGISTRO DE EMPRESAS

*[Handwritten signatures and initials]*

RES. DOB. 74.200.852.689★



(Continuação do contrato social de constituição da RADIO SERROTE LTDA - fl. 03)

Concedente e de seus demais órgãos subordinados, vigentes ou a vigor, e referentes à legislação de radiodifusão.

REPUBLICA PÚBLICO FEDERAL  
MINISTÉRIO DAS COMUNICAÇÕES  
CONFERE COM O ORIGINAL

Em 24/1/06 104



**CLÁUSULA SÉTIMA**

A sociedade se compromete a manter em seu quadro de funcionários um mínimo de 2/3 (dois terços) de brasileiros ou brasileiros natos.

**CLÁUSULA OITAVA**

A sociedade não poderá executar serviços nem deter concessão ou permissão de radiodifusão sonora em geral no País, além dos limites fixados pela legislação pertinente.

**CLÁUSULA NONA**

O capital social é de R\$ 10.000,00 (Vinte Mil Reais), representado por 100 (Cem) cotas no valor de R\$ 100,00 (Cem Reais) cada uma, subscritas pelos sócios da seguinte forma:

SÓCIO COTISTA	%	COTAS	(R\$)
SÉRGIO LUIZ RODRIGUES LIMA	50	50	5.000,00
LUIS MOURA DA COSTA	50	50	5.000,00
<b>T O T A L</b>	<b>100</b>	<b>100</b>	<b>10.000,00</b>

*Paul*

*[Handwritten signature]*

DR. SÉRGIO LUIZ RODRIGUES LIMA  
Advogado  
OAB - 6257

JOÃO OLIVAS  
Escritor



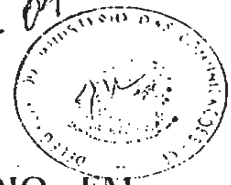
Esta fotocópia confere com o original (ou não).

FOR: 4 JUN 2000  
Em [ ] Municipio de Verdado  
Claudia Martins  
Tabelião

*[Handwritten signatures]*

SERVIÇO PÚBLICO FEDERAL  
 MINISTÉRIO DAS COMUNICAÇÕES  
 CONFERE COM O ORIGINAL  
 Em. 24

RECEB Nº 23200.852.689 ★



(Continuação do contrato social de constituição da RÁDIO FM SERROTE LTDA - fl. 04)

PARÁGRAFO ÚNICO - De acordo com o Artigo 2º "in fine" do Decreto nº 3.708, de 10 de janeiro de 1919, cada cotista se responsabiliza pela totalidade do capital social.



**CLÁUSULA DÉCIMA**

A integralização do capital social será efetivada pelos sócios da seguinte forma:

a) 10% ( dez por cento ), ou seja R\$ 1.000,00 (Hum Mil Reais), em moeda corrente nacional, neste ato;

b) O restante, ou seja 90% (noventa por cento), será integralizado no período de 02 (dois) anos de acordo com as necessidades de aquisição dos equipamentos indispensáveis ao funcionamento de uma emissora de radiodifusão sonora em Frequência Modulada (F.M.) ou Ondas Média (O.M.), tais como: transmissor, caixa de sintonia, torre, antenas, sala de áudio, discos e acessórios, assegurando, assim, a integralização total do capital social e o fiel cumprimento do prazo a ser estabelecido pelo Poder Concedente para a instalação da emissora a ser outorgada

**CLÁUSULA DÉCIMA-PRIMEIRA**

A responsabilidade dos sócios é limitada à importância do capital social, consoante o que determina a lei.

*[Handwritten signature]*

DR. SERGIO LUIZ RODRIGUES LIMA  
 Advogado  
 OAB 5287



Este documento contém com o original do...

4 MAR 2000

Escritório de Registro de Empresas

JOÃO OLIVAR LOPES DA SILVA  
 Escrivão

Claudia Martins  
 Tabelião

*[Handwritten signatures and initials]*



RESCISÃO Nº 23200.852.689 ★



(Continuação do contrato social de constituição da RADIO FM SERROTE LTDA - fl. 05)

**CLÁUSULA DÉCIMA-SEGUNDA**



A sociedade será administrada pelo sócio **LUIS MOURA DA COSTA**, na função de **DIRETOR - ADMINISTRATIVO**, o qual fará uso da firma judicial ou extrajudicialmente, podendo delegar poderes especiais ou totais a terceiros através de procurações e mediante autorização do Poder Concedente.

**PARÁGRAFO ÚNICO** - No uso de suas atribuições, o Diretor - Administrativo, assinará da seguinte forma:

RADIO FM SERROTE LTDA

SERVIÇO PÚBLICO FEDERAL  
MINISTÉRIO DAS COMUNICAÇÕES  
CONFERE COM O ORIGINAL  
Em 24/06/04

*[Handwritten Signature]*  
**LUIS MOURA DA COSTA**  
Diretor - Administrativo

**CLÁUSULA DÉCIMA-TERCEIRA**

Os sócios terão como remuneração quantia fixada em comum, até os limites das deduções fiscais previstas na legislação do imposto de renda e que serão levadas à conta de despesas gerais.

*[Handwritten Signature]*  
**DR. SERGIO LUIZ RODRIGUES LIMA**  
Advogado  
- OAB 5287



**JOÃO OLIVAR LOPES DA SILVA**  
Escritor Autorizado

4 JUN 2000

Carimbo da validade

Marilins  
Tabela

*[Handwritten signatures and initials]*

23200.852.689★



(Continuação do contrato social de constituição da RADIO FM SERROTE LTDA - fl. 06)

CLÁUSULA DÉCIMA-QUARTA



O uso da denominação social, nos termos da CLÁUSULA DÉCIMA - SEGUNDA deste instrumento, é vedado em fianças, aval e outros atos de favor estranhos aos interesses da sociedade, ficando o Diretor, na hipótese de infração desta cláusula, pessoalmente responsável pelos atos praticados.

CLÁUSULA DÉCIMA-QUINTA

SERVIÇO PÚBLICO FEDERAL
MINISTÉRIO DAS COMUNICAÇÕES
CONFERE COM O ORIGINAL
Em 24/06/06

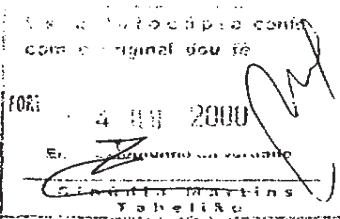
Falecendo um dos sócios, ou se tomando interdito, por força da lei, a sociedade automaticamente se dissolverá, sendo observados os dispositivos da lei. Cabendo aos herdeiros do sócio falecido o capital e os apurados no último balanço geral anual, ou em novo balanço especialmente levantado, se ocorrido o falecimento ou a interdição depois de 06 (seis) meses após a aprovação do balanço geral anual. Os haveres assim apurados serão pagos em 20 (vinte) prestações mensais iguais e sucessivas, devendo a primeira ser paga 06 (seis) meses após a aprovação dos citados haveres.

CLÁUSULA DÉCIMA-SEXTA

Os sócios declaram não estar incurso em nenhum dos crimes previstos em lei que os impeçam de exercer atividade mercantil, conforme Portaria nº 06/86, de 16/09/86, do D.N.R.C.

DR. SERGIO LUIZ RODRIGUES LIMA
Advogado
OAB - 6287

JOÃO OLIVAR LOPES DA SILVA
Escritor Autorizado



Handwritten signatures and initials on the right side of the page.

RECEBIMOS Nº 23200.852.689 ★



(Continuação do contrato social de constituição da RADIO FM SERROTE LTDA - fl. 07)

**CLÁUSULA DÉCIMA-SÉTIMA**



Os administradores da entidade serão brasileiros natos ou naturalizados há mais de 10 (dez) anos e a sua investidura no cargo somente poderá ocorrer depois de terem sido aprovados pelo Poder Concedente.

**CLÁUSULA DÉCIMA-OITAVA**

SERVIÇO PÚBLICO FEDERAL  
MINISTÉRIO DAS COMUNICAÇÕES  
CONFERE COM O ORIGINAL  
Em 24/06/07

A 31 de dezembro de cada ano, levantar-se-á um balanço geral anual das atividades da empresa. O balanço geral anual levará a assinatura de todos os sócios e será acompanhado do extrato de conta de lucros e perdas.

**PARÁGRAFO ÚNICO** - Os lucros ou prejuízos apurados em balanço geral anual serão distribuídos ou suportados pelos sócios na proporção de suas cotas ou capital.

**CLÁUSULA DÉCIMA-NONA**

Fica eleito desde já, com renúncia a qualquer outro, por mais privilegiado que seja, o foro da sede da sociedade para a resolução de qualquer dissídio que eventualmente venha a surgir entre as partes contratantes.

DR. SÉRGIO LUIZ RODRIGUES LIMA  
Advogado  
OAB - 8297



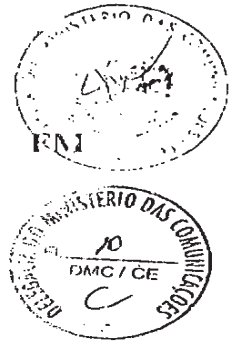
JOÃO OLIVAS LOPES DA SILVA  
Escritor Autorizado

Em 4 de maio de 2006  
Em Cartório de Registro de Imóveis

Carolina Martins  
Tabelião

Handwritten signatures and initials on the right side of the page.

(Continuação do contrato social de constituição da RADIO FM SERROTE LDA - fl. 08).



**CLÁUSULA VIGÉSIMA**

Os casos omissos neste contrato social serão regidos pelos dispositivos do Decreto nº 3.708, de 10/01/19, a cuja observância, como as demais cláusulas deste contrato, se obrigam Diretora e Sócios - Cotistas.

E, por estarem justos e contratados, assinam o presente contrato em 03 (três) vias de igual teor e forma, na presença das testemunhas da lei.

FORTALEZA (CE) 23 de Março de 2.000

SERVIÇO PÚBLICO FEDERAL  
MINISTÉRIO DAS COMUNICAÇÕES  
CONFERE COM O ORIGINAL

SÉRGIO LUIZ RODRIGUES LIMA  
LUIS MOURA DA COSTA

TESTEMUNHAS:

1.) CRISTIANO LIMA DE MENEZES  
RG N° 90002160094 - S.S.P./CE

2.) FRANCISCO FIRMIANO BRAGA  
RG N° 8905002007306 - SSP/CE

DR. SERGIO LUIZ RODRIGUES LIMA  
Advogado  
- AB - 6287



4 DE MAR 2000  
Cláudia Martins

*[Handwritten signatures and initials]*

(À Comissão de Educação -  
decisão terminativa.)

**PROJETO DE DECRETO LEGISLATIVO  
Nº 186, DE 2006**

(Nº 1.971/2005, na Câmara dos Deputados)

**Aprova o ato que autoriza a Associação Rádio Comunitária Atalaia de Bagé a executar serviço de radiodifusão comunitária na cidade de Bagé, Estado do Rio Grande do Sul.**

O Congresso Nacional decreta:

Art. 1º Fica aprovado o ato a que se refere a Portaria nº 199, de 11 de março de 2005, que autoriza a Associação Rádio Comunitária Atalaia de Bagé a executar, por 10 (dez) anos, sem direito de exclusividade, serviço de radiodifusão comunitária na cidade de Bagé, Estado do Rio Grande do Sul.

Art. 2º Este decreto legislativo entra em vigor na data de sua publicação.

**MENSAGEM Nº 587, DE 2005**

Senhores Membros do Congresso Nacional,

Nos termos do art. 49, inciso XII, combinado com o § 3º, do art. 223, da Constituição, submeto à apreciação de Vossas Excelências, acompanhadas de Exposições de Motivos do Senhor Ministro de Estado das Comunicações, autorizações às entidades abaixo relacionadas para executar, pelo prazo de dez anos, sem direito de exclusividade, serviços de radiodifusão comunitária, conforme os seguintes atos:

1 – Portaria nº 156, de 16 de fevereiro de 2005 – Associação Rádio Comunitária Cidade Verão, no município de Santa Terezinha de Itaipú – PR;

2 – Portaria nº 191, de 1º de março de 2005 – Associação Comunitária Cidade de Mairinque, no município de Mairinque – SP; e

3 – Portaria nº 199, de 11 de março de 2005 – Associação Rádio Comunitária Atalaia de Bagé, no município de Bagé – RS.

Brasília, 9 de setembro de 2005. – **Luiz Inácio Lula da Silva.**

MC Nº 170 EM

Brasília, 26 de abril de 2005

Excelentíssimo Senhor Presidente da República,

1. Encaminho a Vossa Excelência Podada de outorga de autorização e respectiva documentação para que a entidade Associação Rádio Comunitária Atalaia de Bagé, no Município de Bagé, Estado do Rio Grande do Sul, explore o serviço de radiodifusão comunitária, em conformidade com o caput do art. 223, da Constituição e a Lei nº 9.612, de 19 de fevereiro de 1998.

2. A referida entidade requereu ao Ministério das Comunicações sua inscrição para prestar o serviço,

cujas documentação inclui manifestação de apoio da comunidade, numa demonstração de receptividade da filosofia de criação desse braço da radiodifusão, de maneira a incentivar o desenvolvimento e a sedimentação da cultura geral das localidades postulantes.

3. Como se depreende da importância da iniciativa comandada por Vossa Excelência, essas ações permitem que as entidades trabalhem em conjunto com a comunidade, auxiliando não só no processo educacional, social e cultural mas, também, servem de elo à integração, por meio de informações benéficas a todos os segmentos e a todos esses núcleos populacionais.

4. Sobre o caso em espécie, cumpre informar que o Grupo de Trabalho, instituído por meio da Portaria nº 83, de 24 de março de 2003, com a finalidade de proceder criteriosa análise dos processos pendentes, referentes à autorização de funcionamento e execução das Rádios Comunitárias, manifestou-se favoravelmente ao pleito, constatando a legalidade e a regularidade do Processo Administrativo é 53790.001019/98, que ora faço acompanhar, com a finalidade de subsidiar os trabalhos finais.

5. Em conformidade com os preceitos constitucionais e legais, a outorga de autorização, objeto do presente processo, passará a produzir efeitos legais somente após deliberação do Congresso Nacional, a teor do § 3º, do art. 223, da Constituição Federal.

Respeitosamente, – Assinado eletronicamente por: **Eunício Lopes de Oliveira.**

**PORTARIA Nº 199 DE 11 DE MARÇO DE 2005**

O Ministro de Estado das Comunicações, no uso de suas atribuições, considerando o disposto no inciso II do art. 9º e art. 19 do Decreto nº 2.615, de 03 de junho de 1998, na Lei nº 9.612, de 19 de fevereiro de 1998, e tendo em vista o que consta do Processo Administrativo nº 53790.001019/98 e do Parecer/MC/Conjur/GAT/Nº 1480 – 1.08/2004 resolve:

Art. 1º Outorgar autorização à Associação Rádio Comunitária Atalaia de Bagé, com sede na Avenida General João Telles, nº 1599, no município de Bagé, Estado do Rio Grande do Sul, para executar serviço de radiodifusão comunitária, pelo prazo de dez anos, sem direito de exclusividade.

Parágrafo único. A autorização reger-se-á pela Lei nº 9.612, de 19 de fevereiro de 1998, leis subsequentes, seus regulamentos e normas complementares.

Art. 2º A entidade autorizada deverá operar com o sistema irradiante localizado nas coordenadas geográficas com latitude em 31º19'30"S e longitude em 54º06'07"W, utilizando a frequência de 104,9 MHz.

Art. 3º Este ato somente produzirá efeitos legais após deliberação do Congresso Nacional, nos termos do § 3º do art. 223 da Constituição, devendo a entidade iniciar a execução do serviço, em caráter definitivo, no prazo de seis meses a contar da data de publicação do ato de deliberação.

Art. 4º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação. – **Eunício Oliveira**.

**INFORMAÇÃO Nº 1.809/2004**  
**– RADCOM/DOS/SSCE/MC – SLP**

**Referência:** Processo nº 53.790.001.019-98 de 13-08-1998

**Objeto:** Requerimento de outorga de autorização para a exploração do Serviço de Radiodifusão Comunitária.

**Interessado:** Associação Rádio Comunitária Atalaia de Bagé na localidade de Bagé, Estado do Rio Grande do Sul.

**Conclusão:** Processo instruído.

Trata-se o presente processo de pedido de autorização para executar serviço de radiodifusão comunitária na cidade de Bagé, Estado do Rio Grande do Sul, formulado pela Associação Rádio Comunitária Atalaia de Bagé. Em decorrência da análise da documentação instrutória do processo em epígrafe e de acordo com a Nota/MC/Conjur/GAT/Nº 0954-1.08/2004, datada de 19-8-2004, foram apontadas as seguintes pendências: juntada das declarações do subitem 6.7 LV e VIII da Norma 2/98, Ata de eleição da atual diretoria e retificação do quadro diretivo da Entidade no relatório final de acordo com o art. 9º do Estatuto Social. Desta forma, seguiram-se diligências para a apresentação da referida documentação, tendo sido a mesma encaminhada pela Requerente, complementando a documentação instrutória do processo.

Salientamos que o atual quadro diretivo da entidade está composto da seguinte maneira:

Presidente: Jeferson dos Santos Dutra  
 Vice-Presidente: Norberto dos Santos Dutra  
 1º Secretário: Paulo César Ramos Peres  
 2º Secretário: Arlinda Oliveira Madeira  
 1º Tesoureiro: Guaraci Barreto Lopes  
 2º Tesoureiro: Maria dos Santos Dutra  
 Diretor Jurídico: Almir Vanderlei Machado  
 Diretor Operacional: Odilon Lara Madeira

Frente ao saneamento do processo e ainda, considerando o Relatório nº 219/2004 –DOSR/SSR/MC, este Departamento conclui que toda a documentação constante dos autos encontra-se de acordo com a legislação atinente.

Face ao exposto, faz-se mister o retomo dos autos à Consultoria Jurídica, para apreciação do relatado, no sentido de conceder a Associação Rádio Comunitária Atalaia de Bagé outorga de Autorização para a exploração do serviço de radiodifusão comunitária, na localidade pretendida.

Brasília, 30 de setembro de 2004. – **Waldemar Gonçalves Ortunho Junior**, Coordenador-Geral.

De acordo.

À consideração do Senhor Secretário de Serviços de Comunicação Eletrônica.

Brasília, 30 de Setembro de 2004. – **Carlos Alberto Freire Resende**, Diretor do Departamento de Outorga de Serviços.

Aprovo a Informação nº 1809/2004/Radcom/DOS/SSCE/MC-SLP. Encaminhe-se à Consultoria Jurídica para exame e parecer.

Brasília, 30 de setembro de 2004. – **Elifas Chaves Gurgel do Amaral**, Secretário de Serviços de Comunicação Eletrônica.

*(À Comissão de Educação, decisão terminativa.)*

**PROJETO DE DECRETO LEGISLATIVO**  
**Nº 187, DE 2006**

(Nº 1.986/2005, na Câmara dos Deputados)

**Aprova o ato que autoriza a Associação Comunitária – de Desenvolvimento Cultural e Artístico de Santa Fé a executar serviço de radiodifusão comunitária na cidade de Santa Fé, Estado do Paraná.**

O Congresso Nacional decreta:

Art. 1º Fica aprovado o ato a que se refere a Portaria nº 2.950, de 18 de dezembro de 2002, alterada pela Portaria nº 623, de 9 de dezembro de 2003, que autoriza a Associação Comunitária de Desenvolvimento Cultural e Artístico de Santa Fé a executar, por 10 (dez) anos, sem direito de exclusividade, serviço de radiodifusão comunitária na cidade de Santa Fé, Estado do Paraná.

Art. 2º Este decreto legislativo entra em vigor na data de sua publicação.

**MENSAGEM Nº 611, DE 2005**

Senhores Membros do Congresso Nacional,  
 Nos termos do art. 49, inciso XII, combinado com o § 3º do art. 223, da Constituição, submeto à apreciação de Vossas Excelências, acompanhadas de Exposições de Motivos do Senhor Ministro de Estado das Comunicações, autorizações às entidades abaixo relacionadas para executar, pelo prazo de dez anos,

sem direito de exclusividade, serviços de radiodifusão comunitária, conforme os seguintes atos:

1 – Portaria nº 2.950, de 18 de dezembro de 2002, alterada pela de nº 623, de 9 de dezembro de 2003 – Associação Comunitária de Desenvolvimento Cultural e Artístico de Santa Fé, na cidade de Santa Fé – PR;

2 – Portaria nº 98, de 23 de janeiro de 2004 – Associação dos Moradores do Loteamento Bonanza II, na cidade de Moreno – PE;

3 – Portaria nº 140, de 16 de fevereiro de 2005 – Associação de Assistência aos Menores Carentes de Barra do Mendes – Bahia, no município de Barra do Mendes – BA;

4 – Portaria nº 148, de 16 de fevereiro de 2005 – Associação de Proteção e Assistência à Maternidade e a Infância Dr. João Moreira, no município de Santa Quitéria do Maranhão – MA;

5 – Portaria nº 149, de 16 de fevereiro de 2005 – Associação de Radiodifusão Comunitária Alto Alegre do Pindaré – ARCAP, no município de Alto Alegre do Pindaré – MA;

6 – Portaria nº 150, de 16 de fevereiro de 2005 – Associação Integrada Conhecer, no município de São Luis Gonzaga do Maranhão – MA; e

7 – Portaria nº 153, de 16 de fevereiro de 2005 – Associação Comunitária de Radiodifusão do Bairro Vila Santa Branca – Sintonia FM 91,1, no município de Ribeirão das Neves – MG;

Brasília, 20 de setembro de 2005. – **Luiz Inácio Lula da Silva.**

MC Nº 191 EM

Brasília, 30 de julho de 2003

Excelentíssimo Senhor Presidente da República,

1. Encaminho a Vossa Excelência Portaria de outorga de autorização e respectiva documentação para que a entidade Associação Comunitária de Desenvolvimento Cultural e Místico de Santa Fé, na cidade de Santa Fé, Estado do Paraná, explore o serviço de radiodifusão comunitária, em conformidade com o caput do art. 223, da Constituição e a Lei nº 9.612, de 19 de fevereiro de 1998.

2. Referida entidade requereu ao Ministério das Comunicações sua inscrição para prestar o serviço, cuja documentação inclui manifestação de apoio da comunidade, numa demonstração de receptividade da filosofia de criação desse braço da radiodifusão, de maneira a incentivar o desenvolvimento e a sedimentação da cultura geral das localidades postulantes.

3. Como se depreende da importância dessa iniciativa, essas ações permitem que as entidades trabalhem em conjunto com a comunidade, auxiliando

não só no processo educacional, social e cultural, mas também servem de elo à integração de informações benéficas em todos os seguimentos, e a todos esses núcleos populacionais.

4. Sobre o caso em espécie, determinei análises técnica e jurídica da petição apresentada, constatando a inexistência de óbice legal e normativo ao pleito, o que se conclui da documentação de origem, substanciada nos autos do Processo Administrativo nº 53740.000847/1998, que ora faço acompanhar, com a finalidade de subsidiar os trabalhos finais.

5. Em conformidade com os preceitos educacionais e legais, a outorga de autorização, objeto do presente processo, passará a produzir efeitos legais somente após deliberação do Congresso Nacional, a teor do § 3º, do art. 223, da Constituição Federal.

Respeitosamente, – **Miro Teixeira.**

#### **PORTARIA Nº 2.950, DE 18 DE DEZEMBRO DE 2002**

O Ministro de Estado das Comunicações, no uso de suas atribuições, considerando o disposto nos artigos 10 e 19 do Decreto nº 2.615, de 3 de junho de 1998, e tendo em vista o que consta do Processo Administrativo nº 53740.000847/1998, resolve:

Art. 1º Autorizar a entidade Associação Comunitária de Desenvolvimento Cultural e Artístico de Santa Fé, com sede na Avenida Arapongas nº 560, Centro, na cidade de Santa Fé, Estado do Paraná, a executar serviço de radiodifusão comunitária, pelo prazo de três anos, sem direito de exclusividade.

Art. 2º Esta autorização reger-se-á pela Lei nº 9.612, de 19 de fevereiro de 1998, leis subsequentes, seus regulamentos e normas complementares.

Art. 3º A entidade fica autorizada a operar com o sistema irradiante localizado nas coordenadas geográficas com latitude em 23º02'15"S e longitude em 51º48'20"W, utilizando a frequência de 105,9 MHz,

Art. 4º Este ato somente produzirá efeitos legais após deliberação do Congresso Nacional, nos termos do § 3º do art. 223 da Constituição, devendo a entidade iniciar a execução do serviço no prazo de seis meses a contar da data de publicação do ato de deliberação.

Art. 5º Esta portaria entra em vigor na data de sua publicação. – **Juarez Quadros do Nascimento.**

#### **PORTARIA Nº 623, DE 9 DE DEZEMBRO DE 2003**

O Ministro de Estado das Comunicações, no uso de suas atribuições, considerando o disposto no inciso II, do art. 9º e art. 19 do Decreto nº 2.615, de 3 de junho de 1998, e tendo em vista o que consta do Processo Administrativo nº 53740.000847/98 e do PARECER/CONJUR/MC nº 1.473/2003, resolve:

Art. 1º Alterar o art. 1º, da Portaria nº 2.950, de 18 de dezembro de 2002, publicada no **Diário Oficial da União** de 19 de dezembro de 2002, que passa a vigorar com a seguinte redação:

“Art. 1º Autorizar a Associação Comunitária de Desenvolvimento Cultural e Artístico de Santa Fé, com sede na Avenida Arapongas nº 560 – Centro, na cidade de Santa Fé, Estado do Paraná, a executar pelo prazo de dez anos, serviço de radiodifusão comunitária, sem direito de exclusividade.”

Art. 2º Esta portaria entra em vigor na data de sua publicação. – **Miro Teixeira**.

### RELATÓRIO Nº 622/2002-DOSR/SSR/MC

**Referência:** Processo: nº 53.740.000.847/99 de 10 de Agosto de 1999.

**Objeto:** Requerimento de outorga de autorização para a exploração do Serviço de Radiodifusão Comunitária.

**Interessado:** Associação Comunitária de Desenvolvimento Cultural e Artístico de Santa Fé, na localidade de Santa Fé /PR.

#### I – Introdução

1. Associação Comunitária de Desenvolvimento Cultural, e Artístico de Santa Fé, inscrito no CGC sob o número 02.514.559/0001-65, no Estado do Paraná, com sede na Av. Arapongas, 560, Cidade de Santa – Fé /PR, dirigiu-se ao Senhor Ministro de Estado das Comunicações, por meio de requerimento datado de 10 de agosto de 1998, subscrito por representante legal, demonstrando interesse na exploração do Serviço de Radiodifusão Comunitária, na localidade que indica.

2. A entidade, que doravante passa a ser tratada como requerente baseou o seu pleito nos termos do Aviso publicado no **Diário Oficial da União – DOU**, de 18 de Março de 1999, Seção 3, que contempla o logradouro onde pretende instalar o seu transmissor, assim como o sistema irradiante e respectivo estúdio.

3. A requerente, por final: solicita “a designação de canal para a prestação do serviço, nos termos do artigo 12, do Regulamento do Serviço” de Radiodifusão Comunitária, aprovado pelo Decreto nº 2.615, de 3 de junho de 1998.”, apresentando ao Ministério a documentação constante dos presentes autos.

#### II – Relatório

##### • atos constitutivos da entidade/documentos acessórios

4. O Departamento de Outorga de Serviços de Radiodifusão, por determinação do Senhor Secretário de Serviços de Radiodifusão, passa ao exame do pleito formulado pela requerente, consubstanciado na Petição de folha 1, bem como a documentação apresentada,

relatando toda a instrução do presente processo administrativo, em conformidade com a legislação, especialmente a lei nº 9.612, de 19-2-1998, o Regulamento do Serviço de Radiodifusão Comunitária, aprovado pelo Decreto nº 2.615, de 3-3-1998 e Norma nº 2/98, de 6-8-1998.

5. A requerente, como mencionado na introdução (item 1), ao demonstrar interesse em explorar o serviço, faz indicação da localidade onde pretende instalar seus equipamentos transmissores, complementando com o endereço da respectiva estação e coordenadas geográficas, além de pedir a designação de canal para a prestação do serviço, atendendo os requisitos do item 6.4 da Norma Complementar nº 2/98 e, ainda, juntando a documentação necessária.

6. A documentação (item 6.7 e incisos, da Norma nº 2/98) está contida nos autos, correspondendo ao seguinte:

- Estatuto Social;
- ata de constituição e eleição de dirigentes;
- declarações e comprovantes relativos a responsabilidades e obrigações de dirigentes, enquanto vinculados à entidade, face aos ditames legais pertinentes;
- manifestações de apoio da comunidade;
- plantas de arruamento, com indicação do local de instalação do sistema irradiante, e respectivas coordenadas geográficas;
- informações complementares de dirigentes da entidade, como declaração de residência e declaração de fiel cumprimento às normas, recolhimento da taxa de cadastro e cópias de documentos pessoais.

7. Toda a documentação mencionada está contida no intervalo de folhas 1 a 179, dos autos.

8. Analisados os documentos apresentados inicialmente e após o cumprimento de exigências, este Departamento constatou conformidade legal e normativa, pelo que passa a examinar as informações técnicas de relevância.

#### III – Relatório

##### • informações técnicas

9. Preliminarmente, a requerente indicou em sua petição que os equipamentos seriam instalados em área abrangida pelo círculo de raio igual a 1 km, com centro localizado na Pç. Pio XII, Salão Paroquial, cidade de Santa Fé Estado do Paraná, de coordenadas geográficas em 23º02'18" S de latitude é 52º51'44" W de longitude, conforme consta na Análise Técnica, fls 117, consoante os dados constantes no aviso no **DOU** de 18-3-1999, Seção. 3.



10. A análise técnica desenvolvida, demonstra que, as coordenadas geográficas indicadas deveriam ser mantidas, pelo que se depreende da memória do documento de folhas 117 denominado de “Roteiro de Análise Técnica de RadCom”. Posteriormente foram indicadas as novas coordenadas que foram aceitas e analisadas por Engenheiro responsável.

11. O mesmo documento trata de outros dados, conforme se segue:

- informações sobre geração de coordenadas geográficas, instruções sobre coordenadas coincidentes com os levantamentos do IBGE;
- compatibilização de distanciamento do canal;
- situação da estação em faixa de fronteira, endereço proposta para instalação da antena;
- planta de arruamento, endereços da sede e do sistema irradiante;
- outros dados e conclusão.

12. Seguiram-se diligências para apresentação de alteração estatutária e do subitem 6.7,I,111,IV, V e VIII e subitem 6.II, Projeto Técnico), da Norma nº 2/98, (fls. 122).

13. Cumpridas as exigências, foi expedido o “Formulário de Informações Técnicas”, fls. 160, firmado pelo engenheiro responsável, onde estão resumidas as seguintes informações:

- identificação da entidade;
- os endereços da sede administrativa e de localização do transmissor, sistema irradiante e estúdio;
- características técnicas dos equipamentos (transmissor) e acessórios (antena e cabo coaxial), com indicação da potência efetiva irradiada e intensidade de campo no limite da área de serviço;
- diagramas de irradiação do sistema irradiante e características elétricas.

14. Segue-se o Roteiro de Verificação de Instalação da Estação, constatando-se conformidade com a Norma 02/98, em especial as exigências inscritas em seu item 6.11, folhas 177 e 178.

15. É o relatório.

#### IV – Conclusão/Opinamento

16. O Departamento de Outorga de Serviços de Radiodifusão, a quem cabe a condução dos trabalhos de habilitação de interessados na exploração do serviço

de radiodifusão comunitária, **conclui** a instrução dos presentes autos, após detido exame do rol de documentos, compatíveis com a legislação atinente.

17. Assim, a requerente, de acordo com o seu Estatuto Social, e nos termos de seu requerimento, atende os requisitos legais e normativos ao seu pleito, seguindo-se informações básicas sobre a entidade:

#### • nome

Associação Comunitária de Desenvolvimento Cultural e Artístico de Santa Fé

#### • quadro diretivo

Presidente: Pedro Brambila

Vice Presidente: Wanderley Pereira Jardim

Secretária Geral: Marineti Favarim

Tesoureiro: Sérgio Luiz Grolla

Dir. Adm. Ivo Silva de Souza

#### • localização do transmissor, sistema irradiante e estúdio

Praça. Pio XII, centro, Cidade de Santa Fé, Estado do Paraná.

#### • coordenadas geográficas

23°02’15”S de latitude e 51°48’20” w de longitude correspondentes aos dados constantes no formulário de Informações Técnicas”, fls. 160, e “Roteiro análise de Instalação da Estação de RADCOM”, fls. 177 e 178 que se refere à localização da estação.

18. Por todo o exposto, opinamos pelo deferimento do pedido formulado pela Associação Comunitária de Desenvolvimento Cultural e Artístico de Santa Fé, no sentido de conceder-lhe a Outorga de Autorização para a exploração do serviço de radiodifusão comunitária, na localidade pretendida, dentro das condições circunscritas no Processo Administrativo nº 53.740.000.847/99, de 10 de Agosto de 1999.

Brasília, 4 de Dezembro de 2002. – **Luciana Coelho**, Chefe de Serviço/SSF, Relatora da conclusão Jurídica. – **Neide Aparecida da Silva**, Chefe de Divisão/SSR, Relatora da Conclusão Técnica.

De acordo.

À consideração do Senhor Diretor do Departamento de Outorga de Serviços de Radiodifusão.

Brasília, 9 de dezembro de 2002. – **Nilton Geraldo Lemes de Lemos**, Coordenador Geral.

(À Comissão de Educação, decisão terminativa)

**PROJETO DE DECRETO LEGISLATIVO  
Nº 188, DE 2006**

(Nº 1.987/2005, na Câmara dos Deputados)

**Aprova o ato que autoriza a Associação Comunitária João Kominek a executar serviço de radiodifusão comunitária na cidade de Itaiópolis, Estado de Santa Catarina.**

O Congresso Nacional decreta:

Art. 1º Fica aprovado o ato a que se refere a Portaria nº 225, de 29 de março de 2005, que autoriza a Associação Comunitária João Kominek a executar, por 10 (dez) anos, sem direito de exclusividade, serviço de radiodifusão comunitária na cidade de Itaiópolis, Estado de Santa Catarina.

Art. 2º Este decreto legislativo entra em vigor na data de sua publicação.

**MENSAGEM Nº 607, DE 2005**

Senhores Membros do Congresso Nacional,

Nos termos do art. 49, inciso XII, combinado com o § 3º, do art. 223, da Constituição, submeto à apreciação de Vossas Excelências, acompanhadas de exposições de motivos do Senhor Ministro de Estado das Comunicações, autorizações às entidades abaixo relacionadas para executar, pelo prazo de dez anos, sem direito de exclusividade, serviços de radiodifusão comunitária, conforme os seguintes atos:

1 – Portaria nº 522, de 8 de outubro de 2003 – Associação Civil Filantrópica “Asilo Vila do Sol”, na cidade de Patos de Minas – MG;

2 – Portaria nº 567, de 5 de novembro de 2003 – Associação Cultural, Educativa e Desportiva de Bonfinópolis de Minas, na cidade de Bonfinópolis de Minas – MG;

3 – Portaria nº 134, de 16 de abril de 2004 – Associação Comunitária de Desenvolvimento Artístico e Cultural de Humaitá, na cidade de Humaitá – AM;

4 – Portaria nº 225, de 29 de março de 2005 – Associação Comunitária João Kominek, no Município de Itaiópolis – SC; e

5 – Portaria nº 370, de 3 de agosto de 2005 – Associação Comunitária, Cultural e Beneficente Hidro-FM, no Município de Nova Ponte – MG.

Brasília, 19 de setembro de 2005. – **Luiz Inácio Lula da Silva.**

MC Nº 179 EM

Brasília, 26 de abril de 2005

Excelentíssimo Senhor Presidente da República,

1. Encaminho a V. Exª portaria de outorga de autorização e respectiva documentação para que a entidade Associação Comunitária João Kominek, no

Município de Itaiópolis, Estado de Santa Catarina, explore o serviço de radiodifusão comunitária, em conformidade com o **caput** do art. 223, da Constituição e a Lei nº 9.612, de 19 de fevereiro de 1998.

2. A referida entidade requereu ao Ministério das Comunicações sua inscrição para prestar o serviço, cuja documentação inclui manifestação de apoio da comunidade, numa demonstração de receptividade da filosofia de criação desse braço da radiodifusão, de maneira a incentivar o desenvolvimento e a sedimentação da cultura geral das localidades postulantes.

3. Como se depreende da importância da iniciativa comandada por V. Exª, essas ações permitem que as entidades trabalhem em conjunto com a comunidade, auxiliando não só no processo educacional, social e cultural mas, também, servem de elo à integração, por meio de informações benéficas a todos os segmentos e a todos esses núcleos populacionais.

4. Sobre o caso em espécie, cumpre informar que o Grupo de Trabalho, instituído por meio da Portaria nº 83, de 24 de março de 2003, com a finalidade de proceder criteriosa análise dos processos pendentes, referentes à autorização de funcionamento e execução das Rádios Comunitárias, manifestou-se favoravelmente ao pleito, constatando a legalidade e a regularidade do Processo Administrativo nº 53820.000682/98, que ora faço acompanhar, com a finalidade de subsidiar os trabalhos finais.

5. Em conformidade com os preceitos constitucionais e legais, a outorga de autorização, objeto do presente processo, passará a produzir efeitos legais somente após deliberação do Congresso Nacional, a teor do § 3º, do art. 223, da Constituição Federal.

Respeitosamente, – **Eunício Lopes de Oliveira.**

**PORTARIA Nº 225, DE 29 DE MARÇO DE 2005**

O Ministro de Estado das Comunicações, no uso de suas atribuições, considerando o disposto no inciso II do art. 9º e art. 19 do Decreto nº 2.615, de 3 de junho de 1998, na Lei nº 9.612, de 19 de fevereiro de 1998, e tendo em vista o que consta do Processo Administrativo nº 53820.000682/98 e do PARECER/MC/CONJUR/GAT/Nº 0086–1.08/2005, resolve:

Art. 1º Outorgar autorização à Associação Comunitária João Kominek, com sede na Avenida Getúlio Vargas, nº 672 – Centro, no município de Itaiópolis, Estado de Santa Catarina, para executar serviço de radiodifusão comunitária, pelo prazo de dez anos, sem direito de exclusividade.

Parágrafo único. A autorização reger-se-á pela Lei nº 9.612, de 19 de fevereiro de 1998, leis subseqüentes, seus regulamentos e normas complementares.

Art. 2º – A entidade autorizada deverá operar com o sistema irradiante localizado nas coordenadas geográficas com latitude em 26º20'11"S e longitude em 49º54'19"W, utilizando a frequência de 87,9 MHz.

Art. 3º Este ato somente produzirá efeitos legais após deliberação do Congresso Nacional, nos termos do § 3º do art. 223 da Constituição, devendo a entidade iniciar a execução do serviço, em caráter definitivo, no prazo de seis meses a contar da data de publicação do ato de deliberação.

Art. 4º – Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação. – **Eunício Oliveira.**

### **RELATÓRIO Nº 0279/2004/RADCOM/ DOS/SSCE/MC**

**Referência:** Processo nº. 53.820.000.682/98 protocolizado em 24 de setembro de 1998.

**Objeto:** Requerimento de autorização para a exploração do Serviço de Radiodifusão Comunitária.

**Interessado:** Associação Comunitária João Kominek, município de Itaiópolis Estado de Santa Catarina.

#### **I – Introdução**

1. A Associação Comunitária João Kominek, inscrita no CNPJ sob o número 02.123.467/0001-54, no Estado de Santa Catarina, com sede na Avenida Getúlio Vargas, 672 – Centro, município de Itaiópolis, dirigiu-se ao Senhor Ministro de Estado das Comunicações, conforme requerimento datado de 14 de agosto de 1998 subscritos por representante legal, no qual demonstrou interesse na exploração do Serviço de Radiodifusão Comunitária nos termos do artigo 12, do Regulamento do Serviço de Radiodifusão Comunitária, aprovado pelo Decreto nº 2.615, de 3 de junho de 1998.

2. A entidade, que doravante passa a ser tratada como requerente, baseou o seu pleito nos termos do Aviso de Habilitação publicado no **Diário Oficial da União – DOU** de 22 de dezembro de 1999 que contempla a localidade onde pretende instalar o seu transmissor, assim como o sistema irradiante e respectivo estúdio.

3. Em atendimento à citada convocação e ainda, considerando a distância de 4 Km entre as interessadas nesta localidade, comunicamos que apenas a mencionada entidade demonstrou seu interesse na prestação do referido serviço, não havendo concorrentes.

#### **II – Relatório**

##### **• atos constitutivos da entidade/documentos acessórios e aspectos técnicos**

4. O Departamento de Outorga de Serviços, em atendimento às Normas e critérios estabelecidos para a regular análise dos requerimentos, passou ao exa-

me do pleito formulado pela requerente, de acordo com petição de folha 1, bem como toda a documentação apresentada e vem por meio deste, relatar toda a instrução do presente processo administrativo, em conformidade com a legislação, especialmente a Lei nº 9.612, de 19-2-1998, o Regulamento do Serviço de Radiodifusão Comunitária, aprovado pelo Decreto nº 2.615, de 3-3-1998 e Norma nº 2/98, de 6-8-1998.

5. Preliminarmente, a requerente indicou em sua petição que os equipamentos seriam instalados em área abrangida pelo círculo de raio igual a 1 km, com centro localizado na Avenida Getúlio Vargas, 672 – Centro, no município de Itaiópolis, Estado de Santa Catarina, de coordenadas geográficas em 26º20'11"S de latitude e 49º54'19"W de longitude.

6. A análise técnica inicial desenvolvida, demonstra que as coordenadas geográficas indicadas deveriam ser mantidas, pelo que se depreende da memória do documento de folhas 316 e 317, denominado de "Roteiro de Análise Técnica de RadCom", que por sua vez trata de outros dados, quais sejam: informações sobre geração de coordenadas geográficas, instruções sobre coordenadas coincidentes com os levantamentos do IBGE, compatibilização de distanciamento do canal, situação da estação em faixa de fronteira, endereço proposto para instalação da antena; planta de arrumamento, endereços da sede e do sistema irradiante, outros dados e conclusão. Ressalte-se que em relação ao item 15 do Roteiro de Análise de Instalação da Estação de Radcom as coordenadas geográficas são as mesmas que a tornaram selecionada.

7. Das análises técnico-jurídicas realizadas e considerando a documentação que foi encaminhada pela requerente, constataram-se pendências passíveis do cumprimento das seguintes exigências: apresentação da documentação elencada no subitem 6.7 inciso VIII, da Norma 2/98, comprovação de necessária alteração estatutária, Certidão Cartorária e declaração do endereço da sede, cujo cumprimento e aplicação dos critérios estabelecidos na legislação específica resultou no saneamento dos autos e posterior seleção da Entidade, tendo sido solicitada a apresentação do projeto técnico (fls. 400 a 453).

8. Ao cumprir as exigências, foi encaminhado o "Formulário de Informações Técnicas" – fls. 441 e 442, firmado pelo engenheiro responsável, seguindo-se o roteiro de verificação de instalação da estação, constatando-se conformidade com a Norma 2/98, em especial as exigências inscritas em seu item 6.11, conforme observa-se nas folhas 454 e 455. Ressaltamos que nestes documentos constam as seguintes informações: identificação da entidade; os endereços da sede administrativa e de localização do transmissor,

sistema irradiante e estúdio; características técnicas dos equipamentos (transmissor) e acessórios (antena e cabo coaxial), com indicação da potência efetiva irradiada e intensidade de campo no limite da área de serviço, diagramas de irradiação do sistema irradiante e características elétricas.

9. Por fim, a documentação exigida pela legislação específica e contida nos autos, mais especificamente no intervalo de folhas 1 a 453 dos autos, corresponde ao que se segue:

- Estatuto Social devidamente registrado e em conformidade com os preceitos dispostos no Código Civil Brasileiro e adequados às finalidades e requisitos da Lei nº 96 12/98;
- ata de constituição e atual ata de eleição dos dirigentes, devidamente registradas e em conformidade com os preceitos dispostos no Código Civil Brasileiro e adequados às finalidades e requisitos da Lei 9612/98
- comprovantes relativos a maioria e nacionalidade dos dirigentes;
- manifestações de apoio à iniciativa da requerente, formulados e encaminhados pela comunidade;
- planta de arruamento e declaração de acordo com o disposto no subitem 6.7 incisos XIX e X da Norma Complementar 2/98, bem como o Projeto Técnico conforme disposto no subitem 6.11 e incisos da Norma Complementar 2/98;
- declarações relativas aos integrantes do quadro administrativo da requerente, demonstrando a sua regularidade, conforme indicado no subitem 6.7, incisos III, IV, V e VIII da Norma Complementar 2/98 e ainda, demais declarações e documentos requeridos com intuito de confirmar alguns dados informados;

### III – Conclusão/Opinamento

10. O Departamento de Outorga de Serviços, a quem cabe a condução dos trabalhos de habilitação de interessados na exploração do Serviço de Radiodifusão Comunitária, conclui a instrução dos presentes autos, após detido exame do rol de documentos, os quais estão compatíveis com a legislação atinente, seguindo-se abaixo as informações básicas sobre a entidade:

#### • nome

Associação Comunitária João Kominek,

#### • quadro diretivo

Presidente: Osmair Selenko

Vice-presidente: Alfredo Scheider Filho

1º Secretário: Ivan Carlos Semmer

2º Secretário: Wilson Linzmeyer

1º Tesoureiro Aleixo Fiamoncini

2º Tesoureiro: Laureci Elias Gomes

#### • localização do transmissor, sistema irradiante e estúdio

Avenida Getúlio Vargas, 672 – Centro, município de Itaiópolis, Estado de Santa Catarina.

#### • coordenadas geográficas

26°20'11" de latitude e 49°54'19" de longitude, correspondentes aos dados dispostos no "Roteiro de Análise de Instalação da Estação" – fls. 454 e 454, bem como "Formulário de Informações Técnicas" – fls. 441 e 442 que se referem à localização da estação.

11. Por todo o exposto, opinamos pelo deferimento do pedido formulado pela Associação Comunitária João Kominek, no sentido de conceder-lhe a autorização para a exploração do serviço de radiodifusão comunitária, na localidade pretendida, dentro das condições circunscritas no Processo Administrativo nº 53.820.000.682/98 de 24 de setembro de 1998.

Brasília, 7 de dezembro de 2004. – Relatora da conclusão Jurídica, **Vilma F. Alvarenga**, Chefe de Serviço/SSR. – Relatora da conclusão Técnica, **Ana Maria das Dores e Silva**, Chefe de Serviço/SSR.

De acordo,

À consideração do Senhor Diretor do Departamento de Outorga de Serviços.

Brasília, 7 de dezembro de 2004. – **Waldemar Gonçalves Ortunho Junior**, Coordenador-Geral.

(À Comissão de Educação – decisão terminativa)

### PROJETO DE DECRETO LEGISLATIVO Nº 189, DE 2006

(Nº 1.996/2005, na Câmara dos Deputados)

#### **Aprova o ato que renova a concessão da Rádio Marajá Ltda. para explorar serviço de radiodifusão sonora em onda média na cidade de Rosário do Sul, Estado do Rio Grande do Sul.**

O Congresso Nacional decreta:

Art. 1º Fica aprovado o ato a que se refere o Decreto s/nº, de 20 de novembro de 1996, que renova por 10 (dez) anos, a partir de 1º de maio de 1994, a concessão da Rádio Marajá Ltda. para explorar, sem direito de exclusividade, serviço de radiodifusão sonora em onda média na cidade de Rosário do Sul, Estado do Rio Grande do Sul.

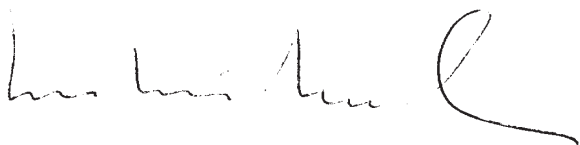
Art. 2º Este Decreto Legislativo entra em vigor na data de sua publicação.

**MENSAGEM Nº 1.216, DE 1996**

Senhores Membros do Congresso Nacional,

Nos termos do artigo 49, inciso XII, combinado com o § 3º do artigo 223, da Constituição Federal, submeto à apreciação de Vossas Excelências, acompanhado de Exposição de Motivos do Senhor Ministro de Estado das Comunicações, o ato constante do Decreto de 20 de novembro de 1996, que "Renova a concessão da Rádio Marajá Ltda., para explorar serviço de radiodifusão sonora em onda média, na cidade de Rosário do Sul, Estado do Rio Grande do Sul".

Brasília, 26 de novembro de 1996.



EM Nº 218/MC

Brasília, 14 de novembro de 1996

Excelentíssimo Senhor Presidente da República.

Submeto à consideração de Vossa Excelência o incluso Processo Administrativo nº 53790.000201/94, em que a Rádio Marajá Ltda. solicita renovação da concessão para explorar serviço de radiodifusão sonora em onda média, na cidade de Rosário do Sul, Estado do Rio Grande do Sul, outorgada conforme Portaria MVOP nº 5, de 3 de janeiro de 1949, renovada nos termos do Decreto nº 91.818, de 22 de outubro de 1985, publicado no Diário Oficial da União em 23 subsequente, por dez anos, a partir de 1º de maio de 1984, cujo prazo residual da outorga foi mantido pelo Decreto de 10 de maio de 1991.

2. Observo que o ato de outorga original está amparado juridicamente, considerando as disposições contidas na Lei nº 5.785, de 23 de junho de 1972, e no Decreto nº 88.066, de 26 de janeiro de 1983, que a regulamentou, que consideram como deferidos os pedidos de renovação requeridos na forma devida e não decididos ao término do prazo de vigência da concessão ou permissão, sendo, por isso, admitido o funcionamento precário das estações, mesmo quando expiradas as respectivas outorgas.

3. Com estas observações, lícito é se concluir que a terminação do prazo da outorga ou a pendência de sua renovação, a curto ou a longo prazo, não determina, necessariamente, a extinção do serviço prestado, podendo o processo da renovação ser ultimado.

4. Em sendo renovada a outorga em apreço o ato correspondente deverá assinalar que a renovação ocorrerá a partir de 1º de maio de 1994.

5. Nessa conformidade, e em observância ao que dispõem a Lei nº 5.785, de 1972, e seu Regulamento, Decreto nº 88.066, de 1983, submeto o assunto à superior consideração de Vossa Excelência, para decisão

e submissão da matéria ao Congresso Nacional, em cumprimento ao § 3º do artigo 223 da Constituição.

Respeitosamente, – **Sérgio Motta**, Ministro de Estado das Comunicações.

**DECRETO DE 20 DE NOVEMBRO DE 1996****Renova a concessão da Rádio Marajá Ltda., para explorar serviço de radiodifusão sonora em onda média, na cidade de Rosário do Sul, Estado do Rio Grande do Sul.**

O Presidente da República, no uso das atribuições que lhe conferem os arts. 84, inciso IV, e 223 da Constituição, e nos termos do art. 6º, inciso I, do Decreto nº 88.066, de 26 de janeiro de 1983, e tendo em vista o que consta do Processo Administrativo nº 53790.000201/94,

Decreta:

Art. 1º Fica renovada, de acordo com o art. 33, § 3º, da Lei nº 4.117, de 27 de agosto de 1962, por dez anos, a partir de 1º de maio de 1994, a concessão da Rádio Marajá Ltda., outorgada pela Portaria MVOP nº 5, de 3 de janeiro de 1949, e renovada pelo Decreto nº 91.818, de 22 de outubro de 1985, sendo mantido o prazo residual da outorga conforme Decreto de 10 de maio de 1991, para explorar, sem direito de exclusividade, serviço de radiodifusão sonora em onda média, na cidade de Rosário do Sul, Estado do Rio Grande do Sul.

Parágrafo único. A exploração do serviço de radiodifusão, cuja outorga é renovada por este Decreto, rege-se-á pelo Código Brasileiro de Telecomunicações, leis subsequentes e seus regulamentos.

Art. 2º Este ato somente produzirá efeitos legais após deliberação do Congresso Nacional, nos termos do § 3º do art. 223 da Constituição.

Art. 3º Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Brasília, 20 de novembro de 1996; 175º da Independência e 108º da República.


**PARECER CONJUR/MC Nº 473/96**

**Referência:** Processo nº 53790.003201/94

**Origem:** Delegacia do MC no Estado Grande do Sul.

**Interessada:** Rádio Marajá Ltda.

**Assunto:** Renovação de outorga.

Ementa: Concessão para explorar serviço de radiodifusão sonora em onda média, cujo prazo teve seu termo final em 1º de maio de 1994.

Pedido apresentado tempestivamente.

Regulares a situação técnica e a vida societária.

**Conclusão:** Pelo deferimento do pedido.

A Rádio Marajá Ltda. concessionária do serviço de radiodifusão sonora em onda média, na cidade de Rosário do Sul, Estado do Rio Grande do Sul, requer a renovação do prazo de vigência de sua concessão, cujo termo final ocorreu em 1º de maio de 1994.

2. Mediante Portaria MVOP nº 5, de 3 de janeiro de 1949, (in DOU de 6-1-49), foi outorgada permissão à Rádio Marajá Ltda., para explorar serviço de radiodifusão sonora em onda média, na cidade de Rosário do Sul, Estado do Rio Grande do Sul.

3. A outorga em questão foi renovada a partir de 1º de maio de 1984 conforme Decreto nº 91.818, de 22 de outubro de 1985, publicado no **Diário Oficial da União** de 23-10-85, cujo prazo residual da outorga foi mantido pelo Decreto de 10 de maio de 1991, tendo passado à condição de concessionária em virtude de aumento de potência autorizado para os seus transmissores, conforme Portaria Ministerial nº 97, de 2 de maio de 1980 (in DOU de 8-5-80).

4. O Código Brasileiro de Telecomunicações, instituído pela Lei nº 4.117, de 27 de agosto de 1962, estabelece prazos de outorgas de 10 (dez) anos, para o serviço de radiodifusão sonora, e de 15 (quinze) anos para o serviço de televisão, que poderão ser renovados por períodos sucessivos e iguais (art. 33 – § 3º), períodos esses mantidos pela atual Constituição (art. 223 – § 5º).

5. Por sua vez, o Regulamento dos Serviços de Radiodifusão, aprovado pelo Decreto nº 52.795, de 31 de outubro de 1963, declara:

“Art.27 – Os prazos de concessão e permissão serão de 10 (dez) anos para o serviço de radiodifusão sonora e de 15 (quinze) anos para o de televisão”.

6. De acordo com o artigo 4º da Lei nº 5.785, de 23 de junho de 1972, as entidades que desejarem a renovação do prazo de sua outorga, deverão dirigir requerimento ao órgão competente, no período compreendido entre o 6º (sexto) e o 3º (terceiro) mês anteriores ao término do respectivo prazo.

7. O prazo de vigência desta concessão teve seu termo final em 1º de maio de 1994, sendo que o pedido de renovação foi protocolizado na Delegacia do MC no Estado do Rio Grande do Sul, 1º de fevereiro de 1994, tempestivamente, portanto.

8. A renovação deverá ocorrer a partir de 1º de maio de 1994.

9. A peticionária tem seus quadros societário e diretivo aprovados pela Portaria nº 861, de 5 de novembro de 1979, com as seguintes composições:

**a) Quadro Societário**

**COTISTAS**

NADYR MEDINA MONTE  
 RAMÃO ACOSTA CARBONELL  
 MÁRIO ORTIZ DE VASCONCELOS  
 IOLYTA DE OLIVEIRA ARAÚJO  
 JOÃO ALVES OSÓRIO  
 SATURNINO MORAES  
 CECY VELLE MACHADO MENEZES  
 MARIA LUIZA MONTE DA SILVA  
 FRANCISCO BRAGA DE MENEZES  
 RITA LINHARES CANESTRINI  
 WILCEU QUINTEIRO DO NASCIMENTO  
 JOÃO ANTÔNIO ARIGONY  
 JOÃO PEDRO MELICH PACHECO CAMPOS  
 NAIRO MOLINA ACOSTA  
 JOSÉ ELI CHALART CAMARGO  
 IRMA CANESTRINI PINTO  
 MARTA ARAÚJO DA SILVA

9605127CJCS/dgso

JULIO CARLOS ARAÚJO DA SILVA  
 ADÃO DOS REIS LIMA  
 JAYME DE BERMUDEDES RAMIS  
 JORGE ENÉAS DA SILVA  
 MARIA JULIA DA S. PADILHA

**COTAS**

115  
 27  
 21  
 16  
 11  
 11  
 11  
 09  
 06  
 05  
 03  
 03  
 02  
 02  
 01  
 01  
 01

**TOTAL:**

**250**

**b) QUADRO DIRETIVO:**

NADYR MEDINA MONTE  
 RAMÃO ACOSTA CARBONELL  
 MÁRIO ORTIZ DE VASCONCELOS

DIRETOR  
 DIRETOR  
 DIRETOR

Oportunamente, relevamos que, de acordo com a Podaria nº 257, de 11 de julho de 1988, foi aprovado como procurador, o Sr. Adil Fagundes Bentes, por prazo indeterminado (fls. 60 a 62), dentre outros, com poderes de gerência e administração da sociedade (fls. 61/62).

10. Vale ressaltar que, durante o período de vigência da outorga a entidade não sofreu quaisquer penalidades, conforme se verifica às fls. 64.

11. A emissora se encontra operando regularmente dentro das características técnicas que lhe foram atribuídas (fls. 34).

12. É regular a situação da concessionária perante o Fundo de Fiscalização das Telecomunicações – FISTEL, consoante informação de fls. 63.

13. A outorga original está amparada juridicamente nos termos do que dispõem a Lei nº 5.785, de 1972, e o Decreto nº 88.066, de 1983, eis que o pedido de sua renovação foi apresentado na forma devida, no prazo legal e com a documentação hábil.

14. Nos termos da lei, o pedido ter-se-à como deferido, porquanto não decidido ao termo da respectiva concessão ou permissão, sendo permitido o funcionamento, em caráter precário, dos serviços outorgados e não renovados em tempo hábil, concluindo-se, desta forma, que a terminação do prazo da concessão ou a pendência da sua renovação, a curto ou a longo prazo, não determina, necessariamente, a extinção do serviço prestado.

15. Mediante o exposto, opino pelo deferimento do pedido e sugiro o encaminhamento dos autos ao Exmº Senhor Ministro de Estado das Comunicações, acompanhados da minuta dos atos próprios – Exposição de Motivos e Decreto – com vistas ao encaminhamento ao Excelentíssimo Senhor Presidente da República, autoridade competente para conhecer e decidir do pedido.

16. Posteriormente, de acordo com o artigo 223 § 3º, da Constituição, a matéria deverá ser apreciada pelo Congresso Nacional, a fim de que o ato de renovação possa produzir seus efeitos legais.

É o Parecer “sub censura”.

Brasília, 29 de outubro de 1996. – **Maria Sônia Azevedo Cabral**, Assistente Jurídico.

Aprovo. Submeto ao Sr. Consultor Jurídico.

Brasília, 29 de outubro de 1996. – **Adalzira França Soares de Lucca**, Coordenadora de Comunicações.

#### **DESPACHO CONJUR/MC Nº 627, DE 1996**

Adoto o Parecer CONJUR/MC nº 473/96, que propôs o deferimento do pedido de renovação do prazo de vigência da outorga da Rádio Marajá Ltda., para

explorar serviço de radiodifusão sonora em onda média na cidade de Rosário do Sul, Estado do Rio Grande do Sul. Remetam-se os autos à consideração do Exmº Senhor Ministro das Comunicações, acompanhados das minutas de Decreto e Exposição de Motivos, com vistas ao encaminhamento ao Excelentíssimo Senhor Presidente da República.

Brasília, 29 de outubro de 1996. – **Antônio Domingos Teixeira Bedran**, Consultor Jurídico.

(À Comissão de Educação – decisão terminativa)

#### **PROJETO DE DECRETO LEGISLATIVO Nº 190, DE 2006**

(Nº 2004/2005, na Câmara dos Deputados)

**Aprova o ato que autoriza a Associação “Marechal Rondon” de Campinópolis – MT a executar serviço de radiodifusão comunitária na cidade de Campinópolis, Estado de Mato Grosso.**

O Congresso Nacional decreta:

Art. 1º Fica aprovado o ato a que se refere a Portaria nº 730, de 15 de dezembro de 2003, que autoriza a Associação “Marechal Rondon” de Campinópolis – MT a executar, por 10 (dez) anos, meia direito de exclusividade, serviço de radiodifusão comunitária na cidade de Campinópolis, Estado de Mato Grosso.

Art. 2º Este Decreto Legislativo entra em vigor na data de sua publicação.

#### **MENSAGEM Nº 683, DE 2005**

Senhores Membros do Congresso Nacional,

Nos termos do art. 49, inciso XII, combinado com o § V, do art. 223, da Constituição, submeto à apreciação de Vossas Excelências, acompanhadas de Exposições de Motivos do Senhor Ministro de Estado das Comunicações, autorizações às entidades abaixo relacionadas para executar, pelo prazo de dez anos, sem direito de exclusividade, serviços de radiodifusão comunitária, conforme os seguintes atos:

1 – Portaria nº 672, de 9 de dezembro de 2003 – Rádio Comunitária Diamantina FM de Governador Edison Lobão – Maranhão, na cidade de Governador Edison Lobão – MA;

2 – Portaria nº 676, de 9 de dezembro de 2003 – Associação Comunitária de Comunicação e Cultura de Cruzeiro do Oeste, na cidade de Cruzeiro do Oeste – PR;

3 – Portaria nº 730, de 15 de dezembro de 2003 – Associação “Marechal Rondon” de Campinópolis – MT, na cidade de Campinópolis – MT;

4 – Portaria nº 221, de 28 de abril de 2004 – Associação para o Desenvolvimento Sustentável de Ribeira – ADS Ribeira, no município de Ribeira – SP;

5 – Portaria nº 12, de 26 de janeiro de 2005 – Associação Comunitária Areia Branca – ACAB, no Município de Ibicuitinga – CE; e

6 – Portaria nº 171, de 16 de fevereiro de 2005 – Associação de Comunicação e Ação Social Comunitária de Baixo Guandu, no município de Baixo Guandu – ES.

Brasília, 13 de outubro de 2005. – **José Alencar.**

MC Nº 583 EM

Brasília, 26 de dezembro de 2003

Excelentíssimo Senhor Presidente da República,

1. Encaminho a Vossa Excelência Portaria de outorga de autorização e respectiva documentação para que a entidade Associação “Marechal Rondon” de Campinópolis – MT, na cidade de Campinópolis, Estado do Mato Grosso, explore o serviço de radiodifusão comunitária, em conformidade com o *caput* do art. 223, da Constituição e a Lei nº 9.612, de 19 de fevereiro de 1998.

2. A referida entidade requereu ao Ministério das Comunicações sua inscrição para prestar o serviço, cuja documentação inclui manifestação de apoio da comunidade, flutua demonstração de receptividade da filosofia de criação desse braço da radiodifusão, de maneira a incentivar o desenvolvimento e a sedimentação da cultura geral das localidades postulantes.

3. Como se depreende da importância da iniciativa comandada por Vossa Excelência, essas ações permitem que as entidades trabalhem em conjunto com a comunidade, auxiliando não só no processo educacional, social e cultural mas, também, servem de elo à integração, por meio de informações benéficas a todos os segmentos e a todos esses núcleos populacionais.

4. Sobre o caso em espécie, cumpre informar que o Grupo de Trabalho, instituído por meio da Portaria nº 83, de 24 de março de 2003, com a finalidade de proceder criteriosa análise dos processos pendentes, referentes à autorização de funcionamento e execução das Rádios Comunitárias, manifestou-se favoravelmente ao pleito, constatando a legalidade e a regularidade do Processo Administrativo nº 53690.001346/98, que ora lhe acompanhar, com a finalidade de subsidiar os trabalhos finais.

5. Em conformidade com os preceitos constitucionais e legais, a outorga de autorização, objeto do presente processo, passará a produzir efeitos legais somente após deliberação do Congresso Nacional, a teor do § 3º, do art. 223, da Constituição Federal.

Respeitosamente,

## PORTARIA Nº 730, DE 15 DE DEZEMBRO DE 2003

O Ministro de Estado das Comunicações, no uso de suas atribuições, considerando o disposto no inciso lido art. 9º e art. 19 do Decreto nº 2.615, de 3 de junho de 1998, na Lei nº 9.612, de 19 de fevereiro de 1998, e tendo em vista o que consta do Processo Administrativo nº 53690.001346/98 e do Parecer/Conjur/MC nº 1639/2903, resolve:

Art. 1º Outorgar autorização à Associação “Marechal Rondon” de Campinópolis – MI, com sede na Rua São Paulo s/nº Centro, na cidade de Campinópolis, Estado do Mato Grosso, para executar serviço de radiodifusão comunitária, pelo prazo de dez anos, sem direito de exclusividade.

Parágrafo único. A autorização reger-se-á pela Lei nº 9.612, de 19 de fevereiro de 1998, leis subseqüentes, seus regulamentos e normas complementares.

Art. 2º A entidade autorizada deverá operar com o sistema irradiante localizado nas coordenadas geográficas com latitude em 14º26’58”S e longitude em 52º47’34”W, utilizando a frequência de 87,9 MHz.

Art. 3º Este ato somente produzirá efeitos legais após deliberação do Congresso Nacional, nos termos do § 3º do art. 223 da Constituição, devendo a entidade iniciar a execução do serviço, em caráter definitivo, no prazo de seis meses a contar da data de publicação do ato de deliberação.

Art. 4º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação. – **Miro Teixeira.**

## RELATÓRIO Nº 374/2003-DOS/SSCE/MC

**Referência:** Processo nº 53690001346/98, protocolizado em 14-12-98.

**Objeto:** Requerimento de autorização para a exploração do Serviço de Radiodifusão Comunitária.

**Interessado:** Associação “Marecha. Rondon” de Campinópolis, Estado do Mato Grosso.

### I – Introdução

1. A Associação “Marechal Rondon” de Campinópolis – MT, inscrita no CNPJ sob o número 02.886.621/0001-40, no Estado do Mato Grosso, com sede na Rua São Paulo s/nº, centro, cidade de Campinópolis, dirigiu-se ao Senhor Ministro de Estado das Comunicações, conforme requerimento datado de 11 de dezembro de 1998, subscrito por representante legal, no qual demonstrou interesse na exploração do Serviço de Radiodifusão Comunitária nos termos do artigo 12, do Regulamento do Serviço de Radiodifusão Comunitária, aprovado pelo Decreto nº 2.615, de 03 de junho de 1998.

2. A entidade, que doravante passa a ser tratada como requerente, baseou o seu pleito nos termos do



Aviso de Habilitação publicado no **Diário Oficial da União – DOU** de 18 de março de 1999, que contempla a localidade onde pretende instalar seu transmissor, assim como o sistema irradiante e respectivo estúdio.

3. Em atendimento à citada convocação e ainda, considerando a distância de 4 km entre as interessadas nesta localidade, comunicamos que apenas a mencionada entidade demonstrou seu interesse na prestação do referido serviço, não havendo concorrentes.

## II – Relatório

### • atos constitutivos da entidade/documentos acessórios e aspectos técnicos

4. O Departamento de Outorga de Serviços, em atendimento às Normas e Critérios estabelecidos para a regular análise dos requerimentos, passou ao exame do pleito formulado pela requerente, de acordo com petição de folha 01, bem como toda a documentação apresentada e vem por meio deste, relatar toda a instrução do presente processo administrativo, em conformidade com a legislação, especialmente a Lei nº 9.612, de 19-2-1998, o Regulamento do Serviço de Radiodifusão Comunitária, aprovado pelo Decreto nº 2.615, de 03-03-1998 e Norma nº 2/98, de 6-8-1998.

5. Preliminarmente, a requerente indicou em sua petição que os equipamentos seriam instalados em área abrangida pelo círculo de raio igual a 1km, com centro localizado na Rua São Paulo s/nº, na cidade de Campinópolis, Estado do Mato Grosso, de coordenadas geográficas em 14º26'58"S de latitude e 52º47'34"W de longitude, conforme os dados constantes do Aviso publicado no DOU, de 18-3-99.

6. A análise técnica desenvolvida, demonstra que as coordenadas geográficas indicadas deveriam ser mantidas, pelo que se depreende da memória do documento de folhas 45, denominado de "Roteiro de Análise Técnica de RadCom", que por sua vez trata de outros dados, quais sejam: informações sobre geração de coordenadas geográficas, instruções sobre coordenadas coincidentes com os levantamentos do IBGE, compatibilização de distanciamento do canal, situação da estação em faixa de fronteira, endereço proposto para instalação da antena; planta de arruamento, endereços da sede e do sistema irradiante, outros dados e conclusão.

7. Das análises técnico-jurídicas realizadas e considerando a documentação que foi encaminhada pela requerente, constataram-se pendências passíveis do cumprimento das seguintes exigências: para a apresentação da documentação elencada no subitem 6.7 incisos I, II, III, IV, V, VIII, da Norma 02/98, comprovação de necessária alteração estatutária, comprovante de válida existência das entidades que manifestaram apoio

à iniciativa, cópia do CNPJ da requerente e declaração do endereço da sede, cujo cumprimento e aplicação dos critérios estabelecidos na legislação específica resultou no saneamento dos autos e posterior seleção da Entidade, tendo sido solicitada a apresentação do projeto técnico (fls. 47 a 130).

8. Ao cumprir as exigências, foi encaminhado o "Formulário de Informações Técnicas" – fls. 125/126, firmado pelo engenheiro responsável, seguindo-se o roteiro de verificação de instalação da estação, constatando-se conformidade com a Norma nº 2/98, em especial as exigências inscritas em seu item 6.11, conforme observa-se nas folhas 129 e 130. Ressaltamos que nestes documentos constam as seguintes informações: identificação da entidade; os endereços da sede administrativa e de localização do transmissor, sistema irradiante e estúdio; características técnicas dos equipamentos (transmissor) e acessórios (antena e cabo coaxial), com indicação da potência efetiva irradiada e intensidade de campo no limite da área de serviço, diagramas de irradiação do sistema irradiante e características elétricas.

9. Por fim, a documentação exigida pela legislação específica e contida nos autos, mais especificamente no intervalo de folhas 1 a 131, dos autos, corresponde ao que se segue:

- Estatuto Social devidamente registrado e em conformidade com os preceitos dispostos no Código Civil Brasileiro e adequados às finalidades e requisitos da Lei nº 9.612/98;
- ata de constituição e atual ata de eleição dos dirigentes, registradas e em conformidade com os preceitos dispostos no Código Civil Brasileiro e adequados às finalidades e requisitos da Lei nº 9.612/98.
- comprovantes relativos a maioria e nacionalidade dos dirigentes;
- manifestações de apoio à iniciativa da requerente, formulados e encaminhados pela comunidade;
- planta de arruamento e declaração de acordo com o disposto no subitem 6.7 incisos XIX e X da Norma Complementar 02/98, bem como o Projeto Técnico conforme disposto no subitem 6.11 e incisos da Norma Complementar 02/98;
- declarações relativas aos integrantes do quadro administrativo da requerente, demonstrando a sua regularidade, conforme indicado no subitem 6.7, incisos III, IV, V e VIII da Norma Complementar 02/98 e ainda, demais declarações e documentos requeridos com intuito de confirmar alguns dados informados;

### III – Conclusão/Opinamento

10. O Departamento de Outorga de Serviços, a quem cabe a condução dos trabalhos de habilitação de interessados na exploração do Serviço de Radiodifusão Comunitária, conclui a instrução dos presentes autos, após detido exame do rol de documentos, os quais estão compatíveis com a legislação atinente, seguindo-se abaixo as informações básicas sobre a entidade:

• **nome**

Associação “Marechal Rondon” de Campinópolis – MT;

• **quadro diretivo**

Presidente: Aureo Furquim Cabral  
 Vice-presidente: Euter Furquim Carvalho  
 1º Secretário: Elias Borges Macena  
 2º Secretário: Geraldo Pereira de Brito  
 1º Tesoureiro : Luzia Jovita Cruvinel Furquim  
 2º Tesoureiro: Sinval Queiroz Gonçalves  
 Diretor Social: Marlon José Corrêa Borges

• **localização do transmissor, sistema irradiante e estúdio**

Rua São Paulo s/nº, centro, cidade de Campinópolis, Estado do MT;

• **coordenadas geográficas**

14º26'58”S de latitude e 52º47'34”W de longitude, correspondentes aos dados dispostos no “Roteiro de Análise de Instalação da Estação” – fls. 129 e 130, bem como “Formulário de Informações Técnicas” – fls. 125/126 e que se referem à localização da estação.

11. Por todo o exposto, opinamos pelo deferimento do pedido formulado pela Associação “Marechal Rondon” de Campinópolis – MT, no sentido de conceder-lhe a autorização para a exploração do serviço de radiodifusão comunitária, na localidade pretendida, dentro das condições circunscritas no Processo Administrativo nº 53690001346/98, de 14 de dezembro de 1998.

Brasília, 19 de novembro de 2003. – **Cristiane Cavalheiro Rodrigues**, Relatora da conclusão Jurídica – **Neide Aparecida da Silva**, Relatora da conclusão Técnica

De acordo.

À consideração do Senhor Diretor do Departamento de Outorga de Serviços.

Brasília, 19 de novembro de 2003. – **Jayme Marques de Carvalho Neto**, Coordenador-Geral de Outorga de Serviços de Áudio e Imagem

(À Comissão de Educação – decisão terminativa)

### PROJETO DE DECRETO LEGISLATIVO Nº 191, DE 2006

(Nº 2.014/2005, na Câmara dos Deputados)

#### **Aprova o ato que outorga concessão à Fundação Ernesto Benedito de Camargo para explorar serviço de radiodifusão de sons e imagens na cidade de Cotia, Estado de São Paulo.**

O Congresso Nacional decreta:

Art. 1º Fica aprovado o ato a que se refere o Decreto s/nº, de 16 de junho de 2005, que outorga concessão à Fundação Ernesto Benedito de Camargo para explorar, por 15 (quinze) anos, sem direito de exclusividade, serviço de radiodifusão de sons e imagens, com fins exclusivamente educativos, na cidade de Cotia, Estado de São Paulo.

Art. 2º Este Decreto Legislativo entra em vigor na data de sua publicação.

### MENSAGEM Nº 380, DE 2005

Senhores Membros do Congresso Nacional,

Nos termos do art. 49, inciso XII, combinado com o § 3º do art. 223, da Constituição, submeto à apreciação de Vossas Excelências, acompanhado de Exposição de Motivos do Senhor Ministro de Estado das Comunicações, o ato constante do Decreto de 16 de junho de 2005, que “Outorga concessão à Fundação Ernesto Benedito de Camargo, para explorar serviço de radiodifusão de sons e imagens, com fins exclusivamente educativos, no Município de Cotia, Estado de São Paulo”.

Brasília, 22 de junho de 2005. – **Luiz Inácio Lula da Silva**.

MC Nº 304 EM

Brasília, 10 de dezembro de 2004.

Excelentíssimo Senhor Presidente da República,

1. Encaminho a Vossa Excelência o Processo nº 53000.032846/2004, de interesse da Fundação Ernesto Benedito de Camargo, objeto de concessão para executar serviço de radiodifusão de sons e imagens, com fins exclusivamente educativos, no Município de Cotia, Estado de São Paulo.

2. De acordo com o art. 14, § 2º, do Decreto-lei nº 236, de 28 de fevereiro de 1967 e com o art. 13 do Regulamento dos Serviços de Radiodifusão, aprovado pelo Decreto nº 52.795, de 31 de outubro de 1963, com a redação que lhe foi dada pelo Decreto nº 2.108, de 24 de dezembro de 1996, não dependerá de edital a outorga para execução de serviço de radiodifusão com fins exclusivamente educativos.

3. Esclareço que, nos termos do § 3º do art. 223 da Constituição Federal, o ato de outorga somente produzirá efeitos legais após deliberação do Congresso Nacional, para onde solicito seja encaminhado o referido ato, acompanhado do processo correspondente.

Respeitosamente,

#### DECRETO DE 16 DE JUNHO DE 2005.

#### **Outorga concessão à Fundação Ernesto Benedito de Camargo, para explorar serviço de radiodifusão de sons e imagens, com fins exclusivamente educativos, no Município de Cotia, Estado de São Paulo.**

O Presidente da República, no uso das atribuições que lhe conferem os arts. 84, inciso IV, e 223, **caput**, da Constituição, e 34, § 1º, da Lei nº 4.117, de 27 de agosto de 1962, e tendo em vista o disposto no art. 14, § 2º, do Decreto-Lei nº 236, de 28 de fevereiro de 1967, e no art. 13 do Regulamento dos Serviços de Radiodifusão, aprovado pelo Decreto nº 52.795, de 31 de outubro de 1963,

Decreta:

Art. 1º Fica outorgada concessão à Fundação Ernesto Benedito de Camargo, para explorar, pelo prazo de quinze anos, com fins exclusivamente educativos, serviço de radiodifusão de sons e imagens, no Município de Cotia, Estado de São Paulo.

Parágrafo único. A concessão ora outorgada reger-se-á pelo Código Brasileiro de Telecomunicações, leis subseqüentes, regulamentos e obrigações assumidas pela outorgada.

Art. 2º Este ato somente produzirá efeitos legais após deliberação do Congresso Nacional, nos termos do § 3º do art. 223 da Constituição.

Art. 3º O contrato decorrente desta concessão deverá ser assinado dentro de sessenta dias, a contar da data de publicação da deliberação de que trata o art. 2º, sob pena de tornar-se nulo, de pleno direito, o ato de outorga.

Art. 4º Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Brasília, 16 de junho de 2005; 184º da Independência e 117º da República. – **Luiz Inácio Lula da Silva.**

#### **PARECER Nº 374/CORDF/2004/DOS/SSCE-MG**

**Referência:** Processo nº 53000.032846/2004

**Interessada:** Fundação Ernesto Benedito de Camargo

**Assunto:** Outorga de concessão de serviço de radiodifusão de sons e imagens com finalidade exclusivamente educativa.

**Ementa:** Independe de licitação pública a outorga para serviço de radiodifusão com finalidade exclusivamente educativa. Atendimento as exigências estabelecidas no Regulamento dos Serviços de Radiodifusão e na Portaria Interministerial nº 651, de 15-4-99.

**Conclusão:** Pelo deferimento.

#### **I – Dos Fatos**

1. A Fundação Ernesto Benedito de Camargo, com sede na Av. Prof. Manoel José Pedroso, 225, conj. 2.– Centro – Cotia -SP, Estado de São Paulo, CEP 06717-100, requer, nos presentes autos, que seja-lhe outorgada permissão para executar o Serviço de Radiodifusão de Sons e Imagens, com finalidade exclusivamente educativa, utilizando o Canal 59+E, disponível no plano básico de distribuição de canais (fls. 68 e 69), na Cidade de Cotia, Estado de São Paulo.

2. O Estatuto da entidade, registrado no Cartório de Registro Civil de Pessoas Jurídicas da Comarca de Cotia – Estado de São Paulo sob o nº 040285, preenche os requisitos do Código Civil e se encontra de acordo com a legislação específica de radiodifusão (fls.89/91).

3. De acordo com a Ata de reunião da Diretoria realizada no dia 1º-12-2000, deliberou-se pela eleição por tempo indeterminado de seus integrantes e respectivos cargos:

JOSÉ DE CAMARGO	DIRETOR-PRESIDENTE
JOSÉ ERNESTO FREITAS DE CAMARGO	DIRETOR VICE-PRESIDENTE
JOÃO CARLOS FREITAS DE CAMARGO	DIRETOR SECRETÁRIO
JOSÉ DE CAMARGO JÚNIOR	DIR. ADM. E FINANCEIRO

4. A documentação pertinente aos diretores foi anexada aos autos, encontrando-se às fls. 19/36; 37/57; 58/64;97/ 114; 141.

#### **II – Do Mérito**

5. A outorga de permissão para executar Serviço de Radiodifusão Sonora e de Sons e Imagens com finalidade exclusivamente educativa, está admitida na Constituição Federal (letra **a** do inciso XII do artigo 21).

6. O § 1º, artigo 13, do Regulamento dos Serviços de Radiodifusão, aprovado pelo Decreto nº 52.795, de 31-10-1963, com a redação que lhe foi dada pelo Decreto nº 2.108, de 24-12-1996, dispensa a publicação de edital para outorga de serviço de radiodifusão com fins exclusivamente educativos, **in verbis**:

“Art. 13. O edital será elaborado pelo Ministério das Comunicações, observados, den-

tre outros, os seguintes elementos e requisitos necessários à formulação das propostas para a execução do serviço:

(...)

§ 1º É dispensável a licitação para o serviço de radiodifusão com fins exclusivamente.

7. Por sua vez, a Constituição Federal, em seu artigo 223, estabelece a competência ao Poder Executivo para outorgar concessão, para o serviço de radiodifusão de sons e imagens e determina que o ato de outorga deverá ser apreciado pelo Congresso Nacional e somente produzirá efeitos legais após sua deliberação.

8. A documentação instrutória referente à entidade e a seus diretores encontra-se completa e em ordem.

9. O deferimento da outorga pretendida não implicará em descumprimento dos limites fixados pelo Decreto-Lei nº 236/67, quer quanto aos sócios, quer quanto a seus diretores, conforme declarações.

10. A entidade apresentou declaração constante às fls. 17, dos autos, cujo teor a obriga a cumprir as obrigações constantes da Portaria Interministerial nº 651, de 15-4-1999, perante o Ministério das Comunicações.

11. Releva ressaltar que a Fundação Ernesto Benedito de Camargo apresentou justificativa para a utilização do canal (fls. 133/136), na qual pretende incentivar a educação e a cultura.

12. De acordo com os registros existentes neste Ministério, não há outras entidades que formularam igual pedido de outorga para o mesmo Serviço para a localidade de Cotia/SP.

### III – Conclusão

13. Diante do exposto, e estando o presente processo devidamente instruído, em conformidade com os dispositivos legais que regem a matéria, o pedido poderá ser deferido a critério da autoridade competente, motivo pelo qual sugerimos o seu encaminhamento à douda Consultoria Jurídica, para prosseguimento.

É o parecer “sub-censura”.

Brasília, 19 de agosto de 2004. – **Fernando B. Miranda**, Advogado

De acordo. À consideração do Senhor Coordenador-Geral de Outorga de Serviços de Áudio.

Em, 19-8-2004. – **Vânea Rabelo**, Coordenadora de Radiodifusão da Região Sudeste e Distrito Federal.

De acordo. À consideração do Senhor Diretor do Departamento de Outorga de Serviços.

Em, 19-8-2004. – **Anacleto Rodrigues Cordeiro**, Coordenador-Geral de Outorga de Serviços de Áudio

De acordo. À consideração do Senhor Secretário de Comunicação Eletrônica.

**Carlos Alberto Freire Resende**, Diretor do Departamento de Outorga de Serviços

Encaminhem-se à douda Consultoria Jurídica deste Ministério, para prosseguimento.

Em, 19-8-04. – **Elifas Chaves Gurgel do Amaral**, Secretário de Serviços de Comunicação Eletrônica

(À Comissão de Educação (decisão terminativa.)

### PROJETO DE DECRETO LEGISLATIVO Nº 192 DE 2006

(nº 2.025/2005, na Câmara dos Deputados)

#### Aprova o ato que Autoriza a Associação de Assistência aos Menores Carentes de Barra do Mendes – Bahia a executar serviço de radiodifusão comunitária na cidade de Barra do Mendes, Estado da Bahia.

O Congresso Nacional decreta:

Art. 1º Fica aprovado o ato a que se refere a Portaria nº 140, de 16 de fevereiro de 2005, que autoriza a associação de Assistência aos Menores Carentes de Barra do Mendes – Bahia a executar, por 10 (dez) anos, sem direito de exclusividade, serviço de radiodifusão comunitária na cidade de Barra do Mendes, Estado da Bahia.

Art. 2º Este decreto legislativo entra em vigor na data de sua publicação.

### MENSAGEM Nº 611, DE 2005.

Senhores Membros do Congresso Nacional,  
Nos termos do art. 49, inciso XII, combinado com o § 3º do art. 223, da Constituição, submeto à apreciação de Vossas Excelências, acompanhadas de Exposições de Motivos do Senhor Ministro de Estado das Comunicações, autorizações às entidades abaixo relacionadas para executar, pelo prazo de dez anos, sem direito de exclusividade, serviços de radiodifusão comunitária, conforme os seguintes atos:

1 – Portaria nº 2.950, de 18 de dezembro de 2002, alterada pela de nº 623, de 9 de dezembro de 2003 – Associação Comunitária de Desenvolvimento Cultural e Artístico de Santa Fé, na cidade de Santa Fé – PR

2 – Portaria nº 98, de 23 de janeiro de 2004 – Associação dos Moradores do Loteamento Bonanza II, na cidade de Moreno – PE;

3 – Portaria nº 140, de 16 de fevereiro de 2005 – Associação de Assistência aos Menores Carentes de Barra do Mendes – Bahia, no município de Barra do Mendes – BA

4 – Portaria nº 148, de 16 de fevereiro de 2005 – Associação de Proteção e Assistência à Maternidade

e a Infância Dr. João Moreira, no município de Santa Quitéria do Maranhão – MA

5 – Portaria nº 149, de 16 de fevereiro de 2005 – Associação de Radiodifusão Comunitária Alto Alegre do Pindaré – ARCAP, no município de Alto Alegre do Pindaré – MA;

6 – Portaria nº 150, de 16 de fevereiro de 2005 – Associação Integrada Conhecer, no município de São Luís Gonzaga do Maranhão – MA; e

7 – Portaria nº 153, de 16 de fevereiro de 2005 – Associação Comunitária de Radiodifusão do Bairro Vila Santa Branca – Sintonia FM 91,1, no município de Ribeirão das Neves – MG.

Brasília, 20 de setembro de 2005. – **Luiz Inácio Lula da Silva.**

MC Nº 113 EM

Brasília, 5 de abril de 2005

Excelentíssimo Senhor Presidente da República,

1. Encaminho a Vossa Excelência Portaria de outorga de autorização e respectiva documentação para que a entidade Associação de Assistência aos Menores Carentes de Barra do Mendes – Bahia, no município de Barra do Mendes, Estado da Bahia, explore o serviço de radiodifusão comunitária, em conformidade com o **caput** do art. 223, da Constituição e a Lei nº 9.612, de 19 de fevereiro de 1998.

2. A referida entidade requereu ao Ministério das Comunicações sua inscrição para prestar o serviço, cuja documentação inclui manifestação de apoio da comunidade, numa demonstração de receptividade da filosofia de criação desse braço da radiodifusão, de maneira a incentivar o desenvolvimento e a sedimentação da cultura geral das localidades postulantes.

3. Como se depreende da importância da iniciativa comandada por Vossa Excelência, essas ações permitem que as entidades trabalhem em conjunto com a comunidade, auxiliando não só no processo educacional, social e cultural mas, também, servem de elo à integração, por meio de informações benéficas a todos os segmentos e a todos esses núcleos populacionais.

4. Sobre o caso em espécie, cumpre informar que o Grupo de Trabalho, instituído por meio da Portaria nº 83, de 24 de março de 2003, com a finalidade de proceder criteriosa análise dos processos pendentes, referentes à autorização de funcionamento e execução das Rádios Comunitárias, manifestou-se favoravelmente ao pleito, constatando a legalidade e a regularidade do Processo Administrativo nº 53640.000316/99, que

ora faço acompanhar, com a finalidade de subsidiar os trabalhos finais.

5. Em conformidade com os preceitos constitucionais e legais, a outorga de autorização, objeto do presente processo, passará a produzir efeitos legais somente após deliberação do Congresso Nacional, a teor do § 3º, do art. 223, da Constituição Federal.

Respeitosamente, – **Eunício Lopes de Oliveira.**

#### **PORTARIA Nº 140, DE 16 DE FEVEREIRO DE 2005**

O Ministro de Estado das Comunicações, no uso de suas atribuições, considerando o disposto no inciso II do art. 9º e art. 19 do Decreto nº 2.615, de 3 de junho de 1998, na Lei nº 9.612, de 19 de fevereiro de 1998, e tendo em vista o que consta do Processo Administrativo nº 53640.000316/99 e do Parecer/MC/Conjur/GAT/Nº 1836 – 1.08/2004, resolve:

Art. 1º Outorgar autorização à Associação de Assistência aos Menores Carentes de Barra do Mendes – Bahia, com sede na Rua Alberique Campos Oliveira, s/nº, no município de Barra do Mendes, Estado da Bahia, para executar serviço de radiodifusão comunitária, pelo prazo de dez anos, sem direito de exclusividade.

Parágrafo único. A autorização reger-se-á pela Lei nº 9.612, de 19 de fevereiro de 1998, leis subsequentes, seus regulamentos e normas complementares.

Art. 2º A entidade autorizada deverá operar com o sistema irradiante localizado nas coordenadas geográficas com latitude em 11º48'50"S e longitude em 42º04'15"W, utilizando a frequência de 104,9 MHz.

Art. 3º Este ato somente produzirá efeitos legais após deliberação do Congresso Nacional, nos termos do § 3º do art. 223 da Constituição, devendo a entidade iniciar a execução do serviço, em caráter definitivo, no prazo de seis meses a contar da data de publicação do ato de deliberação.

Art. 4º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação. – **Eunício Oliveira.**

#### **RELATÓRIO Nº 189 2004/RADCOM/DOS/SSCE/MC**

**Referência:** Processo nº 536400003 16/99, protocolizado em 11-5-1999

**Objeto:** Requerimento exploração Radiodifusão de autorização para a do Serviço de Comunitária.

**Interessado:** Associação de Assistência aos Menores Carentes de Barra do Mendes – Bahia município de Barra do Mondes, Estado da Bahia

## I – Introdução

1. A Associação de Assistência aos Menores Carentes de Barra do Mendes – Bahia, inscrita no CNPJ sob o número 63086532/0001-03, no Estado da Bahia, com sede Rua Alberique Campos Oliveira, sul, no município de Barra do Mendes, dirigiu-se ao Senhor Ministro de Estado das Comunicações, conforme requerimento datado de 28 de Abril de 1999, subscrito por representante legal, no qual demonstrou interesse na exploração do Serviço de Radiodifusão Comunitária nos termos do artigo 12, do Regulamento do Serviço de Radiodifusão Comunitária, aprovado pelo Decreto nº 2.615, de 03 de junho de 1998.

2. A entidade, que doravante passa a ser tratada como requerente, baseou o seu pleito nos termos do Aviso de Habilitação publicado no **Diário Oficial da União – DOU** de Relatório Final – Processo nº 53640000316/99 – localidade – Barra do Mendes – BA – **Objeto:** 11-12-2001 que contempla a localidade onde pretende instalar o seu transmissor, assim como o sistema irradiante e respectivo estúdio.

3. Em atendimento à citada convocação e ainda, considerando a distância de 4Km entre as interessadas nesta localidade, comunicamos que o requerimento de outras entidades foram objeto de exame por parte do Departamento de Outorga de Serviços, vez que apresentaram suas solicitações para a mesma área de interesse, tendo sido seus processos devidamente analisados e arquivados. Os motivos dos arquivamentos, bem como a indicação da relação constando os respectivos nomes e processos, se encontram abaixo explicitadas:

a) Associação Comunitária Educadora da Fé Imaculada Conceição – Processo nº 53640000147/01, arquivado pelos seguintes fatos e fundamentos: utilizou-se o critério da representatividade e constatou-se que esta entidade apresentou menor número de manifestações, conforme comunicado à entidade por meio do **DOU** de 19-5-2004, cuja cópia do **DOU** se encontra em anexo. Saliente-se que, frente a ciência do arquivamento dos autos, pelo **DOU** de 19-5-2004 a entidade não apresentou solicitação para reconsideração desta decisão.

## II – Relatório

### • atos constitutivos da entidade/documentos acessórios e aspectos técnicos

4. O Departamento de Outorga de Serviços, em atendimento às Normas e critérios estabelecidos para a regular análise dos requerimentos, passou ao exame do pleito formulado pela requerente, de acordo com petição de folha 1, bem como toda a documentação apresentada e vem por meio deste, relatar toda

a instrução do presente processo administrativo, em conformidade com a legislação, especialmente a Lei nº 9.612, de 19-2-1998, o Regulamento do Serviço de Radiodifusão Comunitária, aprovado pelo Decreto nº 2.615, de 3-3-1998 e Norma Complementar nº 2/98, de 6-8-1998.

5. Preliminarmente, a requerente indicou em sua petição que os equipamentos seriam. Relatório Final – Processo nº 53640000316/99 – localidade – Barra do Mendes-BA – instalados em área abrangida pelo círculo de raio igual a 1km, com centro localizado na Rua Edizio Mendonça, nº 3, no município de Barra do Mendes, Estado da Bahia, de coordenadas geográficas em 11º49'S de latitude e 42º04'W de longitude.

6. A análise técnica inicial desenvolvida, demonstra que as coordenadas geográficas indicadas deveriam ser mantidas, pelo que se depreende da memória do documento de folhas 259, denominado de “Roteiro de Análise Técnica de RadCom”, que por sua vez trata de outros dados, quais sejam: informações sobre geração de coordenadas geográficas, instruções sobre coordenadas coincidentes com os levantamentos do IBGE, compatibilização de distanciamento do canal, situação da estação em faixa de fronteira, endereço proposto para instalação da antena; planta de arrumamento, endereços da sede e do sistema irradiante, outros dados e conclusão. Vale salientar que ao final, a entidade apontou novas coordenadas e endereço, o que foi objeto de análise e conclusão por este Departamento, que constatou a possibilidade de aceitação dos novos dados.

7. Das análises técnico-jurídicas realizadas e considerando a documentação que foi encaminhada pela requerente, constataram-se pendências passíveis do cumprimento das seguintes exigências: apresentação da documentação elencada no subitem 6.7 incisos I, II, III, V, VIII da Norma 2/98, comprovação de necessária alteração estatutária, cópia do CNPJ da requerente e declaração do endereço da sede. Diante da regularidade técnico-jurídica dos processos nº 53640000316/99 e 53640000147/01 referentes às interessadas na localidade e em observância ao disposto no subitem 6-10-1 da Norma 2/98, foi encaminhado ofício para que se estabelecesse uma associação entre as mesmas, ocorre que, frente a inércia das entidades e considerando o decurso do prazo concedido, utilizou-se o critério de seleção apontado no subitem 6-10-2 da Norma -2-98, do qual constatou-se que a requerente conta com maior número de manifestações em apoio que a sua concorrente, em decorrência de tal fato a Entidade foi selecionada, tendo sido solicitada a apresentação do projeto técnico fls. – 262 a 394).

8. Ao cumprir as exigências, foi encaminhado o “Formulário de Informações Técnicas” – fls. 335, firma-

do pelo engenheiro responsável, seguindo-se o roteiro de verificação de instalação da estação, constatando-se conformidade com a Norma 02/98, em especial as exigências inscritas em seu item 6.11, conforme observase nas folhas 340/341. Ressaltamos que nestes documentos constam as seguintes informações: identificação da entidade; os endereços da sede administrativa e de localização do transmissor, sistema irradiante e estúdio; características técnicas dos equipamentos (transmissor) e acessórios (antena e cabo coaxial), com indicação da potência efetiva irradiada e intensidade de campo no limite da área de serviço, diagramas de irradiação do sistema irradiante e características elétricas.

9. Por fim, a documentação exigida pela legislação específica e contida nos autos, mais especificamente no intervalo de folhas 01 a 394, dos autos, corresponde ao que se segue:

- Estatuto Social devidamente registrado e em conformidade com os preceitos dispostos no Código Civil Brasileiro e adequados às finalidades e requisitos da Lei nº 9.612/98;
- ata de constituição e atual ata de eleição dos dirigentes, devidamente registradas e em conformidade com os preceitos dispostos no Código Civil Brasileiro e adequados às finalidades e requisitos da Lei nº 9.612/98;
- comprovantes relativos a maioria e nacionalidade dos dirigentes;
- manifestações de apoio à iniciativa da requerente, formulados e encaminhados pela comunidade;
- planta de arruamento e declaração de acordo com o disposto no subitem 6.7 incisos XIX e X da Norma Complementar 02/98, bem como o Projeto Técnico conforme disposto no subitem 6.11 e incisos da Norma Complementar 02/98;
- declarações relativas aos integrantes do quadro administrativo da requerente, demonstrando a sua regularidade, conforme indicado no subitem 6.7, incisos III, IV, V e VIII da Norma Complementar 02/98 e ainda, demais declarações e documentos requeridos com intuito de confirmar alguns dados informados;

### III – Conclusão/Opinamento

10. O Departamento de Outorga de Serviços, a quem cabe a condução dos trabalhos de habilitação de interessados na exploração do Serviço de Radiodifusão Comunitária, conclui a instrução dos presentes autos, após detido exame do rol de documentos, os quais estão compatíveis com a legislação atinen-

te, seguindo-se abaixo as informações básicas sobre a entidade:

#### • nome

Associação de Assistência aos Menores Carentes de Barra do Mendes – Bahia;

#### • quadro diretivo

Presidente: Edenízio Sodré Mendonça

Vice-presidente: Margarete Gomes de Araújo

1º Secretário: Eduardo Teixeira Mendonça

2º Secretário: Amarildo Sousa de Jesus

1º Tesoureiro : Adriano Cosmo Farias

2º Tesoureiro: Jossemar Soares de Freitas

#### • localização do transmissor, sistema irradiante e estúdio

Rua Alberique Campos Oliveira, s/nº, município de Barra do Mendes, Estado da Bahia;

#### • coordenadas geográficas

11º48'50" de latitude e 42º04'15" de longitude, correspondentes aos dados dispostos no "Roteiro de Análise de Instalação da Estação" – fls. 340/341, bem como "Formulário de Informações Técnicas" – fls. 335 que se referem à localização da estação.

11. Por todo o exposto, opinamos pelo deferimento do pedido formulado pela Associação de Assistência aos Menores Carentes de Barra do Mendes – Bahia, no sentido de conceder-lhe a autorização para a exploração do serviço de radiodifusão comunitária, na localidade pretendida, dentro das condições circunscritas no Processo Administrativo nº 53640000316/99, de 11 de maio de 1999.

Brasília, 24 de junho de 2004. – **Luciana Coelho**, Relatora da conclusão Jurídica – **Neide Aparecida da Silva**, Relatora da conclusão Técnica

De acordo.

À consideração do Senhor Diretor do Departamento de Outorga de Serviços.

Brasília, 25 de junho de 2004. – **Waldemar Gonçalves Ortunho Júnior**, Coordenador-Geral

De acordo.

À consideração do Senhor Secretário de Serviços de Comunicação Eletrônica.

Brasília, 25 de junho de 2004. – **Carlos Alberto Freire Resende**, Diretor do Departamento de Outorga de Serviços.

Aprovó o Relatório nº /2004/RADCOM/DOS/SSCE/MC. Encaminhe-se à Consultoria Jurídica para exame e parecer.

Brasília, 25 de junho de 2004. – **Elifas Chaves Gurgel do Amaral**, Secretário de Serviços de Comunicação Eletrônica

(À Comissão de Educação – decisão terminativa.)

**PROJETO DE DECRETO LEGISLATIVO  
Nº 193, DE 2006**

(Nº 2.031/2005, na Câmara dos Deputados)

**Aprova o ato que outorga permissão a Fundação Educativa e Cultural Goiás Vivo – FUNGOV para executar serviço de radiodifusão sonora em frequência modulada na cidade de Caldas Novas, Estado de Goiás.**

O Congresso Nacional decreta:

Art. 1º Fica aprovado o ato a que se refere a Portaria nº 270, de 9 de junho de 2005, que outorga permissão a Fundação Educativa e Cultural Goiás Vivo – FUNGOV para executar, por 10 (dez) anos, sem direito de exclusividade, serviço de radiodifusão sonora em frequência modulada, com fins exclusivamente educativos, na cidade de Caldas Novas, Estado de Goiás.

Art. 2º Este Decreto Legislativo entra em vigor na data de sua publicação.

**MENSAGEM Nº 598, DE 2005**

Senhores Membros do Congresso Nacional,

Nos termos do art. 49, inciso XII, combinado com o § 3º, do art. 223, da Constituição, submeto à apreciação de Vossas Excelências, acompanhadas de Exposições de Motivos do Senhor Ministro de Estado das Comunicações, permissões às entidades abaixo relacionadas para executar, pelo prazo de dez anos, sem direito de exclusividade, serviços de radiodifusão sonora em frequência modulada, com fins exclusivamente educativos, conforme os seguintes atos:

1 – Portaria nº 319, de 30 de agosto de 2004 – Fundação Canal Vinte e Um, na cidade de Cascavel – PR; e

2 – Portaria nº 270, de 9 de junho de 2005 – Fundação Educativa e Cultural Goiás Vivo – FUNGOV, no Município de Caldas Novas – GO.

Brasília, 14 de setembro de 2005. – **José Alencar.**

MC Nº 215 EM

Brasília, 15 de junho de 2005.

Excelentíssimo Senhor Presidente da República,

1. Encaminho a Vossa Excelência o Processo nº 53000.057269/2004-66 de interesse da Fundação Educativa e Cultural Goiás Vivo – FUNGOV, objeto de permissão para executar serviço de radiodifusão sonora em frequência modulada, com fins exclusivamente educativos, no Município de Caldas Novas, Estado de Goiás.

2. De acordo com o art. 13, § 1º do Regulamento dos Serviços de Radiodifusão, aprovado pelo Decreto nº 52.795, de 31 de outubro de 1963, com a redação que lhe foi dada pelo Decreto nº 2.108, de 24 de dezembro de 1996, não dependerá de edital a outorga para execução de serviço de radiodifusão com fins exclusivamente educativos.

3. Cumpre ressaltar que o pedido encontra-se devidamente instruído, de acordo com a legislação aplicável, demonstrando possuir a entidade as qualificações exigidas para a execução do serviço, conforme análise procedida pela Consultoria Jurídica deste Ministério.

4. Esclareço que, nos termos do § 3º do art. 223 da Constituição Federal, o ato de outorga somente produzirá efeitos legais após deliberação do Congresso Nacional, para onde solicito seja encaminhado o referido ato, acompanhado do processo correspondente.

Respeitosamente, – **Eunício Lopes Oliveira.**

**PORTARIA Nº 270, DE 9 DE JUNHO DE 2005**

O Ministro de Estado das Comunicações, no uso de suas atribuições, em conformidade com o art. 13, § 1º, do Regulamento dos Serviços de Radiodifusão, aprovado pelo Decreto nº 52.795, de 31 de outubro de 1963, com a redação que lhe foi dada pelo Decreto nº 2.108, de 24 de dezembro de 1996, e tendo em vista o que consta do Processo nº 53.000.057269/2004-66, e do PARECER/MC/CONJUR/MGT/Nº 0703 – 1.07/ 2005, resolve:

Art. 1º Outorgar permissão à Fundação Educativa e Cultural Goiás Vivo – FUNGOV para executar, pelo prazo de dez anos, sem direito de exclusividade, o serviço de radiodifusão sonora em frequência modulada, com fins exclusivamente educativos, no Município de Caldas Novas, Estado de Goiás.

Parágrafo único. A permissão ora outorgada reger-se-á pelo Código Brasileiro de Telecomunicações, leis subseqüentes, regulamentos e obrigações assumidas pela outorgada em suas propostas.

Art. 2º Este ato somente produzirá efeitos legais após deliberação do Congresso Nacional, nos termos do artigo 223, § 3º, da Constituição.

Art. 3º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação. – **Eunício Oliveira.**

**PARECER Nº 102/2005/COSMS/CGLO/DEOC/SC**

**Referência:** Processo nº 53000.057269/2004

**Interessada:** Fundação Educativa e Cultural Goiás Vivo – FUNGOV

**Assunto:** Outorga de serviço de radiodifusão sonora em frequência modulada com fins educativos.



**Ementa:** Independe de edital a outorga para serviço de radiodifusão com fins exclusivamente educativos.

**Conclusão:** À apreciação da Douta CONJUR.

### I – Dos Fatos

A Fundação Educativa e Cultural Goiás Vivo – FUNGOV, com sede no município de Caldas Novas, Estado de Goiás, requer lhe seja outorgada permissão para executar o serviço de radiodifusão sonora em frequência modulada, com fins exclusivamente educativos, no Município de Caldas Novas/GO, mediante utilização do canal 278-E, previsto no Plano Básico de Distribuição de Canais do referido serviço.

Trata-se de fundação de direito privado, sem fins lucrativos, com autonomia patrimonial, administrativa e financeira que estipulou, dentre seus objetivos, executar e manter serviços de radiodifusão com fins exclusivamente educativos.

Para atender aos requisitos estabelecidos pela legislação que tutela os serviços de radiodifusão, a entidade apresentou toda a documentação pertinente.

A escritura pública com o estatuto social da entidade encontra-se devidamente registrada junto ao Cartório do Registro Civil de Pessoas Jurídicas sob o nº 4.682, do livro A-33, atendendo a todos os requisitos dispostos no Código Civil Brasileiro e na legislação específica de radiodifusão.

O cargo de Diretor Presidente está ocupado pelo Sr. Anselmo Ferraz do Amaral, cabendo a ele a representação ativa e passiva da entidade, nos atos de sua administração.

Compõem a Diretoria Executiva da entidade, ainda, a Sra. Lourdes Casadore Durigan (Vice-Presidente), o Sr. Ronaldo do Amaral (Diretor Financeiro) e o Sr. Mário Emídio de Andrade (Diretor Educativo e Cultural).

### II – Do Mérito

A outorga de permissão, concessão e autorização para executar serviços de radiodifusão sonora e de sons e imagens está prevista na Constituição Federal (art. 21, inciso XII, alínea a).

É também a Carta Magna, em seu art. 223, que atribui ao Poder Executivo, competência para Outorgar concessão, permissão e autorização para o referido serviço.

A documentação instrutória concernente à entidade e aos seus diretores encontra-se em ordem, atendendo o determinado pelo artigo 15, do Decreto nº 52.795/63 e aos demais dispositivos legais aplicáveis.

A entidade encaminhou a declaração prevista na Portaria Interministerial nº 651, de 15 de abril de 1999, publicada no **DOU** de 19 de abril de 1999.

O regulamento dos serviços de Radiodifusão, aprovado pelo Decreto nº 52.795, de 31 de outubro de 1963, em seu art. 13, com a redação que lhe deu o Decreto nº 2.108, de 24 de dezembro de 1996, publicado no **DOU**, de 26 subsequente, dispensa a publicação de edital para a outorga de serviço de radiodifusão para fins exclusivamente educativos.

“Art. 13. ....  
(...)”

§ 1º É dispensável a licitação para outorga para execução de serviço de radiodifusão com fins exclusivamente educativos.”

O deferimento da outorga pretendida não implicará em descumprimento dos limites fixados pelo Decreto Lei nº 236/67, quanto aos diretores, conforme declaração nos autos (fls. 09).

Não há concorrentes para outorga de permissão para executar o serviço de radiodifusão sonora em frequência modulada, com fins exclusivamente educativos, naquela localidade.

### III – Conclusão

Diante de todo o exposto, estando o processo devidamente instruído e relatado, em observância aos dispositivos legais que regem os serviços de radiodifusão, sugerimos o envio destes autos à Douta Consultoria Jurídica deste Ministério, para apreciação.

É o parecer, **sub censura**.

Brasília, 23 de março de 2005. – **Denise Menezes de Oliveira**, Advogada.

(À Comissão de Educação – decisão terminativa.)

### PROJETO DE DECRETO LEGISLATIVO Nº 194, DE 2006

(nº 2.033/2005, na Câmara dos Deputados)

**Aprova o ato que autoriza a Associação dos Moradores do Centro de Borda da Mata a executar serviço de radiodifusão comunitária na cidade de Borda da Mata, Estado de Minas Gerais.**

O Congresso Nacional decreta:

Art. 1º Fica aprovado o ato a que se refere a Portaria nº 232, de 12 de junho de 2003, alterada pela Portaria nº 739, de 19 de dezembro de 2003, que autoriza a Associação dos Moradores do Centro de Borda da Mata a executar, por 10 (dez) anos, sem direito de

exclusividade, serviço de radiodifusão comunitária na cidade de Borda da Mata, Estado de Minas Gerais.

Art. 2º Este Decreto Legislativo entra em vigor na data de sua publicação.

### MENSAGEM Nº 523, DE 2004

Senhores Membros do Congresso Nacional.

Nos termos do art. 49, inciso XII, combinado com o § 3º do art. 223, da Constituição, submeto à apreciação de Vossas Excelências, acompanhadas de Exposições de Motivos do Senhor Ministro de Estado das Comunicações, autorizações às entidades abaixo relacionadas para executar, pelo prazo de dez anos, sem direito de exclusividade, serviços de radiodifusão comunitária, conforme os seguintes atos:

1 – Portaria nº 1.124, de 26 de junho de 2002, alterada pela de nº 401, de 29 de julho de 2003 – Associação Cultural e Comunitária Luiz Moraes, na cidade de Vicência – PB;

2 – Portaria nº 232, de 12 de junho de 2003, alterada pela de nº 739, de 19 de dezembro de 2003 – Associação dos Moradores do Centro de Borda da Mata, na cidade de Borda da Mata – MG;

3 – Portaria nº 368, de 17 de julho de 2003 – ASCOLI – Associação Comunitária do Município de Lidianópolis, na cidade de Lidianópolis – PR;

4 – Portaria nº 393, de 23 de julho de 2003 – Associação Movimento Comunitário Rádio Regional Navegantes FM, na cidade de Aripuanã – MT;

5 – Portaria nº 496, de 22 de setembro de 2003 – Associação de Convivência Artística e Cultural de Janiópolis, cidade de Janiópolis – PR;

6 – Portaria nº 566, de 5 de novembro de 2003 – Associação Comunitária Cultural de Água Quente de Radiodifusão, na cidade de Águas Formosas – MG; e

7 – Portaria nº 756, de 19 de dezembro de 2003 – Associação de Difusão Artística e Cultural de Ouvidor – GO, na cidade de Ouvidor – GO.

Brasília, 20 de agosto de 2004. – **Luiz Inácio Lula da Silva.**

MC Nº 206 EM

Brasília, 31 de julho de 2003

Excelentíssimo Senhor Presidente da República,

1. Encaminho a Vossa Excelência Portaria de outorga de autorização e respectiva documentação para que a entidade Associação dos Moradores do Centro de Borda da Mata na cidade de Borda da Mata, Estado de Minas Gerais, explore o serviço de radiodifusão comunitária, em conformidade com o **caput** do art. 223, da Constituição e a Lei nº 9.612, de 19 de fevereiro de 1998.

2. Referida entidade requereu ao Ministério das Comunicações sua inscrição para prestar o serviço, cuja documentação inclui manifestação de apoio da comunidade, numa demonstração de receptividade da filosofia de criação desse braço da radiodifusão, de maneira a incentivar o desenvolvimento e a sedimentação da cultura geral das localidades postulantes.

3. Como se depreende da importância da iniciativa comandada por Vossa Excelência, essas ações permitem que as entidades trabalhem em conjunto com a comunidade, auxiliando não só no processo educacional, social e cultural mas, também, servem de elo à integração de informações benéficas em todos os seguimentos, e a todos esses núcleos populacionais.

4. Sobre o caso em espécie, determinei análises técnica e jurídica da petição apresentada, constatando a inexistência de óbice legal e normativo ao pleito, o que se conclui da documentação de origem, substanciada nos autos do Processo Administrativo nº 53710.000804/01, que ora faço acompanhar, com a finalidade de subsidiar os trabalhos finais.

5. Em conformidade com os preceitos educacionais e legais, a outorga de autorização, objeto do presente processo, passará a produzir efeitos legais somente após deliberação do Congresso Nacional, a teor do § 3º, do art. 223, da Constituição Federal.

Respeitosamente,

### PORTARIA Nº 232, DE 12 DE JUNHO DE 2003

O Ministro de Estado das Comunicações, no uso de suas atribuições, considerando o disposto nos artigos 10 e 19 do Decreto nº 2.615, de 3 de junho de 1998, e tendo em vista o que consta do Processo Administrativo nº 53710.000804/01 e do Parecer/Conjur/MC nº 436/2003, resolve:

Art. 1º Autorizar a Associação dos Moradores do Centro de Borda da Mata, com sede no Calçadão Sílvio Monteiro de Carvalho, nº 35, Centro, na cidade de Borda da Mata, Estado de Minas Gerais, a executar serviço de radiodifusão comunitária, pelo prazo de dez anos, sem direito de exclusividade.

Art. 2º Esta autorização reger-se-á pela Lei nº 9.612, de 19 de fevereiro de 1998, leis subseqüentes, seus regulamentos e normas complementares

Art. 3º A entidade fica autorizada a operar com o sistema irradiante localizado nas coordenadas geográficas com latitude em 22º16'31"S e longitude em 46º09'53"W, utilizando a frequência de 104,9MHz.

Art. 4º Este ato somente produzirá efeitos legais após deliberação do Congresso Nacional, nos termos do § 3º do art. 223 da Constituição, devendo

a entidade iniciar a execução do serviço no prazo de seis meses a contar da data de publicação do ato de deliberação.

Art. 5º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação. – **Miro Teixeira.**

#### **PORTARIA Nº 739, DE 17 DE DEZEMBRO DE 2003**

O Ministro de Estado das Comunicações, no uso de suas atribuições, considerando o disposto nos artigos 9º, II e 19 do Decreto nº 2.615, de 3 de junho de 1998, e tendo em vista o que consta do Processo Administrativo nº 53710.000804/01 e do Parecer/Conjur/MC nº 1363/2003, resolve:

Art. 1º Alterar o art. 1º, da Portaria nº 232, de 12 de junho de 2003, publicada no Diário Oficial da União de 23 de junho de 2003, que passa a vigorar com a seguinte redação:

“Art. 1º Autorizar a Associação dos Moradores do Centro de Borda da Mata, com sede no Calçadão Silvio Monteiro de Carvalho, nº 35 – Centro, na cidade de Borda da Mata, Estado de Minas Gerais, a executar pelo prazo de dez anos, serviço de radiodifusão comunitária, sem direito de exclusividade.”

Art. 2º– Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação. – **Miro Teixeira.**

#### **RELATÓRIO Nº 11/2003-DOSR/SSR/MC**

**Referência:** Processo nº 53.710.000.804/01, protocolizado em 19 de Setembro de 2001.

**Objeto:** Requerimento de autorização para a exploração do Serviço de Radiodifusão Comunitária.

**Interessado:** Associação dos Moradores do Centro de Borda da Mata, localidade de Borda da Mata, Estado de Minas Gerais.

#### **I – Introdução**

1. A Associação dos Moradores do Centro de Borda da Mata, inscrita no CNPJ sob o número 2.282.667/0001-50, no Estado de Minas Gerais, com sede no Calçadão Sílvio Monteiro de Carvalho, nº 35, Centro, cidade de Borda da Mata/MG, dirigiu-se ao Senhor Ministro de Estado das Comunicações, conforme requerimento datado de 14 de Setembro de 2001, subscrito por representante legal, no qual demonstrou interesse na exploração do Serviço de Radiodifusão Comunitária nos termos do artigo 12, do Regulamento do Serviço de Radiodifusão Comunitária, aprovado pelo Decreto nº 2.615, de 03 de junho de 1998.

2. A entidade, que doravante passa a ser tratada como requerente, baseou o seu pleito nos termos do Aviso de Habilitação publicado no **Diário Oficial da União – DOU**, de 16 de Agosto de 2001, que contem-

pla a localidade onde pretende instalar o seu transmissor, assim como o sistema irradiante e respectivo estúdio.

3. Em atendimento à citada convocação e ainda, considerando a distância de 3,5 km entre as interessadas nesta localidade, comunicamos que os requerimentos de outras entidades foram objeto de exame por parte do Departamento de Outorga de Serviços, vez que apresentaram suas solicitações para a mesma área de interesse, tendo sido seus processos devidamente analisados e arquivados. Os motivos dos arquivamentos, bem como a indicação da relação constando os respectivos nomes e processos, encontram-se abaixo explicitados:

a) Associação dos Moradores do Bairro Nossa Senhora Aparecida – Processo nº 53.710.000.106/01, arquivado pelos seguintes fatos e fundamentos: foi aplicado o critério de representatividade, vez que constatou-se que essa Entidade contava com um menor número de manifestações do que a outra interessada, conforme comunicado à entidade por meio do ofício nº 1024/03, datado de 27-2-2003.

b) Associação Comunitária Bordamaten-se para o Desenvolvimento Artístico e Cultural – Processo nº 53.710.000.873/98, arquivado pelos seguintes fatos e fundamentos: o local de instalação proposto situou-se numa posição geográfica cuja distância com a antena de transmissão de emissora constante do Aviso desta Secretaria, publicado no Diário Oficial da União de 18-3-99, resultou em 1,14 m, o que contraria o disposto no subitem 6.6 da Norma nº 2/98, conforme comunicado à entidade por meio do ofício nº 5656, datado de 27-7-2001.

c) Associação Moradores dos Bairros de Borda da Mata – Processo nº 53.710.000.827/998, arquivado pelos seguintes fatos e fundamentos: a Entidade não cumpriu as exigências elencadas no ofício 2144/00, datado de 25-5-00 restando a apresentação de alteração estatutária com o devido registro, e ata de fundação registrada, conforme comunicado à entidade por meio do ofício nº 3282, datado de 27/07/00. A Entidade solicitou reconsideração em 9-8-00, encaminhando os documentos, no entanto, constatou-se a falta de documento já solicitado, o que ensejou o não atendimento do pedido de reconsideração.

## II – Relatório

### • atos constitutivos da entidade/documentos acessórios e aspectos técnicos

4. O Departamento de Outorga de Serviços, em atendimento às Normas e critérios estabelecidos para a regular análise dos requerimentos, passou ao exame do pleito formulado pela requerente, de acordo com petição de folha 01, bem como toda a documentação apresentada e vem por meio deste, relatar toda a instrução do presente processo administrativo, em conformidade com a legislação, especialmente a Lei nº 9.612, de 19-2-1998, o Regulamento do Serviço de Radiodifusão Comunitária, aprovado pelo Decreto nº 9.615, de 3-3-1998 e Norma Complementar nº -2/98, de 6-8-1998.

5. Preliminarmente, a requerente indicou em sua petição que os equipamentos seriam instalados em área abrangida pelo círculo de raio igual a 1km, com centro localizado na Praça Nossa Senhora do Carmo, nº 113, Centro, na cidade de Borda da Mata, Estado de Minas Gerais, de coordenadas geográficas em 22º16'25"S de latitude e 46º09'56"W de longitude. Ocorre que, posteriormente, as coordenadas e endereço propostos foram retificados, passando a estar na Rua Eduardo Amaral, 830, Centro em 22º16'31"S de latitude e 46º09'53"W de longitude consoante aos dados constantes do Aviso publicado no D.O.U., de 16-8-2001.

6. A análise técnica desenvolvida, demonstra, que as coordenadas geográficas indicadas deveriam ser mantidas, pelo que se depreende da memória do documento de folhas 87, denominado de "Roteiro de Análise Técnica de RadCom", que por sua vez trata de outros dados, quais sejam: informações sobre geração de coordenadas geográficas, instruções sobre . coordenadas coincidentes é com os levantamentos do IBGE, compatibilização de distanciamento do canal, situação da estação em faixa de fronteira, endereço proposto para instalação da antena; planta de arruamento, endereços da sede e do sistema irradiante, outros dados e conclusão. Vale salientar que ao final, a entidade apontou novas coordenadas e endereço, o que foi objeto de análise e conclusão por este Departamento, que constatou a possibilidade de aceitação dos novos dados.

7. Foi dado o parecer pelo arquivamento do processo da Entidade (fls.76), no entanto, houve pedido de reconsideração às fls. 77 e 78, que foi provido às fls. 79. Das análises técnico-jurídicas realizadas e considerando a documentação que foi encaminhada pela requerente, constataram-se pendências passíveis do cumprimento das seguintes exigências: documento assinado pelo representante legal declarando

que a Entidade não possui vínculos e projeto técnico. Diante da regularidade técnico-jurídica do processo nº 53.710.000.106/01 referente à interessada na localidade e em observância ao disposto no subitem 6.10.1 da Norma 02/98, foi encaminhado ofício para que se estabelecesse uma associação entre as mesmas, ocorre que, frente ao interesse das entidades em estabelecerem acordo e como este Ministério somente poderá conferir autorização a uma delas, este Departamento no intuito de escolher da forma mais justa a qual delas será destinada a referida autorização, utilizou o critério de seleção apontado no subitem 6.10.1 da Norma 02/98, do qual constatou-se que a requerente conta com maior número de manifestações em apoio que a sua concorrente; em decorrência de tal fato a Entidade foi selecionada (fls.90 a 119).

8. Ao cumprir as exigências, foi encaminhado o "Formulário de Informações Técnicas" – fls.94, firmado pelo engenheiro responsável, seguindo-se o roteiro de verificação de instalação da estação, constatando-se conformidade com a Norma 02/98, em especial as exigências inscritas em seu item 6.11, conforme observa-se nas folhas 121 e 122. Ressaltamos que nestes documentos constam as seguintes informações: identificação da entidade; os endereços da sede administrativa e de localização do transmissor, sistema irradiante e estúdio; características técnicas dos equipamentos (transmissor) e acessórios (antena e cabo coaxial), com indicação da potência efetiva irradiada e intensidade de campo no limite da área de serviço, diagrama de irradiação do sistema irradiante e características elétricas.

9. Por fim, a documentação exigida pela legislação específica e contida nos autos, mais especificamente no intervalo de folhas 01 a 119 dos autos, corresponde ao que se segue:

- Estatuto Social devidamente registrado e em conformidade com os preceitos dispostos no Código Civil Brasileiro e adequados às finalidades e requisitos da Lei 9612/98;
- ata de constituição e atual ata de eleição dos dirigentes, devidamente registradas e em conformidade com os preceitos dispostos no Código Civil Brasileiro e adequados às finalidades e requisitos da Lei 9612/98;
- comprovantes relativos à maioria e nacionalidade dos dirigentes;
- manifestações de apoio à iniciativa da requerente, formulados e encaminhados pela comunidade;
- planta de arruamento e declaração de acordo com o disposto no subitem 6.7 incisos XIX e X da Norma Complementar 02/98, bem

como o Projeto Técnico conforme disposto no subitem 6.11 e incisos da Norma Complementar 02/98;

- declarações relativas aos integrantes do quadro administrativo da requerente, demonstrando a sua regularidade, conforme indicado no subitem 6.7, incisos III, IV, V e VIII da Norma Complementar 2/98 e ainda, demais declarações e documentos requeridos com intuito de confirmar alguns dados informados;

### III – Conclusão/Opinamento

10. O Departamento de Outorga de Serviços, a quem cabe a condução dos trabalhos de habilitação de interessados na exploração do Serviço de Radiodifusão Comunitária, conclui a instrução dos presentes autos, após detido exame do rol de documentos, os quais estão compatíveis com a legislação atinente, seguindo-se abaixo as informações básicas sobre a entidade:

#### • nome

Associação dos Moradores do Centro de Borda da Mata

#### • quadro diretivo

Presidente: Raimunda Augusta dos Santos

Vice-Presidente: José Carlos Moreira

1ª Secretária: Maristela Matos de Castro

2ª Secretária: Wilse Rodrigues da Silva Santos

1º Tesoureiro: Hamilton Galvão R. dos Santos

2º Tesoureiro: José Cláudio da Silva

#### • localização do transmissor, sistema irradiante e estúdio

Rua Eduardo Amaral, 830, Centro, cidade de Borda da Mata, Estado de Minas Gerais;

#### • coordenadas geográficas

22°16'31" de latitude e 46°09'53" de longitude, correspondentes aos dados dispostos no "Roteiro de Análise de Instalação da Estação" – fls. 121 e 122, bem como "Formulário de Informações Técnicas" – fls. 94 que se referem à localização da estação.

11. Por todo o exposto, opinamos pelo deferimento do pedido formulado pela Associação dos Moradores do Centro de Borda da Mata, no sentido de conceder-lhe a autorização para a exploração do serviço de radiodifusão comunitária, na localidade pretendida, dentro das condições circunscritas no Processo Administrativo nº 53.710.000.804/01, de 19 de Setembro de 2001.

Brasília, 12 de maio de 2003. – **Aline Oliveira Prado**, Chefe de Serviço/SSR, Relatora da conclusão

jurídica – **Neide Aparecida da Silva**, Chefe de Serviço/SSR, Relatora da conclusão Técnica.

(À Comissão de Educação – decisão terminativa.)

### PROJETO DE DECRETO LEGISLATIVO Nº 195, DE 2006

(Nº 2.035/2005, na Câmara dos Deputados)

#### **Aprova o ato que autoriza a Associação Comunitária, Cultural E Educativa De Radiodifusão De Itumirim/MG – ACREDITAR a executar serviço de radiodifusão comunitária na cidade de Itumirim, Estado de Minas Gerais.**

O Congresso Nacional decreta:

Art. 1º Fica aprovado o ato a que se refere a Portaria nº 239, de 12 de junho de 2003, que autoriza a Associação Comunitária, Cultural e Educativa de Radiodifusão de Itumirim/MG – ACREDITAR a executar, por 10 (dez) anos, sem direito de exclusividade, serviço de radiodifusão comunitária na cidade de Itumirim, Estado de Minas Gerais.

Art. 2º Este Decreto Legislativo entra em vigor na data de sua publicação.

### MENSAGEM Nº 499, DE 2004

Senhores Membros do Congresso Nacional,  
Nos termos do art. 49, inciso XII, combinado com o § 3º do art. 223, da Constituição, submeto à apreciação de Vossas Excelências, acompanhadas de Exposições de Motivos do Senhor Ministro de Estado das Comunicações, autorizações às entidades abaixo relacionadas para executar, pelo prazo de dez anos, sem direito de exclusividade, serviços de radiodifusão comunitária, conforme os seguintes atos:

1 – Portaria nº 2.843, de 11 de dezembro de 2002, alterada pela de nº 618, de 9 de dezembro de 2003 – Associação Comunitária e Cultural Shalon, na cidade de Cassilândia – MS;

2 – Portaria nº 2.942, de 18 de dezembro de 2002, alterada pela de nº 611, de 9 de dezembro de 2003 – Associação dos Amigos do Portal do Alvorada Sairé/PE, na cidade de Sairé – PE.

3 – Portaria nº 221, de 12 de junho de 2003 – ACAC – Associação Comunitária de Apoio à Cidadania, na cidade de Guarará – MG;

4 – Portaria nº 225, de 12 de junho de 2003 – Associação Cultural dos Amigos de Mandaguaçu, denominada "ACAM", na cidade de Mandaguaçu – PR;

5 – Portaria nº 231, de 12 de junho de 2003 – Rádio Comunidade Friburgo, na cidade de Nova Friburgo – RJ;

6 – Portaria nº 239, de 12 de junho de 2003 – Associação Comunitária, Cultural e Educativa de Radio Difusão de Itumirim – MG;

7 – Portaria nº 251, de 12 de junho de 2003 – Associação Comunitária de Radiodifusão de Caldeirões, na cidade de Bom Conselho – PE; e

8 – Portaria nº 264, de 12 de junho de 2003 – Associação Comunitária para o Desenvolvimento Artístico e Cultural de Piquete, na cidade de Piquete – SP.

Brasília, 20 de agosto de 2004. – **Luiz Inácio Lula da Silva.**

MC Nº 280 EM

Brasília, 4 de agosto de 2003

Excelentíssimo Senhor Presidente da República,

1. Encaminho a Vossa Excelência Portaria de outorga de autorização e respectiva documentação para que a entidade Associação Comunitária, Cultural e Educativa de Radio Difusão de Itumirim/MG – ACREDITAR na cidade de Itumirim, Estado de Minas Gerais, explore o serviço de radiodifusão comunitária, em conformidade com o **caput** do art. 223, da Constituição e a Lei nº 9.612, de 19 de fevereiro de 1998.

2. Referida entidade requereu ao Ministério das Comunicações sua inscrição para prestar o serviço, cuja documentação inclui manifestação de apoio da comunidade, numa demonstração de receptividade da filosofia de criação desse braço da radiodifusão, de maneira a incentivar o desenvolvimento e a sedimentação da cultura geral das localidades postulantes.

3. Como se depreende da importância da iniciativa comandada por Vossa Excelência, essas ações permitem que as entidades trabalhem em conjunto com a comunidade, auxiliando não só no processo educacional, social e cultural mas, também, servem de elo à integração de informações benéficas em todos os segmentos, e a todos esses núcleos populacionais.

4. Sobre o caso em espécie, determinei análises técnica e jurídica da petição apresentada, constatando a inexistência de óbice legal e normativo ao pleito, o que se conclui da documentação de origem, substanciada nos autos do Processo Administrativo nº 53000.002869/01, que ora faço acompanhar, com a finalidade de subsidiar os trabalhos finais.

5. Em conformidade com os preceitos educacionais e legais, a outorga de autorização, objeto do presente processo, passará a produzir efeitos legais somente após deliberação do Congresso Nacional, a teor do § 3º, do art. 223, da Constituição Federal.

Respeitosamente,

### PORTARIA Nº 239, DE 12 DE JUNHO DE 2003

O Ministro de Estado das Comunicações, no uso de suas atribuições, considerando o disposto nos artigos 10 e 19 do Decreto nº 2.615, de 3 de junho de 1998, e tendo em vista o que consta do Processo Administrativo nº 53000.002869/01 e do Parecer/Conjur/MC nº 551/2003, resolve:

Art. 1º Autorizar a Associação Comunitária, Cultural e Educativa de Radio Difusão de Itumirim/MG – ACREDITAR com sede na Rua Orlando Vaz, nº 38 – Centro, na cidade de Itumirim, Estado de Minas Gerais, a executar serviço de radiodifusão comunitária, pelo prazo de dez anos, sem direito de exclusividade.

Art. 2º Esta autorização reger-se-á pela Lei nº 9.612, de 19 de fevereiro de 1998, leis subseqüentes, seus regulamentos e normas complementares.

Art. 3º A entidade fica autorizada a operar com o sistema irradiante localizado nas coordenadas geográficas com latitude em 21º18'10"S e longitude em 44º52'22"W, utilizando a frequência de 87,9 MHz.

Art. 4º Este ato somente produzirá efeitos legais após deliberação do Congresso Nacional, nos termos do § 3º do art. 223 da Constituição, devendo a entidade iniciar a execução do serviço no prazo de seis meses a contar da data de publicação do ato de deliberação.

Art. 5º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação. – **Miro Teixeira.**

### RELATÓRIO Nº 44/2003-DOSR/SSR/MC

**Referência:** Processo nº 53.000.002.869/01, protocolizado em 10 de Agosto de 2001.

**Objeto:** Requerimento exploração Radiodifusão de autorização para a do Serviço de Comunitária.

**Interessado:** Associação Comunitária, Cultural e Educativa de Radio Difusão de Itumirim/MG – Acreditar, localidade de Itumirim, Estado de Minas Gerais.

#### I – Introdução

1. A Associação Comunitária, Cultural e Educativa de Radio Difusão de Itumirim/MG – ACREDITAR, inscrita no CNPJ sob o número 04.560.030/0001-30, no Estado de Minas Gerais, com sede na Rua Orlando Vaz, nº 38, Centro, cidade de Itumirim/MG, dirigiu-se ao Senhor Ministro de Estado das Comunicações, conforme requerimento datado de 1º de agosto de 2001, subscrito por representante legal, no qual demonstrou interesse na exploração do Serviço de Radiodifusão Comunitária nos termos do artigo 12, do Regulamento do Serviço de Radiodifusão Comunitária, aprovado pelo Decreto nº 2.615, de 3 de junho de 1998.

2. A entidade, que doravante passa a ser tratada como requerente baseou-se o seu pleito nos termos do Aviso de Habilitação publicado no **Diário Oficial** da

União – **DOU**, de 24 de maio de 2002, que contempla a localidade onde pretende instalar o seu transmissor, assim como o sistema irradiante e respectivo estúdio.

3. Em atendimento á citada convocação e ainda, considerando a distância de 3,5 1km entre as interessadas nesta localidade, comunicamos que apenas a mencionada~ entidade demonstrou seu interesse na prestação do referido serviço, não havendo concorrentes.

## II – Relatório

### • atos constitutivos da entidade/documentos acessórios e aspectos técnicos

4. O Departamento de Outorga de Serviços, em atendimento às Normas e critérios estabelecidos para a regular análise dos requerimentos, passou ao exame do pleito formulado pela requerente, de acordo com petição de folha 1, bem como toda a documentação apresentada e vem por meio deste, relatar toda a instrução do presente processo administrativo, em conformidade com a legislação, especialmente a Lei nº 9.612, de 19-2-1998, o Regulamento do Serviço de Radiodifusão Comunitária, aprovado pelo Decreto nº 2.615, de 3-3-1998 e Norma nº 02/98, de 6-8-1998.

5. Preliminarmente, a requerente indicou em sua petição que os equipamentos, seriam instalados em área abrangida pelo círculo de raio igual a 1km, com centro localizado na Rua Orlando Vaz, 38, Centro, na cidade de Itumirim, Estado de Minas Gerais, de coordenadas geográficas em 21º18'23"S de latitude e 44º52'32"W de longitude. Ocorre que, posteriormente, as coordenadas e endereço propostos foram retificados, passando a estar na Av. Arlindo Vítor de Lima, 53, em 21º18'10"S de latitude e 44º52'22"W de longitude consoante aos dados constantes do Aviso publicado no **DOU**, de 24-5-2002.

6. A análise técnica desenvolvida, demonstra que as coordenadas geográficas indicadas deveriam ser mantidas, pelo que se depreende da memória do documento de folhas 139, denominado de "Roteiro de Análise Técnica de RadCom", que por sua vez trata de outros dados, quais sejam: informações sobre geração de coordenadas geográficas, instruções sobre coordenadas coincidentes com os levantamentos do IBGE, compatibilização de distanciamento do canal, situação da estação em faixa de fronteira, endereço proposto para instalação da antena; planta de armamento, endereços da sede e do sistema irradiante, outros dados e conclusão. Vale salientar que ao final, a entidade apontou novas coordenadas e endereço, o que foi objeto de análise e conclusão por este Depar-

tamento, que constatou a possibilidade de aceitação dos novos dados.

7. Das análises técnico-jurídicas realizadas e considerando a documentação que foi encaminhada pela requerente, constataram-se pendências passíveis do cumprimento das seguintes exigências: para a apresentação da documentação elencada no subitem 6.7 inciso IV da Norma nº 2/98, comprovação de necessária alteração estatutária e declaração do endereço da sede, cujo cumprimento e aplicação dos critérios estabelecidos na legislação específica resultou no saneamento dos autos e posterior seleção da Entidade, tendo sido solicitada a apresentação do projeto técnico (fls. 142 a 168).

8. Ao cumprir as exigências, foi encaminhado o "Formulário de Informações Técnicas" – fls. 146, firmado pelo engenheiro responsável, seguindo-se o roteiro de verificação de instalação da estação, constatando-se conformidade com a Norma nº 2/98, em especial as exigências inscritas em seu item 6.11, conforme observa-se nas folhas 162 e 163. Ressaltamos que nestes documentos constam as seguintes informações: identificação da entidade; os endereços da sede administrativa e de localização do transmissor, sistema irradiante e estúdio; características técnicas dos equipamentos (transmissor) e acessórios (antena e cabo coaxial), com indicação da potência efetiva irradiada e intensidade de campo no limite da área de serviço, diagramas de irradiação do sistema irradiante e características elétricas.

9. Por fim, a documentação exigida pela legislação específica e contida nos autos, mais especificamente no intervalo de folhas 01 a 170 dos autos, corresponde ao que se segue:

- Estatuto Social devidamente registrado e em conformidade com os preceitos dispostos no Código Civil Brasileiro adequados às finalidades e requisitos da Lei nº 9.612/98;
- ata de constituição e atual ata de eleição dos dirigentes, devidamente registradas e em conformidade com os preceitos dispostos ao Código Civil Brasileiro adequados às finalidades e requisitos da Lei nº 9.612/98;
- comprovantes relativos a maioria e nacionalidade dos dirigentes;
- manifestações de apoio à iniciativa da requerente, formulados e encaminhados pela comunidade;
- planta de armamento e declaração de acordo com o disposto no subitem 6.7 incisos XIX e X da Norma Complementar nº 2/98, bem como o Projeto Técnico conforme disposto no

subitem 6.11 e incisos da Norma Complementar nº 2/98;

- declarações relativas aos integrantes do quadro administrativo da requerente, demonstrando a sua regularidade, conforme indicado no subitem 6.7, incisos III, IV, V e VIII da Norma Complementar nº 2/98 e ainda, demais declarações e documentos requeridos com intuito de confirmar alguns dados informados;

### III – Conclusão/Opinamento

10. O Departamento de Outorga de Serviços, a quem cabe a condução dos trabalhos de habilitação de interessados na exploração do Serviço de Radiodifusão Comunitária, conclui a instrução dos presentes autos, após detido exame do rol de documentos, os quais estão compatíveis com a legislação atinente, seguindo-se abaixo as informações básicas sobre a entidade:

#### • nome

Associação Comunitária, Cultural e Educativa de Radio Difusão de Itumirim/MG – ACREDITAR

#### • quadro diretivo

Presidente: Paulo de Tarso Nassur

Vice-presidente: Raimundo José de Souza Filho

Secret.Geral: Maria Aparecida de Lima Fraiz

2º Secretário: Edmilson Fraiz Silva

1º Tesoureiro: Flávio Borges de Paula

Diretor de Oper.: Gentil Roberto de Oliveira

Vice-Dir. Oper.: Rômulo Nassur

Dir.Cult e Com: Alexandre Magno da Silva

Vic-Dir.Cult.Com: João Batista Henriques

Dir. de Patrim: José Maria da Silva

#### • localização do transmissor, sistema irradiante e estúdio

Av. Arlindo Vítor de Lima, 53, cidade de Itumirim, Estado de Minas Gerais.

#### • coordenadas geográficas

21º18'10" de latitude e 44º52'22" de longitude, correspondentes aos dados dispostos no "Roteiro de Análise de Instalação da Estação" – fls. 162 e 163, bem como "Formulário de Informações Técnicas" – fls. 146 que se referem à localização da estação.

11. Por todo o exposto, opinamos pelo deferimento do pedido formulado pela Associação Comunitária, Cultural e Educativa de Radio Difusão de Itumirim/MG – ACREDITAR, no sentido de conceder-lhe a autorização para a exploração do serviço de radiodifusão comunitária, na localidade pretendida, dentro das condições circunscritas no Processo Administrativo nº 53.000.002.869/01, de 10 de Agosto de 2001.

Brasília, 13 de maio de 2003. – **Aline de Oliveira Prado**, Chefe de Divisão / SSR, Relatora da conclusão Jurídica – **Neide Aparecida da Silva**, Chefe de Divisão/SSR, Relator da conclusão Jurídica.

(À Comissão de Educação – decisão terminativa.)

### PROJETO DE DECRETO LEGISLATIVO Nº 196, DE 2006

(Nº 2.039/2005, na Câmara dos Deputados)

#### **Aprova o ato que outorga concessão à Fundação Jose Posidônio Peixoto para executar serviço de radiodifusão de sons e imagens na cidade de Caucaia, Estado do Ceará.**

O Congresso Nacional decreta:

Art. 1º Fica aprovado o ato a que se refere o Decreto s/nº, de 30 de setembro de 2005, que outorga concessão à Fundação José Possidônio Peixoto para executar, por 15 (quinze) anos, sem direito de exclusividade, serviço de radiodifusão de sons e imagens, com fins exclusivamente educativos, na cidade de Caucaia, Estado do Ceará.

Art. 2º Este Decreto Legislativo entra em vigor na data de sua publicação.

### MENSAGEM Nº 658, DE 2005

Senhores Membros do Congresso Nacional,

Nos termos do art. 49, inciso XII, combinado com o § 3º do art. 223, da Constituição, submeto à apreciação de Vossas Excelências, acompanhado de Exposição de Motivos do Senhor Ministro de Estado das Comunicações, o ato constante do Decreto de 30 de setembro de 2005, que "Outorga concessão à Fundação José Posidônio Peixoto, para executar serviço de radiodifusão de sons e imagens, com fins exclusivamente educativos, no Município de Caucaia, Estado do Ceará".

Brasília, 5 de outubro de 2005. – **Luiz Inácio Lula da Silva**.

MC Nº 261 EM

Brasília, 1º de setembro de 2005.

Excelentíssimo Senhor Presidente da República,

1. Submeto à apreciação de Vossa Excelência o incluso projeto de Decreto, que outorga concessão à Fundação José Posidônio Peixoto, para executar serviço de radiodifusão de sons e imagens, com fins exclusivamente educativos, no Município de Caucaia, Estado do Ceará.

2. De acordo com o art. 14, § 2º do Decreto-Lei nº 236, de 28 de fevereiro de 1967, e com o art. 13,



§ 1º, do Regulamento de Serviços de Radiodifusão, aprovado pelo Decreto nº 52.795, de 31 de outubro de 1963, com a redação que lhe foi dada pelo Decreto nº 2.108, de 24 de dezembro de 1996, não dependerá de edital a outorga para a execução de serviço de radiodifusão com fins exclusivamente educativos.

3. Cumpre ressaltar que o pedido encontra-se devidamente instruído, de acordo com a legislação aplicável, demonstrando possuir a entidade as qualificações exigidas para a execução do serviço.

4. Esclareço que, nos termos do § 3º do art. 223 da Constituição Federal, [O ato de outorga somente produzirá efeitos legais após deliberação do Congresso Nacional], para onde solicito seja encaminhado o referido ato, acompanhado do processo correspondente.

Respeitosamente,

#### DECRETO DE 30 DE SETEMBRO DE 2005

##### **Outorga concessão à Fundação José Possidônio Peixoto, para executar serviço de radiodifusão de sons e imagens, com fins exclusivamente educativos, no Município de Caucaia, Estado do Ceará.**

O Presidente da República, no uso das atribuições que lhe conferem os arts. 84, inciso IV, e 223, caput, da Constituição, e 34, § 1º, da Lei nº 4.117, de 27 de agosto de 1962, e tendo em vista o disposto no art. 14, § 2º, do Decreto-Lei nº 236, de 28 de fevereiro de 1967, e no art. 13, § 1º, do Regulamento de Serviços de Radiodifusão, aprovado pelo Decreto nº 52.795, de 31 de outubro de 1963, e tendo em vista o que consta do Processo Administrativo nº 53000.00 1 50 1/2005-92,

Decreta:

Art. 1º Fica outorgada concessão à Fundação José Possidônio Peixoto para executar, pelo prazo de quinze anos, sem direito de exclusividade, serviço de radiodifusão de sons e imagens, com fins exclusivamente educativos, no Município de Caucaia, Estado do Ceará.

Parágrafo único. A concessão ora outorgada reger-se-á pelo Código Brasileiro de Telecomunicações, leis subseqüentes, regulamentos e obrigações assumidas pela outorgada.

Art. 2º Este ato somente produzirá efeitos legais após deliberação do Congresso Nacional, nos termos do § 3º do art. 223 da Constituição.

Art. 3º O contrato decorrente dessa concessão deverá ser assinado dentro de sessenta dias, a contar da data de publicação da deliberação de que trata o art. 2º, sob pena de tomar-se nulo, de pleno direito, o ato de outorga.

Art. 4º Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Brasília, 30 de setembro de 2005; 184º da Independência e 117º da República. **Luiz Inácio Lula da Silva.**

#### **PARECER Nº 30/2005/CORNN/CGSA/DOS/SSCE/MC**

**Referência:** Processo nº 53000.001501/2005

**Interessada:** Fundação José Possidônio Peixoto

**Assunto:** Outorga de serviço de radiodifusão.

**Ementa:** Independe de edital a outorga para serviço de radiodifusão com fins exclusivamente educativos.

**Conclusão:** A apreciação da douda Conjur.

#### **I – Dos Fatos**

A Fundação José Possidônio Peixoto, com sede no Município de Fortaleza, Estado do Ceará, requer lhe seja outorgada permissão para executar o serviço de radiodifusão em sons e imagens, com fins exclusivamente educativos, no Município de Caucaia/CE, mediante utilização do canal 26-E, previsto no Plano Básico de Distribuição de Canais do referido serviço.

Trata-se de fundação de direito privado, sem fins lucrativos, com autonomia patrimonial, administrativa e financeira que estipulou, dentre seus objetivos, executar e manter serviços de radiodifusão com fins exclusivamente educativos.

Para atender aos requisitos estabelecidos pela legislação que tutela os serviços de radiodifusão, a entidade apresentou toda a documentação pertinente.

A escritura pública com o estatuto social da entidade encontra-se devidamente matriculada no Registro Civil de Pessoas Jurídicas, atendendo a todos os requisitos dispostos no Código Civil Brasileiro e na legislação específica de radiodifusão.

O cargo de Presidente está ocupado pela Sra. Gina Maria Possidônio Passos, cabendo a ela a representação ativa e passiva da entidade, nos atos de sua administração.

Compõem a Diretoria da entidade, ainda, o Sr. Enivaldo Ferreira Possidônio (Vice Presidente), a Sra. Adriana Maria Camurça Alves (1ª Secretária), o Sr. Cláudio Mendes de Santiago (1º Tesoureiro) e a Sra. Maria Valdenira Nascimento Possidônio (2ª Tesoureira).

#### **II – Do Mérito**

A outorga de permissão, concessão e autorização para executar serviços de radiodifusão sonora e de

sons e imagens está prevista na Constituição Federal (art. 21, inciso XII, alínea a).

É também a Carta Magna, em seu art. 223, que atribui ao Poder Executivo competência para outorgar concessão, permissão e autorização para o referido serviço. A eficácia do correspondente ato está condicionada à deliberação do Congresso Nacional.

O Regulamento dos Serviços de Radiodifusão, aprovado pelo Decreto nº 52.795, de 31 de outubro de 1963, em seu art. 13, com a redação que lhe deu o Decreto nº 2.108, de 24 de dezembro de 1996, publicado no **DOU** de 26 subsequente, dispensa a publicação de edital para a outorga de serviço de radiodifusão com fins exclusivamente educativos.

“Art. 13. ....

§ 1º É dispensável a licitação para outorga para execução de Serviços de Radiodifusão com fins exclusivamente educativos.

A documentação instrutória concernente à entidade e aos seus diretores está em ordem. A entidade encaminhou a declaração prevista na Portaria Interministerial nº 651, de 15 de abril de 1999, publicada no **DOU** de 19 de abril de 1999 (fl. 33).

O deferimento da outorga pretendida não implicará em descumprimento dos limites fixados pelo Decreto-Lei nº 236/67, quanto aos diretores, conforme declaração nos autos (fls. 32, 43, 54, 65 e 76).

Também formulou pedido para outorga de permissão para executar o serviço de radiodifusão de sons e imagens, com fins exclusivamente educativos, naquela localidade, a Fundação de Radiodifusão Educativa Nossa Senhora Milagrosa (Processo nº 53650000759/2002) e Fundação Sara Nossa Terra (Processo nº 53000023458/2004).

### III – Conclusão

Face à correta instrução do processo, em observância aos dispositivos legais que regem os serviços de radiodifusão, sugerimos o envio destes autos à douta Consultoria Jurídica deste Ministério, para apreciação.

Posteriormente à decisão da outorga, o processo deverá ser encaminhado ao Congresso Nacional, onde o ato de outorga será apreciado, conforme dispõe a Constituição Federal (art. 223).

É o parecer **sub-censura**.

Brasília, 16 de fevereiro de 2005. – **Marcelo Fiúza Lima**, Coordenador – Região Norte/Nordeste.

De acordo. À consideração do Sr. Secretário de Serviços de Comunicação Eletrônica.

Brasília, 16 de fevereiro de 2005. – **Anacleto Rodrigues Cordeiro**, Coordenador-Geral de Outorga de Serviços de Áudio.

De acordo. A consideração do Sr. Secretário de Serviços de Comunicação Eletrônica.

Brasília, 16 de fevereiro de 2005. – **Carlos Alberto Freire Resende**, Diretor do Departamento de Outorga e Serviços.

Encaminhem-se os autos à douta Consultoria Jurídica, para prosseguimento.

Brasília, 16 de fevereiro de 2005. – **Sérgio Luiz de Moraes Diniz**, Secretário de Serviços de Comunicação Eletrônica.

(À Comissão de Educação (decisão terminativa.)

### PROJETO DE LEI DA CÂMARA Nº 22, DE 2006

(Nº 5.919/2005, na casa de origem)

(De Iniciativa do Presidente da República)

**Cria 1.951 (mil novecentos e cinqüenta e um) cargos da Carreira da Seguridade Social e do Trabalho, para o quadro do Ministério do Trabalho e Emprego; extingue 2.191 (dois mil, cento e noventa e um) cargos vagos disponíveis no Sistema de Pessoal Civil da Administração Federal – SIPEC; e dá outras Providencias.**

O Congresso Nacional decreta:

Art. 1º Ficam criados na carreira da Seguridade Social e do Trabalho, de que trata a Lei nº 10.483, de 3 de julho de 2002, 1.951 (mil novecentos e cinqüenta e um) cargos efetivos do quadro de Pessoal do Ministério do Trabalho e Emprego, na forma do Anexo I desta lei.

§ 1º Os cargos de que trata o **caput** deste artigo serão providos para o cumprimento de jornada de trabalho de 40 (quarenta) horas semanais.

§ 2º O provimento dos cargos a que se refere o **caput** deste artigo dar-se-á de forma gradual, de acordo com a disponibilidade de recursos orçamentários, em consonância com o disposto no § 1º do art. 169 da Constituição Federal.

Art. 2º Ficam extintos, no âmbito do Poder Executivo, 2.191 (dois mil, cento e noventa e um) cargos vagos discriminados no anexo II desta lei, integrantes do Plano de Classificação de Cargos de que trata a Lei nº 5.645, de 10 de dezembro de 1970, disponível no Sistema de Pessoal Civil da Administração Federal – SIPEC.

Art. 3º Esta lei entra em vigor na data de sua publicação.

**ANEXO I**

CARGO	ESCOLARIDADE	QUANTIDADE
Agente Administrativo	NI	1.700
Administrador	NS	180
Analista de Sistemas	NS	25
Contador	NS	35
Economista	NS	8
Psicólogo	NS	3
TOTAL		1.951

**ANEXO II**

CARGO	ESCOLARIDADE	QUANTIDADE
Artífice de Artes Gráficas	NI	27
Artífice de Estrutura de Obras e Metalurgia	NI	131
Assistente Administrativo	NI	52
Assistente de Administração	NI	61
Assistente Sindical	NI	41
Atendente	NI	227
Auxiliar de Administração	NI	20
Datilógrafo	NI	450
Desenhista	NI	115
Instrutor	NI	66
Técnico de Estradas	NI	106
Técnico Nível Médio	NI	492
Tecnologista	NI	226
Fiscal de Abastecimento e Preços	NS	177
TOTAL		2.191

**PROJETO DE LEI  
N.º 5.919 DE 2005**

Cria mil novecentos e cinquenta e um cargos da Carreira da Seguridade Social e do Trabalho, para o Quadro do Ministério do Trabalho e Emprego, e extingue dois mil cento e noventa e um cargos vagos disponíveis no Sistema de Pessoal Civil da Administração Federal. - SIPEC, e dá outras providências

**O CONGRESSO NACIONAL decreta:**

Art. 1º Ficam criados na Carreira da Seguridade Social e do Trabalho, de que trata a Lei nº 10.483, de 3 de julho de 2002, mil novecentos e cinquenta e um cargos efetivos, do Quadro de Pessoal do Ministério do Trabalho e Emprego, na forma do Anexo I a esta Lei.

§ 1º Os cargos de que trata o **caput** serão providos para cumprimento de jornada de trabalho de quarenta horas semanais.

§ 2º O provimento dos cargos a que se refere o **caput** dar-se-á de forma gradual, de acordo com a disponibilidade de recursos orçamentários, em consonância com o disposto no art. 169, § 1º, da Constituição.

Art. 2º Ficam extintos, no âmbito do Poder Executivo, dois mil cento e noventa e um cargos vagos discriminados no Anexo II a esta Lei, integrantes do Plano de Classificação de Cargos de que trata a Lei nº 5.645, de 10 de dezembro de 1970, disponíveis no Sistema de Pessoal Civil da Administração Federal - SIPEC.

Art 3º Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação.

Brasília,

**ANEXO I**

<b>CARGO</b>	<b>ESCOLARIDADE</b>	<b>QUANTIDADE</b>
Agente Administrativo	NI	1700
Administrador	NS	180
Analista de Sistemas	NS	25
Contador	NS	35
Economista	NS	8
Psicólogo	NS	3
<b>TOTAL</b>		<b>1951</b>

**ANEXO II**

<b>CARGO</b>	<b>ESCOLARIDADE</b>	<b>QUANTIDADE</b>
Artífice de Artes Gráficas	NI	27
Artífice de Estrutura de Obras e Metalurgia	NI	131
Assistente Administrativo	NI	52
Assistente de Administração	NI	61
Assistente Sindical	NI	41
Atendente	NI	227
Auxiliar de Administração	NI	20
Datilógrafo	NI	450
Desenhista	NI	115
Instrutor	NI	66
Técnico de Estradas	NI	106
Técnico Nível Médio	NI	492
Tecnologista	NI	226
Fiscal de Abastecimento e Preços	NS	177
<b>TOTAL</b>		<b>2191</b>

**MENSAGEM Nº 596, DE 2005**

Senhores Membros do Congresso Nacional,

Nos termos do art. 61 da Constituição, submeto à elevada deliberação de Vossas Excelências o texto do projeto de lei que “Cria mil novecentos e cinqüenta e um cargos da Carreira da Seguridade Social e do Trabalho, para o Quadro do Ministério do Trabalho e Emprego, e extingue dois mil cento e noventa e um cargos vagos disponíveis no Sistema de Pessoal Civil da Administração Federal – SIPEC, e dá outras providências”.

Brasília, 14 de setembro de 2005. – **José de Alencar.**

EM Interministerial nº 163/2005/MP/MTE

Brasília, 8 de agosto de 2005

Excelentíssimo Senhor Presidente da República,

1. Submetemos à apreciação de Vossa Excelência o Projeto de Lei em anexo, que propõe a criação de 1.951 cargos da Carreira de Seguridade Social e do Trabalho, no Quadro de Pessoal do Ministério do Trabalho e Emprego. A criação de cargos objetiva tanto a reconstituição do quadro de pessoal permanente como a substituição de trabalhadores terceirizados, solucionando a questão da contratação irregular.

2. A ausência de concursos públicos para a área administrativa, em decorrência de dispositivo legal que tomava extintos, quando vagos, os cargos da Carreira da Seguridade Social, provocou diminuição substancial nos quadros daquele Ministério, o que motivou a utilização de contratos de serviços terceirizados para suprir a necessidade de pessoal.

3. Nesse sentido, cabe mencionar que o Ministério do Trabalho e Emprego registrou a saída de aproximadamente seiscentos servidores efetivos nos últimos cinco anos, enquanto o ingresso foi de apenas trezentos. Adicionalmente, a estimativa de aposentadorias para os próximos dez anos é de cerca de novecentos servidores.

4. Com a publicação da Lei Nº 11.123, de 7 de junho de 2005, que revogou o art. 17 da Lei nº 10.483, de 3 de julho de 2002, eliminou-se a barreira legal tanto para a criação de cargos como para a autorização de concursos públicos para a referida carreira. Desta maneira, tomou-se possível regularizar a situação no que concerne à prestação de serviços por terceirizados, fora dos limites estabelecidos em lei, conforme já notificado por meio de ofício pelo Ministério Público do Trabalho.

5. Cumpre salientar, por oportuno, que a carência de recursos humanos no Ministério do Trabalho e Emprego vem prejudicando o pleno desenvolvimento de sua função política, bem como o cumprimento de sua

missão institucional voltada para a promoção de políticas de emprego, trabalho e renda; garantia de políticas de desenvolvimento orientadas para a inclusão social e de condições de trabalho dignas; além do estímulo ao empreendedorismo e às atividades relacionadas com a autogestão.

6. Em atendimento ao disposto no inciso I do art. 16 da Lei Complementar nº 101, de 4 de maio de 2001, Lei de Responsabilidade Fiscal, a estimativa do impacto nos gastos com Pessoal e Encargos Sociais é da ordem de R\$3.280,5 mil em 2005, R\$39.449,5 mil em 2006 e R\$40.374,8 mil em 2007.

7. Finalmente, salientamos que no item 11.4 do Anexo V da Lei nº 11.100, de 25 de janeiro de 2005, Lei Orçamentária Anual, consta o limite de R\$719.864,7 mil, destinado ao provimento de cargos e funções no âmbito do Poder Executivo, de forma que o demonstrativo elaborado pela Secretaria de Orçamento Federal do Ministério do Planejamento, Orçamento e Gestão, evidencia que a despesa decorrente da aprovação desta proposta mostra-se compatível com a Lei orçamentária vigente.

8. São estas, Senhor Presidente, as razões que nos levam a submeter a Vossa Excelência a anexa proposta de Projeto de Lei.

Respeitosamente,

Assinado eletronicamente por: Paulo Bernardo Silva, Luiz Marinho

*LEGISLAÇÃO CITADA ANEXADA  
PELA SECRETARIA-GERAL DA MESA*

*CONSTITUIÇÃO DA  
REPÚBLICA FEDERATIVA DO BRASIL*

.....  
Art. 169. A despesa com pessoal ativo e inativo da União, dos Estados, do Distrito Federal e dos Municípios não poderá exceder os limites estabelecidos em lei complementar.

§ 1º A concessão de qualquer vantagem ou aumento de remuneração, a criação de cargos, empregos e funções ou alteração de estrutura de carreiras, bem como a admissão ou contratação de pessoal, a qualquer título, pelos órgãos e entidades da administração direta ou indireta, inclusive fundações instituídas e mantidas pelo poder público, só poderão ser feitas: (Renumerado do parágrafo único, pela Emenda Constitucional nº 19, de 1998)

I – se houver prévia dotação orçamentária suficiente para atender às projeções de despesa de pessoal e aos acréscimos dela decorrentes; (Incluído pela Emenda Constitucional nº 19, de 1998)

II – se houver autorização específica na lei de diretrizes orçamentárias, ressalvadas as empresas públicas e as sociedades de economia mista. (Incluído pela Emenda Constitucional nº 19, de 1998)

LEI Nº 5.645, DE 10 DE DEZEMBRO DE 1970

**Vide Lei Delegada nº 13, de 1992**

**Estabelece diretrizes para a classificação de cargos do Serviço Civil da União e das autarquias federais, e dá outras providências.**

LEI Nº 10.483, DE 3 DE JULHO DE 2002

**Dispõe sobre a estruturação da Carreira da Seguridade Social e do Trabalho no âmbito da Administração Pública Federal, e dá outras providências.**

(À Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania.)

**PROJETO DE LEI DA CÂMARA Nº 23, DE 2006**

(Nº 4.927/2001, na Casa de Origem)

**Dá nova redação ao inciso II do caput do art. 7º da Lei nº 9.394, de 20 de dezembro de 1996.**

O Congresso Nacional decreta:

Art. 1º O inciso II do caput do art. 7 da Lei nº 9.394, de 20 de dezembro de 1996, passa a vigorar com a seguinte redação:

“Art. 7º .....

II – autorização de funcionamento e avaliação periódica de qualidade pelo Poder Público;

.....”(NR)

Art. 2º Esta lei entra em vigor na data de sua publicação.

**PROJETO DE LEI ORIGINAL Nº 4.927, DE 2001**

**Dá nova redação ao inciso II, do art. 7º, da Lei nº 9.394, de 20 de dezembro de 1996.**

O Congresso Nacional decreta:

Art. 1º O inciso II, do artigo 7º, da Lei nº 9.394/96, passa a vigorar com a seguinte redação:

Art. 7º .....

I – .....

II – autorização de funcionamento e avaliação periódica de qualidade pelo Poder Público;

III – .....

Art. 2º Revogam-se as disposições em contrário.

**Justificação**

Visa esta propositura sintonizar o sentido, o espírito, das exigências da Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional com a prática real dos sistemas de ensino, tendo em vista a incontornável exigência no sentido de que ao Poder Público cabe agir para garantir qualidade do ensino, conforme aliás preconiza o Artigo 206, VI, da Constituição Federal.

A alteração que a presente iniciativa postula é no sentido de assegurar que a avaliação que a lei e a Constituição determinam que o Poder Público execute em relação às instituições privadas de ensino efetivamente se verifique de forma regular.

O que ocorre, hoje é que a redação atual da Lei nº 9.394/96, tem ensejado uma prática em que parte expressiva dos Sistemas de Ensino limita-se a autorizar o funcionamento desses estabelecimentos, deixando de realizar a competente e periódica avaliação de qualidade. Reduz-se, dessa forma, a noção de avaliação à mera observação dos resultados dos exames nacionais e/ou estaduais, eventualmente realizados pelo governo federal e/ou estadual, a exemplo do ENEM ou do “provão”. Prática que efetivamente prejudica os educandos e os pais que esperam que o Estado cumpra o que está previsto em lei e que zele pela qualidade do ensino.

Sala das Sessões, de junho de 2001. – Deputado **Ivan Valente.**

**LEGISLAÇÃO CITADA ANEXADA  
PELA SECRETARIA-GERAL DA MESA**

LEI Nº 9.394, DE 20 DE DEZEMBRO DE 1996

**Vide Adin nº 3.324-7, de 2005**

**Vide Decreto nº 3.860, de 2001**

**Estabelece as diretrizes e bases da educação nacional.**

Art. 7º O ensino é livre à iniciativa privada, atendidas as seguintes condições:

II – autorização de funcionamento e avaliação de qualidade pelo Poder Público;

**PROJETO DE LEI DA CÂMARA Nº 24, DE 2006**

(Nº 4.070/2004, na Casa de origem)

**Denomina o trecho da BR-235 entre a cidade de Aracaju e a divisa dos Estados de Sergipe e da Bahia “Rodovia Padre Pedro”.**

O Congresso Nacional decreta:

Art. 1º O trecho da BR-235 entre a cidade de Aracaju e a divisa dos Estados de Sergipe e da Bahia passa a denominar-se “Rodovia Padre Pedro”.

Art. 2º Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação.

**PROJETO DE LEI Nº 4.070, DE 2004****Denomina o trecho da BR-235 entre Aracaju e a divisa SE/BA “Rodovia Padre Pedro”**

O Congresso Nacional decreta:

Art. 1º O trecho da BR-235 entre Aracaju e a divisa SE/BA passa a denominar-se “Rodovia Padre Pedro”.

Art. 2º Esta lei entra em vigor na data de sua publicação oficial.

**Justificação**

A homenagem pretendida por meio deste projeto de lei vem ao encontro da admiração e do respeito que o povo sergipano nutre pela figura do Padre Pedro. Esses sentimentos ficaram patentes na enquete realizada em 2001, para a escolha do sergipano representativo do século XX, na qual Padre Pedro recebeu 60% das indicações, superando a votação obtida por políticos e intelectuais que se destacaram no Estado.

Nascido na localidade de Riachão dos Dantas, em 20 de julho de 1904, no lar humilde de Vilobaldo do Amaral e Maria Alves de Oliveira, faleceu em 21 de julho de 1997. Além de ordenar-se padre também foi professor de latim e filosofia.

A vocação religiosa, no entanto, deixou marcas indeléveis na memória da população, pela prática dos princípios cristãos do Padre Pedro, no apoio aos desprotegidos material e afetivamente. A caridade e a humildade do pároco ficavam patentes nos gestos cotidianos de ajuda, como o da doação de seus calçados aos necessitados em plena via pública, após o que continuava a se deslocar descalço. Consta que, em seus noventa e três anos de vida, não deixou nenhum carente à própria sorte.

Pela inegável pertinência da medida, contamos com o apoio dos nobres Pares para sua aprovação.

Sala das Sessões, 24 de agosto de 2004 – Deputado **Ivan Paixão**.

**PROJETO DE LEI DA CÂMARA Nº 25, DE 2006**

(Nº 5.180/2005, NA CASA DE ORIGEM)

**Declara o sociólogo Florestan Fernandes patrono da Sociologia brasileira.**

O Congresso Nacional decreta:

Art. 1º O sociólogo Florestan Fernandes é declarado patrono da Sociologia brasileira.

Art. 2º Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação.

**PROJETO DE LEI Nº 5.180, DE 2005****Declara o Sociólogo Florestan Fernandes Patrono da Sociologia Brasileira.**

O Congresso Nacional decreta:

Art. 1º O sociólogo Florestan Fernandes é declarado patrono da Sociologia Brasileira

Art. 2º Esta lei entra em vigor na data de sua publicação.

**Justificação**

A disciplina científica da Sociologia constituiu-se a partir do século XIX, na França, sob o forte impulso de Augusto Comte e de outros pioneiros, como o investigador Frédéric Le Play e, depois, na virada do século, uma plêiade criativa encabeçada por Émile Durkheim, que marcaram profundamente a jovem ciência.

Na Inglaterra, na Alemanha e nos Estados Unidos, também se desenvolveram os estudos sociológicos, que foram aos poucos sendo acolhidos no âmbito das universidades, em espaço próprio, independente da filosofia. Nesses estudos, notavam-se, no enfoque teórico, as raízes filosóficas e culturais predominantes em cada país, com a influência sobretudo do positivismo, do evolucionismo, do organicismo, do materialismo ou do idealismo. Mas a preocupação empírica, o interesse em levantar os dados, em confrontar a hipótese teórica com as evidências empíricas, qualitativas ou quantitativas, qualquer que fosse a inspiração filosófica subjacente, distinguiam o novo tratamento da sociedade humana de outros tratamentos, mais especulativos ou formais.

No Brasil, os progressos da Sociologia se deram sobretudo no século passado. Antes de estar presente nos currículos acadêmicos, era possível estudá-la por meio dos livros dos fundadores estrangeiros. Assim, profissionais sobretudo do direito, insatisfeitos com o modo jurídico de encarar a realidade brasileira, carac-

terizado pela ênfase normativa e dedutiva, buscaram na visão sociológica a resposta para suas indagações e começaram a elaborar interpretações do país sob o novo enfoque. Foi-se abandonando a visão formalista e substituindo-a pela análise comportamental, própria da Sociologia.

Assim, tivemos os brilhantes ensaios de Oliveira Vianna, escritos nos primeiros decênios do século XX, sobretudo Populações Meridionais do Brasil e Instituições Políticas Brasileiras, que analisavam nossa formação histórica e social de ângulo inédito, atento aos fatos, comportamentos, hábitos e costumes, em vez de apenas às formas jurídicas. Buscava-se o país real, em vez de somente o idealizado nas normas do direito e na arquitetura das constituições.

Outra contribuição notável foi a do pernambucano Gilberto Freyre, que estudou na Universidade de Columbia e trouxe ao País a perspectiva de ciência afim à Sociologia, ou seja, a Antropologia Social, a qual aplicou com brilho ao estudo da sociedade colonial, em Casa Grande e Senzala. Outros estudiosos trilharam os caminhos abertos por essas mentes privilegiadas.

Entretanto, faltava dar a Sociologia um **status** acadêmico entre nós, ou seja, fazer dela um campo de estudos sistemático, dentro da universidade, em que novas gerações pudessem ser introduzidas ao **modus** sociológico de focar a realidade. Essa empreitada foi levada a cabo, sobretudo, em São Paulo, tanto na Escola Livre de Sociologia e Política, quanto na própria Universidade de São Paulo. A Sociologia, em suas várias vertentes teóricas e de pesquisa, bem como as disciplinas auxiliares, tais como a estatística e os métodos de pesquisa, começaram então a articular-se num ciclo formativo capaz de prover os alunos de um treinamento profissional completo, tanto teórico quanto prático, sem as lacunas do autodidatismo. Surgia, pois, a nova profissão de sociólogo, um profissional equipado para analisar empiricamente os fatos sociais e interpretar o comportamento dos grupos e classes sociais nas suas diferentes manifestações.

Vale lembrar ter sido de todo natural que a implantação do novo campo acadêmico se desse com maior vigor em São Paulo, pois precisamente aí a transformação social do Brasil era mais visível, com a industrialização e a modernização social acelerada que no Estado se processava e de onde se irradiava para o País. Problemas suscitados pelas intensas migrações internas, pelo surgimento do proletariado urbano, pela

assimilação dos imigrantes estrangeiros, pela constituição da nova classe empresarial e pelas relações raciais passaram a ser estudados sistematicamente e conhecidos em sua extensão e profundidade.

Florestan Fernandes foi, em certo sentido, um produto dessa nova especialização acadêmica, mas também um de seus institucionalizadores e consolidadores, com seu talento, grande capacidade de trabalho e liderança intelectual.

Não se pode omitir, ao falar desse grande brasileiro, a menção de sua origem muito humilde e do esforço que fez para estudar. Filho de uma lavadeira, começou a trabalhar na tenra infância, como engraxate, auxiliar de marceneiro, balconista de bar, auxiliar de alfaiate. Teve de interromper a educação primária para trabalhar em tempo integral e só aos dezessete anos retomou os estudos, concluindo o supletivo, então denominada madureza. Vendedor de produtos farmacêuticos, logrou entrar na USP, na Faculdade de Filosofia e Letras com dezoito anos, e lá se graduar em ciências sociais. Ou seja, a pobreza não lhe serviu de pretexto para não estudar, para desmerecer a educação formal e, sobretudo, a formação universitária.

Terminada a graduação, ingressou na Escola Livre de Sociologia e Política, onde obteve o Mestrado, em 1947, com a dissertação **A Organização Social dos Tupinambá**. Posteriormente, na USP, fez o Doutorado, tendo redigido a tese A Função Social da Guerra na Sociedade Tupinambá.

Se esses trabalhos lhe permitiram demonstrar o sólido equipamento analítico que lograra obter nos seus estudos, foi nas pesquisas sobre as relações raciais no Brasil, como parte de um grande projeto patrocinada pela Unesco, que Florestan Fernandes mostrou a relevância da Sociologia para a compreensão do Brasil contemporâneo. Dessas pesquisas resultou sua obra monumental dedicada ao assunto, A integração do negro na sociedade de classe, inicialmente tese para a disputa de cátedra.

Numerosos outros trabalhos empreendeu ele, dedicando sua atenção à educação, às classes sociais, às características maiores da evolução brasileira dentro do marco do capitalismo, à metodologia sociológica, como também à filosofia política, em textos em que explicitou o que considerava ser a atualidade da opção socialista. Todavia, homem de posições políticas e ideológicas bem definidas, sua obra científica sempre se pautou pelo rigor científico e objetividade.



Um dos papéis mais importantes que desempenhou ao longo de sua vida profissional foi o de professor. Nessa condição, foi o mentor de numerosos cientistas sociais, entre os quais se sobressaíram, entre muitos outros, Fernando Henrique Cardoso e Octávio Ianni. Sua docência desenvolveu-se inicialmente na USP. Depois, banido pelo Ato Institucional nº 5, foi de pronto convidado por várias universidades do exterior, sobretudo na América do Norte. Depois dos anos de exílio, retornou, incorporando-se aos quadros da PUC de São Paulo, onde continuou sua incansável atividade de docência e pesquisa.

Nessa altura, o acadêmico estava plenamente convencido da necessidade de também participar diretamente da luta política, tendo entrevistado no Partido dos Trabalhadores possibilidades inovadoras no quadro partidário até então elitista de nossa política. Filiando-se a esse partido em 1986, elegeu-se deputado federal por dois mandatos, sendo o primeiro deles para a Assembléia Nacional Constituinte.

Dar a uma profissão ou especialidade um patrono constitui uma forma de homenagear os seus praticantes, elevando um dentre os pares a modelo que dignifica e inspira o grupo como um todo. O patrono deve representar, em grau excelso, as virtudes e qualidades que o desempenho profissional e a ética do trabalho especializado pressupõem.

Não erramos em ver em Florestan Fernandes os atributos de excelência intelectual e moral para os que, no Brasil, se dedicam ao estudo dos fenômenos sociais, buscando não apenas entendê-los, mas também propor ações que melhorem a qualidade de vida da população. Da Sociologia se espera, nessa quadra da vida nacional, um papel decisivo na proposta de políticas de desenvolvimento social que sejam factíveis e ajudem a materializar os anseios de construção entre nós de uma sociedade mais justa e fraterna, ideal do qual o grande intelectual e homem de ação Florestan Fernandes jamais se afastou durante sua produtiva vida acadêmica e de homem público.

Pelas razões expostas, espero contar com o apoio de meus nobres pares para a presente proposição, que declara Florestan Fernandes o patrono da Sociologia Brasileira.

Sala das Sessões, 5 de maio de 2005. – Deputado **Celso Russomanno**.

(À Comissão de Educação.)

**O SR. PRESIDENTE** (Papaléo Paes. PSDB – AP)  
– Os **Projetos de Decreto Legislativo nºs 184 a 196, de 2006**, lidos anteriormente, tramitarão com prazo determinado de 45 dias, de acordo com o art. 223, §1º, da Constituição Federal.

A Presidência comunica ao Plenário que, nos termos do Parecer nº 34, de 2003, da Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania, aprovado pelo Plenário em 25 de março de 2003, os Projetos lidos serão apreciados terminativamente pela Comissão de Educação, onde poderão receber emendas pelo prazo de cinco dias úteis, nos termos do art. 122, II, “b”, combinado com o art. 375, I, ambos do Regimento Interno.

**O SR. PRESIDENTE** (Papaléo Paes. PSDB – AP)  
– O **Projeto de Lei da Câmara nº 22, de 2006**, vai à Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania, e os de **nºs 23 a 25, de 2006**, à de Educação.

Sobre a mesa, parecer que passo a ler.

É lido o seguinte:

#### **PARECER Nº 205, DE 2006**

**Da Comissão de Assuntos Econômicos, sobre a Mensagem nº 103, de 2006 (nº 169/2006, na origem), do Presidente da República, que encaminha pleito do Estado de Minas Gerais, solicitando autorização do Senado Federal para que seja contratada operação de crédito externo, com garantia da República Federativa do Brasil, entre o Estado de Minas Gerais e o Banco Interamericano de Desenvolvimento – BID, no valor total de até US\$50,000,000.00 (cinquenta milhões de dólares dos Estados Unidos da América), de principal, destinada a financiar, parcialmente, a primeira fase do Programa de Melhoria da Acessibilidade de Municípios de Pequeno Porte – PROCESSO.**

Relator: Senador **Luiz Otávio**

#### **I – Relatório**

É submetido à apreciação do Senado Federal pleito do Estado de Minas Gerais, por intermédio da Mensagem nº 103, de 2006, solicitando autorização para que possa ser contratada operação de crédito externo, com garantia da União, entre o Estado de Minas Gerais e o Banco Interamericano de Desenvolvimento – BID.

As operações de crédito interno e externo dos estados, do Distrito Federal e dos municípios, estão

sujeitas à observância e ao cumprimento das condições e exigências estipuladas pelas Resoluções nºs 40 e 43, de 2001, do Senado Federal.

A primeira trata do limite global para a dívida consolidada dos estados, dos municípios e do Distrito Federal. Já a Resolução nº 43, de 21-12-2001, trata das operações de crédito interno e externo dos estados, do Distrito Federal e dos municípios, inclusive concessão de garantias, seus limites e condições de autorização, e dá outras providências.

Os recursos dessa operação de crédito destinam-se ao financiamento parcial da primeira fase do Programa de Melhoria da Acessibilidade de Municípios de Pequeno Porte – PROACESSO.

Segundo informações contidas em parecer da Secretaria do Tesouro Nacional, o Programa visa contribuir para o desenvolvimento sócio-econômico de 224 municípios com baixo índice de desenvolvimento humano – IDH do Estado de Minas Gerais, por meio da melhoria e pavimentação das suas vias de acesso à malha rodoviária federal e à parte da malha estadual já asfaltada. Desse modo, pretende-se garantir condições adequadas de acesso aos mercados e aos serviços sociais e atividades geradoras de emprego e renda, com a disponibilidade de um sistema de transporte terrestre mais eficiente.

O custo total do programa está estimado em US\$166,7 milhões, sendo que, além dos recursos previstos para serem contratados com o BID, em duas etapas de US\$50 milhões, cerca de US\$66,7 milhões serão aportados como contrapartida do Estado de Minas Gerais, também previstos para serem desembolsados em duas etapas de US\$33,3 milhões.

A operação de crédito externo pretendida já se acha com suas condições financeiras devidamente credenciadas pelo Banco Central do Brasil, consoante a Carta de Credenciamento Decic/Diope/Suaut – 2006/039, de 16 de março de 2006.

Ademais, as condições financeiras do empréstimo são as usualmente praticadas pelo BID, que, geralmente, se encontram em condições mais favoráveis do que as oferecidas pelas instituições privadas.

Assim é que, para o presente empréstimo do BID, cuja amortização se dará num período de 21 anos (42 parcelas semestrais, entre 14-5-2010 e 14-11-2030), incidem juros que, em verdade, refletem os custos incorridos pelo BID na captação dos findos, mais despesas e margem relativa à remuneração de seu capital ordinário. De acordo com cálculos da Secretaria do Tesouro Nacional, o custo efetivo desse empréstimo deverá ser da ordem de 5,94% ao ano, considerando um cenário de LIBOR futura ascendente.

## II – Análise

Como visto, a operação de crédito pretendida será contratada pela Estado de Minas Gerais, e alcança o valor de até US\$50,000,000.00 (cinquenta milhões de dólares dos Estados Unidos da América) e destina-se ao financiamento parcial da primeira fase do Programa de Melhoria da Acessibilidade de Municípios de Pequeno Porte – PROACESSO.

A Secretaria do Tesouro Nacional emitiu pareceres favoráveis ao pleito e à concessão de garantia da União nessa operação de crédito externo.

Nos pareceres, são fornecidas informações acerca da situação do Estado de Minas Gerais no que diz respeito ao cumprimento das exigências e condições, de natureza financeira e processual, estipuladas na referida Resolução nº 43, de 2001, do Senado Federal, bem como relativas às disposições constantes da Resolução nº 96, de 1989, que trata das premissas a serem observadas para que possa a União conceder garantias em operações de crédito.

Assim é que, nos termos dos arts. 1º, 2º e 3º da Resolução nº 96, de 1989, do Senado Federal, a concessão de quaisquer garantias por parte da União equipara-se a uma operação de crédito que onera os seus limites de endividamento, sujeitando-a, para operações financeiras externas, a prévia autorização do Senado Federal.

Essas operações financeiras estão, portanto, numa primeira instância, sujeitas ao cumprimento das condições e exigências estabelecidas nas referidas resoluções que, além da observância quanto aos aspectos de natureza estritamente financeira, exige que a União observe as seguintes condições prévias à prestação de garantias:

- 1) oferecimento de contragarantias suficientes para o pagamento de qualquer desembolso que a União possa vir a fazer se chamada a honrar a garantia;
- 2) adimplência do tomador do empréstimo para com a União e com as entidades controladas pelo Poder Público Federal.

A Secretaria do Tesouro Nacional, de acordo com o Parecer GERFI/COREF/STN/ nº 94, de 16 de março de 2006, informa que o registro de débito em nome da administração direta do Governo do Estado de Minas Gerais junto à União, informado no parágrafo 19 do retro-mencionado parecer desta STN foi regularizado, conforme nova consulta realizada por meio eletrônico na presente data. Mais ainda, é informado que não há registro dependências do interessado, no âmbito do Siafi, relativamente à prestação de contas de recursos recebidos da União.

Ademais, há previsão do oferecimento de contra garantias da parte do Estado de Minas Gerais. Para tanto, é prevista a formalização de contrato entre o Estado e o Tesouro Nacional para a concessão de garantias, sob a forma de vinculação dos direitos e créditos relativos às quotas e às receitas tributárias previstas nos arts. 155, 157 e 159, combinados com o art. 167, § 4º, todos da Constituição Federal.

Mais ainda, de acordo com estudo da STN sobre o comprometimento das transferências federais, das receitas tributárias e patrimoniais do Estado, essas garantias oferecidas são consideradas suficientes para ressarcir a União, caso necessário.

Assim sendo, poderá o Governo Federal requerer as transferências de recursos necessários para cobertura dos compromissos honrados, diretamente das contas centralizadoras da arrecadação do Estado. De acordo com estudo elaborado pela COREM/STN, o estado tem cumprido regularmente os compromissos e metas contratuais assumidos com a União.

Entendemos, assim, como também é reconhecido pela própria STN, ser possível atender a esse pleito de garantia, pois (i) são consideradas suficientes e adequadas as contragarantias a serem prestadas e (ii) de acordo com a STN, o Estado de Minas Gerais conta com recursos suficientes, devidamente demonstrados, para o ressarcimento à União, caso essa venha a honrar compromisso na condição de garantidora da operação. Não são impostos, portanto, restrições a atual situação fiscal do Estado, nem são atribuídos ao Tesouro Nacional riscos superiores àqueles normalmente assumidos em operações já contratadas com agências oficiais de crédito.

Ademais, não há registro de compromissos honrados pela União em nome da Estado de Minas Gerais nos últimos anos.

Dessa forma, entendemos que estão sendo observadas as exigências definidas no § 9º do art. 3º da Resolução nº 96, de 1989.

Relativamente aos aspectos de natureza financeira, nos termos das condições e exigências definidas na Constituição Federal e nas Resoluções nºs 96, de 1989, e 43, de 2001, do Senado Federal, aplicáveis ao financiamento pretendido, cabem os seguintes esclarecimentos:

**a)** os limites de endividamento da União, estipulados na referida Resolução 96, de 1989, são atendidos, conforme informado no Parecer GERFI/COREF/STN/ nº 76, de 2006;

**b)** o Parecer da Procuradoria-Geral da Fazenda Nacional, PGN/COF/nº 480/2006, encaminhado ao Senado Federal, no exame das cláusulas da minuta contratual, conclui

que elas são admissíveis e estão de acordo com a legislação brasileira aplicável à espécie, tendo sido observado o disposto no art. 5º da Resolução nº 96, de 1989, que veda disposição contratual de natureza política ou atentatória à soberania nacional e à ordem pública;

**c)** relativamente à exigência constitucional de que programas ou projetos constem do Plano Plurianual e da Lei Orçamentária Anual, é informado que os investimentos previstos no programa mencionado constam do Plano Plurianual do Estado de Minas Gerais para o período 2004-2007, Lei Estadual nº 15.033, de 20-1-04, em que se inserem as ações previstas do Projeto em questão, em montantes considerados suficientes para a execução do Processo prevista até 2007.

Ainda, de acordo com a Secretaria do Tesouro Nacional, a Lei Estadual nº 15.970, de 12-1-2006, que estima a receita e fixa a despesa do Estado de Minas Gerais para o exercício financeiro de 2006, contempla dotações para a execução do projeto no ano em curso. Constam desse orçamento recursos relativos ao ingresso de recursos externos, para contrapartidas do estado e para o pagamento de amortização, juros e encargos da dívida, decorrentes da presente operação e de outros compromissos.

**d)** os limites de endividamento do Estado de Minas Gerais, estipulados nas referidas resoluções nºs 40 e 43, de 2001, foram calculados e considerados atendidos, conforme informado no referido Parecer GERFI/COREF/STN/ nº 76, de 2006.

Ademais, como enfatizado no referido parecer, a operação de crédito em exame acha-se explicitamente inserida no Programa de Reestruturação e Ajuste Fiscal do Estado de Minas Gerais, estabelecido nos termos da Lei nº 9.496, de 1997, o que assegura ao Estado a não obrigatoriedade de cumprimento dos mencionados limites, conforme excepcionalização contida no § 8º do art. 7º da Resolução nº 43, de 2001, e no art. 5º da Resolução nº 40, de 2001. Mais ainda, como já enfatizado, é informado que o Estado tem cumprido regularmente os compromissos pactuados e atingido as metas acordadas contratualmente com a União.

A operação de crédito foi credenciada pelo Banco Central do Brasil, consoante a Carta de Credenciamento Decec/Diope/Suaut – 2006/39, de 16 de março de 2006, evidenciando, portanto, que o empréstimo atende à política de captação de recursos externos do País.

Ressalte-se ainda que, de acordo com cálculos estimativos realizados pela Secretaria do Tesouro Na-

cional, a operação de crédito pretendida deverá implicar um custo efetivo equivalente a 5,94% a.a., constituindo-se em um indicativo aceitável para a contratação se comparado com o custo de captação do Tesouro Nacional, em dólar, no mercado internacional.

As demais condições e exigências estipuladas pelas Resoluções nºs 96, de 1989, e 43, de 2001, do Senado Federal, são atendidas pelo Estado de Minas Gerais e pela União, conforme evidenciado pelos documentos que acompanham a mensagem em questão.

### III – Voto

Em conclusão, o pleito encaminhado pelo Estado de Minas Gerais encontra-se de acordo com o que preceituam as Resoluções nºs 96, de 1989, e 40 e 43, de 2001, do Senado Federal, devendo ser concedida a autorização para a contratação da operação de crédito externo pretendida, nos termos do seguinte:

#### PROJETO DE RESOLUÇÃO Nº 24, DE 2006

**Autoriza o Estado de Minas Gerais a contratar operação de crédito externo, com garantia da União, com o Banco Interamericano de Desenvolvimento – BID, no valor de até US\$50.000.000,00 (cinquenta milhões de dólares dos Estados Unidos da América).**

O Senado Federal resolve:

Art. 1º É o Estado de Minas Gerais autorizado a contratar operação de crédito externo, com garantia da União, com o Banco Interamericano de Desenvolvimento – BID, no valor de até US\$50.000.000,00 (cinquenta milhões de dólares dos Estados Unidos da América).

Parágrafo único. Os recursos advindos da operação de crédito externo referida no **caput** destinam-se ao financiamento parcial da primeira fase do Programa de Melhoria da Acessibilidade de Municípios de Pequeno Porte – PROACESSO.

Art. 2º A operação de crédito referida no art. 1º deverá ser realizada nas seguintes condições:

I – devedor: Estado de Minas Gerais;

II – credor: Banco Interamericano de Desenvolvimento – BID;

III – garantidor: República Federativa do Brasil;

IV – valor: até US\$ 50.000.000,00 (cinquenta milhões de dólares dos Estados Unidos da América);

V – prazo de desembolso: em até cinco anos;

VI – amortização: 42 parcelas semestrais e consecutivas, de valores tanto quanto possíveis iguais, vencendo-se a primeira em 14-5-2010 e a última em 14-11-2030;

VII – juros: exigidos semestralmente, sobre o saldo devedor periódico do empréstimo, e calculados semestralmente com base na Libor trimestral – Libor US\$3 meses, mais **spread** a ser definido na data de assinatura do contrato, podendo ser alterada para taxa de juros ajustados até a primeira liberação;

VIII – comissão de compromisso: exigida semestralmente nas mesmas datas de pagamento dos juros e calculada com base na taxa máxima de até 0,75% ao ano sobre os saldos devedores não desembolsados do empréstimo, entrando em vigor sessenta dias após a assinatura do contrato, sendo que, a princípio, o mutuário pagará comissão de 0,25% ao ano, podendo esse percentual ser modificado semestralmente pelo Banco sem que, em caso algum, possa exceder o previsto de 0,75% ao ano;

IX – recursos para inspeção e supervisão gerais: durante o período de desembolso, não serão reservados recursos para inspeção e supervisão gerais, salvo se o Banco estabelecer o contrário, sendo que, em nenhum caso, para atender as referidas despesas em um semestre determinado, poderão destinar-se recursos superiores a 1% sobre o montante total do empréstimo, dividido pelo número de semestres compreendido no prazo original de desembolsos.

Parágrafo único. As datas de pagamentos do principal, dos encargos financeiros e dos desembolsos previstos poderão ser alteradas em função da data de assinatura do contrato de empréstimo.

Art. 3º Fica a União autorizada a conceder garantia ao Estado de Minas Gerais na operação de crédito externo referida nesta Resolução.

Parágrafo único. A autorização prevista no **caput**, fica condicionada a que o Estado de Minas Gerais celebre contrato com a União para a concessão de contragarantias, sob a forma de vinculação dos direitos e créditos relativos às quotas e às receitas tributárias previstas nos arts. 155, 157 e 159, combinados com o art. 167, § 4º, todos da Constituição Federal, e outras garantias em direito admitidas, podendo o Governo Federal reter os recursos necessários para cobertura dos compromissos honrados, diretamente das contas centralizadoras da arrecadação do Estado.

Art. 4º O prazo máximo para o exercício da presente autorização é de quinhentos e quarenta dias, contados a partir de sua publicação.

Art. 35º Esta Resolução entra em vigor na data de sua publicação.

Sala da Comissão, 21 de março de 2006.

COMISSÃO DE ASSUNTOS ECONÔMICOS  
MENSAGEM DO SENADO FEDERAL Nº 103, DE 2006  
NÃO TERMINATIVA

ASSINARAM O PARECER NA REUNIÃO DE 21/03/06, OS SENHORES(AS) SENADORES(AS):

PRESIDENTE:

GENAUR ROMEU TUMA, VICE-PRESIDENTE

RELATOR(A):

Bloco da Minoria (PFL e PSDB)

CÉSAR BORGES (PFL)	1-JOSÉ AGRIPINO (PFL)
EDISON LOBÃO (PFL)	2-ANTONIO CARLOS MAGALHÃES (PFL)
JONAS PINHEIRO (PFL)	3-HERÁCLITO FORTES (PFL)
JORGE BORNHAUSEN (PFL)	4-DEMÓSTENES TORRES (PFL)
RODOLPHO TOURINHO (PFL)	5-JOSÉ JORGE (PFL)
ROMEU TUMA (PFL)	6- ROSEANA SARNEY (PFL)
ARTHUR VIRGÍLIO (PSDB)	7- JOÃO BATISTA MOTTA (PSDB)
EDUARDO AZEREDO (PSDB)	8-ÁLVARO DIAS (PSDB)
LÚCIA VÂNIA (PSDB)	9-LEONEL PAVAN (PSDB)
SÉRGIO GUERRA (PSDB)	10-FLEXA RIBEIRO (PSDB)
TASSO JEREISSATI (PSDB)	11-TEOTÔNIO VILELA FILHO (PSDB)

PMDB

RAMEZ TEBET	1- ROMERO JUCÁ
LUIZ OTÁVIO	2- GILVAM BORGES
GARIBALDI ALVES FILHO	3- WELLINGTON SALGADO
MÃO SANTA	4-PEDRO SIMON
SÉRGIO CABRAL	5- MAGUITO VILELA
GILBERTO MESTRINHO	6-GERSON CAMATA
VALDIR RAUPP	7-ALMEIDA LIMA
NEY SUASSUNA	8-VAGO

Bloco de Apoio ao Governo (PT, PSB, PTB, PL e PPS)

ALOIZIO MERCADANTE (PT)	1-IDELI SALVATTI (PT)
ANA JÚLIA CAREPA (PT)	2-AELTON FREITAS (PL)
DELCÍDIO AMARAL (PT)	3-ANTÔNIO CARLOS VALADARES (PSB)
EDUARDO SUPPLY (PT)	4-ROBERTO SATURNINO (PT)
FERNANDO BEZERRA (PTB)	5-FLÁVIO ARNS (PT)
JOÃO RIBEIRO (PL)	6-SIBÁ MACHADO (PT)
PATRICIA SABOYA GOMES (PSB)	7-SERYS SLHESARENKO (PT)

PDT

OSMAR DIAS	1-JEFFERSON PÉRES
------------	-------------------

LEGISLAÇÃO CITADA ANEXADA  
PELA SECRETARIA-GERAL DA MESA

CONSTITUIÇÃO DA  
REPÚBLICA FEDERATIVA DO BRASIL

.....  
Art. 155. Compete aos Estados e ao Distrito Federal instituir impostos sobre: (Redação dada pela Emenda Constitucional nº 3, de 1993)

I – transmissão causa mortis e doação, de quaisquer bens ou direitos; (Redação dada pela Emenda Constitucional nº 3, de 1993)

II – operações relativas à circulação de mercadorias e sobre prestações de serviços de transporte interestadual e intermunicipal e de comunicação, ainda que as operações e as prestações se iniciem no exterior; (Redação dada pela Emenda Constitucional nº 3, de 1993)

III – propriedade de veículos automotores. (Redação dada pela Emenda Constitucional nº 3, de 1993)

§ 1º O imposto previsto no inciso I: (Redação dada pela Emenda Constitucional nº 3, de 1993)

I – relativamente a bens imóveis e respectivos direitos, compete ao Estado da situação do bem, ou ao Distrito Federal

II – relativamente a bens móveis, títulos e créditos, compete ao Estado onde se processar o inventário ou arrolamento, ou tiver domicílio o doador, ou ao Distrito Federal;

III – terá competência para sua instituição regulada por lei complementar:

**a)** se o doador tiver domicílio ou residência no exterior;

**b)** se o **de cujus** possuía bens, era residente ou domiciliado ou teve o seu inventário processado no exterior;

IV – terá suas alíquotas máximas fixadas pelo Senado Federal;

§ 2º O imposto previsto no inciso I, **b**, atenderá ao seguinte:

§ 2º O imposto previsto no inciso II atenderá ao seguinte: (Redação dada pela Emenda Constitucional nº 3, de 1993)

I – será não-cumulativo, compensando-se o que for devido em cada operação relativa à circulação de mercadorias ou prestação de serviços com o montante cobrado nas anteriores pelo mesmo ou outro Estado ou pelo Distrito Federal;

II – a isenção ou não-incidência, salvo determinação em contrário da legislação:

**a)** não implicará crédito para compensação com o montante devido nas operações ou prestações seguintes;

**b)** acarretará a anulação do crédito relativo às operações anteriores;

III – poderá ser seletivo, em função da essencialidade das mercadorias e dos serviços;

IV – resolução do Senado Federal, de iniciativa do Presidente da República ou de um terço dos Senadores, aprovada pela maioria absoluta de seus membros, estabelecerá as alíquotas aplicáveis às operações e prestações, interestaduais e de exportação;

V – é facultado ao Senado Federal:

**a)** estabelecer alíquotas mínimas nas operações internas, mediante resolução de iniciativa de um terço e aprovada pela maioria absoluta de seus membros;

**b)** fixar alíquotas máximas nas mesmas operações para resolver conflito específico que envolva interesse de Estados, mediante resolução de iniciativa da maioria absoluta e aprovada por dois terços de seus membros;

VI – salvo deliberação em contrário dos Estados e do Distrito Federal, nos termos do disposto no inciso XII, **g**, as alíquotas internas, nas operações relativas à circulação de mercadorias e nas prestações de serviços, não poderão ser inferiores às previstas para as operações interestaduais;

VII – em relação às operações e prestações que destinem bens e serviços a consumidor final localizado em outro Estado, adotar-se-á:

**a)** a alíquota interestadual, quando o destinatário for contribuinte do imposto;

**b)** a alíquota interna, quando o destinatário não for contribuinte dele;

VIII – na hipótese da alínea **a** do inciso anterior, caberá ao Estado da localização do destinatário o imposto correspondente à diferença entre a alíquota interna e a interestadual;

IX – incidirá também:

**a)** sobre a entrada de bem ou mercadoria importados do exterior por pessoa física ou jurídica, ainda que não seja contribuinte habitual do imposto, qualquer que seja a sua finalidade, assim como sobre o serviço prestado no exterior, cabendo o imposto ao Estado onde estiver situado o domicílio ou o estabelecimento do destinatário da mercadoria, bem ou serviço; (Redação dada pela Emenda Constitucional nº 33, de 2001)

**b)** sobre o valor total da operação, quando mercadorias forem fornecidas com serviços não compreendidos na competência tributária dos Municípios;

X – não incidirá:

**a)** sobre operações que destinem mercadorias para o exterior, nem sobre serviços prestados a destinatários no exterior, assegurada a manutenção e o aproveitamento do montante do imposto cobrado nas

operações e prestações anteriores; (Redação dada pela Emenda Constitucional nº 42, de 19-12-2003)

**b)** sobre operações que destinem a outros estados petróleo, inclusive lubrificantes, combustíveis líquidos e gasosos dele derivados, e energia elétrica;

**c)** sobre o ouro, nas hipóteses definidas no art. 153, § 5º;

**d)** nas prestações de serviço de comunicação nas modalidades de radiodifusão sonora e de sons e imagens de recepção livre e gratuita; (Incluído pela Emenda Constitucional nº 42, de 19-12-2003)

XI – não compreenderá, em sua base de cálculo, o montante do imposto sobre produtos industrializados, quando a operação, realizada entre contribuintes e relativa a produto destinado à industrialização ou à comercialização, configure fato gerador dos dois impostos;

XII – cabe à lei complementar:

**a)** definir seus contribuintes;

**b)** dispor sobre substituição tributária;

**c)** disciplinar o regime de compensação do imposto;

**d)** fixar, para efeito de sua cobrança e definição do estabelecimento responsável, o local das operações relativas à circulação de mercadorias e das prestações de serviços;

**e)** excluir da incidência do imposto, nas exportações para o exterior, serviços e outros produtos além dos mencionados no inciso X, **a**

**f)** prever casos de manutenção de crédito, relativamente à remessa para outro Estado e exportação para o exterior, de serviços e de mercadorias;

**g)** regular a forma como, mediante deliberação dos Estados e do Distrito Federal, isenções, incentivos e benefícios fiscais serão concedidos e revogados.

**h)** definir os combustíveis e lubrificantes sobre os quais o imposto incidirá uma única vez, qualquer que seja a sua finalidade, hipótese em que não se aplicará o disposto no inciso X, **b**; (Incluída pela Emenda Constitucional nº 33, de 2001)

**i)** fixar a base de cálculo, de modo que o montante do imposto a integre, também na importação do exterior de bem, mercadoria ou serviço. (Incluída pela Emenda Constitucional nº 33, de 2001)

§ 3º À exceção dos impostos de que tratam o inciso II do **caput** deste artigo e o art. 153, I e II, nenhum outro imposto poderá incidir sobre operações relativas a energia elétrica, serviços de telecomunicações, derivados de petróleo, combustíveis e minerais do País. (Redação dada pela Emenda Constitucional nº 33, de 2001)

§ 4º Na hipótese do inciso XII, **h**, observar-se-á o seguinte: (Incluído pela Emenda Constitucional nº 33, de 2001)

I – nas operações com os lubrificantes e combustíveis derivados de petróleo, o imposto caberá ao Estado onde ocorrer o consumo; (Incluído pela Emenda Constitucional nº 33, de 2001)

II – nas operações interestaduais, entre contribuintes, com gás natural e seus derivados, e lubrificantes e combustíveis não incluídos no inciso I deste parágrafo, o imposto será repartido entre os Estados de origem e de destino, mantendo-se a mesma proporcionalidade que ocorre nas operações com as demais mercadorias; (Incluído pela Emenda Constitucional nº 33, de 2001)

III – nas operações interestaduais com gás natural e seus derivados, e lubrificantes e combustíveis não incluídos no inciso I deste parágrafo, destinadas a não contribuinte, o imposto caberá ao Estado de origem; (Incluído Pela Emenda Constitucional nº 33, de 2001)

IV – as alíquotas do imposto serão definidas mediante deliberação dos Estados e Distrito Federal, nos termos do § 2º, XII, **g**, observando-se o seguinte: (Incluído pela Emenda Constitucional nº 33, de 2001)

**a)** serão uniformes em todo o território nacional, podendo ser diferenciadas por produto;

(Incluído pela Emenda Constitucional nº 33, de 2001)

**b)** poderão ser específicas, por unidade de medida adotada, ou **ad valorem**, incidindo sobre o valor da operação ou sobre o preço que o produto ou seu similar alcançaria em uma venda em condições de livre concorrência; (Incluído pela Emenda Constitucional nº 33, de 2001)

**c)** poderão ser reduzidas e restabelecidas, não se lhes aplicando o disposto no art. 150, III, **b** (Incluído pela Emenda Constitucional nº 33, de 2001)

§ 5º As regras necessárias à aplicação do disposto no § 4º, inclusive as relativas à apuração e à destinação do imposto, serão estabelecidas mediante deliberação dos Estados e do Distrito Federal, nos termos do § 2º, XII, **g** (Incluído pela Emenda Constitucional nº 33, de 2001)

§ 6º O imposto previsto no inciso III: (Incluído pela Emenda Constitucional nº 42, de 19-12-2003)

I – terá alíquotas mínimas fixadas pelo Senado Federal; (Incluído pela Emenda Constitucional nº 42, de 19-12-2003)

II – poderá ter alíquotas diferenciadas em função do tipo e utilização. (Incluído pela Emenda Constitucional nº 42, de 19-12-2003)

.....

Art. 157. Pertencem aos Estados e ao Distrito Federal:

I – o produto da arrecadação do imposto da União sobre renda e proventos de qualquer natureza, incidente na fonte, sobre rendimentos pagos, a qualquer título, por eles, suas autarquias e pelas fundações que instituírem e mantiverem;

II – vinte por cento do produto da arrecadação do imposto que a União instituir no exercício da competência que lhe é atribuída pelo art. 154, I.

Art. 159. A União entregará:

I – do produto da arrecadação dos impostos sobre renda e proventos de qualquer natureza e sobre produtos industrializados, quarenta e sete por cento na seguinte forma:

a) vinte e um inteiros e cinco décimos por cento ao Fundo de Participação dos Estados e do Distrito Federal;

b) vinte e dois inteiros e cinco décimos por cento ao Fundo de Participação dos Municípios;

c) três por cento, para aplicação em programas de financiamento ao setor produtivo das Regiões Norte, Nordeste e Centro-Oeste, através de suas instituições financeiras de caráter regional, de acordo com os planos regionais de desenvolvimento, ficando assegurada ao semi-árido do Nordeste a metade dos recursos destinados à Região, na forma que a lei estabelecer;

II – do produto da arrecadação do imposto sobre produtos industrializados, dez por cento aos Estados e ao Distrito Federal, proporcionalmente ao valor das respectivas exportações de produtos industrializados.

III – do produto da arrecadação da contribuição de intervenção no domínio econômico prevista no art. 177, § 4º, 29% (vinte e nove por cento) para os Estados e o Distrito Federal, distribuídos na forma da lei, observada a destinação a que se refere o inciso II, c, do referido parágrafo. (Redação dada pela Emenda Constitucional nº 44, de 2004)

§ 1º Para efeito de cálculo da entrega a ser efetuada de acordo com o previsto no inciso I, excluir-se-á a parcela da arrecadação do imposto de renda e proventos de qualquer natureza pertencente aos Estados, ao Distrito Federal e aos Municípios, nos termos do disposto nos arts. 157, I, e 158, I.

§ 2º A nenhuma unidade federada poderá ser destinada parcela superior a vinte por cento do montante a que se refere o inciso II, devendo o eventual excedente ser distribuído entre os demais participantes, mantido, em relação a esses, o critério de partilha nele estabelecido.

§ 3º Os Estados entregarão aos respectivos Municípios vinte e cinco por cento dos recursos que rece-

berem nos termos do inciso II, observados os critérios estabelecidos no art. 158, parágrafo único, I e II.

§ 4º Do montante de recursos de que trata o inciso III que cabe a cada Estado, vinte e cinco por cento serão destinados aos seus Municípios, na forma da lei a que se refere o mencionado inciso. (Incluído pela Emenda Constitucional nº 42, de 19-12-2003)

Art. 167. São vedados:

§ 4º É permitida a vinculação de receitas próprias geradas pelos impostos a que se referem os arts. 155 e 156, e dos recursos de que tratam os arts. 157, 158 e 159, I, a e b, e II, para a prestação de garantia ou contragarantia à União e para pagamento de débitos para com esta. (Incluído pela Emenda Constitucional nº 3, de 1993)

LEI Nº 9.496, DE 11 DE SETEMBRO DE 1997

**Estabelece critérios para a consolidação, a assunção e o refinanciamento, pela União, da dívida pública mobiliária e outras que especifica, de responsabilidade dos Estados e do Distrito Federal.**

**O SR. PRESIDENTE** (Papaléo Paes. PSDB – AP)

– O parecer lido vai à publicação.

**O SR. PRESIDENTE** (Papaléo Paes. PSDB – AP)

– A Presidência comunica ao Plenário a abertura de prazo de cinco dias úteis perante a Mesa, para recebimento de emendas ao **Projeto de Resolução nº 24, de 2006**, resultante de parecer lido anteriormente, nos termos do art. 235, II, “f”, do Regimento Interno.

**O SR. PRESIDENTE** (Papaléo Paes. PSDB – AP)

– Sobre a mesa, requerimento que passo a ler.

É lido o seguinte:

**REQUERIMENTO Nº 298, DE 2006**

Nos termos do art. 50, § 2º, da Constituição Federal, combinado com os arts. 215, I, a, 216 e 217 do Regimento Interno do Senado Federal, Requeiro seja encaminhado ao Excelentíssimo Senhor Ministro Presidente do Banco Central do Brasil a solicitação de remessa do registro de todas as operações de mercado com Notas do Tesouro Nacional (NTN-B), Código 760199 – ISIN BRSTNCNTB0A6, emitidas em 15 de julho de 2005, com vencimento em 15 de maio de 2045, realizadas no período de 1º de dezembro de 2005 a 28 de fevereiro de 2006 no Sistema Especial de Liquidação e de Custódia – Selic, informando o número de operações, e, por operação, a quantidade de títulos negociados e o valor dos títulos.



### Justificação

O Ministério Público Federal no Estado do Tocantins vem investigando possíveis práticas lesivas ao patrimônio do Instituto de Gestão Previdenciária do Estado do Tocantins que teriam sido consumadas por sua diretoria. Há indícios de que os responsáveis pela administração do Instituto teriam comprado títulos públicos federais do tipo Notas do Tesouro Nacional, indexados pelo Índice de Preços ao Consumidor Amplo, com vencimento em 2045 (NTN-B 2045), a preços bem superiores aos de mercado.

De acordo com o art. 6º da Lei nº 9.717, de 27 de novembro de 1998, a União, os Estados, o Distrito Federal e os Municípios foram autorizados a constituir findos integrados de bens, direitos e ativos, com finalidade previdenciária, desde que observados os critérios e preceitos nela especificados. Evidentemente, além dos preceitos ali estabelecidos, devem ser respeitados os princípios constitucionais norteadores da Administração Pública, entre eles os da moralidade e da eficiência.

Já o art. 7º da Lei citada prevê, **in verbis**:

Art. 7º O descumprimento do disposto nesta lei pelos Estados, Distrito Federal e Municípios e pelos respectivos fundos, implicará, a partir de 1º de julho de 1999:

I – suspensão das transferências voluntárias de recursos pela União;

II – impedimento para celebrar acordos, contratos, convênios ou ajustes, bem como receber empréstimos, financiamentos, avais e subvenções em geral de órgãos ou entidades da Administração direta e indireta da União;

III – suspensão de empréstimos e financiamentos por instituições financeiras federais.

Como se vê, a lei que disciplina a criação e o funcionamento dos regimes de previdência próprios, que visam ao atendimento dos servidores públicos da União, Estados e Municípios, como é o caso do Instituto de Gestão Previdenciária do Estado do Tocantins (Igeprev), prevê que o não-cumprimento de seus dispositivos por parte dos gestores enseja sanções da União sobre o ente da Federação responsável.

Fica claro, portanto, que o poder fiscalizador da União deve ser exercido sobre essas entidades sempre que indícios apontarem para a existência de irregularidades. De outra forma, a União estaria sem meios de impor as sanções que, pela Lei nº 9.717, de 1998, estaria obrigada a aplicar. Seria absurdo a União

alienar-se de seu poder fiscalizador, fazendo inócuo o comando da lei – o art. 7º que prevê a imposição de penalidades aos Estados e Municípios que desrespeitem os preceitos estabelecidos na legislação.

Pelas razões expostas é que a remessa dos dados solicitados é fundamental para que seja possível determinar os preços de mercado dos títulos NTN-B com vencimento em 2045 e, principalmente, a variabilidade de preços normalmente admissível em transações efetuadas cotidianamente no mercado. Assim o Senado Federal poderá exercer plenamente sua competência fiscalizadora preconizada no art. 49, X, da Constituição Federal.

Sala das Sessões, 21 de março de 2006. – Senador **João Ribeiro**.

(À Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania.)

**O SR. PRESIDENTE** (Papaléo Paes. PSDB – AP) – O Requerimento que acaba de ser lido será despachado à Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania, que terá o prazo de duas reuniões ordinárias para emitir parecer.

Sobre a mesa, requerimento que passo a ler.

É lido o seguinte:

### REQUERIMENTO Nº 299, DE 2006

Requeiro nos termos do art. 222 do Regimento Interno do Senado Federal, a apresentação de voto de congratulações à TV Cidade Verde, pela passagem do seu aniversário de 20 anos, levando imagem, notícia e diversão a mais de uma centena de municípios do estado do Piauí. Aos seus diretores proprietários Dr. Jesus Elias Tajra e Jesus Elias Tajra Filho, aos jornalistas e apresentadores; Amadeu Campos; Elivaldo Barbosa; Nadja Rodrigues; Elvira Raulino; Laércio Andrade; Virgínia Fabris; Hebert Henrique e Cleiton Riedel. Aos ex-funcionários que fizeram história na TV Cidade Verde, os jornalistas: Gilberto Melo (**in memoriam**), Carlos Augusto de Araújo Lima, Luís Carlos Maranhão, Deoclécio Dantas e Chico Viana, e a todos os funcionários que hoje contribuem de certa forma para boa imagem da TV Cidade Verde no Piauí.

Sala das Sessões, 21 de março de 2006. – Senador **Francisco de Assis de Moraes Souza – Mão Santa**.

**O SR. PRESIDENTE** (Papaléo Paes. PSDB – AP) – Nos termos do art. 222, §1º, do Regimento Interno, o Requerimento será despachado à Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania.

Sobre a mesa, requerimento que passo a ler.

É lido o seguinte:

**REQUERIMENTO Nº 300, DE 2006**

Nos termos do art. 50, § 2º, da Constituição Federal e art. 4º da Lei Complementar nº 105, de 2001, combinado com os arts. 215, I, a, 216 e 217 do Regimento Interno do Senado Federal, solicito que seja o presente requerimento encaminhado ao Excelentíssimo Sr. Ministro de Estado do Planejamento, Orçamento e Gestão, para que este providencie, no estrito termo do prazo constitucional, junto aos órgãos competentes, a seguinte informação com os documentos comprobatórios:

– A relação de todas as obras realizadas pelo Governo Federal nos Estados do Acre, Mato Grosso do Sul, Mato Grosso e Ceará, desde o exercício de 1999.

– o valor das transferências voluntárias da União para os supracitados estados no mesmo período, bem como a destinação de cada uma delas.

**Justificação**

O uso do orçamento como instrumento político para beneficiar determinados entes da federação acaba por prejudicar grandes populações carentes em detrimento de interesses menores da política. Dentro desse contexto, ao requerermos as informações supracitadas, buscamos analisar o comportamento do Governo Federal em relação a estados governados por diferentes partidos políticos. Com isto, busca-se examinar até que ponto há “manipulação” orçamentária em detrimento da objetividade das políticas públicas essenciais para o desenvolvimento do País.

Destarte, o presente requerimento enquadra-se perfeitamente nas competências constitucionais do Senado Federal dentro de sua inalienável e indelegável obrigação de fiscalizar as ações do Poder Executivo Federal, a fim de resguardar os interesses nacionais. Portanto, é essencial que se obtenha, no tempo mais curto possível, a resposta às informações solicitadas, a fim de que não pairarem dúvidas sobre o bom uso dos recursos públicos.

Sala da Sessão, 21 de março de 2006. – Senador **Antero Paes de Barros**.

**O SR. PRESIDENTE** (Papaléo Paes. PSDB – AP) – O Requerimento que acaba de ser lido será despachado à Mesa para decisão, nos termos do art. 216, III, do Regimento Interno.

Sobre a mesa, requerimento que passo a ler.

É lido o seguinte:

**REQUERIMENTO Nº 301, DE 2006**

**Requer Voto de Aplauso ao jornalista e ex-Deputado Federal João Mellão Neto, pela edição de seu livro O Pensamento Liberal.**

Requeiro, nos termos do art. 222, do Regimento Interno, e ouvido o Plenário, que seja consignado, nos anais do Senado, Voto de Aplauso ao jornalista, ex-Deputado Federal e ex-Ministro João Mellão Neto, pelo lançamento de seu livro O Pensamento Liberal.

Requeiro, ainda, que o Voto de Aplauso seja levado ao conhecimento do homenageado e ao jornal **O Estado de S.Paulo**.

**Justificação**

Ex-Ministro do Trabalho e Administração, Secretário Municipal e Secretário Estadual por diversas vezes, no Estado de São Paulo e jornalista, João Mellão Neto é articulista de **O Estado de S.Paulo**, sempre com artigos acerca da atualidade política, econômica e social do País. Neles, o jornalista revela seu pensamento liberal, entendendo, ademais, que “quase todos nós, mesmo sem o sabermos, somos liberais”. O livro de Mellão é uma boa contribuição para a qualificação do debate nacional. Ali estão reunidos diversos dos seus artigos, sempre publicados na editoria denominada Espaço Aberto Deles sempre fui leitor. Por tudo isso, considero justo o Voto de Aplauso que proponho ao Senado da República.

Sala das Sessões, 21 de março de 2006. – Senador **Arthur Virgílio**, Líder do PSDB.

**O SR. PRESIDENTE** (Papaléo Paes. PSDB – AP) – A Presidência encaminhará o voto de aplauso solicitado.

O Requerimento que acaba de ser lido vai ao Arquivo.

Sobre a mesa, ofício que passo a ler.

É lido o seguinte:

Ofício nº 55/2006-GSMC

Brasília, 21 de março de 2006

Senhor Presidente,

Comunico a Vossa Excelência que, por motivos particular alheios à minha vontade, não poderei integrar o Grupo de Trabalho a ser constituído para definir os preparativos do V Fórum dos Parlamentos dos Países de Língua Portuguesa, a realizar-se nos dias 4 e 5 de abril, em Luanda, capital da República de Angola.

Sendo o que há para o momento, despeço-me Cordialmente, – Senador **Marcelo Crivella**.

**O SR. PRESIDENTE** (Papaléo Paes. PSDB – AP)

– O Ofício lido vai à publicação.

Sobre a mesa, ofício que passo a ler.

É lido o seguinte:

Of.GLPMDB nº 76/2006

Brasília, 21 de março de 2006

Senhor Presidente,

Nos termos regimentais, comunico a Vossa Excelência a indicação do Senador Wellington Salgado, como membro suplente, em substituição ao Senador Leomar Quintanilha – PC do B, em vaga cedida pelo PMDB, na Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania – CCJ.

Na oportunidade, renovo a Vossa Excelência votos de apreço e consideração. – Senador **Ney Suassuna**, Líder do PMDB.

**O SR. PRESIDENTE** (Papaléo Paes. PSDB – AP)

– Será feita a substituição solicitada.

Sobre a mesa ofícios que passo a ler.

São lidos os seguintes:

OF.GLPMDB nº 77/2006

Brasília, 21 de março de 2006

Senhor Presidente,

Nos termos regimentais, comunico a Vossa Excelência a indicação do Senador Geraldo Mesquita, como membro titular, na Comissão de Assuntos Sociais – CAS, em vaga existente.

Na oportunidade, renovo a Vossa Excelência votos de apreço e consideração. – Senador **Ney Suassuna**, Líder do PMDB.

OF.GLPMDB nº 78/2006

Brasília, 21 de março de 2006

Senhor Presidente,

Nos termos regimentais, comunico a Vossa Excelência a indicação do Senador Geraldo Mesquita, como membro titular, na Comissão de Educação – CE, em vaga existente.

Na oportunidade, renovo a Vossa Excelência votos de apreço e consideração. – Senador **Ney Suassuna**, Líder do PMDB.

**O SR. PRESIDENTE** (Papaléo Paes. PSDB – AP)

– A Presidência designa o Senador Geraldo Mesquita Júnior como membro titular na Comissão de Assuntos Sociais e suplente na Comissão de Educação, nos termos dos ofícios que acabam de ser lidos.

Sobre a mesa, projeto que passo a ler.

É lido o seguinte:

## PROJETO DE LEI DO SENADO Nº 67, DE 2006

**Altera a Lei nº 10.826, de 22 de dezembro de 2003, para estender a posse legal da arma de fogo aos limites da propriedade rural, moderar as penas dos crimes previstos nos arts. 12, 14 e 15, diminuir para 21 anos a idade mínima para aquisição da arma de fogo, reduzir o valor de taxas, admitir a cessão aos órgãos de segurança pública das armas apreendidas ou entregues voluntariamente, além de outras providências.**

O Congresso Nacional decreta:

Art. 1º A Lei nº 10.826, de 22 de dezembro de 2003, passa a vigor com as seguintes alterações:

Art. 5º .....

.....

§ 4º No caso dos residentes em áreas rurais, a autorização de que trata o **caput** estende-se aos limites da propriedade.

§ 5º Para efeitos desta lei, consideram-se residentes em áreas rurais os proprietários, arrendatários ou ocupantes do imóvel rural, bem como os administradores e trabalhadores rurais que nele exerçam suas atividades.(NR)”

“Art. 11. ....

.....

§ 1º Os valores arrecadados destinam-se ao custeio e à manutenção das atividades do Sinarm e do Comando do Exército previstas nesta Lei, e serão distribuídos entre os referidos órgãos na proporção de 80% (oitenta por cento) e 20% (vinte por cento), respectivamente.

§ 2º Estão isentos das taxas previstas neste artigo os integrantes dos incisos I, II, III, IV, V, VI e VII do art. 6º, nos limites do regulamento desta Lei.(NR)”

“Posse ilegal de arma de fogo de uso permitido

Art. 12. ....

Pena – detenção, de 1 (um) a 2 (dois) anos, e multa.(NR)”

“Porte ilegal de arma de fogo de uso permitido

Art. 14. ....

Pena – reclusão, de 1 (um) a 3 (três) anos, e multa.(NR)”

“Disparo de arma de fogo

Art. 15. ....

Pena – reclusão, de 1 (um) a 3 (três) anos, e multa.(NR)”

“Art. 25. As armas de fogo, assessórios ou munições apreendidos, quando não mais interessarem à persecução penal, serão, após elaboração e juntada do laudo pericial aos autos, encaminhados pelo juiz competente, no prazo de 48 (quarenta e oito) horas, ao Comando do Exército, que decidirá fundamentadamente sobre sua destinação, admitida a cessão aos órgãos de segurança pública daqueles em boas condições de funcionamento.

Parágrafo único. O Comando do Exército decidirá também sobre as armas de fogo apreendidas ou encontradas e que não constituam prova em inquérito policial ou criminal, que lhes serão encaminhadas pela autoridade competente, sob pena de responsabilidade.(NR)”

“Art. 28. É vedado ao menor de 21 (vinte e um) anos adquirir arma de fogo, ressalvados os integrantes das entidades constantes dos incisos I, II e III do art. 6º desta Lei.(NR)”

“Art. 32. ....

Parágrafo único. Na hipótese prevista neste artigo e no art. 31, as armas recebidas constarão de cadastro específico e, após a elaboração de laudo pericial, serão encaminhadas, no prazo de 48 (quarenta e oito) horas, ao Comando do Exército, que decidirá fundamentadamente sobre sua destinação, admitida a cessão aos órgãos de segurança pública daqueles em boas condições de funcionamento.(NR)”

Art. 2º A Lei nº 10.826, de 22 de dezembro de 2003, passa a vigor acrescida dos seguintes arts. 21-A e 34-A:

Art. 21-A. Se o agente é primário, o juiz pode, na hipótese de posse ou posse ilegal de munição em pequena quantidade e valor econômico (arts. 12 e 14), diminuir a pena de um a dois terços, ou aplicar somente a pena de multa, desde que o fato não caracterize o crime previsto no art. 17 desta Lei.

#### Efeitos da condenação

Art. 34-A. O condenado por crime previsto nesta lei perderá o registro da arma de fogo e a autorização para porte.

Art. 3º O Anexo da Lei nº 10.826, de 22 de dezembro de 2003, que especifica o valor das taxas previstas no seu art. 11, passa a vigor com a seguinte redação:

#### Anexo Tabelas de Taxas

SITUAÇÃO	R\$
I - Registro de arma de fogo	200,00
II - Renovação de registro de arma de fogo	100,00
III - Expedição de porte de arma de fogo	300,00
IV - Renovação de porte de arma de fogo	150,00
V - Expedição de segunda via de registro de arma de fogo	100,00
VI - Expedição de segunda via de porte de arma de fogo	100,00

Art. 4º O Poder Executivo, com vistas ao cumprimento do disposto nos arts. 5º, II, e 12 da Lei Complementar nº 101, de 4 de maio de 2000, estimará o montante da renúncia de receita decorrente do disposto nesta lei e o incluirá no demonstrativo a que se refere o § 6º do art. 165 da Constituição Federal, que acompanhará o projeto de lei orçamentária, cuja apresentação se der após decorridos sessenta dias da publicação desta lei.

Art. 5º Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação.

Art. 6º Revogam-se o § 5º do art. 6º, o parágrafo único do art. 14 e o parágrafo único do art. 15, todos da Lei nº 10.826, de 22 de dezembro de 2003.

#### Justificação

O presente projeto de lei pretende alterar a Lei nº 10.826, de 2003, denominada Estatuto do Desarmamento, para: **a)** estender o direito à posse de arma de fogo aos limites da propriedade rural; **b)** apresentar valores mais justos para referidas taxas; **c)** reequilibrar as penas dos crimes previstos nos arts. 12, 14 e 15 da citada lei; **d)** prever a diminuição da pena na hipótese de posse ou porte ilegal de munição em pequena quantidade e valor econômico, sem fins comerciais; **e)** eliminar a inafiançabilidade dos crimes previstos nos arts. 14 e 15; **f)** distribuir, entre o Sinarm e o Comando do Exército, os valores arrecadados com as taxas, à proporção de 80% e 20%, respectivamente; **g)** admitir a cessão aos órgãos de segurança pública das armas apreendidas ou entregues voluntariamente, desde que em boas condições de funcionamento; **h)** reduzir para 21 anos a idade mínima para aquisição de arma de fogo; **i)** prever, diante da lacuna da lei, como efeito da condenação, a perda do registro da arma de fogo e da autorização para porte.

Sabemos que a arma de fogo nas áreas rurais é um instrumento indispensável à segurança do rurícola. No cotidiano, o lavrador desbrava, muitas vezes sozi-

no, grandes extensões de terras, sentindo-se mais seguro com a arma de fogo. Apenas quem não conhece de perto a realidade do homem do campo entraria em desacordo com a nossa proposta. Assim, melhor seria estender a autorização da posse aos limites da propriedade rural. Note-se que todos os requisitos para obtenção do registro da arma de fogo continuam válidos. Não estamos facilitando, fique bem claro, a posse de arma de fogo. Apenas que, doravante, o ocupante do imóvel rural poderá trazê-la consigo nos estritos limites da propriedade.

As penas previstas para os crimes de posse ilegal de arma de fogo de uso permitido (art. 12), porte ilegal de arma de fogo de uso permitido (art. 14) e disparo de arma de fogo (art. 15) são absolutamente desproporcionais à gravidade objetiva das mencionadas condutas. As duas últimas nem admitiriam a suspensão condicional do processo, medida despenalizadora com efeitos reconhecidamente positivos. Tratamos, então, de reequilibrar as penas num patamar mais razoável.

Complementarmente, o projeto traz cláusula legal que impede excessos punitivos no caso de posse ou porte ilegal de munição em pequena quantidade e valor econômico, sem fins comerciais, admitindo a diminuição da pena ou a aplicação isolada da pena de multa.

Quanto à vedação da fiança (arts. 14, parágrafo único, e 15, parágrafo único), avaliamos que o texto legal incorreu em engano. E que a inafiançabilidade, no nosso sistema processual penal, não proíbe, por si só, a concessão da liberdade provisória sem fiança (vide art. 310, parágrafo único do Código de Processo Penal). Assim, estamos diante de um paradoxo. A pretexto de punir mais severamente o porte ilegal de armas e o disparo de arma de fogo, a Lei nº 10.826, de 2003, tornou tais crimes inafiançáveis. O resultado prático, porém, é praticamente nulo, uma vez que tais figuras continuam admitindo (e só admitindo) a liberdade provisória sem fiança. Criou-se, assim, sem querer, uma situação mais favorável àqueles que praticarem as referidas condutas criminosas.

Por outro lado, no caso de condenação a porte ilegal e disparo de arma de fogo, haverá, muito provavelmente, a substituição da pena privativa de liberdade por penas restritivas de direitos (penas alternativas). A inafiançabilidade perde, pois, todo o sentido, porquanto a prisão processual seria mais drástica do que a própria condenação.

E mais. Existem julgados que consideram inconstitucional a regra da inafiançabilidade prevista no Estatuto do Desarmamento, porque excede os casos expressamente previstos na Constituição Federal. Ver, a propósito, a decisão do Egrégio Tribunal de Justiça do Estado de Minas Gerais:

**Habeas Corpus** – Lei nº 10.826/03 – Inconstitucionalidade da disposição que veda a concessão de fiança – Liberdade provisória – Possibilidade. A Constituição Federal proclama no art. 5º, incs. LXV e LXVI, a intangibilidade do **status libertatis** do cidadão. Restringindo o alcance dessas normas, de proteção a garantia e direitos fundamentais, enumera, no art. 5º, incs. XLII, XLIII e XLIV, taxativamente, os crimes que considera inafiançáveis, cujo rol não comporta ampliação. (Apelação nº 1.0000.04.4074S0-8/000, Relator Des. Paulo Cezar Dias, julgamento em 20-4-2004, transcrição parcial da ementa).

Em nosso entendimento, a única forma de superar as apontadas contradições é a revogação do parágrafo único do art. 14 e do parágrafo único do art. 15. Não vemos, assim, diante de tanta polêmica e equívocos, razões para manter a vedação da fiança.

Pretendemos, ainda, tomar mais razoáveis as taxas previstas no art. 11 da lei. Os valores atuais são praticamente impeditivos da posse legal da arma de fogo. Acabam por estimular a via ilegal, já que a população de baixa renda não tem condições de pagar taxas tão altas. Ora, não pode a lei consagrar o direito à posse de arma e, ao mesmo tempo, fulminá-lo com a cobrança de valores tão exorbitantes. Registramos, por oportuno, que essa redução não ofende a Lei de Responsabilidade Fiscal, uma vez que o art. 14, **caput** e § 1º, da Lei Complementar nº 101, de 4 de maio de 2000, trata especificamente de incentivo ou benefício de natureza tributária, o que, decididamente, não abrange a redução indistinta de taxas.

Quanto à destinação e distribuição dos valores arrecadados, entendemos que a maior parte deles deve retomar ao próprio Sinarm, que, sem dúvida, depende dessas verbas mais do que os outros órgãos.

Outro ponto. A idade de 25 anos para aquisição de arma de fogo foi fixada de maneira totalmente arbitrária, desconsiderando que, muito antes, o cidadão já se encontra na plenitude de seus direitos, podendo votar, contrair matrimônio, obter licença para dirigir e praticar todos os atos da vida civil. A nosso ver, a regra atualmente fixada no art. 28 do Estatuto do Desarmamento fere o disposto no art. 3º, IV, e 5º, **caput**, da Constituição, que proíbem terminantemente a discriminação em razão da idade, sem que haja justificativa minimamente racional. Logo, julgamos mais acertado reduzir para 21 anos o limite da aludida proibição.

De sua vez, a destruição das armas apreendidas ou entregues voluntariamente é um rematado desperdício. Diante da realidade dos órgãos de segurança pública no Brasil, por que não admitir a cessão das

armas que estejam em boas condições de funcionamento? E o que estamos propondo. Doravante, tanto as armas apreendidas durante a persecução criminal (art. 25), como as entregues voluntariamente (art. 31), poderão ser cedidas aos órgãos de segurança pública, desde que em boas condições de funcionamento. Contemplamos, inclusive, as armas da campanha do desarmamento (art. 32), pois temos notícias de que muitas ainda não foram destruídas.

Por fim, em face da omissão da lei atual, o projeto descreve, como efeitos da condenação, a perda do registro da arma de fogo e da autorização para porte.

Sala das Sessões, 21 de março de 2006. – Senador **Juvêncio da Fonseca**.

#### LEGISLAÇÃO CITADA

LEI Nº 10.826, DE 22 DE DEZEMBRO DE 2003

#### **Dispõe sobre registro, posse e comercialização de armas de fogo e munição, sobre o Sistema Nacional de Armas – SINARM, define crimes e dá outras providências.**

O Presidente da República, Faço saber que o congresso Nacional decreta e eu sanciono a seguinte lei:

Art. 5º O Certificado de Registro de Arma de Fogo, com validade em todo o território nacional, autoriza o seu proprietário a manter a arma de fogo exclusivamente no interior de sua residência ou domicílio, ou dependência desses, desde que seja ele o titular ou o responsável legal do estabelecimento ou empresa.

Art. 11. Fica instituída a cobrança de taxas, nos valores constantes do Anexo desta Lei, pela prestação de serviços relativos:

- I – ao registro de arma de fogo;
- II – à renovação de registro de arma de fogo;
- III – à expedição de segunda via de registro de arma de fogo;
- IV – à expedição de porte federal de arma de fogo;
- v – à renovação de porte de arma de fogo;
- VI – à expedição de segunda via de porte federal de arma de fogo.

#### **Posse Irregular de Arma de Fogo de Uso Permitido**

Art. 12. Possuir ou manter sob sua guarda arma de fogo, acessório ou munição, de uso permitido, em desacordo com determinação legal ou regulamentar,

no interior de sua residência ou dependência desta, ou, ainda no seu local de trabalho, desde que seja o titular ou o responsável legal do estabelecimento ou empresa:

Pena – detenção, de 1 (um) a 3 (três) anos, e multa.

#### **Porte ilegal de Arma de Fogo de Uso Permitido**

Art. 14. Portar, deter, adquirir, fornecer, receber, ter em depósito, transportar, ceder, ainda que gratuitamente, emprestar, remeter, empregar, manter sob guarda ou ocultar arma de fogo, acessório ou munição, de uso permitido, sem autorização e em desacordo com determinação legal ou regulamentar:

Pena – reclusão, de 2 (dois) a 4 (quatro) anos, e multa.

Parágrafo único. O crime previsto neste artigo é inafiançável, salvo quando a arma de fogo estiver registrada em nome do agente.

#### **Disparo de arma de fogo**

Art. 15. Disparar arma de fogo ou acionar munição em lugar habitado ou em suas adjacências, em via pública ou em direção a ela, desde que essa conduta não tenha como finalidade a prática de outro crime:

Pena – reclusão, de 2 (dois) a 4 (quatro) anos, e multa.

Parágrafo único. O crime previsto neste artigo é inafiançável.

#### **Posse ou Porte Ilegal de Arma de Fogo de Uso Restrito**

Art. 25. Armas de fogo, acessórios ou munições apreendidos serão, após elaboração do laudo pericial e sua juntada aos autos, encaminhados pelo juiz competente, quando não mais interessarem à persecução penal, ao comando do Exército, para destruição, no prazo máximo de 48 (quarenta e oito) horas.

Parágrafo único. As armas de fogo apreendidas ou encontradas e que não constituam prova em inquérito policial ou criminal deverão ser encaminhadas, no mesmo prazo, sob pena de responsabilidade, pela autoridade competente para destruição, vedada a cessão para qualquer pessoa ou instituição.

Art. 28. É vedado ao menor de 25 (vinte e cinco) anos adquirir arma de fogo, ressalvados os integrantes das entidades constantes dos incisos I, II e III do art. 6º desta lei.

Art. 32. Os possuidores e proprietários de armas de fogo não registradas poderão, no prazo de 180 (cento e oitenta) dias após a publicação desta lei, entregá-las à Polícia Federal, mediante recibo e, presumindo-se a boa-fé, poderão ser indenizados, nos termos do regulamento desta Lei.

Parágrafo único. Na hipótese prevista neste artigo e no art. 31, as armas recebidas constarão de cadastro específico e, após a elaboração de laudo pericial, serão encaminhadas, no prazo de 48 (quarenta e oito) horas, ao Comando do Exército para destruição, sendo vedada sua utilização ou reaproveitamento para qualquer fim.

.....  
**LEI COMPLEMENTAR Nº 101,  
 DE 4 DE MAIO DE 2000**

**Estabelece normas de finanças públicas voltadas para a responsabilidade na gestão fiscal e dá outras providências.**

.....  
 O Presidente da República, Faço saber que o congresso Nacional decreta e eu sanciono a seguinte Lei Complementar:

.....  
 Art. 5º O projeto de lei orçamentária anual, elaborado de forma compatível com o plano plurianual, com a lei de diretrizes orçamentárias, e com as normas desta Lei complementar:

.....  
 II – será acompanhado do documento a que se refere o § 6º do art. 165 da Constituição, bem como das medidas de compensação a renúncias de receita e ao aumento de despesas obrigatórias de caráter continuado;

.....  
 Art. 12. As previsões de receita observarão as normas técnicas e legais, considerarão os efeitos das alterações na legislação, da variação do índice de preços, do crescimento econômico ou de qualquer outro fator relevante e serão acompanhadas de demonstrativo de sua evolução nos últimos três anos

.....  
**O SR. PRESIDENTE** (Papaléo Paes. PSDB – AP)  
 – O Projeto que acaba de ser lido será publicado e remetido à Comissão de Relações Exteriores e Defesa Nacional e à Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania, cabendo à última a decisão terminativa.

Sobre a mesa, projeto que passo a ler.

É lido o seguinte:

**PROJETO DE LEI DO SENADO,  
 Nº 68, DE 2006 – COMPLEMENTAR**

**Altera o art. 33 da Lei Complementar nº 87, de 13 de setembro de 1996, que dispõe sobre o imposto dos Estados e do Distrito Federal sobre operações relativas à circulação de mercadorias e sobre prestações de serviços de transporte interestadual e intermunicipal e de comunicação, e dá outras providências, para prorrogar os prazos previstos em relação à apropriação dos créditos de ICMS.**

Art. 1º O art. 33 da Lei Complementar nº 87, de 13 de setembro de 1996, passa a vigorar com a seguinte alteração:

“Art. 33. ....

.....  
 I – somente dano direito de crédito as mercadorias destinadas ao uso ou consumo do estabelecimento, nele entradas a partir de 1º de janeiro de 2017;

II – .....

.....  
 d) a partir de 1º de janeiro de 2017, nas demais hipóteses;

IV – .....

.....  
 c) a partir de 1º de janeiro de 2017, nas demais hipóteses.” (NR)

Art. 2º Esta Lei Complementar entra em vigor na data de sua publicação.

**Justificação**

As alterações do art. 33 da Lei Complementar nº 87/96 ora propostas têm por objetivo prorrogar os prazos atualmente previstos tanto para garantir a apropriação dos créditos de ICMS relativos à entrada em estabelecimento de contribuintes desse imposto de mercadorias destinadas ao seu uso ou consumo, quanto para eliminar as restrições à apropriação de créditos de ICMS relativos à energia elétrica e ao serviço de comunicação. Os prazos previstos no art. 33 exauriram-se em 31 de dezembro de 2006, se não prorrogados.

A prorrogação proposta é a alternativa encontrada pelos Estados e pelo Distrito Federal para minimizar em parte os prejuízos tributários que lhes foram impostos pelas desonerações do ICMS e ampliações das possibilidades de apropriação de créditos de ICMS previstas pela Lei Complementar nº 87/96.

Atendendo aos apelos dos estados federados, que demonstraram não poder prescindir da importante fonte

de recursos advindos do não creditamento por todos os segmentos econômicos que compõem a cadeia de circulação de mercadorias e de prestação de serviços que integram a base tributária do ICMS, o Congresso Nacional aprovou e o Presidente da República editou as Leis Complementares nºs 92/97, 99/99, 162/00 e 114/02, que prorrogaram sucessivamente os prazos anteriormente previstos no art. 33 da LC nº 87/96, com previsão de se exaurirem em 31 de dezembro de 2006. Ressalta-se que os segmentos industriais, prestadores de serviço de comunicação e exportadores já têm assegurado a apropriação do crédito correspondente à utilização da energia elétrica e à prestação do serviço de comunicação.

A medida proposta representa a garantia de receitas importantes para os entes federados, inclusive os municipais, das quais não podem abrir mão devido à escassez de recursos para atender demandas cada vez maiores, seja de cunho social, seja de investimentos em infra-estrutura, razão pela qual propomos a prorrogação para 1º de janeiro de 2017 dos atuais prazos contidos nos dispositivos indicados do art. 33 da Lei Complementar nº 87/96.

Sala das Sessões, 21 de março de 2006. – Senador **Rodolpho Tourinho**.

#### LEGISLAÇÃO CITADA

##### LEI COMPLEMENTAR Nº 87, DE 1996

Art. 33. Na aplicação do art. 20 observar-se-á o seguinte:

I – somente darão direito de crédito as mercadorias destinadas ao uso ou consumo do estabelecimento, nele entradas a partir de 1º de janeiro de 2007;

II – somente dará direito a crédito a entrada de energia elétrica no estabelecimento:

a) quando for objeto de operação de saída de energia elétrica;

b) quando consumida no processo de industrialização;

c) quando seu consumo resultar em operação de saída ou prestação para o exterior, na proporção destas sobre as saídas ou prestações totais; e

d) a partir de 1º de janeiro de 2007, nas demais hipóteses;

III – somente darão direito de crédito as mercadorias destinadas ao ativo permanente do estabelecimento, nele entradas a partir da data da entrada desta Lei Complementar em vigor;

IV – somente dará direito a crédito o recebimento de serviços de comunicação utilizados pelo estabelecimento:

a) ao qual tenham sido prestados na execução de serviços da mesma natureza;

b) quando sua utilização resultar em operação de saída ou prestação para o exterior, na proporção desta sobre as saídas ou prestações totais; e

c) a partir de 1º de janeiro de 2007, nas demais hipóteses.”

##### LEI COMPLEMENTAR Nº 92, DE 1997

**Altera a legislação do imposto dos Estados e do Distrito Federal sobre operações relativas à circulação de mercadorias e sobre prestações de serviços de transporte interestadual e intermunicipal e de comunicação.**

##### LEI COMPLEMENTAR Nº 99, DE 1999

**Dá nova redação ao inciso I do art. 33 da Lei Complementar nº 87, de 13 de setembro de 1996, que dispõe sobre o imposto dos Estados e do Distrito Federal sobre operações relativas à circulação de mercadorias e sobre prestações de serviços de transporte interestadual e intermunicipal e de comunicação, e dá outras providências.**

##### LEI COMPLEMENTAR Nº 102, DE 2000

**Altera dispositivos da Lei Complementar nº 87, de 13 de setembro de 1996, que “dispõe sobre o imposto dos Estados e do Distrito Federal sobre operações relativas à circulação de mercadorias e sobre prestações de serviços de transporte interestadual e intermunicipal e de comunicação, e dá outras providências”.**

##### LEI COMPLEMENTAR Nº 114, DE 2002

**Altera dispositivos da Lei Complementar nº 87, de 13 de setembro de 1996, que dispõe sobre o imposto dos Estados e do Distrito Federal sobre operações relativas à circulação de mercadorias e sobre prestações de serviços de transporte interestadual e intermunicipal e de comunicação, e dá outras providências.**



**O SR. PRESIDENTE** (Papaléo Paes. PSDB – AP)

– O Projeto que acaba de ser lido será publicado e remetido à Comissão de Assuntos Econômicos.

**O SR. PRESIDENTE** (Papaléo Paes. PSDB – AP)

– A Presidência comunica ao Plenário que recebeu o **Recurso nº 3, de 2006**, interposto no prazo regimental no sentido de que seja submetido ao Plenário o **Projeto de Lei do Senado nº 227, de 2005**, de autoria do Senador Alvaro Dias, que *altera a Lei nº 4.950-A, de 22 de abril de 1966, para estender aos técnicos de nível médio, regularmente inscritos nos Conselhos Regionais de Engenharia, Arquitetura e Agronomia, o piso salarial mínimo*.

A matéria ficará perante a Mesa durante cinco dias úteis para recebimento de emendas, de acordo com o disposto no art. 235, II, “c”, do Regimento Interno.

É o seguinte o recurso recebido:

### RECURSO Nº 3, DE 2006

Nos termos do artigo 91, § 3º, do Regimento Interno do Senado Federal, interpomos recurso para a apreciação em Plenário do PLS nº 227, de 2006.

Sala das Sessões, 21 de março de 2006. – Senador **Arthur Virgílio – Antero Paes de Barros – Sérgio Guerra – Mão Santa – Garibaldi Alves Filho – Ramez Tebet – Efraim Moraes – Heráclito Fortes – Romeu Tuma – Eduardo Azevedo – José Agripino**.

**O SR. PRESIDENTE** (Papaléo Paes. PSDB – AP)

– Há oradores inscritos.

**O SR. ALMEIDA LIMA** (PMDB – SE) – Sr. Presidente, peço a palavra pela ordem.

**O SR. PRESIDENTE** (Papaléo Paes. PSDB – AP)

– V. Exª tem a palavra, pela ordem.

**O SR. ALMEIDA LIMA** (PMDB – SE. Pela ordem.)

– Sr. Presidente, solicito minha inscrição para uma comunicação inadiável, no momento oportuno.

**O SR. MOZARILDO CAVALCANTI** (PTB – RR)

– Sr. Presidente, peço a palavra pela ordem.

**O SR. PRESIDENTE** (Papaléo Paes. PSDB – AP)

– Tem V. Exª a palavra, pela ordem.

**O SR. MOZARILDO CAVALCANTI** (PTB – RR. Pela ordem.)

– Sr. Presidente, solicito a minha inscrição como Líder, para falar antes da Ordem do Dia.

**O SR. CÉSAR BORGES** (PFL – BA) – Sr. Presidente, peço a palavra pela ordem.

**O SR. PRESIDENTE** (Papaléo Paes. PSDB – AP)

– Tem V. Exª a palavra, pela ordem.

**O SR. CÉSAR BORGES** (PFL – BA. Pela ordem.)

– Sr. Presidente, da mesma forma, peço a minha inscrição para uma comunicação inadiável, em terceiro lugar, pois cheguei aqui e já estavam os Senadores Eduardo Suplicy e Almeida Lima.

**O SR. EDUARDO SUP LIC Y** (Bloco/PT – SP) – Sr.

Presidente, peço a palavra pela ordem.

**O SR. PRESIDENTE** (Papaléo Paes. PSDB – AP)

– Tem V. Exª a palavra, pela ordem.

**O SR. EDUARDO SUP LIC Y** (Bloco/PT – SP. Pela ordem.) – Sr. Presidente, para uma comunicação inadiável, eu gostaria de me inscrever regimentalmente.

**O SR. PAULO PAIM** (Bloco/PT – RS) – Sr. Presidente, peço a palavra pela ordem.

**O SR. PRESIDENTE** (Papaléo Paes. PSDB – AP)

– Tem V. Exª a palavra, pela ordem.

**O SR. PAULO PAIM** (Bloco/PT – RS. Pela ordem.)

– Sr. Presidente, quero me inscrever como primeiro suplente para uma comunicação inadiável, já que cheguei aqui em quarto lugar.

**O SR. PRESIDENTE** (Papaléo Paes. PSDB – AP)

– Na prorrogação da Hora do Expediente, V. Exªs serão atendidos para o uso da palavra.

Senador Paulo Paim, V. Exª está inscrito em quarto lugar.

**O SR. NEY SUASSUNA** (PMDB – PB) – Sr. Presidente, peço a palavra pela ordem.

**O SR. PRESIDENTE** (Papaléo Paes. PSDB – AP)

– Senador Ney Suassuna, V. Exª tem a palavra, pela ordem.

**O SR. NEY SUASSUNA** (PMDB – PB. Pela ordem.) – Sr. Presidente, ainda não fizemos acordo sobre as votações das medidas provisórias. Haverá reunião às 15 horas, na qual espero que consigamos um acordo, senão, não teremos também votação hoje. Mas espero que, nessa reunião das Lideranças, consigamos um acordo.

**O SR. PRESIDENTE** (Papaléo Paes. PSDB – AP)

– Esperamos que o acordo seja feito entre as Lideranças partidárias.

Concedo a palavra ao nobre Senador Mozarildo Cavalcanti, como Líder, por cinco minutos, para comunicação urgente de interesse partidário, nos termos do art. 14, inciso II, alínea “a”, do Regimento Interno.

S. Exª terá cinco minutos para seu pronunciamento.

Em seguida, fará uso da palavra, como orador inscrito, o Senador Mão Santa.

**O SR. MOZARILDO CAVALCANTI** (PTB – RR.

Como Líder. Sem revisão do orador.) – Sr. Presidente, Srªs e Srs. Senadores, nos dias 17, 18 e 19, a Vila Surumu, no Município de Pacaraima, no meu Estado de Roraima, comemorou os 61 anos de sua existência oficialmente como vila, embora existisse há muitas décadas como pequeno povoado. Essa vila ficou dentro da demarcação da reserva Raposa Serra do Sol, mas mesmo esse decreto do Presidente deu o prazo de um ano para que houvesse a retirada dos não-índios dessa reserva.

Existe uma pendência judicial – já repeti isso aqui várias vezes –, e espero que o Ministro Carlos Ayres Britto decida essa questão. Lamentavelmente, matérias como essa não têm sido deliberadas com a rapidez que outras matérias menos importantes têm sido decididas pelo Supremo.

Chamo a atenção para o fato de que o administrador em exercício da Funai mandou um ofício para o Prefeito do Município de Pacaraima, cuja transcrição solicito na íntegra. Lerei, entretanto, a parte final do referido documento:

Diante do acima exposto, solicito de V. S<sup>a</sup> o cancelamento do evento acima citado, ou sua transferência para outro local fora dos limites da terra indígena Raposa Terra do Sol, dada a impossibilidade jurídica de ingresso de pessoas não integrantes da comunidade indígena Makuxi na citada terra indígena.

Sr. Presidente, veja a que ponto chegamos! O decreto ainda não atingiu o prazo para que houvesse a retirada e um administrador substituto em exercício mandou uma ordem para o Prefeito suspender os festejos de uma vila que completa 61 anos de existência. É óbvio que o Prefeito não cumpriu a ordem, nem podia fazê-lo.

E, contrariamente ao que diz o administrador da Funai, que a comunidade Makuxi ali presente, que é uma etnia indígena, não queria a realização do evento é uma mentira, porque lá estive e comuniquei ao Presidente da Funai e ao Superintendente da Polícia Federal no meu Estado, que estariam presentes, que eu não gostaria de ver nenhum distúrbio da ordem por parte das autoridades.

Realmente, não houve nenhum distúrbio porque o Prefeito não cumpriu a ordem, pois fiz a comunicação ao Presidente da Funai, que disse que não compactuava com essa ordem. Agora me admira muito que, se ele não compactuava, esse senhor que assina esse ofício ainda possa continuar sendo administrador, mesmo que substituto, da Funai em Roraima, porque ele extrapolou todos os limites da lei.

Sr. Presidente, é interessante notar que recebi, em resposta a um requerimento meu, um expediente do Assessor de Assuntos Fundiários do Ministério da Justiça dando conta da situação daqueles moradores que estão lá. Vou ler um trecho, pedindo a V. Ex<sup>a</sup> que o transcreva na íntegra:

[...] contendo informações a respeito das benfeitorias edificadas de boa-fé já indenizadas pela União/Funai, de acordo com as normas vigentes, e dos ocupantes ainda não indenizados, por município e localidade, com vistas a subsidiar resposta ao Senhor Senador da República – Mozarildo Cavalcanti.

Na oportunidade, informamos a Vossa Senhoria que serão retomados, através dos técnicos da Funai e Incra, em conformidade com a Portaria nº 180/PRES, de 21 de fevereiro de 2006, os trabalhos de levantamento fundiário e sócio-econômico dos ocupantes não-índios ainda não cadastrados pela Funai em levantamentos anteriores.

O resultado final dos trabalhos de campo não foram concluídos com a sintetização das informações já levantadas junto aos interessados, o que deverá estar ocorrendo nesta etapa dos trabalhos [...]

Sr. Presidente, veja que a própria Funai diz que não concluiu o levantamento e, ainda assim, os ocupantes daquela região podem contestar, por exemplo, o levantamento que eles venham a fazer sobre o valor a ser indenizado, para que possam se retirar, aqueles que queiram se retirar e não queiram brigar judicialmente.

E vejo aqui que, quando uma coisa nem está em vigor, a Funai já demonstra o que quer fazer: é o *apartheid* étnico, intra-étnico até, porque – eu já disse isto aqui milhões de vezes – a maioria dos índios dessa região, contrariamente ao que diz a Funai de maneira mentirosa, não quer esse *apartheid*, e a Funai insiste em mantê-lo.

A ação que o Senador Augusto Botelho e eu movemos é no sentido de que seja sustada essa providência de retirada dos não-índios da região, até que se julgue o mérito das outras ações que estão no Supremo Tribunal Federal.

Ontem, a Advocacia-Geral da União devolveu os autos para o Supremo Tribunal Federal. É preciso que, agora, o Ministro Carlos Ayres Britto, que já tem o arrazoado das ações movidas por mim e pelo Senador Augusto Botelho, mais o Governo do Estado, que entrou como litisconsorte, decida, e não decida como decidiu da vez anterior, em que se baseou numa informação do Ministro da Justiça e declarou que havia perda de objeto em todas as ações que existiam sobre essa questão, porque dizia que havia uma portaria publicada mudando uma anterior, quando não havia portaria alguma publicada.

Espero que reponhamos essa questão, pacifiquemos aquela região, porque não vamos aceitar de braços cruzados, não vamos aceitar pacificamente que nosso Estado seja ultrajado dessa maneira. Só se tem notícia de remoção de pessoas de onde escolheram viver dentro da sua pátria na Rússia da época da Cortina de Ferro.

Concedo um aparte ao Senador Augusto Botelho, se o Presidente der tolerância no tempo para ouvi-lo, já que S. Ex<sup>a</sup> é um dos baluartes dessa luta também.

**O Sr. Augusto Botelho** (PDT – RR) – Serei rápido, Sr. Presidente. Quero apenas lembrar que, na época da assinatura da portaria que homologou a reserva Raposa Serra do Sol, foi prometido às seiscentas famílias de pobres e aos pequenos produtores que lá habitam que eles seriam reassentados em áreas rurais e que seriam indenizados. Até hoje, nada disso foi feito. Peço a V. Ex<sup>a</sup> para lembrar as pessoas que essa promessa foi feita pelo Ministro Thomaz Bastos em público, na imprensa pública, e temos de cobrar essa

posição dele. S. Ex<sup>a</sup> tem de indenizar e reassentar as pessoas. Aliás, lá em Roraima, nunca foi reassentada nenhuma pessoa que foi retirada de áreas tomadas depois pela Funai.

**O SR. MOZARILDO CAVALCANTI (PTB – RR)**  
– Acolho o aparte de V. Ex<sup>a</sup>.

Para encerrar, Sr. Presidente, requeiro a transcrição de todos os documentos que tenho aqui, inclusive uma relação daqueles que devem ser retirados daquela área.

Coloco-me à disposição dessas pessoas que estão ameaçadas de serem retiradas dali, colocando também à disposição advogados, para que brigemos

na Justiça pelo direito sagrado dos brasileiros daquela região, índios e não-índios, de permanecerem onde estão, onde convivem, só nessa vila, há 61 anos, sem nenhum conflito de ordem nenhuma. O que existe realmente é uma armação para vender uma imagem de que existe um conflito que é inexistente.

**DOCUMENTOS A QUE SE REFERE O  
SR. SENADOR MOZARILDO CAVALCANTI  
EM SEU PRONUNCIAMENTO.**

(Inseridos nos termos do art. 210, inciso I e § 2º do Regimento Interno.)

Ofício nº 32/AER-BOA VISTA/FUNAI/2006

Boa Vista/RR, 15 de março de 2006.

Ao Prefeito do Município de Pacaraima,  
Sr. Paulo César Quartieiro  
Pacaraima/RR

Senhor Prefeito,

Tomei conhecimento, a partir de comunicação feita por representantes da comunidade indígena Makuxi, que haverá uma festa na Vila Surumu, que fica no interior da Terra Indígena Raposa Serra do Sol, denominada de "Festejo de Libertação da Vila Surumu", evento este que está sendo promovido por essa Prefeitura. Referidos indígenas informaram ainda que não aceitam a realização dessa festa, haja vista o clima de instabilidade que permeia a região.

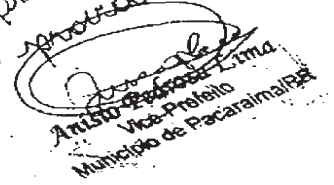
Ocorre, todavia, que nos termos do art. 231, § 2º da Constituição Federal, as terras tradicionalmente ocupadas pelos índios destinam-se à sua posse permanente e usufruto exclusivo. Destarte, é proibida a ocupação ou circulação de pessoas estranhas à comunidade indígena Makuxi no interior da Terra Indígena Raposa Serra do Sol. Tal determinação também está prevista no art. 22 do Estatuto do Índio (Lei n.º 6.001/1973), sendo, portanto, vedada a entrada de pessoas não integrantes da comunidade indígena Makuxi sem a prévia autorização desta Fundação Pública.

Diante do acima exposto, solicito de V. S.<sup>a</sup> o cancelamento do evento acima citado, ou sua transferência para outro local fora dos limites da terra Indígena Raposa Serra do Sol, dada a impossibilidade jurídica de ingresso de pessoas não integrantes da comunidade indígena Makuxi na citada Terra Indígena.

Desde já agradeço a sua atenção, esperando que as medidas cabíveis sejam tomadas.

Atenciosamente,

  
**José Raimundo Batista da Silva**  
Administrador Substituto em Exercício da FUNAI

Para Dr. Waldemar  
Tomar providências urgentes  
  
José Raimundo Batista da Silva  
Vice-Prefeito  
Município de Pacaraima/RR

OF. SF/422/2006

Memo nº 91/DAF

Brasília, 6 de Março de 2006

Em: 17 de março de 2006

A Sua Excelência  
Senador Mozarildo Cavalcanti  
Senado Federal

Ao Senhor: Paulo Pires de Campos  
Assessor Especial do Ministro da Justiça  
Esplanada dos Ministérios  
Brasília – DF  
Assunto: presta informações referentes ocupantes Terra  
Indígena Raposa Serra do Sol

Senhor Senador,

Tenho a honra de enviar a V. Exa. cópia do Aviso nº 240/2006, de 9 do corrente, do Ministro de Estado da Justiça, encaminhando as informações em resposta ao Requerimento nº 1.341, de 2005, de sua autoria.

Atenciosamente, – Senador **Alvaro Dias**, no exercício da Primeira-Secretaria.

Aviso nº 240 – MJ

Senhor Assessor,

Em atenção ao Memo nº 175/GM/ASPAR, de 9-2-2006, encaminhamos em anexo quadro resumo dos ocupantes não-índios já cadastrados pela Funai e INCRA, contendo informações a respeito das benfeitorias edificadas de boa-fé já indenizadas pela União/Funai, de acordo com as normas vigentes, e dos ocupantes ainda não indenizados, por município e localidade, com vistas subsidiar resposta ao Senhor Senador da República – Mozarildo Cavalcante,

Na oportunidade, informamos Vossa Senhoria, que serão retomados através dos técnicos da Funai e Incra, em conformidade com a Portaria nº 180/PRES, de 21 de fevereiro de 2006, os trabalhos de levantamento fundiário e sócio-econômico dos ocupantes não-índios ainda não cadastrados pela Funai em levantamentos anteriores.

O resultado final dos trabalhos de campo não foram concluídos com a sintetização das informações já levantadas junto aos interessados, o que deverá estar ocorrendo nesta etapa dos trabalhos, objetivando cumprir as determinações previstas na Portaria nº 534, de 13-4-2005, desse MJ, no que tange a retirada dos não-índios incidentes na Terra Indígena Raposa Serra do Sol.

Atenciosamente, – **Artur Nobre Mendes**, Diretor de Assuntos Fundiários.

Brasília, 9 de março de 2006

A Sua Excelência o Senhor  
Senador Efraim Morais  
Primeiro Secretário do Senado Federal  
Senado Federal  
Brasília – DF  
Assunto: Resposta ao Requerimento de Informação nº 1341/2005 do Senador Mozarildo Cavalcanti.

Senhor Primeiro Secretário,

Em resposta ao Requerimento de Informação nº 1341/2005, de autoria do Senador Mozarildo Cavalcanti, referente ao Ofício nº 173 (SF), de 7 de fevereiro de 2006, encaminhamos a essa Primeira Secretaria as informações que nos foram repassadas pela Fundação Nacional do Índio.

Respeitosas Saudações. – **Márcio Thomaz Bastos**, Ministro de Estado da Justiça.

QUADRO DEMONSTRATIVO DE OCUPANTES NÃO-ÍNDIOS

TERRA INDÍGENA: RAPOSA SERRA DO SOL		MUNICÍPIO: NORMANDIA, UIRAMUTÁ e PACARAÍMA - RR										Nº PROCESSO: 2624/92		
Nº DE ORD.	Nº DO LV	LETRA	NOME DO OCUPANTE	NOME DO IMÓVEL	LOCALIDADE	MUNICÍPIO	SITUAÇÃO DA OCUPAÇÃO	RESIDE NO IMÓVEL	TEMPO DE OCUP. (anos)	ÁREA DO IMÓVEL (ha)	Nº FAMILIA	Nº PESSOAS	INDENIZ. SIM/NÃO	
01	17	B	JOEL DE SOUZA CORTES	FAZENDA MURIRU	RAPOSA	NORMANDIA	PROP.	NÃO	2	1500,00	1	2	NÃO	
02	08	B	ELÁDIO MATOS MARTINS	FAZENDA JACÓ	RAPOSA	NORMANDIA	POSSE	NÃO	7	300,00	1	4	NÃO	
03	08	C	Espólio de MANOEL DA SILVA MOTA	FAZ. QUIXADÁ	BAIXO COTINGO	NORMANDIA	x	NÃO	x	2500,00	1	6	NÃO	
04	09	B	ELÁDIO MATOS MARTINS	NOVO PARAÍSO	RAPOSA	NORMANDIA	POSSE	NÃO	8	700,00	x	x	NÃO	
05	09	C	Espólio de MANOEL DA SILVA MOTA	FAZ. LEMBRANÇA	BAIXO COTINGO	NORMANDIA	x	NÃO	x	2500,00	1	3	NÃO	
06	11	B	VALTER PEREIRA DA SILVA	FAZENDA PILÃO	RAPOSA	NORMANDIA	POSSE	SIM	22	2000,00	1	3	NÃO	
07	11	C	RAIMUNDO DE JESUS CARDOSO SOBRINHO	FAZENDA UNIÃO	RAPOSA	NORMANDIA	POSSE	SIM	12	1500,00	1	3	NÃO	
08	12	A	ALTAMIR LIRA DE QUEROZ	FAZ. NOVA AMIZADE	RAPOSA	NORMANDIA	x	NÃO	x	x	x	x	NÃO	
09	12	C	RAIMUNDO DE JESUS CARDOSO SOBRINHO	NOVA ESPERANÇA	RAPOSA	NORMANDIA	PROP.	NÃO	23	1800,00	1	3	NÃO	
10	13	C	CELINA SOARES CARDOSO	FAZ. AMAZONAS	RAPOSA	NORMANDIA	POSSE	NÃO	x	500,00	x	x	NÃO	
11	18	B	FRANCISCO DE ASSIS PINTO	FAZ. SERRINHA	RAPOSA	NORMANDIA	POSSE	NÃO	12	2000,00	1	4	NÃO	
12	20	B	JOSÉ FELIX CORREA	FAZ. CASA VERDE	RAPOSA	NORMANDIA	PROP.	SIM	9	847,30	1	3	NÃO	
13	22	A	JAQUELINE MAGALHÃES LIMA	FAZENDA RECIFE	RAPOSA	NORMANDIA	x	SIM	12	2000,00	1	3	NÃO	
14	06	A	JOSÉ WILSON DA SILVA	SÍTIO SÃO JOSÉ	NORMANDIA	NORMANDIA	x	x	x	x	x	x	NÃO	
15	09	A	ABDIAS DE OLIVEIRA LIRA	FAZ. NOVA OLINDA	NORMANDIA	NORMANDIA	PROP.	SIM	43	2000,00	1	02	NÃO	
16	10	A	JOSÉ BRANDÃO DO NASCIMENTO	FAZ. UBERLÂNDIA	NORMANDIA	NORMANDIA	PROP.	NÃO	19	2000,00	1	01	NÃO	
17	19	A	MARIA TEREZA COSTA DE MAGALHÃES	FAZ. TATU	NORMANDIA	NORMANDIA	PROP.	NÃO	26	1600,00	x	x	NÃO	
18	20	A	SEBASTIÃO CRUZ LIMA	FAZ. MENSOL	NORMANDIA	NORMANDIA	POSSE	SIM	30	2000,00	2	06	NÃO	
19	23	A	Esp. MERCÍAS DO NASCIMENTO SOUZA	FAZ. IGARAPÉ AZUL	NORMANDIA	NORMANDIA	POSSE	NÃO	24		1	01	NÃO	
20	24	A	Esp. MANOEL JOAQUIM DE MORAES	FAZ. BANDEIRA BRANCA	NORMANDIA	NORMANDIA	POSSE	NÃO			x	x	NÃO	
21	26	A	DEOLINDA DE OLIVEIRA PEIXOTO	FAZ. NOVA										
22	12	A	MORADA(FORRÓ)											
23	01	B	DOMÍCIO DE SOUZA CRUZ	FAZ. 13 DE MAIO	NORMANDIA	NORMANDIA	POSSE	NÃO	25	300,00	x	x	NÃO	
24	02	B	JOSE VIEIRA DE ALBUQUERQUE	FAZENDA EMPRESA	SURUMU	PACARAÍMA	POSSE	NÃO	26	2028,00	2	05	NÃO	
25	02	B	JOSE VIEIRA DE ALBUQUERQUE	FAZENDA NITEROI	SURUMU	PACARAÍMA	PROP.	SIM	31	2000,00	1	4	NÃO	
26	21	A	SEVERIANO BRAGA DE MORAES	VILA PEREIRA - SURUMU					10	1400,00	2	6	NÃO	
27	25	A	IDELFONSO GARCIA LOPES	SÍTIO LAGO VERDE	SURUMU	PACARAÍMA	PROP.	NÃO	15	100,00	1	05	NÃO	
28	07	A	JOSÉ COSTA DE ALBUQUERQUE	FAZ. SÃO SEBASTIÃO	UIRAMUTÁ	UIRAMUTÁ	POSSE	NÃO	8	2000,00	x	x	NÃO	
29	03	B	MARIA BIALIA CARVALHO	FAZ. FORTUNA	UIRAMUTÁ	UIRAMUTÁ	POSSE	NÃO	18	2000,00	x	x	NÃO	
30	04	B	EDMILTON DAS NEVES BANANEIRA	SÍTIO 14 DE AGOSTO	NORMANDIA	NORMANDIA	POSSE	SIM	20	50,00	1	05	P	
31	13	B	ELZA PARACAT COSTA	FAZ. SÃO BORGES	SURUMU	PACARAÍMA	POSSE	SIM	22	1200,00	1	2	P	
				FAZENDA SÃO JOSÉ	SURUMU	PACARAÍMA	POSSE	NÃO	x	2000,00	1	2	P	
				FAZ. PERFEIÇÃO	RAPOSA	NORMANDIA	PROP.	NÃO	74	2750,00	x	x	SIM	

**QUADRO DEMONSTRATIVO DE OCUPANTES NÃO-ÍNDIOS**

TERRA INDÍGENA: RAPOSA SERRA DO SOL		MUNICÍPIO: NORMANDIA, UIRAMUTÁ e PACARAÍMA - RR		Nº PROCESSO: 2624/92									
Nº DE ORD.	Nº DO LV	LETRA	NOME DO OCUPANTE	NOME DO IMÓVEL	LOCALIDADE	MUNICÍPIO	SITUAÇÃO DA OCUPAÇÃO	RESIDE NO IMÓVEL	TEMPO DE OCUP. (anos)	ÁREA DO IMÓVEL (ha)	Nº PESSOAS	Nº FAMÍLIA	INDENIZ. SIM/NÃO
32	14		ELZA PARACAT COSTA	FAZ. DESERTO	RAPOSA	NORMANDIA	PROP.	NÃO	82	3150,00	x	x	SIM
33	15		ONÉZA COSTA MORATELLE	FAZ. SÃO FELIPE	RAPOSA	NORMANDIA	PROP.	NÃO	77	2500,00	x	x	SIM
34	16		ELZA PARACAT COSTA	FAZ. VIZELA	RAPOSA	NORMANDIA	PROP.	NÃO	82	1600,00	x	x	SIM
35	17		ELZA PARACAT COSTA	FAZ. RESERVA	RAPOSA	NORMANDIA	PROP.	NÃO	80	2000,00	x	x	SIM
36	02	C	SEBASTIÃO PEREIRA DA SILVA	FAZ. HAVAIANA	RAPOSA	NORMANDIA	POSSE	SIM	25	150,00	1	2	SIM
37	03	C	OVIDIO DE MELO LIRA	FAZENDA IMBAUBA	RAPOSA	NORMANDIA	POSSE	NÃO	20	2000,00	1	6	SIM
38	04	C	MÁRIO J. CORREA DE MELO	FAZENDA CEDRO	RAPOSA	NORMANDIA	POSSE	NÃO	25	2000,00	1	6	SIM
39	05	A	ELZIO PINHO PEREIRA	FAZENDA PLACA	CONTÃO	NORMANDIA	POSSE	NÃO	6	38,00	1	3	SIM
40	05	B	JOSÉ ANTONIO DE SALES	BOUQUEIRÃO DA LUA	RAPOSA	NORMANDIA	POSSE	SIM	22	2000,00	1	2	SIM
41	05	C	ANTONIO LEITE DE OLIVEIRA	FAZ. TRÊS LAGOAS	SURUMÚ	NORMANDIA	POSSE	NÃO	22	1500,00	1	2	SIM
42	06	A	DEOLINDA DE O. PEIXOTO	FAZ. FELIZ ENCONTRO	RAPOSA	NORMANDIA	POSSE	NÃO	73	2000,00	x	x	SIM
43	06	B	CÍCERO JORGE DA COSTA	FAZ. TEMBEREM	RAPOSA	NORMANDIA	POSSE	NÃO	15	1800,00	1	5	SIM
44	06	C	VALMIR GONÇALVES DE OLIVEIRA	FAZENDA JACARÉ	RAPOSA	NORMANDIA	PROP.	NÃO	13	1199,64	x	6	SIM
45	07	A	JESUS NAZARENO SOUZA CRUZ	FAZ. AVIAQUÁRIA	RAPOSA	NORMANDIA	POSSE	NÃO	41	1000,00	x	x	SIM
46	07	B	COSME ROSAS	FAZ. MANGA BRAVA	RAPOSA	NORMANDIA	POSSE	SIM	12	1000,00	1	8	SIM
47	08	A	GUARACY DE PINHO CRUZ	FAZ. ARATANHA	RAPOSA	NORMANDIA	POSSE	NÃO	72	1000,00	x	x	SIM
48	09	A	JOSE AUZENIR CRUZ LIMA	FAZ. ALVORADA	RAPOSA	NORMANDIA	POSSE	NÃO	33	2000,00	1	3	SIM
49	10	A	EDMIR CORDERO DE MELO	FAZENDA BALA	RAPOSA	NORMANDIA	POSSE	NÃO	18	2000,00	x	x	SIM
50	10	B	CANDECE KAREN LUIS VERAS	FAZENDA MIAMI	RAPOSA	NORMANDIA	POSSE	NÃO	10	x	1	5	SIM
51	10	C	EDMILSON CORDEIRO DE MELO	FAZENDA GUARIBA	RAPOSA	NORMANDIA	PROP.	NÃO	9	2000,00	1	6	SIM
52	11	A	ESTÁCIO PEREIRA DE MELO FILHO	FAZ. COLORADO	RAPOSA	NORMANDIA	x	NÃO	x	2000,00	x	x	SIM
53	12	B	JOSE AUDI TEIXEIRA JÚNIOR	FAZ. TRÊS IRMÃOS	RAPOSA	NORMANDIA	POSSE	NÃO	7	500,00	1	6	SIM
54	13	A	JOSÉ SARAIVA	FAZ. NOVA VIDA	RAPOSA	NORMANDIA	x	NÃO	x	x	x	x	SIM
55	13	B	ARIETE LEITE PINHO	FAZENDA CAFÉ	RAPOSA	NORMANDIA	POSSE	NÃO	12	1000,00	1	4	SIM
56	14	A	JOSÉ ANDRADE PEIXOTO	FAZ. FIDEL CASTRO	RAPOSA	NORMANDIA	POSSE	NÃO	23	300,00	1	4	SIM
57	14	B	FRANCISCO DAS CHAGAS SILVA	SÃO FRANCISCO	RAPOSA	NORMANDIA	POSSE	NÃO	5	300,00	1	4	SIM
58	15	A	LALY DE OLIVEIRA LIRA	FAZ. MANGUEIRA	RAPOSA	NORMANDIA	POSSE	SIM	38	1000,00	1	3	SIM
59	15	B	JOSÉ VIEIRA DE BULHÕES	FAZ. JARAGUÁ	RAPOSA	NORMANDIA	POSSE	NÃO	13	2000,00	1	5	SIM
60	16	A	ROBERTO JOSÉ COSTA NETO	FAZ. MARAVILHA	RAPOSA	NORMANDIA	PROP.	NÃO	50	999,59	2	9	SIM
61	16	B	SEBASTIÃO DA SILVA LEITE	FAZ. CAMPO VERDE	RAPOSA	NORMANDIA	POSSE	SIM	8	950,00	1	4	SIM
62	17	A	FRANCISCO PEIXOTO FILHO	FAZENDA CRAVINA	RAPOSA	NORMANDIA	POSSE	NÃO	34	1500,00	1	2	SIM
63	18	A	ALBERTO L. DE PINHO CRUZ	FAZ. PLANALTO	RAPOSA	NORMANDIA	POSSE	SIM	10	2000,00	1	3	SIM
64	19	A	JOSE PEIXOTO	FAZ. PANTANAL	RAPOSA	NORMANDIA	POSSE	SIM	10	2500,00	1	2	SIM
65	19	B	ROBERTO JOSÉ COSTA NETO	LAGOA 3 IRMÃOS	RAPOSA	NORMANDIA	x	x	x	x	x	x	SIM
66	20	A	JESUS NAZARENO SOUZA CRUZ	FAZ. SERRINHA	RAPOSA	NORMANDIA	POSSE	SIM	21	1000,00	1	2	SIM
67	21	A	GENINOS LEITE PEREIRA	FAZENDA MACARICO	RAPOSA	NORMANDIA	POSSE	NÃO	12	1600,00	x	x	SIM
68	03		OLINDO DE SOUZA	FAZ. CAUÁ	NORMANDIA	NORMANDIA	POSSE	NÃO	14	x	x	x	SIM

QUADRO DEMONSTRATIVO DE OCUPANTES NÃO-ÍNDIOS

TERRA INDÍGENA: RAPOSA SERRA DO SOL MUNICÍPIO: NORMANDIA, UIRAMUTÁ e PACARAÍMA - RR Nº PROCESSO: 2624/92

Nº DE ORD.	Nº DO LV	LETRA	NOME DO OCUPANTE	NOME DO IMÓVEL	LOCALIDADE	MUNICÍPIO	SITUAÇÃO DA OCUPAÇÃO	RESIDE NO IMÓVEL	TEMPO DE OCUP. (anos)	ÁREA DO IMÓVEL (ha)	Nº FAMÍLIA	Nº PESSOAS	INDENIZ. SIM/NÃO
69	04		ITAMAR GOMES BEZERRA	SÍTIO MIRIAÇU	NORMANDIA	NORMANDIA	PROP.	SIM	17	1000,00	1	05	SIM
70	05		RAMUNDO RAILDO PINHEIRO DE SOUZA	FAZ. STA. MARIA	NORMANDIA	NORMANDIA	PROP.	SIM	08	2000,00	2	09	SIM
71	08		Esplóio de LUIS WANDERLAN LEITE PEREIRA	SÍTIO SÃO SEBASTIÃO	NORMANDIA	NORMANDIA	POSSE	SIM	28	1000,00	1	02	SIM
72	11		JORGE DE ANDRADE LIMA	FAZ. NASCENTE	NORMANDIA	NORMANDIA	x	NÃO	x	x	x	x	SIM
73	01	C	MARIA DA C. DE SOUZA VIEIRA	FAZENDA SANTA FÉ	SURUMU	PACARAÍMA	POSSE	NÃO	24	1740,00	1	7	SIM
74	07	C	OSVALDO COSTA D'ALMEIDA	FAZENDA PARACAU	SURUMU	PACARAÍMA	POSSE	NÃO	24	2600,00	x	x	SIM
75	02	A	CUPERINO L. DE OLIVEIRA	FAZENDA SANTA FÉ	SERRAS	UIRAMUTÁ	POSSE	SIM	18	2000,00	1	2	SIM
76	03	A	ANTONIO RODRIGUES FILHO	FAZ. BOUQUEIRÃO	VILA DO MUTUM	UIRAMUTÁ	POSSE	NÃO	2	3000,00	1	3	SIM
77	04	A	ELZA PINHO PEREIRA	FAZENDA TRIUNFO	SERRAS	UIRAMUTÁ	POSSE	NÃO	70	4700,00	x	x	SIM
78	22		JOSE SOARES CRUZ (zezé)	FAZ. SANTA TEREZA	UIRAMUTÁ	UIRAMUTÁ	POSSE	NÃO	37	2000,00	x	x	SIM
79	01		WILSON ALVES BEZERRA	FAZ. STA. APARECIDA	Vivamutá	UIRAMUTÁ	x	SIM	46	2000,00	x	x	SIM

**O SR. PRESIDENTE** (Papaléo Paes. PSDB – AP) – Obrigado, Senador Mozarildo Cavalcanti. V. Ex<sup>a</sup> será atendido, de acordo com o Regimento.

Concedo a palavra ao nobre Senador Mão Santa.

Como orador inscrito, lembro que V. Ex<sup>a</sup> terá o tempo regulamentar máximo de dez minutos e mais dois minutos, se houver necessidade de prorrogação.

**O SR. MÃO SANTA** (PMDB – PI. Pronuncia o seguinte discurso. Sem revisão do orador.) – Sr. Presidente, Senador Papaléo Paes; Sr<sup>as</sup> Senadoras e Srs. Senadores aqui presentes; brasileiras e brasileiros aqui presentes e os que nos assistem pelo sistema de comunicação do Senado, amanhã o País terá oportunidade de comemorar os 40 anos do Partido do Movimento Democrático Brasileiro.

Senador Papaléo Paes e Senador Almeida Lima, na história da nossa República, governo do povo, pelo povo, para o povo, que nasceu do povo insatisfeito contra o absolutismo, contra os reis, este povo foi às ruas com o grito “liberdade, igualdade e fraternidade”. Caíram os reis; foram cem anos para caírem no nosso Brasil.

Todo mundo se lembra da história, Senador Paim, quando D. João VI disse: “Filho, antes que algum aventureiro ponha a coroa, coloque-a na sua cabeça”. O aventureiro era Simón Bolívar, o libertador da América, que estava trazendo o Governo do povo, a democracia. Então, a democracia é do povo; a democracia é complicada, é difícil e tem de ser melhorada.

Se na França foi complicada, houve guilhotina, rodaram as cabeças que a fizeram nascer, como Robespierre, Danton e Marat; depois, veio Napoleão, Montesquieu, aperfeiçoando-a, dividindo o poder para acabar o *L'État c'est moi* dos reis. No Brasil, também houve períodos em que se afastou do povo. Era uma chamada ditadura civil, Senador Papaléo Paes, sendo o ditador civil um homem bom e generoso. Mas a ditadura não é boa. Está aí o livro **Memórias do Cárcere**, de Graciliano Ramos. E a outra ditadura, que foi a dos militares, a que assistimos – há livros de Elio Gaspari a esse respeito –, está muito vivida.

Atentai bem! A plenitude da democracia deveu-se a esse Partido, o PMDB, antes MDB, há 40 anos. Muitos poucos eram corajosos, todos queriam estar no Governo e construíram o Partido do Governo, a Arena. Mas a democracia era do povo, nasceu com o povo, que viu que quem tinha compromisso com o povo, com a liberdade, com a igualdade e com a fraternidade era o nosso Partido. E, aqui, nasceu a anticandidatura de Ulysses Guimarães e de Sobral Pinto, inspirada num grupo de autênticos.

E ele foi o anticandidato, Senador Almeida Lima, contra Geisel, contra os canhões. Atentai bem: o PMDB,

em 1974, teve coragem de buscar as liberdades democráticas e, aqui, enfrentou Geisel. Nem naquele instante, houve unidade. O grupo dos autênticos lançou a idéia que Ulysses e Sobral Pinto tomaram.

O combinado era Ulysses fazer a campanha no País e não vir no dia da eleição, para não dar festa à ditadura e aos militares. Mas Ulysses se empolgou e veio. Era o modelo representativo. Petrônio Portella falou por Geisel, e ele falou por si próprio. Senador Juvêncio da Fonseca, nem Ulysses teve todos os votos do PMDB. Os autênticos votaram em branco, porque acharam que Ulysses não deveria comparecer para não dar brilho àquilo, sinalizando para o mundo a existência de uma democracia. No entanto, eles tinham um ideal comum e continuaram: a Anistia, as “Diretas-Já”, e, finalmente, nós estamos aqui. O PMDB, que não faltou ao povo e que com democracia enfrentou os canhões, vai agora fugir com medo da corrupção. Uns traquinas e uns malandros querem vender o PMDB para o PT. Ulysses Guimarães, Senador Juvêncio da Fonseca, que era do nosso PMDB, foi profeta e viu essa vergonha. Mas eu digo, como poeta, que ninguém se perde no caminho de volta. Que volte a nós o sonho de Ulysses, encantado no fundo do mar. “Ouça a voz rouca das ruas.” É o povo. O compromisso do PMDB é com o povo, com a democracia e com a Pátria, que são do povo. A democracia significa partidos fortes. Não há democracia sem partidos fortes.

Então, vamos manter o PMDB de Ulysses; do Senador Teotônio, que, mesmo com câncer, moribundo, continuou pregando; de Tancredo Neves, que se imolou e morreu de uma doença banal, porque retardou a cura e vitimou-se. Eu operei centenas de pessoas com o mesmo problema. Para fazer essa transição, cito Juscelino, que está sendo retratado em uma minissérie. Ele foi humilhado e cassado. E o PMDB aqui.

Agora, esse PT... Atentai bem! Nem a ditadura impediu o PMDB de ter candidato. Esse PT... Ó, Lula, a ignorância é demais! A ignorância é maior que o mar. Nem a ditadura... Aliás, no primeiro livro de política, Maquiavel disse: “Use suas armas”. O PMDB não é a arma do PT. O PMDB é a arma do povo, da democracia e da Pátria. “Use suas armas.”

A Senadora Heloísa Helena vem de branco, que é o símbolo da pureza. Olhe, um crime hediondo que revolta a todos é o estupro: pegar uma bela mulher, levá-la para a cama à força e ter relação sexual. É um crime hediondo, votado aqui, Senador Juvêncio da Fonseca.

**O Sr. Leonel Pavan** (PSDB – SC) – Senador Mão Santa.



**O SR. MÃO SANTA** (PFL – PI) – Senador Leonel Pavan, vamos passar um pouquinho do estupro, para V. Ex<sup>a</sup> apartear à vontade!

Então, atentai bem: o PT quer cometer um estupro democrático, quer-nos forçar a casar, a nos juntarmos com ele no banquete da democracia, nas núpcias, no dia das eleições. E nós não queremos. Não queremos o Lula. O Lula nos envergonha. O Lula passou à podridão. Não queremos, porque Ulysses disse que a corrupção é o cupim da democracia. E nunca se viu tanta corrupção!

Concedo um aparte ao Senador Leonel Pavan e, depois, ao Senador Almeida Lima, do PMDB. Vou colocar V. Ex<sup>a</sup> aqui também, Sr. Presidente, porque era do PMDB, mas criou asas e voou para o PSDB, talvez prevendo esta vergonha, esta ignomínia: há uns que querem transformar o PMDB em rabo do PT!

**O SR. PRESIDENTE** (Papaléo Paes. PSDB – AP) – Senador, chamo a atenção para o Regimento da Casa, pois o tempo do Senador Mão Santa já foi prorrogado duas vezes. Sendo assim, V. Ex<sup>as</sup> não teriam direito a apartes. Mas, então, vamos abrir uma concessão para que sejam apartes bem rápidos.

**O SR. MÃO SANTA** (PMDB – PI) – Senador Papaléo, é um presente para o PMDB, cujo aniversário é amanhã. V. Ex<sup>a</sup> já nos deixou e foi muito sofrimento. Então, com a sua generosidade, estique o tempo, porque falo em nome do Presidente do Partido, Michel Temer, convidando a Nação brasileira para os 40 anos do seu maior Partido da democracia.

**O SR. PRESIDENTE** (Papaléo Paes. PSDB – AP) – Amanhã, comemoraremos, Senador.

**O Sr. Leonel Pavan** (PSDB – SC) – Senador Mão Santa, o Senador Papaléo Paes tem bola de cristal. Prevendo toda essa confusão, incoerência partidária e ideológica dentro do PMDB, resolveu em tempo procurar algo mais seguro, consistente e que realmente seja um caminho para o Brasil, e procurou o PSDB. Mas V. Ex<sup>a</sup>, Senador Mão Santa, deveria ser a pessoa escolhida para concorrer à Presidência pelo PMDB. Depois de Ulysses, por que não Mão Santa? Por que não? Mão Santa é uma pessoa que orgulha o Congresso, o Senado Federal, e não apenas o Piauí; orgulha a classe política pela sua coerência, pela sua firmeza, pela coragem. Quando falo em coragem, recordo-me de Ulysses Guimarães, um homem de coragem, que dizia o que sentia. Agora, chorar o leite derramado não dá mais; vai ter que ser Garotinho mesmo. Olha, o Brasil diz que está preparado para tantas surpresas, e uma delas foi, infelizmente, para essa ala do PMDB que se diz a mais coerente, a mais democrática, a ala de Ulysses Guimarães, que vai ter de subir no palanque de Garotinho ou, melhor, erguer a bandeira de

Alckmin. Quem sabe, assim, estarão segurando uma bandeira mais segura.

**O SR. MÃO SANTA** (PMDB – PI) – Nós agradecemos o aparte. V. Ex<sup>a</sup> inspirou-se em Ulysses Guimarães, que disse que, faltando a coragem, faltam todas as virtudes. Então, essa coragem é que nos faz acreditar.

Agora, eu fiquei sem apoio. Deixaram o PMDB o Papaléo Paes, o Juvêncio da Fonseca e o Heráclito Fortes. No entanto, Deus compensou e entrou o Senador Almeida Lima. E estamos aí. O Partido teve a coragem de enfrentar tudo: o PT federal nos Estados, as manchas e as nódoas da Justiça, que se misturou com a política – alguns homens, contrariando o sonho de Montesquieu, de Poderes distintos, harmônicos, equipotentes, querem “traquinamente” pular do Poder Judiciário para o Poder político.

Ouçõ o Senador Almeida Lima, que enriquece e fortalece o PMDB.

**O Sr. Almeida Lima** (PMDB – SE) – Nobre Senador Mão Santa, encontro-me inscrito para uma comunicação inadiável. Evidentemente, tratarei do assunto, mas não poderia deixar de pedir o aparte a V. Ex<sup>a</sup> para me congratular com o seu pronunciamento. É o seguinte: o objetivo maior de um partido político é o poder. Não se pode conceber a existência de um partido político sem a pretensão da conquista do poder. Se isso acontece, deixa de ser partido político; deixa de ser um autêntico partido político e passa a ser uma sigla de aluguel. Portanto, nós que defendemos a candidatura própria do PMDB, evidentemente atropelada pela Justiça do nosso País, sobretudo pela medida que vamos mencionar, daqui a pouco, do Ministro Edison Vidigal, escolhemos, mesmo em prévias informais, um candidato. Disse da tribuna desta Casa que votaria em Germano Rigotto, em quem votei, mas disse também que não iria sequer aguardar uma ligação do candidato que viesse a ser aclamado pelas prévias do PMDB para lhe dar apoio. E darei apoio com imenso prazer a Anthony Garotinho, mas quero dizer que o partido que não luta pelo poder, que não tem candidatura, é uma sigla de aluguel. E o mais grave, o que nos envergonha: ser uma sigla de aluguel do Partido dos Trabalhadores é uma miséria, porque sabemos que moeda aquele Partido usa para pagar o aluguel dos partidos que consegue alugar. Esta moeda não é decente: é a do mensalão, que todos estamos ouvindo. Não cometerei um equívoco político e histórico, jamais, de apoiar uma sigla que não tenha respeitado a história político-partidária do nosso País, como o Partido dos Trabalhadores. Minha solidariedade a V. Ex<sup>a</sup>.

**O SR. MÃO SANTA** (PMDB – PI) – Solicito sejam incorporadas todas as palavras desse grande líder e

bravo Senador, um dos primeiros a detectar e apontar a corrupção do PT neste País.

E, para terminar, permita-me ...

**O SR. PRESIDENTE** (Papaléo Paes. PSDB – AP)

– Peço a sua compreensão, Senador Mão Santa.

**O SR. MÃO SANTA** (PMDB – PI) – É já. “Quem sabe faz a hora, não espera acontecer”. Atentai bem, Heloísa Helena: a democracia é do povo, e, com essas nódoas e vergonhas de corrupção, ela tem algo de belo, a alternância do Poder. E o povo. Não é Poder Executivo, que está podre; Legislativo e Judiciário também. Poder é o povo, o povo é que decide, o povo é que é soberano, o povo é que é a razão do PMDB.

**O SR. PRESIDENTE** (Papaléo Paes. PSDB – AP)

– Senador Mão Santa, concederei mais um minuto para V. Ex<sup>a</sup> terminar o seu discurso, mas lhe peço que atente bem para esse tempo, um minuto.

**O SR. MÃO SANTA** (PMDB – PI) – O primeiro segundo aproveito – não gasto – para convidá-lo a voltar para o PMDB. Ninguém se perde no caminho de volta.

E o outro: ao povo! De um lado, eles querem colocar o bipartidarismo, da ditadura, com o PSDB, de Fernando Henrique, que eles diziam ser neoliberal; era o pai dos banqueiros. Do outro, o PT, que sabemos que é mãe dos banqueiros; o pai, a mãe, a família corrupta da política brasileira.

Está escrito no Livro de Deus: no meio está a verdade, no meio está a prosperidade, no meio está a felicidade. O trabalho e o trabalhador fazem a riqueza. No meio, novas candidaturas, a do PMDB, a do PSDB, a da nossa Senadora Heloísa Helena.

Então, vamos juntos. Soberano é o povo. O povo é que decide.

**O SR. PRESIDENTE** (Papaléo Paes. PSDB – AP)

– Muito obrigado, Senador Mão Santa pela sua compreensão.

Concedo a palavra ao nobre Senador Alvaro Dias, como orador inscrito.

S. Ex<sup>a</sup> terá dez minutos para seu pronunciamento.

**O SR. ALVARO DIAS** (PSDB – PR. Pronuncia o seguinte discurso. Com revisão do orador.) – Sr. Presidente, Sr<sup>as</sup> e Srs. Senadores, hoje, às 16h, por designação do Presidente da CPI dos Bingos, Efraim Moraes, numa comissão constituída por mim e também pelos Senadores Flávio Arns e Wellington Salgado, iremos à Caixa Econômica Federal na tentativa de obter as informações necessárias para esclarecer esse deplorável episódio da quebra ilegal de sigilo bancário do caseiro Francenildo.

É evidente que não encontraremos facilidades, certamente dificuldades, mas é importante que a pres-

ção seja feita, a fim de que responsabilização ocorra. Afinal, esse precedente é extremamente perigoso e não pode prosperar. É uma afronta à Constituição, uma invasão à privacidade, uma agressão a direitos individuais que temos de combater veementemente e exigir a responsabilização criminal de quem, eventualmente, tenha, por ordem superior ou não, oferecido informações sigilosas.

No entanto, esse não é o tema do nosso discurso, ao qual esperamos voltar depois dessa diligência à Caixa Econômica Federal.

O tema do nosso discurso é recorrente, mas necessário. É desalentador, Sr. Presidente, mas falar em impasse na tríplice fronteira é rotina. As situações conflitantes e embaraçosas para as partes retornam ao ponto de partida ou ressurgem em modalidades diferenciadas, cada vez de forma mais aguda.

Hoje, pela manhã, recebi em meu gabinete uma comitiva de autoridades da República do Paraguai, integrada pelo Governador de Alto Paraná, Antonio Cardozo; pelo Prefeito de Ciudad del Este, Zacarias Irun; pelo Secretário de Turismo, Mauro Céspedes, além de vereadores e comerciantes do Paraguai. Eles estão em Brasília e estiveram em nosso gabinete relatando as providências que pretendem adotar aqui e buscam uma alternativa diplomática junto ao Itamaraty para o mais recente impasse instalado naquela região.

O contencioso entre Brasil e Paraguai diz respeito agora à expressiva frota de táxis que transportam mercadorias, sendo apreendidos pela Receita Federal. Conforme relato das autoridades paraguaias, a legislação que prevê a proibição para o transporte de mercadorias compradas no Paraguai é antiga e só se aplica a caminhões de carga, não podendo, portanto, ser aplicada a táxis e vans.

Para que possamos avaliar a gravidade da crise, basta considerar que a frota de táxis na fronteira é de aproximadamente seis mil veículos. Esse contingente de trabalhadores está tendo sérias dificuldades para trabalhar.

Os táxis são revistados e permanecem lacrados no pátio da Receita Federal. O motorista de táxi não pode ser penalizado. Um universo de 20 milhões de pessoas depende direta e indiretamente das mercadorias compradas no país vizinho.

A explosão demográfica é um dado que deve ser considerado: nos últimos anos, Ciudad del Este e Foz do Iguaçu tiveram um crescimento de meio milhão de habitantes que estão ligados por uma ponte de 750 metros, que se alterna entre o fluir e o bloqueio.

Sr. Presidente, o episódio que trouxe a Brasília a comitiva paraguaia traz à tona a crise de nossa fronteira: o drama social que se aprofunda na medida em

que o Governo demonstra insensibilidade para lidar com a questão.

O Governo não se pronuncia sobre o desemprego e a violência que crescem vertiginosamente naquela região.

Temos acompanhado e procurado oferecer alternativas e soluções factíveis para o drama vivido pela tríplice fronteira.

Apresentei um projeto para a criação da Universidade Federal do Iguaçu, uma instituição concebida dentro do escopo do Mercosul. Acreditamos que, fomentando o conhecimento, possamos reunir nessa universidade massa crítica de todos os países da região na busca convergente dos problemas que afligem as populações locais.

Igualmente, propusemos a criação do Fundo de Recuperação Econômica para Foz do Iguaçu, afinal Foz do Iguaçu já ofereceu muito ao Brasil e ao Paraná especialmente.

Não há uma política articulada no trato da tríplice fronteira. Temos uma gestão por espasmos a cada vez que um impasse se apresenta.

Consideramos que a crise social de nossa tríplice fronteira é um tema que deve ser alçado ao patamar do debate da campanha presidencial.

Espero que os candidatos à Presidente da República assumam compromissos com clareza, a fim de que não fiquemos apenas no debate, na manifestação de vontade política, sem a conseqüente ação prática da administração pública competente.

Sr. Presidente, para concluir, gostaríamos de nos referir à proposta de criação da comissão paritária Brasil-Paraguai, formalmente instalada durante a audiência pública na Comissão de Relações Exteriores, em Foz do Iguaçu, justamente para debater os problemas socioeconômicos na região da fronteira polarizada por aquela cidade.

Em que pese o mecanismo de internalização das normas em cada país, é claro que é preciso obedecer a um padrão e, considerando que os trabalhos da comissão paritária foram interrompidos em razão da conjuntura política, estamos convencidos de que algo de concreto deve ser proposto.

Sr. Presidente, estou consciente que pouco pode fazer o Congresso Nacional em termos normativos por se tratar o assunto de matéria de política externa, portanto de competência privativa do Poder Executivo.

Não obstante, significativo é o poder do Congresso Nacional, em especial sob a égide de uma comissão paritária como a constituída por ocasião dessa reunião da Comissão de Relações Exteriores, realizada em março do ano passado, em Foz do Iguaçu, no que

concerne à capacidade de influência junto aos Poderes Executivos de ambos os países.

Nesse contexto, trago ao conhecimento da Casa que pretendo apresentar a essa Comissão Paritária proposta de maior integração entre os dois países por meio de tratado bilateral a ser celebrado entre Brasil e Paraguai. O acordo a ser debatido seria referente a condições especiais de trabalho para residentes na fronteira, exatamente com objetivo de permitir ingresso, residência, estudo, trabalho, previdência social e concessão de documento especial de fronteira para estrangeiros residentes em localidades fronteiriças dos dois países.

São sugestões que considero necessárias neste momento em que se aprofunda a crise, sobretudo social, na fronteira dos três países.

Espero, Sr. Presidente, que essa comitiva de autoridades paraguaias que visita hoje o Itamaraty possa despertar a sensibilidade do Governo brasileiro para, num esforço conjunto com o governo paraguaio, encontrar solução para o impasse vivido. O que temos de admitir é que é uma região tremendamente castigada pela sua posição geográfica, já que perde em receita pública, oferecendo território para a construção de uma binacional como Itaipu ou para a preservação do meio ambiente com o tombamento do Parque Nacional do Iguaçu, patrimônio da humanidade, uma região como essa exige políticas públicas compensatórias em retribuição ao muito que oferece ao nosso País.

Muito obrigado, Sr. Presidente.

**O SR. PRESIDENTE** (Papaléo Paes. PSDB – AP)

– Concedo a palavra à Senadora Heloísa Helena, como Líder, por cinco minutos, para uma comunicação urgente de interesse partidário.

Em seguida fará uso da palavra a Senadora Lúcia Vânia por permuta com o Senador Valdir Raupp.

**A SRA. HELOÍSA HELENA** (P-SOL – AL. Como Líder. Sem revisão da oradora.) – Sr. Presidente, Sr<sup>as</sup> e Srs. Senadores, não tive a oportunidade de estar no plenário no dia de ontem, mas sei que vários Senadores trataram do assunto relacionado ao Francenildo – voltarei a este assunto mais tarde – a esta patifaria governista para acobertar e esconder da opinião pública a podridão do Governo.

Neste momento, vou me referir a algo que a nossa querida Senadora Patrícia e o Senador Cristovam já tiveram a oportunidade de examinar: o documentário Falcões, veiculado em uma rede de televisão, que registra denúncias sobre o aliciamento de crianças e jovens brasileiros pelo narcotráfico.

O programa de televisão, que emociona, num misto de tristeza profunda e indignação, a todas as mulheres e homens de bem e de paz no Brasil, é o re-

trato de uma realidade objetiva. Entretanto, caberia ao Governo, ao Congresso e à própria rede de televisão mostrar, de alguma forma, por que isso acontece e o que pode ser feito para mudar essa situação.

Há um quadro dramático onde um menininho é questionado: o que você quer ser quando crescer? E ele diz: bandido. Claro, numa sociedade como a nossa, numa sociedade em que uma empregada doméstica de 18 anos roubou um potinho de margarina de R\$3,20 e está presa há mais de 120 dias na mesma cela de um presídio com senhoras que praticaram crimes hediondos, e não consegue um **habeas corpus**, não consegue sair, já ultrapassou prazo, já rasgou jurisprudência, e já inventaram que não era furto famélico. Porque eu sempre soube que se você furta um pote de margarina você não vai mandar esse pote de margarina para uma conta fantasma de bilhões de dólares no exterior, como petistas, “dudistas” e outros mais fizeram. Pois bem, disseram que não era furto famélico, virou roubo, uma latinha de margarina de R\$3,20. Numa sociedade como esta é fácil, realmente, ser tragado pela marginalidade como último refúgio.

Mas o que é mais grave naquele vídeo? Claro que causas existem diversas. Se cumprirmos a obrigação constitucional de analisar a execução orçamentária, veremos que o Governo no ano passado gastou só com juros da dívida – um ano de juros da dívida – 72 vezes mais do que gastou em segurança pública; 720 vezes mais do que gastou em saneamento; 8 vezes mais do que gastou em saúde; 10 vezes mais do que gastou em educação, Senadora Lúcia Vânia. Então, a causa, é claro, é o aprofundamento do modelo neoliberal, um modelo excludente, um modelo onde a criança não tem creche, não tem pré-escola, não tem acesso à cultura, não tem acesso ao lazer, não tem acesso à experiência do emprego, não tem nada. E se a criança está na rua, ela tem o quê? A sedução maldita da estrutura do narcotráfico.

Agora, todo mundo sabe qual é a causa. Várias pessoas podem esconder, mas a causa existe. Qual é a causa? A ausência do aparelho de Estado para, diretamente, intervir na sociedade a fim de que o Estado brasileiro adote as crianças e os jovens antes que o narcotráfico promova essa maldita adoção. E sabe o que é pior, Senadora Lúcia Vânia? É que o Governo sabe onde estão todas as crianças brasileiras. Conversamos com o Senador Cristovam, quando Governador, e ele nos disse que, quando instalou o Programa do Bolsa-Escola, queria saber onde estava cada uma das crianças. Quando eu trabalhava na universidade, na área de planejamento de serviços públicos, eu sabia tudo, claro, porque é para isso que existe um diagnóstico. Você faz um diagnóstico da situação para, por meio

desse diagnóstico absolutamente objetivo, mesmo que saibamos nós que as frias estatísticas oficiais escondem histórias de vidas que estão sendo destruídas, mas, com base nesses diagnósticos, planejar a ação do aparelho de Estado para acolher a população, de uma forma em geral, e as nossas crianças. E sabe o que é pior? É que o Presidente Lula ou qualquer outro que lá esteja sabe exatamente onde estão todas as crianças brasileiras. Todas! Isso é que é o pior!

Eu consigo saber disso, assim como qualquer pessoa com um mínimo de conhecimento técnico para analisar os dados estatísticos levantados pelo IBGE no Censo, ou na Pesquisa Nacional por Amostragem Domiciliar, ou no perfil definido para análise de todos os setores da sociedade.

O Presidente, então, pode saber onde está cada criança: em qual Estado, em qual macrorregião, em qual microrregião, em qual região metropolitana, em qual Município, em qual subdistrito, em qual bairro. Qualquer pessoa que acessar a Internet saberá exatamente quantas crianças há no Brasil. Um país rico como o Brasil não consegue cuidar de 23 milhões de crianças de zero a seis anos! Pode uma coisa dessas?

Concedo um aparte ao Senador Cristovam Buarque, para depois concluir a análise dos dados.

**O Sr. Cristovam Buarque** (PDT – DF) – Senadora Heloísa Helena, solicitei este aparte para apoiá-la integralmente nessa metáfora, nessa comparação boa que V. Ex<sup>a</sup> vem usando – e eu a ouvi aqui conversando – de que bastava o Governo adotar uma geração! Bastava adotar uma geração! Isso não é difícil, não custa tanto dinheiro. Suas comparações mostram que há de onde tirar esse dinheiro. Basta ter um Governo que mobilize o povo brasileiro, que mobilize a nossa vontade, para que os recursos surjam. E quero acrescentar que a tragédia brasileira está se agravando de tal forma, que eu achava que esta semana iríamos discutir aqui a manchete de sábado do jornal **O Globo** sobre prostituição infantil. No domingo, foi veiculada uma matéria sobre violência tão mais forte do ponto de vista visual, que nem mais discutimos a prostituição infantil. Os problemas vão tomando dimensões tão maiores que esquecemos o anterior. Portanto, pedi o aparte apenas para me solidarizar com V. Ex<sup>a</sup> pelo discurso e dizer que, felizmente, alguns de nós ainda resiste falando sobre esses assuntos.

**A SRA. HELOÍSA HELENA** (P-SOL – AL) – Senador Cristovam Buarque, V. Ex<sup>a</sup> tratou de um tema que está absolutamente articulado ao meu: a menininha pobre vendendo o corpo por um prato de comida e o menino pobre sendo tragado pelo narcotráfico como último refúgio. Os dois condenados e carimbados, como se o único destino de quem nasce pobre no

Brasil fosse ser arrastado para a marginalidade como último refúgio.

Eu só queria que o povo brasileiro tivesse a oportunidade de analisar o detalhamento de informações oficiais que temos para subsidiar ações concretas do Governo Federal. É de cortar o coração saber de todos os detalhes!

Senador Cristovam Buarque, como bem sabe V. Ex<sup>a</sup> e vários outros Parlamentares, o Presidente da República, pelos dados do censo, pode conhecer todas as unidades da Federação, as grandes regiões, as regiões metropolitanas, as mesorregiões, as macrorregiões, as microrregiões, os distritos, os subdistritos e os bairros.

Quando se quer, pode-se conhecer exatamente cada uma das crianças do Brasil. Não se consegue saber onde há 23 milhões de crianças brasileiras em um País de 169 milhões de pessoas? Quando se acessam os dados do IBGE, é possível saber tudo de cada um dos subdistritos. Pode-se analisar e identificar, em cada um dos Estados brasileiros, onde está cada criança.

O nome do documentário é Falcões. Há um pequeno bairro chamado Falcão, na cidade de Quatis, no Rio de Janeiro. Não fui eu que inventei esses dados. Eles estão registrados no censo do IBGE. Então, pelo censo do IBGE, eu consigo saber que, no meu querido Rio de Janeiro – nem vou falar da minha querida Alagoas, porque tenho a obrigação de saber tudo sobre o Estado –, há uma cidadezinha de 10.730 habitantes chamada Quatis, onde há um bairrozinho chamado Falcão.

Senador Cristovam Buarque, por meio das estatísticas oficiais, que estão à disposição de um Presidente, que, infelizmente, além de incompetente e corrupto é insensível, consigo identificar que, nesse bairrozinho chamado Falcão, há 289 pessoas – 156 homens e 133 mulheres – e que, na região urbana da cidade de Quatis, há 139 pessoas – 73 homens e 66 mulheres – e, na região rural, 150 pessoas – 83 homens e 67 mulheres.

Realmente, fica muito difícil simplesmente mudar essa situação, porque a vida passa. A mecânica da vida faz com que as pessoas se esqueçam da realidade objetiva de dor e de sofrimento das outras. Portanto, é essencial – tenho certeza de que o Senador Cristovam Buarque pode fazer isso juntamente comigo na Comissão de Direitos Humanos – que estabeleçamos uma discussão sobre esses episódios dramáticos. É estranho que os escalados para comentar sejam cineastas, produtores de televisão, por mais respeitáveis e sensíveis que sejam. E digo isso, até porque uma

delas, a Gloria Perez, sentiu no coração a pior dor que há, que é a perda de um filho!

Não podemos olhar como olhamos um “filminho”, senão, como bem disse V. Ex<sup>a</sup>, outro filme maldito virá, com mais dor, sofrimento e miséria, com algo que é muito pior: a banalização da miséria, da dor, das crianças arrastadas pelo narcotráfico, do banditismo político e essas coisas mais.

Deixo registrado que o que é mais doloroso para mim é ter a certeza e a convicção de que os dados oficiais estão disponibilizados e podem mostrar onde mora cada uma das crianças pobres deste País: qual o Município, qual o bairro, qual a rua e qual a casa.

Portanto, não há justificativa alguma para tanta incompetência e insensibilidade! Enquanto essa gente se apropria de forma corrupta do dinheiro público, nossas meninhas vendem o corpo por um prato de comida e os nossos meninos pobres são arrastados para as drogas e para a marginalidade como último refúgio.

**O SR. PRESIDENTE** (Papaléo Paes. PSDB – AP) – Concedo a palavra à nobre Senadora Lúcia Vânia, por permuta com o Senador Valdir Raupp.

**O SR. LEONEL PAVAN** (PSDB – SC) – Sr. Presidente, peço a palavra pela ordem.

**O SR. PRESIDENTE** (Papaléo Paes. PSDB – AP) – Concedo a palavra, pela ordem, ao Senador Leonel Pavan.

**O SR. LEONEL PAVAN** (PSDB – SC. Pela ordem.) – Sr. Presidente, apenas gostaria de saber se foram preenchidas as três vagas para as comunicações inadiáveis.

**O SR. PRESIDENTE** (Papaléo Paes. PSDB – AP) – Inclusive as de suplente. Se V. Ex<sup>a</sup> desejar, pode ficar como segundo suplente.

**O SR. LEONEL PAVAN** (PSDB – SC) – Segundo suplente, obrigado!

**O SR. PRESIDENTE** (Papaléo Paes. PSDB – AP) – Ainda há uma esperança!

Concedo a palavra à Senadora Lúcia Vânia.

**A SRA. LÚCIA VÂNIA** (PSDB – GO. Pronuncia o seguinte discurso. Sem revisão da oradora.) – Sr. Presidente, Sr<sup>as</sup> e Srs. Senadores, o que me traz a esta tribuna é o mesmo assunto tratado pela Senadora Heloisa Helena.

Na verdade, ouvindo o pronunciamento de S. Ex<sup>a</sup> me ocorreu pensar o quanto, durante esses três anos, temos alertado o Governo para esse grande problema da juventude brasileira. No entanto, o que tivemos como resposta foi, em primeiro lugar, a Bolsa-Escola absorvida pelo Bolsa-Família, de forma a que perdêssemos o controle dessas crianças.

Não contentes com o fato de absorver a Bolsa-Escola, agora, por fim, absorvem também o Programa de Erradicação do Trabalho Infantil, que também não responde à reportagem que vimos no Fantástico no domingo, mas é um programa que, pelo menos, nos dá a certeza de que a criança estará na escola o dia todo e será motivada a ali permanecer. No entanto, o Governo prefere trabalhar com estatísticas a trabalhar com programas que visam realmente a um resultado objetivo.

Dois dias após a exibição, no programa Fantástico, da Rede Globo, ainda repercute entre os meios de comunicação, os movimentos sociais, autoridades e especialistas na área da criança e do adolescente, o documentário “Falcão – meninos do tráfico”.

Assistimos a depoimentos chocantes, retratando o cotidiano de milhões de meninas e meninas em nosso País que vivem sem esperança e que já fizeram do mundo do crime e da violência a sua realidade.

Quero frisar aqui, com muita ênfase, que dos 16 jovens ouvidos naquele programa, 15 já foram assassinados e um está na prisão. Vejam V. Ex<sup>as</sup> a gravidade desse problema. Essa talvez tenha sido a informação mais chocante do documentário. A vida de uma criança que cresce em meio ao tráfico e à violência passa a não ter valor algum. Acaba cedo demais. É apenas mais um número nas estatísticas oficiais das mortes de adolescentes e jovens em nosso País.

Sr. Presidente, Sr<sup>as</sup> e Srs. Senadores, indignação é a palavra que melhor exprime o que senti ao assistir àquele documentário produzido pelo *rapper* MV Bill e pelo produtor Celso Athayde. Indignação, porque a cada depoimento de uma criança, eu me lembrava de todas as promessas do Presidente Lula de lançar e desenvolver programas para tirar os jovens do mundo do tráfico e da criminalidade, oferecendo-lhes chance de estudar e de trabalhar.

O Programa de Universalização do Ensino Jovem, Senadora Heloísa Helena, lançado pelo então Ministro Cristovam Buarque, não saiu do papel. O Fundeb chega ao Senado da República com todos os defeitos e acertos para serem corrigidos por nós Parlamentares, assim mesmo em regime de urgência. O mais grave é que a provisão orçamentária de R\$500 milhões está muito aquém do projeto aqui encaminhado – da ordem de R\$2 bilhões.

Programas como Primeiro Emprego, Escola de Fábrica, Consórcios da Juventude, Segundo Tempo, todos com nomes muito bonitos, mas todos verdadeiros insucessos, não conseguiram atingir nem uma décima parte das metas anunciadas.

Concedo o aparte ao Senador Antero Paes de Barros.

**O Sr. Antero Paes de Barros (PSDB – MT)** – Senadora Lúcia Vânia, cumprimento V. Ex<sup>a</sup>, que sempre foi uma defensora das questões sociais nesta Casa. O mandato de V. Ex<sup>a</sup> é inteiramente dedicado a essa questão, inclusive, recentemente, em uma polêmica, V. Ex<sup>a</sup> sustentou com muita coerência a erradicação do trabalho infantil, vítima também do populismo deste Governo. V. Ex<sup>a</sup> está de parabéns. Apenas ontem, tive a oportunidade de assistir à matéria no Jornal Nacional. Acho que a Rede Globo de Televisão prestou, com essa matéria, o maior serviço ao setor público que a Nação brasileira poderia receber de um veículo de comunicação social. Hoje compreendo por que a Senadora Patrícia Saboya Gomes quer a autorização da Globo para que essa fita possa ser passada em outras emissoras de televisão e, inclusive, nas televisões governamentais. Cumprimento V. Ex<sup>a</sup> por nunca ter perdido a capacidade de indignação. Ouvir aquelas crianças anunciando aquelas verdades é um tapa na cara da elite brasileira. Precisamos ser melhores do que somos, precisamos fazer mais do que fazemos. O Governo precisa dar mais atenção, o Governo precisa ter políticas públicas. Aquele é o anúncio de que a esmola não é a solução. As pessoas precisam ser cuidadas, amparadas, protegidas. Fato que, infelizmente, não está ocorrendo em nosso País. Cumprimento V. Ex<sup>a</sup>, que sempre foi aqui, no Senado da República, uma defensora da cidadania, uma defensora dos direitos da criança e dos adolescentes. Parabéns, Senadora Lúcia Vânia, V. Ex<sup>a</sup> é o orgulho do nosso Partido, o PSDB, na luta pelas causas sociais!

**A SRA. LÚCIA VÂNIA (PSDB – GO)** – Agradeço a V. Ex<sup>a</sup>, Senador Antero Paes de Barros, que muito bem disse que a Rede Globo expôs para o Brasil, e quiçá para o mundo, o que estamos falando aqui todos os dias desta tribuna. Esta voz é sempre levantada em favor das crianças e adolescentes, assim como a voz da Senadora Patrícia Saboya Gomes, a voz da Senadora Heloísa Helena, a voz de tantos Senadores, como de V. Ex<sup>a</sup> e do Senador Cristovam Buarque, têm sido constantemente acionados para fazer essa defesa em favor da criança e do adolescente brasileiros.

Acredito mesmo que esse documentário tem de servir de reflexão não apenas para nós, da Oposição, mas também para o Governo e para toda a sociedade, porque a responsabilidade por aquele quadro perpassa qualquer ação partidária, é uma responsabilidade do País e de toda a sociedade brasileira.

A verdade é que o Brasil tem hoje 17 milhões de jovens que não estudam – metade do universo juvenil do País. Desses, sete milhões, além de não estudarem, também não trabalham. Para milhares deles, o mundo do crime é a única porta aberta.

Especialistas das mais diferentes áreas têm-se debruçado sobre esse assunto para mostrar a ineficiência e o descaso do Poder Público, que tanto prometeu e pouco tem feito nessa área. E que, com certeza, vai tentar usar as falsas promessas feitas agora, neste ano de eleição, por intermédio de belas imagens de jovens sorridentes dizendo que sua vida melhorou com educação e trabalho.

O Programa Primeiro Emprego, por exemplo, cuja meta era atender a 150 mil jovens em um ano de funcionamento, empregou apenas 6.200 jovens entre 2003 e 2005. Sem poder acabar com a subvenção criada por lei para o Primeiro Emprego, o Governo partiu para outro programa na mesma linha, chamado de Consórcios da Juventude, cujos resultados são igualmente ínfimos, apesar de ter recebido uma verba na ordem de R\$60 milhões.

O Programa Serviço Civil Voluntário, que prevê bolsas para jovens em situação de risco, como ex-presidiários, não teve um único atendimento no ano passado.

A Lei do Aprendiz, sancionada no Governo passado, só foi regulamentada pelo Presidente Lula agora, quase cinco anos depois. Esse atraso trouxe sérios prejuízos a um programa cujo principal objetivo é facilitar o ingresso dos jovens de 14 a 24 anos no mercado de trabalho, além de possibilitar uma melhor formação profissional sem comprometer os seus estudos.

Sr. Presidente, Sr<sup>as</sup> e Srs. Parlamentares, o Congresso Nacional teve uma atuação marcante com os trabalhos da Comissão Parlamentar Mista de Inquérito que investigou a exploração sexual de crianças e adolescentes em nosso País.

*(O Sr. Presidente faz soar a campanha.)*

**A SRA. LÚCIA VÂNIA** (PSDB – GO) – Já vou concluir, Sr. Presidente.

O relatório final apresentou alterações no Código Penal e no Estatuto da Criança e do Adolescente para tornar mais severas as penas aos crimes praticados contra aqueles que utilizam menores para o tráfico ou para qualquer outra atividade ilícita.

Mas é preciso que o Governo passe da palavra à ação. É preciso que o Presidente Lula faça mais do que um discurso improvisado por este País.

Se nem a repressão está funcionando – e temos exemplos disso em várias capitais, onde a população mostra a insegurança e o medo de sair às ruas –, é preciso agir de outras formas, principalmente em relação aos nossos jovens.

Prevenção, educação, chances de inserção social são a fórmula para se garantir um futuro melhor aos nossos meninos e meninas “falcões do tráfico”, como

mostrou o documentário. Sem acesso à educação e sem trabalho, eles estão fadados à subvida, marcados pela falta de perspectivas e sem nenhum tipo de ambição positiva. Não têm sonhos, vivem dentro de um pesadelo. São as principais vítimas da violência, das mortes provocadas pelas guerras entre gangues, pelo tráfico de drogas, pelas armas de fogo.

Afirmou o *rapper* MV Bill, ao final do documentário a que assistimos domingo: “Existem dois brasis. Estamos cuidando mais de um do que do outro. Só que este está crescendo e se transformando num monstro, um monstro do qual já perdemos o controle”.

Obrigada.

**O SR. JOSÉ JORGE** (PFL – PE) – Sr. Presidente, peço a palavra pela ordem.

**O SR. PRESIDENTE** (Papaléo Paes. PSDB – AP) – Concedo a palavra, pela ordem, ao Senador José Jorge.

**O SR. JOSÉ JORGE** (PFL – PE. Pela ordem.) – Sr. Presidente, eu gostaria de me inscrever como Líder da Minoria.

**O SR. PRESIDENTE** (Papaléo Paes. PSDB – AP) – V. Ex<sup>a</sup> está inscrito. Antes, para usar da palavra, está inscrito o Senador Maguito Vilela, pela Liderança do PMDB. Em seguida, se V. Ex<sup>a</sup> desejar, poderá fazer uso da palavra.

**O SR. JOSÉ JORGE** (PFL – PE) – Está bem. Muito obrigado. Aguardo, Sr. Presidente.

**O SR. PRESIDENTE** (Papaléo Paes. PSDB – AP) – Então, Senador José Jorge, V. Ex<sup>a</sup> fará uso da palavra após o pronunciamento do Senador Maguito Vilela, a quem concedo a palavra neste momento pela Liderança do PMDB.

S. Ex<sup>a</sup> dispõe de cinco minutos e de mais dois minutos de prorrogação, se necessário.

**O SR. MAGUITO VILELA** (PMDB – GO. Pela Liderança do PMDB. Sem revisão do orador.) – Sr. Presidente, Sr<sup>as</sup> e Srs. Senadores, eu pretendia falar a respeito do PMDB, a respeito de candidatura própria e das prévias realizadas nos Estados, inclusive no meu, o Estado de Goiás, mas falarei sobre isso amanhã, em comemoração ao aniversário de 40 anos do nosso Partido.

Hoje, Sr. Presidente, Sr<sup>as</sup> e Srs. Senadores, pretendo abordar um tema que preocupa, sem dúvida alguma, todos os agricultores brasileiros. O jornal **O Estado de S. Paulo** publicou, recentemente, uma importante reportagem com o Ministro da Agricultura, Roberto Rodrigues. O Ministro defende a implantação de medidas urgentes em favor da agricultura brasileira.

O problema do agronegócio é grave e vem piorando a cada dia, porque medidas concretas não são tomadas. O Ministro defende a publicação de uma “MP

do Bem” para o setor agropecuário. Essa medida provisória deve contemplar a liberação de mais recursos para sustentar os preços na safra, a prorrogação de vencimentos de dívidas e mais dinheiro para a temporada 2006/2007, além de medidas de redução de custos de produção.

A “MP do Bem” deve incluir ainda a isenção de impostos para importação de insumos e a ampliação do crédito com juros mais baixos, além de estímulos à produção de *biodiesel* de soja no Centro-Oeste brasileiro. Essa medida funcionaria como uma arma poderosa no aproveitamento de excedentes.

São ações que se fazem urgentes. Há uma crise no campo que é real e grave e que se arrasta sem soluções à vista. A área plantada deste ano tende a ter uma redução enorme. Os prejuízos para a economia do País como um todo são de grande impacto.

Os índices positivos alcançados pela atividade produtiva no campo nos últimos anos têm contribuído para sustentar o crescimento do PIB. Se isso diminui, o crescimento do País como um todo também perderá.

No médio prazo, há outro risco embutido nesse problema. A diminuição da produção pode levar a uma pressão inflacionária dentro da regra elementar da economia regida pela oferta e pela procura.

**O Sr. Antero Paes de Barros** (PSDB – MT) – Senador Maguito, V. Ex<sup>a</sup> me permite um aparte?

**O SR. MAGUITO VILELA** (PMDB – GO) – Com o maior prazer, Senador Antero Paes, concedo-lhe o aparte.

**O Sr. Antero Paes de Barros** (PSDB – MT) – Cumprimento V. Ex<sup>a</sup> pela oportunidade do pronunciamento. O ano de 2007, Senador Maguito, está sendo inviabilizado agora. O setor rural, que teve de rolar a dívida no ano passado por não conseguir pagá-la, terá de rolá-la de novo este ano. No ano passado, foi feita uma medida provisória, e foram disponibilizados R\$3 bilhões para o setor, dos quais só R\$600 milhões foram acessados, porque, na medida provisória que autorizou essa rolagem da dívida, estava também embutida uma característica inaceitável: a de que o credor teria de ser o avalista do devedor para que pudesse haver a rolagem da dívida, ou seja, o credor se transformaria em devedor. Daí o fracasso da possibilidade dessa negociação. O Governo precisa ver isso. Senador Maguito Vilela, há apenas dois produtos fora da crise: a cana-de-açúcar – o álcool, evidentemente, em conseqüência, fica de fora também da crise – e o café. Fora isso, é uma crise só! E esse setor é o que sustentou e sustenta a nossa balança comercial e a estabilidade econômica e precisa ser visto como algo fundamental para a indústria, para o comércio e para a geração de empregos. Mato Grosso vinha crescendo a 11% ao ano. Agora,

o desemprego está começando no Estado. Parabéns a V. Ex<sup>a</sup>! Falarei sobre esse assunto amanhã, mas o Senado da República tem de propor medidas para o Governo brasileiro resolver esse problema, que é do agronegócio, mas que é também do País.

**O SR. MAGUITO VILELA** (PMDB – GO) – Agradeço o aparte oportuno de V. Ex<sup>a</sup>, que também sempre demonstrou preocupação com os problemas da agricultura brasileira.

É bom que se diga, Sr. Presidente, que essa crise não é fruto de ineficiência, mas de situações adversas e da conjugação de fatores macroeconômicos nocivos ao setor. Só com a seca, as perdas acumuladas nos últimos três anos foram de 35 milhões de toneladas.

O mais grave, no entanto, foi a mistura explosiva de aumento de custos – que foram puxados pela alta de insumos, entre eles o petróleo – com a queda de preços e do câmbio. Os produtores rurais plantaram a safra 2004/2005 com o dólar a R\$3,00. A colheita dessa mesma safra foi feita com o dólar a R\$2,40. No ano seguinte, as coisas se aprofundaram: a safra foi plantada a R\$2,40 e vendida a R\$2,00 o dólar.

Portanto, Sr. Presidente, Sr<sup>as</sup> e Srs. Senadores, a situação é gravíssima, e espero que o Governo dê uma resposta satisfatória a esse setor, ao setor do agronegócio, ao setor da agricultura.

Recentemente, estive com o Ministro da Agricultura, Roberto Rodrigues, que é quem mais entende de agricultura neste País, que concorda em gênero, número e grau com aquilo que temos pregado e que já propôs a “MP do Bem”.

Sr. Presidente, Sr<sup>as</sup> e Srs. Senadores, quero pedir ao Ministro que insista com a área econômica, que insista com o Presidente Lula, para que se viabilize essa medida provisória, a fim de que se amenize a situação aflitiva dos agricultores brasileiros.

**O Sr. Eduardo Azeredo** (PSDB – MG) – Senador, permita-me um aparte?

**O SR. MAGUITO VILELA** (PMDB – GO) – Se V. Ex<sup>a</sup> me permitir, Sr. Presidente, eu gostaria de ouvir o ilustre ex-Governador Eduardo Azeredo.

**O SR. PRESIDENTE** (Papaléo Paes. PSDB – AP) – Em caráter excepcional.

**O Sr. Eduardo Azeredo** (PSDB – MG) – Senador Maguito Vilela, quero apenas dizer que estamos de acordo com essa preocupação. Em Minas Gerais, o quadro é o mesmo. Há uma preocupação muito grande. A redução do PIB da área agrícola foi significativa, algo em torno de 5%, e tanto os produtores de leite quanto os de carne estão realmente sentindo a necessidade de alguma providência, porque o momento é de dificuldade.



**O SR. MAGUITO VILELA** (PMDB – GO) – Muito obrigado. Acolho o aparte de V. Ex<sup>a</sup>.

Os produtores de leite, de soja, de milho, de arroz, de grãos de uma forma geral, de carne, todos eles estão realmente numa situação de muita dificuldade.

Sr. Presidente, eu gostaria que V. Ex<sup>a</sup> desse como lido o meu pronunciamento, tendo em vista que ainda faltaram trechos importantes a serem lidos.

**SEGUE, NA ÍNTEGRA, DISCURSO DO SR. SENADOR MAGUITO VILELA.**

**SR. MAGUITO VILELA** (PMDB – GO. Sem apanhamento taquigráfico.) – Sr. Presidente, Sr<sup>as</sup> e Srs. Senadores, o jornal **O Estado de S. Paulo** publicou uma importante reportagem com o Ministro da Agricultura, Roberto Rodrigues. O Ministro defende a implantação de medidas urgentes em favor da agricultura.

O problema do agronegócio é grave e vem piorando a cada dia. Isso porque medidas concretas não são tomadas. O Ministro defende a publicação de uma “MP do Bem” para o setor agropecuário. Essa MP deve contemplar a liberação de mais recursos para sustentar os preços na safra, a prorrogação de vencimentos de dívidas e mais dinheiro para a temporada 2006-2007, além de medidas de redução de custos de produção.

A “MP do Bem” deve incluir ainda a isenção de impostos para importação de insumos e ampliação do crédito com juros mais baixos, além de estímulos à produção de biodiesel de soja no Centro-Oeste. Essa medida funcionaria como uma arma poderosa no aproveitamento de excedentes.

São ações que se fazem urgentes. Há uma crise no campo que é real, grave e que se arrasta sem soluções à vista. A área plantada deste ano tende a ter uma redução enorme. Os prejuízos para a economia do País como um todo são de grande impacto.

Os índices positivos alcançados pela atividade produtiva no campo nos últimos anos têm contribuído para sustentar o crescimento do PIB. Se isso diminui, o crescimento do país como um todo também perderá.

No médio prazo, há outro risco embutido nesse problema. A diminuição da produção pode levar a uma pressão inflacionária dentro da regra elementar da economia regida pela oferta e procura.

E é bom que se diga que essa crise não é fruto de ineficiência, mas de situações adversas e a conjugação de fatores macroeconômicos nocivos ao setor. Só com a seca as perdas acumuladas nos últimos três anos foram de 35 milhões de toneladas.

O mais grave, no entanto, foi a mistura explosiva de aumento de custos – que foram puxados pela alta de insumos, entre eles o petróleo – com a queda de preços e do câmbio.

Os produtores rurais plantaram a safra de 2004/2005 com o dólar a R\$3,00. A colheita dessa mesma safra foi feita com o dólar a R\$2,40. No ano seguinte, a coisa de aprofundou. A safra foi plantada a R\$2,40 e vendida a R\$2,00 o dólar.

Na hora da composição dos custos, o dólar estava no alto. Na hora de vender, estava baixo. As contas, evidentemente, não fecham. Os prejuízos se acumulam e, sem medidas urgentes, produtores estão quebrando e a área plantada vai diminuir de forma perigosa.

As medidas propostas pelo ministro Roberto Rodrigues na chamada “MP do Bem” para o setor agropecuário contemplam o combate aos pontos básicos que sustentam a crise do setor.

O primeiro ponto é a liberação de mais R\$1,5 bilhão para Operações Oficiais de Crédito destinadas à formação de estoques oficiais e ao financiamento de operações de venda. O dinheiro seria aplicado em março, abril e maio, em parcelas de R\$500 milhões, para socorrer sobretudo produtores de milho e soja.

Ponto dois. Créditos de R\$5 bilhões para formação de estoques privados. De acordo com o ministro isso já está definido dentro do Governo, mas falta executar a decisão.

Três. Prorrogação das parcelas do crédito de custo da safra 2005-2006 e as parcelas já prorrogadas em 2005 para vencimento em março e abril. O benefício seria estudado caso a caso.

Quatro. Prorrogação de parcelas vencidas em 2005 e 2006 dos programas Pesa, Securitização, Pronaf, Proger Rural, Procera, Prodecer e Fundos Constitucionais. O vencimento seria transferido para 12 meses e depois da última parcela o benefício só seria concedido a quem estivesse em dia com os pagamentos até dezembro de 2004.

Ponto cinco da “MP do Bem” para o setor rural. Destinação de R\$1,8 bilhão no primeiro semestre para a comercialização pecuária, o que corresponde a meio bilhão a mais que o ano anterior.

Outra medida seria a reavaliação de ativos apresentados há anos como garantias pelos produtores. Isso possibilitaria novos financiamentos. Os produtores ainda defendem a manutenção dos R\$45 bilhões previstos no Orçamento para o seguro rural.

Para o Plano Agrícola 2006-2007, propõe-se o aumento do volume de recursos com juros equalizados pelo Tesouro e redução da taxa média. É preciso ainda zerar tarifas de importação de fertilizantes e defensivos e isentar do PIS-Pasep e da Cofins os insumos para a agropecuária.

Essa é uma proposta de medidas mínimas para deter o aprofundamento da crise e seus desdobramentos na economia. O governo Lula entra em um

estágio onde o fomento ao desenvolvimento passa a ser prioritário. Os anos de ajustes ficaram para trás. É preciso agora dar um passo adiante. E esse passo começa pelo campo.

Quando a agropecuária vai bem, o resto do país agradece. Mas a verdade é que a agropecuária vai muito mal. A “MP do Bem” do setor agropecuário, proposta pelo ministro Roberto Rodrigues, vem em boa hora. É preciso que seja implementada e, caso seja, o Congresso Nacional precisa dar todo o apoio às medidas.

Esta não é uma questão que interessa a uma classe. Mas uma questão nacional, que interessa ao povo brasileiro.

É preciso começar a tomar as medidas necessárias. Já, agora, sem mais adiamentos.

Muito obrigado.

**O SR. PRESIDENTE** (Papaléo Paes. PSDB – AP) – V. Ex<sup>a</sup> será atendido, de acordo com o Regimento.

**O SR. JEFFERSON PÉRES** (PDT – AM) – Sr. Presidente, peço a palavra pela ordem.

**O SR. PRESIDENTE** (Papaléo Paes. PSDB – AP) – Concedo a palavra, pela ordem, ao Senador Jefferson Péres.

**O SR. JEFFERSON PÉRES** (PDT – AM. Pela ordem.) – Peço a V. Ex<sup>a</sup> que me inscreva pela Liderança do PDT, se possível antes da Ordem do Dia.

**O SR. PRESIDENTE** (Papaléo Paes. PSDB – AP) – V. Ex<sup>a</sup> está inscrito. Fará uso da palavra, agora, o Senador José Jorge; em seguida, o Senador Antonio Carlos Magalhães, pela Liderança, e V. Ex<sup>a</sup> será o próximo. Caso deseje fazer uso da palavra na ausência do Senador Antonio Carlos Magalhães, após o Senador José Jorge, V. Ex<sup>a</sup> poderá fazê-lo.

**O SR. JOSÉ JORGE** (PFL – PE. Como Líder. Sem revisão do orador.) – Sr. Presidente, Sr<sup>s</sup> e Srs. Senadores, o episódio da quebra criminosa de sigilo bancário do caseiro Francenildo Costa revela, mais uma vez, o caráter autoritário do Governo do Presidente Lula. É assustador ver o que o Poder Executivo pode fazer contra um indefeso cidadão para proteger um de seus caciques.

Não foi sem razão que a mãe do caseiro, a desempregada Benta Maria dos Santos Costa, soube reconhecer facilmente aqueles que ameaçam seu filho. Em depoimento ao jornal **O Estado de S. Paulo**, num pressentimento característico das mães, a assustada senhora declarou: “Eu quero o meu filho de volta e peço ao presidente [Lula] que não faça nada contra o meu filho e mande ele de volta para o Piauí”.

Tem razão a Sr<sup>a</sup> Benta, pois há muitos filhos de “papais” poderosos que não têm coragem de falar a verdade sobre a transformação de uma pequena empresa

de vídeo games em alvo da cobiça de concessionária de serviço público. A dona Benta já percebeu que a inteligente criação do publicitário Duda Mendonça, o “Lulinha, paz e amor”, durou pouco e se acabou. Era apenas uma “peça publicitária” que, depois de atingir seus objetivos, foi retirada da mídia.

O jornalista Alexandre Garcia, ao examinar o que chamou de “Caso Gravíssimo”, foi muito feliz quando declarou: “...a criminosa violação do sigilo bancário do caseiro o obriga a passar pelo constrangimento de confessar-se filho bastardo que havia negociado a dispensa de reconhecimento de paternidade. Só não pode quebrar o sigilo bancário do presidente do Sebrae, Paulo Okamoto, embora a Constituição diga que uma das características do serviço público é a transparência”.

O Presidente da República preocupa-se em defender o sigilo do amigo Okamoto e as intimidades de Palocci, mas o Governo agiu rápido para abrir o sigilo do caseiro e expor a intimidade de seu pai, um senhor de 72 anos de idade.

A situação do Ministro Palocci é, a cada novo depoimento, um exemplo de “crônica de uma morte anunciada”. Há quem diga que, para não fragilizar ainda mais o Presidente Lula, ele deverá ser afastado no final do mês, quando haverá a desincompatibilização de Ministros que sairão candidatos nas próximas eleições.

Recorro, mais uma vez, ao jornalista Alexandre Garcia quando reconhece “que não haverá saída honrosa para o Governo enquanto não esclarecer a violação do sigilo bancário do caseiro na Polícia Federal e na Caixa Econômica, e mostrar quem fez e quem autorizou fazer”.

É preciso também declarar que o Ministro da Justiça, Márcio Thomaz Bastos, um famoso advogado brasileiro, demorou 48 horas para protestar contra a abertura do sigilo bancário do caseiro, e só o fez depois que ficou comprovado que o depósito tinha vindo desse senhor que, aparentemente, é o seu pai.

Há um outro elemento simbólico nessa afronta ao cidadão Francenildo. O que ele tinha na instituição bancária era uma caderneta de poupança, Senador Jefferson Péres, instrumento que, no imaginário popular, é um investimento seguro, pois seria garantido pelo Governo. Existem 24 milhões de pessoas com aplicações na caderneta de poupança.

Que garantias têm os brasileiros de que isso não aconteça também com eles se vierem a discordar de algum poderoso do momento? É um prejuízo irreparável!

Já que o Governo não dá mostras de que vai apurar convenientemente esse delito, apresentei um

requerimento na CPI dos Bingos, convocando a Vice-Presidente de Tecnologia da Caixa Econômica, responsável pelo sigilo, Sr<sup>a</sup> Clarice Coppetti, para prestar esclarecimentos sobre a contratação de terminais de computadores por intermédio da empresa Procomp. Essa empresa está envolvida no imbróglio da renovação de contrato entre a Caixa e a GTech. Além disso, a Vice-Presidente deverá prestar esclarecimentos à Comissão sobre o envolvimento da Caixa Econômica na quebra do sigilo bancário do caseiro Francenildo, já que as atividades de segurança logística da informação fazem parte das atribuições de sua Vice-Presidência.

Ao concluir, eu gostaria de lamentar o comportamento do Ministro do Trabalho, Luiz Marinho, que, de maneira açodada e irresponsável, deu declarações públicas tentando envolver Parlamentares com práticas criminosas. Segundo o Ministro, a quebra de sigilo é um fato sério, “mas tão sério como inventar uma testemunha como o caseiro e treiná-la bem como fizeram. Palocci nunca deixou de prestar esclarecimentos. Inventaram um caseiro”.

Quem inventou esse caseiro? Ele trabalhou lá durante anos e há o seu ex-padrão, quer dizer, ninguém o inventou. Ele existe, é uma pessoa real.

Perjúrio e coação de testemunhas são crimes previstos no Código Penal e o Ministro não apresentou qualquer prova de que isso tenha acontecido. Trata-se de uma acusação irresponsável, porque ele não disse quem o treinou, não disse nada.

Recentemente, comentei desta tribuna que o Ministro Luiz Marinho foi formalmente advertido pela Comissão de Ética Pública do Governo por desacatar o Senador Jorge Bornhausen. Segundo recomendação da Comissão de Ética Pública, o Ministro Marinho “deve observar o autocontrole, inclusive verbal, em tema que respeite às condutas que lhe são atribuídas, a fim de resguardar a urbanidade e o respeito entre os agentes públicos”.

Há 15 dias, o Conselho de Ética Pública deu essa recomendação ao Ministro, que agora voltou a infringir essas normas públicas. Parece que o puxão de orelhão da Comissão de Ética não teve o efeito devido no comportamento de S. Ex<sup>a</sup>. Para analisar a questão, pedirei novamente ao Conselho de Ética que examine a declaração do Ministro Luiz Marinho.

Essa é mais uma comprovação de que o Governo Lula é autoritário e tem desprezo pela lei e por órgãos legalmente constituídos, como é o caso da Comissão de Ética Pública.

Concedo um aparte à Senadora Heloísa Helena.

**A Sra. Heloísa Helena** (P-SOL – AL) – Senador José Jorge, daqui a pouco, o Senador Efraim Morais,

Presidente da CPI dos Bingos, virá ao plenário para fazer um importante comunicado à Casa, pois S. Ex<sup>a</sup> está lá fora com o advogado do Francenildo. Sinto-me muito à vontade de fazer este debate sobre sigilo, porque, assim como V. Ex<sup>a</sup>, o Senador Jefferson Péres e vários outros Senadores, já abrimos mão dos sigilos bancário, fiscal e telefônico antes mesmo do início da Comissão Parlamentar de Inquérito. Lembro a V. Ex<sup>a</sup> que assinamos e encaminhamos um documento ao Ministério Público e à Procuradoria-Geral da República. Não temos sigilos bancário, fiscal e telefônico. No entanto, além da ilegalidade patrocinada, creio que há um fato muito grave que talvez não esteja sendo bem visto: é o risco que esse rapaz está correndo. A partir do momento em que perdeu toda a confiança no aparelho de Estado, que supostamente estava a protegê-lo, ele não quis mais andar com a Polícia Federal e ser enquadrado no Programa de Proteção a Testemunhas. Essa é uma situação muito grave.

**O SR. JOSÉ JORGE** (PFL – PE) – É verdade.

**A Sra. Heloísa Helena** (P-Sol – AL) – Então, quem fez isso, além de cometer uma ilegalidade, ainda colocou um cidadão comum, um caseiro, em risco muito grande, porque ele não quer mais ser protegido. Após seu depoimento, quando estava com a Polícia Federal, o seu advogado dizia a qualquer Parlamentar que passasse: “Olhe, Senador, ele está muito preocupado com a Polícia Federal, que vai com ele”. Eu até lhe disse: “Olhe, meu filho, há muitas pessoas de bem na Polícia Federal, muitas mulheres e homens honestos que vão lhe dar proteção”. E não tenho dúvida de que haja. Só que o aparelho de Estado, não sei se a Caixa Econômica Federal, o Banco Central ou a Polícia Federal, mas certamente alguém de conluio com o Presidente da República, o PT e a sua base bajulatória foi capaz de colocá-lo em risco, porque, agora, ele não quer mais saber de ser acompanhado pela Polícia Federal ou de ser incluído no Programa de Proteção a Testemunhas, porque ele acha que realmente foi o aparelho de Estado que, de forma desrespeitosa, ilegal e imoral, acabou jogando-o num risco tão grande como esse. Então, é algo muito grave o que está acontecendo, em função do futuro desse rapaz.

**O SR. JOSÉ JORGE** (PFL – PE) – Vou encerrar, Sr. Presidente, mas, antes, quero dar inteira razão à Senadora Heloísa Helena e responsabilizar pessoalmente o Presidente Lula, não só pelo que aconteceu a esse rapaz, como também por alguma coisa que venha a ocorrer.

Sabemos que foi o Presidente Lula, pessoalmente, quem comandou a iniciativa, junto ao Supremo Tribunal Federal, assinada pelo Senador Tião Viana – o que, aliás, lamento –, no sentido de impedir o depoimen-

to desse rapaz. Portanto, não tenho dúvida de que o Presidente Lula pode estar por trás da quebra do sigilo bancário do Sr. Francenildo e das inseguranças, como disse a sua mãe, que ele começa a sentir.

Muito obrigado.

**O SR. PRESIDENTE** (Papaléo Paes. PSDB – AP) – Concedo a palavra ao nobre Senador Valdir Raupp como orador inscrito.

S. Ex<sup>a</sup> terá dez minutos para seu pronunciamento.

Em seguida, será chamada a Liderança partidária e, pela ordem, o Senador Antonio Carlos Magalhães e, na ausência, o Senador Jefferson Péres.

**O SR. VALDIR RAUPP** (PMDB – RO. Pronuncia o seguinte discurso. Sem revisão do orador.) – Sr. Presidente, a Assembléia Geral das Nações Unidas adotou a Resolução A/RES/47/193, de 22 de fevereiro de 1993, por intermédio da qual o dia 22 de março de cada ano seria declarado Dia Mundial das Águas para ser observado a partir de 1993, de acordo com as recomendações da Conferência das Nações Unidas sobre Meio Ambiente e Desenvolvimento, contidas no Capítulo XVIII (sobre recursos hídricos) da Agenda 21. E, por meio da Lei nº 10.670, de 14 de maio de 2003, o Congresso Nacional brasileiro instituiu o Dia Nacional da Água na mesma data.

Sr. Presidente, Sr<sup>as</sup> e Srs. Senadores, amanhã estaremos comemorando o Dia Mundial e o Dia Nacional da Águas.

Os Estados foram convidados, como sendo mais apropriado no contexto nacional, a dedicar esse dia a atividades concretas que promovessem a conscientização pública, por meio de publicações e difusão de documentários, e a organização de conferências, mesas-redondas, seminários e exposições relacionadas à conservação e desenvolvimento dos recursos hídricos e/ou a implementação das recomendações da Agenda 21.

No mês em que se comemora o Dia Mundial da Água é preciso lembrar que em diversos lugares do planeta milhares de pessoas já sofrem com a falta desse bem essencial à vida. A água é um bem precioso e insubstituível; é um elemento da natureza, um recurso natural. Na natureza podemos encontrar a água em três estados: sólido (gelo), gasoso (vapor) e líquido. Ainda classificando a água, ela pode ser doce, salobra ou salgada. É de domínio público e de vital importância para a existência da própria vida na face da terra. A água é um recurso natural que propicia saúde, conforto e riqueza ao homem por meio de seus incontáveis usos, dos quais se destacam o abastecimento das populações, a irrigação, a produção de energia, o lazer, a navegação.

Mas, Sr. Presidente, Sr<sup>as</sup> e Srs. Senadores, de acordo com a Gestão dos Recursos Naturais da Agenda 21, a água pode ainda assumir funções básicas, como biológica: constituição celular de animais e vegetais; natural: meio de vida e elemento integrante dos ecossistemas; técnica: aproveitada pelo homem por intermédio das propriedades hidrostática, hidrodinâmica, termodinâmica entre outros fatores, para a produção; simbólica: valores culturais e sociais.

Muito se fala em falta de água e que, num futuro próximo, teremos uma guerra em busca de água potável. O Brasil é um país privilegiado, pois aqui estão 11,6% de toda a água doce do planeta.

Sr. Presidente, Sr<sup>as</sup> e Srs. Senadores, políticas públicas e um melhor gerenciamento dos recursos hídricos em todos os países tornam-se, hoje, essenciais para a manutenção da qualidade de vida dos povos. Se o problema de escassez já existente em algumas regiões não for resolvido, ele se tornará um entrave à continuidade do desenvolvimento do País, resultando em problemas sociais e de saúde, dentre outros. No Brasil, muitos padecem com as doenças de veiculação hídrica, como a febre tifóide, a hepatite A, verminoses e cólera. As verminoses são um dos problemas mais graves de saúde pública do País, afetando principalmente crianças de baixa renda que habitam regiões carentes e com condições precárias de infra-estrutura sanitária.

Estimativas do IBGE apontam que mais de 70% dos esgotos gerados nas cidades não dispõem de sistema de coleta e tratamento. E o mesmo acontece em relação ao lixo domiciliar que, em 40% dos Municípios, é deposto a céu aberto, levando à contaminação do solo e de corpos d'água e à proliferação de doenças.

Dados do Ministério da Saúde demonstram que 80% a 90% das internações hospitalares no Brasil são decorrentes de doenças transmitidas por água contaminada. Cada R\$1,00 aplicado em saneamento básico representa cerca de R\$4,00 ou R\$5,00 economizados em saúde pública.

Sr. Presidente, Senador Papaléo Paes, V. Ex<sup>a</sup> que é médico, e que preside esta sessão, sabe muito bem do que estou falando: a quantidade de pessoas, principalmente crianças que residem em bairros e em cidades carentes, que adoecem e são internadas por contaminação da água.

Sendo a água um bem público, é preciso que o País crie mecanismos de equidade quanto ao acesso ao recurso. A tendência atual é a de que os excluídos sociais tenham menos condições de obter água de boa qualidade.

Está passando da hora, Sr<sup>as</sup> e Srs. Senadores, de os Governos federal, estaduais e municipais investirem mais pesado nesse setor.

Sr. Presidente, Sr<sup>as</sup> e Srs. Senadores, a água é condição essencial de vida de todo vegetal, animal e ser humano. Sem ela não poderíamos conceber como seriam a atmosfera, o clima, a vegetação, a cultura ou a agricultura; também os recursos naturais de transformação da água em água potável são lentos, frágeis e muito limitados. Assim sendo, a água deve ser manipulada com racionalidade, precaução e parcimônia. Apenas esses pontos mostram a dimensão da tarefa de equilibrar nosso modelo de desenvolvimento, de modo que possamos garantir a satisfação de nossas necessidades sem deixar uma herança catastrófica para as futuras gerações, sem falar em todas as outras espécies do planeta. É o chamado desenvolvimento auto-sustentável de que tanto se fala, tanto se propaga, mas, na prática, a situação é bem diferente.

É hora de nos precavermos quanto a esses problemas.

Sr. Presidente, Sr<sup>as</sup> e Srs. Senadores, era o que tinha no momento.

Muito obrigado.

**O SR. PRESIDENTE** (Papaléo Paes. PSDB – AP) – Obrigado, Senador Valdir Raupp.

Concedo a palavra...

**O SR. EFRAIM MORAIS** (PFL – PB) – Sr. Presidente, peço a palavra, pela ordem.

**O SR. PRESIDENTE** (Papaléo Paes. PSDB – AP) – Concedo a palavra, pela ordem, ao Senador Efraim Morais.

**O SR. EFRAIM MORAIS** (PFL – PB. Pela ordem. Sem revisão do orador.) – Sr. Presidente, Senador Papaléo Paes, quero dar conhecimento a V. Ex<sup>a</sup>, que preside a sessão, e as Sr<sup>as</sup> e aos Srs. Senadores, que aqui venho, na condição de Presidente da CPMI dos Bingos, para comunicar-lhes o que acabo de receber, após ser protocolada, autorização do Sr. Francenildo dos Santos Costa, nos seguintes termos:

Eu, FRANCENILDO DOS SANTOS COSTA, brasileiro, solteiro, caseiro, inscrito no CPF/MF sob o nº 002.907.131-37 e portador da CI/RG nº 1.971.519 SSP/PI, residente e domiciliado na Quadra 202, Conjunto 03, Casa 28, São Sebastião-DF, venho, através desta, informar ao Presidente da CPI dos Bingos que autorizo e solicito à essa Comissão que promovam a quebra de meu sigilo bancário, fiscal e telefônico; reservado o direito da não divulgação dos dados, à exceção dos membros desta CPI, sob as penas da lei.

Brasília-DF, 21 de março de 2006

Francenildo dos Santos Costa

Acabei de recebê-la, Sr. Presidente, e já está protocolada na CPI.

Devo informar a V. Ex<sup>a</sup> que, na condição de Presidente da CPI, já recebi comunicado de um dos membros daquela Comissão, que apresentará, ainda hoje, requerimento para que possamos aprovar este requerimento, de acordo com a autorização do caseiro Francenildo dos Santos. E, como brasileiro, quero parabenizá-lo, porque aqui dá um exemplo de homem sério, de trabalhador brasileiro que, mesmo humilde, quer falar a verdade – e precisa dessa verdade – para que nós, que fazemos a CPI, a própria sociedade brasileira e, em especial, o Congresso Nacional possamos realmente dar continuidade às investigações sobre a quebra do sigilo bancário desse jovem que teve sua vida devassada, sem autorização judicial, na Caixa Econômica.

Informo a V. Ex<sup>a</sup> que, na manhã de hoje, a CPI dos Bingos criou uma comissão composta por três Srs. Senadores, por sugestão do Senador Alvaro Dias, constituída por S. Ex<sup>a</sup> e os Senadores Wellington Salgado e Flávio Arns. Essa comissão deve estar se dirigindo à Caixa Econômica, a fim de que a instituição informe quem quebrou esse sigilo bancário, qual funcionário, quem mandou, para que a Justiça, com a mesma agilidade com que determinou que o depoimento desse cidadão fosse interrompido, fosse proibido e também com a mesma agilidade com que proibiu a quebra do sigilo bancário do Sr. Paulo Okamoto, possa esclarecer os fatos, intimar e, ao mesmo tempo, julgar o crime que cometeram contra esse cidadão. Isso atingiu a sua família e, acima de tudo, o direito de um cidadão, simples, porém honesto, um homem trabalhador deste País.

Era o que eu tinha para comunicar a V. Ex<sup>a</sup>

**O SR. PRESIDENTE** (Papaléo Paes. PSDB – AP) – Muito obrigado, Senador Efraim Morais.

**A SRA. HELOÍSA HELENA** (P-SOL – AL) – Peço a palavra pela ordem, Sr. Presidente.

**O SR. PRESIDENTE** (Papaléo Paes. PSDB – AP) – Pela ordem, concedo a palavra à Senadora Heloísa Helena.

**A SRA. HELOÍSA HELENA** (P-SOL – AL. Pela ordem. Sem revisão da oradora.) – Sr. Presidente, diante do fato extremamente importante aqui anunciado pelo Senador Efraim Morais e sabendo que ontem tanto o Senador Antero quanto vários outros Senadores apelaram para que a CPI pudesse fazer quebras outras de sigilo e até com a autoridade moral de quem não tem sigilo bancário, fiscal e telefônico como eu, exijo e desafio que o filho do Presidente Lula, o Sr. Okamoto e os outros que estão diretamente denunciados como partícipes dos crimes contra a administração pública

tenham o mesmo gesto democrático e firme que aqui foi dado pelo caseiro Francenildo.

**O SR. PRESIDENTE** (Papaléo Paes. PSDB – AP)

– Concedo a palavra ao nobre Senador Jefferson Péres, como Líder do PDT.

**O SR. ANTERO PAES DE BARROS** (PSDB – MT)

– Sr. Presidente, peço a palavra pela ordem.

**O SR. PRESIDENTE** (Papaléo Paes. PSDB – AP)

– Pela ordem, tem a palavra o Senador Antero Paes de Barros.

**O SR. ANTERO PAES DE BARROS** (PSDB – MT.

Pela ordem. Sem revisão do orador.) – Sr. Presidente, estou confirmando que vou apresentar requerimento nesses termos. Também já apresentei requerimento à CPI, que espero que seja votado, Presidente Efraim Morais, no sentido de convocar o Presidente da Caixa Econômica Federal.

Hoje, os jornais já trazem, com muita correção, que jamais existiria essa invasão se não houvesse a convivência da Caixa Econômica Federal. É isso que dá esse aparelhamento do Estado brasileiro. Quer dizer, estamos vivendo uma fase, realmente, de ditadura. Isso não é da democracia brasileira. Queremos convocar o Presidente da Caixa. Pedi a minha assessoria para estudar a possibilidade de enquadrar em crime de responsabilidade não só o Presidente da Caixa, mas também o seu superior hierárquico, o Ministro Palocci.

Faço esse registro e espero que os outros cidadãos que têm o sigilo pedido possam ter a mesma atitude daquele “simples caseiro”, o Francenildo.

**O SR. PRESIDENTE** (Papaléo Paes. PSDB – AP)

– Com a palavra o Senador Jefferson Péres, pela Liderança do PDT.

S. Ex<sup>a</sup> dispõe de cinco minutos.

**O SR. JEFFERSON PÉRES** (PDT – AM. Pela

Liderança do PDT. Com revisão do orador.) – Sr. Presidente, Sr<sup>as</sup> e Srs. Senadores, as manifestações ouvidas neste plenário e na imprensa nacional mostram a gravidade do que ocorreu nos últimos dias. Há muito tempo eu não me sentia tão diminuído como cidadão brasileiro, ao ver nosso País reduzido à condição de republiqueta. O que aconteceu na semana passada faz com que o Brasil se nivele aos países mais atrasados do planeta.

Um cidadão brasileiro, diante de uma Comissão Parlamentar de Inquérito, viu seu depoimento suspenso por uma liminar de um Ministro do Supremo Tribunal Federal Injustificável, Sr. Presidente. Injustificável. O Ministro não tinha condições de avaliar, naquele momento – foi um despacho dado em cima do pedido –, se realmente a CPI, ao ouvir o caseiro, estava ou não exorbitando da sua competência. O Ministro, portanto, deveria ter indeferido a liminar. Até porque o caseiro

já havia falado ao Brasil livremente, pelos jornais. O que ele poderia fazer, na CPI, seria ampliar seu depoimento e revelar mais detalhes, não ser cassado pela decisão monocrática de um membro do Supremo Tribunal Federal.

É preciso aprovar o projeto do Senador Alvaro Dias no sentido de que liminares contra os demais poderes sejam apreciadas pelo Pleno do Supremo Tribunal Federal, e não por um juiz apenas.

Como se não bastasse, vimos o episódio tristíssimo e altamente preocupante da quebra ilegal, criminosa do sigilo bancário do mesmo cidadão brasileiro que foi impedido, pelo Poder Judiciário, de falar ao Congresso Nacional. Esse mesmo cidadão brasileiro vê seus direitos violados, com a quebra do seu sigilo bancário, num banco oficial, que é vinculado ao Ministério da Fazenda, onde está a pessoa interessada na quebra do sigilo, a fim de desmoralizar e desqualificar o seu depoimento. Mas o Ministro continua lá, Senador Augusto Botelho!

O Ministro da Justiça, 48 horas depois, disse que o episódio precisa ser apurado. Ele não adota providências fulminantes junto à Polícia Federal, tampouco o Presidente da República, junto ao Ministério da Fazenda, com a demissão imediata do Ministro Antonio Palocci, que boa parte do País hoje exige.

Estamos diante de uma semiditadura do Judiciário. O Senado Federal está sofrendo um **capitis deminutio** no seu papel de legislador, porque quem legisla é o Executivo, por meio de medidas provisórias, e agora sofre outro **capitis deminutio** ao se ver impossibilitado de investigar, outra função relevante deste Poder, por decisões do Poder Judiciário.

Como se não bastasse tudo isso, para mostrar que este País está reduzido à condição de republiqueta, uma centena de eminentes Desembargadores do Estado de Minas Gerais entram em greve, Sr. Presidente. Eles estão em greve, não protestando contra os seus direitos violados, protestando pela manutenção de seus privilégios. Eles ganham mais do que o teto constitucional de R\$24.500,00; ganham alguns cerca de R\$30.000,00, o que representa 100 vezes mais do que o salário mínimo, uma centena de vezes mais que o salário mínimo. Os ilustres Desembargadores do Tribunal de Justiça de Minas Gerais estão protestando! Os R\$24.500,00 não bastam para eles, tem que ser R\$30.000,00, em nome de um falso direito adquirido.

E mais, Sr. Presidente, além disso, tivemos de assistir àqueles minutos lamentavelmente tristes do Jornal Nacional, com aqueles 16 meninos infelizes, com a sua infância destruída, com o seu futuro destrozado, vítimas do narcotráfico e de um país que não consegue sequer garantir a brasileiros menores de idade o míni-

mo de qualidade de vida que os impeça de mergulhar nessa tragédia social e humana incomensurável.

Além disso, nada mais, Sr. Presidente. É este o País lamentável em que vivemos, um país que aspira a ser membro da elite mundial, um país que aspira a ser membro permanente do Conselho de Segurança da ONU, um país que tem as suas instituições maculadas, fragilizadas, anuladas por uma elite política e judiciária que, realmente, Sr. Presidente, em grande parte, ela própria, é responsável por isso que acontece.

O Brasil deveria estar no topo do mundo, sim, por todos os motivos; pelos recursos naturais que tem, pela homogeneidade étnica que possui. No topo do mundo, Sr. Presidente. E o Brasil se equipara, às vezes, como na semana passada, como hoje, às nações mais pobres, mais miseráveis e mais subdesenvolvidas do mundo. Isso é uma tragédia inominável e eu, como homem público, sinto-me, realmente, às vezes, desestimulado e humilhado.

Para concluir, repito aqui o que disse na semana passada: ou o Presidente Luiz Inácio Lula da Silva, Senadora Heloísa Helena, pelo menos para as pessoas que pensam neste País, para as pessoas que têm dignidade neste País, vem a público exigir que o Sr. Okamoto autorize a quebra de seu sigilo bancário, ou o Presidente da República não tem autoridade moral nem para disputar o cargo. É verdade que a maioria do povo brasileiro infelizmente o apóia. Se a eleição fosse hoje, este homem estaria eleito Presidente da República. Na verdade, não é só a elite, não, é grande parte do povo deste País, o que me entristece profundamente, Sr. Presidente.

**O SR. PRESIDENTE** (Papaléo Paes. PSDB – AP) – Concedo a palavra ao nobre Senador Cristovam Buarque como orador inscrito.

Em seguida, fará uso da palavra o Senador Antonio Carlos Magalhães, pela Liderança do PFL.

**O SR. CRISTOVAM BUARQUE** (PDT – DF. Pronuncia o seguinte discurso. Sem revisão do orador.) – Sr. Presidente, Sr<sup>as</sup> e Srs. Senadores, vim falar sobre dois sentimentos e uma proposta. Os dois sentimentos são vergonha e tristeza. Vergonha e tristeza diante daquilo que estamos vendo acontecer no País; vergonha e tristeza, por exemplo, de ver no sábado a manchete principal de um dos mais importantes jornais do Brasil ser sobre o problema da prostituição infantil, dizendo que no Brasil meninas se vendem por R\$1,99, como aqueles produtos, Senadora Heloísa Helena, do começo do real. São meninas “Paraguai” no sentido daquelas lojas “Paraguai” que existiam. Mas minha tristeza e vergonha é que no dia seguinte, praticamente, esqueci isso ao ver o programa do Fantástico

e ver algo mais assustador, embora não mais grave – igualmente grave.

Sinto vergonha e tristeza de como nós abandonamos a infância no Brasil, mas a infância dos pobres, porque este País continua imperial no sentido de ter uma elite aristocratizada e uma plebe abandonada e excluída.

Sinto vergonha e tristeza de ver o que aqueles meninos disseram, como um dizer que preferia a morte, “porque a vida é um esculacho”; outro dizer que a mãe dele já havia perdido três filhos. O que senti foi vergonha e tristeza.

Mas eu sinto também vergonha e tristeza ao constatar que este é um País em que poucas crianças têm computadores entre os ricos e muitas crianças entre os pobres têm fuzis. Ou seja, estamos divididos entre crianças com computadores, que deveriam ser muito mais, e crianças com fuzis, que não deveria ser nenhuma. Agora, sabe o que me deu uma vergonha também? De ver, depois de passar o programa, o debate ser feito, Senador Paulo Paim, apenas com sociólogos e economistas brancos, quando na tela, na violência, as crianças são todas negras. O Brasil tem pessoas como Hélio Santos, como o Mário Nelson, da Bahia, como Ubiratan Castro, como Sueli Carneiro, negros e negra capazes de analisar o que está por trás daquilo, que não é só um problema social, é também um problema racial que tentamos esconder.

Sinto vergonha também das oportunidades perdidas deste País. Perdemos uma oportunidade que foi dita indiretamente por uma das mães quando disse: “Nós precisamos de horário integral”. Se o programa dos Cieps do Brizola tivesse continuado, provavelmente, Senador Heráclito Fortes, essa situação não ocorreria nos morros do Rio de Janeiro. Faz vinte anos que Brizola lançou o Programa do Horário Integral. Ele construiu 500 escolas; faltavam mais duas mil, o que seriam perfeitamente possível realizar em vinte anos. Porém, nós paramos.

Da mesma maneira que sinto vergonha das oportunidades perdidas na Independência, quando não ficamos independentes; na Abolição, quando não abolimos, de fato, a escravidão; na República, quando não fizemos uma república; na Revolução de 30, que não fez o que era preciso, como a reforma agrária; até mesmo na ditadura, contra a qual lutei, mas poderia ter feito algo mais por este País.

Sinto vergonha e tristeza por perceber que, após vinte anos, a democracia, pela qual muitos de nós lutamos com sangue, ainda não chegou ao povo. E o Congresso, recém-aberto e livre, não traz a pauta do povo para o debate na Casa. O máximo que ocorre são discursos de alguns de nós. Na hora do Orçamen-

to, quem recebe são as corporações organizadas, os banqueiros, como a Senadora Heloísa Helena sempre lembra. Esse povo não recebe nada, a não ser sob a forma de esmolas. Essa situação causa-me tristeza e vergonha. Sinto muita vergonha pelas oportunidades perdidas nesses vinte anos. Houve vinte orçamentos aprovados na democracia, mas esses orçamentos não colocaram a pauta do povo entre as nossas obrigações.

Sinto vergonha e tristeza também de ver que o Governo que ajudei a eleger, com tanta esperança – não disse que me arrependo, porque naquele momento estava certo –, não demonstrou, nesses três anos, qualquer gesto radical para enfrentar os problemas radicais, como o trabalho infantil, a prostituição infantil e a violência entre os jovens.

Eu, como Ministro, tentei muito que definíssemos um prazo para acabar com o problema da prostituição e do trabalho infantil. Desejava que fossem dois anos, mas, no fim, assumi quatro no meu ministério – sentia-me “na parede”. Mas, para isso, disse a todos os Ministros encarregados que era necessário existir alguém a quem o Presidente dissesse: “Sua tarefa é esta e, se não a fizer, será demitido, porque é preciso fazer isso”. Mas não vimos isso acontecer!

E sinto ainda outras tristezas – e vergonha também! –, como, por exemplo, de ter tentado, como Ministro da Educação, e não ter conseguido ficar mais tempo do que fiquei. E também sinto vergonha e tristeza pelo que deixei iniciado, sem deixá-lo costurado de maneira que fosse irreversível. Sinto, então, responsabilidade por isso.

Do mesmo modo, também sinto tristeza e vergonha de, como Senador, fazer este discurso e pouco mais. O que mais vou fazer além deste discurso? Às vezes, penso que, como professor, este discurso poderia ser mais respeitado, poderia surtir mais consequências, porque, se não houvesse eleitores, haveria adeptos. Hoje, não sei se tenho eleitores, e adeptos não vão atrás de Senadores, porque estamos desmoralizados!

Sinto também uma profunda tristeza de saber, para não deixar de falar sobre esse assunto, que um pobre caseiro, com patriotismo e coragem imensa, vem aqui dizer as coisas, mas a Justiça não lhe permite falar e ainda tem o seu sigilo bancário quebrado! E o que é mais grave: quando o seu sigilo bancário for visto, porque ele o abriu, constará o seu salário mínimo, ou pouco mais por mês, e a doação de um pai que não o reconheceu antes. E isso é usado contra ele! Sinto tristeza e vergonha.

Mas sinto também tristeza e vergonha quando lembro que, dos 17 meninos que apareceram na re-

portagem, 16 já morreram! No meu País! Na democracia da qual sou Senador! Não sou qualquer um, tenho responsabilidade. O que estou fazendo para parar isso? Isso dá tristeza e vergonha, e não conseguimos quebrar a indiferença. Não conseguimos trazer de volta a indignação para mudar essas coisas, ou não conseguimos trazer juntas a indignação e a força. Os indignados estão impotentes, os poderosos estão indiferentes. Para onde vai um Brasil em que os poderosos são indiferentes? Não vi uma palavra do Presidente Lula sobre os fatos divulgados pela imprensa; nem a respeito da prostituição infantil nem da violência nos morros. Mas, Sr. Presidente, sinto também tristeza e vergonha, porque, daqui a um mês – alegro-me pela presença do Senador Heráclito aqui –, não vamos mais lembrar isso, usando a sua palavra “amnésia”, que toma conta.

Estamos assustados diante do tamanho da notícia trazida no Fantástico, mas, na próxima semana, virá outra notícia e, daqui a um mês ou dois, teremos a Copa do Mundo e todos, de verde e amarelo, vamos comemorar vitórias ou sofrer tristezas e esquecer as mortes. Depois, vêm as eleições, que vão falar de muitas coisas, mas não vão falar desses meninos, até porque nenhum dos dois grandes nomes que estão aí disputando vai ter autoridade de dizer que resolverá esse problema, porque podiam ter, pelo menos, tentado.

Mas, se eu fosse listar todas as tristezas e vergonhas, tomaria muito tempo. Aproveito esses dois minutos, Sr. Presidente, para fazer uma proposta. Aqui, neste Senado, durante a ditadura, havia o grupo dos autênticos, que enfrentava fuzis, que enfrentava prisão, para lutar pela democracia.

Senador Leonel Pavan, penso que está na hora de criarmos um grupo dos autênticos que lute pelos pobres, independente do partido. Não existe partido que defenda apenas o lado dos pobres ou o lado dos ricos. Há pessoas que querem mudar este País **in totum**. Acho que, em alguns partidos, muito mais gente quer mudar; em outros, poucos, mas há pessoas.

Por que não tentamos fazer, aqui no Senado, uma frente pela luta contra a prostituição infantil? Que isso não fique só no discurso, como o meu e das Senadoras Patrícia Saboya, Lúcia Vânia e Heloísa Helena. Eu sinto até tristeza e vergonha também de dizer que não houve discurso de homens aqui sobre este assunto. Parece que as mulheres têm mais ou sensibilidade ou coragem de enfrentar isso.

Por que não fazemos uma frente? Por que não criamos um grupo dos autênticos em defesa da integração social, como fizemos um grupo de autênticos na luta contra a ditadura? Se não fizermos isso, daqui a 15 dias, serão outros discursos nossos, e o povo vai



dizer: “Esse Senador só tem fala. Não precisava ter votado nele. Bastava ele fazer palestra, como professor, como qualquer outra coisa”. Porque nós somos eleitos para termos poder, fazermos, exercermos.

É a hora de fazer o Orçamento. Como deixamos passar a oportunidade do Orçamento sem lutar por um choque social que ponha a pauta do povo em primeiro lugar? Não tenho elaborado em detalhes como seria essa frente e esse grupo de autênticos do social. Tenho elaborado o que seria necessário fazer para resolver esse problema, como muitos, aqui, têm também.

Gostaria que usássemos o tempinho de sobra que as CPIs e os discursos sobre corrupção nos deixam e tentássemos, nesses intervalos, levar o povo nem que seja para os intervalos. Se não queremos levar o povo para a agenda principal, levemos para os intervalos, conversemos. Há formas de se fazer isso. Há formas de se pressionar o Presidente, que prometeu enfrentar isso e não o está fazendo.

Venho aqui hoje manifestar sobretudo a tristeza e a vergonha, como brasileiro, como Senador da República, mas também deixar aberta a possibilidade de procurarmos construir uma frente transpartidária de autênticos pelo social. Que não fiquemos apenas no discurso, mas levemos isso às últimas conseqüências.

Não fizemos manifestações, passeatas pela anistia? Por que não fazemos passeatas para salvar meninos que estão morrendo? Não corremos o risco de sermos presos, expulsos de partidos, para podermos lutar, muitos, pela eleição direta, pela Constituinte? Por que não lutamos, com a mesma força e vigor, em vez de apenas falarmos uma ou outra vez, para que este País seja integrado socialmente, para que as nossas crianças usem computadores em vez de apertar gatilhos de fuzis? Que eles brinquem em vez de traficarem. Que a televisão mostre um Brasil bonito, não triste e feio, como aquele que vimos no domingo à noite!

**O SR. PRESIDENTE** (Papaléo Paes. PSDB – AP)  
– Muito obrigado, Senador Cristovam Buarque.

Concedo a palavra ao nobre Senador Antonio Carlos Magalhães, pela Liderança do PFL.

**O SR. ANTONIO CARLOS MAGALHÃES** (PFL – BA. Pela Liderança do PFL. Sem revisão do orador.)  
– Sr. Presidente, Sr<sup>as</sup> e Srs. Senadores, o Senador Efraim Morais acaba de ler importante declaração do Nildo, que coloca à disposição todo o seu sigilo.

Ontem, quando o ilustre Senador Tião Viana pediu a abertura do sigilo fiscal e bancário do Francenildo, de logo apresentamos os nossos requerimentos, pedindo a do Okamoto e a do Lulinha. Agora, evidentemente, com a declaração do Senador Efraim Morais, está claro que isso precisa andar. Está claro que a CPI tem de votar essas quebras de sigilo.

Diante disso, agora temos o interesse. E a CPI deve estar, neste momento, na Caixa Econômica para saber quem quebrou desnecessariamente o sigilo do pobre caseiro, numa manobra pouco inteligente de desvirtuar o assunto principal, que é o Okamoto, e o assunto também importante, que é o Lulinha. Agora, temos de ficar mais vigilantes. Concordo com o Senador Cristovam Buarque quando diz que devemos tratar imediatamente do ponto que chamou a atenção da imprensa: o da prostituição infantil, o do menor abandonado. São pautas sérias, importantes, pautas de que todos tratamos e que reconhecemos como importantes. Precisamos nos juntar para obter resultados imediatos, mas isso não quer dizer que devamos deixar de falar diariamente das roubalheiras do Governo Lula. A propósito, se ele não toma essas providências, é porque entende que tem poder suficiente para praticar os atos mais ilícitos que a Nação já viu e para deixar de lado a prática de atos indispensáveis para a sociedade brasileira. Temos de mostrar ao País a cada dia o que é o Governo Lula, o engodo que é o Governo Lula – hoje mesmo, deu provas disso na Bahia ao inaugurar obras já existentes, obras feitas pelo Governo do Estado e até mesmo pelo Presidente Fernando Henrique.

Hoje, volto também, Sr. Presidente, àquilo que falei ontem e que hoje vem com mais força na **Folha de S. Paulo**: “Escândalo do Mensalão/Estatais. Relatório do TCU mostra irregularidades em contrato da P-34; pagamentos e preços superfaturados somam US\$17 milhões”. Esse é um dos contratos que a GDK tem com a Petrobras entre os muitos outros que unem as duas empresas.

A GDK é a empresa que deu o Land Rover ao Sr. Sílvio; a GDK é a empresa que emprega pessoas ligadas intimamente ao Sr. Jaques Wagner. Aliás, o Sr. Jaques Wagner, porque estourou esse escândalo, perdeu seu Land Rover que estava no Corredor da Vitória, na Bahia, para ser entregue ao ilustre Ministro das Relações Institucionais. Neste País, relação institucional passou a ser “receber mimos”, como se dizia antigamente, de empresa que, só em um contrato, superfaturou R\$17 milhões – essa empresa tem mais de vinte contratos com a Petrobras, e o Presidente da Petrobras ainda diz que não tem de dar satisfação.

Sr. Presidente, chamo a atenção desta Casa: logo que acabar a CPI dos Correios, deve-se implantar a CPI da Petrobras. Aí sim, vão ser encontradas muito mais coisas além daquelas de que o País já tomou conhecimento e que temos verberado desta tribuna.

*(Interrupção do som.)*

**O SR. ANTONIO CARLOS MAGALHÃES** (PFL – BA) – Sr. Presidente, sei que V. Ex<sup>a</sup> me adverte, sem

querer corta a minha fala, mas a consciência da Nação está alerta para tudo o que está acontecendo. Vê, inclusive, que este plenário praticamente fica vazio todos os dias. Nós é que estamos aqui na trincheira lutando pela moralidade pública. Aqui, não se vê a base aliada e muito menos o PT.

Vejo, agora, com satisfação, a chegada do Presidente da Casa.

É possível que, hoje, votemos alguma coisa, não sei, mas, de qualquer forma, falarão os oradores da Oposição sobre os atos deste Governo nefasto, em que o filho do Presidente da República se locupleta com R\$15 milhões, em que Silvinho recebe Land Rover, em que Roberto Teixeira se beneficia a toda hora e em que Okamoto atua como doador universal – isso está marcado em seu nome pela letra inicial e pela final: o “O” é de doador universal do PT.

Sr. Presidente, as coisas estão ficando mais sérias do que V. Ex<sup>a</sup> pensa. Espero que possamos contar, mais uma vez, com o Presidente do Senado e que votemos na Comissão os requerimentos apresentados aqui ontem e para os quais vamos exigir resposta, já que o Governo muitas vezes não responde aquilo a que é obrigado a responder. Queremos seriedade. Queremos que se diga por que a Petrobras superfatura obras. Queremos, Sr. Presidente – e agora já há boas perspectivas em relação a isso –, que o Brasil entre em breve no regime da seriedade. Já surgiu um candidato que sobe nas pesquisas assustadoramente, deixando os petistas irritados diante da perspectiva de perder aquilo que Garotinho chamava de “boquinha”.

Portanto, Sr. Presidente, vamos trabalhar e fazer com que o Orçamento seja apreciado de forma diferente – vejo, a propósito, a figura do grande Senador Gilberto Mestrinho, que tanto se esforça na Comissão Mista de Planos, Orçamentos Públicos e Fiscalização. Que deixemos para trás o levantar e o sentar que vêm acontecendo todos os anos! Vamos trabalhar, para que, inclusive, haja um Orçamento pelo menos parcialmente impositivo, porque assim, tenho certeza, a roubalheira será menor.

Muito obrigado, Sr. Presidente.

*Durante o discurso do Sr. Antonio Carlos Magalhães, o Sr. Papaléo Paes, Suplente de Secretário, deixa a cadeira da presidência, que é ocupada pelo Sr. Renan Calheiros, Presidente.*

**O SR. ARTHUR VIRGÍLIO** (PSDB – AM) – Peço a palavra pela ordem, Sr. Presidente.

**O SR. PRESIDENTE** (Renan Calheiros. PMDB – AL) – Agradeço a participação do Senador Antonio Carlos Magalhães.

Antes de iniciarmos a Ordem do Dia, concedo a palavra, pela ordem, ao Senador Arthur Virgílio.

**O SR. ARTHUR VIRGÍLIO** (PSDB – AM. Pela ordem. Sem revisão do orador.) – Sr. Presidente, eu gostaria de falar como Líder antes da Ordem do Dia, mas agora tenho uma breve questão de ordem, Sr. Presidente, a apresentar.

Vejo que se cria um clima de impasse entre o Poder Legislativo, que V. Ex<sup>a</sup> preside, e o Poder Judiciário. E isso é tudo o que não deve acontecer, é tudo o que não pode acontecer.

A situação é: o caseiro Francenildo quer depor, e dizem que ele não pode depor. A CPI tem uma vontade, e essa vontade é denegada, é obstaculizada. Não podemos abrir mão do funcionamento das Comissões Parlamentares de Inquérito, sob pena de abrirmos mão da própria soberania do Congresso Nacional sobre seu destino.

Tem havido de nossa parte um profundo respeito em relação ao Judiciário. Não questiono a lisura de nenhuma de suas decisões. Tenho, eu próprio, respeito pelo Judiciário, pelo Supremo Tribunal Federal. Tenho admiração intelectual pelo Ministro Cezar Peluso, tenho respeito fraterno pelo Ministro Nelson Jobim, mas estou vendo que a coisa marcha para o impasse, estou vendo que o clima é de baixa estima entre meus Pares e seus Pares.

Por isso, Sr. Presidente, a proposta que lhe faço é no sentido de V. Ex<sup>a</sup> marcar, com a maior urgência possível, uma conversa definitiva com esse Poder, de forma a se estabelecer um modo de convivência que não signifique o arrepio à lei, de jeito algum, mas que não signifique a castração, a partir dos fatos que estão correndo, de prerrogativas do Poder que V. Ex<sup>a</sup> preside e que integro como Líder de um dos Partidos de Oposição.

Minha sugestão é que V. Ex<sup>a</sup> tenha uma conversa definitiva, profunda, correta, urbana, mas que, ao fim dessa conversa, fique bem definido o que é e o que não é o limite de cada um desses Poderes. Tudo o que eu não gostaria de ver é um Executivo hipertrofiado e, ao mesmo tempo, o Judiciário e o Legislativo, os dois pilares da democracia – em nenhum País do mundo o Poder Executivo é salvaguardador da democracia; o Judiciário e o Legislativo, sim —, os dois poderes que salvaguardam a democracia, se digladiando, com perda para a maximização das investigações. Percebo entre os nossos colegas essa sensação de baixa-estima.

Vejo que o Senador Antero Paes de Barros pede a palavra pela ordem também; mas, antes de começarmos as votações, eu peço a palavra como Líder, Sr. Presidente.

**O SR. ANTERO PAES DE BARROS** (PSDB – MT)

– Sr. Presidente, pela ordem.

**O SR. PRESIDENTE** (Renan Calheiros. PMDB

– AL) – Antes de conceder a palavra a V. Ex<sup>a</sup>, ao Senador Antero e ao Senador Almeida Lima, quero dizer que aceito, sim, aceito mesmo a recomendação do Senador Arthur Virgílio, e vou marcar um encontro com o Presidente do Supremo Tribunal Federal para que possamos realmente minimizar esse impasse.

As tensões são naturais na democracia, já disse e repito, mas o impasse, não. A ninguém interessa o impasse, muito menos ao Brasil. Continuarei a fazer tudo o que estiver ao meu alcance para que as Comissões do Congresso Nacional trabalhem com liberdade e se utilizem de todos os instrumentos disponíveis para a investigação, para que possamos esclarecer todas as denúncias, sejam quais forem.

É fundamental, V. Ex<sup>a</sup> tem razão, que essas denúncias todas sejam esclarecidas e, como consequência, eu tenho dito e repito agora, possamos dar as respostas que a sociedade cobra de todos nós.

**O SR. ANTERO PAES DE BARROS** (PSDB

– MT) – Concedo a palavra ao Senador Antero Paes de Barros.

**O SR. ANTERO PAES DE BARROS** (PSDB – MT.

Pela ordem. Sem revisão do orador.) – Sr. Presidente Renan Calheiros, estou pedindo pela ordem e fiz questão absoluta de levantar esta questão de ordem no instante em que V. Ex<sup>a</sup> estivesse na Presidência do Senado.

Considero muito grave a questão de ordem que vou levantar, e vou explicar calmamente por que. A notícia de hoje da coluna Ancelmo Gois, “‘Big Brother’ petista”, diz o seguinte: “A senadora Ideli Salvatti (PT-SC) pediu a Renan Calheiros, presidente do Senado, as fitas do circuito interno de TV da Casa para saber se o caseiro Francenildo Costa andou visitando algum colega da oposição”.

A pergunta um é se esse pedido foi realmente feito a V. Ex<sup>a</sup>, porque, Sr. Presidente, não posso aceitar esta violência que se pratica hoje contra o Estado Democrático brasileiro: invadem as contas do caseiro e querem agora fazer violência. Eu sou um cidadão que defendo que política é coisa pública. Não tenho o menor problema de ter a minha vida investigada, filmada, gravada 24 horas por dia. Mas não posso aceitar a violência contra o mandato de um Senador da Re-

pública. E estou tomando essa iniciativa como sendo uma decisão contra mim. E é uma decisão até de quem não presta muita atenção, Senador Jefferson Péres, nas informações que presto a esta Casa. A notícia da coluna do Ancelmo Gois é de hoje. Mas vou ler uma questão de ordem que fiz quando estive na CPI dos Bingos o Sr. Francenildo.

Antes de o Sr. Francenildo depor na CPI dos Bingos, eu levantei a seguinte questão de ordem:

**SR. PRESIDENTE SENADOR EFRAIM MORAIS**

(PFL – PB): Agradeço a V. Ex<sup>a</sup>, Senador Suplicy, pelos esclarecimentos. [S. Ex<sup>a</sup> tinha falado antes de mim.] Senador Antero Paes de Barros, V. Ex<sup>a</sup> tem a palavra pela ordem.

**O SR. ANTERO PAES DE BARROS** (PSDB

– MT) – Sr. Presidente, apesar de compreender as questões de ordem, os motivos pelos quais elas foram levantadas pelos Senadores Tião Viana e Eduardo Suplicy, eu quero reafirmar uma convicção política e pessoal de que política é coisa pública. E que, portanto, na minha avaliação, o depoimento deverá ser aberto [eu me referia ao depoimento do caseiro]. Segunda questão, eu faço absoluta questão de relatar à Comissão Parlamentar de Inquérito alguns fatos antecedentes. Na quinta-feira à noite eu recebo um telefonema de um amigo meu, dizendo que eu seria procurado na sexta-feira por um amigo dele, por um conhecido dele no meu gabinete. Na sexta-feira, pela manhã, eu fui procurado no meu gabinete por este amigo, por este conhecido, melhor dizendo, fazendo-se acompanhar do Sr. Nildo. Ele me apresentou o caseiro e, na oportunidade, ele disse que queria falar à CPI. O motivo, em função da entrevista do motorista Francisco, que ele estaria com receio. Pessoalmente, eu não tinha condições de avaliar se era importante ou não o depoimento à CPI. Recomendei-lhe – ao caseiro – e disse até o seguinte: que o medo era desnecessário e que acredito que o motorista havia se protegido com o depoimento que havia dado à CPI. E que, portanto, seria interessante que ele procurasse a imprensa. E fiz alguns contatos no sentido de facilitar isso, mas, precisando viajar, deixei encaminhada essa possibilidade, que posteriormente vi publicada em um dos jornais brasileiros.

Portanto, Sr. Presidente, requerer a V. Ex<sup>a</sup> a fita para saber se o caseiro esteve com um colega da Oposição? Esteve, e eu disse isso antes do depoimento do caseiro. Onde está o crime nisso? Onde foi que recebi o caseiro? Em meu gabinete, Sr. Presidente, que é onde trato de assuntos de interesse público. Não aceito a criação do Estado policial neste País! Não aceito o retorno da ditadura brasileira! Não aceito ser vigiado como Senador da República!

Estou requerendo à Mesa uma varredura, Sr. Presidente, em meus telefones: nos telefones de meu gabinete e de minha residência, porque, depois do que fizeram com o caseiro, não tenho nenhuma dúvida de que nós, adversários políticos do Governo brasileiro, não temos direito à vida privada.

Não aceito, Sr. Presidente, a violação do mandato de Senador da República e tenho a tranqüilidade de quem sabe que está vigiado desde o episódio Waldomiro Diniz. Não receio essa gente, mas não aceito diminuir meu mandato aqui, no Senado da República.

Então, Sr. Presidente, quero posteriormente mostrar a V. Ex<sup>a</sup>, documentadamente, a violência que se faz contra meu mandato. Não vou aceitar isso, por isso peço a V. Ex<sup>a</sup> que tome as providências para garantir a varredura, para garantir a autonomia do meu mandato, para garantir, como Presidente do Senado, pela homenagem a sua história e a nossa história, que a democracia, que o Estado Democrático de Direito seja o regime vigente no País.

É este o apelo que eu quero fazer a V. Ex<sup>a</sup>.

**O SR. PRESIDENTE** (Renan Calheiros. PMDB – AL) – Senador Antero Paes de Barros, vou mandar verificar se há realmente esse pedido de informações e se, até esta altura, já foi dado entrada a esse pedido no nosso Protocolo. Eu não tenho ainda essa informação.

**A SRA. IDELI SALVATTI** (Bloco/PT – RS) – Sr. Presidente, peço a palavra pela ordem.

**O SR. PRESIDENTE** (Renan Calheiros. PMDB – AL) – Concedo a palavra à Senadora Ideli Salvatti. Em seguida, darei à palavra ao nobre Senador Jefferson Péres.

**O SR. ALMEIDA LIMA** (PMDB – SE) – Sr. Presidente, aguardo a palavra...

**O SR. PRESIDENTE** (Renan Calheiros. PMDB – AL) – Senador, darei a palavra a V. Ex<sup>a</sup> também.

**O SR. ALMEIDA LIMA** (PMDB – SE) – Sr. Presidente, apenas para fazer uma consulta a V. Ex<sup>a</sup>.

**O SR. PRESIDENTE** (Renan Calheiros. PMDB – AL) – Pois não.

**O SR. ALMEIDA LIMA** (PMDB – SE. Pela ordem.) – É que eu cheguei ao plenário às 13h30 para aguardar a oportunidade de uma explicação pessoal. Encontro-me inscrito e desejo saber de V. Ex<sup>a</sup> se antes da Ordem do Dia V. Ex<sup>a</sup> dará oportunidade aos três oradores inscritos para uma explicação em caráter de urgência.

**O SR. PRESIDENTE** (Renan Calheiros. PMDB – AL) – Infelizmente, já anunciamos a Ordem do Dia. Para uma comunicação inadiável que tenha ligação com o processo de votação, não tenho o que fazer senão, de acordo com o Regimento, conceder a pala-

vra, o que, aliás, aconteceu em função de uma intervenção do Senador Arthur Virgílio com relação a uma conversa que o Senador propôs do Presidente desta Casa e do Congresso Nacional com o Presidente do Supremo Tribunal Federal, para que possamos trabalhar no sentido de arrefecer o que S. Ex<sup>a</sup> entendeu que se aproximava de um impasse. Houve um desdobramento com relação à colocação do Senador Antero Paes de Barros, em função de um pedido de informações, e mandei verificar se o nosso Protocolo registrou o referido pedido.

Portanto, gostaria de ouvir, pela ordem, a Senadora Ideli Salvatti. Depois, o Senador Jefferson Péres, V. Ex<sup>a</sup>, o Senador César Borges, a Senadora Heloísa Helena e, depois, passaríamos à Ordem do Dia.

Há uma ansiedade muito grande da Casa com relação à Ordem do Dia. Não tivemos como votar nas últimas duas semanas porque a pauta estava trancada por várias medidas provisórias, e esta é a oportunidade, oportunidade mesmo, para avançarmos no calendário com relação à nossa agenda, à nossa pauta.

Senadora Ideli Salvatti, com a palavra V. Ex<sup>a</sup>.

**A SRA. IDELI SALVATTI** (Bloco/PT – SC. Pela ordem. Sem revisão da oradora.) – Sr. Presidente, em primeiro lugar, quero dizer a V. Ex<sup>a</sup> que não há necessidade de se fazer verificação, porque houve a solicitação. Não sei se já está tramitando, mas tenho o protocolo de recebimento.

O pedido é muito singelo e não tem obviamente o objetivo de atingir ninguém, principalmente alguém que, no caso, já havia, como aqui registrou, dito de viva voz e anteriormente a isso...

O Senador Antero Paes de Barros, por exemplo – confirmo tudo –, fez o registro de que foi uma pessoa comum que levou o Sr. Nildo ao gabinete dele. Portanto, o pedido para saber se houve qualquer registro da movimentação do Sr. Nildo nos últimos 15 dias dentro do Senado não teve como objetivo atingir o Senador Antero Paes de Barros. Não tem como atingir alguém que, já de pronto e de viva voz, tomou a iniciativa de fazer o registro. O requerimento apenas teve como objetivo... Além do Senador Antero Paes de Barros, há outros Senadores... Está cheio de notinha plantada, em todo canto, a respeito dos procedimentos envolvendo ou não a pessoa do Sr. Nildo no Senado da República. Então, não teve objetivo de atingir ninguém, muito menos alguém que tomou a iniciativa, de viva voz, de fazê-lo.

Portanto, Sr. Presidente, Senador Renan Calheiros, o nosso pedido, entregue e mantido, tem como único objetivo saber exatamente se há qualquer tipo de registro da movimentação do Sr. Nildo no Senado.

Volto a dizer: o Sr. Nildo é uma pessoa que tem, de toda esta Casa, o respeito devido a alguém que, de livre e espontânea vontade, apresentou depoimento e poderá ou não configurar-se como alguém que, ao prestar um depoimento, traz à Nação o benefício da investigação de algo que a todos nós preocupa.

Ressalte-se, porém, que nenhum cidadão brasileiro é culpado até prova em contrário e nenhum brasileiro está acima de toda e qualquer suspeita. Portanto, poderá ser confirmado o que o Sr. Nildo declara, como também determinadas situações envolvendo O Sr. Nildo poderão ser comprovadas, dependendo do que vai acontecer. Refiro-me, por exemplo, à efetivação legal, se esta Casa aprovar a matéria, de sua quebra de sigilo. São apenas procedimentos para que não paire qualquer dúvida a respeito **a priori** de inocência ou culpa de qualquer cidadão brasileiro.

Portanto, Senador Renan Calheiros, mantenho o requerimento que elaborei. Entendo que ele não busca atingir ninguém, mas apenas a contribuir com a elucidação dos fatos de um episódio que acabou transformando-se num acontecimento de repercussão nacional, que poderá ter gravidade ou não, se confirmado essa ou aquela versão daquilo que aconteceu aqui no Senado da República.

Portanto, asseguro a V. Ex<sup>a</sup>, Senador Antero Paes de Barros, que fiz o requerimento, cujo texto não envolve nenhum Senador, nem tem nada a ver com ninguém, com o único objetivo de contribuir com a elucidação dos fatos, até porque, se eu quisesse atingir ou vincular V. Ex<sup>a</sup> a qualquer coisa seria absolutamente inócuo, porque V. Ex<sup>a</sup> mesmo, de viva voz, no dia da vinda do Nildo, assumiu que por tratativa de um amigo comum o Nildo foi ao gabinete de V. Ex<sup>a</sup>.

**O SR. HERÁCLITO FORTES** (PFL – PI) – Sr. Presidente.

**O SR. PRESIDENTE** (Renan Calheiros. PMDB – AL) – Senador Heráclito Fortes, daqui a pouco atenderei V. Ex<sup>a</sup>. Vou conceder a palavra, pela ordem, ao Senador Jefferson Péres e ao Senador César Borges. Em seguida, ouvirei V. Ex<sup>a</sup>.

Com a palavra o Senador Jefferson Péres.

**O SR. JEFFERSON PÉRES** (PDT – AM. Pela ordem. Sem revisão do orador.) – Senador Renan Calheiros, é a V. Ex<sup>a</sup> que quero me dirigir para, de certa forma, reiterar o apelo que lhe fez o Senador Arthur Virgílio, para tentar um entendimento não apenas com o Judiciário mas também com o Executivo.

Sinto um clima muito ruim neste País. A atmosfera está envenenada no Senado, na Câmara, certamente, e nas ruas também. Os apelos que recebo, os protestos, as preocupações dos cidadãos comuns do povo em todos os lugares, Sr. Presidente, mostram

que está em gestação uma crise que, acredite quem quiser, não sei onde vai desembocar.

Os Congressistas se sentem cerceados pelo Poder Judiciário, com ou sem razão, não sei, mas se sentem; o Congresso está peado, tolhido em sua função precípua de investigar, em virtude de decisões monocráticas de juízes, Sr. Presidente.

A Nação brasileira acaba de ser agredida com a quebra, ilegal, criminosa, do sigilo bancário daquele humilde cidadão brasileiro. Não quero saber quem ele é, se ele está dizendo a verdade, se ele está a serviço de alguém, mas o sigilo dele foi violado pelo Governo. Foi violado por alguém do Governo, Polícia Federal, Caixa Econômica, não me importa. Um fato gravíssimo! E isso jogou gasolina nessa fogueira que poderá crescer muito.

Sr. Presidente, eu faço apelo à transparência de todos. O Governo quer ouvir testemunhas, pessoas que atingem a Oposição ou governos passados. Vamos fazer um pacto de transparência. O Presidente da República autoriza a quebra do sigilo bancário do Sr. Okamoto, para saber de onde veio o dinheiro do Sr. Okamoto. A Nação inteira quer saber. O Presidente da República devia dizer isso ao Brasil. Está aí. Não tenho nada a temer.

Okamoto, ponha seu sigilo bancário à disposição do Congresso, já que o Supremo não deixa quebrá-lo. Deixa o caseiro depor. Chame quem quiser para prejudicar o PSDB, o PFL, o PDT. Chame, vamos dar transparência a este País. Assim a crise, eu creio que acaba, Sr. Presidente. Estamos indo num caminho que não sei aonde vai levar, Sr. Presidente.

Desculpem-me, mas tinha, na qualidade de cidadão brasileiro mais do que como Senador, de fazer essas ponderações.

**O SR. PRESIDENTE** (Renan Calheiros. PMDB – AL) – Agradeço muito pelas ponderações de V. Ex<sup>a</sup>.

Concedo a palavra ao Senador César Borges.

**O SR. CÉSAR BORGES** (PFL – BA. Pela ordem. Sem revisão do orador.) – Sr. Presidente, Sr<sup>as</sup> e Srs. Senadores, em primeiro lugar, peço a palavra para manifestar minha estranheza perante essa situação, que me parece de completo retrocesso em relação às liberdades.

Estamos assistindo a uma tentativa de cercear a liberdade até dos Parlamentares. Refiro-me ao requerimento da Senadora Ideli Salvatti, porque não me lembro de que S. Ex<sup>a</sup> tenha feito algum requerimento nesse sentido, ou seja, para saber, quando da vinda de Paulo Okamoto, em que gabinete ele passou. Não sei se quando o Sombra esteve aqui ele passou no gabinete da Senadora Ideli ou não. Agora, ela procura

direcionar as câmeras desta Casa para alguns gabinetes, porque, assim, talvez seja o seu interesse.

É preciso que V. Ex<sup>a</sup>, como Presidente do Senado, possa indeferir liminarmente um requerimento desse e tomar as providências cabíveis. É lamentável essa postura, porque, depois de muito tempo de o País ter retornado à normalidade democrática, vemos agora um partido tentando cercear essa liberdade duramente conquistada pelo povo brasileiro.

Sr. Presidente, eu também me inscrevi para uma comunicação inadiável. Vejo que V. Ex<sup>a</sup> talvez não dê a palavra para esse fim no dia de hoje. Chegamos aqui cedo na tentativa de nos inscrevermos para falar no plenário por cinco minutos. Vou dizer, muito rapidamente, o que pretendia.

O Presidente da República, mais uma vez, de forma autoritária, vetou na íntegra o Projeto de Lei da Câmara nº 142, aprovado na Câmara dos Deputados, aprovado no Senado, por maioria desta Casa e da Câmara dos Deputados. Vetou na íntegra e se achou no direito de editar uma medida provisória que não atende absolutamente nada com relação à dívida dos produtores rurais do Nordeste brasileiro, desprezando inteiramente a soberania do Congresso Nacional, representada pela Câmara e pelo Senado.

Eu aqui, na semana passada, por duas vezes, fui à tribuna para solicitar a V. Ex<sup>a</sup> que esse veto possa vir, rapidamente, ser apreciado por este Plenário – o Congresso reunido; senão, nós estaremos diminuindo a atuação do Congresso Nacional. V. Ex<sup>a</sup> atuou de forma decisiva para que este projeto fosse votado rapidamente – e ele o foi –, com a aprovação maciça dos Srs. Deputados. Nós não podemos aceitar que agora o Sr. Presidente venha a vetá-lo, na sua inteireza, e editar em seguida uma medida provisória. Isso é diminuir o papel do Congresso Nacional. Então, o meu apelo é que V. Ex<sup>a</sup> se pronuncie a respeito para que nós possamos colocar em apreciação, com urgência urgentíssima, esse veto. Muito obrigado, Sr. Presidente.

**O SR. ALOIZIO MERCADANTE** (Bloco/PT – SP) – Pela ordem, Sr. Presidente.

**O SR. HERÁCLITO FORTES** (PFL – PI) – Sr. Presidente, agradeço...

**O SR. PRESIDENTE** (Renan Calheiros. PMDB – AL) – Vou conceder a palavra ao Senador Heráclito, que é o segundo inscrito, e ao Senador Aloizio Mercadante, o terceiro inscrito.

**A SRA. HELOÍSA HELENA** (P-SOL – AL) – Sr. Presidente, pela ordem. Eu me inscrevi antes do Senador Aloizio Mercadante. Então, eu solicito a V. Ex<sup>a</sup>.

**O SR. PRESIDENTE** (Renan Calheiros. PMDB – AL) – Eu estou exatamente anunciando que vou conceder ao Senador Heráclito, que é o segundo inscrito;

ao Senador Aloizio Mercadante, que é o terceiro, para fazer valer essa condição que V. Ex<sup>a</sup> invoca.

Com a palavra V. Ex<sup>a</sup>.

**O SR. HERÁCLITO FORTES** (PFL – PI) – Sr. Presidente, é muito grave...

**O SR. PRESIDENTE** (Renan Calheiros. PMDB – AL) – Não, com a palavra a Senadora Heloísa Helena. Eu disse que daria a palavra, em segundo lugar, a V. Ex<sup>a</sup> e, em terceiro lugar, ao Senador Aloizio Mercadante, para salvaguardar o que invoca a Senadora Heloísa Helena, que é a precedência na inscrição.

Com a palavra V. Ex<sup>a</sup>.

**A SRA. HELOÍSA HELENA** (P-SOL – AL. Pela ordem. Sem revisão da oradora.) – Sr. Presidente, Sr<sup>as</sup> e Srs. Senadores, eu não tenho nenhum problema em que se instalem câmeras de televisão, escutas ou outras coisas mais no meu gabinete. Não tem nenhum problema, porque no meu gabinete não recebo bandido, vigarista. Se quiserem instalar no meu gabinete, não tem nenhum problema. Será algo até cansativo, porque é coisa de trabalho, cotidiano. Então, como não estou a legislar em causa própria, não tem nenhum problema.

Entretanto, a declaração da Líder do PT me preocupou mais do que a preocupação, que eu obrigatoriamente já tinha que ter, para preservar o direito que o Senador Antero tem de receber pessoas no gabinete dele, especialmente para cumprirmos nossas obrigações constitucionais de fiscalizar os órgãos do Executivo.

A preocupação aumentou porque, embora eu tivesse a obrigação de defender, com igual veemência, qualquer ataque que fosse feito ao mandato do Senador Antero, a explicação foi mais grave, porque a explicação disse que não era para identificar quem entrava no gabinete do Senador Antero, mas era porque havia várias notinhas nos jornais dizendo que outros Senadores recebiam e... Então, vai ficar muito difícil.

Estou mais preocupada ainda, porque já disse várias vezes: não tenho sigilo bancário, nem fiscal, nem telefônico. Já liguei e já recebi ligações do advogado e do Sr. Nildo, desesperado, com medo de morrer. Porque é evidente que neste País se rouba, se mata, se estabelecem calúnias e se faz qualquer coisa para liquidar quem pela frente passe, ameaçando seu projeto de poder.

Quando o Sr. Francenildo, desesperado, na porta do banheiro, no anexo da CPI dos Correios, estava lá tremendo, e o advogado dele me perguntou: “Senadora, ele quer que a Sr<sup>a</sup> diga que a Polícia Federal é de confiança”, eu disse a ele: olhe, meu filho, a Polícia Federal é de confiança. Tem mulheres e homens

de bem na Polícia Federal. Pode ir com eles que você ficará à vontade.

O advogado dele me liga, depois da quebra do sigilo, ele falando comigo desesperado ao telefone: “Olha, eu bem que disse que a Polícia Federal... foi eles que fizeram e tal.” Ninguém nem sabe quem foi. Quer dizer, o Presidente da Caixa Econômica Federal e o gerente já sabem. Não disponibilizaram ainda porque não respeitam o Congresso Nacional, porque já sabem. Só acessa a conta de alguém quem tem o código para acessá-la. Agora, como o Congresso Nacional não merece o respeito, ninguém disse ainda. Mas o Presidente da Caixa já sabe quem foi que acessou a conta, já sabe quem é o gerente ou o funcionário que acessou a conta, porque fica registrado o código utilizado para acesso.

Então, vamos acabar com essa pouca vergonha de dizer que não sabe. É porque não respeita o Congresso Nacional. Então, estou solidária com V. Ex<sup>a</sup>, Senador Antero Paes de Barros, mas muito preocupada. Eu já estou agora dizendo lá em casa assim – porque todo mundo, menino, mãe, está desesperado: se me matarem num assalto, não acreditem que foi assalto; todo Senador tem que dizer isto: se atropelarem, não acreditem que foi atropelamento. Isso é um exagero, não tem quem agüente uma situação como essa. Isso é um absurdo!

Então, quem quiser instalar câmara no meu gabinete, na minha casa, vai achar enfadonho, mas pode fazer. Agora, tirem as patas do pobre do caseiro, que nada mais fez do que dizer a verdade. Aliás, comecem a respeitar para que outros depoimentos piores não possam vir, para dizer exatamente a mesma verdade que o Francenildo disse.

**O SR. PRESIDENTE** (Renan Calheiros. PMDB – AL) – Concedo a palavra ao Senador Heráclito Fortes.

**O SR. HERÁCLITO FORTES** (PFL – PI. Pela ordem. Sem revisão do orador.) – Sr. Presidente, é lamentável que a Líder do Partido do Governo aqui nesta Casa peça que se bisbilhote a vida nos gabinetes alheios. É lamentável que o Governo escolha como Líder uma bisbilhoteira e não uma pessoa que venha cá esclarecer a verdade. A Sra. Líder do Governo acaba de dizer que não se trata do Sr. Antero Paes de Barros, mas de outros Srs. Senadores, que a imprensa cita como possível protetor do Francenildo.

Quero dizer aqui, Sr. Presidente, que a partir de agora está aberto. E peço a V. Ex<sup>a</sup> que mande para a curiosa Líder as fitas que dão acesso à ala do meu gabinete, que é o gabinete nº 1 da Afonso Arinos. Mas que ela também aproveite para esclarecer as denúncias

do Procurador Celso Três sobre o uso de recursos não esclarecidos em *outdoor*, em Santa Catarina.

É preciso que se respeitem as pessoas. O meu sigilo está aberto. E lhe digo mais, Senadora Ideli: renuncio ao meu mandato se a senhora ou quem quer que seja mostrar uma entrada, qualquer ligação ou qualquer telefonema. É preciso que a senhora respeite as pessoas! Não é com insinuação que se esclarece as coisas.

Eu digo isso, Sr. Presidente, porque desde a ida do Presidente a Santa Catarina que essa história começou. Naquela solenidade em que não se conseguiu quebrar o champanhe no casco próprio do barco e foi preciso o uso de outros cascos, já se dizia que Brasília informava quem era o autor das notícias. Não se procura saber o dono do acesso. Não se procura saber quem divulgou. Não! Ora é o Senador Antero, ora é o Senador Heráclito porque é conterrâneo do rapaz – e eu aqui morrendo frustrado, porque não fui solidário com ele. Eu devia, desde o primeiro momento, Senador Pedro Simon, ter ligado para esse rapaz e para a sua família. Desde o momento em que soube. Pequei por isso. Era meu dever de Senador da República. Eu devia ter feito isso, Sr. Presidente.

Agora, não dá direito à Líder do PT de vir aqui fazer insinuações apenas para prestar serviço. Há uma semana, me acusava, de maneira leviana, de ser ligado ao Palocci, quando ela queria derrubá-lo. Faz um acordo e agora me joga contra o Palocci. É preciso que esse pessoal se defina. É preciso que resolva as suas crises internas e que fique só no mar de lama e não queira contaminar os outros.

Portanto, Sr. Presidente, V. Ex<sup>a</sup> me prestará um grande favor. Determine à Casa, à Diretoria Administrativa que mande agora para a Senadora Ideli todos os acessos da Ala do meu gabinete para ela se comprazer, para ela tirar, de uma vez por todas, essa dúvida e viver momentos de Sherlock Holmes ou de OO7.

Muito obrigado.

**O SR. PRESIDENTE** (Renan Calheiros. PMDB – AL) – Concedo a palavra ao Senador Aloizio Mercadante.

**O SR. ALOIZIO MERCADANTE** (Bloco/PT – SP. Pronuncia o seguinte discurso. Sem revisão do orador.) – Sr. Presidente, Sr<sup>as</sup> e Srs. Senadores, sinto que estamos transgredindo alguns valores e uma respeitosa convivência nesta Casa. Em todos os momentos da história do Senado em que isso ocorreu, o Senado perdeu muito. Conseguimos, ao longo desta Legislatura, ter embates extremamente duros, difíceis, crises complexas, projetos polêmicos, mas o respeito à identidade política e parlamentar de cada um, à natureza do mandato, aos compromissos políticos, a meu ver,

faz parte de uma cultura democrática de convivência com a diferença, que é essencial à nossa atividade parlamentar e à credibilidade do Senado Federal.

Em nome desses valores, eu queria defender a minha Líder, Senadora Ideli, que é uma mulher combativa, corajosa, sempre dedicada ao seu mandato. Sobretudo, entendo que muitas de suas atitudes e a veemência com que ela se pronuncia diz respeito a um sentimento de injustiça que temos sentido, exatamente porque, quando o Senado Federal tenta substituir outras instituições que têm a competência profissional da investigação – e nós fazemos um pouco a parte de inquérito e a parte da Justiça – num ambiente pré-eleitoral, onde as paixões eleitorais crescem a cada dia, acabamos rompendo alguns valores e procedimentos que são indispensáveis na democracia.

Eu subi muitas vezes a esta tribuna para falar exatamente sobre o direito de defesa das prerrogativas e garantias individuais. A semana passada mesmo fiz isso em relação ao Ministro Palocci. Achei que a declaração do caseiro, publicada em vários órgãos de imprensa, feriu o art.5º, inciso IX, da Constituição. O direito à privacidade e à individualidade foi violado de uma forma absolutamente inaceitável, não por ele. Pela sua formação, pela sua atitude, eu não o responsabilizo. Mas acho que alguns órgãos de imprensa não poderiam ter publicado o que publicaram, e o Senado jamais poderia ter patrocinado qualquer coisa que se assemelhasse àquele tipo de pronunciamento.

Da mesma forma que senti o direito do Ministro violado e fiz questão de vir à tribuna defendê-lo – e tenho feito isso todas as vezes que essa questão se expressa –, entendo que nós deveríamos deixar para a Polícia Federal investigar todo esse episódio.

Qual episódio? É inaceitável a violação do sigilo. Aos sigilos bancário e telefônico só pode ter acesso... E, na realidade, não é nem a quebra do sigilo, é a transferência do sigilo para outra instituição que tem a guarda. É verdade que na história recente muitas vezes isso não tem sido respeitado. Mesmo nesta Casa não tem sido respeitado. Acho que só não há sigilo para a fraude. Quando há fraude, a denúncia desta é parte da atividade de qualquer parlamentar. Mas o sigilo, enquanto não se constate e não se comprove a fraude, é fundamental que seja preservado. É um direito da cidadania.

Por isso, acho que essa questão tem que ser apurada com rigor e, se houve ou não motivação outra por parte desse caseiro, isso também deve ser apurado. Tudo deve ser apurado com responsabilidade e com os princípios legais, que são indispensáveis ao estado de direito e à democracia.

Minha cara companheira e combativa Líder da nossa Bancada – uma verdadeira guerreira sempre disposta a defender o Governo e, especialmente, os companheiros que ela sente que estão sendo violados nos seus direitos –, não creio que contribua para o nosso ambiente, para a nossa convivência, ainda que eu entenda a motivação, a solicitação do acesso às imagens de televisão. Acho que, de fato, isso não deveria estar na nossa pauta. Entendo que deveríamos transferir a responsabilidade para a Polícia Federal investigar esse episódio e deveríamos prosseguir na nossa atividade parlamentar de investigar aquilo que são as grandes questões de interesse público.

Entendo que tudo deva ser apurado e entendido integralmente a motivação que a promoveu. Não posso aceitar algumas acusações que foram feitas, ou ilações, ou pretensas suspeições. Não entendo e acredito que, inclusive, a forma desrespeitosa com que alguns Senadores se expressaram não ajuda na nossa convivência. Entendo a motivação do gesto que foi proposto e que foi feito com transparência, dentro do estado democrático, com um requerimento encaminhado publicamente à Mesa e que é de conhecimento da Casa – e, portanto, não tem significado o que está sendo dito. Mas ainda assim, eu ponderaria a V. Exª que este não será o melhor caminho para tratarmos desse episódio.

A ponderação que faço a V. Exª é que continuemos o nosso debate, defendendo intransigentemente o Estado de Direito, o direito de defesa, as prerrogativas dos mandatos, não permitindo a exorbitância e a fuga do fato originário da CPI, porque essa, sim, tem levado a toda essa indisposição na Casa quando não estamos investigando aquilo que é o mandado constitucional.

A lei tem de ser respeitada especialmente na Casa que faz as leis por todos e por todas as instâncias. Nossa motivação política e eleitoral, sendo Oposição ou Governo, não pode transgredir alguns valores essenciais a uma sociedade civilizada e ao Estado de Direito. A CPI deve investigar aquilo que é objeto da CPI. Os Parlamentares devem exercer seus mandatos com liberdade.

Em função disso, faço apelo à nossa Líder, mas, evidentemente, sou solidário a qualquer decisão de S. Exª.

**A SRA. IDELI SALVATTI** (Bloco/PT – SC) – Sr. Presidente, V. Exª me autoriza a palavra?

**O SR. PRESIDENTE** (Renan Calheiros. PMDB – AL) – Autorizarei já V. Exª a usar da palavra. No entanto, antes, contudo, eu gostaria de dizer que há uma lista enorme de inscrições. Pela ordem, estão inscritos



os Senadores Almeida Lima, Amir Lando, Tião Viana, Ideli Salvatti, Fátima Cleide e Arthur Virgílio.

**A SRA. IDELI SALVATTI** (Bloco/PT – SC) – Sr. Presidente, a observância do art. 14 tem precedência.

**O SR. ARTHUR VIRGÍLIO** (PSDB – AM) – Sr. Presidente, em primeiro lugar, falará o Senador Sérgio Guerra.

**O SR. PRESIDENTE** (Renan Calheiros. PMDB – AL) – Vou lhe conceder a palavra na forma do art. 14, se V. Ex<sup>a</sup> desejar.

Lamento que V. Ex<sup>a</sup> invoque um dispositivo do Regimento que eu considerarei, igualmente a qualquer outro Senador, porque isso comprometerá irreversivelmente nossa Ordem do Dia. Oito medidas provisórias trancam a pauta do Senado Federal.

Este clima persiste desde as duas últimas semanas. Se levamos isso adiante; se transformarmos isto aqui em um permanente embate político, nós não vamos chegar absolutamente a lugar algum.

Quero dizer à Casa, porque considero importante, que as câmeras que estão instaladas no Senado Federal são para efeito de segurança e não para vigiar a entrada e a saída do gabinete de qualquer Senador. Mesmo assim, em algumas oportunidades, elas tiveram que oferecer informações para esclarecer outros fatos ao longo dessa crise política. E nós não negamos absolutamente a colaboração, em função do objetivo, que é a transparência, o esclarecimento de tudo. Não me convém citar os casos, mas, se for necessário, citarei. É claro que difere do caso apresentado pelo Senador Antero Paes de Barros. S. Ex<sup>a</sup> crê que há uma câmera direcionada para a entrada de seu gabinete. Se isso ocorre, há, na verdade, uma situação que atenta contra o direito do cidadão, contra a legitimidade do mandato e contra a própria instituição. Não vamos concordar com isso, absolutamente. Vou convocar o Diretor-Geral do Senado Federal e pedir que, imediatamente, proceda a uma investigação, para que nós tenhamos uma resposta definitiva em relação à questão.

**O SR. PRESIDENTE** (Renan Calheiros. PMDB – AL) – Concedo a palavra à Senadora Ideli Salvatti.

**A SRA. IDELI SALVATTI** (Bloco/PT – SC. Para um explicação pessoal. Sem revisão da oradora.) – Sr. Presidente, primeiramente, quero responder ao Senador Aloizio Mercadante, que me fez um apelo. Não tenho nenhum problema de atender ao apelo do Senador Mercadante. Os procedimentos e o modo como se portou o Sr. Nildo nos últimos quinze dias – que foi apenas o objeto do meu requerimento, quer dizer, como ele circulou e o que ele fez aqui nos últimos 15 dias, seja repassado à Polícia Federal para investigação. Quero apenas dizer por que tomei essa provi-

dência: da mesma forma como é fundamental para a democracia e para o Estado de direito deste País que se investigue e que se puna quem quebrou o sigilo de forma ilegal do Sr. Nildo, quem violou, é também de fundamental importância para esta democracia, para este País, que não paire qualquer dúvida a respeito da motivação do Sr. Nildo. Porque não seria a primeira, nem a segunda, nem a terceira vez, ao longo da história brasileira, que algum tipo de procedimento foi adotado, por mais simples, humilde e aparentemente sincero, de uma personagem que buscou atingir e trazer elementos que, depois, a verdade dos fatos, com o passar dos anos, não acabou desmentindo, ou não acabou desmontando a versão.

Então, para a democracia brasileira, Sr. Presidente, é importante que não paire qualquer dúvida. Tenho a convicção de que o Estado brasileiro não está comprometido com qualquer ato ilegal. A investigação a respeito da violação do sigilo é fundamental para que se confirme, que se comprove isso, que quem quebrou o sigilo não foi o Estado brasileiro, não foram as instituições. É muito importante também que não paire nenhuma dúvida, porque, como estamos em plena campanha eleitoral, há procedimentos para atingir quem está liderando pesquisas ou envolvendo pessoas humildes, simples, que se apresentam dando testemunho. No entanto, depois, com o passar do tempo, comprova-se que receberam dinheiro.

Não quero nem lembrar um fato que ainda repercute no País. Aconteceu ou não numa determinada campanha que uma pessoa foi levada à TV para afrontar a vida íntima do candidato que estava em primeiro lugar de acordo com as pesquisas, atingindo, inclusive, do ponto de vista familiar, uma filha ilegítima. Contudo, depois ficou comprovado que recebeu dinheiro, mas se apresentou como humilde figura que estava dando depoimento.

Portanto, o Sr. Nildo, até prova em contrário, está prestando um serviço à Nação com seu depoimento. Mas isso só terá validade se sobre ele não pairar nenhuma dúvida. Dadas as questões suscitadas, essa dúvida precisa ser eliminada. É o entendimento que tenho. Foi isso que me motivou a fazer o requerimento e não tenho nenhum problema de repassar e atender o apelo que o Senador Aloizio Mercadante fez para que a investigação seja conduzida pela Polícia Federal.

Agora quero dizer ao Senador Heráclito Fortes, olhando nos olhos, que faço questão de repassar a V. Ex<sup>a</sup> os dois documentos que encaminhei ao Procurador-Geral da República, em agosto do ano passado, pedindo para que acionasse o Sr. Celso Três, para que me processasse e parasse de fazer elucubrações e ilações pela imprensa.

Faço questão também de passar a V. Ex<sup>a</sup> o procedimento com que o PSDB de Joinville entrou na metade do ano passado e que foi arquivado por absoluta falta de substância jurídica para encaminhar qualquer processo atingindo a minha pessoa por questões de *outdoors*.

Portanto, Senador Heráclito, vira e mexe essa história de *outdoor* vem a este Plenário, com ilações, insinuações. Não tenho, não devo, não temo essa questão, porque fui à última instância do Ministério Público, ao Procurador-Geral da República pedir a ele que, por favor, exija do Sr. Celso Três que me processe. Faz um ano que o Dr. Celso Três está com esse assunto esquentando e requentando na imprensa e não me processou. E o processo com o qual o PSDB deu entrada em Joinville sobre os meus *outdoors* foi arquivado em junho do ano passado. Senador Heráclito, pode voltar com esse assunto quantas vezes V. Ex<sup>a</sup> quiser, porque não me atinge, não me afeta, não me intimida e não me coloca sob qualquer suspeita.

Vamos tocar o barco e elucidar aquilo que interessa à Nação. O que interessa à Nação? O Sr. Nildo está falando a verdade, não tem nenhuma motivação por trás? Ele é um herói. O Sr. Nildo tem motivação ou tem algo por trás? Ele não é mais herói. Isso é importante deixar claro.

Em segundo lugar, talvez até fosse o primeiro, houve quebra de sigilo? Quem o quebrou tem de ser imediatamente descoberto e punido.

**O SR. HERÁCLITO FORTES (PFL – PI) – Artigo 14.**

**O SR. PRESIDENTE (Renan Calheiros. PMDB – AL) –** Vou conceder a palavra na forma do art. 14 a V. Ex<sup>a</sup>, e, como eu havia previsto, como consequência, teria de conceder a outros Senadores.

Antes, gostaria de dizer que a invasão da privacidade das pessoas é um precedente, é um fim do mundo, é algo repugnável, é atentar contra a própria democracia, que não tolera esse tipo de abuso contra o cidadão. É por isso que entendo, seja qual for o caminho, que isso deve ser absolutamente investigado para ser esclarecido. Não podemos concordar com esse tipo de precedente, com a continuidade desse precedente, desse ou de qualquer outro que atente contra o direito do cidadão.

Concedo a palavra ao Senador Heráclito Fortes.

**O SR. HERÁCLITO FORTES (PFL – PI.** Para uma explicação pessoal. Sem revisão do orador.) – Agradeço a V. Ex<sup>a</sup>. Digo à nobre Senadora Líder que gosta muito de música, inclusive canta em plenário vez ou outra, que o Billy Blanco já diz: o que dá para rir dá para chorar.

Insinuar, insinuar ligações do Sr. Francenildo comigo, tudo bem. Agora, o Sr. Celso Três acusar, processar, denunciar, é um Deus nos acuda. Acho que deveríamos, já que V. Ex<sup>a</sup> quer acabar de uma vez por todas com esse fato, convocar o Celso Três para vir aqui à CPI dos Bingos. Já se tentou isso e não se conseguiu. E aí iríamos abordá-lo para que ele falasse, para que ele esclarecesse os fatos. Sei que V. Ex<sup>a</sup> pode estar coberta de razões com o fato. Conheço muito pouco o fato, a não ser por meio de *e-mails* que recebo de eleitores e não eleitores de V. Ex<sup>a</sup>, toda a vez que, infelizmente, temos pendengas em Plenário. Para que isso acabe, de uma vez por todas, vamos trazê-lo à CPI.

Agora, o que não pode acontecer é que, na hora que se pega um funcionário do Governo, na contramão da história, divulgando vazamento, venha-se querer terceirizar responsabilidades.

O jornal **Correio Braziliense** de hoje diz que já localizou, que é um assessor próximo ao Ministro Palocci. Em nenhum momento, o Governo, com o desejo de esclarecer a situação, pediu uma investigação sobre esse funcionário. Quem é, no gabinete do Ministro Palocci, com aquelas características, com aquele acesso, que tenha cometido esse ato? Até porque, de qualquer maneira, não cometeu sozinho. Cometeu com a convivência de alguém da Caixa Econômica que tem acesso à senha.

De forma que desviar os fatos é muito bom. Ficar jogando notinhas, como foi dito pela própria Líder – daí a minha revolta –, insinuando, passando para colunistas, como fonte de informação, que foi fulano ou sicrano é muito bom, Sr. Presidente. Mas o fato não é esse. Todos nós temos responsabilidades aqui.

**O Sr. Pedro Simon (PMDB – RS) –** Permita-me, Senador.

**O SR. HERÁCLITO FORTES (PFL – PI) –** Todos nós temos dever para com a Nação. E eu não posso aceitar que pelo fato de o Sr. Francenildo ser meu conterrâneo eu tenha tido ligações com ele; e poderia até. Vou aqui me redimir. Sr. Presidente, eu tive tanto cuidado que hoje pedi a meu gabinete que examinasse no fichário se ele, no ano passado, ou quando chegou a Brasília, desempregado, não procurou o meu gabinete atrás de uma proteção, de um emprego ou do que quer que seja.

**O Sr. Pedro Simon (PMDB – RS) –** Devia ter procurado. Devia ter procurado.

**O SR. HERÁCLITO FORTES (PFL – PI) –** Exato. Nem esse registro houve.

Senador Mercadante, compreendo, em parte, a sua preocupação. V. Ex<sup>a</sup> não acompanhou esses fatos, que vêm desde ontem.

**O Sr. Pedro Simon** (PMDB – RS) – Estava na campanha.

**O SR. HERÁCLITO FORTES** (PFL – PI) – Vou concluir, Sr. Presidente.

**O Sr. Pedro Simon** (PMDB – RS) – V. Ex<sup>a</sup> me permite um aparte, Senador?

**O SR. PRESIDENTE** (Renan Calheiros. PMDB – AL) – Não pode haver aparte, Senador Pedro Simon.

**O SR. HERÁCLITO FORTES** (PFL – PI) – Uma das TVs, hoje, em uma entrevista, disse que o PT, o Governo, já fez a primeira vítima: o Senador Heráclito Fortes. Eu tenho 25 anos de mandato. Eu tenho responsabilidades. Nunca passei por situações semelhantes, de acusação leviana, até porque sou muito transparente. Faria a denúncia se soubesse – quero deixar bem claro. Eu protegeria esse rapaz às claras e não na calada da noite.

O que me revolta é a maneira como está sendo feito esse tipo de diversificação do fato, principalmente sendo a responsável a Líder do Partido do Governo nesta Casa.

Senador Mercadante, concordo com V. Ex<sup>a</sup>, este debate é desagradável e desconstrói. Mas, infelizmente, foi criado pelo Partido de V. Ex<sup>a</sup>. Muito obrigado.

**O SR. PRESIDENTE** (Renan Calheiros. PMDB – AL) – Concedo a palavra ao Senador Almeida Lima.

V. Ex<sup>a</sup> dispõe da palavra pela ordem. Já estamos na Ordem do Dia. Concedi a palavra pela ordem, o que ensejou toda essa discussão. Concedo a palavra novamente a V. Ex<sup>a</sup>.

**O SR. ALMEIDA LIMA** (PMDB – SE. Pela ordem. Sem revisão do orador.) – Mudarei, então, a minha agenda, Sr. Presidente.

São muitas as questões institucionais que vivemos hoje, que extrapolam já os limites da normalidade e que devem, sem dúvida alguma, preocupar a todos nós.

Na tarde de hoje trago duas questões. A que pretendia fazer agora farei adiante, tendo em vista a cessão do tempo que me foi feita pelo Senador Heráclito Fortes. Mas, nesta questão de ordem, peço a palavra também para dizer a V. Ex<sup>as</sup> que jamais agi, nesta Casa ou em qualquer lugar, com irresponsabilidade. Lamento que tudo seja objeto de discussão, de contestações, de réplicas e tréplicas. Agora, o que não se permite de fato é apuração das denúncias. Essa é a questão maior.

Trago duas matérias do dia 19 novembro: uma do Cláudio Humberto, com fotografia nossa, e a outra da Márcia Peltier, do jornal **O Globo**. Ambas referem-se à audiência do Ministro Antonio Palocci na Comissão de Assuntos Econômicos. Na oportunidade, fui o último a me pronunciar, sob a presidência do Senador Luiz Otávio, que aí se encontra. Naquele final de tarde, Sr.

Presidente, o Ministro veio aqui só para ser aplaudido, inclusive pela Oposição, o PFL e o PSDB. Fui o único a me manifestar de forma contrária e, no dia seguinte, vi publicados na imprensa os gracejos do Senhor Presidente Lula, que achou exatamente muita graça, quem sabe, até na minha falta de educação ao me dirigir ao Ministro, quando eu disse que na Comissão de Assuntos Econômicos eram para ser tratados assuntos de economia, porque ali não era local para tratar de corrupção, e que ele fizesse essa matéria na própria CPI, que vem, Sr. Presidente, desde lá, tentando esconder a verdade dos fatos.

Neste momento, pegaram a figura de um brasileiro humilde, simples para tripudiar. Primeiro, com a interferência não cabível do Supremo Tribunal Federal, por um de seus Ministros, interromperam o depoimento. E logo a seguir, fazendo uso do aparelho de Governo e quem sabe até de Estado, estabeleceram o levantamento de dados, de informações sigilosas de contas bancárias desse cidadão. E agora o que estamos a ouvir é a cantilena de sempre, de que os fatos devem ser apurados. Coisa nenhuma! Os fatos no Congresso Nacional estão sendo apurados a ferro e fogo, a contragosto do Governo.

Aliás, Sr. Presidente, Sr<sup>as</sup>. e Srs. Senadores, não é apenas o Ministro Palocci que deve deixar o Governo, não. O Ministro da Justiça, Márcio Thomaz Bastos, cujo Ministério tem características não de Ministério de Governo, mas de Ministério de Estado, também já deveria pegar o boné e deixar o cargo, porque tem prejudicado, Sr. Presidente, todas as investigações que o Congresso Nacional tenta levar a fundo, a exemplo de funcionários do seu Ministério que dificultaram a busca de informações das contas do Sr. Duda Mendonça nos Estados Unidos da América.

Agora, o fato veio a público na sexta-feira à noite, e o Ministro da Justiça silenciou, não disse nada. Deixou passar a sexta, o sábado e o domingo para, só ao final da tarde do domingo, pronunciar-se a respeito de apuração.

Ora, se não houvesse uma reviravolta nos fatos e o Francenildo estivesse aí desacreditado, nós não teríamos o pronunciamento do Ministro da Justiça. Portanto, que esta Casa e o Congresso Nacional abram os olhos para não colocarmos definitivamente na lata do lixo as nossas funções constitucionais de fiscalização.

Hoje devo dizer que o Ministro da Justiça Márcio Thomaz Bastos não é mais digno desse brasileiro que vos fala. Ele já deveria também ter deixado o seu posto, pois dirige não apenas órgãos do Governo, mas, sobretudo, órgãos do Estado; está à frente de funções do Estado, como a da Polícia Federal, e não tem promo-

vido os meios necessários para a apuração de nada. Está aí o caso Waldomiro Diniz. E todos nós sabemos que, quando ele determinou a busca dos computadores lá no Palácio do Planalto, todos já tinham vasculhado os computadores com todo o tempo para fazer o que desejassem e para apagar as provas.

Muitas razões existem – sobretudo, Sr. Presidente, a da destruição das provas – para se ter pedido prisão preventiva de todos eles, mas o que estamos vendo, lamentavelmente, é um entendimento entre o Poder Executivo e o Poder Judiciário, pondo a pique a estabilidade das nossas instituições democráticas e de um Estado de direito.

Portanto, parem com essa balela de que vão fiscalizar. Os senhores já têm os nomes de todos os que cometeram a indignidade nas contas do Sr. Nildo; já poderiam, a essa altura, em vez de fazer uso da palavra no plenário, trazer os elementos e promover, de forma definitiva, a aplicação da pena a todos os culpados, e não estar aqui falando ainda em “*Big Brother*”, falando ainda em vasculhar a vida de um cidadão que já foi vasculhado, que já sofreu na sua intimidade pessoal. E vejam os senhores que me refiro à intimidade apenas das contas, mas à intimidade do Estado de direito, do estado pessoal do cidadão.

Sabemos, até mesmo como advogado, que questões que dizem respeito ao estado da pessoa, à paternidade, à filiação, não podem ser objeto de conhecimento público. O que se fez não foi apenas a descoberta ilegal de suas contas; vasculhou-se a intimidade de um cidadão cuja filiação, cuja paternidade não poderia ser, neste instante, objeto de querelas e de discussões públicas neste País.

Penso que o Congresso Nacional, o Poder Judiciário e o Poder Executivo muito devem a esse cidadão brasileiro, e é preciso que se repare tudo quanto se fez contra essa pessoa.

**O SR. PRESIDENTE** (Renan Calheiros. PMDB – AL) – Concedo a palavra ao nobre Senador Amir Lando, pela ordem.

**O SR. AMIR LANDO** (PMDB – RO. Pela ordem. Sem revisão do orador.) – Sr. Presidente, Sr<sup>as</sup> e Srs. Senadores, assistimos a um capítulo lamentável da democracia brasileira. Há, neste momento, um conflito declarado entre os Poderes. É lamentável que isso ocorra, porque o equilíbrio, a harmonia e a convivência pacífica são algumas das finalidades estabelecidas na relação republicana.

Infelizmente, Sr. Presidente, estamos assistindo a interferências indevidas. E não falo com relação a esse ou aquele ponto. Temos que fazer subsistir, neste País, princípios fundamentais de coesão das instituições re-

publicanas. Estamos, como eu disse, vivendo agora no Congresso um momento de suprema humilhação.

Quero aqui lavrar o meu protesto quanto ao requerimento da Senadora Ideli Salvatti – e darei, certamente, à Presidência, se necessário, direito de resposta. É lamentável que, neste momento em que há esse descrédito institucional, nós, neste plenário do Senado, possamos ouvir um requerimento que ofende a imunidade parlamentar, que ofende a dignidade parlamentar. Por força da Constituição, poderes foram-nos outorgados pela sociedade, e temos, sobretudo, que preservá-los com determinação, conforme estipula o art. 53 da Constituição, em cujo § 6º está esculpido:

§ 6º Os Deputados e Senadores não serão obrigados a testemunhar sobre informações recebidas ou prestadas em razão do exercício do mandato, nem sobre as pessoas que lhes confiaram ou deles receberam informações.

Ora, se algum Deputado ou Senador recebesse qualquer informação de quem quer que seja, não estaria ele obrigado a declarar nem a ser patrulado, de maneira vil e covarde, por uma câmara de televisão ou por qualquer outro meio de espionagem.

Ou o Congresso preserva as suas prerrogativas ou vamos desqualificar-nos diante da sociedade.

Por isso, temos que repelir com veemência atitudes que tentem entrar na intimidade das pessoas, neste caso, os Parlamentares. É evidente que passamos por vexames a todo o momento, por violações da intimidade, a qual é assegurada pelo art. 5º, inciso X, da Carta Magna. Assistimos a uma quebra da intimidade, e é exatamente isto que se repudia na Constituição, uma vez que se garante ao cidadão a vida privada, a intimidade, a honra, a imagem, assegurando direito à indenização em caso de violação. Se esse direito é inviolável, continuemos sustentando a Constituição, senão, haverá aqui uma deferência à quebra de princípios. Temos de estabelecer como princípio nesta Casa a preservação da intimidade. Inclusive, o sigilo bancário se situa na intimidade.

Como eu já disse outras vezes, o sigilo bancário tem de ser preservado. É evidente que não se deve preservá-lo diante do crime. Diante do interesse público, podemos usar de todos os expedientes legais para transferi-lo e – por que não dizer? – quebrá-lo também se necessário. Perante a Nação, não há segredos que possam ser encobertos por qualquer determinação que seja. Não há interesse de quem quer que seja que possa sobrepor-se aos interesses do País. Quando o Poder Legislativo pede a quebra de sigilo, ele o faz sob o manto da lei, conforme estipulado em legislação

própria. Mas a quebra que se faz à socapa, nesse ambiente escuro da indefinição e da irresponsabilidade, é realmente lamentável.

Mais uma vez, declaro que ou o Senado preserva a grandeza e a integridade das suas prerrogativas ou estaremos aqui dando um exemplo terrível de desmerecimento e desrespeito àquilo que o nosso mandato assegura-nos por uma conferência dos interesses maiores do País e do povo.

Não! Esse requerimento não pode prosperar. Apele para que seja retirado, senão votarei contra, como o fará, acredito, a maioria deste Plenário. Não vamos admitir o patrulhamento. Não estamos em um regime de exceção. Não há aqui KGB. Não há nada parecido com isso. Não admito isso, não por temer qualquer coisa – não conheço esse indivíduo, nunca o vi, a não ser na hora do depoimento –, mas porque não posso admitir a violência contra a imunidade parlamentar que se quer cometer nesta tarde.

**O SR. ALOIZIO MERCADANTE** (Bloco/PT – SP) – Sr. Presidente, peço a palavra para uma questão de ordem.

**O SR. PRESIDENTE** (Renan Calheiros. PMDB – AL) – Darei a palavra a V. Ex<sup>a</sup> para uma questão de ordem.

Antes, porém, quero comunicar ao Plenário que o pedido de informações em questão já foi devidamente retirado.

Concedo a palavra ao Senador Aloizio Mercadante para uma questão de ordem.

**O SR. ALOIZIO MERCADANTE** (Bloco/PT – SP) – V. Ex<sup>a</sup> reforça a minha questão de ordem.

**A SRA. HELOÍSA HELENA** (P-SOL – AL) – Qual é o artigo, Sr. Presidente?

**O SR. ALOIZIO MERCADANTE** (Bloco/PT – SP) – É sobre a Ordem do Dia.

**A SRA. HELOÍSA HELENA** (P-SOL – AL) – Certo.

**O SR. PRESIDENTE** (Renan Calheiros. PMDB – AL) – Concedo a palavra ao Senador Aloizio Mercadante para uma questão de ordem.

**O SR. ALOIZIO MERCADANTE** (Bloco/PT – SP. Para uma questão de ordem. Sem revisão do orador.) – Já ultrapassamos o horário da Ordem do Dia. Tínhamos dialogado com Líderes de diversos partidos no sentido de votarmos três medidas provisórias ainda hoje. Pergunto aos Senadores inscritos se não poderíamos iniciar a Ordem do Dia, já que estamos, há algum tempo, sem votação no Senado. Depois, retomariamos o debate político.

**A SRA. HELOÍSA HELENA** (P-SOL – AL) – Peço a palavra pela ordem. Quero falar sobre o andamento dos trabalhos.

**O SR. PRESIDENTE** (Renan Calheiros. PMDB – AL) – Concedo a palavra a V. Ex<sup>a</sup>, pela ordem.

**A SRA. HELOÍSA HELENA** (P-SOL – AL. Pela ordem. Sem revisão da oradora.) – A todo o momento ficam anunciando que há muito tempo o Senado não vota. Quero deixar registrado em ata que estou aqui todos os dias. Se algumas pessoas para o plenário do Senado não vêm, isso nada tem a ver com medidas provisórias, com acordos de Lideranças. Não me envolvam nessa. Não se votou porque a maioria aqui não estava e porque o próprio Governo não se articulou de forma suficiente para que matérias fossem votadas. Não tenho responsabilidade alguma em relação ao fato. Estou aqui trabalhando, todos os dias, para votar, aceitando e rejeitando matérias, cumprindo minha obrigação constitucional.

**O SR. PRESIDENTE** (Renan Calheiros. PMDB – AL) – Quero dizer que, em nenhum momento, atribuímos responsabilidade a ninguém pelo fato de o Senado não ter deliberado.

**A SRA. HELOÍSA HELENA** (P-SOL – AL) – Sr. Presidente, pela ordem.

V. Ex<sup>a</sup> não está tentando adivinhar meu pensamento.

**O SR. PRESIDENTE** (Renan Calheiros. PMDB – AL) – Não, estou respondendo a V. Ex<sup>a</sup>.

**A SRA. HELOÍSA HELENA** (P-SOL – AL) – Estou respondendo não a V. Ex<sup>a</sup>, mas ao Senador Aloizio Mercadante, que disse que há muito tempo que o Senado não vota, e estou dizendo a ele que, se há muito tempo que o Senado não vota, responsabilidade de outros é, não minha.

**O SR. PRESIDENTE** (Renan Calheiros. PMDB – AL) – Estou dizendo que nunca esta Presidência atribuiu responsabilidade a ninguém. O Senado não votou nas duas últimas semanas porque oito medidas provisórias, oito apenas, trancam a pauta do Senado Federal. Não foi por ausência de ninguém, absolutamente.

**O SR. ALOIZIO MERCADANTE** (Bloco/PT – SP) – Sr. Presidente, pela ordem.

**O SR. PRESIDENTE** (Renan Calheiros. PMDB – AL) – Tem V. Ex<sup>a</sup> a palavra.

**O SR. ALOIZIO MERCADANTE** (Bloco/PT – SP. Pela ordem. Sem revisão do orador.) – Eu só queria, evidentemente, esclarecer que não imputei a quem quer que seja responsabilidade. Nossas dificuldades são de natureza eminentemente política. Mas fizemos um entendimento entre os principais Partidos que participaram da reunião de Líderes – porque foram convidados os Líderes Senador José Agripino, Senador Arthur Virgílio, Senador Osmar Dias, Senador Romero Jucá e outros Senadores – e estabelecemos que havia acordo para votação de três medidas provisórias. Para uma

delas, a quarta, ainda há necessidade de negociação. O Relator pediu mais tempo para ver se conseguimos votar essa medida provisória amanhã.

Então, só estou informando aos demais Senadores que fizemos um acordo para votação hoje. Não mais do que isto expressamos neste microfone.

**A SRA. HELOÍSA HELENA** (P-SOL – AL) – Pela ordem, Sr. Presidente.

**O SR. PRESIDENTE** (Renan Calheiros. PMDB – AL) – Pela ordem, ouço V. Ex<sup>a</sup>.

**A SRA. HELOÍSA HELENA** (P-SOL – AL. Pela ordem. Sem revisão da oradora.) – Só para, mais uma vez, deixar registrado que, sendo a única Senadora do P-SOL, estou aqui para votar todos os dias, independentemente de acordo de Líderes, independentemente de estarem nos seus respectivos Estados articulando eleições partidárias, independentemente de qualquer coisa. Estou aqui para votar todos os dias, cumprindo minha obrigação constitucional.

**O SR. PRESIDENTE** (Renan Calheiros. PMDB – AL) – Concedo a palavra à Senadora Fátima Cleide.

**A SRA. FÁTIMA CLEIDE** (Bloco/PT – RO. Pela ordem. Sem revisão da oradora.) – Sr. Presidente, serei breve, até para colaborar com o início da Ordem do Dia, no registro de minha solidariedade à Senadora Ideli Salvatti. Meu apreço por S. Ex<sup>a</sup> fica ainda maior pelo fato de a Senadora retirar o requerimento que causou tanta polêmica hoje.

Registro, outrossim, que alguns termos proferidos aqui no calor dos debates da discussão política não são cabíveis a esta Casa. Solicito aos meus nobres pares que tenhamos um pouco mais de cautela no emprego de alguns termos, principalmente quando nos referimos a alguém que expressa uma opinião diferente da nossa. Sr. Presidente, acredito que estamos extrapolando os limites quando se trata de respeito.

**O SR. PRESIDENTE** (Renan Calheiros. PMDB – AL) – O último inscrito é o Senador Sérgio Guerra, a quem consulto se deseja usar da palavra para uma rápida intervenção.

**O SR. SÉRGIO GUERRA** (PSDB – PE) – Sr. Presidente, serei breve.

**O SR. PRESIDENTE** (Renan Calheiros. PMDB – AL) – Senador Sérgio Guerra, se V. Ex<sup>a</sup> puder falar de pé, ajudará o Regimento.

**O SR. SÉRGIO GUERRA** (PSDB – PE. Pela ordem. Sem revisão do orador.) – Em primeiro lugar, registro, como quase todos, a discordância em relação ao requerimento da Senadora Ideli Salvatti, que já teve melhores idéias. Desta vez ela não foi feliz.

Falar em conhecer Francenildo a fundo não faz sentido quando gente muito mais importante e que tem muito mais responsabilidade, como o Sr. Paulo

Okamoto e outros tantos, ainda não foi devidamente reconhecida.

Neste momento, temos que pensar em algumas situações que vão ficando cada dia mais claras.

Ainda não votamos a Lei do Orçamento. A versão é que a Oposição não quer votar.

Há cerca de uma semana foi feito um acordo, por todas as lideranças do Governo, portanto pelo Governo, sobre o ressarcimento da Lei Kandir. Esse acordo foi rompido hoje sem nenhum argumento plausível. Não valeu. Então, se não se honra a palavra e não se assume a responsabilidade pelo que se acorda, não há por que se responsabilizar a Oposição por não votar coisa alguma.

Segundo, há um mal-estar muito grande, Sr. Presidente. Estamos no meio do mês de março e não votamos o Orçamento. Esse conflito do Congresso, bastante óbvio, com as instâncias mais altas da Justiça do País não é coisa simples, é coisa muito grave.

O que vimos aqui nos últimos quinze dias não pode ser considerado como fatos isolados, acidentes de percurso. É o sintoma de uma situação que se agrava a cada instante sem que se imponha uma solução, um caminho para resolvê-la, ao invés de para agravá-la.

A questão democrática foi resolvida com absoluta transparência e competência pelo Presidente José Sarney. O Presidente Collor não usou o Estado para se defender. Não sou, evidentemente, seu defensor, mas devo reconhecer que a questão democrática não esteve ameaçada no ambiente do seu afastamento. O Presidente Itamar não arranhou a democracia. O Presidente Fernando Henrique aprofundou a democracia. Teve o seu candidato numa campanha limpa, perdeu as eleições e fez uma mudança de governo transparente, num ambiente civilizado. Mas, estranhamente, esse ambiente está-se desconstruindo. Apesar de o Presidente do Senado ser – eu o conheço há muitos anos – uma pessoa de enorme responsabilidade democrática e de outras pessoas deste Congresso e de muitas outras pessoas, em diversos partidos, também terem responsabilidade democrática, o fato é que os sintomas de um mal-estar crescente são mais do que visíveis.

Não se confunda isso com eleições. Não é bem isso. A campanha não começou ainda. Não é verdade. Na verdade, o Congresso está sendo reativo a situações que se vão gerando, todas, no ambiente do Governo e dos seus aliados. Não foi a Oposição que inventou nenhuma dessas situações que produziram crise aqui. Ela atuou sobre essas situações, mas não as inventou.

Há uma crise real, completa, e vou dizer qual é a causa principal dessa crise: é a incapacidade de

governar de forma democrática do Governo do Presidente Lula, é a absoluta falta de coerência da base que o apóia, é a confusão instalada nos processos de cooptação política que destruíram os partidos ainda mais do que já estavam. Essa situação é que gerou esse quadro gravíssimo de ameaça democrática de um Presidente da República cuja luta foi popular e democrática e que no seu Governo vê tudo isso surgir e faz de conta que não existe.

Penso que estamos num momento crítico – não pensar sobre isso é não pensar sério – e que as nossas responsabilidades se ampliam. Nada de temer afirmações simplórias como a de que não estamos votando, de que não estamos trabalhando. Isso não é verdade! Há uma crise real no País. Há uma crise política, com pinta de crise institucional crescente. Essa é a verdade.

Chegam aqui personalidades nacionais para brincar com o Congresso, fazem aqui pronunciamentos ridículos, as Comissões Parlamentares de Inquérito não são autorizadas a trabalhar, as decisões são tomadas ao sabor dos ventos, com interesses precários, como vem acontecendo de maneira quase generalizada nos últimos, pelo menos, trinta dias.

Penso que, na minha modesta opinião, não dá mais para continuar desse jeito, pois o ambiente está ficando muito ruim. As pessoas começam a se comprometer e a se envolver de maneira absolutamente precária nesse ambiente. Temos de reagir a isso de maneira concreta.

Uma das soluções que indico para a remoção total desse cenário tem a ver com o que disse agora: não votamos a Lei de Orçamento. É algo muito grave. Temos uma Comissão de Orçamento. Por que não fechar logo aquilo? Temos de fechar aquela Comissão. Temos de fazer uma reforma real, de ter a coragem política de fazê-la e dar o exemplo do Congresso, porque o exemplo dos okamottos, dos delúbios da vida, evidentemente, não é exemplo instrutivo. É contra a democracia. Tenho certeza de que o Presidente Renan saberá reunir as nossas melhores energias para enfrentar este momento.

**O SR. PRESIDENTE** (Renan Calheiros. PMDB – AL) – Senador Sérgio Guerra, quero dizer que concordo inteiramente com V. Ex<sup>a</sup>. Aliás, tenho pregado isso desde a minha posse. Esse modelo orçamentário está esgotado, absolutamente esgotado. Não há sentido o Governo mandar para o Congresso Nacional um Projeto de Lei Orçamentário que não prevê compensação da Lei Kandir, reajuste de servidor público, aumento do salário mínimo, seguro rural e outras coisas que obrigam o Congresso Nacional a encontrar soluções

mágicas para responder à imprevisão do Governo com relação ao seu projeto orçamentário.

Pelo amor de Deus, não dá para continuar dessa forma! Se continuar dessa forma, a consequência é a de sempre: a exposição do Congresso Nacional.

Concordo em gênero, número e grau com V. Ex<sup>a</sup>. Parabéns, mais uma vez, pela lúcida e inteligente intervenção que V. Ex<sup>a</sup> faz.

**O SR. PRESIDENTE** (Renan Calheiros. PMDB – AL) – Sobre a mesa, requerimento que será lido pelo Sr. 1º Secretário, Senador Efraim Morais.

É lido o seguinte:

### **REQUERIMENTO Nº 302, DE 2006**

#### **Requer a realização de Sessão Especial do Senado Federal destinada a homenagear o transcurso dos 40 anos de fundação do MDB.**

Excelentíssimo Senhor Presidente do Senado Federal,  
Senador Renan Calheiros,

Com fundamento no disposto nos artigos 154, 199 e 200 do Regimento Interno do Senado Federal, requero a Vossa Excelência a realização de Sessão Especial destinada a homenagear a passagem dos 40 anos de fundação do MDB, que ocorrerá no próximo dia 24 de março do corrente.

#### **Justificação**

No dia em 24 de março de 1966, depois de uma reforma partidária imposta pelo regime militar, que limitava a duas siglas o espectro político nacional, surgia, o Movimento Democrático Brasil (MDB), partido de oposição ao governo vigente. Presidido pelo Senador Oscar Passos, o novo partido tinha como vice-presidente aquele que seria o principal dos saís militantes, o deputado Ulysses Guimarães, o senhor Diretas, o doutor Ulysses, o homem que promulgaria, em 1988, a Constituição cidadão.

Ao longo dos anos seguintes, o MDB escreveria uma das mais belas páginas da história brasileira: a longa caminhada em direção ao restabelecimento de um regime democrático. Treze anos depois de criado, o partido consegue sua primeira grande vitória. Em 1979, além de ser concedida a anistia política, foi extinto o mais arbitrário dos instrumentos criados pelo regime de exceção, o Ato Institucional número 5.

Em 1985, ainda em eleições indiretas, foi eleito Tancredo Neves, que, ao lado de Ulysses Guimarães, um dos maiores líderes na luta pela redemocratização. Infelizmente, Tancredo não assumiu o governo, vindo a falecer antes de ser empossado. Três anos

depois, Ulysses Guimarães promulgaria a nova Constituição, que garantia instituições democráticas fortes, como nunca antes na nossa história. De certa forma, fecha-se aí um longo ciclo de vinte e quatro anos de permanente e dedicada batalha pelo soerguimento da liberdade democrática.

Assim, venho, por meio deste documento, solicitar a realização de uma sessão especial, em que se faça a justa homenagem desta grande agremiação política, uma das mais importantes da nossa vida republicana. Queremos uma sessão em que sejam homenageados homens como Ulysses Guimarães, Tancredo Neves, Teotônio Vilela, Mário Covas, Franco Montoro e Miguel Arraes.

Sala das Sessões, 21 de março de 2006.

Senador PEDRO SIMON

Handwritten signatures and stamps of other senators, including Tancredo Neves and Miguel Arraes.

**O SR. PRESIDENTE** (Renan Calheiros. PMDB – AL) – Defiro o requerimento do nobre Senador Pedro Simon.

**O SR. PRESIDENTE** (Renan Calheiros. PMDB – AL) – Convoco sessão especial do Senado a realizar-se no dia 24 de março, sexta-feira próxima, às 10 horas, ficando, em consequência, cancelada a sessão não-deliberativa do mesmo dia.

**O SR. PRESIDENTE** (Renan Calheiros. PMDB – AL) – Sobre a mesa, requerimento que será lido pelo Sr. 1º Secretário, Senador Efraim Morais.

É lido o seguinte:

#### REQUERIMENTO Nº 303, DE 2006

Requeiro, nos termos do artigo 218 do Regimento Interno, a inserção, em ata, de Voto de Pesar pelo falecimento, na cidade de Belém do Pará, no dia de ontem, do jornalista Arthêmio Guimarães. Nascido em Belém do Pará, Arthêmio Guimarães foi Diretor Administrativo e Financeiro dos Diários Associados e um dos melhores quadros do extinto jornal paraense “A Província do Pará”. Era viúvo e deixou sete filhos,

Heliana Rocha, Silvana Rodrigues,IVALDO GUIMARÃES, Rosana Avelar, Arthêmio Guimarães Júnior, Ronaldo Guimarães e Ademir Guimarães. Arthêmio Guimarães marcou a sua vida em defesa da liberdade de imprensa e dos direitos civis, deixando inúmeros seguidores e admiradores nos meios de comunicação do Estado do Pará e da Região Norte.

Requeiro, ainda, que o voto de pesar do Senado Federal seja encaminhado aos Diários Associados, ao sindicato dos jornalistas do Estado do Pará e à sua família.

Sala das Sessões, 21 de março de 2006. – Senador **Luiz Otávio**.

**O SR. PRESIDENTE** (Renan Calheiros. PMDB – AL) – A Presidência encaminhará o voto de pesar solicitado.

O Requerimento que acaba de ser lido vai à publicação.

Sobre a mesa, requerimento que será lido pelo Sr. 1º Secretário, Senador Efraim Morais.

É lido o seguinte:

#### REQUERIMENTO Nº 304, DE 2006

Nos termos do art. 49, X, e do art. 50, § 2º, da Constituição Federal, combinados com os arts. 215, I, a e 216, I, do Regimento Interno do Senado Federal, e considerando que:

- a BR-020, rodovia planejada para ligar Brasília a Fortaleza, jamais foi concluída, muito embora conste do Plano Nacional de Viação há mais de 30 anos;
- de uma extensão planejada de aproximadamente 1.800km, cerca de 270 km – no Estado do Piauí – não são pavimentados e um trecho de mais de 500 km – localizado no Estado da Bahia – sequer foi implantado;
- a falta dessa ligação implica o uso de rotas alternativas para as movimentações entre a Região Centro-Oeste e o Ceará ou Piauí, as quais acrescem o percurso em pelo menos 400km;
- o traçado da rodovia BR-020 atravessa uma região de grande importância para a expansão da fronteira agrícola do País e indiscutível potencial econômico, cujo desenvolvimento está sendo dificultado pela extrema carência de ligações rodoviárias;

Requeiro sejam prestadas pelo Exmº Sr. Ministro dos Transportes, as seguintes informações:

1. Qual a previsão do Ministério dos Transportes para a conclusão da rodovia BR-020?



2. A BR-020 integra algum programa de construção rodoviária desse Ministério? No caso afirmativo, qual o montante de recursos destinados à construção do trecho inexistente? Qual o cronograma previsto para a implantação do referido trecho?

3. Foram realizados estudos de viabilidade para a implantação do trecho entre o entroncamento da BR-135 e a divisa entre os Estados da Bahia e do Piauí? Nesse caso, quais os resultados obtidos?

4. Qual é o cronograma de recuperação dos trechos já implantados da rodovia BR-020?

Sala das Sessões, 21 de março de 2006. – Senador **Cristovam Buarque**.

(À Mesa, para decisão.)

**O SR. PRESIDENTE** (Renan Calheiros. PMDB – AL) – O requerimento que acaba de ser lido será despachado à Mesa para decisão, nos termos do art. 216, III, do Regimento Interno.

**O SR. PRESIDENTE** (Renan Calheiros. PMDB – AL) – A Presidência lembra às Sr<sup>as</sup> e aos Srs. Senadores que o Senado Federal está convocado para uma sessão especial a realizar-se amanhã, às 12 horas, destinada a homenagear a Campanha da Fraternidade da CNBB de 2006, nos termos do Requerimento nº 214, de 2006, do Senador Aloizio Mercadante e outros Srs. Senadores.

Lembra, ainda, que, de acordo com o art. 200 do Regimento Interno e conforme comunicação feita na sessão de 3 de agosto de 2005, só usarão da palavra os Líderes ou quem S. Ex<sup>as</sup> indicarem.

**O SR. PRESIDENTE** (Renan Calheiros. PMDB – AL) – Designo o Senador Jefferson Péres Relator-Revisor da Medida Provisória nº 275, de 2005.

**O SR. PRESIDENTE** (Renan Calheiros. PMDB – AL) – Passa-se à

## ORDEM DO DIA

### Item 1:

**PROJETO DE LEI DE CONVERSÃO Nº 2, DE 2006**  
(Proveniente da Medida Provisória nº 269, de 2005)  
(Encontra-se sobrestando a pauta, nos termos do § 6º do art. 62 da Constituição Federal.)

Discussão, em turno único, do Projeto de Lei de Conversão nº 2, de 2006 (proveniente da Medida Provisória nº 269, de 2005), que altera as Leis nºs 9.986, de 18 de julho de 2000, que dispõe sobre a gestão de re-

ursos humanos das Agências Reguladoras; 10.768, de 19 de novembro de 2003, que dispõe sobre o Quadro de Pessoal da Agência Nacional de Águas – ANA; 10.862, de 20 de abril de 2004, que dispõe sobre a criação do Plano Especial de Cargos da Agência Brasileira de Inteligência – ABIN; 10.871, de 20 de maio de 2004, que dispõe sobre a criação de carreiras e organização de cargos efetivos das autarquias especiais, denominadas Agências Reguladoras; 11.182, de 27 de setembro de 2005, que cria a Agência Nacional de Aviação Civil – ANAC; 9.074, de 7 de julho de 1995, que estabelece normas para outorga e prorrogações das concessões e permissões de serviços públicos; cria cargos na Carreira de Diplomata, no Plano de Cargos para a Área de Ciência e Tecnologia, do Grupo – Direção e Assessoramento Superiores – DAS e Funções Gratificadas – FG; autoriza a prorrogação de contratos temporários firmados com base no art. 81-A da Lei nº 8.884, de 11 de junho de 1994, e no art. 30 da Lei nº 10.871, de 20 de maio de 2004; revoga dispositivos das Leis nºs 5.989, de 17 de dezembro de 1973; 9.888, de 8 de dezembro de 1999; 10.768, de 19 de novembro de 2003; 11.094, de 13 de janeiro de 2005; e 11.182, de 27 de setembro de 2005; e dá outras providências.

Relatora revisora: Senadora Fátima Cleide.

A matéria constou da Ordem do Dia da sessão deliberativa ordinária da última quinta-feira, quando teve sua apreciação transferida para hoje, em virtude da falta de acordo de lideranças para sua deliberação.

À Medida Provisória foram apresentadas 37 emendas perante a Comissão Mista.

Foram proferidos pareceres no Plenário da Câmara dos Deputados, em substituição à Comissão Mista, Relator: Deputado Marco Maia (PT – RS), preliminarmente pelo atendimento dos pressupostos constitucionais de relevância e urgência; pela adequação financeira e orçamentária; e, no mérito, favorável à Medida Provisória e às Emendas nºs 5 e 30, nos termos do Projeto de Lei de Conversão que oferece, e pela rejeição das demais emendas.

Antes de submeter a matéria ao Plenário, a Presidência presta os seguintes esclarecimentos:

– a Medida Provisória foi remetida à Câmara dos Deputados no dia 2 de janeiro, tendo sido apreciada naquela Casa no dia 31 de janeiro;

– a matéria entrou em regime de urgência, nos termos do § 6º do art. 62 da Constituição Federal, no dia 29 de janeiro, passando a sobrestar todas as demais deliberações legislativas;

– o prazo de vigência de sessenta dias foi prorrogado por igual período pelo Ato do Presidente do Congresso Nacional nº 3, de 2006, e se esgotará no dia 13 de abril;

– a Medida Provisória foi recebida formalmente pelo Senado Federal no dia 22 de fevereiro.

Prestados esses esclarecimentos, passa-se à apreciação da matéria.

Concedo a palavra à nobre Senadora Fátima Cleide, Relatora revisora da matéria.

#### **PARECER Nº 206, DE 2006 – PLEN**

**A SRA. FÁTIMA CLEIDE** (Bloco/PT – RO. Para proferir parecer. Sem revisão da oradora.) – Sr. Presidente, Sr<sup>as</sup> e Srs. Senadores, nos termos do art. 7º da Resolução nº 1, de 2002-CN, do Congresso Nacional, vem ao exame desta Casa o texto do Projeto de Lei de Conversão da Medida Provisória nº 269, de 2005, com a ementa transcrita em epígrafe.

Decorrente da apreciação da MP na Casa de origem, o PLV sob exame dispõe sobre diversos assuntos relativos à temática de recursos humanos na área da Administração Pública Federal, abrangendo quantitativo de cargos, níveis de remuneração e política de carreiras em diversos órgãos públicos. Como exceção temática ao fio condutor das modificações na área de recursos humanos, a MP promove a instituição da Taxa de Fiscalização da Aviação Civil, TFAC, em substituição à previsão de cobrança genérica instituída na lei que criou a Anac, aproveitando o ensejo das demais modificações na Lei nº 11.182, de 27 de setembro de 2005.

Em relação ao texto original da MP, quatro modificações foram introduzidas na Câmara dos Deputados, como será examinado adiante.

São as seguintes:

– os arts. 1º e 2º introduzem alterações na Lei nº 11.182, de 2005, que criou a Agência Nacional de Aviação Civil, envolvendo normas de gestão de pessoal e criação da Taxa de Fiscalização da Aviação Civil (TFAC);

– os arts. 3º e 4º alteram e acrescentam dispositivos concernentes à política de remuneração de pessoal na Lei nº 10.871, de 2004, que dispõe sobre a criação de carreiras e organização de cargos efetivos das agências reguladoras;

– o art. 5º modifica a redação do art. 16 da Lei nº 9.986, de 2000, que dispõe sobre a gestão de recursos humanos das agências reguladoras para determinar que a requisição de servidores para as agências deverá ser ressarcida aos órgãos de origem;

– o art. 6º modifica a redação do art. 11, da Lei nº 10.768, de 2003, que dispõe sobre o quadro de pessoal da Agência Nacional de Águas (Ana), para dar nova regência ao pagamento de Gratificação de Desempenho de Atividades de Recursos Hídricos;

– o art. 7º dá nova redação ao art. 12, da Lei nº 10.862, de 2004, que cria o plano especial de cargos da Agência Brasileira de Inteligência (Abin), para dispor sobre critérios de pagamento de gratificações;

– o art. 8º dá nova formatação e modifica os valores constantes dos Anexos I a V da Lei nº 10.871, de 2004, para estabelecer novos quantitativos, estrutura e remuneração dos cargos efetivos das agências reguladoras;

– o art. 9º cria os Anexos VI e VII da Lei nº 10.871, de 2004, relativos aos cargos comissionados da Anac, Agência Nacional de Aviação Civil, e às gratificações de exercício de militares na referida agência, incluindo os respectivos custos;

– o art. 10 contém autorização ao Executivo para prorrogar até 31 de março de 2007, observada a disponibilidade orçamentária, contratos temporários de servidores cuja substituição por servidores efetivos será feita de acordo com o cronograma a ser aprovado pelo Ministério do Planejamento, Orçamento e Gestão;

– o art. 11 cria 400 cargos efetivos da Carreira de Diplomata no Serviço Exterior Brasileiro;

– o art. 12 cria 2.020 cargos efetivos nas carreiras de ciência e tecnologia do Instituto Nacional de Propriedade Industrial (Inpi), do Instituto Nacional de Metrologia, Normalização e Qualidade Industrial (Inmetro), e da Fundação Oswaldo Cruz (Fiocruz);

– o art. 13 cria 191 cargos em comissão do Grupo-Direção e Assessoramento Superiores no âmbito do Poder Executivo;

– o art. 14 determina que a implementação da Lei no tocante à criação de cargos e funções observará o que determina o art. 169 da Constituição Federal e as normas pertinentes da Lei de Responsabilidade Fiscal;

- os arts. 15 e 16, incluídos na Casa de origem, serão tratados no próximo tópicos;
- os arts. 16 e 17 fixam a cláusula de vigência de revogação de disposições legais específicas.

Resultado de apreciação na Casa de origem.

Com o desfecho da apreciação da MP na Câmara dos Deputados, foi aprovado o Projeto de Conversão nº 2, de 2006, tendo o parecer de plenário concluído pela constitucionalidade, juridicidade e técnica legislativa; pelo atendimento dos pressupostos constitucionais de relevância e urgência; pela adequação financeira e orçamentária; e, no mérito, pela aprovação da MP, com incorporação plena de duas das 37 emendas apresentadas, de 2 outras contribuições do Relator naquela Casa, na forma do Projeto de Lei de Conversão apresentado.

Da análise.

Determina o art. 8º da Norma Regimental que o Plenário de cada uma das Casas apreciará, antes do exame do mérito, o atendimento ou não dos pressupostos constitucionais de *relevância e urgência* e sua adequação financeira e orçamentária.

No que respeita aos pressupostos de relevância e urgência, consideramos que foram atendidos, em face das razões expendidas na longa exposição de motivos que acompanha a Mensagem presidencial.

Sobre a adequação orçamentária e financeira do ato normativo sob exame, além do parecer favorável recebido da Casa de origem, deve ser levado em conta que, segundo a exposição de motivos, o acréscimo de despesas decorrente da medida será absorvido pela margem líquida de expansão para despesas de caráter continuado daqueles exercícios, sendo o montante apurado compatível com o aumento de receita decorrente do crescimento real da economia previsto, conforme demonstra a série histórica relativa à ampliação da base de arrecadação nos últimos anos.

Do ponto de vista da constitucionalidade e juridicidade, não há qualquer reparo a fazer. O ato legislativo sob exame foi editado de acordo com o procedimento previsto no art. 62 da Carta Política, e seu conteúdo material não esbarra em nenhum dos limites fixados no §1º do mesmo artigo e no art. 246 do Estatuto Supremo. Também em relação ao PLV, não há qualquer objeção de natureza jurídico-constitucional.

Cabe ainda ressaltar que se trata de diploma legal que dispõe sobre organização e funcionamento de órgãos da Administração, planos de carreira e remuneração de servidores públicos da União, matéria que deve ser disciplinada em lei ordinária, de iniciativa privativa do Presidente da República, conforme

explicitado no art. 61, § 1º, II, “a”, “c” e “e” da Constituição Federal.

Quanto ao mérito, resta sobejamente justificado neste caso, pois as normas constantes do presente ato inserem-se na política de fortalecimento das agências reguladoras federais.

Cabe, entretanto, assinalar que a importante correção feita na Câmara dos Deputados, com o aditamento do art. 15, incorreu em omissão que, a nosso ver, fere o princípio do tratamento isonômico dos servidores federais cedidos às Agências Reguladoras, além de fixar prazo excessivamente longo para a providência ali determinada. Com efeito, a redação do PLV deixa fora da redistribuição um conjunto de servidores cedidos que, por justiça, devem também poder optar por permanecer nos Quadros Específicos das Agências, razão pela qual estamos propondo nova redação para o referido art. 15, de forma a contemplar isonomicamente todos os servidores cedidos. Ao mesmo tempo, estamos propondo, na mesma emenda, salvaguardas para prevenir a proliferação de aquisições e redistribuição de novos servidores para as Agências.

### Voto

Em face do exposto, nosso voto é pela aprovação do texto do Projeto de Lei de Conversão nº 2, de 2006, com a emenda a seguir, restando prejudicada a Medida Provisória nº 269, de 2005.

### EMENDA Nº 1

Dê-se ao art. 15 do Projeto de Lei de Conversão nº 2, de 2006, a seguinte redação:

Art. 15. O Poder Executivo encaminhará ao Congresso Nacional, no prazo de até cento e oitenta dias a contar da data de publicação desta Lei, projeto de lei dispondo sobre:

I – a reestruturação da remuneração dos servidores públicos federais integrantes dos Quadros Específicos das Agências Reguladoras;

II – a inclusão, nos respectivos Quadros Específicos das Agências Reguladoras, mediante redistribuição, dos servidores ocupantes de cargos de provimento efetivo do Plano de Classificação de Cargos – PCC, instituído pela Lei nº 5.645, de 10 de dezembro de 1970, ou planos correlatos das autarquias e fundações públicas, não integrantes de carreiras estruturadas, ou ocupantes de cargos efetivos da Carreira de que trata a Lei nº 10.483, de 3 de julho de 2002, regidos pela Lei nº 8.112, de 11 de dezembro de 1990, e cujas atribuições

sejam compatíveis com as dos cargos integrantes daqueles Quadros Específicos, cedidos às agências reguladoras ou por elas requisitados até 20 de maio de 2004, e que tenham permanecido nessa condição ininterruptamente, até a data de publicação desta Lei.

§ 1º O somatório dos cargos efetivos, providos, no Quadro de Pessoal Efetivo de cada agência reguladora, com os cargos efetivos do respectivo Quadro Específico, decorrente da aplicação do disposto no inciso II, não poderá ser superior aos quantitativos totais de cargos do Quadro de Pessoal Efetivo, até a data de publicação desta Lei.

§ 2º A partir da data de publicação desta Lei, somente poderão ser requisitados pelas Agências Reguladoras servidores ou empregados públicos para exercer cargos comissionados de níveis equivalentes ou superior ao dos cargos do Grupo-Direção e Assessoramento Superiores DAS-4.

§ 3º Fica vedada, a partir da data de publicação desta Lei, a redistribuição de servidores para as Agências Reguladoras.

É o parecer, Sr. Presidente.

E gostaria, neste momento...

**O SR. HERÁCLITO FORTES** (PFL – PI) – Sr. Presidente, para esclarecimentos com a Relatora.

**A SRA. FÁTIMA CLEIDE** (Bloco/PT – RO) – Neste momento, Sr. Presidente, gostaria de registrar o esforço de alguns Senadores, como o do Presidente desta Casa, Senador Renan Calheiros, que apresentou demanda dos servidores da Funasa, que, infelizmente, não foi possível atender em função do que aqui registramos. Cabe apenas à Presidência da República tratar desse dispositivo. Assim também como o esforço do Senador Romero Jucá, que trouxe uma proposta de emenda dispendo sobre a regulação de fiscalização de vãos; da Senadora Ana Júlia, que trouxe demanda também dos servidores de carreira de Ciência e Tecnologia do Instituto Evandro Chagas; e o grande esforço da Senadora Ideli Salvatti, para atender à demanda dos servidores cedidos, que nos foi trazida, em primeiro lugar, pelos servidores da Anvisa, mas que diz respeito também aos servidores de todas as agências reguladoras. Registro também as diversas reuniões havidas com os servidores da Anvisa, com os servidores representados pela Fenasp e pelo Sindicato Nacional das Agências Reguladoras – Sinagências.

Portanto, Sr. Presidente, é esse o relatório.

É o seguinte o parecer na íntegra:

## PARECER Nº , DE 2006

**De Plenário, em substituição à Comissão Mista, sobre o Projeto de Lei de Conversão nº 2, de 2006, referente à Medida Provisória nº 269, de 2005, que Altera as Leis nºs 9.986, de 18 de julho de 2000, que dispõe sobre a gestão de recursos humanos das Agências Reguladoras; 10.768, de 19 de novembro de 2003, que dispõe sobre o Quadro de Pessoal da Agência Nacional de Águas – ANA; 10.862, de 20 de abril de 2004, que dispõe sobre a criação do Plano Especial de Cargos da Agência Brasileira de Inteligência – ABIN; 10.871, de 20 de maio de 2004, que dispõe sobre a criação de carreiras e organização de cargos efetivos das autarquias especiais, denominadas Agências Reguladoras; 11.182, de 27 de setembro de 2005, que cria a Agência Nacional de Aviação Civil – ANAC; cria cargos na Carreira de Diplomata, no Plano de Cargos para a Área de Ciência e Tecnologia, do Grupo-Direção e Assessoramento Superiores – DAS e Funções Gratificadas – FG; autoriza a prorrogação de contratos temporários firmados com base no art. 81-A da Lei nº 8.884, de 11 de junho de 1994, e no art. 30 da Lei nº 10.871, de 2004; e dá outras providências.**

Relatora-Revisora: Senadora **Fátima Cleide**

### I – Relatório

Nos termos do art. 7º da Resolução nº 1, de 2002-CN, vem ao exame desta Casa o texto do Projeto de Lei de Conversão da Medida Provisória nº 269, de 2005, com a ementa transcrita na epígrafe.

Decorrente da apreciação da MP na Casa de origem, o PLV sob exame dispõe sobre diversos assuntos relativos à temática de recursos humanos na área da Administração Pública Federal, abrangendo quantitativo de cargos, níveis de remuneração e política de carreiras em diversos órgãos públicos. Como exceção temática ao fio condutor das modificações na área de recursos humanos, a MP promove a instituição da Taxa de Fiscalização da Aviação Civil, TFAC, em substituição a previsão de cobrança genérica instituída na lei que criou a ANAC, aproveitando o ensejo das demais modificações na Lei nº 11.182, de 27 de setembro de 2005.

Em relação ao texto original da MP, quatro modificações foram introduzidas na Câmara dos Deputados, como será examinado adiante.

### Conteúdo da MP mantido no texto do PLV

Arts. 1º e 2º – Introduzem alterações na Lei nº 11.182, de 2005, que criou a Agência Nacional de Aviação Civil, envolvendo normas de gestão de pessoal e criação da Taxa de Fiscalização da Aviação Civil (TFAC).

Arts. 3º e 4º – Alteram e acrescentam dispositivos concernentes à política de remuneração de pessoal na Lei nº 10.871, de 2004, que dispõe sobre a criação de carreiras e organização de cargos efetivos das Agências Reguladoras.

Art. 5º Modifica a redação do art. 16 da Lei nº 9.986, de 2000, que dispõe sobre a gestão de recursos humanos das Agências Reguladoras, para determinar que a requisição de servidores para as Agências deverá ser ressarcida aos órgãos de origem.

Art. 6º Modifica a redação do art. 11 da Lei nº 10.768, de 2003, que dispõe sobre o quadro de pessoal da Agência Nacional de Águas (ANA), para dar nova regência ao pagamento de Gratificação de Desempenho de Atividades de Recursos Hídricos.

Art. 7º Dá nova redação ao art. 12 da Lei nº 10.862, de 2004, que cria o plano especial de cargos da Agência Brasileira de Inteligência (ABIN), para dispor sobre critérios de pagamento de gratificações.

Art. 8º Dá nova formatação e modifica os valores constantes dos Anexos I a V da Lei nº 10.871, de 2004, para estabelecer novos quantitativos, estrutura e remuneração dos cargos efetivos das Agências Reguladoras.

Art. 9º Cria os Anexos VI e VII da Lei nº 10.871, de 2004, relativos aos cargos comissionados da ANAC, e das gratificações de exercício de militares na ANAC, incluindo os respectivos custos.

Art. 10. Contém autorização ao Executivo para prorrogar, até 31 de março de 2007, observada a disponibilidade orçamentária, contratos temporários de servidores, cuja substituição por servidores efetivos será feita de acordo com cronograma a ser aprovado pelo Ministro do Planejamento, Orçamento e Gestão.

Art. 11. Cria quatrocentos cargos efetivos da Carreira de Diplomata no Serviço Exterior Brasileiro.

Art. 12. Cria dois mil e vinte cargos efetivos nas Carreiras de Ciência e Tecnologia do Instituto Nacional de Propriedade Industrial – INPI, do Instituto Nacional de Metrologia, Normalização e Qualidade Industrial – INMETRO e da Fundação Oswaldo Cruz – FIOCRUZ.

Art. 13. Cria cento e noventa e um cargos em comissão do Grupo-Direção e Assessoramento Superiores no âmbito do Poder Executivo.

Art. 14. Determina que a implementação da Lei no tocante à criação de cargos e funções observará

o que determina o art. 169 da Constituição Federal e as normas pertinentes da Lei de Responsabilidade Fiscal.

Arts. 15 e 16 – Incluídos na Casa de origem, serão tratados no próximo tópico.

Arts. 16 e 17 – Fixam a cláusula de vigência e de revogação de disposições legais específicas.

### Resultado da apreciação na Casa de origem

Como desfecho da apreciação da MP na Câmara dos Deputados, foi aprovado o Projeto de Lei de Conversão nº 2, de 2006, tendo o parecer de plenário concluído pela constitucionalidade, juridicidade e técnica legislativa; pelo atendimento dos pressupostos constitucionais de relevância e urgência; pela adequação financeira e orçamentária; e, no mérito, pela aprovação da MP, com incorporação plena de duas das trinta e sete emendas apresentadas, e de duas outras contribuições do Relator naquela Casa, na forma do Projeto de lei de Conversão apresentado.

As emendas aprovadas na Casa de origem tem o sentido indicado a seguir.

A primeira emenda acatada teve o propósito de corrigir incongruência na redação do art. 6º da MP, que incluía, na redação do **caput** do art. 11 da Lei que se propunha alterar, percentual máximo (35%) de gratificação divergente do mencionado no inciso II, *b*, do mesmo artigo (40%).

A segunda emenda aditou ao texto da MP novo parágrafo a ser acrescentado ao art. 10, determinando que ato do Ministro do Planejamento estabelecerá cronograma para o provimento de cargos efetivos compatível com o termo da prorrogação dos contratos temporários tratada no mesmo artigo. O objetivo da emenda aprovada é criar óbice à alegada procrastinação da realização de concursos para preenchimento dos cargos efetivos das agências reguladoras.

Dos novos artigos aditados pelo Relator da matéria, o art. nº 15 estabelece o prazo de 360 dias para que o Poder Executivo encaminhe proposição ao Congresso Nacional dispendo sobre o reenquadramento remuneratório dos servidores federais redistribuídos para as agências reguladoras. Segundo o relatório aprovado, “a medida é indispensável para que se faça justiça aos servidores que foram redistribuídos para as agências a partir da sua implantação e que se encontram atualmente em situação de notória desvantagem salarial frente aos que nelas ingressaram posteriormente, mediante concurso”.

Note-se que dependendo de como venha a ser implementado o preceito, poder-se-á incorrer em inconstitucionalidade, tendo em vista a jurisprudência pacífica sobre a vedação de modalidades de mudança de cargo sem prévio concurso público.

O novo art. 16 altera a Lei nº 9.074, de 1995, que estabelece normas para outorga e prorrogações das concessões e permissões de serviços públicos e dá outras providências. Segundo o relatório aprovado, trata-se de “ampliar as atividades permitidas às cooperativas de eletrificação rural, contribuindo para sua viabilização econômica, e para determinar regulamentação própria do processo de regularização de suas atividades”.

Note-se que a alteração da Lei nº 9.074, incluída posteriormente, deveria ter sido expressa na ementa do Projeto de Lei de Conversão nº 2, o que não foi feito. A omissão, portanto, deverá ser corrigida na revisão do Senado, por ocasião da redação final.

## II – Análise

Determina o art. 8º da Norma Regimental que o Plenário de cada uma das Casas apreciará, antes do exame do mérito, o atendimento ou não dos pressupostos constitucionais de relevância e urgência, e sua adequação financeira e orçamentária.

No que respeita aos pressupostos de relevância e urgência, consideramos que foram atendidos, em face das razões expendidas na longa exposição de motivos que acompanha a Mensagem presidencial.

Sobre a adequação orçamentária e financeira do ato normativo, sob exame, além do parecer favorável recebido da Casa de origem, deve ser levado em conta que, segundo a exposição de motivos, o acréscimo de despesas decorrente da Medida será absorvido pela margem líquida de expansão para despesas de caráter continuado daqueles exercícios, sendo o montante apurado compatível com o aumento de receita decorrente do crescimento real da economia previsto, conforme demonstra a série histórica relativa à ampliação da base de arrecadação nos últimos anos.

Do ponto de vista da constitucionalidade e juridicidade, não há qualquer reparo a fazer. O ato legislativo sob exame, foi editado de acordo com o procedimento previsto no art. 62 da Carta Política, e seu conteúdo material não esbarra em nenhum dos limites fixados no § 1º do mesmo artigo e no art. 246 do Estatuto Supremo. Também em relação ao PLV não há qualquer objeção de natureza jurídico-constitucional.

Cabe, ainda, ressaltar que se trata de diploma legal que dispõe sobre organização e funcionamento de órgãos da Administração, planos de carreira e remuneração de servidores públicos da União, matéria que deve ser disciplinada em lei ordinária, de iniciativa privativa do Presidente da República (art. 61, § 1º, II, a, c e e, da lei Maior).

Quanto ao mérito, resta sobejamente justificado neste caso, pois as normas constantes do presente ato inserem-se na política de fortalecimento das agências reguladoras federais.

Cabe, entretanto, assinalar que a importante correção feita na Câmara dos Deputados, com o aditamento do art. 15, incorreu em omissão que, a nosso ver, fere o princípio do tratamento isonômico dos servidores federais cedidos às Agências Reguladoras, além de fixar prazo excessivamente longo para a providência ali determinada. Com efeito, a redação do PLV deixa fora da redistribuição um conjunto de servidores cedidos que, por justiça, devem também poder optar por permanecer nos Quadros Específicos das Agências, razão pela qual estamos propondo nova redação para o referido art. 15, de forma a contemplar isonomicamente todos os servidores cedidos. Ao mesmo tempo, estamos propondo na mesma emenda salvaguardas para prevenir a proliferação de requisições e redistribuição de novos servidores para as Agências.

## III – Voto

Em face do exposto, nosso voto é pela aprovação do texto do Projeto de Lei de Conversão nº 2, de 2006, com a emenda a seguir, restando prejudicada a Medida Provisória nº 269, de 2005

### EMENDA Nº 38 – PLEN

Dê-se ao art. 15 do Projeto de Lei de Conversão nº 2, de 2006, a seguinte redação:

O Poder Executivo encaminhará ao Congresso Nacional, no prazo de até cento e oitenta dias a contar da data de publicação desta lei, projeto de lei dispondo sobre:

I – a reestruturação da remuneração dos servidores públicos federais integrantes dos Quadros Específicos das Agências Reguladoras;

II – a inclusão, nos respectivos Quadros Específicos das Agências Reguladoras, mediante redistribuição, dos servidores ocupantes de cargos de provimento efetivo do Plano de Classificação de Cargos – PCC, instituído pela Lei nº 5.645, de 10 de dezembro de 1970, ou planos correlatos das autarquias e fundações públicas, não integrantes de carreiras estruturadas, ou ocupantes de cargos efetivos da Carreira de que trata a Lei nº 10.483, de 3 de julho de 2002 regidos pela Lei nº 8.112, de 11 de dezembro de 1990, e cujas atribuições sejam compatíveis com as dos cargos integrantes daqueles Quadros Específicos, cedidos às agências reguladoras ou por elas requisitados até 20 de maio de 2004, e que tenham permanecido nessa condição ininterruptamente, até a data de publicação desta lei.

§ 1º O somatório dos cargos efetivos, providos, no Quadro de Pessoal Efetivo de cada Agência Reguladora, com os cargos efetivos do respectivo Quadro Específico, decorrente da aplicação do disposto no inciso II, não poderá ser superior aos quantitativos totais de cargos do Quadro de Pessoal Efetivo, até a data de publicação desta lei.

§ 2º A partir da data de publicação desta Lei, somente poderão ser requisitados pelas Agências Reguladoras servidores ou empregados públicos para exercer cargos comissionados de níveis equivalentes ou superior aos dos cargos do Grupo-Direção e Assessoramento Superiores DAS-4.

§ 3º Fica vedada, a partir da data da publicação desta Lei, a redistribuição de servidores para as Agências Reguladoras.

Sala das Sessões, 21 de março de 2006. – **Fátima Cleide**, Relatora.

**O SR. HERÁCLITO FORTES** (PFL – PI) – Sr. Presidente, peço a palavra para um esclarecimento.

**O SR. PRESIDENTE** (Renan Calheiros. PMDB – AL) – Darei já a palavra a V. Ex<sup>a</sup>, Senador Heráclito Fortes.

O parecer da nobre Senadora Fátima Cleide, Relatora revisora, é favorável, pelo atendimento dos pressupostos constitucionais de relevância e urgência, e pela adequação financeira e orçamentária da Medida Provisória, nos termos do art. 8º da Resolução nº 1, de 2002 – CN, e com a Emenda nº 38, que apresenta.

Vou colocar em votação, Senador Heráclito Fortes, os pressupostos de urgência e relevância e, em seguida, discutiremos o mérito da matéria.

**O SR. HERÁCLITO FORTES** (PFL – PI) – Sr. Presidente, os esclarecimentos agora poderiam evitar posteriormente...

**O SR. PRESIDENTE** (Renan Calheiros. PMDB – AL) – A Relatora revisora estará à disposição para o debate a qualquer momento.

**O SR. HERÁCLITO FORTES** (PFL – PI) – Está bom. Agradeço, Sr. Presidente.

**O SR. PRESIDENTE** (Renan Calheiros. PMDB – AL) – Agradeço a V. Ex<sup>a</sup>.

Em votação os pressupostos de relevância e urgência e adequação financeira e orçamentária.

As Sr<sup>as</sup> e os Srs. Senadores que os aprovam queiram permanecer sentados. (Pausa.)

Aprovados.

**O SR. HERÁCLITO FORTES** (PFL – PI) – Sr. Presidente, eu gostaria que a Relatora nos desse uma explicação sobre os pressupostos.

A Agência terá de funcionar imediatamente após a sua aprovação. Não há recurso orçamentário algum constante no Orçamento ora em aprovação no Congresso Nacional. Seria importante que a Relatora nos explicasse exatamente os pressupostos.

**O SR. JOSÉ JORGE** (PFL – PE) – Sr. Presidente, peço a palavra, pela ordem.

**O SR. PRESIDENTE** (Renan Calheiros. PMDB – AL) – Pela ordem, concedo a palavra a V. Ex<sup>a</sup>.

**O SR. JOSÉ JORGE** (PFL – PE. Pela ordem. Sem revisão do orador.) – Sr. Presidente, a Assessoria da Liderança da Minoria, do PFL e do PSDB, está nos explicando que, na realidade, houve algumas alterações no parecer da Senadora Fátima Cleide que não conhecemos. Eu pediria à Senadora que nos distribuisse o parecer técnico e que nos desse uma explicação sobre as alterações, a fim de que possamos votar a medida provisória.

**O SR. PRESIDENTE** (Renan Calheiros. PMDB – AL) – Senadora Fátima Cleide, concedo a palavra a V. Ex<sup>a</sup>.

**A SRA. FÁTIMA CLEIDE** (Bloco/PT – RO. Como Relatora. Sem revisão da oradora.) – Sr. Presidente, a única alteração feita foi no art. 15. O parecer já está com a Mesa, que deverá providenciar a distribuição a todos os membros do Plenário.

Ressalto que a única alteração no texto aprovada na Câmara Federal foi com relação à Emenda nº 15, que previa, anteriormente, um prazo de 360 dias para que o Governo apresentasse um projeto regulamentando a situação dos servidores redistribuídos. Acrescentamos os servidores cedidos também, para que seja feita justiça. Estabelecemos uma limitação para o prazo de cessão: apenas aqueles que foram cedidos até 20 de maio de 2004. Foi essa a alteração feita na Emenda pela Relatora revisora.

**O SR. HERÁCLITO FORTES** (PFL – PI) – Sr<sup>a</sup> Relatora, com a permissão do Presidente, a questão não é essa, mas como serão feitas as despesas correntes, como manutenção de aeroportos. O Orçamento não consagra nenhum tostão. Nossa preocupação é com relação a isso.

**O SR. ALOIZIO MERCADANTE** (Bloco/PT – SP) – V. Ex<sup>a</sup> tem razão. Posso esclarecer, Sr. Presidente.

**O SR. PRESIDENTE** (Renan Calheiros. PMDB – AL) – Vou conceder a palavra ao Senador Aloizio Mercadante, que também está querendo participar.

**O SR. ALOIZIO MERCADANTE** (Bloco/PT – SP. Pela ordem. Sem revisão do orador.) – O Senador Heráclito Fortes tem toda a razão. Na medida em que não temos ainda o Orçamento aprovado, e originalmente não havia previsão, o Governo editará uma medida provisória para estabelecer os valores indispensáveis

ao funcionamento da Anac. Terá que ser feita por meio de provisória. Tem toda a razão o Senador Heráclito Fortes. De fato, não há previsão orçamentária, pois o Orçamento não foi aprovado até o momento. Não há outro caminho senão este: o Governo editará medida provisória para fixar os recursos indispensáveis ao funcionamento da Agência Nacional de Aviação Civil.

**O SR. HERÁCLITO FORTES** (PFL – PI) – Insisto na pergunta, Senador Mercadante, por um motivo muito simples. A agência foi instalada ontem. Hoje, teoricamente, ela está funcionando. Sem orçamento, de onde vem o recurso?

**O SR. ALOIZIO MERCADANTE** (Bloco/PT – SP) – Como eu disse, será feito por meio de um crédito especial, na forma de medida provisória...

**O SR. HERÁCLITO FORTES** (PFL – PI) – Mas quando virá o crédito?

**O SR. ALOIZIO MERCADANTE** (Bloco/PT – SP) – Imediatamente. Já está praticamente definido.

**O SR. ROMERO JUCÁ** (PMDB – RR) – Sr. Presidente, apenas para complementar.

**O SR. PRESIDENTE** (Renan Calheiros. PMDB – AL) – Com a palavra o Senador Romero Jucá.

**O SR. ROMERO JUCÁ** (PMDB – RR. Pela ordem. Sem revisão do orador.) – Dentro ainda do que foi levantado pelo Senador Heráclito, na proposta orçamentária deste ano, que não foi votada ainda, já constam recursos para a agência. Como a proposta não está autorizada ainda, o custeio, através do duodécimo, está garantido. O que não tem é recurso para investimento. Recursos de manutenção...

**O SR. HERÁCLITO FORTES** (PFL – PI) – Mas como está garantido, Senador? A Agência não existia, foi criada ontem.

**O SR. ROMERO JUCÁ** (PMDB – RR) – Mas estão no Orçamento. A partir do momento que começar a funcionar, automaticamente... Enquanto o Orçamento não for aprovado, o duodécimo será liberado para manutenção de qualquer agência.

**O SR. HERÁCLITO FORTES** (PFL – PI) – Sim, mas o Congresso não aprovou recursos para Anac. A não ser que haja um mecanismo de transferência de recursos do antigo DAC. Tenho o maior interesse, pois fui Relator dessa matéria aqui. Quero apenas que essa empresa não nasça com dificuldade de sobrevivência. Minha preocupação é exatamente saber como é que nesse **vacation legis** vamos ter condições para o custeio e para a sobrevivência da agência.

**O SR. PRESIDENTE** (Renan Calheiros. PMDB – AL) – Senador Heráclito, V. Ex<sup>a</sup> tem razão. Foi reafirmado o compromisso de edição da medida provisória, para que tenhamos os suprimentos necessários ao pleno funcionamento dessa agência. É esse com-

promisso que o Governo, por intermédio de seu Líder, acaba de reassumir. Tem ele a Casa e o País como testemunhas do que acaba de dizer.

**O SR. HERÁCLITO FORTES** (PFL – PI) – Sr. Presidente, insisto: há alguma previsão concreta no Orçamento para suprir a agência nesse período da sua instalação, ontem, até a aprovação da medida provisória?

**O SR. PRESIDENTE** (Renan Calheiros. PMDB – AL) – São os recursos do duodécimo, porque, antes da aprovação do Orçamento, o Governo fica constitucionalmente obrigado a liberar o equivalente ao duodécimo para cada Ministério.

**O SR. HERÁCLITO FORTES** (PFL – PI) – Só que o recurso do duodécimo não contempla a Anac. A minha preocupação é essa. A preocupação que trago principalmente à Sr<sup>a</sup> Relatora é esta: se se tomou alguma cautela exatamente para o suprimento dessas despesas, porque, como a Anac só passou a existir a partir de ontem, o Governo não poderia ter feito nenhuma previsão, tampouco nenhuma liberação do duodécimo. A minha questão é de cautela, de proteção aos dirigentes dessa nova agência.

**O SR. ANTONIO CARLOS MAGALHÃES** (PFL – BA) – Pela ordem, Sr. Presidente.

**O SR. PRESIDENTE** (Renan Calheiros. PMDB – AL) – Concedo a palavra, pela ordem, ao Senador Antonio Carlos Magalhães.

**O SR. ANTONIO CARLOS MAGALHÃES** (PFL – BA. Pela ordem. Sem revisão do orador.) – Sr. Presidente, acabo de receber notícia grave para esta Casa, para a qual peço a atenção de V. Ex<sup>a</sup>. A comissão da CPI dos Bingos que esteve com o Presidente da Caixa Econômica voltou com a triste notícia de que o Presidente declarou “com coragem” que só pode dar notícias daqui a 15 dias.

Evidentemente, este é um Governo falido, que quebra sigilo e que não tem nem coragem de apurar quem quebra. Isso é um desrespeito ao Senado, e, como tal, peço providências a V. Ex<sup>a</sup>.

**O SR. PRESIDENTE** (Renan Calheiros. PMDB – AL) – Encaminharei as providências requeridas por V. Ex<sup>a</sup>.

Aprovados os pressupostos de urgência constitucional, com os votos contrários dos Senadores Jorge Bornhausen, César Borges, Antonio Carlos Magalhães, José Jorge, Romeu Tuma, Arthur Virgílio, Rodolpho Tourinho e Almeida Lima.

Aprovados, passa-se à apreciação do mérito.

Discussão do Projeto de Lei de Conversão, da Medida Provisória e das emendas, em turno único.

Há quatro Srs. Senadores inscritos.



Pela ordem de inscrição, concedo a palavra ao nobre Senador Jorge Bornhausen para discutir a matéria.

**O SR. HERÁCLITO FORTES** (PFL – PI) – Peço a minha inscrição, Sr. Presidente.

**O SR. PRESIDENTE** (Renan Calheiros. PMDB – AL) – V. Ex<sup>a</sup> é o quinto inscrito.

**O SR. CÉSAR BORGES** (PFL – BA) – Inscreva-me também, Sr. Presidente.

**O SR. PRESIDENTE** (Renan Calheiros. PMDB – AL) – Com a palavra V. Ex<sup>a</sup>, Senador Jorge Bornhausen.

**O SR. JORGE BORNHAUSEN** (PFL – SC. Para discutir. Sem revisão do orador.) – Sr. Presidente, Sr<sup>as</sup> e Srs. Senadores, merece atenção de cada um dos componentes desta Casa a apreciação sobre o que veio a ocorrer na Medida Provisória nº 269.

Explicou aqui o Senador Heráclito Fortes que votamos a criação da Agência Nacional de Aviação Civil e que, na ocasião, não foi montado o quadro para essa agência. Então era justo e natural que, por projeto de lei ou, no caso, pela urgência e relevância, fosse editada uma medida provisória criando os cargos para a Anac.

Ocorre que esta medida provisória, como todas que estão sendo feitas, vem com um verdadeiro trem da alegria junto, com a criação de cargos, taxas, e não podemos deixar de alertar a sociedade, o contribuinte sobre essa situação. Há a questão relativa ao gasto público e a relativa à carga tributária.

Então é preciso que se lembre, como apreciei aqui em janeiro e chamei a atenção do Senado, que não somos contra a criação dos cargos da Anac e que também aceitamos que a medida provisória aproveite para fazer correções e adaptações nas outras agências reguladoras, corrigindo algumas falhas e dando às agências reguladoras instrumentos modernos para as condições de funcionamento.

Ocorre, Sr. Presidente, que estamos aqui diante de taxas. Já pagamos, nós, o contribuinte brasileiro, o usuário – porque taxa é uma contraprestação de serviço –, quando vamos viajar de avião, a taxa de embarque. Agora, temos a Taxa de Fiscalização da Aviação Civil – TFAC. Mais um ônus para o contribuinte brasileiro; mais um ônus para as empresas, desnecessário. O Presidente da Anac chegou a declarar aqui, para mim e para o Senador Heráclito Fortes, que essa taxa vai redundar na arrecadação de apenas R\$5 milhões. Ora, não são os R\$5 milhões que vão resolver o problema orçamentário, mas são R\$5 milhões a mais nas costas do contribuinte brasileiro, verdadeiro burro de carga. Não podemos concordar, em hipótese alguma, com essa aprovação.

Mas não fica só aí a incoerência de artigos constantes da Medida Provisória nº 269. Há a prorrogação de contratos temporários sem concurso público, um facilitário que extravasa os limites da Constituição, que exige o ingresso de concurso público para que se efetive o preenchimento de cargos na Administração Federal direta e indireta.

Mas não fica só aí. O art. 11 cria 400 cargos no Ministério das Relações Exteriores. E, na justificativa, diz-se que é para atender à política do Governo na Ásia e na África, política essa que condenamos, porque, na verdade, o governo está desenvolvendo um projeto para obter um lugar no Conselho de Segurança da ONU, com gastos, com perdão de dívida no continente africano, algo que não interessa à sociedade brasileira, que quer uma política diplomática de resultados e não de terceiro-mundismo, de perda de tempo, de busca de um lugar que, na verdade, não corresponde a nenhum interesse da sociedade brasileira. São 400 cargos, muitos deles já preenchidos, porque serviram para proteger, para promover, para nomear dentro do Ministério das Relações Exteriores aqueles que tinham a preferência do Ministro ou daqueles a quem o Ministro ouve. Não tem nenhuma consistência esse dispositivo incluído na medida provisória.

Essa matéria devia vir mediante um projeto de lei, com discussão no Congresso Nacional para sabermos se realmente há razão para criar esses cargos. Mas, não ficou aí. A Medida Provisória cria 440 cargos no INPI – Instituto Nacional de Propriedade Industrial. O art. 12, além dos 440 cargos, cria mais 580 cargos no Inmetro e mais 1.000 cargos na Fiocruz. Cada um desses cargos deveria ser objeto de um projeto, de uma justificação e não ser acoplado à Medida Provisória nº 269, pegando uma carona.

E vai mais longe a pretensão do Governo. No art. 13 ele cria 143 cargos de DAS e 53 cargos de novas funções gratificadas. Isso significa novos gastos públicos, desnecessários. Existem cerca de 20 mil cargos em comissão. O Governo já preencheu com seus apauados, protegidos e correligionários a grande parte desses quadros e agora precisa de mais 196 vagas para proteger o seu partido.

É um absurdo a maneira como se está conduzindo o País, não só com incompetência, mas também deixando o cidadão brasileiro sem satisfação. O Governo não dá a mínima retribuição àqueles que mais precisam, os mais pobres, na área da saúde, da educação e da segurança. O Governo deve criar oportunidades justas, permitindo que a iniciativa privada gere empregos. Aprovando essa medida, nós não estamos gerando empregos; estamos criando cargos para apauados, estamos criando déficit público.

Esse Governo incompetente, que não combate a corrupção, que não é capaz de impor um ritmo administrativo que coloque o País no rumo certo, vem exigir nova contribuição daqueles que se utilizarão dos vôos comerciais. O Presidente da República ainda prega uma contribuição internacional. São três ônus para quem vai viajar.

Sr. Presidente, eu não poderia, de forma nenhuma como presidente de um Partido de oposição, que tem consignado de forma muito transparente seu posicionamento contra criar cargos e tributos e contra onerar o contribuinte brasileiro, deixar de me manifestar dessa forma.

Quero dizer que o PFL fez os destaques para que cada um desses artigos que tive a oportunidade de comentar fosse consciente e responsabilmente votado pelas Senadoras e Senadores desta Casa. A sociedade brasileira vai saber distinguir aqueles que querem menos impostos e mais empregos dos que querem mais emprego para o seu partido e fazer a cobrança necessária.

Muito obrigado.

**O SR. PRESIDENTE** (Renan Calheiros. PMDB – AL) – Concedo a palavra ao Senador Arthur Virgílio.

**O SR. ARTHUR VIRGÍLIO** (PSDB – AM. Para discutir. Sem revisão do orador.) –

***DISCURSO PRONUNCIADO PELO SR. SENADOR ARTHUR VIRGÍLIO, QUE, RETIRADO PELO ORADOR PARA REVISÃO, SERÁ PUBLICADO POSTERIORMENTE.***

*(Art. 201, §§ 2º e 3º, do Regimento Interno.)*

**O SR. PRESIDENTE** (Renan Calheiros. PMDB – AL) – Concedo a palavra ao eminente Senador José Agripino, para discutir a matéria. (Pausa.)

Por permuta com o Senador José Agripino, concedo a palavra ao ilustre Senador Antero Paes de Barros, para discutir a matéria.

**O SR. ANTERO PAES DE BARROS** (PSDB – MT. Para discutir. sem revisão do orador.) – Sr. Presidente, Sr<sup>as</sup> e Srs. Senadores, há aspectos dessa medida provisória destacados pelo Oposição que precisam ser rejeitados pelo Plenário do Senado da República, porque são aspectos que prejudicam a sociedade brasileira como um todo.

Não vou detalhar, porque aqui já falou o Senador Jorge Bornhausen, sobre a instituição de mais uma taxa. O Governo, por meio dessa medida provisória, está instituindo a taxa de fiscalização de aviação civil. Portanto, é mais um imposto para aumentar a carga tributária brasileira.

O PSDB fez dois destaques que precisam contar com o apoio do Plenário do Senado. Os dois destaques são supressivos, Sr. Presidente. Um dos destaques supressivos é com relação ao art. 10, que diz exatamente o seguinte:

Art. 10. Fica o Poder Executivo autorizado a prorrogar até 31 de março de 2007, observada a disponibilidade orçamentária, os contratos temporários firmados com base no art. 81, a, da Lei nº 8.884, de 11 de junho de 94, ou no art. 30, incluindo o § 7º, da Lei nº 10.871, de 20 de maio de 2004.

Ou seja, o Governo quer que o Senado autorize a prorrogação da prorrogação. Esses contratos temporários já foram prorrogados. Existem concursos públicos já realizados pelo Governo brasileiro. Poderiam perfeitamente ser chamados os concursados, aqueles que não dependem de favores para continuar prestando serviços públicos. Por que autorizar essa prorrogação? Não é ético defender isso. Ano eleitoral. Os contratos temporários já foram prorrogados, agora busca-se a prorrogação da prorrogação, quando poder-se-ia buscar o servidor aprovado por seus méritos em concurso público, que é o que exige a Constituição da República Federativa do Brasil. Portanto, não dá para aceitar que o Governo não chame os efetivos.

Uma outra questão é que o Governo nessa Medida Provisória cria uma série de cargos, cria mais de 1.700 cargos nessa Medida Provisória. Mas nós do PSDB estamos pedindo a supressão, pelo menos, do art.13, que diz o seguinte:

Art. 13. Ficam criados, no âmbito do Poder Executivo, os seguintes cargos em comissão do grupo Direção e Assessoramento Superiores: DAS-10; DAS-5; 29 DAS-4; 30 DAS-3; 30 DAS-2; 39 DAS-1 e 53 Funções Gratificadas – FG-1.

Esses 139 cargos, do art. 13, ficariam à disposição da Ministra-Chefe da Casa Civil, Dilma Rousseff, para que ela pudesse disponibilizar de acordo com as solicitações. Ora, este é o momento de haver uma seleção de gastos e de o Governo gastar bem, de o Governo fazer economia... E não de o Governo, em época de eleição, às vésperas de eleição, quase vencendo o prazo da proibição de contratação, querer abrir 139 DAS, para que a Ministra Dilma deles possa dispor de acordo com a vontade política do Governo. Não dá! O Senado da República não pode aceitar essa argumentação. Nós temos de zelar pela qualidade dos gastos públicos. E esta é uma questão fundamental. De um lado o Governo cria taxas; de um lado, o Governo

umenta impostos; de um lado, o Governo aumenta a carga tributária; e, de outro lado, ele cria cargos. Ou seja, ele cria cargos, cria despesas e os cargos são para apaniguados, são para aparelhamento: é para reforçar a máquina eleitoral. Então, pelo menos, com relação a esses aspectos, nós precisamos melhorar a Medida Provisória aqui no Senado da República.

Eu faço um apelo ao Senado para que possamos suprimir a prorrogação de contratos temporários. Já foram prorrogados. Existem pessoas concursadas. Por que não chamar os concursados? O objetivo não é chamar as pessoas que entraram por mérito? Por que prorrogar novamente os contratos? Essa é uma ilegalidade flagrante e inaceitável.

A outra questão é de que, pelo menos, esses 139 cargos a serem disponibilizados para a Ministra Dilma, que pelo menos isso não seja feito. Isso não é correto, não é sério.

No mais, o PSDB entende que é preciso fortalecer as agências. O Brasil precisa fortalecer as agências, para que efetivamente possa ter regras definitivas e tranquilizar as pessoas que porventura queiram investir em nosso País.

Essas eram as considerações que tinha a fazer, Sr. Presidente.

**O SR. PRESIDENTE** (Renan Calheiros. PMDB – AL) – Concedo a palavra ao nobre Senador Heráclito Fortes. V. Ex<sup>a</sup> tem a palavra para discutir a matéria.

**O SR. HERÁCLITO FORTES** (PFL – PI. Para discutir. Sem revisão do orador.) – Sr. Presidente, Sr<sup>as</sup> e Srs. Senadores, se abrimos os jornais de ontem – e acho até que os de hoje ainda repercutem – veremos o apelo patético e desesperado do Presidente Lula pedindo que a Oposição lhe deixe governar. Exatamente isso! – como se fosse a Oposição que atrapalhasse o Governo Lula nesta Casa.

Senador Jorge Bornhausen, contra fatos não há argumentos. O que estamos vendo aqui nesta tarde? É exatamente a Oposição colaborando com o Governo, para deixar que a Agência Nacional de Aviação Civil seja instalada. Imaginem os senhores que ontem empossaram festivamente os diretores no Palácio do Planalto. Mas empossaram diretores de quê? De uma agência que não existe. Se a Oposição tivesse o objetivo de atrapalhar as ações do Governo, o que faria hoje? Não votaria. E o que aconteceria? Iríamos ter uma situação inusitada porque, extinto o DAC e criada a Anac sem nenhum mecanismo de funcionamento, isso geraria uma crise para o Governo porque atingiria um setor vital num País de dimensão continental, que é o setor da aviação comercial, da aviação civil. Mas não é isso que a Oposição está fazendo.

Nós, da Oposição, no encaminhamento desta matéria, nas diversas comissões do Senado, ajudamos a criação da agência no que foi possível, por entendermos que ela era importante para o País no sentido da sua modernização. O DAC cumpriu o brilhante papel durante 50 anos, mas hoje, num mundo globalizado, torna-se necessário um órgão mais ágil, mais moderno, deixando-se com isso para os militares que até então serviam no DAC a tarefa da segurança e da vigilância dos céus do nosso Brasil.

Qual é a dificuldade que temos aqui? Eu sou muito sincero. Apesar de ter sido Relator em plenário e Relator na Comissão de Infra-Estrutura, eu não teria condições de avaliar se 1,3 mil, ou 1,2 mil, ou 1,5 mil, ou 3 mil funcionários para a nova Anac seriam suficientes. Teria que me basear – e assim o fiz – no parecer dos técnicos da própria Aeronáutica e do próprio Governo que elaboraram o Projeto da criação da Agência. O que está errado? É que, no bojo da Medida Provisória, Senador José Agripino, o Governo manda para cá penduricalhos, criando mais uma quantidade de cargos em áreas que não têm nada a ver com o setor de aviação civil. Ele usa a boa-fé e a boa-vontade da Oposição e manda, sem nenhuma explicação convincente, num ano eleitoral, já não digo um mini, mas um pequeno “trem da alegria”, que, se juntarmos a todos os outros que vieram em circunstâncias parecidas, nós vamos ver que o atual Governo tem sido pródigo em homenagear os apaniguados, os militantes e os amigos com cargos de confiança, DAS ou coisa que o valha.

A urgência da aprovação desta matéria é óbvia. Estamos vivendo um momento de crise na aviação brasileira, que merece de todos nós um cuidado ímpar. Estamos com a Varig em crise. A imprensa noticia a existência de, às vezes 15, outras, 17, aviões parados no pátio, sem condições técnicas de vôo, passando por um processo semelhante ao que as finadas Transbrasil e Vasp passaram.

Há cerca de 15 dias, um avião dessa empresa apresentou um defeito técnico ao decolar de São Paulo, Senador Romeu Tuma. Uma parte da carenagem de uma das suas turbinas caiu sobre uma casa em Guarulhos.

Se fosse qualquer uma das empresas sadias, iria dizer-se que é azar, que é problema que acontece. Mas, como se trata de uma empresa em crise, as suspeitas começam. Potência de turbina, falta de manutenção. E não podemos permitir que, por cochilos dos órgãos reguladores da aviação no País, haja omissão com relação à segurança no transporte aéreo brasileiro, que tem sido, nos últimos três anos, um dos

que mais crescem no mundo, disparadamente o que mais cresce na América Latina.

De forma que a Oposição, consciente disso, votará esta Medida Provisória, ressalvados os destaques. Não somos coniventes com os penduricalhos. O Governo, que é pródigo em remeter a esta Casa medidas provisórias, que o faça com os temas específicos de cada uma, não usando subterfúgios, tampouco o momento e a ocasião.

Queria indagar da nobre Relatora sobre a questão da Superintendência do Rio de Janeiro, acordo firmado nesta Casa. Faço isso até em homenagem ao Senador Paulo Octávio, que não está aqui, mas que foi um dos defensores da matéria. Esse acordo possibilitou, sem maiores traumas, a sua aprovação, a sua instalação, o seu funcionamento, o tamanho do quadro que irá funcionar na cidade maravilhosa.

São indagações exatamente para saber se o Governo honrou o compromisso. Se não está na proposta – e parece-me que não está –, mais uma vez, Senador Pedro Simon, o Governo mostra que não cumpre compromissos assumidos.

Digo isso com a isenção de quem até discorda e discordou, na época, da instalação dessa superintendência no Rio de Janeiro. Creio que um departamento seria o ideal, sim, mas a instalação da superintendência significa exatamente permitir que a Capital Federal não seja centro das decisões nacionais. Mas, como sou homem de acordo, participei desses acordos sobre a matéria e queria que ficasse bem claro se vem no bojo ora relatado pela Senadora Fátima Cleide. Quero deixar bem claro que S. Ex<sup>a</sup> não tem culpa. Ela recebeu a matéria pronta para relatar em plenário e não tem a obrigação de conhecer as filigranas e os detalhes do acordo. Mas o Governo, este sim, tem o dever e a obrigação moral, Sr. Presidente, de remeter para cá esse texto constando os acordos firmados.

Sr. Presidente, Sr<sup>s</sup> e Srs. Senadores, mais ajuda, mais colaboração o Presidente Lula não pode ter deste Congresso do que tem na noite de hoje. Viajante, sabedor do quanto é importante a segurança do nosso espaço aéreo, a Oposição entrega aqui, por meio de um gesto de boa vontade, a sua disposição de votar a matéria, sem penduricalhos, de maneira limpa e de maneira transparente.

Lamenta, finalizando, que o Governo não tenha nenhum respeito para com a questão das agências reguladoras. O simples fato de a matéria estar sendo votada aqui hoje, um dia depois da posse dos seus dirigentes, é a prova mais cabal disso.

O desrespeito, Senador Pedro Simon, do Governo para com as agências reguladoras, mecanismo de administração moderna, vem se demonstrando no

dia-a-dia. As Agências estão sendo aprovadas aqui, Sr. Presidente, a toque de caixa.

Recentemente, tivemos o episódio da própria Anac, em que foi preciso V. Ex<sup>a</sup> se empenhar pessoalmente, em que foi preciso a Oposição alertar para alguns compromissos de natureza internacional, que iriam comprometer não só o País, mas as empresas brasileiras como a Embraer. O alerta foi feito, Senador Bornhausen, pela Oposição, responsável, consciente, mas jamais omissa e conivente.

Muito obrigado.

**O SR. PRESIDENTE** (Renan Calheiros. PMDB – AL) – Agradeço a V. Ex<sup>a</sup>, Senador Heráclito Fortes.

Concedo a palavra ao nobre Senador César Borges para discutir a matéria.

**O SR. CÉSAR BORGES** (PFL – BA. Para discutir. Sem revisão do orador.) – Sr. Presidente, Sr<sup>s</sup> e Srs. Senadores, a medida provisória que ora está sendo apreciada pelo Senado Federal, Projeto de Lei de Conversão nº 2 – originário da Medida Provisória nº 269, de 2005 –, cria um número que, para o Governo, é quase inexpressivo diante do aumento permanente dos gastos de custeio. Mas, para nós, é muito, porque aumenta 2.611 cargos, assim distribuídos: 400 cargos efetivos na carreira de diplomata; 440 cargos efetivos no Instituto Nacional de Propriedade Industrial; 580 cargos no Inmetro; mil cargos efetivos no quadro de pessoal da Fundação Oswaldo Cruz; 191 cargos comissionados, dos quais 138 são nível DAS, e 53, funções gratificadas. Total: 2.611 cargos. Não é dito quanto isso representará de impacto sobre os gastos de custeio do Governo Federal. Mas tenho certeza, Sr. Presidente, de que esses gastos de custeio não param de aumentar. Esses gastos, hoje, na sua totalidade – pasmem, Srs. Senadores e todos aqueles que assistem a essa discussão –, com o custeio da máquina, representam quatro vezes mais do que o volume de investimentos previstos, neste País, pelo Poder Público federal. Os números estão estampados em um artigo de ontem, de **O Estado de S. Paulo**: “Governo gasta com a máquina quatro vezes o que investe.”

O Governo Federal está gastando com despesas de custeio da máquina pública, como compra de material, pagamento de serviços de terceiros, cafezinhos e viagens, quatro vezes o que investe em rodovias, saneamento, energia elétrica e outros. São investimentos extremamente necessários à infra-estrutura do País, que tem por finalidade permitir o crescimento econômico para fazer fluir melhor as nossas riquezas e para prestar um serviço melhor ao usuário e ao contribuinte brasileiro. Estes, lamentavelmente, suportam uma carga tributária pesadíssima, mas não têm a contrapartida dos serviços públicos. Seria o mínimo necessário ter

boas estradas, boas ferrovias, portos, infra-estrutura, enfim, para servir o cidadão e para servir a economia brasileira.

Pois bem, Sr. Presidente, o Tesouro Nacional mostra que os gastos de custeio chegaram a R\$64 bilhões em 2005, frente a apenas R\$16 bilhões em investimentos realizados em todos os órgãos do Governo. Essas despesas não incluem gasto de pessoal; são despesas meramente de custeio.

Nos últimos quatro anos, o gasto com custeio teve crescimento real de 20,5%, descontada a inflação do período, medida pela variação do Índice de Preços ao Consumidor Amplo (IPCA), apurado pelo IBGE. Só no ano passado, o aumento dos gastos correntes foi de 5,2% em relação ao ano anterior. Agora, se olharmos o crescimento da economia brasileira, esta teve o pí-fio número de 2,3%, mostrando que o Governo está gastando mal, está gastando com pessoal.

Aí poderia, talvez, a Relatora explicar a necessidade desses 2.611 cargos. Talvez seja explicável dizer que são necessários mais mil cargos efetivos na Fundação Oswaldo Cruz, é preciso mais 580 cargos no Inmetro, e assim por diante. Mas pergunto, Sr. Presidente: por que não remanejar pessoas que estão ociosas em tantas entidades públicas federais hoje, pessoas que não estão efetivamente produzindo como deveriam e que, portanto, poderiam ser remanejadas?

Há uma emenda feita pela Relatora que modifica o art. 15 deste projeto de lei de conversão, propondo a inclusão, nos Quadros Específicos da Agência Reguladora, mediante redistribuição, de servidores ocupantes de cargo de provimento efetivo do Plano de Classificação de Cargos do Governo Federal. Esta é a saída, Sr. Presidente: o remanejamento, e não a simples e fácil criação de cargos e mais cargos, e cargos comissionados, porque isso, lamentavelmente, leva, como muito bem disse o Líder Arthur Virgílio, ao aumento da nossa dívida interna. Ao aumentar o gasto de custeio para suprir esse aumento, o Governo vai atrás dos recursos ou do contribuinte, elevando a carga tributária, como tem acontecido – positivamente, a carga tributária tem aumentado, e a arrecadação tributária do Governo Federal está batendo recordes atrás de recordes. De outra parte, Sr. Presidente, além do aumento da carga tributária, o Governo, para suprir seu déficit, vai ao mercado, pagando essas taxas inadmissíveis de juros no País. São taxas que superam o dobro do que se paga no país subsequente ao Brasil, que oscila entre Turquia e México. Então, a especulação financeira é financiada com o esforço do contribuinte brasileiro.

Essa é a minha posição, Sr. Presidente, a par de desejar que as agências reguladoras, instrumentos modernizadores na administração pública brasileira,

possam funcionar de forma a atender a relação e disciplinar setores, como é o caso da Anac, que é uma expectativa positiva, para que fatos lamentáveis como o exposto aqui pelo Senador Heráclito Fortes não voltem a acontecer, ou como o que sofremos esta semana, eu e o Senador Rodolpho Tourinho. Nós íamos a São Paulo no domingo. Tínhamos um vôo marcado para as 7h05min., de Salvador para São Paulo; até à meia-noite, esse vôo não havia saído do aeroporto de Salvador porque a companhia aérea não foi capaz de resolver um problema técnico. Esperou-se uma peça que viria de outra cidade, mas não veio. Posteriormente, falou-se em tirar uma peça de outro avião para colocar naquela aeronave. Qual a segurança do passageiro, do consumidor brasileiro, para voar em uma aeronave que esteja nessa condição?

Terminamos perdendo o nosso tempo. Não viajamos. No dia seguinte, tínhamos um compromisso com nosso Partido, em São Paulo, para participar de um seminário e da entrega do Prêmio Luís Eduardo Magalhães, e lá não pudemos estar presentes exatamente por conta disso.

E o que essa companhia sofre ou o que faz para, de alguma forma, diminuir o sofrimento dos consumidores? Absolutamente nada. O *overbooking* hoje é praticado no País inteiro, os vôos são cancelados, as companhias deitam e rolam, fazem o que querem com o consumidor, o usuário. Essa é a triste realidade.

Então, defendemos que as agências reguladoras sejam efetivamente reforçadas e funcionem a contento, para não criarem problemas para o consumidor, defendendo-o, e também não criarem empecilhos para que o setor privado que atenda a população brasileira em serviços públicos possa fazê-lo de forma competente, ágil. Isso desejamos. Agora, não podemos aceitar que se embute em uma medida provisória uma série de criação de cargos, como disse aqui, que chegam ao total de 2.611 cargos.

O Governo Federal está inteiramente equivocado, Sr. Presidente, porque não investe na infra-estrutura, haja vista a situação lamentável das estradas brasileiras, que não serão recuperadas com a Operação Tapa-Buraco – com um asfalto Sonrisal, ou seja, que se dissolve imediatamente na primeira chuva –, pois não resistirão às chuvas.

A situação das nossas estradas é lamentável. Tive oportunidade, na semana passada, de percorrer o trecho de Feira de Santana até Paraguaçu. Há uma fila interminável de caminhões, colocando em risco a vida de todos os que usam aquela BR e trazendo prejuízo imenso a nossa economia. Algo inadmissível é a Rio–Bahia totalmente prejudicada. E o Governo não faz um trabalho de recuperação, quando deveria

estar investindo na duplicação daquela BR, que tem um volume de tráfego essencialmente comercial. Há um prejuízo direto ao bolso do consumidor brasileiro, que vai pagar mais caro pelo seu produto quando adquiri-lo, porque estará pagando um custo pela má-conservação da rodovia que vai incidir no aumento do frete rodoviário.

Nisso o Governo não investe. Prefere aparelhar o Estado com seus correligionários, criando cargos comissionados, DAS e funções gratificadas. Todos assistem a isso e fazem esse diagnóstico.

Hoje, perplexo, o povo brasileiro pergunta: por que o nosso País não cresce? Com tanta potencialidade, por que o Brasil não avança? Não crescemos sequer como o Chile, como a Argentina, como o México, para não falar em países como a China ou a Índia. E não crescemos por isso, Sr. Presidente. Estamos pagando juros altíssimos e uma carga tributária que, além de penalizar a população brasileira, não tem a reciprocidade de um serviço público de qualidade como desejaríamos, seja na educação, na saúde, na segurança pública ou na infra-estrutura. E aí o País não cresce, fica no índice de 2,3%.

A Federação das Indústrias de São Paulo apresentou ao Governo um programa de redução de gastos e começou raciocinando da seguinte forma: o Governo precisa agir imediatamente para reduzir seus custeios, porque, se o Brasil fosse uma empresa, com a qualidade de gestão atual do Governo, ele já teria quebrado.

Senador Rodolpho Tourinho, V. Ex<sup>a</sup> foi Secretário da Fazenda e conhece muito bem essa questão. Não há como resistir às contas públicas se o custeio aumentar de forma desmesurada, muito mais do que crescer a economia. Se houver aumento do custeio e a economia não crescer, o que acontece? Aumentasse a carga tributária, ou vai-se captar no mercado, ou diminuem-se os investimentos para pagar o custeio. É o que tem acontecido com o Governo Federal: reduz os investimentos, dilapida o patrimônio público nacional, como é o caso das rodovias, das ferrovias, não amplia os portos. Quando amplia os aeroportos, como é o caso da Bahia, isso é feito com recursos do Estado ajudando a Infraero.

*(Interrupção do som.)*

**O SR. CÉSAR BORGES** (PFL – BA) – Ainda tenho tempo, Sr. Presidente?

**O SR. PRESIDENTE** (Tião Viana. Bloco/PT – AC) – V. Ex<sup>a</sup> já extrapolou o tempo, mas lhe concederei mais dois minutos.

**O SR. CÉSAR BORGES** (PFL – BA) – Para encerrar, Sr. Presidente.

Então, conclamamos, neste momento, a que possamos analisar com cuidado esta medida provisória. O meu Partido, o Partido da Frente Liberal, apresentou destaques. Votaremos esses destaques e não criaremos dificuldades para a aprovação, pois queremos ver reforçadas as agências reguladoras, mas não podemos aceitar essa política que o Governo pratica de aumento de gastos, de custeio.

Aqui há vários ex-governadores e ex-secretários de Estado, e nós aprendemos que governar significa exatamente eleger prioridades e gastar naquilo que mais resultados puder auferir em favor da população. Isso, com certeza, não se faz aparelhando o Estado, criando mais e mais cargos, aumentando gastos de custeio, pagando viagens e diárias do Senhor Presidente da República e de ministros. Estão sendo gastos, de forma perdulária, recursos sagrados, captados do pobre consumidor brasileiro que, ao comprar um quilo de arroz, feijão ou farinha, está pagando 40% ou 50% de impostos para serem gastos desta forma.

O Governo e o Banco Central dizem que não podem baixar os juros porque aumentará a inflação. Não! Eles não podem baixar os juros porque precisam captar recursos para suprir o seu déficit no mercado; e para que os títulos continuem atrativos eles precisam manter os juros na estratosfera, como tem acontecido.

Portanto, essa será a nossa posição com relação a esta medida provisória.

Muito obrigado Sr. Presidente.

*Durante o discurso do Sr. César Borges, o Sr. Renan Calheiros, Presidente, deixa a cadeira da presidência, que é ocupada pelo Sr. Tião Viana, 1º Vice-Presidente.*

**O SR. PRESIDENTE** (Tião Viana. Bloco/PT – AC) – Agradeço a V. Ex<sup>a</sup>.

Concedo a palavra ao Senador Sérgio Cabral, que dispõe de dez minutos para discutir a matéria. Em seguida, falará o Senador José Agripino.

**O SR. SÉRGIO CABRAL** (PMDB – RJ. Para discutir. Sem revisão do orador.) – Sr. Presidente, Sr<sup>as</sup> e Srs. Senadores, venho a esta tribuna lamentar a falta de cumprimento de um acordo por parte do Governo, que, por intermédio do Senador Aloizio Mercadante, Líder do Governo nesta Casa, quando da discussão da criação da Anac na Comissão de Infra-Estrutura, presidida pelo Senador Heráclito Fortes, que aqui invocou o seu testemunho, assumiu um compromisso com o meu Estado do Rio de Janeiro. Comprometeu-se a, após a aprovação da criação da Anac, enviar a esta Casa uma medida provisória onde estaria contida a referência à criação de um escritório central na cidade do Rio de Janeiro, nos mesmos moldes da Agência

Nacional de Petróleo e da EPE – Empresa de Pesquisa Energética, cujas sedes estão em Brasília, mas que têm no Rio de Janeiro um escritório central.

Ora, Sr. Presidente, o Rio de Janeiro foi, ao longo do século XX, e é referência na área da aviação. O Rio de Janeiro tem o maior número de técnicos. A base da Aeronáutica se encontra no Rio de Janeiro e parte em São Paulo.

O Senador Mercadante se comprometeu, e o Governo Federal confirmou, a fazer, na medida provisória, uma referência ao escritório central na cidade do Rio de Janeiro. Infelizmente, esse acordo não foi cumprido. Infelizmente, Sr. Presidente Tião Viana, eu posso nomear e titular o Presidente Lula como o Presidente que, sem dúvida nenhuma, menos fez, que menos agiu, que menos investiu no meu Estado, no Estado do Rio de Janeiro. Mas não posso tolerar a falta de cumprimento do acordo.

O Senador Heráclito Fortes aqui invocou esse acordo. Vejo o Senador Aloizio Mercadante presente no plenário. S. Ex<sup>a</sup> finge que não me ouve, mas sabe que estou falando exatamente de um assunto sobre o qual acordamos na Comissão de Infra-Estrutura. Mas, infelizmente, o Governo não cumpre o que diz, o que assume.

Eu quero ver, Sr. Presidente, é o Senhor Luiz Inácio Lula da Silva, na campanha eleitoral, pedir o voto do povo do meu Estado. O Presidente Lula, Senadora Heloísa, em três anos de mandato como Presidente da República, não cortou uma fita sequer no meu Estado. O Presidente Lula não inaugurou uma obra sequer no meu Estado. E isso não tem a ver nem com ação de infra-estrutura, nem com investimento, isso tem a ver com o respeito aos profissionais da indústria da aeronáutica, tem a ver, Senadora Heloísa, com o óbvio ululante.

Aqui, nesta Casa, já conseguimos resgatar, na Empresa de Pesquisa Energética, o escritório central no Rio de Janeiro. Anos atrás, nesta Casa, na criação da ANP, criou-se um escritório central no Rio de Janeiro, por razões óbvias, pois o Rio de Janeiro, do ponto de vista energético, tem um papel-chave, porque Furnas está lá, porque a Eletrobrás tem estrutura lá, porque a Nuclebrás tem estrutura no Rio de Janeiro, porque o petróleo é majoritariamente produzido, neste País, no Estado do Rio de Janeiro.

Na questão da indústria aeronáutica, na questão da regulação da aviação civil, esse era o ponto, e o Senador Aloizio Mercadante assumiu o compromisso, mas não há qualquer menção ao escritório central na medida provisória. Respeito a Senadora Fátima Cleide, pois não é culpa dela. Meu Deus, que falta de consideração com o Rio de Janeiro! Que falta de

consideração com milhares de profissionais que trabalham nesse setor!

Realmente, Sr. Presidente, lamento profundamente o descumprimento do acordo. Eu não tinha a menor dúvida. Até brinquei... Nem vou cobrar o fio do bigode do Senador Mercadante, que tem bigode de sobra para cumprir o acordo. Lamento uma medida provisória assinada por tantos Ministros, Senador Arthur Virgílio, ser descumprida. É uma questão básica, elementar.

O Senador Heráclito Fortes fez muito bem em invocar o seu testemunho, porque ele presidia a reunião na sua Comissão quando debatíamos esse assunto. O Senador Marcelo Crivella – justiça seja feita – também brigou muito por isso, e, no entanto, o Governo manda uma medida provisória criando dois mil e tantos cargos, faz referência às propriedades das agências, fala das atividades da Anac e não se refere ao escritório central no Rio de Janeiro. É de se lamentar. Mas isso tudo será cobrado no seu devido tempo, pelo povo do meu Estado, porque é uma falta de respeito.

Eu votarei contra essa medida provisória. Vou protestar e denunciar, Senador Tião Viana, a falta de cumprimento de um acordo selado. Isso é muito grave e está registrado nos Anais desta Casa e na imprensa. Toda ela noticiou as declarações do Senador Aloizio Mercadante se comprometendo a incluir na medida provisória a referência ao escritório central, mas nada disso foi colocado ali. Lamento profundamente e quero dizer que vamos cobrar. Aqui nesta Casa, neste plenário, eu votarei contra.

Muito obrigado, Sr. Presidente.

**O SR. PRESIDENTE** (Tião Viana. Bloco/PT – AC) – Concedo a palavra ao Senador José Agripino, Líder do PFL.

V. Ex<sup>a</sup> tem dez minutos para discutir a matéria.

A seguir, falará o Senador Leonel Pavan.

Pela ordem, tem a palavra o Senador Heráclito Fortes.

**O SR. HERÁCLITO FORTES** (PFL – PI. Pela ordem. Sem revisão do orador.) – Sr. Presidente, quero apenas fazer uma correção. Quando falei sobre essa questão, eu disse que o compromisso que tinha sido assumido com o Senador Paulo Octávio, mas foi um equívoco. Foi com a Bancada do Rio de Janeiro. O acordo firmado foi com o Senador Sérgio Cabral e o Senador Marcelo Crivella. Na hora, eu troquei. O Senador Paulo Octávio defendia a mudança para cá, como realmente aconteceu, e na discussão chegou-se ao entendimento de que haveria essa superintendência ou agência central.

**O Sr. Aloizio Mercadante** (Bloco/PT – SP) – Senador Tião Viana, só para esclarecer bem essa questão, se me permite...

**O SR. PRESIDENTE** (Tião Viana. Bloco/PT – AC) – Há orador na tribuna.

**O Sr. Aloizio Mercadante** (Bloco/PT) – Se o Senador Agripino permitir, serei muito breve.

O que ficou acordado é que, na implantação – estou pegando as notas taquigráficas porque todos os acordos serão cumpridos nesta Casa, pois sempre fiz questão de honrar os acordos –, havia uma proposta da Bancada do Rio de Janeiro de transferir a Anac para o Rio de Janeiro, e a Bancada do Distrito Federal não acatou e fundamentou a necessidade de ser em Brasília.

Eu concordei, juntamente com a ampla maioria dos Senadores. Essa matéria, inclusive, foi discutida, foi debatida. Há mais de quarenta anos que a capital foi transferida para cá.

*(O Sr. Presidente faz soar a campainha.)*

**O Sr. Aloizio Mercadante** (Bloco/PT – SP) – O que ficou acertado é que haveria uma unidade da Anac, chamada pelo Senador Sérgio Cabral de escritório central, mas haveria uma unidade importante da Anac, por sinal a mais importante fora de Brasília, no Rio de Janeiro. Todos os órgãos técnicos...

**O SR. PRESIDENTE** (Tião Viana. Bloco/PT – AC. fazendo soar a campainha.) – Senador Mercadante...

**O Sr. Aloizio Mercadante** (Bloco/PT – SP) – Só para esclarecer, Senador.

**O SR. PRESIDENTE** (Tião Viana. Bloco/PT – AC) – Nós temos um orador na tribuna.

**O Sr. Aloizio Mercadante** (Bloco/PT – SP) – Só estou concluindo.

Todos os órgãos técnicos que estavam no Rio de Janeiro continuam no Rio de Janeiro. Nenhum órgão técnico foi alterado, nenhum servidor foi transferido para o Rio de Janeiro, e esclarecerei isso oportunamente.

**O SR. PRESIDENTE** (Tião Viana. Bloco/PT – AC) – Peço a compreensão do Plenário. Há orador na tribuna.

Com a compreensão do Senador José Agripino, vou conceder a palavra, por um minuto, ao Senador Arthur Virgílio e, por um minuto, ao Senador Sérgio Cabral.

**O SR. ARTHUR VIRGÍLIO** (PSDB – AM. Pela ordem. Sem revisão do orador.) – Antes de tudo, registro a qualidade do mandato do Senador Sérgio Cabral e a dedicação que S. Ex<sup>a</sup> tem ao seu Estado e ao seu povo.

Acabo de receber um telefonema e, por isso, quis falar antes do pronunciamento do Senador José Agripino, que pensa como eu sobre a qualidade das mudanças que estão sendo processadas no Itamaraty. O Ministro Celso Amorim telefonou-me agora para dizer – é bom sabermos – que os 400 cargos não são para agora. São 100 para este ano, 100 para 2007, 100 para 2008, 100 para 2009, todos para diplomatas. Eu disse ao Ministro que se trata de um projeto cuja qualidade até poderemos questionar. Trata-se de expansão das embaixadas.

Presto este esclarecimento porque, de qualquer maneira, atenua a situação sabermos que não são todos para agora, embora eu volte a dizer que questiono se é aumentando o número de cargos que melhoraremos o aproveitamento da nossa equipe diplomática, que sempre foi considerada como de excelência e que, a meu ver, não deveria abrir mão, em momento algum, de primar pela qualidade.

Marquei uma conversa com o Ministro Celso Amorim e vou com S. Ex<sup>a</sup> discutir todos esses pontos, falando muito claramente sobre minha posição e minhas preocupações.

Agradeço a V. Ex<sup>a</sup>, Senador José Agripino. Foi basicamente a V. Ex<sup>a</sup> que me dirigi porque queria falar antes de V. Ex<sup>a</sup> ir à tribuna. Obrigado.

**O SR. PRESIDENTE** (Tião Viana. Bloco/PT – AC) – Concedo a palavra ao Senador Sérgio Cabral, por um minuto, para que o orador possa se pronunciar. Agradeço a compreensão.

**O SR. SÉRGIO CABRAL** (PMDB – RJ. Pela ordem. Sem revisão do orador.) – Usarei menos de um minuto, agradecendo a gentileza, como sempre, do Senador José Agripino.

Esclareço que a nomenclatura “escritório central” não foi minha. Ela consta, primeiro, da lei que criou a Agência Nacional de Petróleo; ela consta da lei que criou a Empresa de Pesquisa Energética; e ela foi discutida nesta Casa quando do debate sobre o escritório central. O escritório central é referência na Lei da ANP, na Lei da EPE e seria na criação da Anac. Houve uma discussão, sim, sobre a Medida Provisória. Disse-me o Senador Aloizio Mercadante que isso será objeto de implantação na regulamentação da Agência.

O Senador Aloizio Mercadante tem-se mostrado nesta Casa um Senador cumpridor de acordos. Neste caso, S. Ex<sup>a</sup> deve fazer um esforço hercúleo, porque efetivamente o acordo não foi cumprido. Veio a medida provisória, com detalhes. Vejam a Medida Provisória. Há detalhes. Não custava nada, como disse ao meu lado o Senador Heráclito Fortes, uma referência ao escritório central no Rio de Janeiro. Não é nenhum sentimento do passado, do Rio de Janeiro como capital.



Não é isso, não. É porque, no Rio de Janeiro, está a base da atividade. Lá estão milhares de profissionais com dezenas de anos de acúmulo de *know how*. Isso não pode ser desperdiçado.

Como ratifica o Senador Heráclito Fortes, tratou-se de acordo, e acordo deve ser cumprido.

**O SR. PRESIDENTE** (Tião Viana. Bloco/PT – AC)  
– Agradeço ao Senador Sérgio Cabral.

Concedo a palavra ao Senador José Agripino, por dez minutos, para discutir a matéria.

**O SR. JOSÉ AGRIPINO** (PFL – RN. Para discutir. Sem revisão do orador.) – Sr. Presidente, Sr<sup>as</sup> e Srs. Senadores, minha palavra vai ser muito objetiva e tão curta quanto possível. Vou ater-me exatamente às observações feitas pelo Senador Arthur Virgílio, pelo Conselheiro do Itamaraty Arthur Virgílio, diplomata licenciado, e pelo Senador Sérgio Cabral.

O Senador Sérgio Cabral falou sobre a Anac, que é a origem da Medida Provisória. Estamos tratando aqui de uma Medida Provisória e de inserções inconvenientes a determinada Medida Provisória.

Quero dizer a V. Ex<sup>a</sup>, Senador Sérgio Cabral, que, em nome do meu partido, propus um acordo à Base do Governo: votarmos o projeto, a Medida Provisória que enseja o funcionamento da Anac, porque a matéria que criou a Anac foi sancionada com vetos, vetos que eliminavam a possibilidade da estruturação de pessoal da Agência, que está agora sendo estruturada por meio desta Medida Provisória, que corrige, no entendimento do Governo, o veto que foi apostado à matéria antes aprovada.

Propus que, por acordo, votássemos só a Anac, a estruturação da Agência Nacional de Aeronáutica Civil, com seu quadro de pessoal, para que ela pudesse funcionar de acordo com a visão do Poder Executivo. Propus ainda que retirássemos os penduricalhos, pesados penduricalhos – são 2.611 cargos novos que se criam –, e tratássemos com propriedade, se for o caso, da criação desses cargos.

Infelizmente, a proposta que apresentamos, em nome do meu partido, não foi aceita, e aqui estamos para discutir e votar democraticamente.

O que estou discutindo? Em primeiro lugar, na Anac – o voto do PFL será favorável à matéria, ressalvados os destaques que estamos apresentando –, cria-se uma taxa ou procura-se dar legitimidade a uma taxa que era cobrada e que deixou de ser cobrada pelo fato de ser ilegal. Então, a Medida Provisória procura fazer legal uma taxa que anteriormente podia ser cobrada e deixou de sê-lo porque era ilegal. Mas, Senador Sérgio Cabral, pior do que ilegal, essa taxa é inócua. Estamos discutindo a cobrança de uma taxa que vai produzir receita da ordem de R\$5 milhões e

que é absolutamente insuficiente ao funcionamento da Anac, que vai exigir R\$300 milhões para seu funcionamento.

Por que, então, não discutimos de forma correta o *funding*, o suporte financeiro num diploma legislativo apropriado, para que a Anac possa funcionar, sem perder tempo na discussão sobre a aprovação de uma taxa que significa carga tributária adicional ao contribuinte e que é insuficiente ao funcionamento da Agência Nacional de Aeronáutica Civil? Para quê? Com que objetivo?

Propus que retiremos e discutamos, até em regime de urgência, o **funding** para o funcionamento da Anac, mas não concordaram. Apresentei um destaque para suprimir essa taxa, por entender que significa aumento de carga tributária e por ser inócua, pois não atinge seu objetivo.

Segundo problema, Sr. Presidente: entrou de pára-quadras, pois a Medida Provisória não tratava de nada disso; não falava em Itamaraty, nem em Inmetro, nem em Fiocruz, nem em Inpi, nem em cargo em comissão, nada disso; coisa nenhuma. De repente, entram 2.611 cargos.

Senador Sérgio Cabral, o pior dos cânceres da atual Administração é a qualidade de gasto público. Este Governo não se emenda, cria cargo por atacado. Imagine que, quando se procura regularizar o funcionamento de uma Agência Reguladora, a de Aeronáutica Civil, criam-se 2.611 cargos por atacado! É uma brincadeira! Criam-se 2.611 cargos com salários que vão fixar perenes, pelo resto da vida. Isso é âncora puxando para baixo.

Se fosse um Governo de que se falasse: não, ele prima pela qualidade do serviço público que oferece... Mas longe disso!

Por que vou votar agora, sem a discussão exaustiva, uma matéria como esta, principalmente depois de ouvir o Senador Arthur Virgílio? S. Ex<sup>a</sup> falou com o Ministro Celso Amorim, que disse que os 400 cargos do Itamaraty vão ser implantados ao longo de 2006, 2007 e 2008. Onde está a urgência? Qual é a urgência para que esta matéria esteja incluída em Medida Provisória? Se for para implantar em 2006, 2007 e 2008, qual é a urgência? Por que não discutimos?

Senador Arthur Virgílio, qualquer um destes itens é despesa pesada, permanente: 400 cargos do Itamaraty; 440 cargos no Inpi, Instituto Nacional da Propriedade Industrial; 580 cargos efetivos no Inmetro; 1.000 cargos efetivos no quadro de pessoal da Fundação Oswaldo Cruz – Fiocruz; e 191 cargos comissionados de livre nomeação. Nomeia-se quem quiser.

Senador Sérgio Cabral, o Senador Arthur Virgílio acabou de prestar um depoimento colhido de S. Ex<sup>a</sup> o

Ministro Celso Amorim. Os cargos criados para o Itamaraty vão ser preenchidos *a la longue*. Por que não discutirmos a alocação desses cargos na Fiocruz, no Inpi, no Itamaraty, cada um com o seu projeto, para que possamos avaliar a qualidade do gasto público que estamos impondo ao País?

Se aprovarmos a matéria, estaremos impondo um gasto público permanente ao País. Ele é bom ou ruim? Não sei. É urgente? Não, não é urgente. Isso não, não é urgente. E se não é urgente, não vou votar. E vou votar corretamente. Eu quero votar corretamente. Se for necessário, eu voto os 400 cargos do Itamaraty, eu voto os 1.000 da Fiocruz, mas sendo a coisa explicada corretamente dentro de um projeto de lei a ser debatido, e não incluírem no projeto da Anac 2.611 cargos, para criarem um gasto público de qualidade discutível, não sei se é bom, não sei se é ruim. É discutível. E de urgência, mais ainda do que discutível.

Por essa razão, é que vou recomendar à minha Bancada que vote “Sim” à Medida Provisória, ao Projeto de Resolução, ressalvados os destaques, para os quais eu vou pedir o voto favorável para que derubemos tanto a taxa da Anac como a inclusão dos 2.611 cargos que não são nem urgentes e, suponho, nem relevantes.

**O SR. PRESIDENTE** (Tião Viana. Bloco/PT – AC) – Concedo a palavra ao Senador Aloizio Mercadante. A seguir, ao Senador Leonel Pavan e à Senadora Fátima Cleide para prestarem os últimos esclarecimentos.

V. Ex<sup>a</sup> dispõe de até dez minutos, Senador Aloizio Mercadante.

**O SR. ALOIZIO MERCADANTE** (Bloco/PT – SP. Para discutir a matéria. Sem revisão do orador.) – Querro, de forma muito breve, Sr. Presidente, Sr<sup>as</sup> e Srs. Senadores, esclarecer algumas questões que me parecem imprescindíveis.

A primeira diz respeito à sede da Anac. Houve um debate político. O Rio de Janeiro queria que a sede da Anac ficasse no Rio de Janeiro. E ao longo de todo o processo de transferência da Capital do Rio de Janeiro para Brasília, esse tema sempre reaparece, e a decisão política tem sempre sido construída no sentido de que devemos trazer para a Capital Federal, pois essa decisão foi tomada em 1961, todos os órgãos de coordenação, de decisão, de planejamento do Estado, e também de regulação. A única exceção foi a Agência Nacional de Petróleo, e, ainda assim, há a avaliação das dificuldades operativas, porque a base da Petrobras é muito grande no Rio de Janeiro. Aquele Estado é, de longe, o maior produtor de petróleo, mas há problemas operacionais na gestão do Estado brasileiro.

O que é que nós discutimos no caso da Anac? Que a sede seria em Brasília. É o que está sendo dis-

cutido hoje. Não estamos discutindo a estrutura da Anac, não estamos discutindo quais são os escritórios, como serão compostos, com quantos funcionários. Porque vai ter que haver um, como no caso da Embraer, por exemplo, em São José dos Campos. O Rio de Janeiro é a base aeronáutica mais importante da Anac. Lá estão concentrados os principais serviços, com os profissionais. Não estão sendo alteradas a composição e a estrutura. E eu já havia feito essa sugestão, porque o Senador Paulo Octávio queria, inclusive, trazer toda essa estrutura para Brasília, mas o Governo não o fará, porque são despesas incabíveis e porque já existe uma estrutura em funcionamento há meio século, e que funciona bem. Não há por que transferir desde serviço geográfico, técnico, todas as outras áreas relacionadas à aviação civil para Brasília. Não há a menor procedência.

Gostaria de sugerir ao Senador Sérgio Cabral que, já nesta semana ou na semana que vem – pois está sendo instalada hoje a nova direção –, marque uma reunião com a Diretoria da Anac. Sugeri, anteriormente, que as Bancadas do Rio e de Brasília – o Senador Paulo Octávio estava particularmente interessado na matéria – se reunissem para discutir o Regimento Interno da Anac e a criação das estruturas que serão definidas a partir daí.

**O Sr. Sérgio Cabral** (PMDB – RJ) – Senador Mercadante, apenas...

**O SR. ALOIZIO MERCADANTE** (Bloco/PT – SP) – Só não concordo – e vou examinar as notas taquigráficas – é que em nenhum momento eu disse que isso seria definido em uma medida provisória, mesmo porque essa estrutura sequer foi discutida. Hoje, nenhuma alteração foi feita do ponto de vista da estrutura operacional. O Senador Heráclito Fortes, por exemplo, me disse que, talvez no caso do sistema de radar, que é o nosso Sivam, tenha que ser feito algum tipo de alteração. Pode ser. Isso será discutido tecnicamente e a decisão será tomada.

A minha sugestão é que se realize a reunião a fim de que seja esclarecida qual será a estrutura. E há o compromisso, não apenas um compromisso, porque é racional que permaneça no Rio de Janeiro. Lá estão os profissionais, os equipamentos, a tradição. Sairia caro para o Estado brasileiro transferir todos esses profissionais e toda a estrutura para Brasília.

**O Sr. Sérgio Cabral** (PMDB – RJ) – Senador Aloizio Mercadante, agradeço o aparte, mas apenas para ratificar o que disse, que foi sim mencionada a inclusão em medida provisória. Mas não há problema. Vejo V. Ex<sup>a</sup> com enorme boa vontade e creio em V. Ex<sup>a</sup> e na disposição de ajudar nessa questão. Chamo a atenção, repito, pois não é nenhum sentimento, após

nossa defesa da Anac com sede no Rio de Janeiro, para o fato de que a discussão foi sim sobre o escritório central. E V. Ex<sup>a</sup> fez referência à ANP. A sede da ANP é em Brasília, mas o escritório central, por lógica, é no Rio de Janeiro. Com a EPE é a mesma coisa. E digo mais, a Ancine – Agência Nacional de Cinema, tem sede em Brasília. E na lei de criação da Ancine há referência também ao escritório central no Rio de Janeiro.

**O SR. ALOIZIO MERCADANTE** (Bloco/PT – SP) – Mas foi isso, Senador Sérgio Cabral, que o Senador Paulo Otávio questionou. Por isso, falei: vamos chegar a um acordo entre a Bancada do Rio de Janeiro e a de Brasília, no processo de instalação. A Anac ainda não foi instalada. Estamos apenas instalando a coordenação, a instância diretora. A estrutura será feita através de um regimento específico.

Portanto, eu me coloco à disposição a fim de marcar imediatamente a audiência. E V. Ex<sup>a</sup>, na legítima defesa de seu Estado – o que sempre fez com muita competência –, evidentemente estará presente.

Gostaria de esclarecer um segundo ponto: não estamos criando aqui uma nova carga tributária. Vamos esclarecer. Não há criação de carga tributária. O DAC já cobrava, no passado, a prestação de serviços à aviação civil, desde requerimento a recurso, processo, tudo objeto de taxas que são pagas ao DAC. A lei criada – e nós votamos e aprovamos – constituiu uma taxa, que está sendo regulamentada, racionalizada, simplificada, desburocratizada, por uma contraprestação de serviços, que já era remunerada na forma de pagamento de serviço específico.

**O Sr. Heráclito Fortes** (PFL – PI) – V. Ex<sup>a</sup> me permite um aparte, Senador Aloizio Mercadante?

**O SR. ALOIZIO MERCADANTE** (Bloco/PT – SP) – Pois não, Senador Heráclito Fortes, desde que a Mesa tenha a tolerância necessária para que eu conclua a minha intervenção.

**O Sr. Heráclito Fortes** (PFL – PI) – Inclusive para colaborar com V. Ex<sup>a</sup>, nobre Líder. Senador Aloizio Mercadante, quando V. Ex<sup>a</sup> quer, ninguém dialoga melhor do que V. Ex<sup>a</sup> nesta Casa, pois é paciente, e ouve. Estamos no momento, neste final de tarde tão tumultuado, de encontrar uma solução para a questão. Existe essa pendência no caso do Rio de Janeiro, mas há uma outra preocupação pessoal que envolve os funcionários de carreira do Itamaraty. Acabei de conversar com o Líder Arthur Virgílio, estou conversando com o meu Líder José Agripino, e gostaria de fazer uma proposta a V. Ex<sup>a</sup> no sentido de votarmos apenas a medida, e deixarmos os destaques para outro dia. Para dar tempo.

**O SR. ALOIZIO MERCADANTE** (Bloco/PT – SP) – Agradeço a intervenção de V. Ex<sup>a</sup>, que é muito prudente. Poderíamos voltar a conversar para ver se é possível, por meio do esclarecimento, como tantas vezes fizemos nesta Casa, construir o entendimento. Agradeço e concordo com a intervenção de V. Ex<sup>a</sup> no sentido de aprovarmos o texto base e continuarmos conversando.

Gostaria de colocar alguns argumentos para a compreensão dos Senadores, na linha do que sugere o diálogo do Senador Heráclito Fortes, e aí poderíamos esclarecer também a nova direção da Anac, a estrutura que será preservada no Rio de Janeiro. Mas chamo a atenção, por exemplo, em relação ao Itamaraty. Qual é a questão do Itamaraty? Em alguns parceiros estratégicos do Brasil, como Angola, por exemplo, só havia dois diplomatas; na Coreia, um diplomata.

Não apenas pelo processo da globalização, mas também porque, nesses três anos, praticamente dobramos o volume do comércio de exportações e triplicamos o volume do comércio exterior do Brasil, do ponto de vista comercial, as demandas dobraram e as estruturas operacionais do Itamaraty não dão as respostas necessárias para as negociações comerciais, para as pendências, para os interesses econômicos estratégicos do Brasil. Estamos falando de quatrocentos cargos que serão implantados, em quatro anos. Serão implantados ao longo do próximo Governo, e não deste. Trata-se de um planejamento de Estado, não é política de Governo. O Itamaraty sempre foi uma burocracia das mais competentes do Estado brasileiro, sinônimo de excelência em quase todos os países com que temos relações diplomáticas, e que planeja, a longo prazo, suas necessidades.

Tal estrutura trata, primeiro, da demanda do comércio exterior. Segundo, quase quatro milhões de brasileiros emigraram. Somos um país que, ao longo da história, recebeu imigrantes, mas hoje os brasileiros emigram. Presenciamos tantos e tantos casos que geram indignação na sociedade brasileira pela falta de presença do Estado para defender irmãos, parentes e amigos que vivem fora, onde nem uma estrutura consular o Estado brasileiro possui.

Agora mesmo, mataram um brasileiro em Londres. Tem que haver uma resposta imediata. Centenas e centenas de brasileiros estão sendo presos nos Estados Unidos sem sequer uma assistência jurídica. E são brasileiros que nasceram aqui, que têm direito ao Estado brasileiro, que remetem recursos para cá. A mesma coisa com relação aos dekasseguis, no Japão, que remetem US\$ 3 bilhões, US\$ 4 bilhões, por ano, e que não têm sequer a presença do Estado para

defendê-los em momentos dramáticos como os ocorridos recentemente.

**O Sr. José Sarney** (PMDB AP) – V. Ex<sup>a</sup> me permite um aparte?

**O SR. ALOIZIO MERCADANTE** (Bloco/PT – SP) – Pergunto: se um Estado com a importância do Brasil, que dobra as exportações e triplica o comércio exterior em três anos, e que tem de dispor do mínimo de capacidade operacional para atender às pessoas que nasceram aqui, que querem voltar a viver aqui, ou famílias que têm os irmãos lá, como aconteceu recentemente, por exemplo, naquela tragédia na Ásia, em que tínhamos de dar resposta às famílias, tem de haver a presença do Estado, tem de haver um consulado. Estamos falando de implantação de 400 cargos de carreira.

Senador Heráclito Fortes e Senador José Sarney, que foi Presidente da República e conhece tão bem os desafios da diplomacia brasileira, há 80 diplomatas de carreira fora do Itamaraty, servindo em outros Ministérios ou em Estados da Federação. Em São Paulo, temos Ministro do Itamaraty trabalhando no Governo de São Paulo.

**O Sr. José Sarney** (PMDB – AP) – V. Ex<sup>a</sup> me permite apartear-lo?

**O SR. ALOIZIO MERCADANTE** (Bloco/PT – SP) – Alguns poderiam voltar para o Itamaraty, como é o caso do Senador Arthur Virgílio.

**O Sr. Heráclito Fortes** (PFL PI) – Senador Mercadante....

**O SR. ALOIZIO MERCADANTE** (Bloco/PT – SP) – De qualquer forma, colaboraria muito. Inclusive, temos alguns desafios no Iraque e em algumas Nações em que S. Ex<sup>a</sup> poderia seguramente, com a sua experiência belicosa, ajudar a encontrar uma solução pelo conflito militar.

Senador José Sarney, ouço V. Ex<sup>a</sup>.

**O Sr. José Sarney** (PMDB – AP) – Senador Mercadante, concordo com V. Ex<sup>a</sup> nesta parte do seu discurso. Na realidade, a política externa nunca fez parte da política interna. O Brasil sempre teve unidade de ponto de vista. O País sempre se uniu a respeito de sua política externa. Há 18 anos não se cria nenhum cargo no Itamaraty nem se reforma a sua estrutura. Durante esse período, o mundo mudou: o muro de Berlim caiu, a política externa internacional teve outra conotação. E nós ainda continuamos com a estrutura do passado. Esses 400 cargos que estão sendo criados são de provimento por concurso, que, como V. Ex<sup>a</sup> mesmo afirmou, serão preenchidos ao longo dos próximos 4 anos, até porque o País imediatamente não poderia preencher todos esses cargos; são cargos que se destinam a consulados, a embaixadas e às novas

responsabilidades que o País assume no mundo que se transformou em matéria de política internacional.

**O SR. ALOIZIO MERCADANTE** (Bloco/PT – SP) – Agradeço V. Ex<sup>a</sup> pela intervenção.

Destaco que o Itamaraty, a política externa precisa de planejamento de longo prazo. Há uma carência imediata para o crescimento, a importância do Brasil, a importância da presença da diplomacia brasileira seja no âmbito da OMC, em que nos lideramos os Países em subdesenvolvimento, para reduzir os subsídios dos países ricos e conseguirmos uma vitória a partir de 2013; seja na integração da América do Sul; seja também na relação com a África, porque se é verdade que a África é um continente pobre, também é verdade que a África é pobre porque os melhores filhos da África foram arrancados como escravos no passado para vir construir a América. E, quando este País olha para a África com grandeza, está olhando para uma imensa comunidade afrodescendente que quer ser reconhecida também na sua diplomacia. A nossa relação com a reconstrução de Angola, com o apoio a Moçambique, com os países de Língua Portuguesa, que fazem parte da nossa cultura e da nossa identidade, mostra uma dimensão fundamental de um País que reconhece direitos históricos que foram privados a essas nações. Portanto, ter, sim, uma representação digna do Brasil na África é parte do País que pensa em uma globalização que não é submissa em relação às grandes potências que carregamos do passado colonial. É pensar uma nova diplomacia com uma visão geoestratégica muito mais relevante e importante, cobrando essa globalização assimétrica que aí está.

*(Interrupção do som.)*

**O SR. ALOIZIO MERCADANTE** (Bloco/PT – SP) – Senador Romero Jucá, só queria falar da Fundação Oswaldo Cruz. São mil servidores naquela Fundação, é verdade, e mais da metade do que nós estamos discutindo vai para a Fundação Oswaldo Cruz.

É uma instituição centenária. Por sinal, começa a nossa política de saúde pública exatamente ali, com o Dr. Oswaldo Cruz, em 1903. É uma instituição fundamental na política de prevenção e de combate às epidemias e endemias, que produziu uma capacidade científica e tecnológica espetacular para os fármacos e na política de saúde pública do Brasil.

Pergunto: por que mil cargos? Porque o TCU exigiu que não sejam mais terceirizados. Ele está cobrando juridicamente que se faça concurso e se regulamentem os servidores que ali prestam serviços. Portanto, o Governo está cumprindo uma recomendação e uma exigência do Tribunal de Contas da União abrindo concurso público para que essa instituição,

secular e competente, continue servindo o nosso povo e a Nação.

Concedo um aparte ao Senador Romero Jucá.

**O Sr. Romero Jucá** (PMDB – RR) – Senador Mercadante, pedi este aparte para não precisar ir à tribuna também. Desejo apenas complementar algumas questões abordadas por V. Ex<sup>a</sup>. Primeiramente, é importante reforçar-se a atuação do Itamaraty sob todos os aspectos. Inclusive em relação ao turismo, é necessário que tenhamos infra-estrutura para atender aos turistas que queiram vir ao Brasil, tendo em vista a relação de reciprocidade, além da política da Ásia, da África e tudo mais. Quero lembrar outra questão importante: estão sendo reforçados, além do Itamaraty e da Fundação Oswaldo Cruz, o Inpi e o Inmetro, dois instrumentos de política de desenvolvimento. Nós precisamos ter as patentes registradas e o controle de qualidade dos produtos brasileiros.

*(Interrupção do som.)*

**O Sr. Romero Jucá** (PMDB – RR) – Nós temos que organizar setores que darão suporte à estrutura produtiva brasileira. Outras questões importantes: o Ibama está sendo reforçado, estão sendo estruturadas áreas para análise mais rápida dos impactos ambientais de projetos fundamentais para o Brasil. Efetivamente, o Ibama está estrangulado, e projetos como os de hidrelétricas demoram, às vezes, anos para serem analisados. Outra questão importante, além do Ibama, é a dos hospitais do Rio de Janeiro. Hospitais federais, repassados para o Estado, voltam agora para o Governo Federal e precisam ter estrutura de chefias, senão não funcionarão bem. Então, é importante nos debruçarmos sobre esses assuntos. É claro que, quando se fala em dois mil cargos, parece muita coisa, mas, quando se olha a especificidade de cada questão, vê-se a relevância, vê-se a urgência e a necessidade de aprovação. Portanto, manifesto aqui minha posição a favor da medida provisória.

**O SR. ALOIZIO MERCADANTE** (Bloco/PT – SP)

– Senador Romero, quero reforçar essa argumentação, porque, em parte dessa estrutura, como a da Fundação Oswaldo Cruz, os funcionários já trabalham. O que estamos é abrindo concurso por exigência do TCU, e 75% dos cargos de confiança são ocupados por funcionários de carreira, no exercício de uma função.

Por que o Inpi precisa dessa estrutura? O Brasil está acima da média em relação à produção acadêmica e científica no que se refere à publicação de trabalhos e ao reconhecimento internacional da nossa produção científica intelectual, mas muito abaixo no que se refere ao registro de patentes.

Criamos uma nova lei de inovação científica e tecnológica que estimula o pesquisador a registrar e reconhecer a patente. Hoje, o Inpi está criando escritórios nas principais universidades e institutos de pesquisa exatamente para fomentar e estimular o reconhecimento de patentes. Não é verdade que os japoneses queriam registrar como patente o cupuaçu?

*(Interrupção do som.)*

**O SR. ALOIZIO MERCADANTE** (Bloco/PT – SP)

– Os japoneses registraram o cupuaçu como patente, e tivemos uma batalha diplomática internacional para resgatar parte da nossa biodiversidade em relação a um produto eminentemente brasileiro. Estamos transferindo, como propriedade de outros, aquilo que, pela nossa inteligência, capacidade, riqueza e biodiversidade, tem de ser considerado como patrimônio do Brasil.

Portanto, é indispensável se fortalecer o Inpi para que o Brasil registre e produza patentes. Patentes fazem parte da disputa da inteligência, neste século XXI, do reconhecimento e da remuneração da pesquisa. Parte da nossa produção científica e tecnológica está sendo apropriada por empresas ou por outros países exatamente porque não temos agilidade na produção e no reconhecimento de patentes.

Ouçõ o aparte do Senador Heráclito Fortes e, depois, do Senador Demóstenes Torres.

**O SR. PRESIDENTE** (Efraim Morais. PFL – PB)

– Conclua, Senador Aloizio Mercadante. Darei mais dois minutos a V. Ex<sup>a</sup>, que teve seu tempo dobrado.

**O Sr. Heráclito Fortes** (PFL – PI) – Senador Mercadante, V. Ex<sup>a</sup> está discordando sobre a questão do Itamaraty com a qual a Oposição já concordou. Vamos adiar a discussão da matéria porque, depois de recebermos telefonemas do Itamaraty, pensamos que procede a preocupação do Ministério. Não queremos atrapalhar o Governo. Queremos que as coisas sejam feitas com clareza e transparência. A partir do momento em que há o esclarecimento devido feito agora por V. Ex<sup>a</sup> e, anteriormente, pelo próprio Itamaraty, a Oposição dialoga. Quero apenas dizer a V. Ex<sup>a</sup> que não há essa... É preciso apenas que essas coisas sejam feitas com clareza e com muita discussão.

**O SR. ALOIZIO MERCADANTE** (Bloco/PT – SP)

– Senador Heráclito Fortes, eu queria reconhecer mais uma vez – tenho feito isso tantas vezes em público – que, independentemente das disputas eleitorais, dos exageros e dos arroubos, este Senado tem tido racionalidade na aprovação de políticas públicas relevantes. Parte do que estamos discutindo aqui é política de Estado e não política de Governo. São instituições seculares, indispensáveis ao desempenho e ao funcionamento do Estado. Concordo plenamente com o

encaminhamento e fico satisfeito. É papel da Oposição cobrar e do Governo esclarecer, mas é competência do Governo e da Oposição se entenderem e convergirem naquilo que é relevante e de interesse para a Nação.

Concedo um aparte ao Senador Demóstenes Torres.

**O Sr. Demóstenes Torres** (PFL – GO) – Senador Aloizio Mercadante, V. Ex<sup>a</sup> é por mim considerado uma das grandes inteligências do Partido dos Trabalhadores. É um homem sempre produtivo e traz questões que realmente podemos discutir para engrandecer este País. Lamento discordar de V. Ex<sup>a</sup> quanto à política externa que foi abraçada pelo atual Governo. Entendo que nossa política terceiro-mundista é um fracasso, é um fiasco. Nós nos aproximamos de parceiros a quem, claro, devemos cordialidade, reciprocidade, mas não devemos ter a ilusão de comandar um terceiro-mundismo que é algo que pertence ao passado. Nessa ótica, vamos considerar, inclusive, que o Barão do Rio Branco estava equivocado. Mas, independentemente disso, vou votar... Pedi vista do processo que concede aumento para as gratificações, porque me avisaram que ali poderiam ter inserido a criação de alguns cargos, e isso não estava em nenhuma combinação. Verifiquei, entretanto, que realmente era só aumento de gratificações, tanto para o Itamaraty quanto para algumas outras áreas. Discordo completamente da política externa do Governo Lula, mas acho que pode haver um debate mais proficiente oportunamente. Estamos nos enveredando por um caminho absolutamente equivocado, ao contrário do México e do Chile, que adotaram política que lhes trouxeram benefícios econômicos extraordinários. Mas reconheço que V. Ex<sup>a</sup> tem feito um grande trabalho em favor deste Governo.

**O SR. ALOIZIO MERCADANTE** (Bloco/PT – SP) – Quero agradecer-lhe, Senador Demóstenes Torres. V. Ex<sup>a</sup> sabe que o elogio é mútuo, recíproco. V. Ex<sup>a</sup> também é um dos destaques da Oposição, um talento, um Senador de primeiro mandato, mas com presença muito forte na Casa.

**O SR. JOSÉ JORGE** (PFL – PE) – Senador, eu queria pedir-lhe um aparte.

**O SR. ALOIZIO MERCADANTE** (Bloco/PT – SP) – Só quero fazer uma afirmação, Senador Demóstenes: o resultado econômico da nossa diplomacia, ou desta diplomacia é absolutamente inquestionável. Dobramos as exportações em três anos. A taxa de crescimento das exportações mundiais está em torno de 8%. O Brasil vem mantendo o ritmo de exportação de 26%. Construímos um superávit de US\$103 bilhões em três anos, contra um déficit de US\$8,7 bilhões no passado. E não foi um ritmo...

*(O Sr. Presidente faz soar a campainha.)*

**O SR. ALOIZIO MERCADANTE** (Bloco/PT – SP)

– Dois minutos, Sr. Presidente, e concluo.

Só quero dar um aparte ao Senador José Jorge e dizer que só a China exportou mais do que o Brasil em termos de ritmo de crescimento. Isso mostra que abrimos novos mercados e novas possibilidades. Agora, por que o esforço da diplomacia brasileira? Se V. Ex<sup>a</sup> me disser que temos de trabalhar mais a relação bilateral comercial com os Estados Unidos, estarei de acordo. Os Estados Unidos são os maiores importadores do mundo, importam duas vezes mais do que a Europa, quatro vezes mais do que o Japão. Por isso, temos de buscar uma relação bilateral comercial mais robusta com esse grande país.

Mas a política desenvolvida pela nossa diplomacia no sentido de buscar parceiros na América do Sul está dando bom resultado. Hoje a Argentina é nosso segundo parceiro comercial. Estamos conseguindo estabilizar e trocar, integrar as relações físicas. A identidade regional criada fortalece a nossa presença diplomática no mundo.

Lembro sobretudo, Senador Demóstenes Torres, que vivemos uma globalização assimétrica. Por que a diplomacia brasileira tem de combater o subsídio dos países ricos à agricultura? Uma vaca na Europa recebe hoje US\$2 por dia de subsídio, num mundo em que 1,5 bilhão de pessoas têm menos de US\$1 para sobreviver. Alguém precisa colocar essa pauta e dizer que este mundo desigual impede que a África e a América do Sul produzam alimentos para matar a fome do povo. E, quando levantamos essa bandeira na OMC, articulamos China, Índia, África do Sul, países importadores de alimentos, que se juntaram ao Brasil, no dia 22, e derrotaram, pela primeira vez, os países ricos, inserindo na pauta o fim do subsídio à agricultura a partir de 2003.

Concedo um aparte ao Senador José Jorge.

**O Sr. José Jorge** (PFL – PE) – Senador Aloizio Mercadante, vou fazer um aparte curto. Na realidade, não vou discutir a política externa do Governo. Quanto ao aumento de pessoal no Ministério das Relações Exteriores, lembro que estamos na era da Internet. Então, talvez, com um sistema de comunicação melhor, possamos até evitar uma quantidade tão grande de embaixadas como a que temos. Sou membro da Comissão de Relações Exteriores e percebo que têm sido constituídas novas embaixadas em países com muito pouca representatividade. Via Internet, via novos meios de comunicação, essas regiões poderiam ser mais bem atendidas. Penso que o fato de colocar mais gente não quer dizer que vai funcionar melhor. Não tenho, assim, uma avaliação daquilo que é realmente necessário, mas penso que precisamos ter uma visão

tecnológica e moderna das relações exteriores no mundo de hoje. Antigamente não se telefonava, não havia Internet, não havia nada. Por isso, era necessário haver uma embaixada em cada país. Hoje talvez fosse melhor ter uma rede concentrada em países mais importantes e dar assistência aos demais, mediante o sistema de comunicação via Internet. Era somente isso.

**O SR. ALOIZIO MERCADANTE** (Bloco/PT – SP)

– Sr. Presidente, concluo.

**O SR. PRESIDENTE** (Efraim Morais. PFL – PB)

– Para concluir, Senador.

**O SR. ALOIZIO MERCADANTE** (Bloco/PT – SP)

– Sr. Presidente, penso que tem faltado o debate de políticas públicas neste plenário.

**O SR. PRESIDENTE** (Efraim Morais. PFL – PB)

– Senador, peço a V. Ex<sup>a</sup> que não dê mais apartes, porque já lhe concedi 12 minutos além do seu tempo.

**O SR. ALOIZIO MERCADANTE** (Bloco/PT – SP)

– Não vou conceder mais – lamento não poder ouvi-lo, Senador Arthur Virgílio –, mas quero fazer um último comentário.

Penso que a globalização trouxe novos meios de interação, e o Estado tem que se modernizar. É muito providente essa menção à Internet. Existem novas formas de comunicação, em tempo real, que seguramente vão agilizar o atendimento e são indispensáveis à diplomacia.

Mas, por exemplo, para atender as famílias que imigraram, é necessária a presença do Estado brasileiro. A família do Jean Charles precisava de alguém presente em Londres para acompanhar os acontecimentos. Também precisam de assistência as centenas de milhares de famílias brasileiras cujos parentes estão presos nos Estados Unidos, sendo deportados, às vezes, sem nenhum tipo de direito de defesa, de negociação ou de arguição. Às vezes, são os Senadores que vão para lá. O Senador Marcelo Crivella fez várias viagens com o objetivo de dar assistência a esses brasileiros.

*(Interrupção do som.)*

**O SR. ALOIZIO MERCADANTE** (Bloco/PT – SP)

– Para concluir, penso que é indispensável construirmos uma nova diplomacia. A presença do Brasil no mundo cresceu. As nossas relações comerciais aumentaram muito. Dobramos as exportações em três anos. O movimento migratório cresceu. E criar cem cargos, cargos de carreira... É função que estamos criando para remunerar funcionários de carreira. São cem ao longo de um ano; assim, no prazo de quatro anos, serão 400 cargos. Em virtude da economia globalizada, cada vez mais, a presença da diplomacia na vida do nosso povo é absolutamente indispensável.

Agradeço-lhe, Senador Heráclito Fortes. Vamos votar apenas o texto-base e continuar negociando. Todas as críticas procedentes da Oposição, evidentemente, serão incorporadas, na busca do consenso.

Muito obrigado, Presidente.

*Durante o discurso do Sr. Aloizio Mercadante, o Sr. Tião Viana, 1º Vice-Presidente, deixa a cadeira da presidência, que é ocupada pelo Sr. Efraim Morais, 1º Secretário.*

**O SR. PRESIDENTE** (Efraim Morais. PFL – PB)

– Com a palavra o último orador inscrito para discutir a matéria, Senador Leonel Pavan, que dispõe de dez minutos.

**O SR. LEONEL PAVAN** (PSDB – SC. Para discutir. Sem revisão do orador.) – Sr. Presidente, Sr<sup>as</sup> e Srs. Senadores, não podemos duvidar totalmente de que esses funcionários não sejam importantes para o Governo, que não sejam cargos que venham a atender às necessidade do Governo. O que estranho é que, no último ano do mandato, a poucos dias do início de uma nova eleição, o Governo encaminhe uma medida provisória, transformada no Projeto de Lei de Conversão nº 2, criando 2.611 cargos. E é bom repetir isso que aqui já foi lido.

Acontece que estou recebendo inúmeros telefonemas de pessoas do meu Estado, dizendo: ah, não é possível que, no final do mandato, já batendo o desespero, o Governo encaminhe um projeto, e nós, da Oposição, aprovemos a contratação de quase três mil novos cargos, faltando poucos dias para encerrar o atual Governo. Seriam 2.600 cargos no Ministério das Relações Exteriores, no Instituto Nacional da Propriedade Industrial, no Instituto Nacional da Metrologia, e mil funcionários, parece-me, na Fundação Oswaldo Cruz.

Também existe aqui, nesta mesma lei, autorização para que o CADE e as agências reguladoras dos serviços públicos – Anatel, Ancine, Aneel, ANP, ANSS, Antaq, ANTT, Anvisa e ANA – mantenham até dia 31 de março de 2007 os seus quadros temporários de servidores contratados sem concurso. Ora, no ano que vem não será mais o Lula Presidente. Como é que estamos aqui pedindo autorização para manter servidores contratados sem concurso para o ano que vem? Mesmo que fosse o Presidente, não poderia.

Eu não posso, em hipótese alguma, votar a favor deste projeto. Eu vou acompanhar o Senador Agripino Maia e não vou votar a favor. É um projeto sem urgência; é um projeto sem necessidade. Mais: há certa dúvida se existe a devida qualidade nesse serviço que será apresentado pelos futuros servidores.

Não entendo o Governo. Não há condições para liberar recursos orçamentários, recursos para os nossos municípios, e, no entanto, vão gastar aqui, no mínimo, dez milhões/mês – não sei se é essa a conta – em torno do que se arrecada. E eu vi, eu senti, quando cortaram as minhas emendas de municípios que teriam recursos de R\$80 mil reais, R\$90 mil reais, para construir o centro do idoso; R\$100 mil para construir uma quadra esportiva; R\$110 mil reais para construir um posto artesiano. Foi cortado! E cortaram porque disseram que não tinham recursos.

E o Governo, no final deste mandato, já quase entregando as chaves, encaminha um projeto nesse sentido. Quando se fala em crescimento, não falamos que, para crescer, tem que diminuir os gastos públicos com rodovias, com saneamento, com segurança, com a agricultura. Quando falamos em diminuir gastos públicos para crescer, é preciso diminuir gastos que não são necessários. O discurso de todo homem público, do candidato, é o seguinte: vou enxugar a máquina, vou demitir, vou cortar cargos. Este era o discurso do candidato Lula: dizer que a máquina estava inchada, que poderia trabalhar com os quadros existentes sem fazer as devidas contratações. Isso no passado. Já contrataram mais de sessenta mil pessoas, criaram mais de cinco mil cargos, e assim por diante.

Veja que, para crescer o Brasil, tem que investir nos municípios e não nas mordomias, em quadros para fazer política em ano eleitoral. Esse projeto tem um propósito eleitoral; esse projeto, em final de mandato, tem o propósito e me cheira a campanha eleitoral.

Ora, em final de mandato – e mais, com erro gritante –, fazer uma lei para que os contratados sem concurso possam permanecer até dia 31/03/2007?!

Eu queria conceder um aparte ao nobre Senador, meu Líder, Arthur Virgílio.

**O Sr. Arthur Virgílio** (PSDB – AM) – Senador Leonel Pavan, V. Ex<sup>a</sup> retomou um ponto relevante da discussão. Estava ainda há pouco o Líder do Governo, Aloizio Mercadante, na tribuna, mas eu não tive mais ocasião, à mingua de tempo, de apartear-lo. Mas eu o faço a propósito do seu discurso, encaixando bem nele, eu suponho, algumas colocações. Primeiro, o Brasil jamais teve um nível de investimento público tão baixo, de Collor para cá, quanto no Governo Lula. O investimento geral está à razão de 19% do PIB. Essa é a expressão da chamada força de formação bruta de capital fixo, a taxa de investimento. O Brasil precisaria ter, para crescer, por exemplo, 3,5%, 4% – isso é matemático –, alguma coisa como 22% do PIB. Ele teria que ter, portanto, 25% do PIB para imaginar crescer acima de 5%. E o Governo não está fazendo por onde. Ao contrário, conspira contra o investimento, até por-

que trata muito mal as agências reguladoras. Ele trata, amesquinhando as agências. Segundo, o Brasil cresceu no ano passado 2,3%, mas teve aumento de gastos públicos em 10%, ano passado, e 8% de aumento de despesas correntes, ao longo dos anos de Lula. Não há como dar certo essa conta. Cresce 2,3%, na média cresce 2,6% em três anos e aumenta a sua despesa corrente em 8% ao ano. O Líder Aloizio Mercadante falou, ainda há pouco, nas exportações: exportamos, fizemos e acontecemos. Vamos, então, entender por que o Brasil está exportando, segundo ele, tanto, e a meu ver está exportando mais. A partir da década de 80, processou-se uma revolução nas empresas. As empresas não tiveram aquela década como década perdida coisa alguma. A partir dos anos noventa, o Estado fez a sua própria revolução: reformas estruturais, com as privatizações, com quebra dos monopólios. A competitividade sistêmica da economia brasileira cresceu. O Brasil passou a ser mais competitivo e a ter produtos de maior agregação sendo competitivos; ele, que continua a ser um grande exportador de produtos primários, essa é que é a verdade. E são precisamente os nossos produtos primários, as nossas *commodities*, que estão sendo ultravalorizadas pela demanda de dois países. Vou citar dois: a Índia e, sobretudo, a China. Esses dois países são responsáveis por cerca de 35% do crescimento mundial. A China, sozinha, por mais de 20% – por 25% mais ou menos. A China compra tudo. Se eu levantar esta caneta, ela compra. Ela compra tudo hoje em dia. Isso não será sempre assim, mas isso explica um pouco esse *boom*. Os Estados Unidos, que passaram os oito anos antes de Lula em situação bem diferente dessa outra, viveram um grande *essor*, um grande crescimento ao longo desse período.

*(interrupção do som.)*

**O SR. ARTHUR VIRGÍLIO** (PSDB – AM) – Falta agora o Presidente Lula dizer que ele é responsável pelo crescimento americano, porque tem espaço até para delírio, limite para delírio. Não se pode delirar ilimitadamente. Mas aí as exportações refletem isto: as reformas estruturais pararam e o Brasil está estagnado do ponto de vista da sua alteração institucional, e uma crise mudaria esses números completamente. Por isso não entendo como é que empregam tanto, sem a preocupação do duradouro. É sempre a preocupação de aumentar os gastos correntes, pouca preocupação com concurso público e, ainda por cima, estão agora acordando para as agências. E eu quero ajudar as agências, sim, elas são essenciais para a economia brasileira. Eu estava vendo uma blusa ali que diz “Eu sou 100% agência”. Eu sou 100% ou 200% agência.



Eu sou contra a politicagem nas agências, eu sou contra politização de agências, sou contra colocarem pessoas meramente da política, sem nenhum preparo técnico, dirigindo agências. E essa é a cara do Governo de Lula, a cara da falta de técnica e a cara do excesso de politização. Obrigado, Senador.

**O SR. LEONEL PAVAN** (PSDB – SC) – Sr. Presidente, permita-me mais dois minutos para encerrar, se V. Ex<sup>a</sup> assim entender.

Senador Arthur, o Brasil cresceu apenas mais que o Haiti. O Brasil cresceu 2,3%, parece que o Haiti cresceu quase 2%; El Salvador, 2,5%; o Paraguai, o Paraguai cresceu mais do que o Brasil, 3%; a Argentina, 9%. E o Lula fala em crescimento. Mas que orgulho é esse? Onde o Brasil está crescendo? Ele percorre o Brasil falando para as pessoas mais humildes, menos esclarecidas, falando com orgulho do seu Governo. Deveria ter vergonha de ver o nosso País, o País administrado por ele, sendo comparado com o Haiti e El Salvador. E isso, Flexa Ribeiro, porque o Haiti está em guerra civil; senão perderíamos para o Haiti também.

Não há, neste Governo, pessoas que queiram agir com seriedade. Estão pensando apenas no resultado das próximas eleições. Estão levando o Governo todo atrapalhado, sem controle; sem nenhum planejamento.

E o Lula percorrendo o Brasil.

**O Sr. Heráclito Fortes** (PFL – PI) – V. Ex<sup>a</sup> me permite um aparte?

**O SR. LEONEL PAVAN** (PSDB – SC) – Foi agora, recentemente, a Santa Catarina inaugurar dois navios. Um deles ele dizia que financiou; não foi financiado pelo Governo ainda, foi pago totalmente pelo empresário. E o outro navio ainda não tem o motor. E ele foi inaugurar. Apenas duzentas pessoas participaram de um ato e mais de duzentas eram seguranças.

O Governo se orgulha de quê? E manda um projeto desse porte! É uma ofensa à Nação. É uma ofensa aos brasileiros, aos desempregados do nosso País.

Permita-me conceder um aparte ao Senador Heráclito. Depois, ao Senador ACM.

**O Sr. Heráclito Fortes** (PFL – PI) – V. Ex<sup>a</sup> tem toda razão, Senador Pavan. Mas o povo está assistindo a isso tudo. Hoje mesmo recebi um telefonema de Dona Elizabeth Alvarenga, que me chamou atenção de um fato inusitado na inauguração desse navio. Foi tão melancólico e vergonhoso que nem a garrafa de champanha quebrou no casco. Do navio, do vapor. Tiveram que recorrer a outros – é assim que o Brasil está vivendo – a outros cascos, hein?

**O SR. LEONEL PAVAN** (PSDB – SC) – Senador Antonio Carlos Magalhães.

**O Sr. Antonio Carlos Magalhães** (PFL – BA) – Realmente, hoje, o Senhor Presidente esteve na Bahia para inaugurar coisas já inauguradas. Para inaugurar até projeto do Governador Paulo Souto...

**O SR. LEONEL PAVAN** (PSDB – SC) – Inaugurou uma placa dizendo assim: “Lula esteve aqui”.

**O Sr. Antonio Carlos Magalhães** (PFL – BA) – É. Veja bem, a parte não cômica, mas trágica da viagem. Sua Excelência, o Senhor Presidente, quer realmente marcar a sua vida no Brasil com coisas inéditas. Ele procedeu muito bem até determinada hora e até tratou bem o Governador, o Governador também o tratou bem. Até aí tudo bem. Quando ele chega na Vila Militar de Dendezeiros para descer do helicóptero, a sua camisa estava fora da calça. Os amigos todos disseram: Presidente, põe a camisa nas calças. Ele arreou as calças. Arreou as calças e colocou a camisa no devido lugar. Felizmente só se viu isto: ele arrear as calças e não acontecer nada.

*(O Sr. Presidente faz soar a campainha.)*

**O SR. PRESIDENTE** (Efraim Morais. PFL – PB) – Para concluir, Senador.

**O SR. LEONEL PAVAN** (PSDB – SC) – Para encerrar. O Brasil produz, mas, na verdade, toda classe empresarial e iniciativa privada, mesmo não recebendo o apoio devido, resiste, cria, inova, gera emprego e trabalha muito para garantir o equilíbrio da balança comercial. E exporta, porque os nossos empresários são corajosos, e, se o Governo não atrapalhasse, poderíamos exportar muito mais.

**O SR. PRESIDENTE** (Efraim Morais. PFL – PB) – Agradeço ao Senador Pavan.

Está encerrada a discussão.

Com a palavra, a Relatora-Revisora, a Senadora Fátima Cleide. S. Ex<sup>a</sup> tem a palavra.

**A SRA. FÁTIMA CLEIDE** (Bloco/PT – RO. Como Relatora-Revisora. Sem revisão da oradora.) – Sr. Presidente, peço a palavra apenas para complementar os esclarecimentos já feitos pelos Senadores Aloizio Mercadante e Romero Jucá.

No que se refere à Agência Nacional de Aviação Civil, cabe lembrar que o projeto foi inicialmente proposto em 2002 e aprovado em 2005. Então, esta medida provisória vem para corrigir alguns erros e equívocos pensados originalmente e aprovados por esta Casa.

Aprovamos – e estava prevista no texto original – a taxa de fiscalização da aviação civil, por exemplo. Como já foi dito neste plenário várias vezes, essa taxa não é nova. Na realidade, é uma cobrança feita há muito tempo, desde que existe o DAC, mas não se especificava o fato gerador da mesma. Hoje, a medida

provisória, o projeto de lei de conversão, especifica o fato gerador, que é a atividade de polícia.

Esclareço também que, na medida provisória, são revogadas algumas cobranças, como a 2ª via da guia de multa; recurso ao indeferimento a pedido de autorização para funcionamento jurídico de empresas e serviços aéreos; recursos diversos; pedidos de cópia de documentos, que antes eram cobrados; confecção de contrato de concessão, que custava R\$338; confecção de portaria de autorização para operação expressa aérea não regular; alteração nas tarifas aéreas de passagem de carga, que eram cobradas; introdução de novas tarifas de passagem de carga; pedidos referentes a condições gerais de transporte aéreo.

Hoje, são serviços cuja cobrança está sendo revogada pela medida provisória. Vou esclarecer um pouco mais a respeito da taxa, Sr. Presidente. Na realidade, ela é cobrada do setor que a utiliza. Se excluirmos a cobrança da taxa, que, inclusive, gera recursos para o Fundo Aeroviário, nós a estaremos retirando do setor que utiliza o serviço e jogando a responsabilidade para todos os contribuintes, uma vez que os recursos que custearão a agência serão retirados dos impostos dos contribuintes. Então, nada mais justo: se vou tirar minha carteira de habilitação para dirigir e pago por isso, logicamente quem vai utilizar o serviço aéreo tem que pagar.

**O Sr. Heráclito Fortes** (PFL – PI) – V. Exª pode me prestar dois esclarecimentos?

**A SRA. FÁTIMA CLEIDE** (Bloco/PT – RO) – Pois não, Senador.

**O Sr. Heráclito Fortes** (PFL – PI) – Quantas superintendências no quadro vieram no projeto do Governo? Na medida provisória constam quantas superintendências? Qual é a destinação de uma taxa chamada Ataero?

**A SRA. FÁTIMA CLEIDE** (Bloco/PT – RO) – Senador Heráclito Fortes, o projeto não tem nada que se refira a superintendências. Inclusive, houve uma discussão sobre a Superintendência do Rio de Janeiro. A medida provisória não trata da questão.

**O Sr. Heráclito Fortes** (PFL – PI) – E com relação à Atael, que é uma taxa cobrada e cuja destinação é muito discutida?

**A SRA. FÁTIMA CLEIDE** (Bloco/PT – RO) – Não, também não trata da Ataero. Se ela permanece, pode ser inclusive depois verificada por nós. Mas aqui não trata de nada, nem de revogação e nem de alteração de valor.

**O Sr. Heráclito Fortes** (PFL – PI) – Porque havia uma discussão se a Ataero iria para a Anac ou se a Ataero permaneceria para fazer face à despesa do

Ministério da Aeronáutica, hoje não mais Ministério, mas para a Chefia da Aeronáutica.

**A SRA. FÁTIMA CLEIDE** (Bloco/PT – RO) – Senador Heráclito Fortes, como vamos destacar essa questão da taxa – entendi que é uma das questões que vão ser destacadas –, posteriormente continuaríamos a discussão. Poderemos verificar isso, porque o projeto não trata da Ataero.

**O Sr. Heráclito Fortes** (PFL – PI) – Porque tenho a impressão, Senadora, que, com a divisão da Ataero, já não digo nem com a suspensão, a modificação total, a redestinação, mas, se houver uma compatibilização dessa taxa, conseguir-se-á solucionar em grande parte o problema financeiro da nova Agência.

**A SRA. FÁTIMA CLEIDE** (Bloco/PT – RO) – Com certeza, Senador Heráclito. Vamos continuar a discussão sobre esse ponto.

Com relação, Sr. Presidente, aos cargos em comissão, quero fazer referência ao que disse o Senador José Sarney e o Senador Aloizio Mercadante. É lógico que a política externa deste País está sendo aprimorada e precisa disso. E isso aumenta a demanda por serviços na África e na Ásia. Visitei a Embaixada na China e conheci *in loco* as dificuldades que aquela Embaixada enfrenta, principalmente com relação a pessoal. Então, a reestruturação da carreira diplomática é urgente e já há também, por parte do Governo, o compromisso de tratar, por meio de projeto de lei, da questão do reajuste salarial dessa carreira.

Ainda com relação aos cargos comissionados, como foi dito, a grande maioria deles se destina à carreira de ciência e tecnologia, e a matéria vai permitir que se contrate pessoal, inclusive quem já prestou concurso, mas que não pode assumir o cargo, que inexistente.

Ressalto que, quanto à carreira diplomática, como já se disse, neste ano serão autorizados apenas 104 novos cargos, que precisam ser ocupados com urgência. Essa contratação, inclusive, já está passando do prazo.

Com relação à prorrogação dos contratos temporários de pessoal, é importante dizer que a Medida Provisória não previa o prazo para essa prorrogação. A Câmara, por meio de emenda, estipulou 31 de março de 2007 como o prazo necessário para que se realizarem concursos para os cargos que aqui estamos discutindo e autorizando pela lei, para que paulatinamente se promova a substituição de pessoal.

Em entidades como o Cade, os aprovados na primeira fase do concurso estão submetendo-se à segunda fase, que é de formação, e, tão logo a concluíam, ingressarão no quadro. Assim, à medida que vão ingressando os novos concursados, serão extintos os cargos temporários.

Sr. Presidente, penso que, com isso, poderemos acatar a proposta do Senador Heráclito Fortes, votar o texto da Medida Provisória e, em seguida, continuar a discussão dos destaques feitos no plenário com o objetivo de aprimorarmos o projeto de lei de conversão.

*Durante o discurso da Sra. Fátima Cleide, o Sr. Efraim Moraes, 1º Secretário, deixa a cadeira da presidência, que é ocupada pelo Sr. Renan Calheiros, Presidente.*

**O SR. PRESIDENTE** (Renan Calheiros. PMDB – AL) – Passa-se à votação.

**O SR. HERÁCLITO FORTES** (PFL – PI) – Peça a palavra para encaminhar, Sr. Presidente.

**O SR. PRESIDENTE** (Renan Calheiros. PMDB – AL) – Sobre a mesa, requerimento de destaque que será lido pelo Sr. 1º Secretário, Senador Efraim Moraes.

É lido o seguinte:

#### REQUERIMENTO Nº 305, DE 2006

Nos termos do art. 312, II do Regimento Interno do Senado Federal, requero destaque para votação em separado do art. 29, constante do art. 1º do PLV nº 2, de 2006.

Sala das Sessões, 21 de março de 2006.

**O SR. PRESIDENTE** (Renan Calheiros. PMDB – AL) – Em votação o requerimento de destaque.

**O SR. HERÁCLITO FORTES** (PFL – PI) – Para encaminhar, Sr. Presidente.

**O SR. PRESIDENTE** (Renan Calheiros. PMDB – AL) – Não há encaminhamento, somente os autores.

**O SR. HERÁCLITO FORTES** (PFL – PI) – Para encaminhar a votação.

**O SR. PRESIDENTE** (Renan Calheiros. PMDB – AL) – Façamos a votação, depois fazemos o encaminhamento da matéria.

As Sr<sup>as</sup> e os Srs. Senadores que o aprovam queiram permanecer sentados. (Pausa.)

Aprovado o requerimento.

Sobre a mesa, requerimentos de destaque que serão lidos pelo Sr. 1º Secretário, Senador Efraim Moraes.

São lidos os seguinte:

#### REQUERIMENTO Nº 306, DE 2006

Nos termos do art. 312, II do Regimento Interno do Senado Federal, requero destaque para votação em separado do art. 29-A, constante do art. 2º do PLV nº 2, de 2006.

Sala das Sessões, 21 de março de 2006.

#### REQUERIMENTO Nº 307, DE 2006

Nos termos do art. 312, II do Regimento Interno do Senado Federal, requero destaque para votação em separado do art. 11 do PLV nº 2, de 2006.

Sala das Sessões, 21 de março de 2006. – Senador **José Agripino**

**O SR. PRESIDENTE** (Renan Calheiros. PMDB – AL) – Em votação os requerimentos.

As Sr<sup>as</sup> e os Srs. Senadores que os aprovam queiram permanecer sentados. (Pausa.)

Aprovados.

Sobre a mesa, requerimento de destaque que será lido pelo Sr. 1º Secretário, Senador Efraim Moraes.

É lido o seguinte:

#### REQUERIMENTO Nº 308, DE 2006

Nos termos do art. 312, II do Regimento Interno do Senado Federal, requero destaque para votação em separado do art. 12 do PLV Nº 2, de 2006.

Sala das sessões, 21 de março de 2006. – Senador **José Agripino**.

**O SR. PRESIDENTE** (Renan Calheiros. PMDB – AL) – Em votação o requerimento.

As Sr<sup>as</sup> e os Srs. Senadores que o aprovam queiram permanecer sentados. (Pausa.)

Aprovado.

Sobre a mesa, requerimento que será lido pelo Sr. 1º Secretário, Senador Efraim Moraes.

É lido o seguinte:

#### REQUERIMENTO Nº 309 DE 2006

Nos termos do art. 312, II do Regimento Interno do Senado Federal, requero destaque para votação em separado do art. 13 do PLV Nº 2, de 2006.

Sala das Sessões, 9 de março de 2006. – Senador **José Agripino**.

**O SR. PRESIDENTE** (Renan Calheiros. PMDB – AL) – Em votação o requerimento.

As Sr<sup>as</sup> e os Srs. Senadores que o aprovam queiram permanecer sentados. (Pausa.)

Aprovado.

Sobre a mesa, requerimento que será lido pelo Sr. 1º Secretário, Senador Efraim Morais.

É lido o seguinte:

**REQUERIMENTO Nº 310, DE 2006**

Senhor Presidente,

Nos termos do artigo 312, inciso II do Regimento Interno do Senado Federal, requeiro Destaque para Votação em Separada da Emenda nº 6, de autoria do Senador Álvaro Dias, oferecida ao PLV nº 2, de 2006 (Proveniente da Medida Provisória nº 269, de 2005).

Sala das Sessões, 21 de março de 2006. – Senador **Alvaro Dias** – Senador **Leonel Pavan**.

**O SR. PRESIDENTE** (Renan Calheiros. PMDB – AL) – Em votação o requerimento.

As Sr<sup>as</sup> e os Srs. Senadores que o aprovam, queiram permanecer sentados. (Pausa.)

Aprovado.

**O SR. ANTONIO CARLOS MAGALHÃES** (PFL – BA) – Peço a palavra pela ordem.

**O SR. PRESIDENTE** (Renan Calheiros. PMDB – AL) – Com a aquiescência do Senador Efraim Morais, pela ordem, ouço V. Ex<sup>a</sup>.

**O SR. ANTONIO CARLOS MAGALHÃES** (PFL – BA. Pela ordem. Sem revisão do orador.) – Estou ouvindo do meu Líder que não vai se votar cargo nenhum. É verdade? Porque a proposição não é assim. Quero saber porque quero pedir verificação.

**O SR. PRESIDENTE** (Renan Calheiros. PMDB – AL) – Os destaques são para votar em separado tudo que se refere a isso. Esses cargos que seriam acrescentados.

**O SR. ANTONIO CARLOS MAGALHÃES** (PFL – BA) – Confesso que achava que o certo, eu vou seguir o Líder, é óbvio, mas era pedir verificação com obstrução porque temos tantas pendências aí para resolver e não resolvemos com o Governo. Ao contrário, estamos sendo perseguidos, e mais do que perseguidos, quebra-se sigilo bancário, responde-se que são em 15 dias. De maneira que a minha posição é um pouco divergente da do Líder, mas...

**O SR. PRESIDENTE** (Renan Calheiros. PMDB – AL) – Entendo a posição de V. Ex<sup>a</sup>, Senador Antonio Carlos, mas vamos ter, ao longo desse proces-

so de votação, várias oportunidades para que haja uma convergência definitiva porque vamos ter as votações e aí poderá ser pedida a verificação e ter, como conseqüência, o esvaziamento, se houver falta de **quorum**.

Eu não vejo divergência, como eu nunca a vi, sinceramente.

**O SR. ANTONIO CARLOS MAGALHÃES** (PFL – BA) – Excelência, eu vou atendê-lo, mas não é esse o meu entendimento.

**O SR. PRESIDENTE** (Renan Calheiros. PMDB – AL) – Obrigado.

Sobre a mesa, requerimento de destaque que será lido pelo Sr. 1º Secretário, Senador Efraim Morais.

É lido o seguinte:

**REQUERIMENTO Nº 311, DE 2006**

Senhor Presidente,

Nos termos do artigo 312, inciso II do Regimento Interno do Senado Federal, requeiro Destaques para Votação em Separado da Emenda nº 7, de autoria do Senador Álvaro Dias, oferecida ao PLV nº 2, de 2006 (Proveniente da Medida Provisória nº 269, de 2005).

Sala das Sessões, 21 de março de 2006. – Senador **Alvaro Dias** – **Leonel Pavan**.

**O SR. PRESIDENTE** (Renan Calheiros. PMDB – AL) – Em votação o requerimento.

As Sr<sup>as</sup> e os Srs. Senadores que o aprovam queiram permanecer sentados. (Pausa.)

Aprovado.

Sobre a mesa, requerimento que será lido pelo Sr. 1º Secretário, Senador Efraim Morais.

É lido o seguinte:

**REQUERIMENTO Nº 312, DE 2006**

Senhor Presidente,

Nos termos do artigo 312, inciso II do Regimento Interno do Senado Federal, requeiro Destaque para Votação em Separado da Emenda nº 8, de autoria do Senador Arthur Virgílio, oferecida ao PLV nº 2, de 2006 (Proveniente da Medida Provisória nº 269, de 2005).

Sala das Sessões, 21 de março de 2006. – Senador **Arthur Virgílio** – Senador **Alvaro Dias** – Senador **Leonel Pavan**.

**O SR. PRESIDENTE** (Renan Calheiros. PMDB – AL) – Em votação o requerimento.

As Sr<sup>as</sup> e os Srs. Senadores que o aprovam queiram permanecer sentados. (Pausa.)

Aprovado.

**O SR. PRESIDENTE** (Renan Calheiros. PMDB – AL) – Em votação o Projeto de Lei de Conversão nº 2 de 2006, ressalvadas a emenda e os destaques aprovados.

Tenho a honra de conceder a palavra ao Senador Heráclito Fortes, para encaminhar. V. Ex<sup>a</sup> dispõe de até cinco minutos.

**O SR. HERÁCLITO FORTES** (PFL – PI. Para encaminhar a votação. Sem revisão do orador.) – Sr. Presidente, Sr<sup>as</sup> e Srs. Senadores, enquanto a Oposição procura, aqui nesta Casa, ajudar o Governo atordoado, sem rumo, o Presidente Lula, na terra do Senador Antonio Carlos Magalhães, mais precisamente na cidade de Lauro de Freitas, diz que a maior desgraça do ser humano é a inveja.

Parece, Senador Arthur Virgílio, que S. Ex<sup>a</sup> o Presidente da República não estava bem na tarde de hoje. O Presidente Lula criticou, nesta terça-feira, a Oposição e o Congresso por não terem votado ainda o orçamento federal de 2006 e outras propostas de interesse das classes pobres do País.

“Lamentavelmente, a maior desgraça do ser humano é a inveja”, disse o Presidente durante discurso na cidade de Lauro de Freitas. “Eles, os opositoristas, não conseguiram fazer e não querem permitir que a gente faça.” Lula reclamou do preconceito contra nordestinos – atenção, bancada nordestina! Atentai bem!, como diria o Senador Mão Santa –, negros e pobres e afirmou que a crise política não pode afetar as camadas mais pobres da população.

“O povo não tem nada a ver com isso, não pode sofrer com a irresponsabilidade ou a perseguição de um político.” Honestamente, quem é o político perseguido pela Oposição, no País, neste momento? Preconceito contra nordestino e pobre quem tem é o Governo perseguindo o piauiense Francenildo. Agora mesmo o Coaf manda a Polícia Federal investigar suas contas.

**O Sr. Antonio Carlos Magalhães** (PFL – BA) – Enquanto isso, estamos votando a favor.

**O SR. HERÁCLITO FORTES** (PMDB – PI) – Quantos milionários envolvidos em processos semelhantes não tiveram as suas contas devassadas nem tampouco remetidas ao Coaf?

Com relação à votação do Orçamento, temos aqui o Presidente da Comissão, Senador Gilberto Mestrinho, que pode dizer muito bem se essa obstrução é da Oposição ou se é produto da intransigência, da arrogância do Governo Federal com relação à peça orçamentária.

Quem tem esvaziado sistematicamente o Plenário da Comissão é o Governo. Os seus líderes fazem desdém, dizendo que poderão governar com

os quintos, sem a aprovação do Orçamento deste ano. Não somos nós. E o Senador Gilberto Mestrinho sabe muito bem que quero trocar o quinto pelo duodécimo. Pensam que com o duodécimo, Senador Gilberto Mestrinho, a cada período, a cada dois meses, poderão gastar, fazer obras, torrar dinheiro na campanha, como se a responsabilidade fiscal fosse obra de ficção.

Sr<sup>as</sup> e Srs. Senadores, de que a Oposição brasileira tem inveja deste Governo? Da desenvoltura do Waldomiro Diniz? Da força do Silvinho Pereira? De que a Oposição brasileira pode ter inveja deste Governo? De que os nordestinos, de maneira concreta, podem se orgulhar? Até a transposição do São Francisco, Sr. Presidente, que era a peça demagógica do Governo, tem tido sistematicamente reduzida suas verbas para o Orçamento deste ano. Aí, sim, me parece que o Presidente está demonstrando o seu sentimento permanente de que não sabe de nada e não vê nada. Não sabe o que ocorre no País. E não pode, de maneira nenhuma, num palanque eleitoral, em Lauro de Freitas, interpretar o sentimento da Oposição brasileira, que está aqui a esta hora da noite corrigindo os erros da sua medida provisória, eivada de penduricalhos, criando empregos eleitorais sem nenhum compromisso sequer de respeitar as regras desta Casa de honrar aquilo que foi assumido.

A Bancada do Rio de Janeiro queixa-se de que acordos feitos de maneira legítima não vieram como ficaram acertados.

Senador Flexa Ribeiro, com o maior prazer, ouço V. Ex<sup>a</sup>.

**O Sr. Flexa Ribeiro** (PSDB PA) – Senador Heráclito Fortes, quero só parabenizá-lo pelo seu pronunciamento e dizer que o Presidente Lula está completamente desconectado da realidade. Quem não quer aprovar o Orçamento é a Base do Governo. Ainda hoje, o nosso Presidente da Comissão Mista de Orçamento, Senador Gilberto Mestrinho, teve que usar de todo o seu conhecimento para não permitir que a sessão fosse derrubada pela Base do Governo. Estão lá nos Anais os Deputados que pediram verificação de quórum. Todos eles, sem exceção, Senador Heráclito Fortes, são da Base do Governo. Então, quem não quer aprovar o Orçamento é o próprio Governo, que até hoje se coloca contrário aos acordos firmados pelas suas Lideranças, não só acordos orais, como acordos por escrito, como bem coloca o nosso Presidente, Senador Gilberto Mestrinho, que em sua vida nunca deixou de cumprir um acordo. E não será agora que o fará. Parabéns pelo seu pronunciamento, Senador Heráclito Fortes.

**O SR. HERÁCLITO FORTES** (PFL PI) – Sr. Presidente, faço esses registros, aproveitando o encaminhamento desta votação, para que a Nação veja a desproporcionalidade dos gestos e a diferença dos tratamentos.

Enquanto estamos aqui, até a esta hora da noite, encontrando caminhos para resolver problemas que são do Governo, o Presidente da República nos taxa de invejosos e de irresponsáveis, sem fundamentar, apenas querendo desviar dos seus ombros as suas irresponsabilidades e as suas omissões.

Aliás, o Presidente Lula no momento vive um choque térmico, ainda não se adequou ao fuso horário. Ele está entre o fausto e a riqueza da carruagem da rainha Elizabeth. E ao ver a realidade nordestina, espanta-se porque volta às suas origens e parece que isso o envergonha. Não pode achar, e aí sim, que o nordestino é trouxa nem que é bobo.

Não se tapa o sol com a peneira. O Brasil todo está a ver o que nós estamos aqui, permanentemente, a mostrar, os atos de corrupção cometidos pelos membros do seu Governo. Por que o Presidente Lula não diz, em Lauro de Freitas, o motivo pelo qual os presidentes de Partidos que lhe dão sustentação, inclusive no seu próprio Partido, todos eles, tiveram que renunciar num processo começado exatamente por falcatruas achadas no seio do Palácio? Por que não diz isso? Por que não justifica, perante Lauro de Freitas, o enriquecimento precoce de familiares seus enquanto o povo que está ali passa fome? Por que não pede perdão à Nação pelo fato de companheiros seus transportarem na cueca dólares dos quais ninguém sabe a origem? Não! Pensa que está falando com bobos. Isso, sim, é subestimar o nordestino. É preconceito, Senador Romero Jucá! É, acima de tudo, uma injustiça que comete com esta Casa.

O Governo é atabalhado, sem coordenação. Manda medidas provisórias sem discutir, e estamos aqui a esta hora da noite tentando resolver isso. Aliás, duas coisas ninguém conseguiu fazer até agora: a Oposição, criar uma crise para o Governo, porque ele cria todas; e o Governo, aprovar matéria de seu interesse sem a ajuda da Oposição, porque é omissos e incompetente.

Muito obrigado, Sr. Presidente.

**O SR. PRESIDENTE** (Renan Calheiros. PMDB – AL) – Agradeço a V. Ex<sup>a</sup>, Senador Heráclito Fortes.

Concedo a palavra ao Senador Arthur Virgílio, para encaminhar a votação.

**O SR. ARTHUR VIRGÍLIO** (PSDB – AM. Para encaminhar a votação. Sem revisão do orador.) – Sr. Presidente, o Senador Heráclito Fortes foi muito feliz no seu arrazoado.

Li, ainda há pouco, que o Coaf foi mobilizado para investigar o caseiro Francenildo, que deve estar aturido pensando que é uma versão política do Ronaldo Fenômeno – só falam nele agora. O fato é que o Coaf foi mobilizado para vasculhar a vida do caseiro Francenildo. E aquele episódio todo, a partir das denúncias do caseiro Francenildo, foi fuzilado pelo Ministro Márcio Thomaz Bastos, que disse que não ia mandar a Polícia Federal abrir inquérito algum. Pronto e acabou. É quase uma Monarquia.

Sr. Presidente, gostaria de congratular-me com a Relatora sob dois ângulos. Primeiro, o trabalho competente e paciente que fez e a força que depositou na elaboração do seu relatório e na luta pela sua aprovação. Em segundo lugar, congratulo-me com a Relatora porque S. Ex<sup>a</sup> acatou a Emenda nº 05, de minha autoria, corrigindo assim um erro grosseiro da Casa Civil. S. Ex<sup>a</sup> faz a correção solicitada, visando, certamente, não prejudicar os servidores das agências reguladoras e ainda mostrando que existem pessoas do oficialismo que se preocupam com o vernáculo pátrio.

Na proposta do Governo de elevar o percentual de gratificação devida para os cargos de especialistas de até 35% para 75%, a referida expressão deveria ser suprimida do texto do **caput** do art. 11 da Lei nº 10.768, de 2005. Ao propor a elevação do percentual da Gratificação de Desempenho de Atividades de Recursos Hídricos (GDRH), a Casa Civil da Presidência da República, no afã de editar medidas provisórias à revelia do bom senso, simplesmente errou no detalhamento do texto a ser aprovado no Congresso Nacional.

O que se pretende é apenas colaborar com o Governo para que ele seja mais criterioso na análise dos textos que encaminha ao Congresso Nacional, tendo mais cuidado e zelo com as normas da Associação Brasileira de Normas Técnicas (ABNT) e com a redação oficial.

Aproveito, Sr. Presidente, o tempo de que ainda disponho para me cingir à Casa à qual já pertenci no cotidiano e à qual pertencço ainda por vinculação empregatícia, o Ministério das Relações Exteriores. Eu até disse ao Ministro Celso Amorim que pretendo discutir com S. Ex<sup>a</sup> se é bom ou não termos o Itamaraty tão ampliado, ou seja, com o curso de preparação para carreira de Diplomata oferecendo cem vagas no seu vestibular. Nunca vi isso. No meu ano, passamos doze pessoas. Um deles fez, depois, o exame direto. Onze concluímos o curso de Diplomata.

Havia uma preocupação acadêmica muito grande e talvez uma preocupação tardia com a parte prática da carreira. Isso foi corrigido com o tempo. A carreira

foi ficando menos acadêmica e mais prática. Mas não consigo entender que preparemos diplomatas sem a preocupação de dar-lhes uma cultura geral ampla, de dar-lhes uma formação muito sólida em línguas estrangeiras.

Quero discutir também com o Ministro Celso Amorim, em um diálogo construtivo e reto. Chegamos agora a suprimir a obrigatoriedade do ensino do Inglês; chegamos a ver proibidos livros do Sr. Celso Lafer, um dos maiores formuladores, um dos maiores teóricos em matéria de política internacional com que conta o Brasil e que teve, talvez assim, o azar de ter sido Ministro do Governo passado, aos olhos do Governo atual. As denúncias que chegam até mim são graves. Quero abrir esse jogo agora. Quero abrir a questão para o Ministro Celso Amorim com vistas o consertar esse equívoco. Estariam proibidos, na bibliografia do Instituto Rio Branco, o nome e as obras de Celso Lafer. Vamos criando, assim, um quadro de apequenamento intelectual do Itamaraty.

O Líder Mercadante dizia, ainda há pouco, que o Brasil expandiu muito suas embaixadas e que um reflexo disso seria o aumento das exportações, e que o aumento das exportações exigiriam isso. Sou capaz de, amanhã, voltar à tribuna para dizer-lhe, Sr. Presidente, que têm muito pouco a ver com a expansão das exportações brasileiras as novas embaixadas. São países que correspondem mais ao desejo do Presidente Lula de ver o Brasil no Conselho de Segurança da ONU, como membro permanente. Isso tem muito pouco a ver com as exportações.

Não sei como o Presidente se sente vendo Chávez ensaiando o lançamento da candidatura da Venezuela ao Conselho de Segurança da ONU, como membro permanente. O mesmo Brasil que, na hora do BID, quando o nosso candidato era João Sayad, não contou com Cuba, com o camarada Fidel, nem com o companheiro Chávez; o mesmo Brasil que declarou à China economia de mercado, criando embaraços terríveis à indústria têxtil brasileira, e que depois teve que fazer até um ato infantil, tolo, que foi recorrer à OMC buscando salvaguardas, as quais não buscamos quando se trata de competição em economia de mercado, mas salvaguardas que se busca contra economias que não são de mercado.

A China está longe de ser uma economia plenamente de mercado. Mas o Brasil fez isso. Visava a quê? Visava fortalecer-se politicamente para o Conselho de Segurança da ONU. E a China diz que veta não o Brasil, mas a ampliação do Conselho, veta o tal G-4, porque não aceita o Japão, por razões geopolíticas, muito chinesas, por crises imemorais entre os dois Países. Não aceita o Japão no Conselho de Seguran-

ça da ONU, e o Brasil busca um grupo, o G-4, em que talvez o integrante mais poderoso seja o Japão.

Então, trata-se de equívocos que vejo que precisam ser repostos, ou seja, não vamos passar uma impressão errada lá para fora. As exportações brasileiras cresceram porque, a partir dos anos 80, as empresas brasileiras deram um grande salto. A partir dos anos 90, a abertura da economia e as reformas implementadas por diversos Governos significaram a parte pública do salto. Depois, com China crescendo, Índia crescendo, Estados Unidos crescendo, o mundo crescendo de maneira virtuosa, não havia como não crescermos um pouco – e nada de recessão, porque crescer um pouco é melhor do que não crescer nada.

As nossas exportações representaram aqueles dois movimentos, o público e o privado, e representaram uma resposta à demanda, por exemplo, da China, que compra tudo que vendemos. É assim que vejo. Essa expansão toda, não sei se é necessária do ponto de vista econômico. Não sei se não estamos agredindo a qualidade técnica dos diplomatas que estamos formando.

Digo a V. Ex<sup>a</sup>, Sr. Presidente, que vou conversar com o Ministro Celso Amorim de coração aberto, completamente aberto, mas expondo as minhas posições, que são essas. Não pretendo criar embaraço à aprovação de matéria que ajude as agências, mas quero que estabeleçamos aqui verdades, verdades palpáveis, verdades verdadeiras. Exportação nada tem a ver com o que estamos votando hoje. O Brasil, se fosse pelas exportações, teria que colocar mil diplomatas na China, mil na Índia e mil e quinhentos nos Estados Unidos. O Brasil está-se fundando, do ponto de vista de suas exportações, em muito boa medida, no crescimento de países que não sei por quanto tempo sustentarão esse crescimento.

Os Estados Unidos têm um déficit anual de US\$1 trilhão. Isso tudo um dia aterrissará. Se vai ser **soft** ou **hard** o **landing**, a aterrissagem, eu não sei, mas vai haver aterrissagem. A China não vai continuar financiando o débito americano, como está fazendo, a vida toda. Em algum momento, a China própria vai ter que fazer seus ajustes. Não é uma democracia, Sr. Presidente? Às vezes, fico observando os dados da China e não sei do seu nível de confiabilidade. Só confio em dados oriundos de um regime aberto politicamente, de um regime democrático. A China é um país com enorme potencial, que está crescendo a galope, fazendo o melhor que pode para sustentar aquela massa de 1,3 bilhão de seres humanos. Contudo, não vamos criar ilusões: não estamos crescendo nas exportações porque estamos criando embaixadas em países do calibre

do Sudão, não. Seria iludirmos as pessoas que nos ouvem lá fora, Sr. Presidente.

Muito obrigado.

Era o que tinha a dizer.

*Durante o discurso do Sr. Arthur Virgílio, o Sr. Renan Calheiros, Presidente, deixa a cadeira da presidência, que é ocupada pelo Sr. Tião Viana, 1º Vice-Presidente.*

**O SR. NEY SUASSUNA** (PMDB – PB) – Sr. Presidente, peço a palavra para encaminhar a votação.

**O SR. PRESIDENTE** (Tião Viana. Bloco/PT – AC) – Concedo a palavra, para encaminhar a votação, ao Senador Ney Suassuna, por até cinco minutos, e, em seguida, à Senadora Ideli Salvatti.

**O SR. NEY SUASSUNA** (PMDB – PB. Para encaminhar a votação. Sem revisão do orador.) – E vou gastar só os cinco minutos, Sr. Presidente, em respeito aos colegas.

O Ministro Celso Amorim me ligou hoje preocupado com esse problema da nossa votação, porque o Itamaraty já tinha problemas, carências no Governo anterior e as continua tendo, precisando, portanto, das quatrocentas contratações que estamos decidindo hoje.

Na Fundação Oswaldo Cruz, como sabem V. Ex<sup>a</sup> e todos os Senadores, está acabando a terceirização, e, por essa razão, são necessárias essas contratações.

No Inpi, estamos com milhares e milhares de processos de patentes, mas conseguimos, no máximo, duzentas análises por ano.

E o Inmetro presta um serviço gigantesco à população, medindo, testando e pesando todos os produtos que são consumidos.

Esse não é um projeto de Governo, mas um projeto de Estado, para ser aplicado em quatro anos. Por isso, nós do PMDB vamos votar favoravelmente.

**O SR. PRESIDENTE** (Tião Viana. Bloco/PT – AC) – O PMDB votará favoravelmente.

Com a palavra a Senadora Ideli Salvatti, para encaminhar, por até cinco minutos.

**A SRA. IDELI SALVATTI** (Bloco/PT – SC. Para encaminhar a votação. Sem revisão da oradora.) – Sr. Presidente, da mesma forma como o Senador Arthur Virgílio fez o elogio ao trabalho muito competente da Relatora, a nossa querida Senadora Fátima Cleide, quero aqui ser porta-voz em nome de toda a Bancada, porque não foi simples. Houve todo um processo de negociação bastante difícil, tanto que não tivemos acordo final de votação. Vamos ter vários destaques, e a decisão será no voto, apesar de todo o esforço de prestar os esclarecimentos devidos e de as questões aqui

trazidas serem questões que, infelizmente, se arrastam nas agências reguladoras desde a sua criação.

Um exemplo, que a Senadora Fátima Cleide teve a sensibilidade de absorver, a partir de reivindicação que nós e vários outros parlamentares fizemos, é a situação, bastante antiga, dos distribuídos e dos cedidos, que ocorreu no início, digamos assim, de forma mais contundente na Anvisa, mas que se espalhou por quase todas as agências. Falo daqueles funcionários que foram disponibilizados pelos ministérios para as agências, que, quando foram criadas, não tinham quadro de pessoal. Essas pessoas foram treinadas para suas novas funções, foram capacitadas a desempenhar as novas tarefas, foi investido dinheiro público, mas essas pessoas não pertencem ao quadro das agências. Portanto, elas têm de ter a solução da sua situação funcional. Por isso, a alteração que a Senadora Fátima Cleide acolheu é extremamente importante, primeiro reduzindo o prazo para que o Ministério do Planejamento apresente e encaminhe ao Congresso Nacional o projeto, resolvendo de uma vez por todas esse problema. A Câmara havia aprovado um prazo de 360 dias, e a Senadora baixou para a metade, 180 dias.

Além disso, no projeto que veio da Câmara constavam apenas os funcionários distribuídos, e S. Ex<sup>a</sup> incluiu os cedidos, abrangendo as duas situações que temos hoje de disfunção e de confronto entre a situação do funcionário e o serviço que ele realiza.

A outra questão estava restrita à Anvisa, até porque o maior problema está lá, onde está concentrado o volume maior de situações difíceis, porque os funcionários da Anvisa vieram, na sua grande maioria, do Ministério da Saúde, onde obtiveram o treinamento. Mas isso foi ampliado para as demais agências, não tendo ficado restrito à Anvisa.

Então, eu queria agradecer à Senadora Fátima Cleide pela sensibilidade ao fazer as modificações e dizer que o voto da Bancada do PT – e espero que também do Bloco – será favorável, na íntegra, ao parecer exarado pela Senadora Fátima Cleide.

Quanto à questão salarial, todos nós estamos aguardando a votação do Orçamento. De repente, a Oposição ficou favorável à votação do Orçamento, e estranhamente o Governo, não. Mas todos nós sabemos o que é que está “pegando”. O que está “pegando” no Orçamento é a famosa Lei Kandir. Apesar de todas as tratativas e tentativas de modificar, de forma significativa, esse repasse, há um benefício de determinados Estados exportadores em detrimento de outros Estados exportadores. Há Estados que exportam e importam, ficando com sua balança equilibrada, diferentemente do Estado da Senadora Ana Júlia, que praticamente só exporta. Então, o tratamento diferenciado que de-



veria existir infelizmente não existe na aplicação da Lei Kandir, e estamos nós todos nesse impasse orçamentário. Mas esperamos que ele seja resolvido, até porque, no Orçamento deste ano, há algo em torno de R\$5 bilhões reservados para corrigir as distorções do funcionalismo público.

**O SR. HERÁCLITO FORTES** (PFL – PI) – Pela ordem, Sr. Presidente.

**O SR. PRESIDENTE** (Tião Viana. Bloco/PT – AC) – Encerrado o encaminhamento, concedo a palavra ao Senador Heráclito Fortes, pela ordem.

**O SR. HERÁCLITO FORTES** (PFL – PI. Pela ordem. Sem revisão do orador.) – Sr. Presidente, hoje não é o meu dia de sorte. Acho que falei javanês nesta Casa. Propus um acordo e não fui compreendido. A Líder do PT no Senado desacredita todo o esforço que nós da Oposição fizemos e joga para as costas da Oposição manobras por insatisfação orçamentária. Esta votação aqui não tem nada a ver com isso.

Quero pedir desculpas ao Senador Mercadante pelo acordo que propus a ele, quero pedir desculpas ao Ministro das Relações Exteriores, que me telefonou – também propus um acordo ao Plenário para que nós votássemos somente amanhã os destaques –, e quero pedir desculpas ao Senador Arthur Virgílio e José Agripino pela proposta que fiz e dizer-lhes que ela se torna sem efeito. Proponho que a votação seja feita agora. A nossa intenção foi de ajudar o Governo, desarrumado, desarticulado e desorientado. Fui mal compreendido. Retiro tudo o que disse.

Vamos a voto, Sr. Presidente.

**O SR. PRESIDENTE** (Tião Viana. Bloco/PT – AC) – Indago se o Plenário está preparado para a votação da matéria.

Concedo a palavra à Senadora Ideli Salvatti, pela ordem.

Vamos iniciar a votação. Os Srs. Senadores que estiverem nos gabinetes venham ao plenário.

Concedo a palavra à Senadora Ideli Salvatti, pela ordem.

**A SRA. IDELI SALVATTI** (Bloco/PT – SC. Pela ordem. Sem revisão da oradora.) – Sr. Presidente, quero entender toda a reação do Senador Heráclito Fortes, porque o que fiz aqui, de forma muito clara, foi, primeiro, elogiar o esforço da Senadora Fátima Cleide, falando de uma modificação que ela fez no seu parecer, acatando uma série de reivindicações dos funcionários distribuídos e cedidos das diversas agências e da Anvisa. Eu disse também que a posição da Bancada era favorável ao parecer exarado por ela. Não falei nada do acordo, nem criei controvérsias a respeito dele.

Quero deixar registrado que não entendi o porquê de toda essa controvérsia estabelecida aqui pelo

Senador Heráclito, pois em momento algum falei contrariamente ao acordo ou disse que não haveria possibilidade de o acordo ser cumprido.

Então, como hoje os ânimos aqui estão bastante exaltados, graças a Deus não pela minha pessoa, porque consegui me manter, apesar de tudo o que ocorreu, extremamente equilibrada ao longo de todo o período que estamos debatendo neste Senado, eu gostaria de deixar o registro de que não entendi ou entendi tudo. Mas, de qualquer, forma, quero dizer que não me referi, em nenhum momento, a rompimento de qualquer tipo de acordo ou encaminhamento. Apenas fiz questão de registrar o trabalho da Senadora Fátima Cleide e uma situação em que ela teve a concordância e a receptividade para fazer, no seu parecer, a modificação, atendendo a uma situação que é histórica: dos distribuídos e dos cedidos nas agências reguladoras.

Só tenho a lamentar que, nesta Casa, qualquer unha vira sopa de galinha – não é preciso mais nem do pé.

*Durante o discurso da Sra. Ideli Salvatti, o Sr. Tião Viana, 1º Vice-Presidente, deixa a cadeira da presidência, que é ocupada pelo Sr. Renan Calheiros, Presidente.*

**O SR. HERÁCLITO FORTES** (PFL – PI. Pela ordem. Sem revisão do orador.) – Sr. Presidente, requeiro a V. Ex<sup>a</sup> – estamos na época das fitas – que a Mesa remeta ao gabinete da Líder exatamente as suas palavras no encaminhamento da matéria, inclusive imputando à Oposição as dificuldades de votação da matéria orçamentária, citando o caso da Lei Kandir.

O Plenário estava absolutamente tranqüilo e vivendo um clima de cordialidade, inclusive discutindo com o Senador Aloizio Mercadante. Se esse clima está mudando, a culpa não é deste Senador.

Fica mantido o pedido de verificação quando iniciar a votação.

**O SR. PRESIDENTE** (Renan Calheiros. PMDB – AL) – Concedo a palavra ao Senador Arthur Virgílio.

**O SR. ARTHUR VIRGÍLIO** (PSDB – AM. Pela ordem. Sem revisão do orador.) – Sr. Presidente, percebo que este talvez seja um trabalho que passe por V. Ex<sup>a</sup>, que tem todo o interesse em ver matérias votadas na Casa.

Digo isto, Senador Tião Viana, a V. Ex<sup>a</sup>, que reputo um dos grandes amigos com que conto nesta Casa: é preciso mais ética na forma de o PT tratar a Oposição.

Estou aqui, em mão, com o noticiário das 15h43:

“O líder do PT na Câmara voltou a atacar a CPI dos Bingos e ainda questionou sua

legitimidade para conduzir as investigações que vem fazendo. “Essa CPI, que é a do fim do mundo, opera” – Senador José Agripino, V. Ex<sup>a</sup> está acompanhando, não está? – “na maior ilegalidade, escolhem o fato do dia para saber como vão desgastar o governo Lula. Ela não tem isenção para investigar. Essa função é do Ministério Público”, disse o petista. Para ele, tucanos e pefelistas – aí vem o grave, e para isso chamo a atenção de V. Ex<sup>a</sup>, Sr. Presidente, e do Senador Antonio Carlos Magalhães...

**O SR. PRESIDENTE** (Renan Calheiros. PMDB – AL) – Senador Antonio Carlos Magalhães, o Senador Arthur Virgílio está chamando a atenção de V. Ex<sup>a</sup>.

**O SR. ARTHUR VIRGÍLIO** (PSDB – AM) – Diz ele que “tucanos e pefelistas se conduzem de maneira muito distinta da dos petistas”. Até aí, é verdade. Se ele se refere a “mensalão”, ele absolutamente tem razão do meu ponto de vista.

Segundo ele, quando da divulgação da lista de Furnas, com nomes de parlamentares do PSDB e do PFL”...

Uma maldade brutal, porque aquela lista falsa de Furnas só não tinha nomes do PT, tinha nomes de todos os demais Partidos, praticamente de todos os partidos da Base do Governo, mas toda a orientação de propaganda, de mídia, foi em cima dos nomes do PSDB e do PFL.

**O Sr. Antonio Carlos Magalhães** (PFL – BA) – Pode verificar que eram do PT.

**O SR. ARTHUR VIRGÍLIO** (PSDB – MA) – Continuo:

... “com nomes de Parlamentares do PSDB e PFL que teriam recebido dinheiro de forma ilícita, nenhum integrante do PT explorou o fato.

Não é verdade, porque o PT de Minas Gerais divulgou o fato.

O Sr. Antônio Grassi foi convocado hoje por mim, pela Comissão de Educação, para vir explicar o fato de o computador oficial dele ter divulgado aquela lista falsa, aquela lista fria de Furnas. E o Ministro Thomaz Bastos não teve a coragem moral mínima de dizer que a lista era falsa. A Polícia Federal sabia que a lista era falsa, e o Ministro sabia que a lista era falsa.

E a lista era falsa, Sr. Presidente, por uma razão simples. Falo para V. Ex<sup>a</sup>, que é um homem de extremo bom senso, de extrema acuidade. A lista tinha, por exemplo, o nome dos dois candidatos que disputaram a Presidência da República pelo meu Partido, naquela avaliação prévia: José Serra e Geraldo Alck-

min. Se fosse verdadeira a lista, teria caído o mundo. O meu Partido fechava para balanço. Teria caído o mundo inteiro!

Então, todos sabiam que a lista era falsa: Thomaz Bastos, Lula, todo o mundo, sobretudo o falsário que a falsificou; todos aqueles que sabiam que o falsário era falsário, e falsário só pode falsificar.

Já saiu agora o pronunciamento oficial de que a lista é falsa. Já saiu agora o pronunciamento da Polícia Federal. Depois que o Sr. Grassi foi apanhado fazendo o pior papel, a pior novela da vida dele, canastrão, terrível, depois disso, saiu.

Ainda assim, o Líder explora como se verdadeira fosse a lista e como se tivesse sido uma grande coisa do PT não ter explorado. Mas explorou, sim. Explorou nas entrelinhas. Explorou nas plantações. Explorou em Minas, nos *blogs*. Tanto que anunciaremos amanhã, o Senador José Agripino e eu, muitas coisas numa coletiva às 15 horas. Mas posso adiantar um pouquinho da coletiva: o processo contra todos aqueles, inclusive do PT, que participaram dessa fraude toda.

É assim que querem que se estabeleça um clima de votação, de colaboração?

Estão falando que a CPI é a de fim do mundo.

Acabei de saber que estão requisitando, Senador Romeu Tuma, o processo em que nele é parte o Sr. Cícero Lucena, que é do meu Partido.

Estão convocando o Sr. Gustavo Ferraz Gominho, Delegado da Polícia Federal, homem extremamente sério. Vou dizer mais. Vou arriscar, Senador Lobão. O que o Sr. Gustavo Gominho falar ali é verdade, o que ele falar é verdade.

Estou aqui para evitar a convocação do Sr. Gominho? Ao contrário. Confio no Sr. Gominho porque conheço a sua trajetória. Ele já passou pela Amazônia. Conheço sua seriedade.

Se é CPI do fim do mundo e se se tem que ficar em foco, pergunto: isso é foco ou estão imaginando que vamos agora ao Supremo Tribunal Federal para impedir a vinda do Sr. Gustavo Gominho aqui? De jeito algum, mas não vamos mesmo. Vamos, ao contrário, pedir a V. Ex<sup>a</sup> novamente que vá ao Supremo Tribunal Federal para alforriar esta Casa, que não pode mais viver sob o jugo dos mandados liminares que vêm para nos cercear.

**O Sr. Efraim Morais** (PFL – PB) – Senador Arthur Virgílio, o Senador Efraim pede um aparte.

**O SR. ARTHUR VIRGÍLIO** (PSDB – AM) – Pois não, Senador Efraim.

**O Sr. Efraim Morais** (PFL – PB) – Só para comunicar que eu só tenho direito a voto quando é voto de minerva. Quando se pedir a vinda do processo de

Cícero Lucena, se houver empate, vou votar favorável a que ele venha à CPI.

**O SR. ARTHUR VIRGÍLIO** (PSDB – AM) – Sem dúvida alguma. Eu ia dizer isso.

**O Sr. Efraim Morais** (PFL – PB) – Para que não fique nenhuma dúvida. Não estou disposto a negociar nenhum requerimento lá.

**O SR. ARTHUR VIRGÍLIO** (PSDB – AM) – Claro, que parem os eufemismos.

Ou seja, se o Sr. Gominho é antevéspera da convocação do Sr. Cícero Lucena, vamos fazer logo a convocação do Sr. Cícero Lucena. Não sou da Comissão, mas convoco subsidiariamente, assino junto com outras pessoas do meu Partido. Não há por que ficarmos com eufemismos. Eu acharia ótimo que pudéssemos inclusive fazer a convocação de todas essas pessoas e parássemos de obstaculizar a vinda à CPI – obstaculizando o próprio caminho da CPI – das pessoas que realmente interessam ao crivo da opinião pública.

Estou dizendo que aqui se trata de uma Casa onde não há vida fácil para o Governo. Reconhecidamente, não há. V. Ex<sup>a</sup> sabe disso e todos aqui sabem disso. Mas, sistematicamente, levamos esse tipo de bordoadas. Sistematicamente!

Eu não posso acreditar que uma pessoa da responsabilidade do Líder do PT na Câmara possa ainda agora brincar de lista de Furnas, de dar veracidade a uma coisa falsa, uma coisa que eu disse que era falsa, sob o silêncio constrangedor, ensurdecido do Ministro da Justiça.

Eu disse: Ministro, a lista é falsa. Como o Ministro não me disse que a lista era falsa, eu passei a dizer uma coisa mais grave: que falso era o Ministro também, tanto quanto a lista. Eu digo que a lista é falsa, e o Ministro que não diz que a lista é falsa é falso.

**O Sr. Heráclito Fortes** (PFL – PI) – Senador Arthur Virgílio, além de falsa, é perversa, porque procura envolver determinadas pessoas. Agora, o básico para se chegar à conclusão de que ela é falsa: não tem nenhum parlamentar ou candidato do PT. Ora, se o cidadão queria permanecer em Furnas, sabendo que o candidato ganhava em todas as pesquisas, e verdade fosse, estava eivada de petistas aquela relação. Não aparece um para remédio.

**O SR. ARTHUR VIRGÍLIO** (PSDB – AM) – Vou encerrar, Sr. Presidente, dizendo a V. Ex<sup>a</sup> que tentamos ajudar, que temos tentado ajudar. Hoje, com a maior boa-fé, as pessoas disseram para mim: posso ficar?

O Senador Papaléo Paes disse que tinha atividades externas. Brincou comigo. Eu disse: “Senador Papaléo, pode ir às suas atividades externas, porque temos acordo”.

O Senador Antonio Carlos disse, agora: vocês não podiam ter feito acordo sem falar comigo, porque entendo que estamos faltando ao Francenildo se ficarmos aqui fazendo acordo com um Governo que manda o Coaf coagi-lo.

Digo isto do coração mesmo, num desabafo: chega um momento em que, para ajudar o Governo a votar matérias aqui, Sr. Presidente, preciso me indispor com os Senadores do PSDB e até com Senadores do PFL, com quem temos uma relação muito irmanada. O Senador José Agripino se relaciona de maneira íntima com os Senadores do PSDB; tanto quanto eu posso ser advertido pelo Senador Antonio Carlos ou outro Senador do PFL, como se fosse do PSDB. Trabalhamos desse jeito aqui. A necessidade nos fez fraternos, e é bom que tenha sido assim.

Então, para fazer exatamente o que o Governo pretende e até o que é bom para o País – votar matérias –, temos que nos indispor para dentro da nossa Base. Temos que fazer o cumprimento da matéria. Quando abrir, vou votar a favor, vou dar o meu nome, como prometi que ia fazer. Mas não é esse o sentimento que estamos vendo, ou seja, ou estabelecemos uma relação decente, uma relação confiável, sem golpezinhos para cá, sem golpes baixos para acolá, uma relação limpa, realmente fraterna, Senador José Agripino, ou teremos que optar entre ficar com o nosso pessoal ou contra o nosso pessoal, para ajudar o Governo a votar as suas matérias.

O Governo entende, ao contrário, que ter uma relação com a Oposição é uma loucura, é um delírio de “casa grande e senzala”. Ele entende que temos a obrigação de votar isso, porque acredita no nosso patriotismo – e não acredita errado, somos patriotas mesmo –, mas acredita também que devemos votar isso com o Líder falando esses absurdos; devemos votar isso com o quadro de perseguição ao tal caseiro por parte do Coafi; devemos votar isso sem que tenhamos o devido respeito por parte daqueles todos que interagem conosco.

Portanto, digo isso com amargura, Sr. Presidente, porque, mais do que poucos, eu tenho todo o interesse em ver prestigiada a direção de V. Ex<sup>a</sup> sobre o Senado; mais do que muitos, eu gostaria muito de separar as coisas em compartimentos. Uma coisa é a luta política aguerrida, dura, pesada, combativa que se tem de fazer, outra é tocarmos ou não as matérias do País para a frente. Sou a favor de tocarmos as matérias do País para a frente. Mas não é assim que seguramente vêem figuras importantes da nossa Base, figuras importantes que compõem a nossa Bancada e que estão, a essa altura, expondo-nos, a mim e ao Senador José Agripino, a um conflito com essas pes-

soas. Dizem: “Não é hora de vocês serem solidários com o Governo, mas de serem solidários com aqueles que estão sendo perseguidos”.

Essa é uma matéria para uma reunião de Líderes, que V. Ex<sup>a</sup> saberá conduzir muito bem, em que o Governo, depois, prestigie aquilo que os Líderes decidirem para que não tenhamos o desprazer de ver a legitimação de uma lista falsa, como a de Furnas, por uma autoridade parlamentar do peso do Líder do PT. É o que eu não gostaria de ver: críticas, nominando pessoas nossas. Resultado: o Senador Antonio Carlos Magalhães diz “não vou votar”; o outro diz “não vou votar”.

Muito obrigado, Sr. Presidente.

**O SR. NEY SUASSUNA** (PMDB – PB) – Sr. Presidente, peço a palavra, para uma questão de ordem.

**O SR. PRESIDENTE** (Renan Calheiros. PMDB – AL) – Concedo a palavra ao Senador Ney Suassuna.

**O SR. NEY SUASSUNA** (PMDB – PB. Para uma questão de ordem. Sem revisão do orador.) – Sr. Presidente, estamos vendo que não há número. Não podemos suspender a votação e deixá-la para amanhã? Não há número. Vamos fazer cair esta votação. Com toda certeza, o ideal é deixarmos para amanhã.

**O SR. PRESIDENTE** (Renan Calheiros. PMDB – AL) – Já foi anunciada a votação pelo Senador Tião Viana. Vou apenas repetir a votação e, não havendo número, encerrarei a sessão. Não há outro caminho regimental.

Em votação o Projeto de Lei de Conversão nº 2, de 2006, ressalvadas as emendas e os destaques.

**O SR. JOSÉ AGRIPINO** (PFL – RN) – Sr. Presidente, peço a palavra para orientar a Bancada.

**O SR. PRESIDENTE** (Renan Calheiros. PMDB – AL) – Concedo a palavra ao Senador José Agripino para orientar a Bancada.

**O SR. JOSÉ AGRIPINO** (PFL – RN. Para encaminhar a votação. Sem revisão do orador.) – Sr. Presidente, foi feito o acordo, e vou cumpri-lo. Mas a Bancada está completamente liberada e pode votar como quiser. Vamos votar. Votarei a favor, mas a Bancada está completamente liberada para votar como quiser.

**O SR. PRESIDENTE** (Renan Calheiros. PMDB – AL) – As Sr<sup>as</sup> e os Srs. Senadores que o aprovam queiram permanecer sentados.

Aprovado.

**O SR. EFRAIM MORAIS** (PFL – PB) – Sr. Presidente, peço verificação de votação, com o apoio dos Srs. Senadores Antonio Carlos Magalhães, Almeida Lima e João Batista Motta.

**O SR. PRESIDENTE** (Renan Calheiros. PMDB – AL) – O nobre Senador Efraim Morais pede verifi-

cação de votação. Sendo regimental a solicitação, S. Ex<sup>a</sup> será atendido.

Vamos proceder à verificação.

Peço à Secretaria-Geral da Mesa que prepare o painel.

Comunico à Casa que acaba de chegar uma medida provisória que será lida, e que trancará a pauta. Haverá votação apenas na próxima terça-feira.

Sobre a mesa, ofício do 1º Secretário da Câmara dos Deputados que será lido pela Sr<sup>a</sup> 1ª Secretária em exercício, Senadora Serys Slhessarenko.

É lido o seguinte:

OF. Nº 186/06/PS–GSE

Brasília, 21 de março de 2006

Assunto: envio de MPv para apreciação

Senhor Secretário,

Encaminho a Vossa Excelência, a fim de ser submetida à consideração do Senado Federal, a inclusa Medida Provisória nº 277, de 2006, do Poder Executivo, aprovada na Sessão Plenária do dia 16-3-06, que “Abre crédito extraordinário, em favor dos Ministérios da Agricultura, Pecuária e Abastecimento e das Relações Exteriores, no valor de R\$74.564.000,00 (setenta e quatro milhões, quinhentos e sessenta e quatro mil reais), para os fins que especifica”, conforme o disposto no art. 62 da Constituição Federal, com a redação dada pela Emenda Constitucional nº 32, de 2001.

Encaminho, em anexo, o processado da referida Medida Provisória e os autógrafos da matéria aprovada nesta Casa.

Atenciosamente, – Deputado **Inocêncio Oliveira**, Primeiro-Secretário.

**O SR. PRESIDENTE** (Renan Calheiros. PMDB – AL) – Com referência à Medida Provisória nº 277, de 2006, a Presidência comunica ao Plenário que o prazo de 45 dias para apreciação da matéria pelo Congresso Nacional já se encontra esgotado. Uma vez recebida formalmente pelo Senado Federal, nesta data, a proposição passa a sobrestar imediatamente as demais deliberações legislativas desta Casa até que se ulitem suas votações.

Prestados esses esclarecimentos, a Presidência inclui a matéria na pauta da Ordem do Dia de amanhã, dia 22 de março.

É a seguinte a medida recebida:

#### **MEDIDA PROVISÓRIA Nº 277, DE 2006**

**Abre crédito extraordinário, em favor dos Ministérios da Agricultura, Pecuária e Abastecimento e das Relações Exteriores,**

no valor de R\$74.564.000,00 (setenta e quatro milhões, quinhentos e sessenta e quatro mil reais), para os fins que especifica.

O Congresso Nacional decreta:

Art. 1º Fica aberto, em favor dos Ministérios da Agricultura, Pecuária e Abastecimento e das Relações Exteriores, crédito extraordinário no valor de

R\$74.564.000,00 (setenta e quatro milhões, quinhentos e sessenta e quatro mil reais) para atender às programações constantes do Anexo desta Lei.

Art. 2º Os recursos necessários à abertura do crédito de que trata o art. 1º desta lei decorrem da utilização de Recursos Ordinários do Tesouro Nacional.

Art. 3º Esta lei entra em vigor na data de sua publicação.

ORGAO : 22000 - MINISTERIO DA AGRICULTURA, PECUARIA E ABASTECIMENTO  
UNIDADE : 22101 - MINISTERIO DA AGRICULTURA, PECUARIA E ABASTECIMENTO

ANEXO CREDITO EXTRAORDINARIO  
PROGRAMA DE TRABALHO (SUPLEMENTACAO) RECURSOS DE TODAS AS FONTES - R\$ 1, 00

FUNC	PROGRAMATICA	PROGRAMA/ACAO/SUBTITULO/PRODUTO	E S N F	G R P D	M O D	I U	F T E	VALOR
<b>0359 DESENVOLVIMENTO DA BOVIDEOCULTURA</b>								<b>16.500.000</b>
OPERACOES ESPECIAIS								
20 244	0359 0B26	APOIO A POPULACAO RESIDENTE EM AREAS AFETADAS PELA FEBRE AFTOSA (CREDITO EXTRAORDINARIO)						4.500.000
20 244	0359 0B26 0001	APOIO A POPULACAO RESIDENTE EM AREAS AFETADAS PELA FEBRE AFTOSA (CREDITO EXTRAORDINARIO) - NACIONAL	F	3	2	90	0 100	4.500.000
ATIVIDADES								
20 604	0359 4842	ERRADICACAO DA FEBRE AFTOSA						12.000.000
20 604	0359 4842 0101	ERRADICACAO DA FEBRE AFTOSA - NACIONAL (CREDITO EXTRAORDINARIO)	F	3	2	90	0 100	12.000.000
<b>TOTAL - FISCAL</b>								<b>16.500.000</b>
<b>TOTAL - SEGURIDADE</b>								<b>0</b>
<b>TOTAL - GERAL</b>								<b>16.500.000</b>

ORGAO : 35000 - MINISTERIO DAS RELACOES EXTERIORES  
UNIDADE : 35101 - MINISTERIO DAS RELACOES EXTERIORES

ANEXO CREDITO EXTRAORDINARIO  
PROGRAMA DE TRABALHO (SUPLEMENTACAO) RECURSOS DE TODAS AS FONTES - R\$ 1, 00

FUNC	PROGRAMATICA	PROGRAMA/ACAO/SUBTITULO/PRODUTO	E S N F	G R P D	M O D	I U	F T E	VALOR
<b>0681 GESTAO DA PARTICIPACAO EM ORGANISMOS INTERNACIONAIS</b>								<b>58.064.000</b>
OPERACOES ESPECIAIS								
07 212	0681 0074	CONTRIBUICAO A ORGANIZACAO DAS NACOES UNIDAS PARA A ALIMENTACAO E AGRICULTURA - FAO						58.064.000
07 212	0681 0074 0103	CONTRIBUICAO A ORGANIZACAO DAS NACOES UNIDAS PARA A ALIMENTACAO E AGRICULTURA - FAO - NACIONAL (CREDITO EXTRAORDINARIO)	F	3	2	80	0 100	58.064.000
<b>TOTAL - FISCAL</b>								<b>58.064.000</b>
<b>TOTAL - SEGURIDADE</b>								<b>0</b>
<b>TOTAL - GERAL</b>								<b>58.064.000</b>

**MEDIDA PROVISÓRIA ORIGINAL Nº 277, DE 2006**

**Abre crédito extraordinário, em favor dos Ministérios da Agricultura, Pecuária e Abastecimento e das Relações Exteriores, no valor de R\$ 74.564.000,00, para os fins que especifica.**

O Presidente da República, no uso da atribuição que lhe confere o art. 62, combinado com o § 3º do art. 167, da Constituição, adota a seguinte Medida Provisória, com força de lei:

Art. 1º Fica aberto, em favor dos Ministérios da Agricultura, Pecuária e Abastecimento e das Rela-

ções Exteriores, crédito extraordinário no valor de R\$ 74.564.000,00 (setenta e quatro milhões, quinhentos e sessenta e quatro mil reais), para atender às programações constantes do Anexo desta Medida Provisória.

Art. 2º Os recursos necessários à abertura do crédito de que trata o art. 1º decorrem da utilização de Recursos Ordinários do Tesouro Nacional.

Art. 3º Esta Medida Provisória entra em vigor na data de sua publicação.

Brasília, 18 de janeiro de 2006; 185º da Independência e 118º da República. – **Luiz Inácio Lula da Silva**, Referendado eletronicamente por **Paulo Bernardo Silva**.

ORGAO : 22000 - MINISTERIO DA AGRICULTURA, PECUARIA E ABASTECIMENTO  
UNIDADE : 22101 - MINISTERIO DA AGRICULTURA, PECUARIA E ABASTECIMENTO

ANEXO			CREDITO EXTRAORDINARIO						
PROGRAMA DE TRABALHO (SUPLEMENTACAO)			RECURSOS DE TODAS AS FONTES - R\$ 1, 00						
FUNC	PROGRAMATICA	PROGRAMA/ACAO/SUBTITULO/PRODUTO	E S F	G M D	R P	M O D	I U	F T E	VALOR
		<b>0359 DESENVOLVIMENTO DA BOVIDEOCULTURA</b>							<b>16.500.000</b>
		<b>OPERACOES ESPECIAIS</b>							
20 244	0359 0826	APOIO A POPULACAO RESIDENTE EM AREAS AFETADAS PELA FEBRE AFTOSA (CREDITO EXTRAORDINARIO)							4.500.000
20 244	0359 0826 0001	APOIO A POPULACAO RESIDENTE EM AREAS AFETADAS PELA FEBRE AFTOSA (CREDITO EXTRAORDINARIO) - NACIONAL	F	3	2	90	0	100	4.500.000
		<b>ATIVIDADES</b>							
20 604	0359 4842	ERRADICACAO DA FEBRE AFTOSA							12.000.000
20 604	0359 4842 0101	ERRADICACAO DA FEBRE AFTOSA - NACIONAL (CREDITO EXTRAORDINARIO)	F	3	2	90	0	100	12.000.000
		<b>TOTAL - FISCAL</b>							<b>16.500.000</b>
		<b>TOTAL - SEGURIDADE</b>							<b>0</b>
		<b>TOTAL - GERAL</b>							<b>16.500.000</b>

ORGAO : 35000 - MINISTERIO DAS RELACOES EXTERIORES  
UNIDADE : 35101 - MINISTERIO DAS RELACOES EXTERIORES

ANEXO			CREDITO EXTRAORDINARIO						
PROGRAMA DE TRABALHO (SUPLEMENTACAO)			RECURSOS DE TODAS AS FONTES - R\$ 1, 00						
FUNC	PROGRAMATICA	PROGRAMA/ACAO/SUBTITULO/PRODUTO	E S F	G M D	R P	M O D	I U	F T E	VALOR
		<b>0681 GESTAO DA PARTICIPACAO EM ORGANISMOS INTERNACIONAIS</b>							<b>58.064.000</b>
		<b>OPERACOES ESPECIAIS</b>							
07 212	0681 0074	CONTRIBUICAO A ORGANIZACAO DAS NACOES UNIDAS PARA A ALIMENTACAO E AGRICULTURA - FAO							58.064.000
07 212	0681 0074 0103	CONTRIBUICAO A ORGANIZACAO DAS NACOES UNIDAS PARA A ALIMENTACAO E AGRICULTURA - FAO - NACIONAL (CREDITO EXTRAORDINARIO)	F	3	2	80	0	100	58.064.000
		<b>TOTAL - FISCAL</b>							<b>58.064.000</b>
		<b>TOTAL - SEGURIDADE</b>							<b>0</b>
		<b>TOTAL - GERAL</b>							<b>58.064.000</b>

**MENSAGEM Nº 31, DE 2006**

Senhores Membros do Congresso Nacional,

Nos termos do art. 62 da Constituição, submeto à elevada deliberação de Vossas Excelências o texto da Medida Provisória nº 277, de 18 de janeiro de 2006, que “Abre crédito extraordinário, em favor dos Ministérios da Agricultura, Pecuária e Abastecimento e das Relações Exteriores, no valor de R\$74.564.000,00, para os fins que especifica”.

Brasília, 18 de Janeiro de 2006. – **Luiz Inácio Lula da Silva.**

EM Nº 5/2006/MP

Brasília, 17 de janeiro de 2006

Excelentíssimo Senhor Presidente da República,

1. Dirijo-me a Vossa Excelência para apresentar proposta de Medida Provisória que abre crédito extraordinário, no valor global de R\$74.564.000,00 (setenta e quatro milhões, quinhentos e sessenta e quatro mil reais), em favor dos Ministérios da Agricultura, Pecuária e Abastecimento e das Relações Exteriores, conforme abaixo detalhado:

R\$ 1,00

Órgão/Unidade Orçamentária	Valor
Ministério da Agricultura, Pecuária e Abastecimento	
Ministério da Agricultura, Pecuária e Abastecimento (Adm. direta)...	16.500.000
Ministério das Relações Exteriores	
Ministério das Relações Exteriores (Adm. Direta).....	58.064.000
Total.....	74.564.000

2. Em relação ao Ministério da Agricultura, Pecuária e Abastecimento, os recursos solicitados destinam-se a atender ações de combate e erradicação da febre aftosa no Território Nacional, em especial nos Estados do Mato Grosso do Sul e do Paraná, mediante a intensificação da vigilância fitozoosanitária em áreas de fronteira, com vistas a impedir o ingresso no Brasil de animais e produtos que possam ser vetores dessa doença; a eliminar espécimes infectados; e, a indenizar dos proprietários que tiveram seus animais sacrificados. Os recursos também atenderão ações de apoio às famílias rurais afetadas pela perda dos rebanhos ou pela proibição de venda de seus produtos, em função das medidas adotadas com o objetivo de controlar essa doença.

3. No que tange ao Ministério das Relações Exteriores, a aprovação da proposição possibilitará o – pagamento da dívida do Brasil junto à Organização

das Nações Unidas para a Alimentação e a Agricultura – FAO.

4. A justificativa da urgência e relevância da matéria se dá conforme segue:

I) no caso do Ministério da Agricultura, Pecuária e Abastecimento, pela imprevisibilidade dos fatos que deram origem à presente solicitação de crédito, cujo não atendimento poderá gerar graves conseqüências, como a perda definitiva de mercado internacional, o que provocaria uma drástica redução nas exportações de produtos de origem animal e intensificaria os efeitos negativos sobre a economia dos Estados do Mato Grosso do Sul e do Paraná, bem como sobre as pessoas dependentes da atividade agropecuária;

II) no tocante ao Ministério das Relações Exteriores, pelo fato de o Brasil, como um dos 51 países fundadores da Organização das Nações Unidas – ONU, exercer papel primordial na FAO, entidade da qual é um dos mais importantes contribuintes e o mais notável entre os países em desenvolvimento. Nesse sentido, a existência de passivo em suas contribuições pode oferecer sérios comprometimentos à sua atuação tanto no âmbito da FAO, especificamente, quanto em todo o Sistema das Nações Unidas.

5. O presente crédito será atendido com Recursos Ordinários do Tesouro Nacional e está em conformidade com o disposto no art. 62, combinado com o § 3º do art. 167, ambos da Constituição.

6. Nessas condições, e tendo em vista a urgência e relevância da matéria, submeto à consideração de Vossa Excelência, em anexo, a proposta de Medida Provisória.

Respeitosamente, – **Paulo Bernardo Silva.**

OF. nº 186/06/PS-GSE

Brasília, 21 de março de 2006

A Sua Excelência o Senhor  
Senador Efraim Morais  
Primeiro-Secretário do Senado Federal  
Nesta  
Assunto: envio de MPv para apreciação

Senhor Secretário,

Encaminho a Vossa Excelência, a fim de ser submetida à consideração do Senado Federal, a inclusa Medida Provisória nº 277, de 2006, do Poder Executivo, aprovada na Sessão Plenária do dia 16-3-06, que “Abre credito extraordinário, em favor dos Ministérios da Agricultura, Pecuária e Abastecimento e das Rela-

ções Exteriores, no valor de R\$74.564.000,00 (setenta e quatro milhões, quinhentos e sessenta e quatro mil reais), para os fins que especifica”, conforme o disposto no art. 62 da Constituição Federal, com redação dada pela Emenda Constitucional nº 32, de 2001

2 – Encaminhado, em anexo, o processado da referida Medida Provisória e os autógrafos da matéria aprovada nesta Casa.

Atenciosamente, – Deputado **Inocêncio Oliveira**,  
Primeiro-Secretário.

<b>MPV Nº 277</b>	
Publicação no DO	19-1-2006
Emendas	até 25-1-2006 (7º dia da publicação)
Prazo final na Comissão	19-1-2006 a 1-2-2006 (14º dia)
Remessa do Processo à CD	1-2-2006
Prazo na CD	de 2-2-2006 a 15-2-2006 (15º ao 28º dia)
Recebimento previsto no SF	15-2-2006
Prazo no SF	16-2-2006 a 1-3-2006 (42º dia)
Se modificado, devolução à CD	1-3-2006
Prazo para apreciação das modificações do SF, pela CD	2-3-2006 a 4-3-2006 (43º ao 45º dia)
Regime de urgência, obstruindo a pauta a partir de	5-3-2006 (46º dia)
Prazo final no Congresso	19-3-2006 (60 dias)
Prazo prorrogado	18-5-2006(*)
(*)Prazo prorrogado pelo Ato do Presidente do Congresso Nacional nº 11, de 2006 – DO de 10-3-2006 Ret. no DO de 13-3-2006	

<b>MPV Nº 277</b>	
<b>Votação na Câmara dos Deputados</b>	<b>16-3-2006</b>
<b>Leitura no Senado Federal</b>	
<b>Votação no Senado Federal</b>	



## COMISSÃO MISTA DE PLANOS, ORÇAMENTOS PÚBLICOS E FISCALIZAÇÃO

### EMENDAS APRESENTADAS PERANTE A COMISSÃO MISTA

<b>CONGRESSISTAS</b>	<b>EMENDAS N°S</b>
ANIVALDO VALE	00001 e 00002
ANTONIO CARLOS MENDES THAME	00003
EDUARDO CUNHA	00024
FLEXA RIBEIRO	00006 e 00007
FRANCISCO RODRIGUES	00030 a 00032
GERALDO RESENDE	00033 a 00035
JOSÉ DIVINO	00008 a 00012
LUIZ BITTENCOURT	00020
LUIZ CARREIRA	00021
NELSON MEURER	00022
PEDRO CHAVES	00023
PEDRO NOVAIS	00013 a 00015
RICARDO BARROS	00037
ROMERO JUCÁ	00025
ROSE DE FREITAS	00026 a 00029
WILSON SANTIAGO	00016 a 00019, 00036
ZÉ GERARDO	00004 e 00005

**Total de Emendas: 37**

## COMISSÃO MISTA DE PLANOS, ORÇAMENTOS PÚBLICOS E FISCALIZAÇÃO

EMENDA A MEDIDAS PROVISÓRIAS  
CRÉDITO EXTRAORDINÁRIOEMENDA - 00007  
MPV 277/2006

INSTRUÇÕES NO VERSO	MEDIDAS PROVISÓRIAS MPnº 277/2006	1 DE 1
---------------------	--------------------------------------	--------

## TEXTO

Acrescentar a proposta de Medida Provisória nº 277/2006-CN, Crédito Extraordinário - Programa de Trabalho do Ministério da Agricultura – Unidade Orçamentária 22101, no programa 0359 – Desenvolvimento da Bovideocultura, o seguinte subtítulo:

**Acrescentar:**

UO: 22101 – Ministério da Agricultura, Pecuária e Abastecimento

Programa: 0359 – Desenvolvimento da Bovideocultura

Funcional Programática: 20.604.0359.4842.XXXX

Subtítulo: Erradicação da Febre Aftosa – no Estado do Pará (Crédito Extraordinário)

GND: 3 / Modalidade de Aplicação: 90 / Fonte: 100 / Valor: R\$ 10.000.000,00

**Cancelar:**

UO: 22101 – Ministério da Agricultura, Pecuária e Abastecimento

Programa: 0359 – Desenvolvimento da Bovideocultura

Funcional Programática: 20.604.0359.4842.0101

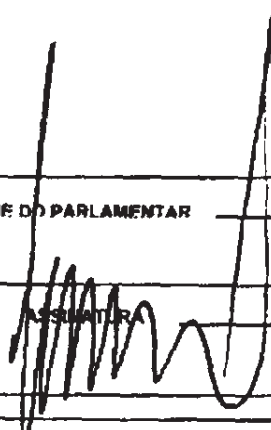
Subtítulo: Erradicação da Febre Aftosa – Nacional (Crédito Extraordinário)

GND: 3 / Modalidade de Aplicação: 90 / Fonte: 100 / Valor: R\$ 10.000.000,00

## JUSTIFICAÇÃO

Erradicar a febre aftosa no Estado Paraense, oferecendo condições para elevar a performance dos rebanhos bovinos e bubalinos mediante a redução da incidência de doenças e o aprimoramento das aptidões das suas funções produtivas e reprodutivas.

A presente emenda tem por objetivo beneficiar os criadores de gado de leite e de corte e as indústrias do ramo de laticínios e de frigoríficos, proporcionando competitividade no mercado nacional e internacional de produtos de boa procedência e de alta qualidade.

CÓDIGO 3123-1	NOME DO PARLAMENTAR ANIVALDO VALE	UF PA	PARTIDO PSDB
DATA 19/01/06	ASSINATURA 		

ES  
EG  
CRAN  
PA

# EMENDA A MEDIDAS PROVISÓRIAS CRÉDITO EXTRAORDINÁRIO

EMENDA - 00002

277/2006

INSTRUÇÕES NO VERSO	MEDIDAS PROVISÓRIAS MPnº 277/2006	PÁGINA 1 DE 1
---------------------	--------------------------------------	------------------

## TEXTO

Acrescentar a proposta de Medida Provisória nº 277/2006-CN, Crédito Extraordinário - Programa de Trabalho do Ministério da Agricultura – Unidade Orçamentária 22101, no programa 0359 – Desenvolvimento da Bovideocultura, o seguinte subtítulo:

**Acrescentar:**

UO: 22101 – Ministério da Agricultura, Pecuária e Abastecimento

Programa: 0359 – Desenvolvimento da Bovideocultura

Funcional Programática: 20.244.0359.0B26.XXXX

Subtítulo: Apoio a População Residente em Áreas Afetadas Pela Febre Aftosa (Crédito Extraordinário) – no Estado do Pará

GND: 3 / Modalidade de Aplicação: 90 / Fonte: 100 / Valor: R\$ 10.000.000,00

**Cancelar:**

UO: 22101 – Ministério da Agricultura, Pecuária e Abastecimento

Programa: 0359 – Desenvolvimento da Bovideocultura

Funcional Programática: 20.604.0359.4842.0101

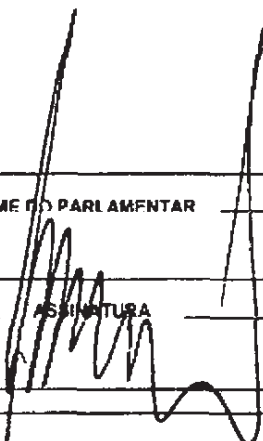
Subtítulo: Erradicação da Febre Aftosa – Nacional (Crédito Extraordinário)

GND: 3 / Modalidade de Aplicação: 90 / Fonte: 100 / Valor: R\$ 10.000.000,00

## JUSTIFICAÇÃO

Erradicar a febre aftosa no Estado Paraense, oferecendo condições para elevar a performance dos rebanhos bovinos e bubalinos mediante a redução da incidência de doenças e o aprimoramento das aptidões das suas funções produtivas e reprodutivas.

A presente emenda tem por objetivo beneficiar os criadores de gado de leite e de corte e as indústrias do ramo de laticínios e de frigoríficos, proporcionando competitividade no mercado nacional e internacional de produtos de boa procedência e de alta qualidade.

CÓDIGO 3123-1	NOME DO PARLAMENTAR ANIVALDO VALE	UF PA	PARTIDO PSDB
DATA 19/01/06	ASSINATURA 		

# EMENDA A MEDIDAS PROVISÓRIAS CRÉDITO EXTRAORDINÁRIO – EMENDA MODIFICATIVA Á MP 277 DE 2006

EMENDA - 00003

MPV 277/2006

INSTRUÇÕES NO VERSO

MEDIDAS PROVISÓRIAS NÚMERO

PÁGINA

MEDIDA PROVISÓRIA Nº 277, DE 18/01/2006

DE

TEXTO

Eleve-se a dotação proposta no Anexo à MP para a ação "0259 4842 0101 – ERRADICAÇÃO DA FEBRE AFTOSA – NACIONAL (CRÉDITO EXTRAORDINÁRIO)" para R\$ 70.064.000,00 (Setenta milhões e sessenta e quatro mil reais) mediante redução em valor correspondente da dotação proposta para a ação "0681 0074 0103 – CONTRIBUIÇÃO A ORGANIZAÇÃO DAS NAÇÕES UNIDAS PARA A ALIMENTAÇÃO E AGRICULTURA – FAO – NACIONAL (CRÉDITO EXTRAORDINÁRIO)."

## JUSTIFICAÇÃO

Na forma do art. 62 da Constituição Federal, o Presidente da República, em caso de relevância e urgência, poderá adotar medidas provisórias, com força de lei, devendo submetê-las de imediato ao Congresso Nacional. E, ainda, o art. 167, § 3º prevê que "a abertura de crédito extraordinário somente será admitida para atender a despesas imprevisíveis e urgentes, como as decorrentes de guerra, comoção ou a calamidade pública, observado o disposto no art. 62." No caso específico, desta Medida Provisória, verifica-se que a ação "0681 0074 0103 – CONTRIBUIÇÃO A ORGANIZAÇÃO DAS NAÇÕES UNIDAS PARA A ALIMENTAÇÃO E AGRICULTURA – FAO – NACIONAL (CRÉDITO EXTRAORDINÁRIO) é previsível e consta do Projeto da Lei Orçamentária Anual da União para 2006 (ainda não aprovado). Para adequar a MP aos pressupostos de urgência, relevância e imprevisibilidade e considerando que a ERRADICAÇÃO DA FEBRE AFTOSA é uma ação que deve ser encetada imediatamente, estamos propondo a presente Emenda Modificativa, que assegurará um volume adequado de recursos para o combate a aftosa em todos os seus níveis. Cabe salientar que, caso haja necessidade de suplementação de recursos para ação "0681 0074 0103 – CONTRIBUIÇÃO A ORGANIZAÇÃO DAS NAÇÕES UNIDAS PARA A ALIMENTAÇÃO E AGRICULTURA – FAO", esta deverá ser proposta por Projeto de Lei de Crédito Suplementar a ser encaminhado ao Congresso Nacional, tão logo seja sancionada a LOA/2006.

CÓDIGO

NOME DO PARLAMENTAR

UF

PARTIDO

332

Dep. Antonio Carlos Mendes Thame

SP

PSDB

DATA

ASSINATURA

# EMENDA A MEDIDAS PROVISÓRIAS CRÉDITO EXTRAORDINÁRIO

EMENDA - 00004  
MPV 277/2005

MEDIDAS PROVISÓRIAS NÚMERO

INSTRUÇÕES NO VERSO

MPV 277/2005

PÁGINA  
01 DE 01

TEXT0

**ADICIONAR:**

Órgão: 22000 Ministério da Agricultura, Pecuária e Abastecimento  
Unidade: 22101 - Ministério da Agricultura, Pecuária e Abastecimento  
20.606.6003.005A.XXXX - Apoio a projetos de Desenvolvimento do Setor Agropecuário no município de Caucaia - Estado do Ceará  
GND: 4  
Modalidade: 40  
Valor: R\$ 10.000.000,00

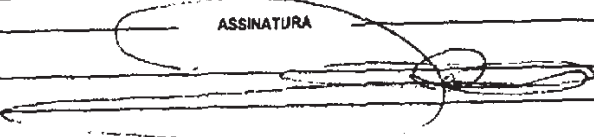
**CANCELAR:**

Órgão: 22000 Ministério da Agricultura, Pecuária e Abastecimento  
Unidade: 22101 - Ministério da Agricultura, Pecuária e Abastecimento  
20.0359.4842.0101.604 - Erradicação da Febre Aftosa - Nacional ( Crédito Extraordinário ).  
GND: 3  
Modalidade: 90  
Valor: R\$ 10.000.000,00

JUSTIFICAÇÃO

Viabilizar implantação de projetos de desenvolvimento agropecuário no município de Caucaia/ Estado do Ceará.

CÓDIGO	NOME DO PARLAMENTAR	UF	PARTIDO
	Zé Gerardo	CE	PMDB

DATA	ASSINATURA
23/01/05	

# EMENDA A MEDIDAS PROVISÓRIAS CRÉDITO EXTRAORDINÁRIO

EMENDA - 00005

MPV 277/2006

INSTRUÇÕES NO VERSO	MEDIDAS PROVISÓRIAS NÚMERO <b>MPV 277/2005</b>	PÁGINA <b>01 de 01</b>
---------------------	---	---------------------------

## TEXTO

**ADICIONAR:**

Órgão: 22000 Ministério da Agricultura, Pecuária e Abastecimento

Unidade: 22101 – Ministério da Agricultura, Pecuária e Abastecimento

20.606.6003.005A.XXXX – Apoio a projetos de Desenvolvimento do Setor Agropecuário em municípios do Estado do Ceará.

GND: 4

Modalidade: 40

Valor: R\$ 10.000.000,00

**CANCELAR:**

Órgão: 22000 Ministério da Agricultura, Pecuária e Abastecimento

Unidade: 22101 – Ministério da Agricultura, Pecuária e Abastecimento

20.0359.4842.0101.604 – Erradicação da Febre Aftosa – Nacional ( Crédito Extraordinário ).


GND: 3

Modalidade: 90

Valor: R\$ 10.000.000,00

## JUSTIFICAÇÃO

Viabilizar implantação de projetos de desenvolvimento agropecuário em municípios do Estado do Ceará, a saber: Apuiarés, Barreira, Canindé, Choró, Granjeiro, Guaramiranga, Monsenhor Tabosa, Morrinhos, Ocara, Pacoti, Paraipaba, Pedra Branca, Pindoretama, Potengi, Potiretama, São Benedito.

CÓDIGO	NOME DO PARLAMENTAR Zé Gerardo	UF CE	PARTIDO PMDB
DATA 23/01/05	ASSINATURA 		

EMENDA - 00006

MPV 277/2006

## EMENDA A MEDIDAS PROVISÓRIAS CRÉDITO EXTRAORDINÁRIO

MEDIDAS PROVISÓRIAS Nº

INSTRUÇÕES NO VERSO

MP Nº 277, DE 18 DE Janeiro DE 2006.

01 DE 01

TEXTO

### Acréscimo

Órgão – 22000 - Ministério da Agricultura, Pecuária e Abastecimento.

UO – 22101– Ministério da Agricultura, Pecuária e Abastecimento.

Funcional Programática – 20.244.0359.0B26.xxxx.

Apoio à população residente em áreas afetadas pela febre Aftosa no estado do Pará – Estado do Pará.

Valor: R\$ 2.500.000,00(Dois milhões e Quinhentos mil reais).

### Cancelamento

Órgão – 22000 - Ministério da Agricultura, Pecuária e Abastecimento.

UO – 22101– Ministério da Agricultura, Pecuária e Abastecimento.

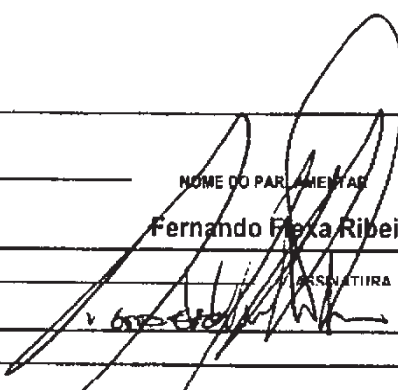
Funcional Programática – 20.244.0359.0B26.0001.

Apoio à população residente em áreas afetadas pela febre Aftosa – Nacional.

Valor: R\$ 2.500.000,00(Dois milhões e Quinhentos mil reais).

JUSTIFICAÇÃO

Dar apoio financeiro à população residente em áreas afetadas com febre aftosa no Estado do Pará em prol da melhoria de vida.

CÓDIGO	NOME DO PARLAMENTAR Fernando Flexa Ribeiro	UF PA	PARTIDO PSDB
DATA	ASSINATURA 		

MEDIDAS PROVISÓRIAS – CRÉDITO EXTRAORDINÁRIO

# EMENDA A MEDIDAS PROVISÓRIAS CRÉDITO EXTRAORDINÁRIO

EMENDA - 00007  
17/127.11.000

MEDIDAS PROVISÓRIAS NÚMERO

INSTRUÇÕES NO VERSO

MP Nº 277, DE 18 DE Janeiro DE 2006.

01 DE 01

TEXTO

## Acréscimo

Órgão - 22000 - Ministério da Agricultura, Pecuária e Abastecimento.

UO - 22101 - Ministério da Agricultura, Pecuária e Abastecimento.

Funcional Programática - 20.604.0359.4842.xxxx.

Erradicação da Febre Aftosa no estado do Pará - Estado do Pará.

Valor: R\$ 5.500.000,00(Cinco milhões e Quinhentos mil reais).

## Cancelamento

Órgão - 22000 - Ministério da Agricultura, Pecuária e Abastecimento.

UO - 22101 - Ministério da Agricultura, Pecuária e Abastecimento.

Funcional Programática - 20.604.0359.4842.0101.

Erradicação da Febre Aftosa - Nacional.

Valor: R\$ 5.500.000,00(Cinco milhões e Quinhentos mil reais).

JUSTIFICAÇÃO

Possibilitar a erradicação da febre aftosa no Estado do Pará.

CÓDIGO	NOME DO PARLAMENTAR Fernando Fietz Ribeiro	UF PA	PARTIDO PSDB
DATA	SIGNATURA 		

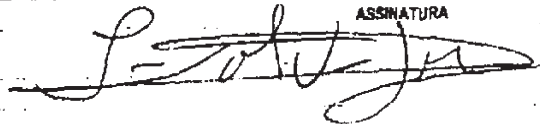
MEDIDAS PROVISÓRIAS - CRÉDITO EXTRAORDINÁRIO



# EMENDA A MEDIDAS PROVISÓRIAS CRÉDITO EXTRAORDINÁRIO

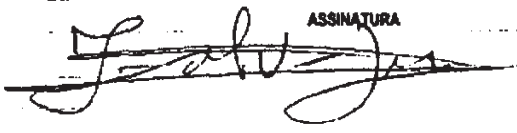
EMENDA - 00008

17/03/2006

INSTRUÇÕES NO VERSO	MEDIDAS PROVISÓRIAS NÚMER.	PÁGINA
	MP - 277-2006	01DE01
TEXTO		
<p>INCLUIR ONDE COUBER NA MEDIDA PROVISÓRIA Nº 277/2006 - CONSTRUÇÃO DE ESTRADAS VICINAIS EM MUNICÍPIOS DO ESTADO DO RIO DE JANEIRO, NO VALOR DE R\$ 3.000.000,00 (TRES MILHÕES DEREAIS).</p> <p>CANCELAMENTO:            ÓRGÃO: 22000            UNIDADE: 22101            FUNCIONAL PROGRAMÁTICA: 20.604.0359.4842.0101            MODALIDADE DE APLICAÇÃO: 40            VALOR R\$ 3.000.000,00            GND:4</p>		
JUSTIFICAÇÃO		
<p>PRETENDO AO APRESENTAR ESTA EMENDA, DOTAR VÁRIOS MUNICÍPIOS DO ESTADO DO RIO DEJANEIRO, DE RECURSOS FINANCEIROS PARA OBRAS DE CONSTRUÇÃO DE ESTRADAS VICINAIS.</p>		
CÓDIGO	NOME DO PARLAMENTAR	UF
	DEPUTADO JOSÉ DIVINO	RJ
DATA	ASSINATURA	PARTIDO
24/01/2006		PRB

# EMENDA A MEDIDAS PROVISÓRIAS CRÉDITO EXTRAORDINÁRIO

EMENDA - 00009  
MPV 277/2006

INSTRUÇÕES NO VERSO	MEDIDAS PROVISÓRIAS NÚM MP - 277-2006	PÁGINA 01 DE 01
TEXTO		
<p>INCLUIR ONDE COUBER NA MEDIDA PROVISÓRIA Nº 277/2006 – APOIO A POPULAÇÃO RESIDENTE EM ÁREAS AFETADAS PELA FEBRE AFITOSA EM MUNICÍPIOS DO ESTADO DO RIO DE JANEIRO, NO VALOR DE R\$ 3.000.000,00 (TRES MILHÕES DEREAIS).</p> <p>CANCELAMENTO:            ÓRGÃO: 22000            UNIDADE: 22101            FUNCIONAL PROGRAMÁTICA: 20.604.0359.4842.0101            MODALIDADE DE APLICAÇÃO: 40            VALOR R\$ 3.000.000,00            GND:3</p>		
JUSTIFICAÇÃO		
<p>PRETENDO AO APRESENTAR ESTA EMENDA, DOTAR VÁRIOS MUNICÍPIOS DO ESTADO DO RIO DE JANEIRO, DE RECURSOS FINANCEIROS PARA OBRAS DE CONSTRUÇÃO DE MATADOUROS MUNICIPAIS.</p>		
CÓDIGO	NOME DO PARLAMENTAR DEPUTADO JOSÉ DIVINO	UF RJ      PARTIDO PRB
DATA 24/01/2006	ASSINATURA 	

# EMENDA A MEDIDAS PROVISÓRIAS CRÉDITO EXTRAORDINÁRIO

EMENDA - 00010  
MPV 277/2006

MEDIDAS PROVISÓRIAS NÚMER

INSTRUÇÕES NO VERSO

MP - 277-2006

01DE01

TEXTO

INCLUIR ONDE COUBER NA MEDIDA PROVISÓRIA Nº 277/2006 -  
CONSTRUÇÃO DE MATADOUROS EM MUNICÍPIOS DO ESTADO DO RIO DE  
JANEIRO, NO VALOR DE R\$ 3.000.000,00 (TRES MILHÕES DEREAIS).

CANCELAMENTO:

ÓRGÃO: 22000

UNIDADE: 22101

FUNCIONAL PROGRAMATICA: 20.604.0359.4842.0101

MODALIDADE DE APLICAÇÃO: 40

VALOR R\$ 3.000.000,00

GND:4

JUSTIFICAÇÃO

PRETENDO AO APRESENTAR ESTA EMENDA, DOTAR VÁRIOS MUNICÍPIOS DO ESTADO DO RIO  
DEJANEIRO, DE RECURSOS FINANCEIROS PARA OBRAS DE CONSTRUÇÃO DE MATADOUROS  
MUNICIPAIS.

CÓDIGO

NOME DO PARLAMENTAR

UF

PARTIDO

DEPUTADO JOSÉ DIVINO

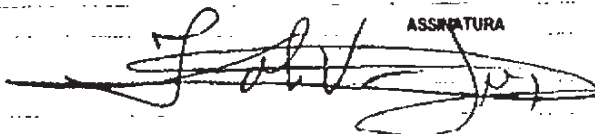
RJ

PRB

DATA

ASSINATURA

24/01/2006



# EMENDA A MEDIDAS PROVISÓRIAS CRÉDITO EXTRAORDINÁRIO

EMENDA - 00011  
MPV 277/2006

INSTRUÇÕES NO VERSO	MEDIDAS PROVISÓRIAS NÚM	PÁGINA
	MP - 277-2006	01DE01
TEXTO		

**INCLUIR ONDE COUBER NA MEDIDA PROVISÓRIA Nº 277/2006 – AQUISIÇÃO DE PATRULHA MECANIZADA, EM MUNICÍPIOS DO ESTADO DO RIO DE JANEIRO, NO VALOR DE R\$ 3.000.000,00 (TRES MILHÕES DEREAIS).**

**CANCELAMENTO:**

**ÓRGÃO: 22000**

**UNIDADE: 22101**

**FUNCIONAL PROGRAMÁTICA: 20.604.0359.4842.0101**

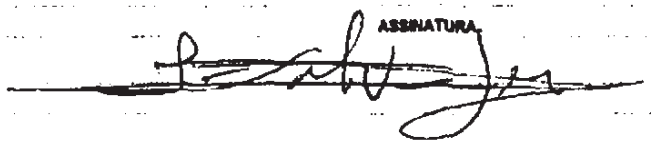
**MODALIDADE DE APLICAÇÃO: 40**

**VALOR R\$ 3.000.000,00**

**GND:4**

### JUSTIFICAÇÃO

**PRETENDO AO APRESENTAR ESTA EMENDA, DOTAR VÁRIOS MUNICÍPIOS DO ESTADO DO RIO DE JANEIRO, DE RECURSOS FINANCEIROS PARA AQUISIÇÃO DE PATRULHA MECANIZADA.**

CÓDIGO	NOME DO PARLAMENTAR	UF	PARTIDO
	DEPUTADO JOSÉ DIVINO	RJ	PRB
DATA <b>24/01/2006</b>	ASSINATURA 		

# EMENDA A MEDIDAS PROVISÓRIAS CRÉDITO EXTRAORDINÁRIO

EMENDA - 00012  
MPV 277/2006

INSTRUÇÕES NO VERSO	MEDIDAS PROVISÓRIAS NÚMI MP - 277-2006	01DE01
TEXTO		

INCLUIR ONDE COUBER NA MEDIDA PROVISÓRIA Nº 277/2006 -  
CONSTRUÇÃO DE ENERGIZAÇÃO RURAL, EM MUNICÍPIOS DO ESTADO DO  
RIO DE JANEIRO, NO VALOR DE R\$ 3.000.000,00 (TRES MILHÕES DEREAIS).

CANCELAMENTO:

ÓRGÃO: 22000

UNIDADE: 22101

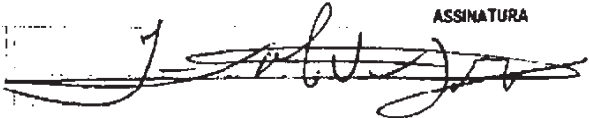
FUNCIONAL PROGRAMÁTICA: 20.604.0359.4842.0101

MODALIDADE DE APLICAÇÃO: 40

VALOR R\$ 3.000.000,00

## JUSTIFICAÇÃO

PRETENDO AO APRESENTAR ESTA EMENDA, DOTAR VÁRIOS MUNICÍPIOS DO ESTADO DO RIO  
DEJANEIRO, DE RECURSOS FINANCEIROS PARA OBRAS DE CONSTRUÇÃO DE ENERGIZAÇÃO RURAL.

CÓDIGO	NOME DO PARLAMENTAR DEPUTADO JOSÉ DIVINO	UF RJ	PARTIDO PRB
DATA 24/01/2006	ASSINATURA 		

# EMENDA A MEDIDAS PROVISÓRIAS CRÉDITO EXTRAORDINÁRIO

EMENDA - 00013

Mensagem 004/2006-CN

MPV 277/2006

INSTRUÇÕES NO VERSO

MP 277 de 2006

01/01/06

**Suplementar:**

22000 – Ministério da Agricultura Pecuária e Abastecimento

22101 – Ministério da Agricultura Pecuária e Abastecimento

20.606.6003.005A.0386 – Apoio a Projetos de Desenvolvimento do Setor Agropecuário – Construção de Abatedouro Matadouro em Municípios do Estado do Maranhão

Valor: R\$ 5.000.000,00

GND: 4

MD: 40

**Cancelar:**

22000 – Ministério da Agricultura Pecuária e Abastecimento

22101 – Ministério da Agricultura Pecuária e Abastecimento

20.604.0359.4842.0101 – Erradicação da Febre Aftosa Nacional

Valor: R\$ 5.000.000,00

GND: 3

MD: 90

Possibilitar os municípios do Maranhão de melhores condições do setor agropecuário.

1649-7

Deputado Pedro Novais

MA

PMDB

24/01/2006



# EMENDA A MEDIDAS PROVISÓRIAS CRÉDITO EXTRAORDINÁRIO

**EMENDA - 00014**  
Mensagem 004/2006-CN  
MPV 277/2006

INSTRUÇÕES NO VERSO

MP 277 de 2006

01/01/06

**Suplementar:**

22000 – Ministério da Agricultura Pecuária e Abastecimento

22101 – Ministério da Agricultura Pecuária e Abastecimento

20.606.6003.109D.XXXX – Mecanização Agrícola – Aquisição de Patrulha Mecanizada em Municípios do Estado do Maranhão

Valor: R\$ 5.000.000,00

GND: 4

MD: 40

**Cancelar:**

22000 – Ministério da Agricultura Pecuária e Abastecimento

22101 – Ministério da Agricultura Pecuária e Abastecimento

20.604.0359.4842.0101 – Erradicação da Febre Aftosa Nacional

Valor: R\$ 5.000.000,00

GND: 3

MD: 90

**Possibilitar os municípios do Maranhão de melhores condições do setor agropecuário.**

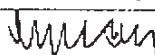
1649-7

Deputado Pedro Novais

MA

PMDB

24/01/2006



# EMENDA A MEDIDAS PROVISÓRIAS CRÉDITO EXTRAORDINÁRIO

**EMENDA - 00015**  
Mensagem 004/2006-CN  
MPV 277/2006

**INSTRUÇÕES NO VERSO**

**MP 277 de 2006**

**01/01/06**

**Suplementar:**

22000 - Ministério da Agricultura Pecuária e Abastecimento

22101 - Ministério da Agricultura Pecuária e Abastecimento

20.606.6003.005A.0388 - Apoio a Projetos de Desenvolvimento do Setor Agropecuário - Construção de Central de Comercialização de Produtos Agropecuários em Municípios do Estado do Maranhão

Valor: R\$ 5.000.000,00

GND: 4

MD: 40

**Cancelar:**

22000 - Ministério da Agricultura Pecuária e Abastecimento

22101 - Ministério da Agricultura Pecuária e Abastecimento

20.604.0359.4842.0101 - Erradicação da Febre Aftosa Nacional

Valor: R\$ 5.000.000,00

GND: 3

MD: 90

**Possibilitar os municípios do Maranhão de melhores condições do setor agropecuário.**

1649-7

**Deputado Pedro Novais**

**MA**

**PMDB**

24/01/2006

*Novais*



# EMENDA A MEDIDAS PROVISÓRIAS CRÉDITO EXTRAORDINÁRIO

**EMENDA - 00016**

Mensagem 004/2006-CN,  
MPV 277/2006

INSTRUÇÕES NO VERSO	MEDIDAS PROVISÓRIAS NÚMERO <b>MP - 277/2006</b>	PÁGINA 01 DE 01
---------------------	--	--------------------

TEXTO

INCLUA-SE NO PROGRAMA DE TRABALHO DO ANEXO DESTA MEDIDA PROVISÓRIA - APOIO A ERRADICAÇÃO DA FEBRE AFTOSA, EM MUNICÍPIOS DO ESTADO DA PARAÍBA, NO VALOR DE R\$ 2.000.000.00 (DOIS MILHÕES DE REAIS).

CANCELAMENTO:

ÓRGÃO: 22000

UNIDADE: 22101

FUNCIONAL PROGRAMATICA: 20.604.0359.4842.0101

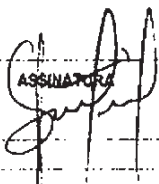
GND: 4

MODALIDADE DE APLICAÇÃO: 40

VALOR R\$ 2.000.000.00

JUSTIFICAÇÃO

PRETENDO COM ESTA EMENDA, DOTAR VÁRIOS MUNICÍPIOS DO ESTADO DA PARAÍBA, DE RECURSOS FINANCEIROS PARA ERRADICAÇÃO DA FEBRE AFTOSA EM MUNICÍPIOS DO ESTADO DA PARAÍBA.

CÓDIGO	NOME DO PARLAMENTAR <b>DEPUTADO WILSON SANTIAGO</b>	UF <b>PB</b>	PARTIDO <b>PMDB</b>
DATA <b>27/01/06</b>	ASSINATURA 		

# EMENDA A MEDIDAS PROVISÓRIAS CRÉDITO EXTRAORDINÁRIO

EMENDA - 00017

Mensagem 004/2006-CNJ  
MPV 277/2006

MEDIDAS PROVISÓRIAS NÚMERO

INSTRUÇÕES NO VERSO

MP - 277/2006

010201

TEXTO

INCLUA-SE NO PROGRAMA DE TRABALHO DO ANEXO DESTA MEDIDA PROVISÓRIA – APOIO A POPULAÇÃO RESIDENTE EM ÁREA AFETADA PELA FEBRE AFTOSA, EM MUNICÍPIOS DO ESTADO DA PARAÍBA, NO VALOR DE R\$ 2.000.000.00 (DOIS MILHÕES DE REAIS).

CANCELAMENTO:

ÓRGÃO: 22000

UNIDADE: 22101

FUNCIONAL PROGRAMÁTICA: 20.244.0359.0B26.0001

GND: 4

MODALIDADE DE APLICAÇÃO: 40

VALOR R\$ 2.000.000.00

JUSTIFICAÇÃO

PRETENDO COM ESTA EMENDA, DOTAR VÁRIOS MUNICÍPIOS DO ESTADO DA PARAÍBA, DE RECURSOS FINANCEIROS PARA APOIO A POPULAÇÃO RESIDENTE EM ÁREA AFETADA PELA FEBRE AFTOSA, COM O OBJETIVO DE MELHORAR A QUALIDADE DE VIDA DA POPULAÇÃO LOCAL..

CÓDIGO

NOME DO PARLAMENTAR

UF

PARTIDO

DEPUTADO WILSON SANTIAGO

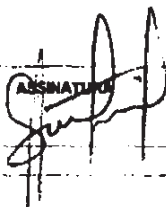
PB

PMDB

DATA

24/01/06

ASSINATURA



**EMENDA A MEDIDAS PROVISÓRIAS  
CRÉDITO EXTRAORDINÁRIO****EMENDA - 00018**Mensagem 004/2006-CN  
MPV 277/2006

INSTRUÇÕES NO VERSO	MEDIDAS PROVISÓRIAS NÚMERO	PÁGINA
	<b>MP - 277/2006</b>	01DE01

TEXTO

INCLUA-SE NO PROGRAMA DE TRABALHO DO ANEXO DESTA MEDIDA PROVISÓRIA - CONSTRUÇÃO DE MATADOURO EM MUNICÍPIOS DO ESTADO DA PARAÍBA, NO VALOR DE R\$ 2.000.000.00 (DOIS MILHÕES DE REAIS).

CANCELAMENTO:

ÓRGÃO: 22000

UNIDADE: 22101

FUNCIONAL PROGRAMÁTICA: 20.604.0359.4842.0101

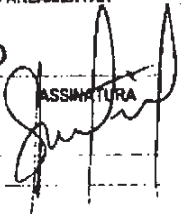
GND: 4

MODALIDADE DE APLICAÇÃO: 40

VALOR R\$ 2.000.000.00

JUSTIFICAÇÃO

PRETENDO COM ESTA EMENDA, DOTAR VÁRIOS MUNICÍPIOS DO ESTADO DA PARAÍBA, DE RECURSOS FINANCEIROS PARA CONSTRUÇÃO DE MATADOURO, COM O OBJETIVO DE MELHORAR E DESENVOLVER A PECUÁRIA NO ESTADO DA PARAÍBA.

CÓDIGO	NOME DO PARLAMENTAR	UF	PARTIDO
	DEPUTADO WILSON SANTIAGO	PB	PMDB
DATA 24/01/06	ASSINATURA 		

# EMENDA A MEDIDAS PROVISÓRIAS CRÉDITO EXTRAORDINÁRIO

**EMENDA - 00019**  
 Mensagem 004/2006-CN  
 MPV 277/2006

INSTRUÇÕES NO VERSO	MEDIDAS PROVISÓRIAS NÚMERO <b>MP - 277/2006</b>	PÁGINA 01 DE 01
---------------------	--	--------------------


### TEXTO

INCLUA-SE NO PROGRAMA DE TRABALHO DO ANEXO DESTA MEDIDA PROVISÓRIA – AQUISIÇÃO DE PATRULHA MECANIZADA EM MUNICÍPIOS DO ESTADO DA PARAÍBA, NO VALOR DE R\$ 2.000.000.00 (DOIS MILHÕES DE REAIS).

**CANCELAMENTO:**  
 ÓRGÃO: 22000  
 UNIDADE: 22101  
 FUNCIONAL PROGRAMÁTICA: 20.604.0359.4842.0101  
 GND: 4  
 MODALIDADE DE APLICAÇÃO: 40  
 VALOR R\$ 2.000.000.00

### JUSTIFICAÇÃO

PRETENDO COM ESTA EMENDA, DOTAR VÁRIOS MUNICÍPIOS DO ESTADO DA PARAÍBA, DE RECURSOS FINANCEIROS PARA AQUISIÇÃO DE PATRULHA MECANIZADA, COM O OBJETIVO DE MELHORAR E DESENVOLVER A AGRICULTURA NO ESTADO DA PARAÍBA.

CÓDIGO	NOME DO PARLAMENTAR	UF	PARTIDO
	DEPUTADO WILSON SANTIAGO	PB	PMDB
DATA	ASSINATURA		
21/01/06			

# EMENDA A MEDIDAS PROVISÓRIAS CRÉDITO EXTRAORDINÁRIO

**EMENDA - 00020**  
Mensagem 004/2006-CN  
MPV 277/2006

INSTRUÇÕES NO VERSO	MEDIDAS PROVISÓRIAS N MP nº 277, de 2006	PAGINA DE
---------------------	---	--------------

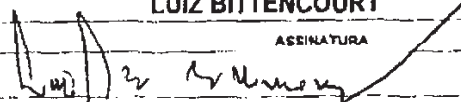
TEXTO

**Suplementar**  
 22000 – Ministério da Agricultura  
 22101 – Ministério da Agricultura  
 Mecanização Agrícola – Aquisição de Patrulha Mecanizada em Municípios do Estado de Goiás  
 Valor: R\$ 500.000,00  
 GND: 4  
 MD: 40

**Cancelar**  
 35000 – Ministério das Relações Exteriores  
 35101 – Ministério das Relações Exteriores  
 07.212.0681.0074.0103 – Contribuição a Organização das Nações Unidas para a Alimentação e Agricultura – FAO – Nacional (Crédito Extraordinário)  
 Valor: R\$ 500.000,00  
 GND: 3  
 MD: 80

JUSTIFICAÇÃO

A presente emenda possui o objetivo de destinar recursos para aquisição de patrulha mecanizada em municípios do Estado de Goiás.

CÓDIGO	NOME DO PARLAMENTAR <b>LUIZ BITTENCOURT</b>	UF <b>GO</b>	PARTIDO <b>PMDB</b>
DATA <b>24/01/2006</b>	ASSINATURA 		

# EMENDA A MEDIDAS PROVISÓRIAS CRÉDITO EXTRAORDINÁRIO

EMENDA - 00021

Mensagem 004/2006-CN

MPV 277/2006

INSTRUÇÕES NO VERSO	MEDIDAS PROVISÓRIAS MP nº 277, de 2006	PÁGINA 1 DE 1
---------------------	---	------------------

TEXTO	
<p><b>Suplementação:</b>  <b>22000 - Ministério da Agricultura</b>  <b>22101 - Ministério da Agricultura</b>  <b>Mecanização Agrícola - Aquisição de Patrulha Mecanizada em Municípios do Estado da Bahia</b>  <b>Valor: R\$ 500.000,00</b>  <b>GND: 4</b>  <b>MOD: 40</b></p> <p><b>Cancelamento:</b>  <b>35000 - Ministério das Relações Exteriores</b>  <b>35101 - Ministério das Relações Exteriores</b>  <b>07.212.0681.0074.0103 - Contribuição a Organização das Nações Unidas para a Alimentação e Agricultura -</b>  <b>FAO - Nacional (Crédito Extraordinário)</b>  <b>Valor: R\$ 500.000,00</b>  <b>GND: 3</b>  <b>MOD: 80</b></p>	

JUSTIFICAÇÃO	
<p>A presente emenda visa alocar recursos para aquisição de patrulha mecanizada em municípios do Estado da Bahia, tendo em vista o Estado ser grande produtor agrícola.</p>	

CÓDIGO 1367	NOME DO PARLAMENTAR LUIZ CARREIRA	UF BA	PARTIDO PFL
DATA 25/01/06	ASSINATURA		

# EMENDA A MEDIDAS PROVISÓRIAS CRÉDITO EXTRAORDINÁRIO

EMENDA - 00022

Mensagem 004/2006-CN

MPV 277/2006

INSTRUÇÕES NO VERSO

MEDIDAS PROVISÓRIAS

MP nº 277, de 2006

PÁGINA

DE

TEXTO

**Suplementar**

22000 – Ministério da Agricultura

22101 – Ministério da Agricultura

Mecanização Agrícola – Aquisição de Patrulha Mecanizada em Municípios do Estado do Paraná

Valor: R\$ 2.000.000,00

GND: 4

MD: 40

**Cancelar**

35000 – Ministério das Relações Exteriores

35101 – Ministério das Relações Exteriores

07.212.0681.0074.0103 – Contribuição a Organização das Nações Unidas para a Alimentação e Agricultura – FAO – Nacional (Crédito Extraordinário)

Valor: R\$ 2.000.000,00

GND: 3

MD: 80

JUSTIFICAÇÃO

A presente emenda possui o objetivo de destinar recursos para aquisição de patrulha mecanizada em municípios do Estado da Paraná.

CÓDIGO

NOME DO PARLAMENTAR

UF

PARTIDO

NELSON MEURER

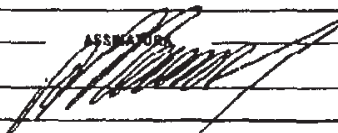
PR

PP

DATA

ASSINATURA

11



# EMENDA A MEDIDAS PROVISÓRIAS CRÉDITO EXTRAORDINÁRIO

EMENDA - 00023

Mensagem 004/2006-CN

MPV 277/2006

MEDIDAS PROVISÓRIAS NÚMERO

INSTRUÇÕES NO VERSO

MP nº 277, de 2006

UE

TEXTO

**Suplementar**

22000 – Ministério da Agricultura

22101 – Ministério da Agricultura

Mecanização Agrícola – Aquisição de Patrulha Mecanizada em Municípios do Estado de Goiás

Valor: R\$ 500.000,00

GND: 4

MD: 40

**Cancelar**

35000 – Ministério das Relações Exteriores

35101 – Ministério das Relações Exteriores

07.212.0681.0074.0103 – Contribuição a Organização das Nações Unidas para a Alimentação e Agricultura – FAO – Nacional (Crédito Extraordinário)

Valor: R\$ 500.000,00

GND: 3

MD: 80

JUSTIFICAÇÃO

A presente emenda possui o objetivo de destinar recursos para aquisição de patrulha mecanizada em municípios do Estado de Goiás.

CÓDIGO

NOME DO PARLAMENTAR

UF

PARTIDO

PEDRO CHAVES

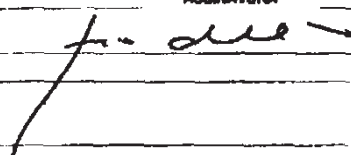
GO

PMDB

DATA

ASSINATURA

24/01/2006





# EMENDA A MEDIDAS PROVISÓRIAS CRÉDITO EXTRAORDINÁRIO

EMENDA - 00024

Mensagem 004/2006-CN

MPV 277/2006


INSTRUÇÕES NO VERSO	MEDIDAS PROVISÓRIAS MP 277/06	PÁGINA 01 DE 01
---------------------	----------------------------------	--------------------

## TEXTO

Cancelar:Órgão: 35000 – Ministério das Relações ExterioresU.O.: 35101 – Ministério das Relações ExterioresFuncional Programática nº: 07.212.0681.0074.0103GND: 03Modalidade: 80Valor: R\$ 3.000.000Incluir:Órgão: 22000 – Ministério da Agricultura, Pecuária e AbastecimentoU.O.: 22001 – Ministério da Agricultura, Pecuária e AbastecimentoFuncional Programática nº: 20.606.6003.109D.XXXX –Programa: Apoio ao Desenvolvimento do Setor AgropecuárioAção: Mecanização Agrícola – Aquisição de patrulha mecanizadaGND: 04Modalidade: 40Valor: R\$ 3.000.000

## JUSTIFICAÇÃO

Faz-se necessário esta correção uma vez que muitas emendas do Ministério da Agricultura não foram empenhadas. Estes recursos ficarão à disposição do Ministério para investimentos nesta área, podendo atender no caso o município de Pary do Alferes, no estado do Rio de Janeiro.

CÓDIGO 300	NOME DO PARLAMENTAR DEP. EDUARDO CUNHA	UF RJ	PARTIDO PMDB
DATA 25/01/06	ASSINATURA 		

# EMENDA A MEDIDAS PROVISÓRIAS CRÉDITO EXTRAORDINÁRIO

**EMENDA - 00025**

Mensagem 004/2006-CN

MPV 277/2006

INSTRUÇÕES NO VERSO	MEDIDAS PROVISÓRIAS MP Nº 277, DE 2006	PÁGINA 1 DE 1
---------------------	---	------------------

TEXTO
<p>Suplementação:</p> <p>22000 - Ministério da Agricultura</p> <p>22101 - Ministério da Agricultura</p> <p>Mecanização Agrícola - Aquisição de Patrulha Mecanizada em Municípios do Estado de Roraima</p> <p>Valor: R\$ 2.000.000,00</p> <p>GND: 4</p> <p>MOD: 40</p> <p>Cancelamento:</p> <p>35000 - Ministério das Relações Exteriores</p> <p>35101 - Ministério das Relações Exteriores</p> <p>07.212.0681.0074.0103 - Contribuição a Organização das Nações Unidas para a Alimentação e Agricultura - FAO - Nacional (Crédito Extraordinário)</p> <p>Valor: R\$ 2.000.000,00</p> <p>GND: 3</p> <p>MOD: 80</p>

JUSTIFICAÇÃO
<p>A presente Emenda visa alocar recursos para aquisição de patrulha mecanização em municípios do Estado de Roraima.</p>

CÓDIGO	NOME DO PARLAMENTAR	UF	PARTIDO
2282	ROMERO JUCA	RR	PMDB
DATA	ASSINATURA		
25/01/06			

# EMENDA A MEDIDAS PROVISÓRIAS CRÉDITO EXTRAORDINÁRIO

EMENDA - 00026

Mensagem 004/2006-CN

MPV 277/2006

INSTRUÇÕES NO VERSO

MEDIDAS PROVISÓRIAS

MP nº 277

PÁGINA

01 DE 01

TEXTO

**Suplementar**

Órgão: Ministério da Agricultura, Pecuária e Abastecimento - 22000

Unidade : Ministério da Agricultura, Pecuária e Abastecimento - 22101

Funcional Programática: 20.606.6003.109D.0274

Ação: Mecanização Agrícola - Aquisição de Patrulha Mecanizada em - Estado do Espírito Santo

GND: 4 ; MA: 40 ; Valor R\$ 500.000,00

**Cancelar**

Órgão: Ministério da Agricultura, Pecuária e Abastecimento - 22000

Unidade : Ministério da Agricultura, Pecuária e Abastecimento - 22101

Funcional Programática: 20.604.0359.4842.0101

Ação: Erradicação da Febre Aftosa - Nacional ( Crédito Extraordinário)

GND: 3 ; MA: 90 ; Valor R\$ 500.000,00

JUSTIFICAÇÃO

O MUNICÍPIO DE AFONSO CLÁUDIO, SITUADO NO ESTADO DO ESPÍRITO SANTO TEM UMA POPULAÇÃO DE TRINTA MIL HABITANTES E SUA ECONOMIA VOLTADA PARA A ÁREA RURAL. A AQUISIÇÃO DE UMA PATRULHA MECANIZADA VAI POSSIBILITAR UMA MELHORIA NOS MEIOS DE TRABALHO DA POPULAÇÃO E UMA, CONSEQUENTE, MELHORIA NA QUALIDADE DA POPULAÇÃO DE VIDA DA POPULAÇÃO DO REFERIDO MUNICÍPIO.

CÓDIGO

NOME DO PARLANTEAR

UF

PARTIDO

ROSE DE FREITAS

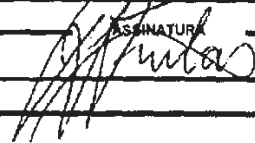
E.S

PMDB

DATA

23/01/2006

ASSINATURA



# EMENDA A MEDIDAS PROVISÓRIAS CRÉDITO EXTRAORDINÁRIO

EMENDA - 00027

Mensagem 004/2006-CN |  
MPV 277/2006

INSTRUÇÕES NO VERSO	MEDIDAS PROVISÓRIAS MP nº 277	PÁGINA 01 DE 01
---------------------	----------------------------------	--------------------

## TEXTO

**Suplementar**

Órgão: Ministério da Agricultura, Pecuária e Abastecimento – 22000

Unidade : Ministério da Agricultura, Pecuária e Abastecimento - 22101

Funcional Programática: 20.606.6003.109D.0274

Ação: Mecanização Agrícola – Aquisição de Patrulha Mecanizada em – Estado do Espírito Santo

GND: 4 ; MA: 40 ; Valor R\$ 500.000,00

**Cancelar**

Órgão: Ministério da Agricultura, Pecuária e Abastecimento – 22000

Unidade : Ministério da Agricultura, Pecuária e Abastecimento – 22101

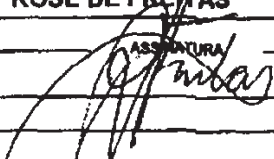
Funcional Programática: 20.604.0359.4842.0101

Ação: Erradicação da Febre Aftosa - Nacional ( Crédito Extraordinário)

GND: 3 ; MA: 90 ; Valor R\$ 500.000,00

## JUSTIFICAÇÃO

O MUNICÍPIO DE IBATIBA, SITUADO NO ESTADO DO ESPÍRITO SANTO TEM UMA POPULAÇÃO DE TRINTA MIL HABITANTES E SUA ECONOMIA VOLTADA PARA A ÁREA RURAL. A AQUISIÇÃO DE UMA PATRULHA MECANIZADA VAI POSSIBILITAR UMA MELHORIA NOS MEIOS DE TRABALHO DA POPULAÇÃO E UMA, CONSEQUENTE, MELHORIA NA QUALIDADE DA POPULAÇÃO DE VIDA DA POPULAÇÃO DO REFERIDO MUNICÍPIO.

CÓDIGO	NOME DO PARLAMENTAR ROSE DE FREITAS	UF E.S	PARTIDO PMDB
DATA 23/01/2006	ASSINATURA 		

# EMENDA A MEDIDAS PROVISÓRIAS CRÉDITO EXTRAORDINÁRIO

EMENDA - 00028

Mensagem 004/2006-CN

MPV 277/2006

INSTRUÇÕES NO VERSO

MEDIDAS PROVISÓRIAS

MP nº 277

PÁGINA

01 DE 01

TEXTO

**Suplementar**

Órgão: Ministério da Agricultura, Pecuária e Abastecimento – 22000

Unidade : Ministério da Agricultura, Pecuária e Abastecimento - 22101

Funcional Programática: 20.606.6003.109D.0274

Ação: Mecanização Agrícola – Aquisição de Patrulha Mecanizada em – Santa Leopoldina - Estado do Espírito Santo

GND: 4 ; MA: 40 ; Valor R\$ 500.000,00

**Cancelar**

Órgão: Ministério da Agricultura, Pecuária e Abastecimento – 22000

Unidade : Ministério da Agricultura, Pecuária e Abastecimento – 22101

Funcional Programática: 20.604.0359.4842.0101

Ação: Erradicação da Febre Aftosa - Nacional ( Crédito Extraordinário)

GND: 3 ; MA: 90 ; Valor R\$ 500.000,00

JUSTIFICAÇÃO

O MUNICÍPIO DE SANTA LEOPOLDINA, SITUADO NO ESTADO DO ESPÍRITO SANTO TEM UMA POPULAÇÃO DE TRINTA MIL HABITANTES E SUA ECONOMIA VOLTADA PARA A ÁREA RURAL. A AQUISIÇÃO DE UMA PATRULHA MECANIZADA VAI POSSIBILITAR UMA MELHORIA NOS MEIOS DE TRABALHO DA POPULAÇÃO E UMA, CONSEQUENTE, MELHORIA NA QUALIDADE DA POPULAÇÃO DE VIDA DA POPULAÇÃO DO REFERIDO MUNICÍPIO.

CÓDIGO

NOME DO PARLAMENTAR

UF

PARTIDO

ROSE DE FREITAS

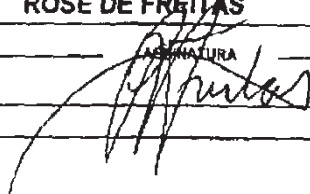
E.S

PMDB

DATA

23/01/2006

ASSINATURA



# EMENDA A MEDIDAS PROVISÓRIAS CRÉDITO EXTRAORDINÁRIO

**EMENDA - 00029**  
 Mensagem 004/2006-CN,  
 MPV 277/2006

INSTRUÇÕES NO VERSO	MEDIDAS PROVISÓRIAS <b>MP nº 277</b>	PÁGINA 01 DE 01
---------------------	---	--------------------

## TEXTO

### Suplementar

Órgão: Ministério da Agricultura, Pecuária e Abastecimento – 22000

Unidade : Ministério da Agricultura, Pecuária e Abastecimento - 22101

Funcional Programática: 20.606.6003.109D.0274

Ação: Mecanização Agrícola – Aquisição de Patrulha Mecanizada em – Estado do Espírito Santo

GND: 4 ; MA: 40 ; Valor R\$ 500.000,00

### Cancelar

Órgão: Ministério da Agricultura, Pecuária e Abastecimento – 22000

Unidade : Ministério da Agricultura, Pecuária e Abastecimento – 22101

Funcional Programática: 20.604.0359.4842.0101

Ação: Erradicação da Febre Aftosa - Nacional ( Crédito Extraordinário)

GND: 3 ; MA: 90 ; Valor R\$ 500.000,00

## JUSTIFICAÇÃO

O MUNICÍPIO DE VENDA NOVA DO IMIGRANTE, SITUADO NO ESTADO DO ESPÍRITO SANTO TEM UMA POPULAÇÃO DE TRINTA MIL HABITANTES E SUA ECONOMIA VOLTADA PARA A ÁREA RURAL. A AQUISIÇÃO DE UMA PATRULHA MECANIZADA VAI POSSIBILITAR UMA MELHORIA NOS MEIOS DE TRABALHO DA POPULAÇÃO E UMA, CONSEQUENTE, MELHORIA NA QUALIDADE DA POPULAÇÃO DE VIDA DA POPULAÇÃO DO REFERIDO MUNICÍPIO.

CÓDIGO	NOME DO PARLAMENTAR <b>ROSE DE FREITAS</b>	UF <b>E.S</b>	PARTIDO <b>PMDB</b>
DATA <b>23/01/2006</b>	ASSINATURA 		

# EMENDA A MEDIDAS PROVISÓRIAS CRÉDITO EXTRAORDINÁRIO

**EMENDA - 00030**

Mensagem 004/2006-CN  
MPV 277/2006

MEDIDAS PROVISÓRIAS NÚMERO

INSTRUÇÕES NO VERSO

277/2006

01 DE 01

TEXTO

CREDITO EXTRAORDINÁRIO  
 FUNCIONAL = 07.212.0681.0074.0103  
 PROJETO = IMPLANTAÇÃO DO SISTEMA DE ELETRIFICAÇÃO RURAL NO MUNICIPIO DE AMAJARÍ  
 GND=4  
 MA = 40  
 FONTE = 100  
 VALOR = R\$ 2.577.319,59

CANCELE-SE DA MPV 277/2006  
 FUNCIONAL 0721206810074  
 GND 3  
 MA 80  
 FONTE 100  
 VALOR R\$ 2.577.319,59

JUSTIFICAÇÃO

A implantação do sistema de eletrificação rural no município de AMAJARÍ/RR, irá contribuir em muito com a inclusão social da população carente do município, dando condições dignas de habitabilidade, além de proporcionar o mínimo de condições digna de vida aos municípios da faixa de fronteira. Fato exposto solicitamos ao Nobre relator a aprovação na íntegra desta MPV.

CODIGO

NOME DO PARLAMENTAR

UF

PARTIDO

1916

FRANCISCO RODRIGUES

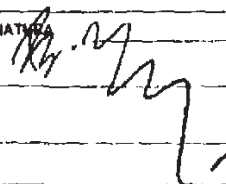
RR

PFL

DATA

ASSINATURA

25 /01 /06



# EMENDA A MEDIDAS PROVISÓRIAS CRÉDITO EXTRAORDINÁRIO

EMENDA - 00031

Mensagem 004/2006-CN

MPV 277/2006

INSTRUÇÕES NO VERSO	MEDIDAS PROVISÓRIAS NÚMERO 277/2006	PÁGINA 01 DE 01
---------------------	--	--------------------

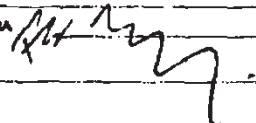
## TEXTO

CREDITO EXTRAORDINÁRIO  
 FUNCIONAL = 07.212.0681.0074.0103  
 PROJETO = IMPLANTAÇÃO DO SISTEMA DE ELETRIFICAÇÃO RURAL NO MUNICIPIO DE ALTO ALEGRE  
 GND=4  
 MA = 40  
 JNTE = 100  
 VALOR = R\$ 3.329.897,70

CANCELE-SE DA MPV 277/2006  
 FUNCIONAL 0721206810074  
 GND 3  
 MA 80  
 FONTE 100  
 VALOR R\$3.329.897,70

## JUSTIFICAÇÃO

A implantação do sistema de eletrificação rural no município de AMAJARÍ/RR, ira contribuir em muito com a inclusão social da população carente do município, dando condições dignas de habitabilidade, alem de proporcionar o minimo de condições digna de vida aos municipios da faixa de fronteira.  
 Fato exposto solicitamos ao Nobre relator a aprovação na íntegra desta MPV.

CÓDIGO 1916	NOME DO PARLAMENTAR FRANCISCO RODRIGUES	UF RR	PARTIDO PFL
DATA 25 /01 /06	ASSINATURA 		



# EMENDA A MEDIDAS PROVISÓRIAS CRÉDITO EXTRAORDINÁRIO

**EMENDA - 00032**  
Mensagem 004/2006-CN  
MPV 277/2006

MEDIDAS PROVISÓRIAS NÚMERO

INSTRUÇÕES NO VERSO

277/2006

01 DE 01

TEXTO

CREDITO EXTRAORDINÁRIO  
FUNCIONAL = 07.212.0681.0074.0103  
PROJETO = IMPLANTAÇÃO DO SISTEMA DE ELETRIFICAÇÃO RURAL NO MUNICIPIO DEIRACEMA  
GND=4  
MA = 40  
ONTE = 100  
VALOR = R\$ 1.438.144,33

CANCELE-SE DA MPV 277/2006  
FUNCIONAL 0721206810074  
GND 3  
MA 80  
FONTE 100  
VALOR R\$1.438.144,33

JUSTIFICAÇÃO

**A implantação do sistema de eletrificação rural no município de AMAJARI/RR, ira contribuir em muito com a inclusão social da população carente do municipio, dando condições dignas de habitabilidade, alem de proporcionar o minimo de condições digna de vida aos municipios da faixa de fronteira. Fato exposto solicitamos ao Nobre relator a aprovação na integra desta MPV.**

CÓDIGO

NOME DO PARLAMENTAR

UF

PARTIDO

1916

FRANCISCO RODRIGUES

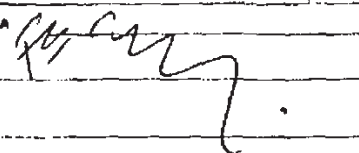
RR

PEL

DATA

ASSINATURA

25 /01 /06



# EMENDA A MEDIDAS PROVISÓRIAS CRÉDITO EXTRAORDINÁRIO

**EMENDA - 00033**  
 Mensagem 004/2006-CN  
 MPV 277/2006

INSTRUÇÕES NO VERSO	MP 277/2006	PÁGINA DE 01 01
---------------------	-------------	--------------------

TEXTO

Inclua-se na MP 277/2006, o seguinte subtítulo:

20.606.6003.005A XXXX – Apoio a Projetos de Desenvolvimento do Setor Agropecuário em Municípios de Mato Grosso do Sul.

MA – 40

GND – 4

Valor: R\$ 5.000.000,00 (cinco milhões de reais)

Cancelamento:

20.604.0359.4842.0101 – Erradicação da febre aftosa – nacional (crédito extraordinário)

GND – 3

Fonte – 100

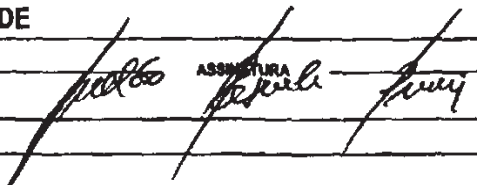
Valor : R\$ 5.000.000,00 (cinco milhões de reais)

JUSTIFICAÇÃO

O Estado de Mato Grosso do Sul é um dos maiores produtores agrícolas do país, destacando-se a agricultura de grãos como uma das principais atividades econômicas do estado, com grande produção de soja, milho, arroz irrigado, trigo, feijão, mandioca etc.

Seu rebanho bovino e suíno também destaca-se no cenário nacional. Os estabelecimentos industriais geram grande gama de empregos em suas fábricas de alimentos, laticínios, esmagadora de soja, entre outros.

Esta emenda que tem como objeto o desenvolvimento de projetos no setor agropecuário trará condições de se alcançar melhores índices de gestão pública naquele setor.

CÓDIGO	NOME DO PARLAMENTAR GERALDO RESENDE	UF MS	PARTIDO PPS
DATA / /	ASSINATURA 		

# EMENDA A MEDIDAS PROVISÓRIAS CRÉDITO EXTRAORDINÁRIO

**EMENDA - 00034**  
Mensagem 004/2006-CN  
MPV 277/2006

INSTRUÇÕES NO VERSO

MP 277/2006

MEDIDAS PROVISÓRIAS

PÁGINA 01 DE 01

TEXTO

Inclua-se na MP 277/2006, o seguinte subtítulo:

20.606.6003.109D.XXXX – Mecanização Agrícola – Aquisição de Patrulha Mecanizada em Municípios do Mato Grosso do Sul.

MA – 40

GND – 4

Valor: R\$ 5.000.000,00 (cinco milhões de reais)

Cancelamento:

20.604.0359.4842.0101 – Erradicação da febre aftosa – Nacional (crédito extraordinário)

GND – 3

Fonte - 100

Valor: R\$ 5.000.000,00 (cinco milhões de reais)

JUSTIFICAÇÃO

O Estado de Mato Grosso do Sul tem no campo sua maior atividade econômica. Grande produtor de grãos e com rebanho bovino e suíno conhecido no cenário nacional vem se desenvolvendo a passos largos nos últimos anos tendo o setor agropecuário seu grande incentivador.

Esta emenda visando a aquisição de patrulha mecanizada virá a beneficiar sobremaneira o desenvolvimento do campo daquele Estado.

CÓDIGO	NOME DO PARLAMENTAR	UF	PARTIDO
	GERALDO RESENDE	MS	PPS
DATA	ASSINATURA		
11	<i>Gerardo Resende</i>		

# EMENDA A MEDIDAS PROVISÓRIAS CRÉDITO EXTRAORDINÁRIO

EMENDA - 00035

Mensagem 004/2006-CN

MPV 277/2006

INSTRUÇÕES NO VERSO

MP 277/2006

MEDIDAS PROVISÓRIAS

PÁGINA  
01 DE 01

TEXTO

Inclua-se na MP 277/2006, o seguinte subtítulo:

20 752.0273.5914.XXXX – Energização Rural – Municípios de Mato Grosso do Sul.

MA – 40

GND – 4

Valor: R\$ 3.000.000,00 (três milhões de reais)

Cancelamento:

20 804.0359.1842.0101 – Erradicação da febre aftosa – Nacional (crédito extraordinário)

Valor: R\$ 3.000.000,00 (três milhões de reais)

GND – 3

Fonte - 100

JUSTIFICAÇÃO

O Estado de Mato Grosso do Sul tem no campo sua maior atividade econômica. É um grande produtor de grãos e seu rebanho bovino e suíno existe em grande escala. Esta emenda visando a eletrificação rural trará grande benefícios a população e desenvolverá sobremaneira a atividade da agropecuária.

CÓDIGO

NOME DO PARLAMENTAR

UF

PARTIDO

GERALDO RESENDE

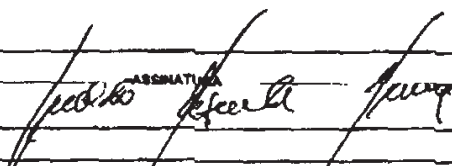
MS

PPS

DATA

ASSINATURA

11



# EMENDA A MEDIDAS PROVISÓRIAS CRÉDITO EXTRAORDINÁRIO

EMENDA - 00036

Mensagem 004/2006-CN  
MPV 277/2006

INSTRUÇÕES NO VERSO

MEDIDAS PROVISÓRIAS  
MP nº 277, de 2006

PÁGINA  
01 DE 01

TEXTO

**Suplementar**  
 22000 – Ministério da Agricultura  
 22101 – Ministério da Agricultura  
**Mecanização Agrícola – Aquisição de Patrulha Mecanizada em Municípios do Estado da Paraíba**  
 Valor: R\$ 2.000.000,00  
 GND: 4  
 MD: 40

**Cancelar**  
 35000 – Ministério das Relações Exteriores  
 35101 – Ministério das Relações Exteriores  
 07.212.0681.0074.0103 – Contribuição a Organização das Nações Unidas para a Alimentação e Agricultura – FAO – Nacional (Crédito Extraordinário)  
 Valor: R\$ 2.000.000,00  
 GND: 3  
 MD: 80

JUSTIFICAÇÃO

A presente emenda possui o objetivo de destinar recursos para aquisição de patrulha mecanizada em municípios do Estado da Paraíba.

CÓDIGO	NOME DO PARLAMENTAR <i>Dep. Wilson Santiago</i>	UF <i>PB</i>	PARTIDO <i>PSDB</i>
DATA <i>25/1/2006</i>	ASSINATURA <i>[Assinatura]</i>		

# EMENDA A MEDIDAS PROVISÓRIAS CRÉDITO EXTRAORDINÁRIO

EMENDA - 00037

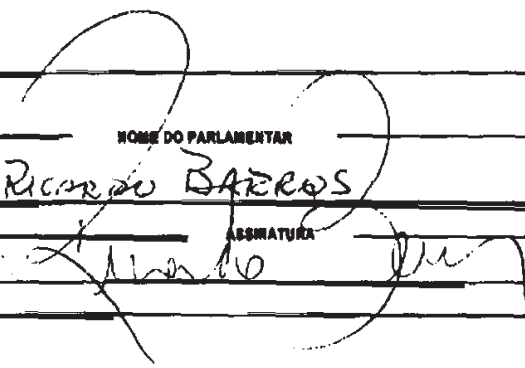
MPV 277/2006

Mensagem 004/2006-CN

INSTRUÇÕES NO VERSO	MEDIDAS PROVISÓRIAS MP nº 277, de 2006	PÁGINA 01 DE 01
---------------------	---	--------------------

TEXTO
<p><b>Suplementar</b>            22000 – Ministério da Agricultura            22101 – Ministério da Agricultura  <b>Mecanização Agrícola – Aquisição de Patrulha Mecanizada em Municípios do Estado do Paraná</b>            Valor: R\$ 2.000.000,00            GND: 4            MD: 40</p>
<p><b>Cancelar</b>            35000 – Ministério das Relações Exteriores            35101 – Ministério das Relações Exteriores            07.212.0681.0074.0103 – Contribuição a Organização das Nações Unidas para a Alimentação e Agricultura – FAO – Nacional (Crédito Extraordinário)            Valor: R\$ 2.000.000,00            GND: 3            MD: 80</p>

JUSTIFICAÇÃO
<p>A presente emenda possui o objetivo de destinar recursos para aquisição de patrulha mecanizada em municípios do Estado da Paraná.</p>

CÓDIGO	NOME DO PARLAMENTAR Deputado Ricardo BARRAS	UF PR	PARTIDO PP
DATA 25/1/2006	ASSINATURA 		

## NOTA TÉCNICA Nº 2/2006

### Subsídios acerca da Adequação Orçamentária e Financeira da Medida Provisória nº 277, 18 de janeiro de 2006.

#### I – Introdução

A presente Nota Técnica atende a determinação do art. 19 da Resolução nº 1, de 2002 – CN, que estabelece: “o órgão de consultoria e assessoramento orçamentário da Casa a que pertencer o relator de medida provisória encaminhará aos relatores e à comissão, no prazo de 5 (cinco) dias de sua publicação, nota técnica com subsídios acerca da adequação financeira e orçamentária da medida provisória”.

Com base no art. 62, da Constituição Federal, o Excelentíssimo Senhor Presidente da República submete ao Congresso Nacional, por intermédio da Mensagem nº 04, de 2006-CN (Mensagem nº 31, na origem) a Medida Provisória nº 277, de 18 de janeiro de 2006 (MP nº 77/06), que “Abre crédito extraordinário, em favor dos Ministérios da Agricultura, Pecuária e Abastecimento e das Relações Exteriores de R\$ 74.564.000,00, para os fins que especifica.”

#### II – Síntese da Medida Provisória e Aspectos Relevantes

Segundo os elementos contidos na Exposição de Motivos nº 00005/2006/MP, de 17 de janeiro de 2006, do Ministro do Planejamento, Orçamento e Gestão, que instrui a proposição submetida à deliberação do Congresso Nacional, esta tem por objeto:

2. “Em relação ao Ministério da Agricultura, Pecuária e Abastecimento, os recursos solicitados destinam-se a atender ações de combate e erradicação da febre aftosa no Território Nacional, em especial nos Estados de Mato Grosso do Sul e do Paraná, mediante a intensificação da vigilância fitozoosanitária em áreas de fronteira, com vistas a impedir o ingresso no Brasil de animais e produtos que possam ser vetores dessa doença; a eliminar espécimes infectados; e, a indenizar dos (sic) proprietários que tiveram seus animais sacrificados. Os recursos também atenderão ações de apoio às famílias rurais afetadas pela perda dos rebanhos ou pela proibição de venda de seus produtos, em função das medidas adotadas com o objetivo de controlar essa doença.

3. No que tange ao Ministério das Relações Exteriores, a aprovação da proposição possibilitará o pagamento da dívida do Brasil junto à Organização das Nações Unidas para a Alimentação e a Agricultura – FAO.”

Quanto aos fundamentos para a “urgência” da medida, é alegado, na Exposição de Motivos:

4. “A justificativa da urgência e relevância da matéria se dá conforme segue:

I) no caso do Ministério da Agricultura, Pecuária e Abastecimento, pela imprevisibilidade dos fatos que deram origem à presente solicitação de crédito, cujo não atendimento poderá gerar graves conseqüências, como a perda definitiva de mercado internacional, o que provocaria uma drástica redução nas exportações de produtos de origem animal e intensificaria os efeitos negativos sobre a economia dos Estados do Mato Grosso do Sul e do Paraná, bem como sobre as pessoas dependentes da atividade agropecuária;

II) no tocante ao Ministério das Relações Exteriores, pelo fato de o Brasil, como um dos 51 países fundadores das Organizações das Nações Unidas – ONU, exercer papel primordial na FAO, entidade da qual é um dos mais importantes contribuintes e o mais notável entre os países em desenvolvimento. Nesse sentido, a existência de passivo em suas contribuições pode oferecer sérios comprometimentos à sua atuação tanto no âmbito da FAO, especificamente, quanto em todo o Sistema das Nações Unidas.”

Quanto à programação proposta para o Ministério da Agricultura, Pecuária e Abastecimento, temos a informar que no orçamento de 2005, a dotação para “apoio à população residente em áreas afetadas pela febre aftosa” foi de R\$ 6 milhões, dos quais apenas R\$ 3 milhões foram empenhados e liquidados, pagos R\$ 352 mil e inscritos em “restos a pagar” R\$ 2.648 mil, “erradicação da febre aftosa” teve dotação de R\$ 35,3 milhões, empenhados e liquidados R\$ 22.814.178,00, pagos R\$ 10.345.873,00 e inscritos em “restos a pagar” R\$ 12.475.837,00. A proposta do Poder Executivo para o exercício de 2006 consigna R\$ 41.465.129,00 para o combate à febre aftosa, não havendo previsão para apoio à comunidades atingidas por tal mal.

A programação do Ministério das Relações Exteriores, no ano de 2005, registra dotação de R\$ 290.501.695,00 para “contribuição ao Sistema das Nações Unidas”, empenhados e liquidados R\$ 297.558.122,00 (sic), pagos R\$ 214.444.052 e inscritos em “restos a pagar” R\$ 80.770.528,00. A proposta do Poder Executivo para o exercício de 2006 registra apenas R\$ 62.301.695,00 para a mesma programação.

#### III – Compatibilidade e Adequação Orçamentária e Financeira

A Resolução nº 1, de 2002 – CN, que “Dispõe sobre a apreciação, pelo Congresso Nacional, das Medidas Provisórias a que se refere o art. 62 da Constituição Federal, e dá outras providências”, em seu art. 5º, define o exame de adequação orçamentária e financeira como:

“O exame de compatibilidade e adequação orçamentária e financeira das Medidas Provisórias abrange a análise da repercussão sobre a receita ou a despesa pública da União e da implicação quanto ao atendimento às normas orçamentárias e financeiras vigentes (principalmente as de ordem constitucional), em especial a conformidade com a Lei Complementar n<sup>o</sup> 101, de 4 de maio de 2000 [LRF], a lei do plano plurianual, a lei de diretrizes orçamentárias e a lei orçamentária da União.”

Cumpra salientar que essa caracterização deve ser, antes de mais nada, complementada pelas disposições da Constituição Federal que regem a matéria.

De acordo com o **caput** do art. 62, a expedição de Medidas Provisórias pelo Presidente da República ocorrerá nos casos de relevância e urgência, que não se apresentam demonstrados na EM que acompanha a Mensagem e que transcrevemos acima. Registre-se apenas que os dados sobre a execução orçamentária de 2005 apontam para uma provável incúria no uso das dotações aprovadas pelo Congresso Nacional, uma vez que boa parte das mesmas não foram utilizadas no devido tempo pelos órgãos responsáveis por sua execução.

O § 3<sup>o</sup> do art. 167 da Constituição estabelece que: “A abertura de crédito extraordinário somente será admitida para atender a despesas imprevisíveis e urgentes, como as decorrentes de guerra, comoção interna ou calamidade pública, observado o disposto no art. 62.” Parece-nos que as dotações previstas na MP não atendem à exigência do texto Constitucional.

O § 1<sup>o</sup> do art. 62 da Constituição, com a redação dada pela Emenda Constitucional n<sup>o</sup> 32/2001 (inciso I, letra **d**) veda a adoção de Medida Provisória relativa a créditos adicionais, ressalvados os casos previstos no art. 167, § 3<sup>o</sup>. Créditos adicionais, nos termos do art. 41 da Lei n<sup>o</sup> 4.320/64, são classificados em créditos suplementares, especiais e extraordinários.

Os objetivos pretendidos com a adoção da MP poderiam perfeitamente ser atingidos, se fosse o caso, com a remessa ao Congresso Nacional de projeto de lei em regime de urgência, nos termos do art. 64 da Constituição.

Finalmente, o inciso V do art. 74 da Lei de Diretrizes Orçamentárias – LDO para 2006 (Lei n<sup>o</sup> 11.178, de 20 de setembro de 2005) autoriza a execução da programação constante da proposta orçamentária (mesmo sem a sanção da lei) nos casos de “outras despesas correntes de caráter inadiável e relevante.”

São esses os subsídios que entendemos pertinentes propiciar para subsidiar os trabalhos e decisões da Relatoria.

Brasília, 25 de janeiro de 2006. – **Francisco de Paula Schettini**, Consultor de Orçamento.

**PARECER À  
MEDIDA PROVISÓRIA N<sup>o</sup> 277, DE 2006,  
– PROFERIDO NO PLENÁRIO DA CÂMARA DOS  
DEPUTADOS EM SUBSTITUIÇÃO A COMISSÃO  
MISTA DE PLANOS, ORÇAMENTOS PÚBLICOS  
E FISCALIZAÇÃO**

**O SR. BENJAMIN MARANHÃO** (PMDB – PB.  
Para emitir parecer. Sem revisão do orador.) – Sr. Presidente, Sr<sup>as</sup> e Srs. Deputados, este é o parecer que apresento à Medida Provisória n<sup>o</sup> 277, de 18 de janeiro de 2006, que “abre crédito extraordinário, em favor dos Ministérios da Agricultura, Pecuária e Abastecimento e das Relações Exteriores, no valor de R\$74.564.000.00, para fins que especifica”.

**Relatório**

Com base no art. 62, combinado com o art. 167, § 3<sup>o</sup>, da Constituição Federal, o Exm<sup>o</sup> Sr. Presidente da República encaminhou ao Congresso Nacional, por intermédio da Mensagem n<sup>o</sup> 31/2006-CN, n<sup>o</sup> 4/2006, na origem, a Medida Provisória n<sup>o</sup> 277, de 18 de janeiro de 2006, que ‘abre crédito extraordinário em favor dos Ministérios da Agricultura, Pecuária e Abastecimento e das Relações Exteriores, no valor de R\$74.564.000,00”

De acordo com informações propiciadas pela Exposição de Motivos n<sup>o</sup> 5/2006-MP, de 17 de janeiro de 2006, que acompanha a referida Mensagem Presidencial, o crédito tem por finalidade atender às ações de combate e erradicação da febre aftosa, em especial nos Estados do Mato Grosso do Sul e Paraná, com vistas a impedir o ingresso no Brasil, de animais e produtos que possam ser vetores dessa doença, eliminar espécimes infectados, indenizar proprietários que tiveram seus animais sacrificados, atender a ações de apoio às famílias rurais afetadas pela perda dos rebanhos ou pela proibição da venda de seus produtos em função das medidas impostas para o controle da doença.

No que tange ao Ministério das Relações Exteriores, a aprovação da proposição possibilitará o pagamento da dívida do Brasil à Organização das Nações Unidas para Alimentação e Agricultura – FAO.

Os recursos para a viabilização do crédito serão provenientes do Tesouro Nacional, em conformidade com o disposto no art. 62, combinado com o § 3<sup>o</sup> do art. 167 da Constituição Federal.

No prazo regimental, foram apresentadas 37 emendas à Medida Provisória em exame.

**Voto do Relator**

Consoante o art. 5<sup>o</sup> da Resolução n<sup>o</sup> 1, de 2002, do Congresso Nacional, que dispõe sobre a apreciação, pelo Congresso Nacional, das medidas provisórias



a que se refere ao art. 62 da Constituição Federal, o parecer quanto à análise de créditos extraordinários abertos por medida provisória deve ser único, contendo manifestação sobre a matéria no que tange aos aspectos constitucionais, inclusive sobre os pressupostos de relevância e urgência, de adequação financeira e orçamentária, de mérito, e sobre o cumprimento da exigência prevista no § 1º do art. 2º daquele diploma legal.

Do exame do presente crédito extraordinário, verificamos que a iniciativa, tendo em vista a natureza da matéria, atende aos pressupostos constitucionais de admissibilidade referentes à relevância e à urgência.

Quanto à análise de adequação orçamentária e financeira, cabe ressaltar que o crédito eleva em 74 milhões e 564 mil reais as despesas primárias constantes da proposta de lei orçamentária para 2006. PL nº 40, de 2005, em apreciação no Congresso Nacional, sem indicar como serão asseguradas as metas fiscais constantes da Lei de Diretrizes Orçamentárias para o exercício de 2006 (Lei nº 11.178, de 20 de setembro de 2005).

Não obstante esse desequilíbrio, cumpre mencionar que, como se trata de crédito extraordinário, não ocorre, nesse caso, descumprimento das normas legais que regem a matéria.

A Exposição de Motivos nº 5/2006/MP, do Ministério de Estado do Planejamento, Orçamento e Gestão, supre a exigência prevista no § 1º do art. 2º da Resolução nº 1, de 2002, do Congresso Nacional, que trata do envio de documento expondo a motivação da edição da Medida Provisória.

No mérito, nota-se que o crédito extraordinário destina recursos para o atendimento de despesas da mais alta relevância e urgência, uma vez que são incalculáveis os danos que poderão advir do avanço da febre aftosa no Brasil.

Quanto à suplementação de 58 milhões e 64 mil reais em favor da Ação “0074 – Contribuição à Organização das Nações Unidas para a Alimentação e Agricultura – FAO – Nacional (Crédito Extraordinário)”, consideramos que a liquidação do passivo junto à FAO é importante para resguardar a imagem do Brasil no cenário internacional, principalmente junto à Organização das Nações Unidas.

As emendas com nºs 13, 15, 26, 27, 28 e 29 propõem suplementar ações relativas à Lei Orçamentária para o exercício de 2005 e, portanto, não poderão ser admitidas como propostas de alteração do presente crédito extraordinário que trata de ações relativas ao exercício de 2006.

As demais emendas apresentadas têm por escopo redirecionar parte dos recursos das ações propostas

para outras de interesse local (estadual ou municipal) e ambas, como peças acessórias, estão desprovidas dos pressupostos de urgência e relevância que devem caracterizar as propostas de crédito extraordinário.

Assim, não obstante os reconhecidos benefícios que poderão ser gerados pelos pleitos apresentados, entendemos que a manutenção das dotações em caráter nacional e nas ações inicialmente propostas na Medida Provisória dará maior efetividade à administração e ao controle do surto de aftosa de nosso rebanho bovino, evitando conseqüências desastrosas ao futuro de nossas exportações agropecuárias, bem como possibilitará a manutenção de relacionamento profícuo e proveitoso de nosso País com a Organização das Nações Unidas.

Diante do exposto, somos favoráveis à aprovação da Medida Provisória nº 277, de 2006, nos termos propostos pelo Poder Executivo, rejeitando as Emendas nº 1 a 12, 14, 16 a 25 e 30 a 37, e indicando, nos termos do Parágrafo único do art. 46 do Regulamento Interno da Comissão Mista de Planos, Orçamentos Públicos e Fiscalização, como inadmissíveis as Emendas nº 13, 15, 26, 27, 28 e 29.

É o parecer, Sr. Presidente.

#### **PARECER ESCRITO ENCAMINHADO À MESA**

#### **PARECER Nº , DE 2006–CN**

**Parecer sobre a Medida Provisória nº 277, de 18 de janeiro de 2006, que ‘Abre crédito extraordinário, em favor dos Ministérios da Agricultura, Pecuária e Abastecimento e das Relações Exteriores, no valor de R\$74.554.000,00, para os fins que especifica’.**

Autor: Poder Executivo

Relator: Deputado **Benjamin Maranhão**

#### **I – Relatório**

Com base no art. 62, combinado com o art. 167, § 3º, da Constituição Federal, o Excelentíssimo Senhor Presidente da República encaminhou ao Congresso Nacional, por intermédio da Mensagem nº 031/2006-CN (nº 4/2006, na origem), a Medida Provisória nº 277, de 18 de janeiro de 2006, que abre crédito extraordinário em favor dos Ministérios da Agricultura, Pecuária e Abastecimento e das Relações Exteriores, no valor de R\$74.564.000,00 (setenta e quatro milhões, quinhentos e sessenta e quatro mil reais).

De acordo com informações propiciadas pela Exposição de Motivos nº 5/2006/MP, de 17 de janeiro de 2006, que acompanha a referida Mensagem Presidencial, o

crédito tem por finalidade atender ações de combate e erradicação da febre aftosa, em especial nos Estados do Mato Grosso do Sul e do Paraná, com vistas a impedir o ingresso no Brasil de animais e produtos que possam ser vetores dessa doença, eliminar espécimes infectados, indenizar os proprietários que tiveram seus animais sacrificados, atender ações de apoio às famílias rurais afetadas pela perda dos rebanhos ou pela proibição da venda de seus produtos em função das medidas impostas para o controle dessa doença.

No que tange ao Ministério das Relações Exteriores, a aprovação da proposição possibilitará o pagamento da dívida do Brasil junto à Organização das Nações Unidas para a Alimentação e a Agricultura – FAO.

Os recursos para viabilização do crédito serão provenientes do Tesouro Nacional, em conformidade com o disposto no art. 62, combinado com o § 3º do art. 167, da Constituição Federal. No prazo regimental foram apresentadas 37 (trinta e sete) emendas à Medida Provisória em exame:

AUTOR DA EMENDA	Nº DA EMENDA
Anivaldo Vale	00001, 00002
Antônio Carlos Mendes Thame	00003
Eduardo Cunha	00024
Flexa Ribeiro	00006, 00007
Francisco Rodrigues	00030, 00031, 00032
Geraldo Resende	00033, 00034, 00035
José Divino	00008, 00009, 00010, 00011, 00012
Luiz Bittencourt	00020
Luiz Carneira	00021
Nelson Meurer	00022
Pedro Chaves	00023
Pedro Novais	00013, 00014, 00015
Ricardo Barros	00037
Romero Jucá	00025
Rose de Freitas	00026, 00027, 00028, 00029
Wilson Santiago	00016, 00017, 00018, 00019, 00036
Zé Gerardo	00004, 00005

## II – Voto do Relator

Consoante o art. 5º da Resolução nº 1, de 2002-CN, que dispõe sobre a apreciação, pelo Congresso Nacional, das Medidas Provisórias a que se refere o ad. 62 da Constituição Federal, o parecer quanto à análise de créditos extraordinários abertos por medida provisória deve ser único, contendo manifestação sobre a matéria no que tange aos aspectos constitucional, inclusive sobre os pressupostos de relevância e urgência, de adequação financeira e orçamentária, de mérito, e sobre o cumprimento da exigência prevista no § 1º, art. 2º, daquele diploma legal.

Do exame do presente crédito extraordinário, verificamos que a iniciativa, tendo em vista a natureza da matéria, atende aos pressupostos constitucionais de admissibilidade referentes a relevância e urgência.

Quanto à análise da adequação orçamentária e financeira, cabe ressaltar que o crédito eleva em R\$74.564.000,00 as despesas primárias constantes da Proposta de Lei Orçamentária para 2006 PL nº 40/2005-CN (ainda em apreciação pelo Congresso Nacional), sem indicar como serão asseguradas as metas fiscais constantes da Lei de Diretrizes Orçamentárias para o exercício de 2006 (Lei nº 11.178, de 20 de setembro de 2005). Não obstante esse desequilíbrio, cumpre mencionar que, como se trata de crédito extraordinário, não ocorre nesse caso descumprimento das normas legais que regem a matéria.

A Exposição de Motivos nº 5/2006/MP, do Ministro de Estado do Planejamento, Orçamento e Gestão, supre a exigência prevista no § 1º, do art. 2º, da Resolução nº 1, de 2002-CN, que trata do envio de documento expondo a motivação da edição da Medida Provisória.

No mérito, nota-se que o crédito extraordinário destina recursos para o atendimento de despesas de maior relevância e urgência, uma vez que são incalculáveis os danos que poderão advir do avanço da febre aftosa no Brasil.

Quanto à suplementação de R\$58.064.000,00 em favor da Ação “74 – Contribuição à Organização das Nações Unidas para a Alimentação e Agricultura – FAO – Nacional (Crédito Extraordinário)”, consideramos que a liquidação do passivo junto à FAO é importante para resguardar a imagem do Brasil no cenário internacional, principalmente junto à Organização das Nações Unidas.

As emendas com nºs 13, 26, 27, 28 e 29 – propõem suplementar ações relativas à Lei Orçamentária para o exercício de 2005 e, portanto, não poderão ser admitidas como propostas de alteração do presente crédito extraordinário que trata de ações relativas ao exercício de 2006.

As demais emendas apresentadas têm por escopo redirecionar parte dos recursos das ações propostas para outras de interesse local (estadual ou municipal) e ambas, como peças acessórias, estão desprovidas dos pressupostos de urgência e relevância que devem caracterizar as propostas de crédito extraordinário.

Assim, não obstante os reconhecidos benefícios que poderão ser gerados pelos pleitos apresentados, entendemos que a manutenção das dotações em caráter nacional e nas ações inicialmente propostas na Medida Provisória dará maior efetividade à administração e ao controle do surto de aftosa de nosso rebanho bovino, evitando consequências desastrosas ao futuro de nossas

exportações agropecuárias, bem como possibilitará a manutenção de relacionamento profícuo e proveitoso de nosso País com a Organização das Nações Unidas.

Diante do exposto, somos favoráveis à aprovação da Medida Provisória nº 277, de 2006, nos termos propostos pelo Poder Executivo, rejeitando as Emendas nº 1 a 12, 14, 00016 a 25 e 30 a 37, e indicando, nos

termos do Parágrafo Único do art. 46 do Regulamento Interno da Comissão Mista de Planos, Orçamentos Públicos e Fiscalização, como inadmissíveis as Emendas nº 13, 15, 26, 27, 28, 29, de 2006.

Sala das Sessões, de de 2006. – Deputado **Benjamin Maranhão**, Relator.

**Proposição:** [MPV-277/2006](#)

**Autor:** Poder Executivo

**Data de Apresentação:** 19/01/2006

**Apreciação:** Proposição Sujeita à Apreciação do Plenário

**Regime de tramitação:** Urgência

**Situação:** PLEN: Aguardando Encaminhamento.

**EMENTA:** Abre crédito extraordinário, em favor dos Ministérios da Agricultura, Pecuária e Abastecimento e das Relações Exteriores, no valor de R\$ 74.564.000,00, para os fins que especifica.

**INDEXAÇÃO:** Crédito extraordinário, Ministério da Agricultura, Pecuária e Abastecimento, erradicação, febre aftosa, bovino, Estado, (MS), (PR), auxílio, indenização, proprietário rural, pecuarista, Ministério das Relações Exteriores, pagamento, dívida, contribuição, (FAO), seção nacional.

**Despacho:**

2/2/2006 - Publique-se. Submeta-se ao Plenário. Proposição Sujeita à Apreciação do Plenário Regime de Tramitação: Urgência

- PLEN (PLEN )

[MSC 31/2006 \(Mensagem\) - Poder Executivo](#)

#### Legislação Citada

#### Emendas

- CMPOPF (CMPOPF )

[EMC 1/2006 CMPOPF \(Emenda Apresentada na Comissão\) - Anivaldo Vale](#)

[EMC 2/2006 CMPOPF \(Emenda Apresentada na Comissão\) - Anivaldo Vale](#)

[EMC 3/2006 CMPOPF \(Emenda Apresentada na Comissão\) - Antonio Carlos Mendes Thame](#)

[EMC 4/2006 CMPOPF \(Emenda Apresentada na Comissão\) - Zé Gerardo](#)

[EMC 5/2006 CMPOPF \(Emenda Apresentada na Comissão\) - Zé Gerardo](#)

[EMC 6/2006 CMPOPF \(Emenda Apresentada na Comissão\) - Flexa Ribeiro](#)

[EMC 7/2006 CMPOPF \(Emenda Apresentada na Comissão\) - Flexa Ribeiro](#)

[EMC 8/2006 CMPOPF \(Emenda Apresentada na Comissão\) - José Divino](#)

[EMC 9/2006 CMPOPF \(Emenda Apresentada na Comissão\) - José Divino](#)

[EMC 10/2006 CMPOPF \(Emenda Apresentada na Comissão\) - José Divino](#)

[EMC 11/2006 CMPOPF \(Emenda Apresentada na Comissão\) - José Divino](#)

[EMC 12/2006 CMPOPF \(Emenda Apresentada na Comissão\) - José Divino](#)

[EMC 13/2006 CMPOPF \(Emenda Apresentada na Comissão\) - Pedro Novais](#)

[EMC 14/2006 CMPOPF \(Emenda Apresentada na Comissão\) - Pedro Novais](#)

[EMC 15/2006 CMPOPF \(Emenda Apresentada na Comissão\) - Pedro Novais](#)

[EMC 16/2006 CMPOPF \(Emenda Apresentada na Comissão\) - Wilson Santiago](#)

[EMC 17/2006 CMPOPF \(Emenda Apresentada na Comissão\) - Wilson Santiago](#)

[EMC 18/2006 CMPOPF \(Emenda Apresentada na Comissão\) - Wilson Santiago](#)

[EMC 19/2006 CMPOPF \(Emenda Apresentada na Comissão\) - Wilson Santiago](#)

[EMC 20/2006 CMPOPF \(Emenda Apresentada na Comissão\) - Luiz Bittencourt](#)

[EMC 21/2006 CMPOPF \(Emenda Apresentada na Comissão\) - Luiz Carreira](#)

[EMC 22/2006 CMPOPF \(Emenda Apresentada na Comissão\) - Nelson Meurer](#)

[EMC 23/2006 CMPOPF \(Emenda Apresentada na Comissão\) - Pedro Chaves](#)

[EMC 24/2006 CMPOPF \(Emenda Apresentada na Comissão\) - Eduardo Cunha](#)

[EMC 25/2006 CMPOPF \(Emenda Apresentada na Comissão\) - Romero Jucá](#)

[EMC 26/2006 CMPOPF \(Emenda Apresentada na Comissão\) - Rose de Freitas](#)

[EMC 27/2006 CMPOPF \(Emenda Apresentada na Comissão\) - Rose de Freitas](#)

[EMC 28/2006 CMPOPF \(Emenda Apresentada na Comissão\) - Rose de Freitas](#)

[EMC 29/2006 CMPOPF \(Emenda Apresentada na Comissão\) - Rose de Freitas](#)

[EMC 30/2006 CMPOPF \(Emenda Apresentada na Comissão\) - Francisco Rodrigues](#)

[EMC 31/2006 CMPOPF \(Emenda Apresentada na Comissão\) - Francisco Rodrigues](#)

[EMC 32/2006 CMPOPF \(Emenda Apresentada na Comissão\) - Francisco Rodrigues](#)

[EMC 33/2006 CMPOPF \(Emenda Apresentada na Comissão\) - Geraldo Resende](#)

[EMC 34/2006 CMPOPF \(Emenda Apresentada na Comissão\) - Geraldo Resende](#)

[EMC 35/2006 CMPOPF \(Emenda Apresentada na Comissão\) - Geraldo Resende](#)

[EMC 36/2006 CMPOPF \(Emenda Apresentada na Comissão\) - Wilson Santiago](#)

**EMC 37/2006 CMPOPF (Emenda Apresentada na Comissão) - Ricardo Barros****Pareceres, Votos e Redação Final****- MPV27706 (MPV27706)****PPP 1 MPV27706 (Parecer Proferido em Plenário) - Benjamin Maranhão****Última Ação:****7/2/2006** - COORDENAÇÃO DE COMISSÕES PERMANENTES (CCP) - Encaminhada à publicação. Publicação Inicial no DCD de 08/02/2006.**16/3/2006** - PLENÁRIO (PLEN) - A Matéria vai ao Senado Federal, incluindo o processado. (MPV 277-A/06)

Obs.: o andamento da proposição fora desta Casa Legislativa não é tratado pelo sistema, devendo ser consultado nos órgãos respectivos.

Andamento:	
19/1/2006	<b>Poder Executivo (EXEC)</b> Publicação da Medida Provisória no Diário Oficial da União.
19/1/2006	<b>Mesa Diretora da Câmara dos Deputados (MESA)</b> Prazo para Emendas: 20/01/2006 a 25/01/2006. Comissão Mista: 19/01/2006 a 01/02/2006. Câmara dos Deputados: 02/02/2006 a 15/02/2006. Senado Federal: 16/02/2006 a 01/03/2006. Retorno à Câmara dos Deputados (se houver): 02/03/2006 a 04/03/2006. Sobrestar Pauta: a partir de 05/03/2006. Congresso Nacional: 19/01/2006 a 19/03/2006. Prorrogação pelo Congresso Nacional: 20/03/2006 a 18/05/2006.
1/2/2006	<b>Mesa Diretora da Câmara dos Deputados (MESA)</b> Ofício nº 39/2006, do Congresso Nacional, encaminhando à Câmara dos Deputados o processado da Medida Provisória nº 277/2006. Informando que à Medida foram oferecidas 37 emendas e que a Comissão Mista de Planos, Orçamentos Públicos e Fiscalização não emitiu parecer.
2/2/2006	<b>Mesa Diretora da Câmara dos Deputados (MESA)</b> Publique-se. Submeta-se ao Plenário. Proposição Sujeita à Apreciação do Plenário Regime de Tramitação: Urgência
7/2/2006	<b>COORDENAÇÃO DE COMISSÕES PERMANENTES (CCP)</b> Encaminhada à publicação. Publicação Inicial no DCD de 08/02/2006.
7/3/2006	<b>PLENÁRIO (PLEN)</b> Discussão em turno único.
7/3/2006	<b>PLENÁRIO (PLEN)</b> Matéria não apreciada em face da não-conclusão da apreciação da MPV 276/06, item 02 da pauta, com prazo encerrado.
8/3/2006	<b>PLENÁRIO (PLEN)</b> Discussão em turno único.
8/3/2006	<b>PLENÁRIO (PLEN)</b> Matéria não apreciada em face do encerramento da sessão.
9/3/2006	<b>PLENÁRIO (PLEN)</b> Discussão em turno único. (Sessão extraordinária - 9:00)
9/3/2006	<b>PLENÁRIO (PLEN)</b> Matéria não apreciada em face da não-conclusão da apreciação da MPV 276/06, item 01 da pauta, com prazo encerrado.
9/3/2006	<b>PLENÁRIO (PLEN)</b> Discussão em turno único. (Sessão ordinária - 14:00)
9/3/2006	<b>PLENÁRIO (PLEN)</b> Matéria não apreciada em face da não-conclusão da apreciação da MPV 276/06, item 01 da pauta, com prazo encerrado.
14/3/2006	<b>PLENÁRIO (PLEN)</b> Discussão em turno único.
14/3/2006	<b>PLENÁRIO (PLEN)</b> Matéria não apreciada em face do encerramento da sessão.
15/3/2006	<b>PLENÁRIO (PLEN)</b> Discussão em turno único.
15/3/2006	<b>PLENÁRIO (PLEN)</b> Matéria não apreciada em face do encerramento da sessão.
16/3/2006	<b>PLENÁRIO (PLEN)</b> Discussão em turno único.

16/3/2006	<b>PLENÁRIO (PLEN)</b> Votação do Requerimento do Dep. Murilo Zauith, na qualidade de Líder do PFL, que solicita a retirada de pauta desta MPV.
16/3/2006	<b>PLENÁRIO (PLEN)</b> Encaminharam a Votação: Dep. Roberto Brant (PFL-MG) e Dep. Fernando Ferro (PT-PE).
16/3/2006	<b>PLENÁRIO (PLEN)</b> Retirado pela Liderança do PFL, o Requerimento de Retirada de Pauta.
16/3/2006	<b>PLENÁRIO (PLEN)</b> Retirado pela Liderança do PFL o Requerimento do Dep. Rodrigo Maia (PFL-RJ) que solicita o adiamento da discussão por duas sessões.
16/3/2006	<b>PLENÁRIO (PLEN)</b> Designado Relator, Dep. Benjamin Maranhão (PMDB-PB), para proferir o parecer pela Comissão Mista de Planos, Orçamentos Públicos e Fiscalização a esta MPV e às 37 emendas a ela apresentadas.
16/3/2006	<b>PLENÁRIO (PLEN)</b> Parecer proferido em Plenário pelo Relator, Dep. Benjamin Maranhão (PMDB-PB), pela Comissão Mista de Planos, Orçamentos Públicos e Fiscalização, que conclui pelo atendimento dos pressupostos constitucionais de relevância e urgência; pela constitucionalidade, juridicidade e técnica legislativa; pela adequação financeira e orçamentária; pela inadmissibilidade das emendas de nº 13, 15 e 26 a 29; e, no mérito, pela aprovação desta MPV, e rejeição das emendas de nºs 1 a 12, 14, 16 a 25 e 30 a 37.
16/3/2006	<b>PLENÁRIO (PLEN)</b> Discutiu a Matéria o Dep. Ricardo Barros (PP-PR).
16/3/2006	<b>PLENÁRIO (PLEN)</b> Encerrada a discussão.
16/3/2006	<b>PLENÁRIO (PLEN)</b> Retirado pela Liderança do PFL o Requerimento do Dep. Rodrigo Maia (PFL-RJ) que solicita o adiamento da votação por duas sessões.
16/3/2006	<b>PLENÁRIO (PLEN)</b> Retirado pela Liderança do PFL o Requerimento do Dep. Rodrigo Maia (PFL-RJ) que solicita votação artigo por artigo.
16/3/2006	<b>PLENÁRIO (PLEN)</b> Votação preliminar em turno único.
16/3/2006	<b>PLENÁRIO (PLEN)</b> Encaminhou a Votação o Dep. Ronaldo Dimas (PSDB-TO).
16/3/2006	<b>PLENÁRIO (PLEN)</b> Aprovado, em apreciação preliminar, o Parecer do Relator, na parte em que manifesta opinião favorável quanto ao atendimento dos pressupostos constitucionais de relevância e urgência e de sua adequação financeira e orçamentária, nos termos do artigo 8º da Resolução nº 01, de 2002-CN.
16/3/2006	<b>PLENÁRIO (PLEN)</b> Aprovado, em apreciação preliminar, o Parecer do Relator, na parte em que manifesta opinião pela inadmissibilidade das emendas de nº 13, 15 e 26 a 29, nos termos do artigo 8º da Resolução nº 01, de 2002-CN.
16/3/2006	<b>PLENÁRIO (PLEN)</b> Em consequência, as emendas de nºs 13, 15 e 26 a 29 deixam de ser submetidas a voto, quanto ao mérito, nos termos do artigo 189, § 6º do RICD.
16/3/2006	<b>PLENÁRIO (PLEN)</b> Votação, quanto ao mérito, em turno único.
16/3/2006	<b>PLENÁRIO (PLEN)</b> Rejeitadas as Emendas de nºs 1 a 12, 14, 16 a 25 e 30, com parecer contrário, ressalvado o destaque.
16/3/2006	<b>PLENÁRIO (PLEN)</b> Aprovada a Medida Provisória nº 277, de 2006, ressalvado o destaque.
16/3/2006	<b>PLENÁRIO (PLEN)</b> Votação da Emenda nº 3, objeto do Destaque para votação em separado da bancada do PPS.
16/3/2006	<b>PLENÁRIO (PLEN)</b> Encaminharam a Votação: Dep. Colbert Martins (PPS-BA) e Dep. Benjamin Maranhão (PMDB-PB).
16/3/2006	<b>PLENÁRIO (PLEN)</b> Rejeitada a Emenda nº 3.
16/3/2006	<b>PLENÁRIO (PLEN)</b> Votação da Redação Final.
16/3/2006	<b>PLENÁRIO (PLEN)</b> Aprovada a Redação Final assinada pelo Relator, Dep. Benjamin Maranhão (PMDB-PB).
16/3/2006	<b>PLENÁRIO (PLEN)</b> A Matéria vai ao Senado Federal, incluindo o processado. (MPV 277-A/06)

Cadastrar para Acompanhamento

### ATO DO PRESIDENTE DA MESA DO CONGRESSO NACIONAL Nº 11, DE 2006 (\*)

O Presidente da Mesa do Congresso Nacional, cumprindo o que dispõe do § 1º do Art. 10 da Resolução nº 1, de 2002– CN, faz saber que nos termos do § 7º do Art. 62 da Constituição Federal, com a redação dada pela Emenda Constitucional nº 32 de 2001, a Medida Provisória nº 277, de 18 de Janeiro de 2006, que “Abre crédito extraordinário, em favor dos Ministérios da Agricultura, Pecuária e Abastecimento e das Relações Exteriores, no valor de R\$74.564.000,00, para os fins que especifica”, terá sua vigência prorrogada pelo período de sessenta dias, a partir de 20 de março de 2006, tendo em vista que sua votação não foi encerrada nas duas Casas do Congresso Nacional.

Congresso Nacional, 9 de março de 2006. – Senador **Renan Calheiros**, Presidente da Mesa do Congresso Nacional.

(\*) Republicado por haver saído com incorreção no **DOU**, de 10 de março de 2006, página 1, primeira coluna.

**O SR. PRESIDENTE** (Renan Calheiros. PMDB – AL) – Sobre a mesa, requerimento que será lido pela 1ª Secretária em exercício, Senadora Serys Slhessa-  
renko.

É lido o seguinte:

#### REQUERIMENTO Nº 313, DE 2006

Nos termos do artigo 256, § 2º inciso II, do Regimento Interno do Senado Federal, requeiro a retirada, em caráter definitivo do PLS nº 35, de 2005, de minha autoria, que “Inclui na jurisdição federal os trechos rodoviários que especifica, coincidentes com a diretriz da rodovia federal BR-497 estabelecida no Plano Nacional de Viação (PNV).”

Sala das Sessões, em 21 de março de 2006.  
– Senador **Aelton Freitas**, PL/MG.

**O SR. PRESIDENTE** (Renan Calheiros. PMDB – AL) – O requerimento será incluído em Ordem do Dia oportunamente.

**O SR. PRESIDENTE** (Renan Calheiros. PMDB – AL) – Os Srs. Senadores já podem votar.

**A SRA. IDELI SALVATTI** (Bloco/PT – SC) – Sr. Presidente, para orientar a Bancada.

**O SR. PRESIDENTE** (Renan Calheiros. PMDB – AL) – Os Srs. Líderes que desejarem orientar suas bancadas poderão fazê-lo.

Senadora Ideli Salvatti.

**A SRA. IDELI SALVATTI** (Bloco/PT – SC) – Sr. Presidente, a orientação para o PT e o Bloco de apoio é o voto “Sim”.

**O SR. NEY SUASSUNA** (PMDB – PB) – Sr. Presidente, a indicação para o PMDB é o voto “sim”.

**O SR. ROMERO JUCÁ** (PMDB – RR) – Sr. Presidente, a Liderança do Governo encaminha o voto “sim”.

**O SR. ANTONIO CARLOS MAGALHÃES** (PFL – BA) – Sr. Presidente, encaminho o voto “não” para todos aqueles que quiserem honrar o mandato.

**O SR. PRESIDENTE** (Renan Calheiros. PMDB – AL) – O Senador Antonio Carlos Magalhães encaminha o voto “não”.

**A SRA. ANA JÚLIA CAREPA** (Bloco/PT – PA) – Sr. Presidente, pela ordem.

**O SR. PRESIDENTE** (Renan Calheiros. PMDB – AL) – Tem V. Exª a palavra, pela ordem, enquanto fazemos a votação.

**A SRA. ANA JÚLIA CAREPA** (Bloco/PT – PA. Pela ordem. Sem revisão da oradora.) – Sr. Presidente, é um comunicado importantíssimo.

Na tarde de hoje, o Superior Tribunal de Justiça não conheceu o recurso especial, pedido pelo advogado do condenado Adilson Carvalho Laranjeira, contra decisão proferida pelo Tribunal de Justiça do Estado do Pará que condenou os assassinos (Adilson Laranjeira e Vantuir Gonçalves de Paula) de João Canuto.

O STJ acompanhou o parecer do Ministério Público Federal.

A viúva de João Canuto foi homenageada na semana passada por esta Casa. Recebeu o prêmio Bertha Lutz, conferido por nós. Essa mulher, de postura franzina, depois de ficar viúva, teve dois filhos assassinados. Ainda assim, continuou na luta, diga-se de passagem. Infelizmente, o Tribunal demorou muito para decretar a prisão e, muito antes de a Polícia ir prender esses mandantes, fugiram, e até hoje não foram encontrados. Portanto, faço um apelo ao Governador do Estado do Pará, infelizmente campeão de violência e morte no campo, no sentido de que crie uma comissão especial da polícia para prender esses bandidos que financiam a morte de trabalhadores rurais. Faço um apelo também – vou fazê-lo oficialmente – ao Ministro da Justiça para que se junte à Polícia Federal na perseguição desses mandantes. São esses mesmos que financiam a violência, Senador Tião Viana, e financiam também matérias de quem combate a grilagem, o trabalho escravo e a violência no campo.

Não me calarão! Não me calaram jamais. Continuarei denunciando e lutando contra a impunidade, a morte no campo.

Parabenizo o Superior Tribunal de Justiça por essa decisão, porque, agora, não tem mais nada que impeça o Governo do Estado de ir atrás desses verdadeiros bandidos que continuam foragidos, porque têm

dinheiro e continuam financiando a morte de pobres trabalhadores rurais no meu Pará.

Muito obrigada.

**O SR. ANTONIO CARLOS MAGALHÃES** (PFL – BA) – Sr. Presidente, não desejo molestá-lo, mas V. Ex<sup>a</sup> poderia abrir o painel. Encerra a votação e vê o resultado.

**O SR. PRESIDENTE** (Renan Calheiros. PMDB – AL) – Está certo.

Se todos já votaram, vou encerrar a votação por absoluta falta de **quorum**.

**O SR. PRESIDENTE** (Renan Calheiros. PMDB – AL) – Comunico à Casa que, em função da Medida Provisória lida hoje, só vamos ter Ordem do Dia na próxima terça-feira, de acordo com a combinação dos Líderes.

Está encerrada a Ordem do Dia.

São os seguintes os itens adiados:

## 2

### **MEDIDA PROVISÓRIA Nº 270, DE 2005**

Discussão, em turno único, Medida Provisória nº 270, de 2005, que abre crédito extraordinário, em favor da Câmara dos Deputados, do Senado Federal, da Presidência da República, dos Ministérios da Fazenda e da Integração Nacional e de Transferências a Estados, Distrito Federal e Municípios, no valor global de oitocentos e vinte e cinco milhões, novecentos e oito mil, novecentos e sessenta e oito reais, para os fins que especifica.

## 3

### **MEDIDA PROVISÓRIA Nº 271, DE 2005**

Discussão, em turno único, Medida Provisória nº 271, de 2005, que *autoriza a União a prestar auxílio financeiro complementar aos Estados, ao Distrito Federal e aos Municípios, com o objetivo de fomentar as exportações do País.*

## 4

### **PROJETO DE LEI DE CONVERSÃO Nº 3, DE 2006**

*(Proveniente da Medida Provisória nº 272, de 2005)*

*(Encontra-se sobrestando a pauta, nos termos do § 6º do art. 62 da Constituição Federal)*

Discussão, em turno único, do Projeto de Lei de Conversão nº 3, de 2006 (proveniente da Medida Provisória nº 272, de 2005), que *altera as Leis nºs 10.355, de 26 de dezembro de 2001, que dispõe sobre a estruturação da*

*Carreira Previdenciária no âmbito do Instituto Nacional do Seguro Social – INSS; 10.855, de 1º de abril de 2004, que dispõe sobre a reestruturação da Carreira Previdenciária, de que trata a Lei nº 10.355, de 26 de dezembro de 2001, instituindo a Carreira do Seguro Social; 10.876, de 2 de junho de 2004, que cria a Carreira de Perícia Médica da Previdência Social e dispõe sobre a remuneração da Carreira de Supervisor Médico-Pericial do Quadro de Pessoal do INSS, 10.997, de 15 de dezembro de 2004, que institui a Gratificação Específica do Seguro Social – GESS; 8.112, de 11 de dezembro de 1990, que dispõe sobre o regime jurídico dos servidores públicos civis da União, das Autarquias e das Fundações Públicas Federais; e fixa critérios temporários para pagamento da Gratificação de Desempenho de Atividade Médico-Pericial – GDAMP.*

## 5

### **PROJETO DE LEI DE CONVERSÃO Nº 4, DE 2006**

*(Proveniente da Medida Provisória nº 273, de 2005)*

*(Encontra-se sobrestando a pauta, nos termos do § 6º do art. 62 da Constituição Federal)*

Discussão, em turno único, do Projeto de Lei de Conversão nº 4, de 2006 (proveniente da Medida Provisória nº 273, de 2005), que *abre crédito extraordinário, em favor do Ministério dos Transportes e de Encargos Financeiros da União, no valor global de quinhentos e dezesseis milhões, cento e trinta e dois mil, novecentos e noventa e quatro reais para os fins que especifica.*

## 6

### **PROJETO DE LEI DE CONVERSÃO Nº 5, DE 2006**

*(Proveniente da Medida Provisória nº 274, de 2005)*

*(Encontra-se sobrestando a pauta, nos termos do § 6º do art. 62 da Constituição Federal)*

Discussão, em turno único, do Projeto de Lei de Conversão nº 5, de 2006 (proveniente da Medida Provisória nº 274, de 2005), que *acrescenta e altera dispositivos na Lei nº 5.917, de 10 de setembro de 1973, que aprova o Plano Nacional de Viação; revoga o art. 3º da Medida Provisória nº 2.217-3, de 4 de setembro de 2001; e dá outras providências.*

## 7

**MEDIDA PROVISÓRIA Nº 275, DE 2005**

(Encontra-se sobrestando a pauta, nos termos do § 6º do art. 62 da Constituição Federal)

Discussão, em turno único, da Medida Provisória nº 275, de 2005, que altera a Lei nº 9.317, de 5 de dezembro de 1996, que institui o Sistema Integrado de Pagamento de Impostos e Contribuições das Microempresas e das Empresas de Pequeno Porte – Simples, em função da alteração promovida pelo art. 33 da Lei nº 11.196, de 21 de novembro de 2005, e dispõe que o prazo a que se refere o art. 2º da Lei nº 8.989, de 24 de fevereiro de 1995, para reutilização do benefício da isenção do Imposto sobre Produtos Industrializados – IPI, na aquisição de automóveis para utilização no transporte autônomo de passageiros, bem como por pessoas portadoras de deficiência física, aplica-se inclusive às aquisições realizadas antes de 22 de novembro de 2005.

## 8

**PROJETO DE LEI DE CONVERSÃO Nº 7, DE 2006**

(Proveniente da Medida Provisória nº 276, de 2005)

(Encontra-se sobrestando a pauta, nos termos do § 6º do art. 62 da Constituição Federal)

Discussão, em turno único, do Projeto de Lei de Conversão nº 7, de 2006 (proveniente da Medida Provisória nº 276, de 2006), que abre crédito extraordinário, em favor do Ministério dos Transportes, no valor de trezentos e cinquenta milhões de reais, para os fins que especifica.

## 9

**SUBSTITUTIVO À PROPOSTA DE EMENDA À CONSTITUIÇÃO Nº 12, DE 2003**

Discussão, em segundo turno, do Substitutivo à Proposta de Emenda à Constituição nº 12, de 2003, tendo como primeiro signatário o Senador Osmar Dias, que altera os artigos 21 e 22 da Constituição Federal, para definir a competência da União no ordenamento do Sistema Nacional de Meteorologia e Climatologia.

## 10

**PROPOSTA DE EMENDA À CONSTITUIÇÃO Nº 66, DE 2005**

Discussão, em primeiro turno, da Proposta de Emenda à Constituição nº 66, de 2005, tendo como primeiro signatário o Senador José Jorge (apresentada como conclusão do Parecer nº 2.054, de 2005, da Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania), que acrescenta o inciso XVI e o § 2º ao art. 52 da Constituição, para atribuir ao Senado Federal competência para indicar membros do Conselho Diretor ou da Diretoria das Agências Reguladoras.

## 11

**PROJETO DE LEI DA CÂMARA Nº 96, DE 2005**

Discussão, em turno único, do Projeto de Lei da Câmara nº 96, de 2005 (nº 5.788/2001, na Casa de origem), que institui o Dia Nacional de Conscientização da Esclerose Múltipla.

Parecer favorável, sob nº 2.249, de 2005, da Comissão de Educação, Relator: Senador Augusto Botelho, com a Emenda 1-CE, de redação, que apresenta.

## 12

**PROJETO DE LEI DA CÂMARA Nº 100, DE 2005**

Discussão, em turno único, do Projeto de Lei da Câmara nº 100, de 2005 (nº 3.883/2004, na Casa de origem), que acrescenta inciso ao art. 473 da Consolidação das Leis do Trabalho – CLT, aprovada pelo Decreto-Lei nº 5.452, de 1º de maio de 1943, para permitir a ausência do trabalhador ao serviço, sem prejuízo do salário, na hipótese de participação em reunião oficial de organismo internacional ao qual o Brasil seja filiado.

Parecer favorável, sob nº 2.148, de 2005, da Comissão de Assuntos Sociais, Relator: Senador Paulo Paim.

## 13

**REDAÇÃO FINAL DO PROJETO DE LEI DO SENADO Nº 14, DE 2005**

Discussão, em turno único, da Redação Final (apresentada pela Comissão Diretora como conclusão de seu Parecer nº 2.202, de 2005, Relator: Senador Tião Viana), do Projeto de Lei do Senado nº 14, de 2005 (apresenta-



do pela Comissão de Direitos Humanos e Legislação Participativa como conclusão de seu Parecer nº 24, de 2005, Relator: Senador José Maranhão), que *altera a Lei nº 5.917, de 10 de setembro de 1973, que aprova o Plano Nacional de Viação, de modo a incluir, na Relação Descritiva das Rodovias do Sistema Rodoviário Federal, a rodovia que especifica.*

#### 14

### PROJETO DE LEI DO SENADO Nº 174, DE 2000

*(Incluído em Ordem do Dia nos termos do Recurso nº 21, de 2003)*

Discussão, em turno único, do Projeto de Lei do Senado nº 174, de 2000, de autoria do Senador Luiz Pontes, que *altera a Lei nº 9.656, de 3 de junho de 1998, que dispõe sobre os planos e seguros privados de assistência à saúde* (para assegurar a cobertura de despesas de acompanhante, no caso de paciente menor de dezoito anos, inclusive quando se tratar de internação em unidade de terapia intensiva ou similar).

Pareceres sob nºs 711, de 2003, e 1.515, de 2005, das Comissões

– de Assuntos Econômicos, Relator: Senador Mão Santa, favorável, com a Emenda nº 1-CAE, que apresenta; e

– da Comissão de Assuntos Sociais (em audiência, nos termos do Requerimento nº 336, de 2003), Relator: Senador Leonel Pavan, favorável, com a Emenda nº 2-CAS, que apresenta, com voto contrário, em separado, da Senadora Ideli Salvatti.

#### 15

### PROJETO DE LEI DO SENADO Nº 15, DE 2006

*(Tramitando nos termos dos arts. 142 e 143 do Regimento Comum)*

Discussão, em segundo turno, do Projeto de Lei do Senado nº 15, de 2006, de iniciativa da Comissão Parlamentar Mista de Inquérito da Emigração Ilegal, que *altera o Código Penal para criminalizar o tráfico internacional de pessoas para fins de emigração, e a Lei nº 9.613, de 3 de março de 1998, para inserir a mencionada conduta entre os crimes antecedentes da lavagem de dinheiro.*

#### 16

### REQUERIMENTO Nº 1.355, DE 2005

Votação, em turno único, do Requerimento nº 1.355, de 2005, do Senador Antonio Carlos Magalhães, solicitando ao Ministro de Estado da Fazenda informações a respeito de operações financeiras eventualmente efetuadas entre o Banco do Nordeste do Brasil (BNB) com a empresa controladora do empreendimento *Beach Park*, localizado em Porto das Dunas, Ceará, ou com qualquer das empresas controladas por ela.

Parecer favorável, sob nº 162, de 2006, da Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania, Relator **ad hoc**: Senador Romeu Tuma.

**O SR. PRESIDENTE** (Renan Calheiros. PMDB – AL) – Não há mais oradores inscritos.

Os Srs. Senadores Antero Paes de Barros, Alvaro Dias, Papaléo Paes, Luiz Pontes, Flexa Ribeiro, Juvêncio da Fonseca, Amir Lando, Romero Jucá, Flávio Arns, Paulo Paim e Leonel Pavan enviaram discursos à Mesa, que serão publicados na forma do disposto no art. 203, combinado com o art. 210, Inciso I e o § 2º, do Regimento Interno.

S. Ex<sup>as</sup> serão atendidos.

**O SR. ANTERO PAES DE BARROS** (PSDB – MT. Sem apanhamento taquigráfico.) – Sr. Presidente, Sr<sup>as</sup> e Srs. Senadores, a situação do Ministro Antonio Palocci está se complicando cada vez mais, mesmo que o Presidente Lula ratifique sua confiança no Ministro, dizendo que ele continua inabalável. Os depoimentos do motorista Francisco Chagas da Costa e do caseiro Francenildo Santos Costa derrubam completamente o depoimento prestado à CPI dos Bingos pelo Ministro Palocci.

Os jornais de grande circulação no País publicaram, nos últimos dias, inúmeras matérias mostrando as contradições registradas entre o depoimento de Palocci e os depoimentos do motorista e do caseiro. Assim, Sr. Presidente, é neste contexto que solicito que as matérias relacionadas em anexo sejam consideradas parte deste pronunciamento e, desta forma, passe a constar dos Anais do Senado Federal.

Era o que eu tinha a dizer, Sr. Presidente.

Muito obrigado.

**DOCUMENTOS A QUE SE REFERE O SR. SENADOR ANTERO PAES DE BARROS EM SEU PRONUNCIAMENTO.**

*(Inseridos nos termos do art. 210, inciso I e § 2º, do Regimento Interno.)*

FOLHA DE S. PAULO

## ESCÂNDALO DO "MENSALÃO"/PALOCCI NA MIRA

Testemunha diz a CPI que ministro freqüentou imóvel alugado pela 'República de Ribeirão'

## Motorista contradiz Palocci e o envolve na 'casa do lobby'

RUBENS VALENTE

DA SUCURSAL DE BRASÍLIA

O motorista Francisco Chagas da Costa contradisse ontem, na CPI dos Bingos, o depoimento prestado aos senadores pelo ministro da Fazenda, Antonio Palocci. O motorista afirmou ter visto o ministro "três vezes, mais ou menos" na casa alugada pelo economista Vladimir Poeto no Lago Sul, em Brasília. A casa foi descrita pelo advogado Rogério Buratti como uma "central de lobby" para encontros de lobistas e empresários com negócios de interesse no governo Lula.

"[O ministro] foi lá, ia lá. Mas não em festa. Durante o dia, mas sem festa. Não sei o que ia fazer. Foi poucas vezes. (...) Umás três vezes, mais ou menos. Eu o vi entrando na casa", disse Costa.

...As visitas do ministro não constituem irregularidade. Mas os senadores da oposição ficaram surpresos ao detectar mais uma contradição na versão apresentada por Palocci no depoimento de janeiro. A Folha já revelou que era falsa a explicação apresentada por Palocci sobre o uso de avião de um empresário no qual voou para Ribeirão Preto, já então ministro. Na ocasião, Palocci havia dito que o PT "alugou" o avião. Depois, em nota, o ministro admitiu que cometeu uma "imprecisão terminológica" em seu depoimento.

Em janeiro último, o ministro foi indagado sobre a casa pelo relator da comissão, Garibaldi Alves (PMDB-RN): "Vossa Excelência não esteve nenhuma vez na casa que ele [Vladimir Poeto] alugou no Lago Sul [em Brasília]?" Palocci foi definitivo: "Não, nenhuma vez. Não estive nenhuma vez."

O motorista contou que Palocci, duas vezes em que foi à casa, foi transportado não em carro oficial do Ministério da Fazenda, mas num Peugeot prata pertencente a Ralf Barquete, ex-assessor da presidência da Caixa Econômica Federal. Morto em 2004, Barquete foi acusado no ano passado por Buratti, ex-assessor de Palocci, de receber da empreiteira Leão Leão

O motorista Francisco das Chagas Costa, que trabalhou em Brasília para ex-assessores de Palocci, comprometeu o ministro na CPI dos Bingos

■ Ele disse ter visto "pelo menos 3 vezes" Palocci chegando na casa alugada por Vladimir Poeto, que trabalhou na Prefeitura de Ribeirão Preto

■ A casa era famosa por acolher festas com garotas agenciadas por Jeany Mary Corner, e que reunia lobistas e empresários

"[O ministro] foi lá, ia lá. Mas não em festa. Durante o dia, mas sem festa. Não sei o que ia fazer. Foram poucas vezes. (...) Umás três vezes, mais ou menos. Eu o vi entrando na casa. (...) Usava um Peugeot, usava o carro do Ralf [Barquete]"  
Ontem, à CPI

■ Chagas disse que ele mesmo transportava as garotas de Mary Corner para a casa, e que já havia falado duas vezes com a promotora de eventos

■ Ele afirmou que transportou uma vez dois empresários de bingos angolanos e Roberto Kurzweil para o Ministério da Fazenda

Os empresários são apontados pelo ex-assessor de Palocci Rogério Buratti como doador de R\$ 1 milhão para a campanha de Lula, por meio de Palocci — que nega. A doação teria sido acertada em jantar na casa de Kurzweil, dono de Omega alugado para o PT

## A NEGATIVA DO MINISTRO

Em depoimento à CPI em janeiro, Palocci disse que não conhecia Poeto e que nunca havia estado na casa em Brasília

O ministro negou já ter se reunido alguma vez com empresários angolanos e disse que nunca intermediou doação destes para campanha de Lula

PALOCCI: O Vladimir Poeto, eu não conheço. Encontrei com o Vladimir Poeto duas vezes — o compromisso em saber quem era... Não tive nenhuma reunião com ele, não estive com ele em nenhuma ocasião.

RELATOR: Vossa Excelência não está em nenhuma vez na casa que ele alugou no Lago Sul [em Brasília]?

PALOCCI: Aqui em Brasília?

RELATOR: Sim.

PALOCCI: Não, nenhum a vez.

RELATOR: A casa que era utilizada para reunir empresários.

PALOCCI: Não está e nenhuma vez.

Em 26.jan.2006, à CPI dos Bingos

R\$ 50 mil mensais para um caixa dois do Diretório Nacional do PT.

### Bingueiros

Em outro ponto considerado pelos senadores como de interesse para a investigação, Costa revelou ter acompanhado dois empresários de jogos de Angola para um encontro no Ministério da Fazenda com pessoa não identificada junto com o empresário Roberto Kurzweil, dono do carro em que teriam sido transportados supostos dólares de Cuba para o PT.

Os empresários são José Paulo Teixeira Figueiredo e Artur José Valente Oliveira Caio. Segundo as investigações da Polícia Federal, que partem de informações dadas por Buratti, os dois angolanos supostamente doaram R\$ 1 milhão para a campanha presidencial de Luiz Inácio Lula da Silva em 2002. Buratti afirmou ao Ministério Público que o dinheiro entrou no caixa dois da campanha petista.

O motorista trabalhou entre março de 2003 e fevereiro de 2004 no transporte, em Brasília, de Poletto, Buratti, Barquete e Ademirson Ariovaldo da Silva, assessor especial do ministro Palocci. Todos frequentavam a casa alugada por Poletto. O grupo comprou celulares em nome de Costa. Deixou-o ficar com um, do qual também pagavam a conta. Usavam o aparelho eventualmente, para falar entre si e com terceiros.

Costa contou que, no período, ouviu na casa diversas conversas em que se atribuía o apelido de "Chefão" a Antonio Palocci. "Eles falavam 'nós temos uma reunião com o Chefão, temos que falar com o Chefão tal hora'", afirmou.

Na casa também ocorriam festas com garotas contratadas pela promotora de eventos Jeany Mary Corner. Indagado se a conhecia, Costa confirmou. "Essa era a mulher que arrumava as meninas para a casa. Fazia festas e levava para a casa. Cheguei a vê-la duas vezes", contou o motorista, que negou a participação do ministro Palocci nas festas.

### OUTRO LADO

DA SUCURSAL DE BRASÍLIA  
DA REPORTAGEM LOCAL

O Ministério da Fazenda não havia se manifestado até as 19h de ontem sobre o depoimento do motorista Francisco das Chagas Costa à CPI dos Bingos no qual contradisse o depoimento do ministro Antonio Palocci. O ministro estava em Londres, com o presidente Luiz Inácio Lula da Silva.

O senador Tião Viana (PT-AC) disse que a assessoria entrou em contato com Palocci em Londres e lá ele voltou a negar que tenha conhecido a casa alugada em Brasília, segundo disse o motorista.

## Funcionária da Prefeitura de Ribeirão confirma a adulteração de planilhas

DA SUCURSAL DE BRASÍLIA

A ex-chefe da Seção de Obras Gerais da Prefeitura de Ribeirão Preto (SP) Marilene do Nascimento Falsarella confirmou ontem, em depoimento à CPI dos Bingos, que adulterava planilhas de medição de serviços que teriam provocado pagamentos superfaturados para a empresa de lixo Leão Leão, de Ribeirão Preto.

A Folha procurou a assessoria de comunicação do ministério às 14h de ontem, logo depois que o motorista contou ter visto o ministro, entre 2003 e 2004, na casa do Lago Sul alugada pelo economista Vladimir Poletto. A assessoria foi procurada às 15h, às 16h e às 17h. Por volta das 18h, a assessoria telefonou para dizer que Palocci já havia sido informado do teor do depoimento, mas ainda não havia um comunicado oficial.

Viana disse que o depoimento do motorista "deve ser investigado", mas que deveria ser levado em conta "que ele não contou sobre visitas no depoimento que

prestou à Polícia Federal". Costa contou a assessores da CPI que não mencionara as visitas de Palocci porque não fora indagado a respeito na PF.

### Angolano

O advogado do angolano Artur José Teixeira Valente Oliveira Caio, Paulo José Iasz de Moraes, negou que ele tenha sido levado a alguma reunião no ministério. "Meu cliente nunca colocou os pés em Brasília, muito menos no Ministério da Fazenda." A promotora de eventos Jeany Mary Corner disse que consultará seu advogado antes de se manifestar.

A fraude teria resultado num pagamento irregular à empresa de R\$ 400 mil mensais entre 2001 e 2004 —o que deixou um prejuízo de R\$ 17,2 milhões para a prefeitura. "Era nessa planilha que se lavava [o dinheiro]", disse.

Marilene contou que ela e outros funcionários alteravam os documentos por ordem do então chefe de divisão do Daerp (departamento de limpeza urbana) de

Ribeirão, Mauro Pereira Júnior, que depois teria pedido afastamento por não concordar com as fraudes. O chefe, disse ela, também teria sido obrigado a manipular os dados a pedido de sua superior, a chefe do Daerp, Isabel Bordini, mulher do ex-assessor de Antonio Palocci e hoje assessor do serviço de processamento de dados do governo Lula, Donizeti Rosa. (RV)

REPÚBLICA DE RIBEIRÃO: A CASA DO LAGO SUL

## ENTREVISTA

Francenildo Santos Costa, ex-empregado da casa da república de Ribeirão em Brasília

### VISITAS:

Francenildo Santos Costa, ex-empregado da casa da república de Ribeirão em Brasília, relata o cotidiano da mansão e o papel de Palocci

### DISCRICÃO:

Francenildo Santos Costa, ex-empregado da casa da república de Ribeirão em Brasília, relata o cotidiano da mansão e o papel de Palocci

### DINHEIRO:

Francenildo Santos Costa, ex-empregado da casa da república de Ribeirão em Brasília, relata o cotidiano da mansão e o papel de Palocci

# ‘Ministro chegava num Peugeot prata’

Caso recontado pelo depoimento de motorista e câmeras das visitas de Palocci a mansão a jogada em Brasília

de 1994

Casero da mansão que por oito meses serviu de base para a república de Ribeirão Preto, Francenildo Santos Costa, o Nildo, relatou ao **Estado** a rotina da casa e de seus frequentadores, entre os quais incluiu o ministro da Fazenda, Antonio Palocci. Mas enfatizou que o depoimento do motorista Francisco das Chagas Costa a CPI dos Bicos, segundo o qual Palocci fora a casa umas duas ou três vezes. Nildo assegurou que o ministro foi mais assíduo.

“Ele chegava sozinho, num Peugeot prata, de vidro escuro, de uso do dr. Ralph (Barquete)”, contou Nildo, referindo-se ao ex-assessor de Palocci em Ribeirão, já morto.

O caseiro garante ter testemunhado distribuição de dinheiro na casa do Lago Sul e conta que o local servia para reuniões do grupo. Relata, ainda, que a chegada de Palocci era antecedida de um aviso de seu secretário particular, Ademilson Artesvaldo da Silva, e caracterizada pela discricão.

Pelo testemunho, Palocci, já como ministro, manteve relações com seus ex-assessores na prefeitura de Ribeirão, ao contrário do que afirmou à CPI. Abaixo, os principais trechos da entrevista do caseiro.

**O que chamou mais a sua atenção nos meses em que conviveu com os inquilinos de Ribeirão Preto? A forma de pagamento. Era muito bom.**

**O pagamento era em cheque? Nunca saiu cheque, não. Só em dinheiro.**

**Quem morava na casa? Ninguém morava lá. Passavam só a noite.**

**Quem eram essas pessoas? Vladimir Poletto, doutor Ralph Barquete, doutor Rui (Bar-**

**quete, irmão de Ralph, Ademilson Artesvaldo da Silva, secretário particular de Palocci e o chefe.**

**Quem é chefe? Agência não chamava de Palocci, chamava de chefe. Eles a chamavam ruim. Tinha que chamar de chefe.**

**E eles chamavam Palocci de chefe ou só os empregados? Não, era para todo mundo. Não era só para os empregados. Nós não íamos lá e deixar a casa para o chefe. Isso quando ele ficava lá durante a semana, porque geralmente ele não saía do domingo ao domingo.**

**O senhor conheceu o ministro pessoalmente?**

**‘Não chamava de Palocci, achavam ruim. Tinha que chamar de chefe’**

**Francenildo Santos Costa, ex-empregado da casa da república de Ribeirão**

**soamente? Eu via de longe, porque a casa tem sensor de luz que se acendia quando ele aparecia. Via a cara dele de perto e tudo. Num sábado à tarde, cheguei a ver ele com doutor Rogerio (Buratti), ex-assessor de Palocci na prefeitura de Ribeirão. Depois disso, não vi mais.**

**Onde havia sensores de luz? Dentro da casa, para o quarto e terreno. Ele pediu para desligar os sensores em volta da casa, mas não teve coragem. Era para ninguém vê-lo. No jardim tem luzes. Ele sabia que não era para ligar a luz do jardim, que queria a casa escura do lado de fora.**

**Ele chegava sozinho? Chegava sozinho, vinha num Peugeot prata, de vidro escuro, dirigindo sozinho.**

**De quem era o carro? Era de uso do doutor Ralph.**

**O senhor morava na casa? Sim. A casa era do lado da garagem. Quem está lá dentro lá pra ver quem está lá fora.**

**O senhor viu o ministro chegando? Era a gente via.**

**Mas ele disse que nunca foi à casa. Do lado dele, eu não sou nada, mas eie está mentando.**

**Quantas vezes e e foi à casa? Se for contar, que eu me lembro, umas 10 ou 20 vezes. Não foram três vezes como Francisco falou (a CPI dos Bicos).**

**Ele chegava sozinho? Tive um sábado em que estava agitado, tem um doutor Rogerio e Rui, a tarde.**

**Buratti frequentava a casa? Um ou duas vezes o chefe foi para conversar com o doutor Rogerio. Já numa sala que tinha TV. Eles sempre ficavam ali. O doutor Rogerio ficava lá com a mulher dele, Carla. Quando iam para São Paulo, Carla vinha no final de semana.**

**O senhor via dinheiro na casa? Via, via as notas, pacotes de R\$ 100 e R\$ 50 na mala de Vladimir. Ele trazia muito dinheiro. Eu sabia que tinha muito dinheiro porque ele saía do quarto e fechava a porta do quarto.**

**Quem pagava as contas? Era Vladimir. Vinha uma verba lá de São Paulo.**

**De onde vinha o dinheiro? Vinha da empresa do doutor Rogerio. Era eie quem pagava as despesas, os empregados. Ele passava o dinheiro para Vladimir.**

**O senhor participou alguma vez da entrega de dinheiro?**

Um dia o Francisco me chamou para ir ao ministério. Disse: “Vamos ali mais eu, que você está à toa mesmo.” Chegamos lá, Francisco parou o carro no estacionamento, ligou para o doutor Ademirson. Esperamos uns 20-30 minutos. Ai eie desceu e Francisco entregou o envelope. Eu vi Francisco pegando o dinheiro. Dava para ver que era muito dinheiro, não era pouco. Acho que R\$ 5 mil, R\$ 6 mil, R\$ 7 mil.

**O pagamento dos empregados da casa também era feito com dinheiro enviado por Buratti? Era. Ele passava o dinheiro ao Vladimir, que pagava a gente.**

**O dinheiro vinha de São Paulo? O dinheiro vinha lá da empresa de São Paulo, eles chamavam de verba.**

**Como era o pagamento de vocês? Eles pagavam no dia 1º. Falavam que era até dia 5, mas pagavam antes. Davam R\$ 750, R\$ 770, mais um pouquinho.**

**‘O dinheiro vinha da empresa de São Paulo. Chamavam de verba’**

**Vladimir era ótimo patrão**

**Onde ele pegava o dinheiro? Tinha vez que ele vinha com o dinheiro na maia, vinha do aeroporto, vinha de fora. Sempre pagavam na terça ou na quinta-feira.**

**O senhor levou dinheiro outras vezes para Ademirson? Francisco deve ter levado muitas vezes. Peio que eu conversei com ele, ele levou dinheiro para cada um deles. Levava para os apartamentos para um e outro, doutor**

Rogério, doutor Ralph. Se precisava de dinheiro trocado, aí Vladimir fazia um pacote numa mesa que tinha lá, separava, desmanchava o dinheiro, separava e mandava Francisco distribuir. Francisco me falou isso.

**O dinheiro que o motorista Francisco levava era para Ademirson ou para o chefe?**

Não posso informar, não. Não sei o que eles faziam com esse dinheiro, não.

**Alguma vez alguém falou do presidente Luiz Inácio Lula da Silva?**

Ele era bem falado lá, mas quando falavam no nome de Lula iam lá para dentro. Fala-

va nos eventos, nas viagens que ele ia fazer.

**A casa era mobiliada?**

Não, Vladimir comprou tudo. As camas vieram assim que ele fez o contrato. As camas novas, tudo camona boa, bonita.

**Eles guardavam roupa dentro daquela casa?**

O Vladimir, o doutor Rogério, o doutor Ralph, sim.

**Por que o senhor decidiu contar tudo isso agora?**

É porque o Francisco depôs na CPI e citou a mim e minha mulher. Fiquei meio com medo e resolvi falar logo. ● ROSA COSTA

## Motorista admite que conhece caseiro, mas nega denúncias

...O motorista Francisco das Chagas Costa confirmou que Francenildo dos Santos Costa, o Nildo, foi realmente caseiro da mansão que era frequentada pelo ministro da Fazenda, Antonio Palocci, e seus amigos da república de Ribeirão. "É o Nildo, o caseiro, eu conheço ele", afirmou, ao ver as fotografias mostradas pelo Estado.

Evangelico, do tipo que não mente por dever religioso, ele preferiu silenciar quando soube que Nildo tinha contado sobre a entrega de um envelope com dinheiro

para Ademirson Ariosvaldo da Silva, secretário do ministro.

Ele não negou que tenha feito a entrega e depois encerrou a conversa: "Deixa isso para lá, não vou me meter nisso não." Ao ser alertado de que poderia se prejudicar, disse: "Não tenho nada que falar. Deixe eu me complicar."

O advogado Luiz Antônio Guerra da Silva, proprietário da mansão alugada para Vladimir Poletto, confirmou ter sugerido a permanência de Nildo. "Eu o recomendei ao Poletto. Disse que tinha um casal de caseiros que conhecia e já trabalhava na casa. O Poletto aceitou e o Francenildo passou a ser contratado dele", afirmou. ● EXPEDITO FILHO

REPÚBLICA DE RIBEIRÃO: A CASA DO LAGO SUL

# Relator da CPI quer ouvir caseiro e adianta que vai indiciar Palocci

Ministro será incluído no relatório como envolvido em suspeita de irregularidades, conforme acusaram testemunhas

João Domingos  
BRASÍLIA

O relator da CPI dos Bingos, senador Garibaldi Alves (PMDB-RN), afirmou ontem que no relatório final vai incluir o nome do ministro da Fazenda, Antonio Palocci, entre os suspeitos de irregularidades, porque várias testemunhas falaram de sua participação, até mesmo no envolvimento com bingos. "Ele vai aparecer no relatório final", avisou Garibaldi.

Para o relator, a situação do ministro se complicou depois da entrevista do caseiro Francenildo Santos Costa publicada ontem pelo Estado. "Além da fala do caseiro, há outros depoimentos que dizem que o ministro Palocci frequentava a mansão do Lago Sul."

Segundo Nildo, como é conhecido Francenildo, na casa eram realizadas reuniões para organizar a distribuição de dinheiro em Brasília, além de festas animadas por garotas de programa, muitas vezes agenciadas por Jeany Mary Corner. Encarregado de vigiar e manter limpo o lugar, Nildo disse ter visto malas e maços de dinheiro suposta-

mente administrado por Vladimir Poletto, ex-assessor de Palocci na prefeitura de Ribeirão Preto e responsável pela locação da casa do Lago Sul.

O senador, no entanto, acha que não é preciso tomar novo depoimento do ministro. "Vamos esperar para ver se surgem fatos novos." O relator disse que ainda não há provas materiais contra Palocci. "Estamos apurando se o ministro realmente mentiu, mas não temos provas materiais e precisamos apurar mais para chegar à verdade", disse Garibaldi.

Palocci mostrou-se preocupado. Ele conversou ontem por telefone com a líder do PT, Idei Salvatti (SC), e com o senador Tião Viana (PT-AC), seu grande defensor na CPI dos Bingos. "O ministro disse que está indignado, porém tranquilo", afirmou Tião Viana.

Opetista acha que está havendo armação por parte dos partidos oposicionistas, porque o caseiro disse que Palocci chegava à mansão dirigindo um Peugeot prata. "Isso é impossível, porque o ministro não dirige carro há 15 anos e nunca dirigiu em Brasília", disse Tião Viana. "Por

causa da disputa eleitoral, estão querendo atingir não só o ministro Palocci, mas também o presidente do Sebrae, Paulo Okamoto, os dois muito próximos ao presidente da República." Segundo ele, "pelo menos 13 mil contratos da prefeitura de Ribeirão Preto foram investigados e nada se apurou contra o ministro".

Tião Viana levanta a suspeita de que testemunhas cujas declarações podem fazer muito estrago, como o caseiro, estejam sendo usadas pelos partidos de oposição para alimentar denúncias. "Tem uma volúpia denunciada de setores da oposição."

**"PINÓQUIO"**

O presidente do PPS, deputado Roberto Freire (PE), pediu o afastamento do ministro da Fazenda.

"O ministro Palocci vai ser considerado o grande pinóquio do governo Lula. E olha que esse governo é pródigo em pinóquios. Nunca vi um governo desmentir tanto aquilo que as evidências apontam como verdade." ● COLABOROU: CIDA FONTES

## PF ouve hoje empregado que fez revelações

... A pedido da CPI dos Bingos, a Polícia Federal intimou Francenildo Santos Costa para depor hoje, a partir das 10h. Ele é caseiro da mansão do Lago Sul, em Brasília, onde se reuniram membros da república de Ribeirão Preto para partilha de dinheiro e festas, segundo reportagem publicada ontem no Estado. Um dos frequentadores da mansão, segundo o caseiro, seria o ministro da Fazenda, Antônio Palocci, tratado como 'o chefe'.

Palocci nega a informação. O advogado do caseiro, Wlício Nascimento, informou que seu cliente acrescentará detalhes das reuniões e festas na mansão desde o início de 2003, quando assessores de Palocci alugaram o imóvel. O depoimento será tomado pelo delegado Luiz Gustavo Goes e repassado à CPI dos Bingos. ● VANNILDO MENDES

# Secretário particular quintuplicou patrimônio

Segundo CPI dos Bingos, IR de Ademirson indica enriquecimento rápido a partir de 2000

BRASÍLIA

Destinatário de pelo menos um pacote de dinheiro remetido pelo grupo de Ribeirão Preto, Ademirson Ariovaldo da Silva, 50 anos, secretário particular do ministro da Fazenda, Antonio Palocci, multiplicou seu patrimônio nos últimos anos.

De acordo com técnicos da CPI dos Bingos, nos dois primeiros anos do governo do PT, Ademirson saiu de um patrimônio de R\$ 93.704,92 em fins de 2002 para R\$ 306.224,17, em dezembro de 2004.

Em entrevista ao Estado, Francenildo Santos Costa, caseiro da mansão usada por ex-assessores de Palocci em Brasília,

afirmou que testemunhou a entrega de um pacote de notas para o secretário particular do ministro.

O dinheiro, segundo o caseiro, foi repassado a Ademirson na portaria do Ministério da Fazenda pelo motorista que servia a turma de Ribeirão, Francisco das Chagas.

Ontem, o *Correio Braziliense* publicou reportagem com dados da análise que a CPI dos Bingos fez das declarações de renda do assessor de Palocci.

Segundo a comissão, a análise preliminar das declarações de Imposto de Renda de Ademirson indica que o secretário de Palocci entregou à Receita Federal prestações de contas

que mostram uma rápida evolução patrimonial, principalmente nos dois primeiros anos do governo Lula.

O total de bens declarados,

**Valor dos bens saltou de R\$ 93 mil em 2002 para R\$ 306 mil em 2004**

que era de R\$ 57 mil em 2000, por exemplo, foi multiplicado por cinco em quatro anos.

Entre os bens atuais estão uma casa de 210 metros quadrados com piscina, em Ribeirão Preto, e dois carros. Em

2004, Ademirson vendeu o Corsa que tinha e comprou um Astra Sedan e um Peugeot 206.

Em 1999, o assessor e sua mulher possuíam dois terrenos com valor declarado de R\$ 6,4 mil, dois carros (um Palio 97 e um Escort 92) e R\$ 30 mil em depósitos. Não tinham casa própria.

Nas declarações de Ademirson, a mulher — que não trabalha, e os dois filhos são estudantes e não têm rendimentos.

No ministério, a função de Ademirson é atender telefonemas, cuidar da agenda de Palocci e marcar as viagens oficiais.

Agora, a CPI avalia que basta o acesso às faturas de cartão de crédito da família para comprovar um padrão de vida incompatível com os rendimentos. A CPI já dispõe do sigilo bancários de Ademirson.

Procurado pela reportagem, Ademirson, que está de licença médica, informou, através da Assessoria de Imprensa do Ministério da Fazenda, que não se pronunciaria. ●

# Amigos trocaram mansão por apartamento

Principal exigência ao escolher novo endereço era poder entrar e sair sem que os reconhecessem

Rosa Costa

BRASÍLIA

Quando deixaram a casa do Lago Sul, em fevereiro de 2004, os integrantes da chamada república de Ribeirão Preto se mudaram para um apartamento em outra área nobre da cidade, o Setor Sudoeste. De acordo com corretores consultados na época, a principal exigência na escolha do novo imóvel, comandada por Vladimir Poieto, era a de assegurar a privacidade dos frequentadores do local. Após visitar alguns imóveis, Poieto optou por um apartamento na quadra 101, com 380 metros, no edifício Residencial Portinari, na quadra 101. São apenas quatro apartamentos por andar. O deles era o 504, de

canto, com quatro suítes.

Os corretores contam que chamou a atenção a preocupação de Poieto, e de outras pessoas que visitaram o imóvel, em checar se era possível descer do carro, de uma das quatro vagas disponíveis, sem ser flagrado pelas câmeras de segurança instaladas na garagem.

O dono do apartamento, empresário Oswaldo Montes, confirmou a reportagem que Vladimir Poieto assinou o contrato em janeiro de 2004.

Segundo ele, o acerto do aluguel, em torno de R\$ 6 mil, foi intermediado por uma imobiliária. Por isso, afirmou que não sabia se o pagamento era feito em dinheiro vivo, a exem-

plô do que ocorria na casa que ocupavam antes. "Ele assinou o contrato em janeiro de 2004 pelo prazo de um ano, mas saiu antes, no dia 30 de setembro", contou.

O caseiro da casa do Lago Sul, Francenildo Santos Costa, o Nildo, disse que ajudou na mudança, levando para lá as roupas de Poieto e do advogado Rogério Buratti. "É um prédio marronzão, o elevador que dava acesso para o apartamento era privativo e varanda dos dois lados", afirmou. Segundo Nildo, Poieto se aborreceu quando um vizinho entrou no apartamento enquanto ele estava na mudança. "Ele ficou com

**Aluguel de cerca de R\$ 6 mil foi acertado com imobiliária**

raiva, ligou não sei para quem e ficou pagando sapo."

Avanado em R\$1,2 milhão, o apartamento ocupado pelos integrantes da chamada República de Ribeirão Preto tem uma sóla vizinhança — construída de diplomatas e de profissionais bem-sucedidos. Cada uma das quatro portas tem o seu próprio, o que permite aos moradores ir da garagem até a entrada sem serem vistos pelo vizinho do lado. A cobertura é coletiva, com piscina, sauna, salas de jogos e de ginástica. ●

O GLOBO

CRISE POLITICA: "Ponho um pedacinho do pé, pode ser?" diz Paulo Bernardo sobre pôr a mão no fogo pelo colega

# Planalto teme que denúncia atinja imagem de Lula

Presidente fica irritado com acusação de caseiro, ouve Palocci, ataca CPI dos Bingos e chama ministro da Justiça

Cristiane Jungblut

• **BRASÍLIA.** O presidente Luiz Inácio Lula da Silva ficou muito irritado com as novas denúncias envolvendo o ministro da Fazenda, Antonio Palocci. Segundo integrantes do governo, Lula disse que a CPI dos Bingos se transformou num palanque contra o governo. Lula se reuniu de manhã com Palocci e ainda conversou sobre o assunto longamente com o ministro da Justiça, Márcio Thomaz Bastos. O presidente comentou, segundo assessores, que a repercussão do caso estava muito ruim e que a cada semana há uma nova tentativa de desgastar o ministro da Fazenda.

O temor no núcleo do governo é de que as novas denúncias envolvendo Palocci com o grupo de lobistas da cidade da qual foi prefeito possa contaminar a imagem do Planalto e do próprio Lula.

## Decisão do PSDB amenizará impacto das denúncias

No início da noite, ministros do Planalto avaliavam que o anúncio do PSDB sobre a candidatura de Geraldo Alckmin à Presidência havia ajudado a amenizar um pouco o impacto das denúncias contra Palocci e que a repercussão no mercado

financeiro tinha sido pequena.

— O presidente disse que a CPI dos Bingos não é CPI e sim um palanque contra o governo e que não apura nada — disse um assessor.

A avaliação interna é de que o noticiário em relação a Palocci pode ter efeito semelhante às acusações contra o ex-ministro José Dirceu, que ajudaram a derrubar a popularidade de Lula no segundo semestre do ano passado. Para um assessor, já não existe mais blindagem em relação a Palocci. É como se toda a gordura de proteção do ministro tivesse sido consumida com os últimos acontecimentos.

Nas conversas, inclusive com Lula, Palocci negou as denúncias e argumentou principalmente que não dirige carro em Brasília. Coube ao ministro do Planejamento, Paulo Bernardo, defendê-lo publicamente. Perguntado se poria a mão no fogo pelo colega, brincou:

— Ponho o pé, um pedacinho do pé, pode ser?

Bernardo contou que o ministro lhe telefonou e assegurou que não eram verdadeiras as denúncias do caseiro Francenildo Santos Costa de que freqüentava uma casa no Lago Sul onde haveria negociações de ex-assessores seus na Pre-

leitura de Ribeirão Preto (SP). Bernardo também atacou o trabalho da CPI, afirmando que lá não se fala a verdade:

— Essa CPI virou uma luta político-eleitoral. Mas nunca ninguém disse que o ministro mentiu. Ele se corrigiu. Agora o ministro Palocci reafirmou o que tinha dito antes e eu confio no que ele disse. Não conheço essa pessoa que está dando essas declarações. Não posso confiar mais nela do que no ministro Palocci.

## Imagem de Palocci no mercado externo ajuda

O ministro do Planejamento defendeu a permanência de Palocci no cargo:

— Palocci tem falado reiteradas vezes que não vai sair. É acho que ele não deve sair.

No início da noite, assessores afirmavam que o mercado não pareceu se abalar com as denúncias contra Palocci, o que era um bom sinal. Segundo um ministro do Planalto, "não há razão para a saída de Palocci".

Mas outros integrantes do governo acreditam que a situação de Palocci está cada vez mais difícil e que ele deveria aproveitar a reforma ministerial do dia 31 e deixar o governo.

— A crise vai encerrar muito cedo. Não vou estar no governo no que esteve com Lula.

Já o vice-presidente e ministro da Defesa, José Alencar, disse que não havia lido as denúncias contra Palocci, mas que a economia continua forte.

Um interlocutor do ministro na bancada petista afirmou que o que ainda pode garantir a permanência de Palocci é seu papel para o mercado externo.

— O presidente Lula ficou muito impressionado na viagem a Londres, quando eu pessoalmente como Palocci é importante para o investidor estrangeiro. Ele ainda é nosso maior na economia para o mundo — disse o parlamentar.

— Lula não quer que a economia sofra qualquer abalo em 2006, já que o crescimento e a estabilidade serão seus trunfos eleitorais. Se por um lado a imagem de Palocci para investidores estrangeiros pode ser a senha para ele ficar, a voracidade da oposição pode complicar as coisas para o ministro. ■

COLABORARAM Gerson Camarotti e Henrique Gomes Batista

## No dia seguinte, caseiro fica calado e some

Advogado que é dono da casa diz acreditar em seu empregado

• **BRASÍLIA.** Um dia depois de conceder a entrevista ao jornal "O Estado de S. Paulo" que pode complicar ainda mais a situação do ministro Antônio Palocci, o caseiro Francenildo Santos Costa, o Nildo, se trançou na mansão que era freqüentada pela República

de Ribeirão Preto. Pessoas próximas a Nildo disseram que ele já havia comentando com colegas sobre o dinheiro que viu na casa.

— Mas ele contou tudo? — perguntou espantando, um conhecido de Nildo ao ser informado da entrevista.

Nildo, que foi caseiro dos amigos de Palocci durante oito meses, disse à reportagem que o ministro esteve na casa "umas dez ou 20 vezes" e que pedia para não acender a luz do jardim, "porque queria a casa escura do lado de fora".

## Entrada sempre pelos fundos

O caseiro afirmou ainda que

era o próprio ministro quem dirigia um Peugeot de cor prata, quando ia à casa. Ele assegura que viu distribuição de dinheiro na casa e que o pagamento era sempre feito em espécie. Palocci, que, segundo o caseiro, era tratado por "chefe", sempre chegava na mansão por uma entrada nos fundos. A casa é toda vigiada por câmeras.

De manhã, Nildo cortou a grama da casa mas logo se recolheu e não foi visto durante o dia inteiro. O assédio dos jornalistas foi intenso. Uma mulher, que se identificou como a responsável por mostrar a casa a interessados em alugar o imóvel, era

quem atendia o telefone, onde há uma câmera.

O proprietário da casa, o advogado Luis Antônio Guerra, disse que Nildo é seu funcionário há anos e que continuará sendo. Ele disse não ter razões para demiti-lo e que acredita no conteúdo das declarações dadas por Nildo.

— Ele contou o que viveu. É um rapaz íntegro, correto e honesto. Não vejo razão para não acreditar no que ele disse — disse Guerra.

O advogado disse que não tinha conhecimento do que ocorria na casa até ler a entrevista de Nildo na manhã de ontem. ■

## ESCÂNDALO DO "MENSALÃO" / PALOCCI NA MIRA

*CPI votará convocação de testemunha; oposição não cogita chamar ministro novamente*

# Ex-caseiro deve confirmar à PF idas de Palocci à 'casa de lobby'

DA TURMA DE BRASÍLIA

Francenildo dos Santos Costa, 24, caseiro até ontem da casa alugada entre 2003 e 2004 por ex-assessores de Antonio Palocci Filho (Fazenda) na Prefeitura de Ribeirão Preto (SP), deve confirmar hoje à Polícia Federal o testemunho de que o imóvel não apenas era frequentado pelo ministro — contrariando o depoimento que Palocci prestou à CPI dos Bingos em janeiro — como também servia para partilha de dinheiro e abrigava festas anuais por garotas de programa.

A testemunha aproxima ainda mais Palocci do grupo de lobistas acusado de interferir em negócios de seu interesse no governo Lula, como a renovação do contrato de R\$ 650 milhões da empresa de informática GTech com a Caixa Econômica Federal.

A Polícia Federal intimou o caseiro Francenildo Santos Costa para ser apresentar e se identificar hoje, em Brasília, a pedido da CPI dos Bingos. A intimação foi feita porque havia dúvidas sobre sua real identidade e localização. A própria CPI vai votar hoje a convocação do caseiro. Se for o

pedido for aprovado, ele deve depor amanhã.

A CPI chegou a Francenildo por meio do motorista Francisco das Chagas Costa, que já desmentira Palocci na semana passada. Em depoimento à CPI, o motorista disse ter visto Palocci "duas ou três vezes" na casa. Depois Costa foi até a casa no Lago Sul, bairro nobre de Brasília, e identificou, a um agente da Polícia Federal que o acompanhava, Francenildo como o homem que limpava e vigiava a casa.

Num primeiro contato com o agente da PF, o caseiro negou que tivesse trabalhado para a chamada "república de Ribeirão". Ele resolveu falar após ter entrado em contato com assessores do PSDB no Senado, por meio de um conhecido comum.

Em entrevista ao jornal "O Estado de São Paulo", publicada ontem, Costa afirmou que Palocci esteve na mansão "10 ou 20" vezes — o ministro nega. No período de oito meses em que trabalhou para ex-assessores do ministro, o caseiro teria presenciado a entrega de dinheiro a Ademirson Ariosvaldo da Silva, assessor especial de Palocci, no estacionamento do

Ministério da Fazenda, em Brasília. Ariosvaldo atua como um secretário particular do ministro.

Francenildo Costa disse ter presenciado o movimento de malas e pacotes de dinheiro, em notas de R\$ 50 e R\$ 100, administrado principalmente por Vladimir Poletto, ex-funcionário da Prefeitura de Ribeirão Preto.

O dinheiro, segundo o caseiro, era enviado mensalmente de São Paulo por Rogério Buratti, ex-assessor de Palocci em sua primeira gestão na Prefeitura de Ribeirão.

A Folha tentou localizar Francenildo Costa ontem de manhã na casa do Lago Sul. Uma funcionária disse que ele havia abandonado o emprego poucas horas antes. O advogado Wlício Chaveiro Nascimento disse que seu cliente deve confirmar à PF, hoje, o teor da entrevista divulgada ontem.

Francenildo contou, na reportagem, que para ir à casa Palocci não usava um carro oficial, mas sim um Peugeot prata pertencente a Ralf Barquete, então assessor da presidência da Caixa, morto em 2004. Barquete possuía um carro com essas características, vendido em 2004 para Poletto.

Segundo denúncia de Buratti ao

Ministério Público, era Barquete quem recebia em nome do PT, entre 2001 e 2002, R\$ 50 mil mensais da empresa Leão Leão como parte de um esquema de caixa dois na gestão de Palocci.

O ministro seria chamado de "chefe" pelos frequentadores da casa, contou ainda o ex-caseiro. A mesma expressão consta de interceptações de telefonemas de Buratti feitas a pedido do Ministério Público.

### CPI

A oposição apresentou dois requerimentos sobre o assunto na CPI dos Bingos. Porém demonstrou cautela sobre a possibilidade de chamar Palocci para depor mais uma vez. "É preciso ouvir o caseiro antes. Até agora não há provas, apenas testemunhos", disse o senador Romeu Tuma (PFL-SP), um dos autores do requerimento de convocação da testemunha.

O líder do PFL na Câmara, Rodrigo Maia (RJ), criticou a própria oposição pelo excesso de zelo com Palocci. "Não podemos ficar calados. A matéria é explosiva. O presidente precisa ter coragem para demitir Palocci", disse.



## A CASA DO LOBBY

Casa alugada em Brasília levanta suspeitas da polícia, que pôde abrir inquérito para apurar o que ocorria em reuniões com homens do governo, lobistas e empresários

Lula Marques/Folha Imagem

## O INQUILINO

**Vladimir Poeto**, que trabalhou na prefeitura de Ribeirão Preto quando Palocci era o prefeito, alugou a casa, que pertence a Luiz Antonio Guerra da Silva

**Outro lado** - à CPI dos Bingos, em nov. 2005; Poeto disse que havia alugado a casa em seu nome, mas que ela era para uso pessoal, para quando fosse a Brasília

## AS FESTAS

A casa é conhecida por reunir receptionistas agenciadas por **Jeany Mary Corner**, ex-assessores de Palocci em Ribeirão e empresários e lobistas

## OS VISITANTES

Frequentavam a casa o ministro e seus ex-assessores em Ribeirão: Poeto, Rogério Buratti, Ademirson Ariovaldo (hoje assessor do ministro) e Ralf Barquete (morto em 2004), além do irmão de Ralf, Rui, e outros amigos

## O DINHEIRO

■ Nildo disse que via notas de R\$ 100 e R\$ 50 em mala carregada por Poeto. Era ele quem pagava as contas da casa e, disse Nildo, o dinheiro vinha de empresa de São Paulo e era entregue a Poeto por Buratti

## AS TESTEMUNHAS

■ Chagas, que trabalhou em Brasília como motorista dos ex-assessores de Palocci em Ribeirão, disse que ele mesmo transportava as garotas de Mary Corner para a casa

■ Segundo Nildo disse ao "Estado", ele e Chagas já levaram envelope com dinheiro para Ademirson na fazenda. O envelope, diz Nildo, devia conter entre R\$ 5.000 e R\$ 7.000



## Ministro recorre ao mercado para negar acusação

DA REPORTAGEM LOCAL

O ministro Antonio Palocci disse ontem que as denúncias de sua suposta participação em um esquema de corrupção são a "repetição de uma onda ocorrida no ano passado": "Quando estamos nos aproximando do processo eleitoral, há uma retomada de questões já passadas. Isso diz respeito ao clima eleitoral, que vai trazer um calor maior ao debate político e a esse nível de acusações", disse.

As declarações foram dadas em teleconferência promovida pela consultoria Tendências, de Mailson da Nóbrega e Gustavo Loyola, onde jornalistas puderam apenas ouvir as perguntas de clientes da empresa.

Sobre as denúncias de funcionários que trabalhavam numa casa em Brasília onde ocorria a distribuição de dinheiro, Palocci disse ignorar quais "motivações, sentimentos ou interesses" estavam por trás

das declarações. "Quero até ressaltar que eu não guio aqui em Brasília. Uso carro oficial ou ando com a minha esposa", disse sobre suas supostas idas à casa dirigindo um Peugeot prata. "Serei sempre muito transparente. Estive três vezes no Congresso prestando depoimentos no ano passado e esclareci todas as questões que me foram levantadas", declarou.

Palocci disse que não pretende ter nenhuma participação na campanha: "Estive hoje com o presidente Lula e disse que minha vontade era prosseguir no ministério e não me envolver diretamente na campanha. Isso corresponde também à vontade do presidente", disse.

Palocci passou a maior parte do dia no Planalto planejando sua defesa. A idéia inicial, de convocar a imprensa para uma entrevista, foi descartada porque traria muito desgaste. A saída foi pedir ajuda ao mercado, que lhe proporcionou uma teleconferência com investidores e economistas, dando ao ministro uma chance de falar sobre economia em vez de ser emparedado pelos jornalistas.

Colaborou a Sucursal de Brasília

## Não dá para poupar Palocci, diz pefelista

ELIANE CANTANHÊDE  
COLUNISTA DA FOLHA

O líder do PFL no Senado, José Agripino Maia (RN), disse ontem que "o copo encheu" e que não há mais possibilidade de a oposição continuar temporizando com o ministro Antonio Palocci. Apesar de insistentes denúncias, o ministro teve sempre uma complacência da oposição sob o pretexto de poupar a economia do país.

"O copo foi enchendo, foi enchendo e encheu. O copo está cheio, a situação azedou. Não dá mais para temporizar depois de tantas evidências contra ele [Palocci]", disse Agripino sobre a entrevista do caseiro Francenildo Santos Costa confirmando que o ministro frequentava a casa da chamada "república de Ribeirão".

"Nós temos duas preciosidades neste ano eleitoral: o Palocci e o Okamoto", disse Agripino, referindo-se a Paulo Okamoto, amigo do presidente que pagava contas do próprio Lula e de sua filha Lurian. Ainda mais veemente, o presidente do PFL, senador Jorge

Bornhausen (SC), tentou negar que o partido tenha tentado proteger Palocci: "O PFL? Nós não temos nada com isso. Quem nomeou e quem mantém o Palocci é o Lula, incompetente e leniente".

Para ele, "Palocci não corresponde nem administrativa nem eticamente ao que o país necessita. Sua gestão na economia é medíocre e todos os grandes escândalos desse governo foram em órgãos vinculados à Fazenda". Citou o IRB, o Banco do Brasil-Visa-net, a Caixa Econômica Federal com a GTech e a Casa da Moeda.

O senador Antonio Carlos Magalhães (PFL-BA) sempre foi apontado, com o presidente do PSDB, Tasso Jereissatti (CE), como articulador de uma espécie de cerco de proteção a Palocci. Bornhausen foi irônico: "Se alguém defendia o Palocci, deve estar profundamente arrependido. Eu nunca o defendi". ACM jogou a toalha ontem depois das novas denúncias: "Está ficando difícil. Gosto muito dele [Palocci], mas os fatos estão se multiplicando sem explicações", acrescentou.

## Lula descarta afastar ministro por denúncias

DA SUCURSAL DE BRASÍLIA

Apesar de ter considerado as declarações do caseiro Francenildo Santos Costa outro forte desgaste para o ministro Antonio Palocci (Fazenda), o presidente Luiz Inácio Lula da Silva descarta afastá-lo do cargo. Palocci esteve ontem com Lula e negou as denúncias que o atingem.

Lula avalia que afastar Palocci poderia inviabilizar sua reeleição, pois perderia aquele que julga ser o grande fiador da atual política econômica do governo.

"Estão pegando no pé do Palocci. Ele virou o alvo", disse ontem o presidente, segundo relato de auxiliares. O presidente disse que, entre os acusadores e Palocci, acredita no ministro.

Ontem, assessores do presidente acusavam tucanos de estar "instrumentalizando" o caseiro, com o objetivo de derrubar o ministro e desgastar Lula visando a campanha eleitoral. Segundo petistas ligados a Lula, o caseiro estaria sendo "protegido e vigiado" por senadores do PSDB.

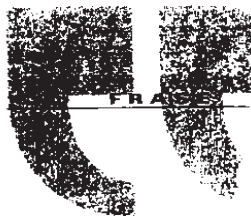
Palocci continua negando ter ido à casa onde trabalhava o caseiro. Localizado em área nebre de Brasília, o imóvel foi alugado por um grupo de ex-auxiliares do ministro quando foi prefeito de Ribeirão Preto. O local seria utilizado para reuniões de lobby e festas com garotas de programa.

Ontem, o jornal "O Estado de S. Paulo" publicou entrevista com o caseiro, na qual ele afirma que o ministro frequentava o local, no qual seus ex-auxiliares fariam partilha de dinheiro. Ele disse ter visto "pacotes de notas de R\$ 100 e R\$ 50 na mala de Vladimir [Poletto, ex-assessor do ministro]".

Lula avalia que substituir Palocci por acusações de corrupção seria dar à oposição novo fôlego para atacar moralmente o seu governo. O desempenho de Palocci no cargo, apesar da pressão do presidente por redução dos juros, é considerado fundamental por Lula para ele obter a reeleição.

### Esvaziamento

O surgimento de mais uma acu-



*"Ninguém disse que o ministro mentiu. Ele corrigiu, é diferente. Se ele se enganou, vai ter de falar isso. Estou dizendo que ele reafirmou o que tinha dito antes e eu confio no que ele disse"*

PAULO BERNARDO

ministro do Planejamento, sobre a declaração de Palocci a respeito de uma carona em um avião

sação contra Palocci levou Lula a

nao participar de uma cerimônia marcada havia mais de uma semana e a alterar vários compromissos para tratar do tema.

Um dos principais aliados de Palocci no governo, o ministro Paulo Bernardo (Planejamento) disse "confiar" em Palocci. Quando confrontado que o titular da Fazenda já tinha mentido à CPI dos Bingos (sobre o PT ter alugado um avião que lhe deu carona) carona, Paulo Bernardo afirmou que "naquela CPI ninguém fala a verdade".

"Ninguém disse que o ministro mentiu. Ele corrigiu, é diferente. Se ele se enganou, vai ter de falar isso. Estou dizendo que ele reafirmou o que tinha dito antes e eu confio no que ele disse. Nem conheço essa pessoa que deu a declaração, não posso confiar mais nela do que no Palocci", disse o ministro do Planejamento.

Questionado se punha a mão no fogo por Palocci, foi irônico: "Ponha o pé, um pedacinho do pé, pode ser?", disse, sorrindo. (KENNEDY ALENCAR E PEDRO DIAS LEITE)

CRISE POLITICA. *CPI dos Bingos vota com ocação do empregado hoje e pode ouvi-lo já amanhã. É a prioridade*

## Caseiro complica ainda mais situação de Palocci

Francenildo Costa diz que ministro frequentava mansão em Brasília na qual seus ex-assessores repartiam propina

Alan Gripp e Evandro Éboli

● BRASÍLIA. Revelações feitas por um caseiro de Brasília voltaram a contradizer o ministro da Fazenda, Antonio Palocci, e caíram ontem como uma bomba no Congresso. Francenildo Santos Costa, que trabalhou na luxuosa casa mantida em Brasília por ex-assessores do ministro na Prefeitura de Ribeirão Preto, disse em entrevista ao jornal "O Estado de S. Paulo" que o imóvel era usado para partilha de dinheiro e que Palocci era frequentador assíduo da casa, onde todos o chamavam de chefe. O ministro voltou a dizer que nunca esteve na casa.

As informações provocaram reação imediata. Nildo, como é conhecido o caseiro, foi intimado pela Polícia Federal e prestará depoimento hoje, às 10h. A CPI dos Bingos também quer ouvi-lo: seu presidente, senador Efraim Morais (PFL-PB), disse

que a comissão votará hoje a convocação. Se aprovada, ele será ouvido amanhã. A volta do ministro à CPI vai depender destes dois depoimentos.

— Nossa prioridade número um é o caseiro. Se ele confirmar tudo, o ministro fica em posição delicada — disse Efraim.

Na entrevista, o caseiro contou que Palocci esteve na casa "umas dez ou 20 vezes". Nildo foi a segunda testemunha a apresentar versão diferente da de Palocci. Semana passada, o motorista que prestava serviço para a República de Ribeirão Preto dissera ter visto o ministro no imóvel "duas ou três vezes". Na versão do caseiro, Palocci chegava à casa quase sempre sozinho, dirigindo um Peugeot prata que pertencia a Ralf Barquete, ex-secretário de Fazenda de Ribeirão Preto.

Nildo também disse que viu "pacotes de R\$ 100 e R\$ 50" na mala de Vladimir Poletto, tam-

bém ex-funcionário da prefeitura, acusado de transportar dólares vindos de Cuba para a campanha do PT, em 2002. Foi ele quem alugou a casa em 2003. O imóvel fica no Lago Sul, e seu aluguel por seis meses foi pago em dinheiro: R\$ 60 mil.

### "Qual o tamanho da mentira? Perdeu-se o limite"

A reação da oposição foi dura. Alguns parlamentares, como o líder do PFL no Senado, José Agripino Maia (RN), defenderam a volta de Palocci à CPI:

— Para preservar a dignidade do cargo e a sua dignidade pessoal, ele precisa pedir voluntariamente para voltar à CPI. Do contrário, o governo estará com sua coluna vertebral partida.

Para o senador José Jorge (PFL-PE), que integra a CPI dos Bingos, a situação de Pa-

loci está a cada dia mais complicada. Ele chamou os ex-assessores do ministro de "quadrilha de Ribeirão Preto".

— As denúncias são gravíssimas. A situação do ministro é insustentável.

Os governistas foram à tribuna do Senado defender Palocci. Tião Viana (PT-AC), vice-líder do partido, afirmou não ver necessidade de um novo depoimento do ministro. Ele classificou a entrevista como mentirosa e insinuou que integrantes da oposição orientaram o caseiro:

— Qual o tamanho da mentira? Perdeu-se o limite. Temos que ter responsabilidade política. Não podemos nos render às mentiras ditas por uma pessoa. Trata-se de fofoca.

O senador Eduardo Suplicy (PT-SP) disse que Palocci sempre se comportou de maneira correta, mas disse que o ministro precisa dar um "esclarecimento completo" do caso.

Na avaliação da oposição, a entrevista do caseiro também deixa em posição delicada o

assessor especial de Palocci, Ademirson Ariovaldo da Silva. Nildo contou que, em uma

ocasião, ele foi com o motorista ao Ministério da Fazenda para entregar um envelope

contendo dinheiro para Ademirson. A quantia teria sido enviada por Poletto. ■

# Ministro nega ida à casa e diz que fica no cargo

Em sua defesa, Palocci afirma ainda que nunca dirigiu em Brasília, como afirmou o caseiro

Martha Beck

• BRASÍLIA. O ministro da Fazenda, Antonio Palocci, disse ontem que as denúncias são falsas e fazem parte do clima eleitoral, que traz à tona assuntos do passado. Ele afirmou que não vai deixar o governo para participar da campanha do presidente Luiz Inácio Lula da Silva.

— A retomada de questões já passadas diz respeito ao clima eleitoral. Esse clima vai trazer certamente um calor maior ao debate político e a esse nível de acusações — disse o ministro sobre as denúncias de que freqüentava a mansão usada para distribuir dinheiro entre integrantes da República de Ribeirão Preto.

Palocci decidiu se defender numa teleconferência da consultoria Tendências. Os jornalistas não puderam fazer perguntas. Ele disse que conversou com Lula sobre o problema ontem e recebeu como conselho ficar com a cabeça fria. O ministro também voltou a dizer que não deixará o Ministério da

Fazenda para coordenar a campanha de Lula à reeleição:

— O presidente Lula me disse: “Olha, agora começa a campanha e a tendência é que haja um período mais caloroso no debate político”. Ele me sugeriu que tenha a cabeça fria. Então eu vou trabalhar para que a minha cabeça esteja sempre fria e voltada para o foco do meu trabalho. Quando for necessário dar esclarecimentos sobre essas questões, vou fazê-lo de maneira muito clara e transparente.

Mas Palocci não falou diretamente sobre a denúncia de que seu assessor Ademirson Ariovaldo da Silva teria recebido um envelope de dinheiro no estacionamento do Ministério da Fazenda.

**“Quero até ressaltar que eu nunca guiei aqui em Brasília”**

O ministro disse que já se defendeu de denúncias na CPI dos Bingos e que não sabe a motivação das novas acusações. Ele também contestou as afirmações do caseiro da mansão

Francenildo Santos Costa de que chegava ao local quase sempre sozinho e dirigindo um Peugeot prata. Ainda segundo o caseiro, o ministro chegava à noite e pedia que as luzes do portão ficassem apagadas para que ninguém o visse.

— Na semana passada e hoje, houve pessoas que, não sel movidas por qual sentimento ou por qual interesse, disseram que a minha informação sobre a presença naquela residência que foi alugada por ex-assessores de Ribeirão Preto, não era correta. Aquele motorista que esteve na comissão na semana passada disse que tinha me visto duas ou três vezes durante o dia lá. Hoje, num dos jornais, vemos que o caseiro da casa disse que não me viu de dia, me viu de noite dez vezes, que eu cheguei lá guiando um carro que não é meu... eu quero até ressaltar que eu nunca guiei aqui em Brasília. Ou eu estou com o carro oficial ou com o carro da minha esposa, que guia. Isso, de forma bastante

singela, mostra que a informação não é correta.

O Ministério da Fazenda também não comentou a afirmação de Francenildo, que teria visto Ademirson recebendo um envelope com dinheiro. O assessor não foi trabalhar ontem.

**No ministério, clima de pessimismo na reunião**

Os funcionários do ministério tentaram manter o clima de tranquilidade, mas o pessimismo foi visível. De manhã, na reunião que ocorre toda terça-feira entre os secretários da pasta, “o ambiente não estava nada bom”, segundo um membro da equipe econômica. Entre os participantes da reunião estavam o secretário-executivo da Fazenda, Murilo Portugal, o secretário de Política Econômica, Bernard Appy, além de representantes do Tesouro Nacional e da Procuradoria-Geral da Fazenda Nacional.

— Ninguém comentou nada abertamente, mas o ambiente mostrava um desânimo geral — disse o funcionário. ■

# O que há contra o ministro

## AS CONTRADIÇÕES

**A CASA DO LAGO:** — Em depoimento à CPI dos Bingos, o advogado Rogério Buratti revelou que ele e ex-assessores de Antonio Palocci na prefeitura de Ribeirão Preto se reuniam numa luxuosa casa no Lago Sul, região nobre de Brasília. A casa foi alugada pelo economista Vladimir Poleto por R\$ 60 mil e foi definida por Buratti como uma "central de negócios".

**O QUE DISSE PALOCCI:** Em janeiro, ao prestar depoimento à CPI, Palocci foi incisivo ao ser perguntado se estivera alguma vez na casa: "Não, nenhuma vez. Não estive nenhuma vez".

**O MOTORISTA:** Quarenta dias depois, a CPI ouviu o motorista Francisco das Chagas Costa, que contou versão diferente. Ele, que dirige para os ex-assessores do ministro quando eles estavam em Brasília, disse ter visto Palocci "três vezes, mais ou menos" na casa, sempre de dia.

**O CASEIRO:** O caseiro Francenildo Santos Costa, que ainda trabalha na casa do Lago Sul, disse ontem que o ministro era frequentador assíduo a que o viu "umas 10 ou 20 vezes" na casa. Segundo ele, o ministro chegava sozinho num Peugeot prata e a casa era usada para a partilha de dinheiro.

**A NOVA RESPOSTA DO MINISTRO:** Palocci disse ontem que o motorista mentiu e reafirmou que nunca foi à casa. Disse que não dirige há 14 anos e que, por isso, não poderia chegar sozinho num carro ao local.

**O AVIÃO:** Em depoimento à CPI, o empresário Roberto Colnaghi disse que Palocci viajou pelo menos três vezes de carona num jatinho de sua propriedade, duas vezes já como ministro. O avião Seneca é o mesmo que transportou caixas de uísque supostamente contendo dólares vindos de Cuba para o PT. Palocci foi desmentido, já que negara anteriormente ter viajado na aeronave.

**A SEGUNDA VERSÃO DE PALOCCI:** Desmentido por Colnaghi, o ministro mudou sua versão. Reconheceu que fez uma viagem, mas argumentou que era para um compromisso do PT (a filiação ao partido do prefeito de Ribeirão) e que por isso não poderia ter usado um avião oficial. E disse que o PT alugou a aeronave.

**NOVO DESMENTIDO:** O ministro foi novamente desmentido por Colnaghi, que disse não ter recebido nada para ceder o avião. Não há notas fiscais nem recibos na contabilidade dos diretores municipal (Ribeirão Preto) e estadual (São Paulo) do PT.

# O que disse o caseiro

• **DE CARRO:** "Ele (Palocci) chegava sozinho, num Peugeot prata, de vidro escuro, de uso do doutor Ralph (Barquete)."

• **A CASA:** "Ninguém morava lá. Eles passavam só à noite: Vladimir Poleto, doutor Ralph Barquete, doutor Rui (Barquete, irmão de Ralph), Ademirson (Ariosvaldo da Silva, secretário particular de Palocci) e o chefe (Palocci)."

• **O CHEFE:** "A gente não falava Palocci na frente deles. Achavam ruim. Tinha de chamar de chefe. 'Olha, o chefe vem hoje. Vamos sair fora e deixar a casa para o chefe'. Isso quando ele lá durante a semana, porque geralmente lá no sábado e no domingo."

• **TERNO:** "Eu via de longe, porque a casa tem sensor de luz que se acendia quando ele aparecia. Via a cara dele de terno e tudo. Num sábado à tarde, cheguei a ver ele com doutor Rogério (Buratti, ex-assessor da prefeitura de Ribeirão Preto) e doutor Rui Barquete."

• **MENTIRA:** "Perto dele, não sou nada, mas se ele disse que nunca foi à casa, está mentindo. Se for contar, que eu me lembre, foram umas dez ou 20 vezes. Não foram três vezes como Francisco (das Chagas Costa, motorista) falou."

• **DINHEIRO:** "Via notas de R\$ 100 e R\$ 50 na mala de Vladimir. Ele trazia muito dinheiro. Eu sabia que tinha muito dinheiro porque ele saía do quarto e fechava a porta do quarto. Quem pagava as contas era Vladimir. Vinha uma verba lá de São Paulo."

• **A ENTREGA:** "Um dia, o Francisco me chamou para ir ao ministério. Esperamos uns 20, 30 minutos. Ai, doutor Ademirson desceu e Francisco entregou o envelope. Dava para ver que era muito dinheiro, não era pouco. Acho que R\$ 5 mil, R\$ 6 mil, R\$ 7 mil."

## DENÚNCIA DE MESADA EM RIBEIRÃO PRETO

Rogério Buratti, que foi secretário de Governo de Palocci (1993-94) em Ribeirão Preto, afirmou que, entre 2001 e 2002, na segunda gestão de Palocci na prefeitura, a empresa Leão & Leão pagava mesada de R\$ 50 mil ao então prefeito de Ribeirão e outros da região. O pagamento garantiria a manutenção do contrato de serviços de coleta de lixo e varrição de ruas entre a empresa e a prefeitura.

## LOBBY PARA BINGOS E CADA DOIS

Buratti, em depoimento ao Ministério Público, também teria dito que Palocci esteve em 2002 num encontro com dois angolanos, donos de bingos. Os dois bingueiros teriam doado R\$ 1 milhão à campanha petista, segundo Buratti.

## IRMÃO EM TRÁFICO DE INFLUÊNCIA

Ademar Palocci, irmão do ministro, é acusado de fazer tráfico de influência para beneficiar a seguradora Intarabraz. A empresa fez doações para a campanha petista em Goiânia, onde Ademar foi secretário municipal. Ademar também é acusado de operar um caixa dois de campanhas petistas em Goiás.

## CASO CUBA

Ex-assessores do ministro em Ribeirão Preto, Ralph Barquete e Vladimir Poleto teriam intermediado remessa de dólares de Cuba para a campanha de Lula em 2002. Segundo a denúncia, o dinheiro teria sido transportado de Brasília para São Paulo num avião do empresário José Roberto Colnaghi. Barquete, que foi secretário de Fazenda de Palocci na Prefeitura de Ribeirão de Preto, morreu em junho de 2004.

## LIGAÇÕES PARA JUSCELINO DOURADO

O chefe de gabinete do ministro da Fazenda, Juscelino Dourado, saiu do cargo depois que vieram a público ligações telefônicas dele com o advogado Rogério Buratti. Dourado acabou admitindo que também recebeu várias vezes no Ministério da Fazenda. Mas alegou que era só para tratar de assuntos particulares.

## O CELULAR DE ADEMIRSON

Secretário particular do ministro, Ademirson Ariosvaldo da Silva recebeu num celular ligações de Buratti e Vladimir Poleto. Esse telefone já teria sido usado pelo ministro Palocci ainda na época do governo de transição, mas a assessoria garante que o número era do assessor. Foram 1.434 ligações somente entre Poleto e Ademirson de março de 2003 até agosto deste ano, mais de 51 horas de conversas.

## MINISTÉRIO PÚBLICO

As investigações do Ministério Público e da Polícia Civil em Ribeirão Preto sobre irregularidades na prefeitura já esbarraaram no ministro. A polícia diz já ter provas para indiciá-lo com outros assessores pelos crimes de peculato e formação de quadrilha. As irregularidades teriam ocorrido na licitação para serviços de limpeza no município.

### QUEM É QUEM NA REPÚBLICA DE RIBEIRÃO PRETO

**José Roberto Colnaghi**  
Empresário, dono do jatinho Seneca usado pelo ministro. Foi desmentido por ele ao afirmar que não transportou caixas de uísque para o PT.

**Francisco das Chagas Costa**  
Motorista do ministro quando ele estava em Brasília. Disse ter visto Palocci "três vezes, mais ou menos" na casa, sempre de dia.

**Francenildo Santos Costa**  
Caseiro da casa do Lago Sul. Disse que o ministro era frequentador assíduo e o viu "umas 10 ou 20 vezes" na casa.

**Roberto Colnaghi**  
Empresário, dono do jatinho Seneca usado pelo ministro. Foi desmentido por ele ao afirmar que não transportou caixas de uísque para o PT.

**Vladimir Poleto**  
Economista, dono da casa no Lago Sul. Foi desmentido por Palocci ao afirmar que não alugou a casa para ele e seus assessores.

**Ademirson Ariosvaldo da Silva**  
Secretário particular do ministro. Recebeu ligações de Buratti e Poleto. Foi desmentido por Palocci ao afirmar que o número era do assessor.

**Ralph Barquete**  
Ex-assessor do ministro. Foi desmentido por Palocci ao afirmar que não intermediou a remessa de dólares de Cuba para a campanha de Lula.

**Rogério Buratti**  
Advogado, ex-assessor do ministro. Foi desmentido por Palocci ao afirmar que não fez tráfico de influência para beneficiar a seguradora Intarabraz.

CRISE POLÍTICA: Francenildo Costa afirma que ministro da Fazenda freqüentava a casa da República de Ribeirão

## CPI convoca caseiro que contradisse Palocci

Suplicy desempata votação a favor do depoimento que pode complicar situação do ministro e deixa petistas enfurecidos

Alan Gripp

• BRASÍLIA. Com o voto decisivo de um petista — o senador Eduardo Suplicy (SP) — a CPI dos Bingos aprovou ontem, pelo apertado placar de 7 a 6, a convocação do caseiro Francenildo Santos Costa, que anteontem contradisse a versão do ministro da Fazenda, Antonio Palocci, sobre o uso da casa em Brasília freqüentada pela República de Ribeirão Preto. Nildo, como é conhecido, prestará depoimento hoje, às 10h, e, segundo seus advogados, repetirá as denúncias que deixaram Palocci em situação delicada.

Nildo, que trabalhou como caseiro num imóvel alugado por ex-assessores de Palocci em Brasília, disse em entrevista ao jornal "O Estado de S.Paulo" que o ministro era freqüenta-

do assíduo da casa. Ele contou ainda que a residência era utilizada pelos ex-assessores de Palocci para repartir dinheiro.

O voto de Suplicy deixou furiosos seus colegas petistas. Ao ouvir a decisão, a senadora Ideli Salvatti (PT-SC) deu um soco na mesa. O senador Tião Viana (PT-AC) reclamou:

— Ele confundiu tudo!

Suplicy disse aos colegas que julga importante o caseiro dar suas explicações na CPI, onde os governistas, segundo ele, poderão contestar suas declarações. Mas, no fim da sessão, o senador ligou para Palocci, que acompanhava a reunião, para se explicar. Suplicy disse ao ministro ter a garantia do presidente da CPI, Efraim Morais (PFL-PB), de que o depoimento será reservado.

— Ele me garantiu isso de pé junto — disse Suplicy.

### Presidência pede registros de voto

• O resultado contrariou o Planalto. Assessores de Lula se irritaram com o comportamento de Suplicy. Uma assessora parlamentar da Presidência da República requisitou à CPI a cópia com o registro da votação. Efraim negou ter garantido que a sessão será reservada, mas disse ser possível que o caseiro deponha de portas fechadas.

A mansão onde o caseiro trabalha até hoje foi alugada em 2003 por Vladimir Poletto, ex-assessor da Prefeitura de Ribeirão Preto, quando Palocci era o prefeito. O advogado do caseiro, Wlício Chaveiro Nascimento, es-

teve na Polícia Federal na manhã de ontem para identificar e qualificar seu cliente a pedido da CPI dos Bingos. Segundo ele, Nildo está pronto para depor na CPI ou na PF. Ele não era obrigado a ir à PF ontem. Era um procedimento burocrático.

Palocci reafirmou, ontem, por meio de sua assessoria, que nunca esteve na casa do Lago Sul. Na semana passada, o motorista Francisco das Chagas Costa, que trabalhou para integrantes da República de Ribeirão Preto quando iam a Brasília, disse na CPI ter visto o ministro "duas ou três vezes" na casa.

O ministro disse que o motorista e o caseiro mentem. Sobre a afirmação de que chegava à casa sozinho, dirigindo um carro de vidros escuros, os assessores argumentam que Palocci não dirige em Brasília. ■

## Lula: 'Denúncias são evasivas'

'Acredito que o Palocci é maior de idade e está muito tranqüilo para resolver'

Heliana Frazão\* e  
Cristiane Jungblut

• ARACAJU e BRASÍLIA. O presidente Luiz Inácio Lula da Silva disse ontem que sua confiança no ministro Antonio Palocci continua inabalável, mesmo após as denúncias do caseiro Francenildo Costa.

— Acredito que o Palocci é maior de idade e está muito tranqüilo para resolver essas denúncias, que são evasivas. Já estamos acostumados a isso — disse o presidente, durante rápida entrevista em meio aos compromissos em Aracaju e Itabalana (SE).

Para Lula, o importante para o governo é continuar com

as suas realizações.

— Enquanto algumas pessoas passam a vida levantando calúnias, o papel do presidente é viajar pelo Brasil e inaugurar obras, fruto do que plantamos durante tanto tempo junto a prefeituras e à Caixa Econômica Federal. É isso que interessa.

### Voto de Suplicy irrita governo

Antes, Lula tinha dito que não pretende perder tempo com divergências, xingatórios, nem com acusações de quem fala e não tem como provar.

O governo não gostou da convocação do caseiro pela CPI dos Bingos. A avaliação é de que a CPI extrapolou suas funções e

que manterá o comportamento de querer desgastar o governo, sendo agora o loco Palocci.

Integrantes do governo ficaram particularmente irritados com o voto do senador Eduardo Suplicy (PT-SP) a favor da convocação do caseiro. Segundo um governista, Suplicy costuma ter autonomia de ação, mas dessa vez teria agido de "forma muito equivocada". Desde anteontem, quando conversou com Lula sobre a situação de Palocci, o ministro da Justiça, Márcio Thomaz Bastos, acompanha o caso, tendo conversado inclusive com parlamentares aliados a respeito.

O líder do governo no Senado, Aloizio Mercadante (PT-

SP), disse que o governo espera que o depoimento do caseiro hoje seja reservado:

— Não existe qualquer denúncia em relação à gestão do ministro Palocci. Há uma coesão do PT e do governo na defesa de Palocci.

O governador do Acre, Jorge Viana, disse que é preciso evitar exageros na CPI dos Bingos:

— Só espero que a CPI não misture as coisas e vire um enfrentamento político. Vejo muito exagero. Qual o objetivo da CPI dos Bingos? Estou muito longe, mas o Palocci não merece o tratamento que está se dando. ■

\* Enviada especial a Aracaju

POLÍTICA / TEMA DO DIA

## CRISE ÉTICA

Caseiro afirma em entrevista que o ministro da Fazenda costumava aparecer na casa do Lago Sul "quinta-feira sim, quinta-feira não". Ele resolveu falar depois de ser citado na CPI por assessor de Palocci

# Visitas quinzenais à mansão

RODRIGO LOPES

JORNALISTA DO ESTADO DE MINAS

O caseiro Francenildo Santos Costa reafirmou ontem, em entrevista coletiva, as denúncias que fez contra o ministro da Fazenda, Antonio Palocci, de ser frequentador assíduo da mansão no Lago Sul, em Brasília, onde se reuniam os integrantes da chamada "República de Ribeirão Preto". Ele contou que quando Palocci chegava, a casa era esvaziada para uso exclusivo do ministro. Segundo o caseiro, Palocci costumava aparecer "quinta-feira sim, quinta-feira não", além de alguns sábados e domingos, ao longo de oito meses, entre 2003 e início de 2004.

Palocci, por meio da assessoria do Ministério da Fazenda, negou terça-feira ter estado na casa. Ontem, procurada para comentar a entrevista, a assessoria não respondeu. Francenildo negou, entretanto, que Palocci se reunisse na casa com seus ex-assessores na Prefeitura de Ribeirão Preto, Rogério Buratti e Vladimir Poletto. Mas relata a intimidade que tinha com alguns dos inquilinos da casa. "Eu cheguei até ir uma vez no Ministério da Fazenda, em companhia do motorista, levar um pacote de dinheiro para Ademirson (Ariovaldo da Silva, secretário particular de Palocci)", lembra o caseiro.

Francenildo disse que nunca conversou pessoalmente com o ministro, apenas uma vez pelo telefone. "O Palocci queria saber como saía da casa e telefonou. Falou 'estou perdido aqui e tô querendo sair'. Abri o portão dos fundos e ele foi embora. Isso ocorreu num sábado", disse Nildo, como é mais conhecido. O caseiro contou que, nas noites de quinta-feira em que Palocci esteve na casa, sempre havia uma mulher,

normalmente trazida uma hora antes por Ademirson Ariovaldo ou por Poletto. Em todas as vezes, apenas Palocci e a mulher ficavam na casa. Nildo e sua esposa ocupavam um cômodo nos fundos do imóvel principal.

O caseiro afirmou que os integrantes da "República de Ribeirão Preto" promoviam festas na casa, que também era frequentada por três amigos de Buratti e Poletto, cujos nomes desconhece. Nessas festas, disse, eram consumidas cápsulas de Viagra, vasodilatador, usado para elevar a potência sexual masculina.

### Enganado

O caseiro contou que resolveu fazer a denúncia porque teve seu nome citado na CPI pelo motorista Francisco das Chagas Costa, que o acusou de levar malas de dinheiro para São Paulo. Em seguida, foi intimado pela Polícia Federal e se sentiu ofendido com o fato. Ele afirmou ainda que foi enganado, porque pensava que o pessoal de Ribeirão era honesto e "depois viu muita sujeira".

O caseiro é a segunda testemunha a dizer que viu o ministro da Fazenda na casa do Lago Sul. A primeira foi o motorista Francisco das Chagas Costa, que prestou serviços para assessores de Palocci em Ribeirão Preto.

A afirmação de Chagas também foi feita em depoimento à CPI dos Bingos. De acordo com a assessoria de Palocci, o ministro não tem conhecimento de atividades que teriam sido realizadas na casa. O caseiro trabalhou no local entre 2003 e 2004. Na casa, segundo a CPI dos Bingos, lobistas se encontravam para se divertir e discutir formas de atuação em negócios de interesse do grupo no governo federal.

“  
TENHO  
CONHECIMENTO  
DE QUE ERA  
ELE PORQUE  
EU IA ATRÁS  
PARA VER  
QUEM ERA

”

*Francenildo Santos Costa,  
ex-caseiro de Vladimir Poletto  
e da turma de Ribeirão*

## Caseiro reafirma acusação

• BRASÍLIA. Em entrevista ontem à noite, o caseiro Francenildo Santos Costa acrescentou novos detalhes que contradizem o depoimento do ministro Antonio Palocci à CPI dos Bingos, em janeiro. Nildo, como é conhecido, disse que em uma das visitas de Palocci à

casa alugada em Brasília por seus ex-assessores na prefeitura de Ribeirão Preto falou com o próprio Palocci pelo interfone da casa. E disse ter certeza de que era o ministro porque o viu pela câmera do circuito interno de TV.

Segundo Nildo, depois de ir embora o ministro se perdeu e voltou para pedir informações.

— Ele entrou por trás e saiu pela frente, e aí se perdeu — contou.

O caseiro disse que o ministro costumava ir a casa às quintas-feiras

aos sábados e aos domingos, sempre no fim da tarde. Nas quintas-feiras Palocci chegava de terno. O ministro nega.

— Ele ia por volta de 18h30m. Às vezes, ficava até 21h ou 22h — disse Nildo, que também teria visto Palocci jogando tênis uma vez na casa.

Nildo disse que era avisado da visita de Palocci com antecedência por Vladimir Poeto, ex-funcionário da prefeitura de Ribeirão Preto. Segundo o caseiro, o cardápio era especial: amendoim, castanhas, salaminho e vinho.

Na entrevista, Nildo voltou a afirmar que costumava ver dinheiro na casa, mas disse que a quantia se destinava ao pagamento dos funcionários e das despesas. Segundo ele, Poeto gastava muito com vinho, uisque e tira-gostos, que eram servidos nas festas com a presença de garotas de programa, geralmente às terças e quintas-feiras. Quando Palocci ia à casa não ocorriam as festas.

As festas, segundo Nildo, não eram grandiosas. Contavam com a presença de "quatro ou cinco"

garotas, e ocupavam quatro quartos da casa. Nos dias seguintes, contou ele, as empregadas costumavam recolher toalhas molhadas, camisinhas e cartelas de Viagra.

Sobre o envelope entregue a Ademirson da Silva, secretário de Palocci, no Ministério da Fazenda, ele disse acreditar que continha dinheiro, mas afirmou não ter certeza.

— Francisco disse que tinha dinheiro no pacote — disse, referindo-se ao motorista da casa, Francisco das Chagas Costa.

# Lula volta a defender ministro

DA REDAÇÃO

O presidente Luiz Inácio Lula da Silva afirmou ontem que sua confiança no ministro da Fazenda, Antonio Palocci, permanece inabalável. Disse ainda, em entrevista em Aracaju, que são evasivas as denúncias contra o ministro, que era cotado para assumir a coordenação da campanha petista a presidente. Lula conversou terça-feira com Palocci, no Planalto, e descartou retirá-lo do cargo neste momento. Um caseiro acusou o ministro de ter frequentado uma casa alugada em Brasília que seria utilizada para reuniões de lobby. Palocci nega.

Ontem, em rápida entrevista antes da inauguração de conjunto habitacional em Aracaju, Lula saiu em defesa de Palocci. Questionado se está preocupado com as denúncias, o presidente disse: "Primeiro, eu acredito que Palocci é maior de idade e tranquilo para resolver essas denúncias. São mais denúncias evasivas. Nós já estamos

acostumados a isso. O que é importante para nós é fazermos o que estamos fazendo".

Em seguida, Lula disse que seu papel é governar, enquanto outros fazem "calúnias". "Enquanto algumas pessoas passam a vida denunciando e levantando calúnias, o papel do presidente da República é viajar o Brasil e inaugurar obras que durante tanto tempo nós plantamos junto com prefeituras, junto com a Caixa Econômica. Isso é que interessa." Lula não quis comentar ao ser indagado se denúncias contra o ministro fazem parte de uma estratégia da oposição para prejudicar o governo em ano eleitoral. "Os resultados é que vão dizer se tem ou não tem objetivo eleitoral", disse.

Substituir Palocci, neste momento, seria, segundo avaliação do Planalto, dar gás aos ataques. Terça-feira, o presidente cancelou sua participação em solenidade no Palácio do Planalto para tratar com auxiliares dos desdobramentos das acusações contra o ministro.

## "Acusações falsas"

Ontem pela manhã, em discurso de improviso em Itabaiana (a 50km de Aracaju), o presidente, indiretamente, também saiu em defesa de Palocci. Disse que os governantes do país precisam deixar de lado as "acusações falsas" que, segundo ele, mais tarde não são comprovadas.

"Eu venho aqui e vejo a alegria de vocês, a alegria da prefeita, a alegria da governadora, é isso que o Brasil precisa. O Brasil precisa que os governantes façam aquilo que precisa ser feito, deixem de divergências, deixem de intrigatários, deixem de acusações falsas, que depois não se prova nada", afirmou, durante visita ao campus da Universidade Federal de Sergipe naquela cidade.

A seguir, completou: "O povo quer saber o que as pessoas estão fazendo, o povo quer saber se a carne está mais barata, se o arroz está mais barato, o povo quer saber se o aluguel está mais barato. É isso que o povo quer saber. É isso que nós temos que fazer".

**O SR. ALVARO DIAS** (PSDB- PR. Sem apanhamento taquigráfico.) – Sr. Presidente, Sr<sup>as</sup> e Srs. Senadores, ocupo a tribuna neste momento para fazer o registro da matéria intitulada “Ministro recebeu angolanos, diz Buratti”, publicada no jornal **Folha de S.Paulo**, em sua edição de 9 de março do corrente.

A matéria destaca relato do advogado Rogério Buratti, o qual afirma que o Ministro Antonio Palocci, Coordenador da última campanha presidencial do PT, jantou com os dois angolanos ligados à casa de bingos que doaram R\$1 milhão para o caixa dois do PT, em 2002.

Sr. Presidente, solicito que a matéria acima citada passe a integrar este pronunciamento e, assim, conste dos Anais do Senado Federal.

Era o que eu tinha a dizer, Sr. Presidente.

Muito obrigado.

**DOCUMENTO A QUE SE REFERE O SR. SENADOR ALVARO DIAS EM SEU PRONUNCIAMENTO.**

(Inserido nos termos do art. 210, inciso I e § 2º, do Regimento Interno.)

*Folha S. Paulo 09/03/06*

**ESCÂNDALO DO “MENSALÃO”/PALOCCI NA MIRA**

*Segundo ex-assessor, Palocci jantou em 2002 com empresários ligados aos bingos que doaram R\$ 1 milhão ao caixa dois do PT*

# Ministro recebeu angolanos, diz Buratti

MARIO CESAR CARVALHO  
DA REPORTAGEM LOCAL

O coordenador da última campanha presidencial do PT, Antonio Palocci, jantou com os dois angolanos ligados aos bingos que doaram R\$ 1 milhão para o caixa dois do PT em 2002, segundo relato do advogado Rogério Buratti feito em entrevista à *Folha*. O jantar ocorreu no segundo semestre de 2002 em São Paulo, na casa do empresário Roberto Carlos Kurzweil, de acordo com Buratti.

O jantar foi marcado, conta Buratti, porque os empresários José Paulo Teixeira Cruz Figueiredo e Artur José Valente Oliveira Caio, fabricantes de máquinas para casa de bingos, queriam certificar-se dos planos do PT para essa área de jogos. Afinal, ninguém doa R\$ 1 milhão a um partido em tro-

ca de vento. Palocci teria reafirmado aos dois que o PT defendia a regulamentação dos bingos. Na época, as casas viviam no limbo jurídico e só operavam se obtivessem liminar da Justiça.

É virtualmente impossível saber se essa conversa existiu assim, mas o programa do PT defendia a regulamentação dos bingos. Com a proibição dos bingos, em janeiro de 2004, os dois angolanos deixaram o país. Vivem entre Lisboa e Miami e têm fábricas na Europa.

Buratti diz que soube do jantar por meio do próprio Palocci e de Ralf Barquete, ex-secretário da Fazenda na Prefeitura de Ribeirão Preto (2001-2002), que morreu em 2004 de câncer: “Soube desse jantar por causa das relações que tinha com o Palocci. Eu não vi o dinheiro para a campanha sendo entregue, mas essas coisas nin-

guém vê. Mas tenho certeza absoluta de que essa contribuição aconteceu. Não tenho dúvidas”.

Até agora, Buratti só havia contado à CPI dos Bingos que sabia da doação. É a primeira vez que fala sobre a participação de Palocci no jantar que resultou na contribuição para o caixa dois do PT.

**Kurzweil, o contato**

Quem levou a Palocci os dois empresários, nascidos em Angola e que hoje têm cidadania portuguesa, foi Kurzweil, ainda segundo Buratti. Kurzweil conhece Palocci desde 1991. À época, uma das empresas de Kurzweil, a Rek, cuidava da coleta de lixo em Ribeirão, e Palocci era vereador. Em 1993, quando Palocci assumiu a prefeitura pela primeira vez, a Rek aumentou o volume de serviços que prestava à prefeitura.

O melhor negócio que Kurzweil fez, no entanto, foi ganhar a licitação para o tratamento de lixo em Ribeirão. Sem nenhuma experiência na área, abocanhou um contrato que deve lhe render R\$ 400 milhões em 15 anos.

Foi uma empresa de Kurzweil, a Locablind, que alugou carros para a campanha do PT em 2002, entre os quais o Omega blindado que teria sido usado para transportar dólares recebidos pela partido de Cuba, segundo a “Veja”.

Kurzweil foi sócio dos angolanos em uma empresa de telefonia, a Cincotelecom, falida em 2004.

Paulo Moraes, advogado de Caio, diz que seu cliente nunca fez doações para a campanha. Kurzweil nega que o jantar com Palocci e os empresários tenha ocorrido. Palocci, em Londres, não quis comentar a informação.



**O SR. PAPALÉO PAES** (PSDB – AP. Sem apanhamento taquigráfico.) – Sr. Presidente, Sr<sup>as</sup> e Srs. Senadores, ocupo a tribuna neste momento para registrar a matéria intitulada “Um projeto para jogar no lixo”, publicada na revista **Exame**, em sua edição de 15 de fevereiro do corrente.

A matéria trata do projeto do Governo que pretende reestruturar as agências reguladoras, redefinindo suas responsabilidades e funções. Ocorre que, segundo a matéria, “o projeto de lei produzido pelo governo vai na contramão do bom senso – em vez de garantir uma atuação transparente e livre das agências reguladoras, propõe aumentar o poder dos ministérios na regulação de setores estratégicos”.

Sr. Presidente, requeiro que a referida matéria seja considerada como parte integrante deste pronunciamento, para que passe a constar dos Anais do Senado Federal.

Como segundo assunto, Sr. Presidente, Sr<sup>as</sup> e Srs. Senadores, quero me referir à Campanha da Fraternidade de 2006, instituída pela Conferência Nacional dos Bispos do Brasil – CNBB, traz como tema um assunto da mais elevada importância para os dias de hoje: a inclusão das pessoas com deficiência.

Tendo em vista que amanhã esta Casa irá, em Sessão Especial, tratar sobre o tema da Campanha de 2006, antecipo as minhas homenagens neste pronunciamento.

Sob o lema “Levanta-te, vVem para o mMeio”, cuja inspiração é a passagem bíblica, no Evangelho de São Marcos, onde Jesus cura um homem com quem tinha a mão atrofiada, a campanha deste ano visa levar a todos os brasileiros a idéia da integração e do respeito àqueles que têm necessidades especiais e do respeito que lhes é devido.

Em verdade, ao longo dos anos, muito se discutiu qual seria a melhor forma de se referir às pessoas com deficiência física. Se, no começo, expressões violentas e descabidas como “inválidos” ou “incapacitados”, equivocadamente, eram utilizadas, posteriormente se chegou-se à conclusão de que, afora eufemismos como “portadores de direitos especiais”, a forma mais correta e justa de tratamento é “pessoas com deficiência”.

De fato, meus Caros Colegas, o que mais desejamos as pessoas com deficiência é o reconhecimento, por parte de todos nós, pelo o que de fato são: legítimos cidadãos, sem camuflagens ou piedade.

Portanto, Senhor Presidente, a escolha deste tema não poderia vir em melhor hora. Consolida-se, no seio da nossa sociedade, uma atenção cada vez maior em relação ao que diz respeito à questão da inclusão de nossos irmãos com deficiência, que ainda padecem com diversas dificuldades de locomoção e,

principalmente, de inclusão nos mais diversos setores da vida social.

É claro que problemas como a inexistência de lugares onde não hácom equipamentos que facilitem o seu acesso desses cidadãos, como rampas e banheiros adaptados, são importantes e merecem toda a nossa preocupação. Isso é o que verifico no Estado do Amapá, onde muito falta neste sentido.

Mas o aspecto fundamental em que a Campanha da Fraternidade quer nos tocar é muito mais profundo e espiritual: a discriminação e a aceitação da diferença.

“Levanta-te, Vem para o Meio”! Essa é a lição que não só o cristianismo, mas todas as grandes denominações religiosas, de forma ecumênica, devem nos trazer. Tratar as pessoas com deficiência com olhar voltado para a dignidade da pessoa humana, entendendo as suas diferenças e batalhando para a sua completa adaptação ao meio em que vivem, é o lema que deve nortear nossas atitudes e comportamentos no dia-a-dia.

E tais atitudes acabam por se refletir nas mínimas coisas em nosso cotidiano. É o respeito às vagas reservadas nos estacionamentos. É o olhar de conforto e atenção, nunca de pena ou dó. É a sociabilização e o conagração, rompendo com a segregação e a discriminação. Enfim, é o entendimento e a plena aceitação do princípio universal da cidadania, que não vê diferenças físicas ou psíquicas.

“Levanta-te, Vem para o Meio”! Sob esse **slogan**, a Campanha da Fraternidade de 2006 conclama todas as pessoas com deficiência para exercer papel ativo na luta e mobilização pela consolidação de seus direitos e garantias. Dar-lhes voz e ouvidos é essencial para a compreensão de seus problemas e de suas angústias, e para que saibamos quais políticas precisamos empreender no sentido de valorizá-los e congregá-los cada vez mais. É o que penso como proposta de Governo.

Sr<sup>as</sup>. e Srs. Senadores, esta Casa, na figura de seu Presidente, Senador Renan Calheiros, já deu uma demonstração inequívoca de que está atenta à questão da integração das pessoas com deficiência.

Ao instituir a “Semana da Valorização das Pessoas com Deficiência”, no ano passado, evento que envolveu uma gama de atividades abordando o tema e ofereceu espaço para a manifestação cultural e artística de deficientes visuais, auditivos, cadeirantes, e etcoutros, o Senado Federal mostrou-se e afirmou-se como legítimo fórum de discussão e debate do assunto, em especial na Subcomissão Permanente de Assuntos Sociais das Pessoas com Deficiência, presidida pelo nobre Senador Eduardo Azeredo. As discussões nesta

Casa serão constantes, principalmente pela escolha do tema da Campanha da Fraternidade da CNBB para o ano de 2006.

Para 2007, a Campanha já tem outro tema escolhido: a questão amazônica, e desde já convoco os Senhores Parlamentares de nossa região para se dedicarem a este tema. Como neste ano, trata-se de assunto da nossa maior consideração, a osobre o qual não hesitaremos em nos pronunciar e debater.

Senhor Presidente, Senhoras e Senhores Senadores, gostaria de terminar este pronunciamento

conclamando a todos que internalizem e coloquem em suas almas e corações o *slogan* que tão bem sintetiza o espírito da Campanha da Fraternidade deste ano: “Levanta-te, Vem para o Meio”!

Era o que tinha a dizer.

Muito obrigado.

**DOCUMENTO A QUE SE REFERE O SR. SENADOR PAPALÉO PAES EM SEU PRONUNCIAMENTO.**

(Inserido nos termos do art. 210, inciso I e § 2º, do Regimento Interno.)

# Um projeto para JOGAR NO LIXO

A proposta do governo para mexer com as agências reguladoras é um tiro no pé do país

Gustavo Paul

**S**EM ALARDE, A CÂMARA DOS DEPUTADOS ressuscitou na convocação extraordinária do Congresso, que se encerra no dia 15 de fevereiro, o projeto que reestrutura as agências reguladoras e redefine as responsabilidades e as funções desses órgãos. O que poderia ser uma boa notícia para a consolidação do marco regulatório brasileiro e para a atração de mais investimentos privados transformou-se numa enorme dor de cabeça. Engavetado desde dezembro de 2004, o projeto de lei produzido pelo governo vai na contramão do bom senso — em vez de garantir uma atuação transparente e livre das agências reguladoras, propõe aumentar o poder dos ministérios na regulação de setores estratégicos. “É melhor manter as regras atuais”, diz Alberto Goldman, líder do PSDB na Câmara. “O projeto só vai aumentar o risco regulatório e afugentar os investidores.”

As agências reguladoras foram criadas ao longo da última década como forma de garantir segurança aos investidores de vários setores, como telecomunicações, petróleo e transportes, tradicionais alvos de intervenções governamentais. A idéia era ter instituições que funcionassem como “xerifes” nos mercados e impedissem a ingerência dos governantes de plantão. Desde a posse do presidente Luiz Inácio Lula da Silva, no entanto, as agências se viram num verdadeiro bombardeio — o próprio Lula reclamou que elas haviam “terceirizado o Estado”. Coube ao ex-ministro-chefe da Casa Civil José Dirceu delinear o projeto de lei em discussão no Congresso. O governo tenta controlar a ação das agências por vários lados (veja quadro). Por exemplo, o texto prevê retirar das agências

o poder de outorgar concessões. Como o governo dita as regras de cada setor e controla as estatais, cria-se uma situação estapafúrdia: o mesmo ente que faz as políticas passaria a conceder ou a anular as concessões e ainda a disputar mercado com concorrentes privados. “Como garantir a isenção exigida a quem tem poder de outorga se ele terá também de defender interesses das estatais?”, pergunta o deputado Eliseu Resende (PFL-MG).

O projeto também determina a criação de um contrato pelo qual o governo passa a fiscalizar a atividade das agências. Segundo a proposta, o governo fixaria metas de desempenho — e só liberaria recursos mediante o cumprimento delas. O texto cria a figura do ouvidor, a ser nomeado pelo presidente da República e com acesso a toda a documentação sigilosa dos órgãos. “Isso mata a separação entre governo e agência”, diz Paulo Godoy, presidente da Associação Brasileira de Infra-Estrutura e Indústrias de Base. “Elas passariam a ser apêndices dos ministérios.”

A reação ao texto em 2004 foi tão forte que deputados de vários partidos de oposição, com apoio de membros do próprio PT, impediram que ele fosse votado. Surpreendidos com a decisão da liderança do governo no Congresso de colocá-lo novamente em pauta, os parlamentares prometem evitar que ele avance. “O problema é a essência do projeto, e por isso não há possibilidade de ele ir a votação”, diz o coordenador da Frente Parlamentar das Agências Reguladoras, deputado Ricardo Barros (PP-PR). “Temos de esquecer o que foi feito e discutir um novo projeto”, afirma o deputado Walter Pinheiro (PT-BA). A única saída para o texto do governo parece ser mesmo a lata de lixo. ■

## PROPOSTA RUIM

O projeto reduz a autonomia das agências e aumenta a ingerência política do governo

## CONTRADIÇÃO DE FATO

O governo busca limitar o desempenho das agências na prática, e uma forma de pressão política sobre a atuação dos reguladores

## OUVIDOR

Nomeado pelo presidente da República, o ouvidor terá acesso a toda a documentação sigilosa dos órgãos

## TRINITE

Propõe a criação de um contrato pelo qual o governo passa a fiscalizar a atividade das agências

**O SR. LUIZ PONTES** (PSDB – CE. Sem apanhamento taquigráfico.) – Sr. Presidente, Sr<sup>as</sup> e Srs. Senadores, ocupo a tribuna neste momento para comentar o artigo intitulado “Errando, até quando acerta”, publicado na seção Notas & Informações do jornal **O Estado de S. Paulo**, do dia 9 de março do corrente.

O referido artigo trata da total incapacidade administrativa e operacional do Governo Lula e, para ilustrar essa constatação, usa como exemplo as Parcerias Público-Privadas – PPPs, que não avançaram na esfera federal. Segundo o artigo, “como em quase tudo nesse governo, as discussões se arrastaram, antigos preconceitos do PT contra a iniciativa privada foram reavivados, decisões foram adiadas”.

O artigo conclui: “Em entrevista à revista britânica *The Economist*, à pergunta sobre as razões do baixo

crescimento da economia, Lula respondeu que não tem pressa em fazer a economia decolar. Se fosse sincero diria que não sabe como fazer isso, que é o que o caso das PPPs – entre outros – está demonstrando”.

Por fim, Sr. Presidente, requeiro que o referido artigo passe a integrar esse pronunciamento, a fim de que conste dos Anais do Senado Federal.

Era o que eu tinha a dizer, Sr. Presidente.

Muito obrigado.

**DOCUMENTO A QUE SE REFERE O SR. SENADOR PAPALÉO PAES EM SEU PRONUNCIAMENTO.**

(Inserido nos termos do art. 210, inciso I e § 2º, do Regimento Interno.)

QUINTA-FEIRA, 9 DE MARÇO DE 2006  
ESTADO DE S. PAULO | NOTAS E INFORMAÇÕES | A3

Conselho de Administração:

Presidente  
Roberto C. Mesquita  
Membros  
Fernão Lara Mesquita  
Francisco Mesquita Neto  
Julio César Mesquita  
Maria Cecília V. C. Mesquita  
Patrícia Maria Mesquita



Fundado em 1875

Julio Mesquita (1891-1927)  
Julio de Mesquita Filho (1927-1969)  
Francisco Mesquita (1927-1969)  
Luiz Carlos Mesquita (1952-1970)  
José Vieira de Carvalho Mesquita (1959-1988)

Julio de Mesquita Neto (1969-1996)  
Luiz Vieira de Carvalho Mesquita (1959-1997)  
Américo de Campos (1875-1884)  
Nestor Rangel Pestana (1927-1933)  
Plínio Barreto (1927-1958)

www.estado.com.br

Publicação da S.A. O ESTADO DE S. PAULO  
Av. Eng. Caetano Álvares, 55 - CEP 02508-900  
São Paulo - SP - Caixa Postal 2439 CEP 01060-970-SP  
Tel. 3856-2122 (PABX) Fax Nº (011) 3856-2940

NOTAS & INFORMAÇÕES

**Errando, até quando acerta**

**N**em mesmo quando, em momentos de lucidez, chega a conclusões corretas, o governo Lula consegue tomar, a tempo, as decisões adequadas e colocar em prática as medidas necessárias. O caso das Parcerias Público-Privadas (PPPs) é um exemplo perfeito da incapacidade administrativa e operacional do governo. Consideradas a maneira adequada para atrair investimentos privados para serviços nos quais o governo não tem mais recursos para investir, as PPPs avançam nos Estados, mas não andaram na esfera federal.

Por causa da crise fiscal – que fez e faz crescer a carga tributária de maneira insuportável para a sociedade mas, mesmo assim, corrói a capacidade de investimentos do setor público –, o governo Lula viu nas PPPs uma maneira de evitar a deterioração ainda mais rápida da infra-estrutura do País. Mas, como em quase tudo nesse governo, as discussões se arrastaram, antigos preconceitos do PT contra a iniciativa privada foram reavivados, decisões foram adiadas. Mesmo depois de aprovada a legislação pelo Congresso, o Executivo protelou algumas definições essenciais, o que

retardou ainda mais o processo.

O quadro atual, que o presidente em campanha eleitoral procura disfarçar, é consequência direta do enervante processo de decisão do governo Lula. Como mostrou Suely Caldas em sua coluna de domingo no Estado, só em fevereiro o fundo garantidor das PPPs foi integralizado. “As chances de o governo Lula assinar um único contrato de PPP são praticamente nulas”, diz a jornalista. O governo só tem dois projetos – a construção da BR-116 e o sistema de irrigação do Pontal, em Petróli- na (PE) –, ainda em fase inicial. Os editais só serão publicados em abril. Se tudo correr bem, os contratos poderão ser assinados até o fim do ano. Obras, porém, só começarão no ano que vem.

Por seu caráter inovador e pela dimensão de muitos projetos, que envolvem quantias elevadas, os contratos de PPPs são complexos. Ao mesmo tempo que se deve garantir a execução da obra de acordo com o contrato e assegurar a prestação de serviços em condições adequadas para a sociedade; é necessário preservar o equilíbrio econômico-financeiro do

empreendimento, pois sem isso não haverá interesse da iniciativa privada em participar dele.

Sem um mínimo de competência técnica e administrativa não será possível montar projetos de PPPs adequados para as partes envolvidas. Alguns governos estaduais demonstraram ter essa competência e fizeram avançar seus projetos. São, ao todo, conforme balanço publicado pelo jornal *Valor*, 14 projetos, orçados em pouco mais de R\$ 8 bilhões, em andamento em São Paulo, Minas Gerais, Bahia, Goiás, Ceará, Rio Grande do Sul e Santa Catarina. Até mesmo o município paulista de Rio Claro está prestes a publicar seu projeto, para a expansão do sistema de esgoto.

O principal projeto do governo do Estado de São Paulo a ser executado em parceria com a iniciativa privada é o de construção da Linha 4 do Metrô. Outros projetos do governo paulista são o do corredor de exportações (de Campinas ao Vale do Paraíba e, daí, ao Porto de São Sebastião), o expresso aerotrem Guarulhos-São Paulo, o corredor noroeste de Campinas e o sistema intermuni-

cipal de transporte coletivo.

O caso das PPPs é, lamentavelmente, apenas um entre vários nos quais fica evidenciada a incapacidade do governo de utilizar com um mínimo de eficiência os poucos recursos disponíveis. Mesmo quando o dinheiro chega aos ministérios, estes ou o desperdiçam em gastos correntes, que não melhoram nem expandem os serviços prestados à sociedade, ou simplesmente não sabem o que fazer com ele, pois não têm projetos viáveis.

Fala-se muito no governo no êxito de sua política fiscal, comprovado no superávit primário elevado alcançado nos últimos anos. Mas não se fala no principal, que é a qualidade dessa política. Ela é ruim, porque impõe custos crescentes aos contribuintes, e, se não reformada, conduzirá a uma situação insustentável, pois não haverá dinheiro suficiente para cobrir tantas despesas governamentais. Em entrevista à revista britânica *The Economist*, à pergunta sobre as razões do baixo crescimento da economia, Lula respondeu que não tem pressa em fazer a economia decolar. Se fosse sincero diria que não sabe como fazer isso, que é o que o caso das PPPs – entre outros – está demonstrando.



**O SR. FLEXA RIBEIRO** (PSDB – PA. Sem apanhamento taquigráfico.) – Sr. Presidente, Sr<sup>as</sup> e Srs. Senadores, ocupo a tribuna neste momento para registrar a matéria intitulada “CPI mira de novo no sigilo de Okamoto”, publicada pelo jornal **O Estado de S. Paulo**, em sua edição de 13 de março do corrente.

Segundo a matéria, a CPI dos Bingos apresentará esta semana um novo pedido de quebra de sigilo do Presidente do Sebrae, Paulo Okamoto, a partir das suspeitas levantadas pelo ex-Deputado Roberto Jefferson, em entrevista ontem ao **Estado**. Segundo Roberto Jefferson, “a ligação oficial de pagar as con-

tas do presidente, da filha do presidente, se dá através de Okamoto”.

Sr. Presidente, solicito que a matéria acima citada seja considerada parte deste pronunciamento, para que passe a constar dos Anais do Senado Federal.

Era o que eu tinha a dizer.

Muito obrigado.

**DOCUMENTO A QUE SE REFERE O SR. SENADOR FLEXA RIBEIRO EM SEU PRONUNCIAMENTO.**

*(Inserido nos termos do art. 210, inciso I e § 2º, do Regimento Interno.)*

**A6 | NACIONAL | SEGUNDA-FEIRA, 13 DE MARÇO DE 2006  
O ESTADO DE S. PAULO**

**INVESTIGAÇÃO**

# CPI mira de novo no sigilo de Okamoto

Novo pedido será feito esta semana a partir de suspeitas levantadas por Jefferson, em entrevista ao ‘Estado’

**Exedito Filho  
Mariângela Gallucci**  
BRASÍLIA

A CPI dos Bingos apresentará esta semana um novo pedido de quebra de sigilo do presidente do Sebrae, Paulo Okamoto, a partir das suspeitas levantadas pelo ex-deputado Roberto Jefferson, em entrevista ontem ao **Estado**. Na entrevista, Jefferson disse que “a ligação oficial de pagar as contas do presidente, da filha do presidente, se dá através de Okamoto”.

Será a segunda vez que a CPI tenta quebrar o sigilo do presidente do Sebrae. A primeira tentativa, encaminhada pelo senador Antero Paes de Barros (PSDB-MS), acabou suspensa pelo presidente do Supremo Tribunal Federal (STF), Nelson Jobim. A decisão foi depois confirmada pelo ministro Cezar Peluso.

Okamoto é investigado pela CPI por dois motivos. Um é o pagamento de dívida de R\$ 29,4 mil do presidente Luiz Inácio Lula da Silva com o PT. Registros bancários do partido indicam que Lula pagou a dívida, mas Okamoto admitiu ter quitado os R\$ 29,4 mil em dinheiro. Ele disse que pagou a dívida do próprio bolso como “favor” a Lula. A versão não convenceu

os parlamentares. Para eles, Okamoto obteve o dinheiro com o marqueteiro Duda Mendonça ou com o ex-tesoureiro do PT Delúbio Soares – que, com o publicitário Marcos Valério de Souza, é acusado de operar o mensalão.

A segunda razão é o depoimento do economista Paulo de Tarso Venceslau, ex-secretário de Fazenda de São José dos Campos. Ele acusou Okamoto de montar um caixa 2 com empresas que detinham contratos

## Primeira tentativa de devassa foi barrada no Supremo

com prefeituras administradas pelo PT. O rastreamento mostra que Okamoto trocou ao menos 56 telefonemas com Delúbio de 2002.

### PRESSÃO

“Até amanhã, nós vamos apresentar e votar um novo pedido de quebra de sigilo”, informou o senador Antônio Carlos Magalhães (PFL-BA). “Agora, o STF tem de liberar o sigilo de Okamoto. Se isso não acontecer o

Supremo vai ficar muito mal”, disse ACM.

A assessoria jurídica da CPI chegou a pensar em reformular o pedido já existente. “Nós estávamos pensando em recorrer ao pleno, mas pode ser que venhamos a aprovar um novo pedido”, disse o relator da comissão, Garibaldi Alves (PFL-RN). No entanto, como o risco de uma negativa pelo plenário do Supremo é muito grande, os senadores avaliam que o melhor caminho é a votação de um novo pedido, com argumentação e conteúdo novos. “Venho defendendo essa posição dentro da CPI faz muito tempo. Com essa nova quebra nós já podemos ir trabalhando os dados bancários do Okamoto”, disse o senador Alvaro Dias (PSDB-PR).

Na decisão em que confirmou a impossibilidade de quebra do sigilo bancário, fiscal e telefônico de Okamoto, Peluso concluiu que a CPI não fixou o período. “Sem tal delimitação temporal a quebra abrangeria toda a vida bancária e fiscal – e, até, telefônica, cuja pertinência com o objeto da investigação não parece muito nítida –, transformando-se numa devassa ampla, inútil, impertinente e inconcebível”, concluiu o ministro ao rejeitar o pedido. ●

**O SR. JUVÊNCIO DA FONSECA** (PSDB – MS. Sem apanhamento taquigráfico.) – Sr. Presidente, Sr<sup>as</sup> e Srs. Senadores, ocupo a tribuna no dia de hoje para comentar a matéria intitulada “Governo vira trampolim para outro petista”, publicada no jornal **O Estado de S. Paulo**, em sua edição de 6 de março deste ano.

Estados como a Bahia, Pernambuco, Santa Catarina, Distrito Federal, Sergipe, Ceará, Rio de Janeiro e Minas Gerais, entre outros, deverão ter como candidatos majoritários, ex-auxiliares do Governo Lula, que foram derrotados nas urnas em 2002 e agraciados com cargos de destaque na atual administração.

“A opção de Lula por empregar petistas derrotados nas urnas foi muito criticada no início do governo. O presidente foi acusado de entregar cargos importan-

tes como prêmio de consolação e não por capacidade técnica do ocupante”.

Sr. Presidente, solicito que a matéria acima citada seja considerada como parte integrante deste pronunciamento para que, assim, passe a constar dos Anais do Senado Federal.

Era o que eu tinha a dizer.

Muito obrigado.

**DOCUMENTO A QUE SE REFERE O  
SR. SENADOR JUVÊNCIO DA FONSECA  
EM SEU PRONUNCIAMENTO.**

*(Inserido nos termos do art. 210, inciso I e § 2º, do Regimento Interno.)*

# Governo vira trampolim para outros petistas

## Cargo significa nova chance para perdedores de 2002

**Marcelo de Moraes**

BRASÍLIA

O caso do ministro Miguel Rossetto não é único no partido do presidente Lula. Há mais petistas que saíram derrotados das eleições de 2002, conseguiram postos importantes no governo e, agora, se preparam para aproveitar a visibilidade e tentar de novo cargo eletivo. Pelo menos oito dos candidatos lançados pelo PT a governos estaduais em 2002, com passagem pela equipe de Lula, planejam testar novamente sua popularidade com o eleitorado.

Na Bahia, o ministro de Relações Institucionais, Jaques Wagner, deve tentar novamente o governo estadual. Em Pernambuco, o ex-ministro da Saúde Humberto Costa também concorrerá ao governo. O atual secretário nacional de Pesca, José Fritsch, é pré-candidato ao governo de Santa Catarina. Ex-presidente do Banco Popular, Geraldo Magela também é pré-candidato ao governo do Distrito Federal.

Derrotado em 2002 para o governo de Sergipe, o ex-presidente da Petrobrás José Eduardo Dutra decide agora se tenta uma vaga no Senado ou na Câmara. Também derrotado no segundo turno na disputa pelo governo cearense, o diretor da Agência Nacional de Transportes Terrestres (ANTT) José Aírton Cirilo já lançou sua candidatura ao governo cearense.

Depois de perder o governo do Rio em 2002, a ex-ministra da Ação Social Benedita da Silva será candidata do PT ao Senado, pelo Rio. Já Nilmário Miranda, que tentou se eleger governador de Minas Gerais em 2002, passou pela Secretaria Nacional de Direitos Humanos e deve concorrer à Câmara.

### PRÊMIO

A opção de Lula por empregar petistas derrotados nas urnas foi muito criticada no início do governo. O presidente foi acusado de entregar cargos importantes como prêmio de consolação e não por capacidade técnica

do ocupante. A estratégia garantiu visibilidade política a esses aliados.

“É evidente que a passagem por esses postos de destaque deu visibilidade, mas já eram nomes de peso”, afirma o secretário nacional de Organização do PT, Romênio Pereira.

O secretário Fritsch, por exemplo, tinha sido prefeito de Chapecó. Humberto Costa, deputado e secretário municipal em Recife. Benedita foi governadora do Rio.

Romênio acha que a grande vantagem desse processo é que os candidatos petistas levam para suas campanhas – e possíveis cargos futuros – a experiência como gestores na administração federal.

Governo e partido também esperam que eles atuem regionalmente na defesa da gestão Lula. Os candidatos que deixam a administração farão eco sobre as realizações federais e rebaterão as acusações que serão feitas envolvendo corrupção. ●

**O SR. AMIR LANDO** (PMDB – RO. Sem apanhamento taquigráfico.) – Sr. Presidente, Sr<sup>as</sup>. e Srs. Senadores: Quem é que nunca observou, na selva cinzenta das grandes cidades, uma pequena flor que, teimosa, cresce nas fendas e trincas de concreto carcomido pelo tempo e pela falta de manutenção de pontes e viadutos? Ali, a vida parece nascer não se sabe de onde. Quem sabe de um gesto carinhoso de um caminheiro errante. Quem sabe de um ser voante, que regurgita a semente. Quem sabe de uma enchente, que arrastou o grão faltante. Quem sabe Deus, pujante, o mesmo que criou o caminheiro, a semente, e o ser voante, mas que não se contenta com o grão faltante.

É, exatamente, essa a minha percepção, quando abro os jornais, todas as manhãs. Já nas primeiras páginas, o mundo parece cinzento, trincado, carcomido. Fome, miséria, guerras, violências de toda ordem, narcotráfico, rebeliões, invasões, corrupção. Crianças mortas ou mutiladas. Faces, de pais e de filhos, transfiguradas pela dor e pelo medo. Um mundo deteriorado pela banalização da vida. Mata-se pelo prazer, ou pelo poder. Mas, mesmo que na mais singela das colunas, algo como a pequena, e teimosa, flor: neste mesmo mundo, quase insípido, brota, ainda que em suas trincas, a solidariedade, o humanismo, a inocência, a compaixão, o amor e a paz. Valores humanos, enfim.

Lembro-me de Hiroshima, obra-prima de John Hersey, sobre os efeitos do poder das armas nucleares, no final da segunda grande guerra. Restaram destruição e morte. Mas, no meio de tamanha barbárie, começou a brotar um capim verde, que escondia as cinzas da devastação. Flores silvestres despontaram em meio ao esqueleto da cidade. Um dos sobreviventes dessa tragédia relata que “parecia que o mesmo avião, que jogara a bomba, soltara, também, uma carga de sementes de sene”. Hoje, Hiroshima ainda guarda a lembrança trágica daquele sexto dia de agosto de 1945. Mas, a cidade foi reconstruída das cinzas. Se suas pontes e viadutos forem, também, carcomidos pelo tempo, novas flores brotarão, não se sabe de que semeadores. É que o milagre da vida não tem fronteiras.

É por isso que eu ainda acredito nos destinos da humanidade. Haverá, sempre, um broto de solidariedade, nas fendas do individualismo. De humanismo, nas fendas da crueldade. De inocência,

nas fendas do rancor. De compaixão, nas fendas da insensibilidade. De amor, nas fendas do ódio. De democracia, nas fendas da tirania. De paz, nas fendas da guerra.

Sendo assim, haverá, sempre, o Estado do bem coletivo, numa paisagem privatista do lucro individual. A ética, numa paisagem de corrupção. A soberania, numa paisagem de globalização. Haverá, sempre, a política, para que o Estado seja democrático, ético e soberano.

Neste último domingo, o Programa “Fantástico”, da Rede Globo de Televisão, trouxe a lume uma realidade das mais lúgubres da vida brasileira. Com o título “Falcão – Meninos do Tráfico”, o programa carrega no cinza a cor da paisagem do submundo do narcotráfico nas periferias do país. Um retrato da dura, e curta, vida de meninos e adolescentes, no trabalho forçado do tráfico de drogas.

“Falcão – Meninos do Tráfico” desnuda um Estado paralelo, com leis próprias, sempre draconianas, jamais descumpridas, sob pena de morte, para quem ousa, ao menos, ultrapassar os limites das regras ditadas pelos “governantes”. Aliás, esses mesmos “chefes” são revestidos, no Estado paralelo das favelas e periferias, dos três poderes: o de legislar, o de julgar e o de executar.

É impossível ficar imune à realidade registrada pelas câmeras do rapper MV Bill e pelo produtor Celso Athayde. Bill percebeu que as letras de suas canções são insuficientes para alterar aquele cenário onde ele mesmo nasceu, e ainda vive. Partiu, então, para uma produção mais contundente. Ganhou confiança, em troca da esperança. Levou para as salas que se comovem, apenas, com capítulos repetitivos de dramalhões novelísticos de época, a cena real, onde todos os atores representam a si mesmos, sem scripts decorados.

Até mesmo as brincadeiras dos meninos fogem às cantigas de roda, às bonecas, às bolas de gude ou de futebol. Os divertimentos são, na verdade, ensaios dessa novela da vida real. Simulam a venda de drogas, o alcagüete, o julgamento, o veredicto e a execução. Trocam seus nomes por “falcão”, “X9” ou “chefe”. Têm linguagem própria. Repetem, reiteradamente, o bordão “tá ligado?”. Expressão que se explica, talvez, pelo medo do contrário. Desligado, morre. “Não dormimos, só descansamos”, segundo um “ligado”. Triste coincidência: no exato momento em que os meninos

brincavam de simular a execução do “delator”, tiros de verdade ecoaram em cena. “Tá lá (mais) um corpo estendido no chão”. Uma mancha de vermelho sobre o cinza da favela.

Mas, mesmo nesta paisagem cinza, manchada de vermelho, ainda há fendas onde brotam sementes no limite da teimosia. Em primeiro lugar, a coragem de Bill e de Atayde. O trabalho de ambos foge à reflexão maquiada dos sociólogos, cientistas políticos e antropólogos de plantão. Não há clichês, nem “orelhas” de livros de autores famosos. Não se recorreu a frases de efeito, ao gosto do grande público. O filme foi iluminado pela luz dos fatos.

Há, também, um ramo de humanismo, na fenda do crime. O trabalho mostra que ainda existe um lado puro na alma dos meninos do tráfico. Muitos ainda têm consciência de sua vida marginal, e sonham com brincadeiras normais de menino e com trabalho cidadão de adulto. Muitos não passarão do sonho. Vivem uma espécie de prisão perpétua, cuja alternativa é a pena de morte, sem apelação. Mas, outros tantos, são, ainda, amparados por famílias que tentam lhes repassar um outro lado do mundo em que vivem (e morrem).

É esse, talvez, o broto mais fértil: a voz firme e decidida de mães ávidas por construir uma realidade nova, onde a caneta substitua o fuzil, onde a pipa seja um brinquedo de verdade, e não um anúncio do intruso, ou do “meganha”, e onde o verde da esperança tinja o cinza do medo.

A história contada pelo Fantástico é um show da vida que se encena em todos os palcos deste país de contrastes. Não se sabe as razões para tamanha atração fatal, mas a barbárie também vende jornais, a exemplo do fascínio das mulheres do morro pelos detentores de fuzis, como mostrou o programa. Mas, sempre haverá um contraponto. E é a partir desse mesmo contraponto que devemos reconstruir o Estado legal. Regar a flor que teima florescer em meio a tanto cinza. O que mais chamou a atenção no programa é um forte lado humano, em meio a tamanha desumanidade. É, portanto, nesse lado humano que ainda repousa a esperança de mudança.

Espero que o trabalho apresentado pelo Fantástico não se limite a merecidos prêmios de reportagem ou a registros concorrentes de audiência. Nem a comoções de autoridades constituídas do

Estado legal. Muito mais do que isso, ele deve ser instrumento de profunda reflexão nos três poderes deste mesmo Estado. É tarde, é bem verdade. Mas, o tarde é antes do nunca. Há sementes a brotar. Se brotam flores nas fendas do concreto cinza e carcomido do medo, imagine-se nos verdes campos viçosos da esperança. Não há que se esperar o caminheiro errante, mesmo em seu gesto de carinho. Nem o ser voante, que passa a cada quatro anos, à procura do ser votante.

Há que se resgatar o império da lei neste mundo que (sobre)vive fora dela. O desafio deste tempo é um só: legalizar o Brasil, remover o crime, a insensibilidade e toda espécie de informalidade. É preciso resgatar, também, a humanidade de todos os cidadãos brasileiros excluídos da nossa mesa de comunhão. Enfim, (re)construir um país legal.

O rapper MV Bill faz coro com o que eu tenho enfatizado, reiteradamente, na tribuna do Senado Federal: há dois Brasis em construção. Um, do mais puro cristal, esculpido no mundo globalizado. Outro, de vidro, fabricado no mundo colonizado. Diz o rapper que “estamos criando um monstro” que, um dia, poderá nos engolir. Somos vozes diferentes, de um mesmo coro, entoando a mesma partitura. O tal vidro pode estar sendo fabricado com areia movediça. Daí, a enchente. Ou a avalanche. Então, só Deus!

Era o que eu tinha a dizer,

**O SR. ROMERO JUCÁ** (PMDB – RR. Sem apanhamento taquigráfico.) – Sr. Presidente, Sr<sup>as</sup>. e Srs. Senadores, a educação a distância (EAD) é uma modalidade de ensino já centenária e consagrada em todo o mundo. As atividades pedagógicas a distância iniciaram-se, no Brasil, durante a década de 20 do século passado e seguiram em ritmo de expansão desde entãoaquele momento.

No entanto, com o advento da revolução tecnológica que presenciamos durante as últimas décadas e, especialmente, com a abertura da rede mundial de computadores para os usuários comuns, que ocorreu em 1995, a EAD ganhou um enorme impulso e aumentou significativamente sua importância.

É que antes, Sr. Presidente, o processo pedagógico onde em que o professor e o aluno não estavam num mesmo lugar era mediado por correspondências que levavam vários dias para atingirem seus destinatários, tanto quando partiam dos professores e se destinavam aos alunos, quanto em sentido inverso; ou,

então, valia-se dos canais de TV ou das emissoras de rádio, ótimos veículos para distribuição de conteúdo moderno, mas incapazes de permitir a interação entre o professor e o aluno.

Com a revolução tecnológica promovida pela abertura da Internet, como já disse, todo esse quadro foi revolucionado. Ainda que devamos ter em mente as limitações impostas pelos custos das novas tecnologias, que continuam altos, cada vez mais brasileiros já dispõem de um computador e de acesso, via linha telefônica, à rede mundial.

Esse novo canal de comunicação permite uma interação muito mais efetiva entre os alunos e os tutores – como são conhecidos os professores na EAD. Por meio da troca de mensagens eletrônicas, os *e-mails*, ou valendo-se de um espaço de fórum – que nada mais é do que uma página virtual onde o aluno pode postar seus comentários –, a interatividade do processo educativo não-presencial ganhou um novo impulso.

Alegra-me muito ver toda essa revolução ocorrer em prol do desenvolvimento cognitivo de nosso povo, gente tão carente do saber.

Alegra-me, também, ver que o Governo Federal não está desatento a essa nova oportunidade que se abre para o País e, em especial, para os alunos mais distantes dos grandes centros urbanos.

No final do ano passado, o Ministério da Educação publicou, após amplo processo de debate público sobre o assunto, o Decreto nº 5.622, regulamentando as atividades de educação a distância no Brasil. O documento, que revogou a legislação anterior sobre o assunto, é um marco, pois legisla de modo forma a impulsionar essa modalidade educativa em nosso País. Essa foi mais uma atitude acertada do MEC e, em especial, do Ministro Fernando Haddad, a quem dirijo meus efusivos parabéns.

Ainda mais me alegra, Sr. Presidente, Nobres Pares, que, dando continuidade às ações de expansão das atividades educativas no Brasil, o Governo Federal esteja implantando um novo projeto de EAD, desta vez, visando a estender cursos de graduação, com o suporte das instituições de ensino superior federais, para a população distante dos centros urbanos, por meio da EAD.

O projeto chama-se Universidade Aberta do Brasil (UAB). O MEC está fazendo parcerias com prefeituras

e governos estaduais para a criação de pólos municipais, que atuarão como base para que os alunos que moram distantes dos grandes centros urbanos possam cursar uma graduação.

A idéia é que esses alunos façam boa parte de suas atividades a distância, com a mediação dos recursos tecnológicos disponíveis na sociedade atual. No entanto, o aluno terá também de comparecer, periodicamente, ao pólo mais próximo de sua residência para participar de encontros presenciais e para a realização de exames, o que é uma exigência do MEC.

O projeto UAB foi lançado em 20 de dezembro de 2005, com uma chamada pública visando à seleção dos pólos municipais de apoio. A análise das propostas ocorrerá até 30 de junho deste ano. No período de setembro de 2006 a fevereiro de 2007, serão realizadas as atividades para adequação dos pólos, a preparação dos tutores, a produção de material didático e demais ajustes, com previsão do início dos cursos superiores para março de 2007.

Essa é mais uma grande vitória para nossa Nação. A população de regiões mais isoladas do País, em especial, da Região Norte, tem muito a ganhar com esse projeto, que aplaudo e apóio integralmente.

Muito obrigado.

**O SR. FLÁVIO ARNS** (Bloco/PT – PR. Sem apanhamento taquigráfico.) – Sr. Presidente, Sr<sup>as</sup>. e Srs. Senadores, com grande alegria, ocupo esta tribuna para destacar a comemoração, na data de hoje, do Dia Internacional da Síndrome de Down. O lançamento do “Dia” está acontecendo hoje, em Singapura. A data foi escolhida para representar a trissomia do cromossomo 21, base da Síndrome de Down.

Os eventos e atividades programados para a data têm como objetivo promover as pessoas com Síndrome de Down e disseminar informações que possam melhorar a compreensão da sociedade sobre a síndrome, além de ressaltar o potencial, as habilidades e o papel que essas pessoas podem exercer em uma comunidade inclusiva.

A Síndrome de Down é uma alteração genética que ocorre uma vez a cada 700 nascimentos. Sua ocorrência é universal e está presente em todas as raças. Ainda não se conhecem os motivos que levam à alteração genética no desenvolvimento das células do embrião que leva à formação de 47



cromossomos, um a mais que os 46 que se formam normalmente.

O material genético em excesso, localizado no par de cromossomos 21, altera o desenvolvimento regular da criança, causando efeitos que variam de indivíduo para indivíduo. O diagnóstico da Síndrome de Down se dá por meio de um exame genético chamado cariótipo.

Assim como nas demais deficiências, o diagnóstico precoce e o encaminhamento imediato da criança para profissionais habilitados são fundamentais para o seu desenvolvimento. A criança com Síndrome de Down possui um desenvolvimento mais lento, mas que segue as mesmas etapas que o das outras crianças. Por isso, é importante que, desde bebê, a criança com Síndrome de Down participe de programas de estimulação precoce, que visam seu fortalecimento motor e intelectual, bem como as oportunidades para o desenvolvimento de seu potencial.

O apoio da família e o acesso à educação, saúde, esporte, lazer, trabalho, entre outros aspectos, são fundamentais para que as pessoas com Síndrome de Down se desenvolvam e sejam incluídas na sociedade. Esse acesso é possibilitado, no Brasil, por meio das milhares de escolas especiais que atendem pessoas com deficiência, oferecendo apoio em diversas áreas.

Dessa forma, eu gostaria de chamar a atenção de todos para a data de hoje. Que o primeiro Dia Internacional da Síndrome de Down seja marcado por atividades de promoção e valorização das pessoas com Síndrome de Down e, acima de tudo, proporcione a reflexão sobre como estamos agindo para pro-

mover a inclusão social das pessoas com deficiência e para garantir que seus direitos de cidadãos sejam assegurados.

Eu gostaria de destacar a iniciativa do Instituto MetaSocial, em parceria com o Curso de Psicologia da Universidade de Brasília, através do Programa de Educação Tutorial – PET, em promover, no dia de hoje, uma programação especial em comemoração pelo Dia Internacional da Síndrome de Down, exibindo, no Cine Dois Candangos, o premiado documentário “Do luto à luta”, de Evaldo Mocarzel, que retrata as potencialidades da Síndrome de Down, mostrando a atitude positiva de pessoas que superam os limites da deficiência, deixando de lado os preconceitos e estigmas sociais.

São exemplos de superação e provas de que, com o apoio da família e da sociedade, as pessoas com Síndrome de Down podem romper as barreiras da deficiência e viver de forma independente.

Na seqüência, será promovido um debate com professores do curso de Psicologia da UNB e pessoas com Síndrome de Down sobre os aspectos da deficiência, além de uma exposição de artistas com Síndrome de Down.

Reitero o convite aos nobres Colegas e a todos os que nos acompanham neste momento, seja pela TV ou pela Rádio Senado, e sugiro que esta mobilização aconteça em todo o País, para que esta data também seja comemorada no Brasil com grande participação da sociedade.

Muito obrigado.

**O SR. PAULO PAIM** (Bloco/PT – RS. Sem apanhamento taquigráfico.) – Sr. Presidente, Sr<sup>as</sup> e Srs. Senadores,...

**A Assembléia Geral da Organização das Nações Unidas (ONU), em 1966, oficializou o 21 de março como Dia Internacional para a Eliminação da Discriminação Racial com o objetivo de conclamar a comunidade internacional a redobrar os seus esforços para eliminar todas as formas de discriminação racial.**

**Essa data foi instituída em memória ao** massacre ocorrido em 21 março de 1960, na localidade de Sharpeville, na África do Sul, quando a polícia sul-africana abriu fogo contra uma multidão desarmada que protestava contra o regime de Apartheid. Foram mortas sessenta e nove pessoas negras entre elas dezenove crianças e centenas de manifestantes foram feridos.

**São décadas de resistência e luta para** erradicar este problema. Apesar dos esforços dos “homens de bem” o racismo e a discriminação contra negros, judeus, pobres, mulheres, palestinos, homossexuais, deficientes, índios, minorias étnicas, continuam impregnados nas relações humanas e institucionais em todos os cantos do mundo.

**Ninguém deve ser neutro nesta luta. Não** podemos desistir de combater este mal, que no nosso entendimento está enraizado nas estruturas econômicas, sociais e políticas das sociedades.

**É mister reafirmar a Declaração Universal** dos Direitos Humanos, no sentido de “reafirmar a fé nos direitos humanos fundamentais, na dignidade e no valor da pessoa humana, e na igualdade de direitos do homem e da mulher.”.

**É fundamental que a sociedade seja** impregnada por ações direcionadas aos valores da igualdade, tolerância, diversidade e respeito aos direitos humanos. Para tanto, para que este processo seja bem sucedido, tanto os governos

como a sociedade civil, devem apropriar-se dele.

**Recentemente a Federação Internacional de Futebol (FIFA), anunciou novas medidas anti-racismo que serão usadas na Copa de 2006. De acordo com a FIFA os clubes cujos torcedores cometerem "atos de racismo ou discriminação no futebol" poderão receber penas que variam de suspensões de jogos e dedução de pontos a rebaixamento ou eliminação de competições.**

**É bom lembrarmos que casos de racismo no futebol aumentam no mundo inteiro. Aqui mesmo no Brasil tivemos exemplos dos jogadores Tinga, Grafite, Felipe e mais recentemente o jogador do Grêmio Jeovânio Rocha do Nascimento.**

**Senhoras e Senhores,**

**Hoje pela manhã, a Comissão de Direitos Humanos desta Casa, realizou audiência pública, sobre o tema "questões raciais atinentes às ações afirmativas e ao dia internacional para eliminação da discriminação racial".**

**Fizemos um longo debate com a presença de representantes da Secretaria Especial de Políticas de Promoção da Igualdade Racial; da Fundação Palmares; estava também lá o senhor Thimoty Martin Mulholland - Reitor da Universidade Federal de Brasília; o senhor Renato Ferreira - LPP/UERJ; o Frei David Santos - Educafro e Alliny Andrade - Representante da "Carta do Rio".**

Dentre as discussões foi falado da importância da aprovação do Projeto de lei nº 73/99 de autoria da deputada Nice Lobão que está na Câmara e que estabelece cotas nas universidades.

Para minha grata satisfação recebi nesta mesma audiência uma homenagem da Universidade do Rio de Janeiro.

Uma placa com os dizeres " O Laboratório de Políticas Públicas da Universidade do Estado do Rio de Janeiro confere ao Senador Paulo Paim o Prêmio Nacional pela luta contra a desigualdade racial, instituída pelo Programa Políticas da Cor, em reconhecimento à defesa dos direitos humanos e a seu compromisso no combate contra toda forma de discriminação".

#### **Alguns dados nos deixam atônitos:**

**Segundo o Fundo das Nações Unidas para a Infância (Unicef)** a pobreza afeta 92% da população negra da América Latina e do Caribe, que chega a cerca de 150 milhões de pessoas. Os negros vivem abaixo da linha de pobreza.

**No Brasil estudos apresentados pelo Programa das Nações Unidas para o Desenvolvimento - PNUD** apontam que 64,1% dos pobres brasileiros são negros.

**O aumento da escolaridade entre as crianças negras é 2% menor em relação às brancas.** Em 2003, 67,9% das crianças brancas freqüentavam a escola, enquanto que, entre as negras, o percentual é de apenas 32,1%.

**De acordo com a divulgação das pesquisas realizadas pelo Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada - IPEA, a situação das mulheres negras é pior. São verdadeiramente discriminadas no mercado de trabalho.**

**Em 2003, 22,4% das negras eram empregadas domésticas, enquanto que entre mulheres brancas o percentual era de 13,3%. E, mais, o desemprego entre as mulheres negras correspondia a 16,6%, duas vezes mais que entre os homens brancos.**

**Para finalizar senhor Presidente,**

**Acreditamos que todo e qualquer governo deve apresentar orientações políticas claras, adotando objetivamente planos e ações contra qualquer tipo de racismo.**

**Ao comemorarmos o Dia Internacional para Eliminação da Discriminação Racial, faço um apelo a todos deputados federais que votem e aprovelem projeto de nossa autoria e já aprovado pelo Senado Federal, que institui o Estatuto da Igualdade Racial.**

**O Estatuto da Igualdade Racial não vai igualar as diversas etnias que vivem no Brasil, mas como lei, será um instrumento democrático, que irá ajudar para que os negros possam ter oportunidades financeiras, econômicas, sociais e políticas, no que tange à busca de bem-estar social e de pleno emprego.**

**Era o que tinha a dizer,**

**O SR. LEONEL PAVAN** (PSDB – SC. Sem apanhamento taquigráfico.) – Sr. Presidente, Sr<sup>as</sup> e Srs. Senadores, uma festa em grande estilo para os melhores fornecedores do varejo acontece hoje no Hotel Blue Tree Park de Brasília, onde serão coroados os ganhadores do Prêmio “Mérito Lojista 2005”, o *Oscar* do varejo.

Das cinco empresas catarinenses indicadas, três são da área têxtil, sendo elas: a **Altenburg** de Blumenau, uma empresa em franca expansão, a **Marisol S.A.** de Jaraguá do Sul, indicada dezessete vezes para receber o Prêmio Mérito Lojista, na categoria confecção infantil, no segmento de moda. A **Malwee**, de Jaraguá

do Sul é também uma empresa destaque no Prêmio Mérito Lojista, a qual foi premiada duas vezes ano passado, como destaque em responsabilidade social, além da categoria confecção feminina.

Outra empresa altamente reconhecida não só pela premiação, mas mundialmente, é a **Móveis Rudnick S.A.** de São Bento do Sul; o Grupo Rudnick tem mais de 60 anos de existência e se firmou no mercado nacional como fabricante de móveis de alta qualidade. A última empresa catarinense indicada é a **T.A.N.**, de Joinville, que este ano completa dez anos de sua fundação. Focada na modalidade de

web serviços, representa a vanguarda do mercado de crédito nacional.

Dessa forma, Sr. Presidente, gostaria de saudar essas empresas que são orgulho de Santa Catarina. Empresas que têm tradição do mercado, nomes firmados mundialmente, são referências nacionais! Os resultados e o reconhecimento dos lojistas não mentem: esse prêmio é o reconhecimento do sucesso dos empresários. Apesar de todas as dificuldades, a carga tributária alta, a burocracia e certas políticas, são vencedores e acreditam no País.

**O SR. PRESIDENTE** (Renan Calheiros. PMDB – AL)  
– Nada mais havendo a tratar, a Presidência vai encerrar os trabalhos, lembrando às Sr<sup>as</sup> e Srs. Senadores que constará da próxima sessão deliberativa ordinária, a realizar-se dia 28, terça-feira, às 14 horas, a seguinte

### ORDEM DO DIA

Não houve acordo de Lideranças para a apreciação do item 1 da Ordem do Dia.

São os seguintes os itens sobrestados:

#### 1

**PROJETO DE LEI DE CONVERSÃO Nº 2, DE 2006**  
(Proveniente da Medida Provisória nº 269, de 2005)  
(*encontra-se sobrestando a pauta, nos termos do § 6º do art. 62 da constituição federal*)

Votação do Projeto de Lei de Conversão nº 2, de 2006 (proveniente da Medida Provisória nº 269, de 2005), que altera as Leis nºs 9.986, de 18 de julho de 2000, que dispõe sobre a gestão de recursos humanos das agências reguladoras; 10.768, de 19 de novembro de 2003, que dispõe sobre o quadro de pessoal da Agência Nacional de Águas – ANA; 10.862, de 20 de abril de 2004, que dispõe sobre a criação do plano especial de cargos da Agência Brasileira de Inteligência – Abin; 10.871, de 20 de maio de 2004, que dispõe sobre a criação de carreiras e organização de cargos efetivos das autarquias especiais, denominadas Agências Reguladoras; 11.182, de 27 de setembro de 2005, que cria a Agência Nacional de Aviação Civil – Anac; 9.074, de 7 de julho de 1995, que estabelece normas para outorga e prorrogações das concessões e permissões de serviços públicos; cria cargos na carreira de diplomata, no plano de cargos para a área de ciência e tecnologia, do Grupo Direção e Assessoramento Superiores – DAS e funções gratificadas – FG; autoriza a prorrogação de contratos temporários firmados com base no

art. 81-a da Lei nº 8.884, de 11 de junho de 1994, e no art. 30 da Lei nº 10.871, de 20 de maio de 2004; revoga dispositivos das Leis nºs 5.989, de 17 de dezembro de 1973; 9.888, de 8 de dezembro de 1999; 10.768, de 19 de novembro de 2003; 11.094, de 13 de janeiro de 2005; e 11.182, de 27 de setembro de 2005; e dá outras providências.

Relatora Revisora: Senadora Fátima Cleide.

Prazo final: 13-4-2006.

#### 2

**MEDIDA PROVISÓRIA Nº 270, DE 2005**  
(*Encontra-se sobrestando a pauta, nos termos do § 6º do art. 62 da Constituição Federal*)

Discussão, em turno único, da Medida Provisória nº 270, de 2005, que abre crédito extraordinário, em favor da Câmara dos Deputados, do Senado Federal, da Presidência da República, dos Ministérios da Fazenda e da Integração Nacional e de Transferências a Estados, Distrito Federal e Municípios, no valor global de oitocentos e vinte e cinco milhões, novecentos e oito mil, novecentos e sessenta e oito reais, para os fins que especifica.

Relator Revisor: Senador Tião Viana.

Prazo final: 14-4-2006.

#### 3

**MEDIDA PROVISÓRIA Nº 271, DE 2005**  
(*Encontra-se sobrestando a pauta, nos termos do § 6º do art. 62 da Constituição Federal*)

Discussão, em turno único, da Medida Provisória nº 271, de 2005, que autoriza a União a prestar auxílio financeiro complementar aos Estados, ao Distrito Federal e aos Municípios, com o objetivo de fomentar as exportações do País.

Relator Revisor: Senador Wellington Salgado Oliveira.

Prazo final: 25-4-2006.

#### 4

**PROJETO DE LEI DE CONVERSÃO Nº 3, DE 2006**  
(Proveniente da Medida Provisória nº 272, de 2005)  
(*Encontra-se sobrestando a pauta, nos termos do § 6º do art. 62 da Constituição Federal*)

Discussão, em turno único, do Projeto de Lei de Conversão nº 3, de 2006 (proveniente da Medida Provisória nº 272, de 2005), que altera as Leis nºs 10.355, de 26 de dezembro de 2001, que dispõe sobre a estruturação da

Carreira Previdenciária no âmbito do Instituto Nacional do Seguro Social – INSS; 10.855, de 1º de abril de 2004, que dispõe sobre a reestruturação da Carreira Previdenciária, de que trata a Lei nº 10.355, de 26 de dezembro de 2001, instituindo a Carreira do Seguro Social; 10.876, de 2 de junho de 2004, que cria a Carreira de Perícia Médica da Previdência Social e dispõe sobre a remuneração da Carreira de Supervisor Médico-Pericial do Quadro de Pessoal do INSS, 10.997, de 15 de dezembro de 2004, que institui a Gratificação Específica do Seguro Social – GESS; 8.112, de 11 de dezembro de 1990, que dispõe sobre o regime jurídico dos servidores públicos civis da União, das Autarquias e das Fundações Públicas Federais; e fixa critérios temporários para pagamento da Gratificação de Desempenho de Atividade Médico-Pericial – GDAMP.

Relator Revisor: Senador Sérgio Guerra.  
Prazo final: 25-4-2006.

### 5

#### **PROJETO DE LEI DE CONVERSÃO Nº 4, DE 2006**

*(Proveniente da Medida Provisória nº 273, de 2005)*

*(Encontra-se sobrestando a pauta, nos termos do § 6º do art. 62 da Constituição Federal)*

Discussão, em turno único, do Projeto de Lei de Conversão nº 4, de 2006 (proveniente da Medida Provisória nº 273, de 2005), que abre crédito extraordinário, em favor do Ministério dos Transportes e de Encargos Financeiros da União, no valor global de quinhentos e dezesseis milhões, cento e trinta e dois mil, novecentos e noventa e quatro reais, para os fins que especifica.

Relator Revisor: Senador João Ribeiro.  
Prazo final: 26-4-2006.

### 6

#### **PROJETO DE LEI DE CONVERSÃO Nº 5, DE 2006**

*(Proveniente da Medida Provisória nº 274, de 2005)*

*(Encontra-se sobrestando a pauta, nos termos do § 6º do art. 62 da Constituição Federal)*

Discussão, em turno único, do Projeto de Lei de Conversão nº 5, de 2006 (proveniente da Medida Provisória nº 274, de 2005), que acrescenta e altera dispositivos na Lei nº 5.917, de 10 de setembro de 1973, que aprova o Plano Nacional de Viação; revoga o art. 3º da Medida Provisória nº 2.217-3, de 4 de setembro de 2001; e dá outras providências.

Relator Revisor: Senador Romero Jucá.

Prazo final: 28-4-2006.

### 7

#### **MEDIDA PROVISÓRIA Nº 275, de 2005**

*(Encontra-se sobrestando a pauta, nos termos do § 6º do art. 62 da Constituição Federal)*

Discussão, em turno único, da Medida Provisória nº 275, de 2005, que altera a Lei nº 9.317, de 5 de dezembro de 1996, que institui o Sistema Integrado de Pagamento de Impostos e Contribuições das Microempresas e das Empresas de Pequeno Porte – Simples, em função da alteração promovida pelo art. 33 da Lei nº 11.196, de 21 de novembro de 2005, e dispõe que o prazo a que se refere o art. 2º da Lei nº 8.989, de 24 de fevereiro de 1995, para reutilização do benefício da isenção do Imposto sobre Produtos Industrializados – IPI, na aquisição de automóveis para utilização no transporte autônomo de passageiros, bem como por pessoas portadoras de deficiência física, aplica-se inclusive às aquisições realizadas antes de 22 de novembro de 2005.

Relator Revisor: Senador Jefferson Péres.

Prazo final: 28-4-2006.

### 8

#### **PROJETO DE LEI DE CONVERSÃO Nº 7, DE 2006**

*(Proveniente da Medida Provisória nº 276, de 2006)*

*(Encontra-se sobrestando a pauta, nos termos do § 6º do art. 62 da Constituição Federal)*

Discussão, em turno único, do Projeto de Lei de Conversão nº 7, de 2006 (proveniente da Medida Provisória nº 276, de 2006), que abre crédito extraordinário, em favor do Ministério dos Transportes, no valor de trezentos e cinquenta milhões de reais, para os fins que especifica.

Relator Revisor:

Prazo final: 1º-5-2006.

### 9

#### **MEDIDA PROVISÓRIA Nº 277, DE 2006**

Discussão, em turno único, Medida Provisória nº 277, de 2006, que abre crédito extraordinário, em favor dos Ministérios da Agricultura, Pecuária e Abastecimento e das Relações Exteriores, no valor de R\$ 74.564.000,00 (setenta e quatro milhões, quinhentos e sessenta e qua-

tro mil reais), para os fins que especifica. (Apoio à população atingida pela febre aftosa)

Relator Revisor:

Prazo final: 18-5-2006.

### 10

#### **SUBSTITUTIVO À PROPOSTA DE EMENDA À CONSTITUIÇÃO Nº 12, DE 2003**

Primeira sessão de discussão, em segundo turno, do Substitutivo à Proposta de Emenda à Constituição nº 12, de 2003, tendo como primeiro signatário o Senador Osmar Dias, que *altera os artigos 21 e 22 da Constituição Federal, para definir a competência da União no ordenamento do Sistema Nacional de Meteorologia e Climatologia.*

Parecer sob nº 5, de 2006, da Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania, Relatora: Senadora Serys Slhessarenko, oferecendo a redação para o segundo turno.

### 11

#### **PROPOSTA DE EMENDA À CONSTITUIÇÃO Nº 66, DE 2005** (Votação nominal, se não houver emendas)

Quinta e última sessão de discussão, em primeiro turno, da Proposta de Emenda à Constituição nº 66, de 2005, tendo como primeiro signatário o Senador José Jorge (apresentada como conclusão do Parecer nº 2.054, de 2005, da Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania), que *acrescenta o inciso XVI e o § 2º ao art. 52 da Constituição, para atribuir ao Senado Federal competência para indicar membros do Conselho Diretor ou da Diretoria das Agências Reguladoras.*

### 12

#### **PROJETO DE LEI DA CÂMARA Nº 96, DE 2005**

Discussão, em turno único, do Projeto de Lei da Câmara nº 96, de 2005 (nº 5.788/2001, na Casa de origem), que *institui o Dia Nacional de Conscientização da Esclerose Múltipla.*

Parecer favorável, sob nº 2.249, de 2005, da Comissão de Educação, Relator: Senador Augusto Botelho, com a Emenda 1-CE, de redação, que apresenta.

### 13

#### **PROJETO DE LEI DA CÂMARA Nº 100, DE 2005**

Discussão, em turno único, do Projeto de Lei da Câmara nº 100, de 2005 (nº 3.883/2004,

na Casa de origem), que *acrescenta inciso ao art. 473 da Consolidação das Leis do Trabalho – CLT, aprovada pelo Decreto-Lei nº 5.452, de 1º de maio de 1943, para permitir a ausência do trabalhador ao serviço, sem prejuízo do salário, na hipótese de participação em reunião oficial de organismo internacional ao qual o Brasil seja filiado.*

Parecer favorável, sob nº 2.148, de 2005, da Comissão de Assuntos Sociais, Relator: Senador Paulo Paim.

### 14

#### **REDAÇÃO FINAL DO PROJETO DE LEI DO SENADO Nº 14, DE 2005**

Discussão, em turno único, da Redação Final (apresentada pela Comissão Diretora como conclusão de seu Parecer nº 2.202, de 2005, Relator: Senador Tião Viana), do Projeto de Lei do Senado nº 14, de 2005 (apresentado pela Comissão de Direitos Humanos e Legislação Participativa como conclusão de seu Parecer nº 24, de 2005, Relator: Senador José Maranhão), que *altera a Lei nº 5.917, de 10 de setembro de 1973, que aprova o Plano Nacional de Viação, de modo a incluir, na Relação Descritiva das Rodovias do Sistema Rodoviário Federal, a rodovia que especifica.*

### 15

#### **PROJETO DE LEI DO SENADO Nº 174, DE 2000** (Incluído em Ordem do Dia nos termos do Recurso nº 21, de 2003)

Discussão, em turno único, do Projeto de Lei do Senado nº 174, de 2000, de autoria do Senador Luiz Pontes, que *altera a Lei nº 9.656, de 3 de junho de 1998, que dispõe sobre os planos e seguros privados de assistência à saúde (para assegurar a cobertura de despesas de acompanhante, no caso de paciente menor de dezoito anos, inclusive quando se tratar de internação em unidade de terapia intensiva ou similar).*

Pareceres sob nºs 711, de 2003, e 1.515, de 2005, das Comissões

– de Assuntos Econômicos, Relator: Senador Mão Santa, favorável, com a Emenda nº 1-CAE, que apresenta; e

– da Comissão de Assuntos Sociais (em audiência, nos termos do Requerimento nº 336, de 2003), Relator: Senador Leonel Pavan, favorável, com a Emenda nº 2-CAS, que



apresenta, com voto contrário, em separado, da Senadora Ideli Salvatti.

## 16

### PROJETO DE LEI DO SENADO Nº 390, DE 2005-COMPLEMENTAR

Discussão, em turno único, do Projeto de Lei do Senado nº 390, de 2005-Complementar, de autoria do Senador Renan Calheiros e outros Srs. Senadores, que *altera os arts. 1º e 22 da Lei Complementar nº 64, de 1990 – Lei das Inelegibilidades* (dispõe sobre crimes e procedimentos relativos a inelegibilidades e sobre o sistema de prestação de contas eleitorais).

Parecer sob nº 188, de 2006, da Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania, Relator: Senador José Jorge, favorável, com as Emendas de nºs 1 a 5-CCJ, que apresenta, com votos contrários do Senador Romero Jucá e, em separado, do Senador Sibá Machado.

## 17

### PROJETO DE LEI DO SENADO Nº 15, DE 2006 (Tramitando nos termos dos arts. 142 e 143 do Regimento Comum)

Discussão, em segundo turno, do Projeto de Lei do Senado nº 15, de 2006, de iniciativa da Comissão Parlamentar Mista de Inquérito da Emigração Ilegal, que *altera o Código Penal para criminalizar o tráfico internacional de pessoas para fins de emigração, e a Lei nº 9.613, de 3 de março de 1998, para inserir a mencionada conduta entre os crimes antecedentes da lavagem de dinheiro*.

## 18

### REQUERIMENTO Nº 1.355, DE 2005

Votação, em turno único, do Requerimento nº 1.355, de 2005, do Senador Antonio Carlos Magalhães, solicitando ao Ministro de Estado da Fazenda informações a respeito de operações financeiras eventualmente efetuadas entre o Banco do Nordeste do Brasil (BNB) com a empresa controladora do empreendimento *Beach Park*, localizado em Porto de Dunas, Ceará, ou com qualquer das empresas controladas por ela.

Parecer favorável, sob nº 162, de 2006, da Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania, Relator **ad hoc**: Senador Romeu Tuma.

**O SR. PRESIDENTE** (Renan Calheiros. PMDB – AL) – Está encerrada a presente sessão.

(*Levanta-se a sessão às 21 horas e 22 minutos.*)

(OS Nº 11535/06)

**DISCURSO PROFERIDO PELO SR. SENADOR ALVARO DIAS, NA SESSÃO DO DIA 20 DE MARÇO DE 2006, QUE, RETIRADO PARA REVISÃO PELO ORADOR, ORA SE PUBLICA.**

**O SR. ALVARO DIAS** (PSDB – PR. Pronuncia o seguinte discurso. Com revisão do orador.) – Sr. Presidente Papaléo Paes, Sr<sup>as</sup> e Srs. Senadores, diante dos últimos e deploráveis acontecimentos, providências são necessárias da parte do Parlamento brasileiro.

Primeiramente, cabe ao Congresso Nacional exigir providências para responsabilização de quem, afrontando a Constituição, quebrou ilegalmente o sigilo bancário de um trabalhador simples, expondo a todo o País aquilo que era da sua privacidade. Uma afronta à Constituição, resultante de um comportamento fascista, reacionário e covarde. De outro lado, uma postura preconceituosa daqueles que imaginam não ter direito a uma conta bancária um modesto trabalhador, não poder realizar uma movimentação financeira modesta, como se estivesse o trabalhador brasileiro proibido.

Ora, Sr. Presidente, Sr<sup>as</sup> e Srs. Senadores, foi uma tentativa frustrada de desqualificar o depoimento do caseiro Nildo. Isso agrava a situação de quem quer blindar o Ministro Palocci a qualquer preço. De outro lado, destaca a importância desse depoimento. Um Governo que se preocupa dessa forma com o depoimento do caseiro é porque deseja – eu repito –, a qualquer preço, esconder os fatos e blindar o Ministro Palocci para sustentá-lo no cargo por mais tempo.

Ora, é claro que a Caixa Econômica Federal é grande responsável no vazamento dessas informações bancárias. Não cabe pedir explicações aos dirigentes da Caixa Econômica Federal. Cabe, sim, acionar judicialmente, para responsabilização criminal de quem porventura tenha afrontado a Constituição do País.

O escândalo se agiganta com o surgimento de novas testemunhas: o caseiro, o motorista, o corretor de imóveis. E é evidente que o que interessa, neste momento, é exatamente essa conexão existente entre o Ministro Palocci e os lobistas, traficantes de influência, aqueles que, vindo de Ribeirão Preto, instalaram-se e

se organizaram em Brasília para exercitar esse tipo de operação desonesta, à margem do interesse público.

Já nos cansamos de afirmar que pouco importa a vida privada do Ministro. O que nos importa saber é se há corrupção no Governo, se há favorecimento ilícito, se há tráfico de influência, se há improbidade administrativa, se a corrupção se instalou e quem é responsável por ela. Não temos dúvida, diante dos fatos, de que o Ministro não pode estar excluído das investigações. Se a CPI, já preliminarmente, aponta a necessidade do indiciamento dos amigos de Palocci, de Ribeirão Preto, inclusive por formação de quadrilha, tem o dever de incluir o Ministro nesse relatório final.

O Presidente Lula pode, se desejar, manter o Ministro – é uma prerrogativa sua –, mas não há como manter o Ministro sem admitir ser a corrupção imprescindível no seu modelo de Governo. Não há como manter o Ministro sem admitir ser a mentira a ferramenta para a sustentação para esse modelo de Governo.

Eu não creio, Sr. Presidente, que possa o Ministro Palocci nos representar internacionalmente numa área administrativa de tanta importância. Veja a repercussão internacional. No dia de hoje, o periódico espanhol **ABC** publica um artigo assinado por Antonio De Miera focalizando o desaparecer do mito Lula. O diário espanhol, com precisão, assinala o desfigurar do perfil do Presidente. Diz o seguinte: “durante algum tempo significava para muitos as mudanças necessárias e possíveis na América Latina”.

A mudança radical é muito bem situada, quando De Miera traça um paralelo entre duas visitas de Lula à Espanha: a primeira em 2003, quando recebeu o prêmio Príncipe das Astúrias, e a segunda em outubro do ano passado, para a Cúpula Ibero-Americana em Salamanca.

“O Lula triunfante, seguro se si deu lugar” – diz o articulista espanhol – “a um Lula que tratava de passar despercebido, atribulado pelos problemas internos que então afloravam no País e em seu Partido”.

Na conclusão do artigo há uma reflexão: “Lula agora” – diz o artigo – “é somente mais um político, sob suspeita para alguns, no instável panorama social ibero-americano”.

E arremata: “Nas circunstâncias atuais lhe dariam o prêmio Príncipe das Astúrias?” E responde: “Certamente que não”. Aliás, muitas honrarias distinguidas ao Presidente Lula, notadamente no campo da ética, dos direitos e garantias individuais, devem ser revistas. A sua participação no comando dessa operação de blindagem do Ministro da Fazenda é deplorável.

É por essa razão, Sr. Presidente, que nós estamos encaminhando hoje à CPI dos Bingos um requerimento que solicita à Política Federal a instauração de um

novo inquérito, para apurar os fatos decorrentes das últimas denúncias, relativamente...

**O Sr. Mão Santa** (PMDB – PI) – Senador Alvaro Dias.

**O SR. ALVARO DIAS** (PSDB – PR) – ... à casa onde se reunia a equipe oriunda de Ribeirão Preto e que era também freqüentada pelo Ministro Palocci, para que nesse inquérito a Polícia Federal ouça o caseiro, o motorista, o corretor de imóveis, que é mais uma testemunha que se apresenta com riqueza de detalhes, indicando a participação ativa do Ministro Palocci nos encontros realizados nessa casa e em uma outra casa, que agora surge, sob o patrocínio da empresa Leão Leão, de Ribeirão Preto.

Vou-lhe conceder o aparte, Senador Mão Santa, antes dizendo que o nosso requerimento pede à Polícia Federal que ouça, além do caseiro, do motorista e do corretor de imóveis, os freqüentadores da casa: empresários, lobistas, traficantes de influência, que lá se reuniam para, certamente, estabelecer a estratégia de ação, aproveitando-se da presença do Ministro Palocci, como figura exponencial do Governo Lula na área econômica.

Concedo o aparte a V. Ex<sup>a</sup>, Senador Mão Santa.

**O Sr. Mão Santa** (PMDB – PI) – Senador Alvaro Dias, muito oportuno, eu queria aqui, diante da Nação, já que o assunto foi iniciado pela bravura e consciência que o Paraná tem no seu representante, sem dúvida nenhuma. Quero externar – vamos dizer – o repúdio do nosso Estado do Piauí. Esse Piauí, do qual quero dizer: nós somos a melhor gente do Brasil. Se tiver, Senador Papaléo, olimpíadas de virtudes, é o piauiense o medalha de ouro. Direi por quê: no livro de Darcy Ribeiro sobre a verdadeira formação do povo brasileiro, constata-se que este Brasil é de português, mas mandaram muitos portugueses que não prestaram para cá. E não ficaram no Piauí, não. Ficaram lá em Pernambuco do qual fomos dependentes – e depois fomos dependentes do Maranhão. Nós nos libertamos em Batalha sangrenta do Jenipapo. É o sangue da virtude cristã brasileira, feita na luta. Atentai bem! Não vamos admitir isso! Este moço aqui é irmão do Piauí. Ele é o maior jurista deste País, o único que se iguala a Rui Barbosa. Convido V. Ex<sup>a</sup> a me acompanhar na próxima quarta-feira ao Rio de Janeiro, para uma homenagem a Evandro Lins e Silva, o maior de todos os juristas, que, Presidente do STF, dignificou contra a Ditadura. O Piauí de Petrônio Portella, de João Paulo dos Reis Velloso, que por 20 anos foi Ministro, à luz do período revolucionário. Nenhuma indignidade, nenhuma imoralidade, nenhuma corrupção! Do Jornalista Carlos Castelo Branco, o Castelinho, o mais corajoso e bravo jornalista da história deste País; enfrentou a Ditadura.

Esse é igual. É igual. Não vamos admitir a violação da conta bancária do piauiense Francenildo, “um fato gravíssimo, um crime que choca a opinião pública, além de representar uma agressão ao Poder Judiciário, ao qual cabe autorizar ou não a quebra de sigilo bancário, telefônico e fiscal de pessoas sob investigação, o que não é o caso de Francenildo”, que é pobre. Ó moleques dessa ditadura vermelha e corrupta do PT, “as contas, imorais, do Sr. Paulo Okamoto são intocáveis. Ele é amigo generoso do Lula, a ponto de pagar suas dívidas. O Sr. Duda Mendonça só fala se quiser, ele tem contratos perigosos com o Governo Lula e com o PT. O filho do Presidente, o Lulinha, vira milionário do dia para a noite, mas ninguém ousa mexer em seu sigilo bancário nem é motivo para investigação. Porém o Francenildo, o piauiense, o brasileiro, o trabalhador que reconheceu um Ministro do PT em reuniões duvidosas, teve seu sigilo bancário quebrado pelos arapongas de plantão do Governo Lula. O meu alerta, hoje, vai para as instituições que representam a República Federativa do Brasil: Congresso Nacional...” – está na hora de termos coragem e criarmos vergonha!

**O SR. ALVARO DIAS (PSDB – PR)** – Obrigado, Senador.

**O Sr. Mão Santa (PMDB – PI)** – Esse Presidente deste Congresso tem de pedir a derrubada do veto em que esse Presidente acabou com as pretensões do homem do campo de continuar a produzir. “...Superior Tribunal de Justiça, Supremo Tribunal Federal, Ministério Público Federal, Polícia Federal. O Governo corrupto do PT passará, mas a história das nossas instituições é a história da nossa Pátria, não poderá jamais ser manchada”. E a mãe desse homem piauiense trabalhou e lutou para educá-lo nos princípios cristãos da verdade e da honestidade. Esse é repúdio do Piauí a essa República do PT.

**O SR. ALVARO DIAS (PSDB – PR)** – Senador Mão Santa, ao lado de V. Ex<sup>a</sup>, esse caseiro honra sim o Estado do Piauí com uma postura de dignidade imbatível e é alvo de uma violência inominável, que tem que ser repudiada pelas pessoas de bem do Brasil. A ponto de este jovem trabalhador abrir mão da proteção policial por desconfiar dela, já que seus documentos foram retidos, já que foi impedido de utilizar-se do seu próprio aparelho celular, e que foi colocado, segundo a jornalista Rosa Costa, num local com condições insalubres, sem higiene, obrigado a dividir o espaço com alguém, cuja vida pregressa era diametralmente oposta a de Francenildo. Portanto, tentam amedrontar esse jovem trabalhador, na esperança de que ele, quem sabe, altere o seu depoimento pela importância avassaladora das informações que trouxe à CPI.

Ainda hoje, Senador Mão Santa, houve mais uma denúncia. O jornalista do Jornal **O Estado de São Paulo**, Diego Escosteguy, revela que uma auditoria do Tribunal de Contas da União aponta que houve um superfaturamento de 23 milhões de dólares, 48 milhões de reais de superfaturamento e fortes indícios de favorecimento na licitação vencida pela Empresa GDK com a Petrobras. A Empresa GDK, Senador Papaléo Paes, não é outra, senão aquela que presenteou o ex-secretário-geral do Partido dos Trabalhadores Sílvio Pereira com o **Land Rover**. Caro este presente! Esse presente custou muito caro aos cofres públicos!

Sr. Presidente, entre as providências que estamos sugerindo à CPI está também a convocação da nova testemunha apresentada pela imprensa no último final de semana: o corretor de imóveis, que traz novas informações, atestando, mais uma vez, a presença do Ministro Palocci na intimidade deste grupo que, vindo de Ribeirão Preto, veio a Brasília participar não de um projeto de país mas de um projeto de corrupção que se instalou na República lamentavelmente.

Para concluir, é evidente que os brasileiros que pagam impostos – e como pagam impostos! – são esmagados por uma carga tributária que explode sobre os ombros de quem produz cada vez com um peso maior. É claro que esses brasileiros estão a indagar: vale a pena pagar impostos no Brasil? O que estão fazendo com os nossos impostos? Escancarando as portas e as janelas da corrupção para o dilapidamento do patrimônio público nacional? Vamos assistir passivamente a isso e vamos admitir que se trata apenas do enfrentamento de natureza eleitoral? Não, Sr. Presidente, não é esse o enfrentamento que se dá nesta hora. Nesta hora, discutimos o modelo de gestão que queremos para este País. E certamente não é este modelo de gestão: o da incompetência administrativa, que se soma à ausência absoluta de ética.

Sr. Presidente, é lamentável, mas estamos vivendo o clímax do inferno astral de um Governo que chafurdou na lama da corrupção.

#### **ATA DA 116ª SESSÃO NÃO DELIBERATIVA, EM 21 DE JULHO DE 2005**

(Publicada no **Diário do Senado Federal** nº 108,  
de 22 de julho de 2005)

#### **RETIFICAÇÃO**

Na página 25027, republicue-se, por incorreção, a seguinte **Convenção Internacional para a Proteção dos Vegetais**, constante do **Projeto de Decreto Legislativo nº 345, de 2005 (nº 1.094/2004), na Câmara dos Deputados**,

# CONVENÇÃO INTERNACIONAL PARA A PROTEÇÃO DOS VEGETAIS

(Texto aprovado na 29ª Conferência da FAO)

## ÍNDICE

ASSUNTO	PÁGINA
PREÂMBULO.....	
ARTIGO I – Propósitos e responsabilidades.....	
ARTIGO II - Terminologia utilizada.....	
ARTIGO III - Relação com outros acordos internacionais.....	
ARTIGO IV - Disposições gerais relativas aos acordos institucionais de proteção fitossanitária nacional.....	
ARTIGO V - Certificação fitossanitária.....	
ARTIGO VI - Pragas regulamentadas.....	
ARTIGO VII - Disposições relativas à importação.....	
ARTIGO VIII - Cooperação Internacional.....	
ARTIGO IX - Organizações regionais de proteção fitossanitária.....	
ARTIGO X - Normas.....	
ARTIGO XI - Comissão de Medidas Fitosanitárias.....	
ARTIGO XII - Secretaria.....	
ARTIGO XIII - Solução de controvérsias.....	
ARTIGO XIV - Substituição de acordos anteriores.....	
ARTIGO XV - Aplicação territorial.....	
ARTIGO XVI - Acordos suplementares.....	
ARTIGO XVII - Ratificação e adesão.....	
ARTIGO XVIII - Partes não contratantes.....	
ARTIGO XIX - Idiomas.....	
ARTIGO XX - Assistência técnica.....	
ARTIGO XXI - Emendas.....	
ARTIGO XXII - Vigência.....	
ARTIGO XXIII - Denúncia.....	
 ANEXO	
Modelo de certificado fitossanitário.....	
Modelo de certificado fitossanitário para reexportação.....	

## PREÂMBULO

As partes contratantes,

- *reconhecendo* a necessidade da cooperação internacional para controlar e prevenir as pragas de plantas e produtos vegetais, bem como sua disseminação internacional, e especialmente sua introdução em áreas ameaçadas;
- *reconhecendo* que as medidas fitossanitárias devem estar tecnicamente justificadas, ser transparentes e não devem ser aplicadas de maneira a constituir um meio de discriminação arbitrária ou injustificada ou ainda uma restrição implícita ao comércio internacional em particular;
- *desejando* assegurar uma estreita coordenação das medidas tomadas para tais fins;
- *desejando* estabelecer um marco para a formulação e aplicação de medidas fitossanitárias harmonizadas e para a elaboração de normas internacionais com esta finalidade;
- *tendo em conta* os princípios aprovados internacionalmente que regem a proteção das plantas, da saúde humana e dos animais e do meio ambiente; e
- *observando* os acordos concluídos durante as Negociações Comerciais Multilaterais da Rodada do Uruguai e, particularmente, os relativos ao Acordo sobre Aplicação de Medidas Sanitárias e Fitossanitárias;

convencionaram o seguinte:

### ARTIGO I

#### Propósitos e responsabilidades

1. Com o propósito de atuar eficaz e conjuntamente para prevenir a disseminação e introdução de pragas de plantas e de produtos vegetais, bem como promover medidas apropriadas para controlá-las, as partes contratantes comprometem-se a adotar as medidas legislativas, técnicas e administrativas especificadas na presente Convenção e em outros acordos suplementares para dar cumprimento ao Artigo XVI;
2. Cada parte contratante assumirá a responsabilidade de fazer cumprir em seu território as medidas prescritas pela presente Convenção sem prejuízo das obrigações assumidas em virtude de outros acordos internacionais;
3. A divisão das responsabilidades para o cumprimento dos requisitos desta Convenção entre as Organizações Membros da FAO e seus Estados membros, que

sejam partes contratantes da presente Convenção, far-se-á de conformidade com suas competências respectivas.

4. As disposições da presente Convenção podem, quando as partes contratantes julgarem-nas apropriadas, ser aplicadas não só aos vegetais e seus produtos, mas também a locais de armazenamento, de embalagem, aos meios de transporte, *containers*, solo e todo outro organismo, objeto ou material capaz de abrigar ou disseminar pragas de plantas, em particular quando envolver o transporte internacional.

## ARTIGO II

### Terminologia utilizada

1. Na presente Convenção, os termos especificados terão o significado conforme definido a seguir:

"Análise de Risco de Pragas" - processo de avaliação de provas biológicas, científicas e econômicas para determinar se uma praga deve ser regulamentada e a intensidade de quaisquer medidas fitossanitárias que devem ser adotadas para controlá-la;

"Área de Baixa Prevalência de Pragas" - área delimitada pelas autoridades competentes, que pode corresponder à totalidade de um país, parte de um país ou à totalidade ou partes de vários países, em que uma determinada praga se encontra em baixo nível e que está sujeita a medidas de efetiva vigilância, controle ou erradicação;

"Área em Perigo" - Área na qual os fatores ecológicos favorecem o estabelecimento de uma praga cuja presença dentro da área dará como resultado importantes perdas econômicas;

"Artigo Regulamentado" - qualquer planta, produto vegetal, lugar de armazenamento, de embalagem, meio de transporte, *container*, solo e qualquer outro organismo, objeto ou material capaz de abrigar ou disseminar pragas que se julgue dever estar sujeito a medidas fitossanitárias, especialmente quando estiver envolvido o transporte internacional;

"Comissão" - a Comissão de Medidas Fitossanitárias, estabelecida conforme o disposto no Artigo XI;

"Estabelecimento" - perpetuação, em um futuro previsível, de uma praga dentro de uma área depois da sua entrada;

"Introdução" - entrada de uma praga que resulta no seu estabelecimento;

"Medida fitossanitária" - qualquer legislação, regulamento ou procedimento oficial que tenha o propósito de prevenir a introdução e/ou a disseminação de pragas;

"Medidas fitossanitárias harmonizadas" - medidas fitossanitárias estabelecidas pelas partes contratantes tendo como base normas internacionais;

"Normas Internacionais" - normas internacionais estabelecidas de conformidade com o disposto no Artigo X, parágrafos 1 e 2;

"Normas Regionais" - normas estabelecidas por uma organização regional de proteção fitossanitária para servir de guia aos seus membros;

"Plantas" - plantas vivas e partes delas, incluindo-se suas sementes e o seu germoplasma;

"Praga" - qualquer espécie, raça ou biótipo vegetal ou animal ou agente patogênico daninho para as plantas ou produtos vegetais;

"Praga Quarentenária" - praga de importância econômica potencial para uma área em perigo, quando ainda a praga não existe ou, se existe, não está dispersa e encontra-se sob controle oficial;

"Praga Não Quarentenária Regulamentada" - praga não quarentenária cuja presença em plantas para plantio influi no seu uso proposto, com repercussões economicamente inaceitáveis e que, portanto, está regulamentada no território da parte contratante importadora;

"Praga Regulamentada" - praga quarentenária ou praga não quarentenária regulamentada;

"Produtos Vegetais" - material não manufaturado de origem vegetal (inclusive os grãos) e aqueles produtos manufaturados que, por sua natureza ou por sua elaboração, podem gerar um risco de introdução e disseminação de pragas;

"Secretário" - Secretário da Comissão nomeado em conformidade com o Artigo XII;

"Tecnicamente Justificado" - justificado com base nas conclusões de uma apropriada análise de risco de pragas ou, quando aplicável, outro exame e avaliação comparável da informação científica disponível;

2. Considerar-se-á que as definições que figuram neste Artigo, dada a sua limitação à aplicação da presente Convenção, não afetam as definições contidas nas leis nacionais ou regulamentações das partes contratantes.

### **ARTIGO III**

#### **Relação com outros acordos internacionais**

O disposto na presente Convenção não afetará os direitos e obrigações das partes contratantes em virtude dos acordos internacionais relevantes.

## **ARTIGO IV**

### **Disposições gerais relativas aos acordos institucionais de proteção fitossanitária nacional**

**1. Cada parte contratante compromete-se a tomar as medidas necessárias para estabelecer da melhor forma possível, uma organização nacional oficial de proteção fitossanitária, cujas principais responsabilidades são estabelecidas no presente Artigo.**

**2. Dentre as responsabilidades de uma organização nacional oficial de proteção fitossanitária incluem-se as seguintes:**

- a) a emissão de certificados referentes à regulamentação fitossanitária do país importador para o envio de plantas, produtos vegetais e outros artigos regulamentados;**
- b) a vigilância de vegetais tanto os cultivados, (por exemplo campos, plantações, viveiros, jardins, casas de vegetação e laboratórios) como os da flora silvestre, das plantas e produtos vegetais em armazenamento ou em transporte, particularmente com o objetivo de informar da presença, do foco e da disseminação de pragas, bem como controlá-las, incluindo a apresentação dos informes referidos no parágrafo 1 a) do Artigo VIII;**
- c) a inspeção das cargas de vegetais e de seus produtos envolvidos nas trocas internacionais e, quando for apropriado, a inspeção de outros artigos regulamentados, particularmente com vistas a prevenir a introdução e/ou a disseminação de pragas;**
- d) a desinfestação ou desinfecção das cargas de plantas, produtos vegetais, e outros artigos regulamentados, particularmente aqueles que estejam envolvidos no trânsito internacional, para cumprir os requisitos fitossanitários;**
- e) a proteção de áreas em perigo e a identificação, manutenção e vigilância de áreas livres de pragas e as de baixa prevalência de pragas;**
- f) a realização das análises de risco de pragas;**
- g) assegurar, mediante procedimentos apropriados, que a segurança fitossanitária das cargas, depois da certificação fitossanitária, com respeito à composição, substituição e reinfestação, seja mantida antes da exportação; e**
- h) a capacitação e formação de pessoal.**

**3. Cada parte contratante tomará as medidas necessárias, da melhor forma possível, para:**



- a) a distribuição, dentro do território da parte contratante, de informação sobre pragas regulamentadas e meios de preveni-las e controlá-las;
- b) a pesquisa no campo da proteção fitossanitária;
- c) a promulgação da regulamentação fitossanitária; e
- d) o desempenho de qualquer outra função que possa ser necessária para a aplicação desta Convenção.

4. Cada uma das partes contratantes apresentará ao Secretário, uma descrição de sua organização nacional encarregada oficialmente da proteção fitossanitária e das modificações que nela sejam introduzidas. Uma parte contratante proporcionará à outra parte contratante que a solicite, uma descrição de seus acordos institucionais em matéria de proteção fitossanitária.

## ARTIGO V

### Certificação fitossanitária

1. Cada parte contratante adotará disposições para a certificação fitossanitária, com o objetivo de garantir que as plantas, produtos vegetais e outros artigos regulamentados exportados e suas partidas estejam de acordo com a declaração de certificação que deve ser feita em cumprimento do parágrafo 2 b) deste Artigo.

2. Cada parte contratante adotará providências para a emissão de certificados fitossanitários de acordo com as disposições seguintes:

- a) A inspeção e outras atividades a ela relacionadas que conduzam à emissão de certificados fitossanitários, serão efetuadas somente pela organização oficial nacional de proteção fitossanitária ou sob sua autoridade. A emissão de certificados fitossanitários estará a cargo de funcionários públicos tecnicamente qualificados e devidamente autorizados pela organização oficial nacional de proteção fitossanitária para que atuem em seu nome e sob seu controle, dispondo dos conhecimentos e das informações necessárias, de tal forma que as autoridades das partes contratantes importadoras possam aceitar os certificados fitossanitários como documentos dignos de fé;
- b) Os certificados fitossanitários ou sua versão eletrônica se esta for aceita pela parte contratante importadora, deverão ser redigidos de acordo com os modelos constantes no anexo à presente Convenção. Estes certificados serão preenchidos e emitidos levando-se em conta as normas internacionais pertinentes.
- c) As correções ou supressões não certificadas invalidarão os certificados.

3. Cada parte contratante compromete-se a não exigir que as partidas de plantas ou produtos vegetais, ou outros artigos regulamentados importados para o seu território, sejam acompanhados de certificados fitossanitários que não estejam

de acordo com os modelos Anexos a esta Convenção. Toda a declaração adicional exigida deverá limitar-se ao que estiver tecnicamente justificado.

## **ARTIGO VI**

### **Pragas regulamentadas**

1. As partes contratantes poderão exigir a aplicação de medidas fitossanitárias para as pragas quarentenárias e não quarentenárias regulamentadas, sempre que tais medidas sejam:
  - a) não mais restritivas que as medidas aplicadas às mesmas pragas, se elas estiverem presentes no território da parte contratante importadora; e
  - b) limitadas ao que seja necessário para proteger a sanidade vegetal e/ou salvaguardar o uso proposto e esteja tecnicamente justificado pela parte contratante interessada.
  
2. As partes contratantes não exigirão a aplicação de medidas fitossanitárias no comércio internacional para as pragas não regulamentadas.

## **ARTIGO VII**

### **Disposições relativas à importação**

1. Com a finalidade de prevenir a introdução e/ou a disseminação de pragas regulamentadas nos seus respectivos territórios, as partes contratantes terão autoridade soberana para regulamentar, de conformidade com os acordos internacionais em vigor, a entrada de plantas, produtos vegetais e outros artigos regulamentados e, para esse fim, podem:
  - a) prescrever e adotar medidas fitossanitárias com respeito à importação de plantas, produtos vegetais e outros artigos regulamentados, incluindo, por exemplo, inspeção, proibição da importação e tratamento;
  - b) proibir a entrada, reter ou exigir tratamento, destruição ou retirada do seu território, de plantas, produtos vegetais e outros artigos regulamentados, bem como de cargas que não estejam em conformidade com as medidas fitossanitárias prescritas ou adotadas nos termos da alínea "a" deste Artigo;
  - c) proibir ou restringir o movimento de pragas regulamentadas em seus territórios;
  - d) proibir ou restringir em seus territórios, o movimento de agentes de controle biológico e outros organismos de interesse fitossanitário que sejam considerados benéficos;

2. Com a finalidade de minimizar a interferência no comércio internacional, as partes contratantes, no exercício de sua autoridade e tendo em vista o disposto no parágrafo 1 deste Artigo, comprometem-se a proceder de acordo com as disposições seguintes:

- a) As partes contratantes, ao aplicarem sua legislação fitossanitária, não tomarão nenhuma das medidas especificadas no parágrafo 1 deste Artigo, a não ser que sejam necessárias por razões fitossanitárias e que sejam tecnicamente justificáveis.
- b) As partes contratantes deverão publicar e divulgar os requisitos, restrições e proibições fitossanitárias imediatamente após sua adoção a quaisquer das partes contratantes que considerem que possam ser diretamente afetadas por tais medidas.
- c) As partes contratantes deverão, se alguma delas solicitar, colocar a disposição os fundamentos dos requisitos, restrições e proibições fitossanitárias.
- d) No caso de uma parte contratante exigir que as cargas de certas plantas ou produtos vegetais sejam importados em determinados pontos de ingresso, tais pontos deverão ser selecionados de maneira que não dificultem desnecessariamente o comércio internacional. A respectiva parte contratante publicará uma lista dos referidos pontos de entrada e a enviará ao Secretário, a qualquer organização regional de proteção fitossanitária a que ela pertença, a todas as partes que poderiam ver-se diretamente afetadas, e a outras partes contratantes que solicitarem a referida lista. Estas restrições sobre os pontos de ingresso não serão aplicadas a menos que as plantas, produtos vegetais ou outros artigos regulamentados em questão, necessitem ser amparados por certificados fitossanitários ou serem submetidos a inspeção ou tratamento.
- e) Qualquer inspeção ou outro procedimento fitossanitário exigido pela organização de proteção fitossanitária de uma parte contratante para uma remessa de plantas, produtos vegetais ou outros artigos regulamentados que sejam ofertados para importação, deverá efetuar-se o mais rápido possível tendo devidamente em conta a sua perecibilidade.
- f) As partes contratantes importadoras deverão informar, com a antecedência possível, os casos importantes do não cumprimento da certificação fitossanitária pela parte contratante exportadora interessada ou, quando aplicável, pela parte contratante reexportadora interessada. A parte contratante exportadora ou, quando aplicável, a parte contratante reexportadora em questão, investigará e comunicará à parte contratante importadora em questão, quando solicitado, as conclusões de sua investigação.
- g) As partes contratantes deverão estabelecer somente medidas fitossanitárias que estejam tecnicamente justificadas, adequadas ao respectivo risco de pragas e que se constituam nas medidas menos restritivas disponíveis e determinem um impedimento mínimo ao deslocamento internacional de pessoas, produtos básicos e meios de transporte.

- h) As partes contratantes deverão assegurar, quando as condições se modificarem e se disponha de novos dados, que procederão a pronta modificação das medidas fitossanitárias ou sua supressão, caso elas não sejam mais necessárias.
- i) As partes contratantes deverão estabelecer e atualizar, da melhor forma possível, listas de pragas regulamentadas, com seus nomes científicos e colocá-las periodicamente à disposição do Secretário, das organizações regionais de proteção fitossanitária a que pertençam e a outras partes contratantes, caso elas as solicitem.
- j) As partes contratantes deverão conduzir, da melhor forma possível, uma vigilância de pragas, desenvolver e manter informação adequada sobre a situação delas para facilitar sua categorização, assim como para que sejam elaboradas medidas fitossanitárias apropriadas. Esta informação será colocada à disposição das partes contratantes que a solicitarem.

3. Uma parte contratante poderá aplicar as medidas especificadas neste Artigo a pragas que possam não ter a capacidade de estabelecer-se em seus territórios mas que, caso consigam neles entrar, causariam danos econômicos. As medidas a serem adotadas para controlar tais pragas devem estar tecnicamente justificadas.

4. As partes contratantes poderão aplicar as medidas especificadas neste Artigo às partidas em trânsito pelos seus territórios, só quando elas estiverem tecnicamente justificadas e sejam necessárias para prevenir a introdução e/ou disseminação de pragas.

5. Nada do disposto neste Artigo impedirá às partes contratantes importadoras ditar disposições especiais, estabelecendo as salvaguardas adequadas para a importação com fins de pesquisa científica ou de ensino, de plantas e, produtos vegetais, outros artigos regulamentados e pragas de plantas.

6. Nada do disposto neste Artigo impedirá a qualquer parte contratante adotar medidas apropriadas de emergência ante a detecção de uma praga que represente uma possível ameaça para seus territórios ou a notificação de tal detecção. Qualquer medida nesse sentido deverá ser avaliada o mais breve possível para assegurar que esteja justificada a sua manutenção. A medida tomada será notificada imediatamente às partes contratantes interessadas, ao Secretário e a qualquer organização regional de proteção fitossanitária a que pertença a parte contratante.

## ARTIGO VIII

### Cooperação internacional

1. As partes contratantes cooperarão entre si o máximo possível para o cumprimento das finalidades da presente Convenção e deverão, em particular:

- a) cooperar no intercâmbio de informações sobre pragas de plantas, principalmente comunicando a presença, o foco ou a disseminação de

- pragas que possam constituir uma ameaça imediata ou potencial, de conformidade com os procedimentos que possam ser estabelecidos pela Comissão;
- b) participar, sempre que possível, em quaisquer campanhas especiais para controlar as pragas que possam ameaçar seriamente a produção de cultivos e que requeiram medidas internacionais para fazer frente às emergências; e
  - c) cooperar, na medida do possível, no fornecimento de informações técnicas e biológicas necessárias para as análises de risco de pragas.
2. Cada parte contratante designará um ponto de contato para o intercâmbio de informações relacionado com a aplicação da presente Convenção.

## ARTIGO IX

### Organizações regionais de proteção fitossanitária

1. As partes contratantes comprometem-se a cooperar mutuamente para estabelecer organizações regionais de proteção fitossanitária nas regiões apropriadas.
2. As organizações regionais de proteção fitossanitária funcionarão como organismos de coordenação nas regiões de sua jurisdição, participarão nas diversas atividades para alcançar os objetivos desta Convenção e, quando convier, reunirão e divulgarão informações.
3. As organizações regionais de proteção fitossanitária cooperarão com o Secretário na consecução dos objetivos da Convenção e, quando for o caso, também com o Secretário e com a Comissão na elaboração de normas internacionais.
4. O Secretário convocará Consultas Técnicas periódicas de representantes das organizações regionais de proteção fitossanitária para:
  - a) promover a elaboração e utilização de normas internacionais relevantes para medidas fitossanitárias; e
  - b) estimular a cooperação inter-regional para a promoção de medidas fitossanitárias harmonizadas destinadas a controlar pragas e impedir sua disseminação e/ou sua introdução.

## ARTIGO X

### Normas

1. As partes contratantes acordam em cooperar na elaboração de normas internacionais de conformidade com os procedimentos adotados pela Comissão.

2. A aprovação das normas internacionais estará a cargo da Comissão.
3. As normas regionais devem ser consistentes com os princípios desta Convenção; tais normas poderão ser depositadas na Comissão para sua consideração como possíveis normas internacionais sobre medidas fitossanitárias caso elas sejam de aplicação mais ampla.
4. Quando forem empreendidas atividades relacionadas com esta Convenção, as partes contratantes deverão ter em conta, se for o caso, as normas internacionais.

## **ARTIGO XI**

### **Comissão de Medidas Fitossanitárias**

1. As partes contratantes comprometem-se a criar a Comissão de Medidas Fitossanitárias no âmbito da Organização das Nações Unidas para a Agricultura e Alimentação - FAO.
2. As funções da Comissão serão as de promover a plena consecução dos objetivos da Convenção, e em particular:
  - a) examinar a situação da proteção fitossanitária no mundo e a necessidade de medidas para controlar a disseminação internacional de pragas e sua introdução em áreas em perigo;
  - b) estabelecer e manter sob revisão, os mecanismos e procedimentos institucionais necessários para a elaboração e aprovação de normas internacionais e aprová-las;
  - c) estabelecer regras e procedimentos para a solução de controvérsias de conformidade com o disposto no Artigo XIII;
  - d) estabelecer os órgãos auxiliares da Comissão que possam ser necessários para a apropriada implementação de suas funções;
  - e) aprovar diretrizes relativas ao reconhecimento das organizações regionais de proteção fitossanitária;
  - f) estabelecer cooperação com outras organizações internacionais relevantes sobre assuntos compreendidos no âmbito da presente Convenção;
  - g) adotar as recomendações que sejam necessárias para a aplicação da Convenção; e
  - h) desempenhar outras funções que possam ser necessárias para o alcance dos objetivos desta Convenção.
3. Poderão pertencer à Comissão todas as partes contratantes.
4. Cada parte contratante poderá ser representada nas reuniões da Comissão por um só delegado, que pode estar acompanhado de um suplente e por

especialistas e assessores. Os suplentes, especialistas e assessores poderão tomar parte nos procedimentos da Comissão, mas não terão direito a votar, exceto no caso de um suplente devidamente autorizado para substituir ao delegado.

5. As partes contratantes farão todo o possível para alcançar um acordo sobre todos os assuntos por consenso. No caso em que se esgotem todos os esforços para alcançá-lo e não se haja chegado a um acordo, a decisão adotar-se-á, em última instância, pela maioria de dois terços das partes contratantes presentes e votantes.

6. Uma Organização Membro da FAO que seja parte contratante e os Estados Membros desta Organização que sejam partes contratantes exercerão os direitos e cumprirão suas obrigações que lhes correspondam como membros, em conformidade, *mutatis mutandis*, com as disposições da Constituição e o Regulamento Geral da FAO.

7. A Comissão poderá aprovar e emendar, caso necessário, seu próprio regulamento, que não deverá ser incompatível com a presente Convenção e com a Constituição da FAO.

8. O Presidente da Comissão convocará uma reunião ordinária anual da Comissão.

9. As reuniões extraordinárias da Comissão serão convocadas pelo seu Presidente por solicitação de pelo menos um terço dos seus membros.

10. A Comissão elegerá seu Presidente e não mais do que dois Vice-Presidentes, cada um dos quais ocupará o cargo por um período de dois anos.

## ARTIGO XII

### Secretaria

1. O Secretário da Comissão será nomeado pelo Diretor Geral da FAO.

2. O Secretário contará com a ajuda do pessoal de secretaria que seja necessário.

3. O Secretário se encarregará de implementar as políticas e atividades da Comissão e de desempenhar quaisquer outras funções que lhe sejam designadas na presente Convenção, mantendo a Comissão informada a esse respeito.

4. O Secretário divulgará:

- a) normas internacionais, dentro de um prazo de 60 dias a partir de sua aprovação, a todas as partes contratantes;

- b) listas de pontos de ingresso comunicadas pelas partes contratantes, tal como se estipula no parágrafo 2 d) do Artigo VII, a todas as partes contratantes;
  - c) listas de pragas regulamentadas cuja introdução está proibida ou a que se faz referência no parágrafo 2 i) do Artigo VII, a todas as partes contratantes e às organizações regionais de proteção fitossanitária;
  - d) informação recebida das partes contratantes sobre requisitos, restrições e proibições, conforme estabelece o parágrafo 2 b) do Artigo VII, e descrições das organizações nacionais de proteção fitossanitária, de acordo com o que estabelece o parágrafo 4 do Artigo IV.
5. O Secretário proporcionará traduções nos idiomas oficiais da FAO da documentação para as reuniões da Comissão e das normas internacionais.
6. O Secretário cooperará com as organizações regionais de proteção fitossanitária, para alcançar os objetivos da Convenção.

### ARTIGO XIII

#### Solução de controvérsias

1. No caso de surgir uma controvérsia a respeito da interpretação ou aplicação desta Convenção ou se uma das partes contratantes considera que a atitude de outra parte contratante está em conflito com as obrigações que a ela impõe os Artigos V e VII desta Convenção e, especialmente, no que se refere às razões que tenha para proibir ou restringir as importações de plantas, produtos vegetais ou outros artigos regulamentados procedentes de seus territórios, as partes contratantes interessadas deverão consultar-se com a brevidade possível com o objetivo de solucionar a controvérsia.
2. Na hipótese da controvérsia não poder ser solucionada pelos meios indicados no parágrafo 1, a parte ou partes contratantes interessadas poderão solicitar ao Diretor Geral da FAO que nomeie um Comitê de especialistas para examinar a questão, em conformidade aos regulamentos e procedimentos que possam ser adotados pela Comissão.
3. Cada parte contratante interessada deverá designar representantes para integrar o Comitê. O Comitê examinará o objeto da controvérsia, considerando todos os documentos e demais meios de prova apresentados pelas partes contratantes interessadas. O Comitê deverá preparar um relatório sobre os aspectos técnicos da controvérsia visando buscar uma solução. A preparação do relatório e sua aprovação deverão ajustar-se aos regulamentos e procedimentos estabelecidos pela Comissão e será transmitido pelo Diretor Geral às partes contratantes interessadas. O relatório poderá ser apresentado também, quando solicitado, ao órgão competente da organização internacional encarregada de solucionar as controvérsias comerciais.



4. As partes contratantes acordam que as recomendações do referido Comitê, embora não tenham caráter obrigatório, constituirão a base para que as partes contratantes interessadas examinem novamente as questões que geraram o desacordo.
5. As partes contratantes interessadas dividirão os gastos dos especialistas.
6. As disposições do presente Artigo serão complementares e não derrogarão os procedimentos de solução de controvérsias estipulados em outros acordos internacionais relativos a assuntos comerciais.

## ARTIGO XIV

### Substituição de acordos anteriores

Entre as partes contratantes, a presente Convenção põe fim e substitui a Convenção Internacional relativa às medidas que devem ser tomadas contra a *Phylloxera vastatrix*, subscrita em 3 de novembro de 1881, à Convenção adicional firmada em Berna a 15 de abril de 1889 e à Convenção Internacional de Proteção Fitossanitária firmada em Roma em 16 de abril de 1929.

## ARTIGO XV

### Aplicação territorial

1. Qualquer parte contratante pode, no momento da ratificação, da adesão ou posteriormente, enviar ao Diretor Geral da FAO a declaração de que esta Convenção estender-se-á a todos ou a alguns dos territórios de cujas relações internacionais sejam responsáveis, e esta Convenção aplicar-se-á a todos os territórios especificados na referida declaração a partir do trigésimo dia de sua recepção pelo Diretor Geral.
2. Qualquer parte contratante que enviou ao Diretor Geral da FAO uma declaração de acordo com o parágrafo 1 deste Artigo, poderá, em qualquer momento, remeter uma nova declaração que modifique a abrangência de qualquer declaração anterior ou que faça cessar a aplicação das disposições da presente Convenção a qualquer território. A citada modificação ou cancelamento surtirá efeito trinta dias após a data em que a declaração tenha sido recebida pelo Diretor Geral.
3. O Diretor Geral da FAO informará a todas as partes contratantes de qualquer declaração recebida relativa a este Artigo.

## ARTIGO XVI

### Acordos suplementares

1. As partes contratantes poderão, com a finalidade de resolver problemas especiais de proteção fitossanitária que necessitem particular atenção ou cuidado, celebrar acordos suplementares. Tais acordos poderão ser aplicáveis a regiões específicas, a determinadas pragas, a certas plantas e produtos vegetais, a determinados métodos de transporte internacional de plantas, produtos vegetais, ou que seja complementar de qualquer outra forma às disposições desta Convenção.
2. Qualquer acordo suplementar deste tipo entrará em vigor para cada parte contratante interessada, depois de ser aceito em conformidade aos acordos suplementares pertinentes.
3. Os acordos suplementares promoverão o alcance dos objetivos desta Convenção e se ajustarão aos seus princípios e disposições, assim como aos princípios de transparência, não discriminação e de evitar restrições implícitas, especialmente ao comércio internacional

## ARTIGO XVII

### Ratificação e adesão

1. Esta Convenção ficará aberta para assinatura de todos os Estados até 1º de maio de 1952 e deverá ser ratificada com a maior brevidade possível. Os instrumentos de ratificação serão depositados no Escritório do Diretor Geral da FAO, que comunicará a todos os Estados signatários a data em que se verificou tal depósito.
2. Imediatamente após ter entrado em vigor esta Convenção, conforme o disposto no Artigo XXII, ficará aberta para a adesão dos Estados não signatários e Organizações Membros da FAO. A adesão efetuar-se-á mediante a entrega do instrumento de adesão ao Diretor Geral da FAO, que comunicará o fato a todas as partes contratantes.
3. Quando uma Organização Membro da FAO torna-se parte contratante desta Convenção, ela deverá, de acordo com o disposto no parágrafo 7 do Artigo II da Constituição da FAO, segundo a qual ela se convencionou, notificar, no momento de sua adesão, as modificações e esclarecimentos a sua declaração de competências de acordo com o parágrafo 5 do Artigo II da Constituição da FAO, caso seja necessário, tendo em conta sua aceitação nesta Convenção. Qualquer parte contratante desta Convenção poderá, em qualquer momento, solicitar a uma Organização Membro da FAO que seja parte contratante nesta Convenção, que facilite informação sobre quem, entre a Organização Membro e seus Estados membros, é responsável pela aplicação de determinado assunto regulado por esta Convenção. A Organização Membro deverá fornecer esta informação dentro de um prazo razoável.

## ARTIGO XVIII

### Partes não contratantes

As partes contratantes encorajarão a qualquer Estado ou Organização Membro da FAO que não seja parte da presente Convenção a aceitá-la e encorajarão a qualquer parte não contratante a aplicar medidas fitossanitárias que estejam de acordo com esta Convenção e com toda norma internacional adotada em virtude da citada Convenção.

## ARTIGO XIX

### Idiomas

1. Serão textos autênticos da Convenção os redigidos nos idiomas oficiais da FAO.
2. Nenhuma das disposições da presente Convenção será interpretada como uma exigência às partes contratantes de proporcionar e publicar documentos ou proporcionar cópias deles em idiomas distintos daqueles da parte contratante, com as exceções das indicadas no parágrafo 3 do presente Artigo.
3. Os seguintes documentos serão redigidos ao menos em uma das línguas oficiais da FAO:
  - a) informação feita de acordo com o disposto no parágrafo 4 do Artigo IV;
  - b) notas contendo dados bibliográficos transmitidas de acordo com o disposto no parágrafo 2 b) do Artigo VII;
  - c) informação comunicada com vistas ao disposto nos parágrafos 2 b), d), i) e j) do Artigo VII;
  - d) notas com dados bibliográficos e um breve resumo sobre documentos de interesse relativos à informação proporcionada de acordo com o disposto no parágrafo 1 a) do Artigo VIII;
  - e) solicitações de informação aos pontos de contato, assim como às respectivas respostas, excluídos os documentos anexados;
  - f) todo documento colocado à disposição das partes contratantes para as reuniões da Comissão.

## ARTIGO XX

### Assistência técnica

As partes contratantes comprometem-se em fomentar a prestação de assistência técnica mútua, especialmente àquelas que sejam países em desenvolvimento, de maneira bilateral ou por meio das organizações internacionais apropriadas, com o objetivo de facilitar a aplicação da presente Convenção.

## ARTIGO XXI

### Emendas

1. Qualquer proposta que uma parte contratante faça para emendar esta Convenção deverá ser comunicada ao Diretor Geral da FAO.
2. Qualquer proposta de emenda a esta Convenção recebida pelo Diretor Geral da FAO de uma parte contratante deverá ser apresentada durante um período ordinário ou extraordinário de sessões da Comissão para sua aprovação e, se a emenda implica mudanças técnicas de importância ou impõe obrigações adicionais às partes contratantes, deverá ser estudada por um comitê consultivo de especialistas convocado pela FAO antes da reunião da Comissão.
3. O Diretor Geral da FAO notificará às partes contratantes qualquer proposta de emenda à presente Convenção, que não seja ao seu Anexo, no máximo na data em que for enviado o programa do período de sessões da Comissão na qual será apreciada a referida emenda.
4. Qualquer proposição de emendas a esta Convenção exigirá a aprovação da Comissão e entrará em vigor após 30 dias de sua aprovação por dois terços das partes contratantes. Todo instrumento depositado por uma Organização Membro da FAO, não será considerado adicional aos depositados pelos Estados Membros da referida organização.
5. Entretanto, as emendas que impliquem novas obrigações para as partes contratantes somente entrarão em vigor, para cada uma das referidas partes, depois que elas as aceitem e após transcorridos trinta dias dessa aceitação. Os instrumentos de aceitação das emendas que impliquem novas obrigações deverão ser depositados junto ao Diretor Geral da FAO que, por sua vez, deverá informar a todas as partes contratantes, do recebimento das aceitações e da entrada em vigor das emendas.
6. As propostas de emendas aos modelos de certificado fitossanitário que figuram no Anexo a esta Convenção, serão enviadas ao Secretário e examinadas pela Comissão para sua aprovação. As emendas ao Anexo a esta Convenção que a Comissão aprovar, entrarão em vigor noventa dias após a sua notificação pelo Secretário às partes contratantes.
7. Durante um período que não exceda doze meses, contados a partir do momento da entrada em vigor de uma emenda aos modelos de certificado fitossanitário constantes no Anexo a esta Convenção, as versões anteriores do certificado permanecerão legalmente válidas.

## ARTIGO XXII

### Vigência

Tão logo esta Convenção tenha sido ratificada por três Estados signatários, entrará em vigor entre eles. Para cada Estado ou Organização Membro da FAO que a ratifique ou que a ela adira posteriormente, entrará em vigor a partir da data do depósito do seu instrumento de ratificação ou adesão.

## ARTIGO XXIII

### Denúncia

1. Qualquer parte contratante poderá a qualquer momento denunciar esta Convenção mediante notificação dirigida ao Diretor Geral da FAO, que por sua vez informará imediatamente a todas as partes contratantes.
2. A denúncia surtirá efeito um ano após a data em que o Diretor Geral da FAO tiver recebido a notificação.

## A N E X O

### Modelo de certificado fitossanitário

Nº \_\_\_\_\_

Organização de Proteção Fitossanitária \_\_\_\_\_  
A: Organização de Proteção Fitossanitária de \_\_\_\_\_

#### I. Descrição da Partida

Nome e endereço do exportador: \_\_\_\_\_  
Nome e endereço do destinatário: \_\_\_\_\_  
Número e descrição dos volumes: \_\_\_\_\_  
Marcas que os distinguem: \_\_\_\_\_  
Lugar de origem: \_\_\_\_\_  
Meios de transporte declarados: \_\_\_\_\_  
Ponto de ingresso declarado: \_\_\_\_\_  
Quantidade declarada e nome do produto: \_\_\_\_\_  
Nome científico das plantas: \_\_\_\_\_

Pelo presente certifica-se que as plantas, produtos vegetais ou outros artigos regulamentados aqui descritos, foram inspecionados e/ou testados, de acordo com os procedimentos oficiais adequados e considera-se que estão livres das pragas quarentenárias especificadas pela parte contratante importadora e que cumprem os requisitos fitossanitários vigentes da parte contratante importadora, incluídos os relativos às pragas não quarentenárias regulamentadas.

Considera-se que estão substancialmente livres de outras pragas (\*)

## II. Declaração Adicional

### III. Tratamento de Desinfestação e Desinfecção

Data \_\_\_\_ Tratamento \_\_\_\_ Produto químico(ingrediente ativo) \_\_\_\_\_

Duração e Temperatura \_\_\_\_\_ Concentração \_\_\_\_\_

Informação adicional \_\_\_\_\_

(Carimbo da Organização) Nome do servidor autorizado \_\_\_\_\_  
Lugar da expedição \_\_\_\_\_

Data \_\_\_\_\_

Assinatura \_\_\_\_\_

Esta Organização \_\_\_\_\_ (nome da organização de proteção fitossanitária), seus servidores e representantes declinam de toda a responsabilidade financeira resultante deste certificado. (\*)

(\*) Cláusula facultativa

## Modelo de Certificado Fitossanitário para Reexportação

Nº \_\_\_\_\_

Organização de Proteção Fitossanitária de \_\_\_\_\_ (parte contratante de reexportação)  
A: Organização de Proteção Fitossanitária de \_\_\_\_\_ (parte(s) contratante(s) de importação)

**I. Descrição da Carga**

Nome e endereço do exportador: \_\_\_\_\_  
 Nome e endereço do destinatário \_\_\_\_\_  
 Número e descrição dos volumes \_\_\_\_\_  
 Marcas que os distinguem \_\_\_\_\_  
 Lugar de origem \_\_\_\_\_  
 Meios de transporte declarados \_\_\_\_\_  
 Ponto de ingresso declarado \_\_\_\_\_  
 Quantidade declarada e nome do produto \_\_\_\_\_  
 Nome científico das plantas \_\_\_\_\_

Pelo presente certifica-se que as plantas, produtos vegetais ou outros artigos regulamentados descritos acima, foram importados de \_\_\_\_\_ (parte contratante de reexportação) desde \_\_\_\_\_ (parte contratante de origem) baseado no Certificado Fitossanitário N° \_\_\_\_\_ do qual o original \*  a cópia autenticada \*  está anexa ao presente certificado; que são embalados \*  reembalados \*  dentro das embalagens iniciais \*  dentro de novas embalagens \* ; que segundo o certificado fitossanitário original \*  e a inspeção adicional \* , são considerados em conformidade com as exigências fitossanitárias em vigor da parte contratante importadora, e que durante o armazenamento em \_\_\_\_\_ (parte contratante de reexportação) a partida não foi exposta ao risco de infestação ou infecção.

\* : Pôr uma cruz na alternativa  que corresponde.

**II. Declaração Adicional****III. Tratamento de Desinfestação e Desinfecção**

Data \_\_\_\_\_ Tratamento \_\_\_\_\_ Produto químico (ingrediente ativo) \_\_\_\_\_

Duração e Temperatura \_\_\_\_\_ Concentração \_\_\_\_\_

Informação adicional \_\_\_\_\_

Lugar da expedição \_\_\_\_\_

(Carimbo da Organização) Nome do servidor autorizado \_\_\_\_\_

Data \_\_\_\_\_

Assinatura \_\_\_\_\_

Esta Organização \_\_\_\_\_ (nome da organização de proteção fitossanitária), seus servidores e representantes declinam de toda a responsabilidade financeira resultante deste certificado. (\*\*)

(\*\*) Cláusula facultativa

## Ata da 22ª Sessão Especial, em 22 de março de 2006

### 4ª Sessão Legislativa Ordinária da 52ª Legislatura

*Presidência dos Srs. Renan Calheiros, Tião Viana e Aloizio Mercadante*

*(Inicia-se a sessão às 12 horas e 30 minutos.)*

**O SR. PRESIDENTE** (Renan Calheiros. PMDB – AL) – Sob a proteção de Deus, iniciamos nossos trabalhos.

A presente sessão, senhoras e senhores, destina-se a homenagear a Campanha da Fraternidade da Conferência Nacional dos Bispos do Brasil (CNBB) de 2006, cujo tema é “Fraternidade e Pessoas com Deficiência”, de acordo com o Requerimento nº 214, de 2006, do nobre Senador Aloizio Mercadante e de outros Srs. Senadores.

Tenho a honra de convidar para compor a Mesa o autor do requerimento e, conseqüentemente, o responsável por esta sessão, o Senador Aloizio Mercadante.

Também tenho a honra de convidar para compor a Mesa o Reverendíssimo Sr. Dom Antônio Celso de Queirós, Presidente em exercício da CNBB; o Sr. Lars Graef, Secretário Estadual da Juventude, Esporte e Lazer do Estado de São Paulo; o Sr. Clodoaldo da Silva, atleta paraolímpico.

Além disso, eu gostaria de destacar as presenças honrosas, nesta sessão que é muito importante para o Senado Federal, de Dom Luciano Mendes de Almeida, Bispo de Mariana (MG) e ex-Presidente da CNBB; de Dom Itamar Vian, Bispo de Feira de Santana (BA); de Dom Xavier Gilles, Bispo de Viana (MA); de Dom Antônio Muniz Fernandes, Bispo de Guarabira (PB); de D. Sinésio Bohn, Bispo de Santa Cruz do Sul (RS); do ator Marcos Frota, que, mais uma vez, nos honra; e de Izabel Maior, Coordenadora-Geral do Conselho Nacional dos Direitos da Pessoa Portadora de Deficiência (Conade), que representa, nesta oportunidade, o Secretário Nacional dos Direitos Humanos.

Convido a todos para, de pé, ouvirmos o Hino Nacional, que será traduzido em Libras.

*(Procede-se à execução do Hino Nacional.)*

**O SR. PRESIDENTE** (Renan Calheiros. PMDB – AL) – Agora, vamos ouvir algumas canções executadas por Ariosto Lopes.

*(Procede-se à execução de peça musical.)*

**O SR. ARIOSTO LOPES** – Muito obrigado.

Vamos tocar mais uma música. Essa é atendendo a pedidos das minhas amigas da Acorde (Associação de Capacitação, Orientação e Desenvolvimento do Excepcional).

*(Procede-se à execução de peça musical.)*

**O SR. PRESIDENTE** (Renan Calheiros. PMDB – AL) – Sr<sup>as</sup> Senadoras, Srs. Senadores, senhores convidados, peço permissão a todos, inclusive aos que compõem esta Mesa, para a todos cumprimentar, cumprimentando Dom Celso de Queirós, Vice-Presidente da CNBB, que representa o Presidente da CNBB nesta sessão especial.

Estamos reunidos para uma homenagem muito especial, mais do que oportuna, mais do que justa, a Campanha da Fraternidade de 2006 da CNBB. Com o tema Fraternidade e Pessoas com Deficiência, a campanha aborda uma das questões mais delicadas do Brasil atual e é um apelo inestimável à luta contra o preconceito, à aceitação das diferenças e à inclusão social.

O Brasil tem hoje – nunca é demais lembrar, é sempre bom lembrar – 24,5 milhões de pessoas com algum tipo de deficiência física ou mental, uma parcela significativa da nossa população. Pessoas que, como cada um de nós, devem ter respeitados todos os seus direitos: o direito de ir e vir, o direito de estudar, o direito de trabalhar, o direito à cultura, o direito ao lazer, o direito, enfim, de ser feliz.

Defender, Sr<sup>as</sup> Senadoras, Srs. Senadores, Srs. Convidados, os direitos dos deficientes, cidadãos brasileiros como quaisquer outros, está longe de ser uma atitude assistencialista. É, sim, uma obrigação constitucional. Temos todos, Estado, Legislativo, Judiciário, iniciativa privada, que garantir plenas condições de acesso à inclusão social às pessoas com deficiência nas nossas vias e órgãos públicos, no nosso mercado de trabalho, nas nossas escolas e centros de lazer, nos nossos meios de comunicação.



Temos, cada um de nós, a obrigação cívica e moral de lutar contra o preconceito, a discriminação no trabalho, na escola, na rua, na comunidade. As limitações de ordem física, dificilmente, interferem na capacidade intelectual ou profissional dos deficientes. O que eles precisam, na verdade, é de respeito e de condições adequadas de estudo e de trabalho.

O Senado tem feito a sua parte. Na semana passada, lançamos a campanha de valorização, sensibilização e atendimento da pessoa com deficiência. Foi mais uma iniciativa no sentido de transformar nossa Casa num modelo de acessibilidade e de inclusão social.

Lembramos, aqui, se me permitirem, entre outras iniciativas, a adaptação de banheiros, de telefones públicos, o rebaixamento de guias, a aquisição de triciclos motorizados, a inauguração de uma audioteca na Biblioteca do Senado e a edição de várias publicações em braile pela nossa gráfica. Também merecem registro a adaptação da nossa página na Internet para uso de deficientes visuais e o treinamento de funcionários para atendimento especial aos deficientes.

Do ponto de vista do Legislativo, destacamos, entre outras matérias, a aprovação, em 1989, da Política Nacional de Integração da Pessoa Portadora de Deficiência. Entre outros projetos importantes que hoje tramitam no Senado Federal, estamos empenhados na aprovação do Estatuto da Pessoa Portadora de Deficiência, apresentado por esse querido amigo, Senador Paulo Paim.

Recentemente, a Comissão De Assuntos Sociais aprovou parecer favorável ao Projeto de Lei de autoria do Senador Flávio Arns – a exemplo do Senador Paulo Paim e de outros vários Senadores aqui presente, inclusive –, um defensor incansável da causa, estabelecendo critérios especiais para a concessão de aposentadoria ao segurado deficiente.

Temos feito, repito, a nossa parte, mas esse é um trabalho permanente, um trabalho que exige a nossa atenção no dia-a-dia.

Campanhas como essa da CNBB só vêm somar, sem dúvida nenhuma, nessa luta a favor da cidadania contra o preconceito. Ainda mais se levarmos em conta o carinho e o respeito que a entidade tem junto à população brasileira.

Aproveito a oportunidade para parabenizar o Senador Aloizio Mercadante, pela feliz iniciativa de realizarmos hoje esta sessão especial em homenagem à CNBB e à campanha escolhida para este ano.

Agradeço também ao Ariosto pelas belas canções que nos proporcionou. E aos dirigentes da CNBB e a todos que participam da Campanha da Fraternidade de pessoas com deficiências, os nossos parabéns e o nosso sincero muito obrigado. (Palmas.)

**O SR. PRESIDENTE** (Renan Calheiros. PMDB – AL) – Tenho a honra de conceder a palavra ao nobre Senador Aloizio Mercadante, primeiro orador inscrito e autor do requerimento.

**O SR. ALOIZIO MERCADANTE** (Bloco/PT – SP. Pronuncia o seguinte discurso. Sem revisão do orador.) – Sr. Presidente Renan Calheiros, inicialmente, agradeço a sua sensibilidade em realizar este importante evento não apenas para a nossa Igreja, mas também para toda essa população que sente nessa Campanha da Fraternidade uma homenagem mais do que justa às pessoas com deficiência, que dão imensa contribuição a este País e nem sempre tiveram a sua cidadania e a sua contribuição reconhecida e valorizada.

Saúdo todos os Senadores e Senadoras; o bispo Dom Celso Queirós, que aqui representa a CNBB; nosso Presidente em exercício; Lars Graef, Secretário de Esportes do meu Estado de São Paulo, uma figura que, pelo caminho que trilha na vida, pela atitude de superação das dificuldades, dá uma contribuição tão imensa, não apenas no esporte, mas na valorização da cidadania.

Agradeço também a presença de Clodoaldo Silva. Lars foi um grande atleta, é um grande atleta e o Clodoaldo foi, nessa última Olimpíada, o nosso mais bem-sucedido esportista do Brasil e orgulhou todo o País. Cada vez que ele caía na piscina, nós sabíamos que sairia com uma medalha. Foi uma experiência muito bonita ver a contribuição que você deu

Saúdo, ainda, Dom Luciano Mendes de Almeida, que foi Presidente da CNBB e é uma referência também na luta pela cidadania, pela democracia e pela justiça social, em nosso País; assim como toda a representação da CNBB, nas pessoas de Dom Itamar Vian, de Feira de Santana, na Bahia; Dom Xavier, de Viana, no Maranhão; Dom Muniz, de Guarabira, na Paraíba; e Dom Sinésio Bohn, de Santa Cruz do Sul, no Rio Grande do Sul.

Saúdo meu amigo Marcos Frota, que também fez um trabalho belíssimo nessa agenda e nessa luta; Izabel Maior, Coordenadora do Conselho Nacional dos Direitos da Pessoa Portadora de Deficiência; e Ariosto, que nos brindou com uma bonita apresentação.

Começaria o meu pronunciamento, dizendo que a Conferência Nacional dos Bispos do Brasil (CNBB), foi fundada em 1952 pelo saudoso Dom Hélder Câmara e sempre desempenhou um papel destacado na luta pelos direitos civis e sociais de todos os cidadãos brasileiros, particularmente dos mais pobres e necessitados. Na dura época do regime militar, quando o País submergia no manto negro do silêncio imposto, a voz corajosa da CNBB iluminava a Nação, denunciando a violação dos direitos humanos e a chaga moral da tortura.

Muitas vezes, essa voz cristalina e iluminada da CNBB era a única que se fazia ouvir contra o poder ditatorial, denunciando injustiças, perturbando a “paz dos cemitérios” e incomodando as autoridades que estavam de plantão. Obviamente, muitas eram as queixas da ditadura contra a CNBB, mas ela seguia, impávida. Aplicava às pressões da ditadura a seguinte norma: “Diante das situações sociais, econômicas e políticas do povo, o Evangelho não pede licença aos governos nem pede perdão se eles não gostaram”.

Pois bem, a pertinência e a sensibilidade que marcam a história da CNBB continuam vivas, hoje, na Campanha da Fraternidade de 2006, dedicada ao desafio da inclusão dos portadores de deficiências, cidadãos que ainda sofrem com a falta de oportunidades e, particularmente, com estigmas e preconceitos arraigados.

O lema dessa feliz e oportuna Campanha da Fraternidade de 2006 foi tirado de uma passagem do Evangelho de São Marcos, na qual Jesus, ao observar um homem só, afastado da multidão e com uma terrível atrofia nas mãos, lhe diz “Levanta-te, vem para o meio”.

Ao ir para o meio das pessoas, metaforicamente simbolizando a integração ao meio social, o homem, antes estigmatizado por seu defeito físico, se cura milagrosamente.

Essa passagem do Evangelho de São Marcos não poderia ser mais apropriada para tal campanha, pois toca no principal problema que atinge as pessoas portadoras de deficiências de todos os tipos: o preconceito e a exclusão social.

A passagem também denota e enfatiza que as deficiências não diminuem o valor da pessoa. A rigor, as pessoas podem ter – e quem não tem? – alguma deficiência. Mas com isso não são “pessoas deficientes”. Até ao contrário. A deficiência pode se tornar para a pessoa um estímulo a crescer mais profundamente em sua realização humana e cristã.

Conforme afirma o primoroso texto de Dom Demétrio Valentini, Deficiência e Plenitude: “Assim, está colocado o verdadeiro significado desta Campanha da Fraternidade: ela faz a ponte entre a deficiência e a plenitude. Ela aponta o caminho para transformar a deficiência em caminho da realização. E dessa maneira superar os preconceitos que foram introjetados na sociedade e na própria Igreja, mudando nossa maneira de pensar e nossas atitudes diante das pessoas com deficiência”.

Trata-se fundamentalmente, então, de mudar as mentalidades atrasadas e as atitudes preconceituosas, de modo a trazer para “o meio”, trazer ao convívio social efetivo e produtivo, o cidadão portador de deficiência, atualmente privado do exercício pleno de sua cidadania.

Mas não se trata, evidentemente, de favor que se presta ao portador de deficiência. Trata-se, isto sim, de reconhecimento da plenitude humana do portador de deficiência, de um lado e, de outro, das limitações inerentes à condição humana de todos nós.

Com efeito, como bem afirmou Dom Demétrio Valentini:

A deficiência se torna paradigma da condição humana. Revela nossa limitação. Ao mesmo tempo, estimula nosso crescimento. Assim, ela nos ajuda a compreender o sentido mais profundo da existência humana. Somos criaturas carregando a limitação, mas buscando no Criador nossa plenitude.

Somos todos, pois, nessa condição humana, portadores de deficiências. Mas isso não nos impede de buscar a plenitude. Pelo contrário, são nossas limitações que nos impulsionam em direção ao aperfeiçoamento. Assim, reconhecer os direitos dos portadores de deficiência significa reconhecer os próprios limites da nossa natureza humana e, ao mesmo tempo, as potencialidades de todos os homens.

Todos temos de reconhecer as nossas deficiências. Todos temos de ir ao meio, em busca da plenitude. Mas essa busca da conscientização em relação aos portadores de deficiência, que implica a conscientização de nossa natureza, como propõe essa magnífica campanha da CNBB, tem de ter o apoio de todos, sociedade civil e governo.

A esse respeito creio que posso dizer, sem medo de errar, que o atual Governo vem se esforçando, dentro de suas atribuições, para cooperar nesse grande esforço. De fato, o Governo Federal vem empenhando-se na efetiva implementação do Programa Nacional de Acessibilidade, em cumprimento às Leis nºs 10.048/2000 e 10.098/2000, que dispõem sobre acessibilidade para os portadores de deficiência ou pessoas com mobilidade reduzida.

Deve-se ressaltar que, hoje em dia, o conceito de acessibilidade não envolve apenas o combate às barreiras físicas à mobilidade, mas também implica a luta contra barreiras à comunicação e informação, bem como contra quaisquer tipos de preconceito e atitudes discriminatórias que restrinjam o pleno gozo dos direitos políticos, sociais e econômicos por parte dos portadores de deficiência.

Entre as ações específicas para dar cumprimento ao referido plano, destacam-se a aprovação da Norma sobre Certificado e Homologação de Telefones Públicos, que tornou esse tipo de instrumento de comunicação mais acessível aos portadores de deficiência, e a implantação do Decreto nº 5.296, de 2004, que nor-

matizou as adaptações nos meios de transporte para servir aos portadores de deficiência física. A partir de 2012, todos os ônibus terão de ter a plataforma de acesso. Devemos lutar para antecipar esse calendário. As fábricas já estão fazendo as adaptações necessárias para modificar toda a estrutura de transporte no Brasil, bem como estipulou regras para a comunicação destinada às pessoas com deficiência sensorial nos meios de comunicação, inclusive a Internet.

Outra iniciativa importante tange ao decreto que regulamentou a inclusão da Língua Brasileira de Sinais (Libras) – e aqui presto minhas homenagens a esses profissionais e já peço perdão pela velocidade do meu discurso – nos currículos destinados à formação de docentes e de outros profissionais que trabalham com portadores de deficiências auditivas.

Também no campo das ações governamentais destinadas aos portadores de deficiência, deve-se assinalar a próxima realização da I Conferência Nacional dos Direitos da Pessoa com Deficiência, que debaterá, pela primeira vez, problemas e soluções relativos à questão do portador de deficiência e seus direitos.

Ainda é muito pouco, é claro, mas acredito que estamos, Governo, Igreja e sociedade civil, de um modo geral, no caminho certo: no caminho do combate aos preconceitos e à exclusão social de qualquer tipo.

Sr. Presidente, Sr<sup>as</sup> Senadoras, Srs. Senadores e demais convidadas e convidados, o Brasil é, sem dúvida, um País injusto; injusto com os portadores de deficiência, com os negros, com os índios, com os excluídos de um modo geral. Mas também é um País generoso, potencialmente rico e inclusivo, que vem buscando atingir a sua plenitude com esforço e determinação. Esse esforço deve ser necessariamente coletivo, pois, enquanto as deficiências marcam as diferenças sociais e individuais, a construção da plenitude une todos, sem distinção, no sonho da nação próspera e justa.

Assim, todos temos de ir ao meio para construirmos, juntos, a sociedade inclusiva que transformará nossas limitações e deficiências individuais em plenitude coletiva.

Parabéns à CNBB e parabéns, acima de tudo, a esses cidadãos brasileiros pela sua luta e pelo seu exemplo, que nos orgulham e nos inspiram.

Quero terminar, Sr. Presidente, dizendo que o Ariosto é deficiente visual, Steve Wonder e Ray Charles também. Marcelo Rubens Paiva é meu amigo pessoal – ele não era cadeirante, quando morou na minha casa, na Universidade de Campinas; ele era um calouro da faculdade, e eu já fazia meu curso de pós-graduação.

Acompanhei todo o trabalho dele, a produção literária, que tratou do problema da inclusão, do reconhecimento e da superação das dificuldades.

Quero lembrar que Pedro Moreira Salles é Presidente de um grande banco; Lars Graell é Secretário de Governo; Roosevelt foi Presidente dos Estados Unidos, em 1929, durante a Segunda Guerra, e é tido como o maior estadista da história americana.

Portanto, a história está cheia de exemplos importantes de pessoas que, se tinham alguma deficiência, tinham outras habilidades fantásticas, que, em algum momento da história, a sociedade soube absorver, incorporar e valorizar.

Termino prestando homenagem a um convidado especial que fiz questão que estivesse hoje, aqui: o Gilberto Fraquetta, o Gil, meu companheiro de faculdade. Militamos juntos. Em 1973, realizamos um grande evento ecumênico com Dom Paulo, quando foi assassinado Alexandre Vannucchi Leme. Em 1975, ele não era cadeirante, era um militante. Em janeiro de 1975, ele sofreu um acidente, hoje é cadeirante e continua militante. Naquele ano de 1975, também mataram Vladimir Herzog, e novamente fizemos um grande ato pela democracia.

Ao longo desses mais de 30 anos, o Gil é muito mais militante do que tantos que ajudam a justiça e a inclusão social. Ele soube preservar os seus compromissos, a sua competência profissional como economista e superou todas essas dificuldades. Creio que ele é um exemplo, talvez não público, mas seguramente fundamental para a minha geração.

Um grande abraço, Gil. Obrigado pela presença! (Palmas.)

**O SR. PRESIDENTE** (Renan Calheiros. PMDB – AL) – Concedo a palavra ao segundo orador inscrito.

Tenho a honra de conceder a palavra ao nobre Senador Flávio Arns, pela Liderança do PT.

**O SR. FLÁVIO ARNS** (Bloco/PT – PR. Pronuncia o seguinte discurso.) – Senador Renan Calheiros, Presidente do Senado e do Congresso Nacional – e deve ser registrado aqui: um defensor permanente, intransigente para que os direitos da pessoa com deficiência sejam assegurados não somente dentro desta Casa como no Brasil, coordenando este processo de transformar o Congresso Nacional numa referência de acessibilidade, em termos de trabalho, de emprego e de comunicação, para ser também algo visível em termos de cidadania no Brasil; Dom Celso Queirós, Presidente em exercício da CNBB, cujo Presidente, nosso grande e querido amigo, Dom Geraldo Majella Agnello, está em Roma neste momento, é um prazer muito grande recebê-lo no Congresso Nacional; Clodoaldo Silva, grande atleta paraolímpico, que já se tornou uma re-

ferência para o Brasil também – ele é a demonstração da reflexão que todos temos de fazer sobre o binômio deficiência/eficiência; Aloizio Mercadante, Colega de Partido, Líder do Governo, grande entusiasta dessa área, autor do requerimento; nosso amigo Lars Gra-el, posso até dizer amigo, porque já nos encontramos tantas vezes nesses últimos anos, discutimos tanto as necessidades das pessoas com deficiência! E, se me permite dizer, a reflexão que todos temos de fazer nessa área é a seguinte: qualquer um de nós, a qualquer momento, por razões as mais variadas, pode também ter uma deficiência, seja por acidente, por problema de saúde, por problema genético, seja o que for. Você realmente é uma referência também para o Brasil. Dom Luciano Almeida, prezados representantes da CNBB, Senadoras, Senadores, representantes do Executivo, representantes do Conade, Conselho Nacional dos Direitos da Pessoa com Deficiência, amigos aqui presentes, faço duas referências especiais, porque são importantes para a sociedade brasileira.

Primeiramente, cito Marcos Frota, que se vem desdobrando, muito antes da sua última novela, na luta pela cidadania e pela inclusão social da pessoa com deficiência. A sua participação na última novela foi fundamental para que toda a sociedade se sensibilizasse e se conscientizasse do grande desafio para o Brasil e para o mundo com relação à construção da inclusão social. É uma alegria imensa tê-lo aqui, no Senado Federal, nesta sessão solene.

Também faço referência ao Senador Eduardo Azeredo, Presidente da Subcomissão de Assuntos Sociais das Pessoas com Deficiência do Senado Federal, que é permanente, também um batalhador – não só ele, mas toda a sua família – nessa área. Poucos Parlamentos do mundo possuem uma subcomissão permanente para discutir os assuntos da pessoa com deficiência.

Eu gostaria, Sr. Presidente, que meu pronunciamento fosse considerado como lido e constasse dos Anais da Casa, e destaco alguns aspectos importantes em relação aos atores desta sessão solene.

Em primeiro lugar, devemos nos lembrar das pessoas com deficiência na sua dignidade, no seu direito à cidadania, à felicidade, à independência e à participação na construção do seu destino. Seria muito bom que, durante esta Campanha da Fraternidade, pudéssemos, no Brasil inteiro, valorizar a opinião das pessoas com deficiência e que elas fossem incluídas para discutir todo e qualquer aspecto que lhes dissesse respeito, tenham elas deficiência mental, autismo múltiplo, físico, visual, auditivo, seja o que for. Essas pessoas devem decidir sobre o seu destino, ao invés de outros ficarem, permanentemente, discutindo o que

é melhor para elas. A conquista da autodefensoria e da auto-advocacia seria uma grande transformação no Brasil.

O segundo aspecto é a família. Vamos valorizar a família. Se perguntarmos a qualquer pai ou mãe, no Brasil, sobre o que mais desejam para os filhos, sem dúvida, todos dirão: “Quero a felicidade do meu filho”. O que é felicidade? Felicidade é ter escola, remédio, médico, trabalho, praticar esporte, ter acesso à cultura, ter dignidade e respeito na vida em sociedade. Se pensarmos a respeito de todos esses aspectos, diremos: “Esses são direitos humanos, os quais devem ser concretizados, realizados”.

Assim, as famílias, no Brasil inteiro, estão dizendo: “Queremos que os nossos filhos sejam cidadãos”. Quando se pergunta para os pais se é difícil ter um filho com deficiência, em função das necessidades que ele traz para a família, eles vão dizer: “Nós amamos nosso filho. Queremos que seja feliz. O mais difícil é ver que ele não é respeitado, que não tem os seus direitos assegurados”.

A família precisa, sem dúvida, ser valorizada nessa campanha. Oxalá todos nós, no Brasil, façamos disso uma missão de valorização da família.

O terceiro aspecto, além da pessoa com deficiência e da família, é a comunidade. Toda a sociedade – os cidadãos do Brasil, os órgãos públicos ou não – deveria valorizar o princípio da solidariedade, como já é feito por tantos no País, e pensar: “Se eu estivesse na pele dessa pessoa, como gostaria de ser tratado?” Se respondermos a isso, permanentemente, seja em que situação for – e, neste momento, a discussão é a respeito da pessoa com deficiência –, teremos um outro Brasil, uma outra sociedade. “Como eu gostaria de ser tratado se estivesse no lado de lá?” Sem dúvida, construiríamos uma sociedade solidária.

O quarto e último aspecto que eu gostaria de lembrar é a participação em tudo isso, a transformação desses direitos em realidade, o que é um desafio para todos nós. Quero lembrar aos Poderes Públicos, municipais, estaduais e federal, às Câmaras de Vereadores, às Assembléias Legislativas e ao Congresso Nacional que devemos transformar esses direitos em realidades. Precisamos ter políticas públicas e orçamentos.

Eu usaria, como muitos fazem, apenas uma expressão: cumpram-se as leis. Só isso. Há leis na educação, na assistência, no trabalho, o Estatuto da Criança e do Adolescente, a discussão do Estatuto do Portador de Deficiência. Vamos, no Brasil, fazer com que a lei seja cumprida. Com essa soma da pessoa com deficiência e da sua família, do cumprimento da lei na sociedade, do Poder Público transformando a lei em realidade, poderemos ter, para a pessoa com deficiên-

cia, uma grande transformação e ela poderá dizer: “Eu sou cidadã. Eu sou brasileira. Sendo brasileira, devo ter cidadania em primeiro lugar”.

Tudo isso a CNBB incorporou na Campanha da Fraternidade. Não se trata de apenas mais uma campanha da CNBB – Conferência Nacional dos Bispos do Brasil –, mas de um movimento ecumênico, de todas as denominações religiosas. Esse tema está sendo debatido em todos os Municípios do Brasil, nas zonas urbana e rural, nas comunidades pequenas, nas capelas. Todos os brasileiros estaremos discutindo a cidadania de quase 25 milhões de pessoas durante a Campanha da Fraternidade. Discutiremos os direitos de nossos irmãos, pois temos o mesmo Pai e, nesse sentido, somos uma mesma família. Que isso deixe de ser retórica e passe a ser realidade.

Que bom estarmos reunidos no Senado Federal para discutir a Campanha da Fraternidade e os nossos compromissos, que precisam ser permanentes nessa caminhada, pois essa campanha realiza-se durante o período da Quaresma mas vai continuar no decorrer do ano e da vida. Assim, que ela traga sempre mais humanidade e mais vida para todas as pessoas do Brasil.

Muito obrigado. (Palmas.)

**SEGUE, NA ÍNTEGRA, PRONUNCIAMENTO DO SR. SENADOR FLÁVIO ARNS.**

**O SR. FLÁVIO ARNS** (Bloco/PT – PR. Sem apanhamento taquigráfico.) – Sr. Presidente, Sr<sup>as</sup> e Srs. Senadores, toda oportunidade que ofereça espaço para a sensibilização da sociedade para o tema da deficiência será sempre bem-vinda e devemos aproveitá-la bem. É o que ocorrer com a Campanha da Fraternidade deste ano, lançada pela Igreja Católica, mas estendida de modo ecumênico a todas as outras confissões para toda a sociedade.

O tema é “Fraternidade e Pessoas com Deficiência”, e o lema, “Levanta-te, vem para o meio”. Essa frase, proferida por Jesus ao curar um homem com deficiência física, indica o desejo de que a pessoa ocupe o seu espaço na sociedade, assumindo seu direito de cidadã e a sua dignidade de ser humano, que é comum a todos nós.

O binômio Fraternidade e Deficiência é muito sugestivo. Diante das pessoas com alguma deficiência, a atitude fraterna e de compreensão e acolhida, que conduz a uma ação de ajuda concreta, traz relação à dimensão mais profunda e sublime que pode marcar a condição humana.

A condição humana comporta a diversidade e a igualdade, características aceitas pelo Criador. Só conseguiremos resgatar a nossa condição de seres humanos se alcançarmos o respeito pelas nossas diferenças.

As deficiências, como tantas outras circunstâncias, fazem parte da condição humana, na qual somos todos igualmente chamados a uma realização sempre maior e mais plena.

Sem essa atitude fundamental de compreensão e de acolhida por parte de cada pessoa e das instituições, não será possível uma real inclusão das pessoas com deficiência. Incluir significa romper as barreiras da discriminação, dos julgamentos, do egoísmo, da insensibilidade, dos parâmetros econômicos frios e desumanos. Enfim, incluir é nos reconhecermos iguais em dignidade, sujeitos de direitos, ansiosos por alcançarmos realização.

“Se queres, tens o poder de curar-me”, pediu de joelhos o leproso a Jesus. Jesus, cheio de compaixão, estendeu a mão, tocou-o e disse: “Eu quero, fica curado”.

“Se queres, tens o poder de compreender-me e de ajudar-me”.

Quem poderá ficar calado, insensível diante deste grito do coração, da mente e da alma de uma pessoa com deficiência? Grito que é, às vezes, só um olhar suplicante, só um gesto?

Podemos nos mobilizar mais uma vez para fazer desta Campanha da Fraternidade mais um grande momento neste processo tão humano e tão dignificante de trazer à sociedade a mensagem de mais humanidade e de mais vida.

Muito obrigado.

**O SR. PRESIDENTE** (Renan Calheiros. PMDB – AL) – Antes de conceder a palavra ao próximo orador inscrito, eu gostaria de destacar o papel do programa “Inclusão”, da TV Senado, e ressaltar o relevante trabalho da jornalista Solange Calmon.

Parabéns, Solange. (Palmas.)

Concedo a palavra à Senadora Heloísa Helena.

**A SRA. HELOÍSA HELENA** (P-SOL – AL. Pronuncia o seguinte discurso. Sem revisão da oradora.) – Sr. Presidente, Sr<sup>as</sup> e Srs. Senadores, Dom Celso de Queirós, saudando-o quero cumprimentar todos os representantes da CNBB e também abraçar todos os Padres e todas as Freiras da Igreja Católica de Alagoas, que quase me criaram.

Quero abraçar e saudar o Clodoaldo da Silva e o Ariosto Lopes. Saúdo o Senador Aloizio Mercadante pela iniciativa.

Abraço o nosso querido Lars Grael. Em um dos momentos difíceis da minha vida, quando meu filho estava em coma, porque havia sido atropelado em Brasília, Lars Grael mandou-me um livro sobre sua história de resistência. Meu filho não precisou, mas, com certeza, foi uma emoção muito grande contar com

a delicadeza dele. Além disso, tive a bênção de estar com o senhor na Corrida de São Silvestre. Todas as vezes em que aqui fico muito cansada, muito cansada, quase que esgotando minha capacidade de reação, lembro-me de você falando o quanto difícil era subir uma ladeira de muleta e, portanto, o quanto difícil era para aqueles que disputavam aquela prova.

Saúdo também nosso querido Marcos Frota, que é outra coisa linda e delicada e que falou com minha filha de leite – tenho a honra de ser mãe de leite da Fabrícia, que é cega; eu a amamentei junto com o Ian. Marcos Frota teve a delicadeza de falar com ela, pelo telefone. Ela quase morreu do coração, é claro, mas foi uma grande alegria.

Ao saudar e abraçar todos aqueles que lutam, faço questão de ler – sei que o Senador Aloizio Mercadante já o fez, quando leu a frase mais usada na Campanha da Fraternidade – todo o parágrafo, porque este trecho vai além do gesto de solidariedade, da cura e da inclusão. Este parágrafo vai até o risco de morte para garantir a inclusão, que é o que Jesus fez. Eu, Padre Hernandez, só me tornei socialista, porque, primeiro, conheci Jesus Cristo.

Diz Marcos 3.1-6:

Noutra vez, entrou ele na sinagoga, e achava-se ali um homem que tinha a mão seca.

Ora, estavam-no observando se o curaria no dia de sábado, para o acusarem.

Ele diz ao homem da mão seca: “Vem para o meio”.

Então lhes pergunta: “É permitido fazer o bem ou o mal no sábado? Salvar uma vida ou matar?”. Mas eles se calavam.

Então, relanceando um olhar indignado sobre eles e contristado com a dureza de seus corações, diz ao homem: “Estende tua mão!”. Ele estendeu a mão e foi curado.

Dali, exatamente naquele momento, saíram os fariseus, para articular com os herodianos para matar Jesus.

Como todos sabemos, o corpo é o templo sagrado do Espírito Santo. Durante toda a vivência de Jesus aqui, não estava Ele a querer desmontar as tradições, muito pelo contrário, até porque Ele se submeteu a muitas dessas tradições. Então, ele não o fazia para desmontar as tradições, para nada disso.

Esse parágrafo, citado pela Campanha da Fraternidade, quer dizer que as relações e as lutas têm de ir além das aparências. É por isso que Jesus era um danado, não é? Ele só fez opções problemáticas, Senadora Lúcia Vânia! Fez só opções problemáticas

para os rituais cínicos e esnobes dos fariseus, dos sicofantas, dos saduceus, dos escribas da lei, dos doutores da lei, de todos. Ele só fez opções problemáticas! Quando Ele fez a opção pelo cego, pelo paralítico, pela prostituta, pelo hanseniano – então, considerado leproso –, Ele só fez essas opções porque sabia que, ao fazê-las, acabaria sendo condenado.

Já imaginaram que atitude belíssima aquela em relação à prostituta que seria apedrejada?! Inclusive, foi a primeira pessoa para quem Ele apareceu na ressurreição. Olhem que homem maravilhoso! A primeira pessoa para quem Ele apareceu foi justamente uma mulher que havia sido condenada pelos rituais cínicos e esnobes de uma sociedade hipócrita como se fosse a pecadora. Imaginem o significado, à época, dessa opção! Aquela mulher lavou os pés de Jesus, enxugou-os com seus longos cabelos, perfumou-os, enquanto os grandes e poderosos da época o condenavam com veemência. Então, todas as opções feitas por Ele foram nesse sentido.

É por isso que, neste momento de tantas guerras, neste momento em que celebramos a inclusão daqueles que foram marcados pela natureza ou por uma tragédia da vida, daqueles que tiveram marcados seus corpos de forma diferente, temos, acima de tudo, de celebrar a luta pela inclusão e pela paz.

Naquele momento, o que Jesus queria celebrar não era a exclusão de samaritanos, de judeus, como hoje seria a exclusão de judeus, de palestinos, de evangélicos, de católicos, de religiões afrodecendentes, de espíritas, de budistas. Todos nós, queiramos ou não, somos filhos de um único Deus.

Então, a Campanha da Fraternidade – como bem disse o Senador Flávio Arns – não é apenas a campanha da CNBB. Obrigatoriamente, essa campanha tem de ser de todas as religiões, dos que não têm religião, dos que sabem que, independentemente do templo, da igreja, da sinagoga que se frequenta, temos a obrigação mais bela que há: a da luta para que todos sejamos iguais. Portanto, essa passa a ser a condenação das regras estabelecidas na vida em sociedade que impõem uma hierarquia perversa a ricos e pobres, a brancos e negros, a homens e mulheres, àqueles que são tratados como se deficientes físicos fossem.

Por isso, quero abraçar todos os envolvidos nessa luta. Quero dizer da minha alegria muito grande de ser parte também dessa experiência. Abraço a CNBB. Acima de tudo, espero que, mais do que a solenidade, mais do que as reformas físicas, possamos, neste mundo de tanta desigualdade, ter a mesma coragem que Jesus teve: a de quebrar qualquer ritual cínico e esnobe, a de quebrar qualquer hierarquia perversa que impõe a homens e mulheres, a ricos e pobres, a deficientes

ou não regras diferenciadas na vida em sociedade. Portanto, tal qual Jesus fez, que possamos lutar pela inclusão, mesmo que essa luta possa significar até a nossa condenação, como para Ele significou!

Era o que eu tinha a dizer, Sr. Presidente.

Muito obrigada. (Palmas.)

*Durante o discurso da Sra. Heloísa Helena, o Sr. Renan Calheiros, Presidente, deixa a cadeira da presidência, que é ocupada pelo Sr. Aloizio Mercadante.*

**O SR. PRESIDENTE** (Aloizio Mercadante. Bloco/PT – SP) – Agradecemos a intervenção da Senadora Heloísa Helena, Líder do P-SOL, nesta sessão de homenagem à Campanha da Fraternidade da CNBB de 2006, cujo tema é “Fraternidade e Pessoas com Deficiência”.

Convidamos a usar da palavra a Senadora Lúcia Vânia, representante do PSDB, que tem participado ativamente de todos os temas de interesse social desta Casa.

Peço à Assessoria que distribua para os presentes a síntese da sessão feita pelo Senado Federal em homenagem à memória de Sua Santidade o Papa João Paulo II. Foi uma bela sessão que aqui realizamos, por iniciativa do Senador Marco Maciel.

Tem a palavra a Senadora Lúcia Vânia.

**A SRA. LÚCIA VÂNIA** (PSDB – GO. Pronuncia o seguinte discurso. Sem revisão da oradora.) – Sr. Presidente, cumprimento V. Ex<sup>a</sup> pela iniciativa de dar-nos a oportunidade de estar numa solenidade como esta. Parabéns, Senador Aloizio Mercadante.

Cumprimento Dom Antônio Celso de Queirós, Presidente em exercício da CNBB. Quero também manifestar-lhe a nossa alegria em tê-lo em nossa Casa.

Cumprimento Lars Graef, que, sem dúvida alguma, é um exemplo de determinação e de superação, um exemplo para a nossa juventude e para todos os brasileiros.

Cumprimento Clodoaldo da Silva, atleta paraolímpico. Quero dizer-lhe, Clodoaldo, que você é o Brasil vencedor. É muito bonito vermos uma pessoa superar seus limites e poder defender, com toda a força, a bandeira de nosso País. Parabéns!

Cumprimento o Senador Eduardo Azeredo, Presidente da Subcomissão Permanente de Assuntos Sociais das Pessoas com Deficiência, e agradeço-lhe pela honra de falar em seu nome e em nome do meu Partido, o PSDB.

Cumprimento o Líder do meu Partido, Senador Arthur Virgílio, a quem também agradeço pela oportunidade de poder falar em nome do nosso Partido, o PSDB.

Cumprimento a Senadora Heloísa Helena, os Senadores Flexa Ribeiro, Cristovam Buarque, Marco Maciel, Pedro Simon, Mão Santa, Flávio Arns, Heráclito Fortes e todos os demais Senadores e as Senadoras aqui presentes.

Quero também abraçar o Marcos Frota e dizer da nossa alegria de tê-lo aqui, principalmente pelo trabalho desempenhado em favor da pessoa portadora de deficiência, utilizando o seu talento para mobilizar a sociedade em torno dessa causa.

Cumprimento a Izabel Maior, Coordenadora-Geral do Conselho Nacional dos Direitos da Pessoa Portadora de Deficiência.

Cumprimento todos os membros da Igreja Católica, da CNBB, aqui presentes, já citados, e peço desculpas por não citar o nome de cada um deles em função do tempo.

Cumprimento todos aqueles que trabalham nas instituições em favor da pessoa portadora de deficiência.

Senhoras e senhores, a Conferência Nacional dos Bispos do Brasil celebra há 42 anos a sua Campanha da Fraternidade. Temas da maior relevância para a sociedade brasileira têm sido abordados, motivando a reflexão inclusive das autoridades.

Este ano não poderia ser diferente.

Ao lançar a Campanha cujo tema é “Fraternidade e Pessoas com Deficiência” e cujo lema é um chamado, “Levanta-te e vem para o meio”, a CNBB mais uma vez mostra a sua preocupação com uma parcela de nossa população ainda pouco reconhecida.

Iniciativas vêm sendo tomadas para que se tenha consciência de que é preciso tratar da questão do deficiente como prioridade.

São cerca de 27 milhões de cidadãos brasileiros que vivem praticamente à margem de uma sociedade injusta e sectária, cidadãos produtivos, que têm condições de estudar, trabalhar e oferecer ao País sua contribuição pessoal, social e profissional.

Nesse sentido, torna-se ainda mais importante a Campanha da Fraternidade que a CNBB celebra este ano.

Ao alertar o Brasil para a necessidade de olharmos com atenção essa grande parcela da sociedade brasileira que necessita apenas de cuidados especiais, a CNBB dá, mais uma vez, o exemplo, sai à frente, como historicamente tem feito na luta em defesa dos direitos humanos.

É preciso tirar o deficiente de dentro de casa; é preciso lutar pela sua inclusão garantindo a escola e que essa escola se adapte para poder recebê-lo. É preciso lutar pela sua inserção no trabalho, pela sua acessibilidade, pela transporte. Enfim, para que ele

possa realmente se sentir à vontade para participar da vida em sociedade e fazer aquilo que Flávio Arns falou com muita simplicidade: ser feliz.

É preciso que haja leis que garantam seus direitos, mas, acima das leis, é preciso que haja uma consciência e uma cultura de respeito e solidariedade em relação ao deficiente.

Em 1989, foi aprovada a Política Nacional de Integração da Pessoa Portadora de Deficiência. Eu tive a honra, como Secretária de Assistência Social no primeiro Governo do Presidente Fernando Henrique, em 1993, de implantar a Lei Orgânica da Assistência Social, Loas, que garante a prestação continuada de um salário mínimo ao portador de deficiência que comprove não possuir meios de garantir sua própria manutenção.

Esta foi a primeira vez que uma política pública reconhece a pessoa portadora de deficiência com um gesto de solidariedade, com um gesto de justiça.

Aqui, no Senado Federal, temos tomado iniciativas importantes, e gostaria de destacar a Campanha lançada no último dia 14, pelo Presidente Renan Calheiros, para garantir a acessibilidade da Casa aos portadores de deficiência.

Entre outros projetos importantes que tramitam no Senado, está também o Estatuto da Pessoa Portadora de Deficiência, apresentado pelo Senador Paulo Paim.

Como parlamentares e cidadãos conscientes do dever de trabalhar por esta causa, creio ser importante aproveitarmos esta grande chance, esta mobilização nacional, para aprovarmos este Estatuto, que, sem dúvida alguma, é e será um avanço expressivo.

Tive a grata satisfação de relatar projeto de lei de autoria do Senador Flávio Arns – e aqui abro um parêntese para cumprimentar S. Ex<sup>a</sup> pelo trabalho, dedicação, companheirismo e, acima de tudo, pela humanidade em nos alertar para que pudéssemos, juntos, na Comissão de Assuntos Sociais, fazer um trabalho coeso, conjunto em favor da pessoa portadora de deficiência –, que estabelece critérios especiais para a concessão de aposentadoria ao segurado com deficiência. Esse também é um passo à frente em relação à justiça que o Estado deve às pessoas portadoras de deficiência.

Esses são exemplos que vêm se somar à Campanha tão meritória da Conferência Nacional dos Bispos do Brasil.

O que a Igreja propõe este ano à sociedade – e, aqui, também como uma pessoa que teve a formação inteira dentro de um colégio católico, quero dizer a todos aqueles que dirigem a CNBB, ou que tenham participação na CNBB, que me sinto extremamente feliz com este gesto da minha Igreja. É muito bonito sentir o apoio ao nosso trabalho aqui. Talvez a Igreja

tenha mais força para fazer essa mobilização do que propriamente nós, aqui nesta Casa, pois, quem sabe absorvidos com uma gama enorme de problemas, muitas vezes não damos a dimensão que queremos e precisamos dar a esse trabalho – é uma reflexão sobre a importância da superação dos preconceitos. Este é um ato muito bonito. Superar preconceitos. Eu acho que é mais forte ainda do que a nossa briga aqui em torno das políticas públicas de amparo à pessoa portadora de deficiência. Mas superar preconceitos é uma coisa importantíssima para que possamos realmente inserir todas as pessoas nos benefícios que a sociedade pode oferecer.

E isso não é muito fácil porque sabemos que, no decorrer do tempo, foram introjetados em nossa cultura essa discriminação e esse preconceito.

A deficiência, como já dito aqui, não deve mais ser vista como limitação, mas como um estímulo de superação. E quem deve crescer nesta luta somos nós.

O deficiente vem fazendo a sua caminhada de crescimento há muitos anos por intermédio de pessoas que lutam com força, com determinação para que essa inclusão se faça da melhor maneira possível. Esses movimentos também merecem os nossos cumprimentos no dia de hoje. Tenho certeza de que eles terão, com essa Campanha, uma grande colaboração para que possamos juntos mobilizar a sociedade em torno dessa questão.

Cabe a nós garantir ao deficiente o espaço que lhe cabe na sociedade, não apenas por meio de discursos, de palavras, mas numa prática, onde estejam inseridos valores fundamentais do ser humano: sociabilidade, acessibilidade, trabalho, generosidade e justiça.

A CNBB está celebrando este momento. Sigamos o seu exemplo.

O meu Partido, o PSDB, se integra aos demais partidos para homenagear esta instituição tão importante nesta sessão especial que o Senado promove hoje por iniciativa louvável de um grande brasileiro, nesta Casa, o Senador Aloizio Mercadante.

Queremos garantir nossa parceria nesta Campanha tão meritória de reconhecimento do legítimo lugar do deficiente como cidadão brasileiro. Este é, sem dúvida alguma, um dos grandes objetivos da Comissão de Assuntos Sociais, tão bem presidida pelo Senador Antônio Carlos Valadares, que, juntamente com a Subcomissão Permanente de Assuntos Sociais das Pessoas com Deficiência, dirigida pelo Senador Eduardo Azeredo, muito tem feito em favor de um avanço expressivo e de uma inclusão efetiva da pessoa portadora de deficiência.

Muito obrigada e boa sorte.

Vamos à luta! (Palmas.)



**O SR. PRESIDENTE** (Aloizio Mercadante. Bloco/PT – SP) – Agradecemos à nobre Senadora Lúcia Vânia por esse belo pronunciamento.

Concedemos a palavra ao nobre Senador Pedro Simon, que falará em nome do PMDB. O Senador Pedro Simon é franciscano e tem uma profunda relação entre fé e política.

**O SR. PEDRO SIMON** (PMDB – RS. Pronuncia o seguinte discurso.) – Sr. Presidente e autor desta iniciativa, que, como Líder do Governo, a valoriza, companheiro e amigo Mercadante; bravo Clodoaldo, padrão de admiração e respeito de todo o Brasil; Dom Luciano Mendes de Almeida; Dom Itamar Vian; Dom Xavier; Dom Muniz; Dom Sinésio; senhoras e senhores; estamos aqui para homenagear talvez a maior iniciativa social conhecida no nosso País: a Campanha da Fraternidade.

Há mais de quarenta anos, a Igreja Católica escolhe um tema sensível da realidade e convida os brasileiros a refletirem sobre ele. Mas também nos convoca a uma ação enérgica e engajada, de modo a atenuar os problemas que atingem nossos irmãos, em especial os mais necessitados.

Na época do regime militar, questões importantes para a redemocratização brasileira foram levantadas pela CNBB, uma entidade que esteve à frente da longa luta pela reconstrução do regime democrático.

Nos últimos anos, temas da maior importância têm sido focados pela Campanha da Fraternidade, de modo a fazer com que busquemos, juntos, uma solução para eles. E, quando falo que “busquemos juntos”, estou-me referindo ao Estado e também à sociedade.

É importante destacar que alguns dos nossos principais problemas sociais se agravam nos últimos anos, em função de uma persistente estagnação econômica. Um dos exemplos mais claros é o da violência urbana, questão abordada na Campanha da Fraternidade do ano passado, cujo tema era “Solidariedade e Paz”.

Registro aqui um trecho da carta do Papa João Paulo II, enviada no ano passado ao primaz do Brasil, por ocasião da abertura da Campanha da Fraternidade de 2005. Escreveu naquela ocasião o nosso querido João Paulo II, que pouco depois viria a falecer:

No mundo em que vivemos, abalado com freqüência pela violência e marcado pelo indiferentismo, os cristãos que partilham o empenho pela promoção da paz e da solidariedade tornam-se instrumentos eficazes de evangelização e um exemplo para todos, a fim de construir uma sociedade mais fraterna e mais atenta às necessidades dos pobres e indigentes.

Fiz esta citação porque acho que os temas do ano passado e de 2006 têm um forte traço de ligação, já que um grande número de pessoas adquire deficiências em função da violência que impera absoluta em nosso tempo. Refiro-me mais especificamente às pessoas com deficiência motora em função de tiros e de acidentes de automóvel.

Segundo estudos da Associação de Assistência à Criança com Deficiência, feitos em sua Clínica de Lesão Medular, 73,4% dos pacientes tratados pela instituição adquiriram o problema por acidentes de carro, armas de fogo e queda. Desse universo, 43,5% de seus pacientes sofreram lesões em razão de acidentes por armas de fogo. Os dados estatísticos dos últimos três anos também mostram que 83,5% dos pacientes são do sexo masculino e 68,3% ficaram paraplégicos.

Muitos desses problemas poderiam ser evitados se, no Brasil, tivéssemos realmente um amplo sistema de prevenção, sistema que teria duas linhas centrais. Uma delas teria como objetivo evitar acidentes (de automóveis, com armas de fogo, quedas e mergulhos) causadores de lesões traumáticas. A outra linha cuidaria de fazer um grande esforço na área da saúde para evitar doenças – algumas delas de fácil combate e cura – que podem levar à deficiência mental.

São muitos os estudos sobre a deficiência. Estima-se que, atualmente, em todo o mundo, as pessoas com algum tipo de deficiência física, sensorial ou mental somem meio bilhão!

De acordo com a Organização Mundial da Saúde, nos países em via de desenvolvimento, cerca de 50% dessas pessoas são afetadas por algum tipo de deficiência mental.

Estudos do Banco Mundial avaliam que cerca de 10% das pessoas nos países mais pobres são afetadas por alguma deficiência. Já o mais recente do IBGE aponta a existência hoje, em nosso País, de 24,6 milhões de pessoas portadoras de deficiências, sendo que mais de 9 milhões são portadoras de algum tipo de deficiência física.

A ONU calcula que a população deficiente em países com características socioeconômicas semelhantes ao Brasil é da ordem de 10%.

Falando na abertura da Campanha da Fraternidade de 2006, o Secretário-Geral da CNBB, Dom Odilo Pedro Scherer, disse que o censo demográfico de 2000 registrou cerca de 27 milhões de pessoas com deficiência, o que corresponde a 14,4% da população. E acrescentou que na Região Nordeste essas pessoas passam de 18%. Já em São Paulo, com a menor incidência do País, são 11,4%.

Depois de todos esses números, acho que devemos refletir sobre um aspecto fundamental desse

problema: boa parte das pessoas com deficiência no Brasil vem de famílias com renda reduzida. Assim, a dificuldade se aprofunda porque muitas delas não têm sequer acesso aos serviços de educação, saúde e reabilitação. São incontáveis os casos de paraplégicos que não dispõem de cadeiras para se locomoverem, de deficientes visuais que não têm bengalas ou cães-guia, de amputados que não têm acesso a próteses e de deficientes mentais que vivem isolados.

Somos obrigados a reconhecer que a situação é grave, mas, se olharmos para trás, veremos que, nos últimos anos, o Brasil avançou bastante nesse campo. A Constituição de 1988 determinou como um dos pilares de sustentação da ordem econômica nacional a valorização do trabalho, de modo a favorecer uma existência digna. Do mesmo modo, buscou uma maior justiça social, a fim de reduzir as desigualdades sociais.

Uma evidente preocupação dos legisladores constituintes foi garantir ao deficiente físico condições de participar efetivamente da vida brasileira. Num avanço considerável, foram estabelecidas bases do processo de integração do deficiente físico à sociedade e ao mercado de trabalho.

Mesmo assim, ainda há muito a ser feito. Cabe a nós, legisladores brasileiros, sob a pressão legítima da sociedade, enfrentar essa missão.

Senhoras e Senhores, a Quaresma é o tempo da reflexão para os cristãos. No entanto, a reflexão sempre pede como complemento uma ação. A Campanha da Fraternidade deste ano tem como tema a Pessoa com Deficiência. Então, o que se quer de nós é que reflitamos sobre a situação angustiante de tantos de nossos irmãos, mas também que partamos para a busca de soluções.

Temos um exemplo a mirar. Jesus Cristo, aquele que nos legou a mais fundamental das atitudes: ama teu próximo como a ti mesmo.

Falando na abertura da Campanha da Fraternidade deste ano, Dom Odilo Scherer, Secretário-Geral da CNBB, disse que devemos olhar para as necessidades dos nossos irmãos e acrescentou que “a autenticidade da nossa fé em Deus é comprovada pelos frutos de caridade e de fraternidade para com o próximo”.

Embora, como já disse, muito já tenha sido feito pelas pessoas com deficiência nos últimos tempos, não basta apenas a ação do Estado. E é preciso que também a sociedade se engaje nessa missão. E é preciso ainda que cada um de nós, enquanto cidadão, assuma esta tarefa pessoal.

Segundo Dom Odilo Scherer, as pessoas com deficiência são freqüentemente vítimas de preconceito e discriminação, “sobretudo num ambiente cultural

que tende a marginalizar e excluir os que têm menos capacidade individual de competir com os outros e de se afirmar social e economicamente”.

Lamentavelmente, a valorização dos bens materiais, traço marcante dos nossos dias, leva o homem a uma luta acirrada pela conquista de melhores postos de trabalho. Essa luta se agrava ainda mais em uma Nação como a nossa, vítima de estagnação econômica há muito tempo. Assim, o chamado mercado de trabalho para a pessoa com deficiência se estreita ainda mais. Felizmente, esse problema está sendo combatido. O Brasil tem uma boa legislação para inclusão da pessoa com deficiência nos organismos de gestão do Estado. Da mesma forma, as empresas passam a contratar maior número de pessoas com deficiência para mostrar que desenvolvem efetivamente ação social.

Depois de mencionar que, no Brasil, vivem milhões de pessoas com deficiência, advertimos que todos nós estamos sujeitos a adquirir alguma deficiência, ao longo da vida por doença, acidente ou alguma outra causa.

Dom Odilo traz a importante informação de que o Brasil, daqui a pouco, vai ingressar no bloco dos países que têm elevada parcela de idosos na sua população. E a idade avançada pode concorrer para que as pessoas adquiram certas deficiências. Pessoas de idade passam a exigir maior cuidado em função da natural limitação de sua capacidade de trabalhar e mesmo de enfrentar pequenas tarefas cotidianas.

Ainda na mesma linha de raciocínio, Dom Odilo Scherer nos lembra que...

*(O Sr. Presidente faz soar a campanha.)*

**O SR. PEDRO SIMON (PMDB – RS) – Já encerro, Sr. Presidente.**

(...) em nossos dias, a cultura dominante vai afirmando a tendência a valorizar apenas os fortes, os belos, os que têm um corpo perfeito, os que podem mais, os que são capazes de competir e se afirmar sobre os outros... E, com isso, tantas pessoas que não se enquadram nos padrões de perfeição e excelência impostos pelo mercado, a moda e os preconceitos sociais vão ficando de lado, abandonadas a si próprias, lá no cantinho de sua angústia, à margem da sociedade.

É uma constatação das mais pertinentes. A valorização do exterior é uma lamentável característica de nossa época. Hoje, muitas vezes, o ser humano é levado em conta pelo que aparenta, e não pelo que é realmente.

Numa época em que impera a linguagem visual, imposta pela televisão, passamos a valorizar mais a embalagem do que o conteúdo.

A Campanha da Fraternidade, agora em 2006, mais uma vez toca num ponto sensível da nossa realidade. Há uma verdade indiscutível: a pessoa com deficiência não foi completamente assimilada em nosso País. É preciso uma tomada geral de consciência sobre as dificuldades enfrentadas por esses nossos irmãos, para que as ações de resgate sejam implementadas.

A Campanha da Fraternidade, segundo a CNBB, objetiva promover em relação a elas “atitudes fraternas e ações voltadas para sua inclusão e para uma verdadeira cultura da fraternidade e da solidariedade humana, que venha traduzida em leis justas e políticas públicas adequadas ao reconhecimento da dignidade e dos direitos das pessoas com deficiência”.

Já encerro, Sr. Presidente.

Volto a insistir: o dever do cristão de hoje é lutar contra a corrente.

Diante da indiferença e do egoísmo que marcam boa parte das ações humanas, o cristão tem que se engajar na luta de resgatar esses irmãos que lutam por dignidade e que procuram meios de atuar efetivamente na sociedade brasileira.

Diante do exibicionismo e da leviandade, temos que pregar a reflexão, a oração e o recolhimento.

Diante da indiferença, temos de pregar o amor.

Diante do individualismo, temos de pregar a solidariedade.

Num tempo de egoísmo acerbado, indiferença, exibicionismo e competição acirrada, o cristão deve-se voltar para a generosidade, a modéstia, a cordialidade, a solidariedade e a civilidade.

Senhoras e Senhores, encerro este pronunciamento com um pequeno trecho da oração da Campanha da Fraternidade deste ano: “Ó Pai de misericórdia, ajudai-nos a promover a autonomia e a plena realização desses nossos irmãos e irmãs na família, na sociedade e na Igreja.”

Obrigado pela tolerância, Sr. Presidente. (Palmas.)

**O SR. PRESIDENTE** (Aloizio Mercadante. Bloco/PT – SP) – Agradeço esse belo pronunciamento do Senador Pedro Simon, pelo PMDB do Rio Grande do Sul.

Concedo a palavra ao Líder Arthur Virgílio, do Bloco Parlamentar da Minoria.

Eu pediria apenas que cumpríssemos o tempo estabelecido, porque tínhamos acordado com a CNBB que esta sessão terminaria às 14 horas, horário em que se inicia a nossa sessão ordinária. Eles têm também

outras responsabilidades com o Conselho. Atrasamos o início da sessão. No entanto, vamos tentar cumprir o que estava programado.

Com a palavra o Senador Arthur Virgílio.

**O SR. ARTHUR VIRGÍLIO** (PSDB – AM. Pronuncia o seguinte discurso. Sem revisão do orador.) – Sr. Presidente, Sr<sup>as</sup> e Srs. Senadores, senhoras e senhores, meninos e meninas presentes a esta sessão tão bonita, cito a todos da Mesa na figura de Dom Antônio Celso de Queirós\*, Vice-Presidente no exercício da Presidência da CNBB, até porque depois vou poder reportar-me a outras figuras que julgo merecedoras dessa referência neste discurso modesto que apresento a todos.

A CNBB demonstra acreditar no impossível, e eu também procuro acreditar no que não é possível ou no que parece não ser possível. Está ali no fundo do plenário uma conterrânea minha de muito pouca idade, a Charlíbia\*. Ela enfrenta um câncer difícilíssimo, e a doença deveria tê-la tornado estéril. No entanto, ela deu à luz recentemente, e tenho certeza, portanto, de que vai desafiar a ciência e prolongar sua vida por todo o tempo necessário para construir sua parte de Brasil e sua parte de Amazonas.

Há uma outra figura – e homenageio a todos por essas duas figurinhas: César Augusto\*, que está em sua cadeira de rodas, irradiando uma enorme serenidade e uma enorme beleza interior e exterior.

Tenho, meu prezado Marcos Frota, aqui um exemplo instigante. Breno Viola é um judoca de 26 anos de idade que hoje está entre os seis portadores de síndrome de Down no mundo que atingiram a faixa preta, que é a mais alta graduação desse esporte. Breno Viola disputa torneios, inclusive internacionais, com atletas que dispõem de 80% a 100% de controle motor e quase sempre vence. Breno Viola é uma figura que foi escolhida pela revista **Seleções** recentemente para o prêmio 100 Mais Brasil, no meio de pessoas como o cineasta Fernando Meirelles, o jogador de futebol Ronaldinho Gaúcho, o filme Dois Filhos de Francisco, o cantor Latino, entre tantos destaques populares.

Certa vez, Senador Aloizio Mercadante, o Breno Viola, que precisa de um patrocínio urgente – creio que V. Ex<sup>a</sup> pode intervir para resolver isso –, disputou um torneio em uma cidade brasileira. Enfrentou atletas ditos normais e os derrotou a todos – eu não o considero de jeito algum infranormal, eu o considero diferente, porque senão ele não seria o faixa preta que é. Era um campeonato modesto e, ao final, havia um pódio só, e o Breno Viola, que é muito irônico, disse: “Ah, mas eu não vou receber a medalha com só um pódio. Aqui teve um segundo colocado e um terceiro colocado. Eu quero três pódios. Eu fico lá em cima, o segundo mais

embaixo e o terceiro ainda mais embaixo. E isso não é por vaidade não, é porque não quero que essa gente fique com baixa auto-estima – os outros dois não eram portadores de síndrome de Down, apenas ele. Após a competição, perguntaram-lhe o que ele ia fazer, e ele disse que ia sair com o pessoal da delegação, na qual o único portador de síndrome de Down era ele, e iria a uma boate na cidade arranjar uma namoradinha e curtir a noite. Ou seja, o Breno Viola também acredita no impossível e realiza o impossível.

Lars Grael é uma figura que a todos nos toca, sobretudo pela forma como viveu a sua vida após deixar o esporte de elite, de competição exigente. Medalhista olímpico, houve o que houve com ele, passou por um processo sórdido – tomei conhecimento de que o agressor chegou a insinuar que ele não estava sóbrio, como se alguém fosse nadar fora da rebentação sem estar em estado de plena sobriedade –, perdoou o agressor, voltou a competir, é um excelente executivo público que faz um papel extraordinário como Secretário de Esportes na Prefeitura de São Paulo. É uma figura extremamente admirada a respeito da qual pode-se dizer tudo, menos que não seja capaz. Dá para dizer, sim, que é excepcional, até porque só uma pessoa de qualidades excepcionais faz aquilo que faz o Breno Viola, faz aquilo que realizou e realiza o Lars Grael.

Sr. Presidente, vou observar o tempo que me foi concedido para que possamos ouvir os demais oradores e para que possamos cumprir os compromissos que assumimos com a CNBB. Congratulo-me, a propósito, com essa entidade por sua sensibilidade social. Às vezes eu me pilho não concordando com o que a CNBB diz em matéria de economia – é um direito meu –, mas a CNBB não é uma academia de economia, a CNBB tem de nos acutillar, beliscar e alfinetar mostrando a sua visão social, e nós que tratemos de oferecer a fórmula econômica que permita ao País realizar os anseios sociais do povo muito bem expressados pela CNBB, cada um desempenhando o seu papel.

Dom Celso, quero congratular-me de maneira muito efusiva com a CNBB e parabenizar V. Ex<sup>a</sup>, Senador Aloizio Mercadante, pela iniciativa brilhante, correta, de promover esta sessão solene.

O Brasil haverá de ser, um dia, um País que dê oportunidade a todos os que tenham as possibilidades que está tendo a Charlíbia para virarem Violas, todos nos mirando no exemplo dos que são obstinados, dos que conseguem, do zero, chegar a um grau de mobilidade social grande, daqueles que enfrentam as adversidades com a galhardia com que as tem enfrentado Lars Grael, daqueles que entendem que, se somos capazes de dar a cada indivíduo a possibilidade de crescer – e esse é um papel que tem muito do

Estado nele, sim, Sr. Presidente –, seremos capazes de construir um País mais justo, mais humano, de democracia mais consolidada e – vou falar algo que é redundância mesmo, mas é bom repetir – tudo aquilo que sempre quisemos e queremos, que é um País de caráter humano, justo, social, democrático, livre e – prestando outra homenagem à CNBB –, profundamente cristão.

Muito obrigado, Sr. Presidente. (Palmas.)

**O SR. PRESIDENTE** (Aloizio Mercadante. PT – SP) – Cumprimento o Senador Arthur Virgílio, que, entre outras qualidades, é lutador de jiu-jitsu e, valorizando o esporte, fez referência a Breno Viola. A propósito, Lars Grael já me informou que a Caixa Econômica Federal tem um programa para o Comitê Paralímpico, a Infraero também tem um patrocínio para a Confederação Brasileira de Judô e há também o Bolsa-Atlética no Ministério dos Esportes. Vamos assumir esse compromisso e, seguramente, encaminhar uma alternativa para dar estímulo a mais esse exemplo de lutador exitoso, esperando, com isso, que predomine no plenário mais o lado do diplomata Arthur Virgílio e não tanto o do lutador de jiu-jitsu, que muitas vezes está presente.

Gostaria agora de convidar a falar, pela Liderança do PFL, o nobre Senador Marco Maciel, que também é um Senador sempre presente em todos os momentos da vida da Igreja Católica nesta Casa e uma referência muito importante da vida democrática no Brasil.

**O SR. MARCO MACIEL** (PFL – PE. Pronuncia o seguinte discurso. Sem revisão do orador.) – Exm<sup>o</sup> Sr. Presidente Senador Aloizio Mercadante, gostaria de saudar a presença do Reverendíssimo Senhor Dom Antônio Celso de Queirós, Vice-Presidente da Conferência Nacional dos Bispos do Brasil (CNBB); de Dom Luciano Mendes de Almeida, Arcebispo de Mariana; de Dom Itamar Vian, Bispo de Feira de Santana; de Dom Xavier Gilles, Bispo de Viana, no Maranhão; de Dom Antônio Muniz Fernandes, Bispo de Guarabira, na Paraíba; de Dom Sinésio Bohn, Bispo de Santa Cruz do Sul, no Rio Grande do Sul. Gostaria de fazer também uma referência à presença do ator Marcos Frota, que tem participado ativamente desses movimentos alusivos ao evento de hoje; da Dr<sup>a</sup> Izabel Maior, Coordenadora-Geral do Conselho Nacional dos Direitos da Pessoa Portadora de Deficiência (Conade); do Ministro-Chefe da Secretaria Especial dos Direitos Humanos, Dr. Paulo Vannuchi; do Sr. Secretário Estadual da Juventude, Esporte e Lazer do Estado de São Paulo, Lars Grael; e do atleta paraolímpico Clodoaldo da Silva. Sr<sup>as</sup> e Srs. Parlamentares, ilustres convidados, minhas senhoras e meus senhores, Milton Campos, lúcido intelectual e político mineiro do século passado, observou certa

feita que “a democracia começa no reino da consciência”. Pretendendo interpretar suas palavras – perdoem-me a ousadia –, diria que ele considerava não ser possível resolver os problemas da sociedade sem que houvesse precedentemente uma firme atitude do cidadão. E mais: que, a partir daí, ocorresse também a mobilização da comunidade no sentido de cobrar o equacionamento das questões consideradas prioritárias por parte das instituições públicas em seus respectivos níveis de competência, municipais, estaduais e federal. Foi isso certamente o que levou, em outra oportunidade, o presidente John Kennedy a asseverar que “governar é administrar pressões”.

São essas as primeiras palavras que me ocorrem como homem público no instante em que o Senado Federal, por iniciativa do Líder Aloizio Mercadante, promove uma reflexão, “um raciocinar conjuntamente”, sobre a Campanha da Fraternidade deste ano que, tem o objetivo de “trazer para o meio”, como preconizou Jesus Cristo, o debate e a busca de solução para as dificuldades enfrentadas pelas pessoas com deficiência física ou motora, sensorial ou mental.

É oportuno reconhecer que as Campanhas da Fraternidade, como aqui se recordou, promovidas pela CNBB, algumas, inclusive, de caráter ecumênico – e essas campanhas ocorrem há mais de quatro décadas –, provocam, além de uma oportuna tomada de consciência das questões sociais, um oferecimento de propostas e medidas ao Estado e à sociedade civil úteis à construção de uma Nação mais justa, menos desigual e mais fraterna.

O texto da Campanha da Fraternidade deste ano observa com propriedade que “mesmo que todos nascessem ‘perfeitos’, as deficiências e as pessoas com deficiências continuariam uma realidade social”. E acrescenta: “Razões genéticas, enfermidades pré-natais, acidentes na concepção e no parto não são a única porta de entrada no universo das deficiências. Muitas passaram a ser uma pessoa com deficiência ao longo de sua existência”.

No Brasil, Sr. Presidente, a luta em favor dessa causa não começou cedo, mas, ao longo da nossa História, houve mais avanços do que recuos, se bem que ainda haja muito o que fazer.

Registro no Parlamento brasileiro, nos idos do Primeiro Reinado, projetos como o do Deputado Cornélio França recomendando a criação do cargo de professor de primeiras letras – como se dizia à época – para o ensino a surdos-mudos. A ausência de pessoas especializadas, entretanto, impediu a concretização da lei, a materialização da lei ou a eficácia plena da lei, se assim pudermos melhor expressar. Em 1854, por decisão de Dom Pedro II, foi estabelecido o Imperial

Instituto dos Meninos Cegos do Rio de Janeiro, hoje o famoso Instituto Benjamin Constant.

Ao lado do Poder Público, organizações da sociedade civil nacionais e estrangeiras, como, por exemplo, a Sociedade Pestalozzi, que se estabeleceu, no Brasil, em Minas Gerais, em 1932, têm prestado também sua colaboração.

Sem querer alongar-me no itinerário histórico em relação ao tema, destacaria como grande avanço nos últimos tempos a sanção da Lei nº 7.053, de 1989, regulamentada pelo Decreto nº 3.298, de 1999, dispondo sobre a Política Nacional da Integração da Pessoa Portadora de Deficiência.

**O Sr. Tião Viana** (Bloco/PT – AC) – Senador Marco Maciel, V. Ex<sup>a</sup> permitiria um aparte de menos de dois minutos?

**O SR. MARCO MACIEL** (PFL – PE) – Pois não. Ouço com prazer V. Ex<sup>a</sup>.

**O Sr. Tião Viana** (Bloco/PT – AC) – Fui convidado pelo Senador Aloizio Mercadante para assumir a Presidência, mas peço a generosidade de V. Ex<sup>a</sup>, que faz um pronunciamento com a sua aparência de homem de profundas convicções católicas e de solidariedade ética. O que eu gostaria de dizer apenas é que tive a preocupação, em todo o meu mandato, de estar solidário a esse tema. E, na última decisão sobre o Orçamento-Geral da União, enviei uma emenda individual no valor de R\$3,5 milhões – cada Parlamentar tem R\$5 milhões para indicar o que vai ser aplicado pelo Governo Federal – para as pessoas portadoras de deficiência física. Isso gera uma contribuição enorme. Levando-se em consideração que somos uma quantidade apreciável de Parlamentares, se todos fizéssemos a mesma coisa, daríamos uma contribuição anual – só com emenda individual nesse valor que apresentei – de R\$2,79 bilhões. Seguramente, o problema do investimento em políticas especiais como a dos portadores de deficiência física estaria muito bem encaminhado. Sei que Parlamentares que não fizeram a mesma coisa que eu são solidários de muitas formas – não estou diminuindo ninguém –, mas é uma lembrança que gostaria de deixar nesse tema que afeta todos nós. Quero lembrar um poeta do meu Estado, mutilado pela hanseníase, chamado Bacurau, que dizia: “O amor ainda é o maior remédio para curar todos os males do mundo”. Muito obrigado. Expresso minha admiração por V. Ex<sup>a</sup>.

**O SR. MARCO MACIEL** (PFL – PE) – Nobre Senador Tião Viana, acolho com muita satisfação o aparte de V. Ex<sup>a</sup> e o incorporo ao discurso que estou concluindo.

Sr. Presidente, acrescentando mais um dado, devo lembrar também que essa mesma lei trata da Coordenação

nadoria Nacional para Integração da Pessoa Portadora de Deficiência (Corde), dispõe sobre o Conselho Nacional dos Direitos da Pessoa Portadora de Deficiência (Conade), institui a tutela jurisdicional de interesses coletivos ou difusos dessas pessoas, disciplina a atuação do Ministério Público e define crimes.

Particpei, como então Ministro da Educação e, após, como Chefe do Gabinete Civil do Governo do Presidente Sarney, da discussão desses temas e, ao longo do processo, tenho apresentado proposições legislativas voltadas para os portadores de deficiência.

No Congresso Nacional, e esta parece ser a nossa principal tarefa agora, precisamos concluir a tramitação do projeto de lei que institui o Estatuto da Pessoa com Deficiência, por oferecer um amplo conjunto de direitos aos interessados e por preparar, num exercício de pedagogia cívica, a sociedade para conviver com a diversidade. Enfim, o Brasil tem uma grande dívida moral para com essas pessoas e, portanto, obrigação de ajudá-las, sobretudo as mais carentes e necessitadas.

Na sua Primeira Encíclica, **Deus Caritas Est**, cujo texto alcança grande repercussão pela profundidade de suas reflexões, o Papa Bento XVI assinala que “o amor ao próximo é uma estrada para encontrar também a Deus e que fechar os olhos diante do próximo nos torna cegos também diante de Deus”. Acrescenta o Papa na Encíclica a que me referi: “Deus não nos ordena um sentimento que não possamos suscitar em nós próprios... O amor não é apenas um sentimento. Os sentimentos vão e vêm. O sentimento pode ser uma maravilhosa centelha inicial, mas não é a totalidade do amor”. E acrescenta: “O amor nunca está ‘concluído’ e completado, transforma-se ao longo da vida, amadurece e, por isso mesmo, permanece fiel a si próprio”.

Sr. Presidente, a Campanha da Fraternidade lança, portanto, a todos nós, sociedade brasileira e governos, o desafio de ajudar a resolver as questões relativas aos portadores de deficiência. E, se assim agirmos, estaremos sendo solidários em relação às pessoas com deficiência e, como diz a oração da Campanha da Fraternidade, descobrindo “o segredo da felicidade que está em fazer o bem e em partilhar suas alegrias e sofrimentos”.

Era o que tinha a dizer.

**O Sr. Eduardo Suplicy** (Bloco/PT – SP) – V. Ex<sup>a</sup> me permite um aparte, Senador Marco Maciel?

**O SR. MARCO MACIEL** (PFL – PE) – Com prazer, nobre Senador Eduardo Suplicy.

**O Sr. Eduardo Suplicy** (Bloco/PT – SP) – Quero cumprimentar V. Ex<sup>a</sup> pelo retrospecto histórico que fez sobre as iniciativas feitas desde o início do Parlamento brasileiro, porque isso representa enriquecimento para

todos. Quero muito saudar a CNBB e todos aqueles que estão partilhando dessa iniciativa do Senador Aloizio Mercadante. Registro que, há pouco, eu conversava com o Senador Arthur Virgílio, que ressaltou a beleza deste encontro. Prezado Dom Luciano, o senhor esteve aqui ontem e sentiu um pouco o ambiente tão carregado no Senado Federal. Hoje, em especial, estamos vendo que, graças a essa iniciativa do Líder do Governo, da CNBB e de todos que vêm aqui participar, estamos conseguindo um clima de união entre representantes de todos os partidos, em prol da defesa de iniciativas que possam assegurar àqueles portadores de deficiência condições para se tornarem cidadãos plenos. Então, faço minha manifestação em aparte, Senador Marco Maciel. Não pude estar presente desde o início da sessão em razão de outra responsabilidade no Conselho de Desenvolvimento Econômico e Social, mas quero saudar o Senado Federal pelo ambiente de fraternidade que hoje caracteriza esta sessão tão bonita. Espero que, em breve, o Brasil possa seguir outros países cuja legislação relativa aos deficientes garante oportunidades muito melhores. Eu sei, Senador Marco Maciel, que algumas pessoas que têm filho ou filha com deficiência preferem se mudar para os Estados Unidos ou outros países onde a escola e muitos outros institutos provêem atenção aos deficientes. Mas é necessário que aqui tenhamos democracia e cidadania para todos os portadores de deficiência. Meus cumprimentos a todos que partilharam desta bonita sessão. Obrigado.

**O SR. MARCO MACIEL** (PFL – PE) – Muito obrigado, Senador Eduardo Suplicy.

Concedo um aparte ao nobre Senador Romeu Tuma.

**O SR. PRESIDENTE** (Tião Viana. Bloco/PT – AC) – A Mesa autoriza o aparte concedido pelo nobre Senador Marco Maciel, mas pede objetividade, porque outros oradores se inscreveram, há bastante tempo, e reclamarão se o tempo não for observado.

**O Sr. Romeu Tuma** (PFL – SP) – Sr. Presidente, ontem, dirigi-me à Mesa para me inscrever. Disseram-me que não haveria inscrição, que os oradores seriam representantes de partidos indicados pelas Lideranças. É claro que eu queria participar, não só pelo sentimento de cristandade que sempre orientou a minha vida mas também pela importância do ato. Como representante do meu Partido e como foram concedidos apartes a outros Senadores, apartes provocados por V. Ex<sup>a</sup>, com muita razão e com uma mensagem bonita, pedi licença porque quero dizer que realmente se devolve a paz ao plenário. O Senador Eduardo Suplicy tem razão quando diz que estava um clima supercarregado. Conversávamos sobre isso ontem. Sentimos aqui a

presença de Jesus hoje, pela qualidade das pessoas que, em toda a sua vida, orientaram-se pelo Evangelho. Desde quando eu estava na Secretaria desta Casa, procurei me inteirar daquilo que era importante para a inclusão dos deficientes. Sr. Presidente da CNBB, na última Bienal do Livro, tive a oportunidade de lançar o primeiro dicionário em braile no Brasil, com dez mil verbetes, graças ao trabalho da Gráfica do Senado. Um dos estudantes de Direito que era cego disse que, para conseguir um dicionário, teve de buscá-lo na Espanha, porque não havia nenhum no Brasil. Aqui tem se falado muito na inclusão, Senador Tião Viana. E V. Ex<sup>a</sup>, como membro da Mesa, tem dado a qualificação da importância de se lutar pelo interesse daqueles que foram menos favorecidos. Tivemos a graça de Deus de sairmos perfeitos e termos uma família, Senador Marco Maciel, com filhos perfeitos. Então, nada mais justo do que oferecermos parte da nossa vida àqueles que tiveram a infelicidade de não nascer perfeitos, mas com vocação e devoção para prestar o serviço à comunidade.

**O SR. MARCO MACIEL** (PFL – PE) – Nobre Senador, agradeço a V. Ex<sup>a</sup> pelo aparte bem como o faço ao Senador Eduardo Suplicy. Também faço minhas as palavras de reconhecimento ao trabalho do Episcopado brasileiro, por intermédio da Conferência Nacional dos Bispos do Brasil, pois que, por meio de campanhas dessa natureza, a CNBB dá uma grande contribuição a que se desenvolva no País um sentimento de solidariedade e de fraternidade, fundamental para que possamos construir uma sociedade não somente democrática, mas também pacífica e justa.

Muito obrigado a V. Ex<sup>as</sup>. (Palmas.)

*Durante o discurso do Sr. Marco Maciel, o Sr. Aloizio Mercadante, deixa a cadeira da presidência, que é ocupada pelo Sr. Tião Viana, 1º Vice-Presidente.*

**O SR. PRESIDENTE** (Tião Viana. Bloco/PT – AC) – Agradeço ao eminente Senador Marco Maciel.

Concedo a palavra ao nobre Senador Cristovam Buarque, Líder do PDT.

Em seguida, usará da palavra o Senador Antonio Carlos Valadares.

**O SR. CRISTOVAM BUARQUE** (PDT – DF. Pronuncia o seguinte discurso. Sem revisão do orador.) – Sr. Presidente, Srs. Senadores, Sr<sup>as</sup> Senadoras, Dom Celso de Queirós, grande figura e símbolo brasileiro Lars Graef, grande atleta Clodoaldo da Silva, Senador João Alberto Souza, cito a presença – não sei se ainda está aqui –, por uma questão pessoal de amizade a ele e à família, de Dom Luciano e, em nome dele, cumprimento todos os demais representantes da CNBB.

Todos os anos – quero que vocês, da CNBB, saibam – fico esperando, curioso, qual será o tema da Campanha da Fraternidade e, a cada ano, fico com a esperança, Dom Celso, de que já não haja nenhum tema para que a CNBB possa chamar a atenção de nós, brasileiros, ou até de que se possa dizer que alguns daqueles problemas já foram resolvidos. Mas não conseguimos. Parece que a lista das tragédias, das misérias, é infinita. Felizmente, a CNBB desperta o brasileiro para o assunto da fraternidade com algum tema. Este ano, serão focalizados os portadores de deficiência. E já surtiu um efeito, Dom Celso, porque hoje está sendo traduzido em linguagem de sinais o discurso dos Senadores, o que não acontece no dia-a-dia.

Peço até aos Senadores e ao Vice-Presidente, que a Mesa possa acelerar a apreciação de um projeto da Senadora Heloísa Helena, para que todos os discursos do Senado transmitidos pela televisão sejam traduzidos.

Ao esperar a oportunidade do meu pronunciamento, lembrava-me de uma visita que Dom Helder Câmara fez à casa de meus pais, quando eu trabalhava com ele, ainda muito jovem. Nessa ocasião, Dom Helder teve contato com um irmão meu portador de gravíssima deficiência mental. Não esqueço o olhar de Dom Helder. Era um olhar diferente. Esse olhar é o primeiro ato da fraternidade. Nós olhamos, em geral, para os portadores de deficiência de uma maneira que carece de fraternidade. O segundo ato são os gestos de fraternidade, os gestos de ajuda. Primeiro, de reconhecimento, como um semelhante, um igual e, segundo, usando a energia que temos, seja ao ver, ao ouvir ou ao caminhar, ajudando-o a compensar a sua deficiência.

Tenho certeza de que a campanha deste ano ajudará o Brasil a despertar, como ajudou o Marcos Frola, ao representar um papel em uma novela. Precisamos disso e também precisamos lembrar que, no Brasil, a deficiência dos indivíduos, em grande parte, vem da falta de responsabilidade social.

No Brasil, diferente de outros lugares, o deficiente não é deficiente por razões naturais, mas por razões sociais. São deficiências, como a cegueira e a deficiência mental, causadas pela fome na primeira infância. São as deficiências causadas por acidentes de um trânsito irresponsável. São as deficiências causadas pela violência. Grande parte dos portadores de deficiência de locomoção no Brasil são vítimas de tiros. É a deficiência por falta de assistência médica no momento certo. Não me refiro a erros, que é uma causa de um indivíduo sobre o outro, mas à causa social, que é a falta de assistência no momento certo.

Por isso, acrescento como uma das preocupações deste ano a deficiência que causa as deficiências: a deficiência moral. O Brasil é administrado em vez de ser cuidado. Isso tem a ver com aquele olhar de Dom Helder. Uma coisa é administrar, que exige um tipo de olhar; outra coisa é cuidar, que exige um olhar completamente diferente. A deficiência moral é incompatível com o cuidar, mas a administração é compatível com a deficiência moral. Pode-se ser um ótimo administrador e não ter o sentimento da moral daquilo que faz. Porém, se a pessoa cuida, não tem como ser imoral. A mãe que cuida do filho, o irmão que cuida do irmão são sempre regidos pela fraternidade, porque não sofrem da deficiência moral.

Nós precisamos despertar o Brasil não apenas para o olhar diante dos portadores de deficiência; não apenas chamando a atenção para os gestos de solidariedade, de fraternidade de cada indivíduo, mas peço que a CNBB, que talvez já tenha pensado, use este ano para despertar o Brasil diante da falta de fraternidade que decorre da única realmente grave deficiência, que é a deficiência moral, como muitos de nós olha o Brasil, olha os brasileiros. Por isso, não conseguimos transformar uma sociedade em uma grande família, não conseguimos transformar o País em uma grande Nação e terminamos sendo uma fábrica de deficiências, de geração, de produção de deficiências.

Mas está em tempo de dar uma virada na história do Brasil. Tenho certeza de que a CNBB, este ano, pode nos ajudar, como nos ajudou nos anos anteriores.

Era isso, Sr. Presidente, o que eu tinha a dizer. (Palmas.)

**O SR. PRESIDENTE** (Tião Viana. Bloco/PT – AC) – Agradeço a V. Ex<sup>a</sup>.

Concedo a palavra ao Senador Antonio Carlos Valadares, Líder do PSB do Senado.

**O SR. ANTONIO CARLOS VALADARES** (Bloco/PSB – SE. Pronuncia o seguinte discurso. Sem revisão do orador.) – Sr. Presidente Tião Viana; Dom Celso Queirós, Vice-Presidente da CNBB, no exercício da presidência; Dom Luciano Mendes de Almeida, ex-Presidente da CNBB; demais membros dessa modelar e grande instituição do Brasil aqui presentes; Srs. Senadores, Sr<sup>as</sup> Senadoras; atleta Clodoaldo; meus amigos; a legislação brasileira e as resoluções internacionais são bastante generosas e fartas para com os portadores de deficiência. A ONU e a OIT baixaram resoluções históricas, assegurando os direitos dos portadores de deficiência. A nossa Constituição, em seu art. 7º, assevera, de forma límpida e clara:

São direitos dos trabalhadores urbanos e rurais, além de outros que visem à melhoria de sua condição social:

[...]

XXXI – proibição de qualquer discriminação no tocante a salário e critérios de admissão do trabalhador portador de deficiência;

O ser humano é dotado, pela natureza, de dois grandes instrumentos, de dois grandes remédios que são utilizados nas horas de dificuldades pelos homens e mulheres fortes: o sonho e a esperança. O sonho, algo que à primeira vista é inatingível, pode assegurar àquele que dispõe dessa qualidade de sonhar a possibilidade de encontrar a vitória em seu caminho. Se conseguir juntar, além do sonho, a esperança, com a luta diária em função dos objetivos a que se propuser, seja o homem deficiente ou não, sempre encontrará um caminho para assegurar o direito à cidadania.

No Brasil, sem dúvida alguma, nós encontramos resistências, mas que estão sendo paulatinamente afastadas por empresários, por pessoas outras que finalmente vêem no ser humano deficiente a possibilidade e a perspectiva de um crescimento para o nosso País. Um País subdesenvolvido como o nosso não pode, de forma alguma, abandonar seres humanos que têm inteligência, têm competência, têm capacidade e podem contribuir decisivamente com o seu trabalho, com a sua participação para o desenvolvimento que buscamos. Mais de 25 milhões de brasileiros são deficientes, constituem uma força de trabalho inestimável. Existem países que têm menos de 25 milhões de habitantes, e este contingente populacional poderá, por meio do trabalho participativo, justo e legítimo, contribuir para essa luta titânica que todos nós desenvolvemos para tornar o Brasil um país igual.

Sr. Presidente, neste momento em que vislumbramos essas perspectivas de ajustamento do ser humano, seja ele qual for, aos nossos objetivos sociais e econômicos, é bom que lembremos a personalidade firme, solidária e humana daquele que morreu em defesa do ser humano, em defesa da liberdade, em defesa da não-violência, Mahatma Gandhi, que proferiu, num momento de inspiração, o seguinte pensamento:

Se eu pudesse deixar algum presente a você, deixaria aceso o sentimento do amor à vida dos seres humanos, a consciência de aprender tudo o que nos foi ensinado pelo tempo afora.

Lembraria os erros que foram cometidos para que não mais se repetissem.

A capacidade de escolher novos rumos.

Deixaria para você, se pudesse, o respeito àquilo que é indispensável, além do pão, o trabalho. Além do trabalho, a ação.



E, quando tudo mais faltasse, um segredo: o de buscar no interior de si mesmo a resposta para encontrar a saída.

E ainda: “A alegria está na luta, na tentativa. A alegria está no sofrimento envolvido”.

Concedo um aparte, com a permissão do Sr. Presidente, ao Senador Eduardo Azeredo, Presidente da Subcomissão das Pessoas com Deficiência, da nossa Comissão de Assuntos Sociais.

**O Sr. Eduardo Azeredo** (PSDB – MG) – Senado Antônio Carlos Valadares, é exatamente nessa condição de Presidente da Subcomissão da Pessoa com Deficiência, que está dentro da Comissão de Assuntos Sociais, presidida por V. Ex<sup>a</sup>, quero externar, também, o meu apoio a todas as manifestações que foram feitas aqui por vários oradores, e dizer que essa campanha da CNBB vem realmente num momento propício, porque o Brasil tem uma legislação muito avançada, mas precisamos que seja cumprida, divulgada. E o trabalho de divulgação que a CNBB vem fazendo por todo o Brasil, seja nas paróquias, nas igrejas, sobre a questão da pessoa com deficiência, é de suma importância. Deixo, então, aqui, a minha palavra de apoio, em especial aos meus conterrâneos de Minas Gerais, que tanto precisam da ação do Poder Público, da sociedade, daqueles que têm o dever de zelar pela igualdade de direitos para todos. Essa igualdade virá na observância da legislação que o Brasil já tem.

**O SR. ANTONIO CARLOS VALADARES** (Bloco/PSB – SE) – Sr. Presidente, gostaria de conceder um último aparte à Senadora Ana Júlia Carepa do Estado do Pará, com muito prazer.

**O SR. PRESIDENTE** (Aloizio Mercadante. Bloco/PT – SP) – Evidentemente.

**A Sr<sup>a</sup> Ana Júlia Carepa** (Bloco/PT – PA) – Obrigada, Senador. Como apenas os Líderes podem falar, serei extremamente breve, para parabenizar também a CNBB pela escolha desse tema tão importante, que faz um reflexo na sociedade e faz com que a sociedade se conscientize da necessidade de ter um olhar, como já disse ainda há pouco o Senador Tião Viana, do amor, o olhar da solidariedade, o olhar da inclusão, para aqueles que são diferentes, mas que têm o direito de viver essas diferenças com igualdade de condições. Portanto, parabenizo a CNBB, o Senador Aloizio Mercadante e todos aqueles que aqui já se pronunciaram e que estão engajados de uma forma ou de outra nessa luta. Quem tem na família, como eu, uma pessoa portadora de deficiência sabe do que estamos falando. Tornamos nos mais comprometidos ainda com essa luta. Então, parabéns! Eu, que sou católica também, que sou cristã, quero parabenizar o Senador e agradecer-lhe por esta possibilidade que estamos tendo de acordar o Brasil.

**O SR. ANTONIO CARLOS VALADARES** (Bloco/PSB – SE) – Sr. Presidente, ao encerrar minhas palavras, quero aqui reiterar, como todas as Senadoras e Senadores já o fizeram, os meus parabéns, as minhas felicitações, em nome do Partido Socialista Brasileiro e em nome da Comissão de Assuntos Sociais, à CNBB por essa louvável iniciativa, que, a meu ver, vem ao encontro do sentimento de brasilidade, do sentimento de solidariedade que sempre estiveram presentes na vida brasileira.

Povo brasileiro, eu gostaria também de parabenizar a iniciativa do eminente Senador Aloizio Mercadante, que apresentou requerimento aprovado pelo Senado Federal, para que, nesta sessão, pudéssemos falar sobre os portadores de deficiência, brasileiros como nós, iguais a nós nos direitos que lhes são assegurados pela nossa Constituição e pelas leis.

Obrigado, Sr. Presidente e obrigado pela iniciativa. (Palmas.)

*Durante o discurso do Sr. Antonio Carlos Valadares, o Sr. Tião Viana, 1º Vice-Presidente, deixa a cadeira da presidência, que é ocupada pelo Sr. Aloizio Mercadante.*

**O SR. PRESIDENTE** (Aloizio Mercadante. Bloco/PT – SP) – Agradeço a intervenção sempre muito sensível do Senador Antonio Carlos Valadares, Presidente da Comissão de Assuntos Sociais e representante, nesta tribuna, do PSB, o Partido Socialista Brasileiro. Quero saudar também a Senadora Ana Júlia e o Senador Eduardo Azeredo pelos apartes.

Honraram com o seu comparecimento a esta sessão grandes personalidades da vida nacional. Agradeço a todos os representantes da CNBB, em particular ao seu Presidente em exercício, Dom Celso Queirós; a essa referência do atletismo e do êxito não apenas na vida esportiva, mas também na vida pública e o exemplo de cidadão compromissado com o interesse público e com atitudes que só contribuem para uma cultura de paz, de respeito e de valorização da diversidade; agradeço ao Clodoaldo, esse grande atleta olímpico para quem o Brasil inteiro torcia. Os senhores sabem que o Nelson Rodrigues dizia que a seleção brasileira era a Pátria de chuteira; na natação, era a Pátria na piscina. Foi muito bonito o exemplo que você deu na paraolimpíada.

Agradeço também a presença do Senador João Alberto, Presidente do Conselho de Ética desta Casa, membro do PMDB, agradeço a todas as Senadoras e Senadores; ao Marcos Frota, que tem sido uma referência obrigatória em toda essa campanha pela cidadania, pela participação, pela inclusão social das pessoas com deficiência. Agradeço à Isabel Maior, representante do

Conselho Nacional de Defesa das Pessoas Portadoras de Deficiência, enfim, a todas as demais entidades, personalidades, a todos os senhores, ao meu amigo Gil – agradeço a sua presença e a sua história de vida, que é um exemplo que nos motiva.

Para encerrar esta sessão, que, como bem disse o Senador Eduardo Suplicy, criou um clima de cordialidade, de paz, de convivência pacífica, que é importante também para as nossas disputas, que serão sempre motivadas e impulsionadas pela crença de cada um de estar fazendo o melhor pelo Brasil, mas esses momentos ajudam também para se fazer uma reflexão e para a convivência fraterna.

Para encerrar a nossa sessão, convido, portanto, o nosso artista Ariosto Lopes, para que ele toque a música “Mundo Maravilhoso”.

*(Procede-se à execução de peça musical.)*

**O Sr. Presidente (Aloizio Mercadante)** (Bloco/PT – SP) – A Sr<sup>a</sup> Senadora Maria do Carmo Alves e os Srs. Senadores Paulo Paim, Flexa Ribeiro e Paulo Octávio enviaram discursos à Mesa alusivos ao presente evento para serem publicados na forma do disposto no art. 203, combinado com o inciso I e o §2º do art. 210 do Regimento Interno.

S. Ex<sup>as</sup> serão atendidos.

**A SRA. MARIA DO CARMO ALVES** (PFL – SE. Sem apanhamento taquigráfico.) – Sr. Presidente, Sr<sup>as</sup> e Srs. Senadores, nesta Sessão Especial em homenagem à Campanha da Fraternidade de 2006, quero saudar a Conferência dos Bispos do Brasil pela escolha do tema “Fraternidade e Pessoas com Deficiência”, com o lema: “levanta-te, vem para o meio”.

No momento em que o Congresso Nacional examina o Estatuto da Pessoa Portadora de Deficiência, a Campanha da Fraternidade traz ao centro das atenções o caráter de urgência com que devemos assegurar a inclusão social e o pleno exercício dos direitos individuais e coletivos desses cidadãos.

E eles são muitos, Sr<sup>as</sup> e Srs. Senadores. Na América Latina, segundo dados do Banco Mundial, cerca de 10% das pessoas são afetadas por alguma deficiência. O censo demográfico brasileiro de 2000 registrou cerca de 27 milhões de pessoas, o que corresponde a 14,4% da população. Esse percentual chega a subir para 18% na Região Nordeste e atinge sua menor incidência em São Paulo, com 11,4%. Segundo a Organização Mundial da Saúde, nos países em desenvolvimento, cerca de 50% dessas pessoas são afetadas por algum tipo de deficiência mental.

É preciso criar condições de integração para as pessoas portadoras de deficiências, permitindo seu

acesso à educação, ao emprego, à saúde, ao esporte, ao lazer, respeitando seu direito de ir e vir, oferecendo-lhes condições de andar de ônibus ou simplesmente pelas calçadas, sabendo que elas não são ignoradas. Porque elas existem, Sr. Presidente, e é um exercício sabermos conviver com as diferenças.

Todos temos contribuições a dar à sociedade, seja econômica, política, artística ou apenas humana. Nas olimpíadas dos deficientes mentais realizada em Petrolina, Município de Pernambuco, o jovem Lucas, pessoa com deficiência mental que estava na frente na prova de natação, ao perceber os aplausos, viu que seu amigo, Adriano, estava mais atrás e esperou-o para que pudessem juntos partilhar o primeiro lugar. Mais do que a lógica da competição, a relação humana foi a grande vitoriosa, num exemplo gigante. O tema da Campanha da Fraternidade de 2006 é motivo de importante reflexão para a sociedade brasileira, e parabênio à Conferência dos Bispos do Brasil pela oportuna e justa iniciativa.

Muito obrigada.

**O SR. PAULO PAIM** (Bloco/PT – RS. Sem apanhamento taquigráfico.) – Sr. Presidente, Sr<sup>as</sup> e Srs. Senadores, com o tema “Fraternidade e Pessoas com Deficiência” a Campanha da Fraternidade de 2006, elaborada pela CNBB, com a colaboração de grupos organizados de pessoas com deficiência, de entidades da sociedade que apóiam os portadores de deficiência, por peritos da área e pedagogos pretende trazer o tema para o meio de toda a sociedade.

Ficamos felizes, pois esta campanha vem ao encontro do Estatuto da Pessoa com Deficiência, PLS nº 06, de nossa autoria, que tramita na Câmara dos Deputados e aqui no Senado Federal. Esta Campanha é a porta aberta para a votação e aprovação desta proposta.

Seguindo a conhecida metodologia do ver-julgar-agir, o Texto-Base da CNBB aborda primeiramente a realidade social e a problemática enfrentada pelas pessoas com deficiência, bem como a história de suas lutas e conquistas.

A terceira ação, que é o agir, resulta do ver e do julgar. É exatamente esta a principal ação, pois é a partir da reflexão que surgem diversas idéias para a maior inclusão social e religiosa das pessoas com deficiência.

As “deficiências” congênitas são muitas: a cegueira a surdez, as que provocam algum tipo de dificuldade motora ou mental, e há, ainda, a possibilidade de adquirirmos ao longo da vida, provocada por alguma fatalidade. Por isso, o tema da Campanha é de grande relevância social.

Segundo dados divulgados pela mídia, calcula-se que no mundo inteiro haja mais de 500 milhões de pessoas com alguma deficiência.

Segundo a Organização Mundial da Saúde – OMS, nos países em via de desenvolvimento, cerca de 50% dessas pessoas são afetadas por algum tipo de deficiência mental.

Acredita-se, ainda, que na América Latina por volta de 10% das pessoas são afetadas por alguma deficiência. No Brasil já são quase 3 milhões de crianças com algum tipo de deficiência. Elas representam 4,7% do total da população com idade entre 0 e 17 anos. Estes meninos e meninas devem ter os mesmos direitos de qualquer outra criança, inclusive o de aprender a ler, a escrever e a de se inserir no mundo infantil.

O percentual de crianças com deficiência não alfabetizadas é quase o dobro do de crianças sem qualquer deficiência. Essa realidade precisa ser mudada!

Quero agradecer e parabenizar a Conferência Nacional dos Bispos do Brasil – CNBB pela grandiosidade e importância do tema escolhido. Parabéns à CNBB por mais esta iniciativa e que possamos comemorar a aprovação do Estatuto da Pessoa com Deficiência!

Era o que eu tinha a dizer.

Muito obrigado.

**O SR. FLEXA RIBEIRO** (PSDB – PA. Sem apanhamento taquigráfico.) – Sr. Presidente, Sr<sup>as</sup> e Srs. Senadores, conforme calendário litúrgico da Igreja Católica, estamos, até a Páscoa, no período da Quaresma. Para todos os católicos, esse é um tempo de penitência e de reflexão. Para os brasileiros, em particular, é também tempo da Campanha da Fraternidade.

Há 42 anos, sob a inspiração do Concílio Vaticano II, a Conferência Nacional dos Bispos do Brasil – CNBB vem promovendo anualmente essas campanhas, sempre na Quaresma, oferecendo, não só aos cristãos, mas a todas as pessoas de boa vontade, uma oportunidade para refletir e agir.

Se, inicialmente, as campanhas estiveram mais voltadas à vida interna da Igreja, desde muito cedo assumiram o objetivo de trazer à atenção da sociedade temas que procuram aumentar nossa consciência dos problemas mais relevantes que afetam nossa vida coletiva. Família, violência, fome, ecologia, trabalho, educação, exclusão – todos esses temas, entre outros, já foram trazidos à discussão pelas Campanhas da Fraternidade.

Este ano, Sr. Presidente, não foi diferente. O tema escolhido foi “Fraternidade e Pessoas com Deficiência”, convidando-nos a refletir, particularmente, sobre o problema da exclusão. O lema da Campanha “Levanta-te, vem para o meio”, foi retirado do Evangelho

de Marcos e lembra as palavras que Cristo dirigiu a um homem com a mão atrofiada, a quem, em seguida, curou. Para além dessa pertinente referência ao episódio da cura na sinagoga, o lema da campanha nos lembra o imperativo da inclusão, trazer para nosso meio aqueles que, por uma razão ou por outra, acabamos empurrando para as margens e deixando de fora. “Levanta-te, vem para o meio” não é só uma injunção dirigida aos portadores de deficiência, para que assumam sua dignidade e exijam o respeito de que são merecedores; é também um imperativo dirigido aos demais, para que estendam suas mãos e acolham a todos em seu meio.

Não se trata, portanto, apenas, de refletir: as Campanhas da Fraternidade são, também e sobretudo, um apelo à ação. Primeiro, ver e julgar a situação: é preciso abordar a realidade, ter uma dimensão do problema, considerá-lo à luz dos princípios ético-religiosos que fundamentam essas campanhas. Depois, é preciso agir, transformando em prática concreta o imperativo da fraternidade.

E fraternidade, Sr. Presidente, não nos podemos esquecer, é o valor comunitário mais elevado. Já os antigos filósofos gregos enfatizavam a importância da amizade como cimento da *pólis*. Na nossa tradição cristã, o valor da fraternidade ganha uma dimensão ainda mais saliente. O amor cristão, a caridade, eleva a fraternidade a um nível sublime: pois outra não é a mensagem do próprio Cristo senão a de que devemos nos amar uns aos outros assim como Ele próprio nos amou.

A revolução norte-americana e a revolução francesa, no século XVIII, popularizaram o lema “liberdade, igualdade e fraternidade”. De lá para cá, ainda lutamos para conquistar, para nossas sociedades, o que prometem esses valores. Todos conhecem a dificuldade de equilibrar as exigências de liberdade e de igualdade. Avançamos muito, no que diz respeito às garantias de liberdade. Lutamos ainda, com grandes dificuldades, para garantir a igualdade. Ao longo dessas lutas, o valor da fraternidade tem funcionado como um fiel da balança.

Sr. Presidente, Sr<sup>as</sup> e Srs. Senadores, com suas Campanhas da Fraternidade, que já constituem, com seus 42 anos, uma tradição importante, a Igreja Católica mostra claramente sua face humanista, preocupada com os grandes temas que afetam nossa vida comum. A bem da verdade, essa bela iniciativa da CNBB já adquiriu uma dimensão tal, que ultrapassa os limites da própria Igreja Católica: basta lembrar que, no ano passado, como também no ano 2000, a Campanha foi ecumênica, envolvendo diversas congregações cristãs.

Reforçar nossos laços comuns, nos fazendo recordar dos deveres da fraternidade, é uma forma especialmente proveitosa de cumprir o que prometem as religiões: “religar-nos”, ao nos fazer ver e compreender melhor nossa humana condição, nossas fragilidades, mas, ao mesmo tempo, nossa força, quando agimos em comunidade.

A Campanha da Fraternidade deste ano, ao lembrar que uma eventual deficiência em nada tira a dignidade que cada um de nós possui sempre integralmente, ao trazer, por intermédio do exemplo de Cristo, lembrado no lema da Campanha, o imperativo de estender a mão e incluir em nossa comunidade a pessoa com deficiência, faz justiça à longa tradição ética e social de que é depositária a Igreja Católica.

Congratulo-me, portanto, com a CNBB por mais essa edição da Campanha da Fraternidade, fazendo votos para que a campanha continue, como nos últimos 42 anos, sempre se renovando, sempre iniciando esse movimento de reflexão e renovação, neste período da Quaresma, que culmina justamente na celebração do renascimento, na Páscoa.

Era o que eu tinha a dizer, Sr. Presidente.

Muito obrigado.

**O SR. PAULO OCTÁVIO** (PFL – DF. Sem apanhamento taquigráfico.) – Sr. Presidente, Sr<sup>as</sup> e Srs. Senadores, em dezembro último, pelo quadragésimo terceiro ano consecutivo de série que se iniciou em 1964, foi lançada, pela Conferência Nacional dos Bispos do Brasil, a Campanha da Fraternidade, que apresenta, em sua versão relativa a 2006, o tema “Fraternidade e Pessoas com Deficiência Física”

As questões que a Campanha aborda, sempre muito bem escolhidas, destacam, invariavelmente, um aspecto relevante da vida em comunidade; um aspecto que nos leva a refletir sobre o significado do compartilhamento do espaço social, do papel que vimos representando na vida do nosso próximo – seja ele um indivíduo, um grupo ou urna Coletividade – e sobre o que podemos produzir, juntos, em termos de transformação e de progresso coletivo.

Foi assim nos últimos anos, com a abordagem dos temas referentes à paz, à água, às pessoas idosas, aos povos indígenas, e à luta contra as drogas, para citar apenas algumas das edições havidas. Será também assim em 2006 até porque é difícil imaginar ocasião mais oportuna para promover o debate sobre os problemas que caracterizam o expressivo número de pessoas Com deficiência existente em nosso País, ressaltando as potencialidades dessas pessoas e a necessidade de atenção social voltada a elas.

O objetivo geral da presente edição da Campanha da Fraternidade é, por isso, o de conhecer melhor a realidade das pessoas com deficiência, bem como o de refletir sobre sua situação, à luz da Revelação e da ética cristãs, de forma a suscitar um maior nível de fraternidade e de solidariedade para com os cidadãos com deficiência e, com isso, apoiar a promoção de sua dignidade e de seus direitos.

Um viés importante na discussão do tema, Senhoras e Senhores Senadores, encontra-se no texto-base da Campanha, e trata do conceito de deficiência. É que podemos ser tentados, de certa forma, a considerar uma determinada deficiência – seja ela física, sensorial ou cerebral – como um **status** estacionário, determinante e impeditivo da qualidade de vida de determinadas pessoas. Identificamos, de fato, pessoas com deficiência de visão, de audição e de fala; pessoas com dificuldades motoras e com deficiência mental.

Alguns de nós, entretanto, ainda não nos apercebemos de que o grau de impedimento e de alienação psíquica, emocional ou social que determinada deficiência poderá acarretar a quem a possui é em grande parte, determinado pelo nível de preconceito e de exclusão com que a comunidade trata a pessoa com deficiência.

Essa reflexão é, a meu ver, extremamente importante, visto que ela traz para muito mais perto de nós a realidade do deficiente; nos faz solidariamente responsáveis pelo fortalecimento de uma nova cultura de apoio e de respeito efetivos em relação às pessoas com deficiência e em favor de sua crescente inclusão no convívio social.

Essa inclusão significa, em concreto, o acesso mais pleno possível a condições positivas de sociabilidade, tais como o convívio com familiares e com grupos sociais, e o exercício dos direitos próprios à cidadania, como os relativos à educação, ao trabalho, à cultura, à saúde e ao lazer, entre outros.

Dados divulgados pela própria CNBB ajudam a quantificar o alcance da questão da pessoa com deficiência no contexto demográfico. Calcula-se que haja, em todo o mundo, mais de 500 milhões de pessoas com alguma deficiência. Na América Latina, a estimativa do Banco Mundial é a de que o percentual dessas pessoas ultrapasse 10% da população.

Circunstâncias especiais podem, inclusive, favorecer tipologias específicas, como é o caso dos países em via de desenvolvimento, onde metade dos casos de deficiência se refere a alguma espécie de problema mental.

As diferenças regionais também influenciam de forma significativa as estatísticas. Segundo o censo demográfico de 2000, elaborado pelo IBGE, o Brasil possui um contingente de 27 milhões de pessoas com deficiência, quantidade equivalente a 14,4% da população; o Estado de São Paulo, apontado como o de menor incidência, apresenta índice de 11,4%; já a Região Nordeste, situada no pólo oposto, apresenta números da ordem de 18%.

A injustiça dessa situação, Senhor Presidente, é dupla, uma vez que está claro que a indignidade provocada pela exclusão vem somar-se aquela gerada pela pobreza e pela miséria. É por isso, conforme venho declarando insistentemente, no exercício de meu mandato, que cabe a nós, parlamentares, parcela expressiva da ação de Estado em favor da inclusão social da pessoa com deficiência, em especial daquela em cuja vida o fato da miserabilidade surge como agravante de grande impacto.

Temos, hoje, um significativo rol de matérias em discussão, no âmbito do Congresso, onde o tema da inclusão da pessoa com deficiência está presente. Para citar algumas, menciono o Estatuto da Pessoa com Deficiência, de caráter geral, e, num caso mais específico, o Projeto de Lei, de minha autoria, que obriga à introdução de mecanismos que facilitem a identificação das cédulas de dinheiro pelos portadores de deficiência visual. Mas há muitas mais, Senhor Presidente, e é urgente ultimar sua discussão.

Rogo às Senhoras e aos Senhores Senadores, que agilizem e concluam, com rapidez, a discussão dessas matérias, em suas Comissões, para que a resposta à sociedade possa ser feita, também ela, com agilidade e rapidez.

Bem sei que não basta a norma legal que é necessária uma profunda mudança na forma como a comunidade vê a deficiência e na maneira como ampara, valoriza e integra o cidadão que a tem. Numa época em que preponderam os valores transitórios da beleza, da força e da competitividade interpessoal, será árduo o caminho da justiça e da igualdade de todos no acesso às oportunidades, mas é preciso apressar o passo nessa direção.

Sob determinado aspecto, é animador constatar o quanto progredimos na questão da pessoa com deficiência. Junto com o secretário-geral da CNBB, Dom Odilo Scherer, podemos dizer que “a legislação brasileira, no que se refere às pessoas com deficiência, avançou muito nos últimos anos, graças também à atuação de grupos organizados de pessoas com deficiência. ou de organizações da sociedade civil que lutam em favor de uma maior inclusão social dessas pessoas”.

Mas nós, tanto quanto a CNBB, não podemos entender como suficiente o progresso já alcançado

Poderia, nessa linha, citar um sem-número de iniciativas cuja incompletude representa privações e dificuldades significativas para as pessoas com deficiências e para suas famílias: a adaptação da sala de aula para acolher os casos de deficiência visual e auditiva, entre outras; o ajuste da infra-estrutura urbana para a facilitação do deslocamento em via pública e do acesso às edificações; o aprofundamento dos incentivos à oferta de emprego apropriado; uma melhor preparação do sistema público de saúde para o tratamento dos casos de deficiência mental e para o fornecimento tempestivo e qualificado de próteses e órteses.

Mas, por infindável que fosse essa relação, Senhor Presidente – e ela é, mesmo, quase sem fim –, nada substituiria a força da mudança do paradigma social negativo que pesa sobre os portadores de deficiência. Por isso, mais que por qualquer outra coisa, entendo fundamental o exemplo que possam dar os setores dirigentes de nosso País, à frente dos quais coloco o próprio Congresso Nacional.

Conheço nossa capacidade de convocar e de inspirar a sociedade brasileira para as causas mais justas e urgentes. Conheço, também, a força dessa sociedade, desde que bem informada e instrumentalizada, para reformar as suas próprias práticas e aprimorar seus valores.

É nessa perspectiva que, de forma humilde e entusiasmada, homenageio a iniciativa da CNBB, pela escolha temática feita para a Campanha da Fraternidade de 2006, e a ela me associo, com a certeza de que falo em nome de todas as Senadoras e Senadores aqui presentes.

Faço ainda meu o lema da Campanha, tomado ao Evangelho de São Marcos: “Levanta-te: Vem para o Meio”.

Está claro, Senhor Presidente, que esse chamamento não se dirige, apenas, às pessoas com deficiência. Levantemo-nos todos, pois, e preparemos nosso meio para que ele seja respeitoso acolhedor e inclusivo: para todos os brasileiros!

É o que tinha a dizer, Senhor Presidente. Muito Obrigado!

**O Sr. Presidente (Aloizio Mercadante)** (Bloco/PT – SP) – Nada mais havendo a tratar, está encerrada a sessão.

*(Levanta-se a sessão às 14 horas e 48 minutos.)*

# Ata da 23ª Sessão Deliberativa Ordinária, em 22 de março de 2006

## 4ª Sessão Legislativa Ordinária da 52ª Legislatura

Presidência dos Srs. Renan Calheiros, João Alberto Souza, Magno Malta,  
Flexa Ribeiro e João Batista Motta

ÀS 14 HORAS E 54 MINUTOS, ACHAM-  
SE PRESENTES AS SRAS. E OS SRS. SE-  
NADORES:

### SESSÃO DELIBERATIVA ORDINÁRIA ÀS 14:00 HORAS

Período : 22/3/2006 08:06:47 até 22/3/2006 20:40:08

Partido	UF	Nome	Pres	Voto
Bloco-PL	MG	AELTON FREITAS	X	X
PMDB	SE	ALMEIDA LIMA	X	X
Bloco-PT	SP	ALOIZIO MERCADANTE	X	X
PSDB	PR	ALVARO DIAS	X	X
PMDB	RO	AMIR LANDO	X	X
Bloco-PT	PA	ANA JÚLIA CAREPA	X	X
PSDB	MT	ANTERÓ PAES DE BARRÓS	X	X
PFL	BA	ANTONIO CARLOS MAGALHÃES	X	X
Bloco-PSB	SE	ANTÔNIO CARLOS VALADARES	X	X
PSDB	AM	ARTHUR VIRGÍLIO	X	X
PDT	RR	AUGUSTO BOTELHO	X	X
PFL	BA	CÉSAR BORGES	X	X
PDT	DF	CRISTOVAM BUARQUE	X	X
Bloco-PT	MS	DELÍCIO AMARAL	X	X
PFL	GO	DEMÓSTENES TORRES	X	
PFL	MA	EDISON LOBÃO	X	X
PSDB	MG	EDUARDO AZEREDO	X	X
Bloco-PT	SP	EDUARDO SUPPLY	X	X
PFL	PB	EFRAIM MORAIS	X	X
PTB	RN	FERNANDO BEZERRA	X	X
Bloco-PT	PR	FLÁVIO ARNS	X	
PSDB	PA	FLEXA RIBEIRO	X	X
PMDB	AC	GERALDO MESQUITA JÚNIOR	X	X
PMDB	AM	GILBERTO MESTRINHO	X	X
PMDB	AP	GILVAM BORGES	X	X
P-SOL	AL	HELOÍSA HELENA	X	X
PFL	PI	HERÁCLITO FORTES	X	X
Bloco-PT	SC	IDELI SALVATTI	X	X
PDT	AM	JEFFERSON PÉRES	X	X
PMDB	MA	JOÃO ALBERTO SOUZA	X	X
PSDB	ES	JOÃO BATISTA MOTTA	X	
Bloco-PL	TO	JOÃO RIBEIRO	X	X
PFL	MT	JONAS PINHEIRO	X	X
PFL	SC	JORGE BORNHAUSEN	X	X
PFL	RN	JOSÉ AGRIPINO	X	X
PFL	PE	JOSÉ JORGE	X	X
PMDB	PB	JOSÉ MARANHÃO	X	X

PMDB	AP	JOSÉ SARNEY	X	X
PSDB	MS	JUVÊNCIO DA FONSECA	X	X
PCdoB	TO	LEOMAR QUINTANILHA	X	X
PSDB	SC	LEONEL PAVAN	X	X
PSDB	GO	LÚCIA VÂNIA	X	
PMDB	PA	LUIZ OTÁVIO	X	X
PSDB	CE	LUIZ PONTES	X	X
Bloco-PL	ES	MAGNO MALTA	X	X
PMDB	GO	MAGUITO VILELA	X	
PMDB	PI	MÃO SANTA	X	X
PMR	RJ	MARCELO CRIVELLA	X	X
PFL	PE	MARCO MACIEL	X	X
PFL	SE	MARIA DO CARMO ALVES	X	
PTB	RR	MOZARILDO CAVALCANTI	X	X
PMDB	PB	NEY SUASSUNA	X	X
PDT	PR	OSMAR DIAS	X	X
PSDB	AP	PAPALÉO PAES	X	X
Bloco-PSB	CE	PATRÍCIA SABOYA GOMES	X	
PFL	DF	PAULO OCTÁVIO	X	
Bloco-PT	RS	PAULO PAIM	X	X
PMDB	RS	PEDRO SIMON	X	X
PMDB	MS	RAMEZ TEBET	X	X
PMDB	AL	RENAN CALHEIROS	X	X

Partido	UF	Nome	Pres	Voto
Bloco-PT	RJ	ROBERTO SATURNINO	X	X
PFL	BA	RODOLPHO TOURINHO	X	X
PMDB	RR	ROMERO JUCÁ	X	X
PFL	SP	ROMEU TUMA	X	X
PFL	MA	ROSEANA SARNEY	X	
PMDB	RJ	SÉRGIO CABRAL	X	X
PSDB	PE	SÉRGIO GUERRA	X	X
PTB	RS	SÉRGIO ZAMBIASI	X	X
Bloco-PT	MT	SERYS SLHESSARENKO	X	X
Bloco-PT	AC	TIÃO VIANA	X	X
PMDB	RO	VALDIR RAUPP	X	X
PTB	DF	VALMIR AMARAL	X	
PMDB	MG	WELLINGTON SALGADO DE OLIVEIRAX	X	

**Compareceram: 73 Senadores**

**O SR. PRESIDENTE** (João Alberto Souza. PMDB – MA) – A lista de presença acusa o comparecimento de 73 Srs. Senadores. Havendo número regimental, declaro aberta a sessão.

Sob a proteção de Deus, iniciamos nossos trabalhos.

Sobre a mesa, requerimentos que passo a ler.

São lidos os seguintes:

#### **REQUERIMENTO Nº 314, DE 2006**

**Requer Voto de Aplauso ao jornalista e historiador Hugo Studart pelo lançamento do livro A Lei da Selva, mais uma contribuição para a história da guerrilha da Araguaia.**

Requeiro, nos termos do art. 222, do Regimento Interno, e ouvido o Plenário, que seja consignado, nos **Anais** do Senado, Voto de Aplauso ao jornalista e historiador Hugo Studart, pelo lançamento, ontem, dia 21, em Brasília, do livro **A Lei da Selva**, mais uma excelente contribuição para se entender o que de fato ocorreu na guerrilha do Araguaia.

Requeiro, ademais, que o Voto de Aplauso seja levado ao conhecimento do homenageado.

#### **Justificação**

Formado em jornalismo pela Universidade de Brasília – UnB, com Mestrado em História pela mesma Universidade, e editor em Brasília da revista **Isto é Dinheiro**, passou oito anos colhendo informações em quartéis e com antigos guerrilheiros sobre o que de fato ocorreu na guerrilha do Araguaia. Teve acesso a documentos nunca antes revelados, tanto no meio militar quanto nas hostes do PC do B. Ouviu mais de um terço dos oficiais envolvidos naquela luta. “Além de informações inéditas” – assinala Ivan Martins, em resenha que fez do livro – muitas delas chocantes, o livro reconstitui os momentos cruciais da luta e apresenta uma visão nunca antes exposta da visão dos militares do conflito. É a versão deles “da guerra”, a maior mobilização militar da história brasileira no pós-guerra. Ainda nessa mesma resenha, Ivan Martins diz que “32 anos depois, a medida em que se abrem os baús da história e a memória dos protagonistas, vai ficando claro que aquilo que ocorreu na Amazônia, entre 1972 e 1974, foi, ao mesmo tempo, muito menor e muito pior do que se imaginava.” Eram 59 guerrilheiros de um lado e quatro mil militares de outro. “Não foi na verdade uma guerra, foi uma caçada”, nota Ivan Martins. Por ter levantado criteriosamente os dados sobre esse acontecimento, marcando sua estréia como historiador, Hugo Studart torna-se merecedor desta homenagem.

Sala das Sessões, 22 de março de 2006. – Senador **Arthur Virgílio**, Líder do PSDB.

#### **REQUERIMENTO Nº 315, DE 2006**

**Requer voto de Aplauso ao cineasta amazonense Alexandre Serrão, pela produção do filme Nas Trilhas de Milton Hatoum, documentário sobre a obra literária de um dos maiores escritores do Amazonas.**

Requeiro, nos termos do art. 222, do Regimento Interno, e ouvido o Plenário, que seja consignado, nos **Anais** do Senado, Voto de Aplauso ao cineasta Alexandre Serrão, pela produção do filme **Nas Trilhas de Milton Hatoum**, documentário sobre a obra literária de um dos mais importantes escritores do Amazonas.

Requeiro, ademais, que o Voto de Aplauso seja levado ao conhecimento do homenageado e do escritor Milton Hatoum.

#### **Justificação**

Formado em Letras, com especialização em Literatura Brasileira. Alexandre Serrão e também um entusiasmado cineasta de Manaus. Ele acaba de produzir seu primeiro documentário, com 42 minutos de duração, enfocando a obra literária de outro grande nome da cultura do Amazonas, o escritor Milton Hatoum, autor, entre outros livros, de **Cinzas do Norte**, um dos êxitos da literatura brasileira em 2003. E, pois, merecido o Voto de Aplauso que requeiro ao Seriado da República.

Sala das Sessões, 22 de março de 2006. – Senador **Arthur Virgílio**, Líder do PSDB.

**O SR. PRESIDENTE** (João Alberto Souza. PMDB – MA) – A Presidência encaminhará os votos de aplauso solicitados.

Os Requerimentos que acabam de ser lidos vão ao Arquivo.

Sobre a mesa, pareceres que passo a ler.

São lidos os seguintes:

#### **PARECER Nº 207, DE 2006**

**Da Mesa do Senado, sobre o Requerimento nº 1.137, de 2005.**

Relator: Senador **Eduardo Siqueira Campos**

#### **I – Relatório**

Conforme despacho do Terceiro Secretário do Senado Federal, no exercício da Presidência, vem à apreciação desta Mesa o Requerimento nº 1.137, de 2005, de autoria do Senador Antonio Carlos Magalhães.

Com fundamento no art. 50, § 2º, da Constituição Federal, combinado com os arts. 215, I, a, e 216, I, do Regimento Interno do Senado Federal, o Senador

solicita da Senhora Ministra–Chefe da Casa Civil as seguintes informações, **verbis**:

Solicito seja encaminhado pedido de informações à Excelentíssima Senhora Ministra de Estado da Casa Civil, no sentido de que sejam prestados esclarecimentos referentes às atividades, cargos e funções dos filho(s), irmão(s), irmã(s) e cunhado(s) do atual Presidente da República.

O requerimento não é acompanhado de justificacão.

## II – Análise

Nos termos do disposto no art. 50, § 2º, da Constituição Federal, sua competência expressa nos arts. 215, I, **a**, e 216, inciso III, do Regimento Interno do Senado Federal, a Mesa examina o Requerimento nº 1.137, de 2005, que não contém soliciacão de informações protegidas por sigilo, para decisão sobre sua admissibilidade.

São critérios de admissibilidade dos requerimentos de informacão previstos no § 2º do art. 50 da Constituição Federal e regulamentados no art. 216 do Regimento Interno desta Casa os seguintes:

Art. 216 . .....

I – serão admissíveis para esclarecimento de qualquer assunto submetido à apreciacão do Senado ou atinente a sua competência fiscalizadora;

II – não poderão conter pedido de providência, consulta, sugestão, conselho ou interrogação sobre propósito da autoridade a quem se dirija;

.....

O Ato da Mesa nº 1, de 2001, em especial em seus arts. 1º, 2º e 3º, estabelece:

Art. 1º O Senador ou Comissão poderão apresentar requerimento de informacão, dirigido ao Ministro de Estado ou a qualquer titular de órgão diretamente subordinado à Presidência da República, sobre assunto submetido à apreciacão do Senado Federal ou atinente a sua competência fiscalizadora.

§ 1º O requerimento de informacão deverá ser dirigido ao Ministro de Estado ou ao titular de órgão diretamente subordinado à Presidência da República, ainda que contenha pedido relativo ao órgão ou entidade da administração pública indireta sob sua supervisão.

§ 2º As informações solicitadas deverão ter relação estreita e direta com o assunto que se procura esclarecer.

Art. 2º O requerimento de informacão não poderá conter:

I – pedido de providência, consulta, sugestão, conselho ou interrogação de caráter especulativo ou sobre propósito da autoridade a quem é dirigido;

II – pedidos referentes a mais de um Ministério.

Art. 3º Lido na hora do expediente, o requerimento de informacão será despachado à Mesa, para decisão, no prazo de quinze dias úteis.

§ 1º O requerimento será distribuído pelo Presidente a um relator, que, para apresentar o seu relatório, terá a metade do prazo da Mesa.

§ 2º Aprovado o requerimento pela Mesa, serão solicitadas à autoridade competente as informações requeridas, ficando interrompida a tramitação da matéria que se pretende esclarecer.

.....

A proposição está conforme aos dispositivos constitucionais e regimentais que disciplinam os pedidos de informações a autoridades do Poder Executivo. De igual modo, atende aos requisitos de admissibilidade exigidos pelo Ato da Mesa nº 1, de 2001, porque se dirige à autoridade ministerial competente, refere-se à matéria submetida à apreciacão do Senado Federal no âmbito de sua competência fiscalizadora e não contém matéria cujo exame seja vedado pela Constituição Federal ou outro diploma legal.

Além disso, na conformidade do que dispõe o parágrafo único do art. 25 da Lei nº 10.683, de 28 de maio de 2003, alterada pela Lei nº 11.036, de 22 de dezembro de 2004, o órgão destinatário enquadra-se na dicção do art. 50 da Constituição Federal, e o pedido está dirigido à autoridade competente.

Finalmente, a ausência de justificacão escrita acompanhando o requerimento não o invalida, haja vista o permissivo para tal omissão, contido no art. 238 do Regimento Interno do Senado Federal.

## III – Voto

À vista do exposto, o voto é favorável à aprovacão do Requerimento nº 1.137, de 2005.

Sala de Reuniões. – **Renan Calheiros**, Presidente. – **Eduardo Siqueira Campos**, Relator. – **Alvaro Dias**. – **Antero Paes de Barros**. – **Tião Viana**. – **Paulo Octávio**.

**PARECER Nº 208, DE 2006**

**Da Mesa do Senado Federal, sobre o Requerimento nº 107, de 2006.**

Relator: Senador **Efraim Morais**

### I – Relatório

O Requerimento nº 107, de 2006, de autoria do Senador Álvaro Dias, nos termos do art. 50, § 2º, da Constituição Federal c/c os arts. 215, I, **a**; 216 e 217,



do Regimento Interno do Senado Federal, solicita ao Senhor Ministro de Estado do Banco Central que preste informações, com os documentos comprobatórios, a respeito do “Relatório sobre Avaliação de Conduta para Prevenção e Lavagem de Dinheiro – **Compliance**, referente aos bancos BMG, Rural e Bank Boston, a partir de 2002”, bem como do “Relatório sobre Classificação de Instituição Financeira – **Rating**, referente aos bancos supracitados, durante o mesmo período”.

O nobre parlamentar afirma que “as informações solicitadas são essenciais para que se possa averiguar a responsabilidade do Banco Central no que diz respeito ao cumprimento de sua missão institucional de verificação do funcionamento legal e operacional do sistema financeiro e os relatórios solicitados são básicos para o acompanhamento da missão institucional do BCB quanto ao combate à lavagem de dinheiro.”

## II – Voto

Considerando que o Requerimento nº 107, de 2006, insere-se na competência fiscalizadora do Congresso Nacional, conforme dispõe o art. 49, X, da Constituição Federal, estando, de acordo com o Regimento Interno do Senado Federal e com o Ato da Mesa nº 1, de 2001, somos favoráveis à aprovação do Requerimento nº 107, de 2006, de autoria do Senador Alvaro Dias.

Sala de Reuniões. – **Renan Calheiros, Presidente.** – **Efraim Morais, Relator.** – **Alvaro Dias – Antero Paes de Barros – Tião Viana – Paulo Octávio.**

## PARECER Nº 209, DE 2006

### Da Mesa do Senado Federal, sobre o Requerimento nº 111, de 2006.

Relator: Senador **Efraim Morais**

## I – Relatório

O Requerimento nº 111, de 2006, de autoria do Senador Augusto Botelho, nos termos do art. 50, § 2º, da Constituição Federal c/c o art. 90, inciso X, do Regimento Interno do Senado Federal, solicita ao Senhor Ministro de Estado da Educação que preste informação sobre “os estudantes brasileiros que concluem curso de medicina em universidades bolivianas e que desejam revalidar seus diplomas no Brasil ou fazer residência médica em hospitais universitários brasileiros”.

O nobre parlamentar sustenta suas justificativas no fato de terem sido revogados alguns decretos regentes da matéria, bem como decisões da Justiça brasileira sobre o tema.

## II – Voto

Considerando que o Requerimento nº 111, de 2006, insere-se na competência fiscalizadora do Congresso

Nacional, conforme dispõe o art. 49, X da Constituição Federal, estando, de acordo com o Regimento Interno do Senado Federal e com o Ato da Mesa nº 1, de 2001, somos favoráveis à aprovação de Requerimento nº 111, de 2006, de autoria do Senador Augusto Botelho.

Sala de Reuniões. – **Renan Calheiros, Presidente.** – **Efraim Morais, Relator.** – **Alvaro Dias – Antero Paes de Barros – Tião Viana – Paulo Octávio.**

## PARECER Nº 210, DE 2006

### Da Mesa do Senado Federal, sobre o Requerimento nº 112, de 2006, relativo a envio de informações pelo Ministro de Estado da Educação.

Relator: Senador **Eduardo Siqueira Campos**

## I – Relatório

O Senador Edison Lobão, com base no art. 50, 2º, da Constituição Federal, e no art. 216 do Regimento Interno, encaminhou a esta Mesa o Requerimento nº 112, de 2006, no qual solicita o envio de questões ao Ministro de Estado da Educação.

As informações solicitadas dizem respeito ao seguinte:

**a)** O quantitativo de cursos de Medicina e de Direito criados no nosso País, computando esses quantitativos pelos períodos abaixo especificados: entre janeiro de 1950 até dezembro de 1960, de janeiro de 1961 até dezembro de 1970, de janeiro de 1971 até dezembro de 1980, de janeiro de 1981 até dezembro de 1990, de janeiro de 1991 até dezembro do ano 2000 e desde janeiro de 2000 até dezembro de 2005:

**b)** Quadro quantitativo desses cursos estratificados por instituição de ensino superior, tipificando as entidades federais, estaduais, privadas, inclusive as privadas particulares, também por estado da federação, incluindo o Distrito Federal;

**c)** Quadro quantitativo comparativo dos estudantes matriculados sempre em tabela, ou suporte análogo, e como tipificado no item anterior **[b)]** – por período acadêmico conforme o item **[a)]**;

**d)** Que medidas vêm sendo adotadas pelo governo com vistas à criação e regulamentação desses cursos, e como têm sido implementadas, inclusive no tocante à cassação de registro de funcionamento de cursos que não atendam aos requisitos estipulados pelo MEC para seu **[deles]** funcionamento.

Quantitativo de cursos fechados, principais causas do fechamento e regiões mais atingidas. Recursos jurídicos impetrados para evitar os fechamentos dos cursos. Evolução histórica do *modus faciendi* das concessões e seu patamar atual.

## II – Análise

A proposição obedece às normas constitucionais e regimentais concernentes aos pedidos de informações a autoridades do Poder Executivo, bem como ao disposto no Ato da Mesa do Senado Federal nº 1, de 2001.

É pautado na competência fiscalizadora que o presente instrumento quer se legitimar, visto que há uma discrepância entre a criação dos dois cursos em questão. A partir das informações prestadas, será possível estabelecer ação pertinente para o esclarecimento da situação.

Especificamente, o requerimento em tela está amparado no art. 49 inciso X, da Constituição Federal, e que dá ao SF a prerrogativa de fiscalizar e controlar, diretamente, ou por qualquer de suas Casas, os atos do Poder Executivo, incluídos os da administração indireta, e no § 2º do art. 50 da Carta, segundo o qual as Mesas da Câmara dos Deputados e de Senado Federal poderão encaminhar pedidos escritos de informação a Ministros de Estado ou a qualquer das pessoas referidas no **caput** deste artigo, importando em crime de responsabilidade a recusa, ou o não atendimento no prazo de trinta dias, bem como a prestação de informações falsas. Encontra respaldo, ainda, no que dispõem os incisos I e II do art. 216 do RISF.

## III – Voto

À luz do exposto, voto favoravelmente à aprovação do Requerimento nº 112, de 2006.

Sala de Reuniões. – **Renan Calheiros**, Presidente – **Eduardo Siqueira Campos**, Relator – **Álvaro Dias** – **Antero Paes de Barros** – **Tião Viana** – **Paulo Octávio**.

### PARECER Nº 211, DE 2006

#### Da Mesa do Senado Federal, sobre o Requerimento nº 117, de 2006

Relator: Senador **Efraim Morais**

## I – Relatório

Requerimento nº 117, de 2006, de autoria do Senador Eduardo Azeredo, nos termos do art. 50, 2º, da Constituição Federal c/c o art. 216, do Regimento Interno do Senado Federal, solicita ao Senhor Ministro de Estado dos Transportes, “informações sobre a necessidade urgente

de reconstrução de uma ponte na rodovia BR – 135 no Município de Curvelo em Minas Gerais interditada desde outubro de 2005, por razões de segurança.”.

O nobre parlamentar justifica sua proposição, alegando que até o presente momento o Governo Federal não tomou nenhuma medida a respeito.

## II – Voto

Considerando que o Requerimento nº 117, de 2006, insere-se na competência fiscalizadora do Congresso Nacional, conforme dispõe o art. 49, X, da Constituição Federal, estando, de acordo com o Regimento interno do Senado Federal e com o Ato da Mesa nº 1, de 2001, somos favoráveis à aprovação do Requerimento nº 117, de 2006, de autoria do Senador Eduardo Azeredo.

Sala de Reuniões, 21 de março de 2006. – **Renan Calheiros**, Presidente **Efraim Morais**, Relator – **Álvaro Dias**, **Antero Paes de Barros**, **Tião Viana**, **Paulo Octávio**.

### PARECER Nº 212, DE 2006

#### Da Mesa do Senado Federal, sobre o Requerimento nº 122, de 2006, que requer, Ministro de Estado da Fazenda, informações relativas à venda, no mercado, de 7,5% do capital do Banco do Brasil.

Relator: Senador **Eduardo Siqueira Campos**.

## I – Relatório

O Requerimento nº 122, de 2006, de autoria do Senador Pedro Simon, solicita as seguintes informações ao Excelentíssimo Sr. Ministro de Estado da Fazenda:

1) É verdade que o Governo ira colocar à venda 7,5% do capital do Banco do Brasil? Quando e de que forma em quantas tranches de colocação?

2) É procedente a informação de que o Governo pretende ampliar a participação estrangeira na composição acionária de Banco do Brasil, hoje de no máximo 5,6%, para até 25%? (Qual o instrumento jurídico que o Governo pretende utilizar para este aumento?)

3) Qual será a parcela, em cotas de participação, das ações a serem negociadas e quais são seus respectivos possuidores (Tesouro Nacional, BNDES, Previ e Outros)?

4) Qual a finalidade da referida negociação das ações de Banco do Brasil? Em que o Tesouro pretende aplicar o recurso auferido?

Na justificação do Requerimento, é destacada a preocupação do Excelentíssimo parlamentar a respeito de ampliação do capital privado em instituição fundamental para o desenvolvimento nacional, o Banco do Brasil. Além do mais, estar-se-ia ampliando a participação do capital estrangeiro no capital do referido banco, e que poderia vir a comprometer a independência da instituição, assim como o seu controle, com eventual impacto sobre o alcance de sua missão institucional: atenção aos interesses nacionais.

## II – Análise

O Requerimento de Informações nº 122, de 2006, é dirigido ao Excelentíssimo Sr. Ministro de Estado da Fazenda, em conformidade ao que dispõe o § 2º do art. 50 da Constituição Federal. É de se notar que esse dispositivo limita-se a facultar às Mesas da Câmara dos Deputados e do Senado Federal o encaminhamento de pedidos escritos de informações a Ministros de Estado, que deverão ser atendidos no prazo de trinta dias; no plano constitucional, inexistente qualquer restrição, limitação ou condicionamento. Portanto, nesse aspecto, são cumpridos e observados esses critérios formais de tramitação dos pedidos de informações.

Cabe lembrar que o art. 49 da Constituição Federal confere ao Congresso Nacional competência exclusiva para fiscalizar e controlar, diretamente, ou por qualquer de suas Casas, os atos do Poder Executivo, incluídos os da administração indireta. Ademais, o art. 70 da Constituição Federal estabelece que a fiscalização financeira, orçamentária e patrimonial da União será exercida pelo Congresso Nacional, mediante controle externo.

Nesse entendimento, o Requerimento solicita-se encontra bem fundamentado como é exigido pelo Ato nº 1 da Mesa, de 2001, que regulamenta a tramitação de requerimento de informações. Ademais, ele está de acordo com normas estabelecidas no Regimento Interno do Senado Federal quanto às hipóteses de cabimento da iniciativa, encontrando amparo em seu art. 216 que exige sejam observados, entre outros, os seguintes critérios para a sua admissibilidade:

Art. 216. Os requerimentos de informações estão sujeitos as seguintes normas:

I – serão admissíveis para esclarecimento de qualquer assunto submetido à apreciação do Senado ou atinente a sua competência fiscalizadora;

II – não poderão conter pedido de providência, consulta sugestão, conselho ou in-

terrogação sobre propósito da autoridade a quem se dirija;

.....

Ademais, entendemos que o Requerimento não envolve informação sigilosa, conforme definida no art. 8º do Ato nº 1 da Mesa, de 2001.

## III – Voto

Em face do exposto, manifestamo-nos favoravelmente à aprovação do Requerimento nº 122, de 2006.

Sala de Reuniões, 21 de março de 2006. – **Renan Calheiros**, Presidente – **Eduardo Siqueira Campos**, Relator – **Alvaro Dias** – **Antero Paes de Barros** – **Tião Viana** – **Paulo Octávio**.

## PARECER Nº 213, DE 2006

### Da Mesa do Senado Federal, sobre o Requerimento nº 126 de 2006.

Relator: Senador **Efraim Morais**

## I – Relatório

O Requerimento nº 126, de 2006, de autoria de Senador Arthur Virgílio, nos termos do art. 50, § 2º, da Constituição Federal c/c e art. 216, inciso I, do Regimento Interno do Senado Federal, solicita ao Senhor Ministro de Estado das Relações Exteriores, “que confirme os valores despendidos por aquela Pasta, nos anos de 2003, 2004 e 2005, até a presente data, com a manutenção de suas representações no exterior.”

O nobre parlamentar, amparado em matéria da Revista **IstoÉ**, justifica sua proposição alegando que foram efetivados gastos pelo Ministério das Relações Exteriores, na rubrica do ponto indicado, acima de 1 bilhão de Reais, o que, segundo ele, seria um contra-senso, “particularmente em um momento em que severas restrições orçamentárias são impostas pelo atual governo a sociedade brasileira.”

## II – Voto

Considerando que o Requerimento nº 126, de 2006, insere-se na competência fiscalizadora Congresso Nacional, conforme dispõe o art. 49, X, da Constituição Federal, estando, acordo com o Regimento Interno do Senado Federal e com o Ato da Mesa nº 1, de 2001, somos favoráveis a aprovação do Requerimento nº 126, de 2006, de autoria do Senador Arthur Virgílio.

Sala de Reuniões, 21 de março de 2006. – **Renan Calheiros**, Presidente – **Efraim Morais**, Relator – **Alvaro Dias** – **Antero Paes de Barros** – **Tião Viana** – **Paulo Octávio**.

**PARECER Nº 214, DE 2006****Da Mesa do Senado Efraim Morais,  
sobre o Requerimento nº 127, de 2006**Relator: Senador **Efraim Morais****I – Relatório**

O Requerimento nº 127, de 2006, de autoria de Senador Arthur Virgílio, nos termos do art. 50, § 2º da Constituição Federal c/c o art. 216, inciso I, do Requerimento Interno de Senado federal, solicita ao Senhor Ministro de Estado de Trabalho que preste internações sobre “denúncias de irregularidades em contrato no âmbito do Programa Primeiro Emprego”.

O nobre parlamentar, amparado em matéria da Revista **IstoÉ**, justifica sua proposição alegando que pairam suspeitas no contrato firmado entre a União/Ministério do Trabalho e a empresa Cobra tecnologia, responsável por **software** de gerenciamento para o Programa Primeiro Emprego do Governo Federal.

**II – Voto**

Considerando que o Requerimento nº 127, de 2006, insere-se na competência fiscalizadora do Congresso Nacional conforme dispõe o Art. 49, X, da Constituição Federal, estando, de acordo com o regimento Interno do Senado Federal e com o Ato da Mesa nº 1 de 2001, somos favoráveis à aprovação do Requerimento nº 127, de 2006, de autoria do Senador Arthur Virgílio.

Sala de Reuniões, 21 de março de 2006. – **Renan Calheiros**, Presidente – **Efraim Morais**, Relator – **Alvaro Dias** – **Antero Paes de Barros** – **Tião Viana** – **Paulo Octávio**.

**PARECER Nº 215, DE 2006****Da Mesa do Senado Federal, sobre o  
Requerimento nº 128, de 2006.**Relator: Senador **Efraim Morais****I – Relatório**

O Requerimento nº 128, de 2006, de autoria do Senador Arthur Virgílio, nos termos do art. 50, § 2º da Constituição Federal c/c o Art 216, inciso I, do Regimento Interno do Senado Federal, solicita ao Senhor Ministro de Estado da Justiça que preste informações sobre “o andamento das investigações dos crimes praticados pelo Sr. Delubio Soares, ex- Tesoureiro do Partido dos Trabalhadores”.

O nobre parlamentar sustenta suas justificativas na necessidade de se dar maior visibilidade às ações tomadas pelo Estado, notadamente o Ministério da Justiça por sua vinculada a Polícia Federal, em relação a apuração de responsabilidade do Senhor Delubio Soares, ex-Tesoureiro do Partido dos Trabalhadores.

**II – Voto**

Considerando que o Requerimento nº 128, de 2006 insere-se na competência fiscalizadora do Congresso Nacional conforme dispõe o art. 49, X, da Constituição Federal, estando, de acordo com o Regimento Interno do Senado Federal e com o Ato da Mesa nº 1, de 2001, somos favoráveis à aprovação do Requerimento nº 128 de 2006, de autoria do Senador Arthur Virgílio.

Sala de Reuniões, 21 de março de 2006. – **Renan Calheiros**, Presidente – **Efraim Morais**, Relator – **Alvaro Dias** – **Antero Paes de Barros** – **Tião Viana** – **Paulo Octávio**.

**PARECER Nº 216, DE 2006****Da Mesa do Senado Federal, sobre o  
Requerimento nº 140, de 2006, que solicita  
informações ao Ministério da Fazenda  
sobre condições de pagamento da dívida  
externa.**Relator: Senador **Eduardo Siqueira Campos****I – Relatório**

O Requerimento nº 140 de 2006, da eminente Senadora Heloísa Helena, solicita ao Ministro de Estado da Fazenda, Senhor Antonio Palocci Filho, que forneça informações sobre as condições de pagamento da dívida externa. Em particular, a Senadora solicita informações a respeito dos diversos componentes do custo total das emissões soberanas realizadas em 2005; dos juros incidentes sobre as dívidas pagas antecipadamente junto ao Clube de Paris e ao Fundo Monetário Internacional; do valor das taxas de juros incidentes sobre cada tipo de bônus da dívida externa brasileira e sobre as demais modalidades de dívida externa, bem como o conteúdo das cláusulas vigentes sobre esses bônus; e o conteúdo dos relatórios referentes a todos os lançamentos de títulos da dívida externa ocorridos em 2004 e 2005, previstos nos arts. 3º e 4º da Resolução do Senado Federal nº 20, de 2004.

A autora justifica o requerimento com base em notícias veiculadas recentemente que mostram que, ao mesmo tempo em que o Brasil quitou antecipadamente sua dívida junto ao Clube de Paris e ao Fundo Monetário Internacional acelerou a emissão de títulos no mercado internacional, pagando ju-

ros mais elevados. As informações requeridas são necessárias para apurar eventuais deficiências na administração da dívida externa brasileira. A autora também destaca que o envio dessas informações é previsto nos arts. 3º e 4º da Resolução nº 20, de 2004, do Senado Federal. O art. 3º estatui que cada operação de administração de passivos deverá ser informada ao Senado Federal, e o art. 4º obriga o Ministro da Fazenda a apresentar trimestralmente, em reunião da Comissão de Assuntos Econômicos, relatório da execução do Programa de Emissão de Títulos e Administração de Passivos de Responsabilidade de Tesouro Nacional no Exterior.

## II – Análise

O requerimento é dirigido ao Ministério da Fazenda, conforme determina o § 2º do art. 50 da Constituição Federal, que concede à Mesa do Senado Federal poder para encaminhar pedidos escritos de informações a Ministros de Estado. Tais pedidos deverão ser atendidos ao prazo de trinta dias, sob pena de imputação de crime de responsabilidade pela recusa. Não há, na Constituição Federal, limitação prevista para a natureza de informação a ser requerida.

Já os incisos I e II do art. 216 de Regimento Interno do Senado Federal (RISF), que regulamenta o requerimento de informações no âmbito desta Casa, exigem que as informações requeridas devam ser de assunto submetido à apreciação de Senado ou atinente a sua competência fiscalizadora e que não podem conter pedido de providência, consulta, sugestão, conselho ou interrogação sobre propósito da autoridade a quem se dirija.

O requerimento em tela, portanto, está previsto na Constituição e atende às condições impostas pelo RISF.

## III – Voto

Em face do exposto, manifestamo-nos favoravelmente a aprovação do Requerimento nº 140, de 2006.

Sala de Reuniões, 21 de março de 2006. – **Renan Calheiros**, Presidente – **Eduardo Siqueira Campos**, Relator – **Alvaro Dias** – **Antero Paes de Barros** – **Tião Viana** – **Paulo Octávio**.

### PARECER Nº 217, DE 2006

**Da Mesa do Senado Federal, sobre o Requerimento nº 175, de 2006.**

Relator: Senador **Efraim Morais**

## I – Relatório

O Requerimento nº 175, de 2006, de autoria do Senador Arthur Virgílio, nos termos do art. 50, § 2º, da Constituição Federal c/c o art. 216, inciso I, do Regimento Interno do Senado Federal, solicita ao Senhor Ministro de Estado da Fazenda, informações sobre o processo licitatório que irá selecionar mais duas agências de publicidade para o Banco do Brasil.

O nobre parlamentar justifica seu Requerimento apresentado matéria da Revista **Veja**, em edição datada de 15-2-2006, que denuncia a atuação de alguns lobistas, que estariam “vendendo” intimidade com o Banco do Brasil, espelhando práticas de corrupção e irregularidades pela administração do Banco e do atual Governo.

## II – Voto

Considerando que o Requerimento nº 175, de 2006, insere-se na competência fiscalizadora do Congresso Nacional, conforme dispõe o art. 49, X, da Constituição Federal, estando, de acordo com o Regimento Interno do Senado Federal e com o Ato da Mesa nº 1, de 2001, somos favoráveis à aprovação do Requerimento nº 175, de 2006, de autoria do Senador Arthur Virgílio.

Sala de Reuniões, 21 de março de 2006. – **Renan Calheiros**, Presidente – **Efraim Morais**, Relator – **Alvaro Dias** – **Antero Paes de Barros** – **Tião Viana** – **Paulo Octávio**.

### PARECER Nº 218, DE 2006

**Da Mesa do Senado Federal, sobre o Requerimento nº 176, de 2006.**

Relator: Senador **Efraim Morais**

## I – Relatório

O Requerimento nº 176, de 2006, de autoria do Senador Arthur Virgílio, nos termos do art. 50, § 2º, da Constituição Federal c/c o art. 216, inciso I, de Regimento Interno do Senado Federal, solicita ao Senhor Ministro de Estado de Minas e Energia, informações sobre a prisão do chefe do Departamento Nacional de Produção Mineral – DNPM em Minas Gerais, acusado de envolvimento com quadrilha de contrabando de diamantes ao Brasil.

O Nobre Senador, amparado em matéria de jornal **Correio Braziliense** de 11-2-2006, solicita informações objetivando esclarecer as irregularidades apuradas e as providências que estão sendo adotadas sobre o caso da prisão do Sr. Luiz Eduardo Machado de Castro, Chefe do Departamento Nacional de Produção Mineral.

**II – Voto**

Considerando que o Requerimento nº 176, de 2006, insere-se na competência fiscalizadora do Congresso Nacional, conforme dispõe o art. 49, X, da Constituição Federal, estando, de acordo com o Regimento Interno do Senado Federal e com o Ato da Mesa nº 1, de 2001, somos favoráveis à aprovação Do Requerimento nº 176, de 2006, de autoria do Senador Arthur Virgílio.

Sala de Reuniões, – **Renan Calheiros**, Presidente – **Efraim Morais**, Relator – **Alvaro Dias** – **Antero Paes de Barros** – **Tião Viana** – **Paulo Octávio**.

**PARECER Nº 219, DE 2006****Da Mesa do Senado Federal, sobre o Requerimento nº 177, de 2006.**

Relator: Senador **Efraim Morais**

**I – Relatório**

Requerimento nº 177, de 2006, de autoria de Senador Arthur Virgílio, com fundamento no art. 50, § 2º, da Constituição Federal, combinado com o art. 216, inciso I, do Regimento Interno, solicita informações ao Sr. Ministro do Estado da Ciência e Tecnologia acerca dos riscos a que se submete o Astronauta Brasileiro Marcos César Pontes, que vai participar da viagem espacial russa em março de 2006.

Sua Excelência requer que e Sr. Ministro do Estado da Ciência e Tecnologia apresente uma série de informações a respeito da viagem espacial que o astronauta brasileiro Marcos César Pontes realizará em março de 2006, entre elas o motivo da antecipação da viagem, prevista inicialmente para outubro deste ano, conforme noticiado pela **Folha de São Paulo** em 9-2-2006.

**II – Voto**

Considerando que o Requerimento em análise insere-se na competência fiscalizadora do Congresso Nacional, conforme dispõe o art. 49, X, da Constituição Federal, estado de acordo com o Regimento Interno do Senado Federal e com o Ato da Mesa nº 1, de 2001, somos favoráveis à aprovação do Requerimento nº 177, de 2006, de autoria do Senador Arthur Virgílio.

Sala de Reuniões, – **Renan Calheiros**, Presidente – **Efraim Morais**, Relator – **Alvaro Dias** – **Antero Paes de Barros** – **Tião Viana** – **Paulo Octávio**.

**PARECER Nº 220, DE 2006****Da Mesa do Senado Federal, sobre o Requerimento nº 184, de 2006.**

Relator: Senador **Efraim Morais**

**I – Relatório**

O Requerimento nº 184, de 2006, de autoria do Senador Arthur Virgílio, com fundamento no artigo 50, § 2º, da Constituição Federal, combinado com o artigo 216, inciso I, do Regimento Interno, solicita informações ao Sr. Ministro de Estado da Fazenda acerca do patrocínio da Caixa Econômica Federal para publicação que enaltece a nova sede do Tribunal Regional Federal da 1ª Região, em Mato Grosso.

Sua Excelência justifica seu requerimento informando que a Caixa Econômica Federal figura como patrocinadora de publicação do Tribunal Regional Federal da 1ª Região, em Mato Grosso, cujo objetivo principal é enaltecer a construção de prédio do Fórum Federal de Cuiabá. O Nobre Senador afirma que, por suas características, a publicação se constitui, na verdade, em material de campanha do Juiz Federal Diretor do Foro, Juiz Julier Sebastião da Silva, que declarou-se candidato ao governo do Estado

**II – Voto**

Considerando que o Requerimento em análise insere-se na competência fiscalizadora do Congresso Nacional, estando de acordo com o Regimento Interno do Senado Federal e com o Ato da Mesa nº 184, de 2006, de autoria do Senador Artur Virgílio.

Sala de Reuniões, – **Renan Calheiros**, Presidente – **Efraim Morais**, Relator – **Alvaro Dias** – **Antero Paes de Barros** – **Tião Viana** – **Paulo Octávio**.

**PARECER Nº 221, DE 2006****Para instruir decisão da Mesa do Senado Federal, sobre e Requerimento nº 200, de 2006, que requer informações ao Ministro de Minas e energia a respeito dos contratos ou convênios de patrocínio estabelecidos pela Companhia Hidroelétrica do São Francisco – CHESF.**

Relator: Senador **João Alberto Souza**

**I – Relatório**

É submetido à apreciação da Mesa Diretora o Requerimento nº 200, de 2006, de autoria do Senador José Jorge.

Pretende-se com o requerimento, dirigido ao Ministro de Minas e Energia, que sejam fornecidas cópias dos documentos relativos aos contratos de publicidade e propaganda e dos contratos ou convênios de patrocínios estabelecidos pela Chesf.

São requeridas, assim, cópias integrais dos processos de contratação das empresas de publicidade pela Chesf, dos seus contratos e convênios de patrocínios assinados e de toda a documentação relativa à sua execução, assinados e executados desde o ano de 2003 até a presente data.

Ressalta o autor do Requerimento, Senador José Jorge, que os documentos solicitados visam complementar as informações já obtidas por meio de requerimento anterior, apresentado em 19 de junho de 2005, e que foram consideradas insatisfatórias, razão pela qual apresenta o presente Requerimento.

## II – Análise

Inicialmente, cabe destacar que o Regimento Interno do Senado Federal, ao disciplinar as condições de admissibilidade dos requerimentos, estabelece em seu art. 217 que o requerimento de remessa de documentos equipara-se ao de pedido de informações.

Assim sendo, aos requerimentos de remessa de documentos se aplicam as condições e exigências definidas nos arts 215 e 216 do Regimento Interno de Seriado Federal, complementadas pelo Ato da Mesa nº 1, de 2001.

O Requerimento nº 200, de 2006 é dirigido ao Ministro de Estado de Minas e Energia, atendendo, assim, o que preceitua o § 2º do art. 50 da Constituição Federal.

O requerimento em exame está, também, de acordo com as condições expressas no Regimento Interno do Senado Federal quanto às hipóteses de cabimento da iniciativa, encontrando amparo, em particular, no art. 216, inciso I, que exigem sejam observados, preliminarmente, os seguintes critérios para a sua admissibilidade, entre outras limitações:

Art. 216. Os requerimentos de informações estão sujeitos às seguintes normas:

I – serão admissíveis para esclarecimento de qualquer assunto submetido à apreciação do Senado ou atinente a sua competência fiscalizadora;

.....

Sabe-se que a Constituição Federal atribui ao Congresso Nacional competência exclusiva para fis-

calizar e controlar, diretamente ou por qualquer de suas Casas, os atos do Poder Executivo, incluídos os da administração indireta. Logicamente, no desempenho dessa atribuição, é exigido amplo e atualizado universo de informações, para que ele possa, de forma plena, exercer suas competências legislativa e fiscalizadora.

Portanto, ao Poder Legislativo são necessários e admissíveis os repasses de informações de natureza e alcance diversos. No presente requerimento as informações visam complementar outras já recebidas em requerimento anterior, consideradas, entretanto, insuficientes para uma completa e pertinente elucidação de aspectos relativos aos contratos de serviço de publicidade, propaganda e de patrocínios estabelecidos pela CHESF nos últimos três anos.

Com efeito, ao empreender a função fiscalizadora, o legislativo poderá ter acesso às ações do Poder Executivo para conhecer o ato praticado na sua intimidade e, assim, tomar medidas corretivas, se necessárias.

Em particular, o requerimento em exame se mostra compatível com o próprio exercício dessa competência fiscalizadora que, entre outras matérias, adquire conteúdo na avaliação da eficácia, eficiência e economicidade dos projetos e programas de governo federal.

Fica evidenciado, portanto, o cumprimento e o atendimento dessas formalidades preliminares, condições essas imprescindíveis à admissibilidade dos requerimentos de informações.

Por outro lado, para a pertinente e adequada obtenção de informações devem ser observados os procedimentos legalmente determinados e diferenciados em função da natureza da informação requerida.

No presente requerimento, as informações solicitadas não são passíveis de serem caracterizadas como operações ativas de instituições financeiras, que exigiria e envolveria discussão acerca de sua natureza sigilosa.

Dessa forma, no presente requerimento, as informações solicitadas não caracterizam natureza sigilosa e são condizentes com o exercício da função desta Casa, tendo, portanto, seu rito de tramitação e apreciação estipulado nos termos da Seção I, arts. 1º a 6º, do Ato da Mesa nº 1, de 2001, que exige para o seu deferimento tão-somente as já referidas hipóteses de cabimento de iniciativa previstas no inciso I do art. 216 do Regimento Interno de Senado Federal, quais sejam: somente “serão admissíveis para esclarecimento de qualquer assunto

submetido a apreciação do Senado ou atinente a sua competência fiscalizadora”. Seus fundamentos para admissibilidade pressupõem, assim, matéria específica ou fato determinado. presente no Requerimento nº 200, de 2006, como enfatizado anteriormente.

Nesse contexto, o requerimento de remessa de documentos em exame, em nossa compreensão, encontra fundamentação, estando ainda de acordo com as condições expressas no Regimento Interno do Senado Federal quanto às hipóteses de cabimento da iniciativa.

### III – Voto

Opinamos, assim, pela aprovação do Requerimento nº 200, de 2006, e seu encaminhamento ao Ministro de Estado das Minas e Energia.

Sala da Comissão, 21 de março de 2006. – **Renan Calheiros**, Presidente – **João Alberto Souza**, Relator – **Alvaro Dias** – **Antero Paes de Barros** – **Tiã Viana** – **Paulo Octávio**.

### PARECER Nº 222, DE 2006

**Para instruir decisão da Mesa do Senado Federal, sobre o Requerimento nº 202, de 2006, que solicita ao Ministro de Estado de Minas e Energia informações a respeito dos contratos e convênios de patrocínios estabelecidos pelo Petróleo Brasileiro S.A. (PETROBRAS), nos anos de 2003 até a presente data.**

Relator: Senador **João Alberto Souza**

### I – Relatório

Em conformidade com o art. 50, § 2º, da Constituição Federal, combinado com e disposto no art. 216 do Regimento Interno do Senado Federal, o Senador José Jorge solicita ao Ministro de Estado de Minas e Energia as seguintes informações a respeito dos contratos e convênios de patrocínios estabelecidos pelo Petróleo Brasileiro S.A. (PETROBRAS), nos anos de 2003 até a presente data:

**a)** demonstrativos dos contratos e convênios de patrocínios firmados pela Petrobras, a partir de 2003, listados ano a ano, detalhando os objetivos, as entidades envolvidas, os prazos e os valores parciais e totais;

**b)** cópia dos contratos e convênios de patrocínios assinados com a Petrobras, de 2003 até e presente;

**c)** descrição detalhada sobre qual é a política corporativa da Petrobras para a seleção da concessão de patrocínios.

### II – Análise

De acordo com o art. 50, § 2º, da Constituição Federal, as Mesas de ambas as Casas de Congresso Nacional poderão encaminhar pedidos escritos de informação a Ministres de Estado ou a quaisquer titulares de órgãos diretamente subordinados à Presidência da República.

O presente requerimento de informações, formulado em consonância com o acima citado dispositivo constitucional e com o art. 215 e 216 do Regimento Interno do Senado Federal, vem a esta Mesa, para decisão, nos termos das disposições regimentais, especialmente as contidas no inciso I do art. 215 e no inciso III do art. 216 do referido Regimento Interno do Senado Federal.

Assim, o requerimento atende às normas que disciplinam a apresentação da proposição, bem como as condições de admissibilidade estabelecidas no art. 216, porquanto destina-se a esclarecer assunto atinente à competência fiscalizadora do Senado sobre atos praticados na esfera do Poder Executivo.

Segundo o autor, há informações desconhecidas sobre o montante dos gastos efetivos da Petrobras com publicidade em 2005. Com efeito, os documentos e informações solicitados ao Ministro de Estado de Minas e Energia – responsável pelo órgão federal à qual a empresa estatal é vinculada permitirão apreciar os valores, assim como os critérios utilizados pela empresa para a concessão de verbas de patrocínio.

Em suma, o requerimento é dirigido a autoridade competente e trata de matéria atinente à competência fiscalizadora do Senado Federal. Ademais, não contém pedido de providência, consulta, sugestão, conselho ou interrogação sobre propósito da autoridade a que se destina.

Depreende-se outrossim, que a proposição atende aos requisitos de admissibilidade previstos no Ato da Mesa do Senado Federal nº 1, de 2001, que regulamenta a tramitação dos requerimentos, não se lhe aplicando as normas da Seção II do citado Ato, uma vez que o pedido não envolve informações sigilosas relativas a operações ativas de instituição financeira.

### III – Voto

Diante de exposto, opinamos pela aprovação do Requerimento nº 202, de 2006, e seu encaminhamento ao Ministro de Estado das Minas e Energia.

Sala das Reuniões, 21 de março de 2006. – **Renan Calheiros**, Presidente – **João Alberto Souza**, Relator – **Alvaro Dias** – **Antero Paes de Barros** – **Tiã Viana** – **Paulo Octávio**.



**PARECER Nº 223, DE 2006****Da Mesa do Senado Federal, sobre o  
Requerimento nº 219, de 2006.**Relator: Senador **João Alberto Souza****I – Relatório**

Senador Mozarildo Cavalcanti, fundamentado em dispositivos constitucionais e regimentais requer sejam prestadas informações, pelo Ministro de Estado da Fazenda, sobre supostas fraudes perpetradas por empresas localizadas em áreas de livre comércio de importação e exportação da região Norte e as providências eventualmente adotada para a otimização da fiscalização tributária nas áreas de livre comércio da região Norte”.

Reportagens do **Correio Brasiliense**, dos dias 25 e 26 de janeiro, veiculam notícia acerca da abertura de dois inquéritos, pela Polícia Federal, para investigar crimes de desvio de mercadorias, falsificação de documentos públicos, superfaturamento de preços e corrupção na Zona Franca de Manaus e em outras oito áreas de Livre Comércio nos Estados do Acre, Rondônia, Roraima, Amapá e Amazonas, todos visando à sonegação de impostos. O intuito do presente requerimento é pois, obter do Ministro ao qual esta subordinada a Secretaria da Receita Federal – órgão competente para a fiscalização tributária no âmbito federal – maiores informações sobre a suspeita e, principalmente, se tal situação decorre da omissão do Poder Público no seu dever de fiscalização.

**II – Análise**

É competência da Mesa desta Casa decidir apenas sobre a adequação do pedido condições de admissibilidade previstas nas normas atinentes aos requerimentos de informações, não sendo cabível manifestação acerca do mérito da solicitação.

A Secretaria da Receita Federal pertence a estrutura do Ministério da Fazenda. O requerimento esta, pois, dirigido à autoridade competente, estando, também, em conformidade com o disposto no art. 50, § 2º, da Constituição Federal, e no art. 216 do Regimento Interno desta Casa, bem como com as normas de admissibilidade estabelecidas no Ato da Mesa nº I, de 2001.

**III – Voto**

Ante o exposto, nosso parecer é favorável ao encaminhamento do Requerimento 2006.

Sala de Reuniões, 21 março de 2006. – **Renan Calheiros**, Presidente – **João Alberto Souza**, Relator – **Alvaro Dias** – **Antero Paes de Barros** – **Tiã Viana** – **Paulo Octávio**.

**PARECER Nº 224, DE 2006****Da Mesa do Senado Federal, sobre o  
Requerimento nº 220, de 2006.**Relator: Senador **João Alberto Souza****I – Relatório**

O Senador Mozarildo Cavalcanti, fundamentado em dispositivos constitucionais e regimentais requer sejam prestadas informações pelo Ministério de Estado do Desenvolvimento, indústria e Comércio Exterior, sobre supostas fraudes perpetradas por empresas localizadas em áreas de livre comércio de importação e exportação da região Norte e as providências eventualmente adotadas para a otimização da fiscalização tributária nas áreas de livre comércio da região Norte”.

Reportagens do **Correio Brasiliense** dos dias 25 e 26 de janeiro veiculam notícia acerca da abertura de dois inquéritos, pela Polícia Federal para investigar crimes e desvios de mercadorias, falsificação de documentos públicos, superfaturamento de preços e corrupção na Zona Franca de Manaus e em outras áreas de livre Comercio nos Estados do Acre, Rondônia, Roraima, Amapá e Amazonas todos visando à sonegação de impostos. O intuito do presente requerimento é pois, obter do Ministro ao qual estão vinculadas a Zona Franca de Manaus e as referidas Áreas de Livre Comércio maiores informações da omissão do Poder Público no seu dever de fiscalização.

**II – Análise**

É competência da Mesa desta casa decidir apenas sobre a adequação do pedido as adequação do pedido às condições previstas nas normas atinentes aos requerimentos de informações, não sendo cabível manifestação acerca do mérito da solicitação.

A Superintendência da Zona Franca de Manaus (SUFRAMA) é vinculada ao Ministério do Desenvolvimento, Indústria e Comércio Exterior. O requerimento esta, pois, dirigido à autoridade competente, estando, também, em conformidade com o disposto no art. 50, § 2º, da Constituição Federal, e no art. 216 do Regimento Interno desta Casa, bem como com as normas de admissibilidade estabelecida no Ato da mesa nº 1, de 2001 de 2001.

**III – Voto**

Ante o exposto, nosso parecer favorável ao encaminhamento do Requerimento nº 220, de 2006.

Sala de Reuniões, 21 de março de 2006. – **Renan Calheiros**, Presidente – **João Alberto Souza**, Relator – **Alvaro Dias** – **Antero Paes de Barros** – **Tiã Viana** – **Paulo Octávio**.

**PARECER Nº 225, DE 2006**

**Da Mesa do Senado Federal, sobre o Requerimento nº 238, de 2006, relativo a pedido de informações ao Ministro de Estado Chefe da Secretaria Geral da Presidência da República.**

Relator: Senador **João Alberto Souza**

**I – Relatório**

O Senador Arthur Virgílio, com fulcro no art. 216, inciso I do Regimento Interno do Senado Federal (RISF) apresenta a esta Mesa o Requerimento nº 238, de 2006, dirigido ao Ministro de Estado Chefe da Secretaria Geral da Presidência da República.

No pedido, solicita-se a indicação dos programas de entrevista da TV NBr, e bem assim dos nomes dos entrevistados e o inteiro teor das entrevistas realizadas entre janeiro de 2003 e fevereiro de 2006.

**II – Análise**

A proposição em exame dirigiu-se a Ministro de Estado, em conformidade com o art. 50, § 2º, da Constituição Federal. O tema da conformidade com o art. 50, § 2º, da Constituição Federal. O tema da solicitação inclui-se nas atribuições da autoridade destinatária, definidas no art. 1º da Lei nº 10.683 de 28 de maio de 2003, com a redação dada pela Lei nº 11.204, de 5 dezembro de 2005. Além disso, o tema tratado conforma-se às competências de fiscalização e controle do Senado Federal. Não obstante, entendemos que o expediente sob análise carente de ajuste.

Ao solicitar o inteiro teor de todas as entrevistas veiculadas nos programas de entrevista pela TV NBr entre janeiro de 2003 e fevereiro de 2006, o requerimento em pauta extrapola os limites preconizados pelo princípio da proporcionalidade, e ou princípio da proibição do excesso, que exige a adequação dos meios utilizados aos fins visados. Nesse sentido, não vemos como a necessidade de fiscalizar a programação dos órgãos oficiais de comunicação do Poder Executivo possa justificar pedido de tamanha extensão. Procedimento de maior pertinência, a nosso ver, seria requisitar as transcrições ou cópias apenas das entrevistas em que houvesse indício de atuação ilícita, a partir da indicação dos programas e de seus respectivos entrevistados.

Conseqüentemente, somos levados a aprovar o requerimento em tela, excluído a menção ao inteiro teor das entrevistas veiculadas nos programas indicados.

**III – Voto**

Diante do exposto, o voto é pela aprovação do Requerimento nº 238, de 2006, com a seguinte redação:

Requeiro, nos termos do art. 216, inciso I, do Regimento Interno do Senado Federal, combinado com o disposto no art. 50, § 2º, da Constituição Federal, que sejam solicitadas, ao Ministro de Estado Chefe da Secretaria Geral da Presidência da República, informações que indiquem quais os programas de entrevista da TV NBr, com os nomes de todos os entrevistados no período de janeiro de 2003 e de fevereiro de 2006

Sala de Reuniões, 21 de março de 2006. – **Renan Calheiros**, Presidente, Senador **João Alberto Souza**, Relator, **Alvaro dias Antero Paes de Barros**, **Tião Viana**, **Paulo Octávio**.

**PARECER Nº 226, DE 2006**

**Da Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania, sobre o Ofício “S” nº 5, de 2006, Mensagem nº 12/2006, na Origem de indicação da Senhora Ministra Ellen Gracie Northfleet para exercer a Presidência do Conselho Nacional de Justiça.**

A Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania, em votação secreta realizada em 22 de março de 2006, apreciando o relatório apresentado pelo Senador Antonio Carlos Magalhães sobre o Ofício “S” nº 5, de 2006, opina pela aprovação da indicação da Senhora Ministra Ellen Gracie Northfleet para exercer a Presidência do Conselho Nacional de Justiça, por 23 votos favoráveis, – contrários e – abstenções.

Sala da Comissão, 22 de março de 2006.

## COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO, JUSTIÇA E CIDADANIA

PROPOSIÇÃO: OF5 Nº 5 DE 2006

ASSINAM O PARECER NA REUNIÃO DE 22/03/2006, OS SENHORES(AS) SENADORES(AS):

PRESIDENTE EVENTUAL: <i>Pedro Simon</i>	SEN. PEDRO SIMON
RELATOR: <i>Antonio Carlos Magalhães</i>	SEN. ANTONIO CARLOS MAGALHÃES
<b>BLOCO DA MINORIA (PFL e PSDB)</b>	
ANTÔNIO CARLOS MAGALHÃES (RELATOR) <i>Antonio Carlos Magalhães</i>	1-ROMEU TUMA <i>Romeu Tuma</i>
CÉSAR BORGES <i>César Borges</i>	2-MARIA DO CARMO ALVES
DEMÓSTENES TORRES <i>Demóstenes Torres</i>	3-JOSÉ AGRIPINO
EDISON LOBÃO <i>Edison Lobão</i>	4-JORGE BORNHAUSEN
JOSÉ JORGE <i>José Jorge</i>	5-RODOLPHO TOURINHO
JOÃO BATISTA MOTTA <i>João Batista Motta</i>	6- TASSO JEREISSATI
ALVARO DIAS <i>Alvaro Dias</i>	7-EDUARDO AZEREDO
ARTHUR VIRGÍLIO <i>Arthur Virgílio</i>	8-LEONEL PAVAN
JUVÊNCIO DA FONSECA <i>Juvêncio da Fonseca</i>	9-LÚCIA VÂNIA
<b>BLOCO DE APOIO AO GOVERNO (PT, PSB, <sup>(1)</sup>, PL e PPS)</b>	
ALOIZIO MERCADANTE <i>Aloizio Mercadante</i>	1-DELCIDIO AMARAL
EDUARDO SUPLYCY <i>Eduardo Suplicy</i>	2- PAULO PAIM
FERNANDO BEZERRA <i>Fernando Bezerra</i>	3-SÉRGIO ZAMBIASI
MAGNO MALTA <i>Magno Malta</i>	4- PATRÍCIA SABOYA GOMES
IDELI SALVATTI <i>Ideli Salvatti</i>	5-SIBÁ MACHADO
ANTONIO CARLOS VALADARES <i>Antonio Carlos Valadares</i>	6-MOZARILDO CAVALCANTI
SERYS SLHESSARENKO <i>Serys Slhessarenko</i>	7-MARCELO CRIVELLA <sup>(2)</sup>
<b>PMDB</b>	
RAMEZ TEBET <i>Ramez Tebet</i>	1-LUIZ OTÁVIO <i>Luiz Otávio</i>
MAGUITO VILELA <i>Maguito Vilela</i>	2-GERSON CAMATA
JOSÉ MARANHÃO <i>José Maranhão</i>	3-SÉRGIO CABRAL
ROMERO JUCÁ <i>Romero Jucá</i>	4-ALMEIDA LIMA
AMIR LANDO <i>Amir Lando</i>	5-WELLINGTON SALGADO
PEDRO SIMON <i>Pedro Simon</i> (Presidente Eventual)	6-GARIBALDI ALVES FILHO
<b>PDT</b>	
JEFFERSON PÉRES <i>Jefferson Péres</i>	1-OSMAR DIAS

Atualizada em: 21/03/2006.

(1) O PTB deixou de integrar o Bloco de Apoio ao Governo em 08/06/2005.

(2) O Senador Marcelo Crivella filiou-se ao PMR em 28/09/2005.

## Relatório

Relator: Senador **Antonio Carlos Magalhães**

O Senado Federal é chamado a se manifestar sobre a indicação da Doutora Ellen Gracie Northfleet, para integrar, como Presidente, o Conselho Nacional de Justiça, nos termos do inciso I do **caput** combinado com o § 1º do art. 103-B, da Constituição Federal e da Resolução nº 7, de 2005.

A Constituição Federal (art. 103-B), conforme a Emenda Constitucional nº 45, de 2004, atribui ao Senado Federal competência privativa para aprovar a escolha dos membros do Conselho Nacional de Justiça.

Outrossim, a Resolução nº 7, de 2005, desta Casa, confere à Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania competência para aprovar os indicados de que se trata.

A Ministra Ellen Gracie Northfleet nasceu na Cidade do Rio de Janeiro, tendo-se graduado em Ciências Jurídicas e Sociais pela Faculdade de Direito da Universidade Federal do Rio Grande do Sul, em 1970. Pós-graduou-se, em nível de especialização, em Antropologia Social, pela Universidade do Vale do Rio dos Sinos, em 1982.

Antes de ser Ministra do Supremo Tribunal Federal exerceu a advocacia, tendo integrado o Conselho Seccional da Ordem dos Advogados do Brasil no Rio Grande do Sul/OAB-RS, onde foi Diretora-Fundadora da Escola Superior da Advocacia, em 1986/1987, sendo eleita Vice-Presidente do Instituto dos Advogados do Rio Grande do Sul em 1988.

Integrante do Ministério Público Federal entre 1973 e 1989, a ilustre indicada compôs o Pleno inicial do Tribunal Regional Federal da 4ª Região, com jurisdição sobre os Estados do Rio Grande do Sul, Paraná e Santa Catarina e sede em Podo Alegre, em vaga destinada ao quinto constitucional, tendo participado da Comissão que elaborou o Regimento Interno da então nova Corte.

No Tribunal Regional Federal da 4ª Região presidiu a Comissão de Estudos e Cursos da Casa nos anos de 1992 a 1994, tendo chegado a Vice-Presidente (1995-1997) e a Presidente (1997-1995) daquela importante Corte de Justiça.

Em 14 de dezembro de 2000 foi empossada no cargo de Ministra do Supremo Tribunal Federal, após ter o seu nome aprovado por este Senado e tendo sido nomeada pelo Presidente da República.

Já em nossa Suprema Corte compôs a Comissão Permanente de Regimento (2001/2002) e a Comissão Permanente de Documentação (2002). Atuou no Tribunal Superior Eleitoral como Ministra-Substituta (2001) e como Ministra efetiva (2001/2003), tendo assumido

as funções de Vice-Presidente da nosso mais elevado Tribunal Eleitoral em 2003.

Em 2004 assumiu a Vice-Presidência do Supremo Tribunal Federal e em breve será investida na Presidência da Corte, eis que acaba de ser eleita pelos seus Pares para o mais elevado cargo do Poder Judiciário em nosso País, razão pela qual, por mandamento constitucional, deverá assumir também a Presidência do Conselho Nacional de Justiça.

Cabe, por fim, destacar, ainda, as atividades acadêmicas da Ministra Ellen Gracie Northfleet, que é Professora de Direito Constitucional da Universidade do Vale do Rio dos Sinos, ora licenciada. Durante os anos de 1991 e 1992 foi bolsista da prestigiosa Fundação Fullbright, dos Estados Unidos, ocasião em que se dedicou ao tema “Administração da Justiça”. Foi também fundadora do Conselho Consultivo da Global Legal Information Network – GLIN e Jurista em Residência na Biblioteca do Congresso dos EUA (1992).

No que diz respeito especificamente às exigências contidas na Resolução nº 7, de 2005, desta Casa, cumpre-nos anotar que a Senhora Ministra Ellen Gracie Northfleet apresentou as declarações previstas no art. 50 do referido diploma legal.

Diante do exposto, entendemos que os Senhores Senadores integrantes da Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania dispõem de elementos suficientes para deliberar sobre a Presente indicação para o Conselho Nacional de Justiça.

Não poderíamos encerrar o nosso Relatório sem dar a devida relevância ao fato de que pela primeira vez em sua história, o País terá uma mulher na Presidência do Supremo Tribunal Federal e na Presidência de um dos Poderes da República – como, também, impõe-se a nós registrar que têm sido auspiciosas as decisões que estão sendo adotadas pelo Conselho Nacional de Justiça, o que só reforça a nossa convicção do acerto que foi a criação, pelo Congresso Nacional, desse órgão de controle administrativo e financeiro do Poder Judiciário.

O Conselho Nacional de Justiça é o primeiro grande beneficiado do ingresso da Ministra. A qualidade e justeza de suas decisões desde que passou a integrar a mais alta Corte do país é garantia disso. Não somente o Conselho será beneficiado, mas todo o Poder Judiciário, que passa a contar com Sua Excelência nessa nova missão e, principalmente, o Brasil, que vê chegar ao Conselho uma jurista da estirpe da Ministra Ellen Gracie Northfleet.

Sala da Comissão, em 22 de março de 2006.  
– Senador **Pedro Simon**, Presidente Eventual – Senador **Antonio Carlos Magalhães**, Relator.

**O SR. PRESIDENTE** (João Alberto Souza. PMDB – MA) – Os Pareceres que acabam de ser lidos vão à publicação.

**O SR. PRESIDENTE** (João Alberto Souza. PMDB – MA) – A Presidência comunica ao Plenário que a Mesa do Senado Federal aprovou, na presente data, os seguintes Requerimentos de Informação, nos termos de seus relatórios: **nºs 1.137, de 2005; e 107, 111, 112, 117, 122, 126, 127, 128, 140, 175, 176, 177, 184, 200, 202, 219, 220 e 238, de 2006.**

Serão cumpridas as decisões da Mesa.

**O SR. PRESIDENTE** (João Alberto Souza. PMDB – MA) – Sobre a mesa, avisos que passo a ler.

São lidos os seguintes:

#### AVISOS DE MINISTROS DE ESTADO

- Nº 80/2006, de 9 do corrente, do Ministro de Estado da Fazenda, encaminhando informações em resposta ao Requerimento nº 21-A, de 2006, do Senador Antero Paes de Barros.
- Nº 81/2006, de 9 do corrente, do Ministro de Estado da Fazenda, encaminhando informações em resposta ao Requerimento nº 1.154, de 2005, da Senadora Heloísa Helena.
- Nº 239/2006, de 9 do corrente, do Ministro de Estado da Justiça, encaminhando informações em resposta ao Requerimento nº 1.387, de 2005, do Senador Antero Paes de Barros.
- Nº 240/2006, de 9 do corrente, do Ministro de Estado da Justiça, encaminhando informações em resposta ao Requerimento nº 1.341, de 2005, do Senador Mozarildo Cavalcanti.

#### AVISO DO PRESIDENTE DO BANCO CENTRAL DO BRASIL

- Nº 27/2006, de 9 do corrente, encaminhando informações em resposta ao Requerimento nº 1.365, de 2005, do Senador José Maranhão.

**O SR. PRESIDENTE** (João Alberto Souza. PMDB – MA) – As informações foram encaminhadas, em cópia, aos Requerentes.

Os requerimentos vão ao Arquivo.

Sobre a mesa, ofício que passo a ler.

É lido o seguinte:

#### OFÍCIO DE MINISTRO DE ESTADO

- Nº 60/2006, de 9 do corrente, do Ministro do Planejamento, Orçamento e Gestão, encaminhando

informações em resposta ao Requerimento nº 21, de 2006, do Senador Antero Paes de Barros.

**O SR. PRESIDENTE** (João Alberto Souza. PMDB – MA) – As informações foram encaminhadas, em cópia, ao Requerente.

O requerimento vai ao Arquivo.

**O SR. PRESIDENTE** (João Alberto Souza. PMDB – MA) – Esgotou-se ontem o prazo previsto no art. 91, § 3º, do Regimento Interno, sem que tenha sido interposto recurso no sentido da apreciação, pelo Plenário, do **Projeto de Lei do Senado nº 117, de 2004**, de autoria do Senador Sibá Machado, que *revoga a Lei nº 7.399, de 4 de novembro de 1985, e o Decreto nº 92.290, de 10 de janeiro de 1986, e dá outras providências* (dispõe sobre a competência para exercer a profissão de geógrafo).

Tendo sido aprovada em apreciação terminativa pela Comissão de Assunto Sociais, a matéria vai à Câmara dos Deputados.

**O SR. PRESIDENTE** (João Alberto Souza. PMDB – MA) – Sobre a mesa, projeto que passo a ler.

É lido o seguinte:

#### PROJETO DE LEI DO SENADO Nº 69, DE 2006

**Dá nova redação ao § 1º do art. 30 da Lei nº 11.101 de 9 de fevereiro de 2005, para restringir o impedimento de integrar o Comitê de Credores e exercer a função de administrador judicial, além dos parentes e dependentes, ao amigo íntimo e ao inimigo capital do devedor.**

O Congresso Nacional decreta:

Art. 1º O § 1º do art. 30 da Lei nº 11.101, de 9 de fevereiro de 2005, passa a vigorar com a seguinte redação:

“Art. 30. ....  
§ 1º Ficará também impedido de integrar o Comitê ou exercer a função de administrador judicial quem tiver relação de parentesco ou afinidade até o terceiro grau com o devedor, seus administradores, centro controladores ou representantes legais ou legais ou deles for amigo íntimo, inimigo capital ou dependente.  
..... (NR)”

Art. 2º Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação.

#### Justificação

Este projeto tem o singelo objetivo de padronizar a terminologia relativa às hipóteses processuais de suspeição e impedimento. Diferentemente dos Códigos

gos de Processo Civil e Penal, que trazem como hipóteses de suspeição do juiz o fato de este ser antigo íntimo ou inimigo capital de qualquer das partes, a Lei de Falências fiz menção apenas a amigo ou inimigo, sem qualquer adjetivação que mensure o grau de amizade ou inimizade.

Vê-se logo que a redação da Lei de Falências é mais rígida, e impõe restrição desnecessária, dificultando a composição do Comitê de Credores ou a nomeação do administrador judicial dos devedores em recuperação. É importante registrar que o simples fato de o membro do Comitê ou o administrador judicial ser amigo ou inimigo não pode servir como barreira intransponível à sua nomeação.

Ora, se não há vedação sequer para que o juiz que tem amizade ou inimizade comum com uma das partes conduza o processo, qual a razão que justifica que tal restrição exista quanto ao membro do Comitê de Credores ou o administrador judicial?

Assim, nossa proposta, em consonância com o que preleciona o ilustre Desembargador do tribunal Regional Federal da 1ª Região, Professor Carlos Fernando Mathias de Souza (**A legislação de falência no direito brasileiro: o regime da Lei nº 11.101/05 In Correio Braziliense**, de 16 de maio de 2005, Caderno Direito & Justiça, p. 8), tem por objetivo trazer para a Lei de Falências o mesmo padrão terminológico do Código de Processo Civil.

Diante dessas considerações, conclamamos os nobres Pares a aprovar nossa proposta, convictos que estamos de sua grande utilidade para a sociedade brasileira.

Sala das Sessões, em 22 de março de 2006, Senador **Valdir Raupp**.

#### LEGISLAÇÃO CITADA

LEI Nº 1.101. DE 9 DE FEVEREIRO DE 2005

#### **Regula a recuperação judicial, a extrajudicial e a falência do empresário e da sociedade empresária.**

Art. 30. Não poderá integrar o Comitê ou exercer as funções de administrador judicial quem, nos últimos 5 (cinco) anos, no exercício do cargo de administrador judicial ou de membro do Comitê em falência ou recuperação judicial anterior, foi destituído, deixou de prestar contas dentro dos prazos legais ou teve a prestação de contas desaprovada.

§ 1º Ficará também impedido de integrar o Comitê ou exercer a função de administrador judicial quem tiver relação de parentesco ou afinidade até o 3º (terceiro) grau com o devedor, seus administrado-

res, controladores ou representantes legais ou deles por amigo, inimigo ou dependente.

§ 2º O devedor, qualquer credor ou o Ministério Público poderá requerer ao juiz a substituição do administrador judicial ou dos membros do Comitê nomeados em desobediência aos preceitos desta lei.

O juiz decidirá, no prazo de 24 (vinte e quatro) horas sobre o requerimento do § 2º deste artigo.

*(Às Comissões de Assuntos econômicos e de Constituição, Justiça e Cidadania, Cabendo à última a decisão terminativa.)*

**O SR. PRESIDENTE** (João Alberto Souza. PMDB – MA) – O Projeto que acaba de ser lido será publicado e remetido à Comissão de Assuntos Econômicos e à Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania, em decisão terminativa.

Sobre a mesa, projeto que passo a ler.

É lido o seguinte:

#### **PROJETO DE RESOLUÇÃO Nº 25, DE 2006**

#### **Cria o Grupo de Parlamentar “Amizade Brasil-Zâmbia”.**

O Senado Federal resolve:

Art. 1º É criado, como serviço de cooperação interparlamentar, o Grupo “Amizade Brasil-Zâmbia”, com a finalidade de desenvolver e incentivar as relações bilaterais entre seus Poderes Legislativos.

Art. 2º O Grupo Parlamentar será integrado por membros do Congresso Nacional que a ele livremente aderirem.

Art. 3º As reuniões serão realizadas, preferencialmente, nas dependências do Senado Federal, podendo ser convidados membros dos Legislativos interessados, representantes, para participar e contribuir para o bom equacionamento das questões em debate.

Art. 4º O Grupo Parlamentar “Amizade Brasil-Zâmbia” reger-se-á por um regulamento interno ou, na falta deste, pela decisão da maioria de seus membros fundadores presentes à reunião em que as matérias forem postas em discussão, respeitadas as disposições legais e regimentais em vigor.

Art. 5º Esta Resolução entra em vigor na data da sua publicação.

#### **Justificação**

São inegáveis os laços fraternos que ligam as duas nações, destacadamente no respeito aos fundamentos da democracia e da cidadania.

São muitas e, particularmente, nesta quadra, as razões que nos levam a manter erguida a bandeira da preservação e do fortalecimento da amizade entre os nossos povos. É certo que a nossa diplomacia já supera todas as expectativas, o mesmo acontecendo

na área do intercâmbio comercial com todos os seus percalços. Há, no entanto, uma lacuna: a falta de uma aproximação mais intensa no relacionamento entre os legislativos e de seus representantes.

Este é, declaradamente, o objetivo desta proposição que visa, tão somente, a estreitar os nossos laços de fraternidade, abrindo a possibilidade de uma maior interação entre os nossos legislativos; promovendo um intercâmbio de medidas que possam ser normatizadas por intermédio de legislações, na área social e científica; no ajuste das políticas públicas em defesa da cidadania, dos acordos suscetíveis da aprovação congressional e tudo mais que necessário, desde que voltado para a consolidação, cada vez maior, da amizade e da convivência harmoniosa entre as duas nações.

Sala das Sessões, 22 de março de 2006. – Senador **Marcelo Crivella**.

*(Às Comissões de Relações Exteriores e Defesa Nacional, e Diretora.)*

**O SR. PRESIDENTE** (João Alberto Souza. PMDB – MA) – O Projeto que acaba de ser lido será publicado e remetido à Comissão de Relações Exteriores e Defesa Nacional e à Comissão Diretora.

Sobre a mesa, projeto que passo a ler.

É lido o seguinte:

#### **PROJETO DE RESOLUÇÃO Nº 26, DE 2006**

**Altera a redação do Regimento Interno do Senado Federal para modificar a competência do Segundo, Terceiro e Quarto Secretários do Senado Federal e criar a Olvidaria Parlamentar do Senado Federal.**

O Senado Federal resolve:

Art. 1º Os arts. 55, 56 e 208 do Regimento Interno do Senado Federal passam a vigor com a seguinte redação:

Art. 55. Ao Segundo-Secretário compete exercer a função de Corregedor Parlamentar.

§ 1º Compete ao Corregedor Parlamentar:

I – promover a manutenção do decoro, da ordem e da disciplina no âmbito do Senado Federal;

II – dar cumprimento às determinações da Mesa referentes à segurança interna e externa da Casa

III – supervisionar a proibição de porte de arma, com poderes para revistar e desarmar:

IV – fazer sindicância sobre denúncias de ilícitos no âmbito do Senado, envolvendo Senadores.

§ 2º O Corregedor Parlamentar poderá, observados os preceitos regimentais e as orientações da Mesa, baixar provimentos no sentido de prevenir perturbações da ordem e da disciplina no âmbito da Casa.

§ 3º Em caso de delito cometido por Senador nos edifícios do Senado, caberá ao Corregedor Parlamentar presidir o inquérito instaurado para apuração dos fatos:

I – serão observados, no inquérito, o Código de Processo Penal e os regulamentos policiais do Distrito Federal, no que couber.

II – o presidente do inquérito poderá solicitar a cooperação técnica de órgãos policiais especializados ou requisitar servidores de seus quadros para auxiliar sua realização.

III – servirá como escrivão servidor estável do Senado. designado Pelo presidente do inquérito.

IV – o inquérito será enviado, após sua conclusão, à autoridade competente.

V – em caso de flagrante de crime inafiançável, realizar-se-á a prisão do agente, que será entregue, com o auto respectivo, ao Presidente do Senado, atendendo-se, nesta hipótese, ao prescrito no art. 53. § 3º, da Constituição Federal. (NR)”

“Art. 56. A Terceiro-Secretario compete exercer a função de Ouvidor Parlamentar.

§ 1º Compete ao Ouvidor Parlamentar receber, examinar e encaminhar aos órgãos competentes as reclamações ou representações dos cidadãos sobre:

I – ilegalidades ou abuso de poder imputadas a qualquer agente político ou servidor público do Senado Federal, nessa condição;

II – violação ou qualquer forma de discriminação atentatória aos direitos e liberdades fundamentais, praticadas pelos agentes a que se referem o inciso anterior;

III – imprioridades praticadas no processo legislativo ou nos serviços administrativos do Senado Federal.

§ 2º Incumbe ao Ouvidor Parlamentar, apos observar a consistência das alegações:

I – propor medidas para sanar as violações, as ilegalidades e os abusos constatados:

II – propor as medidas necessárias à regularidade do processo legislativo e dos serviços administrativos do Senado Federal:

III – encaminhar ao Tribunal de Contas da União, aos órgãos policiais ou ao Ministério Público as informações pertinentes a matérias de competência dessas instituições:

IV – responder aos cidadãos e às entidades interessadas quanto às providências tomadas pelo Senado em face das informações e/ou alegações que tenha levado ao conhecimento do Ouvidor Parlamentar:

V – realizar audiências públicas a respeito de assuntos de sua competência:

VI – propor, quando cabível, a abertura de inquérito ou sindicância destinados a apurar as irregularidades de que tenha conhecimento.

§ 3º O Ouvidor Parlamentar, no exercício de suas atribuições, poderá:

I – solicitar informações ou cópia de documentos a qualquer órgão ou servidor do Senado Federal:

II – ter vistas no recinto do Senado de proposição legislativa, atos e contratos e quaisquer outros documentos que entenda necessários:

III – requerer ou promover as diligências e investigações que entender cabíveis.

§ 4º A demora injustificada em responder às solicitações feitas ou na adoção das providências requeridas pelo Ouvidor Parlamentar enseja a responsabilização do agente responsável. (NR)

.....

Art. 208. A ata de sessão secreta sena redigida pelo Quarto – Secretário. aprovada com qualquer número, antes de levantada a sessão. assinada pelo Presidente. Primeiro e Segundo Secretários, encerrada em sobrecarta lacrada, datada e rubricada pelos Secretários, e recolhida ao arquivo. (NR)'

Art. 2º O Regimento Interno do Senado Federal fica acrescido do seguinte art. 56-A:

Art. 56-A. Ao Quarto-Secretário compete:

I – lavrar as atas das sessões secretas. proceder-lhos a leitura e assiná-las depois do Primeiro-Secretário:

II – fazer a chamada dos Senadores, nos casos determinados neste Regimento:

III – contar os votos em verificação de votação:

IV – auxiliar, o Presidente na apuração das eleições, anotando os nomes dos votados e organizando as listas respectivas.

Art. 3º Esta Resolução entra em vigor na data de sua publicação.

Art. 4º Revoga-se a Resolução do Senado Federal nº 17, de 1993.

### Justificação

A presente proposição legislativa visa redefinir as competências dos Secretários do Senado Federal, com exceção do Primeiro-Secretário, bem como incorporar ao Regimento a Resolução do Senado Federal nº 17, de 1993, que dispõe sobre a Corregedoria Parlamentar, e, por último, criar a Ouvidoria Parlamentar do Senado Federal.

As atribuições do Segundo, Terceiro e Quarto Secretários do Senado Federal, contidas no Regimento Interno, são meramente burocráticas, além de poucas, ficando as estruturas dos gabinetes dessas secretarias superdimensionadas para o pouco serviço institucional de que são incumbidas, e os seus titulares, nobres Senadores da República, exercendo funções de pouca relevância. A presente Resolução empresta prestígio elevado ao Segundo, Terceiro e Quarto Secretários da Casa.

Saliente-se que não está previsto no Regimento interno nem em nenhuma norma conexa, nem mesmo na aludida RSF nº 17/1993, a disponibilização de gabinete para o Corregedor Parlamentar. Tal distorção não nos parece razoável, e é sanada com o presente Projeto de Resolução. sem aumento de despesas para a Casa, quando fica estabelecido que cabe ao Segundo-Secretário exercer a função de Corregedor Parlamentar.

Em conseqüência, atribuímos ao Quarto-Secretário as tarefas outrora exercidas pelo Segundo e Terceiro Secretários, inclusive procedendo a pequena adequação reducional no artigo 208 do Regimento Interno.

O Terceiro – Secretário e aqui reside a inovação legislativa da presente proposição – passa a exercer a função de Ouvidor Parlamentar.

A criação do unia Ouvidoria Parlamentar é o objeto de varias proposições em tramitação na Casa, a exemplo do PRS 8/2003, de autoria do Senador Siba Machado. Do fato, a própria Mesa Diretora já tomou essa iniciativa, e apresentou o PPR 15/2004.

Cumprе salientar que a Câmara dos Deputados já possui a sua (ouvidoria Parlamentar, nos termos do art. 21 A do seu Regimento interno.

Por fim, note-se que o Corregedor o o Ouvidor substitutos serão os respectivos suplentes dos secretários.

Sala das Sessões. de 22 de março de 2006. – Senador **Delcídio Amaral**.



## LEGISLAÇÃO CITADA

## RESOLUÇÃO Nº 93/1970

.....  
 Art. 55. Ao Segundo-Secretário compete lavrar as atas das sessões secretas, proceder-lhes a leitura e assiná-las depois do Primeiro-Secretário.

Art. 56. Ao Terceiro e Quarto Secretários compete:

I – fazer a chamada dos Senadores, nos casos determinados neste Regimento;

II – contar os votos, em verificação de votação;

III – auxiliar o Presidente na apuração das eleições, anotando os nomes dos votados e organizando as listas respectivas.

.....  
 Art. 208. A ata de sessão secreta será redigida pelo Segundo-Secretário, aprovada com qualquer número, antes de levantada a sessão, assinada pelo Presidente, Primeiro o Segundo Secretários, encerrada em sobrecarta lacrada, datada e rubricada pelos Secretários e recolhida ao arquivo.

CONSTITUIÇÃO DA  
 REPÚBLICA FEDERATIVA DO BRASIL

.....  
 Art. 53. Os Deputados e Senadores são invioláveis, civil e penalmente, por quaisquer de suas opiniões, palavras e votos.

.....  
 § 3º Recebida a denúncia contra o Senador ou Deputado, por crime ocorrido após a diplomação, o Supremo Tribunal Federal dará ciência à Casa respectiva, que, por iniciativa de partido político nela representado e pelo voto da maioria de seus membros, poderá, até a decisão final, sustar o andamento da ação.

## RESOLUÇÃO Nº 17, DE 1993

**Dispõe sobre a Corregedoria Parlamentar.**

Art. 1º É criada a Corregedoria do Senado Federal, constituída de um Corregedor e três Corregedores Substitutos, os quais serão eleitos na forma pela qual o são os demais membros da Comissão Diretora.

Art. 2º Compete ao Corregedor ou Corregedor Substituto:

I – promover a manutenção do decoro, da ordem e da disciplina no âmbito do Senado Federal;

II – dar cumprimento às determinações da Mesa referentes a seguranças interna e externa da Casa;

III – supervisionar a proibição de porte de arma, com poderes para revistar e desarmar;

IV – fazer sindicância sobre denúncias de ilícitos no âmbito do Senado, envolvendo Senadores.

Art. 3º O Corregedor poderá, observados os preceitos regimentais e as orientações da Mesa, baixar provimentos no sentido de prevenir perturbações da ordem e da disciplina no âmbito da Casa.

Art. 4º Compete aos Corregedores Substitutos substituírem o Corregedor em seus eventuais impedimentos, de acordo com a ordem de precedência dos respectivos cargos na Mesa.

Art. 5º Em caso de delito cometido por Senador nos edifícios do Senado, caberá ao Corregedor, ou Corregedor Substituto por ele designado, presidir o inquérito instaurado para apuração dos fatos.

§ 1º Serão observados, no inquérito, o Código de Processo Penal e os regulamentos policiais do Distrito Federal, no que couber.

§ 2º O presidente do inquérito poderá solicitar a cooperação técnica de órgãos policiais especializados ou requisitar servidores de seus quadros para auxiliar sua realização.

§ 3º Servirá de escrivão funcionário estável do Senado, designado pelo presidente do inquérito.

§ 4º O inquérito será enviado, após sua conclusão, à autoridade competente.

§ 5º Em caso de flagrante de crime inafiançável, realizar-se-á a prisão do agente, que será entregue, com o auto respectivo, ao Presidente do Senado, atendendo-se, nesta hipótese, ao prescrito no art. 53, § 3º, da Constituição Federal.

Art. 6º Esta Resolução entra em vigor na data de sua publicação.

Art. 7º Revogam-se as disposições em contrário.

Senado Federal, 17 de março de 1993. – Senador **Humberto Lucena**, Presidente.

**O SR. PRESIDENTE** (João Alberto Souza. PMDB – MA) – O Projeto que acaba de ser lido vai à publicação.

**O SR. PRESIDENTE** (João Alberto Souza. PMDB – MA) – A Presidência comunica ao Plenário a abertura de prazo de cinco dias úteis, perante a Mesa, para recebimento de emendas. ao **Projeto de Resolução nº 26, de 2006**, que acaba de ser lido, nos termos do art. 235, II, **a**, do Regimento Interno.

**O SR. ALMEIDA LIMA** (PMDB – SE) – Pela ordem, Sr. Presidente.

**O SR. MAGUITO VILELA** (PMDB – GO) – Pela ordem, Sr. Presidente.

**O SR. ANTONIO CARLOS VALADARES** (Bloco/PSB – SE) – Pela ordem, Sr. Presidente.

**O SR. PRESIDENTE** (João Alberto Souza. PMDB – MA) – Pela ordem, concedo a palavra ao Senador Flexa Ribeiro, do PSDB.

**A SRA. ANA JÚLIA CAREPA** (Bloco/PT – PA) – Pela ordem, Sr. Presidente.

**O SR. FLEXA RIBEIRO** (PSDB – PA. Pela ordem.) – Sr. Presidente, solicito a V. Ex<sup>a</sup> a minha inscrição para uma comunicação inadiável.

**O SR. PRESIDENTE** (João Alberto Souza. PMDB – MA) – Eu gostaria que V. Ex<sup>a</sup> me informasse se foi, realmente, o primeiro a solicitar a palavra.

**O SR. FLEXA RIBEIRO** (PSDB – PA) – Fui o primeiro a levantar o microfone. Não sei se os outros companheiros concordarão.

**O SR. MAGUITO VILELA** (PMDB – GO) – Sr. Presidente, pela ordem.

**O SR. PRESIDENTE** (João Alberto Souza. PMDB – MA) – Pela ordem, concedo a palavra ao Senador Almeida Lima, do PMDB de Sergipe.

**O SR. ALMEIDA LIMA** (PMDB – SE. Pela ordem.) – Sr. Presidente, solicito a palavra para uma comunicação inadiável.

**O SR. PRESIDENTE** (João Alberto Souza. PMDB – MA) – V. Ex<sup>a</sup> é o segundo inscrito.

**O SR. ALMEIDA LIMA** (PMDB – SE) – Acredito que seria o primeiro, mas concordo com o Senador Flexa Ribeiro. Já que ele diz que é o primeiro, eu sou o segundo.

**O SR. MAGUITO VILELA** (PMDB – GO) – Sr. Presidente, pela ordem.

**O SR. ANTONIO CARLOS VALADARES** (Bloco/PSB – SE) – Pela ordem, Sr. Presidente.

**O SR. MAGUITO VILELA** (PMDB – GO) – Pela ordem, Sr. Presidente.

**O SR. PRESIDENTE** (João Alberto Souza. PMDB – MA) – O Senador Antonio Carlos Valadares e o Senador Maguito Vilela estão pedindo a palavra pela ordem e eu gostaria de saber quem realmente é o primeiro, porque apenas três serão inscritos.

**O SR. ANTONIO CARLOS VALADARES** (Bloco/PSB – SE. Pela ordem.) – Sr. Presidente, eu gostaria de falar pelo PSB, como Líder.

**O SR. PRESIDENTE** (João Alberto Souza. PMDB – MA) – Inscrevo V. Ex<sup>a</sup>, pelo PSB, como Líder.

**O SR. MAGUITO VILELA** (PMDB – GO) – Sr. Presidente, pela ordem.

**O SR. PRESIDENTE** (João Alberto Souza. PMDB – MA) – Pela ordem, concedo a palavra ao Senador Maguito Vilela.

**O SR. MAGUITO VILELA** (PMDB – GO. Pela ordem.) – Peço minha inscrição para uma comunicação inadiável. Fui o terceiro a solicitar a palavra.

**O SR. PRESIDENTE** (João Alberto Souza. PMDB – MA) – Exatamente. Inscrevo V. Ex<sup>a</sup>, Senador Maguito Vilela, pelo PMDB de Goiás.

Concedo a palavra, pela ordem, à Senadora Ana Júlia Carepa, do PT do Pará.

**A SRA. ANA JÚLIA CAREPA** (Bloco/PT – PA. Pela ordem.) – Obrigada, Senador. Sei que três Senadores já estão inscritos, mas alguém pode desistir da palavra ou falar pela Liderança, por isso peço que me inscreva como primeira suplente.

**O SR. PRESIDENTE** (João Alberto Souza. PMDB – MA) – V. Ex<sup>a</sup> está inscrita em quarto lugar.

**O SR. OSMAR DIAS** (PDT – PR) – Sr. Presidente, pela ordem.

**O SR. PRESIDENTE** (João Alberto Souza. PMDB – MA) – Concedo a palavra, pela ordem, ao Senador Osmar Dias.

**O SR. OSMAR DIAS** (PDT – PR. Pela ordem.) – Sr. Presidente, desejo solicitar minha inscrição para falar pela Liderança do PDT.

**O SR. PRESIDENTE** (João Alberto Souza. PMDB – MA) – V. Ex<sup>a</sup> está inscrito para falar em nome do PDT.

**O SR. ROMEU TUMA** (PFL – SP) – Já há três inscritos para comunicação urgente?

**O SR. PRESIDENTE** (João Alberto Souza. PMDB – MA) – Já há, Senador Romeu Tuma.

Concedo a palavra ao Senador Antonio Carlos Valadares, do PSB de Sergipe, para falar em nome da Liderança, por cinco minutos, para uma comunicação urgente, de interesse partidário.

Antes, porém, quero comunicar às Sr<sup>as</sup> e aos Srs. Senadores que quando presido a sessão gosto de que se cumpra o tempo determinado. Desculpem-me, mas vou exigir isso.

Concedo a palavra ao Senador Antonio Carlos Valadares.

**O SR. ANTONIO CARLOS VALADARES** (Bloco/PSB – SE. Como Líder. Sem revisão do orador.) – Sr. Presidente, agradeço a V. Ex<sup>a</sup>. Espero cumprir integralmente a determinação regimental e acatar a sugestão de V. Ex<sup>a</sup>.

Celebra-se, hoje, em todo o Planeta, o Dia Mundial da Água. Nesta data, convoco todo o País para fazer uma reflexão sobre a importância da utilização responsável e consciente da água como elemento fundamental para o futuro de nossa existência.

Sem água não há vida, não há terra, não há nada. Seu valor, portanto, é inestimável. A nação mais rica do mundo, dotada de recursos e tecnologia de ponta, nada será sem que disponha de água em abundância para o consumo. Nesse aspecto, fomos abençoados pelo Criador – nosso País abriga 12% das reservas de

água doce do mundo. Mas um alerta deve ser dado: de nada adiantará essa abundância se não soubermos utilizar nossos recursos hídricos com sabedoria e de forma sustentável.

Exemplo absolutamente simbólico dessa situação podemos verificar na questão do Rio São Francisco. É bom que utilizemos a paradigmática data de hoje para tocarmos novamente no problema do Velho Chico. O Rio da Integração Nacional está doente, mas, ao invés de lhe concederem “remédios” e “nutrientes” para revigorar a sua vitalidade, querem retirar mais sangue de um paciente já enfermo. Faz-se necessária a sua revitalização, daí por que o Senado Federal e a Câmara dos Deputados estão aprovando a PEC nº 524, de 2002, que trata da revitalização do Rio São Francisco.

Dessa forma, o atual estado do Velho Chico é o emblema maior de que, caso não priorizemos uma política nacional de recursos hídricos séria e bem planejada, sem voluntarismos ou politicagem, correremos o risco de ver perdida essa nossa imensa vantagem comparativa. Quero dizer que o Governo e a Bancada da Câmara dos Deputados já se manifestaram favoráveis à PEC da revitalização.

Também quero conchamar toda a população brasileira para uma campanha de combate ao desperdício de água em nosso País. Quantas vezes vemos por aí torneiras esguichando ao deus-dará, ou mangueiras abertas deixando escorrer água pelas ruas e avenidas das grandes cidades? Quanta falta poderemos sentir, no futuro, dessa fartura líquida! Não levará muito tempo para que as reservas de água doce valham muito mais do que as de petróleo ou de qualquer outro recurso mineral.

O Brasil, juntamente com Argentina, Paraguai e Uruguai, possui um dos maiores reservatórios subterâneos de água doce do mundo, o Aquífero Guarani. Infelizmente, essa reserva grandiosa também enfrenta graves problemas e corre sério risco de perder sua potabilidade, caso medidas não sejam tomadas, com urgência, para deter sua contaminação.

Devemos reconhecer, Sr. Presidente, que a criação da Agência Nacional de Águas (ANA) foi extremamente importante e auspiciosa para a evolução e para o fortalecimento de nossa gestão de recursos hídricos. Mas sua ação ainda nos parece tímida e pouco eficaz diante do tamanho e da robustez do seu objeto de atuação. Faz-se necessário, portanto, dar-lhe maior envergadura e poder para que suas atribuições, principalmente as de fiscalização e controle, sejam plenamente executadas.

O astronauta russo Yuri Gagarin, Sr. Presidente, foi o primeiro a dizer, extasiado, que a Terra é azul. Na

data de hoje, rogamos daqui, de nosso Brasil, para que o Planeta continue azul, imerso e banhado por águas dadivosas. Só assim, a vida continuará a resplandecer, regada no azul do líquido vital.

Era o que eu tinha a dizer, Sr. Presidente.

Muito obrigado.

**O SR. PRESIDENTE** (João Alberto Souza. PMDB – MA) – Concedo a palavra ao Senador Osmar Dias, pela Liderança do PDT, por cinco minutos, para uma comunicação urgente de interesse partidário.

Em seguida, a palavra será facultada conforme a lista de oradores. Desde já, informo-lhes que o primeiro orador inscrito é o Senador César Borges, do PFL da Bahia.

**O SR. MOZARILDO CAVALCANTI** (PTB – RR) – Sr. Presidente, peço a palavra, pela ordem.

**O SR. PRESIDENTE** (João Alberto Souza. PMDB – MA) – Tem a palavra V. Ex<sup>a</sup>, pela ordem.

**O SR. MOZARILDO CAVALCANTI** (PTB – RR. Pela ordem.) – Sr. Presidente, antes que se inicie o pronunciamento do Senador Osmar Dias, solicito a V. Ex<sup>a</sup> minha inscrição, como Líder, no momento que V. Ex<sup>a</sup> entender oportuno.

**O SR. PRESIDENTE** (João Alberto Souza. PMDB – MA) – V. Ex<sup>a</sup> falará após o pronunciamento do Senador César Borges.

**O SR. LEONEL PAVAN** (PSDB – SC) – Sr. Presidente, peço a palavra, pela ordem.

**O SR. PRESIDENTE** (João Alberto Souza. PMDB – MA) – Concedo a palavra, pela ordem, ao Senador Leonel Pavan.

**O SR. LEONEL PAVAN** (PSDB – SC. Pela ordem.) – Sr. Presidente, está completa a lista de oradores para comunicações inadiáveis?

**O SR. PRESIDENTE** (João Alberto Souza. PMDB – MA) – Está completa a lista, Senador. No caso, V. Ex<sup>a</sup> seria o segundo suplente.

**O SR. LEONEL PAVAN** (PSDB – SC) – De qualquer forma, requeiro de V. Ex<sup>a</sup> a minha inscrição pela Liderança do PSDB, para falar após a Ordem do Dia. O documento está sendo encaminhado.

**O SR. PRESIDENTE** (João Alberto Souza. PMDB – MA) – Eu aguardarei a comunicação.

Concedo a palavra ao Senador Osmar Dias, por cinco minutos. Após S. Ex<sup>a</sup>, falará o Senador César Borges.

**O SR. OSMAR DIAS** (PDT – PR. Como Líder. Sem revisão do orador.) – Sr. Presidente, Sr<sup>as</sup> e Srs. Senadores, a Senadora Marina Silva, Ministra do Meio Ambiente, em pronunciamento na Convenção sobre Diversidade Biológica, a COP 8, realizada em Curitiba, criticou o fato de o projeto que regula o acesso a recursos genéticos no Brasil, ou a Lei da Biodiversi-

dade, estar tramitando no Congresso há 11 anos – S. Ex<sup>a</sup> disse que eram treze anos, mas, na verdade, são 11 anos – sem ser aprovado.

A Ministra Marina Silva é a autora do Projeto, e eu, o Relator no Senado Federal. Esse projeto, realmente, tramita há 11 anos no Congresso Nacional, mas a Ministra Marina Silva não disse que ele não foi aprovado no Governo passado porque o Governo editou uma medida provisória para substituir o projeto de autoria de Senadores e de Deputados, como de praxe, fazendo a pirataria de sempre. A Senadora Marina Silva também deixou de dizer que o atual Governo já se dirige para o seu último ano e, portanto, já poderia ter aprovado o projeto da sua Ministra do Meio Ambiente.

Esse projeto sofreu muitas modificações. Eu, como Relator, depois de muito andar por este Brasil afora, em audiências públicas, colhendo informações, propostas e sugestões, fiz as alterações no projeto que regula o acesso aos recursos genéticos.

A Senadora e Ministra está correta quando diz que o Brasil não tem uma lei que proteja adequadamente a biodiversidade. No Brasil, o País com a mais rica biodiversidade do mundo, já deveria existir essa lei. A lei não existe, porque o Governo anterior preferiu editá-la como medida provisória, e o atual Governo nada fez para aprovar, na Câmara dos Deputados, a lei que já foi aprovada pelo Senado Federal. Esta Casa cumpriu sua parte, porque, aqui, já aprovamos um projeto com mais de 100 artigos, oferecendo, em primeiro lugar, direitos a países que forneçam partes de plantas ou de animais para a pesquisa científica que resultem em produtos comerciais que faturam bilhões de dólares por este mundo afora.

Há exemplos de produtos fármacos que são retirados da nossa floresta, da nossa biodiversidade, e que se transformam em medicamentos, em perfumes, enfim, em produtos comercializáveis no mundo inteiro. E o Brasil, que cede a matéria-prima à fabricação desses fármacos, acaba pagando a conta, porque aqueles países detentores da tecnologia cobram o preço que querem no produto, resultado exatamente da pesquisa feita com materiais colhidos na nossa biodiversidade.

Há, portanto, uma responsabilidade coletiva pelo fato de esse projeto não haver sido aprovado. Agora, a Senadora anuncia que novo projeto está em gestação no Governo. Ora, será que não seria mais fácil partir do projeto que já foi aprovado pelo Senado Federal? Se há correções a fazer, que se façam as correções no projeto – e sou autor do substitutivo –, para que, com a aprovação pela Câmara, apressemos esse processo e para que a Lei de Biodiversidade vigore em nosso País!

O curioso é que obtive uma informação que considero relevante: o projeto que está sendo elaborado pelo Governo é quase uma cópia do projeto que foi aprovado pelo Senado e que aguarda votação na Câmara dos Deputados.

À Senadora Marina Silva, autora do projeto no Senado Federal, hoje Ministra do Meio Ambiente, faço um apelo: em vez de continuarmos com essa pirataria em relação a projetos aprovados pelas Casas Legislativas e de permitirmos que a pirataria genética continue prosperando, a Ministra poderia tomar o nosso projeto, o projeto que S. Ex<sup>a</sup> elaborou e que transformei em substitutivo, que foi aprovado no Senado e encaminhado à Câmara. Isso poderia ser feito, em vez de se começar tudo de novo, com um novo projeto que está sendo elaborado pelo Governo.

Se aprovarmos aquele projeto que está na Câmara dos Deputados, o Brasil será um dos primeiros países a ter uma lei protegendo sua biodiversidade. Será muito bom para o Brasil, será muito bom para os brasileiros que tenhamos essa lei protegendo nossa biodiversidade. No entanto, essa mesquinha do Governo de não querer dar a autoria a um Senador ou a uma Senadora e de querer ficar como dono desse projeto de lei é que faz com que se arraste esse problema e com que o Brasil continue sofrendo processos de biopirataria genética, de biopirataria que leva parte de nossa floresta e de nossa biodiversidade – depois, vendem-nos esses produtos em forma de produtos comerciais.

Era o que eu tinha a dizer, Sr. Presidente. Muito obrigado.

**O SR. PRESIDENTE** (João Alberto Souza. PMDB – MA) – Muito obrigado, Senador Osmar Dias.

Concedo a palavra ao Senador César Borges, do PFL da Bahia, por dez minutos. Em seguida, ouviremos o nosso Líder Mozarildo Cavalcanti. Logo depois, falará o Senador Rodolpho Tourinho.

**O SR. CÉSAR BORGES** (PFL – BA. Pronuncia o seguinte discurso. Sem revisão do orador.) – Sr. Presidente, Sr<sup>as</sup> e Srs. Senadores, hoje, foi dito neste plenário, na sessão que antecedeu esta, que o clima precisava melhorar no Senado. Foi dito que o clima já estava melhorando, até porque estávamos todos irmanados num tema que merecia toda a atenção por parte de qualquer cidadão brasileiro: o da Campanha da Fraternidade deste ano, realizada pela Confederação Nacional dos Bispos do Brasil (CNBB), que fala dos deficientes, no sentido de unir todos os brasileiros. Essa é uma verdade insofismável. No entanto, Sr. Presidente, é difícil analisar como um Presidente da República, em viagem pelo País – e ontem, lamentavelmente, escolheu o meu Estado –, vai à Bahia para

fazer críticas infundadas a praticamente todo o mundo político, ao Congresso Nacional.

Se não, vejamos, Sr. Presidente. O Presidente Lula foi à Bahia para dizer textualmente: “Enquanto o povo sofre, nós não conseguimos aprovar o Orçamento. O Congresso ainda não aprovou”. O Congresso. “Sem ele, não poderemos fazer os investimentos”. E coroou a sua fala dizendo: “A maior desgraça do ser humano é a inveja”.

Então, Sr. Presidente, é claro que o Presidente da República, que é tão contraditório em seus pronunciamentos, que não guarda nenhuma lógica entre o início, o meio e o fim do seu pronunciamento, que se contradiz diversas vezes, foi de uma infelicidade, de uma injustiça com o Congresso Nacional.

O Senador Gilberto Mestrinho, que preside a Comissão Mista de Orçamento, disse ontem aqui que é a Bancada do Governo que não quer a aprovação do Orçamento, que a Bancada do Governo não dá número para a aprovação do Orçamento. E por quê, Sr. Presidente? Porque o Presidente está suprimindo as suas necessidades de recursos por meio das medidas provisórias, colocando-os onde deseja gastar, utilizando esse artifício de que não tem Orçamento para não atender pleitos de correligionários e muito menos ainda de adversários políticos. É esse cinismo, Senadora Heloísa Helena, de que V. Ex<sup>a</sup> está sorrindo porque não dá para chorar, mas é essa a realidade que o Presidente Lula adota.

Agora, com esta frase “a maior desgraça do ser humano é a inveja”, o Presidente Lula quer atingir quem? Quem está com inveja do Presidente Lula? Inveja de quê, Sr<sup>as</sup> e Srs. Senadores? Inveja de um homem que não cumpriu seus compromissos com 53 milhões de brasileiros? Inveja de alguém que instalou essa triste e lamentável cena brasileira de hoje, de valerioduto, de mensalão, que teve de demitir o seu Chefe da Casa Civil? Se raciocinasse rápido, ele demitiria imediatamente o Ministro da Fazenda. Inveja? Que tipo de inveja, Sr. Presidente? O que, na verdade, temos de fazer é cobrar insistentemente do Presidente Lula, dizendo-lhe que a maior desgraça do mundo não é a inveja, mas o mau-caratismo, a falta de compromisso com a população, é fazer com que sofram os mais pobres da nossa sociedade, é não aplicar as políticas que prometeu à população brasileira.

Vejamos, Sr. Presidente, que ele foi adiante: “Sou criticado porque dizem que estou gastando muito dinheiro com os pobres, quando deveria estar fazendo estradas e outras coisas”.

Sr. Presidente, ele nem gasta com os pobres, nem faz estradas. O dinheiro nacional está sendo utilizado para pagar a banca, para pagar juros exorbitantes ao

sistema financeiro nacional e internacional por uma política econômica errada, equivocada, que aumenta as despesas de custeio, que aumenta a carga tributária e paga juros altíssimos. É a política econômica que o Presidente Lula tanto preserva por intermédio do seu Ministro Palocci.

Mas aqui estou lendo algo que saiu em uma página do jornal **O Globo**. Mas, na mesma página, Sr. Presidente, tem o seguinte – como diz o Senador Mão Santa, atentai –: “Gastos sociais caíram 2,7% no Governo Lula”. Quer dizer, ele diz que está sendo criticado porque gasta com os pobres. Agora, gastos sociais caíram 2,7% no Governo Lula. E quem está dizendo isso é César Borges, Senador do PFL, de oposição – o que muito me honra? Não, Sr. Presidente. Quem está dizendo isso é o ex-Secretário Municipal de Desenvolvimento, Trabalho e Solidariedade de São Paulo, na gestão da petista Marta Suplicy, no período de 2001 a 2004, o Sr. Marcio Pochmann, que fez um estudo em que mostra que esses gastos sociais do Governo caíram 2,7% nos primeiros três anos de gestão Lula, em comparação com os últimos dois anos do Governo Fernando Henrique Cardoso. Diz o Sr. Marcio Pochmann: “O gasto médio **per capita**, em 2001 e 2002, foi de R\$1.533, contra R\$1.498, em 2003 e 2005.

**O Sr. Rodolpho Tourinho** (PFL – BA) – Senador César Borges.

**O SR. CÉSAR BORGES** (PFL – BA) – Pois não, Senador.

**O Sr. Rodolpho Tourinho** (PFL – BA) – Esses dados não são de São Paulo. São do Brasil.

**O SR. CÉSAR BORGES** (PFL – BA) – Não. São do Brasil.

**O Sr. Rodolpho Tourinho** (PFL – BA) – V. Ex<sup>a</sup> está falando no ex-Secretário do PT, mas é do Brasil.

**O SR. CÉSAR BORGES** (PFL – BA) – Mas ele é um estudioso do assunto e foi Secretário Municipal, ou seja, insuspeito do ponto de vista de ter participado de um Governo petista. É ele quem faz essa análise.

E diz mais:

De acordo com o Professor da Unicamp, Sr. Marcio Pochmann, a culpa é do modelo econômico que drena dinheiro para o sistema financeiro e, na outra ponta, assiste os mais pobres, com programas como o Bolsa Família e o aumento do salário mínimo.

Quer dizer, tira com uma mão para dar com outra. Reduziram-se os gastos sociais, de um modo geral, de nove itens do Orçamento que ele selecionou. Em relação ao período anterior, houve aumento apenas na assistência social, que inclui o Bolsa-Família. Então, no cômputo geral, os gastos sociais caíram 2,7%.

Ele vai mais adiante ao dizer que o resultado dessa política é o achatamento da renda da classe média assalariada. De acordo com o estudo, o salário mínimo cresceu 27,8% e os gastos sociais, 29,8%, nos últimos dez anos. Entretanto, o resultado médio dos assalariados caiu 16,6%. Ou seja, é a classe média que está cada vez mais achatada. Este Governo assumiu o poder disposto a mudar esse quadro, mas, lamentavelmente, o agravou ainda mais.

Os números mostram que o ajuste fiscal do Governo não recaiu prioritariamente sobre os gastos sociais – é bom que se diga isso. Os investimentos federais foram reduzidos em 39,73%, quase 40%. Quer dizer, recaiu principalmente sobre os investimentos; ou seja, diminuiram os gastos sociais e os gastos em investimentos. Então contradiz o Presidente: nem estradas, nem gasto social. Essa é uma realidade que está aqui diagnosticada.

E vai mais além: o momento atual é o pior desde 1840, o fim do período de sete décadas entre o Ciclo do Ouro e o início da produção de café. Imaginem, Sr<sup>as</sup> e Srs. Senadores, é o pior desde 1840. E o Presidente Lula diz que estamos invejosos.

**A Sr<sup>a</sup> Heloísa Helena** (P-Sol – AL) – Senador César Borges, V. Ex<sup>a</sup> me concede um aparte?

**O Sr. Almeida Lima** (PMDB – SE) – Senador César Borges.

**O SR. CÉSAR BORGES** (PFL – BA) – Concedo o aparte, com muita satisfação, à Senadora Heloísa Helena e, em seguida, ao Senador Almeida Lima.

**A Sr<sup>a</sup> Heloísa Helena** (P-Sol – AL) – Senador César Borges, é bem rapidinho. Primeiro, sempre que vou analisar as questões relacionadas ou à vigarice política, ou à insensibilidade, ou à incompetência, tenho insistido em dizer que isso é o povo brasileiro quem vai decidir. O povo brasileiro tem todo o direito de reeleger o Presidente Lula, ou até de eleger o Presidente Alckmin, mesmo que não seja nenhum dos dois com o meu voto, mas tem todo o direito. Então, deixemos isso de lado. Segundo, gostaria de deixar de lado também esse discurso do Presidente da República. Quando vi o discurso que ele fez em Alagoas, só não dei a maior gargalhada porque era um negócio muito trágico. Ele estava falando da elite ao lado do que há de pior, de podre e de rico na elite alagoana. Refiro-me a Alagoas, porque aos discursos nos outros Estados nem assisto. Estava lá no palanque com o PIB alagoano. Todos os ricos, usineiros, gente milionária, estavam todos lá no palanque, e ele falando dos pobres. Quem analisa o orçamento público e a execução orçamentária também vê exatamente isto: em apenas um ano, em 2005, o Governo pagou de juros da dívida oito vezes mais do que investiu na educação; dez vezes mais do que investiu na saúde; setenta e duas vezes mais do que investiu

em segurança pública; setecentas e vinte vezes mais do que investiu em saneamento. Então, o Presidente tem todo o direito de fazer demagogia. Infelizmente, ainda vai ter até o dia 1º de julho para estar na televisão com essa cantilena enfadonha e mentirosa, dizendo que governa para os pobres quando governa para os ricos e dá aos pobres apenas as migalhas para ludibriar a pobreza. Esse tipo de coisa. Retomemos a verdade. Qual é a verdade? É a questão do Orçamento. Ao se analisar a execução orçamentária, vê-se claramente que, infelizmente, Senador João Alberto Souza, quem zela pela verdade, pela análise técnica da execução orçamentária, e que não é da base bajulatória, com certeza, verá que o Governo jogou mais da metade da riqueza nacional para a lama da especulação e aumentou a concentração de renda. É só analisar o Orçamento que se vê que infelizmente, para todos nós brasileiros, muito infelizmente mesmo, para mim, para V. Ex<sup>a</sup> e para os pobres do Brasil, o pronunciamento de V. Ex<sup>a</sup> está absolutamente correto.

**O SR. CÉSAR BORGES** (PFL – BA) – Muito infelizmente, lamentavelmente, Senadora Heloísa Helena. É por isso que venho trazer esse discurso e mostrar esse estudo, insuspeito, porque, Sr. Presidente, ainda no jornal **O Globo**, tem um artigo muito triste de se ler, porque é a pura realidade, do festejado Zuenir Ventura.

*(O Sr. Presidente faz soar a campainha.)*

**O SR. PRESIDENTE** (João Alberto Souza. PMDB – MA) – O tempo de V. Ex<sup>a</sup> está esgotado.

**O SR. CÉSAR BORGES** (PFL – BA) – Só para concluir, Sr. Presidente.

Trata-se do artigo “Um futuro sem futuro”. Leia para ver o que está acontecendo com a infância brasileira; lamentavelmente, com a infância brasileira. “(...) meninas de onze anos vendendo o corpo por R\$1,99 ou de cinco anos fazendo sexo oral por R\$0,50 e à noite se vê no Fantástico o Documentário “Falcão”.

Pergunto: o que este Governo fez pela criança, pela juventude brasileira? E o que este Presidente fala em nome dos pobres? Ele tem de falar em nome dos banqueiros, que tiveram juros recordes, e ele é o representante, e não falar em nome dos pobres, porque está aqui fazendo perjúrio, está mentindo!

Se o Presidente me conceder, eu havia prometido um aparte ao Senador Almeida Lima.

**O SR. PRESIDENTE** (João Alberto Souza. PMDB – MA) – Senador, quando o Senador Rodolpho Tourinho for falar, em seguida, S. Ex<sup>a</sup> fará o aparte.

**O SR. CÉSAR BORGES** (PFL – BA) – Peço desculpa ao Senador Almeida Lima e agradeço a sua compreensão, Sr. Presidente.

**O SR. PRESIDENTE** (João Alberto Souza. PMDB – MA) – Muito obrigado, Senador César Borges.

**O SR. PRESIDENTE** (João Alberto Souza. PMDB – MA) – Concedo a palavra ao Senador Mozarildo Cavalcanti, PTB, Roraima, como Líder, por cinco minutos, para uma comunicação urgente de interesse partidário.

Por gentileza, Senador Mozarildo.

**O SR. MOZARILDO CAVALCANTI** (PTB – RR. Como Líder. Sem revisão do orador.) – Sr. Presidente, Sr<sup>as</sup> Senadoras, Srs. Senadores, estou aqui com um quadro fornecido com dados da Superintendência Regional do Incra do meu Estado, em que vemos um dado alarmante – o meu Estado era um Território Federal, transformado em Estado pela Constituinte de 1988, da qual tive muita honra de participar e lutar por essa transformação –, mostrando como estão as terras do meu Estado.

Terras arrecadadas pelo Incra: 48,97%; outras terras públicas federais, 43%. Sobram, portanto, para serem terras possivelmente do Estado, apenas 8,03% da área total do meu Estado.

Diante desse fato e depois de tentar inúmeras vezes resolver essa questão pela via da negociação, do entendimento com o Poder Executivo, não conseguindo isso, entrei com uma ação popular no Supremo Tribunal Federal, já que considero isso um conflito federativo. É um esbulho que o Governo Federal faz por meio do Incra – de um lado é a Funai; do outro lado é o Incra –, nesse caso, o Incra contra o Estado. Que Estado é esse que não tem terra? Que Estado é esse que não tem área para ser plantada, para ser cultivada?

Então, entrei, no dia 19 de maio de 2005, com uma ação popular. O Ministro Eros Graus mandou, liminarmente, arquivar dizendo que não tinha cabimento. Entrei com agravo regimental no dia 5 de agosto do ano passado.

Pois bem, esses autos estão conclusos para o relator desde o dia 18 de agosto do ano passado. Estamos caminhando, portanto, para fazer um ano; e não há manifestação alguma.

Fico realmente surpreso quando vejo tanta rapidez em decisões do Supremo no que tange a ações do Parlamento, como, por exemplo, para salvaguardar direitos fundamentais – não entro no mérito da questão – para que certas pessoas não revelem na CPI o que a CPI quer saber; para proteger o sigilo bancário de algumas pessoas que manifestamente têm problemas, e não resolve rapidamente essa questão das terras do meu Estado que estão sob o domínio indevido do Incra.

Faço aqui um registro de que agora o Governo Federal nomeou para Superintendente do Incra no meu Estado um jovem advogado roraimense, conhecedor da

realidade de lá. Um homem que tem, portanto, todas as condições de tentar desatar esses nós. Porém, Sr. Presidente, não acredito realmente que este Governo tenha interesse em resolver essa questão no meu Estado. Uma questão fundiária que, de um lado, repito, são as imensas reservas indígenas, que, portanto, não podem ser exploradas as terras nem os minérios – dizem que agora vão mandar um projeto para poder explorar minérios em terras indígenas; e, do outro lado, o Incra, que assentou lá milhares de colonos em diversos municípios e os abandonou à própria sorte, sem lhes dar assistência técnica, sem lhes propiciar adequado financiamento. E ainda por cima não repassa essas terras para que o Estado possa fazer um plano de desenvolvimento – já que está na moda – sustentável, que o Estado possa ter um zoneamento econômico-ecológico.

Faço um apelo ao Ministro Eros Grau, para que realmente defina, se pronuncie sobre o agravo regimental, que está lá, repito, desde o dia 5 de agosto do ano passado.

É um assunto de alto interesse para o meu Estado. Na condição de Senador pelo meu Estado, não posso ver uma situação dessa e me limitar, lamentavelmente, a fazer somente discursos aqui. Por isso entrei com uma ação judicial, pois pela via parlamentar, de projeto, não se resolve e pela via da conversa amigável com o Poder Executivo, com o Presidente da República e com os seus ministros, também não se resolve, espero que o Supremo olhe isso.

Termino reiterando meu apelo ao Ministro Eros Grau, para que decida essa questão das terras do meu Estado, ao mesmo tempo em que espero que o novo superintendente, Dr. Juscelino, possa, efetivamente, ter sorte e fazer as cobranças que o Estado espera para titular as terras até daqueles colonos que já estão lá, milhares de colonos que têm um lote de 100 ha que não têm nem título, e o Estado não pode titular porque as terras estão sob o domínio do Incra.

Quero, Sr. Presidente, pedir que sejam transcritos na íntegra tanto a ação popular quanto o agravo regimental e esses dados que aqui li como parte integrante do meu pronunciamento. Muito obrigado.

**DOCUMENTOS A QUE SE REFERE O  
SENADOR MOZARILDO CAVALCANTI EM  
SEU PRONUNCIAMENTO.**

*(Inseridos nos termos do art. 210, inciso I e § 2º do Regimento Interno.)*

EXCELENTÍSSIMO SENHOR MINISTRO EROS ROBERTO GRAU, DO EG. SUPREMO TRIBUNAL FEDERAL

Francisco Mozarildo de Melo Cavalcanti, brasileiro, casado, Médico e Senador da República pelo

Estado de Roraima, portador do título de eleitor em anexo, com domicílio Ala Senador Afonso Arinos, gab. 10, Senado Federal, Brasília-DF, por seu Advogado infra-assinado, vem, nos termos do art. 317 do RISTF, interpor o presente

#### AGRAVO REGIMENTAL

Em face da decisão de Vossa Excelência que extinguiu, sem julgamento de mérito, a ação cautelar proposta em face da União, pessoa jurídica de direito público, representada pelo Advogado-Geral da União e o INCRA, Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária, autarquia pública, representada por seu Procurador Federal, o que faz nos seguintes termos:

#### Da decisão agravada

Decidiu Excelentíssimo Senhor Ministro Eros Roberto Grau que:

“7 A ação popular prevista no inciso LXXIII do art. 5 da constituição do Brasil tem por objeto a anulação de ato lesivo ao patrimônio público ou de entidade de que o Estado participe, à moralidade administrativa, ao meio ambiente e ao patrimônio histórico e seu ajuizamento apenas se justifica quando a lesão ao patrimônio público possa ser objetiva e minimamente mensurável, o que não ocorrer na espécie. ademais, a alegada omissão da União, consubstanciada em ausência de regulamentação do art. 4º da Lei nº 10.304/2001, não se enquadra em qualquer das hipóteses de nulidade enunciadas art. 2º da lei 4.717/65. Nego seguimento ao pedido, por ser manifestamente incabível (art. 21, § 1º, do RISTF)”.

Em síntese, que a Lei nº 4.717/65 traz com requisito para a sua propositura a mensuração mínima e objetiva da lesão ao patrimônio público; e que a regulamentação de lei não estaria acobertada pelas hipóteses enunciadas no art. 2º da Lei nº 4.717/65.

#### Do Cabimento da Ação Popular

Conforme ressaltado na exordial, objetiva-se, com a presente ação popular, determinar à União e ao INCRA que obedecem ao comando constitucional de assegurar ao Estado de Roraima os direitos de posse e de propriedade quanto as terras devolutas que não estão inseridas no conceito de terras da União, na forma como previsto no art. 26, inciso IV; art. 20, inciso II; e art. 14 do ADCT, todos da Constituição Federal de 1988.

Além desse pedido declaratório, formulou-se um pedido condenatório no sentido de se efetuar, concretamente, as transferências de terras indevidamente

em poder do INCRA e da União que, com a criação do Estado de Roraima, passaram a ser daquele ente da federação, e que hoje se encontram registradas ou administradas pelas citadas pessoas jurídicas de direito público.

A causa de pedir que justifica a propositura da ação popular é exatamente o significativo prejuízo econômico e à administração do Estado de Roraima em face de não possuir a gerência sobre 92% do seu território, hoje em nome da União ou Incra, ou por eles administrados.

São três os requisitos específicos da ação popular, na forma como preleciona Hely Lopes Meirelles: legitimidade de cidadão, ilegalidade e lesividade.<sup>1</sup>

Discute-se, neste agravo, apenas os dois últimos requisitos, que igualmente se encontram preenchidos nesta ação, senão vejamos:

#### Da Ilegalidade

Prevê o art. 14 do ADCT que:

Art. 14. Os Territórios Federais de Roraima e do Amapá são transformados em Estados Federados, mantidos seus atuais limites geográficos.

§ 1º A instalação dos Estados dar-se-á com a posse dos governadores eleitos em 1990

§ 2º Aplicam-se à transformação e instalação dos Estados de Roraima e Amapá as normas e critérios seguidos na criação do Estado de Rondônia, respeitado o disposto na Constituição e neste Ato.

Prevê os arts. 20 e 26 da Constituição Federal que:

Art. 20. São bens da União:

I – os que atualmente lhe pertencem e os que lhe vierem a ser atribuídos;

II – as terras devolutas indispensáveis à defesa das fronteiras, das fortificações e construções militares, das vias federais de comunicação e à preservação ambiental, definidas em lei;

III – os lagos, rios e quaisquer correntes de água em terrenos de seu domínio, ou que banhem mais de um Estado, sirvam de limites com outros países, ou se estendam a território estrangeiro ou dele provenham, bem como os terrenos marginais e as praias fluviais;

<sup>1</sup> MEIRELES, HELY lopes. Mandado de Segurança ação popular ação civil pública. Mandado e injunção. **Hábeas data**. Ação direta de inconstitucionalidade. Ação declaratória de constitucionalidade. Arguição de descumprimento de preceito fundamental. O Controle incidental de normas no Direito Brasileiro. 26ª edição. Malheiros: São Paulo, 2004, p. 125.



IV – as ilhas fluviais e lacustres nas zonas limítrofes com outros países; as praias marítimas; as ilhas oceânicas e as costeiras, excluídas, destas, as que contenham a sede de Municípios, exceto aquelas áreas afetadas ao serviço público e a unidade ambiental federal, e as referidas no art. 26 II (Redação dada pela Emenda Constitucional nº 46, de 2005)

V – os recursos naturais da plataforma continental e da zona econômica exclusiva;

VI – o mar territorial;

VII – os terrenos de marinha e seus acrescidos;

VIII – os potenciais de energia hidráulica;

IX – os recursos minerais, inclusive os do subsolo;

X – as cavidades naturais subterrâneas e os sítios arqueológicos e pré-históricos;

XI – as terras tradicionalmente ocupadas pelos índios.

(...)

§ 2º A faixa de até cento e cinquenta quilômetros de largura, ao longo das fronteiras terrestres, designada como faixa de fronteira, é considerada fundamental para defesa do território nacional, e sua ocupação e utilização serão reguladas em lei.

Art. 26. Incluem-se entre os bens dos Estados:

I – as águas superficiais ou subterrâneas, fluentes, emergentes e em depósito, ressalvadas, neste caso, na forma da lei as decorrentes de obras da União;

II – as áreas, nas ilhas oceânicas e costeiras, que estiverem no seu domínio, excluídas aquelas sob domínio da União, Municípios ou terceiros;

III – as ilhas fluviais e lacustres não pertencentes à União;

IV – as terras devolutas não compreendidas entre as da União.

A Lei Complementar nº 41, de 1981, no que tange a questão patrimonial do Estado de Rondônia, preceitua que:

Art. 15 Ficam transferidos ao Estado de Rondônia o domínio, a posse e a administração dos seguintes bens móveis e imóveis:

I – os que atualmente pertencem ao Território Federal de Rondônia;

II – os efetivamente utilizados pela Administração do Território Federal de Rondônia;

III – rendas, direitos e obrigações decorrentes dos bens especificados nos incisos I e II, bem como os relativos aos convênios, contratos e ajustes firmados pela União, no interesse do Território Federal de Rondônia.

Prevê, por fim, a Lei nº 10.304/2001 que:

Art. 1º As terras pertencentes à União, compreendidas no Estado de Roraima, passam ao domínio desse Estado, mantidos os seus atuais limites e confrontações, nos termos do art. 14 do Ato das Disposições Constitucionais Transitórias.

Art. 2º São excluídas da transferência de que trata esta Lei as áreas relacionadas nos incisos II, III, IV, VIII, IX e X do art. 20 da Constituição Federal, as terras indígenas pertencentes à União e as destinadas pela União a outros fins de necessidade ou utilidade pública.

Esses dispositivos constitucionais e legais já deixam claro o que são terras da União e o que são terras do Estado de Roraima.

No entanto, 92% das terras do Estado de Roraima encontram-se ou registradas em nome da União e suas autarquias, ou por eles administrados.

### Da Lesividade

A lesividade, para fins da ação popular, conforme a melhor doutrina, não se restringe à questão patrimonial e nem aos atos comissivos.

Hely Lopes Meirelles, que na sua consagrada obra sobre Mandado de Segurança e outros remédios constitucionais, afirma que:

“O terceiro requisito da ação popular é a lesividade do ato o patrimônio público. Na conceituação atual, **lesivo é todo ato ou omissão administrativa que desfalca o erário ou prejudica a administração**, assim como o que ofende bens ou valores artísticos, cívicos, culturais, ambientais ou históricos da comunidade.”<sup>2</sup> (grifo nosso).

Assim, em princípio, a lesividade se caracteriza tanto por uma ato comissivo ou omissivo que venha a causar prejuízos econômicos ao Estado ou prejudicar a administração pública.

<sup>2</sup> MEIRELLES, Hely Lopes. Mandado de Segurança ação popular ação civil pública. Mandado e injunção. Hábeas data. Ação direta de inconstitucionalidade. Ação declaratória de constitucionalidade. Arguição de descumprimento de preceito fundamental. O controle incidental de normas no Direito Brasileiro. 26ª edição, Malheiro: São Paulo, 2004, p. 124.

A omissão se caracteriza pela não transferência das terras indevidamente em poder da União e do INCRA ao Estado de Roraima, na forma como determinada pela constituição e leis acima apontadas.

Esse ato, por si só, já revela o prejuízo econômico do Estado, já que o Estado de Roraima não tem como desenvolver economicamente não tendo a gerência sobre 92% de seu território.

Os Estados sobrevivem basicamente das suas receitas derivadas, que são frutos especialmente do ICMS. O ICMS só existe se houve comércio e esse só existe se houver desenvolvimento econômico.

Sem a possibilidade de se assegurar a posse e titularidade de terras, principalmente no âmbito rural, dentro de um planejamento estratégico, não há como atrair investimentos e o Estado não tem como se desenvolver.

A questão da mensuração dessa lesividade é questão de mérito, que deve ser analisada ao final da ação, e não como condição ou requisito para a sua propositura.

Exigir do autor popular a mensuração desse prejuízo econômico é desvirtuar o espírito da própria ação popular que, aliás, possibilita até mesmo a propositura da ação sem qualquer prova documental.

A impossibilidade de um ente federativo de gerir 92% das suas terras é, salvo melhor juízo, um indicativo grave de prejuízo econômico para o Estado de Roraima, de forma a preencher de forma satisfatória, nesse momento processual, o requisito da lesividade ao erário público.

Além de prejudicar o erário público, a própria administração do Estado fica prejudicada. O Estado de Roraima hoje é um Estado de servidores públicos. O fim do Estado é pagar servidores públicos. Não há planejamento econômico. Não há desenvolvimento. Não há emprego na iniciativa privada. E isso se dá exatamente porque não se tem qualquer segurança jurídica de investimento econômico naquele Estado, já que a União não transfere ao Estado o que lhe pertence.

Exigir que o autor popular faça uma mensuração desse prejuízo à administração é exigir que o mesmo prove o óbvio.

### **Da Necessidade de Condenação numa Obrigação de Fazer**

A transferência das terras indevidamente em poder da União e do Incra não precisaria ser feita, necessariamente, por meio de decreto regulamentar da Lei nº 10.304/2001, caracterizando, como disse o MM. Ministro Relator, a omissão legislativa que afastaria a aplicação da ação popular, de acordo com o rol do art. 2º da Lei nº 4.717/65.

A Lei nº 10.304/2001 disse apenas o óbvio, ou seja, o que já havia sido dito pela própria constituição, quando ressaltou o que são bens dos Estados e o que são bens da União.

O fato é que, concretamente, a União e o Incra não obedecem ao texto constitucional, violando, portanto, o princípio da legalidade, e continuam a administrar as referidas terras como se suas fossem, quando em

verdade já haviam sido transferidas ao Estado, o que violaria o princípio da moralidade.

E o que é pior é que essa administração por parte da União não leva em consideração os interesses de desenvolvimento do Estado.

O Estado não participa de nenhuma decisão da União, quanto à utilização de seu próprio patrimônio.

Além da natureza declaratória, que toda ação possui, inclusive a ação popular, o pedido principal da presente demanda é obrigar o poder público federal a efetivamente fazer cumprir a determinação constitucional e transferir as terras que a Constituição determinou que são do Estado de Roraima.

Tal medida pode ser feita de diversas formas. Primeiro, com a declaração desse Eg. Supremo Tribunal Federal de que os citados dispositivo são auto-aplicáveis, não necessitando de nenhum ato infra-constitucional. O que por si só já resolveria o problema.

Segundo, com atos concretos que a União e o INCRA teriam que fazer, quais sejam: transferir as referidas áreas, que eventualmente estiverem registradas indevidamente por elas para o Estado de Roraima.

Essa transferência só seria necessária para as áreas registradas indevidamente em nome da União ou Incra. As demais áreas, que já são do Estado de Roraima, simplesmente deixariam de ser administradas pelo Incra, já que não lhe compete administrar terras que não lhe pertence.

Sem a intermediação do poder judiciário nessa questão, não haverá, jamais, qualquer possibilidade de que a União e o Incra, de forma espontânea, venham a concretizar o preceito constitucional dos dispositivos citados, já que não há qualquer interesse federal nessa questão.

Não se pretende a regulamentação da Lei nº 10.304/2001, o que habilitaria a ação de controle concentrando de constitucionalidade por omissão. Essa lei apenas disse o óbvio, qual seja, o que seriam as terras dos Estados e aquelas que seriam da União, na forma como já preceituada pelo próprio texto constitucional.

A desnecessidade de lei a regulamentar os citados dispositivos constitucionais já foi acatada por esse Eg. Supremo Tribunal Federal quando do julgamento da Ação Cível Originária nº 640 (cópia anexa).

### **Do Pedido**

Ante o exposto, requer seja conhecido o presente recurso de agravo para, no mérito, dar-lhe provimento para cassar a decisão do Mm. Relator que extinguiu o feito sem julgamento de mérito, dando-se seguimento ao trâmite normal da ação popular em tela.

Termos em que pede e espera deferimento.

Brasília, 4 de agosto de 2005. – **Ranilton Monteiro Neves**, OAB-DF nº 20.561.

Nº 96, sexta-feira, 20 de maio de 2005

Diário da Justiça - Seção 1

ISSN 1677-701X

5



**RECURSO EXTRAORDINÁRIO 346.679-8** (19)

PROCED. MINAS GERAIS

RELATOR : MIN. CARLOS BRITTO

RECTE(S) : SA ESTADO DE MINAS

ADV(A/S) : MARCUS VINICIUS DE PAULA FREITAS E OUTROS

RECTE(S) : MARA FERREIRA DA SILVA

ADV(A/S) : EDEN MATTAR E OUTROS

REQDO(A/S) : AS MESMAS

Matéria : RESPONSABILIDADE CIVIL INDENIZAÇÃO ACIDENTE DO TRABALHO

**RECURSO EXTRAORDINÁRIO 416.827-8** (50)

PROCED. SANTA CATARINA

RELATOR : MIN. GILMAR MENDES

RECTE(S) : INSTITUTO NACIONAL DO SEGURO SOCIAL - INSS

ADV(A/S) : MIGUEL ÂNGELO SEDREZ JUNIOR

REQDO(A/S) : EDIR GOMES DE ANDRADE

ADV(A/S) : TAÍS SOARES PINTO E OUTRO(A/S)

Matéria : PREVIDÊNCIA SOCIAL PENSÃO REVISÃO

Brasília, 17 de maio de 2005

LUIZ TOMIMAFSU Secretário

ACÓRDÃOS

Décima-quinta (15ª) Ata de Publicação de Acórdãos, realizada nos termos do art. 95, do Regimento Interno do S.T.F.

**QUEST. ORD. EM AÇÃO CAUTELAR 244-3** (51)

PROCED. DISTRITO FEDERAL

RELATOR : MIN. MARCO AURÉLIO

REQTE(S) : MINISTÉRIO PÚBLICO FEDERAL

REQDO(A/S) : CID RÓJAS AMÉRICO DE CARVALHO

ADV(A/S) : JOSÉ EDUARDO RANGEL DE ALCKMIN E OUTRO(A/S)

Decisão: O Tribunal, por maioria, venceu o Senhor Ministro Joaquim Barbosa, resolvendo a questão de ordem suscitada, afastou o arresto de bens e determinou o sobrestamento desta ação para aguardar o julgamento da Ação Direta de Inconstitucionalidade nº 2.797-2/DF. Votou o Presidente. Ausente, justificadamente, o Senhor Ministro Nelson Jobim. Presidente. Presidiu o julgamento a Senhora Ministra Ellen Gracie. Vice-Presidente. Plenário, 21.10.2004

**ARRESTO - EXTENSÃO - PENDÊNCIA DO PROCESSO PRINCIPAL - PROJEÇÃO NO TEMPO.** A natureza acuceladora do arresto sinaliza a existência de ato precário e balizado no tempo, mormente quando alcançado o universo dos bens do destinatário do ato de constrição. A regra do artigo 807 do Código de Processo Civil há de ser tomada sob o ângulo da razoabilidade, longe ficando de implicar a indeterminação do prazo de eficácia das medidas cautelares.

**AÇÃO CÍVEL ORIGINÁRIA 640-6** (52)

PROCED. RORAIMA

RELATOR : MIN. MARCO AURÉLIO

AUTORA : UNIÃO

ADV. : ADVOGADO-GERAL DA UNIÃO

REU : ESTADO DE RORAIMA

ADV(A/S) : CLEUSA LUCIA DE SOUZA LIMA

Decisão: O Tribunal, por unanimidade, julgou improcedente a ação nos termos do voto do relator. Falou pelo réu o Dr. Régis Gurgel do Amaral Jereissami, Procurador do Estado. Presidiu o julgamento o Senhor Ministro Nelson Jobim. Plenário, 09.03.2005

**BENS DA UNIÃO - TERRITÓRIO DE RORAIMA - UTILIZAÇÃO.** Ante o teor do § 2º do artigo 14 do Ato das Disposições Transitórias da Carta de 1988, aplicáveis são as normas norteadoras da criação do Estado de Rondônia e, portanto, quanto aos bens da União e à transferência destes para o novo Estado de Roraima, o preceito do artigo 15 da Lei Complementar nº 41/81. Os bens efetivamente utilizados pela Administração do Território Federal de Roraima passaram ao domínio do novo Estado.

**AÇÃO DIRETA DE INCONSTITUCIONALIDADE 2.884-7** (53)

PROCED. RIO DE JANEIRO

RELATOR : MIN. CELSO DE MELLO

REQTE(S) : PARTIDO PROGRESSISTA - PP

ADV(A/S) : VALMOR GAVARINA E OUTRO(A/S)

REQDO(A/S) : GOVERNADOR DO ESTADO DO RIO DE JANEIRO

REQDO(A/S) : ASSEMBLÉIA LEGISLATIVA DO ESTADO DO RIO DE JANEIRO

Decisão: O Tribunal julgou procedente, em parte, a ação para declarar a inconstitucionalidade do artigo 1º, do artigo 2º e seu parágrafo único, do artigo 4º, da expressão "dentro os Procuradores em exercício junto ao Tribunal de Contas", constante do parágrafo único do artigo 3º, do inciso I do parágrafo único do artigo 5º, e do artigo 6º, todos da Lei Complementar nº 62, de 18 de julho de 1990 do

Estado do Rio de Janeiro, bem assim da expressão "e a lista de que trata o art. 128, § 2º, II, da Constituição do Estado", constante do inciso V do caput do artigo 9º, da alínea "b" do inciso III do artigo 39, e da expressão "e ao Tribunal de Contas do Estado", constante do caput do artigo 42, todos da Lei Complementar nº 106, de 02 de janeiro de 2003, do Estado do Rio de Janeiro. No que se refere ao artigo 128, § 2º, II, da Constituição do Estado do Rio de Janeiro, na redação dada pela Emenda Constitucional estadual nº 33.2600, e ao artigo 18 do Ato das Disposições Constitucionais Transitórias do Estado do Rio de Janeiro, na redação dada pela Emenda Constitucional estadual nº 25/2002, o Tribunal deu interpretação conforme a Constituição, para, sem redução de texto, restringir-lhes a execução em ordem a que, afastada qualquer outra possibilidade interpretativa, seja fixado o entendimento de que o Ministério Público refere-se em tais normas e o Ministério Público especial com atuação exclusiva junto ao Tribunal de Contas do Estado do Rio de Janeiro. Votou o Presidente, Ministro Nelson Jobim. Decisão unânime. Plenário, 02.12.2004

**E M E N T A:** AÇÃO DIRETA DE INCONSTITUCIONALIDADE - A QUESTÃO PERTINENTE AO MINISTÉRIO PÚBLICO ESPECIAL JUNTO AO TRIBUNAL DE CONTAS ESTADUAL - UMA REALIDADE INSTITUCIONAL QUE NÃO PODE SER DESCONHECIDA - CONSEQUENTE IMPOSSIBILIDADE CONSTITUCIONAL DE O MINISTÉRIO PÚBLICO ESPECIAL SER SUBSTITUÍDO, NESSA CONDIÇÃO, PELO MINISTÉRIO PÚBLICO COMUM DO ESTADO-MEMBRO - AÇÃO DIRETA JULGADA PARCIALMENTE PROCEDENTE

**OS ESTADOS-MEMBROS, NA ORGANIZAÇÃO E COMPOSIÇÃO DOS RESPECTIVOS TRIBUNAIS DE CONTAS, DEVEM OBSERVAR O MODELO NORMATIVO INSCRITO NO ART. 75 DA CONSTITUIÇÃO DA REPÚBLICA**

Os Tribunais de Contas estaduais deverão ter quatro Conselheiros eleitos pela Assembleia Legislativa e três outros nomeados pelo Chefe do Poder Executivo do Estado-membro. Dentre os três Conselheiros nomeados pelo Chefe do Poder Executivo estadual, apenas um será de livre nomeação do Governador do Estado. Os outros dois deverão ser nomeados pelo Chefe do Poder Executivo local, necessariamente, dentre ocupantes de cargos de Auditor do Tribunal de Contas (um) e de membro do Ministério Público junto à Corte de Contas local (um), Súmula 653/STF.

Uma das nomeações para os Tribunais de Contas estaduais, de competência privativa do Governador do Estado, acha-se constitucionalmente vinculada a membro do Ministério Público especial, com atuação perante as próprias Cortes de Contas.

**O MINISTÉRIO PÚBLICO ESPECIAL JUNTO AOS TRIBUNAIS DE CONTAS NÃO SE CONFUNDE COM OS DEMAIS RAMOS DO MINISTÉRIO PÚBLICO COMUM DA UNIÃO E DOS ESTADOS-MEMBROS**

O Ministério Público especial junto aos Tribunais de Contas - que configura uma indiscutível realidade constitucional - qualifica-se como órgão estatal dotado de identidade e de fisionomia próprias que e tornam inconfundível e inassimilável à instituição do Ministério Público comum da União e dos Estados-membros.

Não se reveste de legitimidade constitucional a participação do Ministério Público comum perante os Tribunais de Contas dos Estados, pois essa participação e atuação acham-se constitucionalmente reservadas aos membros integrantes do Ministério Público especial, a que se refere a própria Lei Fundamental da República (art. 130).

O preceito consubstanciado no art. 130 da Constituição reflete uma solução de compromisso adotada pelo legislador constituinte brasileiro, que preferiu não outorgar, ao Ministério Público comum, as funções de atuação perante os Tribunais de Contas, optando, ao contrário, por atribuir esse relevante encargo a agentes estatais qualificados, deferindo-lhes um "status" jurídico especial e ensinando-lhes, com o reconhecimento das já mencionadas garantias de ordem subjetiva, a possibilidade de atuação funcional exclusiva e independente perante as Cortes de Contas.

**A QUESTÃO DA EFICÁCIA REPRISTINATÓRIA DA DECLARAÇÃO DE INCONSTITUCIONALIDADE "IN IUS TRICTO"**

A declaração final de inconstitucionalidade, quando proferida em sede de fiscalização normativa abstrata, importa - considerado o efeito repristinatório que lhe é inerente - em restauração das normas estatais anteriormente revogadas pelo diploma normativo objeto do juízo de inconstitucionalidade, eis que o ato inconstitucional, por juridicamente inválido (RTJ 146:461-462), não se reveste de qualquer carga de eficácia demagógica Doutrina Precedentes (STF).

**AÇÃO DIRETA DE INCONSTITUCIONALIDADE 2.895-2** (54)

PROCED. ALAGOAS

RELATOR : MIN. CARLOS VELLOSO

REQTE(S) : GOVERNADOR DO ESTADO DE ALAGOAS

ADV(A/S) : PGE-AL - RICARDO BARROS MÉRIO E OUTRO(A/S)

REQDO(A/S) : GOVERNADOR DO ESTADO DE ALAGOAS

REQDO(A/S) : ASSEMBLÉIA LEGISLATIVA DO ESTADO DE ALAGOAS

Decisão: O Tribunal, por unanimidade, julgou procedente, em parte, a ação e declarou a inconstitucionalidade, no artigo 74 da Lei Complementar nº 07, de 18 de julho de 1991, com a redação dada pela Lei Complementar nº 23, de 03 de julho de 2002, ambas do Estado de Alagoas, da seguinte expressão "não podendo os Procuradores de Estado de 1ª Classe perceber subsídio ou vencimento inferior ao arbulado ao do cargo de Procurador-Geral". Votou o Presidente, Ministro Nelson Jobim. Plenário, 02.02.2005.

**E M E N T A:** CONSTITUCIONAL ADMINISTRATIVO. SERVIDOR PÚBLICO. REMUNERAÇÃO. VINCULAÇÃO OU EQUIPARAÇÃO. C.F., art. 37, XIII. Lei Complementar nº 7, de 1991, com a redação da Lei Complementar nº 23, de 2002, do Estado de Alagoas.

I - Objetivando impedir majorações de vencimentos em cadeia, a Constituição Federal, art. 37, XIII, veda a vinculação ou equiparação de vencimentos para o efeito de remuneração de pessoal do serviço público.

II - Inconstitucionalidade de parte da segunda parte do art. 74 da Lei Complementar nº 7, de 1991, com a redação da Lei Complementar nº 23, de 2002, ambas do Estado de Alagoas.

III - Não obstante de constitucionalidade duvidosa a primeira parte do mencionado artigo 74, ocorre, no caso, a impossibilidade de sua apreciação, em obsequio ao "princípio do pedido" e por não ocorrer, na hipótese, o fenômeno da inconstitucionalidade por "arrastamento" ou "atração", já que o citado dispositivo legal não é dependente da norma declarada inconstitucional. ADI 2.653/MT, Ministro Carlos Velloso, "DJ" de 31.10.2003.

IV - ADI julgada procedente, em parte.

**MED. CAUT. EM AÇÃO DIRETA DE INCONSTITUCIONALIDADE 3.377-8** (55)

PROCED. RIO DE JANEIRO

RELATOR : MIN. MARCO AURÉLIO

REQTE(S) : PARTIDO TRABALHISTA BRASILEIRO

ADV(A/S) : MARCUS RODRIGUES CAMARGO FILIPE DOS SANTOS E OUTRO(A/S)

REQDO(A/S) : TRIBUNAL DE CONTAS DO ESTADO DO RIO DE JANEIRO

Decisão: O Tribunal, por unanimidade, referendou a liminar indeferida pelo relator e prejudicou o agravo regimental inoposto. Votou o Presidente, Ministro Nelson Jobim. Ausentes, justificadamente, as Senhoras Ministras Carlos Velloso e Eros Grau. Plenário, 14.04.2005

**AÇÃO DIRETA DE INCONSTITUCIONALIDADE - CORTES DE CONTAS - ELEIÇÃO DO PRESIDENTE - ARTIGOS 93 E 102, RESPECTIVAMENTE, DA CONSTITUIÇÃO FEDERAL E DA LEI ORGÂNICA DA MAGISTRATURA.** Não concorre a relevância suficiente a conduzir à concessão da medida acuceladora, uma vez evocado preceito constitucional relativo à magistratura e, portanto, inaplicável às Cortes de Contas

**AG.REG.NA AÇÃO RESCISÓRIA 1.752-1** (56)

PROCED. RIO DE JANEIRO

RELATOR : MIN. SEPULVEDA PERTENCE

AGTE(S) : LYSIAS PLOUVIER

ADV(A/S) : ARY MARCOS VARJÃO DAS DORES

AGDO(A/S) : INSTITUTO NACIONAL DO SEGURO SOCIAL - INSS

Decisão: O Tribunal, por unanimidade, negou provimento ao agravo. Ausentes, justificadamente, o Senhor Ministro Nelson Jobim (Presidente), a Senhora Ministra Ellen Gracie (Vice-Presidente) e o Senhor Ministro Gilmar Mendes. Presidiu o julgamento o Senhor Ministro Sepúlveda Pertence. Plenário, 07.04.2005.

**E M E N T A:** 1. Ação rescisória: inadmissibilidade.

Inviável a ação rescisória que se funda em violação literal de lei, se a decisão rescindenda não se pronunciou sobre a norma legal tida por violada por falta de alegação oportuna.

2. Agravo regimental: necessidade de impugnação do fundamento da decisão agravada (RISTF, art. 317, § 1º).

**AG.REG.NA RECLAMAÇÃO 872-8** (57)

PROCED. SÃO PAULO

RELATOR : MIN. MARCO AURÉLIO

ORIGINÁRIO

RELATOR PARA O ACÓRDÃO : MIN. NELSON JOBIM

AGTE. UNIÃO

ADV. ADVOGADO-GERAL DA UNIÃO

AGDO. JUIZ FEDERAL SUBSTITUÍDO DA 1ª VARA DE ARACATUBA DA 7ª SUBSEÇÃO JUDICIÁRIA DO ESTADO DE SÃO PAULO

Decisão: Após o voto do Senhor Ministro Marco Aurélio (Relator), negando provimento ao agravo regimental, pediu vista o Senhor Ministro Nelson Jobim. Ausente, justificadamente, o Senhor Ministro Sydney Sanches. Plenário, 06.9.2000

Decisão: Renovado o pedido de vista do Senhor Ministro Nelson Jobim, justificadamente, nos termos do § 1º do artigo 1º da Resolução nº 278, de 15 de dezembro de 2003. Presidência do Senhor Ministro Maurício Corrêa. Plenário, 28.04.2004

EXCELENTÍSSIMO SENHOR MINISTRO PRESIDENTE DO EG. SUPREMO TRIBUNAL FEDERAL

FRANCISCO MOZARILDO DE MELO CAVALCANTI, brasileiro, casado, Médico e Senador da República pelo Estado de Roraima. portador do título do eleitor em anexo, com domicílio Ala Senador Afonso Arinos. gab. 10. Senado Federal. Brasília-DF, por seu Advogado infra-assinado, vem propor a presente.

#### AÇÃO POPULAR

Contra a **União**, pessoa jurídica de direito público, representada pelo Advogado-Geral da União e o Incra, Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária, autarquia pública, representada por seu Procurador Federal e o **Estado de Roraima**, representado por seu Procurador Geral, o que faz nos seguintes termos.

#### Breve Resumo da Demanda

O Território Federal de Roraima foi transformado em Estado pela Constituição Federal de 1988. nos termos do art. 14 dos Atos das Disposições Constitucionais Transitórias, **verbis**:

Art. 14. Os Territórios Federais de Roraima e do Amapá são transformados em Estados Federados, mantidos seus atuais limites geográficos.

§ 1º A instalação dos Estados dar-se-á com a posse dos governadores eleitos em 1990.

§ 2º Aplicam-se à transformação e instalação dos Estados de Roraima e Amapá as normas e critérios seguidos na criação do Estado de Rondônia, respeitado o disposto na Constituição e neste Ato.

Conforme se depreende desse dispositivo constitucional, em relação à transformação do Território no novo Estado de Roraima, conclui-se que:

a) O Estado de Roraima deveria ter a mesma dimensão territorial do então Território de Roraima:

b) A referida transformação seria regida pela mesma norma e mesmos critérios seguidos na criação do Estado de Rondônia.

Essa norma de que trata o dispositivo constitucional é a Lei Complementar nº 41, de 1981, que, no que tange a questão patrimonial do Estado de Rondônia, preceitua que:

Art. 15. Ficam transferidos ao Estado de Rondônia o domínio, a posse e a administração dos seguintes bens móveis e imóveis:

I – os que atualmente pertencem ao Território Federal de Rondônia;

II – os efetivamente utilizados pela Administração do Território Federal de Rondônia:

III – rendas, direitos e obrigações decorrentes dos bens especificados nos incisos I e II, bem como os relativos aos convênios, contratos e ajustes firmados pela União, no interesse do Território Federal de Rondônia.

Desse dispositivo legal. alçado a norma constitucional, depreende-se que os bens móveis e imóveis que pertenciam ao antigo Território Federal de Roraima. bem como os bens móveis e imóveis efetivamente utilizados pela Administração do Território Federal de Roraima passaram automaticamente para a esfera de domínio e posse do recém criado Estado de Roraima.

Muito embora tenha sido bastante clara a intenção constitucional de transferir o domínio imobiliário do então Território Federal de Roraima para o Estado de Roraima. o que se vê foi a total desobediência constitucional por parte da União, que até hoje, após cerca de 14 anos da efetiva instalação do referido Estado, ainda não transferiu os bens do Estado para que este possa desempenhar o seu papel que a constituição lhe reservou.

Visando proporcionar a imediata transferência dos citados bens imóveis para a esfera de domínio e posse do Estado de Roraima, foi promulgada a Lei nº 10.304, de 05 de novembro de 2001, **verbis**:

LEI Nº 10.304, DE 5 DE NOVEMBRO DE 2001

#### **Transfere ao domínio do Estado de Roraima terras pertencentes à União e dá outras providências.**

O Presidente da República, Faço saber que o Congresso Nacional decreta e eu sanciono a seguinte lei:

Art. 1º As terras pertencentes à União. compreendidas no Estado de Roraima, passam ao domínio desse Estado, mantidos os seus atuais limites e confrontações, nos termos do art. 14 do Ato das Disposições Constitucionais Transitórias.

Art. 2º São excluídas da transferência de que trata esta Lei as áreas relacionadas nos incisos II, III, IV, VIII, IX e X do art. 20 da Constituição Federal, as terras indígenas pertencentes à União e as destinadas pela União a outros fins de necessidade ou utilidade pública.

Art. 3º As terras transferidas ao domínio do Estado de Roraima deverão ser utilizadas em atividades de assentamento e de colonização, podendo ser adotado o regime de concessão de uso, previsto pelo Decreto-Lei nº 271, de 28 de fevereiro de 1967.

§ 1º A aquisição ou o arrendamento de lotes por estrangeiros obedecerá os limites, condições e restrições estabelecidos na legislação federal.

§ 2º (Vetado)

Art. 4º O Poder Executivo regulamentará esta lei no prazo de 180 (cento e oitenta) dias.

Ocorre que essa lei, no seu art. 4º determinou que o Poder Executivo deveria regulamentá-la no prazo de 180 (cento e oitenta) dias, prazo este que se encontra esgotado desde maio de 2002.

E mais uma vez, passados quase 3 (três) anos, até a presente data o Estado de Roraima encontra-se seriamente prejudicado, sem os bens que a Constituição Federal lhe assegurou, o que lhe impede de promover o seu desenvolvimento econômico e social.

#### **Da Competência do Supremo Tribunal Federal**

A competência para julgar a presente ação popular é do Supremo Tribunal Federal, já que a matéria tratada envolve conflito federativo, entre a União e o Estado de Roraima, nos termos do art. 102, inciso I, letra f da Constituição Federal de 1988.

O próprio Supremo Tribunal Federal já reconheceu, por ocasião do julgamento da RCL nº 2.833, que a competência para julgar matérias que envolvam questões fundiárias entre um Estado da Federação e a União, é do Supremo Tribunal Federal, independentemente de ser uma ação popular.

#### **Do Cabimento da Ação Popular**

A ação popular é o meio constitucional posto a disposição de qualquer cidadão, que vise anular ato lesivo ao patrimônio público, à moralidade administrativa, ao meio ambiente e ao patrimônio histórico e cultural, nos termos do art. 5º, inciso LXXIII da Constituição Federal de 1988.

Nos termos do artigo 1º da Lei nº 4.717, de 29 de junho de 1965, **verbis**:

Art. 1º Qualquer cidadão será parte legítima para pleitear a anulação ou a declaração de nulidade de atos lesivos ao patrimônio da União, do Distrito Federal, dos Estados, dos Municípios, de entidades autárquicas, de sociedades de economia mista (Constituição, art. 141, § 38), de sociedades mútuas de seguro nas quais a União repre-

sente os segurados ausentes, de empresas públicas, de serviços sociais autônomos, de instituições ou fundações para cuja criação ou custeio o tesouro público haja concorrido ou concorra com mais de cinquenta por cento do patrimônio ou da receita anual, de empresas incorporadas ao patrimônio da União, do Distrito Federal, dos Estados e dos Municípios, e de quaisquer pessoas jurídicas ou entidades subvencionadas pelos cofres públicos.

A legitimação ativa da presente ação popular encontra-se adequadamente preenchida, já que o autor é cidadão brasileiro, conforme título de eleitor em anexo, e é detentor de um mandato legislativo de Senador da República, tendo a sua atuação política marcada pela defesa da regularização fundiária do Estado de Roraima, como ponto de partida para qualquer linha de desenvolvimento econômico e social.

Descumprimento de uma norma constitucional, que deveria ter sido cumprida desde a instalação do Estado, ou seja, há quase 14 (quatorze) anos, e ou pela ausência de um ato Regulamentar que não foi editado.

Daí ser a via judicial o único caminho necessário para resolver o problema dessa grave omissão administrativa do poder público em transferir efetivamente os bens imóveis do antigo território para o Estado de Roraima.

Esta ação popular visa, portanto, restabelecer o princípio da legalidade e da autonomia do Estado de Roraima, já que há uma norma legal expressa determinando ao Executivo Federal a regulamentação da Lei nº 10.301, de 2001, no prazo de 180 (cento e oitenta) dias, a contar da publicação da referida lei, o que se deu em 05 de novembro de 2001, o que não foi feito até o presente momento e há uma norma constitucional atribuindo o domínio pelo Estado de Roraima das terras públicas federais encontradas nos limites de seu território.

Visa ainda restabelecer a vontade constitucional da efetiva criação do Estado de Roraima, que de forma injustificada encontra-se inviabilizada com a grave omissão do Governo Federal e de suas autoridades, que não transfere as terras que pertenciam ao Território Federal de Roraima para o então criado Estado de Roraima, na forma como determinada pelo art. 14 do ADCT da CF/88, e não permite o domínio pleno de seu poder sobre as referidas áreas.

Por fim, encontra-se violado o princípio da moralidade, já que não se concebe como possa um Estado da federação ter a sua situação fundiária a depender exclusivamente de um ato regulamentar da União, que

não possui qualquer interesse em resolver o problema de um Estado da Federação, com cerca de 300.000 pessoas, já que constantemente cria novas ou aumenta as reservas indígenas existentes, de forma a ampliar ainda mais a sua arca, em detrimento da área do já fragilizado Estado de Roraima.

Ainda quanto ao elemento da lesividade, resta cristalino que o Estado de Roraima não possui território, ou seja, não possui uma base territorial devidamente delimitada, de forma que possa exercer o poder de império, buscando o desenvolvimento agrário e industrial do Estado, já muito comprometido pela indefinição que a situação fundiária causa.

Todas as terras localizadas no Estado de Roraima, com raríssimas exceções, como as que foram adquiridas por meio de contrato de compra e venda ou por meio de doação, são da União, o que totaliza cerca de 92% do Estado.

Dessa forma, a lesão é latente, já que não se concebe, nem na teoria, nem na prática, um Estado sem território. Na teoria, a base territorial é um elemento objetivo do conceito de Estado. Não se concebe um Estado sem território, sem povo e sem governo soberano, conforme nos ensina Hildebrando Accioly, quando trata dos elementos constitutivos dos Estados, no seu **Manual de Direito Internacional Público**, Saraiva: São Paulo, 11ª edição, p. 16.

Na prática, o que ocorre é que o Estado de Roraima não possui qualquer chance de desenvolvimento econômico ou social, já que simplesmente não possui qualquer patrimônio imobiliário que possa ser utilizado com essas finalidades.

O Estado de Roraima não tem condições de atrair investidores, que ficam com receio de investir em terras que venham a ser demarcadas no futuro como áreas indígenas, ou como terras do Incra, como são exemplos nas diversas demandas judiciais que essa Casa encontra-se detida sobre o tema, tais como a polêmica demarcação da Raposa Serra do Sol e da anulação dos títulos definitivos emitidos em favor de alguns produtores rurais, já anulados nesse Supremo Tribunal Federal.

Como o Governo Federal e o Incra insistem em não resolver o problema, até porque não possuem qualquer interesse nisso, não resta outra saída a não ser ingressar com a presente ação popular visando restabelecer a autonomia do Estado de Roraima sobre as terras localizadas em seu território, conferidas pela Constituição Federal de 1988.

### **Dos Bens Públicos Estaduais e a Criação do Estado de Roraima**

Os bens do Estado de Roraima são bens públicos, na forma como determina o art. 98 do Código Civil Brasileiro.

Os bens imóveis privados são adquiridos, em regra, por meio do registro do título, acessão, usucapião e direito hereditário, na forma dos arts. 1.238 a 1.244, 1.248 e 1.784 do Código Civil, art. 167, da Lei nº 6.015/73 e Lei nº 7.433/85.

No entanto, os bens públicos para serem adquiridos não necessitam, necessariamente, do registro imobiliário, já que em relação a eles há a aplicação de um regime de direito público, cujo registro imobiliário passa a ser apenas um dado accidental.

O art. 99 do Código Civil, prescreve que:

Art. 99. São bens públicos:

I – os de uso comum do povo, tais como rios, mares, estradas, ruas e praças:

II – os de uso especial tais como edifícios ou terrenos destinados a serviço ou estabelecimento da administração federal, estadual, territorial ou municipal, inclusive os de suas autarquias:

III – os dominicais, que constituem o patrimônio das pessoas jurídicas de direito público, como objeto de direito pessoal, ou real, de cada urna dessas entidades.

Parágrafo único. Não dispendo a lei em contrario, consideram-se dominicais os bens pertencentes às pessoas jurídicas de direito público a que se tenha dado estrutura de direito privado.

Somente os bens dominicais podem ser transferidos para os particulares, observadas as exigências legais, na forma do art. 101 do Código Civil e, quando isto ocorre, estes bens são passíveis de registro.

Já os demais bens públicos não podem ser apropriados pelos particulares, independentemente de haver registro público ou não.

Da mesma forma, os bens públicos, inclusive os dominiais, não são submetidos a registro público quando são transferidos entre os entes da federação, por força da própria constituição ou das leis, dando-se a publicidade necessária para impor o regime jurídico de direito público.

Não é por outro motivo que o art. 168 da Lei nº 6.015, de 1973, que arrola os casos em que os bens móveis são levados a registro, onde não se verifica os bens imóveis públicos. **verbis**:

Art. 168. No Registro de imóveis serão feitas:

I – a inscrição:

a) dos instrumentos públicos de instituição de bem de família;

**b)** das hipotecas legais, judiciais e convencionais;

**c)** dos contratos de locação de prédios, nos quais tenha sido consignada cláusula de vigência no caso de alienação da coisa locada;

**d)** do penhor de máquinas e de aparelhos utilizados na indústria, instalados e em funcionamento, com ou sem os respectivos pertences;

**e)** das penhoras, arrestos e seqüestros de imóveis;

**f)** dos títulos das servidões em geral, para sua constituição;

**g)** do usufruto e do uso sobre imóveis e da habilitação, quando não resultarem do direito de família;

**h)** das rendas constituídas ou vinculadas a imóveis, por disposição de última vontade:

**i)** da promessa de compra e venda de imóvel não loteado, sem cláusula de arrependimento, cujo preço deva pagar-se a prazo, de uma só vez ou em prestações (artigo 22 do Decreto-Lei nº 58, de 10 de dezembro de 1937, com a redação alterada pela Lei nº 649, de 11 de março de 1949);

**j)** da enfiteuse;

**l)** da anticrese;

**m)** dos instrumentos públicos das convenções antenupciais;

**n)** das cédulas de crédito rural (Decreto-Lei nº 167, de 14 de fevereiro de 1967);

**o)** das cédulas de crédito industrial (Decreto-Lei nº 413, de 9 de janeiro de 1969);

**p)** dos contratos de penhor rural (Lei nº 492, de 30 de agosto de 1969);

**q)** dos empréstimos por obrigações ao portador ou debêntures, inclusive as conversíveis em ações (Lei nº 4.728, de 14 de julho de 1965, artigo 44);

**r)** dos memoriais de incorporação e das instituições e convenções de condomínio a que alude a Lei nº 4.591, de 16 de dezembro de 1964;

**s)** dos memoriais de loteamento de terrenos urbanos e rurais, para a venda de lotes a prazo, em prestações (Decreto-Lei nº 58/37, Lei nº 4.591/64 e Decreto-Lei nº 271, de 28 de fevereiro de 1967);

**t)** das citações de ações reais ou pessoais, reipersecutórias, relativas a imóveis;

**u)** das promessas de cessão (artigo 59, da Lei nº 4.380, de 21 de agosto de 1964);

II – a transcrição:

**a)** das sentenças e de nulidade ou anulação de casamento, quando nas respectivas partilhas existirem imóveis ou direitos reais sujeitos a registro;

**b)** dos julgados e atos jurídicos **inter vivos** que dividirem imóveis ou os demarcarem;

**c)** das sentenças que nos inventários e partilhas, adjudicarem bens de raiz em pagamento das dívidas da herança;

**d)** dos atos de entrega de legados de imóveis, formal de partilha e das sentenças de adjudicação em inventário quando não houver partilha;

**e)** da arrematação e da adjudicação em hasta pública;

**f)** do dote;

**g)** das sentenças declaratórias de usucapião, para servirem de títulos aquisitivos;

**h)** da compra e venda pura e condicional:

**i)** da permuta;

**j)** da dação em pagamento:

**l)** da transferência de quota a sociedade, quando for constituída por imóvel;

**m)** da doação entre vivos;

**n)** das sentenças que, em processos de desapropriação, fixarem o valor da indenização.

III – a averbação:

**a)** das convenções antenupciais, especialmente em relação aos imóveis existentes, ou posteriormente adquiridos, pela cláusula do regime legal;

**b)** por cancelamento da extinção dos direitos reais:

**c)** dos contratos de promessa de compra e venda de terrenos loteados, em conformidade com as disposições de Decreto-Lei nº 58, de 10 de dezembro de 1937;

**d)** da mudança de nome dos logradouros e da numeração dos prédios, da edificação, da reconstrução, da demolição, do desmembramento e do loteamento de imóveis;

**e)** da alteração do nome por casamento ou por desquite ou, ainda, de outras circunstâncias que, por qualquer modo, afetem o registro ou as pessoas nele interessadas;

**f)** dos contratos de promessa de compra e venda, cessão desta, ou de promessa de cessão, a que alude a Lei nº 4.591, de 16 de

dezembro de 1964, bem como dos contratos de compra e venda relativos ao desmembramento das unidades autônomas respectivas;

**g)** da individualização das unidades autônomas condominiais de que trata a Lei nº 4.591, de 16 de dezembro de 1964, e o artigo 13 do Decreto nº 55.815, de 8 de março de 1965;

**h)** das cédulas hipotecárias a que alude o Decreto-Lei nº 70, de 21 de novembro de 1966;

**i)** da caução, da cessão parcial e da cessão fiduciária dos direitos aquisitivos relativos a imóveis (Decreto-Lei nº 70, de 21 de novembro de 1966);

**j)** das sentenças de separação de dote;

**l)** do julgamento sobre o restabelecimento da sociedade conjugal;

**m)** das cláusulas de inalienabilidade, impenhorabilidade, e incomunicabilidade impostas a imóveis, bem como da instituição de fideicomisso;

**n)** das decisões, recursos e seus efeitos, que tenham por objeto os atos ou títulos registrados.

A desnecessidade do assento nos registros imobiliários dos chamados bens de domínio público é enfaticamente defendida por Walter Ceneviva:

“O registro do loteamento tem efeito constitutivo de direito em favor do município. Efeito que nasce com o registro, na data deste. As vias, praças e espaços livres, áreas destinadas a edifícios públicos e equipamentos urbanos, constantes do projeto e do memorial descritivo, passam a pertencer ao domínio municipal, independentemente de outros assentos. Os bens públicos integram o patrimônio da União, dos Estados e dos Municípios. O domínio público é uma das formas de exercício da soberania, nem confundível com a propriedade, nem a ela equiparável. Por isso não é sujeito ao registro imobiliário, destinado às modificações dos direitos reais sobre imóveis” (**Lei dos Registros Públicos Comentada**. São Paulo: Saraiva, 73 ed., 1991) (grifo nosso)

Hely Lopes Meirelles define o domínio público como:

“(...) poder superior (eminente) que o Estado mantém sobre todas as coisas existentes em seu território, não se confunde com o direito de propriedade que o mesmo Estado exerce sobre as coisas que lhe pertencem, por

aquisição civil ou administrativa. Aquele é um domínio geral e potencial sobre bens alheios: este é um domínio específico e efetivo sobre bens próprios do Estado, o que o caracteriza como um domínio patrimonial, no sentido de incidir sobre os bens que lhe pertencem.

“O domínio patrimonial do Estado sobre os seus bens é direito de propriedade, mas direito de propriedade pública, sujeito a um regime administrativo especial. A esse regime se subordinam todos os bens das pessoas administrativas, assim considerados bens públicos, e, como tais, regidos pelo direito público, embora supletivamente se lhes apliquem algumas regras da propriedade privada. Mas, advirta-se que as normas civis não regem o domínio público; suprem, apenas, as omissões das leis administrativas” (**Direito Administrativo Brasileiro**, São Paulo: RT, 15ª ed. p. 421 (grifo nosso)

Afrânio de Carvalho, na sua conhecida obra, Registro de Imóveis (Forense, 1982, 3ª ed. p. 43-47), tece variegadas considerações acerca do tema:

“Ao acolher apenas os imóveis particulares, deixando livres os imóveis públicos, o registro tem em vista que a propriedade pública não necessita da proteção por ele oferecida, por estar a salvo de atos jurídicos dos particulares. Nada obsta, porém, que a administração pública resolva futuramente subordinar todos os imóveis públicos ao Registro, a fim de que esta reflita a imagem completa do território do País. Essa fase provavelmente será atingida mais adiante como natural decorrência do cadastro, do qual se pode dizer como já se disse da natureza, que tem horror ao vácuo...”

“De parte essas observações sobre categorias de bens públicos, talvez não haja temeridade em admitir à vista de episódios atuais, que no futuro o Registro de Imóveis venha a dar publicidade às mutações jurídico-reais tanto da propriedade particular como da propriedade pública, embora, no tocante à segunda, só sirva para facilitar trâmites administrativos na rotina das repartições, ao contrário do que acontece relativamente à primeira, em que serve para criar ou extinguir direitos. A integração imprimirá ordem aos assentos de ambas as propriedades, que disso se beneficiarão mutuamente,” (grifo nosso)



A propósito convém destacar o seguinte precedente do Supremo Tribunal Federal, **verbis**:

AR nº 1.137/MG – Minas Gerais

Ação Rescisória

Relator(a): Mim. Rafael Mayer

Rel. Acórdão

Min. Néri da Silveira

Julgamento: 22-6-1988 Órgão Julgador:

Tribunal Pleno

Publicação: DJ Data-6-9-2001 PP nº 9

Ement

Vol-02042-02 PP nº 239

Ementa: – Ação rescisória. 2. Limites territoriais entre Municípios: ação concernente à nulidade de sua alteração. Acórdão rescindendo que afirmou, quanto à prescrição da ação, ser a vintenária do art. 177 do Código Civil e não a de cinco anos do art. 1º do Decreto nº 20.910, de 1932. 3. Jurisdição territorial entre dois Municípios. 4. Base física do exercício de sua autonomia, o território do Município. definido na lei estadual de sua criação, ou em posterior lei de revisão administrativa e territorial do Estado, certo está constitui elemento integrativo da noção desse ente político, em nosso sistema constitucional. Não é cabível entender que porção do território de um Município possa ser integrada à jurisdição de outro município, por via diversa daquela prevista na Constituição. Se a divisão territorial do Estado em municípios é de previsão constitucional; se isso havia de fazer-se, já no regime da Constituição de 1946, segundo a lei do Estado-membro, não é admissível ter como válida qualquer alteração territorial dos Municípios, senão na conformidade da disciplina legislativa do Estado, o que vale dizer, modo público, e não por simples negócio jurídico, modo privado, ou simples disposições municipais. 5. De outra parte, enquanto base física sobre a qual se exerce a autonomia, dimensão política da jurisdição do ente municipal, forca é entender, em princípio, que noção publicística informa a natureza do território da comuna, enquanto bem imóvel. Nesse plano, não há visualizar o tema da prescrição, a não ser na perspectiva do tratamento dispensado, pela ordem jurídica positiva, aos bens públicos. 6. Ação anulatória do Termo de Acordo de retificação de limites promovida por um dos Municípios visando retomar o exercício de sua jurisdição política

e administrativa sobre a porção territorial em causa, restaurando-se, dessa maneira, os limites fixados anteriormente na lei estadual de sua criação. 7. Hipótese em que não é admissível ter a ação como de natureza meramente pessoal, para enquadrá-la no âmbito de incidência do Decreto nº 20.910, de 1932, sujeita a prescrição quinquenal. 8. Ação rescisória do acórdão julgada improcedente.

Dessa forma, verifica-se que somente os bens dominicais é que são objeto de direito pessoal ou real, carecedores, portanto, de transferência de propriedade por meio de registros públicos.

E isso somente quando esses bens são transferidos a particulares. A transferência de bens imóveis entre entes públicos (União, Estado e Município) não carece, igualmente, de registro público visando transferir a propriedade, já que esta se opera por força da constituição ou da lei, conferindo a publicidade que seria atingida com o registro público.

Os bens públicos descritos na própria Constituição Federal, a qual os distribuem nas três esferas federativas, não se submetem à legislação do registro imobiliário comum, mas sim à regulação que os referidos entes da federação lhes der, na forma da lei.

Assim, são bens da União aqueles descritos no art. 20, enquanto que os bens dos Estados, do Distrito Federal encontram-se discriminados nos art. 26. da Carta da República Federativa do Brasil.

Portanto, a discriminação entre os bens da União e dos Estados encontra-se na própria Constituição, não havendo necessidade de nenhum ato formal de transferência de registro, já que os bens públicos surgem exatamente quando surge o Estado.

Com a Constituição é que os bens nela descritos passam, automaticamente, para a União e para os Estados, independentemente de qualquer registro.

Esses bens não necessitam de qualquer registro público, já que já nascem públicos e integrando o patrimônio de cada ente da federação. Pensar diferente seria admitir o registro público do mar, de um rio, da sede do Congresso Nacional ou da sede do Supremo Tribunal Federal. Esses bens são públicos independentemente de qualquer registro.

A União não pré-existe ao Estado da Federação, como se fosse a mãe, da qual nasce o filho, mas exatamente o contrário. A União é a formação, como o próprio nome diz, da união dos Estados que se juntam para formar a federação, idealizada e concretizada pelos federalistas.

Portanto, não há necessidade, numa federação, da União passar os seus bens para o Estado. Com a Constituição, os bens já surgem como patrimônio

público do Estado da Federação, cuja atribuição e autonomia encontra-se igualmente prevista no texto constitucional.

Não se poderia atribuir um direito natural de propriedade da União, em detrimento dos estados, quando em verdade a União surge a partir da união dos Estados e juntamente com estes, com o advento da Constituição Federal.

Essa discriminação dos bens públicos encontra-se na Carta da República não carece de nenhum ato regulamentar do Poder Executivo, bastando apenas que o Estado da Federação promova, ele próprio, a demarcação de suas terras, na forma com a Constituição lhe determina.

Qualquer impugnação da União em relação a eles deve ser feita na forma da lei ou por meio do poder judiciário.

O Estado de Roraima foi criado pela Constituição da República Federativa do Brasil. Em verdade ele foi criado juntamente com um novo Estado Federativo Brasileiro, composto desde o início pela União, os Estados do Distrito Federal e os Municípios.

A União surge, perante o ordenamento jurídico, no exato momento em que surgiu o Estado de Roraima. Daí não haver bens da União a serem repassados ao Estado de Roraima.

O território onde se localiza o Estado de Roraima, na atualidade, era, perante a federação anterior, um Território. Mas com o advento da Constituição Federal de 1988, inaugura-se um novo Estado Federativo, dando-se início à União, ao Distrito Federal, aos Municípios e aos Estados da Federação, dentre eles, o Estado de Roraima. Todos eles detentores do domínio sobre os bens que a própria constituição lhes assegura, na forma do art. 20 e do art. 26, ambos da CF/88.

Portanto, as terras devolutas não compreendidas entre as da União são do Estado de Roraima, na forma do inciso IV do art. 26 da Constituição Federal.

As terras devolutas que pertencem à União são somente aquelas indispensáveis à defesa das fronteiras, das fortificações e construções militares, das vias federais de comunicação e à preservação ambiental e as terras indígenas. As demais são todas do Estado de Roraima.

As terras que atualmente lhe pertencem, na forma do inciso I do art. 20 da Constituição Federal de 1988, não abrangem as terras do antigo Território de Roraima, que foram transferidas de forma expressa para o Estado de Roraima, na forma art. 14 do ADCT

da Constituição Federal de 1988 c/c art. 15, inciso I da Lei Complementar nº 41, de 1981.

Não é por outro motivo que o Supremo Tribunal Federal, em 9 de março do corrente, por ocasião do julgamento da ACO nº 640 entendeu que os bens de que trata o art. 15 da Lei Complementar nº 41/81 são do Estado de Roraima, independentemente de qualquer ato formal da União ou do Incra. Acórdão esse ainda pendente de publicação, cuja razão de decidir se aplica inteiramente a este pedido.

Portanto, as terras devolutas que se localizam no Estado de Roraima a este pertence, por força direta da Constituição Federal de 1988, não carecendo de nenhum ato formal ou regulamentar da União para lhes conferir a devida propriedade.

Assim, o entendimento desse Eg. Supremo Tribunal Federal manifestado no ACO nº 640 pode e deve ser estendido para todos os bens imóveis que pertenciam à União e ao Incra e que foram transferidos ao Estado de Roraima por força do art. 14 do ADCT da Constituição Federal de 1988 c/c art. 15, inciso I da Lei Complementar nº 41, de 1981.

#### **Das Terras do Incra**

O patrimônio do Incra, autarquia pública federal, é aquele determinado pelas leis infraconstitucionais, aqueles resultantes de desapropriação visando à reforma agrária, bem como aqueles derivados de negócios jurídicos celebrados na forma da lei civil.

Com o advento da Constituição Federal de 1988, os bens públicos imóveis da União, localizados nos limites do Estado de Roraima, passaram a ser do próprio Estado de Roraima, não havendo, portanto, qualquer bem passível de ser administrado pelo Incra no Estado, que não seja adquirido após a Constituição Federal de 1988, na forma da lei, por via de desapropriação ou aquisição na forma da legislação civil.

Se assim não fosse, teríamos que admitir que o Incra se locupletou dos bens do Estado de Roraima, sem ter que indenizá-lo dessa expropriação, contrariando o que determina o art. 184 da Constituição Federal de 1988.

As terras que o Incra administra nos limites territoriais do Estado de Roraima deveriam ter sido indenizadas ao Estado, na forma da Constituição Federal de 1988, não havendo a possibilidade de sua utilização sem que haja a prévia indenização.

Se assim não fosse, estar-se-ia admitindo a hipótese de a Constituição Federal de 1988 ter 'criado' o Estado de Roraima sem lhe conferir o território, que continuaria a pertencer a uma autarquia federal, des-

provendo-lhe de um dos elementos da figura do Estado que é o seu território.

Por outro lado, ainda haveria a violação ao princípio da justa indenização, já que o Estado de Roraima seria desprovido de compensação financeira com prévia desapropriação. O que evidentemente seria um absurdo.

Com o advento da Cada de 1988, o Estado de Roraima passa a ser o titular de todas as terras devolutas localizados nos limites de seu território, não podendo mais o Incra administrar qualquer terra que pertencia ao antigo território ou à União.

Essas terras são, portanto, de titularidade Estado do Roraima.

### **Da Desobediência ao art. 49 da Lei nº 10.304, de 5 de novembro de 2001**

A considerar que a titularidade dos bens públicos do Estado de Roraima não surgiu com o próprio Estado brasileiro, com a Constituição Federal de 1988, o que se admite apenas ante o princípio da eventualidade, tem-se que a omissão do Poder Executivo Federal em ver resolvida a situação fundiária de Roraima, face ao art. 4º da Lei nº 10.304, de 2001, é patente.

Não há nenhuma ação do governo federal ou do Incra no sentido de legalizar as terras que são do Estado de Roraima, promovendo-se a devida demarcação de todas as áreas da União e do Estado.

Ao contrário, toda ação do Governo Estadual de disposição e discriminação de terras do Estado é fortemente combatida pela União ou pelo Incra, conforme se pode notar nas ações em curso nesse Eg. Supremo Tribunal Federal, como a ACO nº 640, julgada recentemente em favor do Estado de Roraima.

Toda essa situação gera uma significativa insegurança no Estado, já que nem mesmo as residências localizadas no Município de Boa Vista, capital, deixam de ser questionadas pela União ou pelo Incra, como sendo terras da União.

Com isso, fica o Estado de Roraima, e todos os Municípios, desprovidos da segurança jurídica que a Constituição Federal lhes dá, ante a determinação de que os bens públicos localizados no âmbito do Estado de Roraima, a ele pertence, na forma do art. 15. da Lei Complementar nº 41/81.

### **Do Pedido**

Ante o exposto, requer seja recebida a presente ação popular determinando-se;

a) a citação da União na pessoa do Advogado-Geral da União.

b) a citação do Incra, na pessoa de seu Procurador-Geral;

c) a citação do Estado de Roraima, na pessoa de seu Procurador-Geral para contestar ou assumir o feito na qualidade de litisconsorte ativo;

d) a intimação do Ministério Público Federal para funcionar como custos legais, na forma da lei:

e) para instruir o presente feito foi requerido junto ao Incra e à União, a apresentação dos documentos comprobatórios sobre a titularidade das terras do Incra, da União e do ex-território existentes nos limites geográficos do Estado de Roraima, e a forma de aquisição dessas terras, nos termos dos §§ 4º e 5º da Lei nº 4.717/65 LAP, (docs anexos), cujas respostas serão posteriormente encaminhadas para juntada aos autos.

f) requer seja, ao final, julgado procedente o pedido para:

– declarar que todos os bens imóveis que pertenciam ao território de Roraima e à União, que não se enquadram nos dispositivos constitucionais (art. 20 da CF) passaram automaticamente por força do ad. 14 da Constituição Federal ao Estado de Roraima c/c o art. 15 da LC nº 41/81, independentemente de posterior regulamentação infralegal ou de qualquer ato regulamentar: ou,

– diante do princípio da eventualidade, acaso não deferido o pedido supra, que se determine o prazo de 30 (trinta) dias para que a União, por meio do Presidente da República emita a regulamentação determinada pelo art. 4º da Lei nº 10.301, de 2001.

– na hipótese de determinação de prazo, que seja fixada uma multa (astreinte) por cada dia de atraso na referida regulamentação a ser devida em favor do Estado de Roraima.

Protestando provar o alegado por todas as formas em direito permitidas, dá-se à causa o valor simbólico de R\$1.000,00.

Termos em que pede e espera deferimento.

Brasília, 17 de maio de 2005. – **Ranilton Monteiro Neves**, OAB/DF 20561 – **Dênio José Rodrigues Louro**, OAB/DF 21175 – **Alexander Ladislau Menezes**, OAB/RR 226 – **Antônio Glaucius de Moraes**, OAB/DF 15.720.

[Pautas](#)
[Processos](#)
[Jurisprudência](#)
[DJ](#)
[STF-Push](#)
[Notícias](#)
[BNDPJ](#)
[Legislação](#)
[Institucional](#)
[Licitações](#)



Brasília, quarta-feira, 22 de março de 2006 - 13:26h

### ANDAMENTOS

#### PETIÇÃO Nr.3404

**ORIGEM:RR RELATOR: MIN. EROS GRAU**

**REDATOR PARA ACÓRDÃO: -**

**REQTE.(S): FRANCISCO MOZARILDO DE MELO CAVALCANTI**

**ADV.(A/S): RANILTON MONTEIRO NEVES E OUTRO(A/S)**

**REQDO.(A/S): UNIÃO**

**ADV.(A/S): ADVOGADO-GERAL DA UNIÃO**

**REQDO.(A/S): INSTITUTO NACIONAL DE COLONIZAÇÃO E REFORMA AGRÁRIA - INCRA**

**REQDO.(A/S): ESTADO DE RORAIMA**

**ADV.(A/S): PROCURADORIA-GERAL DO ESTADO DE RORAIMA**

### ANDAMENTOS

DATA	ANDAMENTO	OBSERVAÇÃO
18/08/2005	CONCLUSOS AO RELATOR	
05/08/2005	AUTOS	AGUARDANDO DECURSO DE PRAZO
05/08/2005	JUNTADA	MANDADO DE INTIMAÇÃO DO INCRA
05/08/2005	JUNTADA	DA CÓPIA DE MANDADO DE INTIMAÇÃO DO AGU
05/08/2005	INTERPOSTO AGRAVO REGIMENTAL	Juntada Petição: 91018/2005
08/07/2005	INTIMACAO DO AGU	REF. AO DESPACHO PUBLICADO NO DJ DE 1/7/2005.
08/07/2005	INTIMACAO	DO INCRA - REF. AO DESPACHO PUBLICADO NO DJ DE 1/7/2005.
01/07/2005	PUBLICACAO, DJ:	DECISÃO DE 27/06/2005.
27/06/2005	AUTOS	AGUARDANDO PUBLICAÇÃO.
27/06/2005	DECISÃO DO(A) RELATOR(A) - NEGADO SEGUIMENTO	MANIFESTAMENTE INCABÍVEL. PUBLIQUE-SE. ARQUIVE-SE.
21/06/2005	CONCLUSOS AO RELATOR	
21/06/2005	JUNTADA	MANDADO DE INTIMAÇÃO DO INSTITUTO NACIONAL DE COLONIZAÇÃO E REFORMA AGRÁRIA.
21/06/2005	JUNTADA	CÓPIA MANDADO DE INTIMAÇÃO DO ADVOGADO-GERAL DA UNIÃO REFERENTE PUBLICAÇÃO DE 30/05/2005.
21/06/2005	RECEBIMENTO DOS AUTOS	EM 20/06/2005, DA PGR COM PARECER
08/06/2005	VIDE	MANDADO DE INTIMAÇÃO DO INSTITUTO NACIONAL DE COLONIZAÇÃO E REFORMA AGRÁRIA - INCRA, DEVIDAMENTE CUMPRIDO, NA SPO/1ªT, AGUARDANDO O RETORNO DOS

		AUTOS DA PGR.
06/06/2005	INTIMACAO	DO INCRA - REF. AO DESPACHO PUBLICADO NO DJ DE 30/5/2005.
03/06/2005	VIDE	CÓPIA DO MANDADO DE INTIMAÇÃO DO ADVOGADO-GERAL DA UNIÃO, DEVIDAMENTE CUMPRIDO, NA SPO/1ªT, AGUARDANDO O RETORNO DOS AUTOS DA PGR.
03/06/2005	INTIMACAO DO AGU	REF. AO DESPACHO PUBLICADO NO DJ DE 30/5/2005.
31/05/2005	VISTA AO PROCURADOR-GERAL DA REPUBLICA	
30/05/2005	PUBLICACAO, DJ:	DESPACHO DE 20/05/2005.
23/05/2005	AUTOS	AGUARDANDO PUBLICAÇÃO.
23/05/2005	DESPACHO ORDINATORIO	DE 20/05/05: VISTA AO MINISTÉRIO PÚBLICO FEDERAL. PUBLIQUE-SE.
20/05/2005	CONCLUSOS AO RELATOR	
19/05/2005	DISTRIBUIDO	MIN. EROS GRAU

[Mapa do Site](#) | 
 [Ajuda](#) | 
 [Fale Conosco](#)

### SITUAÇÃO FUNDIÁRIA DO ESTADO DE RORAIMA

DISCRIMINAÇÃO	AREA (ha)	PERCENTUAL (%)
<b>SUPERFICIE ESTADUAL</b>	22.298.980,00	100,00
<b>TERRAS ARRECADADAS PELO INCRA</b>	10.922.011,10	48,97
Ocupadas por Projetos de Assentamentos	1.241.579,12	5,58
Ocupadas por Unidades de Conservação	1.279.190,00	5,71
Ocupadas por Reservas Indígenas / FUNAI	1.858.775,75	8,34
Ocupadas pelo Ministério da Defesa	23.593,71	0,11
Imoveis Rurais Cadastrados	1.156.968,80	5,18
Terras a Destinar	5.363.905,72	24,05
<b>OUTRAS TERRAS PUBLICAS FEDERAIS</b>	9.592.413,01	43,00
Ocupadas por Unidades de Conservação	1.050.667,00	4,70
Ocupadas por Reservas Indígenas / FUNAI	8.539.614,25	38,29
Ocupadas pelo Ministério da Defesa	2.131,76	0,01
<b>TERRAS ARRECADADAS PELO ESTADO</b>	2.241.180,00	10,05
<b>DIFERENÇA</b>	4.546.624,11	2,04

Fonte: Superintendência Regional do Incra - RR

**O SR. PRESIDENTE** (João Alberto Souza. PMDB – MA) – V. Ex<sup>a</sup> será atendido na forma regimental.

Muito obrigado, Senador Mozarildo Cavalcanti.

Concedo a palavra ao orador seguinte, Senador Rodolpho Tourinho, PFL, Bahia; em seguida, o Senador Jonas Pinheiro, PFL, Mato Grosso, e, depois, ao ilustre Senador Antonio Carlos Magalhães, do PFL, da Bahia.

Com a palavra o Senador Rodolpho Tourinho, por 10 minutos.

**O SR. RODOLPHO TOURINHO** (PFL – BA. Pronuncia o seguinte discurso. Sem revisão do orador.) – Sr. Presidente, Sr<sup>as</sup> e Srs. Senadores, venho hoje à tribuna tratar de um assunto relativo à educação, a criação do Fundeb, e trazer uma grande preocupação dos Municípios brasileiros que já estão atingidos por grande crise financeira e que, com essa posição, poderiam se ver numa situação muito pior. Isso foi levantado pelo Senador Osmar Dias, na medida em que, no projeto do Fundeb, na questão do orçamento, não há indicação de fontes para esses recursos. Esse foi um ponto. O outro ponto é o que foi colocado aqui pela Senadora Ideli, que os impostos municipais estariam fora do processo do Fundeb.

Então, quero reconstituir a verdade de tudo isso, sobretudo em relação àquilo que foi colocado pela Líder do Partido dos Trabalhadores, e dizer que os impostos municipais continuam a fazer parte de todo o processo do Fundo. E mais: o percentual, que era de 15% no Fundef, passa para 20% no Fundeb. Ainda são acrescentados ao Fundo o IPVA, que é dividido normalmente com o Município; o Imposto de Transmissão, e o ITR, que está passando – ou vai passar – a ser municipal.

Então, na verdade, esse problema existe, e a grande preocupação em relação ao Fundeb é que estaríamos com um valor muito pequeno para cobrir aquilo que não foi incluído no projeto original, basicamente a questão das creches, que devem fazer parte do Fundo, mas cujo valor colocado é muito pequeno. Há uma grande legião de crianças para entrar em todo esse processo, e a grande preocupação, a rigor, é exatamente em relação aos compromissos do Governo Federal.

Aí, volto ao Fundef, que tratava do Ensino Fundamental, para dizer que todos os Municípios e Estados cumpriram com sua parte, o que não foi feito pelo Governo Federal em momento algum desde a criação do Fundo. Só para lembrar, cabia aos Estados e aos Municípios aportar para o Fundo 15% do seu ICMS, do seu Fundo de Participação dos Estados, do seu Fundo de Participação dos Municípios, do IPI de exportação e até dos recursos da chamada Lei Kandir.

O que cabia à União? Cabia à União, única e exclusivamente – e era aquilo que ela deveria garantir e não garantiu – que o valor aluno/ano, em todo o País, fosse, no mínimo, igual à média nacional. Isso nunca foi garantido. Em tempo algum, isso foi garantido. Essa diferença só aumentou com o tempo. O valor que deveria ser, em 2005, de R\$990,00 por aluno, Senador César Borges, foi de R\$620,00. Esse número representa 63% de defasagem, mas era menor no início do Fundo: 75%. Além de o Governo Federal não ter cumprido sua parte, ao longo do tempo, isso se agravou.

Trago aqui uma preocupação muito grande, porque essa parte não cumprida pelo Governo Federal representou, em valores correntes, se isso fosse analisado, cerca de R\$25 bilhões. Em valores corrigidos pelo IGPM, seriam cerca de R\$34 bilhões, desde a criação do Fundo até 2005.

Quando se analisa isso, verifica-se que quem perdeu, aliás, como era de se esperar, foi o Nordeste. A grande perda pelo não aporte desses recursos, pela não atualização do valor pela União, coube ao Nordeste, em grande parte do Nordeste e também a Bahia. Assim, o Nordeste arcou com 76% da perda. Os Estados e Municípios ricos não sofreram o que o Nordeste sofreu. Daí a preocupação trazida a esta tribuna no início desta semana – repito – pelo Senador Osmar Dias quanto aos Municípios em relação ao Fundeb.

É preciso também lembrar que, a essa altura, com o crescimento do Fundo, que passa de 15 para 20%, a responsabilidade dos Municípios e dos Estados torna-se muito maior.

Convém lembrar também – e quero deixar bem claro que não somos contra o Fundef nem contra o Fundeb – que, analisando os últimos anos, houve um decréscimo de matrículas no Ensino Fundamental, o que significa que isso foi importante e deve ser atribuído ao êxito do Fundeb. Entre 2002 e 2005, o número de matrículas caiu de 31,9 para 30,1. Em compensação, subiu no Ensino Médio, onde o Fundeb vai atuar sobretudo. Subiu 4,6% no Ensino Médio e caiu 5,8% no Ensino Fundamental, atingidos – claro – os objetivos do Fundef, e mostrando-se claramente esse crescimento do Ensino Médio.

Quero puxar outra vez a preocupação para os Municípios e Estados do Nordeste, porque, enquanto a matrícula no Ensino Médio cresceu 4,6% no País, na Bahia, cresceu o dobro, Senador César Borges. Isso explica, em grande parte, por que estamos aplicando 30%, e não 25%, em educação. Houve um crescimento muito maior do que no restante do País, e o Governo Federal não cumpriu com a sua parte. O Governo anterior já não havia cumprido; o Governo Lula também não está cumprindo. Ocorre, contudo, que neste Go-

verno o problema agravou-se porque essa diferença está sendo ampliada.

Então, entendo que essas preocupações são muito válidas, que esse assunto deve ser discutido e que não poderia, em hipótese alguma, ter sido votado durante a convocação extraordinária do Congresso Nacional, para que fosse, finalmente, aprovado. Esse assunto tem de ser discutido com muita cautela, verificando-se tudo aquilo que precisa ser feito, mesmo porque nossa primeira proposta é de que aquela participação do Governo Federal, prevista para o quarto ou quinto ano, comece no início do Fundeb.

Aliás, isso seria até coerente com a propaganda que o Governo tem feito do Fundeb, como se ele já estivesse em vigor, em andamento, e como se já estivesse trazendo esses R\$4 bilhões ou R\$5 bilhões para aplicação, entregando-os aos Estados e aos Municípios, o que não é verdade. É uma propaganda falsa, enganosa.

Concedo, com muito prazer, um aparte ao Senador César Borges.

**O Sr. César Borges** (PFL – BA) – Senador Rodolpho Tourinho, V. Ex<sup>a</sup> faz uma análise precisa, séria, criteriosa. Como Secretário da Fazenda que foi, hoje como Senador pela Bahia, sabe muito bem do esforço que fizemos no nosso Estado para avançarmos, em especial no Ensino Médio. Nós mais do que dobramos a capacidade de nossas escolas no Ensino Médio para atender a demanda que vinha com a aplicação correta do Fundef e o acréscimo de alunos matriculados no Ensino Fundamental, que demandavam o Ensino Médio. O Estado da Bahia aplicou e fez o mesmo no ensino universitário. São quatro universidades. Creio que V. Ex<sup>a</sup> chegou ao ponto a que eu queria chegar no discurso. Enquanto estamos discutindo no Senado de forma técnica e criteriosa a criação do Fundeb, que, frise-se, não está ainda aprovado, o Governo Federal já está veiculando matérias propagandísticas de que fez o Fundeb. A aplicação de recursos federais vai ocorrer ao longo de cinco anos para se chegar ao R\$4,5 bilhões. Mas ele divulga, como propaganda enganosa, que já estaria aplicando R\$4,5 milhões. O Presidente foi à Bahia ontem para dar início a uma nova universidade federal, coisa mais do que justa, pela qual a Bahia reclamava há muitos anos e que foi criada aqui por um projeto autorizativo do Senador Waldeck Ornelas – sabe muito bem V. Ex<sup>a</sup>. O Estado tem quatro universidades, Sr. Presidente. O Governo Federal tem apenas uma, que recebe apenas um terço dos alunos matriculados nas escolas federais daquele Estado. Mesmo assim, o Presidente foi lá levando R\$4 milhões para instalar uma universidade. Isso é propaganda enganosa, é demagogia. Isso precisa ser

dito. A análise sobre o Fundef é esta que faz V. Ex<sup>a</sup> de forma criteriosa. No mais, é aproveitamento político-eleitoreiro do Presidente da República. Eu agradeço e cumprimento V. Ex<sup>a</sup> pelo pronunciamento.

**O SR. RODOLPHO TOURINHO** (PFL – BA) – Muito obrigado.

Para concluir, Sr. Presidente, quero dizer que é preciso haver, de imediato, uma alteração naquilo que está proposto aqui, para que o Governo Federal passe a aportar, já no primeiro ano, aquilo que está previsto para ser só no quinto ano.

Outro aspecto com o qual precisamos nos preocupar bastante, refere-se às creches, para que aquelas, que hoje são mantidas pelo setor privado não venham de repente a passar para o setor público, porque o grande problema que temos, a grande batalha que vamos travar é para evitar que o valor por aluno seja reduzido. Se isso acontecer, vamos ter uma queda na qualidade do ensino, vamos voltar atrás tudo aquilo que foi feito com grande sacrifício pelos Estados e Municípios e – quero repetir aqui – pelos Estados e Municípios prejudicados, sobretudo os do Nordeste brasileiro. É isto que temos de evitar, é isto que não podemos tolerar: que mais uma vez os Estados e Municípios mais pobres tenham de arcar com a maior parte das perdas. É contra isso que devemos nos colocar e discutir esse projeto até o final, impedindo que ele seja aprovado como está.

Muito obrigado, Sr. Presidente.

**O SR. PRESIDENTE** (João Alberto Souza. PMDB – MA) – Sou eu quem agradeço, Senador Rodolpho Tourinho.

**O SR. EDUARDO AZEREDO** (PSDB – MG) – Sr. Presidente, pela ordem.

**O SR. PRESIDENTE** (João Alberto Souza. PMDB – MA) – Pela ordem, Senador Azeredo do PSDB de Minas Gerais.

**O SR. EDUARDO AZEREDO** (PSDB – MG. Pela ordem.) – Sr. Presidente, eu gostaria de me inscrever como Líder do PSDB.

**O SR. PRESIDENTE** (João Alberto Souza. PMDB – MA) – Já recebi o documento e V. Ex<sup>a</sup> está inscrito.

Concedo a palavra ao Senador Jonas Pinheiro e, em seguida, ao Senador Eduardo Azeredo.

**O SR. ANTONIO CARLOS MAGALHÃES** (PFL – BA) – Sr. Presidente, V. Ex<sup>a</sup> havia me anunciado.

**O SR. PRESIDENTE** (João Alberto Souza. PMDB – MA) – Anunciei, Senador Antonio Carlos Magalhães, mas a Liderança tem prioridade. Sou obrigado a me submeter ao Regimento, a não ser que o Senador Eduardo Azeredo...

Em seguida, falará o Senador Antonio Carlos Magalhães por cessão do Senador Eduardo Azeredo.

Com a palavra o Senador Jonas Pinheiro por dez minutos.

**O SR. JONAS PINHEIRO** (PFL – MT. Pronuncia o seguinte discurso. Sem revisão do orador.) – Sr. Presidente, Sr<sup>as</sup> e Srs. Senadores, em anos anteriores eu era aqui porta-voz do sucesso do agronegócio brasileiro. Hoje, com muito constrangimento, estamos aqui fazendo um pronunciamento que põe às claras a crise da agricultura brasileira.

Até a safra 2003/2004, o meu Estado de Mato Grosso atingia níveis elevados de produção de grãos e fibras e chegou a superar as projeções de produção mais otimistas, tanto do governo quanto de especialistas no ramo.

Entretanto, já a partir da última safra, e especialmente na safra atual, a de 2005/2006, as perspectivas são não só pessimistas, mas também muito preocupantes em decorrência de fatores independentes da vontade do produtor, como a queda dos preços internos das *commodities*, a elevação dos custos de produção, a exorbitância das taxas de juros, as restrições à concessão de crédito rural e à renegociação das dívidas dos produtores, além de um câmbio extremamente desfavorável. Em Mato Grosso, deixou de ser cultivado, na presente safra, cerca de um milhão e meio de hectares. No caso do algodão, por exemplo, a redução verificada foi da ordem de 30% em relação à safra anterior e, no caso do arroz, a redução chegou a 60%.

Em vista disso, as estimativas de lucratividade que têm sido feitas para a presente safra só têm sido negativas, demonstrando prejuízo iminente, uma vez que, na outra ponta, a previsão dos custos de produção das principais culturas, como a soja, o algodão, o milho e o arroz, tem demonstrado que esses custos serão maiores do que a receita que os produtores possam auferir delas na colheita.

Nesse particular, a valorização crescente do real frente ao dólar tem um peso importante. Se na safra 2004/2005, o dólar já havia se desvalorizado cerca de 40% entre a época da compra dos insumos e a época de venda da produção, na atual safra essa defasagem se acentuou. Na época de compra dos insumos, o dólar estava cotado em torno de R\$2,40; agora, a previsão é de que, na época da venda da produção da atual safra, ele esteja cotado abaixo de R\$2,10 ou até mesmo abaixo de R\$2,00, como sinalizam alguns analistas econômicos. Haverá, outra vez, um novo descasamento entre os preços pagos pelos insumos e o valor recebido pela produção, o que afeta diretamente a lucratividade da empreitada.

Para dar um exemplo, Sr. Presidente, Sr<sup>as</sup> e Srs. Senadores, somente no último ano o dólar se desvalorizou em 18% e, com isso, o preço da saca de soja

teve uma queda, em real, de 11%. Desse modo, o preço obtido pelo produto não remunera o produtor. Além disso, o custo da logística estrangula ainda mais a margem de lucratividade, uma vez que 30% do preço recebido é gasto com despesas de frete para escoar a safra das regiões produtoras até os centros de consumo e de exportação.

Os sinais da crise também se tornaram muito evidentes por causa da inadimplência de muitos produtores junto aos agentes financeiros, tanto oficiais quanto privados, com a conseqüente desaceleração das atividades das regiões produtoras. Esse fato reflete negativamente no nível de emprego e na arrecadação dos municípios e do estado.

Preocupadas com esses acontecimentos na agropecuária e, mais ainda, com as conseqüências dessa crise na economia local, entidades do setor agropecuário de Mato Grosso criaram, naquele estado, o Fórum Rural MT, formado por onze entidades que representam aquele setor. A finalidade desse Fórum é suscitar o debate do assunto em busca de soluções viáveis para essa crise, a fim de reverter esse preocupante cenário e também articular ações com a finalidade de garantir a recuperação da renda dos produtores rurais e das regiões que têm na agropecuária a sua base de sustentação econômica e de emprego.

Nesta semana, os representantes do Fórum Rural MT estão em Brasília, onde têm mantido entendimentos com representantes do Congresso Nacional e dos Ministérios da Fazenda, da Agricultura, da Integração, do Trabalho e Emprego e ainda com o Banco do Brasil, com vistas a negociar a implementação de medidas que possam minimizar os efeitos dessa crise sobre os produtores rurais e sobre o estado de Mato Grosso.

No Ministério do Trabalho, aquele Fórum apresentou o pleito de que seja aprovada pelo Codefat a proposta apresentada pelo Ministério da Agricultura para alterar as condições de uso dos recursos do FAT – Giro Rural, atualmente com saldo não aplicado de cerca de 2,3 bilhões. No Ministério da Integração, o Fórum Rural MT pleiteia a prorrogação do prazo de pagamento das parcelas de investimento de dívidas contraídas com recursos repassados do BNDES e a prorrogação e adequação dos prazos de pagamento dos financiamentos com recursos do FCO. No Ministério da Agricultura, a equipe vem discutindo um conjunto de medidas que assegurem apoio à comercialização da produção, bem como a sustentação dos preços dos produtos agropecuários em crise de lucratividade, inclusive a soja, que enfrenta uma danosa fase de rentabilidade. O Fórum Rural MT ainda pleiteia a prorrogação do prazo de pagamento das dívidas de



investimento e de custeio dos produtores rurais e das que já foram renegociadas e securitizadas.

Devo confessar, Sr. Presidente, que, ao acompanhar essas negociações, tenho sentido que tem havido bastante sensibilidade quanto a essa crise por parte das autoridades procuradas e também um grande interesse em buscar soluções que possam minimizar os seus efeitos.

Entretanto, Sr. Presidente, sabe-se que, para que essas ações realmente se tornem efetivas, fica-se na dependência da sensibilidade do Ministério da Fazenda, uma vez que, algumas delas, sobretudo aquelas que visam à sustentação de preços, exigem alocação de recursos federais.

Lamentavelmente, ainda não sinto essa desejada sensibilidade por parte das autoridades do Ministério da Fazenda.

Tenho a impressão de que algumas autoridades da área econômica, numa visão distorcida, só de curto prazo, interessam-se mais pela manutenção do preço baixo dos produtos alimentícios no mercado interno, o que favorece a política de controle da inflação e passa à população consumidora urbana uma boa imagem do Governo. É um equívoco de avaliação, pois todos os que estão próximos ao drama dos produtores rurais sabem que a capacidade produtiva deles está no limite e está comprometida; qualquer agravamento na saúde financeira desses produtores só trará conseqüências graves para a estabilidade do agronegócio brasileiro.

Sr. Presidente, no ano passado, o Senado Federal aprovou emenda ao Orçamento-Geral da União, propondo R\$2 bilhões a mais no orçamento do Ministério da Agricultura, a fim de que ele adotasse políticas de apoio à comercialização de produtos agrícolas. Apesar de aprovada a emenda, os recursos correspondentes não foram acrescentados, à época, ao Orçamento, mas o Governo Federal assumira, naquela ocasião, o compromisso de pôr esses recursos à disposição no momento oportuno, a fim de viabilizar essas medidas. Uma parte desses recursos somente foi liberada no mês de dezembro de 2005, após exaustivo processo de negociação, quando já era tarde demais para que ele surtisse os efeitos desejados.

Agora, no presente Orçamento, a Comissão de Agricultura do Senado aprovou emenda ao Orçamento de 2006, propondo reforço de R\$1 bilhão para o mesmo fim. O Relator setorial não pôde, pelas limitações, acolher essa emenda, e estamos trabalhando com o Relator-Geral, para que a acolha.

Sr. Presidente, estamos aqui discutindo se podemos incluir ou não R\$1 bilhão no Orçamento para garantir preços a milhares de produtores rurais e evitar o aprofundamento da crise em um dos setores mais

importantes da nossa economia que, somente nos últimos anos, tem assegurado não somente milhões de empregos, como também superávits recordes em nossa balança comercial.

Estamos discutindo apenas R\$1 bilhão para um segmento que contribui com mais de 40% do PIB brasileiro, enquanto o Governo Federal anuncia com orgulho aumentos na arrecadação de impostos e os nossos Bancos, inclusive o Banco do Brasil e a Caixa Econômica, obtêm lucros bilionários, jamais atingidos, o que é uma incoerência e uma pequenez.

Sr. Presidente, peço mais um minuto para concluir meu pronunciamento.

Por falta de apoio efetivo do Governo Federal à comercialização da produção agropecuária, muitos produtores estão tendo de vender seus produtos a preços aviltados ou, numa atitude de desespero, de recorrer a empréstimos, com taxas elevadíssimas, os quais, certamente, não conseguirão pagar. Veja, Sr. Presidente, que tenho conhecimento de que renegociações de CPR estão sendo feitas entre Bancos e agricultores a taxas de 32% ao ano. Trata-se de suicídio financeiro, pois é certo que a atividade não suporta encargo em nível tão elevado.

É importante ressaltar que os produtores rurais não estão solicitando anistia de dívidas, nem privilégios ou vantagens descabidas. Solicitam medidas de apoio tão-somente para suportarem este momento de crise, que, é bom que se ressalte, é devido mais às conseqüências das políticas cambial e de juros, a fatores incontrolláveis da natureza, à elevação dos custos devido ao aumento da carga tributária, à deterioração da malha viária e à inadequação da estrutura de escoamento e de exportação brasileira.

Assim, Sr. Presidente, Sr<sup>es</sup> e Srs. Senadores, quero aqui, na condição de guardião do agronegócio brasileiro, apelar ao Governo Federal para que assegure os recursos federais com vistas a poder dar ao agricultor brasileiro o devido apoio neste momento de crise por que passa a agricultura. Não se pode, depois de profundo esforço e de elevados investimentos feitos por anos a fio, assistir passivamente ao agravamento da crise a ponto de comprometer a “galinha dos ovos de ouro” da nossa economia e de ter seus efeitos em outros segmentos da sociedade.

Muito obrigado, Sr. Presidente.

**O SR. PRESIDENTE** (João Alberto Souza. PMDB – MA) – Eu é que lhe agradeço, nobre Senador Jonas Pinheiro.

**O SR. MÃO SANTA** (PMDB – PI) – Sr. Presidente, peço a palavra pela ordem.

**O SR. PRESIDENTE** (João Alberto Souza. PMDB – MA) – Concedo a palavra, pela ordem, ao Senador Mão Santa, do PMDB do Piauí.

**O SR. MÃO SANTA** (PMDB – PI. Pela ordem. Sem revisão do orador.) – Sr. Presidente João Alberto, pedi permissão para falar, porque, ontem, fizemos um requerimento que foi encaminhado à Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania. Tratava-se de requerimento de congratulações a um grupo empresarial vitorioso, à TV Cidade Verde do Piauí, cujo Diretor-Presidente, ex-Deputado Federal, é o Suplente desse extraordinário Senador Heráclito Fortes, do Piauí.

Então, eu e Heráclito Fortes estamos aqui, juntos, porque o dia é hoje, a festividade é hoje, o motivo de glória para o Piauí é hoje, uma vez que se trata de órgão de comunicação do qual nos orgulhamos e que pertence ao Dr. Jesus Elias Tajra e a seu filho, Jesus Elias Tajra Filho.

Gostaria também de congratular os jornalistas e apresentadores Amadeu Campos; Elivaldo Barbosa; Nadja Rodrigues; Elvira Raulino, Laércio Andrade; Virgínia Fabris; Herbet Henrique e Cleiton Riedel, assim como os que por lá passaram, tais como Gilberto Melo (**in memorian**); Carlos Augusto de Araújo Lima, extraordinário homem público; Luís Carlos Maranhão; Deoclécio Dantas; Chico Viana e todos os funcionários que, hoje, contribuem de certa forma para a boa imagem da TV Cidade Verde no Piauí.

É essa a homenagem que eu e o Senador Heráclito Fortes fazemos aqui no dia de hoje.

**O SR. PRESIDENTE** (João Alberto Souza. PMDB – MA) – Concedo a palavra ao Senador Antonio Carlos Magalhães, por dez minutos. Em seguida, concederei a palavra, pela Liderança do PSDB, ao Senador Eduardo Azeredo.

Tem a palavra V. Ex<sup>a</sup>, Senador Antonio Carlos Magalhães.

**O SR. ANTONIO CARLOS MAGALHÃES** (PFL – BA. Pronuncia o seguinte discurso. Sem revisão do orador.) – Muito obrigado, Sr. Presidente.

Li, hoje, Sr. Presidente, Sr<sup>as</sup> e Srs. Senadores, uma declaração – que, há pouco, estava sobre a mesa e que ainda deve estar lá – em que o Deputado Luiz Eduardo Greenhalgh faz um ataque pessoal a mim, dizendo que agora ia me responder todas as vezes que o Lula fosse atacado. Agora, realmente, há a tese no PT de ganhar prêmio para defender Lula. É o que notamos neste Senado, e, evidentemente, isso está existindo em vários lugares.

S. Ex<sup>a</sup> me acusava de ter violado o painel. Esse assunto foi tratado nesta Casa e no Supremo Tribunal Federal, onde foi arquivado. Pouco importa isso!

Mas mandei um fax para o Sr. Greenhalgh – que fala publicamente, mas que, depois, aqui diz outra coisa –, nestes termos:

Sr. Deputado, tomei conhecimento pela imprensa de declarações suas me atacando, inclusive dizendo que vai me responder quando eu criticar o Presidente Lula. Falta-lhe autoridade comigo, que nunca lhe pedi nada e sempre fiz favores, para sofrer de sua parte qualquer ataque. Lembre-se quando o povo paulista o derrotou e teve a caridade de lhe oferecer cargo na Presidência do Senado para o seu sustento. Você não aceitou e preferiu fazer o tipo de advocacia que você gosta de fazer, a de defender criminosos, como no caso comprovado da morte de Celso Daniel. Mesmo assim, quando você disputou a Presidência da Câmara, foi à Bahia me pedir apoio e recebeu apoio da minha Bancada, embora tivesse sido repudiado pelos votos dos Parlamentares. Não aceito ameaças de quem está acostumado a viver no crime e lhe peço que me respeite para que, apesar de tudo, eu possa lhe dar o mínimo de respeito. Responda-me sempre que quiser, pois eu saberei, com a verdade, demonstrar quem é você [e as suas mentiras].

Acaba de chegar um fax do Sr. Luiz Eduardo Greenhalgh, em resposta ao que lhe mandei às 13 horas:

Recebi seu fax e respeito a sua indignação. Não tenho compromisso com o erro e não tenho qualquer constrangimento em desculpar-me se o ofendi com minha declaração publicada no jornal O Estado de S. Paulo, em sua edição de hoje. É o que faço agora. Em meio ao turbilhão de ataques que o meu partido vem sofrendo nos últimos tempos, julgo, de fato, ter me excedido, talvez pela exaltação resultante da lamentável guerra político-partidária vivenciada nos últimos meses, que desmerece o Parlamento e acaba por contaminar os seus integrantes.

Portanto, reitero o respeito que tenho por V. Ex<sup>a</sup>, ao tempo em que também lastimo e custo acreditar no conceito que V. Ex<sup>a</sup> demonstra ter de minha pessoa, expressa em seu fax. Senador, tenho orgulho de minha biografia como advogado e homem público, cuja vida foi dedicada à luta pela garantia dos direitos humanos. Não sou advogado de criminosos e não vivo do crime. Não temo a verdade, pois, com base nela, construí minha história. E atividade parlamentar é apenas uma parte dela.

Anseio para que, sinceramente, continuemos a manter nosso relacionamento de respeito mútuo, que transcenda as diferenças ideológicas, partidárias, superando o episódio.

Seria deselegante se eu não lesse o fax, mas é muito fácil atacar em público e pedir desculpas em particular. Isso não admito!

Portanto, passo agora a tratar do meu prato principal e a esperar as respostas do Sr. Greenhalgh ou daqueles que querem prêmios do Governo Lula.

Lula foi à Bahia. Está aqui a manchete: “Indiferença popular marca visita de Lula”. Podem falar que esse jornal não quer falar a verdade, porque tem ligações comigo. E de fato tem. Toma-se o jornal que faz oposição a mim, outra manchete: “Muitos ficaram indiferentes à presença do Presidente” – jornal **A Tarde**, um dos de maior circulação no Nordeste.

Sr. Presidente, havia ali uma série de papéis meus – provavelmente, não houve nenhum petista para tirá-los –, que demonstrava com muita clareza que o Governo Lula caminha para uma situação cada vez mais difícil do ponto de vista moral. Ele próprio diz, num desses recortes da imprensa de hoje, que a crise está chegando ao Palácio e que o Ministro Palocci agora está mais no Palácio do que no Ministério da Fazenda.

Todos estão notando que a situação do Presidente Lula cai a todo instante, e não temos por que lamentar, apenas ficar gratificados, porque se abre neste País uma nova oportunidade de vida.

Moralmente, este Governo não tem condições de fazer o que fez com o sigilo de um pobre caseiro. Hoje mesmo, o jornal **O Estado de S. Paulo** exige de nós uma atitude mais firme e mais forte. Realmente, não podemos desrespeitar as decisões do Poder Judiciário, mas precisamos exigir uma verdadeira harmonia com esse Poder. Cabe ao Presidente Renan Calheiros tomar as providências indispensáveis para que isso ocorra.

Sr. Presidente, quem deve depor é o Lulinha; é a Telemar, que sustenta o Lulinha com R\$15 milhões; é o Okamoto, que paga as contas do Presidente e de seus familiares; é o Roberto Teixeira, que é um beneficiário permanente do Presidente da República.

Não se pode fazer vingança, Sr. Presidente, com os menos favorecidos. E, no Brasil, não se fala em outra coisa, porque são burros, não sabem nem mesmo constranger moralmente o pobre do caseiro, que não tem culpa de ter presenciado cenas, não do Ministro, mas dos amigos do Ministro, nessa residência.

Portanto, digo a esta Casa: vamos crescer moralmente! Não vamos fazer guerra com o Supremo Tribunal Federal; ao contrário, vamos procurar métodos conciliatórios, mas sem perder a dignidade da Casa. A

dignidade não será perdida, se não houver as reações devidas com aqueles que merecem essas reações!

Sr. Presidente, mais uma vez, digo ao Brasil que o Senado Federal não vai se curvar às benesses do Presidente da República.

*(O Sr. Presidente faz soar a campainha.)*

**O SR. ANTONIO CARLOS MAGALHÃES** (PFL – BA) – Sr. Presidente, estou terminando.

Acima dos favores ocasionais está a dignidade do ser humano, representada aqui pelos verdadeiros representantes do povo e não por aqueles que, por causa de uma verbinha de um Orçamento corrupto... Porque o Orçamento da República é corrupto e está se fazendo corrupção ainda agora. Por isso a votação está sendo difícil. Não o votamos por causa do Presidente e dos seus asseclas.

Sr. Presidente, temos de reagir. O Presidente do Senado – tenho dito isto várias vezes, porque eu o respeito e tenho profunda admiração por ele – não tem sido subserviente, mas precisa ser mais duro nas suas posições, principalmente com o Executivo.

Avaliem V. Ex<sup>as</sup> que, no caso tratado pelo Senador César Borges da renegociação das dívidas, o que se fez é inacreditável: um veto total ao projeto feito pelas duas Casas do Congresso e, depois, a apresentação de um arremedo de renegociação que não ajuda nenhum dos agricultores brasileiros e é feito justamente para criar mais problemas.

Sabemos que o que este Governo faz é o que fez ontem na Bahia. Não fez coisa alguma. Lançou a pedra fundamental de uma universidade, criada pelo Senador Waldeck Ornelas, com parecer e incentivo meu. Visitou as obras na comunidade de Alagados, na Bahia, outra obra minha com o Ministro Andreazza, e continuada, recentemente, pelo Senador César Borges e pelo Governador Paulo Souto, com o programa Viver Melhor. É isso o que ele foi fazer lá.

No mais, disse que somos invejosos. Ninguém tem inveja de ladrão. Ninguém pode ter inveja de corrupto. Ninguém pode ter inveja de quem não sabe fazer coisa alguma pelo bem do Brasil, mas sabe dilapidar o Erário. É o que ele está fazendo: dilapidando o Erário, com a conivência de muitas pessoas ilustres que, infelizmente, não compreendem o seu papel numa hora tão difícil do Brasil.

Muito obrigado.

**O SR. PRESIDENTE** (João Alberto Souza. PMDB – MA) – Eu que agradeço, Senador Antonio Carlos Magalhães.

Concedo a palavra ao Senador Eduardo Azeredo, pela Liderança do PSDB, por cinco minutos, para uma comunicação inadiável.

Em seguida, vou conceder a palavra ao Senador Maguito Vilela, intercalando os Senadores, porque não é justo que um Senador chegue ao plenário às 14 horas, peça a palavra para fazer uma comunicação inadiável e não use a palavra. O Senador Maguito Vilela fez, inclusive, um acordo com o Senador Flexa Ribeiro, que estava à sua frente, com o Senador Almeida Lima, para que...

**O SR. MAGUITO VILELA** (PMDB – GO. *Fora do microfone.*) – Com o Senador Almeida Lima, não, apenas com o Senador Flexa Ribeiro.

**O SR. PRESIDENTE** (João Alberto Souza. PMDB – MA) – Então, com o Senador Flexa Ribeiro...

**O SR. HERÁCLITO FORTES** (PFL – PI) – Sr. Presidente, quando eu falarei?

**O SR. PRESIDENTE** (João Alberto Souza. PMDB – MA) – V. Ex<sup>a</sup> falará em seguida ao Senador Maguito Vilela.

**O SR. HERÁCLITO FORTES** (PFL – PI) – Muito obrigado.

**O SR. PRESIDENTE** (João Alberto Souza. PMDB – MA) – Pois não. Está com a palavra o Senador Eduardo Azeredo, por cinco minutos, a quem peço desculpa.

**O SR. EDUARDO AZEREDO** (PSDB – MG. Pela Liderança do PSDB. Sem revisão do orador.) – Sr. Presidente, Sr<sup>as</sup> e Srs. Senadores, não passa um dia sequer sem que algum membro da cúpula do Poder Executivo apareça na mídia cantando loas ao próprio Governo; contando proezas sobre realizações extraordinárias; alardeando que atingiu todos os recordes em todos os campos da atividade governamental.

Entretanto, ao menos em relação a um setor da vida nacional – a agropecuária –, o Planalto parece ter-se emudecido ultimamente. Há tempos não se vê mais publicada nenhuma notícia grandiloquente sobre os resultados da nossa economia rural, sobretudo do segmento do agronegócio, embora gere mais renda, mais divisas e mais empregos que muitas outras áreas da atividade econômica. E não têm saído boas notícias não é porque o Governo tenha de repente resolvido moderar sua voracidade em matéria de propaganda. Não. A verdade é outra. Na safra do ano de 2004, até que houve crescimento de alguns índices positivos de produção e comercialização no setor agropecuário. Mas agora, que se aproxima a safra deste ano e já se conhece a do ano passado, o Governo não tem nada para alardear sobre grandes feitos na área. Ao contrário, os números já calculados são altamente preocupantes, sobretudo ao levar-se em conta que a agropecuária como um todo e especialmente seu subsetor mais avançado, o agronegócio, são pilares fundamentais da nossa economia ainda muito dependente da produção e exportação de **commodities**.

A queda do PIB do agronegócio foi de quase 5%. Para ser exato, 4,7%, no ano passado, em comparação com o ano de 2004. Isso representa, em valores absolutos e nominais, mais de R\$26 bilhões a menos na área da agricultura. E que, na avaliação abalizada do Chefe do Departamento Econômico da Confederação Nacional de Agricultura – CNA, Getúlio Pernambuco, significou “os piores resultados para o agronegócio brasileiro nos últimos seis anos”.

Esses são números apurados em estudos feitos pela Confederação em parceria com o Centro de Estudos Avançados em Economia Aplicada da Universidade de São Paulo. Portanto, agora que estamos apontando essa inquietante realidade, que o Governo não venha negá-la, como costuma fazer, tapando o sol com a peneira e repetindo propaganda como se fosse expressão da verdade.

Os fatos aí estão e contra eles não há argumentos. A própria modéstia da estimativa do IBGE informa que o PIB da agropecuária cresceu, no ano passado, exatos 0,8%. Em comparação com 2004, indica a reversão da tendência de crescimento verificada dois anos antes.

Mesmo que o IBGE não queira rever seus números, como recomenda Getúlio Pernambuco, o índice de 0,8 constatado é reduzido demais. Se considerarmos os segmentos da agropecuária brasileira, as preocupações crescem. As exportações de carnes de frango e de porco caem, por efeito da gripe aviária, e não se vê nenhuma campanha de demonstração das condições de sanidade das produções avícolas e suínas.

Por sua vez, durante a safra de laranja que terminou, houve queda de mais de 5,5% nas vendas externas de suco concentrado e congelado.

É evidente que o câmbio também tem influenciado negativamente, afetando muito as nossas exportações.

Com igual tendência de redução, apresenta-se a produção de leite. Esta deverá aumentar apenas 3% neste ano, contra 13% de crescimento verificado no ano anterior. Embora os preços dos insumos, como o milho e a soja, tenham sofrido também baixas, o consumo interno de leite continua crescendo muito pouco.

Permanece baixo o crescimento da economia brasileira e da renda nacional. Até hoje, faltando apenas nove meses de governo, aguarda-se a geração dos 10 milhões de empregos prometidos na campanha de 2002!

Em meu Estado, Minas Gerais, a situação dos agropecuaristas é tão delicada face ao custo do dinheiro, à contenção do consumo interno e das exportações,

que nossos produtores de leite precisaram providenciar medidas de racionalização de logística e custos para suportar as dificuldades.

*(O Sr. Presidente faz soar a campainha.)*

**O SR. EDUARDO AZEREDO** (PSDB – MG) – Cerca de seis mil produtores de onze entidades e cooperativas, que colocam no mercado diariamente cerca de 1,3 milhão de litros de leite, organizaram-se num *pool* para redução de custos de transporte e compras de insumos: única solução para contornarem a crise.

Ouçó, com muito prazer, o Senador Ramez Tebet.

**O Sr. Ramez Tebet** (PMDB – MS) – Senador Eduardo Azeredo, interiro no seu bem fundado pronunciamento para dizer que essa situação é inacreditável. As coisas importantes do Brasil, o crescimento da economia, uma política para o agronegócio, que está rolando água abaixo...

*(Interrupção do som.)*

**O Sr. Ramez Tebet** (PMDB – MS) – ...conforme V. Ex<sup>a</sup> está bem afirmando no seu pronunciamento, não se vê uma palavra governamental, Senador Eduardo Azeredo. O Governo não acena com nenhuma solução, não acena com crédito maior, não acena com taxas de juros menores, não acena com absolutamente nada. É como se devesse ficar assim mesmo. Deixa assim, vamos esvaziar o campo de uma vez. Não vale a lição do estadista americano que diz que, quando se empobrece o campo, a violência e a crise aumentam nas cidades. O que se ouve do Governo é apenas defesa, justificativa naquilo que não precisava existir. Só se ouve explicações negando ou afirmando algo a respeito da moralidade pública, mas ninguém dá uma palavra de incentivo ao agricultor brasileiro, ninguém dá uma palavra de incentivo ao pecuarista que vê as suas economias se esvaírem. E nós, que somos de Mato Grosso do Sul, como V. Ex<sup>a</sup> é de Minas Gerais, onde o agronegócio é de fundamental importância, vemos o campo empobrecendo cada vez mais, as pessoas saindo do campo. Onde nós vamos parar, Senador Eduardo Azeredo? É isto o que devemos fazer aqui, nesta Casa: devemos ser mais contundentes. Peço isso a V. Ex<sup>a</sup> – e ao Senador Maguito Vilela, do Estado de Goiás – que tantas vezes tem-se pronunciado desta tribuna, para que formemos um time aqui dentro para defender a economia nacional, para defender os interesses do Brasil. Está tudo esparramado, disperso; está tudo banalizado, até mesmo a produção, Senador Eduardo Azeredo! Sr. Presidente, V. Ex<sup>a</sup> sou a campainha e com razão, não sei se por causa do meu tom de voz ou por causa do tempo.

**O SR. PRESIDENTE** (João Alberto Souza. PMDB – MA) – Por causa do tempo, Senador.

**O Sr. Ramez Tebet** (PMDB – MS) – De qualquer forma, peço-lhe desculpa, mas não estou conseguindo me conter mais diante desse quadro anárquico em que vive a Nação brasileira.

**O SR. EDUARDO AZEREDO** (PSDB – MG) – Senador Ramez Tebet, V. Ex<sup>a</sup> tem toda razão. Agradeço-lhe o aparte.

**O SR. PRESIDENTE** (João Alberto Souza. PMDB – MA) – Conclua o seu pronunciamento, por gentileza, Senador.

**O SR. EDUARDO AZEREDO** (PSDB – MG) – Sim, estou caminhando para a conclusão, Sr. Presidente.

Eu falava do leite, de que Minas é o maior produtor. Há pouco o Senador Jonas Pinheiro falou sobre a soja. A carne, em Minas, era valorizada a R\$56,00 a arroba há dois anos; agora está sendo vendida a R\$45,00. Portanto, passados dois anos, os produtos agrícolas se desvalorizaram e os insumos continuaram crescendo.

Caminhando para a conclusão, quero lembrar ainda que hoje é o Dia Mundial da Água. É fundamental para a produção agrícola e para a pecuária que também cuidemos da preservação dos nossos rios. Que fique aqui também um brado de alerta em relação ao rio São Francisco, que interessa tanto ao meu Estado de Minas Gerais!

Quero deixar aqui, Sr. Presidente, Sr<sup>as</sup> e Srs. Senadores, esta palavra, que apela ao Governo para que assegure financiamento, acessível e barato; infra-estrutura de escoamento e de armazenagem; investimentos em pesquisa científica e tecnológica. Fora isso, falar em crescimento e desenvolvimento da agropecuária brasileira torna-se, na verdade, “conversa para boi dormir”. Precisamos de ação.

Muito obrigado, Sr. Presidente.

### **SEGUE, NA ÍNTEGRA, DISCURSO DO SR. SENADOR EDUARDO AZEREDO.**

Senhor Presidente, Senhoras Senadoras, Senhores Senadores.

Não passa um dia sequer sem que algum membro da cúpula do Poder Executivo apareça na mídia cantando loas ao próprio governo; contando proezas sobre realizações extraordinárias; alardeando que atingiu todos recordes em todos os campos da atividade governamental.

Entretanto, ao menos em relação a um setor da vida nacional – a agropecuária –, o Planalto parece ter se emudecido ultimamente, ao menos dessa vez.

Há tempos não se vê mais publicada nenhuma notícia grandiloqüente sobre os resultados da nossa

economia rural, sobretudo do segmento do agronegócio, embora gere mais renda, mais divisas e mais empregos que muitas outras áreas da atividade econômica.

E que, na avaliação abalizada do chefe do Departamento Econômico da Confederação da Agricultura e Pecuária do Brasil (CNA), Getúlio Pernambuco, significou “os piores resultados para o agronegócio brasileiro nos últimos seis anos”.

Esses são números apurados em estudo feito pela Confederação em parceria com o Centro de Estudos Avançados em Economia Aplicada da Universidade de São Paulo. Portanto, agora que estamos apontando essa inquietante realidade, que o Governo não venha negá-la, como costuma fazer, tapando o sol com a peneira e repetindo propaganda como se fosse expressão da verdade.

Senhor Presidente, Senhoras Senadoras e Senhores Senadores.

Os fatos estão aí e contra eles não há argumentos! A própria modéstia da estimativa do IBGE, informa que o PIB da agropecuária cresceu no ano passado de 1 por cento – exato zero vírgula oito por cento. Em comparação com 2004, indica a reversão da tendência de crescimento verificada dois anos atrás.

E não tem saído boas novidades não é porque o Governo tenha de repente resolvido moderar sua voracidade em matéria de propaganda. Não!

Na safra do ano de 2004, até que houve crescimento de alguns índices positivos produção e comercialização no setor agropecuário. Mas agora que se aproxima a safra deste ano e já se conhece a do ano passado, o Governo não tem nada para alardear sobre grandes feitos na área!

Ao contrário, os números já calculados são altamente preocupantes, sobretudo ao levar-se em conta que a agropecuária como um todo e, especialmente, – o seu sub-setor mais avançado – o agronegócio – são pilares fundamentais da nossa economia, ainda muito dependente da produção e exportação de **commodities**.

A queda do PIB do agronegócio foi de quase 4,7 por cento no ano passado, na comparação com o ano de 2004. Isso representa em valores absolutos e nominais mais de 26 bilhões de reais.

Mesmo que o IBGE não queria rever seus números, como recomenda Getúlio Pernambuco, o índice de zero vírgula oito por cento constatado pelo Instituto é reduzido demais. Portanto, não permite ao Governo propagar nenhum ufanismo.

Se considerarmos segmentos da agropecuária brasileira, as preocupações crescem. As exportações de carne de frango e porco caem por efeito da gripe

aviária e não se vê nenhuma campanha de demonstração da condição de sanidade das produções avícola e suína.

Por sua vez, durante a safra de laranja que terminou, houve queda de mais de 5,5 por cento nas vendas externas de suco concentrado e congelado.

E com igual tendência de redução, apresenta-se a produção de leite. Esta deverá aumentar apenas 3 por cento neste ano, contra 13 por cento de crescimento verificado no ano passado. Embora os preços dos insumos, como o milho e a soja, tenham sofrido baixas, o consumo interno de leite continua crescendo pouco.

Permanece baixo o crescimento da economia brasileira e da renda nacional. Até hoje, faltando apenas nove meses de governo, aguarda-se a geração dos 10 milhões de empregos prometidos na campanha de 2002!

Em meu estado, Minas Gerais, a situação dos agropecuaristas é tão delicada face ao custo do dinheiro, à contenção do consumo interno e das exportações, que nossos produtores de leite precisaram providenciar medidas de racionalização de logística e custos para suportar as dificuldades.

Cerca de seis mil produtores de 11 entidades e cooperativas, que colocam no mercado diariamente cerca de 1,3 milhão de litros de leite, organizaram-se num **pool** para redução de custos de transporte e compras de insumos: única solução para contornarem a baixa remuneração do segmento.

Senhor Presidente, Senhoras Senadoras e Senhores Senadores.

Como rapidamente expus, a conjuntura vivida atualmente pela agropecuária brasileira exige muito mais atenção e cuidados do Planalto que os meros e fáceis discursos de exaltação.

Não basta trombetear a ampliação do volume de crédito rural ou das exportações do agronegócio, ou ainda dos contratos do Pronaf.

O setor agropecuário precisa de recursos suficientes e aplicados com agilidade e em tempo hábil, com um olho na conjuntura do mercado mundial de **commodities** e o outro no mercado consumidor nacional, de modo que se complementem e proporcionem segurança ao produtor.

Expressivas aplicações governamentais de recursos, ontem, podem ser insuficientes hoje. Se faltar mercado externo num momento, há de se suprir as vendas e a remuneração dos produtores no mercado interno!

Ou seja, recursos para a agropecuária não são apenas sazonais; dependem sim, de uma opção política persistente, estável e compromissada pra valer com o setor!

Também não adianta o Governo Federal sonhar – para não dizer delirar – com aberturas fantásticas de mercado no Exterior, em função de quiméricas quedas de barreiras protecionistas por parte de países que também precisam cuidar – e cuidam bem – de seus produtores rurais, particularmente de seu agronegócio.

Dia mundial da água (rio São Francisco)

A União Européia acaba de anunciar que sua prioridade são os acordos multilaterais no âmbito da Organização Mundial de Comércio.

E não são prioritárias de imediato, as negociações com o Mercosul e, por via de conseqüência com o Brasil, em torno de uma suposta abertura de seu mercado aos produtos agrícolas estrangeiros.

A concorrência internacional é dura e cotidiana também no mercado agropecuário.

Mais razão ainda para o Governo Federal assumir para o setor uma política que vise a altos ganhos de produção, produtividade, qualidade e competitividade.

Imprimir à agropecuária o dinamismo que o Brasil requer, a fim de continuar gerando as divisas e os milhões de empregos que o País necessita, implica tomar o setor como atividade estratégica nacional.

Implica assegurar-lhe financiamento farto, acessível e barato; infra-estrutura de escoamento e armazenagem; investimentos em pesquisa científica e tecnológica; e remuneração condigna! Fora disso, falar em crescimento e desenvolvimento da agropecuária brasileira se torna conversa pra boi dormir!

Muito obrigado!

**O SR. PRESIDENTE** (João Alberto Souza. PMDB – MA) – Agradeço a V. Ex<sup>a</sup>, Senador Eduardo Azevedo.

Concedo a palavra ao Senador Maguito Vilela, por permuta com o Senador Flexa Ribeiro, por cinco minutos.

**O SR. MAGUITO VILELA** (PMDB – GO. Para uma comunicação inadiável. Sem revisão do orador.) – Sr. Presidente, Sr<sup>as</sup> e Srs. Senadores, o PMDB chega este mês aos seus 40 anos de uma existência forjada na luta inabalável pela democracia e na defesa do povo brasileiro. E chega como o Partido que, com suas bandeiras de luta pela justiça social e pelo desenvolvimento, mantém-se forte e enraizado em cada região deste imenso País.

Muitas vezes se apregou a decadência e até o fim do PMDB. E a cada vez que os adversários lançavam essas profecias, o Partido ressurgia das urnas, pelas mãos da vontade popular, revigorado e mais forte, o que comprova a grande sinergia existente entre o PMDB e o povo brasileiro.

O PMDB resistiu a perseguições da ditadura, a tentativas de esvaziamento e chega aos 40 anos exibindo muita força e muita vitalidade. O Partido tem representação com diretórios municipais em 4.671 cidades. São nove Governadores, três Vice-Governadores, 21 Senadores, 82 Deputados Federais, 140 Deputados Estaduais, além de dois mil prefeitos e vice-prefeitos e quase 10 mil Vereadores. E o mais importante: mais de dois milhões de filiados e 15 milhões de simpatizantes em todo o Brasil, o que lhe confere, em qualquer pesquisa de opinião, o título de Partido mais querido do Brasil.

Sr. Presidente, Sr<sup>as</sup> e Srs. Senadores, passados 40 anos de lutas e vitórias, de uma interação total com a sociedade, o PMDB permanece forte, com um projeto ousado de desenvolvimento, praticando a democracia interna. No último domingo, em todo o País, foram realizadas prévias para a escolha do pré-candidato à Presidência da República e dos candidatos a Governador em vários Estados brasileiros. Foi mais um exemplo de respeito às bases peemedebistas em todos os recantos do País. Um gesto de reconhecimento por aqueles que são os mais importantes líderes do PMDB, porque sustentam o Partido em cada cidade e em cada região.

Em Goiás, houve um comparecimento maciço às prévias. Os Líderes municipais escolheram livremente seus candidatos a Governador e a Senador. E quero aqui agradecer a todos os meus companheiros de Goiás que me escolheram para representar o PMDB na disputa pelo Governo do Estado. Cumprimento também o advogado Ney Moura Teles, que disputará uma vaga no Senado e que, a partir do ano que vem, com o apoio dos goianos, estará aqui, nesta Casa, honrando o nosso Estado e trabalhando pelo Brasil.

Da mesma forma, saúdo outros dois companheiros nossos que concorreram às prévias: o Prefeito da Cidade de Catalão, médico, Adib Elias, e o ex-Deputado Federal Luiz Soyer. Adib é um dos melhores administradores do País, e Soyer, um democrata, cuja história política se confunde com a história do glorioso Manda Brasa.

Adib e Soyer, assim como todos os companheiros do PMDB, contribuíram para esse exemplo fantástico de democracia interna. Eles e todos nós, do PMDB em Goiás, sob a liderança do grande Prefeito de Goiânia, Iris Rezende Machado, estamos unidos e dispostos, com o objetivo de alcançar a vitória em outubro para fazer um grande trabalho por Goiás e pelo Brasil. O PMDB entra fortalecido na campanha que se avizinha.

Ao finalizar, Sr. Presidente, Sr<sup>as</sup> e Srs. Senadores, cumprimento cada filiado do PMDB, cada militante, cada simpatizante do Partido pelos 40 anos de lutas deste

que é o Partido do Brasil. É preciso mirar as forças dos exemplos do passado, do legado de figuras como Ulysses Guimarães e Tancredo Neves, para que possamos continuar lutando pela construção de um País mais desenvolvido e mais justo com seus cidadãos.

Viva o PMDB pelo transcurso dos seus quarenta anos! Viva o povo brasileiro!

Muito obrigado, Sr. Presidente.

**O SR. PRESIDENTE** (João Alberto Souza. PMDB – MA) – Senador Maguito Vilela, agradeço a V.Ex<sup>a</sup>.

**O SR. ANTONIO CARLOS MAGALHÃES** (PFL – BA) – Sr. Presidente, peço a palavra pela ordem.

**O SR. PRESIDENTE** (João Alberto Souza. PMDB – MA) – Concedo a palavra, pela ordem, ao Senador Antonio Magalhães.

**O SR. ANTONIO CARLOS MAGALHÃES** (PFL – BA. Pela ordem. Sem revisão do orador.) – Sr. Presidente, eu queria providências da Mesa – inclusive o Senador Renan Calheiros está extremamente interessado no assunto – sobre a votação hoje, aqui, para a escolha da Ministra Ellen Gracie para a Presidência do Supremo Tribunal Federal.

**O SR. PRESIDENTE** (João Alberto Souza. PMDB – MA) – Senador, eu gostaria que V. Ex<sup>a</sup> ligasse o microfone. Ele não está ligado.

**O SR. ANTONIO CARLOS MAGALHÃES** (PFL – BA) – Está ligado.

**O SR. PRESIDENTE** (João Alberto Souza. PMDB – MA) – Melhorou agora.

**O SR. ANTONIO CARLOS MAGALHÃES** (PFL – BA) – O erro é lá de cima, que está habitualmente errado. Há mais de dez anos que eles erram!

**O SR. PRESIDENTE** (João Alberto Souza. PMDB – MA) – V. Ex<sup>a</sup> faz uma solicitação ao Senador Renan Calheiros para a votação de hoje?

**O SR. ANTONIO CARLOS MAGALHÃES** (PFL – BA) – Para saber a que horas será votada a matéria referente à indicação da Ministra Ellen Gracie.

**O SR. PRESIDENTE** (João Alberto. PMDB – MA) – Sim.

**O SR. ANTONIO CARLOS MAGALHÃES** (PFL – BA) – A Mesa deve ter um calendário!

**O SR. PRESIDENTE** (João Alberto Souza. PMDB – MA) – Estamos aguardando. Tenho a impressão de que o Senador estava em reunião com as Lideranças. Há pouco, chegou ao plenário o Senador Arthur Virgílio, Líder do PSDB do Amazonas.

**O SR. ANTONIO CARLOS MAGALHÃES** (PFL – BA) – Tenho a impressão de que a reunião é outra, Excelência.

**O SR. PRESIDENTE** (João Alberto Souza. PMDB – MA) – Estamos aguardando o Senador Renan Calheiros.

**O SR. ANTONIO CARLOS MAGALHÃES** (PFL – BA) – O Ministro Carreiro está aí para isso!

**O SR. PRESIDENTE** (João Alberto Souza. PMDB – MA) – Já ligamos para todas as Lideranças, inclusive, para convocar os Srs. Senadores a fim de que se proceda à votação.

**O SR. ANTONIO CARLOS MAGALHÃES** (PFL – BA) – Agradeço a V. Ex<sup>a</sup>.

**O SR. PRESIDENTE** (João Alberto Souza. PMDB – MA) – Pois não, Senador.

**O SR. ARTHUR VIRGÍLIO** (PSDB – AM) – Sr. Presidente, peço a palavra pela ordem.

**O SR. PRESIDENTE** (João Alberto Souza. PMDB – MA) – Concedo a palavra, pela ordem, ao Senador Arthur Virgílio.

**O SR. ARTHUR VIRGÍLIO** (PSDB – AM. Pela ordem.) – Peço a palavra como Líder do PSDB, Sr. Presidente.

**O SR. PRESIDENTE** (João Alberto Souza. PMDB – MA) – V. Ex<sup>a</sup> está inscrito.

**O SR. LEONEL PAVAN** (PSDB – SC) – Peço a palavra pela ordem, Sr. Presidente.

**O SR. PRESIDENTE** (João Alberto Souza. PMDB – MA) – Concedo a palavra, pela ordem, ao Senador Leonel Pavan.

**O SR. LEONEL PAVAN** (PSDB – SC. Pela ordem. Sem revisão do orador.) – Sr. Presidente, primeiramente, desejo cumprimentar o Sr. Milton Zuanazzi, que assumiu a Presidência da Agência Nacional de Aviação Civil (Anac), no dia 20 de março. Fui o Relator da indicação do Sr. Milton Zuanazzi.

Para ser aprovado o seu nome, houve uma “rasgação de seda” nesta Casa! Depois de aprovado, defendi, com unhas e dentes, o nome dele. Porém, ele foi nomeado e não nos comunicou o fato. Não sei por quê. Ele nem sequer agradeceu os votos que recebeu no Senado para que fosse indicado como Presidente da Anac.

Apesar de ele não ter agradecido ao Senado nem nos ter convidado, quero cumprimentar o Sr. Milton Zuanazzi. Espero que ele não tenha preguiça de exercer sua função, como teve preguiça de comunicar e de agradecer sua nomeação ao Senado Federal.

**O SR. PRESIDENTE** (João Alberto Souza. PMDB – MA) – Concedo a palavra ao Senador Arthur Virgílio como Líder do PSDB.

Senador, eu já havia anunciado a palavra para o Senador Heráclito Fortes.

**O SR. ALMEIDA LIMA** (PMDB – SE) – Sr. Presidente, pela ordem.



**O SR. PRESIDENTE** (João Alberto Souza. PMDB – MA) – Se V. Ex<sup>a</sup> me permitir, logo em seguida, concederei a palavra a V. Ex<sup>a</sup>.

**O SR. ARTHUR VIRGÍLIO** (PSDB – AM. Sem revisão do orador.) – Sr. Presidente, antes de o Senador Heráclito Fortes falar, eu queria dar uma satisfação à Casa, que é o fato de o Senador José Agripino e eu termos dado uma entrevista coletiva sobre a tal falsa lista de Furnas. Então, encaminho à Mesa um breve resumo de quem são dois dos responsáveis: Luiz Fernando Carceroni e Rogério Corrêa, este último, Deputado Estadual pelo PT de Minas e Vice-Presidente da Assembléia; o primeiro, militante do PT. Os dois estão enrolados mais do que se possa imaginar, mais do que espiral de qualquer coisa. Aqui constam as ações do PSDB e do PFL sobre a falsidade da lista de Furnas; ações judiciais contra o lobista Nilton Monteiro e Luiz Fernando Carceroni; requerimento na Polícia Federal de depoimentos, pedindo a acareação do lobista Nilton Monteiro com Luiz Fernando Carceroni e o Deputado Estadual Rogério Corrêa; representação na Procuradoria-Geral da República por improbidade administrativa, pedindo enquadramento por improbidade administrativa e prevaricação do Presidente da Funarte, Sr. Antonio Grassi, que andou espalhando essa lista falsa via *e-mail* oficial, gastando dinheiro do povo com isso. representação também na Procuradoria Parlamentar da Câmara dos Deputados, dirigida ao Deputado Ney Lopes, pedindo que sejam identificados aqueles *sites* que disseminaram, intencional e deliberadamente, na Internet a cópia da lista de Furnas. Espero que não tenha Deputados, mas, quem sabe...

Muito bem, Sr. Presidente. Também vai para o Sr. Zambroni, com cópia para o Sr. Antonio Fernando Barros de Silva e Souza. Estamos aqui requerendo a apuração, em especial também nesses autos, das condutas configuradoras em tese de concurso de pessoas por parte do Sr. Luiz Fernando Carceroni e Rogério Corrêa. Pedem isso o PSDB e o PFL.

E também ao Sr. Antonio Fernando Barros Silva e Souza, Procurador-Geral da República, estamos nós, do PSDB e do PFL, também requerendo enquadramento em ato de improbidade administrativa do Presidente da Funarte, Sr. Antonio Grassi. Perfeitamente isso, Sr. Presidente.

Estou encaminhando tudo para a Mesa, Sr. Presidente. Em seguida, aguardo que V. Ex<sup>a</sup> me conceda a palavra.

**DOCUMENTOS A QUE SE REFERE O SR. SENADOR ARTHUR VIRGÍLIO EM SEU PRONUNCIAMENTO.**

*(Inserido nos termos do art. 210, inciso I e § 2º, do Regimento Interno.)*

Exm<sup>o</sup> Sr. Antônio Fernando Barros de Silva e Souza,  
DD. Procurador-Geral da República

Referência: Atos de Improbidade Administrativa, em tese, no âmbito da Fundação Nacional de Artes – FUNARTE

Assunto: Representação para os fins

Os Líderes do Partido da Social Democracia Brasileira – PSDB e do Partido da Frente Liberal – PFL, no Senado Federal e na Câmara dos Deputados, ao final assinados, vêm, respeitosamente, com fundamento na Constituição da República, art. 129, inciso III, na Lei nº 8.429/1992 (“Lei da Improbidade Administrativa”), e na Lei nº 7.347/1985 (“Lei da Ação Civil Pública”), formalizar a presente representação, para tanto expondo o que se segue:

**I – Dos Fatos e do Direito**

1. Desde o dia primeiro de janeiro deste ano, os sites da Internet têm sido bombardeados por uma série de e-mails contendo uma carta, assinada pelo Sr. Luiz Fernando Carceroni (Doc. nº 1), divulgando como se fosse “verdadeira” e “autêntica” uma lista contendo 156 nomes de supostos “beneficiários” de repasses ilegais de recursos na campanha eleitoral em 2002.

2. A referida lista é composta, na verdade, por cópias reprográficas tiradas de uma outra cópia reprográfica que, por sua vez, teria sido hipoteticamente “autenticada” em cartório na data de 22-9-2005, contendo o nome de 156 (cento e cinquenta e seis) integrantes de 12 (doze) partidos políticos e a suposta “assinatura” de Dimas Fabiano Toledo, ex-Diretor de Engenharia da empresa estatal Fumas – Centrais Elétricas S.A.

3. De acordo com os papéis, todas as pessoas mencionadas na lista teriam recebido vantagens ilícitas decorrentes de um alegado esquema de arrecadação de doações irregulares de campanha, no valor total de R\$39.665.000,00 (trinta e nove milhões seiscentos e sessenta e cinco mil reais).

4. O Sr. Luiz Fernando Carceroni, nesta mesma correspondência, acusa que a fonte dos papéis é o Sr. Nilton Antônio Monteiro, definido como “lobista”.

5. Além disso, diversas incongruências técnicas visíveis e coincidências duvidosas tomam incontestável a falsidade do material distribuído pelo Sr. Nilton Antônio Monteiro Ao Sr. Luiz Fernando Carceroni, bem como a vários órgãos de imprensa – senão, veja-se:

(i) conquanto o material esteja datado de 30-11-2002, alguns integrantes de partidos políticos já aparecem como ocupantes de cargos que somente iriam conquistar após as eleições de 2002;

(ii) a lista está “datada” como se tivesse sido feita no ano de 2002, sendo que a “autenticação” da cópia, em cartório, aconteceu somente em 2005. Além disso, chama a atenção o fato de esta “autenticação” ter ocorrido em um cartório e o “reconhecimento” da firma em outro;

(iii) o ex-ministro de Minas e Energia Francisco Luiz Gomide, que sequer participou das eleições de 2002, aparece erroneamente como ocupante do cargo de deputado federal;

(iv) o ex-prefeito da Cidade de Vitória (ES) Luiz Paulo Velloso Lucas, que também sequer participou das eleições de 2002, aparece erroneamente relacionado como deputado federal eleito pelo Estado do Espírito Santo;

(v) embora tivesse sido hipoteticamente redigida em 20-11-2002, a lista se refere aos recursos como sendo “não contabilizados”, expressão esta que somente seria criada, pelo ex-tesoureiro do Partido dos Trabalhadores, Delúbio Soares, no ano de 2005, em pleno escândalo do “Mensalão”;

(vi) há nomes de diversos integrantes de partidos políticos redigidos com erros grosseiros, e há a identificação errônea dos respectivos estados de origem; por exemplo: o corregedor da Câmara Federal, deputado federal Ciro Nogueira, que nega ter recebido os tais recursos ilegais, está relacionado como deputado que teria sido “eleito” pelo Estado de Pernambuco, quando na verdade se elegeu pelo Estado do Piauí.

(vii) para uma lista que seria uma “prestação de contas”, ou algo assim, os erros de grafia e de inserção dos nomes são inúmeros: o deputado federal Nárcio Rodrigues é relacionado primeiro como “Márcio Rodrigues”, depois como Nésccio; o deputado federal Affonso Camargo também figura duas vezes na tal “lista”, sendo que numa o nome dele é grafado como um “E”, e em outra com “FF”; já o nome do deputado Márcio Reinaldo Moreira figura em momentos diferentes da tal lista e com grafias também diversas.

(viii) conquanto o material esteja datado de 30-11-2002, a empresa EDP –Eletricidade de Portugal aparece na lista como uma das “doadoras” de recursos ilegais, com a denominação de “Energia de Portugal”, nome que esta empresa somente veio a adotar no ano de 2005

6. Com efeito, de modo a não deixar dúvidas sobre a falsidade da lista, vale transcrever, sinteticamente, o histórico de atitudes semelhantes atribuídas ao Sr. Nilton Antonio Monteiro que culminaram na instaura-

ção de diversos processos e procedimentos cíveis e criminais (ver anexo Doc. 2):

7. Ou seja: é fato público e notório que, por diversas vezes, o Sr. Nilton Antônio Monteiro tem seu nome séria e gravemente vinculado a operações fraudulentas, nos exatos moldes do presente caso, como falsificador de documentos públicos e particulares para a obtenção de vantagens ilícitas.

8. Com efeito, conforme claramente comprovado acima, a apresentação de uma lista falsa apontou o nome de integrantes de diversos partidos políticos como supostos “beneficiários” de um esquema ilegal de corrupção.

9. Todavia, e conforme será demonstrado a seguir, ao elaborar e divulgar uma lista falsa, com nítidos propósitos políticos, atribuindo aos nomes constantes na lista a prática de “crimes”, o Sr. Nilton Antônio Monteiro cometeu ato ilícito.

10. Demais disso, eis que, pelo envio de e-mail, ou até mesmo pessoalmente, o Sr. Luiz Fernando Carceroni propalou e divulgou a referida lista falsa, disseminando-a também na rede mundial de computadores, bastando mencionar que o endereço por ele utilizado na Internet ([www.pontoflash.com.br/furn@s](http://www.pontoflash.com.br/furn@s)), gerou a existência de pelo menos 32 (trinta e duas) páginas ou registros (Docs. 3) nos quais a malsinada “lista” foi estampada.

11. Como se tudo isso não bastasse, é de se registrar – e é este o fato que, na presente, é aqui especialmente noticiado a V. Exa., para os fins legais – que, conforme publicado (documentadamente) no Blog do Jornalista Fernando Rodrigues ([www.uolpolitica.blog.uol.com.br](http://www.uolpolitica.blog.uol.com.br)), edição de 17 de março de 2006, última sexta-feira, a Presidência da Fundação Nacional de Artes – FUNARTE, Entidade de Direito Público, integrante da Administração Pública Federal, enviou, através de E-Mail oficial da Instituição, cópia daquela aludida “lista” mentirosa e ofensiva, segundo o relato jornalístico que se transcreve, abaixo, integralmente:

E-mail de Antonio Grassi, da Funarte, foi usado para propagar “lista de Furnas”. O e-mail funcional do presidente da Funarte, o ator Antonio Grassi, foi usado no último dia 9 de fevereiro para ajudar a propagar a chamada lista de Furnas – um conjunto de informações sem confirmação sobre um suposto esquema de corrupção dentro da estatal federal de energia. A maior parte do conteúdo da “lista de Furnas” compromete políticos do PSDB e do PFL. A Funarte é uma fundação do governo federal, comandada fortemente por pessoas ligadas ao PT.

O e-mail com a “lista de Furnas” propagado pelo endereço eletrônico de Antonio

Grassi veio de Ana de Hollanda, diretora do CEMUS (Centro de Música da Funarte). Ana teve o cuidado de enviar a “lista de Furnas” usando seu e-mail pessoal, às 23h19min do dia 8 de fevereiro passado. Ela aparentemente mandou as informações para uma lista de funcionários da própria fundação, pois aparece o seguinte no campo de destinatários: “@funarte.gov.br”.

Este **blog** recebeu o e-mail de Grassi por meio de um dos seus destinatários. Por dez dias o **blog** trocou várias informações com Grassi, que não conseguiu até agora dar uma explicação conclusiva para o fato de seu correio eletrônico ter sido usado. No seu penúltimo comunicado, o ator afirmou que tentaria mandar algum detalhamento técnico sobre o episódio até 15 de março. Depois, entraria em férias. O dia 15 chegou. E nada. Ontem, 18 de março, às 19h51min, mandou uma mensagem curta depois que o **blog** insistiu várias vezes: “O gabinete da Funarte, por minha solicitação, está lhe respondendo”. Até o momento, nada.

Como a resposta não veio, o **blog** publica o que recebeu. A cópia do e-mail de Grassi propagando a “lista de Furnas” pode ser acessada nesta página, na seção “Documentos” (só para assinantes do UOL). Os nomes dos destinatários foram retirados, até porque não têm responsabilidade pelo eventual erro cometido pela pessoa que usou o e-mail de Antonio Grassi – o próprio Grassi ou alguém ainda incógnito.

No **post** seguinte, as explicações (inconclusas) de Grassi.

::Escrito por Fernando Rodrigues às 7h44min.

Tendo havido cobranças reiteradas, pelo referido Jornalista, acerca da conduta da Presidência da Funarte quanto aos fatos acima relatados, eis que, segundo o próprio Jornalista, ficou evidenciado que – de acordo com a “inconclusiva explicação” da Funarte —, simplesmente constata-se que não foi tomada qualquer providência, naquela Instituição Pública Federal, para a formal e legal apuração das evidentes condutas infracionais, e nem mesmo, sequer, para a simples “identificação” das pessoas (Agentes Políticos) eventualmente responsáveis.

Senão, veja-se:

**Funarte manda esclarecimento sobre e-mail; resposta é inconclusiva; caso fica em aberto.**

Primeiro, só para esclarecer aos internautas que postaram comentários: sim, é claro que é possível falsificar um e-mail, o seu remetente etc. Não está escrito nos **posts** anteriores que isso não seja possível. Está escrito apenas que Antonio Grassi tentou dizer que basta mudar o nome do remetente (não o e-mail), o que é outra coisa.

O **blog** também perguntou claramente ao presidente da Funarte, por vários dias, se ele poderia checar com seu departamento de informática a consistência daquele e-mail. Em vez de ir diretamente ao ponto, preferiu primeiro dizer que estava no exterior (não estava), que é fácil falsificar um e-mail (é verdade, mas o exemplo dado era furado). E nada de checagem nas máquinas da fundação.

Para completar, o presidente da Funarte socializou a responsabilidade. Alegou que seu e-mail (não divulgado na página da Funarte) é usado por assessores. Diz ele que seu e-mail “é acessado, aberto diariamente, pela assessoria do gabinete. Muitas das respostas são feitas diretamente pelos assessores”. Em resumo, não há controle possível.

O **blog** então perguntou se o sistema de computadores e de e-mails da Funarte registraria quando cada mensagem é enviada e por qual endereço (máquina). A resposta veio só hoje. É inconclusiva. Lamentavelmente, diz não ser possível dizer se o e-mail propagando a “lista de Furnas” saiu ou não da máquina da presidência da Funarte.

Por outro lado, a resposta da Funarte diz ter constatado a troca de vários e-mails entre Grassi e Ana de Hollanda (que usando um endereço particular teria enviado ao presidente da Funarte a mensagem original, com a tal “lista de Furnas”).

Como o e-mail enviado usando o endereço de Grassi foi para várias máquinas da própria Funarte e do governo (o presidente da fundação sabe quais são, pois recebeu cópia completa da mensagem enviada por este **blog**), o setor de informática do órgão poderia fazer uma checagem mais detalhada para descobrir, de fato, quem enviou a mensagem. Seria necessário uma checagem nas máquinas dos destinatários. A julgar pela resposta recebida hoje, esse tipo de averiguação não foi realizada.

O caso vai ficar sem solução, claro. E sem apuração. O de sempre.

A seguir, a íntegra da comunicação de hoje da Funarte:

“Em resposta aos questionamentos formulados pela Presidência da Funarte em 10-2-2006, informamos que:

\* Não há como checar se o e-mail referido saiu da máquina do Presidente ou de alguma outra máquina da Funarte. Nossos servidores registram as movimentações (data, hora, endereço de entrada, endereços de saída) das contas, mas não o IP (identificação) da máquina que originou o e-mail. Até porque o e-mail pode ter sido originado de qualquer máquina externa ou através de nosso webmail.

\* Com relação à comprovação de envio de e-mail em 09/02, nossos servidores registram a troca diária de correspondências entre [anadehollanda@uol.com.br](mailto:anadehollanda@uol.com.br) e [antoniograssi@funarte.gov.br](mailto:antoniograssi@funarte.gov.br), inclusive nesta data, limitando-se a isso.

Para confirmar a identidade do remetente de uma mensagem específica, precisaríamos analisar o seu código fonte original.

• O endereço [antoniograssi@funarte.gov.br](mailto:antoniograssi@funarte.gov.br), assim como os demais, somente pode ser acessado pelo proprietário da conta ou por pessoa por ele autorizada e que possua o **login** e senha”.

**Edson Carvalho**, Chefe da Divisão de Informática – Funarte

::Escrito por Fernando Rodrigues às 16h06min.

Não há dúvida, assim, de que pelo menos a Presidência da Funarte, na pessoa do Sr. Antônio Grassi (Agente Político), deixou de velar pela estrita observância dos princípios da legalidade e da moralidade pública no trato da questão, bem como violou os deveres de imparcialidade e de lealdade às instituições (art. 11 da Lei nº 8.429/1992, “Lei da Improbidade Administrativa”), na medida em que:

(a) praticou ato visando fim proibido em lei ou diverso daquele previsto na regra de competência (inciso I do referido art. 11); e

(b) retardou e, mais, deixou de praticar, indevidamente, ato de ofício (inciso II do mesmo art. 11), uma vez que, tendo tomado conhecimento de fato que, em tese, caracteriza o cometimento de infração administrativa, simplesmente não determinou a sua imediata apuração mediante procedimento de Sindicância ou Processo Administrativo Disciplinar (conforme determinam os arts. 143 e 144 da

Lei nº 8.112, de 1990) – e isso ao ponto de merecer o cáustico (e, o que é lamentável, procedente) comentário do mencionado Jornalista Fernando Rodrigues (estampado publicamente na Internet):

“O caso vai ficar sem solução, claro. E sem apuração. O de sempre”.

É isso o que, com a presente Representação, os Requerentes, agindo nos exatos termos legais, pretendem evitar, buscando assim, junto ao Parquet Federal, a apuração e a fixação de responsabilidades, em defesa do Patrimônio Público e da Moralidade Administrativa.

## II – Do pedido

Assim, os Requerentes pedem que esta Procuradoria-Geral tome, de pronto, com a maior urgência possível, as providências necessárias para que se fixe a plena responsabilização do(s) Agente(s) Político(s) cuja(s) conduta(s), conforme relatado, tenham incidido em improbidade administrativa – sem prejuízo, naturalmente, da apuração inclusive da prática de eventual ilícito(s) criminal(is).

Termos em que pedem deferimento.

Brasília, 22 de março de 2006. – **Arthur Virgílio Neto**, PSDB – AM – **Juthahy Júnior**, PSDB – BA – **José Agripino Maia**, PFL – RN – **Rodrigo Maia**, PFL – RJ.

DOCUMENTOS EM ANEXO:

Doc. 1 – Texto de Mensagem por e-mails contendo uma carta, assinada pelo Sr. Luiz Fernando Carceroni.

Doc. 2 – “Ficha Corrida” do Sr. Nilton Antônio Monteiro.

Docs. 3 – Páginas impressas a partir do **Blog** do Jornalista Fernando Rodrigues ([www.uolpolitica.blog.uol.com.br](http://www.uolpolitica.blog.uol.com.br))

Exmo. Sr. **Luiz Flávio Zampronha**

DD. Delegado da Polícia Federal

Brasília – DF

Com cópia para o

Exmº Sr. Antônio Fernando Barros de Silva e Souza

DD. Procurador Geral da República

(em razão do teor do art. 129, inc. I, da Constituição Federal.)

**Referência:** Inquérito Policial em curso sob a Presidência de V. Ex<sup>a</sup>, a respeito da confecção e distribuição da chamada “Lista de Furnas.”

**Assunto:** Requerimento de apuração em especial, também nestes autos, das condutas configuradoras, em tese, de concurso de pessoas por parte do Sr. Luiz Fernando Carceroni e do Sr. Rogério Correia

Os Líderes do Partido da Social Democracia Brasileira – PSDB e do Partido da Frente Liberal – PFL, no Senado Federal e na Câmara dos Deputados, ao final assinados, vem, respeitosamente, com fundamento no direito constitucional de petição (CF, art. 5º inc. XXXIV, alínea a), e bem assim nas disposições legais regentes do Processo Penal pátrio (CPP, art. 5º, § 3º primeira parte, conjugado com o art. 6º, inc III), formalizar o presente Requerimento para tanto expondo o que se segue:

### I – Dos Fatos

1. Como, por certo, já deve estar bem documentado nestes autos apuratórios, desde o dia primeiro de janeiro deste ano, os sítios da Internet têm sido bombardeados por uma série de e-mails contendo uma carta, assinada pelo Sr. Luiz Fernando Carceroni, Professor aposentado da Rede Pública Municipal de Ensino de Belo Horizonte – MG, e atualmente no exercício de Cargo em Comissão da Prefeitura de Belo Horizonte (PBH), divulgando como se fosse “verdadeira” e “autêntica” uma lista contendo 156 nomes de supostos “beneficiários” de repasses ilegais de recursos na campanha eleitoral em 2002.

2. A referida “Lista” é composta, na verdade, por cópias reprográficas tiradas de uma outra cópia reprográfica que, por sua vez, teria sido hipoteticamente “autenticada” em cartório na data de 22-9-2005 contendo o nome de 156 (cento e cinquenta e seis) integrantes de 12 (doze) partidos políticos e a suposta “assinatura” de Dimas Fabiano Toledo, ex-Diretor de Engenharia da empresa estatal Furnas – Centrais Elétricas S.A.

3. De acordo com os papéis, todas as pessoas mencionadas na lista teriam recebido vantagens ilícitas decorrentes de um alegado esquema de arrecadação de doações irregulares de campanha, no valor total de R\$39.665.000,00 (trinta e nove milhões seiscentos e sessenta e cinco mil reais).

4. O Sr. Luiz Fernando Carceroni, nesta mesma correspondência, acusa que a fonte dos papéis é o Sr. Nilton Antônio Monteiro, definido como “lobista” – que, aliás, e segundo noticiou o Jornal Correio Braziliense (referido no site [www.urimeiraleitura.com.br](http://www.urimeiraleitura.com.br), Doc. I) no final desta última semana, pode vir a ser indiciado, nestes mesmos autos, como responsável pela confecção e divulgação da aludida “Lista de Furnas”.

5. Além disso, o Sr. Luiz Fernando Carceroni também emitiu publicamente declarações, nos meios de comunicação, no sentido de que o Sr. Rogério Correia, Deputado Estadual pelo Partido dos Trabalhadores (PT) de Minas Gerais, é quem lhe teria fornecido aquela

“Lista” – veja-se (Jornal Folha de São Paulo, 4 – fev. 2006, p. A-6, grifos não originais, Doc. 2), **verbis**:

Foi o Deputado Estadual Rogério Correia, aqui do PT de Minas, quem me passou o papel. Ele disse ter visto o original. Escaneei os papéis e comecei a mandar para amigos Jornalistas.”

Porém, em entrevista ao Jornal **O Tempo** (edição de exato um dia depois, 5-fev-2006, p. A – 5, Doc. 3) – e embora o Sr. Carceroni mais uma vez confirme ter recebido uma cópia da “Lista” do Sr. Rogério Correia – eis que, estranhamente, o Sr. deputado Rogério Correia simplesmente rebateu aquelas declarações, revelando-se deste modo uma flagrante contradição entre as versões dos dois petistas; senão, veja-se (grifos não originais):

“ ( . . . )

‘Nunca vi o original, mas confio em quem viu e me deu uma cópia, que foram o Rogério (Correia) e o Simião (assessor do parlamentar). Por isso, não duvido da autenticidade do documento’, diz Carceroni. ‘Não repassei nada a ninguém, nem ao Carceroni. . .i, rebate Rogério Correia’.

Bastariam estas afirmações acima, absolutamente díspares e antagônicas embora emitidas por cidadãos e correligionários políticos, que, ao que parece, mantinham relações muito próximas (e até mesmo de declarada confiança) para, por si só, se justificar e, mais, até mesmo ser imprescindível e exigível a realização da competente acareação de ambos, sem prejuízo de outras providências investigativas a respeito.

Até porque – a par das condutas nada “ortodoxas” do Sr. Nilton Monteiro (cujo “currículo”, ao que já se sabe até mesmo pela imprensa, não o recomenda, de modo algum, como um arauto da boa-fé pública), todos os demais fatos, já amplamente divulgados em escala nacional, estão a indicar que o mesmo não perpetrou suas ações isoladamente, mas, ao contrário, com elas contribuíram, por certo, outras pessoas que, com incommon tenacidade, tentam a todo custo, de uma forma ou de outra, imprimir alguma “credibilidade” à fraudulenta “construção” (grosseira montagem) daquela indigitada “Lista”.

6. Mas não é só tudo (mesma reportagem, Doc. outras curiosas declarações isso; ainda de acordo com a **Folha de São Paulo 2**), o mesmo Sr. Carceroni pres-  
tou algumas (grifos não originais), quais sejam:

“Segundo o petista, que vive em Belo Horizonte, o deputado Rogério Correia teria recebido a fotocópia de Nilton Monteiro, um lobista que seria o detentor do suposto documento original. (...) Rogério Correia, 47, segundo vice—presidente da Assembléia mineira, confirma a história. ‘Vi o original em novembro. O Nilton me mostrou’, diz. (...)”

No entanto, na mesma interminável seqüência de informações desconstruídas do Sr. deputado Rogério Correia consigo próprio, o mesmo, em entrevista desta feita dada ao Jornal paulista **Hora do Povo** (edição de 21.set.2005, Doc. 4) —portanto, logo na véspera do dia 22.set.2005 (data em que aquela “Lista” teria sido supostamente “autenticada”) —, o referido parlamentar do PT mineiro afirma, naquela data de 21 de setembro do ano passado, já ter “visto” e inclusive “lido” a via “original” daquela tal “Lista”, chegando a afirmar, textualmente, que ela, segundo ele, envolveria ... “...tucanos de alta plumagem de Minas e São Paulo, além de filhinhos de papai do Rio de Janeiro e da Bahia.”

Confirmando ter sido esta, acima, a “primeira” (e contraditória) versão do Sr. ROGÉRIO CORREIA o Jornalista Alessandro Rodrigues, autor da reportagem — de 21 de setembro —, complementa o texto afirmando:

“... disse Correia, ressaltando que já viu os documentos que estarão em breve em suas mãos.”

A propósito, tal “episódio” sugere uma indagação pertinente: se realmente as coisas se passaram assim (como ele diz que se passaram), então por que o Sr. deputado petista Rogério Correia, lá antes naquela ocasião, já não apresentara então a sua “denúncia” à Polícia Federal?

7. Demais disso, eis que, pelo envio de e-mail, ou até mesmo pessoalmente, o Sr. Luiz Fernando Carceroni propalou e divulgou a referida lista falsa, disseminando-a também na rede mundial de computadores, bastando mencionar que o endereço por ele utilizado na Internet ([www.pontoflash.com.br/furn@s](http://www.pontoflash.com.br/furn@s)) gerou a existência de pelo menos 32 (trinta e duas) páginas ou registros nos quais a malsinada “Lista” foi estampada — e uma simples consulta sobre o tema em [www.google.com.br](http://www.google.com.br) revela 77.400 registros, evidenciando a repercussão da ofensa em escala planetária.

8. Tais fatos, como os indícios revelam, evidenciam um inaudito esforço ou mesmo um inusitado “enredo” (com variados “atores”, e em diversos “atos”) no sentido de se tentar conferir alguma dose de “sustentabilidade” àquela mal-elaborada e criminoso “Lista”,

feita e apresentada (sub-repticiamente), ao País, com indistigável escopo de enganar a opinião pública e os Poderes Constituídos, ainda que ao preço da honra e imagem alheias.

Importante, portanto — mormente quando os fatos apontam para um possível indiciamento do Sr. Nilton Antônio Monteiro —, atentar-se para o que dispõe a figura jurídica do concurso de pessoas (Código Penal, art. 29), relativamente a quem, de qualquer modo, tenha concorrido para o crime, incidindo assim, na medida de sua culpabilidade, nas penas a ele cominadas, como bem registra, a respeito, Celso Delmanto (Código Penal comentado. 3. ed. Rio de Janeiro: Renovar, 1991, p. 55, grifos não originais):

“Na participação, não há o comportamento típico que a lei descreve. Porém, a conduta de contribuir moral ou materialmente para o crime adquire tipicidade pela regra deste art. 29, que manda punir quem concorre (colabora) de qualquer modo, para o crime de outrem.”

9. É fato público e notório que, por diversas vezes, o Sr. Nilton Antônio Monteiro teve seu nome séria e gravemente vinculado a operações fraudulentas, nos exatos moldes do presente caso, como falsificador de documentos públicos e particulares para a obtenção de vantagens ilícitas — e, neste contexto, chama a atenção, e muito, o comportamento de proximidade entre uma pessoa como esta, de um lado, e, de outro lado, dois notórios militantes político-partidários (um deles até mesmo Parlamentar Estadual), tudo, pois, a exigir que não somente aquele, mas também o Sr. Luiz Fernando Carceroni, e também o Sr. Rogério Correia, venham a ser chamados a prestar detalhado depoimento a respeito de tais fatos, inclusive e especialmente mediante uma bem adequada acareação entre os três, de modo que as ainda desconstruídas versões, de todos eles, se “harmonizem”, ao menos um pouco, na busca da verdade real que este Procedimento reclama.

Por tudo isso, enfim, os fatos em apuração — que hoje, cada vez mais, mobilizam a Nação — estão a demandar seja fixado, com exatidão, se existiu ou não existiu o prefalado concurso de pessoas a implicar a responsabilização de todos quantos tenham agido (e/ou colaborado) para a prática das falsidades que pululam nos autos...

Termos em que requerem a juntada aos autos da presente Petição, com a documentação inclusa, e pedem deferimento.

Brasília, 22 de março de 2006. — Senador **Arthur Virgílio Neto**, PSDB — AM — **José Agripino Maia**, PFL — RN — Deputado **Jutahy Júnior**, PSDB — BA — **Rodrigo Maia**, PFL — RJ.

## DOCUMENTOS EM ANEXO:

Doc. 1 – Texto do Jornal **Correio Braziliense** (referido no Site [www.primeirafeitura.com.br](http://www.primeirafeitura.com.br))

Doc. 2 Recorte do Jornal **Folha de São Paulo**, 4–fev–2006, p. A-6

Doc. 3 Recorte do Jornal **O Tempo**, 5–fev–2006, p. A-5

Doc. 4 Texto do Jornal **Hora do Povo**, 21.set.2005

### **SOBRE A FALSIDADE DA “LISTA DE FURNAS”: quem são – e o que fizeram,**

#### **Luiz Fernando Carceroni e Rogério Correia**

##### **• Luiz Fernando Carceroni:**

> Servidor Público aposentado, exerce o Cargo de Confiança na Prefeitura de Belo Horizonte;  
> assinou um texto em que garante ser verdadeira a chamada “Lista de Furnas”;  
> produziu uma “planilha” com os nomes de Parlamentares e Partidos Políticos que, segundo ele (e o lobista Nilton), seriam os supostos “beneficiários”  
> e o mais grave: divulgou o texto e a “Lista” na internet

##### **• Rogério Correia:**

> Deputado Estadual, é Vice-Presidente da Assembléia de Minas Gerais  
> Segundo declarações de Carceroni, foi ele quem lhe entregou a chamada “Lista de Furnas”  
> Tem ligações muito próximas com o lobista Nilton  
> É a única pessoa do Brasil que diz ter “visto” a via supostamente “original” da tal “Lista de Furnas”

#### **Ações do PSDB e do PFL sobre a falsidade da “Lista de Furnas”**

A partir desta quarta-feira, dia 22 de março de 2006, parlamentares e dirigentes do PSDB e do PFL tomam várias iniciativas e providências, judiciais e extrajudiciais, visando à apuração e à punição dos responsáveis pela elaboração e divulgação da chamada “Lista de Furnas”, cuja investigação está sendo feita na Polícia Federal. Os dois Partidos tomam as seguintes medidas:

1ª) Ações Judiciais contra o lobista Nilton Antônio Monteiro e o militante petista, e ocupante de cargo comissionado na Prefeitura de Belo Horizonte, Luiz Fernando Carceroni, com a finalidade de reparação indenizatória pelos danos morais causados por eles, e também buscando evitar que as suas práticas ilegais, criminosas e difamatórias, voltem a se repetir;

2ª) Requerimento na Polícia Federal relatando fatos que tornam necessária a tomada de depoimentos e a acareação do lobista Nilton Monteiro com o militante

Luiz Fernando Carceroni e o Deputado Estadual Rogério Correia, ambos do PT de Minas Gerais, e destes últimos entre si, para que sejam esclarecidas as graves contradições das declarações que todos prestaram aos meios de comunicação; o PSDB e o PFL querem, em especial, que a Polícia Federal investigue e esclareça qual foi a participação (colaboração) do militante Carceroni e do Deputado Estadual Rogério Correia com o intuito de dar algum mínimo de “credibilidade” à fraudulenta fabricação, pelo lobista Nilton Monteiro, do chamado “dossiê de Furnas”;

3ª) Representação na Procuradoria-Geral da República (Ministério Público Federal) para que seja investigada a conduta infracional de improbidade administrativa ou o crime de prevaricação do Presidente da Funarte, o ator Antônio Grassi, de cujo E-mail “funcional” (de uma Fundação Pública) foram enviadas inúmeras mensagens, destinadas aos funcionários públicos, divulgando cópias da “Lista de Furnas”, conforme foi revelado na última sexta-feira, dia 17, por reportagem investigativa do jornalista da **Folha de S. Paulo**, Fernando Rodrigues, em seu blog ([www.uolpolitica.blog.uol.com.br](http://www.uolpolitica.blog.uol.com.br));e

4ª) Representação na Procuradoria Parlamentar da Câmara dos Deputados, dirigida ao Deputado Ney Lopes (e com cópias ao Presidente e ao Corregedor da Câmara, Deputados Aldo Rebelo e Ciro Nogueira), com o objetivo de que a Polícia Federal, com a urgência necessária, identifique as pessoas físicas responsáveis pelos Sites que disseminaram intencional e deliberadamente, na Internet, as cópias da “Lista de Furnas” – isso para que os dois Partidos possam exercer, em tempo hábil, o seu constitucional direito de resposta.

Por certo, a Nação espera que eventuais injunções governamentais não irão se sobrepor, jamais, aos deveres maiores e ao senso de responsabilidade funcional e profissional dos Órgãos de Controle e Investigação, aos quais competem a busca da verdade real, e assim – diante dos novos fatos, argumentos e documentos ora apresentados oficialmente pelo PSDB e pelo PFL – sejam enfim tomadas todas as demais providências e procedimentos necessários à coleta das provas.

Com estas iniciativas sérias e responsáveis, os Partidos de oposição registram publicamente a sua firme expectativa de que a Polícia Federal, enquanto Instituição de Estado, bem saberá desincumbir-se de suas constitucionais atribuições no sentido de que, dentro do tempo desejável, se possa identificar a real ocorrência das práticas criminosas denunciadas, para a oportuna punição dos verdadeiros responsáveis.

Brasília, 22 de março de 2006. – **Arthur Virgílio Neto**, PSDB-AM – **José Agripino Maia**, PFL-RN.

**O SR. PRESIDENTE** (João Alberto Souza. PMDB – MA) – V. Ex<sup>a</sup> será atendido, na forma do Regimento.

**O SR. ALMEIDA LIMA** (PMDB – SE) – Pela ordem, Sr. Presidente.

**O SR. PRESIDENTE** (João Alberto Souza. PMDB – MA) – Pela ordem, Senador Almeida Lima.

**O SR. ALMEIDA LIMA** (PMDB – SE. Pela ordem. Sem revisão do orador.) – Sr. Presidente, a propósito do pedido de informações do Senador Antonio Carlos Magalhães, acerca da Ordem do Dia, e diante da informação prestada por V. Ex<sup>a</sup>, no dia de ontem, não chegou a esta Casa uma nova medida provisória que suspendeu a tramitação de todos os outros processos e não haverá deliberações na tarde de hoje?

**O SR. PRESIDENTE** (João Alberto Souza. PMDB – MA) – Senador Almeida Lima, o Presidente da Casa já está se dirigindo ao plenário e vai responder à questão de ordem de V. Ex<sup>a</sup>, em consonância com as Lideranças desta Casa.

**O SR. ALMEIDA LIMA** (PMDB – SE) – Peço uma segunda informação a V. Ex<sup>a</sup>. Aqueles que se inscreveram para uma comunicação inadiável, porque já o fiz no dia de ontem e não houve tempo, se antes da Ordem do Dia, V. Ex<sup>a</sup> me concederá a palavra ainda?

**O SR. PRESIDENTE** (João Alberto Souza. PMDB – MA) – Senador Almeida Lima, estou fazendo uma intercalação. Vai falar o Senador Heráclito Fortes e depois falará V. Ex<sup>a</sup>. Mas se o Presidente aqui chegar e se pronunciar pela Ordem do Dia, estará suspenso. Aí, só depois da Ordem do Dia.

**O SR. PRESIDENTE** (João Alberto Souza. PMDB – MA) – Com a palavra o Senador Heráclito Fortes, por dez minutos.

**O SR. HERÁCLITO FORTES** (PFL – PI. Pronuncia o seguinte discurso. Sem revisão do orador.) – Sr. Presidente, Sr<sup>as</sup> e Srs. Senadores, como não poderia deixar de ser, quero que as minhas primeiras palavras unam-se às do Senador Maguito Vilela e parabenizar este extraordinário Partido que é o PMDB, Partido que durante muitos anos me acolheu, pelos seus quarenta anos de existência. E dizer, dentro do contexto dessa homenagem, ao Senador Leonel Pavan que o Deputado Ulysses Guimarães dizia que, para uns – e isso é próprio da natureza humana –, gratidão é a esperança do favor futuro. Portanto, conforme-se em não receber telefonemas, faz parte da vida e da natureza do homem.

Senador João Alberto, eu venho há dias dizendo ao Senador Cristovam Buarque que o País está anestesiado. O País está anestesiado e vivendo permanentes crises de amnésia. Senador Cristovam, há dois dias seguidos, o Sr. Luiz Marinho, Ministro do Trabalho do Governo, agradece o Congresso Nacional.

Ontem, a manchete era de que testemunha foi bem treinada, insinuando que a testemunha, envolvendo esse episódio tenebroso que envolve a república do Riberão Preto, teria sido treinada por um, por dois ou por dez parlamentares, fazendo uma grave acusação a esta Casa.

Hoje, Senador Arthur Virgílio, mais uma vez o Sr. Marinho agride esta Casa, Senador Tebet, dizendo que ela deve trabalhar mais, e dando opiniões sobre o funcionamento de CPIs, que é uma prerrogativa do Poder.

Em outros tempos, Senador Presidente, Renan Calheiros, esta Casa já teria chamado e interpelado o Ministro do Trabalho pelas agressões praticadas contra ela. Aliás, estava marcada hoje a sua presença aqui em uma Comissão da Casa, e eu fui para lá para tomar a iniciativa desse gesto. S. Ex<sup>a</sup> não veio. Será que se deu conta das grosserias cometidas através da imprensa contra o Congresso Nacional?

Portanto, Sr. Presidente, requeiro à Mesa desta Casa que indague do Sr. Ministro do Trabalho se as notícias aqui divulgadas são verdadeiras e que as mesmas sejam confirmadas e esclarecidas. Afinal de contas, pelo menos no que diz respeito ao Orçamento da União, é uma afirmativa caluniosa, uma vez que não é a Oposição que vem obstruindo essa peça orçamentária, mas, sim, o próprio Governo, na convicção de que poderá usar, a seu bel-prazer, verbas da Nação através do recurso dos duodécimos. Um ledo engano e, acima de tudo, uma atitude perigosa.

Mas, Sr. Presidente, Srs. Líderes da Oposição, meu caro Senador Jefferson Péres, tudo isso está sendo adredemente preparado. Esta tentativa permanente do Governo de jogar o Congresso contra a população não vem de agora. Vamos nos lembrar do episódio da convocação extraordinária, quando o Governo, usando de poderes, transformou em autoconvocação e mandou aquela pauta, que era um monstro sem nenhum efeito prático, de noventa itens. E ficamos aqui atolados, sem podermos avançar na pauta, porque o excesso de medidas provisórias não permitia.

Ontem, nós vimos um outro exemplo. Vimos o exemplo da votação da Anac, que o Governo, desasombadamente, mandou para cá, após ter dado posse aos seus dirigentes. E insere no contexto da medida um penduricalho de contratações de centenas e centenas de funcionários, sem sequer explicar a urgência e a necessidade.

Mas o que me preocupa, Sr. Presidente, Sr<sup>as</sup> e Srs. Líderes, é essa vocação, cada dia mais exposta, de setores do Governo em defender o autoritarismo à força e em agredir o que há de mais sagrado ao homem, que é sua privacidade, que é a liberdade de expressão.



Ontem, aqui, houve o triste episódio da proposta de fiscalização de quem entra nos gabinetes e de quem deles sai. Hoje, Senador Ramez Tebet – acho que V. Ex<sup>a</sup> estava presente –, houve um ato de censura prévia por parte da Liderança do PT contra o jornal **O Estado de S. Paulo**. Refiro-me à reunião que aconteceu na Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania, onde estava sendo ouvida a Ministra Ellen Gracie. O País, na voz da Liderança do PT, foi alertado para um editorial em que **O Estado de S. Paulo** descreve a crise que vivemos, sob o título “A hora de o Congresso dizer basta”.

Sr. Presidente, **O Globo** traz um editorial também abordando esse assunto, sob o título “Desordem jurídica”. Mas o que foi citado hoje na Comissão, não num ato de opinião pessoal ou de crítica, mas de censura – V. Ex<sup>a</sup> estava presente –, foi o editorial do **Estadão**, aquele **Estadão** que, num passado bem distante, nos momentos mais negros que este País viveu, teve de trocar editoriais dessa mesma natureza por receita de bolo, por músicas, por letras de músicas. Agora, Senador Arthur Virgílio, volta-se a tentar praticar e a se insinuar a prática...

Concedo um aparte a V. Ex<sup>a</sup>, com o maior prazer, Senador Jefferson Péres.

**O Sr. Jefferson Péres** (PDT – AM) – Senador Heráclito Fortes, não me surpreendo com nada disso que está acontecendo. É a corrupção como fins que justificam os meios. Já o leninismo pregava isso, como o autoritarismo, que é o ranço do stalinismo. O stalinismo é uma doença incurável. Não adianta, a conversão à democracia é falsa. A mente está entranhada, encharcada de autoritarismo, não se cura nunca. Não há remédio para isso. Parabéns pelo seu pronunciamento!

**O SR. HERÁCLITO FORTES** (PFL – PI) – V. Ex<sup>a</sup> tocou num ponto importante, Senador Jefferson Péres.

Hoje, eu conversava com um homem de muita responsabilidade, que foi testemunha ocular de fatos passados e que me chamou a atenção para uma coincidência: a de que a censura agravou-se quando o Governo da época, o Governo de exceção, mergulhou no momento mais profundo da corrupção, envolvendo grandes obras, como Itaipu e outras mais. Dizia-se que a censura servia exatamente para cercear o pensamento político de alguns, mas, na realidade, a censura servia para que fatos graves não fossem às páginas dos jornais e da imprensa brasileira.

Hoje, o fato se repete. Esse gesto, simbolizado pelo pensamento petista na Comissão de Constituição e Justiça e Cidadania, que me deu inclusive o direito

de ganhar uma aposta com o Senador Arthur Virgílio, é apenas mais um nessa seqüência.

Portanto, meu caro Senador Jefferson Péres, quero fazer um apelo às Lideranças de Oposição para que se unam e criem, Senador Arthur Virgílio, uma pauta positiva de votações neste Congresso até o final do primeiro semestre, para que não fiquemos presos às manobras do Governo. Que as Oposições se unam e vejam claramente o que é importante para o País votar e tenham, Senador Ramez Tebet, esse elenco de medidas com necessidade de aprovação no Congresso como objetivo inarredável. O Governo, se quiser, que acompanhe, porque tem sido assim. Nesta Casa, o Governo não conseguiu aprovar nada sem a Oposição, sem nossa compreensão, sem nosso apoio.

E tenho a certeza de que o Presidente desta Casa, pelo papel histórico que representa neste momento, poderá ser o grande condutor e o moderador dessa agenda, nascida no Congresso Nacional, para que não fiquemos atrelados aos caprichos do Poder Executivo, que nos empulha com suas medidas provisórias.

Senador Ramez Tebet, com o maior prazer, concedo-lhe o aparte.

**O Sr. Ramez Tebet** (PMDB – MS) – Senador Heráclito Fortes, quero só me solidarizar com V. Ex<sup>a</sup>. Realmente, devemos marchar com uma agenda positiva, mas, para isso, é preciso mudar algo na Legislação. Se as medidas provisórias chegam aqui e trancam a pauta, como é que vamos avançar naquilo que é importante para o País? É isso que o editorial do **Estadão** está falando; falou com clareza que estava na hora de o Congresso Nacional reagir. Por que falou assim? Porque, em meio a um depoimento na CPI, veio uma ordem para calar um homem humilde. O que poderemos fazer se a lei continuar desse jeito? Deixaremos de cumprir a decisão do Judiciário? Isso é impossível. Temos profunda vocação democrática, principalmente os que pertencem ao Legislativo e que sabem o valor do voto, o valor do sufrágio universal. Talvez, possamos fazer uma lei, como algumas que já estão caminhando por aí, para que liminar contra Poder Público pelo menos não possa ser dada dessa forma, fazendo com que os outros Poderes fiquem desmoralizados – é essa a expressão – diante de decisões que estão sendo tomadas. Temos de ir, realmente, na direção do discurso de V. Ex<sup>a</sup>. Façamos uma agenda positiva! Mas que nela se inclua uma legislação que dê força ao Congresso Nacional!

**O SR. HERÁCLITO FORTES** (PFL – PI) – Agradeço a V. Ex<sup>a</sup>, e é a primeira colaboração concreta que está sendo dada para que possamos caminhar nessa direção.

**O Sr. Gilvam Borges** (PMDB – AP) – V. Ex<sup>a</sup> me concede um aparte?

**O SR. HERÁCLITO FORTES** (PFL – PI) – Em seguida, eu lhe concederei o aparte.

Até que, no caso das medidas provisórias, tranque-se a pauta, faremos um protesto aqui diariamente. Faremos uma vigília, mostrando à Nação que o que pára esta Casa não é a atividade do parlamentar, mas, sim, o mecanismo de fuga do Executivo.

Meu caro Senador Amir Lando, defensor das liberdades, o Senador Ramez Tebet disse muito bem que esse artigo é um alerta à Nação. Pode-se não concordar com ele; é um direito. Mas criticá-lo e dizer que isso é um perigo para o País, uma ameaça, é uma afronta à liberdade democrática. O pensamento tem de ser livre. Podemos concordar ou não, podemos comprar ou não o jornal que assim se comporta, mas pedir seu fechamento jamais.

Tem o aparte o Senador Gilvam Borges.

**O Sr. Gilvam Borges** (PMDB – AP) – Senador Heráclito Fortes, o entusiasmo e a disposição de V. Ex<sup>a</sup> realmente...

*(Interrupção no som.)*

**O Sr. Gilvam Borges** (PMDB – AP) – Quero me congratular, Senador Heráclito. V. Ex<sup>a</sup> tem sido um exemplo de combatividade, de capacidade. Acho que o Governo deveria prestar atenção aos posicionamentos de V. Ex<sup>a</sup>. Sábio no processo democrático é o governo que, às vezes, pauta sua correção nas vozes e nas considerações da Oposição. V. Ex<sup>a</sup> tem sido um aguerido. Acredito que a agenda positiva precisa chegar. Há pouco comentava com uma amiga sobre a matéria do Fantástico. Impressionante a matéria em que vimos os menores, a confusão, esse confronto. É algo sobre o qual precisamos agir. Portanto, quero me congratular com V. Ex<sup>a</sup>. Uma agenda positiva é necessária, e V. Ex<sup>a</sup>, o seu entusiasmo, é um exemplo a ser seguido. Que o diga a Líder do Governo, que tem em V. Ex<sup>a</sup> um companheiro contínuo e assíduo na contraposição da argumentação, o que faz o debate, próprio do processo democrático, ser viçoso e importante para o País. V. Ex<sup>a</sup> tem que ser muito mais ouvido pelo Governo, pois V. Ex<sup>a</sup> só traz contribuições.

**O SR. HERÁCLITO FORTES** (PFL – PI) – Agradeço a V. Ex<sup>a</sup> e, com a permissão do Presidente, concedo o último aparte ao Senador Romeu Tuma.

**O Sr. Romeu Tuma** (PFL – SP) – Vou tentar ser rápido, Senador Heráclito. Sabe que sou muito atencioso a todos os pronunciamentos que V. Ex<sup>a</sup> faz dessa tribuna pela importância que se tem que dar à sua voz. Mas, se V. Ex<sup>a</sup> permitir, quero, com a presença do Senador Gilberto Mestrinho, demonstrar minha amar-

gura e minha não-aceitação com a declaração do Presidente Lula de que somos invejosos. Eu jamais tive inveja de qualquer coisa, Sr. Presidente. Não é correto, Senador Gilberto Mestrinho, dizer-se que, por inveja, não aprovamos o Orçamento. Senador Ramez Tebet, ainda ontem, a pedido do Senador Flexa Ribeiro, do PSDB, saí da Comissão de Educação e fui à Comissão de Orçamento para que a reunião não fosse encerrada por falta de quórum. V. Ex<sup>a</sup> me disse: “Infelizmente, os Parlamentares do Governo não estão dando número para votar o Orçamento”. Eu não aceito isso. Todo dia, eu faço orações para que o Lula tenha sorte na sua gestão porque isso beneficia a sociedade. Mas nos chamar de invejosos? É claro que eu não visto a carapuça porque não o sou. Aproveito o aparte para cumprimentar o Senador Gilberto Mestrinho, o Senador Heráclito Fortes e V. Ex<sup>a</sup>, Sr. Presidente Renan Calheiros, que hoje fecha o Plenário para questões legislativas e o abre para questões administrativas. Fiquei satisfeito com a projeção que V. Ex<sup>a</sup> faz. Cumprimento-o por isso, abrindo a votação para a Ministra Ellen Gracie.

**O SR. HERÁCLITO FORTES** (PFL – PI) – Meu caro Presidente, ninguém pode dar um não ao Senador Gilberto Mestrinho, e V. Ex<sup>a</sup> concorda com isso.

**O Sr. Gilberto Mestrinho** (PMDB – AM) – Senador Heráclito Fortes, concordo com o que está dizendo o Senador Romeu Tuma. Pelo menos, a maioria dos Senadores de Oposição quase sempre estão lá. Ainda ontem, quem pediu o encerramento da reunião, por meio de verificação, não foi a Oposição. Digo com toda a lealdade porque pertenço à Base do Governo. No entanto, quem pediu a verificação foi o Líder do Governo na Comissão, o Deputado João Leão.

**O SR. HERÁCLITO FORTES** (PFL – PI) – Sr. Presidente, está aí a palavra do Presidente da Comissão do Orçamento.

Baseado em que o Presidente da República mente em seus pronunciamentos? Será por má informação? Será que realmente não sabe o que acontece no País ou será por má-fé?

Como Senador Gilberto Mestrinho, nessa pauta, o primeiro item deve ser o Orçamento. V. Ex<sup>a</sup>, pacientemente, tem discutido, ao longo desses meses, para encontrar um modelo que não seja tão massacrante dentro da política de distribuição regional de verbas para o País. V. Ex<sup>a</sup> tem sido silencioso, como é do seu estilo, mas tem sido firme. Na realidade, há uma tentativa de massacrar regionalmente os mais pobres e de prestigiar apenas os Estados mais ricos. Não é para isso que o Orçamento da União foi criado, Sr. Presidente.

Diante disso, encerro este pronunciamento na certeza de que esta Casa irá se unir em torno dessa

agenda única e positiva. O Governo, se quiser, que venha, mas venha para ajudar, e não para atrapalhar.

Muito obrigado.

*Durante o discurso do Sr. Heráclito Fortes, o Sr. João Alberto Souza, 2ª Secretário, deixa a cadeira da presidência, que é ocupada pelo Sr. Renan Calheiros, Presidente.*

**O SR. PRESIDENTE** (Renan Calheiros. PMDB – AL.) – Agradeço muito a V. Ex<sup>a</sup>.

Mais uma vez lembro às Sr<sup>as</sup> e aos Srs. Senadores, como fiz ontem, que o embate entre Governo e Oposição é democrático, faz parte do jogo democrático. No entanto, quero prevenir e advertir que esse embate não pode ultrapassar o limite máximo da convivência, porque, se isso acontecer, iremos comprometer a produtividade do próprio Senado – e vejam que tenho feito toda a intervenção com absoluta isenção.

Com relação à quebra do sigilo do caseiro, reagi veementemente, porque não é possível que se conceba alguém ter a sua privacidade invadida à revelia do Estado de Direito, à revelia da Justiça. Isso é algo repugnante, que tem do Senado a reação que precisa ter.

Da mesma forma, com relação às investigações que precisamos fazer; não podemos colocar limite em nenhuma investigação. Se fizermos isso, vamos perder não só legitimidade, como a isenção que temos tido no encaminhamento de todas as questões, quer seja do interesse do Governo, quer seja do interesse da Oposição.

Estou apenas fazendo essa colocação para, mais uma vez, falar aos companheiros do Senado Federal que é fundamental retomarmos esse clima de civilidade, essa convivência que faz bem à instituição e à democracia. Vou fazer o que for preciso para investigar tudo, esclarecer tudo, para não permitir o que aconteceu no caso do caseiro, que é algo repugnante, abominável. Ninguém está acima ou abaixo da lei; ninguém pode ter sua privacidade invadida.

Hoje, pela manhã, uma jornalista me perguntou: “O senhor não acha 15 dias muito?” Eu disse que começamos a achar 15 dias muito pela indignação que nos causa toda vez que isso acontece. O importante é que isso seja esclarecido rapidamente e que, em havendo um responsável – e haverá, sim –, ele seja punido exemplarmente para que essas coisas não voltem a acontecer no Brasil, porque fazem mal a todos, principalmente à democracia.

**O SR. HERÁCLITO FORTES** (PFL – PI. Sem revisão do orador.) – Sr. Presidente, tire-me apenas uma dúvida, para uma questão de tranqüilidade e consciên-

cia. Essa advertência que V. Ex<sup>a</sup> faz não tem nada que ver com o pronunciamento que acabei de fazer.

**O SR. PRESIDENTE** (Renan Calheiros. PMDB – AL.) – Foi inspirada no pronunciamento de V. Ex<sup>a</sup>, que cobra a responsabilidade que o Presidente da Casa deve ter – inspirado, chamado à baila, à consideração.

**O SR. HERÁCLITO FORTES** (PFL – PI) – Agradeço.

**O SR. PRESIDENTE** (Renan Calheiros. PMDB – AL.) – Aproveito a oportunidade para parabenizar V. Ex<sup>a</sup> pela intervenção que mais uma vez faz.

**O SR. HERÁCLITO FORTES** (PFL – PI) – Muito obrigado.

**O SR. ARTHUR VIRGÍLIO** (PSDB – AM) – Sr. Presidente, peço a palavra pela ordem.

**O SR. PRESIDENTE** (Renan Calheiros. PMDB – AL.) – Senador Arthur Virgílio, vou conceder a palavra a V. Ex<sup>a</sup>, pela ordem, e, em seguida, ao Senador Almeida Lima.

Antes porém, comunico à Casa que hoje, na Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania, combinamos com os Líderes – e esse é o desejo da Casa – que vamos votar o nome da Ministra Ellen Grace.

A Presidência esclarece que o Supremo Tribunal Federal, ao apreciar o Mandado de Segurança nº 25.443, decidiu que a regra do §6º do art. 62 da Constituição não se aplica a deliberação dessa natureza, mas tão-somente alcança votação de projetos em tramitação e, conseqüentemente, de medidas provisórias também.

Concedo a palavra ao Senador Arthur Virgílio.

**O SR. ARTHUR VIRGÍLIO** (PSDB – AM. Pela ordem. Sem revisão do orador.) – Sr. Presidente, nesse capítulo, creio que, sobretudo, é o consenso da Casa. São os Líderes, são as Bancadas concordando como se abria essa exceção na praxe, o que viabiliza aprovarmos o nome da ilustre futura Presidenta do Supremo Tribunal Federal para presidir também, como se faz necessário, o Conselho Nacional de Justiça. Então, estamos completamente de acordo. Entendemos que isso não abre precedente algum. Não se está tratando aqui da Diretoria da Embratur, nem da Diretoria do Dnit, mas de mostrar mais uma vez a nossa consideração para com o Supremo Tribunal Federal.

Sr. Presidente, aproveito o ensejo para fazer uma clara reclamação do Senhor Presidente da República. Sua Excelência, ontem, num verdadeiro desvario de comícios, um atrás do outro, inaugurando pedras fundamentais e por aí afora, chegou a pôr a culpa no Congresso Nacional pela não aprovação do Orçamento. Aqui está o Senador Gilberto Mestrinho, Presidente ilustre da Comissão de Planos, Orçamentos Públicos e

Fiscalização, dizendo que o que observa com clareza – e S. Ex<sup>a</sup> já o disse publicamente; já foi publicado o que disse – é que à Base do Governo não está interessando neste momento aprovar orçamento nenhum, até porque não querem cumprir, com os Governadores, os compromissos em torno da Lei Kandir. Este é o fato.

Agora, Sr. Presidente, V. Ex<sup>a</sup> faz um esforço enorme e nós também. E o Presidente da República faz uma afronta ao Congresso Nacional que repilo neste momento. Se alguém não cumpre suas obrigações e não trabalha é Sua Excelência. Eu trabalho. Se Sua Excelência trabalhasse como eu, em primeiro lugar, o Brasil não estaria envolvido nesses escândalos; segundo, não teríamos esse marasmo administrativo, que é a tônica do Governo. Em nome do PSDB – e gostaria muito de poder falar em seu nome, mas sei que V. Ex<sup>a</sup> vai falar com mais legitimidade e melhor do que eu pelo Congresso –, devolvo a Sua Excelência essa assacaidilha. Não se aprova o Orçamento porque não articula sua Base e, agora diz o Senador Gilberto Mestrinho, porque Sua Excelência não o quer. Pretende substituir o Orçamento, canhestra e mediocrementemente, por medidas provisórias, votando créditos. É o que imagina que vai acontecer. Podemos aqui resolver que isso não vai passar pelo Congresso também.

Portanto, Sr. Presidente, gostaria muito de deixar claro que a nossa intenção é sermos produtivos em relação ao trabalho do Congresso. E sugeri ontem a V. Ex<sup>a</sup> uma reunião de líderes para, inclusive, depois, quem sabe, vermos uma comissão desses líderes da Base do Governo para irem ao Presidente da República e dizerem a Sua Excelência algumas condições nossas.

Ontem, por exemplo, estávamos aqui prontos para votar, de repente chega uma declaração estapafúrdia do Líder do PT na Câmara, dando veracidade, e com isso até faltando com o decoro, a essa lista falsa de Furnas, que está desmoralizada hoje.

Hoje, o Sr. Rogério Correia, Deputado Estadual do PT, que era o que mais propagandeava a lista, está jurando de pés juntos, ajoelhado no milho, lá em Belo Horizonte, que nunca disse que a lista era verdadeira ou coisa parecida.

Fizemos uma coletiva hoje, o Senador José Agripino e eu. Encaminhei para os Anais da Casa as medidas judiciais que estamos encaminhando, juntamente com o Senador Romeu Tuma. Mostramos os laudos da Polícia Federal, comprovando a falsidade da lista de Furnas. E chega o líder e cita os nomes de três ou quatro, o Senador Alvaro Dias, não sei mais quem e o Senador Antonio Carlos Magalhães. Ele cita o nome de três companheiros nossos, criando um quadro que não era de se manter o compromisso de votar coisa alguma mesmo.

Então, Sr. Presidente, peço a V. Ex<sup>a</sup>, em primeiro lugar, que faça essa reunião de líderes com vistas a se harmonizar, a se chegar a um **modus convivendi**, a um modo de convivência aqui. De nossa parte, nada a obstar. Segundo, quero deixar bem claro que não estamos dispostos a aceitar esse gato por essa lebre. O Presidente faça, sob o clima de qualquer euforia que queira, pessoal, psicológica – isso não é comigo; eu não trabalho no ramo da psiquiatria; não tenho nada a ver com isso –, o que quiser. Mas toda a vez que Sua Excelência falar do Congresso algo injusto eu vou rebater daqui; toda a vez que Sua Excelência tentar tirar a culpa de cima de si próprio, jogando a eterna cortina de fumaça para responsabilizar terceiros, vou chamar a atenção dele, vergastá-lo aqui da tribuna, porque esse é o meu dever como Líder de Oposição.

Eu diria que o grande agente desagregador a dificultar os trabalhos deste Congresso chama-se Luiz Inácio Lula da Silva, Sr. Presidente. Portanto, creio que está na hora de energia, inclusive da parte de V. Ex<sup>a</sup>, porque não é possível que Sua Excelência passe para a opinião pública, pela grande mídia, que este Congresso é irresponsável e não é capaz de aprovar o Orçamento.

Este Congresso, antes de Sua Excelência, aprovava o Orçamento todo o ano no ano-base, não aprovava nunca com atraso. Sua Excelência entra e de repente reinauguramos aquela moda **cucaracha**, atrasada, subdesenvolvida de aprovarmos o Orçamento só no ano seguinte, sabe-se lá em que mês. E Sua Excelência pensa que é bonito substituir a peça orçamentária, que é a peça mais importante de elaboração do Congresso, segundo a tradição parlamentar anglo-saxônica, por medidas provisórias que ficam aqui da mesma maneira na nossa dependência. Chega medida provisória aqui e começam eles a implorar, não pedem verificação de **quorum**, deixam votar porque afinal de contas está envolvido aqui o setor tal, vai parar o ministério tal, vai parar o ministério qual, a empresa tal vai deixar de funcionar.

Ou seja, eles não estão sabendo lidar com o Congresso. Há prepotência e há incompetência, e a prepotência junto com a incompetência forma uma dupla explosiva, uma dupla que não ajuda o Brasil e que está paralisando, desmoralizando não só o Governo, mas, sem dúvida alguma, como vemos, o Congresso Nacional.

Portanto, imagino que é hora de uma resposta dura ao Presidente da República, que nos trata com tanta irresponsabilidade e leviandade.

**O SR. PRESIDENTE** (Renan Calheiros. PMDB – AL) – Vou conceder a palavra ao Senador Almeida

Lima e, em seguida, nós vamos proceder à votação do Parecer nº 226, de 2006, que trata de escolha de autoridade.

Senador Almeida Lima, com a palavra V. Ex<sup>a</sup>.

Peço aos Srs. Senadores que estão em seus gabinetes ou em outras dependências da Casa que venham ao Plenário, porque teremos, daqui a pouco, votação nominal.

Peço ao Secretário-Geral da Mesa que determine a suspensão dos trabalhos das Comissões Parlamentares de Inquérito.

Com a palavra o Senador Almeida Lima.

**O SR. ALMEIDA LIMA** (PMDB – SE. Pela ordem. Sem revisão do orador.) – Sr. Presidente, Sr<sup>as</sup> e Srs. Senadores, a Nação brasileira percebe que já estamos ultrapassando os limites da decência, da legalidade, da tolerância, da dignidade. Trago à Tribuna, na tarde de hoje – pretendia trazê-lo na tarde de ontem, mas não foi possível, regimentalmente –, a notícia de uma representação disciplinar à qual devo dar entrada na manhã da quinta-feira, amanhã, junto ao Exm<sup>o</sup> Sr. Ministro Corregedor do Conselho Nacional de Justiça, contra o Presidente do Superior Tribunal de Justiça, Ministro Edson Vidigal. E essa representação disciplinar, Sr. Presidente, decorre exatamente do fato de o Sr. Ministro, em viagem ao Maranhão, mais precisamente na cidade de Imperatriz, em estúdio de televisão, ter declarado ser candidato pelo PSB e pelo PT, com apoio do Presidente Lula e do Governador José Reinaldo. Isto conforme matéria do jornal **O Globo**, sob o título “Vidigal se declara candidato”.

A **Folha de S. Paulo**, que traz também a mesma matéria, diz que Vidigal anuncia que será candidato no Maranhão e publica textualmente suas palavras: “Não estou para brincadeira, nós iremos fazer uma campanha para ganhar a eleição. Que se cuide o pessoal”, disse Vidigal em entrevista à TV Difusora.

Inúmeras matérias registraram esse fato do último final de semana. O **Correio Braziliense** traz matéria idêntica: “Política no labirinto”. A **Folha de S. Paulo** traz outra matéria idêntica. Hoje, o jornal **O Estado de S. Paulo** publica em seu editorial expressamente:

Mas em tudo isso o que deve se registrar como o mais grave é a invasão de atribuições entre Poderes, que vem em um crescendo e tem chegado a lances escandalosos. Mencione-se, como ilustração, a aberrante atitude do Presidente do Superior Tribunal de Justiça (STJ), Edson Vidigal, ao se imiscuir na liberdade decisória de um partido político, anulando a prévia do PMDB, em defesa notória dos interesses de seu padrinho político, Senador José Sarney, e do candidato Lula da Silva – e

sem demonstrar o mínimo pejo de, na mesma ocasião, ir ao Maranhão para lançar a própria candidatura ao governo daquele Estado!

É preciso que o Legislativo comece a dizer basta. Melhor seria então que, para isso, simplesmente ignorasse a decisão de Jobim e fizesse a oitiva de Francenildo Costa na CPI dos Bingos. Com certeza, assim agindo o Legislativo deixará claro que na representação legítima que faz da sociedade brasileira ínsita não está a submissão subserviente e humilhante a outros Poderes.

Sr. Presidente, Sr<sup>as</sup> e Srs. Senadores, exatamente por não me considerar submisso, considero que a atitude do Ministro foi indigna. O que S. Ex<sup>a</sup>, o Ministro Edson Vidigal, do Superior Tribunal de Justiça, cometeu, no último final de semana, é de uma aberração jurídica sem tamanho.

Não quero reportar-me apenas à liminar do PMDB. Ela vem acudir esta minha representação, pois a Constituição Federal diz expressamente, no parágrafo único do art. 95:

Parágrafo único. Aos juízes é vedado:

(...)

III – dedicar-se à atividade político-partidária.

S. Ex<sup>a</sup> pode até dizer que não se encontra filiado a partido político algum.

(*Interrupção do som.*)

**O SR. ALMEIDA LIMA** (PMDB – SE) – Só que, constitucionalmente, essa expressão não significa filiação a partido político. O exercício da atividade político-partidária pode cingir-se tão-somente a um pronunciamento em um comício eleitoral, porque, mesmo que ele não seja filiado a partido político, é atividade político-partidária. A doutrina é abrangente quanto a esse aspecto.

O exemplo que o Magistrado de um Tribunal Superior deu a toda a judicatura nacional, à Magistratura Nacional, foi a pior possível, Sr. Presidente. Estaremos, proximamente, participando de uma eleição, no dia 1<sup>o</sup> de outubro. Como juízes de Direito, no exercício da jurisdição eleitoral, poderão comportar-se neste País afora diante desse péssimo exemplo que dá o Ministro Edson Vidigal? É um absurdo!

E mais: a própria Lei Complementar nº 35/79 (Loman), que é a Lei Orgânica da Magistratura Nacional, diz:

Art. 26 – O magistrado vitalício somente perderá o cargo:

(...)

II – em procedimento administrativo para perda do cargo nas hipóteses seguintes:

(...)

c) exercício de atividade político-partidária.

Ou seja, a pena de demissão será aplicada aos Magistrados vitalícios, nos casos a que me referi, especificamente o exercício da atividade político-partidária.

Agora entra a questão da liminar, que foi concedida em um processo de interesse do PMDB.

*(Interrupção do som.)*

**O SR. ALMEIDA LIMA** (PMDB – SE) – Ora, como pode um Ministro de um Tribunal Superior ir ao Estado do Maranhão declarar-se candidato, expressamente, ele diz, com o apoio do Presidente Lula, filiado ao PSB, com o apoio do Governador do Maranhão – ou seja, ele se inclui, Senador Ramez Tebet, como personagem da próxima eleição –, e ele, Ministro, não se considerar suspeito para a concessão ou não de uma liminar em um processo que envolve um partido político que está pleiteando a candidatura ao cargo de Presidente da República?

O Código de Processo Civil, no art. 135, diz expressamente:

Art. 135. Reputa-se fundada a suspeição de parcialidade do juiz, quando:

I – amigo íntimo ou inimigo capital de qualquer das partes;

(...)

V – interessado no julgamento da causa em favor de uma das partes.

Está mais do que claro que o Ministro Edson Vidigal tinha interesse expresso na causa. S. Ex<sup>a</sup> foi extremamente indigno com a Magistratura Nacional. Não poderia conceder ou negar liminar em processo de partido político, pois são partes interessadas no próximo pleito. S. Ex<sup>a</sup> deveria ter assumido a postura digna a todo Magistrado: a da isenção, a do distanciamento da atividade político-partidária. Mas, ao contrário, concedeu uma liminar, como fazem, por exemplo, delegados no interior deste País...

*(Interrupção do som.)*

**O SR. ALMEIDA LIMA** (PMDB – SE) – Sr. Presidente, agradeço a complacência de V. Ex<sup>a</sup>.

Refiro-me ao delegado que recebe uma ordem do chefe político local, prende um adversário do chefe local e viaja, exatamente no final de semana, para não encontrar um outro delegado que possa liberar, soltar aquele cidadão. Que papel ridículo!

E nós que integramos o Poder Legislativo, independentemente da sigla, temos que nos contrapor, não podemos ser subalternos e assumir uma postura invertebrada, de submissão. É preciso que se dê um basta nisso tudo. É preciso que o Parlamento nacional, pelo seu conjunto, pela sua instituição e pelos seus Parlamentares, diga: chega!

Portanto, Sr. Presidente, está aqui pronta, já aparelhada, uma representação disciplinar, a qual apresentarei amanhã, exatamente junto ao Ministro-Corregedor do Conselho Nacional de Justiça, contra o Ministro Presidente do Superior Tribunal de Justiça, Edson Vidigal, por ter atuado de forma indigna no exercício da sua judicatura. Ele não poderia, pela proibição constitucional, ter atividade político-partidária. Se S. Ex<sup>a</sup> tinha, como tem, a pretensão de ser candidato ao Governo do Estado do Maranhão, que aguardasse para dar essa declaração e entrevistas próprias de pré-candidatos e de candidatos depois do dia em que se afastasse do Poder Judiciário. Não poderia, no exercício da Magistratura, ir ao Estado do Maranhão fazer tais declarações. E o mais grave: antes de ir, concedeu uma liminar.

*(Interrupção do som.)*

**O SR. PRESIDENTE** (Renan Calheiros. PMDB – AL) – Peço a V. Ex<sup>a</sup> para concluir, porque seu tempo está encerrado.

**O SR. ALMEIDA LIMA** (PMDB – SE) – Concluo, Sr. Presidente.

Quero comunicar à Casa minha posição. Entendo que, como Poder Legislativo, não podemos assumir posição diferente.

Digo isso não apenas na condição de filiado e de Senador pelo PMDB e não porque tenha qualquer contrariedade em relação à liminar concedida, depois revogada e restabelecida por ele próprio. Não! Digo isso porque é preciso que deixemos aviventados os limites em que o Poder Judiciário pode transitar, dentro da normalidade democrática.

Falo aqui mais como Senador do que como filiado ao PMDB. Não trago a questão do PMDB das prévias. Trago aqui, sim, o comportamento ilegítimo e indigno de um membro da Magistratura Nacional em um Tribunal Superior, que não agiu de acordo com a Constituição Federal.

Muito obrigado, Sr. Presidente.

**O SR. PRESIDENTE** (Renan Calheiros. PMDB – AL) – Conforme anunciado anteriormente, passamos à votação do Parecer n<sup>o</sup> 226, de 2006, extrapauta.

**O SR. PRESIDENTE** (Renan Calheiros. PMDB – AL) – Discussão, em turno único, do Parecer n<sup>o</sup> 226, de 2006, da Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania, que teve como Relator o nobre Senador Antonio

Carlos Magalhães, sobre o Ofício nº S/5, de 2006 (nº 12/2006, na origem), do Supremo Tribunal Federal, submetendo à deliberação do Senado a indicação da Ministra Ellen Gracie Northfleet para compor o Conselho Nacional de Justiça e, nos termos constitucionais, exercer a sua Presidência.

Discussão do parecer. (Pausa.)

Não havendo quem peça a palavra, declaro encerrada a discussão.

Em votação.

A Presidência esclarece ao Plenário que, nos termos do disposto no art. 103 – B, §2º, da Constituição Federal, combinado com o art. 288, inciso III, do Regimento Interno, a matéria depende, para a sua aprovação, do voto favorável da maioria absoluta da composição da Casa, devendo a votação ser feita pelo processo eletrônico.

As Sr<sup>as</sup> e os Srs. Senadores já podem votar.

*(Procede-se à votação.)*

**O SR. PRESIDENTE** (Renan Calheiros. PMDB – AL) – Peço aos Srs. Senadores que estão em outras dependências da Casa que venham ao plenário. Estamos em processo de votação.

**O SR. ARTHUR VIRGÍLIO** (PSDB – AM) – Sr. Presidente, peço a palavra pela ordem.

**O SR. PRESIDENTE** (Renan Calheiros. PMDB – AL) – Concedo a palavra a V. Ex<sup>a</sup>.

**O SR. ARTHUR VIRGÍLIO** (PSDB – AM. Pela ordem.) – Sr. Presidente, solicito a presença de todos os Senadores do PSDB no plenário, a fim de deliberarmos sobre a relevante matéria que é a indicação do nome da Ministra Ellen Gracie Northfleet para a Presidência do Conselho Nacional de Justiça.

**O SR. JOSÉ AGRIPINO** (PFL – RN) – Sr. Presidente, peço a palavra pela ordem.

**O SR. PRESIDENTE** (Renan Calheiros. PMDB – AL) – Concedo a palavra ao Senador José Agripino

**O SR. JOSÉ AGRIPINO** (PFL – RN. Pela ordem. Sem revisão do orador.) – Sr. Presidente, solicito a V. Ex<sup>a</sup> que comunique o início da votação à CPI dos Bingos, que está alertada e pronta para interromper seus trabalhos tão logo haja comunicação da Mesa para que os Senadores que lá estão venham ao plenário cumprir o dever de votar na indicação da Ministra Ellen Gracie.

Peço, portanto, à Mesa que faça o comunicado à CPI dos Bingos e a qualquer outra Comissão que possa estar funcionando para que os Senadores fiquem liberados.

**O SR. PRESIDENTE** (Renan Calheiros. PMDB – AL) – Agradeço a intervenção do Senador José Agripino.

Peço, reforçando o que pediu S. Ex<sup>a</sup>, que os membros da Comissão Parlamentar de Inquérito dos Bingos venham, por favor, ao plenário, assim como todos os membros de outras comissões permanentes que estão trabalhando nesta oportunidade. Estamos em processo de votação.

**O SR. NEY SUASSUNA** (PMDB – PB) – Sr. Presidente, peço a palavra pela ordem.

**O SR. PRESIDENTE** (Renan Calheiros. PMDB – AL) – Concedo a palavra ao Senador Ney Suassuna.

**O SR. NEY SUASSUNA** (PMDB – PB. Pela ordem.) – Sr. Presidente, o PMDB também pede a todos os Senadores que estão em seus gabinetes que, por gentileza, venham ao plenário para votarmos a indicação da Ministra Ellen Gracie.

**O SR. EDUARDO SUPPLY** (Bloco/PT – SP) – Sr. Presidente, peço a palavra pela ordem.

**O SR. PRESIDENTE** (Renan Calheiros. PMDB – AL) – Concedo a palavra ao Senador Eduardo Supply.

**O SR. EDUARDO SUPPLY** (Bloco/PT – SP. Pela ordem. Sem revisão do orador.) – Sr. Presidente, em virtude de, hoje pela manhã, estar atendendo a convite do Conselho de Desenvolvimento Econômico e Social, não pude estar presente à Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania, que arguiu a Ministra Ellen Gracie Northfleet. Mas manifesto, abertamente, meu voto favorável cumprimentando-a por ser a primeira mulher que assume a Presidência do Supremo Tribunal Federal e desejando que ela possa dignificar a mulher brasileira à frente desse posto de magistrada máxima do Supremo Tribunal Federal.

Meus cumprimentos à Ministra Ellen Gracie.

**O SR. NEY SUASSUNA** (PMDB – PB) – Sr. Presidente, peço a palavra pela ordem.

**O SR. PRESIDENTE** (Renan Calheiros. PMDB – AL) – Concedo a palavra ao Senador Ney Suassuna.

**O SR. NEY SUASSUNA** (PMDB – PB. Pela ordem. Sem revisão do orador.) – Sr. Presidente, o Senador Pedro Simon e outros pediram que houvesse uma comemoração dos 40 anos do PMDB na próxima sexta-feira. Como se trata de um dia de menos frequência, queremos que – e aqui está o requerimento, assinado, inclusive, pelo próprio Senador Pedro Simon – a sessão seja amanhã, às 10 horas.

Peço a todos os Senadores do PMDB e aos demais que amanhã estejam todos presentes para prestar homenagens a um Partido que tem muita participação na história do Brasil, que tem um passado, tem um presente e, com certeza, terá um grande futuro.

**O SR. PRESIDENTE** (Renan Calheiros. PMDB – AL) – Defiro o pedido de V. Ex<sup>a</sup> e o envio à publicação.

Peço aos Srs. Senadores que estão em outras dependências da Casa que venham ao plenário. Estamos votando o nome da Ex<sup>ma</sup> Sr<sup>a</sup> Ministra Ellen Gracie para compor o Conselho Nacional de Justiça como Presidente.

**A SR<sup>a</sup> IDELI SALVATTI** (Bloco/PT – SC) – Peço a palavra, Sr. Presidente.

**O SR. PRESIDENTE** (Renan Calheiros. PMDB – AL) – Concedo a palavra à Senadora Ideli Salvatti.

**A SR<sup>a</sup> IDELI SALVATTI** (Bloco/PT – SC. Pela ordem. Sem revisão da oradora.) – Sr. Presidente, o voto é secreto. Sendo assim, não preciso declará-lo. Mas é com muita honra que voto neste momento que, para todas nós, mulheres, e para o povo brasileiro, tem uma relevância significativa, porque não estamos votando, na tarde de hoje, apenas a indicação da Ministra Ellen Gracie para presidir o Conselho Nacional de Justiça, pois também, nos próximos dias, ela irá presidir um dos Poderes da República. Será a primeira vez que uma mulher vai ter a oportunidade de alçar um posto dessa magnitude.

Portanto, não poderíamos deixar de fazer o registro da importância do momento, do ato, da indicação, do trabalho que a Ministra Ellen Gracie terá a desenvolver tanto à frente da Presidência do Conselho Nacional de Justiça, como também à frente do Poder Judiciário brasileiro.

Hoje pela manhã, já desejamos a S. Ex<sup>a</sup> sucesso. O momento é delicado e a maneira especial e diferente que as mulheres têm de exercer suas responsabilidades e cumprir suas tarefas será muito importante e relevante. Que este momento tão delicado, quando há tanta turbulência e se buscam tantas situações que possam criar a instabilidade institucional e a instabilidade da harmonia entre os Poderes, possa ser enfrentado pela Ministra Ellen Gracie com toda a galhardia e competência, já demonstradas ao longo de sua vida profissional.

Portanto, nossos parabéns à Ministra Ellen Gracie. O meu voto é dado, indiscutivelmente, com todo prazer. Não preciso declará-lo, mas toda a Nação brasileira sabe qual é.

**O SR. ALOIZIO MERCADANTE** (Bloco/PT – SP) – Sr. Presidente, peço a palavra pela ordem.

**O SR. PRESIDENTE** (Renan Calheiros. PMDB – AL) – Com a palavra o Senador Aloizio Mercadante.

**O SR. ALOIZIO MERCADANTE** (Bloco/PT – SP. Pela ordem. Sem revisão do orador.) – Sr. Presidente, em primeiro lugar, quero prestar as minhas homenagens e o reconhecimento pelo trabalho exemplar que o Ministro Nelson Jobim teve não apenas à frente do Conselho Nacional de Justiça, mas também como Presidente do Supremo Tribunal Federal.

Não haveria a reforma do Judiciário se não tivéssemos tido o empenho, a participação, a competência, a formação jurídica do Ministro Nelson Jobim. S. Ex<sup>a</sup> não só ajudou a construir a reforma como sustentou a posição favorável ao Conselho.

Na Presidência do Conselho, o Ministro Nelson Jobim teve a atitude corajosa de enfrentar temas polêmicos que há muitos anos, há décadas, o Judiciário não queria enfrentar, como o nepotismo, como o teto salarial.

O Ministro Nelson Jobim deixou uma contribuição inestimável ao aprimoramento do Poder Judiciário no Brasil, imprimindo-lhe mais agilidade, mais eficácia, garantindo mais direito de defesa àqueles que não têm acesso à Justiça. Por isso, começo prestando minhas homenagens ao Ministro Nelson Jobim.

Da mesma forma, estou muito seguro de que esse trabalho terá prosseguimento com a Ministra Ellen Gracie, não apenas como Presidente do Supremo Tribunal Federal, mas também como Presidente do Conselho Nacional de Justiça. É uma juíza que tem uma longa vida como magistrada, uma carreira exemplar no Poder Judiciário, uma produção intelectual acadêmica expressiva, tem formação também específica em relação à administração do Poder Judiciário, e essa experiência de gestora com formação, com curso nos Estados Unidos, com uma longa vivência de aprimoramento desse Poder, contribuirá decisivamente com o Conselho Nacional de Justiça.

Portanto, o Senado hoje tem um momento único, ao promover à Presidência do Conselho, à segunda gestão depois do bellissimo trabalho do Ministro Nelson Jobim, essa Ministra que seguramente já marcou a história da República.

Neste mês de março, que é o mês das mulheres, ressalto que as mulheres ocupam apenas 9% dos cargos executivos da Nação, e as negras, menos de 1%. Ainda há uma outra questão, que é a participação das mulheres negras na representação da sociedade. Todavia, com apenas 9%, um dos Poderes da República terá na chefia uma mulher. É um exemplo, é uma referência, é a expressão da valorização das mulheres, que já representam hoje 30% de juízas na Primeira Instância do nosso Brasil.

Por tudo isso, solicito o voto “sim” de todas as Sr<sup>as</sup> Senadoras e de todos os Srs. Senadores, com a certeza de que estamos promovendo o Conselho Nacional de Magistratura. Teremos, no Supremo Tribunal Federal, uma grande magistrada, que dará prosseguimento a essa grande obra de reforma do Poder Judiciário que esta Legislatura promoveu em parceria com o Supremo Tribunal Federal.

Muito obrigado.



**O SR. PRESIDENTE** (Renan Calheiros. PMDB – AL) – Agradeço a V. Ex<sup>a</sup>.

Peço, mais uma vez, aos Senadores que estão em outras dependências da Casa que, por favor, venham ao plenário, pois estamos votando o nome da Ministra Ellen Gracie para a Presidência do Conselho Nacional de Justiça.

Além da competência do Senado Federal, este é um dia histórico para o Brasil, porque as mulheres, por intermédio da referida Ministra, estão assumindo a chefia de um importante Poder da República, e o Senado está também feliz com isso, pelo que significa do ponto de vista emblemático e do jogo democrático.

Aproveito a oportunidade para agradecer o empenho pessoal do Senador Antonio Carlos, que se dedicou inteiramente à votação hoje, na Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania, do nome da Ministra, para que fizéssemos o que ora estamos fazendo.

Parabéns, Senador Antonio Carlos Magalhães, a quem concedo a palavra.

**O SR. ANTONIO CARLOS MAGALHÃES** (PFL – BA. Pela ordem. Sem revisão do orador.) – Sr. Presidente, V. Ex<sup>a</sup> acompanhou parte da reunião, e a Ministra Ellen Gracie obteve aprovação unânime dos membros da Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania. Seria uma felicidade para este Senado se esse resultado fosse traduzido hoje também no Plenário.

A Ministra Ellen Gracie realmente agradou pela sua exposição, pela sua compostura a toda a Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania.

Apesar de problemas que tivemos – é inegável que os tivemos –, de ações que muitos não aceitaram, inclusive eu, muitas vezes, seria justo que V. Ex<sup>a</sup> encontrasse um modo de homenagearmos o Presidente Nelson Jobim, que deixa a Corte no dia 30. Conseqüentemente, se V. Ex<sup>a</sup> dedicasse um expediente ao Ministro Jobim, antes do dia 30, ou uma sessão – não diria extraordinária, porque, às vezes, sessões extraordinárias até atrapalham e não têm o brilho que V. Ex<sup>a</sup> e eu desejamos.

O Plenário aceitaria muito bem se fizéssemos uma homenagem – claro que presidida por V. Ex<sup>a</sup>, que é a figura maior da Casa e que se tem portado como tal – ao Presidente Nelson Jobim, que está deixando o cargo.

É o apelo que faço.

**O SR. PRESIDENTE** (Renan Calheiros. PMDB – AL) – Parabeno V. Ex<sup>a</sup> pelo gesto. Não se trata de um gesto comum na vida brasileira. V. Ex<sup>a</sup>, coerentemente com o que sempre fez e faz, lembra a necessidade de o Senado Federal prestar uma homenagem ao Presidente do Supremo Tribunal, Nelson Jobim. Vou pessoalmente conversar com V. Ex<sup>a</sup> depois, para

que possamos decidir a melhor maneira de o Senado concretizar essa sugestão que V. Ex<sup>a</sup> acaba de nos fazer, com muita satisfação. Parabéns, Senador Antonio Carlos.

Concedo a palavra ao Senador Crivella.

**O SR. MARCELO CRIVELLA** (PMR – RJ. Pela ordem. Sem revisão do orador.) – Sr. Presidente Renan Calheiros, não poderia deixar de marcar neste momento a posição do meu Partido, que se sente muito feliz em ver uma mulher, como V. Ex<sup>a</sup> bem disse, assumindo o Conselho Nacional da Justiça.

Sr. Presidente, nós que somos da terra de Joana Angélica, de Maria Quitéria e de tantas outras heroínas do nosso País, somos também da terra da discriminação, de mulheres que ficaram por décadas, por séculos, alijadas do processo político, econômico e até mesmo cultural do nosso País, quando votamos numa Ministra, quando votamos na única Ministra que temos no Supremo Tribunal Federal para chefiar, para comandar, para presidir o Conselho Nacional de Justiça conseguimos enxergar cidadania, processo civilizatório, que hoje têm um marco na vida de nosso País.

É assim, Sr. Presidente, que eu gostaria de, em nome do PRB, saudar a Ministra, que hoje, certamente, será consagrada pelo Plenário do Senado Federal para assumir a Presidência do Conselho.

Muito obrigado, Sr. Presidente.

**O SR. PRESIDENTE** (Renan Calheiros. PMDB – AL) – Senador Marcelo Crivella, V. Ex<sup>a</sup>, mais uma vez, interpretando o sentimento da Casa, fala em nome de todos nós.

**O SR. FLEXA RIBEIRO** (PSDB – PA) – Sr. Presidente, peço a palavra.

**O SR. PRESIDENTE** (Renan Calheiros. PMDB – AL) – Concedo a palavra ao Senador Flexa Ribeiro.

**O SR. FLEXA RIBEIRO** (PSDB – PA. Pela ordem. Com revisão do orador.) – Sr. Presidente, quero juntar-me a todos os meus Pares que me antecederam, parabenizando a Ministra Ellen Gracie por ascender ao maior posto da magistratura brasileira: a Presidência do Supremo Tribunal Federal e a Presidência do Conselho Nacional de Justiça. Ao parabenizar a Ministra Ellen Gracie, parabenizo a Nação brasileira por ter à frente do Poder Judiciário, à frente do Conselho Nacional de Justiça, a Ministra Ellen Gracie, que já tem mostrado, pela sua probidade, pela sua competência e pela sua honradez, a forma como presidirá, sob as bênçãos divinas, o Poder Judiciário de nossa Nação.

Parabenizo a Nação brasileira e a Ministra Ellen Gracie.

**O SR. PRESIDENTE** (Renan Calheiros. PMDB – AL) – Concedo a palavra ao Senador Mozarildo.

**O SR. MOZARILDO CAVALCANTI** (PTB – RR. Pela ordem. Sem revisão do orador.) – Sr. Presidente, quero, em meu nome e do meu Partido, o PTB, também cumprimentar a Ministra Ellen Gracie. Já tive oportunidade de fazê-lo hoje pela manhã, na Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania, quando da votação de seu nome. Frisei naquele momento que considerava importantíssimo o fato, sobre todos os aspectos – os aspectos jurídicos são indiscutíveis, os conhecimentos jurídicos da Ministra –, porque ela não chegou lá pelo fato de ser mulher, mas pela competência que tem. Coincidentemente, sendo mulher, disse que aprendi muito cedo, como todos nós, a admirar as mulheres, admirando as nossas mães, que nos ensinam, desde cedo, o caminho do bem, da virtude, da tolerância.

Mas aprendi a admirar ainda mais as mulheres quando, formado em Medicina, passei a exercer a especialidade de Ginecologia e Obstetrícia. Aprendi, portanto, de perto, a conhecer não só a fisiologia, a anatomia, mas, sobretudo, a mente, o espírito das mulheres diante de todas as mais difíceis horas que atravessam. Elas são sempre um exemplo de tolerância, de racionalidade, de emotividade também, mas, sobretudo, sabem distinguir, com muita clareza, na hora de um julgamento, a melhor forma de julgar, a melhor forma de encaminhar os problemas e de buscar soluções que sempre atendam, de maneira justa, todas as partes.

Portanto, deixo registrado o meu voto favorável e, em nome do meu Partido, parabeno a Ministra Ellen Gracie.

**O SR. PRESIDENTE** (Renan Calheiros. PMDB – AL) – Concedo a palavra ao Senador Luiz Otavio.

**O SR. LUIZ OTAVIO** (PMDB – PA. Pela ordem. Sem revisão do orador.) – Sr. Presidente, Senador Renan Calheiros, Sr<sup>as</sup> e Srs. Senadores, hoje pela manhã, sob a presidência do Senador Antonio Carlos Magalhães, do PFL, líder na Bahia e no Brasil, a Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania deu uma demonstração clara do apoio e da consideração que esta Casa tem para com a Ministra Ellen Gracie.

Ao ter aprovado, por unanimidade, seu nome para presidir o Conselho Nacional de Justiça e, posteriormente, assumir a Presidência do Supremo Tribunal Federal, a Ministra Ellen Gracie dá uma prova para o Brasil e para o mundo de que nosso País também tem suas mulheres, como ficou demonstrado nas homenagens prestadas no dia 8 de março, pelo Dia Internacional da Mulher, e no dia 9 de março, aqui no Senado Federal, às mulheres do mundo inteiro, em sessão presidida pela Senadora Serys Slhessarenko.

Hoje, na Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania, que votou por unanimidade o seu nome

para presidir o Conselho Nacional de Justiça, o Senador Antonio Carlos Valadares fez uma referência que aqui repito: com certeza, teremos uma mulher na Presidência da República. A Ministra Ellen Gracie terá a oportunidade, como Ministra e Presidente do Supremo Tribunal Federal, de assumir interinamente a Presidência da República do Brasil durante o período eleitoral, a partir de 1º de julho, com a realização das convenções, e agora, a partir de 1º de abril, com a desincompatibilização dos cargos do Poder Executivo para concorrer às eleições de 1º de outubro de 2006. Pois o Presidente da República, ao viajar, passa a faixa presidencial ao Vice-Presidente, o ex-Senador José Alencar, ou ao Presidente da Câmara Federal, Aldo Rebelo, e ao próprio Senador Renan Calheiros, como Presidente do Senado Federal. Estes são os nomes a que a Constituição Federal confere a capacidade e o poder de assumir a Presidência da República na ausência do Presidente. Como todos deverão ser candidatos nas próximas eleições – ou terão que decidir até o próximo dia 30 de junho, nas convenções de seus partidos –, ficarão impedidos de assumir a Presidência. Assim, teremos uma mulher como Presidente da República. A Ministra Ellen Gracie dará ao Brasil, pela primeira vez, a oportunidade de termos uma mulher na Presidência da República.

Portanto, Sr. Presidente, é com imensa satisfação e com grande prazer que, representando o povo do Pará, eu, que estou aqui há sete anos, terei, pela primeira vez, a oportunidade de votar em uma mulher para presidir o nosso País.

Muito obrigado, Sr. Presidente.

**O SR. PRESIDENTE** (Renan Calheiros. PMDB – AL) – Senador Mão Santa, com a aquiescência de V. Ex<sup>a</sup>, o Senador Aloizio Mercadante vai entregar um expediente à Mesa.

Concedo a palavra ao Senador Aloizio Mercadante. Em seguida, aos Senadores Mão Santa, Arthur Virgílio, Pedro Simon, Romero Jucá e Antonio Carlos Valadares.

Tem a palavra V. Ex<sup>a</sup>, Senador Aloizio Mercadante.

**O SR. ALOIZIO MERCADANTE** (Bloco/PT – SP. Pela ordem. Sem revisão do orador.) – Agradeço a gentileza da Mesa e do Senador Mão Santa.

Gostaria de apresentar, em iniciativa comum com o Presidente da Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania, o nobre Senador Antonio Carlos Magalhães, uma proposta para que esta Casa, o Senado da República, realize sessão especial em homenagem ao Ministro Nelson Jobim, que realizou um grande trabalho à frente do Supremo Tribunal Federal e desempenhou papel decisivo na reforma do Judiciário e também na implantação

do Conselho Nacional da Magistratura. O Ministro é um homem respeitado, e todos reconhecem a contribuição inestimável que deu à frente dessa função.

Estamos propondo que a sessão de homenagem seja no último dia do exercício de seu mandato, dia 29, quarta-feira que vem, a fim de que haja grande presença de Senadoras e de Senadores, e que, mais uma vez, o Senado demonstre o prestígio e o respeito que tem pelo Judiciário brasileiro, na pessoa desse Presidente que deu imensa contribuição, especialmente nessa reforma que há mais de uma década era aguardada pela sociedade.

Encaminho, portanto, em nome do Presidente da Comissão de Constituição e Justiça e Cidadania, Senador Antonio Carlos Magalhães, e em meu nome, propositura de homenagem especial ao Ministro do Supremo Tribunal Federal, Nelson Jobim, que se despede no próximo dia 30.

**O SR. PRESIDENTE** (Renan Calheiros. PMDB – AL) – Sobre a mesa requerimento que será lido pelo Sr. 1º Secretário, Senador Efraim Morais.

É lido o seguinte:

#### REQUERIMENTO Nº 316, DE 2006

Nos termos do art. 199 do Regimento Interno, requeremos a realização de Sessão Especial do Senado, no dia 29 de março de 2006, destinada a homenagear o Ministro Nelson Jobim, Presidente do Supremo Tribunal Federal.

Sala das Sessões, 22 de março de 2006.

**O SR. PRESIDENTE** (Renan Calheiros. PMDB – AL) – A Presidência defere o requerimento que acaba de ser lido.

**O SR. PRESIDENTE** (Renan Calheiros. PMDB – AL) – Acolho a sugestão do Senador Antonio Carlos Magalhães e de V. Ex<sup>a</sup>, e, interpretando o sentimento da Casa, marco sessão para as 10 horas do dia 29 de março, para o Senado Federal homenagear o Ministro Nelson Jobim, Presidente do Supremo Tribunal Federal.

Senador Mão Santa, concedo a palavra a V. Ex<sup>a</sup>.

**O SR. MÃO SANTA** (PMDB – PI. Pela ordem. Sem revisão do orador.) – Presidente Renan Calheiros, Sr<sup>as</sup> e Srs. Senadores, o homem é um animal político. Onde começou a democracia, assim pensou Aristóteles, e ninguém contestou. Esse animal político, Presidente Renan, saiu buscando formas de governo. Individualmente, aceitamos que seria melhor o absolutismo, os reis. Mas o povo, que é sábio, com coragem, foi às ruas e derrubou esse regime com o grito “liberdade, igualdade, fraternidade”. Quis Deus que hoje a Campanha da Fraternidade fosse aqui festejada; ou seja, um grito que nasceu da democracia.

Presidente Renan, é complicado este governo do povo. Foi melhorando. Mas quem melhor fez isso, para dividir o poder, acabar com o misticismo do “**l'état c'est moi**”, o poder único, em que o rei seria o Deus na terra, tinha todos os poderes, foi Montesquieu. E ficou bem claro que isso deveria ser dividido.

Já que falamos em Deus, acho que Deus não ia abandonar o Brasil. Está escrito que Ele nunca abandonou seu povo. Assim, Ele buscou a pessoa certa; assim, Ele buscou Davi, buscou Moisés e, sem dúvida, Ele busca e apresenta ao País uma mulher. No momento mais difícil, complicado, da democracia, lá onde ela nasceu, a guilhotina fez rolar a cabeça de muita gente. Temos que aperfeiçoá-la e reconhecer Montesquieu como o que mais avançou. Ele criou a divisão de poder, mas imaginou que seriam harmônicos, eqüipotes, contrapoderes; nunca imaginou que teríamos o que ocorre hoje. A mazela do Brasil e da democracia está aí: um poder a saltar em torno de outro, a mandar, a se intrometer e, às vezes, saltar com o prestígio e a tradição de um poder em outro. É o que vemos no Brasil e, com certeza, essa mulher saberá evitar, saberá ser fiel àquele que ensinou a divisão do poder.

Sr. Presidente Renan Calheiros, lá onde nasceu a democracia, um dos últimos presidentes, nascido do povo, Mitterrand, em seu último livro – já não podia nem escrever, pediu o auxílio de um companheiro Prêmio Nobel de Literatura –, disse que deixava uma mensagem aos governantes: fortalecer os contrapo-

deres. Essa foi a última mensagem de Mitterrand, e nisso esperamos e confiamos.

Acho que Deus mandou, neste momento, como uma bênção do céu, uma mulher para ter esse entendimento e essa coragem. Ao ler o Livro de Deus, vemos que há várias heroínas. E no maior drama da humanidade, a crucificação de Cristo, todos os homens falharam. Pilatos, político e governante como nós, foi fraco, fraquejou. A mulher de Pilatos, Verônica, as três mulheres, as mulheres que anunciaram Cristo... Por isso, nós temos a imagem de Cristo, porque a mulher passa essa verdade.

Portanto, estamos aqui para saudar a vinda dessa Ministra, mulher, como uma bênção, reproduzindo Aquele, que não tinha uma tribuna como nós temos agora: “Bem-aventurados os que têm fome e sede de justiça”. É o Brasil que é bem-aventurado e recebe a Ministra como uma bem-aventurança.

**O SR. PRESIDENTE** (Renan Calheiros. PMDB – AL) – Agradeço a V. Ex<sup>a</sup>.

A maior distorção, realmente, que pode haver na democracia é o Executivo governar legislando, como também uma distorção, o Legislativo legislar governando.

**O SR. MÃO SANTA** (PMDB – PI) – O Judiciário querer pular, traquinar com a política.

**O SR. PRESIDENTE** (Renan Calheiros. PMDB – AL) – Se todos já votaram, vou encerrar a votação e proclamar o resultado.

Senador Romero Jucá, V. Ex<sup>a</sup> tem a palavra.

**O SR. ROMERO JUCÁ** (PMDB – RR) – Sr. Presidente, estou permutando com o Senador Pedro Simon. Falo agora; depois, S. Ex<sup>a</sup> falará.

**O SR. PRESIDENTE** (Renan Calheiros. PMDB – AL) – Não é falar, estamos em processo de votação.

**O SR. ROMERO JUCÁ** (PMDB – RR) – É para encaminhar.

**O SR. PRESIDENTE** (Renan Calheiros. PMDB – AL) – Com a palavra, V. Ex<sup>a</sup>.

**O SR. ROMERO JUCÁ** (PMDB – RR. Para encaminhar a votação. Sem revisão do orador.) – Sr. Presidente, é apenas para registrar a nossa homenagem a Ministra Ellen Gracie e ressaltar que, hoje, é uma data histórica. Na verdade, está sendo dado um passo extremamente importante na igualdade dos gêneros.

Aproveito também para homenagear o grande e profícuo trabalho realizado pelo Ministro Nelson Jobim – o que já foi feito pelo Senador Aloizio Mercadante. O Ministro, sem dúvida nenhuma, merece todas as homenagens da Casa.

**O SR. PRESIDENTE** (Renan Calheiros. PMDB – AL) – S. Ex<sup>a</sup> será homenageado na quarta-feira, dia 29, às 10 horas.

**O SR. ROMERO JUCÁ** (PMDB – RR) – Estaremos aqui para reconhecer os avanços promovidos por S. Ex<sup>a</sup> e o trabalho proveitoso do Ministro em prol da sociedade brasileira.

Congratulo-me com a Ministra e desejo-lhe a continuidade do sucesso do seu trabalho sério, árduo e competente. Tenho certeza de que a Casa vai aprová-la por unanimidade, fazendo também justiça à indicação e à sua posse.

**O SR. PRESIDENTE** (Renan Calheiros. PMDB – AL) – Com a palavra o Senador Pedro Simon.

**O SR. PEDRO SIMON** (PMDB – RS. Para encaminhar a votação. Sem revisão do orador.) – Sr. Presidente, é também com grande emoção que, em nome do Rio Grande do Sul, votamos na Ministra Ellen para presidir o Conselho. Salientamos também um fato importante: o de ela já ter sido escolhida Presidente do Supremo Tribunal Federal. Não há, pois, como deixar de reconhecer seus méritos.

Gostamos sempre de dizer que “este é um momento histórico” ou que “estamos vivendo um momento histórico”. Mas, desta vez, estamos realmente vivendo um momento histórico, pois uma mulher chega à Presidência do Supremo Tribunal Federal pelos seus méritos e qualidades. Não se trata de uma indicação ou uma escolha de cima para baixo. S. Ex<sup>a</sup> foi advogada, depois, Procuradora, Juíza Federal, Presidente do Tribunal Regional Federal do Rio Grande do Sul, Ministra do Supremo e, agora, Presidente do STF e do Conselho Nacional de Justiça.

Temos muita confiança na Ministra Ellen Gracie, que mostrou, ao longo da sua vida, não só sua inteligência e capacidade jurídica, mas também seu equilíbrio e senso de responsabilidade.

Nesta hora, em que a Nação vive um momento difícil e de grande responsabilidade, a Ministra Ellen terá a consideração de todo o Brasil. Creio que S. Ex<sup>a</sup> haverá de desempenhar um papel muito importante no diálogo e no entendimento entre os três Poderes.

Haveremos de ter, na Ministra Ellen – na Presidência do Supremo Tribunal Federal, no diálogo com o Congresso Nacional e com a Presidência da República –, o grande poder, a grande liderança, a grande capacidade de entendimento e a grande responsabilidade pelo que tem a fazer.

Também concordo com o que foi dito aqui. V. Ex<sup>a</sup> será candidato. Poderia ser candidato à Presidência da República, pelo PMDB, mas não quer porque crê que não tem condições. Lamento porque acredito que poderia ser. Poderia ser candidato a Senador da República, a Deputado Federal. V. Ex<sup>a</sup> será candidato, logo não poderá ocupar a Presidência da República no segundo semestre.

O Presidente da Câmara também será candidato. É Deputado Federal e também será candidato. O Vice-Presidente da República também será candidato. É absolutamente certo que o Presidente Lula, no segundo semestre, haverá de viajar, haverá de percorrer o seu itinerário – as viagens já estão previstas e serão por vários países.

A Presidente do Supremo estará na Presidência da República. Será também a primeira mulher a ocupar a Presidência da República. Creio que esse também será um fato histórico e muito importante. Não sei, mas meu sentimento, minha vontade e minha intuição me dizem que Deus olhará para essa mulher a fim de abençoá-la, a fim de dar-lhe mais força, a fim de reforçá-la. S. Ex<sup>a</sup> será, realmente, não uma surpresa, mas a grande realidade das esperanças que todos nós depositamos nela.

Muito obrigado, Sr. Presidente.

**O SR. PRESIDENTE** (Renan Calheiros. PMDB – AL) – Agradecemos muito a V. Ex<sup>a</sup> pelo depoimento isento e verdadeiro que acaba de dar.

Concedo a palavra ao Senador Antonio Carlos Valadares. Depois, concederei a palavra aos Senadores Fernando Bezerra e Heráclito Fortes e encerrarei a votação.

Senador Antonio Carlos Valadares, V. Ex<sup>a</sup> tem a palavra.

**O SR. ANTONIO CARLOS VALADARES** (Bloco/PSB – SE. Para encaminhar a votação. Sem revisão do orador.) – Sr. Presidente, em primeiro lugar, gostaria de enaltecer a iniciativa do Senador Antonio Carlos Magalhães, Presidente da Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania, e o requerimento do Senador Mercadante, para homenagearmos, na próxima quarta-feira – e já é decisão firmada por V. Ex<sup>a</sup> –, o grande Presidente do Supremo Tribunal Federal, que se está despedindo, dia 30, das altas funções que lhe foram delegadas como Ministro do Supremo, onde realizou um grande trabalho, principalmente defendendo a reforma do Judiciário e acelerando, portanto, os futuros processos judiciais.

Sr. Presidente, antigamente, em tempos imemoriais, já se dizia que a mulher era invencível pelas lágrimas, e o homem, pela força. Entretanto, com o avanço da sociedade democrática, das instituições que defendem a liberdade, e da substituição da força pela força do direito, o que se diz hoje é que a mulher e o homem são invencíveis, acima de tudo, pela competência, pelo trabalho, pela dedicação à cultura, à inteligência e à solidariedade.

Por isso, neste instante, sinto-me à vontade, assim como fiz na Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania, para homenagear brevemente, mas me-

recidamente, a Ministra Ellen Gracie, que se fez por si, pelo seu trabalho, pela sua competência, pela experiência que devotou à causa da Justiça, seja como advogada, seja como professora de Direito Constitucional, seja como membro do Ministério Público, seja como um dos mais atuantes membros do Supremo Tribunal Federal.

Sr. Presidente, tenho certeza de que esta homenagem é unânime, dado que os 23 membros da Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania votaram maciçamente no nome da Ministra para não apenas constituir, mas ser a primeira Presidente do Conselho Nacional de Justiça. É ela uma mulher engrandecida pela força do trabalho e, acima de tudo, pelo conhecimento e sabedoria jurídica. S. Ex<sup>a</sup> vai assumir duas posições estratégicas no mundo jurídico e político do Brasil: Presidente do Supremo Tribunal Federal e Presidente do Conselho Nacional de Justiça.

Realmente é uma grande conquista da mulher brasileira o espaço que S. Ex<sup>a</sup> conquistou com o seu próprio trabalho.

Agradeço a V. Ex<sup>a</sup>, Sr. Presidente.

**O SR. PRESIDENTE** (Renan Calheiros. PMDB – AL) – Senador Fernando Bezerra, V. Ex<sup>a</sup> tem a palavra.

**O SR. FERNANDO BEZERRA** (PTB – RN. Para encaminhar a votação. Sem revisão do orador.) – Sr. Presidente, quero me juntar àqueles que aqui homenagearam, em primeiro lugar, a figura do Presidente do Tribunal. Quero também congratular-me com V. Ex<sup>a</sup> e com o Senador Antonio Carlos pela homenagem que esta Casa prestará ao Ministro Nelson Jobim na próxima quarta-feira. A esse grupo de pessoas que vão homenageá-lo, quero me somar.

Sr. Presidente, quero ainda cumprimentar a Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania pela decisão de aprovar o nome da Ministra Ellen Gracie para o Conselho Nacional de Justiça.

Esta é, certamente, uma homenagem do meu Partido, e, embora outros Senadores tenham falado em nome do Rio Grande do Norte, como o Senador José Agripino já o fez, quero fazê-lo em nome do povo do meu Estado a esses dois grandes nomes da Justiça brasileira.

**O SR. PRESIDENTE** (Renan Calheiros. PMDB – AL) – Concedo a palavra ao Senador Heráclito Fortes.

**O SR. HERÁCLITO FORTES** (PFL – PI. Para encaminhar a votação. Sem revisão do orador.) – Sr. Presidente, associo-me a esta Casa na homenagem que presta à Ministra Ellen Gracie, que, a partir da próxima semana, terá a responsabilidade de presidir a instância maior da Justiça do nosso País. A Minis-

tra Ellen Gracie tem tido no Supremo Tribunal Federal uma atuação que desperta a admiração de todos. Neste momento em que a Ministra se prepara para substituir o Ministro Nelson Jobim, a quem teremos a oportunidade de homenagear, apresento-lhe meus votos de uma administração profícua e, acima de tudo, harmoniosa, em que haja pleno entendimento entre os Poderes constituídos deste País, de maneira muito especial entre o Judiciário e o Legislativo.

Portanto, deixo aqui esse registro em meu nome e em nome dos piauienses.

Muito obrigado.

**O SR. PRESIDENTE** (Renan Calheiros. PMDB – AL) – Vou encerrar a votação e proclamar o resultado.

**O SR. JOSÉ AGRIPINO** (PFL – RN) – Sr. Presidente, peço a palavra.

**O SR. PRESIDENTE** (Renan Calheiros. PMDB – AL) – Concedo a palavra ao Senador José Agripino.

**O SR. JOSÉ AGRIPINO** (PFL – RN. Para encaminhar a votação. Sem revisão do orador.) – Sr. Presidente, tive a oportunidade de, na Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania, dirigir a palavra à Ministra Ellen Gracie e não poderia, na hora em que se vota esta matéria – tenho certeza de que será aprovada por unanimidade pelo Plenário –, deixar de fazer um elogio público a uma figura que julgo particular e excepcional.

Eu conversava há pouco com os Senadores Jefferson Péres e Romeu Tuma e lhes dizia que se trata de uma *lady* de confiabilidade, uma Ministra marcada pelo equilíbrio, pela competência jurídica e pela decência.

Quando um voto qualquer vai ser proferido pela Ministra Ellen Gracie, por parte de ninguém há predisposição de entendê-lo de forma **a** ou **b**, porque se sabe que de S. Ex<sup>a</sup> virá sempre um voto calcado no equilíbrio, no interesse coletivo e no Direito, fundamentalmente no Direito.

De modo que é com muita alegria que nós do PFL registramos a eleição da Ministra Ellen Gracie para a Presidência do Supremo e, como tal, sua indicação para a Presidência do Conselho Nacional de Justiça. Na hora em que este Senado, em virtude de uma exceção feita pelos Líderes – a pauta, que estava trancada por medidas provisórias, foi aberta para votarmos esta matéria –, aprecia a indicação de S. Ex<sup>a</sup> para a Presidência do Conselho Nacional de Justiça, eu manifesto de público o respeito que o meu Partido tem pela Ministra Ellen Gracie, Presidente do Supremo Tribunal Federal.

**O SR. MAGNO MALTA** (Bloco/PL – ES) – Sr. Presidente, peço a palavra.

**O SR. PRESIDENTE** (Renan Calheiros. PMDB – AL) – Senador Magno Malta, V. Ex<sup>a</sup> tem a palavra.

**O SR. MAGNO MALTA** (Bloco/PL – ES. Para encaminhar a votação. Sem revisão do orador.) – Antes que V. Ex<sup>a</sup> proclame o resultado, também, a exemplo de tantos Líderes, desejo manifestar minha satisfação por esse momento em que votamos a indicação da Ministra Ellen Gracie para a Presidência do Conselho Nacional de Justiça.

Tudo o que foi dito é verdade. Qualquer outro elogio que se faça a S. Ex<sup>a</sup> nesse momento significará chover no molhado, pois é do conhecimento de todos o saber jurídico e a postura ética, até o exato momento, da Ministra Ellen Gracie. O desfecho de qualquer questão que vá ser por ela decidida, disse bem o Senador José Agripino, é aguardado sem sobressalto ou expectativa de que alguma coisa fora do que estabelece a Lei saia de um voto por ela emitido. Por isso, ganha o Brasil, com a alegria de todos nós no dia de hoje, ganham as mulheres brasileiras, ganhamos todos nós.

Hoje pela manhã, quando a S. Ex<sup>a</sup> me dirigiu, dei-lhe notícia de uma pesquisa particular, como é do meu costume, que fiz no Rio Grande do Sul, onde escolhi aleatoriamente, na lista telefônica, 30 famílias, e lhes fiz algumas perguntas. Todas responderam que estavam felizes com a eleição da Ministra Ellen Gracie, que lá viveu e estudou, para a Presidência do Supremo, não só pela importância do cargo, mas também pela sua vida digna, ética, baseada em rígidos princípios morais. Disseram que ela chegou aonde chegou – com a graça de Deus, é claro, – pelos seus próprios méritos.

Por isso a cumprimento nesta tarde feliz, festiva e gratificante para todos nós.

Obrigado, Sr. Presidente.

**O SR. AUGUSTO BOTELHO** (PDT – RR) – Sr. Presidente, peço a palavra.

**O SR. PRESIDENTE** (Renan Calheiros. PMDB – AL) – Senador Augusto Botelho, tem a palavra V. Ex<sup>a</sup>.

**O SR. AUGUSTO BOTELHO** (PDT – RR. Para encaminhar a votação. Sem revisão do orador.) – Sr. Presidente, eu gostaria de me associar às palavras de todos os que me antecederam, concordando com S. Ex<sup>a</sup> e dizendo, ainda, que hoje é o Dia Mundial da Água.

A Ministra Ellen Gracie está sendo nomeada para trabalhar em uma nova árvore que plantamos neste País: o Conselho Nacional de Justiça. Essa coincidência de datas faz com que eu tenha a convicção de que essa árvore, irrigada pela presença de uma mulher com grande conhecimento do Direito, dará bons frutos, para melhorar a Justiça do nosso País.

Muito obrigado, Sr. Presidente.

**O SR. PRESIDENTE** (Renan Calheiros. PMDB – AL) – Encerrada a votação.

*(Procede-se à apuração.)*

## PARECER Nº 226, DE 2006 (ESCOLHA DE AUTORIDADE)

Sra. ELLEN GRACIE NORHELELLI, PARA COMPOR O CONSELHO NACIONAL DE JUSTIÇA

Num.Sessão: 1 Num.Votação: 1 Abertura: 22/3/2006 17:21:34  
 Data Sessão: 22/3/2006 Hora Sessão: 14:00:00 Encerramento: 22/3/2006 18:06:26

Partido	UF	Nome do Senador	Voto	Partido	UF	Nome do Senador	Voto
Bloco-PL	MG	AE. TONI FRUTAS	Votou	Bloco-PL	ES	MAGNO MALTA	Votou
PMDB	SE	ALMEIDA LIMA	Votou	PMDB	PI	MAO BANTA	Votou
Bloco-PT	SP	ALCIZIO MERCADANTE	Votou	PMR	RR	MARCELO BRINELLA	Votou
PSDB	PR	ALVARO DIAS	Votou	PP	PE	MARCO MACIEL	Votou
PMDB	RO	AMIR LANCÔ	Votou	PTB	RR	MOZARILDO CAVALCANTI	Votou
Bloco-PT	PA	ANA JULIA CAREPA	Votou	PMDS	PB	NEY CLASSUNA	Votou
PSDB	MT	ANTONIO PAES DE BARROS	Votou	PDT	PR	OSMAR DIAS	Votou
PFL	BA	ANTONIO CARLOS VAGALHÃES	Votou	PSDB	AP	PAPA ED RAEBI	Votou
Bloco-PSB	SE	ANTÔNIO CARLOS VALABARES	Votou	Bloco-PT	RR	PAULO PATY	Votou
PSDB	AM	ARTHUR V. ROULO	Votou	PMDB	RS	PEDRO JUNON	Votou
PDT	RR	AUGUSTO BOTELHO	Votou	PMDB	MS	RAMEL TEBET	Votou
PFL	BA	CESAR BORGES	Votou	PMDB	AL	RENAN CALHEIROS	Votou
PDT	DF	CRISTOVAN BLARQUE	Votou	Bloco-PT	RJ	ROBERTO SALJEINHO	Votou
Bloco-PT	MS	DELUJO AMARAL	Votou	PFL	BA	RODOLPHO TOLRINHO	Votou
PFL	MA	EDSON LOBAO	Votou	PMDB	RR	ROMERO JUCA	Votou
PSDB	MG	EDUARDO AZEVEDO	Votou	PFL	SP	ROMEU TUMA	Votou
Bloco-PT	SP	EDUARDO SUPLICY	Votou	PMDB	RJ	SERGIO CABRAL	Votou
PFL	PB	ERAYM MORAIS	Votou	Operador: HÉLIO FERREIRA LIMA			
PTB	RN	FERNANDO BEZERRA	Votou	Partido	UF	Nome do Senador	Voto
PSDB	PA	FLEXA RIBEIRO	Votou	PSDB	PI	SERGIO GULARRA	Votou
PMDB	AC	GILVALDO MESQUITA JÚNIOR	Votou	PTB	RS	SERGIO ZAMBIAS	Votou
PMDB	AM	GILBERTO MESTRINHO	Votou	Bloco-PT	MT	SERYS SILHESSARENKO	Votou
PMDB	AP	GILVAM BORGES	Votou	Bloco-PT	AC	TIAO VIANA	Votou
P-SOL	AL	HELOISA HELENA	Votou	PMDB	RO	VALDIR RAUPE	Votou
PFL	P	HERACITO FORTES	Votou	PMDS	MG	WELLINGTON SALGADO DE OLIVEIRA	Votou
Bloco-PT	SC	IDELI SALVATTI	Votou	Previdente: EDNAY CARVALHO			
PDT	AM	JEFFERSON PERES	Votou	Votos SIM : 61			
PMDB	MA	JOÃO ALBERTO SOUZA	Votou	Votos NÃO : 01	Total : 63		
Bloco-PL	TO	JOÃO RIBEIRO	Votou	Votos ABST. : 01			
PFL	MT	JONAS PINHEIRO	Votou				
PFL	SC	JORGE BORNHAUSEN	Votou				
PFL	RN	JOSE AGRIPINO	Votou				
PFL	PE	JOSE JORGE	Votou				
PMDB	PB	JOSE MARANHÃO	Votou				
PMDB	AP	JOSE SARNEY	Votou				
PSDB	MS	JURENIO DA FONSECA	Votou				
POU-5	TO	LEOMAR GUENTHER	Votou				
PSDB	SC	LEONEL PAVAN	Votou				
PMDB	PA	LUIZ OTAVIO	Votou				
PSDB	CE	LUIZ PONTES	Votou				

  
 Primeiro-Secretário

**O SR. PRESIDENTE** (Renan Calheiros. PMDB

– AL) – Votaram SIM 61 Srs. Senadores; NÃO, 1.

Houve 1 abstenção.

Total: 63 votos.

Está, portanto, aprovado o nome da Ministra Ellen Gracie para presidir o Conselho Nacional de Justiça.

Vou assinar a mensagem que será enviada ao Presidente da República e ao Presidente do Supremo Tribunal Federal, comunicando-lhes o resultado com muita satisfação pelo que a Ministra significa para o Judiciário brasileiro, para este País e para todos nós.

**O SR. PRESIDENTE** (Renan Calheiros. PMDB

– AL) – Sobre a mesa, requerimento que será lido pelo Sr. 1º Secretário, Senador Efraim Morais.

É lido o seguinte:

#### REQUERIMENTO Nº 317, DE 2006

Senhor Presidente,

Em aditamento ao Requerimento nº 302, de 2006, requeremos que a sessão seja realizada no dia 23 do corrente, às 10h.

Sala das Sessões, 22 de março de 2006.

**O SR. PRESIDENTE** (Renan Calheiros. PMDB

– AL) – Em consequência do proposto, fica restabelecida a sessão não deliberativa da sexta-feira, dia 24 de março, às 9 horas.

Sobre a mesa, requerimento que será lido pelo Sr. 1º Secretário, Senador Efraim Morais.

É lido o seguinte:

#### REQUERIMENTO Nº 318, DE 2006

**Requer Voto de Lembrança ao ensejo do centenário de nascimento de Arthur Reis, pensador, historiador e Governador (indireto) do Amazonas.**

Requeiro, nos termos do art. 222, do Regimento Interno, e ouvido o Plenário, que seja consignado, nos anais do Senado, Voto de Lembrança ao ensejo do centenário de nascimento de Arthur Reis, pensador e historiador amazonense, que governou o Amazonas de junho de 1964 a janeiro de 1967, por nomeação do então Presidente Humberto Castelo Branco.

Requeiro, ainda, que o Voto de Aplauso seja levado ao conhecimento dos familiares do homenageado.

#### Justificação

Por iniciativa do Instituto Geográfico e Histórico do Amazonas, realiza-se, de hoje a 24 deste mês, o Seminário Arthur Reis: o intelectual e o homem de ação, com que, no meu Estado se comemora o centenário do pensador e historiador Arthur Reis, também Governador do Amazonas, de junho de 1964 a janeiro de 1967. Chegou ele à chefia do Executivo amazonense por escola e nomeação do então Presidente da República, General Humberto de Alencar Castelo Branco, no começo do regime militar.

Seu Governo foi marcado por realizações na área educativo-cultural, construindo diversas escolas, alguns hospitais, além da reformulação do Arquivo Público e da Biblioteca Pública do Estado. Na área de infra-estrutura, abriu as estradas Manaus-Itacoatiara e Manaus-Manacapuru. Apoiou, nesse período, a publicação de 103 livros de autores amazonenses.

Antes de assumir o Governo estadual, Arthur Reis, que era muito ligado a Darcy Ribeiro servia ao Governo Jango e, quando ocorreu o golpe que implantou o regime de exceção, estava em Genebra, como integrante da delegação brasileira à Conferência de Comércio e Desenvolvimento. Hesitou em retornar, mas mudou de idéia e, no Brasil, articulou-se com expressivos segmentos militares, tendo, então, virado Governador, por eleição indireta na Assembléia Legislativa do Estado, substituindo o Governador Plínio Coelho, cassado pela ditadura em junho de 1964. Nessa oportunidade, Bernardo Cabral que depois veio a ser Deputado Federal Constituinte e, em seguida, Senador, votou no ex-Senador Waldemar Pedrosa e em Francisco Queiroz e Abdala Sahdo, então Deputados e que haviam se recusado a participar do “pleito”. Os três pertenciam ao PTB de Vargas, Jango e Brizola.

Ungido pela votação determinada pelo regime discricionário, Arthur Reis foi o mais autoritário do ciclo de governantes imposto pelo Alto Comando dito Revolucionário. Os demais (Dr. Danilo Areosa, coronel João Walter, Ministro Henoch Reis e Prof. José Lindoso) procuraram relacionar-se de maneira menos conflituosa com Legislativo e Judiciário.



Reis chegou a fechar a Assembléia Legislativa e a invadir a residência do Deputado Andrade Netto, que fora seu Líder na ALEA e, após rompimento, tornou-se importante membro da Oposição: Fato significativo é que, ao visitar Manaus, o Senador Robert Kennedy recusou-se a estar com o Governador, sob a alegação de incompatibilidade política incontornável com quem impedira, ainda que por pouco tempo, o funcionamento do Legislativo, considerado pelo visitante como o mais significativo pilar da Democracia.

A despeito da conduta autoritária que seguiu como governante, Arthur Reis era pessoalmente homem íntegro. Os demais delegados da ditadura, é justo também afirmar, eram todos igualmente irreprováveis, do ponto de vista da integridade.

Arthur Reis perseguiu meu tio Helso do Livramento do Carmo Ribeiro, irmão de meu pai, Senador Arthur Virgílio, então Líder da Oposição no Senado. Helso era Conselheiro do Tribunal de Contas do Estado e votou “com o Relator”, seguindo a praxe, determinado processo, considerado, pelo Governador, irregular. Por isso, meu tio foi punido (aposentado compulsoriamente e privado dos seus direitos políticos por 10 anos) a partir das conclusões de Comissão de Sindicância, manipulada por Reis e presidida, pasmem! pelo Relator do tal processo “irregular”. O objetivo de Reis era retaliar o Senador Arthur Virgílio, que o regime de força não apreciava ver na tribuna do Senado.

Grande amazonólogo, contudo, pensou a Amazônia com admirável lucidez, revelando-se extremamente avançado para o seu tempo. Foi reconhecidamente um grande pensador e historiador, que escreveu numerosos trabalhos literários, 320 dos quais publicados. De sua obra literária, ressaltam História do Amazonas, Manaus e Outras Vilas. A Política de Portugal no Vale Amazônico, Limites e Demarcações na Amazônia Brasileira e A Amazônia Cobiçada.

É meu dever, entendo assim, homenagear o grande pensador amazônico que foi Arthur Reis. Estou certo de que meu pai e meu tio, se vivos fossem, haveriam de anistiá-lo, eles, que foram cassados injustamente pelo regime que fez de Reis o seu primeiro Governador, no Estado do Amazonas.

Com este pensamento é que proponho ao Senado da República um Voto de Lembrança, pelos cem anos desse estudioso da questão amazônica que foi Arthur Reis.

Sala das Sessões, 22 de março de 2006. – Senador **Arthur Virgílio**, Líder do PSDB.

**O SR. PRESIDENTE** (Renan Calheiros. PMDB – AL) – Com a palavra o Senador Arthur Virgílio, autor do requerimento.

**O SR. ARTHUR VIRGÍLIO** (PSDB – AM. Sem revisão do orador.) – Sr. Presidente, antes de apresentar este Voto de Lembrança a um importantíssimo intelectual amazonense, autor de 320 livros, que é uma figura contraditória, se a examinarmos do ponto de vista político, meditei muito, porque tenho restrições graves a fazer a essa figura pública, tendo em vista sua ação política, pois ele serviu ao Governo ditatorial, e não é só isso, mas também a forma atrabiliária como se portou, a forma arbitrária como agiu, fechando a Assembléia Legislativa.

Enfim, Sr. Presidente, para ficar bem objetivo, lerei a justificativa. Requeri Voto de Lembrança ao ensejo do centenário de nascimento de Arthur Reis, pensador, historiador e Governador indireto do Amazonas.

Requeri nos termos do art. 222, do Regimento Interno, para que, ouvido o Plenário, seja consignado, nos Anais do Senado, Voto de Lembrança ao ensejo do centenário de nascimento de Arthur Reis, pensador e historiador amazonense, que governou o Amazonas, de junho de 1964 a janeiro de 1967, por nomeação do então Presidente Humberto de Alencar Castelo Branco.

Por iniciativa do Instituto Geográfico e Histórico do Amazonas, realiza-se, de hoje a 24 deste mês, o Seminário Arthur Reis: o intelectual e o homem de ação, com que no meu Estado se comemora o centenário do pensador e historiador Arthur Reis, também Governador do Amazonas, de junho de 1964 a janeiro de 1967. Chegou ele à chefia do Executivo amazonense por escolha e nomeação do então Presidente da República, Marechal Humberto de Alencar Castelo Branco, no começo do regime militar.

O Governo de Artur Reis foi marcado por realizações na área educativo-cultural, construindo diversas escolas, alguns hospitais, além da reformulação do Arquivo Público e da Biblioteca Pública do Estado. Na área de infra-estrutura, abriu estradas muito importantes para a economia do meu Amazonas, Manaus-Itacoatiara e Manaus-Manacapuru. Apoiou, nesse período, a publicação de 103 livros de autores amazonenses.

Antes de assumir o Governo estadual – e este, Senador Pontes, é o lado polêmico e por isso meditei tanto antes de fazer a homenagem – Arthur Reis, que era muito ligado a Darcy Ribeiro, Ministro de João Goulart, servia ao Governo Jango e, quando ocorreu o golpe que implantou o regime de exceção, estava em Genebra, como integrante da delegação brasileira à Conferência de Comércio e Desenvolvimento. Hesitou em retornar, mas mudou de idéia e, no Brasil,

articulou-se com expressivos segmentos militares, tendo, então, virado Governador, por eleição indireta na Assembléia Legislativa do Estado, substituindo o Governador Plínio Coelho, cassado pela ditadura em junho de 1964. Nessa oportunidade, Bernardo Cabral, que depois veio a ser Deputado Federal Constituinte e, em seguida, Senador, preferiu não votar naquele que a ditadura recomendava. Bernardo Cabral, como democrata que é, votou no ex-Senador Waldemar Pedrosa, uma figura já falecida, ainda viva à época, e de enorme respeitabilidade.

Além de Bernardo Cabral, o falecido Deputado Francisco Queiroz e o ainda, graça a Deus, muito bem vivo Deputado Abdala Sahdo, então Deputados e que haviam se recusado a participar do “pleito”. Os três pertenciam ao PTB de Vargas, Jango e Brizola.

Ungido pela votação determinada pelo regime discricionário, Senador Pedro Simon, Arthur Reis foi o mais autoritário do ciclo de governantes imposto pelo Alto Comando dito Revolucionário. Os demais (Dr. Danilo Areosa, Coronel João Walter, Ministro Henoch Reis e Professor José Lindoso) procuraram relacionar-se de maneira menos conflituosa com o Legislativo e Judiciário.

Reis chegou a fechar a Assembléia Legislativa e a invadir a residência do Deputado Andrade Netto, que fora seu Líder na Assembléia Legislativa e, após rompimento, tornou-se importante membro da Oposição. Fato significativo é que, ao visitar Manaus, o Senador Robert Kennedy recusou-se a estar com o Governador, sob a alegação de incompatibilidade política incontornável com quem impedira, ainda que por pouco tempo, o funcionamento do legislativo, considerado pelo visitante como o mais significativo pilar da democracia.

A despeito da conduta autoritária que seguiu como governante, Arthur Reis era pessoalmente homem íntegro. Os demais delegados da ditadura, é justo também afirmar, era todos igualmente irreprováveis, irreprocháveis do ponto de vista da integridade.

Arthur Reis perseguiu meu tio Helso do Livramento do Carmo Ribeiro, irmão de meu pai, Senador Arthur Virgílio, então Líder da Oposição no Senado. Helso era Conselheiro do Tribunal de Contas do Estado e votou “com o Relator”, conforme a praxe, determinado processo, considerado pelo Governador irregular. Por isso, meu tio foi punido (aposentado compulsoriamente e privado, sem direito de defesa, dos seus direitos políticos por 10 anos) a partir das conclusões de Comissão de Sindicância, manipulada por Reis e presidida – pasmem! – pelo Relator do tal processo considerado “irregular”. Ou seja, o Relator do processo considerado irregular foi o Presidente da Comissão

de Sindicância, que determinou que meu tio, porque supostamente teria votado a favor de um processo irregular, tivesse os direitos políticos suspensos e fosse aposentado compulsoriamente do cargo que exercia. O objetivo de Reis, na verdade, era retaliar o Senador Arthur Virgílio, meu pai, que o regime de força não apreciava ver na tribuna do Senado e muito menos ouvi-lo, orador de escol e homem valente e bravo que era, Senador Roberto Saturnino.

Grande amazonólogo, contudo, Arthur Reis pensou a Amazônia com admirável lucidez, revelando-se extremamente avançado para o seu tempo. Foi reconhecidamente um grande pensador e historiador, que escreveu, produziu, numerosos trabalhos literários, 320 dos quais publicados. De sua obra ressaltam **História do Amazonas, Manaus e Outras Vilas, A Política de Portugal no Vale Amazônico, Limites e Demarcações na Amazônia Brasileira e Amazônia Cobiçada.**

Senador Roberto Saturnino, toda vez que alguém fala em cobiça internacional da Amazônia está no fundo repetindo aquele que por primeiro falou, que foi Arthur Reis. Tentei primeiro estabelecer todas as minhas contradições até familiares com ele, e como contradições políticas, pelo seu desapego à democracia quando governou, mas ressalto aqui o homem de valor intelectual e que prestou serviços inestimáveis à causa da minha região.

**O Sr. Roberto Saturnino** (Bloco/PT – RJ) – Posso apartear-lo, Senador?

**O SR. ARTHUR VIRGÍLIO** (PSDB AM) – Pode, com certeza.

**O Sr. Roberto Saturnino** (Bloco/PT RJ) – Senador Arthur Virgílio, gostaria de me associar a esta homenagem nos termos em que V. Ex<sup>a</sup> está colocando, porque compartilho dessa apreciação que V. Ex<sup>a</sup> faz e vou lhe dizer por quê. Pela segunda metade dos anos 50, eu, muito jovem, fui designado conselheiro do Conselho Econômico da Federação das Indústrias do Rio de Janeiro e, lá, tinha assento o historiador-sociólogo, intelectual Arthur Reis. Naturalmente, sempre que me era distribuído um projeto para relatar, o meu voto freqüentemente discrepava do ponto de vista dos demais conselheiros, em geral muito mais conservadores. Eu era extremamente jovem naquele momento e sempre tive esse pensamento voltado para as causas socialistas. Entretanto, com muita freqüência, o Sr. Arthur Reis manifestava apoio ao meu voto e até com argumentos e razões mais substantivas e mais bem apresentadas que as minhas. Então, ele me granjeou essa admiração e simpatia pessoal, que depois vim a equiparar com suas atitudes no governo e a ficar perplexo, enfim, duvidar até de que fosse a mesma personalidade. Essa é a razão pela qual quero compartilhar

do pronunciamento de V. Ex<sup>a</sup>, exatamente nos mesmos termos, reconhecendo a admiração que tenho pela figura, pela imagem dele, mas com essa ressalva que efetivamente chega a nos deixar sem compreender bem as suas razões.

**O SR. ARTHUR VIRGÍLIO** (PSDB – AM) – Muito obrigado, Senador Roberto Saturnino, é precisamente o que sinto. Fico muito feliz de coincidir com V. Ex<sup>a</sup> nesse ponto, porque acabei de relatar um problema pessoal, algo que não foi alto, não foi elevado, em relação a um tio meu, um homem honrado, um homem de bem.

Para repetir, meu tio era Conselheiro do Tribunal de Contas e votou em um processo com o relator, talvez até sem saber da profundidade do processo, que foi considerado irregular depois, – antes não foi – pelo Regime de Exceção. Queriam, no fundo, retaliar meu pai. Não podiam cassá-lo, ainda, àquela altura, e então foram para cima do meu tio. Meu tio foi punido e teve a recomendação – isso aconteceu – da suspensão dos seus direitos políticos por 10 anos e foi aposentado compulsoriamente por ter supostamente votado um processo irregular. E a recomendação veio de uma Comissão de Sindicância presidida – pasmem V. Ex<sup>a</sup>! – presidida pelo relator que meu tio seguiu.

Era a ditadura. Eis por que não podemos tolerar ditadura no País sob nenhuma forma.

Então, Senador Tião Viana, na mesma linha do que aqui significou o aparte do Senador Roberto Saturnino, entendo de meu dever homenagear o grande pensador amazônico que foi Arthur Reis.

Estou certo de que meu pai e meu tio, se vivos fossem, haveriam de anistiá-lo, eles que foram cassados injustamente pelo regime que fez de Reis o seu primeiro Governador do Estado do Amazonas.

Com este pensamento é que proponho ao Senado da República um voto de lembrança pelos 100 anos deste estudioso da questão Amazônica que foi Artur Reis.

O Seminário, que começa hoje no meu Estado, Senador Suplicy, se intitula “Seminário Artur Reis: o intelectual e o homem de ação”.

O intelectual merece todos os encômios de minha parte. O homem de ação eu critiquei, até por ter, na verdade, se portado atrabiliariamente. Fechou uma Assembléia. Recebeu, na hora, o repúdio do Senador americano Robert Kennedy, que tinha uma audiência marcada com ele e disse: não vou mais à audiência porque soube que ele fechou uma assembléia.

Eu tive que vencer resistências até familiares, ou seja, certos fatos que marcaram. Mas pesei bem na balança e disse: muito bem, eu só posso subir à tribuna para dizer que é justa a homenagem ao Sr. Arthur Reis, se eu, ao lado do elogio à sua obra monumental

de pensador amazônico, talvez o maior que já tenha havido do ponto de vista de ter sido ele prolífico e de ter sido extremamente atual para o seu tempo, e ainda uma figura que deva ser compulsada como fonte, pudesse dizer, aqui e agora, que eu não me pus de acordo com a forma como ele se portou no exercício do Governo do Estado do Amazonas, indicado que foi pelo Marechal Humberto de Alencar Castelo Branco, depois de ter servido ao Governo Goulart, ligado que era ao Ministro Darcy Ribeiro.

Como pude tirar esse peso, eu disse: será que estou sendo mesquinho de trazer uma coisa dessas à baila? Eu podia ignorar e podia também fingir que não houve esse episódio, mas não seria justo. É bom que as pessoas tenham a preocupação de fazer um pouco de história. A preocupação minha é passar a exata impressão que eu tenho dele: um grande intelectual, que podia ter sido muito maior como político.

Eu diria que não há comparação entre a dimensão política que ele assumiu, que foi pequena, e o grande intelectual, pensador da Amazônia, o homem que por primeiro cunhou a expressão “cobiça internacional”; trezentos e vinte e tantos livros publicados. Não há comparação. Mas queria, portanto, neste momento, dizer que estou fazendo a lembrança dos dois: do homem de ação, do político que eu reprovoo e continuo reprovando como figura histórica, e do intelectual que louvo e que tem serviços inestimáveis prestados ao meu Estado, à causa amazônica e, por essa via, ao meu País.

Portanto, pedi o voto de lembrança em homenagem ao Sr. Arthur César Ferreira Reis\*, que é talvez o mais ilustre, mais prolífico e mais talentoso amazônólogo de que já tomei conhecimento na minha existência.

Muito obrigado, Sr. Presidente.

Era o que eu tinha a dizer.

**O SR. PRESIDENTE** (Renan Calheiros. PMDB – AL) – A Presidência encaminhará o voto de lembrança proposto pelo Senador Arthur Virgílio ao ensejo do centenário de nascimento de Arthur Reis, pensador e historiador amazonense, que governou o Amazonas de junho de 1964 a janeiro de 1967.

O requerimento vai ao Arquivo.

Sobre a mesa, requerimento que será lido pelo Sr. 1º Secretário, Senador Efraim Morais.

É lido o seguinte:

#### **REQUERIMENTO Nº 319, DE 2006**

Requeiro, nos termos do art. 218, inciso VII, do Regimento Interno, que seja inserido em ata voto de pesar pelo falecimento de Hainsi Gralow, ocorrido 1º de março 2006, Hainsi Gralow há 23 anos na presi-

dência da Afubra, entidade que integrava há 31 anos, Hainsi Gralow teve a sua trajetória marcada pela luta em defesa da fumicultura e dos pequenos agricultores. Coragem e determinação são eufemismo para traduzir a impressionante trajetória deste líder nato, que se empenhou como poucos para divulgar e valorizar a importância socioeconômica da fumicultura brasileira. À frente da entidade, que se expandiu e ganhou notoriamente reconhecimento nacional e internacional, Gralow, filho de um dos primeiros fumicultores da região do Vale do Rio Pardo concretizou, com a força do seu trabalho, a integração de todos os produtores de tabaco nos três estados do Sul do Brasil. Este voto de pesar deve ser enviado para Associação dos Fumicultores do Brasil – AFUBRA, na Rua Júlio de Castilhos, 1031 – Santa Cruz do Sul – RS – CEP 96810-010.

Sala das Sessões, 22 de Março de 2006. – Senador **Paulo Paim** – Senador **Pedro Simon** – Senador **Sérgio Zambiasi** – Senador **Heráclito Fortes**.

**O SR. PRESIDENTE** (Renan Calheiros. PMDB – AL) – A Presidência encaminhará o voto de pesar solicitado.

O requerimento vai ao Arquivo.

Sobre a mesa, requerimento que será lido pelo Sr. 1º Secretário, Senador Efraim Morais.

É lido o seguinte:

#### **REQUERIMENTO Nº 320, DE 2006**

Senhor Presidente,

Nos termos do art. 256, § 2º, inciso I, do Regimento Interno do Senado Federal, requeiro a retirada, em definitivo, do Requerimento Nº 294/2006, de minha autoria.

Sala das Sessões, 22 de março de 2006. – Senador **Arthur Virgílio**, Líder do PSDB.

**O SR. PRESIDENTE** (Renan Calheiros. PMDB – AL) – A Presidência defere o requerimento, nos termos do art. 256, § 2º, inciso I do Regimento Interno.

Sobre a mesa, requerimento que será lido pelo Sr. 1º Secretário, Senador Efraim Morais.

É lido o seguinte:

#### **REQUERIMENTO Nº 321 DE 2006**

Senhor Presidente,

Tendo sido designada por V. Exª para representar esta Casa no “5th Forum of the World Alliance of Cities Against Poverty”, do Programa de Desenvolvimento das Nações Unidas, a se realizar na cidade de Valência Espanha, requeiro, nos termos do art. 55, III, da Constituição Federal, e do art. 40, § 1º, inciso I, do Regimento Interno, a necessária autorização para o

desempenho da referida missão no período de 28 de março a 1º de abril do corrente ano.

Informo que estarei ausente do País no período de 27-3-2006 a 3-4-2006.

Sala das Sessões, 22 de Março de 2006. – Senadora **Maria do Carmo Alves**, PFL/SE.

**O SR. PRESIDENTE** (Renan Calheiros. PMDB – AL) – O requerimento que acaba de ser lido será votado oportunamente.

Sobre a mesa, ofício que será lido pelo Sr. 1º Secretário, Senador Efraim Morais.

É lido o seguinte:

#### **Ofício nº 83/06 GSLVAN**

Brasília, 22 de março de 2006

Senhor Presidente

Embora tenha comparecido á Sessão Especial realizada hoje, onde fiz pronunciamento, apresento a Vossa Excelência minhas justificativas quanto á ausência, durante a sessão deliberativa ordinária ocorrida nesta data, na votação da indicação da Ministra Ellen Gracie para ocupar o cargo de Presidente do Conselho Nacional de Justiça. Muito embora tenha registrado presença, no momento da votação, que não estava prevista, tive de comparecer a um evento político-partidário, findo o qual retornei a esta Casa para dar continuidade aos trabalhos legislativos em Plenário.

Na oportunidade, renovo votos de elevada estima e distinta consideração.

Atenciosamente, – Senadora **Lúcia Vânia**.

**O SR. PRESIDENTE** (Renan Calheiros. PMDB – AL) – O ofício que acaba de ser lido vai à publicação.

**O SR. PRESIDENTE** (Renan Calheiros. PMDB – AL) – A Presidência defere o Requerimento nº 286, de 2006, do Senador Roberto Saturnino, lido na sessão do dia 16 último, nos termos do art. 41 do Regimento Interno.

**O SR. PRESIDENTE** (Renan Calheiros. PMDB – AL) – A Presidência defere o Requerimento nº 275, de 2006, do Senador Morazildo Cavalcanti e outros Senhores Senadores, de realização da Sessão Especial em homenagem à Maçonaria Brasileira a ser realizada no dia 18 de agosto de 2006, pelo transcurso do dia do Maçom.

**O SR. PRESIDENTE** (Renan Calheiros. PMDB – AL) – A Presidência informa ao Plenário que designou o nobre Senador Marcelo Crivella para participar da reunião do Conselho da Justiça Federal, no próximo dia 24 de março, no Rio de Janeiro.

**O SR. PRESIDENTE** (Renan Calheiros. PMDB – AL) – Passa-se à

**ORDEM DO DIA.**

Não houve acordo de Lideranças para a apreciação do item 1 da Ordem do Dia.

São os seguintes os itens sobrestados:

**1**

**PROJETO DE LEI DE CONVERSÃO Nº 2, DE 2006**  
(*Proveniente da Medida Provisória nº 269, de 2005*)  
(*encontra-se sobrestando a pauta, nos termos do § 6º do art. 62 da constituição federal*)

Votação do Projeto de Lei de Conversão nº 2, de 2006 (proveniente da Medida Provisória nº 269, de 2005), que altera as Leis nºs 9.986, de 18 de julho de 2000, que dispõe sobre a gestão de recursos humanos das agências reguladoras; 10.768, de 19 de novembro de 2003, que dispõe sobre o quadro de pessoal da Agência Nacional de Águas – ANA; 10.862, de 20 de abril de 2004, que dispõe sobre a criação do plano especial de cargos da Agência Brasileira de Inteligência – Abin; 10.871, de 20 de maio de 2004, que dispõe sobre a criação de carreiras e organização de cargos efetivos das autarquias especiais, denominadas Agências Reguladoras; 11.182, de 27 de setembro de 2005, que cria a Agência Nacional de Aviação Civil – Anac; 9.074, de 7 de julho de 1995, que estabelece normas para outorga e prorrogações das concessões e permissões de serviços públicos; cria cargos na carreira de diplomata, no plano de cargos para a área de ciência e tecnologia, do Grupo Direção e Assessoramento Superiores – DAS e funções gratificadas – FG; autoriza a prorrogação de contratos temporários firmados com base no art. 81-a da Lei nº 8.884, de 11 de junho de 1994, e no art. 30 da Lei nº 10.871, de 20 de maio de 2004; revoga dispositivos das Leis nºs 5.989, de 17 de dezembro de 1973; 9.888, de 8 de dezembro de 1999; 10.768, de 19 de novembro de 2003; 11.094, de 13 de janeiro de 2005; e 11.182, de 27 de setembro de 2005; e dá outras providências.

Relatora Revisora: Senadora Fátima Cleide.

Prazo final: 13.4.2006.

**2**

**MEDIDA PROVISÓRIA Nº 270, de 2005**  
(*Encontra-se sobrestando a pauta, nos termos do § 6º do art. 62 da Constituição Federal*)

Discussão, em turno único, da Medida Provisória nº 270, de 2005, que abre crédito extraordinário, em favor da Câmara dos Depu-

tados, do Senado Federal, da Presidência da República, dos Ministérios da Fazenda e da Integração Nacional e de Transferências a Estados, Distrito Federal e Municípios, no valor global de oitocentos e vinte e cinco milhões, novecentos e oito mil, novecentos e sessenta e oito reais, para os fins que especifica.

Relator Revisor: Senador Tião Viana.

Prazo final: 14.4.2006.

**3**

**MEDIDA PROVISÓRIA Nº 271, de 2005**  
(*Encontra-se sobrestando a pauta, nos termos do § 6º do art. 62 da Constituição Federal*)

Discussão, em turno único, da Medida Provisória nº 271, de 2005, que autoriza a União a prestar auxílio financeiro complementar aos Estados, ao Distrito Federal e aos Municípios, com o objetivo de fomentar as exportações do País.

Relator Revisor: Senador Wellington Salgado Oliveira.

Prazo final: 25.4.2006.

**4**

**PROJETO DE LEI DE CONVERSÃO Nº 3, DE 2006**  
(*Proveniente da Medida Provisória nº 272, de 2005*)  
(*Encontra-se sobrestando a pauta, nos termos do § 6º do art. 62 da Constituição Federal*)

Discussão, em turno único, do Projeto de Lei de Conversão nº 3, de 2006 (proveniente da Medida Provisória nº 272, de 2005), que altera as Leis nºs 10.355, de 26 de dezembro de 2001, que dispõe sobre a estruturação da Carreira Previdenciária no âmbito do Instituto Nacional do Seguro Social – INSS; 10.855, de 1º de abril de 2004, que dispõe sobre a reestruturação da Carreira Previdenciária, de que trata a Lei nº 10.355, de 26 de dezembro de 2001, instituindo a Carreira do Seguro Social; 10.876, de 2 de junho de 2004, que cria a Carreira de Perícia Médica da Previdência Social e dispõe sobre a remuneração da Carreira de Supervisor Médico-Pericial do Quadro de Pessoal do INSS, 10.997, de 15 de dezembro de 2004, que institui a Gratificação Específica do Seguro Social – GESS; 8.112, de 11 de dezembro de 1990, que dispõe sobre o regime jurídico dos servidores públicos civis da União, das Autarquias e das Fundações Públicas Federais; e fixa critérios temporários para pagamento da Gratificação de Desempenho de Atividade Médico-Pericial – GDAMP.

Relator Revisor: Senador Sérgio Guerra.

Prazo final: 25.4.2006.

## 5

**PROJETO DE LEI DE CONVERSÃO Nº 4, DE 2006**  
*(Proveniente da Medida Provisória nº 273, de 2005)*  
*(Encontra-se sobrestando a pauta, nos termos do § 6º do art. 62 da Constituição Federal)*

Discussão, em turno único, do Projeto de Lei de Conversão nº 4, de 2006 (proveniente da Medida Provisória nº 273, de 2005), que abre crédito extraordinário, em favor do Ministério dos Transportes e de Encargos Financeiros da União, no valor global de quinhentos e dezesseis milhões, cento e trinta e dois mil, novecentos e noventa e quatro reais, para os fins que especifica.

Relator Revisor: Senador João Ribeiro.  
 Prazo final: 26.4.2006.

## 6

**PROJETO DE LEI DE CONVERSÃO Nº 5, DE 2006**  
*(Proveniente da Medida Provisória nº 274, de 2005)*  
*(Encontra-se sobrestando a pauta, nos termos do § 6º do art. 62 da Constituição Federal)*

Discussão, em turno único, do Projeto de Lei de Conversão nº 5, de 2006 (proveniente da Medida Provisória nº 274, de 2005), que acrescenta e altera dispositivos na Lei nº 5.917, de 10 de setembro de 1973, que aprova o Plano Nacional de Viação; revoga o art. 3º da Medida Provisória nº 2.217-3, de 4 de setembro de 2001; e dá outras providências.

Relator Revisor: Senador Romero Jucá.

Prazo final: 28.4.2006.

## 7

**MEDIDA PROVISÓRIA Nº 275, de 2005**  
*(Encontra-se sobrestando a pauta, nos termos do § 6º do art. 62 da Constituição Federal)*

Discussão, em turno único, da Medida Provisória nº 275, de 2005, que altera a Lei nº 9.317, de 5 de dezembro de 1996, que institui o Sistema Integrado de Pagamento de Impostos e Contribuições das Microempresas e das Empresas de Pequeno Porte – Simples, em função da alteração promovida pelo art. 33 da Lei nº 11.196, de 21 de novembro de 2005, e dispõe que o prazo a que se refere o art. 2º da Lei nº 8.989, de 24 de fevereiro de 1995, para reutilização do benefício da isenção do Imposto sobre Produtos Industrializados – IPI, na aquisição de automóveis para utilização no transporte

autônomo de passageiros, bem como por pessoas portadoras de deficiência física, aplica-se inclusive às aquisições realizadas antes de 22 de novembro de 2005.

Relator Revisor: Senador Jefferson Péres.

Prazo final: 28.4.2006.

## 8

**PROJETO DE LEI DE CONVERSÃO Nº 7, DE 2006**  
*(Proveniente da Medida Provisória nº 276, de 2006)*  
*(Encontra-se sobrestando a pauta, nos termos do § 6º do art. 62 da Constituição Federal)*

Discussão, em turno único, do Projeto de Lei de Conversão nº 7, de 2006 (proveniente da Medida Provisória nº 276, de 2006), que abre crédito extraordinário, em favor do Ministério dos Transportes, no valor de trezentos e cinquenta milhões de reais, para os fins que especifica.

Relator Revisor:

Prazo final: 01.05.2006.

## 9

**MEDIDA PROVISÓRIA Nº 277, DE 2006**

Discussão, em turno único, Medida Provisória nº 277, de 2006, que abre crédito extraordinário, em favor dos Ministérios da Agricultura, Pecuária e Abastecimento e das Relações Exteriores, no valor de R\$74.564.000,00 (setenta e quatro milhões, quinhentos e sessenta e quatro mil reais), para os fins que especifica. (Apoio à população atingida pela febre aftosa)

Relator Revisor:

Prazo final: 18.5.2006.

## 10

**SUBSTITUTIVO À PROPOSTA DE EMENDA À CONSTITUIÇÃO Nº 12, DE 2003**

Primeira sessão de discussão, em segundo turno, do Substitutivo à Proposta de Emenda à Constituição nº 12, de 2003, tendo como primeiro signatário o Senador Osmar Dias, que *altera os artigos 21 e 22 da Constituição Federal, para definir a competência da União no ordenamento do Sistema Nacional de Meteorologia e Climatologia.*

Parecer sob nº 5, de 2006, da Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania, Relatora: Senadora Serys Slhessarenko, oferecendo a redação para o segundo turno.

11

**PROPOSTA DE EMENDA À CONSTITUIÇÃO  
Nº 66, DE 2005**

*(Votação nominal, se não houver emendas)*

Quinta e última sessão de discussão, em primeiro turno, da Proposta de Emenda à Constituição nº 66, de 2005, tendo como primeiro signatário o Senador José Jorge (apresentada como conclusão do Parecer nº 2.054, de 2005, da Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania), que *acrescenta o inciso XVI e o § 2º ao art. 52 da Constituição, para atribuir ao Senado Federal competência para indicar membros do Conselho Diretor ou da Diretoria das Agências Reguladoras.*

12

**PROJETO DE LEI DA CÂMARA Nº 96, DE 2005**

Discussão, em turno único, do Projeto de Lei da Câmara nº 96, de 2005 (nº 5.788/2001, na Casa de origem), que *institui o Dia Nacional de Conscientização da Esclerose Múltipla.*

Parecer favorável, sob nº 2.249, de 2005, da Comissão de Educação, Relator: Senador Augusto Botelho, com a Emenda 1-CE, de redação, que apresenta.

13

**PROJETO DE LEI DA CÂMARA Nº 100, DE 2005**

Discussão, em turno único, do Projeto de Lei da Câmara nº 100, de 2005 (nº 3.883/2004, na Casa de origem), que *acrescenta inciso ao art. 473 da Consolidação das Leis do Trabalho – CLT, aprovada pelo Decreto-Lei nº 5.452, de 1º de maio de 1943, para permitir a ausência do trabalhador ao serviço, sem prejuízo do salário, na hipótese de participação em reunião oficial de organismo internacional ao qual o Brasil seja filiado.*

Parecer favorável, sob nº 2.148, de 2005, da Comissão de Assuntos Sociais, Relator: Senador Paulo Paim.

14

**REDAÇÃO FINAL DO  
PROJETO DE LEI DO SENADO Nº 14, DE 2005**

Discussão, em turno único, da Redação Final (apresentada pela Comissão Diretora como conclusão de seu Parecer nº 2.202, de 2005, Relator: Senador Tião Viana), do Projeto de Lei do Senado nº 14, de 2005 (apresentado pela Comissão de Direitos Humanos e Le-

gislação Participativa como conclusão de seu Parecer nº 24, de 2005, Relator: Senador José Maranhão), que *altera a Lei nº 5.917, de 10 de setembro de 1973, que aprova o Plano Nacional de Viação, de modo a incluir, na Relação Descritiva das Rodovias do Sistema Rodoviário Federal, a rodovia que especifica.*

15

**PROJETO DE LEI DO SENADO Nº 174, DE 2000**

*(Incluído em Ordem do Dia nos termos do Recurso nº 21, de 2003)*

Discussão, em turno único, do Projeto de Lei do Senado nº 174, de 2000, de autoria do Senador Luiz Pontes, que *altera a Lei nº 9.656, de 3 de junho de 1998, que dispõe sobre os planos e seguros privados de assistência à saúde* (para assegurar a cobertura de despesas de acompanhante, no caso de paciente menor de dezoito anos, inclusive quando se tratar de internação em unidade de terapia intensiva ou similar).

Pareceres sob nºs 711, de 2003, e 1.515, de 2005, das Comissões

– de Assuntos Econômicos, Relator: Senador Mão Santa, favorável, com a Emenda nº 1-CAE, que apresenta; e

– da Comissão de Assuntos Sociais (em audiência, nos termos do Requerimento nº 336, de 2003), Relator: Senador Leonel Pavan, favorável, com a Emenda nº 2-CAS, que apresenta, com voto contrário, em separado, da Senadora Ideli Salvatti.

16

**PROJETO DE LEI DO SENADO  
Nº 390, DE 2005-COMPLEMENTAR**

Discussão, em turno único, do Projeto de Lei do Senado nº 390, de 2005-Complementar, de autoria do Senador Renan Calheiros e outros Srs. Senadores, que *altera os arts. 1º e 22 da Lei Complementar nº 64, de 1990 – Lei das Inelegibilidades* (dispõe sobre crimes e procedimentos relativos a inelegibilidades e sobre o sistema de prestação de contas eleitorais).

Parecer sob nº 188, de 2006, da Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania, Relator: Senador José Jorge, favorável, com as Emendas de nºs 1 a 5-CCJ, que apresenta, com votos contrários do Senador Romero Jucá e, em separado, do Senador Sibá Machado.

17

**PROJETO DE LEI DO SENADO Nº 15, DE 2006**

(Tramitando nos termos dos arts. 142 e 143 do Regimento Comum)

Discussão, em segundo turno, do Projeto de Lei do Senado nº 15, de 2006, de iniciativa da Comissão Parlamentar Mista de Inquérito da Emigração Ilegal, que *altera o Código Penal para criminalizar o tráfico internacional de pessoas para fins de emigração, e a Lei nº 9.613, de 3 de março de 1998, para inserir a mencionada conduta entre os crimes antecedentes da lavagem de dinheiro.*

18

**REQUERIMENTO Nº 1.355, DE 2005**

Votação, em turno único, do Requerimento nº 1.355, de 2005, do Senador Antonio Carlos Magalhães, solicitando ao Ministro de Estado da Fazenda informações a respeito de operações financeiras eventualmente efetuadas entre o Banco do Nordeste do Brasil (BNB) com a empresa controladora do empreendimento **Beach Park**, localizado em Porto de Dunas, Ceará, ou com qualquer das empresas controladas por ela.

Parecer favorável, sob nº 162, de 2006, da Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania, Relator **ad hoc**: Senador **Romeu Tuma**.

**O SR. EDUARDO SUPLICY** (Bloco/PT – SP) – Sr. Presidente, peço a palavra pela ordem.

**O SR. ALMEIDA LIMA** (PMDB – SE) – Sr. Presidente, peço a palavra pela ordem.

**O SR. EDUARDO SUPLICY** (Bloco/PT – SP) – Eu já havia pedido.

**O SR. PRESIDENTE** (Renan Calheiros. PMDB – AL) – Darei já a palavra, pela ordem, a V. Ex<sup>a</sup>.

O primeiro orador inscrito é o Senador Roberto Saturnino.

Darei a palavra, pela ordem, ao Senador Almeida Lima.

**O SR. EDUARDO SUPLICY** (Bloco/PT – SP) – Também peço a palavra pela ordem, Sr. Presidente.

**O SR. PRESIDENTE** (Renan Calheiros. PMDB – AL) – Em seguida, também darei a palavra a V. Ex<sup>a</sup>.

**O SR. EFRAIM MORAIS** (PFL – PB) – Sr. Presidente, gostaria apenas de saber se está encerrada a Ordem do Dia.

**O SR. PRESIDENTE** (Renan Calheiros. PMDB – AL) – Está encerrada. As Comissões Permanentes

e as Comissões Parlamentares de Inquérito poderão retomar seus trabalhos.

**O SR. EDUARDO SUPLICY** (Bloco/PT – SP) – Sr. Presidente, se me permite o Senador Almeida Lima, eu havia pedido a palavra pela ordem.

**O SR. PRESIDENTE** (Renan Calheiros. PMDB – AL) – Concedo, pois, a palavra a V. Ex<sup>a</sup>.

**O SR. EDUARDO SUPLICY** (Bloco/PT – SP. Pela ordem. Sem revisão do orador.) – Sr. Presidente, eu gostaria de usar da palavra para uma situação de bastante responsabilidade do Congresso Nacional. Por isso, peço, inclusive, a presença do Senador Efraim Morais.

Senador Renan Calheiros, gostaria de apenas um minuto de atenção. Refiro-me à “Hora de o Congresso dizer basta”, editorial de hoje do jornal **O Estado de S. Paulo**, que faz um apelo para que o Legislativo não obedeça à decisão tomada pelo Presidente do Supremo Tribunal Federal, Ministro Nelson Jobim, no que diz respeito ao depoimento do Sr. Francenildo dos Santos Costa.

Gostaria, Sr. Presidente, de expor uma certa preocupação. Não é usual para **O Estado de S. Paulo** recomendar ao Legislativo que descumpra decisão do Supremo Tribunal Federal e de seu Presidente. É o mesmo jornal que, por exemplo, com frequência, solicita ao MST e a outros movimentos sociais que cumpram a lei. Quero dizer que graças às decisões do Ministro Nelson Jobim e do Supremo Tribunal Federal é que a Comissão Parlamentar de Inquérito foi constituída. Efetivamente, o próprio Congresso Nacional procurou atender à decisão do Supremo quando este disse ser necessário respeitar o direito da minoria. Um terço dos Senadores assinaram o requerimento de formação da CPI – e isso foi respeitado. Quero elogiar as posições do Sr. Presidente da CPI dos Bingos, Senador Efraim Morais, sempre respeitando a decisão do Supremo. Podem, perfeitamente, como já foi tomada a iniciativa por parte dos Senadores Arthur Virgílio e outros, procurar garantir o depoimento do Sr. Francenildo por meios que o próprio Legislativo possui, uma vez que foi apresentado um requerimento que amplia a definição do fato determinado...

**O Sr. Almeida Lima** (PMDB – SE) – Senador Eduardo Suplicy...

**O SR. EDUARDO SUPLICY** (Bloco/PT – SP) – (...) o que iria superar aquele obstáculo.

**O Sr. Almeida Lima** (PMDB – SE) – Senador Eduardo Suplicy. É sobre a questão...

**O SR. PRESIDENTE** (Magno Malta. Bloco/PL – ES) – Senador Almeida Lima, como o Senador Eduardo Suplicy está falando pela ordem, V. Ex<sup>a</sup> não pode apartear-lo.



**O SR. EDUARDO SUPLICY** (Bloco/PT – SP) – Concluo, Senador Almeida Lima, apenas dizendo que avalio como próprio que o Congresso Nacional respeite as decisões do Supremo, inclusive para atender o objetivo que o próprio jornal deseja, qual seja, o de se garantir ao Sr. Francenildo dos Santos Costa o direito de ser ouvido inteiramente. Inclusive avaliei que se poderia fazer de forma reservada, mas votei favoravelmente a que ele pudesse ser ouvido. Acho que é importante aqui sabermos exatamente como é que foi fraudado o seu sigilo bancário. A própria CPI e o Senado estão tomando as providências para se conhecer a verdade a respeito. Em poucos dias, saberemos, com as devidas conseqüências.

Mas também creio que teremos condições, respeitando as decisões do Supremo, de desvendar inteiramente a verdade que todos precisamos saber.

Durante o discurso do Sr. Eduardo Suplicy, o Sr. Renan Calheiros, Presidente, deixa a cadeira da presidência, que é ocupada pelo Sr. Magno Malta.

**O SR. ALMEIDA LIMA** (PMDB – SE) – Sr. Presidente, pela ordem.

**O SR. LEONEL PAVAN** (PSDB – SC) – Sr. Presidente, pela ordem.

**O SR. PRESIDENTE** (Magno Malta. Bloco/PL–ES) – Pela ordem, tem a palavra o Senador Almeida Lima e, depois, o Senador Leonel Pavan.

**O SR. ALMEIDA LIMA** (PMDB – SE. Pela ordem. Sem revisão do orador) – Sr. Presidente, solicitei a palavra pela ordem, ainda quando o Senador Renan Calheiros presidia a sessão, porque na verdade a questão se referia e se destinava diretamente a ele. Contudo, como não me foi concedida a palavra, faço uso dela neste instante.

Diante das decisões tomadas no dia de ontem, Sr. Presidente, e diante do que a Agência Reuters, pelo UOL, divulga, a partir das 12 horas e 55 minutos (“Brasília. O Presidente do Senado Renan Calheiros decidiu aprovar, nesta quarta-feira” – hoje, portanto – “requerimento da Líder do PT, Ideli Salvatti, para investigar a eventual movimentação do caseiro Francenildo dos Santos Costas nas dependências do Senado”), eu gostaria de saber se isto aqui tem algum teor de verdade, porque ontem houve uma decisão da Presidência, e a Imprensa está divulgando, Sr. Presidente, que há uma outra decisão. A Mesa pode me dar uma informação?

Repito: ontem, a Senadora Ideli Salvatti formulou um requerimento para ter acesso às fitas, às gravações do circuito interno de televisão do Senado Federal. O Líder do Governo, Senador Aloizio Mercadante, fez um apelo à Senadora no sentido de que retirasse o requerimento. Houve questionamentos e o Presi-

dente Renan Calheiros, antecipando-se a eles, havia afirmado da Presidência que o requerimento já havia sido retirado. Todavia, a Imprensa divulga que hoje, quarta-feira, o Presidente o deferiu. Quero saber a veracidade desse fato.

**O SR. PRESIDENTE** (Magno Malta. Bloco/PL – ES) – Senador Almeida Lima, vamos encaminhar as notas taquigráficas ao Presidente titular. Mas, só para orientar a V. Ex<sup>a</sup>, o requerimento foi retirado pela Senadora Ideli.

**O SR. ALMEIDA LIMA** (PMDB – SE) – O que eu gostaria de tomar conhecimento da pessoa do próprio Presidente é nesse sentido, porque a imprensa divulga algo completamente diferente.

Para tanto, quero comunicar que farei chegar à Mesa, em poucos instantes, requerimento de minha autoria, com base no inciso I do art. 2º da Resolução nº 17, de 1993, que dispõe sobre a Corregedoria Parlamentar, no sentido de ser convidado o Sr. Francenildo dos Santos Costa, para, em audiência pública, prestar esclarecimentos aos Senadores sobre suas visitas ao Senado Federal e as possíveis implicações para a manutenção da ordem e disciplina nas dependências da Casa.

Se o requerimento foi deferido, nada mais correto do que a Corregedoria desta Casa ouvir em audiência pública, para esclarecimentos, o Sr. Francenildo, a fim de sabermos exatamente por onde andou, com quem conversou, o que ouviu e o que falou.

Farei chegar à Mesa agora esse nosso requerimento.

**O SR. PRESIDENTE** (Magno Malta. Bloco/PL – ES) – A Mesa aguarda, nobre Senador.

**O SR. ROMEU TUMA** (PFL – SP) – Como Corregedor, se V. Ex<sup>a</sup> permitir.

**O SR. PRESIDENTE** (Magno Malta. Bloco/PL – ES) – Senador, tem um orador na tribuna. Gostaria de pedir ao Senador Leonel Pavan...

**O SR. LEONEL PAVAN** (PSDB – SC) – Pela ordem, para fazer uma comunicação.

**O SR. PRESIDENTE** (Magno Malta. Bloco/PL – ES) – Vamos ouvir o Senador Saturnino, que está esperando.

**O SR. LEONEL PAVAN** (PSDB – SC) – Um minuto, Presidente.

**O SR. PRESIDENTE** (Magno Malta. Bloco/PL – ES) – Com a palavra o Senador Leonel Pavan. Depois, o orador que está na tribuna.

**O SR. LEONEL PAVAN** (PSDB – SC. Pela ordem. Sem revisão do orador.) – Sr. Presidente, muitas vezes usei a tribuna desta Casa para defender a verticalização. E chamava a atenção do Congresso, especialmente da Câmara, para o fato de que demorou quatro anos

para aprovar a desverticalização. A Câmara aprovou este ano para extingui-la, sem seguir o rito normal das leis. Sem olhar a constitucionalidade, queriam que este ano a verticalização terminasse.

Felizmente, para moralizar a política no Brasil, e esperamos que mudemos de novo, a verticalização vai permanecer por seis votos a zero. Nesta eleição, ainda vamos ter pelo menos o respeito pela consciência do eleitor mais humilde.

Acho que essa decisão faz justiça ao que defendemos: o princípio da ética na política.

**O SR. PRESIDENTE** (Magno Malta. Bloco/PL – ES) – Senador Tuma.

**O SR. ROMEU TUMA** (PFL – SP) – Sr. Presidente, eu pediria licença apenas para solicitar à Mesa e à Secretaria, tendo em vista o pedido do Senador Almeida Lima, que as notas taquigráficas fossem também enviadas à Corregedoria para ver se é necessário ou não o atendimento do requerimento, em razão das ponderações do Senador Almeida Lima.

**O SR. PRESIDENTE** (Magno Malta. Bloco/PL – ES) – Quando o documento de S. Ex<sup>a</sup> chegar, a Mesa vai, junto com as notas taquigráficas, enviar à Corregedoria.

**O SR. HERÁCLITO FORTES** (PFL – PI) – Sr. Presidente, sobre o mesmo assunto, eu faço um apelo, com a devida permissão do Senador, queria fazer um apelo a V. Ex<sup>a</sup> para que acatasse o requerimento do Senador Almeida Lima, porque é exatamente uma maneira de se colocar, de uma vez por todas, um fim nessas suspeitas de entradas e saídas do Sr. Nildo nesta Casa, com quem conversou, o que conversou.

De forma que poderá vir aqui, já de acordo com a convocação, sem justificativa embasada no requerimento feito Senador Tião Viana, e não há nenhum empecilho que ele venha para prestar os esclarecimentos que a Casa deseja, uma vez que não foge ao objetivo da convocação feita pelo nobre Senador Almeida Lima. Eu, pessoalmente, quero agradecer a V. Ex<sup>a</sup> caso acate, porque é muito importante, inclusive para o esclarecimento e para que não haja nenhuma suspeição sobre os colegas Senadores, nos quais eu me incluo.

**O SR. JOSÉ AGRIPINO** (PFL – RN) – Sr. Presidente, pela ordem.

**O SR. PRESIDENTE** (Magno Malta. PL – ES) – Senador Agripino...

**O SR. JOSÉ AGRIPINO** (PFL – RN. Pela ordem. Sem revisão do orador.) – Só para solicitar a minha inscrição, como Líder, após o Senador...

**O SR. PRESIDENTE** (Magno Malta. PL – ES) – O senhor está inscrito e falará após o Senador Roberto Saturnino.

**O SR. PAULO PAIM** (Bloco/PT – RS) – Sr. Presidente, pela ordem.

**O SR. PRESIDENTE** (Magno Malta. PL – ES) – Tem a palavra o Senador Paim.

**O SR. PAULO PAIM** (Bloco/PT – RS. Pela ordem. Sem revisão do orador.) – É um segundo só. Eu encaminhei à Mesa um requerimento de pesar, por falecimento. Eu gostaria de pedir a V. Ex<sup>a</sup> que, dentro do possível, pudesse ser aprovado hoje.

**O SR. PRESIDENTE** (Magno Malta. PL – ES) – Será encaminhado, Senador.

Concedo a palavra ao Senador Roberto Saturnino.

**O SR. ROBERTO SATURNINO** (Bloco/PT – RJ. Pronuncia o seguinte discurso. Sem revisão do orador.) – Sr. Presidente, Sr<sup>as</sup> e Srs. Senadores, a Petrobras, ontem, apresentou uma nota de esclarecimento público a respeito de matérias que haviam sido publicadas pelo jornal **O Estado de S. Paulo**, e que, por falta de oportunidade, não tive condição de ler ontem. Mas o faço agora e vou ler apenas os três primeiros parágrafos, pedindo que o resto da nota seja transcrito na íntegra no meu pronunciamento.

A nota diz o seguinte:

A Petrobras desmente, enfaticamente, informações veiculadas na edição de ontem do jornal **O Estado de S. Paulo**, em manchete de capa e matéria à página 4, sobre a auditoria que o Tribunal de Contas da União realiza em contrato da Companhia [Petrobras] com a GDK Engenharia para a adaptação da plataforma P-34. A matéria repete informações já publicadas por outros veículos e devidamente desmentidas pela Petrobras.

O texto, de autoria do repórter Diego Escosteguy, apóia-se em relatório técnico ainda não submetido a julgamento. De maneira apressada e irresponsável, o repórter desconsidera a defesa da Petrobras, ora em análise pelo Tribunal, e trata o relatório preliminar dos auditores como se fosse uma decisão final do TCU.

Como disse, Sr. Presidente, a nota se desenvolve em detalhamento desses esclarecimentos e peço que seja transcrito na íntegra, no meu pronunciamento.

Sr. Presidente, direi algumas palavras sobre este grande feito da Petrobras, que é a consecução e a obtenção, finalmente, depois de tanto tempo e tanto esforço, da auto-suficiência na produção de petróleo do Brasil em relação ao seu consumo.

Sr. Presidente, trata-se de uma luta. No meu tempo de jovem, o Brasil não tinha petróleo. A Petrobras e suas equipes técnicas e suas direções sucessivas jamais acreditaram nessa asserção e perseguiram obstinadamente, competentemente, tecnicamente, com seriedade e dedicação, o desmentido daquela informação. E eis que o petróleo foi sendo encontra-

do, gradativamente, no Brasil, a começar pela Bahia, finalmente na plataforma submarina, e hoje, com o volume de produção que foi atingido, se consegue obter aquela meta tão almejada pelos brasileiros que é a auto-suficiência.

Isso tudo tem uma história ligada à chamada dependência externa do Brasil. Na medida em que as importações de petróleo pesavam substancialmente na balança de pagamento, essas importações eram as principais responsáveis pelo déficit na balança de pagamento, pelo endividamento do País e pela constante e aprofundada dependência da economia brasileira em relação ao exterior e ao aparelhamento que resultava dessa condição de País dependente.

De forma que, nada mais justo, consentâneo com o próprio júbilo da população brasileira do que comemorar este fato, este feito, com uma campanha, que é da Petrobras, e não do Governo Lula, que é o primeiro a reconhecer que isso é um esforço de 50 anos, mas é da Petrobras e do povo brasileiro, porque é exatamente o coroamento de todos esses anos de esforço que resultou na auto-suficiência e na superação desta situação de dependência externa que a economia, por anos e anos, historicamente viveu.

De forma que se trata, sim, de uma campanha de regozijo, de afirmação da nacionalidade, dos valores de brasilidade que a Petrobras tão bem representa, desde os primeiros passos da sua existência e toda a campanha “O petróleo é nosso”, que envolveu a Nação como um todo, o sentimento nacional mais profundo e mais amplo.

De forma que é justo, sim, que se faça uma grande campanha, que se possibilite e que se dê ensejo ao povo brasileiro de manifestar o seu regozijo, a sua alegria e a sua condição de povo realizado neste particular ponto que foi muito importante na história dos últimos cinquenta anos do Brasil.

Sr. Presidente, isso era o que eu queria aqui deixar: a minha opinião a favor dessa campanha. Que seja uma grande campanha, porque o fato merece. O significado desse feito merece, tendo em vista as suas raízes históricas e todo o esforço feito para que se vencesse esse obstáculo, essa carência fundamental da economia brasileira.

**O Sr. Flexa Ribeiro** (PSDB – PA) – Permita-me um aparte, Senador Roberto Saturnino?

**O SR. ROBERTO SATURNINO** (Bloco/PT – RJ) – Com muito prazer, Senador Flexa Ribeiro.

**O Sr. Flexa Ribeiro** (PSDB – PA) – Nobre Senador Roberto Saturnino Braga, quero me incorporar ao pronunciamento de V. Ex<sup>a</sup>, parabenizando o quadro de técnicos e colaboradores da Petrobras, no momento em que alcança a auto-suficiência de petróleo. E fico mais

tranquilo, Senador Roberto Saturnino, quando V. Ex<sup>a</sup>, em seu brilhante pronunciamento, diz que o Presidente Lula reconhece que isso é um esforço desenvolvido pela sociedade brasileira ao longo de cinquenta anos. E mais do que isso, porque o Presidente Lula deve, sim, fazer a propaganda da auto-suficiência, mas deve dizer que no seu Governo, pelo que foi mostrado pelas revistas, pela mídia, houve um decréscimo acentuado no crescimento da produção de petróleo em relação aos anos anteriores. Então, eu diria que Sua Excelência poderia, na campanha que será feita, também dizer que, apesar do Governo Lula, a Petrobras alcança a auto-suficiência agora, a partir de 2006. Parabéns, Senador Roberto Saturnino.

**O SR. ROBERTO SATURNINO** (Bloco/PT – RJ) – Senador Flexa Ribeiro, no momento em que se faz uma campanha de regozijo, é claro que não se vai colocar nela alguma expressão negativa como “apesar de”. É claro que não. Mas, a própria consciência do povo vai entender isso. Não depende do Presidente Lula, nem do Presidente da Petrobras, nem da empresa de marketing. Não depende. Eu confio na consciência do povo, que conhece a história e sabe perfeitamente que essa é uma história de cinquenta anos e que chegou ao momento no Governo Lula. E vamos comemorar isso e reconhecer que também há um mérito no Governo Lula e nas gestões da direção da Petrobras, no seu Governo. Mas, é claro que isso vem de um esforço de cinquenta anos.

Então, não nos preocupemos por isso, porque a consciência popular é mais desenvolvida do que pensam os que estão receando que essa campanha possa ter alguma influência eleitoral. Eu não penso assim. Confio na inteligência do povo brasileiro.

**O Sr. Antonio Carlos Valadares** (Bloco/PSB – SE) – V. Ex<sup>a</sup> pode me conceder um aparte, Senador Roberto Saturnino?

**O SR. ROBERTO SATURNINO** (Bloco/PT – RJ) – Com muito prazer.

**O Sr. Antonio Carlos Valadares** (Bloco/PSB – SE) – Senador Saturnino, V. Ex<sup>a</sup> enfoca um assunto que traz ao âmbito do nosso Senado uma agenda realmente positiva, um debate construtivo relacionado justamente com uma empresa que tem sido o orgulho nacional. Desde a sua instituição, na década de cinquenta, no governo do Presidente João Goulart, a Petrobras tem sido uma empresa que cresce ano a ano e que dá orgulho a todos nós, principalmente porque tem um corpo técnico realmente preparado, dedicado. O Brasil conseguiu, por meio de sua tecnologia de águas profundas, dar uma lição ao mundo inteiro. Hoje temos a Bacia de Campos, no litoral do Rio de Janeiro, onde a Petrobras está provando por

“a” mais “b” que a sua tecnologia está dando certo, retirando de águas profundas o chamado ouro negro, tão importante para resolver a questão energética em nosso País. Quando o Governo, o nosso Presidente Lula se refere à comemoração da auto-suficiência do nosso petróleo – eu até já disse a pessoas autorizadas do Governo –, devemos ter o máximo de cuidado para não criarmos no povo falsas expectativas de que, diante da superação desse problema, que é o volume de petróleo igual ao consumo, ou seja, a produção igual ao consumo, de imediato, a gasolina e o óleo *diesel* vão baixar. É preciso muito cuidado com essa comemoração, mostrando apenas que também o Brasil vai ser obrigado a importar petróleo, porque o nosso não é assim de tão grande qualidade. Portanto, parte será vendido para se comprar um de melhor qualidade, mais fino, para a produção de óleos especiais e da própria gasolina. Assim, parabênizo V. Ex<sup>a</sup>. Este é um momento, sim, em que nós brasileiros podemos nos orgulhar de uma empresa nossa, autenticamente brasileira. Houve pessoas aí que lutaram, sem dúvida alguma, pela privatização da Petrobras. Eu fui um dos primeiros que se rebelaram, no Governo Fernando Henrique Cardoso, quando tudo já estava armado para a venda da Petrobras. Eu apresentei, na Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania, uma proposta de emenda à Constituição dizendo que se podia quebrar o monopólio, como se quebrou, mas jamais vender a Petrobras. Em razão dessa emenda aprovada pela Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania, o Senado Federal realmente pressionou o Presidente da República, que, então, entregou os pontos e mandou para todos nós uma carta dizendo que enquanto ele fosse Presidente jamais mandaria um projeto de privatização. E realmente o Presidente Fernando Henrique Cardoso cumpriu sua palavra, sua promessa, e os Senadores, por unanimidade, aplaudiram aquele ato. Portanto, eu quero parabenizar V. Ex<sup>a</sup> e enaltecer esse elogio merecido que faz à Petrobras.

**O SR. ROBERTO SATURNINO** (Bloco/PT – RJ)

– Eu também o parabenizo pelo aparte. V. Ex<sup>a</sup> trouxe informações paralelas a toda essa história, mas que são importantes e que são também de conhecimento da consciência do povo brasileiro. Eu acredito muito na inteligência do povo, que sabe de tudo e reconhece os méritos, principalmente o mérito da Petrobras, do seu corpo técnico e das suas sucessivas direções.

Sr. Presidente, peço a V. Ex<sup>a</sup> mais dois minutos porque vou me referir também a um outro fato relacionado com a Petrobras: a decisão de implantar, no Estado do Rio de Janeiro, a Refinaria Petroquímica, um investimento realmente muito grande que vai somar mais de US\$6 bilhões, com desdobramentos. Haverá

a criação de oportunidades para o desenvolvimento da indústria petroquímica a partir dessa implantação, porque trata-se de uma refinaria do óleo pesado para produzir matérias-primas da indústria petroquímica.

Essa refinaria era para ter sido instalada no Porto de Itaguaí. Continuo pensando que é a melhor solução, porque o Porto de Itaguaí será o melhor e o maior porto da América do Sul pelas condições físicas e técnicas que tem.

A pressão foi feita pelo Governo do Estado. Não entendo essa postura do Governo do Estado de estar sempre a brigar com a Petrobras. Ela é a empresa que mais realiza investimentos no Estado do Rio de Janeiro, e o Governo do Estado sempre a criar problemas com a Petrobras, seja nos oleodutos – acabou impedindo a sua realização –, seja numa cobrança de imposto que agora está inventando e na própria oposição à refinaria de Itaguaí, criando dificuldades de natureza ambiental. Sabemos que essas dificuldades são inteiramente superáveis a partir do exemplo de Cubatão, que foi o símbolo da cidade poluída no Brasil. Hoje em dia, essa poluição não existe mais. Aquela é uma cidade que tem um ar limpo como qualquer outra do Brasil.

Técnica e economicamente é possível superar os problemas ambientais, mas o Governo do Estado forçou o impedimento da refinaria de Itaguaí para que ela fosse localizada em Campos, que é o reduto eleitoral da família Garotinho. Ocorre que Campos não tem porto, e a localização no norte do Estado é inviável por essa razão fundamental.

Então, a Petrobras e seu sócio privado, que é o Grupo Ultra, acabaram por decidir uma localização na Baixada Fluminense, em Itaboraí, mas a certa distância do porto. Desde que se faça a fundamental Rodovia 493, que circundará a capital, o Rio de Janeiro, é uma solução perfeitamente técnica e viável. É preferível que seja decidida essa localização a continuar o impasse e a Petrobras decidir fazer o investimento em outro Estado do País. O Estado do Rio de Janeiro, meu Estado, perderia esse investimento, que é fundamental e que será o maior alavancador da economia fluminense nos próximos vinte anos.

Manifesto meu regozijo em relação a essa decisão da Petrobras e peço a transcrição da nota de esclarecimento publicada ontem. Expresso também meu regozijo pelo cumprimento da meta de auto-suficiência e pela campanha de promoção que, muito justamente, será feita, para satisfação do povo e da Nação brasileira.

Obrigado, Sr. Presidente.

**DOCUMENTO A QUE SE REFERE O  
SR. SENADOR ROBERTO SATURNINO EM  
SEU PRONUNCIAMENTO.**

*(Inserido nos termos do art. 210, inciso I e § 2º, do Regimento Interno.)*

## **PETRÓLEO BRASILEIRO S.A. PETROBRAS**

### **Esclarecimento Público**

A Petrobras desmente, enfaticamente, informações veiculadas na edição de ontem do jornal *O Estado de S. Paulo*, em manchete de capa e matéria à página 4, sobre auditoria que o Tribunal de Contas da União (TCU) realiza em contrato da Companhia com a GDK Engenharia para a adaptação da Plataforma P-34. A matéria repete informações já publicadas por outros veículos e devidamente desmentidas pela Petrobras.

O texto, de autoria do repórter Diego Escosteguy, apóia-se em relatório técnico ainda não submetido a julgamento. De maneira apressada e irresponsável, o repórter desconsidera a defesa da Petrobras, ora em análise pelo Tribunal, e trata o relatório preliminar dos auditores como se fosse uma decisão final do TCU.

Porém, ao contrário do que faz supor a matéria, o processo ainda não foi julgado e, portanto, não há decisão sobre a existência de qualquer irregularidade. As conclusões apresentadas na reportagem são de responsabilidade do jornalista, que lamentavelmente transforma a liberdade de imprensa, essencial à democracia, em instrumento de execução sumária, prática tipicamente ditatorial.

#### **A seguir, os esclarecimentos:**

**Superfaturamento** – Não houve superfaturamento na contratação da GDK. A empresa venceu a licitação com um preço de US\$ 10 milhões inferior ao da segunda melhor proposta. Os auditores do TCU utilizaram metodologia de cálculo diferente da que foi prevista no edital de licitação e, por isso, chegaram a valores diferentes para a obra. Eles não consideraram, por exemplo, a incidência de tributos que foram insendos de forma correta no orçamento da Petrobras, conforme previsto no edital de licitação.

**Favorecimento à GDK** – Os auditores do TCU afirmam que erros encontrados no orçamento da Petrobras teriam favorecido a GDK. Não houve erro e tampouco favorecimento. A avaliação do TCU baseia-se em método de orçamentação distinto do que pratica a Companhia e, por isso, obtém resultados diferentes.

**Inspecção e reparo de casco** – O serviço de inspecção e reparo do casco da P-34, considerado ~~indivíduo~~ pelo TCU, foi apontado como necessário pela empresa certificadora do navio, de acordo com parâmetros internacionais, e foi devidamente executado e pago, conforme comprova documentação encaminhada ao TCU.

**Suspensão de pagamentos e multa** – É mentirosa a afirmação de que o TCU recomendou a suspensão dos pagamentos à contratada e aplicação de multa ao presidente da Petrobras. O pedido foi feito pelos auditores, mas não foi aceito pelo relator, ministro Guilherme Palmeira, que preferiu ouvir os argumentos da Petrobras antes de decidir sobre o assunto.

**Silvio Pereira** – É mentirosa a afirmação de que o ex-secretário-geral do PT, Silvio Pereira, teria tido qualquer participação na escolha de dirigente da Companhia. Os integrantes da Diretoria Executiva são indicados pelo acionista controlador e aprovados pelo Conselho de Administração da Petrobras. O repórter reforça o caráter ficcional de seu texto ao tentar estabelecer conexão entre o presente dado a Silvio Pereira e o contrato da Petrobras com a GDK. Não há qualquer prova que sustente tal conexão. A GDK presta serviços à Petrobras desde 1994, e assim como venceu a licitação para a obra na P-34, perdeu outras.

As contratações da Petrobras obedecem rigorosamente à legislação. Seus processos envolvem dezenas de profissionais e estão submetidos a auditoria não apenas do TCU, mas de auditores externos e órgãos reguladores dos mercados de capital do Brasil e dos Estados Unidos, além de dezenas de analistas.

**O SR. LEONEL PAVAN** (PSDB – SC) – Sr. Presidente, peço a palavra pela ordem.

**O SR. PRESIDENTE** (Magno Malta. Bloco/PL – ES) – Concedo a palavra a V. Ex<sup>a</sup>.

**O SR. LEONEL PAVAN** (PSDB – SC. Pela ordem. Sem revisão do orador.) – Sr. Presidente, estou inscrito para falar pela Liderança do PSDB após a Ordem do Dia. A autorização está na Mesa. Fiz a inscrição bem antes da Ordem do Dia. Usarei, no máximo, cinco minutos.

**O SR. PRESIDENTE** (Magno Malta. Bloco/PL – ES) – Senador Leonel Pavan, o Senador José Agripino é titular como Líder. S. Ex<sup>a</sup> tem prioridade. Em seguida, V. Ex<sup>a</sup> terá a palavra.

**O SR. LEONEL PAVAN** (PSDB – SC) – Sem dúvida alguma. O Senador José Agripino sempre terá prioridade nesta Casa.

**O SR. JOSÉ AGRIPINO** (PFL – RN) – Sr. Presidente, se o Senador Leonel Pavan desejar falar logo, posso aguardar e falar em seguida a S. Ex<sup>a</sup>.

**O SR. PRESIDENTE** (Magno Malta. Bloco/PT – ES) – Concedo a palavra ao Senador Leonel Pavan. Senador Mão Santa, V. Ex<sup>a</sup> pediu a palavra pela ordem?

**O SR. MÃO SANTA** (PMDB – PI) – S. Ex<sup>a</sup> já foi anunciado. Aguardarei. Obrigado pela generosidade.

**O SR. LEONEL PAVAN** (PSDB – SC. Pela Liderança do PSDB. Sem revisão do orador.) – Sr. Presidente, Sr<sup>as</sup> e Srs. Senadores, quero agradecer a gentileza ao nobre Líder do PFL, Senador José Agripino, um dos grandes Líderes do Congresso Nacional.

Amanhã, quinta-feira, Florianópolis vai completar 280 anos. Como não estarei aqui para prestar essa homenagem – e amanhã será feriado em Florianópolis – eu quero fazer o registro hoje. Agradeço, sensibilizado, a oportunidade que o Presidente me dá.

É sempre com imenso prazer que, quando retorno ao meu querido Estado de Santa Catarina, visito a querida Florianópolis.

Nossa Florianópolis completa, nessa quinta-feira, 280 anos – mais bela, mais vigorosa e dinâmica do que nunca, e cada vez mais jovem, porque sabe retirar de suas ricas raízes força suficiente para renovar-se a cada dia.

De suas origens bandeirantes, ainda no século XVII, passando pela contribuição açoriana, no século XVIII, e pela chegada dos imigrantes, sobretudo alemães, no século XIX, o povoado de Nossa Senhora do Desterro foi criando, aos poucos, uma identidade única que hoje constitui um de seus atrativos e uma de suas forças.

Nesses quase três séculos, a pequena Vila de Nossa Senhora do Desterro do século XVIII acabou por

se transformar, no século XXI, em um dos melhores lugares para se viver no Brasil. Hoje, Santa Catarina é o Estado brasileiro com o maior Índice de Desenvolvimento Humano, tendo ultrapassado, no ano passado, o nosso querido Distrito Federal. Florianópolis, em particular, está entre as regiões metropolitanas com maior qualidade de vida. Não é por acaso que nossa capital se tornou um dos lugares mais desejados do País para se fixar moradia.

Aliás, Florianópolis não é um objeto de desejo apenas para quem procura levar uma vida de mais qualidade; é também, hoje, um dos destinos turísticos mais procurados do Brasil – o que não é dizer pouco em um país tão cheio de atrativos como é o Brasil.

Enfim, desejada pelos que lá não vivem, admirada pelas multidões que a visitam todo ano e enchem suas praias no verão, amada por seu povo, Florianópolis é motivo de orgulho para todos os catarinenses e para todos os brasileiros, exemplo de um Brasil que pode prosperar com trabalho, dedicação, amor à comunidade e boa administração.

Aproveito o ensejo para cumprimentar e felicitar o Prefeito Dário Berger e seu Vice, Bitá Pereira, ambos do PSDB, e toda a equipe da Prefeitura de Florianópolis, pela magnífica administração que vêm realizando, bem como os ex-prefeitos, pelo excelente trabalho que realizaram.

Em épocas de profunda decepção com a política, como esta que vivemos; em momentos como este pelo qual passa o País, em que o ceticismo e o desapontamento dos cidadãos é respondido muitas vezes com cinismo e indiferença pelos governantes mais altos; em épocas como esta, eu dizia, é reconfortante encontrar exemplos de administradores públicos competentes, como encontramos, para nosso orgulho, em nossa querida capital Barriga Verde, Florianópolis.

Cumprimento o Prefeito, o Vice-Prefeito e todos os moradores dessa bela cidade. E aproveito a oportunidade para também cumprimentar os Vereadores de Florianópolis, os atuais e os ex-Vereadores, na pessoa do seu jovem Presidente, Vereador Marcílio Ávila.

Devo, inclusive, agradecer à Câmara Municipal, que me prestará, nessa quinta-feira, uma lembrança muito grande, concedendo-me o título de Cidadão Honorário de Florianópolis. Estarei lá amanhã para receber esse título. Eu, que sou gaúcho, recebi, recentemente, o título de Cidadão Catarinense. E agora, com muita alegria, vou receber o título de Cidadão Honorário de Florianópolis.

Agradeço ao Senador José Agripino por me permitir essa oportunidade para homenagear essa tão bela cidade, o povo de Florianópolis, os “manezinhos da ilha”, como dizem, e também toda a imprensa daquela

cidade, a administração pública, a Justiça, os homens de bem, aqueles que fizeram muito por Florianópolis e por Santa Catarina.

Parabéns Florianópolis, que, nessa quinta-feira, será homenageada por todos pelos seus 280 anos!

Obrigado, Sr. Presidente Senador Flexa Ribeiro, grande Senador pelo Estado do Pará.

Durante o discurso do Sr. Leonel Pavan, o Sr. Magno Malta, deixa a cadeira da presidência, que é ocupada pelo Sr. Flexa Ribeiro.

**O SR. MÃO SANTA** (PMDB – PI) – Senador Flexa Ribeiro, o Presidente que o antecedeu, Senador Magno Malta, já havia nos concedido a palavra pela ordem.

**O SR. PRESIDENTE** (Flexa Ribeiro. PSDB – PA) – Já concederei a palavra pela ordem, Senador. Apenas quero agradecer ao nobre Senador Leonel Pavan e associar-me às homenagens que S. Ex<sup>a</sup>, que tão bem representa, no Senado Federal, o povo de Santa Catarina, presta à cidade de Florianópolis.

Com a palavra, pela ordem, o Senador Mão Santa.

**O SR. MÃO SANTA** (PMDB – PI. Pela ordem. Sem revisão do orador.) – Senador Flexa Ribeiro, é apenas para comunicar que o Presidente do Tribunal de Justiça do Estado do Rio de Janeiro, Desembargador Sérgio Cavalieri Filho, convida para a solenidade de denominação do Primeiro Tribunal do Júri Ministro Evandro Lins e Silva e para a inauguração do seu busto no Salão dos Passos Perdidos, situado no primeiro andar do antigo Palácio da Justiça, à rua Dom Manoel, nº 29, Centro, Rio de Janeiro, amanhã, dia 23 de março, às 17 horas.

Estarei presente e representando, com muita honra, o Presidente da Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania deste Senado, Senador Antonio Carlos Magalhães, e o Presidente do meu Partido, Michel Temer. Faço esta comunicação por ser parnaibano o Ministro Evandro Lins e Silva. O jurista que pode se igualar a Rui Barbosa é parnaibano. Estarei representando também esse extraordinário líder do Piauí, Heráclito Fortes, cujo avô era um jurista respeitável da história da Justiça do Piauí.

Evandro Lins e Silva nasceu na ilha Santa Isabel, a maior ilha do Delta do Parnaíba. Ele se formou pela Faculdade de Direito do Rio de Janeiro, hoje Faculdade Nacional de Direito. Foi membro da Academia de Letras. Foi correspondente da ONU no Brasil para matéria penal e penitenciária. Foi mais: Procurador-Geral da República, de setembro de 1961 a janeiro de 1963, Chefe do Gabinete Civil da Presidência da República quando o Presidente era João Goulart, Ministro das Relações Exteriores e Ministro do Supremo Tribunal Federal.

Nenhum o excedeu.

Foi autor de vários livros: **A Defesa tem a Palavra, Arca de Guardados e O Salão dos Passos Perdidos**.

Foi também fundador do PSB, em 1947.

Vários políticos foram libertados durante a ditadura pela coragem e competência de Evandro Lins e Silva. Agora, em respeito ao Senador Magno Malta, que presidia a sessão e que nos concedeu esta oportunidade, busquei uma mensagem de Evandro Lins e Silva que muito tem a ver com a vida política desse homem que combate o crime. Assim, Evandro Lins e Silva deixou escrito:

As estatísticas atuais são alarmantes. A pena de prisão é um remédio opressivo e violento, de consequências devastadoras sobre a personalidade humana, e que deve ser aplicada, como verdadeira medida de segurança, só aos reconhecidamente perigosos. Se não a pudermos eliminar de uma vez, só devemos conservá-la para os casos em que ela é indispensável (...)

Há, hoje, um consenso universal, a partir da Organização das Nações Unidas, que preconiza a adoção de penas alternativas, em substituição à pena de prisão, destinada esta, última *ratio*, para a segregação dos delinquentes criminosos.

**O SR. PRESIDENTE** (Flexa Ribeiro. PSDB – PA) – Depois do brilhante pronunciamento feito, no pedido da palavra pela ordem, pelo nobre Senador Mão Santa, do PMDB do Piauí, concedo a palavra ao Líder...

**O SR. PAULO PAIM** (Bloco/PT – RS) – Sr. Presidente, peço a palavra pela ordem.

**O SR. PRESIDENTE** (Flexa Ribeiro. PSDB – PA) – Concedo a palavra, pela ordem, ao Senador Paulo Paim.

**O SR. PAULO PAIM** (Bloco/PT – RS. Pela ordem. Sem revisão do orador.) – Sr. Presidente, é apenas para informar à Mesa que está sendo entregue a V. Ex<sup>a</sup> um documento que vai permitir que eu fale, em nome da Senadora Serys Slhessarenko, pela Liderança do Partido dos Trabalhadores.

Ao mesmo tempo, informo que o Supremo Tribunal Federal acabou de decidir pela verticalização.

**O SR. PRESIDENTE** (Flexa Ribeiro. PSDB – PA) – V. Ex<sup>a</sup> já está inscrito pela Liderança do PT, Senador Paulo Paim.

Concedo a palavra ao nobre Senador José Agripino, Líder do PFL.

**O SR. JOSÉ AGRIPINO** (PFL – RN. Como Líder. Sem revisão do orador.) – Sr. Presidente, Sr<sup>as</sup> e Srs. Senadores, faz dez dias que, nas páginas dos jornais, vemos apenas matérias sobre o caseiro Francenildo, o que ele disse, o que provocou com o que disse, sobre a defensiva do Governo, sobre o fato de o Presidente

ter dito que Palocci fica. Enquanto isso, os fatos vão sendo esclarecidos, a Comissão Parlamentar de Inquérito vai fazendo sua parte, a imprensa vai fazendo sua parte e o País vai andando.

Mas, Sr. Presidente, estamos assistindo, na verdade, a um escândalo de dois andares. Senadora Lúcia Vânia, Francenildo, um brasileiro, de profissão caseiro, que ganha um pouco mais de R\$ 700,00 por mês, foi, voluntariamente, à CPI e disse que o Ministro Palocci ia à casa, sim, que o encontrou 10 ou 20 vezes – disse que jurava isso até a morte –, diferentemente do que disse o Ministro, que afirma, peremptoriamente, que nunca esteve lá. Disse também que o Sr. Buratti ia lá, que o Sr. Poletto era o seu patrãozinho, que o Sr. Caio, um “bingueiro” angolano, aquele da doação de R\$ 1 milhão para a campanha do PT, ia lá transportado pelo Poletto. Daí a ligação com a CPI dos Bingos. O Francenildo reafirma tudo.

De repente, não mais do que de repente, Senador Flexa, aparece o segundo andar do escândalo. No final da semana passada, esta Casa foi violentada por uma ação levada a efeito por um colega nosso, que pediu ao Supremo que interrompesse o depoimento de Francenildo, depoimento que ele já prestou quase todo. Talvez ainda tenha algo a dizer. Mas o fato é que o depoimento foi interrompido. A repercussão foi negativa e a notícia que ficou era um aviso para que se esperasse o que viria no final de semana.

No final de semana, veio a informação de que Francenildo tinha recebido R\$ 20 mil ou R\$ 25 mil na sua conta. Exibiam os depósitos na conta de Francenildo, um rapaz modesto, caseiro, um homem do povo, o mesmo povo a que se refere, com tanta energia, o Presidente Lula, que, na minha opinião, é quem comanda uma ação de humilhação ao caseiro Francenildo.

Okamoto está denunciado, mas não há meio de se conseguir quebrar seu sigilo por pressão do Governo. Mas o Francenildo, homem do povo, a quem Lula, Presidente do povo, se refere com tanta freqüência, é desmoralizado com a quebra do seu sigilo, exposto ao Brasil inteiro, com a insinuação de que ele teria se vendido para dar aquelas informações.

Tudo que o Governo não esperava era que o Francenildo tivesse aqueles boletinhos que eu queria que Okamoto tivesse.

Okamoto, você está desafiado a apresentar os mesmos boletos que o brasileiro, caseiro, Francenildo exibiu ao Brasil inteiro. Desarmaram toda essa questão os recibos dos depósitos que ele diz que foram feitos pelo seu pai biológico. Sobre essa paternidade há uma dúvida, mas pouco importa. O que importa é que esse suposto pai confirma que teria transferido esse dinheiro. Foi desmascarada a farsa que o Governo tentou mon-

tar para desqualificar o depoimento de Francenildo, que se contrapôs à palavra do Ministro Palocci, que perdeu a credibilidade para manter-se Ministro. Mas o que ficou foi uma coisa muito mais forte. Ficou para o mundo inteiro e para o Brasil, para os pobres do Brasil, que pobre neste Governo não tem direito nem garantia individual. Se for pobre, não. Rico e poderoso como Okamoto tem. Se é rico, se tem dinheiro para pagar as contas de Lula, para pagar as contas de Lurian, a filha de Lula, se tem dinheiro para dar contribuição à campanha de Vicentinho, aí não! Aí ele está protegido! Agora, foi pobre, foi caseiro... Da boca para fora Lula tem uma conversa, mas na ação é outra, porque quebra é o sigilo para tentar desmoralizar. Só que há um detalhe: aí as garantias individuais estão comprometidas, Sr. Presidente. E cabe a nós investigar o primeiro e o segundo andares do escândalo. O primeiro andar é o confronto da palavra do caseiro com a do Palocci. Vai haver segunda sessão, terceira sessão, quarta sessão. Vai haver investigação completa. É uma questão de termos paciência e agirmos com racionalidade, sem politicagem, com a mira no interesse público, que está indignado.

A sociedade brasileira está indignada com o fato de o caseiro ter dito uma coisa e, logo depois, ter sido penalizado com a quebra do seu sigilo bancário. Quer dizer, as garantias dele não existem, porque ele é um caseiro, porque ele é pobre.

Então, Senador Flexa Ribeiro, o que está em jogo, na verdade, na verdade, são as garantias individuais do cidadão. O que aconteceu? A Caixa Econômica Federal, o banco estatal com vinculação direta ao Ministério da Fazenda – ocupado pelo Ministro Palocci, que deve ter o controle completo das ações do Banco do Brasil, do Banco da Amazônia, do Banco do Nordeste e da Caixa Econômica –, não se sabe por que portas ou travessas, forneceu, e uma revista publicou, a quebra do sigilo, o extrato das contas de Francenildo.

Agora vem a minha indignação. Uma comissão de Senadores foi à Caixa Econômica e obteve dos seus dirigentes o compromisso de, em 15 dias, receberem uma explicação.

Senador Flexa, V. Ex<sup>a</sup> deve conhecer bancários.

Deputado ACM Neto, V. Ex<sup>a</sup> conhece bancários, não conhece? V. Ex<sup>a</sup> deve ter bancários nas suas relações.

Senador Heráclito, converse com um bancário que V. Ex<sup>a</sup> conhece e pergunte a ele, se ele for da área, em quanto tempo ele pode ter acesso às contas para fazer registros de saques ou depósitos. Ele tem acesso em cinco, dez, quinze minutos. Se a conta do correntista estiver disponível para que o funcionário do



banco faça o registro de depósito ou saque, em cinco minutos ele faz a operação. Com o mesmo tempo em que ele faz a operação, ele pode entrar na conta do correntista para fazer triagem e ver quem mexeu, quem bisbilhotou, quem fez alguma investigação naquela conta daquele correntista.

Pois pediram.

Converse com um bancário, Senador Luiz Pontes. Converse com um bancário amigo seu e pergunte se ele não faz rapidinho. Pediram 15 dias para fazer uma operação que qualquer bancário sabe que leva 10 minutos. Pela informática, pelos meios eletrônicos, pela sofisticação do sistema financeiro brasileiro, um dos mais sofisticados do mundo, o rastreamento, o controle é perfeito, é absoluto. Pode-se fazer rapidamente. Pois a comissão de Senadores que foi à Caixa ouviu que são necessários quinze dias para oferecer a informação.

Senador Heráclito, sabe a que isso está me cheirando? Quinze dias é prazo para ou fabricar uma versão ou produzir um bode expiatório, um “delubião”, um “silvinho”, para justificar esse erro que Jaques Vagner, Ministro, e que Márcio Thomaz Bastos, Ministro, condenam tanto da boca para fora, como se eles não tivessem nenhuma relação com isso, nenhuma. Não têm relação alguma com isso. Mas, para dar informação que pode chegar em dez minutos, pedem quinze dias.

Daí, Senador Heráclito, termos aprovado uma convocação que talvez esteja criando confusão na cabeça de algumas pessoas. Deputado ACM Neto, em vez de votarmos o requerimento de convocação do Presidente da Caixa, votamos o requerimento da Sr<sup>a</sup> Clarice Coppetti, que é Vice-Presidente de Tecnologia. Para quê? Para fazermos o trabalho correto, sem política.

Quem é a pessoa que pode dar informações precisas sobre o que houve com a conta do Sr. Franzenildo? O que aconteceu? Quem meteu o bedelho ali? Quem expôs, de forma perversa, para ele ser mal interpretado, as contas dele ao Brasil inteiro? É possível responder.

Ela, como Vice-Presidente de Tecnologia, é uma pessoa da intimidade do Presidente, é casada com o Sr. Alvarez, companheiro do Presidente Lula que trabalha no Palácio do Planalto, na Presidência da República. É uma pessoa importante e deve ser competente. Tem vinculações íntimas com o Presidente Lula. Essa senhora que está convocada tem informações preciosas para esclarecer a dúvida da opinião pública, o pensamento da sociedade brasileira.

*(O Sr. Presidente faz soar a campainha.)*

**O SR. JOSÉ AGRIPINO** (PFL – RN) – Já vou concluir, Sr. Presidente.

**O Sr. Heráclito Fortes** (PFL – PI) – Permite-me V. Ex<sup>a</sup> um aparte?

**O SR. JOSÉ AGRIPINO** (PFL – RN) – Eu queria, Senador Heráclito Fortes, que a Sr<sup>a</sup> Clarice Coppetti, cujo requerimento foi aprovado hoje e é Vice-Presidente de Tecnologia, não usasse esse período de 48 horas de prazo a que tem direito para vir à Comissão. É uma informação facilíssima que qualquer bancário pode dar. Ela informaria ao Brasil e eliminaria essa dúvida e o segundo andar do escândalo, ou esclareceria qual é o segundo andar do escândalo.

Eu queria que a Sr<sup>a</sup> Clarice viesse amanhã, às dez da manhã, conforme o Presidente Efraim Moraes pautou. Aí, o Governo começaria a dar uma demonstração clara de que realmente tem interesse em esclarecer esse fato.

Concedo, com muito prazer, o aparte ao Senador Heráclito Fortes.

**O Sr. Heráclito Fortes** (PFL – PI) – Senador José Agripino, V. Ex<sup>a</sup> me citou e disse que eu deveria conhecer bancários. Não só conheço, como sou de uma família de bancários. Três irmãos meus foram funcionários do Banco do Brasil, e um deles foi, inclusive, no Governo Sarney, Diretor da Caixa Econômica. Daí por que tenho um relacionamento muito aberto não só com os funcionários do Banco do Brasil como também da Caixa Econômica. V. Ex<sup>a</sup> não imagina o ambiente de revolta, de decepção no corpo de funcionários daquela casa, tradicional e respeitada. V. Ex<sup>a</sup> precisa imaginar a indignação com que esse pessoal está vendo essa instituição ser exposta, e a revolta que essa casa demonstra é mínima diante da revolta dos próprios funcionários, porque se quebrou exatamente uma coisa grave, que é o sigilo.

**O SR. JOSÉ AGRIPINO** (PFL – RN) – A credibilidade da instituição.

**O Sr. Heráclito Fortes** (PFL – PI) – A credibilidade da instituição. Tenho certeza de que os próprios funcionários da Caixa não vão permitir novas manobras na calada da noite, para que essa questão não seja esclarecida. Sou um dos que torce para que o mais rapidamente isso ocorra, até para que alguns caluniadores ou alguns diversificadores de fatos possam dormir sabendo exatamente a verdade. Parabenizo V. Ex<sup>a</sup> pelo pronunciamento.

**O SR. JOSÉ AGRIPINO** (PFL – RN) – Agradeço ao Senador Heráclito Fortes o sempre sensível aparte, que transmite o sentimento que é importante registrar do bancário da Caixa Econômica Federal, que está vendo o nome de sua instituição ser levado, pelos meios de comunicação, a uma interpretação, no

mínimo, desmeritória, porque a Caixa Econômica, a Nossa Caixa, seria um instrumento de fácil fraude. Os funcionários da Caixa Econômica, instituição com dezenas de anos de fundação, não mereciam o tratamento que lhes está dando este Governo do PT.

Concedo, com muito prazer, o aparte do Senador Rodolpho Tourinho.

**O Sr. Rodolpho Tourinho** (PFL – BA) – Senador José Agripino, gostaria de contribuir um pouco com esta discussão sobre a quebra do sigilo bancário e trazer minha experiência nesta área. Não se precisa ter a experiência que tive de vários anos em banco para afirmar a V. Ex<sup>a</sup> o que vou afirmar. Alguém, com pouca experiência bancária, afirmaria o mesmo a V. Ex<sup>a</sup>. Em primeiro lugar, em qualquer banco, em qualquer lugar do mundo, qualquer funcionário de chefia – depende do banco –, gerente ou chefe do setor de conta corrente, tem acesso às contas de qualquer cliente. Ou ele acessa via CPF ou via número da conta. Ele é obrigado a ter acesso, inclusive, para problemas que podem existir e também para consultas. É bom lembrar que o banco, ao fazer o empréstimo, até hoje, consulta e verifica o que aquele cliente dá de reciprocidade ao banco. A melhor reciprocidade ainda é o depósito à vista, porque o resto é pago. O cliente recebe. Nesse caso, o acesso é normal, é rotina em qualquer agência. Quanto é feito o acesso, fica registrado o *login*. Estou dando apenas o detalhe para desmascarar isso de uma vez. Na hora em que é feito o acesso, fica registrado quem acessou. No caso do acesso pelo cliente, o cartão e a senha ficam registrados; ou fica registrado o número da matrícula do banco de quem acessou. Não há a menor dúvida de que esse acesso pode ser descoberto em dois minutos, não leva mais do que isso. Mesmo porque as auditorias do Banco, que estão sempre vigilantes em cima desse processo, têm acesso **on line** às operações. Pode ser verificado não em 15 dias, mas em exatos dois minutos. Não é preciso mais do que isso. Portanto, hoje, a Caixa sabe exatamente quem quebrou, o número da matrícula. Se o sistema for um pouco sofisticado, sabe a que horas foi quebrado. É possível saber absolutamente tudo. Pode-se saber, também, que tipo de acesso aquela pessoa tem, se é integral para a conta ou se é para um determinado valor. Quero dar este testemunho, porque tenho experiência bancária, para dizer que é uma farsa que se está montando. Pedir quinze dias é um absurdo, é algo que não podemos aceitar no Senado Federal.

**O SR. JOSÉ AGRIPINO** (PFL – RN) – Só com uma justificativa, Senador Rodolpho Tourinho.

E gostaria de dar uma explicação: o Senador Rodolpho Tourinho – o Senador Antonio Carlos Magalhães

lhães sabe – foi Secretário de Fazenda, mas foi presidente de Banco também, e conhece a questão como eu conheço como fazer estrada ou pista de aeroporto, engenheiro que sou. S. Ex<sup>a</sup> conhece o assunto melhor do que qualquer um de nós, e acabou de nos dar uma aula com informações precisas. Daí a minha suposição clara, Senador Rodolpho Tourinho. Se pediram quinze dias, e o que me disseram é que a energia gasta para fazer um registro de saque ou de depósito na conta é a mesma para fazer uma incursão na conta, que pode ser de consulta legal, autorizada ou bisbilhoteira, ilegal. Pode-se ver se consulta feita à conta de Francenildo foi feita por algum bisbilhoteiro. O curioso é que um bisbilhoteiro qualquer – funcionário da Caixa Econômica, como está registrado – poderia ter verificado. Mas é muita coincidência que um bisbilhoteiro vá bisbilhotar a conta de Francenildo, para informar naquele fim de semana! E a base do PT sabia que um bisbilhoteiro já havia entrado na conta de Francenildo. E nada, nada se explica. Ninguém sabe de nada, não há correlação de coisa nenhuma com coisa nenhuma. “Que coisa mais horrorosa”, diz o Ministro Jaques Wagner. “Que coisa mais deplorável”, diz o Ministro Márcio Thomaz Bastos. E vai ficar tudo por isso mesmo? Isso é igual à história do Presidente Lula: não sabia de coisa nenhuma, nada; nem Delúbio, nem Silvinho, nem José Dirceu, nada. Estamos no repeteco do caso Waldomiro. Estamos no repeteco do caso Waldomiro, com uma coisa pior ainda, porque as garantias individuais de um cidadão – porque ele é pobre – estão em jogo. As instituições brasileiras estão em jogo. E é por isso que temos que ir fundo. Por isso temos que pedir à Dr<sup>a</sup> Clarisse Coppetti que venha logo.

**O Sr. Antonio Carlos Magalhães** (PFL – BA) – V. Ex<sup>a</sup> me permite?

**O SR. JOSÉ AGRIPINO** (PFL – RN) – Com muito prazer, Senador Antonio Carlos Magalhães.

**O Sr. Antonio Carlos Magalhães** (PFL – BA) – Depois desse depoimento, que eu já tinha ouvido pessoalmente, do Senador Rodolpho Tourinho, que conhece como ninguém assuntos bancários e tem demonstrado neste Senado a sua autoridade em assuntos financeiros, fica claro que há um cinismo quando se pedem 15 dias. Pedem-se 15 dias numa demonstração de arranjar uma fórmula qualquer para esconder mais uma vez a prova. E não pode haver dúvida, porque a diretoria reunida disse à comissão da CPI que só pode ser de nível de gerente em diante para saber a conta e como se abrir a conta. E o Senador Rodolpho Tourinho diz que isso se sabe em dois minutos. São cínicos e estão apoiando uma farsa que demonstra o que é o Governo do Presidente Lula.

**O SR. JOSÉ AGRIPINO (PFL – RN)** – Senador Antonio Carlos Magalhães, a farsa dos 15 dias tem a participação de dois Ministros de Estado, que estão dizendo: “Que coisa horrorosa foi feita!”. Eles já sabiam. Não quero aqui fazer a acusação de que foram eles os mandantes. Não quero me antecipar a um fato que pode acontecer, ou seja, de chegar à conclusão de que foi o Governo quem mandou bisbilhotar a conta do Francenildo e que as autoridades que hoje estão dizendo que foi feita uma coisa horrorosa sabiam de tudo. Estão, agora, com uma farsa em curso.

**O Sr. Antonio Carlos Magalhães (PFL – BA)** – E o Presidente disse do Palácio do Planalto: “Esperem o que vai sair amanhã”.

**O SR. JOSÉ AGRIPINO (PFL – RN)** – Eu já me referi a este tipo de observação feita: “Esperem pelos fatos que vão acontecer amanhã”, como que anunciando: “Amanhã vocês vão ver quem é o Sr. Francenildo”. Francenildo é o homem que recebeu e disponibilizou os papezinhos para o Brasil todo ver, pois recebeu aquela doação oriunda do Piauí. Esperavam tudo, menos que Francenildo exibisse os boletos que justificam os depósitos feitos em sua conta.

Se a Dr<sup>a</sup> Clarisse não vier amanhã, Senador He-ráclito, Senador Paulo Paim e Senador Demóstenes, para mim ficará muito claro: estamos participando de uma farsa, estamos vivendo uma farsa, uma farsa de um Governo que quer ganhar 15 dias. Quer ganhar 15 dias ou para fabricar uma versão ou para produzir um bode expiatório. Eles estão loucos atrás de identificar alguém que responda pelo dolo, alguém que não seja o responsável real. Só que nós vamos atrás do responsável real, custe o que custar, doa a quem doer.

**O SR. PRESIDENTE (Flexa Ribeiro. PSDB – PA)**  
– Agradeço ao nobre Senador José Agripino.

Prorrogo a sessão por mais 30 minutos.

Concedo a palavra à nobre Senadora Lúcia Vânia, do PSDB de Goiás, por cessão do Senador Paulo Octavio, por cinco minutos, prorrogáveis por mais dois minutos.

**A SR<sup>a</sup> LÚCIA VÂNIA (PSDB – GO.** Pronuncia o seguinte discurso. Sem revisão da oradora.) – Sr. Presidente, Sr<sup>as</sup> e Srs. Senadores, em primeiro lugar, gostaria de agradecer ao Senador Mão Santa a gentileza de me ceder o seu horário para que eu pudesse fazer o meu pronunciamento.

Venho à tribuna para falar de um assunto que ocupa as páginas dos principais jornais de hoje, e que vai mostrar que o gasto social não se limita apenas às transferências automáticas de recursos da União, e sim a uma política social estruturada, planejada e emancipadora.

O estudo foi elaborado pelo economista Márcio Pochmann, que é ligado ao PT e que foi Secretário Municipal de Desenvolvimento, Trabalho e Solidariedade da Prefeita Marta Suplicy. Os dados do pesquisador mostram que os investimentos sociais caíram 2,7% nos primeiros três anos do Governo Lula em comparação com os dois últimos anos do Governo do Presidente Fernando Henrique Cardoso.

O Professor da Unicamp diz que o gasto médio **per capita**, em 2001 e 2002, foi de R\$1.533,77, contra R\$1.491,95 aplicados entre 2003 e 2005.

Para chegar a essa conclusão, o economista estudou nove itens do Orçamento. E esse estudo deve estar causando arrepios nos defensores da atual política social e também da equipe econômica do Governo.

Em apenas um desses itens, que inclui a assistência social, o Bolsa-Família apresenta aumento na comparação com o período anterior.

Esse é um dado que não deve causar surpresa. Desde o início desta Legislatura, tenho ocupado a tribuna, baseada em estudos que realizamos, e constatamos, já no começo do Governo, que quando se trata de programas sociais que visam apenas a transferência de renda, o Governo tem um desempenho razoável, mas quando se trata de uma política emancipadora, de uma coordenação entre os Ministérios e principalmente de uma parceria com Estados e Municípios, o desempenho do Governo é sofrível.

O que temos hoje é a prática do assistencialismo puro, em detrimento de programas que superem a pobreza e invistam no desenvolvimento humano.

Não quero aqui dizer que sou contra os programas de transferência de renda; pelo contrário, são programas importantes, necessários, porque são emergenciais. E eles visam solucionar o problema imediato das pessoas mais pobres. Mas não custa lembrar aos integrantes do Governo que gasto social não envolve somente o pagamento de programas sociais, principalmente esses que são emergenciais. Mas os gastos do Governo não podem e não devem ser norteados por pressupostos eleitorais. O social tem que abranger outras áreas essenciais, como gastos em educação, saúde, segurança, habitação e saneamento básico.

Neste Governo que se arrasta em meio a um lamaçal de denúncias e atuação criminosa, como a quebra do sigilo bancário do caseiro Francenildo – aqui exposto, com muita propriedade, pelo Senador Agripino –, o social se transformou em mera esmola para garantir a reeleição do atual Presidente.

Mas os integrantes do Palácio não contavam que o feitiço viraria contra o feiticeiro. Os números do Professor Pochmann mostram que o desempenho da economia, com a necessidade premente de aumentar

o superávit primário, acabou reduzindo a capacidade de o Governo investir bem o dinheiro no chamado gasto social.

Aliás, essa constatação do economista só corrobora com o que é voz corrente na sociedade e nos meios de comunicação desde os primeiros anos do atual Governo, como mencionei desta tribuna, sempre se referindo ao desacerto do Governo quando se trata de uma política social emancipatória.

Sr. Presidente, Sr<sup>as</sup> e Srs. Senadores, o que o Professor Márcio Pochmann conclui é que no Brasil existe uma aliança cruel entre os mais ricos e os mais pobres. Vivemos num modelo econômico que repassa 50% do Produto Interno Bruto para 21 mil clãs familiares, credores de mais de 70% da dívida pública. Esta elite, porém, conta com o apoio político dos 15% mais pobres, assistidos pelos programas eleitoreiros, e de pessoas que ingressam no mercado de trabalho e sobrevivem com um salário mínimo.

Sr. Presidente, estamos vivendo um verdadeiro achatamento da renda da classe média assalariada. Enquanto o salário mínimo cresceu 27,8% e os gastos sociais 29,8% nos últimos dez anos, o rendimento médio dos assalariados caiu em 16,6%.

O Governo Federal parece disposto a manter essa política assistencialista em vez de promover a assistência social de forma responsável e ética. O Presidente Lula deixa cada vez mais claro que trabalha em favor da própria reeleição. Na verdade, sua atual política perpetua o abismo social entre pobres e ricos no País.

Está na hora de o Partido do Governo começar a ouvir o que dizem, com muita propriedade, seus próprios integrantes e aliados.

Imbuído da honestidade peculiar a todo aquele que acredita na verdade dos fatos, o economista Márcio Pochmann não se furta a mostrar os números que contradizem a euforia do Governo e desmascaram a política errônea e fadada ao fracasso.

Muito obrigada Sr. Presidente.

**O SR. PRESIDENTE** (Flexa Ribeiro. PSDB – PA) – Agradeço a nobre Senadora Lúcia Vânia pelo seu brilhante pronunciamento, numa matéria em que S. Ex<sup>a</sup> tem competência reconhecida por todos.

**O Sr. DEMÓSTENES TORRES** (PFL – GO) – Sr. Presidente, pela ordem.

**O SR. PRESIDENTE** (Flexa Ribeiro. PSDB – PA) – Pela ordem, tem a palavra V. Ex<sup>a</sup>.

**O Sr. DEMÓSTENES TORRES** (PFL – GO) – Solicito a minha inscrição para falar pela Minoria.

**O SR. PRESIDENTE** (Flexa Ribeiro. PSDB – PA) – V. Ex<sup>a</sup> já se encontra inscrito.

Concedo a palavra ao nobre Senador Paulo Paim, pela Liderança do PT.

V. Ex<sup>a</sup> tem cinco minutos, prorrogáveis por mais dois.

**O SR. PAULO PAIM** (Bloco/PT – RS. Pela Liderança do PT. Sem revisão do orador.) – Sr. Presidente Senador Flexa Ribeiro, desde segunda-feira, estou na expectativa de usar esta tribuna para falar de um tema que já trouxeram a esta Casa diversos Senadores e Senadoras.

Sr. Presidente, acredito que grande parte da população brasileira assistiu, no último domingo, a trechos do documentário da TV Globo, “Falcão – Meninos do Tráfico”, apresentado no Fantástico e produzido pelo **rapper** MV Bill e pelo produtor Celso Athayde. E como ficamos? Perplexos? Chocados? Perturbados?

A população brasileira foi colocada frente a frente com a realidade de nosso País, de nossas crianças e de nossos jovens. Uma realidade sobre a qual todos falam, mas de que poucos têm consciência.

Sabemos que, daqui alguns dias, não se falará mais desse documentário. Mas sabemos também que essas imagens ficarão gravadas em nossas mentes. Outras tantas pessoas já sabiam disso e, há tempos, buscam alternativas para mudar esse quadro. Uma realidade chocante, como dissemos. É diferente saber da realidade como se ela fosse algo distante de nós – afinal todos sabem que o tráfico e a dependência química aliciam anos após anos milhares de crianças, adolescentes, jovens e adultos. Fato esse que afasta as pessoas do convívio da família, dos amigos e das pessoas de bem.

Estão de parabéns a Rede Globo, a equipe do Fantástico e todos aqueles que colaboraram para que esse fato acontecesse. Acima de tudo, estão de parabéns MV Bill, Celso Athayde e os que, ao longo de seis anos, trabalharam para construir esse documentário.

Sr. Presidente, ao entrar na casa dos brasileiros e brasileiras, o documentário alertou todos os cidadãos, a denúncia foi feita. Como diz a música de MV Bill “(...) Enquanto o rico vive bem, o povo pobre vive mal. Cidade maravilhosa é uma grande ilusão. Desemprego, pobreza, miséria, corpos no chão. As crianças da favela não têm direito ao lazer (...)”

Assistir ao documentário e ver crianças como a que declarou “Se eu morrer, não faz mal. Nasce um outro que nem eu, pior ou melhor. Se eu morrer, vou descansar, é muito esculacho nessa vida”, deixa-nos perplexos com a falta de perspectiva desses jovens. Uma declaração como essa nos revela que os sonhos foram postos de lado. Não é justo que isso aconteça.

O que dizer daquele jovem que, em depoimento, Senador Mão Santa, diz que gostaria muito de conhecer

um circo, pediu à mãe, que não pôde levá-lo. O sonho dele era aprender no circo a profissão de palhaço. Ele queria fazer as pessoas rirem, mas o seu destino foi fazer as pessoas chorarem, pela dor e pela violência provocadas pelas drogas. Ele queria cantar a vida, mas, hoje, como traficante, semeia a morte. Todos nós vimos e ouvimos: ele queria deixar o crime. Mas, um ano depois, o que acontece? Ele permanece no tráfico, porque não teve nenhuma oportunidade.

Vimos que a vontade dos entrevistados era ter uma vida digna, sair do crime, encontrar um emprego e poder trabalhar, mas vimos também que não conseguiram. Nosso País tem permitido isso.

Dissemos e ouvimos falar que o Brasil é o País do futuro. Mas como isso poderá ser verdade para essas crianças, se não enxergam esse futuro? Se não vivem, mas sobrevivem? Se elas são, ao mesmo tempo, culpadas e vítimas?

Foi essa realidade que nos levou a conversar com a Senadora Patrícia Saboya Gomes e com o Senador Cristovam Buarque, em outubro do ano passado, e visitar aqui o Presidente desta Casa, Senador Renan Calheiros, quando acertamos fazer uma grande campanha em nível nacional, buscando a recuperação desses jovens. Claro que não mediante um trabalho isolado do Senado, mas em parceria com centenas de ONG, homens e mulheres que estão nessa luta há muito tempo.

Faremos um seminário no mês de abril. Será uma ação conjunta com a sociedade.

*(Interrupção do som.)*

**O SR. PAULO PAIM** (Bloco/PT – RS) – Quero só lembrar ao nobre Senador que, enquanto eu estava lá, esperando pacientemente, todos tinham um minuto mais dois. Eu acompanhei os trabalhos pacientemente ao longo desses três dias. Gostaria de poder concluir com a mesma tolerância que o Senador Flexa Ribeiro concedeu aos que me antecederam.

**O SR. PRESIDENTE** (João Batista Motta. PSDB – ES) – Queria dizer a V. Ex<sup>a</sup> que não foi intencional, é porque o som é interrompido automaticamente.

**O SR. PAULO PAIM** (Bloco/PT – RS) – O Senador Flexa Ribeiro sempre dá mais dois minutos.

Eu esperei três dias para falar. Espero que eu tenha a oportunidade de concluir o meu pronunciamento.

Em resumo, Sr. Presidente, é um seminário que nós queremos fazer em parceria com o Judiciário, o Executivo e a sociedade organizada, dando oportunidades àqueles que nunca as tiveram: os discriminados e marginalizados.

A idéia é despertar nos jovens o senso crítico, a fim de diminuir a motivação do uso de drogas. E quando falamos em drogas, não nos limitamos àquelas consideradas pesadas; falamos também do álcool, Sr. Presidente. Nós todos sabemos como o álcool destrói famílias e vidas.

Sabemos que essa consciência somente será despertada se dermos aos nossos jovens garantia de que podem, sim, sonhar em ter oportunidades.

Por isso, Sr. Presidente, reforçamos essa campanha, pois entendemos que o Senado Federal pode avançar muito nesse sentido. Esse, a nosso ver, é o caminho para que nossas crianças e jovens tenham perspectiva de vida e valorizem a sua própria caminhada. O preconceito deve ser posto de lado, tem de ser eliminado.

Identificamos, com esse documentário, Sr. Presidente, uma falha muito grande da nossa sociedade. Não há dúvidas de que a maioria dos jovens que hoje estão à margem da sociedade também é de afro-brasileiros.

“Falcão – Meninos do Tráfico” cumpre um papel importante. Mostra ao Congresso Nacional a importância e a urgência de aprovarmos, entre tantos, também o Estatuto da Igualdade Racial, que quer dar oportunidade aos afrodescendentes.

Queremos que daqui a algum tempo nossas crianças estejam nas escolas e não com armas na mão. Que elas brinquem de jogar bola, de pipa, de boneca e não de matar um X-9, como elas dizem. Que elas possam pensar em ser médicos, professores – quem sabe? –, Senadores, Deputados, bombeiros ou mesmo um artista de circo, mas não bandidos.

Enfim, Sr. Presidente, concluindo agora, queremos que nossas crianças possam tornar-se adolescentes felizes e adultos capazes de ter uma vida digna e constituir família. Não queremos crianças que, como disse o sociólogo Gláucio Soares, são homens pequenos, sem infância. Queremos crianças que sejam homens e mulheres gigantes e, por isso, termino dizendo que o Fundeb...

*(Interrupção do som.)*

**O SR. PAULO PAIM** (Bloco/PT – RS) – ... o Fundeb visa a um investimento de cerca de R\$1,5 bilhão no ensino profissionalizante, ou seja, que a criança, já no ensino básico, aprenda também uma profissão e que não tenha que optar somente pelo tráfico para sobreviver.

O apelo que faço é que aprovemos o Estatuto da Pessoa Portadora de Deficiência, o Estatuto da Igualdade Racial, mas também o Fundeb, para que possamos investir em escolas que preparem as nossas

crianças também na sua caminhada, como manda a própria Constituição, saindo do ensino básico aptos para enfrentar o mercado de trabalho.

Era isso o que eu tinha a dizer, Sr. Presidente.

Parabéns aos realizadores do documentário “Falcão – Meninos do Tráfico”, produzido pelo *rapper* MV Bill e pelo produtor Carlos Athayde.

Obrigado, Sr. Presidente.

*Durante o discurso do Sr. Paulo Paim, o Sr. Flexa Ribeiro, deixa a cadeira da presidência, que é ocupada pelo Sr. João Batista Motta.*

**O SR. PRESIDENTE** (João Batista Motta. PSDB – ES) – Acabou de falar o Senador Paulo Paim, um dos mais preocupados Senadores com a pobreza e a miséria do nosso País.

Concedo a palavra, como orador inscrito, ao Senador Flexa Ribeiro, do Estado do Pará.

**O SR. FLEXA RIBEIRO** (PSDB – PA. Pronuncia o seguinte discurso. Sem revisão do orador.) –

**DISCURSO PRONUNCIADO PELO SR. SENADOR FLEXA RIBEIRO NA SESSÃO DO DIA 22 DE MARÇO DE 2006, QUE, RETIRADO PELO ORADOR PARA REVISÃO, SERÁ PUBLICADO POSTERIORMENTE.**

*(Art. 201, §§ 2º e 3º, do Regimento Interno.)*

**O SR. PRESIDENTE** (João Batista Motta. PSDB – ES) – V. Exª será atendido, nos termos regimentais.

**O SR. HERÁCLITO FORTES** (PFL – PI) – Sr. Presidente, peço a palavra a V. Exª, pela ordem, para relatar a esta Casa um fato grave e relevante.

**O SR. PRESIDENTE** (João Batista Motta. PSDB – ES) – Senador Heráclito Fortes, V. Exª terá cinco minutos para uma comunicação inadiável.

**O SR. HERÁCLITO FORTES** (PFL – PI. Para uma comunicação inadiável. Sem revisão do orador.) – Sr. Presidente, há poucos minutos, o Senador José Agripino falava nesta Casa sobre esses fatos graves de vazamento e de quebra de sigilo que ocorrem, corriqueiramente, no País. E, ao me citar como conhecedor de bancários, disse-lhe que, além de conhecer bancários, era de uma família de bancários e que, portanto, mantinha relacionamento estreito com funcionários, não só do Banco do Brasil, mas também da própria Caixa Econômica.

Ao chegar ao meu gabinete, recebi um telefonema de um funcionário do Banco do Brasil, que prefere não se identificar – e compreendo suas razões. Quero dizer que esse funcionário, em outros episódios, alertou-me para fatos graves que acontecem naquela instituição, como o rastreamento e o acompanhamento de contas de políticos; relatou quando a vida do Senador

Arthur Virgílio e de sua família foram devassadas em Manaus; relatou quando houve o episódio envolvendo o Deputado ACM Neto e vários outros Parlamentares que tiveram suas contas devassadas pelo esquema que existe no Banco do Brasil e que é de conhecimento de todos os funcionários, comandado pelo Sr. José Luiz Cerqueira César, conhecido popularmente como “Mixirica”. Líder sindical, tem como especialidade a vocação pela espionagem, a par de Diretor de Tecnologia do Banco do Brasil.

Esse funcionário diz – é a sua opinião – que não há nenhuma dúvida de que a espionagem foi feita pela Diretora da Caixa Econômica, a pedido do chefe de gabinete do Ministério, Sr. Luiz Torelli.

Mas o fato grave não é esse – e aí é que é preciso que a Polícia Federal confira. No dia de hoje, uma equipe de técnicos especializados em manusear esquemas dessa natureza – e, portanto, retirar qualquer indício e qualquer rastro que possa comprovar amanhã a origem dos autores da espionagem dentro da Caixa Econômica – deslocou-se do Banco do Brasil e passou o dia... Estava, para ser bem mais claro, ainda há pouco tempo nas dependências da Caixa Econômica. A denúncia feita, Senador Demóstenes, dá o nome do chefe da equipe, que é conhecido como Sr. Raia. É preciso que se examine se realmente esse cidadão existe e se deu entrada na Caixa Econômica. É preciso que se apure.

Da mesma maneira que estão querendo aqui bisbilhotar a entrada e a saída do caseiro nas dependências do Senado, é preciso que se examinem esses fatos, porque, se comprovados, Senador José Agripino, revestem-se da maior gravidade.

Quero fazer esse registro e pedir que providências sejam tomadas. Não é de hoje que os próprios colegas, Diretores do Banco do Brasil, sentem-se incomodados com a atuação desse Sr. Diretor. Eu mesmo, quando me rebelei contra determinado tipo de comportamento e procedimento do Fundo de Pensão do Banco do Brasil, tive a minha vida devassada, minhas contas examinadas por um grupo, inclusive composto de oficiais da Marinha reformados que foram a Teresina e a Manaus. Fizeram isso comigo, com o Senador Agripino, e com vários Parlamentares.

Dessa forma, quero fazer esse registro e pedir, a bem da verdade, que essas denúncias sejam apuradas o mais rápido possível.

**O SR. PRESIDENTE** (João Batista Motta. PSDB – ES) – Com a palavra a Senadora inscrita, Serys Slhessarenko.

V. Exª dispõe de cinco minutos, Senadora.

**A SRª SERYS SLHESSARENKO** (Bloco/PT – MT. Pronuncia o seguinte discurso. Sem revisão da orado-

ra) – Sr. Presidente, Sr<sup>as</sup> e Srs. Senadores, quero começar agradecendo ao Senador Demóstenes Torres pela permuta na ordem de inscrição.

Eu gostaria de pedir, inicialmente, que fosse dado como lido, para registro nos Anais do Senado, um discurso que eu faria sobre o Dia Mundial da Água.

Hoje eu não pude permanecer, absolutamente, todo o tempo no plenário; mas, pelo tempo que aqui estive, ouvi algo animador. Eu diria que foi o fato de Parlamentares, Srs. Senadores, propondo uma pauta positiva. Eu acho isso da mais alta relevância, da mais alta importância. Realmente, uma pauta positiva é o que nós sempre quisemos. É o que a nossa Bancada, a Bancada do Partido dos Trabalhadores, sempre quis: ter uma pauta positiva, de discussões, de votações; enfim, de encaminhamentos para que o povo brasileiro realmente se beneficie das nossas ações.

Eu gostaria, Sr. Presidente, de começar aqui fazendo a colocação de alguns dados, dados quantíssimos, digamos assim, recém-saídos. Eu diria que nos 38 meses de Governo do Presidente Luiz Inácio Lula da Silva – e este é um dado extremamente importante – foram gerados mais de 3,6 milhões de postos de trabalho formais. Nos últimos doze meses, houve abertura de 1,3 milhão de vagas no País. Houve também, Sr. Presidente, o aquecimento das atividades turísticas, o que gerou 26.221 vagas nas áreas de alojamento e alimentação. A construção civil bateu o recorde de geração de empregos em relação a fevereiro dos outros anos. Foram 14.993 postos de trabalho. O comércio apresentou mais do que o dobro de vagas de emprego em relação ao mesmo mês do ano passado. Foram 19.258, vagas contra 8.647 em 2005.

Eu poderia aqui, Sr. Presidente, citar inúmeros outros dados em termos de geração de emprego. Nos dois primeiros meses deste ano, foram criados 263.248 empregos – frise-se: só nos dois primeiros meses deste ano foram 263.248 empregos. O número é recorde desde o início da divulgação do Cadastro Geral de Empregos e Desempregos, do Ministério do Trabalho, em 1992. Em fevereiro deste ano foram criados 176.632 postos de trabalho formais, aqueles com carteira assinada – o índice é de 0,68% superior ao mês de janeiro. Os dados foram divulgados nessa terça-feira.

Teria aqui outros dados, mas gostaria de fazer uma fala em termos de algumas especificidades.

Na segunda-feira passada, fiz um pronunciamento desta tribuna sobre grandes problemas, principalmente falando de grandes projetos que vêm sendo desenvolvidos pelo Governo Federal. Falei sobre o ProUni; falei sobre o Programa Luz para Todos; enfim, sobre vários grandes programas.

Hoje, quero aqui falar um pouco do crescimento da economia. Sr. Presidente, se no Sul do País o crescimento da economia, em 2005, foi de apenas 0,4%, no Norte, foi de 16,3%; e, no Nordeste, de 19,9%. Dados do jornal **O Valor**. Na região Nordeste, as vendas no comércio aumentaram em uma velocidade surpreendente. Por exemplo, no Ceará, as vendas cresceram 16% (móveis, 30%; alimentos, 15%). Em Pernambuco, o crescimento agregado foi de 14%, mas móveis e eletrodomésticos aumentaram 32%. Na Bahia, que, na média, cresceu 7,1%, o segmento de móveis e eletrodomésticos expandiu 40% e o de vestuário, 17%.

Srs. Senadores, esses dados são surpreendentes, com certeza. Esse desempenho tão positivo nas regiões mais carentes do País precisa ser destacado e conhecido por todos os brasileiros e brasileiras.

Dia desses, a Líder da nossa Bancada, Senadora Ideli Salvatti, aqui na tribuna esteve e mencionou cinco pontos, que devem ser repetidos à exaustão, pois parece que há pessoas que não conseguem ouvir esses dados.

O primeiro dos pontos destacados pela nossa Líder desta tribuna, que eu repito aqui e deve ser considerado, é o aumento real do salário mínimo, dado que 50% das pessoas que recebem até um salário mínimo estão na região Nordeste, Senador Demóstenes.

Um segundo aspecto apontado aqui, que é inegável, foi o incremento verificado nas transferências do Governo Federal a programas como Bolsa-Família, Bolsa-Escola e outros.

Um terceiro aspecto é a ampliação do crédito consignado, em especial aos aposentados.

Um quarto aspecto é o importantíssimo pacote da construção civil, com seus efeitos concretos no barateamento dos custos de construção, e ainda a correção da tabela do Imposto de Renda.

Teríamos inúmeros outros aspectos para apresentar, mas, infelizmente...

*(Interrupção do som.)*

**A SR<sup>a</sup> SERYS SLHESSARENKO** (Bloco/PT – MT) – ... mas, infelizmente, o nosso tempo é mínimo e nos comprometemos – eu voltare à tribuna, com certeza, numa das próximas sessões – a falar detalhadamente desses dados e muitos outros, como, por exemplo, uma pesquisa que mostra que programas sociais beneficiam um em cada cinco brasileiros. Programas sociais do Governo Lula! Inclusive a repórter da Agência do Brasil, Cristiane Ribeiro, traz uma notícia digna de divulgação: “Pesquisa mostra que programas sociais beneficiam um em cada cinco brasileiros”.

Srs. Senadores, Sr<sup>as</sup> Senadoras, muitos fazem ouvido mouco, vamos dizer, para os programas que estão trazendo melhoria da qualidade de vida, para homens e mulheres, para o povo brasileiro...

*(Interrupção do som.)*

**A SR<sup>a</sup> SERYS SLHESSARENKO** (Bloco/PT – MT) – ... porque são certamente aqueles que têm o pão nosso de cada dia na mesa, no dia-a-dia, com facilidade ou certa facilidade, pois aqueles que têm dificuldade de ter o pão nosso de cada dia para oferecer aos seus filhos no dia-a-dia, esses estão, sim, dizendo que o Governo Lula faz a diferença. Para a grande maioria, o Governo Lula está fazendo a diferença para melhor, com certeza.

Dizem alguns que são programas que precisam ser modificados, que todos precisam de emprego e salário digno. Não tenham dúvida de que concordamos que todos precisam ter trabalho e salário dignos. Mas, enquanto isso não for possível, precisamos, sim...

*(Interrupção do som.)*

**A SR<sup>a</sup> SERYS SLHESSARENKO** (Bloco/PT – MT) – Finalizando, Sr. Presidente, precisamos, sim, de programas como o Bolsa-Escola, o Bolsa-Família e outros programas.

Com certeza, a maioria do povo brasileiro está satisfeita, contente e sabe que o Governo Lula realmente é o melhor governo para a maioria do povo brasileiro, para aqueles mais necessitados dos últimos tempos no Brasil. Não tenham dúvida de que o povo brasileiro mais carente e mais necessitado tem essa certeza. Isso está evidenciado nos resultados das últimas avaliações do Governo do Presidente Lula.

Muito obrigada, Sr. Presidente.

**SEGUE, NA ÍNTEGRA, DISCURSO  
DA SR<sup>a</sup> SENADORA SERYS SLHESSARENKO.**

**DIA MUNDIAL DA ÁGUA**

Senhor Presidente, Senhoras e Senhores Senadores,

Tenho a tranqüilidade e serenidade para dizer, neste dia 22 de março de 2006, neste Dia Mundial da Água, que o povo brasileiro tem motivos reais para sentir-se mais confiante, mais alegre e continuar a sua longa caminhada de esperança.

Faço minhas as sinceras palavras da ilustre companheira ministra Marina Silva, ao afirmar ontem, terça-feira, em Curitiba, que o Plano Nacional de Recursos Hídricos, lançado no começo deste mês, pelo Governo Federal, vem a ser um dos principais motivos para que todos nós comemoremos, com o respeito que merece, o Dia Mundial da Água.

Em visita à exposição itinerante “Água para a vida, água para todos”, organizada em parceria com a Agência Nacional de Águas (ANA), na 8<sup>a</sup> Conferência das Partes da Convenção sobre Diversidade Biológica – a COP-8, a ministra afirmou e é por demais importante que se repita com palavras bastante claras, que “o Brasil é o primeiro país da América Latina a cumprir o objetivo do milênio estabelecido pela ONU”.

Como sabemos, o Brasil detém aproximadamente 11% da água doce de todo o planeta, o que é um dado que precisamos lembrar sempre com muito carinho e muito cuidado e que também tem de nos servir como sinal de constante alerta, pois nos coloca diante de um grande desafio nacional: o acesso à água de boa qualidade e à água potável para todos e todas. Reafirmo, parafraseando a ministra, que “Estamos conscientes, neste Dia Mundial da Água, do grande desafio de recuperar várias bacias hidrográficas brasileiras”.

Em especial, senhor presidente, quero alertar os senhores e senhoras senadoras, alertar todo o povo brasileiro e em particular o meu estimado e aguerrido povo de Mato Grosso, a respeito de um grave problema que vivemos em nosso estado. Trata-se das águas de nosso querido Pantanal Mato-grossense.

Comecei falando com esperança e alegria. No entanto é com muita tristeza e preocupação que transmito a todos os senhores os resultados de recente pesquisa, realizada em 2003, pelo Programa de Pós Graduação em Saúde e Ambiente do Instituto de Saúde Coletiva de minha querida Universidade Federal de Mato Grosso, da qual sou professora aposentada.

Uma coleta científica de resíduos de agrotóxicos, diria com palavras bem claras, de substâncias pesticidas ou venenos, realizada por pesquisadores deste conceituado Instituto, em vários rios formadores do Pantanal de Mato Grosso revelou em alto grau de contaminação em toda a bacia hidrográfica do Pantanal.

Esta grave contaminação foi pesquisada, detectada e com índices preocupantes, no rio Jauru, no rio Paraguai, no rio Sepotuba, no rio Cabaçal, no rio Cuiabá, no rio São Lourenço, no rio Vermelho, no rio Itiquira, no rio Correntes, no rio Coxim, no rio Taquari, no rio Negro, no rio Aquidauana, no rio Miranda, no rio Salobra e no rio Apa, todos formadores do Pantanal.

Quem são os responsáveis por este grave acidente ambiental? A presente pesquisa aponta os prováveis causadores da contaminação: a agricultura intensiva, as pastagens cultivadas, a agroindústria, o agronegócio, a mineração e vários agentes dos centros urbanos.

Faço desta tribuna um duro e grave chamado à responsabilidade social pela preservação de nosso querido Pantanal Mato-grossense, a todos e todas,



moradores pantaneiros, vizinhos e vizinhas, usuários e usuárias, produtores da região, enfim, a toda a população pantaneira, ambientalistas e autoridades de Estado. Temos nós todos que unir forças em defesa das águas do Pantanal, das águas da vida e da esperança.

Conclamo a todos e a todas a que nos dediquemos com empenho para que este problema seja resolvido. As águas do Pantanal são um patrimônio de toda a humanidade. Temos que nos organizar e lutar para que suas águas continuem com a leveza, a beleza, a pureza, o valor, para que a atração e os mistérios de suas lendas e histórias não sejam também degradados e destruídos.

Como enfatizou a nossa querida ministra Marina Silva: “Que a água da vida nos permita ter vida em abundância”.

“ÁGUA PARA A VIDA, ÁGUA PARA TODOS”

**O SR. PRESIDENTE** (João Batista Motta. PSDB – ES) – Prorrogo a sessão por mais dez minutos para que o Senador Demóstenes Torres use de cinco minutos e o Senador Luiz Pontes, de mais cinco minutos.

Concedo a palavra ao Senador Demóstenes Torres, pela Liderança da Minoria.

**O SR. DEMÓSTENES TORRES** (PFL – GO. Pela Liderança da Minoria.) – Sr. Presidente, Sr<sup>as</sup> e Srs. Senadores, “creio na vitória final e inexorável do Brasil como Nação” – Juscelino Kubitschek.

O documentário **Falcão – Meninos do Tráfico**, apresentado pelo Fantástico no último domingo, foi um desses encontros do Brasil com a realidade. As imagens, a princípio, estarreceram, causaram indignação e depois comoveram. Temos que cuidar para que não caiam no esquecimento. Na tela da Globo, foram apresentados apenas 58 minutos de uma produção que demandou seis anos e acumulou 200 horas de gravação. De Porto Alegre a Manaus, os autores – o **rapper** MV Bill e o produtor Celso Athayde – fizeram a proeza de documentar, em audiovisual, a parte de um país que nasce em decomposição na periferia de vinte cidades. Sem dúvida, o trabalho é de um enorme mérito, configura-se entre as mais importantes produções de gravação direta do Brasil e certamente vai ser laureado com as maiores premiações.

Nas cenas de um Brasil que perdeu o futuro, crianças brincam de traficante na favela, outras manipulam com destreza uma AK-47, a maioria desdentada e famélica. Filhos sem pai a serviço da droga, degradados naturais e suas mães desconsoladas. Uma imagem acabada da sociedade pária, onde o adolescente é condenado a não conhecer a vida adulta. Ele necessariamente trabalha para o tráfico como se fosse predestinado a ser bandido. Enfim, um retrato fiel da

segurança pública vista pela ótica do criminoso que, ao mesmo tempo, é vítima de hediondos delitos.

Terminado o filme das gerações perdidas, entra em cena um país de joelhos, quase que completamente impotente e refém de sua própria incompetência espelhada na TV. Envergonhado e de coluna dorsal curvada, neste País o ordenamento legal foi substituído pelo estatuto social do crime. Desmoralizado, o Estado é a instituição a ser literalmente abatida. Por quem? Por crianças e adolescentes armados até os dentes e encarregados de dar o primeiro combate. Eles são os protagonistas do enredo do documentário e antes do final vão acabar mortos de bala ou vício. Significam, infelizmente, na base da pirâmide do tráfico de drogas, um excedente pronto para ser descartado nestes territórios vizinhos, mas apartados da civilização brasileira.

Só hoje decidi comentar o documentário exibido pela Rede Globo no domingo, porque precisava colher as impressões das pessoas que assistiram ao filme. Como já esperava, percebi que se criou uma “saboria convencional” em torno da necessidade de haver um amplo “resgate da cidadania” daquelas crianças e adolescentes. Muitos se lembraram das propriedades fantásticas da educação, outros comprovaram nas imagens da TV a íntima relação da pobreza com o crime, e houve aqueles que desfraldaram a bandeira genérica dos direitos humanos. Todos corretos de alguma maneira.

Por conta da minha experiência de Promotor de Justiça, de ex-chefe do Ministério Público e de ex-Secretário de Segurança Pública e Justiça, consegui dominar a emoção natural para tentar compreender o documentário como uma representação do passivo da segurança pública no Brasil e de como a escola em tempo integral é, ao lado de um sistema criminal eficiente, o melhor remédio para combater tamanha iniquidade. Precisamos, Sr. Presidente, adotar as nossas crianças, estipular a escola em tempo integral no primeiro grau, pegando a criança às sete horas da manhã e entregando-a para os pais às seis horas da tarde, para proporcionar a elas alimentação, educação, cursos de língua estrangeira e computação, oportunidade de praticar esportes, enfim, lazer. Não apenas 10, 100, 200, 300 escolas, mas todas as escolas brasileiras de primeiro grau devem adotar o regime integral. Esse, sim, é o melhor remédio para combater tamanha iniquidade.

O ambiente em que se processa a produção de Falcão – Meninos do Tráfico, é um Brasil uniforme na pobreza, na falta de oportunidade de trabalho honesto, destituído de equipamentos sociais básicos, contaminado pelo esgoto a céu aberto e pela desigualdade

acachapante. É também um país submetido à ordem marginal, ao achincalhe da lei, ao capricho de traficantes, ao poder de fogo dos justiceiros, ao mandonismo dos chefetes de gangues e à sevícia das dependências forçadas. O que eu vi na TV foram crianças estropiadas pelo ambiente, o mesmo meio degradante que abriga o engenho criminoso, assentado no comércio ilícito das drogas e das armas.

Ouvi muitos comentários, inclusive da tribuna desta Casa, de que o problema apresentado não pode ser visto sob a ótica da repressão. Sinceramente, não vejo como abstrair essa função do Estado, principalmente por se considerar que a realidade demonstrada é parte de uma estrutura de crime organizado cuja dimensão é estarrecedora.

Sras e Srs. Senadores, a última versão do Relatório da Organização das Nações Unidas sobre as Drogas, publicado em 2005, apontou que aproximadamente 5% da população do planeta, ou 200 milhões de pessoas entre 15 e 64 anos, consumiram algum tipo de entorpecente, tendo por base os anos de 2003 e 2004. São 15 milhões a mais em relação ao levantamento do ano anterior. A maconha, com 160 milhões de consumidores, quase a população do Brasil, é a droga ilícita mais usual. Os consumidores de cocaína somam 15 milhões, são praticamente iguais ao número de usuários de derivados do ópio e crescem assustadoramente, a exemplo dos viciados em anfetaminas e em ecstasy. Mesmo considerando-se que entre 1985 e 2003 o número de apreensões multiplicou-se por quatro em um total de 95 países que apresentaram informações à ONU, o narcotráfico ainda é uma atividade de débil controle mundial e cuja movimentação financeira alcança os bilhões de dólares.

Depois de várias iniciativas, a ONU – a partir de pesquisa própria e com base em dados do Banco Mundial, entre outras instituições – encontrou uma metodologia para estimar o volume de movimentação do mercado global de drogas ilegais. O sistema comporta três critérios de avaliação. Em nível de produção, o mercado está estimado em US\$12 bilhões; em nível de exportação, ou atacado, o mercado está estimado em US\$94 bilhões; por fim, em valor de varejo, ou seja, de acordo com o preço pago pelo consumidor, o mercado de drogas ilícitas no planeta alcança US\$322 bilhões.

De acordo com as demonstrações estatísticas da ONU, o valor da movimentação da droga ilegal em preço de varejo é maior do que o Produto Interno Bruto de 88% dos países do globo. Este mercado, mensurado em preço de atacado, corresponde a 12% das exportações globais de produtos químicos, excede o volume financeiro capitalizado pelas exportações de minérios

e representa 14% das exportações de produtos primários. Comparado às *commodities* e a alguns produtos da indústria de alimento e bebida, o valor das drogas ilícitas, em preço de atacado, ou seja, US\$94 bilhões ao ano, supera as exportações individuais de carne no mundo inteiro (US\$52,5 bilhões); de todos os cereais (US\$40,7 bilhões), do vinho (US\$17,3 bilhões); da cerveja (US\$6,7 bilhões) e do café (US\$5,7 bilhões).

Sr. Presidente, a ONU não reconhece o Brasil como produtor da matéria-prima da cocaína, nem como cultivador de maconha, exceto em pontos localizados. Mas faz graves advertências sobre a vulnerabilidade do País em relação ao tráfico internacional de entorpecentes. Como é sobejamente conhecido desta Casa e desta Nação, as fronteiras brasileiras são um campo aberto para que o crime organizado utilize o território nacional como rota de exportação para os EUA e a Europa. É parte desta droga que corrompe a infância e a juventude das cidades brasileiras. Então, quando analisamos um problema desta magnitude, não podemos nos descuidar do aparato de controle social, de repressão do Estado, de investigação policial, de patrulhamento ostensivo, de justiça criminal e do sistema penitenciário. As crianças apresentadas no abismo brasileiro nascem condenadas ao banditismo porque falta também e, principalmente, política de segurança pública. Um problema, aliás, do qual o Governo Lula tem verdadeira aversão.

O sítio Contas Abertas efetuou um levantamento, com base em dados do Siafi, e concluiu que os investimentos do Governo Federal em segurança pública diminuíram 11% em 2005. Foram investidos R\$475 milhões no ano passado contra os R\$533 milhões aplicados em 2004, já considerados os restos a pagar de exercícios anteriores.

Na realidade, descontando-se os restos a pagar, o Governo investiu R\$183 milhões, ou seja, um real por ano para cada brasileiro em segurança pública, o que é um desastre.

Sr. Presidente, como eu dizia, conforme atestam os levantamentos, “a redução de verbas atingiu três das cinco mais importantes unidades orçamentárias do Ministério da Justiça. O Departamento de Polícia Federal foi o mais afetado pela queda. Em 2004, a Polícia Rodoviária Federal tinha R\$19,5 milhões em recursos. No ano passado, o número caiu para R\$7,7 milhões. O Fundo Nacional de Segurança Pública teve os valores reduzidos em 26%. O terceiro mais atingido pelo corte foi o Fundo Penitenciário Nacional – FUNPEN, que teve redução de R\$55,2 milhões”. Contas Abertas aponta que os recursos para todos os Estados liberados pelo Fundo Nacional de Segurança Pública em 2005 sofreram queda de 29% em relação a 2004, já

considerada a correção pelo Índice Geral de Preços (IGP-DI). Portanto, em valores atuais, os recursos do Fundo corresponderam a R\$283 milhões, valor menor que os R\$396 milhões liberados no último ano do Governo Fernando Henrique Cardoso.

As cenas do documentário são estarrecedoras e, ao mesmo tempo, comoventes. Uma produção dessa natureza é importantíssima, pois revela um Brasil que apodrece ao lado e parece que ninguém se importa. Não acredito que o melhor seja que a sociedade se culpe, mas que se mobilize para que o Brasil possa ter um sistema de segurança e de capacitação social capaz de tirar as nossas crianças das mãos do traficante e entregá-las aos cuidados do professor.

Muito obrigado, Sr. Presidente.

**O SR. PRESIDENTE** (João Batista Motta. PSDB – ES) – Meus parabéns pelo pronunciamento, Senador Demóstenes Torres.

Fará uso da palavra, como último orador inscrito, o Senador pelo Estado do Ceará Luiz Pontes.

**O SR. LUIZ PONTES** (PSDB – CE. Pronuncia o seguinte discurso. Sem revisão do orador.) – Sr. Presidente, Sr<sup>as</sup> e Srs. Senadores, o Governo do Presidente Lula tem-se vangloriado e creditado à sua eficaz gestão o acesso das famílias pobres ao programa Bolsa-Família, mas se esquece de ter encontrado implementados os programas de transferência de renda que já atendiam essa população e apenas mudado o nome desses programas para um único, o Bolsa-Família, e vende como se estivéssemos diante de criação do PT.

O Bolsa-Família nada mais é do que o conjunto de programas sociais de transferência de renda criados no Governo Fernando Henrique, que o atual Governo maquiou, mudou de nome e do qual se apropriou. O Bolsa-Família representa a unificação dos programas de transferência de renda criados durante o Governo Fernando Henrique Cardoso: Bolsa-Escola, Bolsa-Alimentação e Auxílio-Gás.

Para não cometer o mesmo tipo de injustiça que o PT costuma fazer é necessário que se faça aqui um esclarecimento. O Bolsa-Escola foi a versão ampliada do Programa de Garantia de Renda Mínima vinculado à educação, criado em 1997 graças aos recursos garantidos pela aprovação do Fundo de Erradicação e Combate à Pobreza – Emenda à Constituição nº 31, de autoria do nobre Senador Antonio Carlos Magalhães, relatado na época pelo Senador Lúcio Alcântara, atual Governador do Estado do Ceará.

Alguém já se deu ao trabalho de perguntar como e o que fez o Governo atual para chegar aos oito milhões de famílias hoje atendidas pelo programa? Pois então, vamos lá. Só o Bolsa-Escola, entre 2001 e 2002, beneficiou mais de cinco milhões de famílias; o Bolsa-

Alimentação, em apenas 13 meses, atendeu mais de novecentas mil famílias; o Auxílio-Gás, benefício concedido às famílias pobres para compensar a retirada do subsídio ao gás de cozinha, atendeu, desde a sua implantação, todas as famílias que já recebiam alguma das Bolsas. Ou seja, em 2003, quando o novo Governo assumiu, já eram beneficiadas com esses programas de transferência de renda mais de seis milhões de famílias. Fica claro para nós que este Governo nunca teve a honestidade de afirmar que juntou a esse contingente apenas dois milhões de novas famílias, para chegar ao total de oito milhões.

Outra pergunta que deve ser respondida: como fez o Governo para beneficiar essas famílias? Talvez alguns não se lembrem, mas, no início do Governo Lula, foi travada uma verdadeira guerra contra o Cadastro Único dos Beneficiários dos Programas Sociais criado no Governo Fernando Henrique, instrumento utilizado para identificar as famílias que atendiam aos critérios dos programas de transferência de renda.

O ex-Ministro e pai do fracassado Fome Zero, José Graziano, chegou a afirmar que deveria ser jogado no lixo esse Cadastro e ser feito outro, pois esse era parcial e não atendia às exigências necessárias. Depois de muito jogar dinheiro fora, fazendo seminários, inclusive com renomados técnicos de instituições internacionais, o Governo Lula não pôde provar nada que desabonasse o Cadastro e nem o processo de cadastramento. Até hoje o Governo usa o mesmo instrumento, sem considerar sequer as sugestões de estudos realizados durante o Governo FHC, que indicavam ser necessárias alterações para aprimorar o Cadastro.

Diziam – e dizem ainda – que o Governo atual implantou o Cartão Único de Pagamento de Benefícios. Outra grande mentira. O Cartão do Cidadão resultou da unificação dos Cartões do Bolsa-Escola e do Bolsa-Alimentação, durante o Governo Fernando Henrique. Logicamente, utilizando a prática que se tornou rotineira, o Governo do PT mudou o nome do Cartão para os novos beneficiários. É bom que se diga que boa parte das famílias ainda recebe o benefício com Cartão concedido no Governo FHC.

Gostaria de alertar também as Sr<sup>as</sup> e os Srs. Senadores sobre a última medida deste Governo que se diz tão social: a extinção do Peti (Programa de Erradicação do Trabalho Infantil), que tem como objetivo tirar as crianças do trabalho escravo e penoso. O Peti atendeu, em 2005, segundo dados do Ministério do Desenvolvimento Social, um milhão de crianças. Só no Ceará, o Peti atende mais de 25 mil crianças, em 133 Municípios. A bolsa do programa só é entregue à família se a criança comprovadamente freqüentar a escola e a jornada ampliada – um atendimento em

horário alternativo que permite ao aluno praticar esportes, fazer exercícios e participar de cursos de seu interesse.

Esse programa, premiado internacionalmente, foi extinto ou será remodelado – como o Ministério prefere dizer –, e seu orçamento e as famílias por eles assistidas serão incluídos no programa Bolsa-Família, com evidente fim eleitoreiro. O Governo vai contemplar mais famílias com o Bolsa-Família, porém vai, de forma irresponsável, destruir o que havia de mais nobre no Peti, como fez com os demais programas: deixar de exigir a contrapartida – o Peti exigia que as crianças participassem da jornada ampliada na escola para garantir que as mesmas não voltassem ao trabalho.

É esse, Sr<sup>as</sup> e Srs. Senadores, o resultado do “Governo para o Social” do Partido dos Trabalhadores.

Muito obrigado.

**O SR. PRESIDENTE** (João Batista Motta. PSDB – ES) – Não há mais oradores inscritos.

Os Srs. Senadores Gerson Camata, Leonel Pavan, Papaléo Paes, Alvaro Dias, Flexa Ribeiro, a Sr<sup>a</sup> Senadora Lúcia Vânia, os Srs. Senadores Antero Paes de Barros, João Batista Motta, Arthur Virgílio, Juvêncio da Fonseca, Valdir Raupp, Edison Lobão, Romero Jucá e Augusto Botelho enviaram discursos à Mesa para serem publicados na forma do disposto no art. 203, combinado com o art. 210, Inciso I e o § 2º, do Regimento Interno.

S. Ex<sup>as</sup> serão atendidos.

**O SR. GERSON CAMATA** (PMDB – ES. Sem apanhamento taquigráfico.) – Sr. Presidente, Sr<sup>as</sup> e Srs. Senadores, o número de alunos do ensino técnico de nível médio representa menos de 7 e meio por cento do total de estudantes que cursam o ensino médio em nosso país, de acordo com o censo escolar de 2004. É um dado que evidencia a urgência da expansão das redes de ensino profissionalizante no Brasil, diante da crescente necessidade de vagas.

Por este motivo, é bem-vinda a notícia de que o Colégio Eliezer Batista, situado em Jardim América, no município de Cariacica, no Espírito Santo, será reaberto no segundo semestre deste ano, como escola profissionalizante.

Fundado há mais de 45 anos e fechado em 2003, o Colégio Eliezer Batista é um estabelecimento de ensino tradicional, que já serviu de referência em matéria de qualidade de ensino no Estado. Sua reabertura como centro de ensino técnico, que ocorrerá por iniciativa da Companhia Vale do Rio Doce, é importante para as empresas instaladas na região, que necessitam de mão-de-obra qualificada, e para a população de Cariacica. Uma pesquisa feita pela própria Vale constatou a existência de cerca de 30 mil pessoas sem ocupação fixa no município.

De acordo com um estudo realizado pelo Banco Mundial, economias em desenvolvimento necessitam de mão-de-obra flexível, capaz de se adaptar às mu-

danças que ocorrem no mundo do trabalho. Portanto, investir na qualificação de trabalhadores é tão essencial quanto investir em áreas fundamentais para o desenvolvimento econômico.

Cursos profissionalizantes precisam garantir uma formação em atividades que estejam sendo requisitadas pelo mercado. A inadequação de currículos e a ausência de um relacionamento entre escolas e empresas muitas vezes dificultam a colocação dos profissionais recém-formados. Logo, é essencial uma parceria eficiente entre Estado e iniciativa privada no processo de qualificação, para desenvolver estratégias que realmente capacitem os estudantes para a diversidade de competências que, hoje em dia, qualquer emprego requer.

A articulação entre ensino profissionalizante e sistema produtivo, como está ocorrendo em Cariacica, é fundamental para que jovens e adultos possam contar com um ensino de boa qualidade e, terminado seu curso, não tenham dificuldade para encontrar emprego. Iniciativas como a da Vale do Rio Doce deveriam se multiplicar pelo Brasil, pois prestam uma contribuição significativa para resolver um de nossos principais problemas, o da formação de mão-de-obra qualificada.

Como segundo assunto, Sr. Presidente, Sr<sup>as</sup> e Srs. Senadores, quero me referir a um trágico acidente ocorrido em 25 de fevereiro, em Vitória, fez com que o Espírito Santo perdesse um de seus mais destacados empreendedores, um homem simples que, com a ajuda dos filhos, construiu uma das mais prósperas empresas do Estado. Vicente Lorenzon, morto aos 85 anos, era um visionário dotado de coragem, ousadia, talento, criatividade e determinação, qualidades que lhe permitiram erguer – podemos dizer, literalmente, tijolo por tijolo – em alguns anos a maior empresa do segmento de imóveis residenciais em território capixaba.

A história da Lorence Construtora e Incorporadora confunde-se com a da família Lorenzon. De origem humilde, pequeno produtor rural nascido em Venda Nova do Imigrante, na região serrana do Estado, Vicente mudou-se, logo depois do casamento com dona Eusêmia Caliman, em 1946, para Marilândia, na região Noroeste. O casal teve 14 filhos e, em 1980, transferiu-se para Vitória.

Como era tradição em famílias de imigrantes italianos, os filhos foram enviados para estudar em internatos pertencentes a congregações católicas. Apesar da falta de recursos, Vicente e dona Eusêmia não mediram sacrifícios para que custear sua educação – todos cursaram pelo menos uma faculdade. Em Vitória, somando economias e unindo esforços, Vicente e alguns de seus filhos fundaram, em 1980, uma empresa de construção, para dar trabalho aos membros mais novos da família, que estavam chegando para estudar na capital.

Foi um início modesto. Sem capital disponível, os Lorenzon dependiam do dinheiro obtido com a venda dos poucos imóveis que conseguiam construir para dar início a novas obras. Durante seis anos, nenhum dos

sócios recebeu sequer um tostão a título de participação nos lucros. Aos poucos, contudo, foram conquistando um conceito de excelência junto ao mercado, graças ao padrão de qualidade que faziam questão de manter em seus empreendimentos.

Consolidada no mercado imobiliário no final dos anos 80, a Lorenge passou a expandir sua atuação, construindo prédios em bairros como Jardim da Penha e Praia do Canto. No final dos anos 90, iniciou a construção de prédios comerciais. Pioneira na introdução de inovações tecnológicas em imóveis, hoje a empresa gera cerca de 500 empregos diretos, produz sua própria argamassa – numa indústria instalada em Vila do Riacho, em Aracruz –, dispõe de uma usina de concreto e fabrica componentes destinados à construção de edifícios num canteiro de obras com 15 mil metros quadrados.

Todas estas conquistas são o resultado do ânimo visionário e audaz de Vicente Lorenzon. Com seu potencial realizador, ele contribuiu em muito para o desenvolvimento do Espírito Santo, deixando um legado ímpar de empreendedorismo, respeito à ética, dedicação familiar e espírito público. Para que possamos construir um país melhor, mais justo e produtivo, homens como Vicente Lorenzon são indispensáveis. A morte privou-nos do seu convívio, mas o exemplo que proporcionou a todos, capixabas e brasileiros, permanecerá vivo por gerações.

**O SR. LEONEL PAVAN** (PSDB – SC. Sem apinhamento taquigráfico.) – Sr. Presidente, Sr<sup>as</sup>. e Srs. Senadores, passados quase 3 anos e 3 meses do Governo Lula, penso que duas palavras resumem bem a experiência do PT à frente da administração pública federal: incompetência e lentidão. Incompetência, pois é notória a dificuldade deste Governo em gastar os recursos assegurados aos Ministérios pelo oOrçamento fFederal. Lentidão, pois as decisões e as atitudes necessárias ao bom andamento do dia-a-dia da Nação se perdem num emaranhado burocrático sem fim.

Incompetência e lentidão marcaram todos os dias deste Governo e continuam a grassar nas salas refrigeradas que abrigam o alto escalão da Esplanada dos Ministérios! Mesmo quando um problema tão grave como a gripe aviária ameaça se espalhar por todo o mundo, incluindo o Brasil, o Governo se perde nos entraves da burocracia e demora a apresentar ao País, e ao setor avícola, um plano de prevenção e controle da doença.

Há mais de dois anos, a União Brasileira de Avicultura (UBA) vem tentando convencer o Ministério da Agricultura a implantar a chamada regionalização sanitária, que, entre outras vantagens, garantiria a continuidade das exportações de frango brasileiras, em caso da ocorrência no País de casos de gripe aviária ou de outras doenças exóticas. Estando o Brasil dividido em regiões sanitárias, qualquer foco de doença poderia ser rapidamente combatido e eliminado, sem interromper o conjunto da produção.

Infelizmente, só agora o Governo resolveu agir! No último dia 21 de fevereiro, foi publicada uma portaria

submetendo à consulta pública o “Plano Nacional de Controle e Prevenção da Doença de *Newcastle* e de Prevenção da Influenza Aviária”. O setor avícola comemorou o fato, mas criticou, veementemente, a demora do Governo em oferecer um plano de prevenção a esta doença devastadora: a gripe aviária!

Espero, sinceramente, que o Plano vá adiante. Entretanto, não estou muito certo de que isso ocorrerá! No ano passado, a ameaça de uma pandemia de gripe aviária já era uma realidade. Mesmo assim, dos 3 milhões de reais previstos, no oOrçamento de 2005, para prevenção, controle e erradicação das doenças da avicultura, o Governo Lula gastou pouco mais de 1 milhão de reais, exatos 33,45% da dotação inicial!

Esses números são um exemplo cristalino da incompetência e da lentidão deste Governo no trato das grandes questões e dos grandes problemas nacionais! Se sempre foram assim, por que, agora, as coisas iriam mudar?

Como cidadão brasileiro, e como Senador por Santa Catarina, estou extremamente preocupado com esse problema. O Brasil é o maior exportador mundial de carne de frango, e Santa Catarina, o Estado brasileiro que mais exporta o produto. Mesmo sem qualquer registro de casos de gripe aviária, os prejuízos já começam a ocorrer e, por isso, preocupam o setor avícola.

No Porto de Itajaí, os embarques de carne de frango caíram 2% em janeiro. No oOeste de Santa Catarina, um dos principais pólos produtores de frango do País, as indústrias de aves suspenderam temporariamente os investimentos em novos aviários. Desde o início de março, não há quase nenhuma pedido atividade de construção em cidades como Xanxerê, Chapecó, Palmitos e São Miguel do Oeste.

Como cidadão e como Senador, tenho o dever de alertar o Governo para a gravidade do problema, que já começamos a enfrentar. Não custa lembrar: muito além dos gigantescos prejuízos econômicos que poderão advir, está o enorme problema de saúde pública que representará a contaminação de seres humanos pela gripe aviária.

Nesses casos, prevenir é o melhor remédio. E isso precisa ser feito com a maior urgência possível.

Como segundo assunto, Sr. Presidente, Sr<sup>as</sup> e Srs. Senadores, quero dizer que a cada dia que passa surgem novos e comprometedores indícios do envolvimento do ministro da Fazenda, Antonio Palocci, com os seus ex-assessores que fazem parte da chamada “República de Ribeirão Preto”. Primeiro vieram as informações prestadas pelo motorista Francisco das Chagas, que afirmou ter visto o ministro na residência usada pelos ex-assessores de Palocci para “discutir negócios”.

Agora, surge o depoimento do caseiro Francenildo dos Santos Costa, que reafirmou na CPI dos Bingos que o ministro esteve várias vezes na casa alugada pelo ex-assessor Vladimir Poletto. Infelizmente, o governo entrou com um Mandado de Segurança para

evitar que o caseiro confirmasse à CPI o que dissera anteriormente à imprensa.

Sr. Presidente, para que o pesquisador do futuro possa ter acesso ao que realmente foi este governo do PT, requeiro que as matérias relacionadas abaixo passem a integrar esse pronunciamento, a fim de que constem dos Anais do Senado Federal.

**DOCUMENTOS A QUE SE REFERE  
O SR. SENADOR LEONEL PAVAN EM SEU  
PRONUNCIAMENTO.**

(Inseridos nos termos do art. 210, inciso I e § 2º, do Regimento Interno.)

*Presidente também articulou com PT para evitar que partido faça críticas ao ministro*

# Decidido a manter Palocci, Lula arquitetou ida ao STF

DEBORA FERREIRA  
CORRUPÇÃO E MÉRITO

O presidente Luiz Inácio Lula da Silva voltou a defender ontem o ministro Antonio Palocci (Fazenda) e assegurou sua permanência no cargo, em reunião com ministros e parlamentares da base aliada, no Palácio do Planalto.

Ontem à noite, ao chegar a uma cerimônia na Confederação Nacional da Indústria, Lula confirmou aos jornalistas que o ministro fica no cargo. Questionado se Palocci pediu demissão, fez sinal de "não" com o dedo. Na saída, novamente questionado sobre Palocci, Lula disse: "Quando eu tiver que falar, eu falo".

Foi selada pela manhã a estratégia do PT de impetrar mandado de segurança para impedir o depoimento a CPI dos Bingos do caseiro Francenildo dos Santos Costa, que acusou Palocci de frequentar a casa da "república de Ribeirão" no Lago Sul, em Brasília.

Lula disse a auxiliares que não demitirá Palocci por eventuais revelações embaraçosas de sua vida pessoal. A respeito das suspeitas de corrupção pela ligação com ex-assessores do tempo em que Pa-

loci foi prefeito de Ribeirão Preto, afirmou que o ministro negou qualquer tipo de tráfico de influência no atual governo e que acredita na sua inocência.

Do ponto de vista político, Lula avalla que a saída de Palocci seria uma vitória da oposição e enfraqueceria muito o governo. O presidente costurou uma tregua com as alas mais radicais do PT para a reunião do Diretório Nacional do partido no fim de semana. O diretório não fará um documento com críticas à política econômica e a Palocci (leia texto abaixo).

Um dos indicativos da disposição de Lula de manter Palocci é que o ministro já trabalha na elaboração de uma parte do plano de governo do presidente. Ele pediu a vários ministros que elaborem um resumo do que foi feito em cada pasta. As realizações serão colocadas no plano juntamente com metas para o segundo mandato.

Segundo um dos presentes no encontro, Palocci já enfrentou muita pressão, inclusive do PT, para defender o governo, e o governo enfrentará essa pressão para defendê-lo de uma questão que o presidente reputa ser pessoal.

Estiveram na reunião os minis-

tros Marcio Thomaz Bastos (Justiça), Dilma Rousseff (Casa Civil), Jaques Wagner (Relações Institucionais), Giro Gomes (Integração Nacional) e o próprio Palocci, além do líder do governo no Senado, Aloizio Mercadante (PT-SP), e do senador Tião Viana (PT-AC), que impetrou o mandado de segurança no STF.

A reunião começou por volta das 9h. Às 10h20, o mandado de segurança foi protocolado. A idéia de impor limites à atuação da CPI tem sido defendida por Lula e sua viabilidade jurídica tem sido debatida por Thomaz Bastos.

## Defesa dos colegas

Thomaz Bastos defendeu ontem Palocci e disse ter medo de que a CPI dos Bingos esteja fazendo uma investigação seletiva.

"Acredito que a CPI é um instrumento extremamente importante da democracia representativa. Mas tenho muito medo de que esta CPI tenha perdido completamente seu foco e esteja fazendo uma investigação seletiva e uma disputa eleitoral", afirmou Thomaz Bastos, que classificou Palocci como "o melhor ministro da Fazenda que o Brasil já teve".

Já o ministro Jaques Wagner afirmou que a CPI está "despeitando a lei" ao transformar comissão num "palanque" eleitoral. "Eles estão exacerbando claramente, promovendo uma CPI a 24 de junho sem sequer explicar motivo. A CPI está se transformando num palanque, e como é desrespeito à lei", afirmou.

Luiz Fernando Furlan, ministro do Desenvolvimento, saiu em defesa de Palocci. "O ministro é um dos esteios do governo, uma pessoa muito serena, que demorou ao longo da sua trajetória muita credibilidade em tudo que fez." O ex-ministro da Casa Civil José Dirceu também defendeu a permanência de Palocci. ex-ministro, cassado no ano passado sob a acusação de ser o motor do escândalo do "mensalão", disse que Palocci deve ficar no cargo. "Essas acusações têm jeitinho de farsa, casuísmo, montagem. O caseiro [Francenildo dos Santos Costa] está sendo obviamente instrumentalizado pelo PSD Aliás, o que o PSDB está fazendo nessa CPI é claramente inconstitucional", disse Dirceu.

(KENNEDY ALENCAR, FERNANDO ITORRIZU, VERA MAGALHÃES E FÁBIO ZAMINI)

## A POLÊMICA NA CPI DOS BINGOS

# 1

### A DECISÃO DO STF

Em outubro, o ministro Jaques Wagner disse que a CPI tinha perdido o foco. Na manhã de ontem, o senador Tião Viana impetrou mandado de segurança alegando que a CPI exorbitou seus poderes ao investigar outros fatos

# 2

### O OBJETIVO DA CPI

A Constituição diz que às CPIs são criadas "para a apuração de fato determinado e por prazo certo". O objetivo da CPI dos Bingos era investigar "a utilização das casas de bingo para a prática de crimes de lavagem ou ocultação de bens"

# 3

### REAÇÃO DA OPOSIÇÃO

A oposição considerou a decisão uma interferência indevida do Judiciário no Poder Legislativo: "Devemos retornar e formular uma resposta diante do que o Supremo diz", afirmou o relator, senador Garibaldi Alves Filho (PMDB-RN)

## O QUE INCOMODA O GOVERNO

### Caso Waldomiro

Criada em 2004 para investigar o escândalo **Waldomiro Diniz**, a CPI só foi instalada em 2005. A finalidade inicial logo foi deixada de lado quando o empresário Carlinhos Cachoeira afirmou que José Dirceu não estava envolvido.

### Caso GTech

A CPI se voltou então para as suspeitas de irregularidades na renovação do contrato da GTech com a CEF. Ex-dirigentes da empresa acusaram ex-assessores de Palocci e de **José Dirceu** de terem tentado extorquir R\$ 8 milhões.

### Propina em Ribeirão

Rogério Buratti acusou o ministro Antonio Palocci de receber R\$ 50 mil por mês entre 2001 e 2002 da empresa de coleta do lixo da cidade. O dinheiro, diz, era repassado a Delúbio Soares, ex-tesoureiro do PT. Palocci negou.

### Empréstimo de Lula

A CPI convocou o presidente do Sebrae, Paulo Okamoto, para esclarecer quem pagou o empréstimo de R\$ 29,4 mil do PT a Lula. Okamoto disse ter usado recursos próprios. A CPI quebrou seu sigilo, mas o STF barrou a medida.

### Caso Santo André

A CPI convocou João Francisco Daniel, irmão do prefeito assassinado de Santo André, **Celso Daniel**, que acusou o chefe-de-gabinete de Lula, Gilberto Carvalho, de receber propina e repassá-la a Dirceu. Carvalho negou tudo.

### Dólares do exterior

A comissão também ouviu o doleiro Toninho da Barcelona, que declarou ter ajudado na repatriação de dinheiro do PT em contas no exterior e na distribuição do esquema do "mensalão". **Marcos Valério** negou a acusação.

### Caso Cuba

A CPI também convocou o ex-assessor de Palocci Vladimir Poletto, que negou ter transportado, de Brasília para São Paulo, dinheiro de Cuba para o PT em caixas com bebidas. Poletto disse que estava bêbado ao dar entrevista.

### Denúncias contra Palocci

A CPI convidou o ministro **Antonio Palocci** a falar. Palocci defendeu seus colaboradores e negou acusações de corrupção em Ribeirão Preto e no governo. Após o depoimento, novas testemunhas contestaram sua versão.

### A OPOSIÇÃO CONTROLA A CPI

- **Presidente:** Efraim Morais (PFL-PB)
- **Vice:** Mozarildo Cavalcanti (PTB-RR)
- **Relator:** Garibaldi Alves Filho (PMDB-RN)

# Reunião do PT deve poupar ministro

CHICO DE GOIS

PAR REPÓRTEGIUM DA C

A reunião do Diretório Nacional do PT neste fim de semana procurará poupar, neste momento, o ministro da Fazenda, Antonio Palocci, alvo de denúncias.

O próprio presidente do PT, Ricardo Berzoini, divulgou nota última na quarta-feira na qual defende Palocci e diz que as acusações são "claramente motivadas pela disputa político-eleitoral".

No texto, Berzoini repudia "as declarações daqueles que fazem deste processo uma tentativa desesperada de traquejar a crise política como estratégia para influenciar nas eleições de 2006".

O PT deveria resumir a reunião

em uma nota, possivelmente sobre a conjuntura política, na qual abordará a candidatura do PSDB à Presidência e os ataques da oposição à legenda.

O encontro de amanhã e domingo tem como pauta a discussão de temas como conjuntura e política de alianças, programa de governo e construção partidária.

As tendências internas deverão apresentar alguns textos para discussão. Um deles, já vazado para a imprensa, critica a política de juros adotada pelo Banco Central e pede mais investimentos nas áreas sociais.

Para alguns membros da Executiva do partido, o PT não deve embarcar, neste instante, na crítica ao governo. A intenção é poupar

o presidente Luiz Inácio Lula da Silva, que voltou a ganhar popularidade, e Palocci, novamente alvo de denúncias.

Terceiro vice-presidente, Jilmar Tatto defende que o Diretório Nacional não produza nenhum documento na reunião de amanhã. "Para que vamos dar espaço para a oposição nos criticar, justo agora, que estamos indo tão bem?", questiona. Tatto é da tendência PT de Luta e de Massas.

O secretário de Comunicação do partido, Humberto Costa, do antigo Campo Majoritário, também acredita que não sairá nenhum documento do encontro. "Não vamos fechar um documento, talvez apenas uma nota sobre conjuntura nacional", adianta

"Temos de acumular mais debates e há divergências com o que já foi divulgado até aqui."

Costa nega que a intenção do partido seja não jogar lenha na fogueira contra Palocci, embora reconheça que, agora, qualquer crítica à política econômica pode ajudar a fragilizar ainda mais o ministro. "Não é que estamos dando um refresco, mas, naturalmente, qualquer coisa que o fragilize não é bom."

A deputada Maria do Rosário (RS), segunda vice-presidente e ligada ao Movimento PT, prega a unidade da sigla. "O PT entende o recado da crise do ano passado", disse. Para ela, "o bom momento do governo só se dá pela causa de flexões econômicas".

Orientado por Lula, partido trata acusações contra Palocci como manobra eleitoral da oposição. Reunião do diretório para examinar o assunto começa amanhã

# PT REFORÇA DEFESA DO MINISTRO

EUMANO SILVA  
DA EQUIPE DO CORREIO

O diretório nacional do PT vai discutir em São Paulo, durante o fim de semana, como conduzir o caso do ministro da Fazenda Antonio Palocci, acusado pelo casero Francenildo Santos Costa de frequentar uma casa no Lago Sul onde se reúnem ex-assessores da Prefeitura de Ribeirão Preto envolvidos com negócios em Brasília. A intenção da cúpula petista é tratar o assunto no contexto da campanha eleitoral deste ano, no mesmo tom da nota divulgada anteontem pela Executiva. A defesa do ministro se ampara nos sinais emitidos pelo presidente Luiz Inácio Lula da Silva de que mantém no cargo o responsável pela condução da economia.

Depois de reagir e contratar a equipe de transmissora por Lula a Palocci, na manhã das conversas da última terça-feira, a União doudgeia das petistas declarações de Francenildo ao jornal *O Estado de S. Paulo*: "Não esquenta, Palocci, a eleição já começou", disse o presidente. As palavras de Lula deram segurança ao ministro e definiram com perfeição a estratégia do Palácio do Planalto e da direção do PT para o caso. Certos da permanência de Palocci no comando da equipe econômica, os petistas estabeleceram a estratégia para rebater as investidas oposicionistas.

O presidente nacional do PT, deputado Ricardo Berzoini (SP), comanda a defesa de Palocci dentro do partido. A CPI dos Bingos extrapolou todos limites legais", afirmou Berzoini. "Estamos solidários com o ministro Palocci porque sabemos que se trata de um ataque ao presidente Lula e ao partido", disse. Na opi-

denúncias por falta de argumentos para enfrentar Lula na eleição de outubro. "A CPI virou palco eleitoral do PFL e do PSDB", reforça o líder do PT na Câmara, Henrique Fontana (RS). "Depois que o presidente começou a crescer nas pesquisas, os adversários passaram a trabalhar para aterrorizar e desestabilizar o governo", acrescenta o líder.

Os ataques contra Palocci feitos pelos oposicionistas representam uma mudança no tratamento dado até agora aos problemas enfrentados pelo minist-

tro. Durante a crise do governo decorrente das denúncias de pagamento de mensalão, mais de uma vez parlamentares do PSDB e do PFL agiram com prudência e chegaram a defender Palocci. A seis meses e meio das eleições, os adversários têm mais interesse em enfraquecer o ministro.

## Estratégia

Na reunião do diretório, o partido vai tomar as primeiras decisões depois da escolha do governador de São Paulo.

Geraldo Alckmin, como candidato do PSDB à Presidência da República. Menos conhecido dos brasileiros do que o prefeito de São Paulo, José Serra, derrotado em 2002 por Lula, Alckmin enfrenta menor rejeição. O partido terá de definir a estratégia para enfrentar o discurso do tucano de ética e eficiência. Até agora, o governador demonstrou intenção de comparar o desempenho obtido na administração do estado com os resultados apresentados por Lula.

A direção petista vai avaliar ainda o crescimento de Lula nas pesquisas eleitorais divulgadas nos dois últimos meses. Com a oficialização do nome de Alckmin, o candidato dos tucanos tende aparecer mais na mídia e deve subir na preferência dos eleitores. Segundo o Ibope, se a eleição fosse hoje o presidente seria reeleito no primeiro turno. Outras decisões, relacionadas às alianças partidárias, dependem da conclusão do processo sobre a regra da verticalização.

O PT também avança no fim de semana na discussão sobre o programa para o próximo governo. A tendência do partido é aprovar um documento com propostas de ajustes na política econômica, sem renegar as opções feitas pelo governo Lula, com reafirmação da responsabilidade fiscal, da vigilância em relação à inflação e com especial ênfase na execução orçamentária. "Deve ser linear e rápida", define Berzoini.

Outro ponto da pauta da reunião dos petistas será um balanço de todas as áreas da administração federal. Há divergências internas sobre o desempenho do governo, mas prevalece no PT a opinião de que, apesar das dificuldades, há muito para ser apresentado aos eleitores. Programas como o Bolsa Família e o Luz para Todos serão explorados com insistência durante a campanha.

## NÃO ESQUENTA, PALOCCI, A ELEIÇÃO COMEÇOU

*Luiz Inácio Lula da Silva,  
presidente da República*

## A CPI DOS BINGOS EXTRAPOLOU TODOS OS LIMITES

*Deputado Ricardo Berzoini,  
presidente do PT*

## DEPOIS QUE O PRESIDENTE COMEÇOU A CRESCER NAS PESQUISAS, OS ADVERSÁRIOS PASSARAM A TRABALHAR PARA ATERRORIZAR E DESESTABILIZAR O GOVERNO

*Deputado Henrique Fontana,  
líder do PT na Câmara*



## “MERCADO TRANQUILO”

• Ao contrário da oposição, que retirou seu apoio ao ministro da Fazenda, Antonio Palocci, o mercado financeiro passou o dia afilado com notícias sobre a iminência de sua demissão. Os operadores prevêem o que chamam de “forte ajuste”, caso Palocci perca o emprego. Usam uma lógica simples: o sucessor seria o atual secretário-executivo do Ministério da Fazenda, Murilo Portugal, que, a despeito de ser considerado muito melhor que Palocci do ponto de vista técnico, não teria condições políticas de resistir às pressões por mudanças na política econômica, vindas sobretudo do PT.

• Sem Palocci, Lula pode antecipar a guinada à esquerda que está sendo esperada para 2007. Com isso, 2006, que estava em céu de brigadeno, ganha uma série de “mortezas”, disse ao Correio o trader Jorge Alberto Cabral, operador de renda fixa da Concor. Da carteira fora também das maiores do país, pertencente ao grupo sula da família do ministro do Desenvolvimento, Luiz Fernando Burlan.

• “O melhor para o mercado é que as coisas continuem como estão pelo menos até janeiro do próximo ano”, acredita o analista Marcelo de Aguiar, diretor de investimentos e chefe de estratégia da Metecat.

• Assessoria de imprensa: Núm da imprensa: 011-3063-1111. Depoimentos: 011-3063-1111. Presidência da Bolsa de Valores de São Paulo: Ramon,

011-3063-1111. Depoimentos: 011-3063-1111. Depoimentos: 011-3063-1111.

• O que os operadores do mercado financeiro chamam de “forte ajuste” é a venda em massa de títulos e valores atrelados ao real e a compra de ativos em dólar. O reflexo perceptível de um movimento desse tipo seria a alta na taxa de câmbio – atualmente flutuando em torno de R\$ 2,14 – e consequente redução da inflação de curto prazo.

• A saída de Palocci do mercado financeiro não seria o fim do ministério. Se o PT permanecer atualmente em oposição, ganhará força para reduzir o controle sobre os gastos públicos. Num primeiro momento, isso trará crescimento para a economia. Mas para consigo o

• efeito colateral de aumentar o já explosivo nível da trilionária dívida pública. Com isso, o governo só conseguirá dinheiro emprestando para financiá-la pagando juros maiores. Seria a hora de a economia andar na contra-mão, com mais desemprego.

• Num cenário incerto como esse, quem tem dinheiro prefere se resguardar, guardando-o numa aplicação ao mesmo tempo rentável e segura, como o dólar. Se a demanda por moeda estrangeira aumenta, sua cotação se eleva. Os produtos importados ficam mais caros e alimenta a inflação, que precisa ser combatida com mais juros altos, mais desemprego e mais incerteza. Antonio Palocci, para o mercado, é um muro forte o suficiente para conter o PT e todo o cenário nebuloso que o partido carrega, em se tratando de economia.

Durante solenidade à noite, Lula garantiu que o chefe da equipe econômica permanece no cargo. “Fica, fica”, resumiu o presidente, que agora tenta neutralizar adversários e evitar abalo na avaliação do governo

# PLANALTO SEGURA PALOCCI

LUIZ CARLOS AZEDO E  
LILIAN TAHAN  
COLABORADORES  
DA EQUIPE DO CORREIO

O presidente Luiz Inácio Lula da Silva comandou a reação do governo a tentativa da oposição de forçar a demissão do ministro da Fazenda, Antonio Palocci. Na quarta-feira, à noite, conversou com o líder do governo no Senado, Aloizio Mercadante (PT-SP), e disse-lhe que pretende manter o ministro no cargo. Na manhã de ontem, chamou Palocci à reunião de coordenação do governo e deixou claro que quer todo o governo operando em defesa do ministro da Fazenda. Mais tarde, em solenidade na Confederação Nacional da Indústria (CNI), Lula negou que o ministro tenha pedido demissão e voltou a dizer que Palocci permanecerá no cargo. “Fica, fica”, disse. Segundo Lula, o alvo da oposição não é o ministro, e ele próprio.

Participaram da operação para manter Palocci no cargo a ministra do Trabalho, Dilma Rousseff, o secretário-geral da Presidência, Luiz Dulci, e o ministro das Relações Institucionais, Jaques Wagner. E mais os ministros da Justiça, Marcio Thomaz Bastos, e da Integração Nacional, Ciro Gomes. Também foram chamados por Lula à reunião de coordenação de governo, ontem pela manhã, o líder do governo no Senado, Aloizio Mercadante (PT-SP) e o senador Tião Viana (PT-AC), que já havia recorrido ao Supremo Tribunal Federal (STF) para evitar o depoimento do caseiro Francenildo dos Santos Costa na CPI dos Bingos.

“O presidente Lula sabe que a oposição quer derrubar o ministro Palocci para enfraquecer seu governo e atingir-me pessoalmente. Não podíamos aceitar uma convocação cujo único objetivo é tentar desmoralizar o ministro e o governo”, justificou Mercadante.

## Repercussão

Durante todo o dia, o governo acomodou-se com apreensão o desenrolar da crise, temendo as repercussões do depoimento do caseiro. No final da tarde, a avaliação era de que a liminar

concedida pelo ministro Cezar Peluso demonstrou o acerto da estratégia do governo em relação ao Congresso. Para o presidente Lula, que reuniu-se novamente com Palocci e Dilma Rousseff no final da tarde, a CPI dos Bingos foi transformada pela oposição num palco eleitoral. A oposição pretendia desmoralizar o ministro da Fazenda e, com isso, tentar derru-

bar os índices de aprovação do governo Lula, atribuídos em grande parte ao desempenho da economia

## “Dignidade”

Mercadante fez veemente defesa do ministro da Fazenda na tribuna do Senado. Argumentou que Palocci fora desrespeitado em seus direitos e garantias constitucionais ao ter sua vida

pessoal “devassada” pelos jornais de maior circulação do país, bem como pela CPI dos Bingos. Também apoiou o senador Tião Viana, que obteve liminar suspendendo o depoimento do caseiro Francenildo Santos Costa, sendo alvo de duras críticas da oposição.

O ministro Jaques Wagner afirmou que “tem absoluta convicção de que o presidente Lula não quer abrir mão do

ministro Palocci”. Segundo Wagner, as denúncias contra Palocci fazem parte do atual embate político. “As pessoas estão se excedendo. As pesquisas já mostraram à oposição que essa trilha de denúncias gera resultados negativos. A CPI dos Bingos não quer investigar nada, só gerar desgaste para o governo”, afirmou.

COLABOROU SANDRÃO LIMA

# Oposicionistas cobram demissão

UGO BRAGA

DA EQUIPE DO CORREIO

Diante dos novos e comprometedores indícios do envolvimento de Antonio Palocci com os lobistas da República de Ribeirão Preto, a oposição renunciou definitivamente ao papel de avalista do ministro da Fazenda. No meio da tarde, com os ânimos ainda inflamados pela liminar concedida pelo Supremo Tribunal Federal contra o depoimento do caseiro Francisco dos Santos Costa, o líder do PSDB no Senado Arthur Virgílio (AM), sobiu a tribuna e cobrou a demissão imediata de Palocci: "A mim, causou profunda decepção. Hoje paguei por ele o último preço", avisou. "Ele não vem mais condições de negociar com o BID parlamentares, empresários e banqueiros. Aquele que depende, para a sua sobrevivência, do silêncio imposto pela força a um caseiro de 24 anos não é mais ministro."

Momentos antes, o senador Antonio Carlos Magalhães (PFL-BA) havia defendido da mesma tribuna o afastamento do ministro da Fazenda. Até mesmo o mais moderado de todos os oposicionistas, o senador Pedro Simon (PMDB-RS), propôs a saída de Palocci ainda que durante alguns dias, até que tudo se esclareça. "Afastete-se, ministro, agora e queira Deus

que possa voltar em um mês com a imagem limpa", falou.

A fala de Virgílio foi emblemática porque, no passado, ele articulou a rede de proteção formada em torno de Palocci pelos partidos de oposição. Tucanos e pefelistas fizeram de tudo para fortalecer Palocci no cargo sempre que ele sofreu ataques da Casa Civil da Presidência da República, tanto no tempo em que a pasta foi chefiada pelo deputado cassado José Dirceu (PT-SP) quanto nas investidas da atual ministra, Dilma Rousseff.

## Corrupção

Num e noutro casos, o problema nada tinha a ver com corrupção. Estava ligado à política econômica, ancorada num rígido plano de controle dos gastos públicos. Apoiando-se no PT e estimulados pelo presidente Luiz Inácio Lula da Silva, tanto Dirceu quanto Dilma pressionaram Palocci por mudanças na política fiscal, que estaria impedindo o país de crescer. Como o programa econômico é rigorosamente igual — embora com nuance mais ortodoxa — ao dos dois mandatos do tucano Fernando Henrique Cardoso, PSDB e PFL lutaram para preservar o ministro e, no fim das contas, manter intocada a política econômica.

No ano passado, as primeiras informações sobre a proximidade de Anto-

nio Palocci com a República de Ribeirão Preto coincidiram com o fogo amigo atirado por Dilma Rousseff sobre a política econômica. Daí a oposição ter defendido o ministro e o transformado em fiel depositário da estabilidade da economia em geral e do mercado financeiro, em particular.

Agora, o quadro mudou. Os oposicionistas não admitem publicamente, mas acham que, na reta final do mandato, é impossível ao presidente Lula patrocinar guinadas na política econômica. Ou seja, Palocci não é mais pessoalmente necessário para manter o ajuste fiscal. Além disso, Lula voltou a crescer nas pesquisas de opinião. E o período em que esteve mal avaliado, em 2005, coincidiu com as semanas em que emergiram denúncias contra Palocci e contra o marqueteiro presidencial, Duda Mendonça. Por isso, ambos tornaram-se alvos preferenciais.

Nos últimos dias, interlocutores do Palácio do Planalto infiltrados na oposição levaram a Lula a notícia de que PFL e PSDB teriam tomado a decisão de acabar com o acordo de cavaleiros segundo o qual estavam proibidos ataques ao ministro da Fazenda e à família do presidente. Começou o vale-tudo.

**"AQUELE QUE DEPENDE, PARA A SUA SOBREVIVÊNCIA, DO SILÊNCIO IMPOSTO PELA FORÇA A UM CASEIRO DE 24 ANOS NÃO É MAIS MINISTRO"**

# SUPREMO SOCORRO

Ministro do STF impede que caseiro conte detalhes sobre a relação de Palocci com a República de Ribeirão Preto. "A decisão cerceia as atividades da CPI", reage o relator Garibaldi Alves Filho

LETÍCIA SANDER E  
RODRIGO LOPES  
DA EQUIPE DO CORREIO

**U**ma liminar concedida pelo ministro Cezar Peluso, do Supremo Tribunal Federal (STF), livrou ontem o ministro da Fazenda, Antonio Palocci, de uma exposição que prometia ser devastadora na CPI dos Bingos. A decisão caiu o caseiro da chamada República de Ribeirão, Francenildo dos Santos Costa, e abriu mais uma crise entre o Legislativo e o Judiciário. O precedente aberto por Peluso pode limitar, daqui para frente, a amplitude das investigações da comissão, chamada de "CPI do Fim do Mundo" pelo PT e aliados.

Sob orientação do ministro da Justiça, Márcio Thomas Bastos, coube ao senador Tião Viana (PI-AC) a tarefa de livrar o ministro Palocci. A CPI afirma que os dados para redigir o mandado de segurança impetrado pelo senador foram solicitados ao Senado pelo Ministério da Justiça e o Palácio do Planalto. A

ordem era fazer tudo para evitar que o caseiro confirmasse à CPI o que dissera em entrevista à imprensa — que Palocci frequentava a mansão alugada em Brasília por um grupo de ex-assessores na prefeitura de Ribeirão Preto (leia mais na página 3), ao contrário do que sustentou até agora o ministro.

Tião Viana entrou com o mandado de segurança no STF pouco antes do horário marcado para a CPI começar a ouvir o caseiro. Enquanto a resposta do Supremo não chegava, o presidente da comissão de inquérito, senador Efraim Moraes (PFL-PB), se apressou em dar início ao depoimento, que só durou 40 minutos. Exatamente às 14h08, a senadora Ideli Salvatti (PT-SC) tentou impedir o avanço da sessão, anunciando que a decisão do STF havia sido proferida. "Esta mesa não foi notificada", reagiu Efraim, brando a palavra da senadora, que reagiu aos berros. O senador Antero Paes de Barros (PSDB-MT) reclamou. "Quase 42 anos depois (da ditadura), o STF tenta calar o Congresso. Isso não é bom

Eram 14h12 quando Efraim anunciou que estava suspendendo a sessão. Leu a decisão do ministro Peluso aos colegas e lamentou a atitude de Viana, de recorrer ao tribunal. "Com essa decisão, o Senado fica menor. A decisão tira poderes do Senado. Estamos buscando a verdade que a sociedade cobra", afirmou o pefelista. Tião Viana alegou que a CPI tentava expor a vida pessoal do ministro. Francenildo, muito à vontade durante o tempo em que pôde falar, deixou a sala da CPI aplaudido pela oposição. Assessores e curiosos que assistiam ao depoimento gritavam: "Parabéns, parabéns".

## Oposição reage

A oposição reagiu com indignação e prometeu tentar reverter a decisão do STF. O senador Antonio Carlos Magalhães (PTL-BA) afirmou que dará entrada em uma proposta de emenda à Constituição (PEC) limitando a ingerência do Judiciário nos trabalhos do Legislativo. "Considero esse o fato mais grave já ocorrido desde a ditadura militar. O autor da liminar não é um

mau juiz, mas cassar o depoimento de uma pessoa porque compromete um ministro do governo é atender a pedidos de favores do presidente da República". O relator da CPI, senador Garibaldi Alves (PMDB-RN), avaliou que, à primeira vista, a decisão cerceou a liberdade da CPI. "Esta decisão, a meu ver, não tem a ver só com o Francenildo. Ela cerceia as atividades da CPI. E não podemos abrir mão de determinadas prerrogativas", afirmou. Além de atividades relacionadas aos Bingos, a CPI investiga acusações de corrupção contra Palocci e o assassinato de Celso Daniel, o ex-prefeito petista de Santo André.

Aliado do governo, o presidente do Congresso, senador Renan Calheiros (PMDB-AL), aparentemente compactuou com a estratégia de tentar limitar as investigações da comissão. Horas depois da polêmica, prestigiou Tião Viana, enviando-lhe para representar o Senado na cerimônia de posse do mais novo ministro do STF, Enrique Lewandowski. Questionado por jornalistas a respeito da polêmica, Renan

foi dúbio: "Se for preciso recorrer, vamos recorrer. Farei isso com satisfação. Mas é importante lembrar que esta CPI foi criada por decisão do STF. E se ela tem poder julgante, tem que se ater ao processo legal".

Os petistas ficaram isolados na defesa do STF e de Viana. "Esta CPI não tem nenhuma isenção, perdeu a credibilidade há muito tempo. Não dá para investigar nada neste palco de proselitismo e demagogia dos senadores. Esta comissão virou uma inquisição contra o governo Lula", afirmou o líder do PT na Câmara, Henrique Fontana (RS).

O ministro Peluso, após a posse no STF alegou ter determinado a interrupção do depoimento, sem pedir explicações aos parlamentares, porque ele já estava em curso. E afirmou: "Juiz que não consegue conviver com críticas tem que deixar de ser juiz". Nomeado em 2003 pelo presidente Luiz Inácio Lula da Silva, Peluso é casado com a consultora jurídica do Ministério da Justiça, Lúcia de Toledo Piza Peluso.

COLABORARAM UGO BRAGA E SANDRO LIMA

# Memória

## A crise do terreno

*Em 9 de outubro de 2005, uma reportagem do Correio revelou que três dos cinco assessores do ministro Cezar Peluso, à época, trabalharam no escritório do advogado Brasil do Pinhal Pereira Salomão. Palocci, quando era prefeito de Ribeirão Preto (SP), tentou legalizar a situação de um terreno invadido, segundo a Justiça, por Brasil Salomão. Hoje, o terreno abriga o escritório de Salomão, um dos mais luxuosos da cidade. Os assessores de Peluso à época eram Heloísa Estellita, Aldo de Paula Junior e Roger Galino.*

*Segundo a reportagem, o então prefeito Palocci tentou solucionar o caso do terreno com um acordo proposto pelo próprio Salomão. Mas a Justiça se negou a homologar o acordo. O juiz Ricardo Braga Monte Ser-*

*rat escreveu: "Salta aos olhos o absurdo de tal acordo, pois, por intermédio dele, não alcança a administração proveito algum".*

*À época, a assessoria do STF informou que Heloísa Estellita foi convidada a integrar o gabinete de Peluso em 2003. Os outros dois advogados teriam sido convidados por ela para ocupar os cargos. Heloísa e Aldo já deixaram o gabinete. Heloísa foi trabalhar com advogados da Leão Leão, a empresa acusada por fraudes na gestão Palocci em Ribeirão. Só Roger Galino continua trabalhando com o ministro Peluso.*

*Ontem, questionado a respeito da proximidades de seus assessores com Palocci, Peluso afirmou "É mentira que eu tenha três assessores de Ribeirão. É uma falsidade. Só tenho um funcionário de Ribeirão, e acho que ele nem conhece o Palocci. Que eu saiba, não é crime nascer em Ribeirão".*

Durou pouco o depoimento de Francenildo dos Santos à comissão de inquérito, mas foi suficiente para o caseiro confirmar que Palocci freqüentava a mansão de festas alugada pela República de Ribeirão Preto

# “CONFIRMO ATÉ MORRER”

O que Francenildo disse

“VI A MALA DO VLADIMIR (POLETO), QUANDO ELE FAZIA O PAGAMENTO. ERA TANTO DINHEIRO QUE DAVA PARA FORRAR MALA”

“FIQUEI CURIOSO, DE MUTUCA, ESCONDIDO ATÉ QUE VI QUE ERA O PALOCCI”

“ELE É UM MINISTRO, E EU SOU SÓ UM CASEIRO”

RODRIGO LOPES  
CORREIO

O caseiro Francenildo dos Santos Costa precisou de menos de 50 minutos de depoimento a CPI dos Bingos para reafirmar o que presenciava na casa alugada por ex-assessores do ministro da Fazenda, Antonio Palocci, no Lago Sul, durante 2003 a 2004. Mesmo nervoso e com dificuldades para pronunciar as palavras, ele complicou o governo ao confirmar que Palocci freqüentava a casa, onde os integrantes da chamada República de Ribeirão Preto se reuniam para promover festas e supostas partilhas de dinheiro que chegava em malas, segundo disse a comissão de inquérito.

“Confirmo até morrer que o ministro frequentava a casa”, disse. Ele acrescentou: “Se tivesse um celular com câmera fotográfica teria tirado uma foto para comprovar tudo”. Se não fosse a limitação imposta pelo Supremo Tribunal Federal (STF), que suspendeu o depoimento, quando o terceiro senador fazia perguntas, o estrago no governo poderia ser maior.

O caseiro confirmou também que Palocci era tratado por “chefe” pela confraria de Ribeirão Preto, integrada

por Rogério Buratti, Vladimir Poletto, Ralf Barquete (já falecido) e pelo atual assessor especial do ministro, Ademirson Arrovaldo da Silva. Francenildo disse ainda que o ministro era íntimo de Buratti, o que havia sido negado pelo ministro durante depoimento a CPI em janeiro. Na ocasião, além de negar qualquer vínculo de amizade com Buratti ou Barquete, Palocci garantiu que jamais fora à casa no Lago Sul. “É minha palavra contra a do Palocci. Ele é um ministro, e eu sou só um caseiro,

mas que o Palocci ia casa, ia”, disse.

Ao ser perguntado novamente se percebia uma amizade verdadeira entre Palocci e Buratti, respondeu: “Ave Maria, se não era amigo, era o quê?” Ele também contou que viu muito dinheiro na casa. “Vi a mala do Vladimir (Poletto), quando ele fazia o pagamento. Era tanto dinheiro que dava para forrar mala”, lembra o caseiro, sem detalhar o tamanho da valise. O caseiro admitiu, porém, nunca ter visto o ministro conversar com dinheiro.

Perguntado por que decidiu falar agora, Francenildo disse que é uma pessoa de bem, que nunca fez nada contra a lei. “Ai eu senti que tinha de falar.” Ele relatou o episódio em que acompanhou o motorista Francisco das Chagas Costa até o Ministério da Fazenda para levar um pacote de dinheiro para Ademirson Arrovaldo da Silva.

**Fotografia:**

O senador Alva, o Dias (PSDB-PR), autor do requerimento para convocação

do caseiro, exibiu 12 fotos em um telão de pessoas que poderiam ter frequentado a mansão, para que o caseiro pudesse identificar quais havia visto. Ele reconheceu a foto do ministro e de Juscelino Dourado, ex-chefe de gabinete do Ministério da Fazenda. Quando foi exibida a fotografia de Poletto, o caseiro comentou: “Ah, esse era o meu patrãozinho”.

Segundo o caseiro, Palocci chegava na casa entre as 18h30 e 19h. “Às vezes demorava para sair”, contou. O caseiro ressaltou que o ministro ia normalmente sozinho. Francenildo disse que a primeira vez que Palocci foi à mansão, chegou acompanhado de Ademirson. Segundo ele, as pessoas da casa referiam-se a ele como “chefe”. O caseiro contou ter ficado curioso para saber quem era o tal de chefe e permaneceu escondido na chegada do ministro. “So descobri quem era o “chefe” quando fiquei de mutuca e vi o ministro entrando na casa”, disse. A sessão foi interrompida pouco depois das 14h.

O presidente da CPI dos Bingos, senador Efraim Moraes (PFL-PB), enviou ofício ao diretor-geral da Polícia Federal, delegado Paulo Lacerda, pedindo providências para proteger a integridade física de Francenildo.

# Clima de velório na Fazenda

A afirmação do ministro da Fazenda, Antonio Palocci, de que nunca esteve na casa do Lago Sul usada pela chamada "República de Ribeirão Preto" não convenceu nem mesmo alguns dos mais importantes membros de sua equipe. Diante da firmeza dos depoimentos dados pelo caseiro Francenildo Santos Costa, que afirma ter visto Palocci na casa "umas 10 ou 20 vezes", destacados funcionários da Fazenda ouvidos pelo Correio passaram a acreditar que o "chefe" deve estar mesmo mentindo. Mas os auxiliares do ministro ainda têm certeza de que ele não está envolvido em negócios ilícitos.

"A eventual participação dele em festas privadas na casa não significa que ele tenha entrado em negociações. Esse é um assunto de foro íntimo. O que ele foi fazer lá nessas festas teve caráter pessoal e não público", disse enfaticamente. Segundo esse funcionário do Correio, de fato, a festa muito provavelmente tinha outros destinos do comandante. Sem dúvida, porém, ela afetou o ministro. E isso torna a situação de Palocci e

**bastante delicada. Além disso, é mais grave do que na primeira onda de denúncias contra sua conduta na prefeitura de Ribeirão Preto, no ano passado, que quase o levou a deixar o cargo.**

A diferença, agora, é que há duas testemunhas afirmando, sem deixar margem para dúvidas, que o ministro esteve na casa do Lago Sul, onde continuava sendo chamado de "chefe" pelos ex-assessores Vladimir Poletto e Rogério Buratti. Além do caseiro, o motorista Francisco das Chagas Costa, que trabalhava para Poletto, também diz ter visto o ministro na residência. Palocci continua negando. "Está todo mundo muito preocupado. O ministro está numa situação constrangedora para explicar o que estava fazendo ali sem complicar sua vida pessoal. Mas ele não é corrupto", afirmou um outro assessor da Fazenda.

Segundo a análise de um terceiro técnico, a apreensão é maior porque, dependendo do desenrolar dos fatos nos próximos dias, Palocci pode perder a condição moral necessária para permanecer no comando da política econômica. Ainda de acordo com essa fonte, nos últimos anos, parlamenta-

res da oposição preservaram a vida pessoal de políticos envolvidos em escândalos. "Pelo que a gente tem visto nos últimos dias, essa benevolência aparentemente deixou de existir no caso do ministro", disse. Os técnicos temem que a tradicional habilidade política de Palocci não consiga contornar a radicalização da oposição.

## Batalhas internas

Alguns técnicos mais ciosos da continuidade da política econômica começam a temer a substituição de Palocci

por alguém sem ascendência sobre o presidente Luiz Inácio Lula da Silva. Embora o próprio Lula tenha se transformado no fiador da política ortodoxa, existe o temor de que um eventual novo ministro venha a perder batalhas internas para colegas mais fortes, como a ministra-chefe da Casa Civil, Dilma Rousseff. "Se ela conseguiu barrar a discussão do ajuste fiscal de longo prazo com o Palocci aqui, imagina se vier alguém mais fraco", avalia uma outra fonte. Para ela, o secretário-executivo da Fazenda, Murilo Portugal, não teria

### O MOTORISTA FRANCISCO DAS CHAGAS, QUE TRABALHAVA PARA POLETO, TAMBÉM CONFIRMOU NA CPI DOS BINGOS TER VISTO O MINISTRO NA RESIDÊNCIA

força o suficiente para "peitar" Dilma.

Mesmo desgastado, Palocci ainda não deu sinais de que queira sair. Primeiro, porque Lula tem demonstrado apoio até agora incondicional, afirmando que tem uma "confiança inabalável" nele. Além disso, promotores públicos estão apenas esperando uma eventual saída do ministro da Fazenda para pedir sua prisão por irregularidades cometidas na prefeitura de Ribeirão Preto -- se deixar o cargo, Palocci perde o foro privilegiado. Nem ele quer parar na cadeia nem Lula quer enfrentar uma campanha para a reeleição com um de seus dois principais assessores cassado. José Dirceu e o outro encarcerado.

Segundo a assessoria de imprensa, Palocci manteve todos os compromissos previstos para ontem. A agenda divulgada só informava que ele teria reuniões internas no Palácio do Planalto. Lá, o ministro tem uma sala exatamente ao lado do gabinete de Lula. Palocci temido muito pouco ao ministério nos últimos dias, preferindo ficar ao abrigo palaciano. Os assessores não confirmaram se ele assistiu ou não o depoimento do caseiro Francenildo a Comissão Parlamentar de Inquérito (CPI) dos Bingos.

*Antes de ter depoimento suspenso, testemunha reiterou que Palocci visitava 'casa do lobby' e que ministro era chamado de 'chefe'*

# “Confirmando até morrer”, afirma caseiro

Antes de seu depoimento fosse proibido pelo Supremo Tribunal Federal, o caseiro Francenildo dos Santos Costa, 74, reafirmou na CPI dos Bugos que o ministro Antonio Palocci (Fazenda) esteve várias vezes, entre 2003 e 2004, na casa do Lago Sul, em Brasília alugada pelo economista Vladimir Poletto. “Confirmando até morrer”, disse o caseiro em relação às denúncias que vem fazendo.

Em um depoimento que durou cerca de uma hora e questionado apenas por três senadores, Nildo disse que, além de Palocci e dos membros da “república de Ribeirão” já citados, pode ter esado na casa Juscelino Dourado, o ex-chefe-de-gabinete de Palocci.

Dourado foi auxiliar direto de Palocci até setembro do ano passado, quando deixou o cargo em meio às investigações da CPI.

A CPI investiga se empresários de casas de bingos se reuniram no local com Palocci e seus auxiliares. O ministro nega ter frequentado a casa.

O relator da CPI, Garibaldi Alves (PMDB-RN), a senadora Heloísa Helena (PSOL-AL) e o senador Alvaro Dias (PSDB-PR) foram os únicos que conseguiram fazer perguntas a Nildo. Dias reproduziu em um telão colocado na sala da CPI fotografias de pessoas que poderiam ter ido à casa.

De imediato, o caseiro identificou Rogério Buratti e o Ralf Barquete —dois secretários das gestões de Palocci em Ribeirão Preto. Ele demorou um pouco para identificar Ademirson Ariovaldo da Silva, o secretário particular de Palocci. Por fim, afirmou que Juscelino Dourado compareceu a um churrasco na casa.

“Acho que vi ele [Dourado] na churrasqueira, mas não lembro o nome”, disse, ao ver a foto dele.

Ao ver a imagem de Vladimir Poletto —outro assessor de Palocci, o caseiro fez um comentário que provocou risos: “Esse aí é meu patrãozinho”. Sobre Palocci, o comentário foi parecido: “Ah, esse aí era o chefe.” Ele contou que recebia ordens de Barquete, Buratti e Ademirson. Disse, porém, que era Poletto quem fazia o pagamento do seu salário. “Ele é quem dava salário. Era pago em dinheiro. Trazia numa maleta.”

O caseiro voltou a relatar que Barquete, Poletto e Buratti se referiam a Palocci como “o chefe”.

“Na primeira vez [em que viu Palocci] o doutor Ademirson levou ele. Quando o carro chegou, vi ele [o ministro] saindo. No outro dia, comentei com o Francisco [Chagas da Costa, motorista que trabalhava para o grupo na casa]. O chefe e o Palocci, né?”

Nildo disse que soube de um desentendimento entre Buratti e Palocci através do motorista. “Ouvei do motorista que eles tinham brigado. Foi por causa de mulher.”

O caseiro confirmou que conversou com Palocci só uma vez pelo interfone. Disse que ele ia à casa a maioria das vezes sozinho, entre as 18h30 e as 19h. Segundo ele, quase sempre tinha “uma menina” à espera dele e que costumava deixar o local por volta das 22h. Relatou, porém, que numa tarde chegou a servi-lo enquanto jogava tênis na casa. “Levei vinho e Red Bull [bebida energética].”

O caseiro não identificou empresários ou demais políticos que podem ter ido à casa. Questionado sobre esse assunto por Garibaldi Alves, o caseiro confundiu-

se e acinou que o senador se referia aos parlamentares que estavam no depoimento. “Assim que cheguei, dei uma olhada boa aqui [na CPI], mas não tinha desses [senadores presentes] lá [na casa].”

*Eu confirmo até morrer [que vi Palocci na casa]*

*Eu só ouvia comentário. “O chefe vem hoje, o chefe vem hoje”. Aí fiquei curioso. Fiquei de butuca, escondido.*

*Aí o carro chegou*

FRANCENILDO DOS SANTOS COSTA  
Caseiro da “casa do lobby”

## TV esconde depoimento de caseiro à CPI

DANIEL CASTRO  
COLUNISTA DA FOLHA

Principal canal de notícias do país, a Globo News não exibiu o depoimento do caseiro Francenildo dos Santos Costa. Enquanto Costa com prometia o ministro da Fazenda, Antonio Palocci Filho, na CPI dos Bingos, o canal da Globo mostrava sessão da Comissão de Ética da Câmara que discutia o envolvimento do deputado José Mentor (PT-SP) no esquema do “mensalão”.

A Globo afirma que optou por transmitir a sessão da Comissão de Ética porque “a sociedade cobra que os meios de comunicação acompanhem os processos até o fim e dêem visibilidade a eles, para evitar o risco de pizza”. Como na comissão o voto é aberto, o canal acredita que prestaria um serviço aos telespectadores. Mas a votação acabou adiada.

Além disso, defende a Globo, na CPI dos Bingos “o caseiro confirmaria o que já dissera em entrevista coletiva”. A Globo News é produzida pela Central Globo de Jornalismo, da TV Globo —que noticiou o depoimento do caseiro com destaque no “Jornal Nacional”.

O canal transmitiu a sessão sobre José Mentor até seu final, às 14h17. A essa altura, o depoimento do caseiro Francenildo Costa na CPI dos Bingos já havia sido suspenso por liminar do STF. Às 13h59, enquanto transmitia da Comissão de Ética, a Globo News informou a suspensão do depoimento em um “lettering” (notícia no formato de legenda).

O principal assessor de imprensa de Palocci é ex-diretor da Globo no DF, Palocci, como a Globo, defende o padrão de TV digital japonês.

A Band News também não exibiu o depoimento do caseiro Costa na íntegra. O canal diz que optou por transmitir a sessão sobre Mentor porque os membros da CPI dos Bingos, até o final da manhã de ontem, ainda discutiam se o depoimento seria aberto ou não.

A Band News transmitiu da Comissão de Ética das 12h20 até as 13h35. So então passou a mostrar a CPI dos Bingos, embora o sinal da TV Senado estivesse disponível desde as 13h.



## O INQUILINO

**Vladimir Poeto**, que trabalhou na Prefeitura de Ribeirão Preto na gestão de Antonio Palocci, alugou a casa, que pertence a Luiz Antonio Guerra da Silva segundo Nilto, era Poeto quem pagava as contas da casa, sempre com dinheiro em espécie trazido por Rogério Buratti.

## AS FESTAS

Segundo a CPI, assessores de Palocci, lobistas e empresários se encontravam na casa para discutir negócios e para se divertir com recepcionistas agenciadas por **Jeany Mary Corner**. As terças e quintas-feiras, elas participavam de festas com ex-assessores de Palocci.

### OUTRO LADO/POLETO

Em depoimento à CPI dos Bingos, em novembro de 2005, Poeto disse que havia alugado a casa em seu nome, mas que ela era de uso pessoal, para quando estivesse em Brasília, e não para reuniões convocadas para falar sobre as declarações do motorista e do caseiro. Poeto não quis se manifestar

## O "CHEFE"

Era assim que o ministro era chamado na casa, segundo o caseiro. Palocci aparecia ali "quinta-feira sim, quinta-feira não", além de alguns sábados e domingos de 2003 até o início de 2004. Ele não gostava que as luzes do jardim fossem acendidas quando ele estava lá.

## O CARRO

Segundo Nilto e o motorista Francisco das Chagas, Palocci chegava à casa em um Peugeot prata, de Ralf. O caseiro conta que nas noites em que Palocci na casa sempre havia uma mulher, trazida por Ademirson ou por Poeto. Palocci e a mulher ficavam sós.

### OUTRO LADO/PALOCCI

Palocci disse à CPI que não conhece Poeto e que nunca havia estado na casa. O ministro afirma que nunca foi à casa e que não tem conhecimento das atividades que aconteciam lá e que tanto o caseiro quanto o motorista não estão falando a verdade. Palocci disse que não dirige carro em Brasília.

# Dono da "casa do lobby" é filiado ao PSDB

GUSTAVO PATU

REPORTAGEM

Proprietário da casa utilizada por ex-assessores do ministro Antonio Palocci (Fazenda) e patrão do caseiro Francenildo dos Santos Costa, o advogado e professor Luiz Antonio Guerra é filiado ao PSDB, mas diz não ter entendido nas denúncias feitas pelo caseiro.

"Ele é muito reservado, nunca me disse nada sobre o que acontecia na casa", afirma Guerra, que minimiza o vínculo com o partido

— filiou-se, diz, por insistência de um aluno, sem ter participado de atividades partidárias ou tido ligações com políticos da sigla.

O advogado afirma que move uma ação indenizatória contra Vladimir Poeto, que trabalhou com Palocci em Ribeirão Preto e foi o responsável por alugar a casa. Guerra argumenta que o episódio prejudicou sua imagem e a do imóvel.

Localizada no Lago Sul, área nobre de Brasília, e descrita como "cinematográfica" em anúncio na

internet, a casa está à venda por R\$ 2,5 milhões e disponível para aluguel por R\$ 15 mil mensais.

Antes de ser alugada por Poeto, a casa hospedava o escritório Guerra Advogados & Consultores Associados Francenildo, que nessa época já era o caseiro, foi mantido pelo ex-assessor do ministro Palocci.

Hoje, mesmo com a casa desocupada, ele continua no emprego. Guerra atribui ao funcionário, por quem tem "grande apreço", a decisão de fazer as denúncias.

### Senador

O senador Antero Paes de Barros (PSDB MT) confirmou ontem, na CPI dos Bingos, que na última sexta fez contatos com a imprensa para que fosse divulgada

entrevista com o caseiro. Ele afirmou que partiu de Francenildo a iniciativa de procurar integrantes da CPI e que o caseiro esteve na última sexta em seu gabinete, acompanhado de um "conhecido", em encontro agendado por um amigo do senador. Segundo ele, Francenildo decidiu falar por

se sente desprotegido após depoimento do motorista Francisco Chagas Costa, que o acusou.

A primeira entrevista do caseiro foi divulgada na terça-feira pelo jornal "O Estado de São Paulo".

Desde então, está sendo acom-

panhado por Wlacio Chaveiro Nascimento, advogado crimina- lista e trabalhista. Ele disse que foi contatado por um amigo do caseiro, mas que ainda não se falou em remuneração. Ele reconheceu que não espera receber de Francenildo, cujo salário é de R\$ 700.

## LULA GARANTE QUE NÃO ACEITARIA DEMISSÃO DO MINISTRO E CRITICA A OPOSIÇÃO POR "ATRAPALHAR" SEU TRABALHO

# Devo muito a Palocci

DA REDAÇÃO

**D**urante viagem a Santa Catarina, o presidente Luiz Inácio Lula da Silva fez ontem uma defesa veemente do ministro da Fazenda, Antonio Palocci. Ao visitar as obras de ampliação do Porto de São Francisco do Sul, Lula disse "Devo muito, mas muito de tudo que nós fizemos a um homem chamado Antonio Palocci. Ele não é economista, é médico, mas exatamente por isso ele ganhou respeitabilidade no mundo inteiro pela sobriedade e pela seriedade no trato das questões econômicas".

Depois, em Itajaí, o presidente garantiu a permanência de Palocci no cargo. Ao responder se o ministro havia pedido demissão, Lula foi incisivo. "Não pediu. E se pedisse, eu não aceitava", disse o presidente, após inaugurar as obras de ampliação do porto da cidade.

Quando os jornalistas insistiram se a economia iria resistir às pressões pela

possível saída do ministro, Lula voltou a bancar a permanência de Palocci no ministério. "A economia vai ficar mais forte", garantiu. Em São Francisco do Sul, o presidente passou 15 minutos enumerando os feitos da política econômica e disse que assumiu o governo com o risco Brasil em 2.400 pontos e hoje está em torno de 220.

O presidente ressaltou ainda que as exportações atingiram índices recordes e que se o Brasil não for bem, quem vai pagar é o povo mais pobre. E fez um apelo à oposição: "Pelo amor de Deus, permitam que a gente conclua o nosso trabalho. Não atrapalhem porque quem vai perder é o povo trabalhador brasileiro", afirmou. Em tom de campanha, o presidente disse que o brasileiro tem que ficar alerta. "O povo vai ficar alerta porque destruir é mais fácil do que construir".

### Defesa

Integrantes do governo saíram em defesa do ministro Palocci. O presidente do PT, deputado federal Ricar-

do Bergantini (SP) afirmou em defender o ministro e fazer um discurso de solidariedade em nome de seu colega de partido. Apesar de assaltar que as investigações sobre o caso não devem prosseguir, Bergantini afirmou que não existem elementos até o momento, que provem que Palocci tenha faltado com a verdade. "Se ele disse que não esteve naquele local (mansão do Lago Sul), nós acreditamos na palavra dele", afirmou.

O ministro da Justiça, Márcio Thomaz Bastos, também saiu em defesa do ministro da Fazenda. Bastos disse que Palocci está sendo alvo de um ataque especulativo e assegurou que em nenhum momento se cogitou o afastamento dele por causa das declarações do caseiro Francenildo dos Santos Costa na CPI dos Bingos. "O ministro merece a confiança de todo o governo e da sociedade", afirmou. Para Thomaz Bastos, a CPI dos Bingos está fora de foco. "O que a vida progressa do Palocci tem a

ver com o Lula é que ele tem a ver com o Lula e o Lula é o que levou o Supremo a julgar o caso da GEL". Uma

representante do Banco Central (BC), afirmou que Palocci trouxe uma importância para a situação positiva da economia brasileira atualmente. "Faço questão de deixar minha impressão pessoal do papel fundamental para a economia que hoje é exercido pelo ministro Antonio Palocci", afirmou Meirelles aos banqueiros reunidos na cerimônia de posse da nova diretoria da Associação Brasileira dos Bancos Internacionais (ABBI).

O presidente do BC disse que Palocci é uma pessoa que possui uma "combinação rara de qualidades", entre as quais o seu raciocínio científico herdado de sua formação médica, a capacidade de absorção de situações complexas, sua habilidade política, serenidade e persistência. O presidente do Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social

(BNDES), Guido Mantega, também saiu em defesa de Palocci.

Em entrevista coletiva, ele disse que não vê possibilidade de o ministro da Fazenda deixar o governo, apesar da crise política que o envolve com suspeitas de ter recebido dinheiro proveniente de corrupção. "Estive com o ministro Palocci e com o presidente Lula ontem, trabalhando no Planalto, em reunião de bancos públicos. Posso garantir que não vi nenhum sinal, nenhuma agitação do ministro Palocci, e disse que ontem foi um dia de muita excitação política", afirmou. Segundo Mantega, há muitas denúncias contra o ministro, misturando "fofoca política" com a vida pessoal e privada, sem nenhuma comprovação. "Há muita fumaça e pouco fogo. Não vi prova e tudo que foi dito é muito frágil. Deve haver investigação, mas estamos condenando rapidamente as pessoas", opinou. Ele insistiu que o ministro da Fazenda é "um dos responsáveis pelo sucesso da política econômica e não é o caso de enfraquecê-lo".

### Bandidos fazem reféns no Lago Sul e Gama

Um grupo de bandidos invadiu o Lago Sul e Gama, sequestrando sete pessoas. Um dos seqüestrados, que mantinha uma vítima enferma como refém, morreu durante o ataque.

### NA AGULHA

DUPLA DE MINEIROS DESMIFA PRECONCEITO COM ARTIGOS PRODUZIDOS EM CROCHÊ

PÁGINA 31

### ARTE INCERTA

A UM MÊS DA INAUGURAÇÃO COMPLEXO CULTURAL DA REPÚBLICA AINDA NÃO TEM ACERYO

PÁGINA 32

### Bingos de Valparaíso voltam e desafiam a Justiça

Os bingos de Valparaíso voltaram a funcionar, apesar de serem considerados ilegais. Os estabelecimentos funcionam perto de combustíveis.

### COMBUSTÍVEIS

### Preço alto reduz consumo de álcool em 30%

O preço elevado do álcool reduziu o consumo em 30% em comparação com o mesmo período do ano passado.

# LULA SEGURA PALOCCI

O PRESIDENTE DA REPÚBLICA FEZ ONTEM A MAIS VEEMENTE DEFESA DE PALOCCI DESDE QUE A OPOSIÇÃO DEFLAGROU OFENSIVA PARA DERRUBAR O MINISTRO DA FAZENDA. "DEVO MUITO, MAS MUITO A PALOCCI", DISSE. E NEGOU QUE O AUXILIAR TIVESSE PEDIDO DEMISSÃO. "ELE NÃO PEDIU. E SE PEDISSE, EU NÃO ACEITAVA." O GOVERNO COMI MOROU A DESCOBERTA DE DEPÓSITOS NUM TOTAL DE R\$ 38.860 NA CONTA DO CASEIRO FRANCENILDO COSTA, QUE DEFLAGROU A ONDA PELO AFASTAMENTO DE PALOCCI AO AFIRMAR QUE O MINISTRO FRI QUI N LAVA MANSÃO DE LOBISTAS, MAS UM EMPRESÁRIO DO PIAUÍ, A QUEM COSTA CHAMA DE PAL ASSUMIU ELE DEPOSITADO O DINHEIRO

**O SR. PAPALÉO PAES** (PSDB –AP. Sem apanhamento taquigráfico.) – Sr. Presidente, Sr<sup>as</sup> e Srs. Senadores, ocupo a tribuna neste momento para fazer o registro da entrevista do Professor do Instituto de Administração de Lausanne, Stéphane Garelli, publicada na revista **Época**, em sua edição de 20 de fevereiro do corrente.

Na entrevista, o professor, responsável pela principal lista dos países mais competitivos do mundo, preparada todos os anos pelo Instituto, afirma que “O Brasil já ficou para trás”. Segundo o professor, os motivos são claros: “dificuldade para abrir negócios, pouco

investimento em educação e, acima de tudo, falta de um projeto nacional”.

Sr. Presidente, requeiro que a entrevista com o Professor Stéphane Garelli seja considerada como parte integrante deste pronunciamento, para que passe a constar dos Anais do Senado Federal.

**DOCUMENTOS A QUE SE REFERE  
O SR. SENADOR PAPALÉO PAES EM SEU  
PRONUNCIAMENTO.**

(Inseridos nos termos do art. 210, inciso I e § 2º, do Regimento Interno.)

# “O Brasil já ficou para trás”

**Está cada vez mais difícil alcançar China e Índia, diz o autor do principal estudo sobre competitividade internacional**

MARIA LAURA NEVES  
E RICARDO GRINBAUM

O professor suíço Stéphane Garelli tem uma visão privilegiada da força e da fraqueza de cada país. Ele é o responsável pela lista dos países mais competitivos do mundo, preparada todos os anos pelo Instituto de Administração de Lausanne (IMD), uma tradicional escola de negócios da Suíça. A relação leva em conta 250 variáveis para medir a competitividade de cada nação. Inclui a análise de itens como desempenho geral da economia e das empresas, infra-estrutura do país e eficiência do governo. No último estudo, o Brasil subiu duas colocações, mas apareceu em 51º lugar entre as 60 economias analisadas. Para Garelli, os motivos do fraco desempenho brasileiro são claros. Dificuldade para abrir negócios, pouco investimento em educação e, acima de tudo, falta de um projeto nacional. Isso explica por que o país ficou atrás de outras nações emergentes como Índia ou China. Independentemente de quem seja o próximo presidente, o Brasil deveria se preocupar em elaborar um projeto nacional, diz Garelli nesta entrevista.

**ÉPOCA – Por que o Brasil ficou entre as últimas colocações na pesquisa de competitividade feita pelo IMD?**

**Stéphane Garelli – Há várias razões. A primeira – muito importante – é oferecer um ambiente de negócios em que as empresas possam operar com mais facilidade. No Brasil, tudo é muito com-**

**plexo. Para abrir uma empresa leva-se muito tempo. Os impostos para as companhias são muito altos e deveriam ser reduzidos. No item da pesquisa “Facilidade em fazer negócios”, o Brasil está entre o 55º e o 60º lugar. O setor financeiro deveria ser simplificado e direcionar recursos para financiamento às empresas. Vemos que não há capital disponível para financiar as companhias. E mais comum os recursos saírem do país que serem empregados em negócios aí dentro.**

**ÉPOCA – O que mais é preciso fazer para que o país ganhe competitividade?**

**Garelli – O grande desafio brasileiro é reduzir a desigualdade social. Existe muito a fazer em educação, especialmente no ensino fundamental e médio. Essa iniciativa não é apenas social. Ela tem um impacto direto na economia de um país. A Ásia só conseguiu reduzir as disparidades entre os países investindo muito em educação (leia a reportagem a página 48).**

**ÉPOCA – Além da educação, quais são os principais investimentos que o país deve fazer?**

**Garelli – Um país como o Brasil deve elaborar um plano nacional de competitividade, como fizeram China, Cingapura e Hong Kong. Nessas lugares, todos os setores elegeram áreas para ser competitivos e trabalham na mesma direção. Não estão atrás apenas de objetivos econômicos, mas perseguem também metas sociais. Isso permite que o povo prospere, que as pessoas sintam os resultados do progresso. Na China, os cidadãos estão trabalhando muito, a economia está crescendo em ritmo explosivo e a população aumentou seu poder de compra. Vive com mais conforto do que vi-**

via antes. Esse é um exemplo prático de um objetivo a perseguir. Meu conselho é que o Brasil decida onde quer ser competitivo. E trace planos para cumprir essas metas. Independentemente de qual seja o governo eleito neste ano, o Brasil precisa de um projeto de competitividade.

**EPOCA – No Fórum Econômico Mundial de Davos, a Índia e a China estiveram no centro das atenções. O Brasil ficou em segundo plano. Por que o Brasil está ficando para trás?**

**Garelli –** O Brasil realmente apareceu pouco no fórum de Davos. A razão é o baixo crescimento brasileiro. A Índia cresce 8% ao ano, a China cresce 9% e até a Rússia está crescendo 6%. Hoje, a oportunidade de crescimento está concentrada na Ásia. Quando uma economia está se expandindo muito, ela atrai mais interesse dos investidores que as outras. Mas não devemos esquecer do resto do mundo. Ainda acreditamos que o Brasil, a Rússia e o Japão serão os três grandes competidores do mundo, atrás de Estados Unidos, Europa e, claro, China e Índia.

**EPOCA – Quais as principais tendências Internacionais que deverão marcar 2006?**

**Garelli –** De um lado, a China e outros países asiáticos estão consumindo cada vez mais matéria-prima para sustentar seu crescimento. De outro, os Estados Unidos estão demandando cada vez mais capital para se financiar. Como economia mais competitiva do mundo, os EUA estão crescendo 3% ao ano. Isso é bom para os outros países. Mas o crescimento americano tem um problema sério. Os EUA têm um enorme déficit na balança comercial e também no orçamento público. Isso significa que o país precisa pegar muito dinheiro emprestado. Hoje, temos US\$ 2 trilhões em títulos da dívida americana nas mãos de investidores estrangeiros. Entre os estrangeiros, o Japão aparece em primeiro lugar. Mas a China

está ficando cada vez mais importante. Até o fim do ano, pode superar o Japão. Seria uma grande ironia, pois um país comunista seria o maior credor dos Estados Unidos.

**EPOCA – Quais as consequências dessas duas tendências?**

**Garelli –** A China está consumindo muita matéria-prima bruta. Por isso, os preços estão subindo nos últimos anos. Há cotações recordes em aço, níquel, cobre e ouro. Em alguns produtos, a China já consome entre 40% e 50% da matéria-prima mundial. Já no petróleo, o consumo é de apenas 7,7%. O que aconteceria se a China passasse a consumir tanto petróleo quanto as outras matérias-primas? Na prática, isso significa o fim de um ciclo, de preços baixos internacionais para essas mercadorias.

**EPOCA – Quais as consequências para o Brasil?**

**Garelli –** A primeira notícia é boa para o Brasil. Como exportador de matéria-prima, o país será beneficiado pela alta dos preços. Em segundo lugar, isso vai ajudar o país a desenvolver um relacionamento especial com a Ásia. Já existem muitas empresas japonesas

presentes no Brasil. As chinesas estão chegando. Acho que um dos objetivos estratégicos do Brasil deve ser intensificar o comércio com a Ásia, e não apenas com os Estados Unidos e a Europa. Já a outra grande tendência afetará o Brasil negativamente. O custo do capital vai subir, porque a competição com os Estados Unidos aumentará. Ou seja, hoje os empréstimos estão relativamente baratos no mercado internacional. Isso deve mudar. Mas a grande questão para o Brasil é voltar a crescer. No último trimestre, o país cresceu apenas 1%. Ficou abaixo até de países latino-americanos como Chile e México. E, obviamente, se compararmos com a Ásia, a distância é enorme. Este é o grande desafio brasileiro: ter um crescimento compatível com o dos competidores internacionais. ■

**O SR. ALVARO DIAS** (PSDB – PR. Sem apanhamento taquigráfico.) – Sr. Presidente, S<sup>as</sup> e Srs. Senadores, volto à tribuna neste momento para fazer o registro da matéria intitulada “Pesquisa mostra que 56% dos brasileiros condenam MST”, publicada no jornal **O Estado de S. Paulo**, em sua edição de 9 de março do corrente.

A referida matéria trata da pesquisa encomendada pela Confederação Nacional da Agricultura – CNA, sobre a imagem do Movimento dos Sem-Terra – MST. De acordo com a maioria dos entrevistados, a invasão de terras tem resultados mais negativos do que positivos na busca da reforma agrária.

A pesquisa encomendada pela CNA ainda mostra que, além de não aprovar os métodos do MST, a maioria da população teme seus efeitos sobre o processo democrático.

Sr. Presidente, solicito que a matéria acima citada passe a integrar este pronunciamento e, assim, conste dos Anais do Senado Federal.

**DOCUMENTOS A QUE SE REFERE  
O SR. SENADOR ALVARO DIAS EM SEU  
PRONUNCIAMENTO.**

*Inseridos nos termos do art. 210, inciso I e § 2º, do Regimento Interno.)*

# Pesquisa mostra que 56% dos brasileiros condenam MST

Segundo levantamento do Ibope, só 32% consideram que métodos do movimento podem ser positivos

## Roldão Arruda

Ao mesmo tempo que o Movimento dos Sem-Terra (MST) intensifica suas ações por todo o País, o Ibope está divulgando uma pesquisa mostrando que 56% dos brasileiros desaprovam essas ações. De acordo com a maioria dos entrevistados, a invasão de terras tem resultados mais negativos do que positivos na busca da reforma agrária. Na opinião de outros 32% dos entrevistados, os métodos do MST podem ser considerados positivos; e 13% não sabem ou preferem não opinar.

A pesquisa sobre a imagem do MST foi encomendada pela Confederação Nacional da Agricultura (CNA). Os pesquisadores, que estiveram nas ruas entre os dias 16 e 20 de fevereiro, ouviram 2.002 pessoas em 142 cidades. Verificaram que, além não aprovar os métodos do MST, a maioria da população teme seus efeitos sobre o processo democrático. Diante da pergunta “na sua opinião, as invasões de terras promovidas pelo MST abalam ou não a democracia brasileira?”, 76% responderam positivamente.

A pesquisa também expôs a desconfiança da população sobre os resultados da reforma agrária. Diante da pergunta sobre qual é o destino dado aos lotes dos assentamentos ru-

## ‘Quase metade da população nos apóia’, reage líder

... Os líderes do MST criticaram ontem a pesquisa encomendada pela entidade que representa os produtores rurais. “Numa pesquisa encomendada por ruralistas, os resultados só poderiam ser desfavoráveis para nós”, reagiu Márcio Barreto, coordenador do MST em São Paulo.

Em Pernambuco, Jaime Amorim, da direção nacional, disse que, apesar de encomendada por fazendeiros, os resultados são favoráveis ao MST: “Quase metade da população nos apóia.” Para ele, o Ibope não fez a pergunta principal: “Deveria ter perguntado sobre a necessidade de distribuir melhor as terras e riquezas no Brasil. Com certeza, 90% dos entrevistados apolariam.” **JOSÉ MARIA TOMAZELA E ANGELA LACERDA**

rais, 57% disseram acreditar que são vendidos ou alugados pelos assentados. Para outros 9% acabam abandonados. Só 26% dos ouvidos acreditam que as famílias beneficiadas permanecem na terra.

Embora discorde dos métodos do MST, a maioria dos entrevistados acredita que seu alvo é de fato a reforma agrária.

Diante de uma série de alternativas, na qual podiam assinalar mais de uma resposta, por ordem de importância, 72% disseram que a conquista de terras para trabalhadores pobres é o principal objetivo do movimento. Para 35%, no entanto, a reforma agrária é apenas pretexto para a conquista do poder.

Os pesquisadores do Ibope também perguntaram se o governo deve ou não recorrer à força policial na desocupação das propriedades. Responderam afirmativamente 53% dos entrevistados. Outros 41% disseram não.

Diante de outra lista de alternativas, sobre quem é o maior responsável pelos conflitos no campo, 31% dos entrevistados apontaram o governo federal; outros 16%, o MST; e 15%, os fazendeiros. A Igreja Católica apareceu na lista com 1% do total das respostas.

## EROSÃO

Para o presidente da CNA, Antonio Ernesto de Salvo, a pesquisa mostra a necessidade de o governo rever suas prioridades. “Para a opinião pública, os recursos federais não são bem usados”, afirmou. “Apenas um entre cada quatro entrevistados acredita que os lotes são usados pelos assentados.”

Ainda segundo o líder ruralista, a pesquisa deixou clara a

**O SR. FLEXA RIBEIRO** (PSDB – PA. Sem apanhamento taquigráfico.) – Sr. Presidente, Sr<sup>as</sup> e Srs. Senadores, ocupo a tribuna, neste momento, para fazer o registro da matéria intitulada “STF atende PT e cala caseiro; oposição pede saída de Palocci”, publicada no jornal **Folha de S. Paulo** em sua edição de 17 de março do corrente.

A matéria destaca que a pedido do PT, o STF (Supremo Tribunal Federal) suspendeu o depoimento do caseiro Francenildo dos Santos da Costa, que ocorreria ontem à tarde na CPI dos Bingos, no qual

# STF atende PT e cala caseiro; oposição pede saída de Palocci

A pedido do PT, o STF (Supremo Tribunal Federal) suspendeu o depoimento do caseiro Francenildo dos Santos Costa, que ocorreria ontem à tarde na CPI dos Bingos, no qual ele confirmava as acusações que envolvem o ministro Antonio Palocci Filho (Fazenda) com a chamada “casa do lobby”, em Brasília.

A oposição reagiu pedindo a demissão de Palocci e levantando suspeitas de que o governo estaria por trás da estratégia petista. Até sou ainda o Supremo de interferir indevidamente em assuntos do Congresso.

No início da sessão da CPI, o senador petista Tião Viana (AC) anunciou que havia apresentado um recurso ao STF para impedir a fala do caseiro e sustar outras investigações da comissão.

As 13h06, o ministro do STF Cezar Peluso acolheu o pedido de suspensão do depoimento. A medida foi considerada pela oposição a mais seria interferência do Judiciário desde a criação da CPI. Até então, apenas convocados recorrentemente ao Supremo a fim de obter habeas corpus para ficar calados ou liminares para impedir a quebra de seus sigilos.

Em seu pedido, o senador petista argumentou que a CPI se desviou do objetivo de investigar bingos, estabelecido na sua criação — segundo a Constituição, uma comissão parlamentar de inquirição precisa de um “fato determinado” para funcionar. O presidente do STF, Nelson Jobim, disse que o despacho do ministro Peluso — nomeado para a cargo em 2003 pelo então presidente Luiz Inácio Lula da Silva — estava “absolutamente correto”. Segundo ele, a CPI “não pode transbordar suas funções”.

Até que a decisão de Peluso tos-

se comunicada à CPI, o caseiro falou por quase uma hora. Às 14h24, após a comissão receber o despacho do STF, ele deixou a sala sob aplausos de senadores da oposição, de técnicos da comissão e de alguns jornalistas.

Antes de sair, a testemunha apontou frequentes visitas de Palocci a uma casa alugada no Lago Sul, bairro nobre de Brasília. Isso contradiz a versão apresentada a própria CPI pelo ministro e o aproxima de um grupo de lobistas que se reunia no imóvel para discutir esquemas de influência em negócios de interesse do grupo.

## Demissão

Após o anúncio da decisão do STF, o líder do PSDB no Senado Arthur Virgílio (AM) pediu a demissão de Palocci. “O PSDB cobra a demissão por entender que a economia está madura, que não vale mais o argumento de que ela se desestabilizaria”, afirmou. Já o senador Pedro Simon (PMDB-RS) pediu o afastamento de Palocci por 30 dias para que sejam apuradas as denúncias.

“A grande verdade é que esse é um governo de ladrões. Tem homens sérios? Tem. No PT tem homens de bem? Tem. Mas no PT e no governo tem ladrões, capitaneados pelo presidente da República”, disse o senador Antonio Carlos Magalhães (PFL-BA).

O petista Tião Viana defendeu sua estratégia ao afirmar que o depoimento do caseiro poderia “destruir” a família de Palocci. Anteontem, Costa disse, em entrevista, que Palocci encontrava-se com uma mulher na casa do Lago Sul e que lá havia festas com garotas de programa.

ele confirmava as acusações que envolvem o ministro da Fazenda, Antonio Palocci Filho, com a chamada República de Ribeirão Preto.

Sr. Presidente, solicito que a matéria acima citada passe a integrar este pronunciamento e, assim, conste dos Anais do Senado Federal.

## DOCUMENTO A QUE SE REFERE O SR. SENADOR FLEXA RIBEIRO EM SEU PRONUNCIAMENTO.

(Inserido nos termos do art. 210, inciso I e § 2º, do Regimento Interno.)

### Outros pedidos

Além da suspensão do depoimento, Tião Viana pediu o fim de todas as diligências que “desbordem do fato determinado” para o qual a CPI foi criada (investigar casas de bingo). Se acolhido — essa parte do mandado ainda será analisada pelo STF — o pedido paralisaria a comissão, apelidada de “CPI do Fim do Mundo” pela quantidade de temas explosivos contra o governo que já abordou.

Viana citou sete linhas de investigação que deveriam ser suspensas, entre as quais o assassinato do prefeito Celso Daniel (PT) em lava-

dens do PT, os dólares supostamente vindos de Cuba para a campanha de Lula e as denúncias de irregularidades na Prefeitura de Ribeirão Preto durante a gestão de Palocci.

Especialistas em direito constitucional nevidos pela **Folha** divergiam ao avaliar a decisão do ministro Cezar Peluso.

Os advogados Márcio Pestana e Carlos Antônio Bandeira de Mello

dizem que, tecnicamente, não há o que contestar. “Se não existir qualquer relação entre as visitas do ministro Antonio Palocci [a “casa do lobby”, na qual o caseiro trabalhava] e o objeto da CPI, a decisão é correta”, disse Bandeira de Mello. Já Miguel Reale Jr., ministro da Justiça no governo Fernando Henrique Cardoso, acha que a liminar “invade a área de liberdade de ação do Senado”.

### Esse aí era o meu patrãozinho

**FRANCENILDO DOS SANTOS COSTA**  
sobre a foto de Vladimir Peleto

### Esse aí era o chefe

**IDEM**, sobre o ministro Palocci

**Foi um dia na quadra de tênis. Levei vinho e Redbull [bebida energética]. Foi entre as 15h30 e as 16h**

## PT alega que CPI dos Bingos se desviou do rumo

O ministro Cezar Peluso concedeu parcialmente a liminar pedida pelo senador Tiao Viana (AC), para suspender o depoimento do caseiro Francenildo dos Santos Costa, mas não proibiu a CPI dos Bingos de prosseguir as investigações de outros temas contestados pelo petista.

O mandado de segurança pretendia impedir a comissão de apurar fatos relacionados a sete temas, como as denúncias de superfaturamento na Prefeitura de Ribeirão Preto na época em que Antonio Palocci era prefeito, o assassinato do prefeito de Santo André Celso Daniel (PT) e o pagamento, supostamente feito pelo ex-tesoureiro do PT Paulo Okamoto, de uma dívida do presidente Luiz Inácio Lula da Silva.

A abrangência dos trabalhos da CPI será decidida pelo plenário do STF, quando for julgado o mérito do mandado de segurança apresentado pelo senador petista, mas o julgamento poderá demorar meses. A existência ou não de conexão entre o depoimento do caseiro e o alvo da apuração da CPI também deverá ser reexaminada pelos ministros.

Para conceder a liminar, Peluso aceitou o argumento de que a CPI teria extrapolado o objeto de investigação que motivou a sua criação. O requerimento de sua instalação se refere à utilização de casas de bingo para crimes de lavagem de dinheiro ou ocultação de bens e à ligação desses estabelecimentos com o crime organizado.

Em sua decisão, Peluso disse que não há conexão entre os esclarecimentos que o caseiro prestaria e o objeto de investigação da CPI, ou seja, as atividades das casas de bingo. Também afirmou que questões da vida privada não podem ser apuradas por CPIs.

Em referência ao suposto manuseio de dinheiro que teria sido testemunhado pelo caseiro, o ministro escreveu: "O depoimento em nada ajudaria a esclarecer ou provar a suposição de que seria dinheiro oriundo de casas de jogo! E é o que se presume à condição cultural e ao próprio trabalho que a testemunha desempenharia no local apontado."

O ministro escreveu ainda: "Outros fatos, ainda que censuráveis do ponto de vista dos costumes e da moral social, à medida que só respeitam à vida privada das pessoas, não podem sequer em tese ser objeto de CPI, porque a esta só é dado investigar assunto sobre o qual tenha competência legislativa o Parlamento".

(SILVANA DE FREITAS)

IDEM, sobre ter visto Palocci durante o dia na casa do Lago Sul

*É evidente que o caseiro fala a verdade e semeia o medo. O que temem tanto para tentar esconder tanto e correr o risco de ferir a autonomia do Congresso?"*

ALVARO DIAS (PSDB-PR)  
senador

*Anunciarei, como líder do PSDB, a decisão do meu partido de pedir a demissão do ministro, porque não é mais meu ministro [...] aquele que é suspeito de tantas irregularidades*

ARTHUR VIRGÍLIO (PSDB-AM)  
senador

*Não conheço a vida pessoal do ministro Palocci. Não sei se ele foi à casa ou não. Há alguma prova de que o ministro Palocci exerceu tráfico de influência para beneficiar alguma empresa?*

HENRIQUE FONTANA (PT-RS)  
líder do PT na Câmara

*O ministro não esteve na casa, nunca dirigiu em Brasília. É preciso tomar uma providência quando o Congresso rasga a regimento interno e a Constituição para ser agradável a setores partidários*

TIÃO VIANA (PT-AC)  
senador que recorreu ao STF



**A SR<sup>a</sup> LÚCIA VÂNIA** (PSDB – GO. Sem apanhamento taquigráfico.) – Sr. Presidente, Sr<sup>as</sup> e Srs. Senadores, ocupo a tribuna, neste momento, para fazer o registro da entrevista concedida pelo ex-Presidente Fernando Henrique Cardoso à revista *Veja* em sua edição de 22 de março do corrente. Na entrevista, intitulada “Me considero de esquerda”, o ex-Presidente Fernando Henrique analisa a situação política atual e faz comentários sobre seu livro “A arte da política: a história que vivi”.

Sr. Presidente, para concluir, requeiro que a referida entrevista passe a integrar os Anais do Senado Federal.

**D**uas semanas antes do lançamento de *A Arte da Política: a História que Vivi*, o ex-presidente recebeu *VEJA* no Instituto Fernando Henrique Cardoso, no centro de São Paulo, para a seguinte entrevista:

**O senhor foi acusado de ter feito na Presidência um “pacto com o diabo”, ao tecer alianças com partidos conservadores e parlamentares que foram ligados ao regime militar. Para justificar tais alianças, o sociólogo alemão Max Weber é evocado no início de seu livro. Segundo Weber, há a ética das convicções e a da responsabilidade. Na política, a ética das convicções seria o pano de fundo de valores sobre o qual deve ser praticada a ética da responsabilidade — a movimentação pragmática que visa ao convencimento dos adversários e à consecução de objetivos. Nesse processo, trata-se de transformar “maus” em “bons”. O senhor acredita que conseguiu operar de fato essa metamorfose?**

■ Acredito que sim. Inclusive porque, como esse é um processo permanente, dialético, muitos daqueles que ainda eram considerados “maus” já eram “bons”. Pegue-se o exemplo do regime militar. No final, quando houve a eleição do Tancredo, o Partido da Frente Liberal, composto basicamente de gente que apoiou o regime militar, coadjuvou fortemente a transição para a democracia. Personalidades ilustres, como Severo Gomes e Teotônio Vilela, foram homens do regime que depois se tornaram ícones da oposição democrática. Eu acho que hoje, depois que o governo do PT se juntou a tantos “maus”, sem preocupar-se em transformá-los em “bons”, essa crítica que me fazem até perde a atualidade. O importante, no entanto, é entender que o jogo político não é aristotélico — você é de um certo jeito e está acabado. Ao contrário, é preciso tentar ganhar o outro, influenciá-lo. Claro que às vezes você perde a parada para o diabo. Mas, com frequência, demônios se tornam querubins. Fundamental para as transformações que ocorreram foi a consolidação da democracia brasileira. Ela, atualmente, é um dado que ninguém discute. Veja o caso do Sarney. É marcante em sua trajetória o fato de ter sido um presidente demo-

### **DOCUMENTO A QUE SE REFERE A SR<sup>a</sup> SENADORA LÚCIA VÂNIA EM SEU PRO-NUNCIAMENTO.**

(Inserido nos termos do art. 210, inciso I e § 2º, do Regimento Interno.)

#### **“ME CONSIDERO DE ESQUERDA”**

Mas ser de esquerda, reitera FHC, não significa ser tolo, fiel a anacronismos. Na entrevista que se segue, o ex-presidente faz uma análise das forças políticas nacionais, fala do atual estágio da sociedade brasileira e diz que é extraordinário ouvir Lula. “Chego até a pensar: Mas esse é o Lula ou sou eu?”

crata — ele, que foi presidente do PDS, o partido que dava sustentação ao regime militar. Quanto às alianças que fiz na Presidência da República, elas sempre estiveram baseadas numa ética de convicções. No livro, eu insisto na necessidade de o governante tê-la, porque é importante contar com um programa, com objetivos. É isso que permite, no fim do governo, fazer um balanço para verificar se as pessoas caminharam no rumo que você desejava ou não. Eu acho, no meu caso, que esse balanço é positivo. O meu programa sempre foi explícito, escrevi livros sobre o que eu desejava para o país. Eu queria quebrar alguns monopólios, flexibilizar outros, manter a abertura da economia e dar prevalência ao público sobre o estatal. Nesse sentido, muita gente foi sendo ganha ao longo dos meus mandatos.

**O senhor acha que o PT, ao converter-se às regras da economia de mercado, se transformou na sua essência de “mau” em “bom”?**

■ Essa conversão foi mais de circunstância do que de fundo. Eles jamais propuseram nada disso — pelo contrário. O que é um erro, claro. Outro dia, eu estava lendo uma entrevista que dei à revista *Playboy* em 1984, muito antes de ser eleito presidente da República — uma entrevista, aliás, que me deu muita dor de cabeça. Nela, eu já falava que para ser de esquerda não é preciso ser tolo. Com isso, eu queria dizer que havia muitas coisas, no ideário da esquerda, que eram anacrônicas. É que você não precisava manter pontos de vista anacrônicos só para ser fiel — fiel a quê, ao anacronismo? Você, na verdade, precisa ser fiel à essência dos seus valores.

**Em *A Arte da Política*, o senhor explica que o Príncipe moderno, ao contrário do Príncipe descrito pelo pensador italiano Nicolau Maquiavel (1469-1527), é um protagonista que deve impor-se necessariamente pela persuasão. Ao realizar reformas que abriram a economia e um programa de privatizações que diminuiu o Estado, o senhor teria agido como esse Príncipe moderno. Mas o ideário nacionalista-estatizante ainda sobrevive no Brasil, com forte penetração nas camadas populares. Na sua visão, existe a possibilidade de retrocesso no país, co-**

**“ O JOGO POLÍTICO NÃO É ARISTOTÉLICO — VOCÊ É DE UM CERTO JEITO E ESTÁ ACABADO. AO CONTRÁRIO, É PRECISO TENTAR GANHAR O OUTRO, INFLUENCIÁ-LO. CLARO QUE ÀS VEZES VOCÊ PERDE A PARADA PARA O DIABO. MAS, COM FREQUÊNCIA, DEMÔNIOS SE TORNAM QUERUBINS.”**

**O sociólogo alemão Max Weber, evocado por FHC em seu livro: há a ética das convicções e a da responsabilidade**

**mandado por um Príncipe moldado no populismo?**

■ No processo político, não há nada irreversível. Acho, no entanto, que um retrocesso desse tipo se chocaria de tal maneira com os interesses enraizados no país que seria difícil que ele tivesse um prosseguimento efetivo. De alguma maneira, o que aconteceu com o PT foi isso: não é que eles tenham renunciado de fato às suas idéias anacrônicas, estatizantes, mas é que no contexto atual elas não funcionam de forma nenhuma. Quanto ao nacionalismo, é importante ressaltar que o sentimento nacional permanecerá sempre — o problema é como ele se manifesta. Aqui no Brasil aconteceu uma confusão muito grande entre sentimento nacional e estatismo. E as camadas populares se ressentem bastante disso, porque há anos lhes é martelada a idéia de que o Estado é a nação. Não se justifica mais pensar que o Estado é a expressão do sentimento nacional. A sociedade, sim, é que o expressa. Isso não significa que se deve jogar fora o Estado, e sim ter clareza de que ele não pode ter a primazia. Para que o sentimento nacional corresponda, sem anacronismos, aos interesses da nação, é preciso entender que o mundo de hoje é diferente daquele do passado. As barreiras do Estado nacional não têm a mesma força coibitiva. Não se consegue mais manter a economia fechada — e menos ainda a cabeça fechada. Quem

tem internet salta fronteiras. Mas, ainda que a internet não respeite fronteiras e os países se integrem cada vez

mais ao mercado mundial, o sentimento nacional, a identidade nacional, não desaparece, e nem deve. É esta a dificuldade: mostrar que os interesses do seu país são mais bem defendidos quando, sem perder de vista os valores nacionais, se tomam providências que levam seu povo a ser mais competitivo, mais aberto aos ares do mundo. A visão estatista ainda existe em todos os partidos, inclusive no meu. Como a média brasileira é essa, quem tem uma proposição avançada paga sempre um preço pelo pioneirismo. Veja o meu caso, por exemplo: fui acusado de traição à pátria e tal, até que as pessoas progressivamente, mesmo sem reconhecer, mesmo sem beijar a cruz, foram passando para o meu lado. Acho extraordinário ouvir o Lula hoje em dia. Chego até a pensar: “Mas esse é o Lula ou sou eu?”

**O filósofo italiano Giambattista Vico (1668-1744), citado em seu livro, foi o**

**primeiro a tentar compreender a história como um processo lógico. Grosso modo, Vico compara o desenvolvimento das sociedades humanas com a própria maturação emocional e intelectual da espécie. Ele escreveu: “Primeiro os homens sentem sem aperceber-se; depois se apercebem com o ânimo perturbado e emocionado; finalmente refletem com a mente pura”. Não lhe parece que a sociedade brasileira, muito direcionada pela emoção e irracionalidade, ainda estaria na adolescência?**

■ Sem dúvida nenhuma, nós ainda não atingimos o estado mental em que a razão prevalece. Mas nós podemos amadurecer mais rapidamente nessa direção por meio da informação. Como sou democrata, acredito que informando e convencendo os elementos racionais podem ser ampliados. Se não acreditasse nisso, eu nem teria como explicar as duas vezes em que fui eleito presidente. Em ambas, eu me



**SOU DA ESQUERDA DEMOCRÁTICA, À LA BOBBIO. NÃO EXISTE DIREITA NO BRASIL, NO SENTIDO CLÁSSICO DO CONCEITO. MAIS DO QUE CONSERVADORISMO, TEMOS UMA MENTALIDADE ATRASADA.”**

opus a um ícone do oposto à razão. Ganhei por quê? Porque as pessoas entenderam naquele momento — da perspectiva de Vico, sentiram, mais do que entenderam — que a racionalização que eu estava imprimindo lhes era conveniente. De qualquer forma, ainda que a emoção tenha forte apelo entre os brasileiros — e talvez nunca deixe de ter completamente —, acho que a mentalidade política avançou razoavelmente nos últimos cinquenta anos. É difícil, por exemplo, que o estilo populista volte a impor-se.

**Lula não pertenceria a uma vertente populista?**

■ Embora às vezes o chamem de populista, não acho que o Lula seja um populista no sentido clássico. Ele usa da emoção para atingir seus objetivos, mas sua ação de Estado não é irracional. Por que é assim? Porque não tem mais jeito de ser totalmente irracional no Brasil. As estruturas existentes de interesses e valores, reitero, já são suficientemente poderosas para impedir que isso ocorra.

**Em seu livro, o senhor revela que, por ocasião da sabatina de Armínio Fraga no Senado, antes de ele ser efetivado como presidente do Banco Central, o senhor recomendou-lhe que agisse com prudência porque “os brasileiros não gostam de capitalismo, eles não sabem por que não gostam, mas não gostam”. Até que ponto o senhor gosta de capitalismo?**

■ Você deve ter visto como, no meu livro, eu mesmo às vezes reajo contra o capitalismo. Porque o capitalismo tem um problema que me irrita: a desigualdade. É da sua essência. No Brasil, vive-se pedindo que haja um rápido crescimento econômico acompanhado de maior igualdade. Ora, quando um país cresce depressa, aumenta a desigualdade, não a igualdade. O país tem de acumular riqueza

**O filósofo e cientista político italiano Norberto Bobbio: defesa de valores como a justiça social e a igualdade**

primeiro. Isso é da natureza do capitalismo. No socialismo também é assim. Só que, nesse sistema, existe a suposição teórica de que não há apropriação privada da produção. No capitalismo, o mercado — e olhe eu aqui desabafando outra vez — traz um elemento de desigualdade e também de irracionalidade. A especulação, o efeito manada, tudo isso é irracional. Como o mercado não é um ente racional perfeito, o Estado, dependendo de como ele seja organizado, pode introduzir um ingrediente adicional de correção da desigualdade. É nesse sentido que, no meu livro, reajo contra o capitalismo. Porque não acredito que, por si só, o mercado seja a consubstanciação da racionalidade.

**Pode-se concluir que o senhor se considera de esquerda?**

■ Sim, me considero. Mas da esquerda democrática, à la Bobbio [*Norberto Bobbio (1909-2004), filósofo e cientista político italiano*]. Sou de esquerda quanto à defesa de valores como a justiça social e a igualdade.

**Por que nenhum político brasileiro diz que é de direita?**

■ Porque no Brasil a palavra “direita” está associada historicamente à ditadura. É uma questão semântica. Mas existe um outro lado: não existe direita no Brasil, no sentido clássico do conceito. Fiquei impressionado, certa vez, com uma intervenção do Sérgio Buarque de Holanda. Foi na defesa de uma tese de livre-docência sobre os estilos de pensamento político no Brasil do século XIX. A autora estabelecia uma diferença entre o marquês de Paraná, figura maior do pensamento conservador, e Joaquim Na-

bucu, expoente do pensamento progressista, quando o Sérgio Buarque fez um aparte: “A senhora acha que esses homens do império eram realmente conservadores, leram Burke [o pensador irlandês Edmund Burke (1729-1797), considerado o pai do conservadorismo] ou eles eram atrasados?” Pois é isso: no Brasil, mais do que conservadorismo, temos uma mentalidade atrasada. O pensamento conservador filia-se a uma tradição ocidental que estabelece como pilar da ordem a família, a propriedade, os costumes. O nosso conservadorismo não é nada disso. Tem a ver com clientelismo, patrimonialismo, uso indevido dos recursos do Estado. Ele não é composto de um ideário, e sim de aproveitadores. Por que a “direita”, no Brasil, apóia todos os governos, não importa qual? Na história recente, ela apoiou os militares, apoiou o Sarney, apoiou o Collor, apoiou a mim, apóia o Lula. Porque seus integrantes não são de direita. Essa gente toda só quer estar perto do Estado, tirar vantagens dele. É claro que um e outro podem ser convertidos de “maus” em “bons”. Mas o grosso desse pessoal continua a ser fisiológico.

#### **E quanto à esquerda brasileira, como classificá-la?**

■ Esse é um aspecto interessante. O nosso sistema político, da mesma forma que a nossa sociedade, exibe uma enorme mobilidade. A existência de uma posição estável é difícilíssima no Brasil. Sociologicamente, a transformação do PT ilustra bem isso.

### **■ ■ A LIDERANÇA DO PT É DE CLASSE MÉDIA, DE GENTE QUE ASCENDEU SOCIALMENTE, VIA SINDICALISMO, E SE COMPORTA HOJE QUASE COMO SE VIVESSE O ‘AMERICAN DREAM’ — ALGO COMO ‘EU CHEGUEI LÁ, CONSEGUI DEIXAR MINHA CLASSE DE ORIGEM PARA TRÁS.’**

**O núcleo político original do PT, em 1980: para o ex-presidente, a auto-representação do partido de Lula impediu que ele tivesse uma prática política conseqüente**

O PT, na sua origem, era composto basicamente de três setores: o ideológico, o eclesial e o sindical. Quem ganhou foi o setor sindical, é ele que está no governo. Trata-se de um fenômeno mais “americano” do que europeu. O pessoal na Europa fala do PT como se ele fosse um partido moldado na esquerda européia tradicional. No início até dava essa impressão, mas a verdade é que não tem nada a ver. Eles nem falam mais em classe trabalhadora. A liderança do PT é de classe média, de gente que ascendeu socialmente, via sindicalismo, e se comporta hoje quase como se vivesse o “american dream” — algo como “eu cheguei lá, consegui deixar minha classe de origem para trás”.

**Qual é o futuro do PT, se é que o partido tem futuro?**

■ No fundo, o PT está descobrindo o que ele é no governo. Se desse para fazer uma comparação com a Europa, eu acho que o PT é um partido social-democrata. Aliás, eu não queria que o PSDB se chamasse social-democrata...

**Por quê?**

■ Porque nós não tínhamos sindicatos, o berço da social-democracia. Eu dizia que íamos usar uma denominação européia para uma história completamente diferente. Mas fui voto vencido. Hoje, num certo sentido, o PSDB é social-democrata porque na Europa os partidos desse tipo mudaram. Eles se tornaram menos associados a uma classe e passaram a representar um aspecto mais amplo da sociedade, como é o caso do PSDB desde o início. O PT também caminha nessa direção. No Brasil, portanto, temos dois partidos que ocupam o mesmo espaço no espectro político. A diferença é a auto-representação. Alguns setores do PT ainda se pensam revolucionários e o PSDB nunca se pensou como tal. Essa auto-representação é um problema para o PT, porque impediu que ele tivesse uma prática política conseqüente. No governo, fiz alianças porque tinha propostas para o país. O PT chegou ao governo sem nenhuma. Teve de tecer alianças sem programa — e, quando você tem de fazê-las dessa forma, acaba sendo engolido por elas. É patético ver o Lula correndo atrás do PMDB. Quais são as propostas que estão por trás disso? Não há.

**Constata-se no seu livro que o senhor, como presidente, se empenhou**

**“NINGUÉM SENTE QUE LULA ESTÁ NO COMANDO. ELE É TÁTICO, NÃO É ESTRATÉGICO. PARA SER ESTRATÉGICO, É PRECISO TER FORMAÇÃO. É NECESSÁRIO DOMINAR CONCEITOS A PARTIR DOS QUAIS É POSSÍVEL ESCOLHER DETERMINADOS CAMINHOS.”**

**Lula, em sua posse: para FHC, o petista “perdeu-se nos escaninhos do poder e suas facilidades”**

profundamente nas discussões sobre os rumos a seguir na economia. Num mundo complexo como o de hoje, é possível um país como o Brasil ser liderado por alguém sem formação intelectual compatível?

■ Acho que ninguém precisa ter universidade no currículo para ser presidente. Afinal de contas, há muita gente com grau superior que não sabe nada. Mas acho importante que o político tenha aprendido algo. Ele tem de ler, tem de ter curiosidade intelectual. Porque, senão, você fica sem bases mais sólidas para discernir. O presidente Lula tem muita sorte. Não passou por nenhuma crise econômica com efeitos globais como as que tive de enfrentar. Não foi provado. Fica mais fácil, assim, comportar-se apenas como um relações-públicas do próprio governo. Não quero desmerecê-lo, mas ninguém sente que ele está no comando. O presidente Lula é tático, não é estratégico. Para ser estratégico, é preciso ter formação. É necessário dominar conceitos a partir dos quais é possível escolher determinados caminhos.

**Na conclusão de *A Arte da Política*, o senhor diz que Lula se perdeu nos escaninhos do poder e suas facilidades. A falta de preparo intelectual não teria tido um papel nessa perdição?**

■ Pode ter tido, sim, porque se você tem um certo preparo fica mais difícil deslumbrar-se. A capacidade de auto-crítica é maior, tem-se mais noção da transitoriedade das coisas. O preparo intelectual também permite que você perceba que herdou muito. O presidente Lula dá a impressão de que acha que está fundando o Brasil.

Acho que isso é autêntico nele, porque o Lula não tem um conhecimento mais profundo da história. Então, acredita mesmo que está fazendo tudo pela primeira vez.

**Como é sua relação com Lula?**

■ Pessoalmente, temos uma relação fácil. Mas esse negócio de o Lula viver dizendo que fez mais do que eu... Qualquer hora ele vai comemorar o fato de que, quando deixar o governo, haverá mais brasileiros vivos do que no fim do meu último mandato.

**Durante seu governo o Brasil cresceu pouco, mas cresceu proporcionalmente em relação ao mundo. Por que o país não cresce mais rápido?**

■ O governo Lula tem uma linha de continuidade como a do meu no que se refere à macroeconomia — câmbio, juros e responsabilidade fiscal. Mas ele errou na condução da política de juros, porque houve momentos em que era possível baixar a taxa mais depressa. Isso também aconteceu durante o meu governo, só que, no de Lula, os panoramas que permitiam essa redução eram mais claros.

não havia ameaça nenhuma. A manutenção de uma taxa de juros elevada causou um problema no câmbio. Quando a taxa é mais baixa, o governo pode intervir no câmbio, comprando dólares, sem maior impacto fiscal. Mas, quando ela está lá em cima, isso fica difícil. Ou seja, a política do governo Lula é a mesma, mas a operação não está correta. Política econômica não é ciência, é navegação. Você tem de navegar: se tem uma pedra no caminho, você contorna. A atual equipe econômica não navega — ela traça uma linha reta e segue em frente de todo jeito, como se não houvesse contexto mais ou menos favorável. Há ainda um outro lado: a

política macroeconômica não faz o país crescer. Crescimento depende de investimentos. Em parte, os investimentos respondem à taxa de juros, mas só em parte. Eles também dependem de fatores como confiança. Não se tem estabilidade nas agências reguladoras, que foram muito ameaçadas durante o governo Lula. A segurança na manutenção das regras diminuiu e, com isso, também o incentivo para o setor privado. Para completar, o investimento público caiu drasticamente neste governo e as reformas foram paralisadas. A reforma da Previdência, por exemplo: no início, houve uma euforia, porque nós votamos a favor daquilo que, no meu governo, eles votavam contra. Não foram feitas, no entanto, as leis complementares que permitiriam a sua implantação. Com isso, teremos neste ano um déficit na Previdência de 50 bilhões de reais — um buraco que certamente causará um problema fiscal mais adiante.

**O Brasil, então, ainda paga o custo PT?**

## “MEU CANDIDATO A SECRETÁRIO-GERAL DA ONU ERA O CLINTON. MAS ELE NÃO PODERÁ SER PORQUE A HILLARY SAIRÁ CANDIDATA A PRESIDENTE DOS ESTADOS UNIDOS. A ONU PRECISA TER UM SECRETÁRIO-GERAL COM PESO GLOBAL E MUITA FORÇA ENTRE OS AMERICANOS.”

Com o ex-presidente americano Bill Clinton: “É importante poder pegar o telefone e dizer: ‘Estou precisando disso’”

■ Sim, ainda paga, mesmo que esse custo tenha sido amortecido. Como o mercado financeiro está muito bom, as pessoas deixaram de prestar atenção às questões relevantes. Ninguém mais cobra a reforma do mercado de trabalho, a reforma da Previdência — tudo aquilo que cobravam de mim. Mas o fato de não cobrarem não resolve a questão. A falta de reformas impede que o Estado tenha mais recursos e o setor privado possa investir mais. A economia não depende apenas da taxa de juros. Se fosse assim, o Japão estaria estourando há anos, já que lá a taxa era de 0% até a semana passada.

Os arautos do “Delenda FHC”, como o senhor chama no livro a oposição que vivia pedindo o seu impeachment, certamente ironizarão a defesa que o senhor faz de seus governos nos episódios da aprovação da emenda que permitiu a sua reeleição, cercada de notícias sobre a compra de votos de parlamentares por parte do governo, e do programa de privatizações, em que muitos viram indícios de corrupção.

■ Nada disso tinha a ver conosco, como narro no meu livro, mas não adianta responder a essas acusações. Os acusadores têm interesse político em mantê-las. Se houve corrupção, que se apure. Por que não apuram? A diferença é que, no atual governo, a corrupção foi feita de maneira organizada pelo partido do presidente. Tanto é que toda a cúpula do PT caiu. Se Lula não sabia do mensalão, que ingenuidade a dele, hein?

Na Presidência, o senhor manteve uma relação próxima com o presidente americano Bill Clinton e o primeiro-ministro inglês Tony Blair. Até que ponto a empatia ou mesmo a amizade pessoal entre governantes de diferentes países é importante para as relações diplomáticas?

■ Não substituí os interesses organizados do país, mas complementa. Em certos momentos, é importante poder pegar o telefone e dizer: “Eu estou precisando disso”. Mas tudo tem de ser feito com naturalidade. Quando abordo no meu livro as conversas que mantive com outros chefes de Estado, não é para me exibir. Estou muito velho para isso. É para mostrar que o presidente do Brasil, não importa quem seja ele, pode falar de igual para igual com qualquer presidente ou primeiro-ministro de país rico.

É verdade que o senhor foi cogitado para ser secretário-geral da ONU?

■ Não, nunca houve movimentação

nesse sentido. Meu candidato era o Clinton. Mas ele não poderá ser secretário-geral porque a Hillary sairá candidata a presidente dos Estados Unidos. Aí não dá mais. Meu apoio a Clinton resume o que penso da ONU. Ela precisa ter um secretário-geral

com peso global e muita força entre os americanos. Só assim funcionaria a contento.

No livro, o senhor brinca com a sua fama de vaidoso. O senhor não se considera vaidoso?

■ Muitos jornalistas escreveram que minha vaidade é incomensurável. Minha vaidade é apenas intelectual. Física, não tenho nenhuma. Faz tempo saí na VEJA que eu era um dos homens mais elegantes do Brasil. Imagine só! A Ruth vive me dando bronca porque me visto errado e coisa e tal. Não tenho nem vaidade política — não me acho insuperável.

Na conclusão de *A Arte da Política*, o senhor fala da sua decepção com a morosidade com que andam as reformas tão essenciais ao Brasil. O senhor acredita sinceramente que o país tem chance de recuperar o terreno perdido no último quarto de século?

■ Tem, mas nada está garantido. Continuamos a perder tempo. Na comparação com a Índia e a China, a nossa vantagem é que já passamos por um intenso processo de urbanização e esses países ainda não. Além disso, a pressão demográfica aqui é muito menor. Por isso é que fico aflito: se os governos e a sociedade não perceberem que a nossa hora é agora, com um crescimento demográfico que está longe de ser explosivo e uma população que ainda não é velha, talvez percamos o bonde de vez. A sociedade brasileira tem de acelerar o passo, e atingir logo aquele estado de “mente pura” de que fala Vico. A razão precisa triunfar no Brasil. ■

**O SR. ANTERO PAES DE BARROS** (PSDB – MT. Sem apanhamento taquigráfico.) – Sr. Presidente, Sr<sup>as</sup> e Srs. Senadores, ocupo a tribuna neste momento para registrar a matéria intitulada “Palocci de novo na mira”, publicada pela revista Veja em sua edição de 15 de março do corrente.

A matéria mostra que o motorista Francisco das Chagas Costa contou aos parlamentares da CPI dos Bingos que o Ministro Palocci freqüentava a casa que seus auxiliares de Ribeirão Preto alugavam em Brasília para planejar e executar ações que visavam a tentar beneficiar empresários usando como trunfo a amizade com o ex-prefeito.

A matéria mostra, também, que o delegado regional de Ribeirão Preto, Benedito Antônio Valencise,

declarou à CPI que a polícia já recolheu indícios suficientes para acusar Palocci por formação de quadrilha, falsidade ideológica e peculato. O delegado demonstrou não ter dúvidas de que existia um esquema de corrupção na prefeitura daquele município.

Senhor presidente, solicito que a matéria acima citada seja considerada parte deste pronunciamento, para que passe a constar dos Anais do Senado Federal.

**DOCUMENTO A QUE SE REFERE O SR. SENADOR ANTERO PAES DE BARROS EM SEU PRONUNCIAMENTO.**

*(Inseridos nos termos do art. 210, inciso I e § 2º, do Regimento Interno.)*

# PALOCCI DE NOVO

Novos depoimentos contradizem versões do ministro — e obrigam-no a voltar a dar mais explicações

O ministro Antonio Palocci anunciou em Londres que não pretende coordenar a campanha reeleitoral do presidente Lula. Não que lhe falte disposição ou talento para a tarefa. O problema de Palocci é de outra ordem. Desde que começaram a eclodir personagens e histórias comprometedoras ligados ao seu passado de ex-prefeito de Ribeirão Preto — cargo que ocupava antes de ser indicado a ministro da Fazenda —, a imagem de Palocci vem sofrendo. Na semana passada, a CPI dos Bingos ouviu três depoimentos que complicam ainda mais o ministro. No mais contundente deles, o motorista Francisco das Chagas Costa contou aos parlamentares que Palocci freqüentava a casa que seus ex-auxiliares de Ribeirão alugaram em Brasília no início do governo (veja a reportagem seguinte). Nela, sabe-se hoje, os amigos do ministro planejavam e executavam ações para tentar beneficiar empresários usando como trunfo a amizade com o ex-prefeito. Palocci prestou depoimento à CPI em janeiro e negou veementemente que tivesse freqüentado a casa. O motorista, porém, garantiu que o ministro esteve lá duas ou três vezes, era chamado pelos convivas de “chefão” e suas visitas aconteceram sempre de dia, no horário de expediente.

Além do depoimento do motorista, a CPI ouviu a ex-chefe de obras da

prefeitura de Ribeirão Marilene do Nascimento Falsarella e o delegado regional da cidade, Benedito Antônio Valencise. Ambos foram convocados para esclarecer acusações pesadas contra Antonio Palocci nos seus tempos de prefeitura. O delegado contou aos parlamentares que a polícia já recolheu indícios suficientes para acusar Palocci por formação de quadrilha, falsidade ideológica e peculato. Ele demonstrou não ter dúvidas de que existia um esquema de corrupção montado para arrecadar dinheiro de empresas prestadoras de serviço. Marilene Falsarella, por sua vez, confirmou que adulterava as planilhas de medição para permitir o superfaturamento dos serviços. Parte do dinheiro pago a mais para as empresas retornava como doação eleitoral. Em depoimento, Rogério Buratti, ex-secretário de Governo da prefeitura de Ribeirão, contou à polícia que a empresa responsável pela varrição da cidade pa-

gava uma mesada de 50 000 reais por mês a Palocci e seus assessores. Parte do dinheiro era transferida para o caixa do PT e outra abastecia as próprias campanhas de Palocci.

As declarações do motorista, se confirmadas, colocam o ministro da

# VO NA MIRA

Fazenda em uma situação ainda mais delicada. Francisco das Chagas foi contratado pelo economista Vladimir Poletto, ex-assessor de Palocci em Ribeirão, no início de 2003. O ministro garantiu que não conhece Poletto, mas não será de estranhar se amanhã ele se lembrar do ex-assessor. Palocci já foi obrigado a reformar suas versões para episódios nebulosos ao menos duas vezes. Em março de 2004, funcionários da multinacional GTech denunciaram uma suposta tentativa de extorsão contra a empresa que teria partido do advogado Rogério Buratti. Logo após a denúncia, para tentar manter distância do escândalo, o ministro disse que não falava com Buratti havia anos. Depois, lembrou que poderia ter se encontrado casualmente com o ex-assessor. Por último, admitiu que houve encontros em eventos familiares. Buratti freqüentava não só o Ministério da Fazenda como a residência oficial de Palocci em Brasília. Segundo o advogado, o último encontro entre os dois aconteceu em um hotel de São Paulo,

onde tomaram café e conversaram sobre o caso Gtech. Agora, com base no depoimento do motorista Chagas à CPI, sabe-se que eles também se encontraram na mansão alugada em Brasília.

O motorista Chagas revelou aos parlamentares ter levado ao Ministério da Fazenda os empresários angolanos José Paulo Teixeira Figueiredo e Artur José Valente Caio, fabricantes de máquinas de bingo. Em depoimento prestado à polícia, Rogério Buratti contou que, ainda na campanha, Palocci se reuniu com esses mesmos angolanos na casa do empresário

Roberto Carlos Kurzweil, em São Paulo.

Na ocasião, o então coordenador da campanha de Lula garantiu que, em ca-

so de vitória, o PT regulamentaria o funcionamento das casas de bingo. Em troca, os empresários teriam doado 1 milhão de reais à campanha de Lula. Os recursos não foram contabilizados. Palocci disse que nunca viu os bingueiros africanos nem participou de encontro algum na casa de Kurzweil. Kurzweil é dono da locadora do carro blindado que pegou no aeroporto as caixas com os dólares de Cuba. Logo no início do governo Lula, uma comissão foi criada para estudar a legalização dos bingos. Os estudos eram desenvolvidos por um grupo de técnicos da Caixa Econômica Federal, órgão subordinado ao Ministério

da Fazenda, que tinha entre seus conselheiros o ex-secretário de Fazenda da prefeitura de Ribeirão Ralf Barquete, já falecido. As declarações do motorista foram tão contundentes que o relator da comissão, senador Garibaldi Alves Filho, anunciou que pretende incluir o nome do ministro no relatório final da CPI. Como se vê, além de amigos, os personagens dos escândalos que minaram a biografia do ministro Palocci — Rogério Buratti, Vladimir Poletto, Roberto Colnaghi, Roberto Carlos Kurzweil e Ralf Barquete — tinham outras coisas em comum: eles freqüentavam a mesma casa, participavam das mesmas festas e todos faziam negócios no governo. Sempre se imaginou que a turma de Ribeirão agia nas costas do ministro. O depoimento do motorista não prova que Palocci sabia de tudo o que seus “amigos-da-onça” faziam. Mas o obriga a dar mais e constrangedoras explicações. ■



**O SR. JOÃO BATISTA MOTTA** (PSDB – ES. Sem apanhamento taquigráfico.) – Sr. Presidente, Sr<sup>as</sup> e Srs. Senadores, ocupo a tribuna, neste momento, para registrar a excelente reflexão feita pelo economista e ex-ministro da Fazenda, Pedro Malan, em artigo publicado no jornal **O Estado de S. Paulo** do último dia 13 de março.

Artigo, intitulado “O PT e o discurso da mudança”, traz uma lúcida descrição de como o governo do presidente Lula se perdeu, entre suas promessas e sonhos, e busca superar a lastimável crise moral no Partido para conseguir seu objetivo maior: a reeleição do Presidente.

Parece clara a estratégia do PT quando tenta dissociar a imagem do Presidente dos imensos escândalos, impede as investigações nas Comissões Parlamentares de Inquérito, e afasta mas não investiga seus

incompetentes auxiliares. Onde está Waldomiro? Onde está Gushiken? Estão sendo apurados os casos?

“A importante agenda do ‘mudar para crescer’ é muito mais complexa do que sonha a vã ideologia – e seu fácil discurso de palanque.”

Concluindo, Sr. Presidente, requeiro que o artigo acima citado seja considerado parte integrante deste pronunciamento, para que passe a constar dos Anais do Senado Federal.

**DOCUMENTO A QUE SE REFERE O SR. SENADOR JOÃO BATISTA MOTTA EM SEU PRONUNCIAMENTO.**

(Inserido nos termos do art. 210, inciso I e § 2º, do Regimento Interno.)

## O PT e o discurso da mudança

Pedro S. Malan

“O PT tem dois objetivos agora: reconquistar a coordenação política do governo para o ministro José Dirceu e alterar a política econômica, que muitos no partido interpretam como responsável por derrotas nas urnas em outubro.” A informação é da competente Teresa Cruvinel, sempre muito bem informada sobre assuntos da secretaria petista. Foi feita em 23 de novembro de 2004.

Passaram-se 15 meses da informação da jornalista a seus leitores. Faltaram apenas seis meses para as eleições de outubro. O que dizer dos dois objetivos ou anseios tão claramente explicitados, à luz dos recentes documentos reservados da direção nacional do PT exigindo mudanças na condução da política econômica já em 2006, considerado como “o primeiro ano do segundo mandato”?

Sabe-se hoje que o PT não conseguiu atingir o seu objetivo de reconquistar a coordenação política para José Dirceu. Ao contrário, houve evidências de um processo desastroso, que decapitou a cúpula diri-

### Agenda do ‘mudar para crescer’ é mais complexa do que sonha a vã ideologia

gente do PT, levou a três CFIs e a uma lastimável crise moral no partido “que não rouba e não deixa roubar”. Sabe-se, hoje, que o PT tem um fundamento e prioritário objetivo político: reeleger o presidente Lula, há tempos, e dada vez mais, em campanha e que vem conseguindo dissociar a sua imagem pessoal da imagem negativa de seu partido, ao qual hoje atribui a exclusiva responsabilidade de procurar explicar-se à opinião pública. Ou limpando a imagem do partido dos sérios danos que a si próprio infligiu na, talvez, apostando na memória curta e no esquecimento coletivos. Afinal, 2005 – o ano que o PT preferiria relegar ao olvido – estará mais de nove meses atrás em outubro deste ano. Quem sabe, até lá, a opinião pública não se lembre de mais nada ou esteja com outras preocupações em mente.

Portanto, no plano político, parece clara a estratégia do PT: passar uma borracha em seu passado recente, reeleger

Lula e seguir em frente. Se “recordar é viver”, como na velha marchinha dos carnavais de outrora, por que não apostar que “sobreviver é esquecer”? Afinal, o eleitor decidirá, em outubro, em função tanto do que prefere recordar quanto do que pretende esquecer, à luz do que ouvirá dos candidatos sobre os próximos quatro anos.

É neste sentido que vale a pena explorar as implicações do outro grande objetivo do PT: alterar a política econômica – agora do seu próprio governo.

A indigência do debate sobre política econômica no âmbito da militância partidária petista nunca foi surpresa para quem quer que ali procurasse por sinais de vida intelectual fecunda. Não cabe relembrar as barbaridades que o País teve a ocasião de observar, como plebiscitos para suspensão de pagamentos das dívidas externa e interna ou como a rejeição, seguida de propostas de radical mudança da Lei de Responsabilidade Fiscal, tida pelo PT, à época, como incompatível com a responsabilidade social, e por aí afora.

Estas, pelo menos, eram propostas equivocadas, mas que podiam ser debatidas, como o foram. Mas que dizer da nota da Executiva do PT sobre o caso Waldomiro Diniz e sua saída do cargo de subchefe da Casa Civil da Presidência da República, divulgada em 5 de março de 2004 e que trazia a seguinte pérola: “Vamos trabalhar com afinco para que o governo do PT implemente as medidas necessárias para que 2004 marque o início de um novo e sustentado ciclo de desenvolvimento econômico e social do país, através de mudanças na política econômica necessárias à implantação e consolidação de todos nossos programas sociais, econômicos, administrativos e de desenvolvimento”. Quão mais fácil era ser apenas oposição a “tudo o que aí estava”!

Ou ao que aí está, como sugere o documento reservado do PT que vem sendo discutido há meses e teve redação final de um graduado membro do partido e assessor especial de total confiança do presidente Lula, e será submetido no próximo fim de semana à análise e votação pelo Diretório Nacional do partido.

Deixemos de lado as generalidades vazias de conteúdo do tipo do longo exemplo acima ou de coisas como “mudar de conjunto (sic) a realidade social aflitiva do país”, ou “fazer do social o carro-chefe do governo”, ou a velha e vaga demanda por “um novo projeto social de desenvolvimento”. Quando se especifica algo, o que temos é a surrada proposta de “redução mais acentuada das taxas de juros e a diminuição das rotas oficiais de superávit primário”.

Ambas generalidades sem conteúdo, e propostas aparentemente específicas como as acima têm como óbvio propósito assegurar maior espaço para a expansão do gasto público, ainda visto por legiões no Brasil como o verdadeiro motor do processo de desenvolvimento econômico e social.

Não li a íntegra dos documentos e, portanto, posso estar cometendo injustiças, pelas quais não terei pejo em pedir desculpas um dia. Mas, à luz do que “vazou” até agora, nada indica que algumas das áreas em que está havendo uma saudável convergência na opinião pública mais informada constem dos documentos mencionados. Muito pelo contrário.

Como vimos, o presidente Lula procurou dissociar-se inteiramente do PT no que diz respeito às lambanças do partido que vieram à tona em 2005. Ao que tudo indica, o presidente também vai ter de continuar se dissociando do PT na área econômica. Para o bem do País, que em pleno século 21 não pode mais incorrer naquilo que Hobsbawm chamou de os grandes pecados capitais da História: o provincialismo e o anacronismo. Ambos caracterizam o discurso econômico de boa parte do velho PT. Mas, como bem sabem muitos dos petistas mais lúcidos – que, felizmente, existem – a importante agenda do “mudar para crescer” é muito mais complexa do que sonha a vã ideologia – e seu fácil discurso de palanque.

Pedro S. Malan, economista, foi ministro da Fazenda no governo Fernando Henrique Cardoso. E-mail: malan@estadao.com.br

**O SR. ARTHUR VIRGÍLIO** (PSDB – AM. Sem apanhamento taquigráfico.) – Sr. Presidente, Sr<sup>as</sup> e Srs. Senadores, ocupo a tribuna, neste momento, para fazer o registro da matéria intitulada “Relatório da CPI vai citar o nome do Presidente Lula”, publicada no jornal **O Estado de S.Paulo**, em sua edição de 21 de março de 2006.

A matéria mostra que, no texto final que deverá ser aprestado dia 29, o Relator da CPI dos Correios, Deputado Osmar Sarraglio (PMDB–PR), vai citar também o nome do Presidente Luis Inácio Lula da Silva.

A reportagem divulga ainda que Sarraglio pretende descrever o episódio em que Lula foi avisado sobre a existência do mensalão pelo ex-Deputado Roberto Jefferson (PTB). Na ocasião, o Presidente pediu que o então Ministro da Articulação Política e hoje Presidente da Câmara, Aldo Rebelo (PC do B), e o ex-Presidente da Câmara, João Paulo Cunha (PT), tomassem providências e investigassem a denúncia.

Sr. Presidente, para concluir, requeiro que a referida matéria passe a integrar os Anais do Senado Federal.

Outro assunto, Sr. Presidente, Sr<sup>as</sup> e Srs. Senadores, a que me refiro é que para ser Presidente é preciso ter ao menos pensamento elevado e levar a sério a administração do País.

Para ser Presidente é preciso determinar-se, é preciso resolver-se. E decidir com firmeza.

Fernando Henrique, em seu livro **A Arte da Política**, aponta algo assemelhado. E Geraldo Alckmin, menos de um mês depois da definição de sua pré-candidatura, começa a preparar o que poderá ser um Plano de Metas para o Brasil.

(...) Um programa de governo nos moldes do Plano de Metas, que Juscelino Kubitschek apresentou ao Brasil em 1955. (...) As “metas” serão objetivos na harmonização dos desenvolvimentos regionais; o programa não sairá das pranchetas dos economistas paulistas, mas das sugestões de especialistas de todo o País, ouvidos em seminários regionais feitos pelo Instituto Teotônio Vilela (ITV), centro de estudos do PSDB”

É uma pena que, antes de 2003, Luiz Inácio Lula da Silva não tenha tido essa mesma determinação de Alckmin e preparado um verdadeiro programa de Governo.

É uma pena que, já agora, com o barco à deriva, ele tenha preferido dizer que *o Brasil não tem pressa para crescer*.

Mais lamentável para o País é que Lula, realmente, tenha se acomodado e, nesse momento, mesmo

reconhecendo que *a situação está mal*, não reaja, preferindo fingir que sabe tocar berimbau, como ontem na Bahia.

Nenhum brasileiro quer a ruína do Governo Lula, mas, também, ninguém aceita que se leve a administração na flauta (ou no berimbau). Como se pudesse repetir o cancionista popular:

(...) *eu me vingo dela (a Nação) tocando viola de papo p'ro ar*.

#### **(Pena Branca e Xavantinho)**

O desejo maior da Nação, Presidente, seria a recuperação de um Governo que começou mal e segue mal. Mas sabe o povo que já é meio tarde para uma reação à altura de um país que, sim, tem pressa.

Não é só o tempo que se esvai. Também a visão do Presidente Lula, como a dos que o cercam em sua desastrosa administração, é olhizaina, estrábica, e, por isso, incapaz de agir com elevação e de pensar no País enquanto é tempo, se é que ainda é tempo.

As análises futuras, quando tiver que ser escrita a história desse quatriênio perdido, o mínimo que se poderá dizer é que Lula, sem programa de Governo, buscou avidamente, e às pressas, mal-traçar um projeto de Poder, que deu no que deu, a ponto de ele reconhecer ontem que as coisas vão mal.

Machado de Assis, nosso grande nome da Literatura, diz, em **Ressurreição** (p.21), que

(...) um espírito vesgo, uma alma insípida, é capaz de fidelidade e incapaz de constância (...)

Acrescento, indagando a quem Lula terá oferecido fidelidade, se ao Brasil ou ao PT e seu programa de poder?

E mais, ainda em acréscimo a Machado: a quem Lula terá assegurado constância: ao Brasil, que tem pressa de crescer ou ao PT, que tem ou teve pressa de se garantir no Poder a qualquer custo?

Sem condições de promover a retomada do crescimento brasileiro e de promover as tão reclamadas obras de infra-estrutura, o atual Governo lamentavelmente levou o Brasil a cenário de corrupção jamais visto.

Pior ainda, a obstinada postura de Lula e do PT para impedir que se investigue a roubalheira que, se não foi criada pelo Governo, tem a sua convivência.

Neste momento, o País convive, ademais, com indesejáveis atritos que prejudicam a harmonia e a independência entre os Poderes da República, praticamente reduzidas a frangalhos.

Era natural que o País fosse conduzido a esse estado deplorável no relacionamento entre o Poder Legislativo e o Poder Judiciário. Disso são os maiores culpados os petistas, que, ao impetrar pretensos e mal delineados direitos, humilharam a própria casa a que pertencem, o Congresso Nacional.

Não é hora de inculpar o Judiciário nem de alegar que o Supremo Tribunal Federal teria agido com exorbitância.

Por isso, ontem, neste Plenário, dirigi uma conclamação ao Presidente desta Casa, por ele aceita, para que o diálogo entre os dois poderes possa ser feito. Na ocasião, disse que tudo que não gostaria de ver é um Executivo hipertrofiado e, ao mesmo tempo, Judiciário e Legislativo, os dois pilares da democracia, digladiando-se, com perda de densidade para ambos e, especificamente no que toca ao fortalecimento, impedindo a maximização das CPI.

Creio ter interpretado a vontade desta Casa e, de certa forma, ir ao encontro do que pensa a sociedade civil brasileira.

É certo que a opinião pública está preocupada com os rumos do Brasil. A imprensa, por seu lado, procura interpretar o pensamento das populações e a contrariedade nacional com o que ocorre.

Outro assunto a que me refiro, Sr. Presidente, Sr<sup>as</sup> e Srs. Senadores, é se o Presidente Lula tem a ilusão de que o mundo não sabe que no Brasil o Governo petista afaga os invasores de terra que infelicitam o campo, pode ter a certeza de seu ledor engano. O mundo todo sabe, sim, que a intranquilidade é um mal com o qual os agricultores são obrigados a suportar.

E o mundo inteiro sabe também que as invasões aumentam porque Lula afaga os invasores.

Para que o Presidente fique informado, fique sabendo desde logo que são freqüentes as notícias e análises de jornais do mundo inteiro a respeito desse grave problema que se agrava porque o Governo dá dinheiro para incentivar as invasões.

Hoje, nos Estados Unidos, jornal **The Christian Science Monitor** registra o desencantamento de antigos aliados do presidente Luiz Inácio Lula da Silva, que acusam o governo de não ter conseguido combater os problemas sociais do Brasil.

O **Science Monitor** é um jornal discreto, mas também muito influente. Seu noticiário é sempre apresentado em forma de análise correta e baseada em fatos reais. Suas matérias baseiam-se em trabalho de exaustiva apuração.

Não é, pois, um jornal que publica as notícias que lhe chegam sem que antes passe por um processo de checagem, portanto com absoluta segurança de sua veracidade.

É esse o jornal que comenta o desencanto dos movimentos sociais que esperavam que Lula, antigo

defensor da reforma agrária por décadas, como sindicalista e líder da oposição.

Trago a notícia do *Science* para que, assim, passem a constar dos Anais do Senado da República.

Mais um assunto a que me refiro, Sr. Presidente, Sr<sup>as</sup>. e Srs. Senadores, é sobre a autora de um dos bons livros da atualidade brasileira, (“Quase Tudo”) que, ao narrar a própria biografia, relembra episódios importantes da vida contemporânea do País, a escritora Danuza Leão tem autoridade para dizer que, no Governo Lula, os políticos brasileiros atingiram o fundo do poço,

Danuza viveu e vive, como jornalista, todos os momentos de um Brasil inquieto por tantos desacertos, desde 1954, data por ela indicada em recente palestra no Teatro Folha, no Pátio Higienópolis, em São Paulo.

Por tudo isso, estou anexando a este pronunciamento a matéria da **Folha de S.Paulo** de hoje, que faz uma síntese da palestra de Danuza.

Ali, num teatro lotado e, portanto, diante de um público interessado nos fatos brasileiros, Danuza Leão, essa brava mulher que admiro, define bem o que é o PT, o partido do Presidente Lula.

São delas essas palavras:

Eu daria um Oscar para os dirigentes do PT, porque eles fingem muito bem, têm cara de santo.

Está criado o **Oscar do Fingimento** e o PT de Lula é o seu primeiro ganhador. Parabéns a ambos.

E, por último, Sr. Presidente, Sr<sup>as</sup> e Srs. Senadores a violação do sigilo bancário do caseiro que diz ter visto o ministro Antonio Palocci na casa da República de Ribeirão Preto é um ato de gangsterismo, diz o articulista Clóvis Rossi, da **Folha de S.Paulo**.

Eu também acho.

O povo brasileiro também acha.

Os do lado de lá da rua são os únicos que não acham. Eles se confundem, misturam-se ou fazem parte do **gangsterismo**.

Diz o editorial de hoje do jornal **O Estado de S.Paulo**, com todas as letras e muito claramente:

Nada disso é insignificante quando se está em face da mais torpe operação já engendrada nas alturas – ou nos porões – do governo do PT.

Quem acha que tudo isso é insignificante é o Governo petista, num refrão quase cômico e infelizmente repetido por seus representantes a todo instante, inclusive neste Plenário.

A grande verdade, para a toda a Nação, mais do que convencida do **gangsterismo** do Governo petista

do Presidente Lula, é que o Brasil está sob a ameaça de implantação de um pretensu governo autoritário, sob a batuta do Presidente Luiz Inácio Lula da Silva.

Se esse regime nazi-fascista ainda não atingiu a plenitude, estamos muito próximos disso, pelo desejo do grupo que pensou no poder pelo poder, longe, muito longe, de qualquer projeto, programa ou diretrizes de plano de ação governamental.

Ao cometer um crime – quebrar sem ordem judicial o sigilo bancário de alguém que de nada é acusado – o poder petista tentou desqualificar o trabalhador que ousou declarar a este jornal, depois a outros e, enquanto pôde, antes de ser amordaçado por uma liminar, à CPI dos Bingos, que Palocci mentiu quando negou ter estado no casarão onde a sua corriola tramava negociatas e promovia farras remuneradas. Mas à ignomínia somou-se, como era de se prever, a incompetência – diz ainda o **Estadão** no mesmo editorial de hoje.

Houve um crime, sim. Houve um crime praticado pelo Governo que aí está. E não venham as lideranças petistas, com seus estertores, com seu frenesi exaltado ou com o seu clássico histerismo! Histerismo, isso é lá para longe, não aqui no Plenário do Senado da República.

A persistir a sucessão de erros petistas, acobertados por uivos e gritos zangadiços, que defendem a qualquer preço o personagem sob suspeição, que é o Ministro Palocci, as vozes petistas vão ter amanhã que explicar à Nação aturdida por quê fecharam os olhos ao ilícito.

Que não venha também o Presidente Luiz Inácio Lula da Silva, com seu ensaiado e já cansativo gesto de passar a mão e, depois, dizer que de nada sabia. Sabe, sim. O Presidente sabe de tudo. E ainda ontem reuniu-se com o Ministro da Justiça, exclusivamente para tratar desse crime.

Fica, pois, avisado o Presidente da República: não vale fingir mais tarde nem proclamar com a cara mais limpa do mundo que de nada sabe. Não vale, Presidente! Explique-se à Nação.

Expliquem-se, Lula e seu desacreditado Governo, aos juristas e ao STF.

Leio, a propósito:

“A Constituição garante o direito ao sigilo. Isso tem de ser respeitado pelo cidadão. Aí a razão pela qual nós estamos muito preocupados com isso. Os abusos somam-se a abusos, chamam mais abusos e as coisas vão se complicando”.

Sabem os senhores do Palácio do Planalto quem disse isso? Foi o presidente do Supremo Tribunal Federal.

Ele, Nelson Jobim, e o presidente do Tribunal Superior Eleitoral, Gilmar Mendes, criticaram ontem a violação do sigilo bancário do caseiro Francenildo dos Santos Costa e pediram uma investigação “cabal” sob pena de a disputa política degenerar em “vale-tudo” e “selvageria”.

Vale-tudo e Selvageria, por tudo que se vê, são a nova ordem que desejam Lula e seu grupo, esquecidos, como alerta o Supremo Tribunal Federal, de que

**A Constituição exige autorização judicial para a quebra do sigilo bancário.**

Como revelam fartamente as notícias dos jornais brasileiros – e estrangeiros daqui a pouco – o extrato da conta de Francenildo, na Caixa Econômica, já circulava entre os assessores do ministro Antonio Palocci no Ministério da Fazenda.

Aí está. Tudo explicado! O Ministério da Fazenda manda na Caixa Econômica. E então foi muito fácil, um simples telefonema e o crime se consumou.

Sr. Presidente, as coisas vão mal no Brasil. Era previsível que um Governo tão estouvado viesse gerar essa tremenda confusão.

A confusão nasce quase sempre da irresponsabilidade.

Esquecem-se os petistas que o Brasil de hoje não comporta atos e ações levianos. Já não é tempo de girolas nem de um Governo que, volta e meia, se traveste de brincalhão ou põe de fora as manguinhas do autoritarismo.

Por autoritarismo, entenda-se o frenético vale-tudo pela reeleição de um Presidente que sonha com a repetição desse seu quadriênio perdido.

Fica a advertência:

No vale-tudo pela reeleição, Lula também mandou acionar a mais alta corte judicial para impedir que a CPI dos Bingos ouvisse tudo que Nildo teria a dizer. O ministro da Justiça, Márcio Thomaz Bastos, fez a sua parte ao não permitir que a Polícia Federal investigue a história da sede da República de Ribeirão.

Está no jornal **O Estado de S.Paulo**. E também no pensamento hoje dominante entre a população brasileira.

Era o que tinha a dizer.

**DOCUMENTOS A QUE SE REFERE O SR. SENADOR ARTHUR VIRGÍLIO EM SEU PRONUNCIAMENTO.**

(Inseridos nos termos do art. 210, inciso I e § 2º, do Regimento Interno.)

# Relatório da CPI vai citar nome do presidente Lula

No texto que será apresentado no dia 29, Serraglio vai lembrar que presidente foi avisado sobre o mensalão

Eugênia Lopes

BRASÍLIA

Ficou para a semana que vem a apresentação do relatório final da CPI dos Correios. O texto, que terá entre 1.500 e 2.000 páginas, vai propor o indiciamento de mais de 100 pessoas envolvidas no escândalo do mensalão, entre elas ex-dirigentes do PT, além de descrever a origem dos recursos que abasteceram as contas do empresário Marcos Valério.

No texto final, que deverá ser apresentado no dia 29, o relator da CPI, deputado Osmar Serraglio (PMDB-PR), também vai citar o nome do presidente Luiz Inácio Lula da Silva. Serraglio pretende descrever o episódio em que Lula foi avisado sobre a existência do mensalão pelo ex-deputado Roberto Jefferson (PTB). Na ocasião, o presidente pediu que o então ministro da Articulação Política e hoje presidente da Câmara, Aldo Rebelo (PC do B-SP), e o ex-presidente da Câmara João Paulo Cunha (PT-SP) tomassem providências e investigassem a denúncia.

Fábio Lula da Silva, filho do presidente, será igualmente citado. O sub-relator de fundos de pensão, deputado Antonio Carlos Magalhães Neto (PFL-BA), vai pedir que seja investigado o contrato de R\$ 5 milhões

da Gamecorp, empresa de Fábio Lula, com a Telemar.

No rol dos indiciados, está o ex-secretário-geral do PT Silvío Pereira, que viu sua situação agravada com a divulgação pelo Estado, ontem, de auditoria do Tribunal de Contas da União em um dos contratos da Petrobrás com a GDK. A auditoria detectou superfaturamento de US\$ 23,1 milhões (cerca de R\$ 48 milhões). A GDK presenteou Silvío com um jipe Land Rover.

## CONTA-PULMÃO

O relatório final vai mostrar

## Conta de Valério movimentou R\$ 30 milhões para o esquema

que uma conta de Valério no Banco Rural, chamada de conta-pulmão, movimentou R\$ 30 milhões e serviu para alimentar o esquema montado para pagar parlamentares em troca de apoio ao governo. "Essa conta-pulmão foi usada para alimentar outra conta, chamada de conta-mãe, que servia para o mensalão", afirmou Serraglio. "Essa conta era a que abastecia a dos deputados", explicou o sub-relator de financiamento financeiro, Gustavo Fruet (PSDB-

PR). Segundo ele, na conta-pulmão aparecem recursos de empresas públicas e privadas, como a Usirrinhas.

Serraglio passou o dia, ontem, tentando definir em que tipo de crimes serão enquadradas as pessoas que terão seus pedidos de indiciamento feitos ao Ministério Público. Os 19 parlamentares envolvidos no mensalão cujos nomes foram enviados para o Conselho de Ética, em agosto, terão seu indiciamento pedido por crime eleitoral e corrupção passiva. O relator pretende analisar o processo dos deputados já julgados pelo conselho para embasar o pedido de indiciamento. A CPI vai também pedir a condenação dos parlamentares que renunciaram ao mandato - Valdemar Costa Neto (PL-SP); Paulo Rocha (PT-PA) e José Borba (PMDB-PR) - e daqueles que foram absolvidos pelo plenário da Câmara.

Além dos deputados e de Silvío Pereira, o relator também pretende propor o indiciamento dos ex-ministros José Dirceu e Luiz Gushiken e de outros ex-dirigentes petistas. A CPI dos Correios vai pedir ainda a condenação do ex-presidente do PT José Getulio Barbosa, ex-tesoureiro De-

### **Hora de o Congresso dizer basta!**

Tivesse suficiente sensibilidade política (e ética) para captar o grau de decepção da sociedade brasileira, no que diz respeito à confiança que deveria inspirar a majestática imparcialidade da Justiça do País – especialmente sua cúpula; tivesse a necessária lucidez para avaliar todo o estrago já causado à imagem do Judiciário, por decisões estapafúrdias e notoriamente tendenciosas dos Tribunais Superiores em favor de interesses políticos do Planalto; tivesse o mínimo de objetividade de juízo para aquilatar o quanto o Judiciário tem ferido a independência do Legislativo, num processo de crescente intromissão de atribuições entre Poderes –, decerto o ministro Nelson Jobim, em sua fase de retirada da presidência da mais alta Corte de Justiça do País, pelo menos buscaria outro argumento, que não a negação do “grave risco ao interesse público”, para justificar a rejeição do recurso do Senado, que tentava liberar o depoimento do caseiro Francenildo Costa à CPI dos Bingos.

Se já não era do maior interesse público o depoimento do ex-caseiro da sede nacional da já famigerada República de Ribeirão Preto – depois que, em entrevista a este jornal, provou em pormenores que o Ministro da Fazenda, Antonio Palocci, faltara com a verdade ao dizer que lá jamais estivera – pela violência perpetrada contra aquele cidadão depoente, na divulgação criminosa de seus extratos bancários, com o objetivo de “pôr em dúvida sua credibilidade” (termos usados pela própria revista que fez a “denúncia”, embora no texto da matéria revelasse conhecer a origem não escusa dos depósitos efetuados na conta de Francenildo), já haveria motivo mais do que suficiente para que a opinião pública brasileira fosse devidamente esclarecida por novo depoimento do caseiro àquela Comissão Parlamentar de Inquérito – visto que o primeiro fora interrompido por decisão igualmente monocrática de ministro do Supremo Tribunal Federal.

Como o extrato da conta do caseiro fora obtido no momento mesmo em que este se encontrava em repartição da Polícia Federal – configurando-se, assim, o indiscutível crime de quebra de sigilo, visto não ter havido autorização judicial para isso –, tornou-se o assunto do máximo interesse público, acima de governo ou de ministros de Estado, por envolver, em grave suspeita, a Caixa Econômica Federal, subordinada ao Ministério da Fazenda.

Considerações jurídicas à parte – e aqui o risco maior é o de que a população brasileira se acostume a apartá-las da Ética –, o que mais choca é a desproporcionalidade das coisas: com tantos suspeitos de participação em esquemas milionários de corrupção, que apesar de gritantes indícios de culpa têm tido

seus sigilos bancários, fiscais e telefônicos ferreamente protegidos, judicialmente negados os pedidos de quebra – e o caso mais recente é o de Paulo Okamoto, depois de tantos e tantos outros –, por que surgiram e se divulgaram com tamanha rapidez os extratos da conta bancária de um humilde trabalhador, como Francenildo? E por que, mesmo depois das explicações comprovadas que deu sobre a origem dos depósitos – com o que foi obrigado a revelar intimidades do relacionamento familiar (estas, sim, que mereceriam estar sob a proteção do segredo de Justiça) –, o caseiro continuou a merecer de políticos petistas e acólitos do Planalto a insinuação de que fora “comprado” para prestar aquele comprometedor testemunho sobre a mansão do Lago Sul?

Mas em tudo isso o que deve se registrar como mais grave é a invasão de atribuições entre Poderes, que vem em um crescendo e tem chegado a lances escandalosos. Mencione-se, como ilustração, a aberrante atitude do Presidente do Tribunal Superior de Justiça (STJ), Edson Vidigal, ao se imiscuir na liberdade decisória de um partido político, anulando a prévia do PMDB, em defesa notória dos interesses de seu padrinho político, Senador José Sarney e do candidato Lula da Silva – e sem demonstrar o mínimo pejo de, na mesma ocasião, ir ao Maranhão para lançar a própria candidatura ao governo daquele Estado!

É preciso que o Legislativo comece a dizer basta. Melhor seria então que, para isso, simplesmente ignorasse a decisão de Jobim e fizesse a oitiva de Francenildo Costa na CPI dos Bingos. Com certeza, assim agindo o Legislativo deixará claro que na representação legítima que faz da sociedade brasileira ínsita não está a submissão subserviente e humilhante a outros Poderes.

### **Para presidente, “a situação está mal”**

Da Sucursal de Brasília

Sem citar as investigações sobre o ministro Antonio Palocci (Fazenda) e as suspeitas de envolvimento do governo em uma violação de sigilo bancário, o presidente Luiz Inácio Lula da Silva disse ontem, em Salvador, que “a situação está mal.”

“Hoje não estou bem, a situação está mal.” Mas eu acredito em Deus, sou brasileiro e lutador’, afirmou, durante a solenidade que marcou a retomada das obras do metrô da capital baiana.

Lula disse ainda que tem disposição para “brigar” por sua equipe. “Eu gosto de uma briga, quem me conhece sabe que eu adoro uma briga. Agora, eu sou o presidente da República e não posso ficar respondendo a cada baixo nível que jogam contra mim.”

Antes de viajar para a Bahia, onde visitou quatro cidades, Lula determinou a seus principais ministros,

em reunião anteontem à noite, que o responsável pela quebra ilegal do sigilo bancário do caseiro Francenildo Costa seja apontado publicamente por investigações da Caixa Econômica Federal e da Polida Federal.

Segundo relato de membros da comitiva que acompanharam o presidente na viagem, Lula afirmou que o culpado pela violação de sigilo deve pagar. O presidente e ministros sustentarão que a divulgação de dados de conta do caseiro não foi uma decisão de governo, mas um ato isolado de integrantes da administração que deve ser punido.

Ao mesmo tempo, Lula determinou que o ministro da Fazenda seja preservado e que a oposição seja tratada de forma dura. Até ontem, ele não pretendia demitir Palocci.

### **Caixa**

Enquanto estava na Bahia, o presidente conversou com ministros da Coordenação de Governo que se reuniram no Palácio do Planalto com Palocci. O ministro nega participação na quebra de sigilo do caseiro, apesar de essa violação ter acontecido na Caixa, órgão subordinado à Fazenda.

Há suspeita de que a violação e o vazamento do sigilo bancário do caseiro tenham tido a participação de auxiliares do ministro da Fazenda.

Francenildo contradisse declaração de Palocci à CPI dos Bingos. Disse que o ministro freqüentou uma casa usada em Brasília por ex-auxiliares dele do tempo em que foi prefeito de Ribeirão Preto. Palocci, em depoimento à CPI dos Bingos, negou ter ido à casa.

Nos discursos que fez ontem, Lula não mencionou o ministro nem fez referências à violação do sigilo do caseiro.

O presidente da Caixa Econômica Federal, Jorge Mattoso, estava na lista dos que participariam de um evento com Lula em Lauro de Freitas (BA). Mas, no mesmo dia em que foi revelado que o banco foi o responsável pela violação do sigilo do caseiro, Mattoso não compareceu. Foi representado pelo vice, Jorge Hereda, que não mencionou o caso.

### **Campanha**

Em Cruz das Almas (a 150km de Salvador), Lula fez um discurso de 17 minutos depois de anunciar que não faria discursos. “Eu, na verdade, não pretendo fazer um pronunciamento aqui, até porque toda vez que eu falo um partido entra com um processo contra mim, dizendo que eu estou fazendo campanha.”

Só neste ano, o PSDB já fez ao menos nove representações ao Tribunal Superior Eleitoral contra Lula, por campanha antecipada. Nenhuma delas teve um julgamento definitivo até agora.

Ontem, o PFL protocolou no TSE representação contra Lula por propaganda eleitoral antecipada durante o lançamento de obras em Sergipe. O fato citado na representação é a exibição, feita por Lula em um palanque, de uma camisa do Itabaiana, campeão sergipano de futebol, com o número 13 que identifica o Pie seus candidatos.

Antes de discursar, Lula ouviu críticas do escalado para falar pelos estudantes, Jason Ferreira, que reclamou das condições do prédio, dos laboratórios, das máquinas e do auxílio aos alunos da Universidade Federal do Recôncavo Baiano, inaugurada ontem.

“Seria importante que vocês, um dia, fizessem uma meditação para ver, nesses últimos 30 anos, 40 anos, quantas universidades foram criadas no Brasil, quantas extensões universitárias foram criadas no Brasil, quantas escolas técnicas foram criadas no Brasil e vocês comparassem tudo isso com os 36 meses do nosso governo, para vocês verem o quanto nós avançamos”, discursou o presidente. No pronunciamento feito em Salvador, Lula disse que a sua administração já foi responsável pela geração de 4 milhões de empregos com carteira assinada e voltou a criticar os seus antecessores.

“Entre 1980 e 1992, a economia brasileira cresceu muito pouco. Se olharmos a história brasileira nos últimos cem anos, vamos ver que ninguém fez a metade pelo social do que estamos fazendo.” (**Folha de S.Paulo**, 22-3-06)

### **Lula pede a Renan que acalme os ânimos**

#### **Presidente do Senado tenta conter a crise e desviar o foco de Palocci**

Christiane Samarco

Preocupado com o agravamento da crise, depois das denúncias do caseiro Francenildo Santos Costa contra o ministro da Fazenda, Antonio Palocci, o presidente Luiz Inácio Lula da Silva convocou o presidente do Senado, Renan Calheiros (PMDB-AL), para uma conversa reservada na noite de segunda-feira.

Segundo um petista com trânsito no Planalto, além de ouvir Renan sobre o PMDB e a candidatura presidencial de Anthony Garotinho, Lula fez um apelo para que o senador ajude a acalmar os ânimos no Senado, onde os líderes da oposição insistem em derrubar o ministro.

O mesmo petista afirma que não é a solidariedade que explica a ofensiva de ministros e do PT em favor da manutenção de Palocci no cargo. Segundo o parlamentar, setores do governo e do partido credi-

tam que a crise está se aproximando muito do gabinete presidencial e temem o efeito negativo dela sobre o desempenho de Lula nas pesquisas eleitorais.

Eles avaliam que Palocci se indispôs demais com o Ministério Público de São Paulo e precisa do cargo para manter o foro privilegiado de julgamento. “Fora do governo, Palocci toma uma prisão temporária e as imagens fortíssimas dessa prisão na campanha vão denotar Lula”, resume o petista.

Diante do apelo presidencial para pacificar governo e oposição no Congresso, Renan começou a trabalhar cedo. Pela manhã, recebeu em seu gabinete o senador petista Tião Viana (AC); o presidente do PFL, senador Jorge Bornhausen (SC), e o líder do governo no Congresso, senador Fernando Bezerra (PMDB – RN), além de conversar com a líder do PT no Senado, Ideli Salvatti (SC).

Ele conseguiu fazer com que Ideli desistisse de requisitar as fitas com as gravações das câmeras que monitoram o Senado. Ela queda provar que, antes de depor na CPI dos Bingos, o caseiro visitou parlamentares da oposição como o senador Antero de Barros (PSDB – MT). Em encontros reservados, ele tem repetido que a crise está ganhando contornos de luta sangrenta e paralisando o Congresso.

E tratou de reunir os líderes partidários no início da tarde. Depois dos apelos para que aliados e adversários do Planalto baixem o tom e retomem o diálogo, ele convocou os líderes para tentar estabelecer uma pauta de votação e sair da agenda da crise. Afinal, há quase um mês o Senado não vota nenhuma matéria importante.

Na conversa com Lula, Renan também falou das chances de a candidatura própria do ex-governador do Rio Anthony Garotinho vingar. Como Garotinho foi sagrado candidato com apenas 38% dos votos peemedebistas e as prévias foram barradas pela Justiça, a consulta interna não tem valor jurídico. Esta é a melhor notícia para os governistas do PMDB e o Planalto, que não quer que a candidatura própria do PMDB arraste a disputa presidencial a um segundo turno.

Se Garotinho tivesse sido escolhido candidato em prévias, seria preciso reunir a convenção nacional e obter o apoio de pelo menos dois terços dos convencionais para derrubar a candidatura. Como o partido realizou apenas uma consulta, bastará reunir maioria simples (metade mais um dos votos) na convenção nacional de junho para derrubar a candidatura.

Estadao.com.br / **O Estado de S. Paulo** / **Jornal da Tarde** | Agência Est

## **Alckmin prepara plano de metas nos moldes de JK**

### **Governador pretende ouvir especialistas de todo o País para programa**

Carlos Marchi

Um programa de governo nos moldes do Plano de Metas, que Juscelino Kubitschek apresentou ao Brasil em 1955, é um dos trunfos que o governador Geraldo Alckmin está começando a projetar para a campanha presidencial. As “metas” serão objetivos na harmonização dos desenvolvimentos regionais; o programa não sairá das pranchetas dos economistas paulistas, mas das sugestões de especialistas de todo o País, ouvidos em seminários regionais feitos pelo Instituto Teotônio Vilela (ITV), centro de estudos do PSDB.

Alckmin vai viajar pelo Brasil para “comer barro”, expressão que adora usar, e conhecer as economias locais. “A idéia é andar pelos interiores para identificar os potenciais de harmonização do desenvolvimento”, diz o secretário João Carlos Meireles, que será o coordenador-executivo da campanha. A coordenação-geral ficará com o senador Tasso Jereissati, presidente do PSDB, que cuidará das tarefas políticas, como as alianças partidárias.

Na tarde de 31 de março Alckmin renunciará ao mandato, transmitirá o governo de São Paulo ao vice-governador Cláudio Lembo e seguirá para seu novo escritório de despachos, no Diretório Regional do PSDB paulista. De lá, iniciará os contatos políticos e o trabalho de audiência para elaborar o programa de governo.

Os planos para a campanha do pré-candidato tucano estão rascunhados há mais de um ano e o primeiro ponto previsto – uma viagem de jipe através dos 1.720 quilômetros da BR-163, a Rodovia Cuiabá – Santarém – terá de ser adiado porque as chuvas tornam a estrada intransitável no sul do Pará até fins de abril. A viagem deverá acontecer em maio, logo aos primeiros sinais do chamado “verão amazônico”, e tem a duração prevista de quatro dias.

### **Trajetos**

Meireles, que já coordenou a construção de cidades na região, diz que o trajeto será um dos pontos de destaque do programa de governo, porque a BR-163 é a via natural de escoamento da produção de Mato Grosso. De Santarém Alckmin fará sobrevôos sobre o Rio Tapajós e sobre o Rio Madeira (o desenvolvimento da navegação fluvial será favorecido no programa). Ele conhecerá também o projeto de mineração de Trombetas e depois visitará Manaus, de onde irá a



Boa Vista, em Roraima, único Estado brasileiro que ainda não conhece.

Logo depois da desincompatibilização, Alckmin irá a Brasília para preparar seu cronograma de campanha com o senador Tasso Jereissati e o deputado Sebastião Madeira, presidente do ITV. Em abril, começarão os seminários do ITV: o primeiro debaterá o Agronegócio, no dia 6 de abril, em Cuiabá.

A viagem seguinte de Alckmin será ao noroeste da Bahia e ao sul do Piauí e do Maranhão, para conhecer a nova fronteira agrícola da região. “O diferencial do programa de governo é que não vai ditar as regras do desenvolvimento a partir do centro de governo, mas a partir das visões regionais”, explica Meireles. Alckmin também visitará o pólo agroindustrial do oeste catarinense.

A logística dessas viagens começará a ser montada após a definição da equipe, que contará, além de Meireles, com os assessores especiais Luiz Salgado, que cuida dos textos e documentos, e Orlando Baptista, que acompanha projetos e ações, além do secretário de Comunicação, Roger Ferreira.

### **A recuperação do Tietê**

Chegou ao fim a obra de ampliação da Calha do Rio Tietê, iniciada em 2002, como parte do Plano de Macrodrenagem da Região Metropolitana de São Paulo e com o principal objetivo de reduzir os transtornos provocados todos os anos pelas enchentes. As obras, que custaram mais de R\$ 1 bilhão, reduzem de 50% para 1% a probabilidade de ocorrer inundação no rio. O alargamento da calha, que passou de 20 metros para 46 metros, também resultou numa melhoria considerável da paisagem da cidade de São Paulo. As margens do rio foram recuperadas com proteção e revestimento de taludes. O mato que crescia nas laterais do leito, escondendo o Tietê, deu lugar a um projeto paisagístico de 50 quilômetros de extensão com 4 milhões de mudas plantadas, desde árvores que alcançarão até 30 metros de altura a arbustos e forração vegetal.

Antes da obra, a cada duas temporadas de chuvas ocorria uma inundação. Com o alargamento da calha e o aprofundamento do leito em 2,5 metros, o rio poderá suportar chuvas de 95 mm no período de 12 horas, sem sair do leito. Na noite de 24 de maio de 2005, depois de três anos de completa tranquilidade para os moradores dos bairros vizinhos, um temporal despejou 120 mm em 12 horas, fazendo as águas do Tietê subirem 4 metros. Apesar de a chuva ter ultrapassado o limite de capacidade de vazão e provocado enchentes nas vizinhanças do rio, o refluxo das águas que cobriram as pistas expressas da Marginal do Tietê demorou apenas duas horas. Antes, uma ocorrência

desse tipo bloqueava a via por onde são realizadas 750 mil viagens diárias por pelo menos 12 horas.

A situação em que estava o Rio Tietê era o resultado de décadas de descaso do poder público com o meio ambiente. A ocupação desordenada das margens, a inércia diante da crescente poluição por despejos industriais e domésticos e a inexistência da consciência ambiental entre a população transformaram o leito do rio no esgoto da cidade.

Nesses quatro anos em que a obra foi realizada, 10 milhões de metros cúbicos de sedimentos, rochas, detritos e lixo foram retirados da calha – volume suficiente para encher 31 vezes o Estádio do Pacaembu. Diariamente, em mil viagens de caminhões eram transportadas 12 toneladas de detritos – dessas, 1,5 tonelada de garrafas pets, sacos plásticos, móveis, carcaças de automóveis e lixo. 120 mil pneus foram retirados do findo do rio.

Trabalharam na obra 4 mil operários, utilizando 200 máquinas, entre dragas, escavadeiras, chatas e outras. Construíram um descarregador de fundo, para o controle das cheias, ao lado da barragem móvel, onde também foi feita a primeira eclusa paulistana, que permite que toda a manutenção do rio seja feita com embarcações, sem comprometer com o vaivém de caminhões o trânsito sempre congestionado das pistas da Marginal do Tietê.

Além dos investimentos já feitos, é preciso considerar os custos de manutenção – calculados em R\$ 10 milhões anuais – para que o rio permaneça desassoreado. No domingo, quando inaugurou a obra, o governador Gemido Alckmin assinou a autorização para que sejam realizadas Parcerias Público-Privadas (PPP) para a manutenção do paisagismo, dos taludes, das barragens e dos revestimentos das margens do rio.

Para que a navegação entre as Barragens da Penha e a de Edgard de Souza possa ser realizada com fins turísticos ou como parte do sistema de transporte público, porém, outra batalha está sendo travada. Até o fim de 2007, o governo pretende concluir a segunda fase do projeto de despoluição da Bacia do Rio Tietê – lançado em resposta a persistente campanha da Rádio Eldorado, comandada, então, por João Lara Mesquita. Desembocam em seu leito 632 entradas de esgoto e 62 córregos sem saneamento. Milhares de casas ainda lançam esgoto diretamente nas águas desses córregos. Tanto que serão investidos US\$400 milhões do BID para ligar 300 mil casas à rede de esgoto. E preciso também educar a população para que não jogue no rio detritos e lixo. Afinal, a despoluição do Tietê já foi iniciada, mas esse é um processo de longo prazo.

Invasões de terra mostram ‘desencantamento’ com Lula, diz jornal da BSC, em Londres

Uma recente onda de invasões de terra por camponeses destaca, segundo reportagem publicada nesta quarta-feira pelo jornal americano **The Christian Science Monitor**, o desencantamento de não ter conseguido combater os problemas sociais do Brasil.

O **Science Monitor** é um jornal discreto, mas também muito influente. Seu noticiário é sempre apresentado em forma de análise correta e baseada em fatos reais. Suas matérias baseiam-se em trabalho de exaustiva apuração.

Não é, pois, um jornal que publica as notícias que lhe chegam sem que antes passe por um processo de checagem, portanto com absoluta segurança de sua veracidade.

É esse o jornal que comenta o desencanto dos movimentos sociais que esperavam que Lula, antigo defensor da reforma agrária por décadas, como sindicalista e líder da oposição.

Trago a notícia do Science para que, assim, passem a constar dos Anais do Senado da República.

Era o que tinha a dizer.

Invasões de terra mostram ‘desencantamento’ com Lula, diz jornal da BBC, em Londres

Uma recente onda de invasões de terra por camponeses destaca, segundo reportagem publicada nesta quarta-feira pelo jornal americano **The Christian Science Monitor**, o desencantamento de antigos aliados do presidente Luiz Inácio Lula da Silva, que acusam o governo de não ter conseguido combater os problemas sociais do país.

O jornal comenta que movimentos sociais esperavam que Lula, que defendeu a reforma agrária por décadas como sindicalista e líder da oposição, acelerasse a distribuição de terra ao tomar posse, em janeiro de 2003, mas até agora distribuiu pouco mais da metade do que havia prometido.

Lula havia recebido o apoio eleitoral de grupos como o Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem Terra (MST), após prometer distribuir pedaços de terra a 400 mil famílias e conceder títulos de propriedade para outras 500 mil famílias que já têm terra, mas não têm a documentação legal.

Segundo o jornal, as invasões têm como objetivo pressionar o governo num período pré-eleitoral.

A reportagem destaca, porém, que apesar dos problemas com a reforma agrária e dos escândalos de corrupção envolvendo seu governo e seu partido, Lula mantém uma alta popularidade e permanece como o favorito nas pesquisas para a eleição de outubro.

## ANEXO

### Folha Cotidiano

São Paulo, quarta-feira, 22 de março de 2006

### SABATINA FOLHA

**A jornalista e escritora diz se sentir uma “débil mental” por ter acreditado que o partido inaugurara nova fase em padrões éticos na política.**

PT merece Oscar do fingimento, diz Danuza

A jornalista e escritora Danuza Leão, durante a primeira sabatina **Folha** deste ano; evento lotou ontem o Teatro **Folha**, na região central da cidade de São Paulo.

### Mário César Carvalho

Da Reportagem Local

Os políticos brasileiros atingiram o fundo do poço no quesito ética no Governo do Presidente Luiz Inácio Lula da Silva. A avaliação é da jornalista e escritora Danuza Leão. “Acompanho a vida política desde 1954 e não vi nada parecido com o que está acontecendo”, disse na primeira sabatina **Folha** deste ano. O evento lotou o Teatro **Folha**, com 320 pessoas, entre as quais só havia cerca de 30 homens.

Ela ironizou os pronunciamentos dos petistas, sempre negando as acusações que são imputadas a eles. “Eu daria um Oscar para os dirigentes do PT, porque eles fingem muito bem, tem cara de santo. Eu me sinto uma débil mental por acreditar no que acreditei”, contou, referindo-se às promessas segundo as quais o partido inaugurara uma nova fase em padrões éticos na política brasileira.

A colunista da **Folha** disse que conheceu o mundo político numa época, a década de 50, em que a imprensa não ousava cruzar a linha imaginária que separa a avaliação pública e a vida privada dos políticos. “Todos os presidentes tiveram algum namoro com alguém, mas naquela época não se falava. Todos tiveram uma segunda vida amorosa e sexual.”

Danuza acha que esse silêncio não vale no caso do Ministro da Fazenda, Antonio Palocci, na hipótese de serem verdadeiras as acusações de que ele freqüentava uma casa em Brasília onde se realizavam reuniões de lobistas e supostas festas com garotas de programa. “Se isso interfere na vida pública, tudo tem de ser dito.”

O que oprime a mulher, para a escritora, não é a ditadura da moda (“pode tudo que eu não sei o que é uma mulher chique”), mas a da magreza.

“Disso eu não me livre. Estou de regime. Há 19 dias não como carboidratos, não bebo, não como fruta. Como peixe, carne, mas sem legume, porque legume tem açúcar. Perdi quatro quilos. Eu, gorda, fico horrenda.”

Ela contou por que decidiu fazer a revelação que fez no final do best-seller “Quase Tudo” não se referia à idade, aos 72 anos, que também desvela no livro. Escreveu sobre o episódio ocorrido em Paris com um homem, mas, na dúvida se publicava ou não a revelação, resolveu mostrar o texto ao filho Bruno. “Vou te dar um computador porque não tenho coragem de contar, lembrou. “Ele foi abrindo o olho. Quando terminou, ele disse: “Mãe, você é do cacete. É claro que você vai contar isso no livro”. O que quero mais da vida do que um filho que me aprova?” Se alguém quisesse filmar a cena, Danuza acha que a atriz francesa Fanny Ardant seria perfeita para representá-la.

Danuza, que foi casada com os jornalistas Samuel Wainer, Antonio Maria e Renato Machado, explicou na sabatina por que não gosta de garotões: “O que me atrai num homem é o olhar, o charme, a inteligência. E garotão é tão desagradável... Não confio em ninguém que frequenta academia.”

Mulher também não tem vez no rol de amigadas de Danuza: “Me relaciono mal com mulher. Prefiro ser amiga de homem. Essa rendinha – “que gracinha essa sandália, onde você comprou” – eu não agüento.”

São Paulo, terça-feira, 21 de março de 2006

### **Clóvis Rossi** **Gangsterismo**

São Paulo – A violação do sigilo bancário do caseiro que diz ter visto o ministro Antonio Palocci na casa da “República de Ribeirão Preto” é um ato de gangsterismo que só reforça a sensação de que a política brasileira desce mais e mais ao pântano.

O jogo aí é o seguinte: em vez de rebater a acusação, alguém, certamente aliado ou membro do governo ou do PT, puxa as contas do caseiro para desviar a suspeição do acusado para o acusador.

Típico gangsterismo. Mesmo que o caseiro tivesse recebido dinheiro da oposição, do demo ou de quem fosse, permanece de pé o fato de que o ministro é acusado de ter mentido sobre suas idas à casa suspeitíssima da república de sua terra.

Pior ainda é o fato de que o caseiro mostrou recibos que supostamente provam que os depósitos foram feitos por seu pai biológico. Quer dizer: praticase um ato de gansterismo para defender o ministro, mas sai um tiro no próprio pé, na medida em que até

o ministro da Justiça, Márcio Thomaz Bastos, afirma que e “grave” a violação do sigilo, ele que, nos últimos tempos, notabiliza-se mais por defender o governo que a justiça.

Nesse ambiente pantanoso, petistas de grosso calibre conseguem dizer invariavelmente as piores coisas, O secretário-geral da Presidência, Luiz Dulci, por exemplo, afirma: “Qualquer coisa que fira a lei deve ser deplorada, e foram muitas as vezes que isso aconteceu nesses nove meses, com vazamentos ilegais sobre membros do governo”.

Ou seja, em vez de cair matando em cima de uma ilegalidade, como seria de praxe em quem tivesse zelo pelos valores republicanos, o secretário-geral prefere a sua própria versão da frase de Lula, aquela segundo a qual o PT, ao cometer trambiques, fez apenas o que sistematicamente se faz no Brasil, Alguma surpresa com o ambiente pantanoso que se formou? @ – [crossi@uol.com.br](mailto:crossi@uol.com.br).

**O SR. JUVÊNCIO DA FONSECA** (PSDB – MS. Sem apanhamento taquigráfico.) – Sr. Presidente, Sr<sup>as</sup>. e Srs. Senadores, ocupo a tribuna, neste momento, para comentar a matéria intitulada “A Arte de Ser FHC”, de autoria de Mario Sabino, publicada na revista Veja, em sua edição de 22 de março do corrente.

A matéria destaca trechos do livro “A Arte da Política: a História que Vivi” (Civilização Brasileira), de autoria do ex-presidente Fernando Henrique Cardoso. Trata-se de um livro repleto de revelações de sua trajetória, análises, reflexões e histórias curiosas e engraçadas de um dos protagonistas mais importantes da cena nacional do último quarto de século. O ex-presidente escreve inclusive uma breve história de sua família, relata o início de sua carreira pública e os acontecimentos que o levaram a ser ministro da Fazenda de Itamar Franco e, em seguida, a candidatar-se à Presidência da República. Mais adiante discorre sobre as quatro turbulências enfrentadas pelo seu governo: a do México, da Ásia, da Rússia e a causada pela proximidade da eleição de Lula. Segundo o autor da matéria, ao final do livro, conclui-se que “Fernando Henrique soube combinar a arte da política com outra arte difícil e até certo ponto inata – a de viver.”

Senhor Presidente, para concluir, solicito que a referida matéria seja considerada como parte integrante deste pronunciamento, a fim de que conste dos Anais do Senado Federal.

### **DOCUMENTO A QUE SE REFERE O SR. SENADOR JUVÊNCIO DA FONSECA EM SEU PRONUNCIAMENTO.**

(Inseridos nos termos do art. 210, inciso I e § 2º, do Regimento Interno.)

ESPECIAL

# A ARTE DE SER FHC

Salão de banquetes do Palácio de Buckingham, 1997. Circundado por Elizabeth II e pela rainha-mãe, o então presidente Fernando Henrique Cardoso ouve a rainha da Inglaterra elogiar o renascimento do Brasil — um país que deixara a condição de pária na comuni-

dade internacional, graças às recentes e profundas reformas econômicas que possibilitaram a renegociação da dívida externa, criaram uma moeda forte, colocaram um ponto final na inflação galopante e tiraram milhões de cidadãos da pobreza absoluta. Depois do discurso de Elizabeth II, chega a vez de Fernando Henrique fazer o seu, tomando cuidado para que a condecoração real que atravessa seu peito numa faixa vermelha não caia sobre o texto que está lendo. O banquete segue no leito da formalidade, até que a rainha-mãe começa a fazer graça, quebrando por um momento a rigidez protocolar. Com a palavra, Fernando Henrique:

**EM A ARTE DA POLÍTICA: A HISTÓRIA QUE VIVI, O LIVRO MAIS ESPERADO DO ANO, O EX-PRESIDENTE EXPLICA O BRASIL E O SEU PRÓPRIO PAPEL NO ÚLTIMO QUARTO DE SÉCULO. NÃO FALTAM REVELAÇÕES E HISTÓRIAS CURIOSAS E ENROÇADAS**

Mario Sabino



Com o tempo, o livro tornou-se uma obra-prima, com uma linguagem clara e bem amarrada. Os seus descritivos são precisos, e os fatos narrados de maneira simples e direta, mas se de possibilidades se trata, o leitor fica se entusiasmando com a construção do passado. Percebe-se o respeito pelo leitor, o seu olhar atento, responsável, procurando o sentido de muita importância.

— Fabrice, madame.

— Ela repete com delicia, tocando a porta, o nome daquele passageiro marítimo.

O episódio está narrado no desatado capítulo de *A Arte da Política, a História, a Arte* (Civilização Brasileira, 699 páginas, R\$ 70,00) do ex-presidente Henrique Heitor de Almeida, o lançamento mais espetacular do ano, que chega às livrarias nesta terça-feira, dia 21. Trata-se, e evidente, de uma passagem absolutamente lateral

de um livro repleto de temas e capítulos importantes, análises de um dos protagonistas mais importantes — senão o mais importante — da cena nacional no último século. Mas a história, com a qual a mãe foi escolhida para abrir este capítulo, por ser, além de cativante, revela a importância da personalidade de Fernando Henrique Cardoso. O ex-presidente, e, sobretudo, um seu autor — é o que *A Arte da Política* mostra — é exatamente isso, como seu autor fez uso dessa capacidade mata e lapidada na vida acadêmica e pública, para atrair leitores, correigionários e admiradores nem todos, e verdadeiros para o caminho da razão. Pode-se apontar muitos defeitos e malfeitos em seus

atos de governo, como esta obra não se propõe a fazer. Pode-se apontar erros e estatísticas, que ele não realizou, mas a que se propôs. Pode-se não dar o voto ao ex-presidente, seja por decepção, seja simplesmente por não ver o mesmo caminho que levou os argentinos a afastar Perceles do governo da Argentina. Porco importa. Resta o fato de que nos anos FHC, o Brasil deixou para trás a improvisação na economia, como forma de vincular o conceito de Estado ao conceito de nação, integrou-se ao mercado mundial e traçou ao menos um esboço promissor de futuro (tabe a sociedade e ao governo completar o desenho). Para não falar do privilégio de ter um presidente com o seu ou-raire de contar uma mentirinha simpática à rainha-mãe inglesa.

— Pela primeira vez que um ex-presidente brasileiro escreve um livro sobre o seu

## POR QUE FIGUEIREDO NÃO PASSOU A FAIXA A SARNEY

“Jantávamos na embaiada de Portugal, com o Presidente Mário Soares, Ulysses Guimarães, penso que o deputado Pimenta da Veiga (PMDB-MG) e outros políticos, quando chegou a má notícia: Tancredo tivera que ser internado em caráter de urgência no Hospital de Base de Brasília. Para lá rumamos todos.

(...) Em uma roda, conversávamos, entre outros, Sarney, Ulysses, Fragelli e o general Leônidas. Sarney dizia que não pretendia assumir, que tinha dúvidas sobre quem deveria suceder Tancredo durante o impedimento, que todos imaginavam temporário. Aquela altura, Afonso Arinos, constitucionalista de peso, havia declarado pelos meios de comunicação seu entendimento de que correspondia ao Vice-Presidente, e não ao presidente da Câmara, isto é, a Ulysses, assumir a interinidade.

Em certo momento, creio que foi Ulysses quem disse:

— Vamos conversar com o professor Leitão de Abreu para tomar uma decisão.

(...) Passava da meia-noite, e

aparentemente o dr. Leitão de Abreu se recolhera. Esperamos bom tempo até que viesse ter conosco, mas ele surgiu na sala trazendo paletó, gravata e colete. Colocada a questão, continuavam as dúvidas. Recordei-me do livro de Afonso Arinos, Rodrigues Alves: Apogeu e Declínio do Parlamentarismo, no qual há referências a situação semelhante, quando o Presidente Rodrigues Alves, que governara de 1902 a 1906, não pôde tomar posse do segundo mandato, em 1918, abatido pela gripe espanhola. O vice Delfim Moreira assumiu e tornou-se Presidente efetivo dois meses depois, com a morte de Rodrigues Alves. A biblioteca do professor Leitão, porém, já estava encalxiada, não poderíamos consultar o livro. Havia disponível apenas um exemplar da Constituição. Foi lido com cuidado por todos nós. O general Leônidas disse que não era jurista e acataria qualquer decisão. Leitão de Abreu parecia pender para a interpretação que favorecia o presidente da Câmara como sucessor constitucional, posto que ainda não ocorrera a posse do vice. Ulysses Guimarães, no entanto, secundado pelo presidente do Senado, alinhou-se com a tese de Arinos e convenceu o professor Leitão da validade de sua execução. O ministro do Exército e eu ficamos a olhá-los, sem credenciais

para discutir o mérito.

A certa altura alguém perguntou: — E a faixa, o Presidente Figueiredo vai transmitir-la?

O chefe da Casa-Civil redarguiu com firmeza:

— Presidente só transmite faixa a outro Presidente.

Assunto encerrado.

Está aí a verdadeira razão que levou o Presidente Figueiredo a não transmitir o cargo — e a faixa — a Sarney. Diferentemente do que diz a lenda, segundo a qual Figueiredo 'saiu pelos fundos do palácio' para não passar a faixa porque não suportava Sarney, houve uma discussão prévia à respeito do assunto com o chefe da Casa-Civil e renomado jurista Leitão de Abreu, em que se levantou uma questão constitucional que incluía outra de protocolo. Figueiredo pôde, efetivamente, não tolerar Sarney, a quem não perdoava a deserção do PDS, mas a realidade dos fatos é a que agora descrevo.

## A DERROTA PARA JÂNIO NA ELEIÇÃO PARA PREFEITO DE SÃO PAULO

“A outra explicação da derrota tem a ver com uma foto publicada no dia das eleições

período de governo. Como o ex-presidente em questão é o sociólogo Fernando Henrique, o leitor ganha de bandeja referências que se alternam com os fatos relatados. De certa maneira, é possível estabelecer um paralelo estrutural com *O Príncipe*, realização máxima do pensador italiano Nicolau Maquiavel, de quem Fernando Henrique é um dos seguidores. O autor de *O Príncipe* cita vários outros exemplos históricos, o de Alcibiades ilustra a história com o melhor. Inclusive aqui, não tem o sentido pressuposto de apêndice, e sim de elucidar os motivos apenas a dos motivos que o autor toma para tomar certas decisões, entre as quais a de fazer alianças com setores associados ao historicismo *veja o jornalista, p. 98*, como a de um sistema desordenado e confuso, o qual o autor define uma contrafação do presidencialismo de coalizão. Para explicar o seu governo e ele próprio como político, Fernando Henrique recorre a pensadores como Platão, Giambattista Vico, Max Weber, Norberto Bobbio e, claro, Maquiavel. Por esse

motivo, o **E** desejar ir além do factual, ele resistiu a chamar o livro de "memórias" apesar de também se to-

tar em que pese a ambigüidade da *Arte da Política* a esta forma de gênero de viajar. É legibilíssimo graças à ausência de dalarismo e à relativa paciência com os que são citados filósofos e pensadores políticos — embora por vezes se tome por causa da preocupação em detalhar as composições e recomposições ministeriais e as realizações nas diversas áreas estatais. Esse pecado é desculpável. *Arte da Política* quer se jogar contra o traço de referência e, óbvio, peça de desejo. Mas como tal, deverá ser um prato cheio tanto para adversários respeitáveis como para meros detratores do ex-presidente — aquele pessoal do "Delenda FHC" — para usar a expressão do próprio Fernando Henrique. Na confecção do livro, o ex-presidente contou com o auxílio do jornalista Ricardo Setti, que foi editor de VEJA, diretor do *Jornal do Brasil* em São Paulo e de várias publicações da Folha de São Paulo com a experiência de um guri

de vários anos de profissão. Setti encarou, entre outras coisas, de checar as datas das situações relevantes ocorridas no governo FHC haviam sido abordadas de modo suficiente e de sugerir mudanças no texto que facilitassem a leitura ou avisar o autor de possíveis pontos de interesse do leitor. O livro é escrito de modo conciso quando o jornalista com o qual colabora. "Foram cinco meses de meu trabalho intenso e prazeroso. Eu e o presidente nos comunicávamos principalmente via e-mail, já que sua agenda continuava ser impressionante. Ele deve ter feito umas oito viagens internacionais durante esse período, sempre a trabalho. A sua agenda foi que FHC é ótimo de e-mail: responde muito rápido e com precisão", diz Setti.

Antes de adentrar o período presidencial, o livro detém-se brevemente na história da família de Fernando Henrique.

Um caso militar, por ocasião da proclamação da República, propôs fuzilar o governador Pedro II, caso o monarca não se submissem à nova ordem. Um Carlos de radical, ora veja só. O ex-presidente lembra o início de sua carreira pública

ções, 15 de novembro de 1985, uma sexta-feira, na qual apareço sentado na cadeira de prefeito, antes da hora. É evidente que, por numerosos que tivessem sido os leitores da reportagem, não haveria tempo de influir no voto. Mas a foto prova que eu merecia perder por ingenuidade. Estabeleci um acordo com repórteres da revista: Veja São Paulo para ser fotografado nessa situação para o caso de vitória, pois as eleições estavam extremamente apertadas e, além de tudo, se a revista quisesse, como pretendia, trazer o novo prefeito na capa, não haveria como fotografá-lo a tempo no gabinete oficial. (...) Num final de manhã, a revista aproveitou minha presença numa solenidade na então sede da Prefeitura, no Parque do Ibirapuera, e executou o trabalho. Outros fotógrafos também clicaram a cena, assumindo o mesmo compromisso da revista A Folha de São Paulo, porém, rompeu-o e publicou a foto em primeira página. Poderia ter sido se outra fotografia, com o qual fiz outro acordo, não me tivesse devolvido os negativos de uma foto feita na sala de meu apartamento, na qual eu aparecia quebrando uma vassoura, símbolo do populismo jacobinista, que se dizia varredor de todo

o lixo da corrupção. Não foi a integridade do fotógrafo — cujo nome prefiro não divulgar — e essa foto talvez me tivesse causado um prejuízo político, ainda maior. Nunca ninguém soube de lá até a publicação deste livro.

Vanitas, vanitatem? Não, não, não, grave despreparo para o início da luta política. Pedagogia para um professor catapuldado para a cheia de feras. Perdi e o que conta. E a derrota me ajudou na futura trajetória política.

## A SURPRESA DE ITAMAR: A NOMEAÇÃO PARA O MINISTÉRIO DA FAZENDA

“ Na noite de 19 de maio fui jantar na casa do embaixador brasileiro junto à ONU, Ronaldo Sardenberg, quando, na hora do brinde (feito à moda japonesa, no início da refeição), a esposa do ministro, embaixatriz Célia, me pediu para atender ao telefone. Era o capitão-de-corveta Antonio Carlos Pissos de Carvalho, ajudante-de-ordens, que me passou o Presidente Itamar. Este me perguntou, brincando, se eu estava sentado ou em pé e colocou a questão: — Você aceita ser ministro da Fazenda? ”

Respondo que jamais pretendia a posição, que não era economista, e, sobretudo, reitero que, com tanta troca de ministro da Fazenda,

não dispunha mais de argumentos para convencer no exterior de que tudo ia bem no Brasil.

De fato, seria como já disse, a quarta troca em apenas sete meses de governo. Itamar relatou-me problemas com o ministro Eliseu Rezende, com quem ele se avistaria naquela mesma noite. Havia uma acusação de que a empreiteira Norberto Odebrecht tinha pago a hospedagem de Eliseu em Washington durante uma viagem feita antes de ele assumir a Fazenda. Insisti com o Presidente em que Eliseu vinha fazendo um esforço enorme para, pelo menos, saber a quantas andavam as contas públicas, e que o melhor seria mantê-lo. Meu nome surgirá como possível alternativa porque, mesmo do Itamarar, eu influenciava algumas decisões econômicas, participando, por exem-

os acontecimentos que o levaram a se tornar ministro da Fazenda de Itamar Franco. Em seguida, a candidatura a Presidente. Quando o livro chega à fase do Parlamento e exposta a voracidade de parlamentares e caciques partidários por cargos e verbas. Além disso, Fernando Henrique conta em pormenores a história da elaboração e implementação do Plano Real, que salvou a economia brasileira da hiperinflação e propiciou que o país entrasse nos eixos da modernidade, e como foram enfrentadas as quatro borrascas financeiras nas quais o Brasil quase naufragou: o México, a Ásia, a Rússia e o Brasil, causada pela proximidade da eleição de Lula. Uma das curiosidades dos capítulos sobre economia é que, diante das dúvidas sobre a eficiência do plano, Stanley Fischer, o então número 2 do Fundo Monetário Internacional (FMI), sugeriu que se fizesse um congelamento de preços no Brasil por dois a três meses. Nada mais heterodoxo e esquerdistas.

Algumas revelações de sua trajetória e governo encontram-se nos excertos transcritos ao longo desta reportagem

*... plo, da discussão sobre a fixação dos preços mínimos nos leilões de privatização, sem contar que havia tido a oportunidade de intervir numa reunião no Palácio da Alvorada, a residência oficial do Presidente da República, em que se discutiria o próprio programa do ministro da Fazenda.*

*Acrescentei:*

*— Não estou aí no Brasil. Sei pelo noticiário, que acompanho com apreensão no Japão, que sua situação é difícil. Não gostaria de faltar com minha solidariedade, mas, por favor, insista para que Eliseu permaneça no Ministério.*

*Voltei à mesa preocupado. Todos se deram conta. Ao final do jantar novamente a embaixatriz me avisou que o ajudante de ordens telefonara para dizer que o Presidente não precisava mais falar comigo. Fui dormir aliviado. Na manhã seguinte, desde familiares até o secretário-geral do Itamaraty, o embaixador Luiz Felipe Lampreia, me chamaram do Brasil para dizer que eu fora nomeado ministro da Fazenda. (...) Somaram-se, portanto, as características pessoais do Presidente Itamar (sua aparente impulsividade, que na verdade sempre têm*

Mas há muitas outras. Sobre Itamar Franco, o personagem mais citado no livro, Fernando Henrique conta, por exemplo, que ele apoiou sua candidatura à Presidência sem jamais terem falado sobre o assunto, que Itamar leu superficialmente a minuta da medida provisória que instituiu a URV, ponto de partida do Plano Real, e que o então ministro da Fazenda efetuou o acerto com o FMI, a instituição de crédito internacional, em nome dos dois países, para que o Brasil não a rejeitasse. Bem, não é suficiente para tanto. Há os ministros e ex-presidentes, como se vê.

Nacemany assim. Fernando Henrique incorporou a passagem da democracia à democracia, que mostrou sua preocupação com a estabilização da economia, e também profundamente preocupado com as causas não econômicas da crise, tais como as posições ideológicas, e as reformas, tais como as quais ele teve de fazer, e seu pensamento bastante claro sobre os problemas dos que se viviam a respeito desse processo. Foi de certa forma, portanto, quando se verificou a mudança ocorri-

*... um cálculo por trás), sua confiança em minhas eventuais qualidades minhas para enfrentar adversidades (à minha maneira, dando impressão de suavidade) para, ainda uma vez, sem cálculo e sem astúcia ex-ante, ir cumprindo minha vontade 'desde pequenininho' de chegar a ser Presidente...*

## A JOGADA DE MALAN NA NEGOCIAÇÃO DA DÍVIDA EXTERNA

**“** Pouco a pouco, nossos negociadores foram bastando o terreno. Finalmente, Pedro Malan, primeiro como negociador-chefe e depois como presidente do BC, com firmeza e seriedade, além da paciência chinesa que o caracteriza, preparou um intrincado pacote de opções para a troca dos antigos títulos da dívida por novos, com melhores condições de pagamento.

Essa negociação, entretanto, supunha que o FMI firmasse um acordo com o governo brasileiro e

da no PT. Fernando Henrique admitiu erros, mas não as desonestidades que lhe foram atribuídas. No livro, reafirma que seu governo não planejou estratégias para que votassem a favor da renúncia da renúncia, uma das acusações mais graves que lhe foram dirigidas, e que o processo de privatização nada teve de "privatária". Sabe, no entanto, que não a data convicções formalíssimas a respeito desses assuntos, como disse na entrevista a VEJA.

Nos últimos tempos, Fernando Henrique andou envolvido em outro projeto editorial, a publicação nos Estados Unidos de *The Accidental President of Brazil* (O Presidente Acidental do Brasil), que terá uma noite de autógrafos na Universidade Colúmbia, em Nova York, no próximo dia 27, e outra em Washington, no dia 30. A ideia de um livro destinado ao público americano surgiu no fim de 2003, durante um almoço num elegante restaurante nova-iorquino em que o editor Sérgio Machado, do Grupo Record,

o qual faz parte a publicação *Forbes*, em entrevista a Fernando Henrique a Peter D'Amico, na ocasião presidente da editora

monitorasse nossas contas, dando uma espécie de chancela para os bancos credores confidarem nos pagamentos futuros. Além do acordo com o FMI, os credores saberiam que as políticas fiscais e monetárias, bem como o regime cambial a serem praticados, seriam confiáveis e tecnicamente corretos. Com esse aval nas mãos o Tesouro americano emitiria bônus de uma série especial que o BC do Brasil compraria e depositaria no Banco Internacional de Compensações (BIS) — espécie de banco central dos bancos centrais, sediado em Basileia, na Suíça. Esses bônus serviriam de garantia aos bancos credores (o que nas negociações financeiras chama-se de colaterais) na troca dos títulos velhos por novos, com melhores condições de pagamento e juros menos agressivos.

O volume total da dívida renegociada chegou a 70 bilhões de dólares, sendo cerca de 50 bilhões com credores privados e o restante com governos e instituições oficiais. Emitiram-se títulos novos de prazo médio superior a 20 anos. Com a renegociação da dívida, o Brasil saiu da moratória e voltou à mer-

Public Affairs. O objetivo era vender os direitos de tradução de *A Voz da Fronteira*, que ainda estava por ser escrito. Mas Osnos encantou-se com um projeto diferente – um livro destinado especialmente ao público americano. Ele propôs que Fernando Henrique mostrasse ao leitor o meio de uma biografia com o tuno na uma nação grande e complexa como o Brasil, diz Machado. O que o convenceu do interesse da obra foi um episódio com o presidente americano George W. Bush e o venezuelano Hugo Chávez, também descrito no livro brasileiro. *The Accidental President* contou com um ghostwriter, Brian Winter, jornalista da agência Reuters no México e especialista em América Latina. Osnos acreditava que Fernando Henrique conversaria com interlocutor com alguma experiência com o Brasil, mas não demais, para não ser capaz de formular as perguntas que um americano médio poderia fazer, e cabecear a respeito do país.

A história com Bush e Chávez encantou o editor Peter Osnos, e daí, mas

divertidas de *A Voz da Fronteira*. Foi contada por Fernando Henrique.

As vésperas de me receber na Casa Branca, o Presidente Bush dissera à imprensa que gostaria de olhar-me “no olho”, como é de seu estilo. Fazer isso em seu gabinete de trabalho, o Oval Office, local que conhecia do tempo de Clinton. Ele me esperava em pé, cumprimentou-me e mostrou-se muito atencioso, embora sua linguagem corporativa tornasse um tanto rígida de movimento, se de andar, e a gozamos olhos, talvez um pouco, para não perder a oportunidade de uma primeira entrevista, de certo irrogando uma certa ostentação.

Mas não fui tão ansioso com a reunião com o chefe. Seria seu *debut* internacional, e não as ocupações de que o presidente da Venezuela lhe pudesse ser hostil. Disse-me que mantinha boas relações com Hugo Chávez e que não acreditava que ele tivesse tal propósito. Em todo caso, acrescentei, eu teria um encontro em Brasília com o Presidente Chávez e lhe faria a apresentação.

Cumpri o prometido. Expus a Chávez a opinião de que, se ele fosse cortês, desmisturaria o interlocutor, mesmo porque não acreditava que o Presidente da Venezuela viesse a ser agressivo com o Presidente norte-americano. Chávez respondeu-me, sorrindo matreiro.

Você me conhece. Eu sou ardorosamente ligado aos membros da Organização dos Países Exportadores de Petróleo. O petróleo, conheço, me entusiasma, o sulão de Qatar, que é meu amigo, tem uma enorme nação com ele, olha para mim com as mãos postas perto do rosto, em forma de oração, e eu modero minha fala, antes de proclamar a República nas monarquias árabes.

Então, acrescentou:

Vamos fazer o mesmo em Québec. Na Europa hemisférica, coube-me fazer o discurso de abertura. Transmiti uma mensagem clara e firme: “A Alca será bem vinda se a sua criação for um passo para dar acesso aos mercados mundiais dinâmicos.”

Quando terminei o discurso sob os

cada internacional de crédito. Foi a maior operação de redução de dívidas feitas até então pelas instituições financeiras internacionais. Malam com a experiência que tinha, desconfiava que a FMI não daria a mínima obstáculo ao nosso programa de estabilização. Por isso, antes de nos reunirmos ao Fundo em setembro de 1993, conversei comigo sobre a eventualidade de o BC não meçar a comprar os papéis do Tesouro americano no mercado secundário, sem esperar pela emissão especial dos bonus.

A operação foi arrojada. Tínhamos que agir cautelosamente para que o mercado não percebesse o interesse do BC nas transações, e para evitar que o BC se tornasse americano e a FMI se sentisse ludibriada. Mas ainda Malam, eu tivemos que assumir a responsabilidade da decisão, sem que qualquer outra pessoa soubesse.

E assim fizemos.”

## A EMOÇÃO DA POSSE

“No Brasil não temos muito o gosto pelos rituais solenes. Há sempre um pouco de desordem, até de tumulto. Naquele dia, no Congresso, as pessoas avançavam em minha direção, queriam me abraçar, me cumprimentar, dar uma palavra ou um sorriso, para desalento e preocupação dos diplomatas. Algo semelhante se deu durante o desfile no Rolls-Royce, e voltaria a ocorrer quando da transmissão do cargo de Itamar para mim, no Palácio do Planalto. Embora possam prejudicar os detalhes do espetáculo programado, a afetividade e o calor humano, em nosso país, são mais fortes do que o ritual.

Com tumulto ou com um pouco de desordem, o certo é que uma poderosa emoção tomou conta de mim à medida que o veículo que me trazia do Alvorá ia se aproximando da Catedral de Brasília. Ao subir no Rolls-Royce, me vinham pensamentos e sentimentos sobre a imensa responsabilidade que teria dali por diante, e interrogações sobre o que

seria de meu governo, o que iria acontecer nos próximos quatro anos e o que eu poderia fazer pelo país. Toda a carga simbólica e o peso da História e de sua continuidade me vieram à mente e começavam a se fazer sentir sobre meus ombros: o próprio Rolls-Royce, que o Presidente Getúlio Vargas recebeu como presente de empresários e transferiu ao patrimônio público em 1953, servirá a Vargas, a Juscelino.

Essa sentida de História acompanhou-me acompanhando pelo dia afóra, reforçado por outro fato simbólico: assinei o termo de posse no Congresso com uma caneta Sheaffer's dourada que Vargas dera ao segundo ministro da Guerra de seu governo constitucional (1951-1954), general Ciro do Espírito Santo Cardoso, primo-irmão de meu pai, e presenteada a mim por seu filho, meu primo, embaixador Ciro Filho.

## A CONVERSA COM OS MILITARES

“Sobre minha disposição de encarar a questão, naturalmente delicada, dos abusos



aplausos dos mais de mil presentes. Hugo Chavez saltou da fila em que se encontrava atrás de mim, aproximou-se da câmera e com os braços em sentido de saudação me saudou efusivamente. Nós, latino-americanos, podemos até não ser bolibutes, mas não perdemos o

do ditador. Não se estender-me a respeito da conversa franca que tive com meus ministros militares logo no início do governo, durante um jantar na residência oficial do ministro da Marinha. (...) Jantar agradável, com todos em mangá de camisa, sem as esposas. Propus um brinde à democracia, brincando com eles que, afinal, o Presidente da República estava reunido com os ministros militares e não apenas ninguém estranhava o fato, como nem sequer a imprensa andava em nosso encalço.

Depois do jantar, passamos a uma sala de estar ao lado. Disse, então, que pretendia promover reparações no caso das pessoas mortas, desaparecidas, torturadas ou presas de forma ilegal durante o regime militar. Expliquei que não se tratava de uma questão política, mas de direitos humanos e, para mim, se revestia até de um caráter existencial. Narrei-lhes a própria experiência pessoal de minha breve, e nem por isso menos marcante, prisão pelo DOI-Codi, em 1975 (...). O que sucedeu comigo não foi nada diante do ocorrido com tantas pessoas durante o período autoritário. Nunca utilizei essa passagem de minha vida como argumento político, e poucas vezes comentei-a fora do círculo de pessoas próximas. Mas julguei ser oportuno fazer o relato a meus ministros militares. Descrevi-lhes as tentativas de intimidação e grosserias que me foram dirigidas, já sem o capuz que me haviam colocado para levar-me aos porões da rua Tuíóia, situada no bairro ironicamente denominado de Paraíso, em São Paulo. (...) Conte-lhes que, tal como um delinquente, fotografaram-me com algum número, talvez uma data, para me identificar junto a aos chamados órgãos de segurança (...).

Os interrogadores queriam saber de mim sobre o movimento trotskista na Argentina e no Urú

guai, a respeito de que, obviamente, eu não tinha a mais longínqua idéia. Eram vários, que se revezavam na saravada de perguntas, gritos e ameaças. (...) Tudo isso relatei a meus ministros militares. Inclusive que, a uma certa altura na sede do DOI-Codi, lembrando-me de conselho de meu pai para a hipótese de prisão — 'nunca deixe de manter algum diálogo com o carcereiro' —, disse a um deles que queria ir ao banheiro. Indicaram-me a caminho, e, ao longo dele, vi, no chão de um xisela, pessoas inequivocamente torturadas. (...)

O jantar e a conversa com os ministros militares terminaram como começarem, em clima agradável e cortês.

guai, a respeito de que, obviamente, eu não tinha a mais longínqua idéia. Eram vários, que se revezavam na saravada de perguntas, gritos e ameaças. (...) Tudo isso relatei a meus ministros militares. Inclusive que, a uma certa altura na sede do DOI-Codi, lembrando-me de conselho de meu pai para a hipótese de prisão — 'nunca deixe de manter algum diálogo com o carcereiro' —, disse a um deles que queria ir ao banheiro. Indicaram-me a caminho, e, ao longo dele, vi, no chão de um xisela, pessoas inequivocamente torturadas. (...)

O jantar e a conversa com os ministros militares terminaram como começarem, em clima agradável e cortês.

## BANDEIRA, SÓ A DO BRASIL

“ Por 'indigesto' que fosse o Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem Terra (MST), por exemplo, procurei tratá-lo como um dos novos movimentos da sociedade. Tentei dialogar com seus dirigentes, nos limites da lei, mesmo quando, por exemplo, militantes invadiram a fazenda que pertencia à minha família em Buriúis, no noroeste de Minas Gerais. Confesso, entretanto, que por mais que os recebesse e me esforçasse para apoiar o programa de reforma agrária, o diálogo revelou-se impossível. Lembro-me de que, na primeira reunião que tive com dirigentes do MST no Planalto, eles deixaram logo claro que pretendiam a tes provocar um fato na mídia do que dialogar. Era um pequeno grupo, e logo no início do encontro um deles, que portava a bandeira verde, branca e vermelha do movimento perguntou: — Podemos abrir a bandeira? Respondi: — Não! Bandeira, aqui, só a do

so no rol de virtudes do melhor presidente que o Brasil já teve. Quanto a seus adversários, não foi como deixar de reconhecer essa e uma qualidade do melhor ex-presidente que o país já produziu. ■

veja Em Profundidade: Os Anos FHC em www.veja.com.br

Brasil? Não pode, não.

De outra feita, o grupo, em atitude típica, entrou em minha sala sem tirar os bonés com o logotipo do movimento, atitude distante da que se espera de quem tem uma audiência no gabinete presidencial, seja quem for o Presidente. Estavam os principais dirigentes, entre os quais João Pedro Stédile e José Rainha Junior. Logo no começo, um integrante do grupo dirigiu-se a mim de maneira desrespeitosa, chamando-me de 'Fernando'. Olhei para ele e disse, cortando o tom inadequado:

— O senhor está falando com quem?”

## O TELEFONEMA DE LULA PARA ANUNCIAR MEIRELLES NO BC

“ Lula venceu Serra no segundo turno, não criei qualquer obstáculo ao futuro governo, pelo contrário, mas os mercados só se acalmaram quando, para surpresa de muitos, o Presidente eleito e o novo ministro da Fazenda, o ex-deputado e ex-prefeito de Ribeirão Preto (SP) Antônio Pallocci, mostraram claramente que seguiriam o curso traçado por meu governo. O primeiro sinal claro seria a designação do presidente do BC. Depois de testado várias hipóteses, inclusive a da manutenção temporária de Arnaldo Fraga (defendida, entre outros, pelo recém-eleito senador petista pelo DF, Cristovam Buarque), terminou por escolher Henrique Meirelles, ex-presidente mundial do Banco de Boston, que acabara de se eleger deputado federal pelo PSDB de Goiás. Uma bela manhã, Lula, que como presidente eleito já se instala-

ra na Granja do Tuto, telefonou-me e disse:  
 — O presidente do BC vai ser um tucano, seu amigo.  
 Explicou que seria Meirelles. Em seguida passou o telefone ao próprio recém-convidado para dirigir o BC. Felicitei-o mas lembrei: — Você terá de renunciar ao

mandato e se afastar do PSDB. Meirelles me pareceu surpreso com a segunda ressalva. Ele de qualquer maneira teria de renunciar ao mandato. Mesmo assim, indagou: — Mas preciso também sair do partido?  
 — Claro — respondi. Parecia-me evidente a resposta, não apenas

pela posição técnica e neutra, e portanto apartidária, que o presidente do BC deve manter, como também pelo fato de que ele passaria a integrar um governo de um partido adversário do PSDB.

Trecho de *A Arte da Política: a História que Vivi*

**O SR. VALDIR RAUPP** (PMDB – RO. Sem apanhamento taquigráfico.) – Senhor Presidente, Senhoras e Senhores Senadores,

Gostaria de compartilhar com Vossas Excelências passo importantíssimo efetuado pela economia de meu Estado. A partir deste ano, exportações de “ponta a ponta” passaram a ser feitas em Rondônia, ou seja, diretamente do Estado para o exterior.

O que quero dizer com isso?

Até há pouco, todas as operações comerciais para fora do País tinham a oficialização e a finalização em Manaus. Isso porque o documento que certifica o embarque para o exterior – o chamado **Bill of Lading** (B/L) – só era emitido na capital amazonense.

Essa história agora mudou. E essa mudança se deve, em parte, à chegada a Rondônia da Cranston Transportes Integrados Ltda., – a Ctil –, ramificação brasileira da poderosa transportadora marítima P & Nedlloyd. A empresa instalou, em Rondônia, sua megaestrutura de transporte, logística e de contatos comerciais, presente em todo o mundo.

O fato de as operações de exportação poderem ser finalizadas em Rondônia significa muito, Senhor Presidente. Significa que, no momento em que é feito o transbordo da carga da balsa para o navio, em Manaus, tal procedimento já se encontra livre de quaisquer dificuldades de ordem burocrática, uma vez que os contêineres já estarão lacrados desde Rondônia. Por outras palavras, a carga já estará assegurada, e a operação de exportação, concluída, a partir do meu Estado.

Ora, para o empresário, essa mudança terá impacto fundamental. Como as operações de exportação serão concluídas em Rondônia, e não mais em Manaus, calcula-se que o empresário necessitará de uma semana a menos para receber o dinheiro resultante de suas transações comerciais. O Banco Bradesco, por sua vez, em reunião na sede da Federação das Indústrias de Rondônia – Fiero –, assegurou que já está preparado para fazer o câmbio e efetuar o pagamento, tão logo o empresário apresente o B/L.

A chegada da Cranston Transportes – Ctil – a Rondônia, a adequação do Bradesco às novas necessidades e a mudança de procedimento por parte dos órgãos governamentais envolvidos com exportação – Receita Federal, Receita Estadual, Ibama, Sedam, Delegacia da Agricultura e Sindicato dos Estivadores – imprimirão novo ritmo à economia rondoniense.

Em um momento em que esta Casa tem discutido medidas necessárias à desburocratização do País, em momento em que temos consciência de que o chamado “Custo Brasil” é entrave relevante ao desenvolvimento, cabe a mim louvar a iniciativa, que facilitará, e muito, a vida do empreendedor, reduzindo prazos, custos e burocracia.

Nesse contexto, gostaria de homenagear o excelente trabalho desempenhado pela Federação das Indústrias de Rondônia – FIERO –, que montou, recentemente, um Centro Internacional de Negócios – o CIN. Esse centro funcionará como espaço privilegiado para o encontro de profissionais especializados em comércio exterior.

O CIN reunirá, também, informações sobre o Estado, sobre suas potencialidades e pontos de estrangulamento, qualificando-se como foro de importância ímpar para melhor inserção de Rondônia no comércio internacional. Potencial para isso é o que não falta. O diretor comercial da Ctil, por exemplo, já adiantou que a empresa, além de exportar madeira, pretende ampliar o escopo de atividades, comercializando, entre outros produtos, pedras, granito e carne.

A consolidação de um centro exportador em Rondônia – das águas do Porto Caiam para o mundo –, além de trazer benefícios imediatos na redução do tempo e dos custos da operação, traz, também, empregos e novas oportunidades de atuação para profissionais e empresas.

Felizmente, contamos com uma Federação das Indústrias muito atenta a essas transformações. Tanto é verdade que a Fiero ofereceu a estrutura de sua sede, a Casa da Indústria, para inauguração de posto do Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e

Social – BNDES – e da Agência de Desenvolvimento da Amazônia – ADA.

Esse conjunto de operações – que também envolverá parcerias com o Senai e com o Instituto Euvaldo Lodi – estabelecerá uma espécie de círculo virtuoso para a economia rondoniense.

A simbiose que verificamos, hoje, entre a pujante iniciativa privada, interessada no desenvolvimento econômico de Rondônia, e a liderança visionária de dirigentes locais traz consigo a possibilidade real de um ciclo de prosperidade inédito para a economia de meu Estado.

Essas boas novas são motivo de comemoração não apenas para o querido povo rondoniense, mas também para todo brasileiro comprometido com o desenvolvimento nacional.

Era o que tinha a dizer.

Muito obrigado.

**O SR. EDISON LOBÃO** (PFL – MA. Sem apinhamento taquigráfico.) – Sr Presidente, Sr<sup>as</sup>. e Srs. Senadores: Para um representante do Maranhão, que tantas vezes ocupa as tribunas parlamentares para denunciar a omissão oficial que prejudica gravemente o Estado, é bastante prazeroso que, desta feita, entoe loas a acontecimentos que possam incentivar, com maior intensidade, o ambicionado crescimento do território maranhense.

De fato, são de grande importância as informações dando conta de que a empresa *Alcoa Alumínio S/A*, que detém 51% do Consórcio de Alumínio do Maranhão (Alumar), está concluindo, ainda este mês, a etapa de ampliação da fábrica de alumínio Redução, localizada na capital do meu Estado. Desde o último dia 08, a fábrica, acrescida de mais 52 novos fornos para a produção de alumínio, perfaz 100 unidades do seu projeto de expansão. Aumentará a produção em mais de 63 mil toneladas de alumínio por ano.

A par dessas notícias publicadas na imprensa, há outra, igualmente alvissareira: a de que as obras da hidrelétrica de Estreito, no Maranhão, terão início em junho vindouro, logo após a aguardada liberação da licença ambiental de operação pelo Instituto Brasileiro de Meio Ambiente e Recursos Naturais Renováveis.

Sobre Estreito, são recorrentes os pronunciamentos que tenho feito desta tribuna para realçar a importância da sua construção para toda a região nordestina. A hidrelétrica vai desbravar rincões de relevantes perspectivas econômicas para o nosso país, acrescentando grande disponibilidade de energia em época que dela careceremos como instrumentos fundamentais ao desenvolvimento nacional.

A citada fábrica denominada Redução, Senhor Presidente, é a parte final da cadeia produtiva da **Alumar**. Ali, a alumina (matéria prima do alumínio) produ-

zida na refinaria é dissolvida em um banho eletrolítico fundido a 950 °C dentro de cubas eletrolíticas, onde é reduzida para o alumínio. Este, a partir daí, é retirado das cubas e transportado para o processo de resfriamento a água no chamado lingotamento.

Com os novos fornos em operação, a fábrica elevará a capacidade de produção de alumínio para 440 mil toneladas/ano. Será a segunda maior da América Latina, já exportando 80% do que produz para a Ásia, Estados Unidos e Europa.

Deve destacar-se que a atual expansão da Alcoa foi possível a partir da renovação do contrato com a **Eletronorte**, que assegura à empresa o fornecimento de energia elétrica por mais 20 anos. Consumindo atualmente 650 MW por hora, passará a consumir, nessa nova etapa, 700 MW.

Para um Estado tão carente de ajuda oficial como o Maranhão, é bastante otimista a avaliação de que 95 milhões de reais (22% dos investimentos do projeto de expansão) foram aplicados na aquisição de produtos e na contratação de serviços no Estado, ampliando-se no Maranhão a geração de empregos e de renda.

São igualmente auspiciosas as perspectivas suscitadas pelo processo de expansão da Alcoa no Maranhão, já que envolvem, no correr das ações, investimentos da ordem de 1 bilhão e 100 milhões de dólares. Pode-se depreender o quanto tais programações se refletirão beneficentemente na economia maranhense.

A expansão da fábrica de alumínio do Consórcio Alumar, conforme informa a própria empresa, faz parte de um plano de investimentos que a **Alcoa Alumínio** está efetuando em suas operações de produção de metal primário no Brasil, totalizando R\$ 4,5 bilhões e que inclui também, entre outros empreendimentos em diferentes regiões, a duplicação da refinaria de alumina em São Luis.

A empresa Alcoa, Senhor Presidente – atuando em vários setores além da alumina, está no Brasil há 40 anos. Possui 131 mil funcionários em 43 países e foi nomeada uma das três empresas mais sustentáveis do mundo, durante o **Fórum Econômico Mundial**, neste ano, em Davos, Suíça. Em relação a Estreito, aumentou sua participação no projeto da hidroelétrica de 19,08% para 25,49%.

Saúdo desta tribuna, Senhor Presidente, as iniciativas bem sucedidas não apenas da empresa Alcoa, mas de todas as demais que, confiando em nosso país – na criatividade, competência e disposição dos brasileiros que com elas trabalham -, têm a acertada visão de que são promissores e vantajosos, para si próprios e para o Brasil, os investimentos que realizam entre nós.

Era o que tinha a dizer.

Obrigado.

**O SR. ROMERO JUCÁ** (PMDB – RR. Sem apanhamento taquigráfico.) – Sr. Presidente, Sr<sup>as</sup> e Srs. Senadores,

**DO SENADOR ROMERO JUCÁ (PMDB - RR)**

Senhor Presidente, Senhoras e Senhores Senadores,

Recebi, recentemente, uma interessante publicação da Caixa Econômica Federal que tem por título: “2003-2005 — Números Históricos que beneficiam o Povo Brasileiro”. Trata-se, como se pode depreender, de um relatório das atividades realizadas ao longo dos últimos três anos, quando aquela instituição experimentou uma expansão jamais vista em seus 145 anos de existência.

Incorporando o papel de agente operador dos programas de transferência de renda do Governo Federal, e consciente de sua importância no processo de desenvolvimento econômico e social do País, a CEF assumiu efetivamente a condição, anunciada na mídia, de “banco de todos os brasileiros”. Em suas múltiplas atividades, de banco comercial, de instrumento de transferência de rendas e de gestora de políticas públicas, a Caixa Econômica Federal injetou nada menos que 292 bilhões de reais na economia brasileira, entre 2003 e 2005. Paralelamente, a Caixa expandiu sua atuação no setor de crédito comercial e na gestão de fundos de investimentos, ampliou sua rede de atendimento e desenvolveu uma significativa ação inclusão bancária que beneficiou milhares de brasileiros que não tinham acesso a esse tipo de serviço.

Melhorando os níveis de eficiência e buscando maior autonomia na gestão dos negócios, a Caixa Econômica Federal ainda facilitou o acesso do trabalhador humilde à casa própria e, de quebra, alcançou, no ano passado, o maior lucro de sua história. No que concerne à política social, vale destacar as palavras do presidente da instituição, Jorge Mattoso, na apresentação do documento: “Na maioria dos municípios, as transferências de recursos chegam a superar as receitas orçamentárias, indicando a contribuição da Caixa para o desenvolvimento local e para a distribuição da renda no País”.

De fato, Senhor Presidente, Senhoras e Senhores Senadores, a atuação da Caixa tem contribuído de forma considerável para impulsionar a economia brasileira. Somente no ano passado, foram injetados 115 bilhões de reais em seus diversos produtos e programas, aí incluídos o crédito comercial, o financiamento habitacional, os pagamentos referentes ao Fundo de Garantia, PIS, seguro-desemprego e repasses orçamentários, entre outros. Também no ano passado, a Caixa teve um lucro líquido de 2 bilhões e 100 milhões de reais, enquanto as receitas de operação de crédito

apresentaram expansão de 99%, em cotejo com o volume de 2002. Para conseguir esses resultados, a instituição eliminou prejuízos e racionalizou custos, além de lograr uma gestão mais eficiente.

A habitação, como é tradicional, tem merecido uma atenção especial da Caixa. No ano passado, a instituição investiu mais de 9 bilhões de reais nas diversas modalidades de financiamento habitacional, recursos que, somados ao repasse de 1 bilhão e 600 milhões de reais destinados a ações de desenvolvimento urbano, geraram 1 milhão e 300 mil empregos.

De todas as operações imobiliárias contratadas pela Caixa Econômica Federal no ano passado, 79% foram destinadas a famílias com renda de até cinco salários mínimos — parcela, como se sabe, que concentra os maiores índices de deficit habitacional. Para este ano, Senhor Presidente, a Caixa anuncia a destinação de recursos superiores a 10 bilhões e 300 milhões de reais, exclusivamente para os programas de habitação.

Mas como não se pode investir em habitação sem investir na infra-estrutura de saneamento, a Caixa brindou o trabalhador brasileiro também com recursos para essa finalidade. Os números nos permitem acompanhar a evolução nessa área: em 2002, os recursos para saneamento somaram 144 milhões de reais; em 2003, 155 milhões; em 2004, 304 milhões; e no ano passado, 529 milhões de reais, registrando um crescimento de 268%. Para este ano, os recursos para operações de saneamento deverão alcançar a espantosa cifra de 2 bilhões e 900 milhões, podendo gerar 500 mil empregos e beneficiar 12 milhões de pessoas.

O papel da Caixa no desenvolvimento de políticas públicas merece um comentário à parte. Parceira histórica do Governo Federal na execução de políticas públicas e de programas de transferência de renda, a instituição, como salientei no início deste pronunciamento, repassou 1.185 bilhões para a economia brasileira nos últimos três anos. Em relação à transferência de renda, especificamente, foram repassados 6 bilhões e 500 milhões de reais em 2005 — uma expansão de 201% em relação a 2002 —, ao mesmo tempo em que se verificava, no triênio, uma redução de 34% nas tarifas pagas pelo Governo para execução dos programas.

“Isso significa — destaca o relatório da entidade — que a Caixa está contribuindo para beneficiar cada vez mais brasileiros, a custos operacionais cada vez menores”. O destaque do período, de acordo com a publicação, foi o Programa Bolsa Família. Criado em 2003 com o objetivo de combater a fome, a pobreza e as desigualdades sociais, ele unificou os procedimentos de gestão e execução das diversas ações de transferência de renda do Governo Federal, possibilitando a

redução dos custos operacionais. Até o ano passado, o Bolsa Família repassou o montante de 9 bilhões e 100 milhões de reais, beneficiando 8 milhões e 700 mil famílias em todo o Brasil.

No período abrangido pelo relatório, entre 2002 e 2005, a clientela da Caixa também foi ampliada. Nada menos que 11 milhões e 700 mil pessoas se tornaram correntistas e poupadores, o que representa um crescimento de 51%. É de destacar, além disso, o esforço da Caixa pela inclusão bancária de 3 milhões e 800 mil pessoas que, pelo sistema Conta Caixa Fácil, puderam ter acesso ao sistema bancário.

Mantendo nove modalidades de jogos, as Loterias Caixa arrecadaram 12 bilhões e 100 milhões, entre 2003 e 2005, com um crescimento de 45%. Em 2005, a arrecadação de 4 bilhões e 400 milhões representou um recorde histórico, com impacto muito favorável nos repasses aos programas sociais da União. É bom lembrar; Senhor Presidente, que os repasses provenientes do faturamento com loterias beneficiam não só programas sociais, mas também projetos culturais, além de viabilizarem as competições de atletas paraolímpicos.

Finalmente, gostaria de salientar o desempenho comercial da Caixa Econômica Federal, que, nos últimos anos, ampliou sua linha de produtos, aumentou de forma significativa as concessões de crédito e expandiu sua carteira de investimentos. No ano passado, o crédito comercial concedido pela instituição somou 35 bilhões e 800 milhões de reais, com um aumento de 128% em comparação com o ano de 2002. E não se pode ignorar, também, o desempenho da Caixa como gestora de fundos de investimentos, marcando sua posição no mercado, de forma agressiva, desde 2004. Assim, não é de admirar que a instituição tenha sido eleita, pela revista Exame, como líder do ranking em três categorias — atacado, varejo e renda fixa. Em dezembro passado, para coroar um período de muitas realizações, a Poupança Caixa registrou a maior captação mensal do triênio, confirmando a liderança nesse segmento, com 32% de participação — 12 pontos percentuais à frente do segundo colocado.

Senhor Presidente, Senhoras e Senhores Senadores, por todo esse trabalho, e com todo esse empenho em prestar serviços, não surpreende que a Caixa Econômica Federal, pelo segundo ano consecutivo, esteja fora do ranking elaborado pelo Banco Central referente a reclamações de clientes sobre instituições financeiras. E, aliás, o único banco com mais de um milhão de clientes a conseguir essa proeza. Ao destacar seu desempenho, quero parabenizar a diretoria e os servidores da Caixa Econômica Federal, formulando votos para que essa instituição prossiga nessa

trajetória, estreitando sempre sua parceria em favor da inclusão social e em benefício do povo brasileiro.

**O SR. AUGUSTO BOTELHO** (PDT – RR. Sem apanhamento taquigráfico.) – Sr. Presidente, Sr<sup>as</sup> e Sr<sup>es</sup> Senadores, a nova consciência ecológica que vem florescendo no mundo, nas últimas quatro décadas, impõe, a cada um de nós, o dever de cuidado com a natureza.

Como sabemos, a existência da vida na Terra resulta, antes de tudo, do elemento água, fonte de vida imemorial dos primeiros microorganismos que, durante bilhões de anos, evoluíram para formas orgânicas cada vez mais complexas, entre as quais, o próprio ser humano.

A verdade é que, desde sempre, a vida na Terra é liquefeita, o que é verificável em nossos próprios corpos, constituídos por água em duas terças partes.

O Planeta Terra, porém, enfrenta a progressão malsã da poluição ambiental, que pode resultar em profundos desequilíbrios ambientais. Daí a importância do dia 22 de maio – Dia Mundial da Água – para a reflexão pública, reflexão filosófica, a respeito do que estamos fazendo em defesa dos nossos recursos hídricos, no Brasil e no mundo.

Sr. Presidente, Sr<sup>as</sup> e Srs. Senadores, experimentamos, em nossos dias, as profundas incertezas oriundas das mudanças climáticas e dos demais fatores de risco à natureza. Em face do aquecimento global e da poluição dos mananciais e das bacias hidrográficas, é de se supor que a água caminhe para se converter em um recurso tão escasso que será, em um futuro não muito distante, o motivo mais freqüente das guerras entre povos e nações.

Essa grave ameaça revela-se em estudos científicos, como o Relatório das Nações Unidas sobre o Desenvolvimento de Recursos Hídricos, divulgado em 9 de março do ano corrente, na Cidade do México. Segundo a ONU, na atualidade, um bilhão e cem milhões de habitantes estão desprovidos, em todo o mundo, do acesso a mananciais de água potável. O número é impressionante e eloqüente, e deve aumentar, ainda mais, nos próximos anos.

Parte da escassez resulta da gestão deficiente dos recursos hídricos, problema que, conjugado a outros males como a corrupção, a ausência de instituições adequadas para proteção à água, a falta de infra-estrutura física no seu tratamento, o déficit de investimentos na capacitação humana para lidar com o problema da água configura um quadro internacional muito preocupante.

Para que se tenha uma idéia do problema, somente 2,5% da massa de água planetária é própria para o consumo humano. No entanto, boa parte desse

volume é composto de águas armazenadas em regiões polares, não passando de 30,1% desse total a água doce efetivamente disponível, inclusive em reservatórios subterrâneos.

Sr. Presidente, Sr<sup>as</sup> e Srs. Senadores, o cenário potencialmente catastrófico do desabastecimento não atinge o conjunto dos seres humanos de modo equivalente. Para a nossa sorte, o Brasil figura entre os países detentores das maiores bacias hidrográficas do mundo. Ademais, às reservas fluviais e lacustres do nosso País, somam-se outras de inestimável valor, como o gigantesco Aqüífero Guarani, no centro-sul do subcontinente, localizado no subsolo de todos os principais integrantes do Mercosul.

Nossa situação privilegiada não nos exime, porém, de agir de modo convicto e eficiente, para evitar a destruição das nossas reservas. Daí a iniciativa de dividir o nosso território em 12 bacias hidrográficas, para fins preservacionistas. Em todo o País, os Comitês de Bacias trabalham incansavelmente para o uso indevido e o desperdício de água.

Sr. Presidente, Sr<sup>as</sup> e Srs. Senadores, a aprovação do Plano Nacional de Recursos Hídricos, no dia 30 de janeiro de 2006, pelo Conselho Nacional de Recursos Hídricos representa, ela também, uma medida de fundamental importância para a preservação da nossa água.

O Plano contou com a participação de sete mil pessoas, em oficinas e seminários ocorridos em todo o Brasil, fato que, por si só, já implica uma maior tomada de consciência da população quanto à importância da água para o nosso futuro comum.

O desenvolvimento do trabalho também contou com o esforço conjugado da Secretaria de Recursos Hídricos do Ministério do Meio Ambiente, da Agência Nacional das Águas (ANA) e do Conselho de Recursos Hídricos.

O horizonte temporal reservado ao Plano Nacional de Recursos Hídricos é o ano de 2020, prazo em que algumas iniciativas de suma importância para a preservação da água devem ser tomadas, como a cobrança pelo seu uso, medida útil para racionalizar o aproveitamento das águas, evitando desperdícios por empresas e indústrias. O documento visa, ainda, harmonizar políticas públicas, para equilibrar a oferta e a demanda por água, e sua aprovação posiciona o Brasil na vanguarda da luta pela conservação da água na América Latina, uma vez que nenhum outro país da região tomou semelhante iniciativa.

Sr. Presidente, Sr<sup>as</sup> e Srs. Senadores, muito embora o nosso País esteja em situação relativamente confortável em relação ao resto do mundo, no que tange à problemática dos recursos hídricos, convém

relembrar que nossos mananciais de água são imperfeitamente distribuídos, abundando nas regiões Norte e Centro-Oeste, enquanto o Nordeste enfrenta graves períodos de seca e de estiagem, sobretudo no interior dos Estados.

Faz-se necessário, portanto, levarmos em conta o valor que a água representa para cada brasileiro, ao executarmos projetos como, por exemplo, a transposição do Rio São Francisco, para que tudo seja levado a termo do modo mais amigável possível ao meio ambiente e aos nossos recursos naturais.

As autoridades devem, ao mesmo tempo, consagrar seus melhores esforços para, juntos, defendermos o magnífico Aqüífero Guarani de toda poluição ambiental, de modo a salvaguardá-lo para as gerações presentes e futuras.

Cabe a nós, brasileiros, o fomento de uma nova cultura a respeito da água, com o objetivo de racionalizar o seu uso, afastando, de uma vez por todas, o risco de esgotamento dos mananciais.

Sr. Presidente, Sr<sup>as</sup> e Srs. Senadores, faz-se necessário, em suma, aproveitar o Dia Mundial da Água para adensar a nossa inclinação preservacionista, pela tomada de consciência – dos cidadãos, dos estudantes, dos empresários e das donas-de-casa – a respeito do valor e da importância dos recursos hídricos, para todos e para cada um.

Tenho absoluta certeza de que o povo brasileiro, em sua totalidade, estará à altura do desafio que se impõe ao nosso generoso ser coletivo.

Era o que eu tinha a dizer.

Muito obrigado!

**O SR. PRESIDENTE** (João Batista Motta. PSDB – ES) – Nada mais havendo a tratar, a Presidência vai encerrar os trabalhos, lembrando às Sr<sup>as</sup> e Srs. Senadores que constará da próxima sessão deliberativa ordinária, a realizar-se amanhã, quinta-feira, às 14 horas, a seguinte

## ORDEM DO DIA

### 1

**PROJETO DE LEI DE CONVERSÃO Nº 2, DE 2006**  
(Proveniente da Medida Provisória nº 269, de 2005)  
(Encontra-se sobrestando a pauta, nos termos do § 6º do art. 62 da Constituição Federal)

Votação, em turno único, do Projeto de Lei de Conversão nº 2, de 2006 (proveniente da Medida Provisória nº 269, de 2005), que altera as Leis nºs 9.986, de 18 de julho de 2000, que dispõe sobre a gestão de recursos humanos das Agências Reguladoras; 10.768, de 19 de novembro de 2003, que dispõe sobre

o Quadro de Pessoal da Agência Nacional de Águas – ANA; 10.862, de 20 de abril de 2004, que dispõe sobre a criação do Plano Especial de Cargos da Agência Brasileira de Inteligência – ABIN; 10.871, de 20 de maio de 2004, que dispõe sobre a criação de carreiras e organização de cargos efetivos das autarquias especiais, denominadas Agências Reguladoras; 11.182, de 27 de setembro de 2005, que cria a Agência Nacional de Aviação Civil – ANAC; 9.074, de 7 de julho de 1995, que estabelece normas para outorga e prorrogações das concessões e permissões de serviços públicos; cria cargos na Carreira de Diplomata, no Plano de Cargos para a Área de Ciência e Tecnologia, do Grupo – Direção e Assessoramento Superiores – DAS e Funções Gratificadas – FG; autoriza a prorrogação de contratos temporários firmados com base no art. 81-A da Lei nº 8.884, de 11 de junho de 1994, e no art. 30 da Lei nº 10.871, de 20 de maio de 2004; revoga dispositivos das Leis nºs 5.989, de 17 de dezembro de 1973; 9.888, de 8 de dezembro de 1999; 10.768, de 19 de novembro de 2003; 11.094, de 13 de janeiro de 2005; e 11.182, de 27 de setembro de 2005; e dá outras providências.

Relatora revisora: Senadora Fátima Cleide.

Prazo final: 13.4.2006

## 2

### **MEDIDA PROVISÓRIA Nº 270, de 2005**

*(Encontra-se sobrestando a pauta, nos termos do § 6º do art. 62 da Constituição Federal)*

Discussão, em turno único, da Medida Provisória nº 270, de 2005, que abre crédito extraordinário, em favor da Câmara dos Deputados, do Senado Federal, da Presidência da República, dos Ministérios da Fazenda e da Integração Nacional e de Transferências a Estados, Distrito Federal e Municípios, no valor global de oitocentos e vinte e cinco milhões, novecentos e oito mil, novecentos e sessenta e oito reais, para os fins que especifica.

Relator revisor: Senador Tião Viana.

Prazo final: 14.4.2006

## 3

### **MEDIDA PROVISÓRIA Nº 271, de 2005**

*(Encontra-se sobrestando a pauta, nos termos do § 6º do art. 62 da Constituição Federal)*

Discussão, em turno único, da Medida Provisória nº 271, de 2005, que autoriza a

União a prestar auxílio financeiro complementar aos Estados, ao Distrito Federal e aos Municípios, com o objetivo de fomentar as exportações do País.

Relator revisor: Senador Wellington Salgado Oliveira.

Prazo final: 25.4.2006

## 4

### **PROJETO DE LEI DE CONVERSÃO Nº 3, DE 2006**

*(Proveniente da Medida Provisória nº 272, de 2005)*

*(Encontra-se sobrestando a pauta, nos termos do § 6º do art. 62 da Constituição Federal)*

Discussão, em turno único, do Projeto de Lei de Conversão nº 3, de 2006 (proveniente da Medida Provisória nº 272, de 2005), que altera as Leis nºs 10.355, de 26 de dezembro de 2001, que dispõe sobre a estruturação da Carreira Previdenciária no âmbito do Instituto Nacional do Seguro Social – INSS; 10.855, de 1º de abril de 2004, que dispõe sobre a reestruturação da Carreira Previdenciária, de que trata a Lei nº 10.355, de 26 de dezembro de 2001, instituindo a Carreira do Seguro Social; 10.876, de 2 de junho de 2004, que cria a Carreira de Perícia Médica da Previdência Social e dispõe sobre a remuneração da Carreira de Supervisor Médico-Pericial do Quadro de Pessoal do INSS, 10.997, de 15 de dezembro de 2004, que institui a Gratificação Específica do Seguro Social – GESS; 8.112, de 11 de dezembro de 1990, que dispõe sobre o regime jurídico dos servidores públicos civis da União, das Autarquias e das Fundações Públicas Federais; e fixa critérios temporários para pagamento da Gratificação de Desempenho de Atividade Médico-Pericial – GDAMP.

Relator revisor: Senador Sérgio Guerra.

Prazo final: 25.4.2006

## 5

### **PROJETO DE LEI DE CONVERSÃO Nº 4, DE 2006**

*(Proveniente da Medida Provisória nº 273, de 2005)*

*(Encontra-se sobrestando a pauta, nos termos do § 6º do art. 62 da Constituição Federal)*

Discussão, em turno único, do Projeto de Lei de Conversão nº 4, de 2006 (proveniente da Medida Provisória nº 273, de 2005), que abre crédito extraordinário, em favor do Ministério dos Transportes e de Encargos Financeiros da União, no valor global de quinhentos e dezesseis milhões, cento e trinta e dois mil,

novecentos e noventa e quatro reais, para os fins que especifica.

Relator revisor: Senador João Ribeiro.

Prazo final: 26.4.2006

## 6

### **PROJETO DE LEI DE CONVERSÃO Nº 5, DE 2006**

*(Proveniente da Medida Provisória nº 274, de 2005)*

*(Encontra-se sobrestando a pauta, nos termos do § 6º do art. 62 da Constituição Federal)*

Discussão, em turno único, do Projeto de Lei de Conversão nº 5, de 2006 (proveniente da Medida Provisória nº 274, de 2005), que acrescenta e altera dispositivos na Lei nº 5.917, de 10 de setembro de 1973, que aprova o Plano Nacional de Viação; revoga o art. 3º da Medida Provisória nº 2.217-3, de 4 de setembro de 2001; e dá outras providências.

Relator revisor: Senador Romero Jucá.

Prazo final: 28.4.2006

## 7

### **MEDIDA PROVISÓRIA Nº 275, de 2005**

*(Encontra-se sobrestando a pauta, nos termos do § 6º do art. 62 da Constituição Federal)*

Discussão, em turno único, da Medida Provisória nº 275, de 2005, que altera a Lei nº 9.317, de 5 de dezembro de 1996, que institui o Sistema Integrado de Pagamento de Impostos e Contribuições das Microempresas e das Empresas de Pequeno Porte – Simples, em função da alteração promovida pelo art. 33 da Lei nº 11.196, de 21 de novembro de 2005, e dispõe que o prazo a que se refere o art. 2º da Lei nº 8.989, de 24 de fevereiro de 1995, para reutilização do benefício da isenção do Imposto sobre Produtos Industrializados – IPI, na aquisição de automóveis para utilização no transporte autônomo de passageiros, bem como por pessoas portadoras de deficiência física, aplica-se inclusive às aquisições realizadas antes de 22 de novembro de 2005.

Relator revisor: Senador Jefferson Péres

Prazo final: 28.4.2006

## 8

### **PROJETO DE LEI DE CONVERSÃO Nº 7, DE 2006**

*(Proveniente da Medida Provisória nº 276, de 2006)*

*(Encontra-se sobrestando a pauta, nos termos do § 6º do art. 62 da Constituição Federal)*

Discussão, em turno único, do Projeto de Lei de Conversão nº 7, de 2006 (proveniente da

Medida Provisória nº 276, de 2006), que abre crédito extraordinário, em favor do Ministério dos Transportes, no valor de trezentos e cinquenta milhões de reais, para os fins que especifica.

Relator revisor:

Prazo final: 1º.5.2006

## 9

### **MEDIDA PROVISÓRIA Nº 277, DE 2006**

*(Encontra-se sobrestando a pauta, nos termos do § 6º do art. 62 da Constituição Federal)*

Discussão, em turno único, da Medida Provisória nº 277, de 2006, que abre crédito extraordinário, em favor dos Ministérios da Agricultura, Pecuária e Abastecimento e das Relações Exteriores, no valor de setenta e quatro milhões, quinhentos e sessenta e quatro mil reais, para os fins que especifica. (Apoio à população atingida pela febre aftosa)

Relator revisor:

Prazo final: 18.5.2006

## 10

### **SUBSTITUTIVO À PROPOSTA DE EMENDA À CONSTITUIÇÃO Nº 12, DE 2003**

Primeira sessão de discussão, em segundo turno, do Substitutivo à Proposta de Emenda à Constituição nº 12, de 2003, tendo como primeiro signatário o Senador Osmar Dias, que altera os artigos 21 e 22 da Constituição Federal, para definir a competência da União no ordenamento do Sistema Nacional de Meteorologia e Climatologia.

Parecer sob nº 5, de 2006, da Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania, Relatora: Senadora Serys Slhessarenko, oferecendo a redação para o segundo turno.

## 11

### **PROPOSTA DE EMENDA À CONSTITUIÇÃO Nº 66, DE 2005**

*(Votação nominal, se não houver emendas)*

Quinta e última sessão de discussão, em primeiro turno, da Proposta de Emenda à Constituição nº 66, de 2005, tendo como primeiro signatário o Senador José Jorge (apresentada como conclusão do Parecer nº 2.054, de 2005, da Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania), que acrescenta o inciso XVI e o § 2º ao art. 52 da Constituição, para atribuir ao Senado Federal competência para indicar membros do Conselho Diretor ou da Diretoria das Agências Reguladoras.



12

**PROJETO DE LEI DA CÂMARA Nº 96, DE 2005**

Discussão, em turno único, do Projeto de Lei da Câmara nº 96, de 2005 (nº 5.788/2001, na Casa de origem), que *institui o Dia Nacional de Conscientização da Esclerose Múltipla*.

Parecer favorável, sob nº 2.249, de 2005, da Comissão de Educação, Relator: Senador Augusto Botelho, com a Emenda 1-CE, de redação, que apresenta.

13

**PROJETO DE LEI DA CÂMARA Nº 100, DE 2005**

Discussão, em turno único, do Projeto de Lei da Câmara nº 100, de 2005 (nº 3.883/2004, na Casa de origem), que *acrescenta inciso ao art. 473 da Consolidação das Leis do Trabalho – CLT, aprovada pelo Decreto-Lei nº 5.452, de 1º de maio de 1943, para permitir a ausência do trabalhador ao serviço, sem prejuízo do salário, na hipótese de participação em reunião oficial de organismo internacional ao qual o Brasil seja filiado*.

Parecer favorável, sob nº 2.148, de 2005, da Comissão de Assuntos Sociais, Relator: Senador Paulo Paim.

14

**REDAÇÃO FINAL DO PROJETO DE LEI DO SENADO Nº 14, DE 2005**

Discussão, em turno único, da Redação Final (apresentada pela Comissão Diretora como conclusão de seu Parecer nº 2.202, de 2005, Relator: Senador Tião Viana), do Projeto de Lei do Senado nº 14, de 2005 (apresentado pela Comissão de Direitos Humanos e Legislação Participativa como conclusão de seu Parecer nº 24, de 2005, Relator: Senador José Maranhão), que *altera a Lei nº 5.917, de 10 de setembro de 1973, que aprova o Plano Nacional de Viação, de modo a incluir, na Relação Descritiva das Rodovias do Sistema Rodoviário Federal, a rodovia que especifica*.

15

**PROJETO DE LEI DO SENADO Nº 174, DE 2000**  
(Incluído em Ordem do Dia nos termos do Recurso nº 21, de 2003)

Discussão, em turno único, do Projeto de Lei do Senado nº 174, de 2000, de autoria do Senador Luiz Pontes, que *altera a Lei nº 9.656, de 3 de junho de 1998, que dispõe sobre*

*os planos e seguros privados de assistência à saúde* (para assegurar a cobertura de despesas de acompanhante, no caso de paciente menor de dezoito anos, inclusive quando se tratar de internação em unidade de terapia intensiva ou similar).

Pareceres sob nºs 711, de 2003, e 1.515, de 2005, das Comissões

– de Assuntos Econômicos, Relator: Senador Mão Santa, favorável, com a Emenda nº 1-CAE, que apresenta; e

– da Comissão de Assuntos Sociais (em audiência, nos termos do Requerimento nº 336, de 2003), Relator: Senador Leonel Pavan, favorável, com a Emenda nº 2-CAS, que apresenta, com voto contrário, em separado, da Senadora Ideli Salvatti.

16

**PROJETO DE LEI DO SENADO Nº 390, DE 2005-COMPLEMENTAR**

Discussão, em turno único, do Projeto de Lei do Senado nº 390, de 2005-Complementar, de autoria do Senador Renan Calheiros e outros Senhores Senadores, que *altera os arts. 1º e 22 da Lei Complementar nº 64, de 1990 – Lei das Inelegibilidades* (dispõe sobre crimes e procedimentos relativos a inelegibilidades e sobre o sistema de prestação de contas eleitorais).

Parecer sob nº 188, de 2006, da Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania, Relator: Senador José Jorge, favorável, com as Emendas de nºs 1 a 5 – CCJ, que apresenta, com votos contrários do Senador Romero Jucá e, em separado, do Senador Sibá Machado.

17

**PROJETO DE LEI DO SENADO Nº 15, DE 2006**  
(Tramitando nos termos dos arts. 142 e 143 do Regimento Comum)

Discussão, em segundo turno, do Projeto de Lei do Senado nº 15, de 2006, de iniciativa da Comissão Parlamentar Mista de Inquérito da Emigração Ilegal, que *altera o Código Penal para criminalizar o tráfico internacional de pessoas para fins de emigração, e a Lei nº 9.613, de 3 de março de 1998, para inserir a mencionada conduta entre os crimes antecedentes da lavagem de dinheiro*.

18

**REQUERIMENTO Nº 1.355, DE 2005**

Votação, em turno único, do Requerimento nº 1.355, de 2005, do Senador Antonio Carlos Magalhães, solicitando ao Ministro de Estado da Fazenda informações a respeito de operações financeiras eventualmente efetuadas entre o Banco do Nordeste do Brasil (BNB) com a empresa controladora do empreendimento *Beach Park*, localizado em Porto de

Dunas, Ceará, ou com qualquer das empresas controladas por ela.

Parecer favorável, sob nº 162, de 2006, da Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania, Relator *ad hoc*: Senador Romeu Tuma.

**O SR. PRESIDENTE** (João Batista Motta. PSDB – ES) – Está encerrada a sessão.

*(Levanta-se a sessão às 20 horas e 37 minutos.)*

**(O.S.: 11599/2006)**

## COMPOSIÇÃO DO SENADO FEDERAL NA 52ª LEGISLATURA

### Bahia

PFL – Rodolpho Tourinho\*<sup>S</sup>  
PFL – Antonio Carlos Magalhães \*\*  
PFL – César Borges\*\*

### Rio de Janeiro

BLOCO-PT – Roberto Saturnino\*  
PMR – Marcelo Crivella\*\*  
PMDB – Sérgio Cabral\*\*

### Maranhão

PMDB – João Alberto Souza \*  
PFL – Edison Lobão\*\*  
PFL – Roseana Sarney \*\*

### Pará

PMDB – Luiz Otávio\*  
BLOCO-PT – Ana Júlia Carepa\*\*  
PSDB – Flexa Ribeiro\*\*<sup>S</sup>

### Pernambuco

PFL – José Jorge\*  
PFL – Marco Maciel\*\*  
PSDB – Sérgio Guerra\*\*

### São Paulo

BLOCO-PT – Eduardo Suplicy\*  
BLOCO-PT – Aloizio Mercadante\*\*  
PFL – Romeu Tuma\*\*

### Minas Gerais

BLOCO-PL – Aelton Freitas\*<sup>S</sup>  
PSDB – Eduardo Azeredo\*\*  
PMDB – Wellington Salgado de Oliveira\*\*<sup>S</sup>

### Goiás

PMDB – Maguito Vilela\*  
PFL – Demóstenes Torres\*\*  
PSDB – Lúcia Vânia\*\*

### Mato Grosso

PSDB – Antero Paes de Barros \*  
PFL – Jonas Pinheiro \*\*  
BLOCO-PT – Serys Slhessarenko\*\*

### Rio Grande do Sul

PMDB – Pedro Simon\*  
BLOCO-PT – Paulo Paim\*\*  
PTB – Sérgio Zambiasi\*\*

### Ceará

PSDB – Reginaldo Duarte\*<sup>S</sup>  
BLOCO-PSB – Patrícia Saboya Gomes\*\*  
PSDB – Tasso Jereissati\*\*

### Paraíba

PMDB – Ney Suassuna \*  
PFL – Efraim Morais\*\*  
PMDB – José Maranhão \*\*

### Espírito Santo

PSDB – João Batista Motta\*<sup>S</sup>  
PMDB – Gerson Camata\*\*  
BLOCO-PL – Magno Malta\*\*

### Piauí

PMDB – Alberto Silva\*  
PFL – Heráclito Fortes\*\*  
PMDB – Mão Santa \*\*

### Rio Grande do Norte

PTB – Fernando Bezerra \*  
PMDB – Garibaldi Alves Filho\*\*  
PFL – José Agripino\*\*

### Santa Catarina

PFL – Jorge Bornhausen \*  
BLOCO-PT – Ideli Salvatti\*\*  
PSDB – Leonel Pavan \*\*

### Alagoas

P-SOL – Heloísa Helena\*  
PMDB – Renan Calheiros\*\*  
PSDB – Teotônio Vilela Filho \*\*

### Sergipe

PFL – Maria do Carmo Alves \*  
PMDB – Almeida Lima\*\*  
BLOCO-PSB – Antônio Carlos Valadares\*\*

### Amazonas

PMDB – Gilberto Mestrinho\*  
PSDB – Arthur Virgílio\*\*  
PDT – Jefferson Péres\*\*

### Paraná

PSDB – Alvaro Dias \*  
BLOCO-PT – Flávio Arns\*\*  
PDT – Osmar Dias\*\*

### Acre

BLOCO-PT – Tião Viana\*  
Sem partido – Geraldo Mesquita Júnior\*\*  
BLOCO-PT – Sibá Machado\*\*<sup>S</sup>

### Mato Grosso do Sul

PSDB – Juvêncio da Fonseca\*  
BLOCO-PT – Delcídio Amaral\*\*  
PMDB – Ramez Tebet\*\*

### Distrito Federal

PTB – Valmir Amaral\*<sup>S</sup>  
PDT – Cristovam Buarque \*\*  
PFL – Paulo Octávio \*\*

### Tocantins

PSDB – Eduardo Siqueira Campos\*  
BLOCO-PL – João Ribeiro \*\*  
PC do B – Leomar Quintanilha\*\*

### Amapá

PMDB – José Sarney \*  
PMDB – Gilvam Borges\*\*  
PSDB – Papaléo Paes\*\*

### Rondônia

PMDB – Amir Lando\*  
BLOCO-PT – Fátima Cleide\*\*  
PMDB – Valdir Raupp\*\*

### Roraima

PTB – Mozarildo Cavalcanti\*  
PDT – Augusto Botelho\*\*  
PMDB – Romero Jucá\*\*

### Mandatos

\*: Período 1999/2007 \*\*: Período 2003/2011

## **COMISSÕES TEMPORÁRIAS**

- 1) **Comissão Externa, composta de oito Senhores Senadores e Senhoras Senadoras, com a finalidade de acompanhar as investigações sobre o assassinato da missionária norte-americana naturalizada brasileira Dorothy Stang, que vêm sendo desenvolvidas pela Polícia Federal e pela Polícia Militar do Estado do Pará.**

**(Ato do Presidente nº 8, de 2005)**

**Presidente: Senadora Ana Júlia Carepa – PT/ PA**

**Vice-Presidente: Senador Flexa Ribeiro – PSDB/PA**

**Relator: Demóstenes Torres – PFL/GO**

<b>Ana Júlia Carepa – PT/ PA</b>
<b>Eduardo Suplicy – PT/SP</b>
<b>Fátima Cleide – PT/RO</b>
<b>Flexa Ribeiro – PSDB/PA</b>
<b>Luiz Otávio – PMDB/PA</b>
<b>Demóstenes Torres – PFL/GO</b>
<b>Serys Shessarenko – PT/MT</b>
<b>Sibá Machado – PT/AC</b>

**Prazo Final: 18.3.2005**

**Designação: 16.2.2005**

## COMPOSIÇÃO DAS COMISSÕES PERMANENTES

### 1) COMISSÃO DE ASSUNTOS ECONÔMICOS - CAE (27 titulares e 27 suplentes)

Presidente: Senador Luiz Otávio – PMDB  
Vice-Presidente: Senador Romeu Tuma - PFL

TITULARES	SUPLENTES
<b>Bloco da Minoria (PFL e PSDB)</b>	
César Borges – PFL	1. José Agripino – PFL
Edison Lobão – PFL	2. Antonio Carlos Magalhães – PFL
Jonas Pinheiro – PFL	3. Heráclito Fortes – PFL
Jorge Bornhausen – PFL	4. Demóstenes Torres – PFL
Rodolpho Tourinho – PFL	5. José Jorge – PFL
Romeu Tuma – PFL	6. Roseana Sarney – PFL
<b>PMDB</b>	
Arthur Virgílio – PSDB	7. João Batista Motta – PSDB
Eduardo Azeredo – PSDB	8. Alvaro Dias – PSDB
Lúcia Vânia – PSDB	9. Leonel Pavan – PSDB
Sérgio Guerra – PSDB	10. Flexa Ribeiro – PSDB
Tasso Jereissati – PSDB	11. Teotonio Vilela Filho – PSDB
<b>Bloco de Apoio ao Governo (PT, PSB, <sup>(1)</sup>, PL)</b>	
Ramez Tebet	1. Ney Suassuna
Luiz Otávio	2. Romero Jucá
Garibaldi Alves Filho	3. Wellington Salgado de Oliveira
Mão Santa	4. Pedro Simon
Sérgio Cabral	5. Maguito Vilela
Gilberto Mestrinho	6. Gerson Camata
Valdir Raupp	7. Almeida Lima
José Maranhão	8. Gilvam Borges
<b>PDT</b>	
Aloizio Mercadante – PT	1. Ideli Salvatti – PT
Ana Júlia Carepa – PT	2. Aelton Freitas – PL
Delcídio Amaral – PT	3. Antônio Carlos Valadares – PSB
Eduardo Suplicy – PT	4. Roberto Saturnino – PT
Fernando Bezerra – PTB	5. Flávio Arns – PT
João Ribeiro - PL	6. Sibá Machado – PT
Patrícia Saboya Gomes – PSB <sup>(2)</sup>	7. Serys Shhessarenko – PT

<sup>(1)</sup> O PTB deixou de integrar o Bloco de Apoio ao Governo em 8.6.2005.

<sup>(2)</sup> A Senadora Patrícia Saboya Gomes comunicou que passou a integrar a bancada do PSB a partir de 29.9.2005.

Secretário: Luiz Gonzaga Silva Filho  
Reuniões: Terças – Feiras às 10:00 horas – Plenário nº 19 – Ala Alexandre Costa.  
Telefones: 3311-4605 e 3311-3516 Fax: 3311-4344  
E – Mail: [sscomcae@senado.gov.br](mailto:sscomcae@senado.gov.br)

**1.1) SUBCOMISSÃO PERMANENTE DE ASSUNTOS MUNICIPAIS  
(9 titulares e 9 suplentes)**

**Presidente: Senador Garibaldi Alves Filho - PMDB**

**Vice-Presidente: Senador Heráclito Fortes - PFL**

**Relator:**

<b>TITULARES</b>	<b>SUPLENTES</b>
<b>Bloco da Minoria (PFL e PSDB)</b>	
Heráclito Fortes – PFL	1. César Borges – PFL
José Jorge – PFL	2. Jonas Pinheiro – PFL <sup>(4)</sup>
Sérgio Guerra – PSDB	3. Arthur Virgílio – PSDB
Eduardo Azeredo – PSDB	4. Lúcia Vânia – PSDB
<b>PMDB</b>	
Mão Santa	1. Valdir Raupp
Garibaldi Alves Filho	2. (vago) <sup>(3)</sup>
Ney Suassuna <sup>(1)</sup>	3. Serys Slhessarenko <sup>(1)</sup>
<b>Bloco de Apoio ao Governo (PT, PSB, <sup>(2)</sup>, PL)</b>	
Ana Júlia Carepa – PT	1. Delcídio Amaral – PT
Sibá Machado – PT	2. Roberto Saturnino – PT
<b>PDT</b>	

<sup>(1)</sup> Vaga decidida em comum acordo entre o PMDB e o Bloco de Apoio ao Governo.

<sup>(2)</sup> O PTB deixou de integrar o Bloco de Apoio ao Governo em 8.6.2005.

<sup>(3)</sup> O Senador Hélio Costa afastou-se do exercício do mandato em 8.7.2005 para assumir o cargo de Ministro de Estado das Comunicações.

<sup>(4)</sup> O Senador Jonas Pinheiro retornou ao exercício do cargo em 9.12.2005

Secretário: Luiz Gonzaga Silva Filho  
Reuniões: Sala nº 19 – Ala Sen. Alexandre Costa.  
Telefones: 3311-3255, 3311-4605 e 3311-3516 Fax: 3311-4344  
E – Mail: [sscomcae@senado.gov.br](mailto:sscomcae@senado.gov.br)

**1.2) SUBCOMISSÃO TEMPORÁRIA DE MINERAÇÃO**  
**(7 titulares e 7 suplentes)**

**Presidente: Senadora Ana Júlia Carepa - PT**

**Vice-Presidente: Senador Rodolpho Tourinho - PFL**

**Relator:**

<b>TITULARES</b>	<b>SUPLENTES</b>
<b>Bloco da Minoria (PFL e PSDB)</b>	
Rodolpho Tourinho - PFL	1. (vago)
Edison Lobão – PFL	2. Almeida Lima – PMDB <sup>(4)</sup>
Sérgio Guerra – PSDB	3. Eduardo Azeredo – PSDB
<b>PMDB</b>	
Luiz Otávio	1. (vago) <sup>(3)</sup>
Sérgio Cabral	2. Gerson Camata
<b>Bloco de Apoio ao Governo (PT, PSB, <sup>(2)</sup>, PL)</b>	
Ana Júlia Carepa – PT	1. Delcídio Amaral – PT
Aelton Freitas – PL	2. (vago) <sup>(1)</sup>
<b>PDT</b>	
(vago)	1. (vago)

<sup>(1)</sup> Vago, em virtude de o Senador Cristovam Buarque não mais pertencer à Comissão de Assuntos Econômicos.

<sup>(2)</sup> O PTB deixou de integrar o Bloco de Apoio ao Governo em 8.6.2005.

<sup>(3)</sup> O Senador Hélio Costa afastou-se do exercício do mandato em 8.7.2005 para assumir o cargo de Ministro de Estado das Comunicações.

<sup>(4)</sup> O Senador Almeida Lima comunicou que passou a integrar a bancada do PMDB a partir de 18.8.2005

Secretário: Luiz Gonzaga Silva Filho

Reuniões: Quartas – Feiras às 9:30 horas – Plenário nº 19 – Ala Alexandre Costa.

Telefones: 3311-4605 e 3311-3516 Fax: 3311-4344

E – Mail: [sscomcae@senado.gov.br](mailto:sscomcae@senado.gov.br)

**1.3) SUBCOMISSÃO TEMPORÁRIA DESTINADA A  
ACOMPANHAR A EVOLUÇÃO DA DÍVIDA PÚBLICA DOS ESTADOS  
(9 titulares e 9 suplentes)**

**Presidente: Senador César Borges - PFL  
Vice-Presidente: Senador Fernando Bezerra - PTB  
Relator: Senador Ney Suassuna - PMDB**

TITULARES	SUPLENTE
<b>Bloco da Minoria (PFL e PSDB)</b>	
César Borges – PFL	1. Jonas Pinheiro – PFL <sup>(3)</sup>
Paulo Octávio – PFL	2. José Jorge – PFL
Sérgio Guerra – PSDB	3. Lúcia Vânia - PSDB
<b>PMDB</b>	
Ney Suassuna	1. Valdir Raupp
Pedro Simon	2. Gerson Camata
<b>Bloco de Apoio ao Governo (PT, PSB, <sup>(1)</sup>, PL)</b>	
Roberto Saturnino – PT	1. Eduardo Suplicy – PT
Fernando Bezerra – PTB	2. Aelton Freitas – PL
Delcídio Amaral – PT	3. Antônio Carlos Valadares – PTB
Mozarildo Cavalcanti – PTB	4. Patrícia Saboya Gomes – PSB <sup>(2)</sup>
<b>PDT</b>	

Obs: em 19.11.2003 a Subcomissão aprovou o Relatório Final, que será submetido à apreciação da Comissão de Assuntos Econômicos, nos termos do art. 73, § 2º, do Regimento Interno do Senado Federal.

<sup>(1)</sup> O PTB deixou de integrar o Bloco de Apoio ao Governo em 8.6.2005.

<sup>(2)</sup> A Senadora Patrícia Saboya Gomes comunicou que passou a integrar a bancada do PSB a partir de 29.9.2005.

<sup>(3)</sup> O Senador Jonas Pinheiro retornou ao exercício do cargo em 9.12.2005

Secretário: Luiz Gonzaga Silva Filho  
Reuniões: Quartas – Feiras às 18:00 horas – Plenário nº 19 – Ala Alexandre Costa.  
Telefones: 3311-4605 e 3311-3516 Fax: 3311-4344  
E – Mail: [sscomcae@senado.gov.br](mailto:sscomcae@senado.gov.br)



**1.4) SUBCOMISSÃO TEMPORÁRIA - LIQUIDAÇÃO DE INSTITUIÇÕES FINANCEIRAS  
(7 titulares e 7 suplentes)**

**Presidente: Senador Aelton Freitas - PL**

**Vice-Presidente: Senador Fernando Bezerra - PTB**

**Relator:**

<b>TITULARES</b>	<b>SUPLENTES</b>
<b>Bloco da Minoria (PFL e PSDB)</b>	
Edison Lobão – PFL	1. César Borges – PFL
Romeu Tuma – PFL	2. (vago) <sup>(2)</sup>
Sérgio Guerra – PSDB	3. Alvaro Dias – PSDB
<b>PMDB</b>	
Romero Jucá	1. Ney Suassuna
Valdir Raupp	2. Maguito Vilela
<b>Bloco de Apoio ao Governo (PT, PSB, <sup>(1)</sup>, PL)</b>	
Aelton Freitas – PL	1. Ideli Salvatti – PT
Fernando Bezerra – PTB	2. Delcídio Amaral – PT
<b>PDT</b>	
(vago)	1. (vago)

<sup>(1)</sup> O PTB deixou de integrar o Bloco de Apoio ao Governo em 8.6.2005.

<sup>(2)</sup> O Senador Gilberto Goellner deixa o exercício do cargo em 8.12.2005 em virtude de reassunção do titular.

Secretário: Luiz Gonzaga Silva Filho  
Reuniões: Plenário nº 19 – Ala Alexandre Costa.  
Telefones: 3311-4605 e 3311-3516 Fax: 3311-4344  
E – Mail: [sscomcae@senado.gov.br](mailto:sscomcae@senado.gov.br)

**2) COMISSÃO DE ASSUNTOS SOCIAIS - CAS**  
**(21 titulares e 21 suplentes)**

**Presidente: Senador Antônio Carlos Valadares - PSB**  
**Vice-Presidente: Senadora Patrícia Saboya Gomes – PSB <sup>(2)</sup>**

<b>TITULARES</b>	<b>SUPLENTES</b>
<b>Bloco da Minoria (PFL e PSDB)</b>	
Marco Maciel – PFL	1. Heráclito Fortes – PFL
Jonas Pinheiro – PFL	2. José Jorge – PFL
Maria do Carmo Alves – PFL	3. Demóstenes Torres – PFL
Rodolpho Tourinho – PFL	4. Romeu Tuma – PFL
Flexa Ribeiro – PSDB	5. Eduardo Azeredo – PSDB
Leonel Pavan – PSDB	6. Papaléo Paes
Lúcia Vânia – PSDB	7. Teotonio Vilela Filho – PSDB
Reginaldo Duarte – PSDB	8. Sérgio Guerra – PSDB
<b>PMDB</b>	
Ney Suassuna	1. Wellington Salgado de Oliveira
Romero Jucá	2. Ramez Tebet
Valdir Raupp	3. José Maranhão
Mão Santa	4. Pedro Simon
Sérgio Cabral	5. Maguito Vilela
(vago) <sup>(3)</sup>	6. Gerson Camata
<b>Bloco de Apoio ao Governo (PT, PSB, <sup>(1)</sup>, PL)</b>	
Antônio Carlos Valadares – PSB	1. Delcídio Amaral – PT
Flávio Arns – PT	2. Magno Malta – PL
Ideli Salvatti – PT	3. Eduardo Suplicy – PT
Marcelo Crivella – PMR <sup>(4)</sup>	4. Fátima Cleide – PT
Paulo Paim – PT	5. Mozarildo Cavalcanti – PTB
Patrícia Saboya Gomes – PSB <sup>(2)</sup>	6. (vago) <sup>(5)</sup>
<b>PDT</b>	
Augusto Botelho	1. Cristovam Buarque

<sup>(1)</sup> O PTB deixou de integrar o Bloco de Apoio ao Governo em 8.6.2005.

<sup>(2)</sup> A Senadora Patrícia Saboya Gomes comunicou que passou a integrar a bancada do PSB a partir de 29.9.2005.

<sup>(3)</sup> O Senador Papaléo Paes deixou de integrar a comissão a partir de 26.10.2005, de acordo com o Ofício GLPMDB nº 405/2005.

<sup>(4)</sup> O Senador Marcelo Crivella comunicou que se desligou do PL em 27.9.2005 e filiou-se ao PMR em 28.9.2005.

<sup>(5)</sup> O Senador João Capiberibe deixou de integrar o Senado Federal em 26.10.2005, nos termos do Ofício nº 1.236, de 21.10.2005, do Supremo Tribunal Federal, e retornou em 28.10.2005, nos termos do Ofício nº 5.025, de mesma data, do Supremo Tribunal Federal. O Senador deixou de integrar definitivamente o Senado Federal em 13.12.2005

Secretária: Gisele Ribeiro de Toledo Camargo  
Reuniões: Quintas – Feiras às 11:30 horas – Plenário nº 09 – Ala Alexandre Costa.  
Telefone: 3311-3515 Fax: 3311-3652  
E – Mail: [sscomcas@senado.gov.br](mailto:sscomcas@senado.gov.br)

**2.1) SUBCOMISSÃO PERMANENTE DO TRABALHO E PREVIDÊNCIA  
(5 titulares e 5 suplentes)**

**Presidente: Senador Paulo Paim - PT  
Vice-Presidente: Senador Marcelo Crivella – PMR <sup>(2)</sup>**

**Relator:**

<b>TITULARES</b>	<b>SUPLENTES</b>
<b>Bloco da Minoria (PFL e PSDB)</b>	
Lúcia Vânia – PSDB	1. Leonel Pavan - PSDB
<b>PMDB</b>	
Mão Santa	1. (vago)
<b>Bloco de Apoio ao Governo (PT, PSB, <sup>(1)</sup>, PL)</b>	
Marcelo Crivella – PMR <sup>(2)</sup>	1. (vago) <sup>(3)</sup>
Paulo Paim - PT	2. Flávio Arns – PT
<b>PDT</b>	
Augusto Botelho	1. (vago)

<sup>(1)</sup> O PTB deixou de integrar o Bloco de Apoio ao Governo em 8.6.2005.

<sup>(2)</sup> O Senador Marcelo Crivella comunicou que se desligou do PL em 27.9.2005 e filiou-se ao PMR em 28.9.2005.

<sup>(3)</sup> O Senador João Capiberibe deixou de integrar o Senado Federal em 26.10.2005, nos termos do Ofício nº 1.236, de 21.10.2005, do Supremo Tribunal Federal, e retornou em 28.10.2005, nos termos do Ofício nº 5.025, de mesma data, do Supremo Tribunal Federal. O Senador deixou de integrar definitivamente o Senado Federal em 13.12.2005

Secretária: Gisele Ribeiro de Toledo Camargo

Sala nº 11/A – Ala Alexandre Costa.

Telefone: 3311-3515 Fax: 3311-3652

E – Mail: [sscomcas@senado.gov.br](mailto:sscomcas@senado.gov.br)

**2.2) SUBCOMISSÃO PERMANENTE DE PROMOÇÃO, ACOMPANHAMENTO E DEFESA DA SAÚDE  
(5 titulares e 5 suplentes)**

**Presidente: Senador Papaléo Paes - PSDB**  
**Vice-Presidente: Senador Augusto Botelho - PDT**  
**Relator:**

<b>TITULARES</b>	<b>SUPLENTES</b>
<b>Bloco da Minoria (PFL e PSDB)</b>	
Eduardo Azeredo – PSDB	1. Flexa Ribeiro - PSDB
	2. Romeu Tuma - PFL
<b>PMDB</b>	
Papaléo Paes <sup>(3)</sup>	1. (vago) <sup>(2)</sup>
Mão Santa	
<b>Bloco de Apoio ao Governo (PT, PSB, <sup>(1)</sup>, PL)</b>	
Flávio Arns – PT	1. Paulo Paim - PT
<b>PDT</b>	
Augusto Botelho	

<sup>(1)</sup> O PTB deixou de integrar o Bloco de Apoio ao Governo em 8.6.2005.

<sup>(2)</sup> O Senador Wirlande da Luz deixa o exercício do cargo em 21.07.2005 em virtude de reassunção do titular.

<sup>(3)</sup> O Senador Papaléo Paes comunicou que passou a integrar a bancada do PSDB a partir de 1.9.2005

Secretária: Gisele Ribeiro de Toledo Camargo  
Sala nº 11/A – Ala Alexandre Costa.  
Telefone: 3311-3515 Fax: 3311-3652  
E – Mail: [sscomcas@senado.gov.br](mailto:sscomcas@senado.gov.br)

**2.3) SUBCOMISSÃO PERMANENTE DE ASSUNTOS SOCIAIS DAS PESSOAS COM DEFICIÊNCIA  
(5 titulares e 5 suplentes)**

**Presidente: Senador Eduardo Azeredo - PSDB**

**Vice-Presidente: Senador Flávio Arns - PT**

**Relator:**

<b>TITULARES</b>	<b>SUPLENTES</b>
<b>Bloco da Minoria (PFL e PSDB)</b>	
Eduardo Azeredo – PSDB	1. Lúcia Vânia – PSDB
(vago) <sup>(4)</sup>	2. Demóstenes Torres – PFL
<b>PMDB</b>	
Papaléo Paes <sup>(5)</sup>	1. Mão Santa
<b>Bloco de Apoio ao Governo (PT, PSB, <sup>(1)</sup>, PL)</b>	
Flávio Arns – PT	1. Paulo Paim – PT
Patrícia Saboya Gomes – PSB <sup>(2)</sup>	
<b>PDT</b>	
	1. Augusto Botelho

<sup>(1)</sup> O PTB deixou de integrar o Bloco de Apoio ao Governo em 8.6.2005.

<sup>(2)</sup> A Senadora Patrícia Saboya Gomes comunicou que passou a integrar a bancada do PSB a partir de 29.9.2005.

<sup>(3)</sup> O Senador Papaléo Paes comunicou que passou a integrar a bancada do PSDB a partir de 1.9.2005

<sup>(4)</sup> O Senador Gilberto Goellner deixa o exercício do cargo em 8.12.2005 em virtude de reassunção do titular.

Secretária: Gisele Ribeiro de Toledo Camargo  
Sala nº 11/A – Ala Alexandre Costa.  
Telefone: 3311-3515 Fax: 3311-3652  
E – Mail: [sscomcas@senado.gov.br](mailto:sscomcas@senado.gov.br)

**3) COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO, JUSTIÇA E CIDADANIA - CCJ**  
(23 titulares e 23 suplentes)

**Presidente: Senador Antonio Carlos Magalhães - PFL**  
**Vice-Presidente: (vago) <sup>(2)</sup>**

<b>TITULARES</b>	<b>SUPLENTES</b>
<b>Bloco da Minoria (PFL e PSDB)</b>	
Antonio Carlos Magalhães – PFL	1. Romeu Tuma – PFL
César Borges – PFL	2. Maria do Carmo Alves – PFL
Demóstenes Torres – PFL	3. José Agripino – PFL
Edison Lobão – PFL	4. Jorge Bornhausen – PFL
José Jorge – PFL	5. Rodolpho Tourinho – PFL
João Batista Motta - PSDB	6. Tasso Jereissati – PSDB
Alvaro Dias – PSDB	7. Eduardo Azeredo – PSDB
Arthur Virgílio – PSDB	8. Leonel Pavan – PSDB
Juvêncio da Fonseca – PSDB <sup>(4)</sup>	9. Geraldo Mesquita Júnior – Sem partido <sup>(6)</sup> (cedida pelo PSDB)
<b>PMDB</b>	
Ramez Tebet	1. Luiz Otávio
Ney Suassuna	2. Gilvam Borges
José Maranhão	3. Sérgio Cabral
Romero Jucá	4. Almeida Lima
Amir Lando	5. Leomar Quintanilha – PC do B <sup>(5)</sup> (cedida pelo PMDB)
Pedro Simon	6. Garibaldi Alves Filho
<b>Bloco de Apoio ao Governo (PT, PSB, <sup>(1)</sup>, PL)</b>	
Aloizio Mercadante – PT	1. Delcídio Amaral – PT
Eduardo Suplicy – PT	2. Paulo Paim – PT
Fernando Bezerra – PTB	3. Sérgio Zambiasi – PTB
Magno Malta – PL	4. Patrícia Saboya Gomes - PSB
Ideli Salvatti – PT	5. Sibá Machado – PT
Antônio Carlos Valadares – PSB	6. Mozarildo Cavalcanti – PTB
Serys Slhessarenko – PT	7. Marcelo Crivella – PMR <sup>(3)</sup>
<b>PDT</b>	
Jefferson Péres	1. Osmar Dias

<sup>(1)</sup> O PTB deixou de integrar o Bloco de Apoio ao Governo em 8.6.2005.

<sup>(2)</sup> O Senador Maguito Vilela encontrava-se licenciado do cargo durante o período de 17.8.2005 a 13.1.2006, tendo sido substituído pelo Senador Romero Jucá. O Senador retornou ao exercício do cargo em 16.12.2005.

<sup>(3)</sup> O Senador Marcelo Crivella comunicou que se desligou do PL em 27.9.2005 e filiou-se ao PMR em 28.9.2005.

<sup>(4)</sup> O Senador Juvêncio da Fonseca comunicou que passou a integrar a bancada do PSDB a partir de 30.9.2005.

<sup>(5)</sup> O Senador Leomar Quintanilha comunicou, em 3.10.2005, seu desligamento do PMDB e filiação ao PC do B.

<sup>(6)</sup> O Senador Geraldo Mesquita Júnior comunicou, da Tribuna, em 26.10.2005, que deixou de integrar o P-SOL.

Secretária: Gildete Leite de Melo  
Reuniões: Quartas – Feiras às 10:00 horas. – Plenário nº 3 – Ala Alexandre Costa  
Telefone: 3311-3972 Fax: 3311-4315  
E – Mail: [sscomccj@senado.gov.br](mailto:sscomccj@senado.gov.br)

**3.1) SUBCOMISSÃO PERMANENTE DESTINADA A ASSESSORAR A PRESIDÊNCIA DO SENADO EM CASOS QUE ENVOLVAM A IMAGEM E AS PRERROGATIVAS DOS PARLAMENTARES E DA PRÓPRIA INSTITUIÇÃO PARLAMENTAR**  
(5 membros)

**3.2) SUBCOMISSÃO PERMANENTE DE SEGURANÇA PÚBLICA**  
(7 titulares e 7 suplentes)

**Presidente:**  
**Vice-Presidente:**  
**Relator: Geral:**

<b>TITULARES</b>	<b>SUPLENTES</b>
<b>Bloco da Minoria (PFL e PSDB)</b>	
Demóstenes Torres – PFL	1. (vago)
César Borges – PFL	2. (vago)
Tasso Jereissati – PSDB	3. Leonel Pavan – PSDB
<b>PMDB</b>	
Pedro Simon	1. (vago)
Garibaldi Alves Filho	2. (vago)
<b>Bloco de Apoio ao Governo (PT, PSB, <sup>(1)</sup>, PL)</b>	
Serys Shessarenko – PT	1. Sibá Machado – PT
(vago)	2. Fernando Bezerra – PTB
<b>PDT</b>	
(vago)	1. (vago)

<sup>(1)</sup> O PTB deixou de integrar o Bloco de Apoio ao Governo em 8.6.2005.

Secretária: Gildete Leite de Melo  
Plenário nº 3 – Ala Alexandre Costa  
Telefone: 3311-3972 Fax: 3311-4315  
E – Mail: [sscomccj@senado.gov.br](mailto:sscomccj@senado.gov.br)

**4) COMISSÃO DE EDUCAÇÃO - CE**  
(27 titulares e 27 suplentes)

**Presidente: Senador Gerson Camata - PMDB**  
**Vice-Presidente: Senador Augusto Botelho – PDT**

TITULARES	SUPLENTES
<b>Bloco da Minoria (PFL e PSDB)</b>	
Demóstenes Torres – PFL	1. Roseana Sarney – PFL
Jorge Bornhausen – PFL	2. Jonas Pinheiro – PFL
José Jorge – PFL	3. César Borges – PFL
Maria do Carmo Alves – PFL	4. Cristovam Buarque – PDT <sup>(8)</sup> (cedida pelo Bloco da Minoria)
Edison Lobão – PFL	5. Marco Maciel – PFL
Marcelo Crivella – PMR <sup>(5)</sup> (cedida pelo PFL) <sup>(1)</sup>	6. Romeu Tuma – PFL
Teotonio Vilela Filho – PSDB	7. Eduardo Azeredo – PSDB
Geraldo Mesquita Júnior – Sem partido <sup>(7)</sup> (cedida pelo PSDB)	8. Sérgio Guerra – PSDB
Leonel Pavan – PSDB	9. Lúcia Vânia – PSDB
Reginaldo Duarte – PSDB	10. Juvêncio da Fonseca – PSDB
<b>PMDB</b>	
Wellington Salgado de Oliveira	1. Amir Lando
Ney Suassuna	2. Garibaldi Alves Filho
Valdir Raupp	3. Gilvam Borges
Gerson Camata	4. (vago) <sup>(4)</sup>
Sérgio Cabral	5. Mão Santa
José Maranhão	6. Luiz Otávio
Maguito Vilela	7. Romero Jucá
Gilberto Mestrinho	8. (vago)
<b>Bloco de Apoio ao Governo (PT, PSB, <sup>(2)</sup>, PL)</b>	
Aelton Freitas – PL	1. (vago) <sup>(6)</sup>
Paulo Paim – PT	2. Aloizio Mercadante – PT
Fátima Cleide – PT	3. Fernando Bezerra – PTB
Flávio Arns – PT	4. Delcídio Amaral – PT
Ideli Salvatti – PT	5. Antônio Carlos Valadares – PSB
Roberto Saturnino – PT	6. Magno Malta – PL
Mozarildo Cavalcanti – PTB	7. Patrícia Saboya Gomes – PSB <sup>(3)</sup>
Sérgio Zambiasi – PTB	8. João Ribeiro – PL
<b>PDT</b>	
Augusto Botelho	1. (vago)

<sup>(1)</sup> Vaga cedida ao PDT, que por sua vez cedeu ao PL, nos termos do Ofício nº 027/05-GLPFL, de 03.03.2005.

<sup>(2)</sup> O PTB deixou de integrar o Bloco de Apoio ao Governo em 8.6.2005.

<sup>(3)</sup> A Senadora Patrícia Saboya Gomes comunicou que passou a integrar a bancada do PSB a partir de 29.9.2005.

<sup>(4)</sup> O Senador Papaléo Paes deixou de integrar a comissão a partir de 26.10.2005, de acordo com o Ofício GLPMDB nº 405/2005.

<sup>(5)</sup> O Senador Marcelo Crivella comunicou que se desligou do PL em 27.9.2005 e filiou-se ao PMR em 28.9.2005.

<sup>(6)</sup> O Senador Paulo Paim passou a integrar a Comissão, como membro titular, em substituição ao Senador Cristovam Buarque, nos termos do Ofício nº 273/2005-GLDPT, de 19.10.2005.

<sup>(7)</sup> O Senador Geraldo Mesquita Júnior comunicou, da Tribuna, em 26.10.2005, que deixou de integrar o P-SOL.

<sup>(8)</sup> O Senador Cristovam Buarque ocupa vaga cedida pelo Bloco Parlamentar da Minoria à Bancada do PDT, nos termos do Ofício nº 100/05-GLPDT, de 9.10.2005.

Secretário: Júlio Ricardo Borges Linhares  
Reuniões: Terças – Feiras às 11:00 horas – Plenário nº 15 – Ala Alexandre Costa.  
Telefone: 3311-3498 Fax: 3311-3121  
E – Mail: [julioric@senado.gov.br](mailto:julioric@senado.gov.br).



**4.1) SUBCOMISSÃO PERMANENTE DE CINEMA, TEATRO E COMUNICAÇÃO SOCIAL**  
**(12 titulares e 12 suplentes)**

**Presidente: Senador Sérgio Cabral – PMDB**  
**Vice-Presidente: Demóstenes Torres – PFL**

TITULARES	SUPLENTE
<b>Bloco da Minoria (PFL e PSDB)</b>	
Demóstenes Torres – PFL	1. Maria do Carmo Alves - PFL
Marcelo Crivella – PMR <sup>(1) (5)</sup>	2. Romeu Tuma – PFL
Geraldo Mesquita Júnior – Sem partido <sup>(2) (6)</sup>	3. Edison Lobão – PFL
Leonel Pavan - PSDB	4. Reginaldo Duarte - PSDB
<b>PMDB</b>	
Sérgio Cabral	1. (vago) <sup>(4)</sup>
Valdir Raupp	2. Luiz Otávio
Wellington Salgado de Oliveira	3. (vago)
(vago) <sup>(7)</sup>	4. (vago)
<b>Bloco de Apoio ao Governo (PT, PSB, <sup>(3)</sup>, PL)</b>	
Roberto Saturnino – PT	1. Paulo Paim – PT
(vago)	2. Flávio Arns – PT
Aelton Freitas – PL	3. (vago)
Sérgio Zambiasi – PTB	4. (vago)

<sup>(1)</sup> Vaga cedida pelo PFL

<sup>(2)</sup> Vaga cedida pelo PSDB

<sup>(3)</sup> O PTB deixou de integrar o Bloco de Apoio ao Governo em 8.6.2005.

<sup>(4)</sup> O Senador Papaléo Paes deixou de integrar a comissão a partir de 26.10.2005, de acordo com o Ofício GLPMDB nº 405/2005.

<sup>(5)</sup> O Senador Marcelo Crivella comunicou que se desligou do PL em 27.9.2005 e filiou-se ao PMR em 28.9.2005.

<sup>(6)</sup> O Senador Geraldo Mesquita Júnior comunicou, da Tribuna, em 26.10.2005, que deixou de integrar o P-SOL.

<sup>(7)</sup> A Senadora Íris de Araújo deixa o exercício do cargo em 15.12.2005 em virtude de reassunção do titular.

Secretário: Júlio Ricardo Borges Linhares  
Plenário nº 15 – Ala Alexandre Costa.  
Telefone: 3311-3276 Fax: 3311-3121  
E – Mail: [julioric@senado.gov.br](mailto:julioric@senado.gov.br).

**4.2) SUBCOMISSÃO PERMANENTE DE CIÊNCIA E TECNOLOGIA  
(9 titulares e 9 suplentes)**

**Presidente: Senador Flávio Arns - PT  
Vice-Presidente: Senadora Lúcia Vânia - PSDB**

<b>TITULARES</b>	<b>SUPLENTES</b>
<b>Bloco da Minoria (PFL e PSDB)</b>	
Marco Maciel – PFL	1. Reginaldo Duarte – PSDB
(vago) <sup>(3)</sup>	2. Augusto Botelho – PDT (cedida pelo PFL)
Lúcia Vânia – PSDB	3. Eduardo Azeredo – PSDB
<b>PMDB</b>	
Gerson Camata	1. Gilberto Mestrinho
Wellington Salgado de Oliveira	2. (vago) <sup>(2)</sup>
Valdir Raupp	3. (vago)
<b>Bloco de Apoio ao Governo (PT, PSB, <sup>(1)</sup>, PL)</b>	
Roberto Saturnino – PT	1. Mozarildo Cavalcanti – PTB
Flávio Arns – PT	2. Antônio Carlos Valadares – PSB
Delcídio Amaral – PT	3. Aelton Freitas – PL

<sup>(1)</sup> O PTB deixou de integrar o Bloco de Apoio ao Governo em 8.6.2005.

<sup>(2)</sup> O Senador Wirlande da Luz deixa o exercício do cargo em 21.07.2005 em virtude de reassunção do titular.

<sup>(3)</sup> O Senador Gilberto Goellner deixa o exercício do cargo em 8.12.2005 em virtude de reassunção do titular.

Secretário: Júlio Ricardo Borges Linhares  
Sala nº 15 – Ala Alexandre Costa.  
Telefone: 3311-3276 Fax: 3311-3121  
E – Mail: [julioric@senado.gov.br](mailto:julioric@senado.gov.br).

**4.3) SUBCOMISSÃO PERMANENTE DO LIVRO  
(7 titulares e 7 suplentes)**

**4.4) SUBCOMISSÃO PERMANENTE DO ESPORTE  
(7 titulares e 7 suplentes)**

**5) COMISSÃO DE MEIO AMBIENTE, DEFESA DO CONSUMIDOR E FISCALIZAÇÃO E  
CONTROLE - CMA  
(17 titulares e 17 suplentes)**

**Presidente: Senador Leomar Quintanilha – PC do B <sup>(4)</sup>**

**Vice-Presidente: Senador Jonas Pinheiro <sup>(2)</sup>**

<b>TITULARES</b>	<b>SUPLENTES</b>
<b>Bloco da Minoria (PFL e PSDB)</b>	
Heráclito Fortes – PFL	1. Jorge Bornhausen – PFL
César Borges – PFL	2. José Jorge – PFL
Jonas Pinheiro – PFL <sup>(2)</sup>	3. Roseana Sarney – PFL
Teotonio Vilela Filho - PSDB	4. Almeida Lima – PMDB <sup>(3)</sup>
Arthur Virgílio – PSDB	5. Leonel Pavan – PSDB
Flexa Ribeiro – PSDB	6. Alvaro Dias – PSDB
<b>PMDB</b>	
Gilvam Borges	1. Ney Suassuna
Luiz Otávio	2. Romero Jucá
Gerson Camata	3. Sérgio Cabral
Valdir Raupp	4. Amir Lando
Leomar Quintanilha – PC do B <sup>(4)</sup>	5. Mão Santa
<b>Bloco de Apoio ao Governo (PT, PSB, <sup>(1)</sup>, PL)</b>	
Aelton Freitas – PL	1. Mozarildo Cavalcanti – PTB
Ana Júlia Carepa – PT	2. Fátima Cleide – PT
Sibá Machado – PT	3. Antônio Carlos Valadares – PSB
João Ribeiro - PL	4. Ideli Salvatti – PT
Serys Slhessarenko – PT	5. Flávio Arns – PT
<b>PDT</b>	
Augusto Botelho	1. Osmar Dias

<sup>(1)</sup> O PTB deixou de integrar o Bloco de Apoio ao Governo em 8.6.2005.

<sup>(2)</sup> O Senador Jonas Pinheiro retornou ao exercício do cargo em 9.12.2005.

<sup>(3)</sup> O Senador Almeida Lima comunicou que passou a integrar a bancada do PMDB a partir de 18.8.2005

<sup>(4)</sup> O Senador Leomar Quintanilha comunicou, em 3.10.2005, seu desligamento do PMDB e filiação ao PC do B.

Secretário: José Francisco B. de Carvalho  
Reuniões: Terças – Feiras às 11:30 horas – Plenário nº 6 – Ala Nilo Coelho.  
Telefone: 3311-3935 Fax: 3311-1060  
E – Mail: [jcarvalho@senado.gov.br](mailto:jcarvalho@senado.gov.br).

**5.1) SUBCOMISSÃO PERMANENTE DESTINADA A FISCALIZAR AS AGÊNCIAS REGULADORAS  
(5 titulares e 5 suplentes)**

**Presidente: Senadora Ana Júlia Carepa - PT  
Vice-Presidente: Senador Valmir Amaral – PTB <sup>(1)</sup>**

<b>TITULARES</b>	<b>SUPLENTES</b>
<b>Bloco da Minoria (PFL e PSDB)</b>	
(vago)	1. (vago)
Leonel Pavan – PSDB	2. (vago)
<b>PMDB</b>	
Valmir Amaral - PTB <sup>(1)</sup>	1. Romero Jucá
<b>Bloco de Apoio ao Governo (PT, PSB, <sup>(2)</sup>, PL)</b>	
Ana Júlia Carepa – PT	1. Aelton Freitas – PL
Delcídio Amaral – PT	2. (vago)
<b>PDT</b>	

<sup>(1)</sup> O Senador Valmir Amaral comunicou que desfilou-se do PMDB, filiando-se ao PP, em 18.5.2005 e desfilou-se do PP, filiando-se ao PTB, em 30.09.2005.

<sup>(2)</sup> O PTB deixou de integrar o Bloco de Apoio ao Governo em 8.6.2005.

Secretário: José Francisco B. de Carvalho  
Reuniões: Quartas – Feiras às 11:00 horas – Plenário nº 6 – Ala Nilo Coelho.  
Telefone: 3311-3935 Fax: 3311-1060  
E – Mail: [jcarvalho@senado.gov.br](mailto:jcarvalho@senado.gov.br).

**5.2) SUBCOMISSÃO TEMPORÁRIA DESTINADA A ACOMPANHAR O PROSSEGUIMENTO DAS  
INVESTIGAÇÕES REALIZADAS PELA POLÍCIA FEDERAL NO QUE DIZ RESPEITO À  
DENOMINADA “OPERAÇÃO POROROCA”  
(5 titulares e 5 suplentes)**

**Presidente: Senadora Ana Júlia Carepa - PT  
Vice-Presidente: Senador César Borges - PFL  
Relator: Senador João Alberto Souza - PMDB**

<b>TITULARES</b>	<b>SUPLENTES</b>
<b>Bloco da Minoria (PFL e PSDB)</b>	
(vago)	1. (vago)
Leonel Pavan – PSDB	2. João Ribeiro - PL <sup>(1)</sup>
<b>PMDB</b>	
(vago)	1. Luiz Otávio
<b>Bloco de Apoio ao Governo (PT, PSB, <sup>(2)</sup>, PL)</b>	
Ana Júlia Carepa – PT	1. Ideli Salvatti – PT
Aelton Freitas – PL	2. (vago)
<b>PDT</b>	
(vago)	1. (vago)

<sup>(1)</sup> O Senador João Ribeiro desfilou-se do PFL e filiou-se ao PL, conforme comunicação de 29.03.2005

<sup>(2)</sup> O PTB deixou de integrar o Bloco de Apoio ao Governo em 8.6.2005.

Secretário: José Francisco B. de Carvalho  
Plenário nº 6 – Ala Nilo Coelho.  
Telefone: 3311-3935 Fax: 3311-1060  
E – Mail: [jcarvalho@senado.gov.br](mailto:jcarvalho@senado.gov.br).

**6) COMISSÃO DE DIREITOS HUMANOS E LEGISLAÇÃO PARTICIPATIVA - CDH**  
(19 titulares e 19 suplentes)

**Presidente: Senador Cristovam Buarque - PDT**  
**Vice-Presidente: Senador Paulo Paim - PT**

<b>TITULARES</b>	<b>SUPLENTES</b>
<b>Bloco da Minoria (PFL e PSDB)</b>	
Edison Lobão – PFL	1. Antonio Carlos Magalhães – PFL
(vago) <sup>(6)</sup>	2. Demóstenes Torres – PFL
Jorge Bornhausen – PFL	3. Heráclito Fortes – PFL
José Agripino – PFL	4. (vago)
Romeu Tuma – PFL	5. Maria do Carmo Alves – PFL
Juvêncio da Fonseca – PSDB	6. Arthur Virgílio – PSDB
Lúcia Vânia – PSDB	7. Alvaro Dias – PSDB
Reginaldo Duarte – PSDB	8. Flexa Ribeiro – PSDB
<b>PMDB</b>	
Leomar Quintanilha – PC do B <sup>(5)</sup>	1. Luiz Otávio
Maguito Vilela	2. (vago) <sup>(7)</sup>
José Maranhão	3. Mão Santa
Sérgio Cabral	4. (vago) <sup>(2)</sup>
Garibaldi Alves Filho	5. Valdir Raupp
<b>Bloco de Apoio ao Governo (PT, PSB, <sup>(1)</sup>, PL)</b>	
Flávio Arns – PT	1. Magno Malta - PL
Fátima Cleide – PT	2. Sibá Machado – PT
Ana Júlia Carepa - PT	3. Antônio Carlos Valadares – PSB
Marcelo Crivella – PMR <sup>(4)</sup>	4. Mozarildo Cavalcanti – PTB
Paulo Paim – PT	5. Aelton Freitas – PL
<b>PDT</b>	
Cristovam Buarque	1. Osmar Dias

<sup>(1)</sup> O PTB deixou de integrar o Bloco de Apoio ao Governo em 8.6.2005.

<sup>(2)</sup> O Senador Wirlande da Luz deixa o exercício do cargo em 21.07.2005 em virtude de reassunção do titular.

<sup>(4)</sup> O Senador Marcelo Crivella comunicou que se desligou do PL em 27.9.2005 e filiou-se ao PMR em 28.9.2005.

<sup>(5)</sup> O Senador Leomar Quintanilha comunicou, em 3.10.2005, seu desligamento do PMDB e filiação ao PC do B.

<sup>(6)</sup> O Senador Gilberto Goellner deixa o exercício do cargo em 8.12.2005 em virtude de reassunção do titular.

<sup>(7)</sup> O Senador Maguito Vilela passou a ocupar vaga de titular em 18/01/2006, nos termos do Of. GLPMDB nº 12/2005, da Liderança do PMDB.

Secretário: Altair Gonçalves Soares  
Reuniões: Terças – Feiras às 12:00 horas – Plenário nº 2 – Ala Nilo Coelho.  
Telefone: 3311-4251/2005 Fax: 3311-4646  
E – Mail: altairgs@senado.gov.br

**6.1) SUBCOMISSÃO PERMANENTE DA IGUALDADE RACIAL E INCLUSÃO - IRI**  
**(7 titulares e 7 suplentes)**

**Presidente: Senador Paulo Paim - PT**  
**Vice-Presidente: Senador Mão Santa - PMDB**

<b>TITULARES</b>	<b>SUPLENTES</b>
<b>Bloco da Minoria (PFL e PSDB)</b>	
Romeu Tuma – PFL	1. Heráclito Fortes – PFL
Reginaldo Duarte – PSDB	2. Alvaro Dias – PSDB
(vago)	3. (vago)
<b>PMDB</b>	
Leomar Quintanilha – PC do B <sup>(4)</sup>	1. Luiz Otávio
Mão Santa	2. José Maranhão
<b>Bloco de Apoio ao Governo (PT, PSB, <sup>(1)</sup>, PL)</b>	
Paulo Paim – PT	1. Cristovam Buarque – PDT <sup>(2)</sup>
Mozarildo Cavalcanti – PTB	2. Marcelo Crivella – PMR <sup>(3)</sup>

<sup>(1)</sup> O PTB deixou de integrar o Bloco de Apoio ao Governo em 8.6.2005.

<sup>(2)</sup> O Senador Cristovam Buarque comunicou que se desligou do PT em 7.9.2005 e filiou-se ao PDT em 23.9.2005.

<sup>(3)</sup> O Senador Marcelo Crivella comunicou que se desligou do PL em 27.9.2005 e filiou-se ao PMR em 28.9.2005.

<sup>(4)</sup> O Senador Leomar Quintanilha comunicou, em 3.10.2005, seu desligamento do PMDB e filiação ao PC do B.

Secretário: Altair Gonçalves Soares  
Plenário nº 2 – Ala Nilo Coelho.  
Telefone: 3311-4251/2005 Fax: 3311-4646  
E – Mail: [altairgs@senado.gov.br](mailto:altairgs@senado.gov.br)

**6.2) SUBCOMISSÃO PERMANENTE DO IDOSO - IDO**  
**(7 titulares e 7 suplentes)**

**Presidente: Senador Sérgio Cabral – PMDB**  
**Vice-Presidente: Senador Leomar Quintanilha – PC do B**

<b>TITULARES</b>	<b>SUPLENTES</b>
<b>Bloco da Minoria (PFL e PSDB)</b>	
Romeu Tuma – PFL	1. Maria do Carmo Alves – PFL
Lúcia Vânia – PSDB	2. Sérgio Guerra – PSDB
(vago)	3. (vago)
<b>PMDB</b>	
Leomar Quintanilha – PC do B <sup>(3)</sup>	1. (vago) <sup>(2)</sup>
Sérgio Cabral	2. Valdir Raupp
<b>Bloco de Apoio ao Governo (PT, PSB, <sup>(1)</sup>, PL)</b>	
Aelton Freitas – PL	1. (vago)
Flávio Arns – PT	2. Paulo Paim – PT

<sup>(1)</sup> O PTB deixou de integrar o Bloco de Apoio ao Governo em 8.6.2005.

<sup>(2)</sup> O Senador Wirlande da Luz deixa o exercício do cargo em 21.07.2005 em virtude de reassunção do titular.

<sup>(3)</sup> O Senador Leomar Quintanilha comunicou, em 3.10.2005, seu desligamento do PMDB e filiação ao PC do B.

Secretário: Altair Gonçalves Soares  
Plenário nº 2 – Ala Nilo Coelho.  
Telefone: 3311-4251/2005 Fax: 3311-4646  
E – Mail: [altairgs@senado.gov.br](mailto:altairgs@senado.gov.br)



**7) COMISSÃO DE RELAÇÕES EXTERIORES E DEFESA NACIONAL - CRE**  
**(19 titulares e 19 suplentes)**

**Presidente: Senador Roberto Saturnino - PT**  
**Vice-Presidente: Senador Eduardo Azeredo - PSDB**

<b>TITULARES</b>	<b>SUPLENTES</b>
<b>Bloco da Minoria (PFL e PSDB)</b>	
Heráclito Fortes – PFL	1. César Borges – PFL
José Jorge – PFL	2. Edison Lobão – PFL
José Agripino – PFL	3. Maria do Carmo Alves – PFL
Marco Maciel – PFL	4. Rodolpho Tourinho – PFL
Romeu Tuma – PFL	5. Roseana Sarney – PFL
Alvaro Dias – PSDB	6. Tasso Jereissati – PSDB
Arthur Virgílio – PSDB	7. Lúcia Vânia – PSDB
Eduardo Azeredo – PSDB	8. Flexa Ribeiro – PSDB
<b>PMDB</b>	
Ney Suassuna	1. Ramez Tebet
Pedro Simon	2. Valdir Raupp
Mão Santa	3. Romero Jucá
Wellington Salgado de Oliveira	4. (vago) <sup>(4)</sup>
Gerson Camata	5. (vago) <sup>(1)</sup>
<b>Bloco de Apoio ao Governo (PT, PSB, <sup>(3)</sup>, PL)</b>	
Serys Slhessarenko – PT	1. Marcelo Crivella – PMR <sup>(5)</sup>
Eduardo Suplicy – PT	2. (vago) <sup>(6)</sup>
Mozarildo Cavalcanti – PTB	3. Aelton Freitas – PL
Roberto Saturnino – PT	4. Ana Julia Carepa – PT
Sérgio Zambiasi – PTB	5. Fernando Bezerra – PTB
<b>PDT</b>	
Jefferson Péres	1. Osmar Dias

<sup>(1)</sup> O Senador Mário Calixto deixa o exercício do cargo em 22.03.2005 em virtude de reassunção do titular.

<sup>(2)</sup> O Senador Valmir Amaral comunicou que desfilou-se do PMDB, filiando-se ao PP, em 18.5.2005 e desfilou-se do PP, filiando-se ao PTB, em 30.09.2005.

<sup>(3)</sup> O PTB deixou de integrar o Bloco de Apoio ao Governo em 8.6.2005.

<sup>(4)</sup> O Senador Antônio Leite comunicou sua renúncia ao exercício da suplência a partir de 2.8.2005.

<sup>(5)</sup> O Senador Marcelo Crivella comunicou que se desligou do PL em 27.9.2005 e filiou-se ao PMR em 28.9.2005.

<sup>(6)</sup> A Senadora Serys Slhessarenko passou a integrar a Comissão, como membro titular, em substituição ao Senador Cristovam Buarque, nos termos do Ofício nº 274/2005-GLDPT, de 19.10.2005.

Secretária: Maria Lúcia Ferreira de Mello  
Telefone 3311-3496 Fax: 3311-3546 – Plenário nº 7 – Ala Alexandre Costa  
Reuniões: Quintas-feiras às 10:00 horas.  
E – Mail: [luciamel@senado.gov.br](mailto:luciamel@senado.gov.br)

**7.1) SUBCOMISSÃO PERMANENTE DE PROTEÇÃO DOS  
CIDADÃOS BRASILEIROS NO EXTERIOR**

**(7 titulares e 7 suplentes)**

**Presidente:**

**Vice-Presidente:**

**Relator:**

<b>TITULARES</b>	<b>SUPLENTES</b>
<b>Bloco da Minoria (PFL e PSDB)</b>	
Heráclito Fortes – PFL	1. César Borges – PFL
Eduardo Azeredo – PSDB	2. Alvaro Dias – PSDB
<b>PMDB</b>	
Wellington Salgado de Oliveira	1. João Batista Motta <sup>(2)</sup>
Mão Santa	2. Gerson Camata
<b>Bloco de Apoio ao Governo (PT, PSB, <sup>(1)</sup>, PL)</b>	
Roberto Saturnino – PT	1. Sérgio Zambiasi – PTB
Marcelo Crivella – PMR <sup>(3)</sup>	2. Aelton Freitas – PL
<b>PDT</b>	
Jefferson Péres	1. Osmar Dias

<sup>(1)</sup> O PTB deixou de integrar o Bloco de Apoio ao Governo em 8.6.2005.

<sup>(2)</sup> O Senador João Batista Motta passou a integrar a bancada do PSDB a partir de 31.8.2005

<sup>(3)</sup> O Senador Marcelo Crivella comunicou que se desligou do PL em 27.9.2005 e filiou-se ao PMR em 28.9.2005.

Secretária: Maria Lúcia Ferreira de Mello  
Telefone 3311-3496 Fax: 3311-3546 – Plenário nº 7 – Ala Alexandre Costa  
E – Mail: [sscomcre@senado.gov.br](mailto:sscomcre@senado.gov.br)

**7.2) SUBCOMISSÃO PERMANENTE DA AMAZÔNIA  
(7 titulares e 7 suplentes)**

**Presidente:**

**Vice-Presidente:**

**Relator:**

<b>TITULARES</b>	<b>SUPLENTES</b>
<b>Bloco da Minoria (PFL e PSDB)</b>	
Romeu Tuma - PFL	1. Marco Maciel - PFL
Arthur Virgílio – PSDB	2. Flexa Ribeiro - PSDB
<b>PMDB</b>	
Valdir Raupp	1. Ney Suassuna
Pedro Simon	2. (vago) <sup>(2)</sup>
<b>Bloco de Apoio ao Governo (PT, PSB, <sup>(1)</sup>, PL)</b>	
Ana Júlia Carepa -PT	1. Cristovam Buarque – PDT <sup>(3)</sup>
Mozarildo Cavalcanti – PTB	2. Aelton Freitas - PL
<b>PDT</b>	
Jefferson Péres	1. Osmar Dias

<sup>(1)</sup> O PTB deixou de integrar o Bloco de Apoio ao Governo em 8.6.2005.

<sup>(2)</sup> O Senador Antônio Leite comunicou sua renúncia ao exercício da suplência a partir de 2.8.2005.

<sup>(3)</sup> O Senador Cristovam Buarque comunicou que se desligou do PT em 7.9.2005 e filiou-se ao PDT em 23.9.2005.

Secretária: Maria Lúcia Ferreira de Mello  
Telefone 3311-3496 Fax: 3311-3546 – Plenário nº 7 – Ala Alexandre Costa  
E – Mail: [sscomcre@senado.gov.br](mailto:sscomcre@senado.gov.br)

**8) COMISSÃO DE SERVIÇOS DE INFRA-ESTRUTURA - CI**  
**(23 titulares e 23 suplentes)**

**Presidente: Senador Heráclito Fortes - PFL**  
**Vice-Presidente: Senador Alberto Silva - PMDB**

<b>TITULARES</b>	<b>SUPLENTES</b>
<b>Bloco da Minoria (PFL e PSDB)</b>	
Heráclito Fortes – PFL	1. Antonio Carlos Magalhães – PFL
Demóstenes Torres – PFL	2. César Borges – PFL
José Jorge – PFL	3. Jonas Pinheiro – PFL
Marco Maciel – PFL	4. Jorge Bornhausen – PFL
Rodolpho Tourinho – PFL	5. Maria do Carmo Alves – PFL
Leonel Pavan – PSDB	6. Flexa Ribeiro – PSDB
Sérgio Guerra – PSDB	7. Eduardo Azeredo – PSDB
Juvêncio da Fonseca – PSDB	8. Papaléo Paes – PSDB
Teotonio Vilela Filho – PSDB	9. Arthur Virgílio – PSDB
<b>PMDB</b>	
Gerson Camata	1. Romero Jucá
Alberto Silva	2. Luiz Otávio
Valdir Raupp	3. Pedro Simon
Ney Suassuna	4. Maguito Vilela
Gilberto Mestrinho	5. Wellington Salgado
Mão Santa	6. Valmir Amaral - PTB <sup>(3)</sup>
<b>Bloco de Apoio ao Governo (PT, PSB,<sup>(1)</sup> PL)</b>	
Delcídio Amaral – PT	1. (vago) <sup>(2)</sup>
Magno Malta – PL	2. Paulo Paim – PT
Roberto Saturnino – PT	3. Fernando Bezerra – PTB
Sérgio Zambiasi – PTB	4. Fátima Cleide – PT
Serys Shessarenko – PT	5. Mozarildo Cavalcanti – PTB
Sibá Machado – PT	6. Flávio Arns – PT
Aelton Freitas – PL	7. João Ribeiro - PL
<b>PDT</b>	
Cristovam Buarque	1. Augusto Botelho

<sup>(1)</sup> O PTB deixou de integrar o Bloco de Apoio ao Governo em 8.6.2005.

<sup>(2)</sup> O Senador Roberto Saturnino passou a integrar a Comissão como titular, em vaga existente, nos termos do Ofício nº 327/2005 de 15.12.2005.

<sup>(3)</sup> Vaga cedida pelo PMDB ao Senador Valmir Amaral, nos termos do Ofício nº 24/06-GLPMDB, de 31.1.2006.

Secretária: Dulcília Ramos Calhao  
Reuniões: Terças – Feiras às 14:00 horas. – Plenário nº 13 – Ala Alexandre Costa  
Telefone: 3311-4607 Fax: 3311-3286  
E – Mail: [scomci@senado.gov.br](mailto:scomci@senado.gov.br)

**9) COMISSÃO DE DESENVOLVIMENTO REGIONAL E TURISMO - CDR**  
**(17 titulares e 17 suplentes)**

**Presidente: Senador Tasso Jereissati - PSDB**  
**Vice-Presidente: Senadora Ana Júlia Carepa - PT**

<b>TITULARES</b>	<b>SUPLENTES</b>
<b>Bloco da Minoria (PFL e PSDB)</b>	
Antonio Carlos Magalhães – PFL	1. Demóstenes Torres – PFL
César Borges – PFL	2. Jonas Pinheiro – PFL
Rodolpho Tourinho – PFL	3. Roseana Sarney – PFL
Leonel Pavan – PSDB	4. Eduardo Azeredo – PSDB
Tasso Jereissati – PSDB	5. Lúcia Vânia – PSDB
Teotônio Vilela Filho – PSDB	6. Sérgio Guerra – PSDB
<b>PMDB</b>	
Gilberto Mestrinho	1. Ney Suassuna
Sérgio Cabral	2. Valdir Raupp
Garibaldi Alves Filho	3. Luiz Otávio
José Maranhão	4. Mão Santa
Maguito Vilela	5. Romero Jucá
<b>Bloco de Apoio ao Governo (PT, PSB, <sup>(1)</sup>, PL)</b>	
Ana Júlia Carepa – PT	1. (vago) <sup>(3)</sup>
Fátima Cleide – PT	2. Delcídio Amaral – PT
Fernando Bezerra – PTB	3. Sibá Machado – PT
Mozarildo Cavalcanti – PTB	4. Sérgio Zambiasi – PTB
Patrícia Saboya Gomes – PSB <sup>(2)</sup>	5. Aelton Freitas – PL
<b>PDT</b>	
Jefferson Péres	1. Augusto Botelho

<sup>(1)</sup> O PTB deixou de integrar o Bloco de Apoio ao Governo em 8.6.2005.

<sup>(2)</sup> A Senadora Patrícia Saboya Gomes comunicou que passou a integrar a bancada do PSB a partir de 29.9.2005.

<sup>(3)</sup> O Senador João Capiberibe deixou de integrar o Senado Federal em 26.10.2005, nos termos do Ofício nº 1.236, de 21.10.2005, do Supremo Tribunal Federal, e retornou em 28.10.2005, nos termos do Ofício nº 5.025, de mesma data, do Supremo Tribunal Federal. O Senador deixou de integrar definitivamente o Senado Federal em 13.12.2005

Secretário: Ednaldo Magalhães Siqueira  
Reuniões: Quartas – Feiras às 14 horas  
Telefone: 3311-4282 Fax: 3311-1627  
E – Mail: scomcdr@senado.gov.br

**10) COMISSÃO DE AGRICULTURA E REFORMA AGRÁRIA - CRA**  
**(17 titulares e 17 suplentes)**

**Presidente: Senador Sérgio Guerra - PSDB**  
**Vice-Presidente: Senador Flávio Arns - PT**

<b>TITULARES</b>	<b>SUPLENTES</b>
<b>Bloco da Minoria (PFL e PSDB)</b>	
Lúcia Vânia – PSDB	1. Reginaldo Duarte – PSDB
Flexa Ribeiro – PSDB	2. Alvaro Dias – PSDB
Sérgio Guerra – PSDB	3. Leonel Pavan – PSDB
Jonas Pinheiro – PFL	4. Edison Lobão – PFL
Demóstenes Torres – PFL	5. Roseana Sarney – PFL
Heráclito Fortes – PFL	6. Rodolpho Tourinho – PFL
<b>PMDB</b>	
Ramez Tebet	1. Wellington Salgado de Oliveira
Pedro Simon	2. Romero Jucá
Leomar Quintanilha – PC do B <sup>(4)</sup>	3. Amir Lando
Gerson Camata	4. Mão Santa
Maguito Vilela	5. Valdir Raupp
<b>Bloco de Apoio ao Governo (PT, PSB,<sup>(1)</sup> PL)</b>	
Flávio Arns – PT	1. Serys Shhessarenko – PT
Aelton Freitas – PL	2. Delcídio Amaral – PT
Sibá Machado – PT	3. Magno Malta – PL
Ana Júlia Carepa – PT	4. Sérgio Zambiasi – PTB
João Ribeiro - PL	5. Marcelo Crivella – PMR <sup>(3)</sup>
<b>PDT</b>	
Osmar Dias	1. Cristovam Buarque

<sup>(1)</sup> O PTB deixou de integrar o Bloco de Apoio ao Governo em 8.6.2005.

<sup>(3)</sup> O Senador Marcelo Crivella comunicou que se desligou do PL em 27.9.2005 e filiou-se ao PMR em 28.9.2005.

<sup>(4)</sup> O Senador Leomar Quintanilha comunicou, em 3.10.2005, seu desligamento do PMDB e filiação ao PC do B.

Secretário: Marcello Varella  
Reuniões: Quintas – Feiras às 12 horas –  
Telefone: 3311-3506 Fax:  
E – Mail: marcello@senado.gov.br

**CONSELHO DE ÉTICA E DECORO PARLAMENTAR**  
(Resolução do Senado Federal nº 20/93)

**COMPOSIÇÃO**

(Eleita na Sessão do Senado Federal de 23/11/2005)

**1ª Eleição Geral:** 19.04.1995

**4ª Eleição Geral:** 13.03.2003

**2ª Eleição Geral:** 30.06.1999

**5ª Eleição Geral:** 23.11.2005

**3ª Eleição Geral:** 27.06.2001

**Presidente: Senador João Alberto Souza** <sup>(3)</sup>

**Vice-Presidente: Senador Demóstenes Torres** <sup>(4)</sup>

<b>BLOCO PARLAMENTAR DA MINORIA (PFL/PSDB)</b>					
Demóstenes Torres (PFL)	GO	2091	1. (vago) <sup>(1)</sup>	MT	2271
Sérgio Guerra (PSDB)	PE	2382	2. César Borges (PFL)	BA	2212
Heráclito Fortes (PFL)	PI	2131	3. M <sup>o</sup> doCarmo Alves(PFL)	SE	1306
Leonel Pavan (PSDB)	SC	4041	4. (vago) <sup>(5)</sup>		
Paulo Octávio (PFL)	DF	2011	5. Teotônio Vilela F (PSDB)	AL	4093
Antero Paes de Barros(PSDB)	MT	4061	6. Arthur Virgílio (PSDB)	AM	1413
<b>PMDB</b>					
Titulares	UF	Ramal	Suplentes	UF	Ramal
Ney Suassuna	PB	4345	1. Gerson Camata	ES	3204
João Alberto Souza	MA	1415	2. Alberto Silva	PI	3055
Ramez Tebet	MS	2222	3. Valdir Raupp	RO	2252
Luiz Otávio	PA	3050	4. (vago) <sup>(2)</sup>		
<b>BLOCO DE APOIO AO GOVERNO (PT/PL/PSB)</b>					
Sibá Machado (PT)	AC	2184	1. (Vago)		
Ana Júlia Carepa (PT)	PA	2104	2. (Vago)		
Fátima Cleide (PT)	RO	2391	3. (Vago)		
<b>PDT</b>					
Jefferson Péres	AM	2063	1. Augusto Botelho	RR	2041
<b>PTB</b>					
Mozarildo Cavalcanti	RR	4078	1. Valmir Amaral	DF	1961
Corregedor do Senado (Membro nato – art. 25 da Resolução nº 20/93)					
Senador Romeu Tuma (PFL/SP)					2051

(Atualizada em 23.11.2005)

- <sup>(1)</sup> O Senador Gilberto Goellner deixa o exercício do cargo em 8.12.2005 em virtude de reassunção do titular.
- <sup>(2)</sup> O Senador Pedro Simon renunciou ao cargo de acordo com OF nº 101/05 – GSPSIM, publicado no DSF de 14.12.2005.
- <sup>(3)</sup> Eleito em 13.12.2005, na 1ª reunião, de 2005, do Conselho de Ética.
- <sup>(4)</sup> Eleito em 13.12.2005, na 1ª reunião, de 2005, do Conselho de Ética.
- <sup>(5)</sup> O Senador Alvaro Dias renunciou ao cargo de acordo com OF nº 1370/2005-SEM, publicado no DSF de 15.12.2005.

SECRETARIA-GERAL DA MESA  
Subsecretaria de Apoio a Conselhos e Órgãos do Parlamento (SSCOP)  
Ala Senador Dinarte Mariz, sala nº 6  
Telefones: 3311-4561 e 3311-5258  
[sscop@senado.gov.br](mailto:sscop@senado.gov.br); [www.senado.gov.br/etica](http://www.senado.gov.br/etica)

## CORREGEDORIA PARLAMENTAR

(Resolução nº 17, de 1993)

### COMPOSIÇÃO <sup>1</sup>

Senador Romeu Tuma (PFL-SP)	Corregedor
Senador Hélio Costa (PMDB-MG) <sup>2</sup>	1º Corregedor Substituto
Senador Delcídio Amaral (PT-MS)	2º Corregedor Substituto
Senador Teotonio Vilela Filho (PSDB-AL)	3º Corregedor Substituto

Composição atualizada em 14.09.2005

**Notas:**

<sup>1</sup> Eleitos na Sessão Ordinária de 25.03.2003, nos termos da Resolução nº 17, de 17.3.93.

<sup>2</sup> Afastado em decorrência da posse como Ministro de Estado das Comunicações em 8.7.2005.

SECRETARIA-GERAL DA MESA DO SENADO FEDERAL  
Subsecretaria de Apoio a Conselhos e Órgãos do Parlamento (SSCOP)  
Telefones: 3311-4561 e 3311-5259  
[sscop@senado.gov.br](mailto:sscop@senado.gov.br)

## PROCURADORIA PARLAMENTAR

(Resolução do Senado Federal nº 40/95)

**1ª Designação:** 16.11.1995

**2ª Designação:** 30.06.1999

**3ª Designação:** 27.06.2001

**4ª Designação:** 25.09.2003

**5ª Designação:** 22.03.2005

**6ª Designação:** 20.04.2005

**7ª Designação:** 16.05.2005

**8ª Designação:** 16.05.2005

### COMPOSIÇÃO

Ramez Tebet (PMDB-MS)	PMDB e Bloco de Apoio ao Governo
Demóstenes Torres (PFL-GO)	Bloco Parlamentar da Minoria
Alvaro Dias (PSDB-PR)	Bloco Parlamentar da Minoria
Fátima Cleide (PT-RO)	Bloco de Apoio ao Governo
Amir Lando (PMDB-RO)	PMDB

SECRETARIA-GERAL DA MESA  
Subsecretaria de Apoio a Conselhos e Órgãos do Parlamento (SSCOP)  
Telefones: 3311-4561 e 3311-5259  
[sscop@senado.gov.br](mailto:sscop@senado.gov.br)



**CONSELHO DO DIPLOMA MULHER-CIDADÃ BERTHA LUTZ**  
Constituído pela Resolução nº 2, de 2001, oriunda do Projeto de Resolução nº 25, de 1998,  
aprovado na Sessão Deliberativa Ordinária do Senado Federal do dia 15.3.2001

### COMPOSIÇÃO

1ª Designação Geral : 03.12.2001

2ª Designação Geral: 26.02.2003

**Presidente:** Senadora Serys Slhessarenko  
**Vice-Presidente:** Senador Geraldo Mesquita Júnior

<b>PMDB</b>
Senador Papaléo Paes (AP) - PSDB
<b>PFL</b>
Senadora Roseana Sarney (MA)
<b>PT</b>
Senadora Serys Slhessarenko (MT)
<b>PSDB</b>
Senadora Lúcia Vânia (GO)
<b>PDT</b>
Senador Augusto Botelho (RR)
<b>PTB</b>
Senador Sérgio Zambiasi (RS)
<b>PSB</b>
Senador Geraldo Mesquita Júnior (AC) – PMDB
<b>PL</b>
Senador Magno Malta (ES)
<b>PPS</b>
Senadora Patrícia Saboya Gomes (CE) – PSB

(Atualizada em 14.03.2006)

SECRETARIA-GERAL DA MESA  
Subsecretaria de Apoio a Conselhos e Órgãos do Parlamento (SSCOP)  
Ala Senador Dinarte Mariz, sala nº 6  
Telefones: 3311-4561 e 3311-5259  
[sscop@senado.gov.br](mailto:sscop@senado.gov.br)



## ÍNDICE ONOMÁSTICO

	Pág.		Pág.
<b>AELTON FREITAS</b>			
Requerimento nº 313, de 2006, que requer a retirada, em caráter definitivo do PLS nº 35, de 2005, de minha autoria, que “Inclui na jurisdição federal os trechos rodoviários que especifica, coincidentes com a diretriz da rodovia federal BR-497 estabelecida no Plano Nacional de Viação (PNV)”. .....	348	– ANA; 10.862, de 20 de abril de 2004, que dispõe sobre a criação do Plano Especial de Cargos da Agência Brasileira de Inteligência – ABIN; 10.871, de 20 de maio de 2004, que dispõe sobre a criação de carreiras e organização de cargos efetivos das autarquias especiais, denominadas Agências Reguladoras; 11.182, de 27 de setembro de 2005, que cria a Agência Nacional de Aviação Civil – ANAC; cria cargos na Carreira de Diplomata, no Plano de Cargos para a Área de Ciência e Tecnologia, do Grupo-Direção e Assessoramento Superiores – DAS e Funções Gratificadas – FG; autoriza a prorrogação de contratos temporários firmados com base no art. 81- A da Lei nº 8.884, de 11 de junho de 1994, e no art. 30 da Lei nº 10.871, de 2004; e dá outras providências. ....	280
<b>ALMEIDA LIMA</b>			
Solidariedade ao pronunciamento do Senador Mão Santa em virtude dos 40 anos de existência do PMDB. Aparte ao Senador Mão Santa. ....	231	Homenagem à Campanha da Fraternidade da CNBB de 2006. ....	407
Defesa da demissão dos Ministros Antonio Palocci e Márcio Thomaz Bastos. ....	257	Homenagem ao Ministro Nelson Jobim e reconhecimento do trabalho realizado pelo Ministro à frente do Conselho Nacional de Justiça, bem como de sua atuação como Presidente do Supremo Tribunal Federal. ....	494
Denúncia das tentativas de setores do Governo em não apurar as denúncias de corrupção no País. ....	257	Solicitação de sessão especial em homenagem ao Ministro Nelson Jobim. ....	496
Informação sobre Representação Disciplinar que Sua Excelência dará entrada junto ao Ministro Corregedor do Conselho Nacional de Justiça, contra o Ministro Edson Vidigal, do Superior Tribunal de Justiça. ....	491	Requerimento nº 316, de 2006, que requer a realização de Sessão Especial do Senado, no dia 29 de março de 2006, destinada a homenagear o Ministro Nelson Jobim, Presidente do Supremo Tribunal Federal. ....	497
Solicitação de esclarecimentos acerca do requerimento de Líder do PT, Ideli Salvatti, para ter acesso às fitas do circuito interno do Senado, para investigar a movimentação do caseiro Francenildo dos Santos Costa na Casa. ....	511		
<b>ALOIZIO MERCADANTE</b>			
Defesa da Líder do Governo no Senado, Ideli Salvatti. ....	253	<b>ALVARO DIAS</b>	
Discussão do Projeto de Lei de Conversão nº 2, de 2006, que altera as Leis nºs 9.986, de 18 de julho de 2000, que dispõe sobre a gestão de recursos humanos das Agências Reguladoras; 10.768, de 19 de novembro de 2003, que dispõe sobre o Quadro de Pessoal da Agência Nacional de Águas		Comentários sobre a crise de identidade do Estado brasileiro, representado pelo Poder Executivo. ..	22
		Críticas à suspensão do depoimento do caseiro Francenildo à CPI dos Bingos. ....	22
		Comentários sobre a incapacidade de gerenciamento do Governo Federal, no que tange, princi-	

	Pág.		Pág.
palmente, à questão de se fazer cumprir o Orçamento. Aparte ao Senador Geraldo Mesquita Júnior. ....	37	ANA JÚLIA CAREPA	
Crise de identidade do Estado Brasileiro. ...	57	Apelo ao Governador do Estado do Pará para que se crie uma comissão especial da polícia para prender mandantes de crimes contra trabalhadores rurais. ....	348
Destaques para a necessidade de se investigar contas do Governo Federal. ....	57	Homenagem à Campanha da Fraternidade da CNBB de 2006. Aparte ao Senador Antônio Carlos Valadares. ....	423
Comentário sobre a suspensão do depoimento do caseiro Francenildo à CPI dos Bingos. ....	57		
Considerações sobre o episódio da quebra do sigilo bancário do caseiro Francenildo dos Santos. Aparte ao Senador Antero Paes de Barros. ....	111	ANTERO PAES DE BARROS	
Destaque para a necessidade de se responsabilizar quem quebrou o sigilo bancário do caseiro Francenildo. ....	124	Considerações a respeito da liminar concedida pelo Supremo Tribunal Federal, que suspendeu o depoimento do caseiro Francenildo à CPI dos Bingos. ....	15
Registro da matéria intitulada “União deu R\$ 79 mil a invasoras da Aracruz”, publicada no jornal <i>Folha de S.Paulo</i> , edição de 14 de março de 2006. ....	151	Pronunciamento em defesa do afastamento do Ministro da Fazenda, Antônio Palocci. ....	15
Relato das providências que as autoridades da República do Paraguai pretendem adotar no Brasil para a busca de uma alternativa diplomática ao impasse criado em torno da frota de táxis daquele país, que está sendo apreendida pela Receita Federal. ....	232	Críticas ao Governo Lula pela quebra do sigilo bancário do caseiro Francenildo. ....	108
Requerimento nº 310, de 2006, que requer destaque para votação em separado da Emenda nº 6, de autoria do Senador Álvaro Dias, oferecida ao PLV nº 2, de 2006 (Proveniente da Medida Provisória nº 269, de 2005). ....	290	Destaque para a entrevista concedida pelo caseiro Francenildo ao jornal <i>O Globo</i> , edição de 20 de março de 2006. ....	108
Requerimento nº 311, de 2006, que requer destaque para votação em separado da Emenda nº 7, de autoria do Senador Álvaro Dias, oferecida ao PLV nº 2, de 2006 (Proveniente da Medida Provisória nº 269, de 2005). ....	290	Repúdio à proposta de quebra do sigilo bancário do Senhor Francenildo. ....	122
Registro de matéria intitulada “Ministro recebeu angolanos, diz Buratti”, publicada no jornal <i>Folha de S.Paulo</i> , edição de 9 de março de 2006. ....	366	Encaminhamento de requerimento solicitando a quebra do sigilo bancário do Senhor Fábio Luiz Lula da Silva. ....	128
Necessidade de se responsabilizar quem quebrou o sigilo bancário do caseiro Francenildo dos Santos. ....	383	Requerimento nº 297, de 2006, que requer sejam solicitadas a Sua Excelência o Senhor Ministro de Estado da Fazenda, o fornecimento ao Senado Federal das informações e documentos sigilosos disponíveis no Banco Central do Brasil (art. 10-A, da Lei nº 9.613, de 1998), em instituições financeiras públicas ou privadas, no Conselho de Controle de Atividades Financeiras – COAF concernentes a depósitos à vista e a prazo em conta corrente e de poupança; pagamentos efetuados em moeda corrente ou cheques; emissão de ordens de crédito ou documentos assemelhados; resgates em contas de depósitos à vista ou a prazo, inclusive de poupança; descontos de duplicatas, notas promissórias e outros títulos de crédito; e operações com cartões de crédito e quaisquer outras operações de natureza semelhante que venham a ser autorizadas pelo Banco Central do Brasil, ou outro órgão competente, relativas ao cidadão Fábio Luis Lula da Silva, fixando-se como termo inicial das informações presente data, no período dos últimos cinco anos. ....	129
Registro de matéria intitulada “Pesquisa mostra que 58% dos brasileiros condenam MST”, publicada no jornal <i>O Estado de S.Paulo</i> , em edição de 9 de março de 2006. ....	548	Discordância em relação a argumentos expostos pela Senadora Ideli Salvatti. ....	130
AMIR LANDO			
Protesto contra o requerimento da Senadora Ideli Salvatti. ....	258		
Comentário sobre matéria exibida no Programa “Fantástico”, da Rede Globo de Televisão, com o título “Falcão - Meninos do Tráfico, retratando o submundo do narcotráfico nas periferias do Brasil. ....	372		

Pág.	Pág.		
<p>Registro da matéria intitulada “Delegado diz que entregará provas cabais contra Palocci”, publicada no jornal <i>O Estado de S.Paulo</i>, edição de 7 de março de 2006. ....</p> <p>Requerimento nº 300, de 2006, que solicita seja o presente requerimento encaminhado ao Excelentíssimo Senhor Ministro de Estado do Planejamento, Orçamento e Gestão, para que este providencie, no estrito termo do prazo constitucional, junto aos órgãos competentes, informação com os documentos comprobatórios. ....</p> <p>Comentários sobre o documentário “Falcão - Os meninos do tráfico”, transmitido no último domingo pela Rede Globo de Televisão. Aparte à Senadora Lúcia Vânia. ....</p> <p>Preocupação com a dívida dos agricultores, bem como com a crise do setor rural. Aparte ao Senador Maguito Vilela. ....</p> <p>Comunicação sobre a apresentação de requerimento convocando o presidente da Caixa Econômica Federal para esclarecer a violação de sigilo bancário do caseiro Francenildo dos Santos. ....</p> <p>Comentários à nota da coluna do jornalista Ancelmo Gois, a respeito de uma eventual solicitação por parte da Senadora Ideli Salvatti ao Presidente Renan Calheiros para que lhe cedesse as fitas do circuito interno de TV da Casa para saber se o caseiro Francenildo andou visitando algum colega da Oposição. ....</p> <p>Discussão do Projeto de Lei de Conversão nº 2, de 2006, que altera as Leis nºs 9.986, de 18 de julho de 2000, que dispõe sobre a gestão de recursos humanos das Agências Reguladoras; 10.768, de 19 de novembro de 2003, que dispõe sobre o Quadro de Pessoal da Agência Nacional de Águas – ANA; 10.862, de 20 de abril de 2004, que dispõe sobre a criação do Plano Especial de Cargos da Agência Brasileira de Inteligência – ABIN; 10.871, de 20 de maio de 2004, que dispõe sobre a criação de carreiras e organização de cargos efetivos das autarquias especiais, denominadas Agências Reguladoras; 11.182, de 27 de setembro de 2005, que cria a Agência Nacional de Aviação Civil – ANAC; cria cargos na Carreira de Diplomata, no Plano de Cargos para a Área de Ciência e Tecnologia, do Grupo-Direção e Assessoramento Superiores – DAS e Funções Gratificadas – FG; autoriza a prorrogação de contratos temporários firmados com base no art. 81- A da Lei nº 8.884, de 11 de junho de 1994, e no art. 30 da Lei nº 10.871, de 2004; e dá outras providências. ....</p> <p>Pedido de inserção nos Anais do Senado Federal de inúmeras matérias jornalísticas mostrando as contradições registradas entre o depoimento do</p>	<p>152</p> <p>216</p> <p>236</p> <p>238</p> <p>244</p> <p>249</p> <p>272</p>	<p>Ministro Antônio Palocci, do motorista e do caseiro Francenildo dos Santos. ....</p> <p>Registro de matéria intitulada “Palocci de novo na mira”, publicada pela revista <i>Veja</i> em sua edição de 15 de março de 2006. ....</p> <p>Registro da reflexão feita pelo economista e Ex-ministro da Fazenda, Pedro Malan, em artigo publicado no jornal <i>O Estado de S.Paulo</i> do dia 13 de março de 2006. ....</p> <p>ANTONIO CARLOS MAGALHÃES</p> <p>Críticas à atuação do Senador Tião Viana que culminou com determinação judicial que impediu o depoimento do caseiro Francenildo. ....</p> <p>Destaque para a corrupção no governo Lula. .</p> <p>Resposta às explicações do Senador Tião Viana, relativas à suspensão do depoimento do Senhor Francenildo, na CPI dos Bingos. ....</p> <p>Encaminhamento do Requerimento nº 293, de 2006, que requer Voto de Congratulações pelo transcurso do aniversário de noventa anos do ilustre brasileiro, baiano de Santo Amaro da Purificação, Monsenhor Gaspar Sadoc da Natividade. ....</p> <p>Requerimento nº 293, de 2006, que requer Voto de Congratulações pelo transcurso do aniversário de noventa anos do ilustre brasileiro, baiano de Santo Amaro da Purificação, Monsenhor Gaspar Sadoc da Natividade. ....</p> <p>Requerimento nº 296, de 2006, que requer sejam solicitadas a Sua Excelência o Senhor Ministro de Estado da Fazenda, o fornecimento ao Senado Federal das informações e documentos sigilosos disponíveis no Banco Central do Brasil (art. 10-A, da Lei nº 9.613, de 1998), em instituições financeiras públicas ou privadas, no Conselho de Controle de Atividades Financeiras – COAF concernentes a depósitos à vista e a prazo em conta-corrente e de poupança; pagamentos efetuados em moeda corrente ou cheques; emissão de ordens de crédito ou documentos assemelhados; resgates em contas de depósitos à vista ou a prazo, inclusive de poupança; descontos de duplicatas, notas promissórias e outros títulos de crédito; e operações com cartões de crédito e quaisquer outras operações de natureza semelhante que venham a ser autorizadas pelo Banco Central do Brasil, ou outro órgão competente, relativas ao cidadão Paulo Tarcísio Okamoto, fixando-se como termo inicial das informações solicitadas o dia 1º de janeiro de 2001 e termo final a data de apresentação do presente requerimento. ....</p>	<p>351</p> <p>557</p> <p>559</p> <p>106</p> <p>106</p> <p>108</p> <p>117</p> <p>117</p> <p>127</p>

	Pág.		Pág.
Defesa da celeridade na votação dos requerimentos de quebra de sigilo bancário, fiscal e telefônico do presidente do Sebrae, Senhor Paulo Okamoto, e de Fábio Luiz Lula da Silva, filho do Presidente da República. ....	247	Destaques para a necessidade de se demitir o Ministro Palocci, como forma de se demonstrar respeito pelo interesse público. Aparte ao Senador José Jorge. ....	9
Cobranças de explicações da Petrobrás sobre o relatório do Tribunal de Contas da União que aponta superfaturamento no contrato da plataforma de petróleo P-34. ....	247	Saudação à Ministra Ellen Gracie Northfleet, que passará a presidir o Supremo Tribunal Federal. ....	12
Parecer nº 226, de 2006, da Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania, sobre o Ofício “S” nº 5, de 2006, Mensagem nº 12/2006, na Origem de indicação da Senhora Ministra Ellen Gracie Northfleet para exercer a Presidência do Conselho Nacional de Justiça. ....	440	Transcrição do editorial do dia 16 de março no jornal <i>O Estado de S. Paulo</i> , a respeito da “República de Ribeirão Preto”. ....	13
Considerações sobre declaração do Deputado Luiz Eduardo Greenhalgh, que fez ataque pessoal a Sua Excelência. ....	472	Críticas ao Presidente Lula no que se refere à homologação de terras indígenas. ....	15
Comentários sobre a indicação da Ministra Ellen Gracie Northfleet para presidir o Supremo Tribunal Federal. ....	495	Considerações a respeito da liminar concedida pelo Supremo Tribunal Federal, que suspendeu o depoimento do caseiro Francenildo à CPI dos Bingos. Aparte ao Senador Antero Paes de Barros. ..	21
Considerações sobre a quebra de sigilo bancário do caseiro Francenildo. Aparte ao Senador José Agripino. ....	520	Destaque para o descumprimento, pelo Presidente Lula, da promessa de conclusão do chamado linhão de Tucuruí, feita durante visita a Parintins e outros municípios do baixo rio Amazonas. ....	21
<b>ANTÔNIO CARLOS VALADARES</b>		Destaques para a instabilidade ministerial no Governo Lula. Aparte ao Senador Alvaro Dias. ....	24
Homenagem à Campanha da Fraternidade da CNBB de 2006. ....	422	Destaques para a defesa da Senadora Fátima Cleide ao Governo, ressaltando a crise de corrupção que atinge o Partido dos Trabalhadores. Aparte à Senadora Fátima Cleide. ....	29
Destaque para a celebração, em 22 de março de 2006, em todo o planeta, do Dia Mundial da Água. ....	448	Transcrição do artigo intitulado “Acabou em pizza”, de autoria do Ex-ministro José Dirceu. ....	31
Encaminhamento do Parecer nº 226, de 2006, da Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania, sobre o Ofício “S” nº 5, de 2006, Mensagem nº 12/2006, na Origem de indicação da Senhora Ministra Ellen Gracie Northfleet para exercer a Presidência do Conselho Nacional de Justiça. ....	499	Comentários sobre o pronunciamento do Senador Geraldo Mesquita Júnior em relação à defesa de Sua Excelência do orçamento impositivo. Aparte ao Senador Arthur Virgílio. ....	37
Homenagem à Petrobrás em virtude da auto-suficiência alcançada na produção de petróleo no País. Aparte ao Senador Roberto Saturnino. ....	513	Registro da notícia de que o e-mail de Antonio Grassi, da Funarte, foi usado para propagar a chamada “lista de Furnas”. ....	42
<b>ARTHUR VIRGÍLIO</b>		Preocupação diante da possibilidade de codificação da transmissão dos jogos da Copa do Mundo, fato, que segundo Sua Excelência, impediria a participação e acompanhamento das partidas por milhões de brasileiros. ....	63
Requerimento nº 288, de 2006, que requer Voto de Pesar pelo precoce falecimento do jovem Ilais Alexandre Brito Freitas, ocorrido no dia 16 de março de 2006, em Manaus. ....	4	Defesa da demissão do Ministro Antônio Palocci. ....	63
Requerimento nº 289, de 2006, que requer Voto de Pesar pelo falecimento, em Brasília, de Osires Lopes da Silva Neto. ....	4	Requerimento nº 290, de 2006, que requer Voto de Aplauso ao Jornal Diário do Amazonas e à Rádio Amazonas-FM, pelo transcurso do 21º aniversário de criação desses dois veículos de comunicação de Manaus. ....	73
Críticas ao Presidente e à política econômica brasileira. Aparte ao Senador Leonel Pavan. ....	6	Requerimento nº 291, de 2006, que requer Voto de Aplauso ao Ex-presidente Fernando Henrique Cardoso, pelo lançamento de seu livro “A Arte da Política – A História que Vivi”. ....	73
		Requerimento nº 292, de 2006, que requer Voto de Aplauso ao ortopedista e pesquisador gaúcho Carlos Alberto Souza Macedo, pela criação de	

	Pág.		Pág.
prótese para quadril, na Universidade Federal do Rio Grande do Sul, com tecnologia, aprovada nos testes internacionais ISO e ASTM. ....	74	Solidariedade às populações de Humaitá e Manicoré, no Amazonas, as quais vivem em alerta pela enchente do Rio Madeira. ....	145
Considerações sobre denúncia feita pelo Deputado Paulo Delgado sobre a relação entre o Citibank e os fundos de pensão. Aparte ao Senador Heráclito Fortes. ....	97	Requerimento nº 301, de 2006, que requer Voto de Aplauso ao jornalista e Ex-deputado Federal João Mellão Neto, pela edição de seu livro <i>O Pensamento Liberal</i> . ....	216
Solicitação para que conste nos Anais do Senado, a entrevista concedida pelo Ex-presidente Fernando Henrique Cardoso à revista <i>Veja</i> , na qual fala sobre as forças políticas nacionais, bem como traça um perfil da sociedade brasileira. ....	98	Sugestão ao Presidente do Senado, Senador Renan Calheiros, que entabule entendimentos com o Presidente do Supremo Tribunal Federal para que se trate das prerrogativas de cada poder da Federação. ....	248
Justificação de Requerimento de Voto de aplauso ao Jornal Diário do Amazonas e à Radio Amazonas FM pelo transcurso do vigésimo primeiro aniversário de criação. ....	107	Discussão do Projeto de Lei de Conversão nº 2, de 2006, que altera as Leis nºs 9.986, de 18 de julho de 2000, que dispõe sobre a gestão de recursos humanos das Agências Reguladoras; 10.768, de 19 de novembro de 2003, que dispõe sobre o Quadro de Pessoal da Agência Nacional de Águas – ANA; 10.862, de 20 de abril de 2004, que dispõe sobre a criação do Plano Especial de Cargos da Agência Brasileira de Inteligência – ABIN; 10.871, de 20 de maio de 2004, que dispõe sobre a criação de carreiras e organização de cargos efetivos das autarquias especiais, denominadas Agências Reguladoras; 11.182, de 27 de setembro de 2005, que cria a Agência Nacional de Aviação Civil – ANAC; cria cargos na Carreira de Diplomata, no Plano de Cargos para a Área de Ciência e Tecnologia, do Grupo-Direção e Assessoramento Superiores – DAS e Funções Gratificadas – FG; autoriza a prorrogação de contratos temporários firmados com base no art. 81- A da Lei nº 8.884, de 11 de junho de 1994, e no art. 30 da Lei nº 10.871, de 2004; e dá outras providências. ....	272
Considerações sobre o episódio da quebra do sigilo bancário do caseiro Francenildo. Aparte ao Senador Antero Paes de Barros. ....	109	Comentários sobre as mudanças a serem impetradas no Itamaraty com a criação de novos 400 cargos. ....	278
Comentários sobre o depoimento do Ministro Palocci nas CPI dos Bingos, com destaque para a demissão do Ministro. Aparte à Senadora Ideli Salvatti. ....	113	Requerimento nº 312, de 2006, que requer destaque para votação em separado da Emenda nº 8, de autoria do Senador Arthur Virgílio, oferecida ao PLV nº 2, de 2006 (Proveniente da Medida Provisória nº 269, de 2005). ....	290
Considerações sobre o pleito a ser apresentado pelo Senador Tião Viana, em relação à quebra do sigilo bancário do caseiro Francenildo. ....	121	Encaminhamento do Projeto de Lei de Conversão nº 2, de 2006, que altera as Leis nºs 9.986, de 18 de julho de 2000, que dispõe sobre a gestão de recursos humanos das Agências Reguladoras; 10.768, de 19 de novembro de 2003, que dispõe sobre o Quadro de Pessoal da Agência Nacional de Águas – ANA; 10.862, de 20 de abril de 2004, que dispõe sobre a criação do Plano Especial de Cargos da Agência Brasileira de Inteligência – ABIN; 10.871, de 20 de maio de 2004, que dispõe sobre a criação de carreiras e organização de cargos efetivos das autarquias especiais, denominadas	
Requerimento nº 294, de 2006, que solicita informações ao Senhor Ministro de Estado de Minas e Energia sobre o prejuízo que a Petrobrás acumularia na licitação aberta pela Transpetro para a construção de 26 navios petroleiros. ....	124		
Defesa da quebra do sigilo do Senhor Paulo Okamoto e da legitimidade da apresentação de requerimentos, tratando de quebra de sigilo bancário dos Senhores Paulo Tarcísio Okamoto e Fábio Luis Lula da Silva. ....	130		
Destaque para o manifesto do Centro Acadêmico XI de Agosto pedindo ética e mais respeito do governo brasileiro ao seu povo. ....	134		
Oposição ao pronunciamento do Senador Roberto Saturnino. Aparte ao Senador Roberto Saturnino. ....	138		
Registro da criação de uma nova linha internacional da TAM, ligando Manaus a Miami. ....	145		
Destaque para a urgente presença efetiva da Sociedade Brasileira para o Progresso da Ciência na região amazônica. ....	145		
Registro do artigo intitulado “Entre o investimento e a mágica”, de autoria do jornalista Rolf Kuntz, publicado no jornal <i>O Estado de S.Paulo</i> , edição de 16 de março de 2006. ....	145		

	Pág.		Pág.
Agências Reguladoras; 11.182, de 27 de setembro de 2005, que cria a Agência Nacional de Aviação Civil – ANAC; cria cargos na Carreira de Diplomata, no Plano de Cargos para a Área de Ciência e Tecnologia, do Grupo-Direção e Assessoramento Superiores – DAS e Funções Gratificadas – FG; autoriza a prorrogação de contratos temporários firmados com base no art. 81- A da Lei nº 8.884, de 11 de junho de 1994, e no art. 30 da Lei nº 10.871, de 2004; e dá outras providências. ....	292	a janeiro de 1967, por nomeação do então Presidente Humberto Castelo Branco, bem como que o Voto de Aplauso seja levado ao conhecimento dos familiares do homenageado. ....	502
Comentários sobre noticiário o qual afirma que o líder do PT na Câmara volta a atacar a CPI dos Bingos. ....	295	Solicitação para que conste, nos Anais do Senado Federal, Voto de Lembrança ao ensejo do centenário de nascimento de Arthur Reis, pensador historiador e Governador indireto do Amazonas. .	503
Homenagem à Campanha da Fraternidade da CNBB de 2006. ....	417	Requerimento nº 320, de 2006, que requer a retirada, em definitivo, do Requerimento nº 294/2006. ....	506
Requerimento nº 314, de 2006, que requer Voto de Aplauso ao jornalista e historiador Hugo Studart pelo lançamento do livro A Lei da Selva, mais uma contribuição para a história da guerrilha da Araguaia; requer seja consignado, nos Anais do Senado, Voto de Aplauso ao jornalista e historiador Hugo Studart, pelo lançamento, dia 21, em Brasília, do livro A Lei da Selva, mais uma excelente contribuição para se entender o que de fato ocorreu na guerrilha do Araguaia. E requer, ademais, que o Voto de Aplauso seja levado ao conhecimento do homenageado. ....	429	Comentários sobre matérias publicadas na imprensa sobre: relatório de invasão de terras no país, palestra de Danuza Leão no Teatro Folha, em São Paulo e quebra do sigilo bancário do caseiro Francenildo dos Santos. ....	560
Requerimento nº 315, de 2006, que requer voto de Aplauso ao cineasta amazonense Alexandre Serrão, pela produção do filme Nas Trilhas de Milton Hatoum, documentário sobre a obra literária de um dos maiores escritores do Amazonas; requer que seja consignado, nos Anais do Senado, Voto de Aplauso ao cineasta Alexandre Serrão, pela produção do filme Nas Trilhas de Milton Hatoum, documentário sobre a obra literária de um dos mais importantes escritores do Amazonas. E requer, ademais, que o Voto de Aplauso seja levado ao conhecimento do homenageado e do escritor Milton Hatoum. ....	429	AUGUSTO BOTELHO	
Encaminha à Mesa documentação e esclarecimentos sobre a falsa lista de Furnas, bem como as ações do PSDB e PFL requerendo investigação e punição dos responsáveis. ....	479	Cobranças das promessas feitas pelo Ministro Thomaz Bastos de reassentar famílias retiradas de áreas tomadas pela Funai. Aparte ao Senador Mozarildo Cavalcanti. ....	224
Comentários sobre o impasse na votação do Orçamento. ....	489	Encaminhamento do Parecer nº 226, de 2006, da Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania, sobre o Ofício “S” nº 5, de 2006, Mensagem nº 12/2006, na Origem de indicação da Senhora Ministra Ellen Gracie Northfleet para exercer a Presidência do Conselho Nacional de Justiça. ....	500
Requerimento nº 318, de 2006, que requer Voto de Lembrança ao ensejo do centenário de nascimento de Arthur Reis, pensador, historiador e Governador (indireto) do Amazonas. Requer ainda que seja consignado, nos Anais do Senado, Voto de Lembrança ao ensejo do centenário de nascimento de Arthur Reis, pensador e historiador amazonense, que governou o Amazonas de junho de 1964		Considerações sobre o “Dia Mundial da Água”, comemorado no dia 22 de março de 2006. ....	579
		CÉSAR BORGES	
		Encaminhamento do Requerimento nº 293, de 2006, que requer Voto de Congratulações pelo transcurso do aniversário de noventa anos do ilustre brasileiro, baiano de Santo Amaro da Purificação, Monsenhor Gaspar Sadoc da Natividade. ....	118
		Análise da situação do Banco Popular do Brasil. Aparte ao Senador Rodolpho Tourinho. ....	120
		Necessidade de se apurar os responsáveis pela quebra ilegal do sigilo bancário do caseiro Francenildo. Aparte ao Senador José Agripino. ....	126
		Considerações sobre as denúncias contra o Ministro Antônio Pallocci. ....	134
		Comentários sobre o Veto do Presidente da República ao Projeto de Lei da Câmara 142, de 2005. ....	251
		Contrariedade com a solicitação da Senadora Ideli Salvatti, que cerceia a liberdade dos Parlamentares. ....	251



Pág.	Pág.
<p>Discussão do Projeto de Lei de Conversão nº 2, de 2006, que altera as Leis nºs 9.986, de 18 de julho de 2000, que dispõe sobre a gestão de recursos humanos das Agências Reguladoras; 10.768, de 19 de novembro de 2003, que dispõe sobre o Quadro de Pessoal da Agência Nacional de Águas – ANA; 10.862, de 20 de abril de 2004, que dispõe sobre a criação do Plano Especial de Cargos da Agência Brasileira de Inteligência – ABIN; 10.871, de 20 de maio de 2004, que dispõe sobre a criação de carreiras e organização de cargos efetivos das autarquias especiais, denominadas Agências Reguladoras; 11.182, de 27 de setembro de 2005, que cria a Agência Nacional de Aviação Civil – ANAC; cria cargos na Carreira de Diplomata, no Plano de Cargos para a Área de Ciência e Tecnologia, do Grupo-Direção e Assessoramento Superiores – DAS e Funções Gratificadas – FG; autoriza a prorrogação de contratos temporários firmados com base no art. 81- A da Lei nº 8.884, de 11 de junho de 1994, e no art. 30 da Lei nº 10.871, de 2004; e dá outras providências. ....</p>	<p>Comentários sobre o acomodamento geral do Governo Lula diante dos erros frequentes dentro do Governo Federal. Aparte ao Senador Heráclito Fortes. ....</p>
	97
<p>Comentários sobre a ida do Presidente Lula à Bahia, onde teceu críticas infundadas ao Legislativo. ....</p>	<p>Considerações sobre o episódio da quebra do sigilo bancário do caseiro Francenildo. Aparte ao Senador Antero Paes de Barros. ....</p>
274	110
<p>Comentários sobre a ida do Presidente Lula à Bahia, onde teceu críticas infundadas ao Legislativo. ....</p>	<p>Solidariedade ao discurso da Senadora Heloísa Helena, em relação à violência da qual são vítimas as crianças brasileiras. Aparte à Senadora Heloísa Helena. ....</p>
450	234
<p>Críticas à utilização do Fundef por parte do Governo com fins eleitoreiro com a criação de uma Universidade no Estado da Bahia. Aparte ao Senador Rodolpho Tourinho. ....</p>	<p>Sugestões para a criação de uma frente multipartidária que lute para melhorar as condições de vida dos meninos e meninas brasileiros. ....</p>
469	245
<p>CRISTOVAM BUARQUE</p>	<p>Requerimento nº 304, de 2006, que requer sejam prestadas informações pelo Excelentíssimo Senhor Ministro dos Transportes. ....</p>
	262
<p>Considerações a respeito da liminar concedida pelo Supremo Tribunal Federal, que suspendeu o depoimento do caseiro Francenildo à CPI dos Bingos. Aparte ao Senador Antero Paes de Barros. ..</p>	<p>Homenagem à Campanha da Fraternidade da CNBB de 2006. ....</p>
19	421
<p>Comentários sobre a política econômica do Governo Lula, com destaques para o Orçamento público, o qual, segundo Sua Excelência, necessita mudanças substanciais. Aparte ao Senador Sibá Machado. ....</p>	<p>DEMÓSTENES TORRES</p>
48	
<p>Comentários sobre a interferência dos Poderes Judiciário e Executivo nas ações do Poder Legislativo. ....</p>	<p>Reflexão sobre o documentário intitulado “Falcão - Meninos do Tráfico”, transmitido pela Rede Globo, no programa Fantástico. ....</p>
61	527
<p>Projeto de Lei do Senado nº 66, de 2006, que altera a Lei nº 7.102, de 20 de junho de 1983, para dispor sobre a constituição e funcionamento das cooperativas de vigilantes. ....</p>	<p>EDISON LOBÃO</p>
71	
<p>Comentários sobre o documentário intitulado “Falcão - Os meninos do Tráfico”, transmitido pela Rede Globo. Aparte à Senadora Patrícia Saboya Gomes. ....</p>	<p>Saudação à empresa Alcoa Alumínio S/A, pela ampliação da fábrica de alumínio Redução, localizada em São Luiz-MA. ....</p>
89	577
	<p>EDUARDO AZEREDO</p>
	<p>Preocupação com a dívida dos agricultores, bem como com a crise do setor rural. Aparte ao Senador Maguito Vilela. ....</p>
	238
	<p>Homenagem à Campanha da Fraternidade da CNBB de 2006. Aparte ao Senador Antônio Carlos Valadares. ....</p>
	423
	<p>Preocupação em relação ao agronegócio no País. ....</p>
	474
	<p>EDUARDO SIQUEIRA CAMPOS</p>
	<p>Parecer nº 207, de 2006, da Mesa do Senado, sobre o Requerimento nº 1.137, de 2005. ....</p>
	429
	<p>Parecer nº 210, de 2006, da Mesa do Senado Federal, sobre o Requerimento nº 112, de 2006, relativo a envio de informações pelo Ministro de Estado da Educação. ....</p>
	431

VIII

	Pág.		Pág.
Parecer nº 212, de 2006, da Mesa do Senado Federal, sobre o Requerimento nº 122, de 2006, que requer, do Ministro de Estado da Fazenda, informações relativas à venda, no mercado, de 7,5% do capital do Banco do Brasil. ....	432	Solidariedade ao Senador Tião Viana, autor do mandado de segurança que permitiu a suspensão do depoimento do caseiro Francenildo à CPI dos Bingos. ....	27
Parecer nº 216, de 2006, da Mesa do Senado Federal, sobre o Requerimento nº 140, de 2006, que solicita informações ao Ministério da Fazenda sobre condições de pagamento da dívida externa. ....	434	Solidariedade à Senadora Ideli Salvatti em virtude de retirada de requerimento. ....	260
<b>EDUARDO SUPPLICY</b>		Proferimento do Parecer nº 206, de Plenário, sobre o texto do Projeto de Lei de Conversão da Medida Provisória nº 269, de 2005, com a ementa transcrita em epígrafe. ....	264
Homenagem à CNBB pela Campanha da Fraternidade 2006. Aparte ao Senador Marco Maciel. ...	420	Parecer nº 206, de 2006, de Plenário, em substituição à Comissão Mista, sobre o Projeto de Lei de Conversão nº 2, de 2006, referente à Medida Provisória nº 269, de 2005, que altera as Leis nºs 9.986, de 18 de julho de 2000, que dispõe sobre a gestão de recursos humanos das Agências Reguladoras; 10.768, de 19 de novembro de 2003, que dispõe sobre o Quadro de Pessoal da Agência Nacional de Águas – ANA; 10.862, de 20 de abril de 2004, que dispõe sobre a criação do Plano Especial de Cargos da Agência Brasileira de Inteligência – ABIN; 10.871, de 20 de maio de 2004, que dispõe sobre a criação de carreiras e organização de cargos efetivos das autarquias especiais, denominadas Agências Reguladoras; 11.182, de 27 de setembro de 2005, que cria a Agência Nacional de Aviação Civil – ANAC; cria cargos na Carreira de Diplomata, no Plano de Cargos para a Área de Ciência e Tecnologia, do Grupo-Direção e Assessoramento Superiores – DAS e Funções Gratificadas – FG; autoriza a prorrogação de contratos temporários firmados com base no art. 81- A da Lei nº 8.884, de 11 de junho de 1994, e no art. 30 da Lei nº 10.871, de 2004; e dá outras providências. ....	266
Questionamento sobre o editorial “Hora de o Congresso dizer basta” do jornal <i>O Estado de S.Paulo</i> . ....	510	Comentários sobre as discussões em torno das Agências Reguladoras no País. ....	287
<b>EFRAIM MORAIS</b>		<b>FERNANDO BEZERRA</b>	
Comunicado sobre o recebimento de autorização concedida pelo Senhor Francenildo dos Santos para a quebra de seu sigilo bancário, fiscal e telefônico. ....	243	Encaminhamento do Parecer nº 226, de 2006, da Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania, sobre o Ofício “S” nº 5, de 2006, Mensagem nº 12/2006, na Origem de indicação da Senhora Ministra Ellen Gracie Northfleet para exercer a Presidência do Conselho Nacional de Justiça. ....	499
Parecer nº 208, de 2006, da Mesa do Senado Federal, sobre o Requerimento nº 107, de 2006. .	430	<b>FLÁVIO ARNS</b>	
Parecer nº 209, de 2006, da Mesa do Senado Federal, sobre o Requerimento nº 111, de 2006. .	431	Destaque para a comemoração do “Dia Internacional da Síndrome de Down”, em 21 de março. .	374
Parecer nº 211, de 2006, da Mesa do Senado Federal, sobre o Requerimento nº 117, de 2006. .	432	Homenagem à Campanha da Fraternidade da CNBB de 2006. ....	409
Parecer nº 213, de 2006, da Mesa do Senado Federal, sobre o Requerimento nº 126, de 2006. .	433		
Parecer nº 214, de 2006, da Mesa do Senado Efraim Morais, sobre o Requerimento nº 127, de 2006. ....	434		
Parecer nº 215, de 2006, da Mesa do Senado Federal, sobre o Requerimento nº 128, de 2006. .	434		
Parecer nº 217, de 2006, da Mesa do Senado Federal, sobre o Requerimento nº 175, de 2006. .	435		
Parecer nº 218, de 2006, da Mesa do Senado Federal, sobre o Requerimento nº 176, de 2006. .	435		
Parecer nº 219, de 2006, da Mesa do Senado Federal, sobre o Requerimento nº 177, de 2006. .	436		
Parecer nº 220, de 2006, da Mesa do Senado Federal, sobre o Requerimento nº 184, de 2006. .	436		
<b>FÁTIMA CLEIDE</b>			
Apoio à proposta de emenda à Constituição que institui o Fundo de Manutenção e Desenvolvimento da Educação Básica e de Valorização dos Profissionais de Educação-Fundeb. ....	27		

	Pág.		Pág.
<b>FLEXA RIBEIRO</b>			<b>IX</b>
Registro do editorial intitulado “Quem sustenta Palocci”, publicado no jornal <i>Folha de S.Paulo</i> , edição de 16 de março de 2006. ....	147	Homenagem aos indígenas brasileiros, com destaques para a formação desse povo há cerca de 11 mil anos. ....	33
Registro de matéria intitulada “CPI mira de novo no sigilo de Okamoto”, publicada pelo jornal o <i>Estado de S.Paulo</i> , em sua edição de 13 de março de 2006. ....	370	Solidariedade ao Senador Heráclito Fortes em relação ao apelo de Sua Excelência por uma pauta positiva de votações. Aparte ao Senador Heráclito Fortes. ....	488
Homenagem à Campanha da Fraternidade da CNBB de 2006. ....	425	<b>HELOÍSA HELENA</b>	
Comentários sobre a indicação da Ministra Ellen Gracie Northfleet para presidir o Supremo Tribunal Federal. ....	495	Comentários sobre as acusações feitas ao Ministro Palocci pelo caseiro Francenildo, na CPI dos Bingos. Aparte ao Senador José Jorge. ....	11
Homenagem à Petrobrás em virtude da auto-suficiência alcançada na produção de petróleo no País. Aparte ao Senador Roberto Saturnino. ....	513	Comentários sobre o depoimento do caseiro Francenildo, na CPI dos Bingos. Aparte ao Senador Antero Paes de Barros. ....	19
Registro de matéria intitulada “STF atende PT e cala caseiro; oposição pede saída de Palocci”, publicada no jornal <i>Folha de S.Paulo</i> , em sua edição de 17 de março de 2006. ....	549	Comentários sobre o documentário intitulado “Falcão - Os meninos do Tráfico”, transmitido pela Rede Globo. ....	233
<b>GERALDO MESQUITA JÚNIOR</b>		Comentários sobre o suposto risco que o caseiro Francenildo estaria correndo em função das declarações feitas à CPI dos Bingos. Aparte ao Senador José Jorge. ....	241
Repercussão da reunião da CPI dos Bingos ocorrida no dia 17 de março de 2006. ....	35	Cobrança do filho do presidente Lula, do presidente do Sebrae, bem como de outros denunciados em crimes contra a Administração Pública que tenham um gesto democrático e autorizem a quebra de seus sigilos bancário, fiscal e telefônico. ....	243
Necessidade do orçamento impositivo. ....	35	Preocupação com a postura da Líder do PT, Senadora Ideli Salvatti. ....	252
Contingenciamento das emendas ao Orçamento de autoria de Sua Excelência. ....	35	Homenagem à Campanha da Fraternidade da CNBB de 2006. ....	411
Comemoração dos 101 anos do município de Chapuri/AC. ....	35	Comentários sobre o discurso do Presidente Lula quando de sua ida a Alagoas. Aparte ao Senador César Borges. ....	452
<b>GERSON CAMATA</b>		<b>HERÁCLITO FORTES</b>	
Elogios à iniciativa da empresa Vale do Rio Doce, de promover a articulação entre ensino profissionalizante e sistema produtivo. ....	530	Comentários sobre o depoimento do caseiro Francenildo, na CPI dos Bingos. Aparte ao Senador Antero Paes de Barros. ....	17
Homenagem a Vicente Lorenzon, morto em acidente, no dia 25 de fevereiro de 2006, em Vitória/ES. ....	530	Destaques para a onda de corrupção que se abate sobre o Governo Lula. Aparte ao Senador Alvaro Dias. ....	25
<b>GILBERTO MESTRINHO</b>		Destaques para a corrupção que atinge o Partido dos Trabalhadores, excetuando-se, no entanto, alguns políticos do Partido. Aparte à Senadora Fátima Cleide. ....	29
Críticas à declaração do Presidente Lula, na qual o Presidente chama os parlamentares de invejosos. Aparte ao Senador Heráclito Fortes. ....	488	Destaques para as motivações das Comissões Parlamentares de Inquérito instaladas no âmbito do Congresso Nacional. ....	38
<b>GILVAM BORGES</b>			
Defesa da implantação do Plano de Carreira Indigenista, em benefício dos funcionários da Fundação Nacional do Índio, FUNAI. ....	33		

	Pág.		Pág.
Destaques para o autoritarismo do Governo Federal, bem como para a crise de corrupção que se abateu sobre o mesmo. ....	38	Encaminhamento do Projeto de Lei de Conversão nº 2, de 2006, que altera as Leis nºs 9.986, de 18 de julho de 2000, que dispõe sobre a gestão de recursos humanos das Agências Reguladoras; 10.768, de 19 de novembro de 2003, que dispõe sobre o Quadro de Pessoal da Agência Nacional de Águas – ANA; 10.862, de 20 de abril de 2004, que dispõe sobre a criação do Plano Especial de Cargos da Agência Brasileira de Inteligência – ABIN; 10.871, de 20 de maio de 2004, que dispõe sobre a criação de carreiras e organização de cargos efetivos das autarquias especiais, denominadas Agências Reguladoras; 11.182, de 27 de setembro de 2005, que cria a Agência Nacional de Aviação Civil – ANAC; cria cargos na Carreira de Diplomata, no Plano de Cargos para a Área de Ciência e Tecnologia, do Grupo-Direção e Assessoramento Superiores – DAS e Funções Gratificadas – FG; autoriza a prorrogação de contratos temporários firmados com base no art. 81- A da Lei nº 8.884, de 11 de junho de 1994, e no art. 30 da Lei nº 10.871, de 2004; e dá outras providências. ....	291
Comentários sobre a política econômica adotada pelo Presidente Lula em seu Governo. Aparte ao Senador Sibá Machado. ....	47	Pedidos de desculpas pelos excessos cometidos em discurso. ....	295
Solidariedade ao pronunciamento do Senador Mão Santa no qual tece severas críticas às ações do PT que visam impedir a candidatura própria do PMDB à presidência da República. Aparte ao Senador Mão Santa. ....	60	Apelo por uma pauta positiva de votações. ....	486
Considerações sobre a matéria de autoria do Deputado Paulo Delgado, publicada no jornal <i>Correio Braziliense</i> , edição de 20 de março de 2006, sobre a relação entre o Citibank e os fundos de pensão. ....	96	Cumprimentos ao PMDB pelos seus 40 anos de existência. ....	486
Negação por parte de Sua Excelência de ter qualquer relacionamento ou de ser o protetor do caseiro Francenildo. ....	115	Solicitação à Mesa para que indague ao Ministro do Trabalho sobre a veracidade de notícias com relação ao orçamento da União. ....	486
Encaminhamento do Requerimento nº 293, de 2006, que requer Voto de Congratulações pelo transcurso do aniversário de noventa anos do ilustre brasileiro, baiano de Santo Amaro da Purificação, Monsenhor Gaspar Sadoc da Natividade. ....	118	Apelo por uma pauta positiva de votações. ....	486
Reconhecimento da Oposição como sendo a legítima representante dos anseios da Nação. Aparte ao Senador Roberto Saturnino. ....	137	Encaminhamento do Parecer nº 226, de 2006, da Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania, sobre o Ofício “S” nº 5, de 2006, Mensagem nº 12/2006, na Origem de indicação da Senhora Ministra Ellen Gracie Northfleet para exercer a Presidência do Conselho Nacional de Justiça. ....	499
Crítica à postura da Senadora Ideli Salvatti de querer “bisbilhotar” a vida dos Senhores Senadores. ....	253	Considerações sobre a quebra de sigilo bancário do caseiro Francenildo. Aparte ao Senador José Agripino. ....	519
Réplica ao pronunciamento da Senadora Ideli Salvatti. ....	256	Solicitação de providências na averiguação de interferências de equipes do Banco do Brasil na quebra do sigilo bancário do caseiro Francenildo. ....	524
Discussão do Projeto de Lei de Conversão nº 2, de 2006, que altera as Leis nºs 9.986, de 18 de julho de 2000, que dispõe sobre a gestão de recursos humanos das Agências Reguladoras; 10.768, de 19 de novembro de 2003, que dispõe sobre o Quadro de Pessoal da Agência Nacional de Águas – ANA; 10.862, de 20 de abril de 2004, que dispõe sobre a criação do Plano Especial de Cargos da Agência Brasileira de Inteligência – ABIN; 10.871, de 20 de maio de 2004, que dispõe sobre a criação de carreiras e organização de cargos efetivos das autarquias especiais, denominadas Agências Reguladoras; 11.182, de 27 de setembro de 2005, que cria a Agência Nacional de Aviação Civil – ANAC; cria cargos na Carreira de Diplomata, no Plano de Cargos para a Área de Ciência e Tecnologia, do Grupo-Direção e Assessoramento Superiores – DAS e Funções Gratificadas – FG; autoriza a prorrogação de contratos temporários firmados com base no art. 81- A da Lei nº 8.884, de 11 de junho de 1994, e no art. 30 da Lei nº 10.871, de 2004; e dá outras providências. ....	273	IDELI SALVATTI	
		Pedido de acesso à análise feita pela Confederação Nacional dos Municípios que trata do investimento dos Municípios em educação. Aparte ao Senador Osmar Dias. ....	84
		Destaque para o trabalho desenvolvido pelo Padre Wilson Grow junto a jovens dos morros de	

Pág.		Pág.
	Florianópolis. Aparte à Senadora Patrícia Saboya Gomes. ....	88
	Análises qualitativas das pesquisas de intenção de voto para Presidente nas eleições de 2006. ....	112
	Comentário sobre a liminar concedida pelo STF, que suspendeu o depoimento do caseiro Francenildo. ....	112
	Repúdio pela apresentação de requerimentos solicitando quebra de sigilo bancário. ....	123
	Considerações sobre o requerimento do Senador Tião Viana para a quebra do sigilo bancário do caseiro Francenildo. ....	129
	Solidariedade ao Pronunciamento do Senador Roberto Saturnino. Aparte ao Senador Roberto Saturnino. ....	138
	Esclarecimentos sobre a solicitação de cessão de fitas do circuito interno do Senado. ....	250
	Resposta ao pronunciamento do Senador Heráclito Fortes em relação às fitas do sistema de câmeras do Senado, solicitadas por Sua Excelência. ....	255
	Destaque para as razões pelas quais Sua Excelência solicitou as fitas do sistema de câmeras do Senado. ....	255
	Encaminhamento do Projeto de Lei de Conversão nº 2, de 2006, que altera as Leis nºs 9.986, de 18 de julho de 2000, que dispõe sobre a gestão de recursos humanos das Agências Reguladoras; 10.768, de 19 de novembro de 2003, que dispõe sobre o Quadro de Pessoal da Agência Nacional de Águas – ANA; 10.862, de 20 de abril de 2004, que dispõe sobre a criação do Plano Especial de Cargos da Agência Brasileira de Inteligência – ABIN; 10.871, de 20 de maio de 2004, que dispõe sobre a criação de carreiras e organização de cargos efetivos das autarquias especiais, denominadas Agências Reguladoras; 11.182, de 27 de setembro de 2005, que cria a Agência Nacional de Aviação Civil – ANAC; cria cargos na Carreira de Diplomata, no Plano de Cargos para a Área de Ciência e Tecnologia, do Grupo-Direção e Assessoramento Superiores – DAS e Funções Gratificadas – FG; autoriza a prorrogação de contratos temporários firmados com base no art. 81- A da Lei nº 8.884, de 11 de junho de 1994, e no art. 30 da Lei nº 10.871, de 2004; e dá outras providências. ....	294
	Comentários sobre controvérsia estabelecida pelo Senador Heráclito Fortes em relação a discurso proferido por Sua Excelência. ....	295
	Comentários sobre a indicação da Ministra Ellen Gracie Northfleet para presidir o Supremo Tribunal Federal. ....	494
	<b>JEFFERSON PÉRES</b>	
	Apelo para um entendimento entre os Poderes nesse momento de crise institucional. ....	244
	Preocupação com os atos de arbitrariedade praticados no País contra cidadãos. ....	251
	Destques para as arbitrariedades praticadas pelo Governo Federal. Aparte ao Senador Heráclito Fortes. ....	487
	<b>JOÃO ALBERTO SOUZA</b>	
	Parecer nº 221, de 2006, para instruir decisão da Mesa do Senado Federal, sobre o Requerimento nº 200, de 2006, que requer informações ao Ministro de Minas e Energia a respeito dos contratos ou convênios de patrocínio estabelecidos pela Companhia Hidroelétrica do São Francisco – CHESF. ....	436
	Parecer nº 222, de 2006, para instruir decisão da Mesa do Senado Federal, sobre o Requerimento nº 202, de 2006, que solicita ao Ministro de Estado de Minas e Energia informações a respeito dos contratos e convênios de patrocínios estabelecidos pelo Petróleo Brasileiro S.A. (PETROBRAS), nos anos de 2003 até a presente data. ....	438
	Parecer nº 223, de 2006, da Mesa do Senado Federal, sobre o Requerimento nº 219, de 2006. ....	439
	Parecer nº 224, de 2006, da Mesa do Senado Federal, sobre o Requerimento nº 220, de 2006. .	439
	Parecer nº 225, de 2006, da Mesa do Senado Federal, sobre o Requerimento nº 238, de 2006, relativo a pedido de informações ao Ministro de Estado Chefe da Secretaria Geral da Presidência da República. ....	440
	<b>JOÃO RIBEIRO</b>	
	Requerimento nº 298, de 2006, que requer seja encaminhado ao Excelentíssimo Senhor Ministro Presidente do Banco Central do Brasil a solicitação de remessa do registro de todas as operações de mercado com Notas do Tesouro Nacional (NTN-B), Código 760199 – ISIN BRSTNCNTB0A6, emitidas em 15 de julho de 2005, com vencimento em 15 de maio de 2045, realizadas no período de 1º de dezembro de 2005 a 28 de fevereiro de 2006 no Sistema Especial de Liquidação e de Custódia – Selic, informando o número de operações, e, por operação, a quantidade de títulos negociados e o valor dos títulos. ....	214

	Pág.		Pág.
<b>JONAS PINHEIRO</b>			
Preocupação com a situação dos produtores rurais do Estado do Mato Grosso. ....	470		
<b>JORGE BORNHAUSEN</b>			
Discussão do Projeto de Lei de Conversão nº 2, de 2006, que altera as Leis nºs 9.986, de 18 de julho de 2000, que dispõe sobre a gestão de recursos humanos das Agências Reguladoras; 10.768, de 19 de novembro de 2003, que dispõe sobre o Quadro de Pessoal da Agência Nacional de Águas – ANA; 10.862, de 20 de abril de 2004, que dispõe sobre a criação do Plano Especial de Cargos da Agência Brasileira de Inteligência – ABIN; 10.871, de 20 de maio de 2004, que dispõe sobre a criação de carreiras e organização de cargos efetivos das autarquias especiais, denominadas Agências Reguladoras; 11.182, de 27 de setembro de 2005, que cria a Agência Nacional de Aviação Civil – ANAC; cria cargos na Carreira de Diplomata, no Plano de Cargos para a Área de Ciência e Tecnologia, do Grupo-Direção e Assessoramento Superiores – DAS e Funções Gratificadas – FG; autoriza a prorrogação de contratos temporários firmados com base no art. 81- A da Lei nº 8.884, de 11 de junho de 1994, e no art. 30 da Lei nº 10.871, de 2004; e dá outras providências. ....	271	cria a Agência Nacional de Aviação Civil – ANAC; cria cargos na Carreira de Diplomata, no Plano de Cargos para a Área de Ciência e Tecnologia, do Grupo-Direção e Assessoramento Superiores – DAS e Funções Gratificadas – FG; autoriza a prorrogação de contratos temporários firmados com base no art. 81- A da Lei nº 8.884, de 11 de junho de 1994, e no art. 30 da Lei nº 10.871, de 2004; e dá outras providências. ....	279
Requerimento nº 305, de 2006, que requer destaque para votação em separado do art. 29, constante do art. 1º do PLV nº 2, de 2006. ....	289	Requerimento nº 307, de 2006, que requer destaque para votação em separado do art. 11 do PLV nº 2, de 2006. ....	289
Requerimento nº 306, de 2006, que requer destaque para votação em separado do art. 29-A, constante do art. 2º do PLV nº 2, de 2006. ....	289	Requerimento nº 308, de 2006, que requer destaque para votação em separado do art. 12 do PLV Nº 2, de 2006. ....	289
		Requerimento nº 309, de 2006, que requer destaque para votação em separado do art. 13 do PLV Nº 2, de 2006. ....	289
		Encaminhamento do Projeto de Lei de Conversão nº 2, de 2006, que altera as Leis nºs 9.986, de 18 de julho de 2000, que dispõe sobre a gestão de recursos humanos das Agências Reguladoras; 10.768, de 19 de novembro de 2003, que dispõe sobre o Quadro de Pessoal da Agência Nacional de Águas – ANA; 10.862, de 20 de abril de 2004, que dispõe sobre a criação do Plano Especial de Cargos da Agência Brasileira de Inteligência – ABIN; 10.871, de 20 de maio de 2004, que dispõe sobre a criação de carreiras e organização de cargos efetivos das autarquias especiais, denominadas Agências Reguladoras; 11.182, de 27 de setembro de 2005, que cria a Agência Nacional de Aviação Civil – ANAC; cria cargos na Carreira de Diplomata, no Plano de Cargos para a Área de Ciência e Tecnologia, do Grupo-Direção e Assessoramento Superiores – DAS e Funções Gratificadas – FG; autoriza a prorrogação de contratos temporários firmados com base no art. 81- A da Lei nº 8.884, de 11 de junho de 1994, e no art. 30 da Lei nº 10.871, de 2004; e dá outras providências. ....	298
		Encaminhamento do Parecer nº 226, de 2006, da Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania, sobre o Ofício “S” nº 5, de 2006, Mensagem nº 12/2006, na Origem de indicação da Senhora Ministra Ellen Gracie Northfleet para exercer a Presidência do Conselho Nacional de Justiça. ....	500
		Considerações sobre a quebra de sigilo bancário do caseiro Francenildo. ....	517
<b>JOSÉ AGRIPINO</b>			
Demonstração de repúdio à quebra do sigilo bancário do caseiro Francenildo. ....	126		
Discussão do Projeto de Lei de Conversão nº 2, de 2006, que altera as Leis nºs 9.986, de 18 de julho de 2000, que dispõe sobre a gestão de recursos humanos das Agências Reguladoras; 10.768, de 19 de novembro de 2003, que dispõe sobre o Quadro de Pessoal da Agência Nacional de Águas – ANA; 10.862, de 20 de abril de 2004, que dispõe sobre a criação do Plano Especial de Cargos da Agência Brasileira de Inteligência – ABIN; 10.871, de 20 de maio de 2004, que dispõe sobre a criação de carreiras e organização de cargos efetivos das autarquias especiais, denominadas Agências Reguladoras; 11.182, de 27 de setembro de 2005, que			
<b>JOSÉ JORGE</b>			
		Considerações a respeito da suspensão do depoimento do Senhor Francenildo, na CPI dos Bin-	

	Pág.		Pág.
gos, em razão de liminar concedida pelo Supremo Tribunal Federal. ....	7	de carreiras e organização de cargos efetivos das autarquias especiais, denominadas Agências Reguladoras; 11.182, de 27 de setembro de 2005, que cria a Agência Nacional de Aviação Civil – ANAC; cria cargos na Carreira de Diplomata, no Plano de Cargos para a Área de Ciência e Tecnologia, do Grupo-Direção e Assessoramento Superiores – DAS e Funções Gratificadas – FG; autoriza a prorrogação de contratos temporários firmados com base no art. 81- A da Lei nº 8.884, de 11 de junho de 1994, e no art. 30 da Lei nº 10.871, de 2004; e dá outras providências. ....	285
Considerações sobre o episódio da quebra do sigilo bancário do caseiro Francenildo. ....	240	Saudação às empresas catarinenses ganhadoras do Prêmio “Mérito Lojista 2005”. ....	379
<b>JUVÊNCIO DA FONSECA</b>			
Comentários sobre a matéria intitulada “PF entrega inquérito do mensalão ao Supremo”, publicada no jornal <i>O Estado de S.Paulo</i> , edição de 9 de março de 2006. ....	149	Cumprimenta o Sr. Milton Zuanazzi, que assumiu a presidência da Agência Nacional de Aviação Civil - ANAC. ....	478
Projeto de Lei do Senado nº 67, de 2006, que altera a Lei nº 10.826, de 22 de dezembro de 2003, para estender a posse legal da arma de fogo aos limites da propriedade rural, moderar as penas dos crimes previstos nos arts. 12, 14 e 15, diminuir para 21 anos a idade mínima para aquisição da arma de fogo, reduzir o valor de taxas, admitir a cessão aos órgãos de segurança pública das armas apreendidas ou entregues voluntariamente, além de outras providências. ....	217	Saudação à permanência da verticalização por seis votos a zero. ....	511
Comentários sobre a matéria intitulada “Governo vira trampolim para outros petistas”, publicada no jornal <i>O Estado de S.Paulo</i> , em sua edição de 6 de março de 2006. ....	371	Homenagem à cidade de Florianópolis-Santa Catarina, que completou 280 anos, no dia 23 de março de 2006. ....	516
Comentários acerca de matéria intitulada “A Arte de Ser FHC”, de autoria de Mario Sabino, publicada na revista <i>Veja</i> , em sua edição de 22 de março de 2006. ....	569	Inserção nos Anais do Senado de diversas matérias jornalísticas sobre a chamada “República de Ribeirão Preto”. ....	531
<b>LEONEL PAVAN</b>			
Relato sobre protestos, decorrentes da falta de investimentos em infra-estrutura, a serem realizados no dia 17 de março de 2006, em Santa Catarina, durante a visita do Presidente Lula ao estado. ....	5	Considerações sobre a gravidade da gripe aviária. ....	531
Comentários sobre a matéria intitulada “Garotinho chama Lula de ‘desgraçado’”, publicada no jornal <i>Folha de S.Paulo</i> , edição de 12 de março de 2006. ....	153	<b>LÚCIA VÂNIA</b>	
Destaque para os nomes que fizeram do PMDB um Partido democrático. Aparte ao Senador Mão Santa. ....	231	Considerações sobre a liminar que suspendeu o depoimento do caseiro Francenildo à CPI dos Bingos. ....	67
Discussão do Projeto de Lei de Conversão nº 2, de 2006, que altera as Leis nºs 9.986, de 18 de julho de 2000, que dispõe sobre a gestão de recursos humanos das Agências Reguladoras; 10.768, de 19 de novembro de 2003, que dispõe sobre o Quadro de Pessoal da Agência Nacional de Águas – ANA; 10.862, de 20 de abril de 2004, que dispõe sobre a criação do Plano Especial de Cargos da Agência Brasileira de Inteligência – ABIN; 10.871, de 20 de maio de 2004, que dispõe sobre a criação		Comentários à política de habitação do Governo Lula. ....	67
		Homenagem à Ministra Ellen Gracie Northfleet, que passará a presidir o Supremo Tribunal Federal. ....	67
		Registro da matéria intitulada “Tema contrapõe PT à equipe econômica”, publicada no jornal <i>Valor Econômico</i> , edição de 14 de março de 2006. ....	148
		Comentários sobre o documentário “Falcão - Os meninos do tráfico”, transmitido pela Rede Globo de Televisão. ....	235
		Homenagem à CNBB pela Campanha da Fraternidade de 2006. ....	413
		Registro da entrevista concedida pelo Ex-presidente Fernando Henrique Cardoso à revista <i>Veja</i> em sua edição de 22 de março de 2006, intitulada “Me considero de esquerda”. ....	551
		Comentários sobre a diminuição nos investimentos sociais no Governo Lula. ....	521

	Pág.		Pág.
<b>LUIZ OTÁVIO</b>		<b>MAGNO MALTA</b>	
Parecer nº 205, de 2006, da Comissão de Assuntos Econômicos, sobre a Mensagem nº 103, de 2006 (nº 169/2006, na origem), do Presidente da República, que encaminha pleito do Estado de Minas Gerais, solicitando autorização do Senado Federal para que seja contratada operação de crédito externo, com garantia da República Federativa do Brasil, entre o Estado de Minas Gerais e o Banco Interamericano de Desenvolvimento – BID, no valor total de até US\$50,000,000.00 (cinquenta milhões de dólares dos Estados Unidos da América), de principal, destinada a financiar, parcialmente, a primeira fase do Programa de Melhoria da Acessibilidade de Municípios de Pequeno Porte – PROCESSO. ...	207	Encaminhamento do Parecer nº 226, de 2006, da Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania, sobre o Ofício “S” nº 5, de 2006, Mensagem nº 12/2006, na Origem de indicação da Senhora Ministra Ellen Gracie Northfleet para exercer a Presidência do Conselho Nacional de Justiça. ....	500
Requerimento nº 303, de 2006, que requer, nos termos do artigo 218 do Regimento Interno, a inserção, em ata, de Voto de Pesar pelo falecimento, na cidade de Belém do Pará, do jornalista Arthênio Guimarães. Nascido em Belém do Pará, Arthênio Guimarães foi Diretor Administrativo e Financeiro dos Diários Associados e um dos melhores quadros do extinto jornal paraense “A Província do Pará”. Era viúvo e deixou sete filhos, Heliana Rocha, Silvana Rodrigues, Ivaldo Guimarães, Rosana Avelar, Arthênio Guimarães Júnior, Ronaldo Guimarães e Ademir Guimarães. Arthênio Guimarães marcou a sua vida em defesa da liberdade de imprensa e dos direitos civis, deixando inúmeros seguidores e admiradores nos meios de comunicação do Estado do Pará e da Região Norte. E que também requer que o voto de pesar do Senado Federal seja encaminhado aos Diários Associados, ao sindicato dos jornalistas do Estado do Pará e à sua família. ....	262	<b>MAGUITO VILELA</b>	
Comentários sobre a indicação da Ministra Ellen Gracie Northfleet para presidir o Supremo Tribunal Federal. ....	496	Comentários sobre a preocupação dos agricultores brasileiros com o problema do agronegócio. ...	237
<b>LUIZ PONTES</b>		Considerações sobre os 40 anos do PMDB. ...	477
Comentários sobre a matéria intitulada “PT prega intervenção no Banco Central, publicada no jornal <i>O Estado de S.Paulo</i> , edição de 9 de março de 2006. ....	150	<b>MÃO SANTA</b>	
Comentários sobre artigo intitulado “Errando, até quando acerta”, publicado na seção Notas & Informações do jornal <i>O Estado de S.Paulo</i> , edição de 9 de março de 2006. ....	369	Reconhecimento, pelo povo de Camboriú, da competência e do trabalho desenvolvido pelo Senador Leonel Pavan. Aparte ao Senador Leonel Pavan. ....	7
Questionamentos sobre os programas sociais de transferência de renda do Governo Lula, já implantados no Governo Fernando Henrique Cardoso. ....	529	Considerações a respeito da liminar concedida pelo Supremo Tribunal Federal, que suspendeu o depoimento do caseiro Francenildo à CPI dos Bings. Aparte ao Senador José Jorge. ....	12
		Comentários sobre a onda de corrupção que se abate sobre o País, representada na figura do Partido dos Trabalhadores – PT. Aparte ao Senador Antero Paes de Barros. ....	18
		Críticas às ações do PT que visam impedir a candidatura própria do PMDB à presidência da República. ....	59
		Comentários sobre o impacto da corrupção do Governo Lula na queda da credibilidade do Presidente. Aparte ao Senador Arthur Virgílio. ....	64
		Críticas às medidas adotadas pelo Judiciário que visaram impedir a realização de prévias pelo PMDB. ....	80
		Destaque para o Dia de São José, comemorado no dia 19 de março de cada ano, fato importante para a democracia brasileira. ....	80
		Comentários sobre a criação do Fundef e a contribuição dos Municípios para a formação desse fundo. Aparte à Senadora Patrícia Saboya Gomes. ....	87
		Considerações sobre o episódio da quebra do sigilo bancário do caseiro Francenildo. Aparte ao Senador Antero Paes de Barros. ....	111
		Requerimento nº 299, de 2006, que requer a apresentação de voto de congratulações à TV Cidade Verde, pela passagem do seu aniversário de 20 anos, levando imagem, notícia e diversão a mais de uma centena de municípios do Estado do Piauí. Aos seus diretores proprietários Dr. Jesus Elias Tajra e Jesus	



	Pág.		Pág.
Elias Tajra Filho, aos jornalistas e apresentadores; Amadeu Campos; Elivaldo Barbosa; Nadja Rodrigues; Elvira Raulino; Laércio Andrade; Virgínia Fabris; Herbert Henrique e Cleiton Riedel. Aos ex-funcionários que fizeram história na TV Cidade Verde, os jornalistas: Gilberto Melo (in memorian), Carlos Augusto de Araújo Lima, Luís Carlos Maranhão, Deoclécio Dantas e Chico Viana, e a todos os funcionários que hoje contribuem de certa forma para boa imagem da TV Cidade Verde no Piauí. ....	215	de comemoração dos 60 anos da Vila do Surumu, programadas para o fim de semana passado. ....	223
Registro das comemorações dos 40 anos do PMDB. ....	230	Comentários sobre os dados alarmantes sobre as terras do Estado de Roraima. ....	453
Apoio ao discurso do Senador Alvaro Dias sobre a necessidade de se responsabilizar quem quebrou o sigilo bancário do caseiro Francenildo. Aparte ao Senador Alvaro Dias. ....	384	Comentários sobre a indicação da Ministra Ellen Gracie Northfleet para presidir o Supremo Tribunal Federal. ....	496
Convite para a solenidade de denominação do Primeiro Tribunal do Juri Ministro Evandro Lins e Silva e para a inauguração de seu busto. ....	472	<b>NEY SUASSUNA</b>	
Comentários sobre a indicação da Ministra Ellen Gracie Northfleet para presidir o Supremo Tribunal Federal. ....	497	Pedido de mais verbas no Orçamento, destinadas à educação básica. ....	75
Convite para a solenidade de denominação do Primeiro Tribunal do Juri Ministro Evandro Lins e Silva e para a inauguração de seu busto. ....	517	Encaminhamento do Projeto de Lei de Conversão nº 2, de 2006, que altera as Leis nºs 9.986, de 18 de julho de 2000, que dispõe sobre a gestão de recursos humanos das Agências Reguladoras; 10.768, de 19 de novembro de 2003, que dispõe sobre o Quadro de Pessoal da Agência Nacional de Águas – ANA; 10.862, de 20 de abril de 2004, que dispõe sobre a criação do Plano Especial de Cargos da Agência Brasileira de Inteligência – ABIN; 10.871, de 20 de maio de 2004, que dispõe sobre a criação de carreiras e organização de cargos efetivos das autarquias especiais, denominadas Agências Reguladoras; 11.182, de 27 de setembro de 2005, que cria a Agência Nacional de Aviação Civil – ANAC; cria cargos na Carreira de Diplomata, no Plano de Cargos para a Área de Ciência e Tecnologia, do Grupo-Direção e Assessoramento Superiores – DAS e Funções Gratificadas – FG; autoriza a prorrogação de contratos temporários firmados com base no art. 81- A da Lei nº 8.884, de 11 de junho de 1994, e no art. 30 da Lei nº 10.871, de 2004; e dá outras providências. ....	294
<b>MARCELO CRIVELLA</b>		Requerimento nº 317, de 2006, requer que a sessão seja realizada no dia 23 de março de 2006. ..	502
Comentários sobre a indicação da Ministra Ellen Gracie Northfleet para presidir o Supremo Tribunal Federal. ....	495	<b>OSMAR DIAS</b>	
<b>MARCO MACIEL</b>		Apelo pela aprovação do Fundeb, indicando, porém, qual será sua fonte de recursos. ....	83
Homenagem à Campanha da Fraternidade da CNBB de 2006. ....	418	Críticas ao pronunciamento da Ministra Marina Silva sobre o projeto que regula acesso aos recursos genéticos, proferido na Convenção sobre Diversidade Biológica, realizado em Curitiba. ....	449
<b>MARIA DO CARMO ALVES</b>		<b>PAPALÉO PAES</b>	
Homenagem à Campanha da Fraternidade da CNBB de 2006. ....	424	Preocupação com a situação dos agentes de controle de endemias - os “mata-mosquitos”. ....	81
Requerimento nº 321, de 2006, que requer autorização para o desempenho de missão no período de 28 de março a 1º de abril de 2006. Informa que estará ausente do País no período de 27-3-2006 a 3-4-2006. ....	506	Registro de matéria intitulada “Um projeto para jogar no lixo”, publicada na revista <i>Exame</i> , em sua edição de 15 de fevereiro de 2006. ....	367
<b>MOZARILDO CAVALCANTI</b>			
Críticas ao administrador substituto da Funai em Roraima, pela determinação imposta de se cancelar ou transferir para outro local as festividades			

	Pág.		Pág.
Registro de entrevista do Professor do Instituto de Administração de Lausanne, Stephane Garelli, publicado na revista <i>Época</i> , em sua edição de 20 de fevereiro de 2006. ....	546	Comentários sobre o documentário intitulado “Falcão - Meninos do Tráfico”, transmitido pela Rede Globo, no programa Fantástico. ....	522
<b>PATRÍCIA SABOYA GOMES</b>		<b>PEDRO SIMON</b>	
Comentários sobre matéria divulgada pelo programa Fantástico, na Rede Globo de Televisão, que abordou a situação de crianças envolvidas com o tráfico. ....	86	Requerimento nº 302, de 2006, que requer a realização de Sessão Especial do Senado Federal destinada a homenagear o transcurso dos 40 anos de fundação do MDB. ....	261
Comentários sobre matéria divulgada pelo jornal <i>Globo</i> sobre o fenômeno da exploração sexual de crianças e adolescentes no País. ....	86	Homenagem à Campanha da Fraternidade da CNBB de 2006. ....	415
<b>PAULO OCTÁVIO</b>		Encaminhamento do Parecer nº 226, de 2006, da Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania, sobre o Ofício “S” nº 5, de 2006, Mensagem nº 12/2006, na Origem de indicação da Senhora Ministra Ellen Gracie Northfleet para exercer a Presidência do Conselho Nacional de Justiça. ....	498
Encaminhamento do Requerimento nº 293, de 2006, que requer Voto de Congratulações pelo transcurso do aniversário de noventa anos do ilustre brasileiro, baiano de Santo Amaro da Purificação, Monsenhor Gaspar Sadoc da Natividade. ....	118	<b>RAMEZ TEBET</b>	
Solidariedade ao pronunciamento da Senadora Patrícia Saboya Gomes o qual trata do envolvimento de crianças com o tráfico. ....	131	Destaque para a falta de solução, por parte do Governo Federal, para o problema do agronegócio no Brasil. Aparte ao Senador Eduardo Azeredo. ....	475
Homenagem à Campanha da Fraternidade da CNBB de 2006. ....	426	Solidariedade ao Senador Heráclito Fortes em relação ao apelo de Sua Excelência por uma pauta positiva de votações. Aparte ao Senador Heráclito Fortes. ....	487
<b>PAULO PAIM</b>		<b>ROBERTO SATURNINO</b>	
Homenagem à Campanha da Fraternidade da CNBB de 2006. ....	424	Considerações sobre a desigualdade social no País, com destaques para os programas sociais criados pelo Governo com vistas a diminuir a injustiça social existente no Brasil. Aparte ao Senador Paulo Octávio. ....	132
Requerimento nº 319, de 2006, que requer que seja inserido em ata Voto de Pesar pelo falecimento de Hainsi Gralow, ocorrido 1º de março 2006, Hainsi Gralow há 23 anos na presidência da Afubra, entidade que integrava há 31 anos, Hainsi Gralow teve a sua trajetória marcada pela luta em defesa da fumicultura e dos pequenos agricultores. Coragem e determinação são eufemismo para traduzir a impressionante trajetória deste líder nato, que se empenhou como poucos para divulgar e valorizar a importância socioeconômica da fumicultura brasileira. À frente da entidade, que se expandiu e ganhou notoriamente reconhecimento nacional e internacional, Gralow, filho de um dos primeiros fumicultores da região do Vale do Rio Pardo concretizou, com a força do seu trabalho, a integração de todos os produtores de tabaco nos três estados do Sul do Brasil. Este voto de pesar deve ser enviado para Associação dos Fumicultores do Brasil – AFUBRA, na Rua Júlio de Castilhos, 1031 – Santa Cruz do Sul – RS – CEP 96810-010. ....	505	Crença nas instituições e no aparecimento da verdade em relação às denúncias veiculadas contra o Governo. ....	136
		Reconhecimento das políticas públicas executadas pelo Governo Federal em benefício do social. .	136
		Homenagem a Arthur Reis, pensador historiador e Governador indireto do Amazonas, pelo ensejo do centenário de seu nascimento. Aparte ao Senador Arthur Virgílio. ....	504
		Comentários à nota de esclarecimento público apresentada pela Petrobrás a respeito de matérias publicadas pelo jornal <i>O Estado de S.Paulo</i> . ....	512
		<b>RODOLPHO TOURINHO</b>	
		Apoio ao pronunciamento do Senador Papaléo Paes no qual Sua Excelência demonstra preocupação	

Pág.	Pág.	
com a situação dos agentes de controle de endemias, os “mata-mosquitos”. Aparte ao Senador Papaléo Paes. ....	83	
Comentários sobre a análise feita pela Confederação Nacional dos Municípios que trata do investimento dos Municípios em educação. Aparte ao Senador Osmar Dias. ....	85	
Encaminhamento do Requerimento nº 293, de 2006, que requer Voto de Congratulações pelo transcurso do aniversário de noventa anos do ilustre brasileiro, baiano de Santo Amaro da Purificação, Monsenhor Gaspar Sadoc da Natividade. ....	117	
Transcurso do aniversário de noventa anos do ilustre brasileiro, baiano de Santo Amaro da Purificação, Monsenhor Gaspar Sadoc da Natividade. ....	118	
Análise da situação do Banco Popular do Brasil. ....	118	
Projeto de Lei do Senado nº 68, de 2006 – Complementar – que altera o art. 33 da Lei Complementar nº 87, de 13 de setembro de 1996, que dispõe sobre o imposto dos Estados e do Distrito Federal sobre operações relativas à circulação de mercadorias e sobre prestações de serviços de transporte interestadual e intermunicipal e de comunicação, e dá outras providências, para prorrogar os prazos previstos em relação à apropriação dos créditos de ICMS. ....	221	
Relato da preocupação dos municípios brasileiros em relação ao Fundeb e à origem das fontes de recursos. ....	468	
Considerações sobre a quebra de sigilo bancário do caseiro Francenildo. Aparte ao Senador José Agripino. ....	520	
<b>ROMERO JUCÁ</b>		
Destaques para o programa de educação à distância que com o advento da revolução tecnológica tomou grande impulso e alcançou importância significativa, bem como para as iniciativas do Governo em relação ao referido programa. ....	373	
Encaminhamento do Parecer nº 226, de 2006, da Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania, sobre o Ofício “S” nº 5, de 2006, Mensagem nº 12/2006, na Origem de indicação da Senhora Ministra Ellen Gracie Northfleet para exercer a Presidência do Conselho Nacional de Justiça. ....	498	
Registro de recebimento de publicação da Caixa Econômica Federal, intitulada “2003-2005 - Números Históricos que beneficiam o Povo Brasileiro”. ....	578	
	<b>ROMEU TUMA</b>	
	Comentários sobre o documentário intitulado “Falcão - Os meninos do Tráfico”, transmitido pela Rede Globo. Aparte ao Senador Paulo Octávio. ....	132
	Homenagem à CNBB pela Campanha da Fraternidade 2006. Aparte ao Senador Marco Maciel. ..	420
	Críticas à declaração do Presidente Lula, na qual o Presidente nomeia os parlamentares de invejosos. Aparte ao Senador Heráclito Fortes. ..	488
	<b>SÉRGIO CABRAL</b>	
	Discussão do Projeto de Lei de Conversão nº 2, de 2006, que altera as Leis nºs 9.986, de 18 de julho de 2000, que dispõe sobre a gestão de recursos humanos das Agências Reguladoras; 10.768, de 19 de novembro de 2003, que dispõe sobre o Quadro de Pessoal da Agência Nacional de Águas – ANA; 10.862, de 20 de abril de 2004, que dispõe sobre a criação do Plano Especial de Cargos da Agência Brasileira de Inteligência – ABIN; 10.871, de 20 de maio de 2004, que dispõe sobre a criação de carreiras e organização de cargos efetivos das autarquias especiais, denominadas Agências Reguladoras; 11.182, de 27 de setembro de 2005, que cria a Agência Nacional de Aviação Civil – ANAC; cria cargos na Carreira de Diplomata, no Plano de Cargos para a Área de Ciência e Tecnologia, do Grupo-Direção e Assessoramento Superiores – DAS e Funções Gratificadas – FG; autoriza a prorrogação de contratos temporários firmados com base no art. 81- A da Lei nº 8.884, de 11 de junho de 1994, e no art. 30 da Lei nº 10.871, de 2004; e dá outras providências. ....	276
	Comentários sobre as discussões em torno das Agências Reguladoras no País. ....	278
	<b>SÉRGIO GUERRA</b>	
	Preocupação com o fato de ainda não se ter votado o Orçamento da União. ....	260
	Discordância em relação ao requerimento da Senadora Ideli Salvatti. ....	260
	<b>SÉRGIO ZAMBIASI</b>	
	Parecer nº 204, de 2006, da Comissão de Educação, sobre o Projeto de Lei da Câmara nº 127, de 2005 (nº 4.671/2004, na Casa de origem), que altera o art. 67 da Lei nº 9.394, de 20 de dezembro de 1996, incluindo, para os efeitos do disposto no § 5º do art. 40 e no § 8º do art. 201 da Constituição Federal, definição de funções de magistério. ....	1

XVIII

	Pág.		Pág.
Destaque para a necessidade de se investir mais em educação e informa com vistas a mudar a realidade das crianças pobres do Brasil. Aparte ao Senador Ney Suassuna. ....	76	bancário e documentos do Senhor Francenildo dos Santos Costa. ....	120
Congratulações ao Prefeito Hilário Junges, do município de Tupandi-RS, vencedor do Prêmio Sebrae Prefeito Empreendedor Loureiro da Silva 2005. ....	77	Requerimento nº 295, de 2006, que requer sejam solicitadas a Sua Excelência o Senhor Ministro de Estado da Fazenda, o fornecimento ao Senado Federal das informações e documentos sigilosos disponíveis no Banco Central do Brasil (art. 10-A, da Lei nº 9.613, de 1998), em instituições financeiras públicas ou privadas, no Conselho de Controle de Atividades Financeiras – COAF concernentes a depósitos à vista e a prazo em conta-corrente e de poupança; pagamentos efetuados em moeda corrente ou cheques; emissão de ordens de crédito ou documentos assemelhados; resgates em contas de depósitos à vista ou a prazo, inclusive de poupança; descontos de duplicatas, notas promissórias e outros títulos de crédito; e operações com cartões de crédito e quaisquer outras operações de natureza semelhante que venham a ser autorizadas pelo Banco Central do Brasil, ou outro órgão competente, relativas ao cidadão Francenildo dos Santos Costa, fixando-se como termo inicial das informações solicitadas o dia 1º de janeiro de 2006 e termo final a data de apresentação do presente requerimento. ....	125
<b>SERYS SLHESSARENKO</b>		Homenagem à CNBB pela Campanha da Fraternidade 2006. Aparte ao Senador Marco Maciel. ..	419
Apelo para que o Fundeb, que está na Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania, seja aprovado. ....	78	<b>VALDIR RAUPP</b>	
Defesa do Governo Lula salientando seus programas sociais. ....	78	Projeto de Lei do Senado nº 65, de 2006, que padroniza o boletim de ocorrência e dá instruções sobre seu preenchimento. ....	4
Pedido para que conste nos Anais do Senado Federal, comemoração do Dia Mundial da Água. .	525	Destaque para o potencial hidrográfico do Brasil. ....	57
Comentários sobre o aumento dos postos de trabalho no Brasil, durante o Governo Lula. ....	525	Registro e comentários sobre a Resolução 47/93, da ONU, que declara o dia 22 de março como o Dia Mundial da Água. ....	242
Dados positivos sobre o desempenho da economia brasileira nas localidades mais carentes. ..	525	Projeto de Lei do Senado nº 69, de 2006, que dá nova redação ao § 1º do art. 30 da Lei nº 11.101, de 9 de fevereiro de 2005, para restringir o impedimento de integrar o Comitê de Credores e exercer a função de administrador judicial, além dos parentes e dependentes, ao amigo íntimo e ao inimigo capital do devedor. ....	443
<b>SIBÁ MACHADO</b>		Destaque para a chegada em Rondônia, da Cranston Transportes Integrados Ltda - CTIL. ....	576
Comentários sobre as acusações feitas ao Ministro Palocci pelo caseiro Francenildo, na CPI dos Bingos. Aparte ao Senador José Jorge. ....	10		
Comentários sobre os deslizes cometidos pelo caseiro Francenildo na CPI dos Bingos. Aparte ao Senador Antero Paes de Barros. ....	16		
Solidariedade ao Senador Tião Viana e ao Ministro Antônio Pallocci, refutando as acusações que pesam sobre Sua Excelência. Aparte à Senadora Fátima Cleide. ....	30		
Comentários sobre a real mudança de postura do Partido dos Trabalhadores – PT, em relação ao uso indevido de recursos financeiros. Aparte ao Senador Heráclito Fortes. ....	40		
Destaques para os motivos pelos quais o Senador Tião Viana impetrou mandado de segurança junto ao STF para impedir o depoimento do caseiro Francenildo. ....	45		
Demonstração de apoio à reeleição do Presidente Lula. ....	45		
<b>TIÃO VIANA</b>			
Refutações às críticas feitas a sua excelência pelo Senador Antonio Carlos Magalhães. ....	107		
Informação ao Plenário de que irá encaminhar à Mesa requerimento solicitando a quebra do sigilo			